V CONGRESSO INTERNACIONAL

CIDADES CRIATIVAS

25-27 JANEIRO 2017

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

i14 icono14

TOMO 2

INDICE DE COMUNICACIONES

A CIDADE SOLIDÁRIA E ACESSÍVEL: SERVIÇOS SOCIAIS E INTEGRAÇÃO DOS DESCAPACITADOS NA CIDADE 678

"SE DEUS TE ASSINALOU ALGUM DEFEITO TE ENCONTROU" O DESIGN E CONTRIBUTOS PARA A SINALÉTICA URBANA. 679
PAULO SIMÕES

TIPOLOGIAS DE RESPOSTA À POBREZA HABITACIONAL: UM ESTUDO DE CASO 689
PATRÍCIA FILIPA PEREIRA GONÇALVES
MARISA R. FERREIRA
PAULA VEIGA

A CIDADE DO MERCADO: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ECONOMIA NA CIDADE 698

PRODUCCIÓN CULTURAL Y TURISTIFICACIÓN: LA CONSTRUCCIÓN DE LA CIUDAD CREATIVA EN A CORUÑA 699
ALBERTO RODRÍGUEZ BARCÓN
ESTEFANÍA CALO GARCÍA
RAIMUNDO OTERO ENRÍQUEZ

O MUDAM COMO HUB CRIATIVO PARA A REGENERAÇÃO DE AMARANTE 711
INÊS MARINHO BATISTA
PEIXOTO ALVES

LOS MERCADOS COMO EJES VERTEBRADORES DE LA CIUDAD DE FLORENCIA DESDE EL S.XIX. 723
SHEILA PALOMARES ALARCÓN

A CIDADE VISITADA: TURISMO E A CIDADE 736

BARCELONA – A TOURIST'S PARADISE 737
MARIA REDMON
U. THERESA ZMURKEWYCZ

REAL VIRTUAL: DEAMBULAR PELA CIDADE 744
PAULA ANDRÉ
JOÃO FRANCISCO

SUSTAINABLE TOURISM FOR DEVELOPMENT OF AN INTELLIGENT CITY 768
SHU XIAN TOH ARIEL

PORTO E NOVAS SIMBOLOGIAS URBANAS: VISITANTES, IMAGEM E METAMORFOSE DA IDENTIDADE LOCAL 777
CRISTINA TEREZA REBELO

A CIDADE IDENTITÁRIA: IDENTIDADE E IMAGEM DE MARCA NA CIDADE 790

ESPAÇOS URBANOS COOL: DIMENSÕES SOCIAIS DE PROJETOS DE GENTRIFICAÇÃO 791
ROSELANE GOMES BEZERRA

A CIDADE E O DIÁLOGO CULTURAL DE SUAS GENTES: O CASO DA CIDADE DA BEIRA EM MOÇAMBIQUE 799
ISAÚ MENESES

TERRITÓRIO DA CIDADANIA: A ERVA MATE COMO MARCA NA HISTÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE CANOINHAS-SC- BRASIL 823
REINALDO KNOREK

A CIDADE SUSTENTÁVEL: SAÚDE, ÁGUA, ECOLOGIA E A CIDADE 839

EL HOSPITAL Y SU PAISAJE COMO ANALOGÍA DEL MADRID DEL SIGLO XIX 840
SANTIAGO DE MOLINA

URBAN FORESTS TO RESILIENT CITIES 855
DUARTE NATÁRIO

SUSTENTABILIDADE: A UTOPIA DA CIDADE DESEJADA EM RIBEIRÃO PRETO, SP. 863
MARIA PAULA FERNADES DE FREITAS
MARCELLO ALVES NAKAISHI
LILIAN RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA

LANDSCAPE AND THE CITY; CREATING A SUSTAINABLE DEVELOPMENT 872
ANASTASIA NIKOLOGIANNI
PETER LARKHAM
KATHRYN MOORE

A CIDADE VIRTUAL E REAL: TECNOLOGIA E A CIDADE 883

TICS Y DIFUSIÓN DE LA OBRA FÍLMICA DE LUIS BUÑUEL EN ESPACIOS VIRTUALES Y FÍSICOS 884
JOSÉ LUIS RUBIO-TAMAYO
HERNANDO GÓMEZ GÓMEZ
MARIO BARRO HERNÁNDEZ

REALIDAD VIRTUAL COMO TECNOLOGÍA PARA LA GENERACIÓN DE MODELOS DE REPRESENTACIÓN DEL ESPACIO: INTERACTIVIDAD Y COMUNICACIÓN PARA LA TRANSFORMACIÓN DEL ENTORNO 896
FRANCISCO GARCÍA GARCÍA
MANUEL GERTRUDIX BARRIO
JOSÉ LUIS RUBIO-TAMAYO

MÍDIAS LOCATIVAS E A EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO URBANO UM ESTUDO SOBRE REMEDIAÇÃO, IMEDIAÇÃO E HIPERMEDIAÇÃO EM UNCLE ROY ALL AROUND YOU 908
LARYSSA TARACHUCKY
LUCIANE MARIA FADEL
MARIA JOSÉ BALDESSAR

CIDADES ENQUANTO SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO DISCUSSÕES E EVOLUÇÃO CONCEITUAL 917
LARYSSA TARACHUCKY
CRISTINA COLOMBO NUNES
RICHARD PERASSI LUIZ DE SOUSA
MARIA JOSÉ BALDESSAR

IMPRESSÕES DO FUTURO: ESTRUTURA E FORMA ARQUITETÔNICA FRENTE ÀS TECNOLOGIAS DE FABRICAÇÃO DIGITAL 927
ANTONIO C. D. GRILLO
DIOGO R. CARVALHO
THAÍS M. O. A. NERY
WILLIAN C. GOMES

HUMAN DIMENSION AND THE FUTURE OF SMART CITIES 948
ÁGATHA DEPINÉ
MARCELO MACEDO
VANESSA ELEUTHERIOU

A CIDADE 2.0.: REDES SOCIAIS E A CIDADE 958

A TECNOLOGIA SOCIAL DA COCRIAÇÃO COMO CAMINHO PARA UM NOVO MODELO DE CIDADE 959
ADRIANA SILVA
MICHELLE CARTOLANO DE CASTRO RIBEIRO
MARIA DE FÁTIMA DA SILVA
COSTA GARCIA DE MATTOS

CIVICS, REDES SOCIAIS, ESPAÇO E PODER: RELAÇÕES CRIATIVAS 972
PAULA ANDRÉ
PATRÍCIA AMORIM

A CIDADE DO FUTURO: JUVENTUDE E A CIDADE 986

A JANELA E A CIDADE - CLÍNICA CONTRA SEGREGAÇÃO 987
CRISTIANE DE FREITAS CUNHA

A CIDADE CRIATIVA: TRADIÇÃO, PERSONALIDADE E INOVAÇÃO NA CIDADE 994

CREATIVE EXCHANGES BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE: THE CASE OF MONA (THE MUSEUM OF OLD AND NEW ART) AND THE CITY OF HOBART 995
ADRIAN FRANKLIN

PANTALLAS DIGITALES PUBLICITARIAS EN LA CIUDAD: LES CHAMPS-ÉLYSÉES PARISINOS Y LA GRAN VÍA MADRILEÑA 1006
JENNIFER GARCÍA CARRIZO

THE CREATIVE JANUS OF THE BERKSHIRES-HUDSON REGION IN MASSACHUSETTS AND NEW YORK 1022
CARLOS BALSAS

A REDE DE CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO: UMA PERSPECTIVA DAS CIDADES BRASILEIRAS 1035
VICTOR MOURA SOARES FERREIRA
ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA

PODE UMA HISTÓRIA DE AMOR INDUZIR UM PROCESSO DE REGENERAÇÃO URBANA? 1047
PAULA CRISTINA CORREIA

CIDADE, CRIATIVIDADE, COZINHA: OS 3 CS NO EIXO "PRINCIPE REAL" EM LISBOA 1061
PAULA ANDRÉ

POSITIONING PLACE-MAKING: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW 1072
POETI AKBAR
JURIAN EDELENBOS

THE DYNAMIC APPROACH AND CONTRIBUTION OF THESSALONIKI'S, GREECE, CREATIVE GROUPS AS A VECTOR FOR CULTURAL REGENERATION 1096

ANASTASIA SAMARA

ÓBIDOS, VILA LITERÁRIA: INOVAÇÃO NAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS? 1109
MARIA JOÃO CENTENO

LA REPRESENTACIÓN DE LA CIUDAD DESDE SU PERIFERIA: LA SERIE FOTOGRÁFICA EL NUEVO MADRID 1125
MIGUEL SANTESMASES NAVARRO DE PALENCIA

AFURADA | 41,1442980 -8,6472793 1142
CÁTIA OLIVEIRA

A IMPORTÂNCIA DE SE CONECTAR O ECOSSISTEMA CRIATIVO DE LISBOA 1150
CARLA MOREIRA MARTINS DE BARROS

CREATIVE CLASS: HOW AND WHY TO ATTRACT IT TO THE CITY? 1163
ÁGATHA DEPINÉ
TARCÍSIO VANZIN
VANESSA ELEUTHERIOU

CIDADES CRIATIVAS DE PEQUENA DIMENSÃO E CONTEXTOS RURAIS: A PERSPECTIVA DA CIDADE DE PONTE DE SOR 1175
RAQUEL PIRES
KATJA TSCHIMMEL
JOÃO A. MOTA

CIDADE: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA 1191
ELISABETE B. CASTANHEIRA

EJES DE DISTRITO CULTURAL EN LA METRÓPOLIS CREATIVA DEL GRAND PARIS 1209
PILAR AUMENTE RIVAS

A CIDADE SÁBIA: EDUCAÇÃO E A CIDADE 1227

SÓCRATES E A VERDADE CRIATIVA DA CIDADE DIGITAL 1228
RODRIGO ALMEIDA SOUSA

A CRIANÇA NA CIDADE: UMA EMERGÊNCIA 1240
ANDREIA RAMOS
RICARDO DIAS
MARIA VELOSO

A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA E O ENSINO SUPERIOR INSERIDAS NAS CIDADES DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DE SANTA CATARINA – BRASIL 1250
REINALDO KNOREK
ARGOS GUMBOWSKY

A CIDADE IGUALITÁRIA: GÉNERO E A CIDADE 1263

O GÊNERO FEMININO E A SUA INSERÇÃO NAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS URBANAS 1264
FERNANDA NOBRE NEGRÃO

A CIDADE POLÍTICA: GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS CIDADES E POLÍTICAS PARA OS CIDADÃOS 1276

GESTÃO DAS CIDADES COM BASE NAS REFERÊNCIAS CULTURAIS 1277
LILIAN RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA
HELENA DE OLIVEIRA ROSA
ADRIANA SILVA

CIUDAD SENSATA: UNA PROPUESTA PARA LA INNOVACIÓN SOCIAL ESTRATÉGICA 1289
TERESA GONZÁLEZ GÓMEZ

GOVERNANÇA TERRITORIAL E PLANOS DIRETORES EM CIDADES INSERIDAS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA EM SANTA CATARINA - BRASIL 1299
REINALDO KNOREK
NEWTON MARÇAL SANTOS

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: REFLETINDO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E QUALIDADE DE ENSINO 1312
CARLA MARINA NETO DAS NEVES LOBO

SAÚDE, CIDADE E CIDADANIA POR MEIO DE PROCESSO DE EDUCAÇÃO SOCIOESPACIAL COM ESTUDANTES RESIDENTES EM ASSENTAMENTOS POPULARES 1328
CARMEN BEATRIZ SILVEIRA
PATRICIA DAFLON DOS SANTOS
CLAUDIA MUNIZ MAGNANI

CONCLUSIONS 1343

ACKNOWLEDGMENTS 1347

COMUNICAÇÕES

A CIDADE SOLIDÁRIA E ACESSÍVEL: SERVIÇOS SOCIAIS E INTEGRAÇÃO DOS DESCAPACITADOS NA CIDADE

LA CIUDAD SOLIDARIA Y ACCESIBLE: SERVICIOS SOCIALES E INTEGRACIÓN DE LOS DISCAPACITADOS EN LA CIUDAD

THE SOLIDARY AND ACCESSIBLE CITY: SOCIAL SERVICES AND DISABILITY INTEGRATION IN THE CITY

"SE DEUS TE ASSINALOU ALGUM DEFEITO TE ENCONTROU" O DESIGN E CONTRIBUTOS PARA A SINALÉTICA URBANA.

PAULO SIMÕES

Professor Adjunto A
Departamento Arquitetura e Urbanismo.
Universidade Federal do Ceará.
Av. da Universidade 2890 - Campus do Benfica - CEP 60020-181 - Fortaleza - CE
Email: paulo.simoes@ufc.br:

Resumo

Talvez inesperadamente, começa-se por citar um provérbio popular, "Se Deus te assinalou algum defeito te achou", não é por acaso. Só se sinaliza algo que se tornou equívoco ou desordenado, pois é desnecessário assinalar o intuitivo. O que não é imediato depende da tradição e cultura locais para ser interpretado. Partindo das sinalizações existentes na cidade, o local, estabeleceu--se um conjunto de guias genéricas, o sistémico, de forma a contribuir para a melhoria dos projetos de sinalização urbana. Assente nos conceitos de lugar e não-lugar de Marc Augé, este estudo tem como objetivo, a sustentação de projetos de design de sinalização, para a cidade, em espaços habitados. Numa tentativa de aproximação antropológica, identitária, histórica e relacional que se diferencia da sinalização normalizada e consequentemente normalizadora da comunicação na cidade. O objeto de estudo é a sinalização e consiste na elaboração de guias de trabalho para projetar sinais coerentes com as estratégias de orientação e hábitos de percurso já usadas pelos utilizadores locais. Joan Costa define o conceito de sinalética como sendo uma reflexão ampla e profunda, num contexto elevado de implicações sócio ambientais e económicas, que se distingue da prática de projetar alfabetos de pictogramas para formar coleções de sinais utilizados na cidade. A existência da sinalização informal, papéis colados com fita-cola a contrariar a orientação da sinalização é um sintoma, mais do que uma solução. Anuncia a desatualização da sinalização. A sinalização, ao ponderar conjuntamente nos sinais, as crenças e culturas locais, agrega informações que vão além da funcionalidade de facilitar a auto-orientação, evidenciando traços culturais presentes nas estratégias de orientação dos utilizadores locais. Tal como uma vacina, a sinalização tenta antecipar a ajuda ao cidadão e desenvolve-se no território das práticas de boa cidadania.

Abstract

This article begins by quoting a popular proverb, 'If God pointed you some defect found you', it is not by chance or mere rhetoric, only signals something ambiguous or confusing, it is unnecessary to point out the obvious and this depends on the tradition and local culture, then from the local, as in the proverb, we intend to get to the generic or systemic, urban signage.The object is a wayfinding that allows the consistent orientation. The starting point of this study is also the goal, create living spaces near an identity anthropology, historical and relational. Starting from the principle that the signaling refers to a broad and deep reflection, because it has a large number of environmental and socio economic implications and that informality orientation is a symptom rather than a solution because announces the existence of difficulty continuous updating signaling. Isn't for the designer the role of public manager, but surely that should be the quality improvement acting in city life and be a catalyst performance citizenship. Facilitate self-guidance reflecting the beliefs and cultures. The failure of urban signage is not in its complete absence, it is the vague and little systematic diagnosis and semantic complexity of morphological attributes. But if a vaccine cannot kill the living organism that want to protect or strengthen the wayfinding cannot mischaracterize what helps build the practices of good citizenship.

PALAVRAS CHAVES

Sinalética, Sinalização urbana, Design de informação, Design de comunicação e informação ambiental

KEY WORDS

Wayfinding; Urban signage; Information Design; Communication and Environmentalinformation design

Introdução

Comece-se com um provérbio popular português, “Se Deus te assinalou algum defeito te achou”, só se assinala quando algo ou alguma coisa pode ser ambígua ou confusa, não há necessidade de assinalar o óbvio. A questão é, para quem é óbvio e para quem é confuso? Qualquer sistema de sinalização parte sempre de princípio que este se destina a estranhos à orientação.

O estudo da sinalização na ótica projetual é uma fonte quase inesgotável de reflexão, pelo que expõe de relações sócio ambientais e económicas. Já nos deparamos certamente com um papel indicando grosseiramente uma informação que contraria a sinalização projetada e implementada nos espaços. Este fenómeno, de deslegitimação da sinalética formalmente projetada, é percepcionado intuitivamente como uma excepção à regra. Porém quando não existe qualquer regra, como se estabelecem as condições e melhorias de orientação num espaço?

O conhecimento sobre sinalização é uma tarefa complexa isto porque as opções que levam à sinalização são tudo menos lineares. Para que se possa minimamente entender uma realidade multifacetada como o da sinalização Costa(2007) propõe a criação da ciência que se ocupa do seu estudo. O seu objeto é certamente o processo de constituição de sistemas de sinalizações mais ou menos coerentes para a orientação, pública quer em espaços fechados quer ao ar livre.

Não restam dúvidas quanto à sua natureza projetual e da sua estreita relação com a comunicação visual, mas não se deixa de enfatizar que pela sua condição ambiental, o seu caráter tridimensional, ambiental e até dinâmico resulte numa dificuldade para o designer gráfico, mas também para o designer de produto ou o arquiteto. Não vimos propor novos métodos de abordagem ou de ensino diferentes, dos que se aprendem nas universidades que ensinam disciplinas projetuais, apenas realçamos a necessidade de atenção às componentes que individualizam esta **atividade**.

Para clarificar o objeto de estudo recorra-se à definição de Augé (1992) “se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar”. Como refere (Chamma e Pastorelo, 2014) o principal objetivo da sinalização é o de servir sobretudo para informar os utentes menos habituais, pois os habituais dominam o ambiente e a sua orientação, construindo estratégias de navegação pelo lugar. Precisamente porque é um lugar, onde ocorre troca de cultura e não, um não-lugar. Assim, as relações comunicacionais sobre uma orientação espacial são muitas vezes não só o pretexto para estabelecer a comunicação com um desconhecido mas, e sobretudo, partem do pressuposto que quem está, quem ocupa um determinado local, pode ajudar na orientação de um percurso.

Objetivos

O objetivo de um projeto de sinalização é o de melhorar a propagação da mensagem de forma rápida e coerente. Um projeto de sinalização suporta-se num método que facilite a navegação e auto-orientação de determinado lugar, de maneira eficiente, constante e para uma variada gama de utentes. Nesse sentido, vários modelos de classificação para metodologia de design tem sido gerados, dentro dos que tem abordado o tema destacam-se (Follis & Hammer, 1979) com quatro fases de organização e gestão projetual, (Mollerup, 2005) que separa dez fases, não lineares e onde se destaca uma fase de pré-projetual de aquisição e análise de informações, seguindo-se uma fase estratégica, uma projetual e por fim a fase de implementação e análise do projeto. Já o o modelo de Ubele (2007) aponta dez fases com forte enfoque no processo contratual, onde a abertura e encerramento do projeto é explícita e evidente. No método de (Calori & Vanden-Eynden, 2015) é em tudo semelhante aos projetos de arquitetura, destaca três grandes etapas, pré-design, design e pós design e dentro de cada uma detalha várias ações. Smitshuijzen (2007) propõe uma metodologia com seis fases e realça a importância das passagens entre cada uma das seis fases. Joan Costa (2007) apresenta-nos uma reflexão exaustiva sobre aquilo que é uma pesquisa humanista do ato de sinalizar e apresenta um método dividido em seis etapas, onde é possível separar dois tempos o entendimento do problema e a intervenção propriamente dita. No manual de wayfinding de (Gibson, 2009) as três fases são denominadas de planeamento Design e Implementação. Em (Cardoso, et al, 2011; Follis & Hammer, 1979) apresenta um modelo sincrético de todos os modelos com uma forte enfase em Gibson e Costa com a possibilidade de retorno e reformulação sistemática às etapas anteriores.

Qualquer que seja a abordagem metodológica, apresentada anteriormente, de projetos de sinalização, o intuito repete-se e consiste em padronizar, sistematizar o fluxo das informações, independentemente do grau da variabilidade local.

Neste trabalho o que é apresentado é a partir de uma abordagem da antropologia da supermodernidade, desenvolver uma prática em projetos de sinalização, que abarque não só complexidade da sinalização, mas também uma tentativa de fortalecer a identidade dos locais a identificar, contribuindo tanto no contexto académico, quanto profissional.

Desta forma, têm-se como objetivos da presente pesquisa:

Identificar, caracterizar e descrever a prática utilizada na área de design ambiental tendo por base a experiência do utilizador local.

Metodologia

Foi realizada uma resenha da Informação sobre conceitos genéricos de sinalização, sinais urbanos, sinalética segurança e aviso. Para a resenha global tornou-se fundamental o levantamento de dissertações

de doutorado em áreas de design, segurança no trabalho e nos edifícios, ergonomia e antropologia visual. O tempo da recolha genérica foi mais prolongada face à necessidade de aferir estruturar e refletir sobre denominações em campos do conhecimento diferentes, mas ainda assim fundamentais para a estruturação consistente de nomenclaturas e conceitos.

Os três lugares

Lugar das pessoas

Para quem é?

O que é a sinalética ou melhor, para quem é? Na definição proposta por Joan Costa (2011) "A sinalética é uma disciplina da comunicação ambiental e da informação, que tem por objeto orientar as decisões e as ações dos indivíduos em lugares onde se prestam serviços." Fica clarividente que o estudo da sinalética tem um propósito tornar mais agradável e dar mais qualidade aos lugares. Gui Bonsieppe (2011) coloca as coisas assim "o cuidado público é um dever político que deve ir além dos interesses momentâneos do governo – ou pelo menos, deveria ser orientado além dos programas de curta duração". No Brasil o Decreto-lei 5296 de 2 de dezembro de 2004 regulamenta estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade enquanto "condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida".

Desorientação

Qualquer um de nós já experimentou a sensação desagradável de se ter perdido. Porém em determinadas situações ou contextos ela pode ser bem mais do que desagradável, ela pode ser muito séria ou colocar mesmo em risco físico ou provocar sérios danos materiais. Por exemplo entrar numa auto estrada em que o retorno é a alguns quilómetros e falta pouco tempo para encerrar o serviço ou uma reunião em que os intervenientes deixam de ficar disponíveis se nos atrasarmos.

Orientação

A orientação geográfica rigorosa e precisa, por exemplo a informação cartesiana de latitude e longitude, obtida por um sinal de GPS, pode ser confusa e pouco eficiente se o objetivo é andar ou descobrir como se orientar numa cidade. Por isso, e também, porque cada pessoa, pode ter motivos e destinos diferentes de orientação, o sistema de sinalização deve ser mais genérico ou seleccionar parte da informação a disponibilizar.

Orientação e deficiência

O conceito de deficiência tem vindo a ser amplamente questionado, quer pela sociedade quer pelas ciências sociais e pela medicina. Este questionamento tem permitido, ao longo das últimas décadas, realçar mais do que a natureza multidimensional da deficiência, a sua complexidade de análise e o próprio dinamismo resultante da evolução do conceito. Porém neste contexto, o do nosso trabalho sobre sinalização, o mais importante é sublinhar o papel que a diminuição de barreiras físicas e sociais tem p...

Lugar da sinalética e o espectro da atividade projetual

A dificuldade de gerir sistemas de sinalização e orientação levanta várias questões, que grosso modo se estruturam em três dimensões, a estratégica, a sistémica e a semiótica.

A postura estratégica enfatiza os objetivos das organizações proponentes, ou com interesse na promoção do design ambiental, normalmente tende a materializar-se na projeção e apreciação que o público faz da mensagem visual, bem como, os seus significados e valores no contexto onde se pretendem inserir. A qualidade da estratégia tende a medir-se em notoriedade e na oportunidade de maximização de resultados. A notoriedade possui uma natureza simbólica feita do somatório das perceções que o público tem da organização. A rentabilidade resulta das contribuições que a eficiência do sistema permitiu. Mais sucintamente consubstancia-se em legitimidade e poder.

Uma visão sistémica a capacidade que resulta em unidade de conjunto decorre das interarticulações permitida pelo design, para isso contribui a estrutura, a forma e a consistência dos elementos, como se representam e agrupam.

A orientação semiótica é uma matriz de elementos próprios e únicos, com valores e significados, produz efeitos funcionais, cognitivos e emocionais. Por exemplo, os aspetos funcionais da semiótica tem que ver com leitura legibilidade, operabilidade de produção etc., já os cognitivos prendem-se diretamente com características presentes no público e independentes da vontade do designer, por fim os aspetos emocionais ou efeitos de tom da mensagem, o ruído visual que provoca e o impacto que gera, nas perceções, opiniões e atitudes dos intervenientes, proponentes, designers e públicos.

Afirma (Neves, 2008)“A qualidade coletiva, em relação ao design, manifesta-se de diversas formas. Distintos elementos podem combinar-se em formas funcionalmente relacionadas, como nos sistemas de transporte.” Sistema é um conjunto de elementos interconectados, de modo a formar um todo organizado pode ser definido como um conjunto de elementos interrelacionados que interagem no desempenho de uma função. No caso da sinalização visam permitir a auto-orientação de forma coerente. Onde “cada artefacto unitário (sinal) concorre para formar um todo (o sistema), isto é, os sinais (objetos construídos pelo homem)

não são concebidos individualmente, mas sim tendo em conta a entidade coletiva que os une" (Neves, 2008).

Joan Costa (2011) refere que "A sinalética não tem nada que ver com sinalização urbana e viária, que são problemas já resolvidos (embora nem sempre da melhor forma) do ponto de vista do design, e homologados internacionalmente por acordo entre países, para o controlo do trânsito e da segurança rodoviária." Assim concordamos e enfatizamos que a sinalética é mais do que a operacionalização, produção e implementação de sistemas de sinalização. O território da sinalética é o mesmo do design, neste caso e por, sua (Joan Costa), definição o design da comunicação ambiental, onde se processam sempre novas problemáticas; com características individuais, específicas, e que pela sua melhor ou pior capacidade de caraterização de especificidades (que deram origem à necessidade do sistema), regulamentações e condicionantes físicas, económicas ou outras de natureza mais humanista, assim se projeta, desenvolve e implementam novas formas de pensar a comunicação, para a orientar as decisões e as ações dos usuários.

Na experiencia de (Zimbardo et al., 1969), que ficaria conhecida como teoria das janelas quebradas, grosso modo dois carros idênticos eram parqueados em dois bairros distintos um com as janelas a abertas e capot levantado outro de janelas fechadas, o primeiro era depredado em poucos minutos o segundo ficava intacto mas se lhe fosse quebrado um vidro também seria vandalizado, decorre-se assim que algo descuidado e deixado como se estivesse fora de controlo é rapidamente vandalizado. Entretanto como é referido em (Mendes, 2006) citando Zellmeister a poluição visual é fruto do desleixo e erros de legislação do poder público. Se "a legibilidade resultante do processo de comunicação entre usuários e o espaço urbano conduz à formação de uma "imagem ambiental", que, juntamente com outros aspetos físicos e o uso do espaço, adquire sentido de lugar" então depreende-se, com facilidade, que um lugar onde impera o caos e o desleixo público, nomeadamente no que diz respeito aos processos de orientação e informação fica a mais facilmente exposto à degradação. Segundo (Costa, 1998) "Pensar visualmente é uma faculdade projetiva, comum a todos os indivíduos, e baseia-se na aptidão de reconhecer formas e estruturas e retê-las; aptidão que se sedimenta na memória imaginativa" mas depreende-se também que pensar visualmente em algo penoso, desagradável ou confuso tem efeitos negativos sobre a forma como estruturamos e memorizamos os lugares.

Nota Cabau (2011) "a contemporaneidade é caraterizada pelo nivelamento das imagens – associado ao seu consumo voraz e vertiginoso." Não importa o que os objetos carregam de significado mas sim a experiencia de significados que os usuários neles projetam". A experiencia que o usuário transporta é como se tratasse de uma imensa base de dados de imagens e recursos formais que usamos contextualmente em cada situação, organizados pela hierarquia que lhes foi sendo atribuída ao longo de cada vivência individual.

Como observou Santos (2008) as marcas são um espaço retórico propício à utilização de figuras retóricas ou especificamente Trocadilho Verbo-visual. Isto ocorre também, mas em menor grau na sinalização, os signos cuja natureza contextual permitem variações semânticas que sem dificuldades operatórias e funcionais mantêm o teor da mensagem, tomemos como exemplo os signos usados nos banheiros, porque, e

só porque, a mensagem é esperada pelo utente, então ao designer permite-se utilizar imagens menos comuns ou pelo menos não tão diretas. Ainda que para Neves (2008) "existam dois casos distintos na transmissão de significados através de formas concretas. Um deles pode apelidar-se de *dictionary type meaning* e que poderíamos traduzir por "sentido literal" de um signo figurativo; o outro a um *derivalive meaning*" o sentido derivado ou metafórico não é tão recorrente na linguagem da sinalização, o duplo sentido pode passar despercebido ou manifestar um tom menos coloquial.

Conforme observa e define Mendes (2006) "Quando há predomínio dos elementos fixos, que favorece a supremacia de uma mesma família sígnica (hegemonia sígnica); tem-se a paisagem hegemônica." A paisagem hegemónica pode e é em alguns casos estéril, porque não dá lugar a uma resposta individual, criativa. Num espaço funcionalista, metonímia de um lugar de trabalho, a sinalização padronizada e, diria morfologicamente hegemónica produz efeitos, maximiza rentabilidade. Porém, como também é definido pela mesma autora "a paisagem heterogénica resulta da mistura de signos informativos de famílias distintas, característica dos elementos semifixos, os mais comuns na paisagem urbana das grandes cidades contemporâneas". Não é nosso propósito estabelecer um padrão axiomático sobre a heterogeneidade ou hegemoneidade sígnicas, estará o assunto para além da moral valorativa, no entanto fica uma questão por levantar; Conjuntos diferentes, de famílias sígnicas hegemónicas, contribuem para uma paisagem heterogénica? – sim e não – se o usuário for incapaz de estratificar e estruturar cada uma dessas famílias sígnicas como fazendo parte de um todo artificial mais complexo, então sim, contribui pra a heterogeneidade do local, mas se por outro lado permitir estruturar, identificar e distinguir elementos diferenciados com identidades morfológicas históricas e culturais diversas, então não. O que ocorre é que aquele lugar tende a ser visto como mais complexo ou multifacetado mas, não necessariamente heterogéneo.

Qualquer que seja um design de sinalização produzido, com sentido conotativo ou denotativo, certo é que este produzirá efeitos no meio em que se insere. Assim se notou no livro da Associação dos Designer Gráficos do Brasil e que se reforça neste pensamento (2010) "Um projeto de sinalização sempre participa da construção de mensagem ambiental do prédio em que ele está inserido".

Lugar do designer

Provavelmente sobra literatura acerca de métodos e caracterização metodológica do processo de design (Simões, 2011), o próprio Christopher Jones critica a metodolatria em que caiu o design, numa visão esclarecida e esclarecedora de quem escreve uma obra que ainda hoje é de referência na área, passados quase meio século, (1982) "uma característica comum às criticas dos métodos tradicionais e as propostas de novos, é com a intenção de deixar a essência do design e reduzi-la a um método normativo, receita, que possa ser válida em qualquer situação" depreende-se que isso não só, não é possível, necessário ou desejável. Cientes de que é pelo processo em si, pelo planeamento, mais do que qualquer método usado irrefletidamente, é pela atitude prospetiva, fundamentada – em objetivos, tempo, restrições de vária ordem,

financeiros, legais e simbólicos – que o projeto se estabelece e implementa. Portanto caberá a cada designer indagar sobre a durabilidade material, a fragilidade de uma ligação ou articulação ou simplesmente que apoios estão disponíveis no momento.

Na definição de Gibson (2009) "o designer de sinalização é o responsável por melhorar como um espaço – seja público, comercial ou privado – é experienciado ao encontrar ordem no caos sem lhe destruir o caráter" visto desta forma cabe ao designer distinguir e evidenciar uma sequência maior ou menor (correspondente à dimensão da proposta) de escolhas, definir corretamente as prioridades e ordenar funcional e esteticamente a importância de cada elemento.

Concordamos com (Albuquerque, 2012) "No campo cultural, a interação entre design e cultura é essencial para que os objetos produzidos estejam em sintonia com as necessidades das pessoas que os utilizarão." E design de sinalização porque se destina a fins públicos, em contexto ambiental, tem um papel fundamental nessa interação. Cabe ao designer entender como realizar essa integração cultural, se pela eliminação daquilo que é supérfluo aos objetivos, conteúdo e determinantes técnicas, ou, apenas, na esfera do politicamente correto, listar, refletir sobre as alternativas, tendo em vista, futuramente, suprir as barreiras e deficiências intransponíveis.

Conforme reparou Bergström (2009) "Nem sempre é fácil refletir, expressar e concordar com o que uma imagem contém e significa, e as interpretações de qualquer grupo de espectadores muitas vezes serão divergentes de uma maneira tempestuosa" toda a preparação no ante projeto, individual coletiva organizacional ou interinstitucional requer organização. Esta não é panaceia do projeto é determinante nele. A organização deficiente contribui para aumentar o custo. Porém saberá o sistema – proponente, designer, utente – determinar rigorosamente que valores, quantitativos e qualitativos, estão envolvidos na materialização de uma ideia? As alternativas concorrentes, poderiam ser cronológica e financeiramente viáveis? E como determinar a obsolescência e medir o seu impacto? Certamente que não são três perguntas retóricas, antes legitimam a importância de pensar o design antes de agir – requerer alternativas, no âmbito de um projeto significativo, design para a cidadania.

Conclusões

A cidade é o espaço da sociedade que a habita, onde se transformam, sintetizam, heterogenizam e se manifestam as suas crenças. Diversificam e apropriam-se de códigos arbitrários usados na cultura local. Assim ao esforço de homogeneização da comunicação para a orientação pública opõem-se invariavelmente, diria que por compensação, uma outra energia mais vernácula, impregnada da cultura do local que o completa ou o desgasta. Ao esforço normalizador público opõe-se quase sempre um outro que tem necessidade de o recriar, não porque ele seja insuficiente, mas porque precisamente não individualiza.

A sinalização arbitrária é emergente na cidade, é desregulada e sem qualquer padronização. Nesta as diversidades comunicacionais, podem ter a sua origem em cambiantes geográficas, etnológicas, linguísticas, semânticas, ou simplesmente pretender ter um caráter ético-poético. A sinalização urbana, arquitetónica, viária, etc., marcam e demarcam novos territórios que se adicionam à história e à cultura do lugar. A sinalização altera a forma como se testemunham as relações individuais. O esvaziamento das relações entre indivíduos nos não lugares, manifestam-se na sensação de isolamento e solidão e estas contribuem significativamente para desvirtuar a memória, o tempo e a identificação com os lugares. Desta maneira a sinalização pode interferir na identidade do lugar onde é adicionado. Um sistema de sinalização por definição é prenunciado – porque requer e impõe o conhecimento normativo dos códigos. Reconhecer a tradição de orientação locais, inter-relações que se já se estabeleceram, mesmo sem a sinalização intencional é permitir gerar usos diferentes do espaço sem o transformar num não lugar.

É possível e desejável diminuir o esforço da comunicação visual entre a cultura local e a global. No meu entender cabe à gestão pública implementar soluções para fomentar melhorias na orientação e navegabilidade de uma cidade tendo como finalidade melhorar a qualidade de vida urbana. Assim, fica responsabilidade do gestor público a delegação técnica e científica, da construção de projetos de sinalização urbanos ou de espaços públicos. O planeamento de sinalização pública, é compatível com debate sobre o papel dos cidadãos. Trata-se da validação ou aniquilamento de circuitos de orientação e uso da cidade. Quando se implementa e legítima, substitui-se e deslegitimam-se antigas funcionalidades e relações simbólicas. Da perca ocorrem alterações conflituantes de identidade, decorrentes das relações históricas com as da reconstrução de uma nova organização. O designer de sinalização tem a competência e a sensatez de projetar o sistema de mensagens, expresso através de signos visuais e verbais, que contribui para melhorar a orientação e navegabilidade individuais.

Referências

- AAVV. (2010). *O valor do design: guia ADG Brasil de prática profissional do designer gráfico* (2ª edição ed.). São Paulo: Senac São Paulo.
- Albuquerque, M. M. D. (2012). *Desvendando a Estética de um novo Brasil: a classe C e o sistema de objetos no espaço residencial.* (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Retrieved from www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11585/Dissertaçãofinal_Marília%20Matoso.pdf
- Augé, M. (1992). *Não Lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade* (M. S. Pereira, Trans. L. Livre Ed. 3ª ed.). Lisboa.
- Bergström, B. (2009). *Fundamentos da comunicação visual* (R. Bettoni, Trans.). São Paulo: Edições Rosari.
- Bonsiepe, G. (2011). *Design, Cultura e Sociedade*. São Paulo: blucher.
- Cabau, P. (2011). *Design pelo desenho exercícios, jogos, problemas e simulações*. Lisboa: FCA design.
- Calori, C., & Vanden-Eynden, D. (2015). *Signage and wayfinding design: a complete guide to creating*

environmental graphic design systems: John Wiley & Sons.

- Cardoso, E., Scherer, F. d. V., Teixeira, F. G., Silva, R. P. d., & Silva, T. L. K. d. (2011). Contribuição metodológica em design de sinalização. *InfoDesign: Revista Brasileira de Design da Informação.[São Paulo], SBDI. Vol. 8, n. 1 (2011), p. 10-30*.
- Chamma, N., & Pastorelo, P. D. (2014). *Marcas e sinalização* (2 ed.). São Paulo: SENAC-SP.
- Costa, J. (1998). *La esquemática visualizar la informacion*. Barcelona: Paidós.
- Costa, J. (2007). *Señalética corporativa* (1* ed.). Barcelona: Costa Punto Com.
- Costa, J. (2011). *Design para os olhos, Marca, cor , identidade, sinalética*. Lisboa: Dinalivro.
- Follis, J., & Hammer, D. (1979). *Architectural signing and graphics*. New York: Whitney Library of Design.
- Gibson, D. (2009). *The wayfinding handbook: information design for public places*. New York: Princeton Architectural.
- Jones, J. C. (1982). *Métodos de diseño* (3a ed.). Barcelona: Gustavo Gili.
- Mendes, C. F. (2006). *Paisagem urbana: uma mídia redescoberta*. São Paulo: Editora Senac
- Mollerup, P. (2005). *Wayshowing: a guide to environmental signage*: Lars Muller Publishers.
- Neves, J. V. M. (2008). Sistemas Sinaléticos. *Convergências, 1*
- Santos, J. D. d. (2008). *Modos de simbolização híbridos: Um estudo sobre o Trocadilho Verbo-visual enquanto estratégia retórica no Design de Identidades* (Mestrado Programa de Pós-graduação em Design), Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Retrieved from http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3127/arquivo2182_1.pdf
- Simões, P. J. A. (2011). *Didática de metodologias para a facilidade de uso: Design de diagramas e sua representação visual.* (Doutoramento), Universidade de lisboa, Lisboa.
- Smitshuijzen, E. (2007). *Signage design manual*: Lars Muller.
- Uebele, A. (2007). *Signage systems & information graphics: a professional sourcebook*: Thames & Hudson.
- Zimbardo, P. G., Ebbesen, E. B., & Maslach, C. (1969). *Influencing attitudes and changing behavior: a basic introduction to relevant methodology, theory, and applications, by Philip Zimbardo and Ebbe B. Ebbesen in collaboration with Christina Maslach*. Reading, [Mass.] ; London: Addison-Wesley.

TIPOLOGIAS DE RESPOSTA À POBREZA HABITACIONAL: UM ESTUDO DE CASO

PATRÍCIA FILIPA PEREIRA GONÇALVES

Mestranda
Escola Superior de Tecnologia e Gestão. CIICESI.
Instituto Politécnico do Porto.
Rua do Curral 4610-156 Felgueiras.
Email: pereirapatricia1@live.com.pt

PAULA VEIGA

Docente
Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.
Campus de Gualtar, 4710 - 057 Braga
Email: paulav@eeg.uminho.pt

MARISA R. FERREIRA

Docente
Escola Superior de Tecnologia e Gestão. CIICESI.
Instituto Politécnico do Porto.
Rua do Curral 4610-156 Felgueiras.
Email: mjf@estg.ipp.pt

Resumo

Existem na literatura diversas abordagens à pobreza. De um modo geral existe consenso, de que a conceptualização da pobreza não está confinada à questão pecuniária, incluindo necessidades e circunstâncias imateriais tais como a integração do indivíduo no trabalho, na família, a participação na comunidade e o acesso aos serviços públicos, bem assim como as condições de saúde, educação, emprego e habitação. A habitação é uma necessidade básica e um importante indicador que pode refletir a qualidade de vida e dignidade de um indivíduo/família. A pobreza habitacional é um problema global, mas com especificidades locais e dimensões socioculturais que exigem a participação de stakeholders locais.

Partindo da sistematização de importantes conceitos relacionados com pobreza habitacional, esta investigação pretende apresentar e comparar tipologias de resposta, considerando um contexto específico, o concelho de Braga, de forma a perceber os contornos das soluções locais para as questões de habitação e de que forma estes podem contribuir para a redução desta problemática. Para além de uma análise documental, centrada no estudo de informações que permitem reconhecer os formatos de atuação das duas organizações investigadas – a BragaHabit (empresa municipal) e a Habitat for Humanity (organização sem fins lucrativos), o trabalho é complementado com duas entrevistas aos responsáveis destas organizações. A abordagem empírica permite-nos identificar, analisar e comparar os modelos de funcionamento das organizações, as relações existentes com outras estruturas, a forma como as famílias são consideradas e as expetativas existentes relativamente à dimensão futura das próprias organizações e da problemática. Pretendemos identificar orientações no sentido de robustecer as políticas de apoio à habitação, bem assim como contribuir para o (re)desenho de respostas que possam ir de encontro aos desafios inerentes à pobreza habitacional.

Abstract

Literature presents several approaches to poverty. There is generally a consensus that the conceptualization of poverty is not confined to the pecuniary issue, and might include intangible needs and circumstances such as integration of the individual into work, family, community participation and access to public services, as well as the health, education, employment and housing conditions. Therefore, housing is a basic need and an important indicator that can reflect the quality of life and dignity of an individual / family. The housing poverty is a global problem, but with specific local conditions and socio-cultural dimensions that require the participation of local stakeholders. From the systematization of important concepts related to housing poverty, this research aims to present and compare response types considering a specific territorial context (the city Braga) in order to understand the contours of local solutions to housing issues and how these can help to reduce this problem. In addition to a document analysis, focused on the study of information for recognizing the role formats of the two investigated organizations - BragaHabit (municipal company) and Habitat for Humanity (nonprofit organization), the work is complemented with two interviews with the responsibles for these organizations. The empirical approach allows us to identify, analyze and compare the operating models of organizations, the relations with other structures, the way families are considered and existing expectations regarding the future size of the organizations themselves and problematic. We intend to identify guidelines to strengthen the housing support policies, as well as contribute to the (re) design responses that can meet the challenges of poverty housing.

PALAVRAS CHAVES

Pobreza; pobreza habitacional; organizações públicas; organização sem fins lucrativos.

KEY WORDS

Poverty, Housing poverty, Public organizations, Non profit organization.

Introdução

A conceptualização de pobreza é difícil. A pobreza não se restringe à questão pecuniária, pode também abranger necessidades e circunstâncias imateriais tais como a integração do indivíduo no trabalho, na família, a participação na comunidade e o acesso aos serviços públicos, bem assim como as condições de saúde, educação, emprego e habitação. A habitação é uma necessidade básica e um importante indicador que pode refletir a qualidade de vida e dignidade de um indivíduo/família. A pobreza habitacional é um problema com importantes repercussões individuais, familiares e sociais. Atualmente, a habitação é a maior despesa no rendimento de muitas famílias, que sentem grande dificuldade em obter e manter as suas habitações. A pobreza habitacional é um problema global, mas com especificidades locais e dimensões socioculturais que exigem a participação de *stakeholders* locais.

Este trabalho de investigação pretende apresentar e comparar tipologias de resposta, no concelho de Braga de forma a perceber os contornos das soluções locais para as questões de habitação e de que forma estes podem contribuir para a redução desta problemática.

Objetivos

O objetivo fundamental deste trabalho é contribuir para melhor compreender esta realidade, a dimensão da pobreza habitacional e as diferentes respostas sociais de apoio, para que se possa combater este mesmo problema de forma mais eficaz. Os objetivos deste trabalho de investigação incluem a apresentação e comparação de respostas públicas e privadas de apoio à pobreza habitacional. Este objetivo passa por explicar as tipologias de resposta e, posteriormente, realizar uma comparação que irá incidir em diversos parâmetros: conceito de pobreza habitacional, missão/visão/valores, modelos de atuação, parceiros, famílias e expetativas. De forma a conseguirmos alcançar estes objetivos pretendemos analisar as dimensões previamente referidas, sendo que cada uma delas impõe certas especificidades. Assim, considerando a revisão da literatura, bem assim como os objetivos expostos, apresentamos as principais dimensões que irão ser estudadas, tal como podemos analisar na figura e no texto que se segue.

Figura 1 - Dimensões de análise

Pobreza Habitacional - Apesar dos vários estudos efetuados, a pobreza habitacional continua a ser um problema que afeta várias pessoas pelo mundo, sendo que na literatura existe uma falta de concordância

e dificuldade na sua definição. Esta dimensão de análise pretende ser um ponto de partida para o debate e reflexão da pobreza habitacional.

Missão/Visão/Valores - Compreender a importância, sucesso e caminho das organizações que desenvolvem os seus trabalhos nesta área.

Modelos - O modelo de financiamento das respostas privadas e públicas é substancialmente diferente, ou seja, os recursos financeiros e económicos podem variar de acordo com diversas variáveis, como por exemplo as rendas sociais/arrendamento que são cobradas aos moradores, doações ou fundos monetários. Também o modelo de ação apresenta formatos distintos, naturalmente influenciados pelas estratégias definidas pela organização.

Parceiros - O fenómeno da pobreza deve ser encarado, não só pela intervenção do Estado e das suas políticas mas pelo envolvimento de parcerias locais, bem assim como atuação de organizações sem fins lucrativos, permitindo uma melhoria no bem-estar social e no funcionamento atual e futuro. Além disso, as parcerias enriquecem a interpretação e explicação de processos e resultados organizacionais, sendo que as famílias poderão, também, ser consideradas como parceiras.

Famílias - Devido aos problemas habitacionais, as famílias recorrem a diferentes respostas sociais. O processo de seleção, e o acompanhamento poderá ser distinto dependendo de cada resposta. Além disso, existem diversos fatores, nomeadamente, a participação, responsabilidade, cultura (etnia) que podem condicionar ou não o processo de admissão/ajuda de cada família.

Expectativas - Pretende-se compreender a motivação das diferentes respostas sociais, analisar os seus desempenhos e perspetivar possíveis resultados futuros.

Metodologia

O presente trabalho apresenta uma abordagem de investigação qualitativa, uma vez que este tipo de investigação dá maior ênfase à descrição e à compreensão dos fenómenos sociais através da interpretação do seu sentido, na realidade onde se inserem. Assim, neste trabalho procuramos centrar a nossa investigação na compreensão da realidade em estudo, a pobreza habitacional. As ferramentas a adotar neste trabalho de investigação são as entrevistas e a análise documental. Foram identificados pelas próprias organizações os seus principais interlocutores e depois disso os mesmos foram contactados pela investigadora. Para a realização das entrevistas, utilizamos um guião com diferentes dimensões para facilitar a organização da entrevista. As entrevistas foram transcritas e posteriormente tratadas de acordo com o método de análise de conteúdo. Relativamente à pesquisa documental, esta investigação irá analisar detalhadamente, o plano estratégico de habitação do município de Braga, bem assim como os planos estratégicos e de ação da Habitat

for Humanity Portugal - Associação Humanitária Habitat. Estes métodos são concebidos para ajudarem o investigador a adotar uma abordagem penetrante do objeto de estudo e, assim, encontrar ideias e pistas de reflexão esclarecedoras.

1. Pobreza Habitacional

A evolução do conceito de pobreza, reflete a evolução do pensamento económico e social e a crescente complexidade do fenómeno. Nesse sentido, o conceito tem evoluído de uma abordagem monetária para uma abordagem multidimensional e identificação de novas formas de pobreza. Como se conceptualiza ou se mensura a pobreza tem relevância para a sua análise e compreensão, mas também para a definição de grupos-alvo e políticas sociais.

As condições de habitação são um dos quatro domínios de pobreza, juntamente com as condições de saúde, educação e emprego/desemprego (Simões, 2011). A habitação é uma necessidade básica que reflete a satisfação, qualidade de vida e dignidade de um indivíduo/família (Cáritas, 2014; Maryse, 2008). No mundo, apenas nas zonas urbanas, estima-se que cerca de mil milhões de pessoas vivam em situação de pobreza habitacional (Diogo e Guerra, 2013). As famílias em condições de pobreza habitacional, mesmo que possam ascender a níveis de rendimento acima dos limiares de pobreza são, em geral, consideradas pobres em função do grau de privação que as carateriza em aspetos fundamentais de habitação e meio ambiente. Este tipo de pobreza apresenta uma forte tendência para transmitir-se inter-gerações (Bruto da Costa, 1985). Os sem-abrigo são o caso extremo de pobreza habitacional (e, em geral, outras dimensões de pobreza).

Apesar da importância desta dimensão da pobreza, existe dificuldade na sua conceptualização. De acordo com a OCDE (2006), uma habitação deve oferecer um local para dormir e descansar em que as pessoas se sintam seguras, tenham privacidade e espaço pessoal. Deve ainda ser um local onde se possa criar uma família e viver em condições satisfatórias. Uma habitação que não tem o mínimo de conforto, considerando as variáveis: segurança, higiene, equipamentos e elementos de conforto (aquecimento, sanitários, cozinha entre outros), indicia pobreza habitacional (Maryse, 2008). De acordo com Lopes (2012), a dimensão do conforto da habitação pode ser perspetivada tendo em conta três categorias: as condições internas do alojamento (estado de conservação, água canalizada, esgotos, eletricidade, gás), as condições externas do alojamento (acessibilidade, equipamentos sociais, serviços públicos, transportes, espaços verdes, criminalidade) e os bens de conforto (essencialmente bens duráveis). Consideram-se precárias as habitações construídas com material impróprio, as que estão localizadas em locais incorretos e as que obrigam os seus habitantes a dividir equipamentos e instalações sanitárias não satisfazendo os requisitos mínimos de habitação (Genevois e Costa, 2001).

A relação entre as outras dimensões de pobreza e a pobreza habitacional é complexa porque a pobreza habitacional pode igualmente contribuir para agravar outras dimensões da pobreza. De um modo

geral, a vivência em zonas degradas e em habitações precárias são um elemento que coexiste e reforça a pobreza. Existe uma vasta literatura sobre os efeitos nefastos da pobreza habitacional na saúde (World Health Organization, 2016). Os efeitos negativos de vizinhança, normalmente associados à concentração de pobreza habitacional no espaço, podem também reforçar o quadro geral de pobreza do indivíduo (Yinger, 2012). Por outro lado, os custos relacionados com a manutenção de condições de dignidade nas habitações representam, em geral, uma grande fatia dos orçamentos familiares, incluindo custos relacionados com gás, energia elétrica, água, móveis, entre outros. O peso destes custos nos orçamentos familiares, podem contribuir para a pobreza nos agregados familiares (Tunstall et al, 2013).

Os instrumentos fundamentais para medir a pobreza habitacional incidem nos seguintes parâmetros: tipos de alojamento, regime de propriedade, qualidade da habitação e acessibilidade da habitação em termos de custo. As medidas mais comuns de pobreza habitacional, usadas em geral na análise dos dados na Europa são:

Aspetos de privação – Este(s) indicador(es) referem- se à falta de casa de banho, infiltrações no telhado ou falta de luminosidade.

Sobrelotação - Um dos principais indicadores para avaliar a qualidade das condições de habitação é a disponibilidade de espaço suficiente no alojamento. A taxa de sobrelotação descreve a percentagem de pessoas que vivem em alojamentos sobrelotados, definidos pelo número de divisões à disposição do agregado familiar, a dimensão do agregado familiar, bem como as idades e a situação familiar dos seus membros. A taxa de privação habitacional grave é dada pela percentagem de pessoas que vivem num alojamento sobrelotado e que simultaneamente apresentam, pelo menos, uma dos aspetos de privação.

Acessibilidade em termos de custos - Este indicador é fundamental. Refere-se ao peso dos gastos com habitação no rendimento (equivalente) disponível das famílias.

Estado dos edifícios - O presente indicador reflete-se sobre a qualidade da habitação, ou seja, as condições externas e internas do alojamento que foram mencionadas anteriormente para que possam garantir o bem-estar das famílias.

Em Portugal, os dados da pobreza habitacional são também analisados pelo Recenseamento Geral da Habitação que fornece, informação sobre o tipo de propriedade, as formas de ocupação, o estado de conservação e as carências habitacionais (INE, 2012).

1.1. Pobreza habitacional em Braga

Os dados que temos disponíveis sobre pobreza habitacional são apresentados por Distrito. O concelho de Braga é parte integrante do distrito de Braga. Segundo, os dados do INE, entre 2011 e 2012, no distrito de Braga existiu uma diminuição no número de edifícios concluídos (de 2 624 edifícios para 2 558 edifícios). Sendo que 85.3% corresponde a construções novas. Segundo o V Recenseamento Geral da Habitação do INE, em 2011, existiam 268 462 edifícios. A maioria destes edifícios (57.4%) referia-se a edifícios com dois pisos (154 001 edifícios), seguindo-se os edifícios com um piso (28.1%, 75 403 edifícios), os edifícios com três pisos (10.7%, 28 854 edifícios) e, por último, os edifícios com quatro ou mais pisos (3.8%, 10 204 edifícios) (Alves, 2015). Entre 2001 e 2011, diminuíram os alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, sem água canalizada, duche/banho, instalações sanitárias, o que representa 13.6% do total de alojamentos familiares ocupados na região Norte, sem qualquer tipo de instalações.

Mais especificamente, em 2011, registaram-se 1 225 alojamentos sem retrete/esgotos, 1 458 alojamentos sem água canalizada, 5 545 alojamentos sem instalação de banho/duche, 254 362 alojamentos sem ar condicionado e 32 722 alojamentos sem aquecimento, eletricidade, cozinha e/ou esgotos. Apesar disso, ainda existiam, em 2011, 289 alojamentos sem nenhuma destas instalações. Em 2010, 10.4% dos agregados privados possuíam ar condicionado, 99.7% possuíam fogão, 82.9% tinham micro-ondas, 99.5% tinham frigorífico/combinado, 54.2% arca congeladora, 80.9% tinham aspirador, 95.5% tinham máquina de lavar roupa e/ou secar roupa, 41.4% máquina de lavar loiça, 67.7% tinham telefone, 99.3% tinham televisão por cabo ou satélite, 43.3% tinham leitor de CD, 64.3% tinham rádio, 55.5% tinham leitor de DVD, 16.9% tinham câmara de vídeo, 49.1% tinham material fotográfico e 57.2% tinham computador (Alves, 2015).

Conclusões

A revisão da literatura enfatiza a dificuldade de definir pobreza e a sua natureza complexa e multidimensional. Este trabalho debruça-se sobre a pobreza habitacional. Ao isolar uma dimensão da pobreza, sublinhamos a sua importância, reconhecendo, no entanto, a importante relação desta com as diferentes dimensões. Apesar do reconhecimento crescente do direito à habitação, existem, ainda, muitas famílias portuguesas que defrontam sérias dificuldades para conseguir uma habitação com padrões mínimos de qualidade e acessíveis aos seus rendimentos, não podendo, usufruir de qualidade de vida e bem-estar individual e social. Referimo-nos, concretamente, a carências ou ausências de infraestruturas básicas, à superlotação dos alojamentos e/ou sem instalações adequadas.

De forma sucinta, podemos referir que a Bragahabit é uma empresa municipal, financiada pelo município (contrato programa com o município) e pelas rendas sociais que cobra às famílias. O apoio à habitação incide sobretudo no arrendamento com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares, atribuição de um subsídio destinado à comparticipação do pagamento mensal da renda.

Em contrapartida, a Habitat for Humanity é uma organização sem fins lucrativos e por esse motivo os fundos angariados tornam-se essenciais para a realização dos seus objetivos. O principal objetivo é a construção ou reconstrução de casas para famílias carenciadas, num modelo que confere propriedade às famílias, tendo por base de apoio o trabalho voluntário. Neste contexto, as famílias participam na construção e nas atividades da organização. Esta organização considera que os mais importantes problemas habitacionais devem estar integrados numa visão holística que deve ser delineada de acordo com as particularidades de cada família, considerando as especificidades dos vários contextos, promovendo a dignidade e a autonomia das famílias.

De forma lata pode-se afirmar que o trabalho em parceria tem sido referenciado como um importante elemento da intervenção local, a Habitat for Humanity tem um maior número de parcerias e uma grande parcela da sua atividade é desenvolvida em conjunto com os seus parceiros que atuam a montante e a jusante da sua atividade mais central. Este formato organizativo é bastante exigente e impõe uma rigorosa dinâmica, ainda que seja importante sublinhar que a cooperação existente entre parceiros poderá proporcionar benefícios mútuos. No modelo de ação apresentado pela Habitat for Humanity, as famílias participam na própria construção da habitação, ou seja, um dos princípios da organização é a família trabalhar um determinado número de horas na construção das próprias casas e, por vezes, também na construção de outras habitações, juntamente com os voluntários. A Habitat tem estabelecido ao longo dos anos várias parcerias com empresas e entidades através do voluntariado, apoio financeiro ou doação de materiais de construção. A nível nacional, as parcerias referidas como as mais importantes são as existentes como a Fundação Manuel António da Mota, a empresa Mota-Engil, algumas empresas e autarquias locais.

Por sua vez, a Bragahabit refere muito especificamente a sua parceria com o município de Braga, sublinhando a natureza jurídica da organização, bem assim como a sua natural proximidade com o município ao qual pertence. A Bragahabit dá ênfase a uma grande parceria referindo o seu envolvimento com a câmara municipal de Braga. De facto esta parceria assume contornos fundamentais e influencia grandemente a atuação da organização.

No que diz respeito às famílias, a candidatura e os critérios de seleção, ambas as organizações têm praticas seletivas que visam servir populações necessitadas, no entanto a Habitat for Humanity, não orienta os seus esforços para as pessoas mais pobres, sendo que as famílias devem assegurar a capacidade de pagar a casa. A seleção das famílias é realizada mediante um processo que envolve várias estruturas e que tem como objetivo principal selecionar as famílias que realmente precisam de uma habitação. Este processo começa com o preenchimento de uma ficha de candidatura e da entrega de vários documentos, que posteriormente serão analisados pela Comissão de Seleção e acompanhamento de Famílias. Para serem selecionadas as famílias têm que cumprir 3 requisitos: necessidade de uma habitação digna; a família deve possuir rendimentos suficientes que lhes permitam o pagamento da sua futura casa e não possuírem

dívidas avultadas que venham a comprometer o seu compromisso estabelecido com a Habitat; estejam dispostas a serem voluntárias, não só na construção da sua casa mas de todo o projeto. A Bragahabit rege-se por regulamentos oficiais, enquanto a Habitat por princípios orientadores. Para usufruírem do apoio da Bragahabit, as famílias devem preencher um pedido habitacional. Após esse procedimento as candidaturas são avaliadas de acordo com alguns parâmetros estabelecidos pela empresa municipal.

Quando questionados acerca dos casos de sucesso percebemos que a empresa municipal e a organização sem fins lucrativos conseguiram alcançar o principal objetivo que é comum nos dois entrevistados: ajudar a minimizar as dificuldades de habitação para as famílias mais carenciadas. Com modelos de ação distintos, isto é, a Bragahabit com modelo de arrendamento e a Habitat for Humanity com um modelo de propriedade que consiste na construção/reconstrução da própria casa, as organizações conseguem ir de encontro aos objetivos que estão na génese da sua criação e dar respostas a diversas solicitações.

Relativamente às expetativas futuras de ambas as organizações podemos afirmar que ambas pretendem continuar a trabalhar num formato de intervenção local pois consideram que a sua proximidade à comunidade facilita e melhora a intervenção em termos de respostas aos problemas habitacionais. A Bragahabit refere a sustentabilidade financeira e a fraca intervenção estatal como as principais barreiras à sua intervenção no futuro, sendo que a Habitat for Humanity espera conseguir novos parceiros de forma a poderem alargar a sua capacidade de resposta.

Referências

- Alves, R. (2015). *Caracterização demográfica e socioeconómica no distrito de Braga.* EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Braga.
- Bruto da Costa, A. (1985). *A pobreza em Portugal. Estudo subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.* Coleção Cáritas, nº6.
- Cáritas. (2014). *Logement el pauvreté: Une analyse sur l´engagement des cantons. Observations de Caritas sur la politique 2014 de lutte contre la pauvreté.* Disponível em https://www.caritas.ch/fileadmin/media/caritas/Dokumente/Positionspapiere/CA_Monitoring_Pauvret%C3%A9_2014_FR_Internet.pdf [último acesso: Novembro 2016].
- Diogo, V. & Guerra, P. (2013). *A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat.* Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXV, página: 141 - 163.
- Genevois, M. e Costa, O. (2001). *Carência habitacional e déficit de moradias: questões metodológicas.* 6 [illegible]
- Instituto Nacional e Estatística. (2012). *Parque habitacional em Portugal: Evolução na última década.* Destaque: informação à comunicação social.
- Lopes, C. (2012). *Sobre a medição da pobreza, da riqueza e da desigualdade: evidência para Portugal segundo um índice de conforto habitacional.* Dissertação de Mestrado em Economia Portuguesa e Integração

Internacional, ISCTE Business School.

- Maryse, M. (2008). *Le logement, une dimension de la pauvrete en conditions de vie.* Regards croisés sur l´économie, Regards croisés sur l'économie nº4, pp. 70-82.
- Simões, J. (2010). *A habitação Social como um instrumento de combate à Pobreza e Exclusão Social: Estudo de caso no Bairro Alves Redol.* Dissertação de Mestrado em Política Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).
- Tunstall, R., Bevan, M., Jonathan, B., Karen, C., Stephen, D., Caroline, H., Anwen, J., Julie, R., Alison, W. & Steve, W. (2013). *The Links Between Housing and Poverty: an evidence review.* Joseph Rowntree Foundation.
- Yinger, J. (2013). *Hedonic Estimates of Neighborhood Ethnic Preferences.* The Maxwell School, Syracuse University.
- Webgrafia:
- OECD Better Life Index, http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/housing-pt/, consultado a 14 de Fevereiro 2016.
- World Health Organization, http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/Housing-and-health, consultado a 15 de Fevereiro de 2016.

Figuras:

Figura 1: Dimensões de análise.

A CIDADE DO MERCADO: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ECONOMIA NA CIDADE

LA CIUDAD DEL MERCADO: INDUSTRIA, COMERCIO Y ECONOMÍA EN LA CIUDAD

THE MARKET CITY: INDUSTRY, COMMERCE AND ECONOMY IN THE CITY

PRODUCCIÓN CULTURAL Y TURISTIFICACIÓN: LA CONSTRUCCIÓN DE LA CIUDAD CREATIVA EN A CORUÑA

ALBERTO RODRÍGUEZ BARCÓN, ESTEFANÍA CALO GARCÍA, RAIMUNDO OTERO ENRÍQUEZ

Integrantes del Grupo de Investigación de Estudios Territoriales (UDC)
Facultad de Sociología. Universidade da Coruña.
Campus Elviña s/n (España) 15071.
get.socioloxia@udc.es

Resumen

En esta comunicación tratamos de demostrar como la ciudad de A Coruña (España) está reconfigurando su modelo productivo a raíz de potenciar la dimensión cultural como elemento transversal en el conjunto de las políticas públicas de gestión y regeneración urbana. Por una parte, esta estrategia refuerza la imagen-marca de la ciudad y su capital simbólico y, en segundo lugar, potencia los modelos de consumo cultural derivados del incremento de las clases creativas en la ciudad.

*Primeramente, analizamos y localizamos a nivel de Distrito el incremento de las denominadas clases creativas a través del criterio inicial de Richard Florida y proponemos un indicador de elaboración propia. Caracterizamos la implementación de políticas públicas de producción cultural sustentadas en el diseño de grandes proyectos de regeneración urbana y desarrollo tecnológico en tres escenarios paradigmáticos que confirman como la cultura se ha constituido en la piedra angular del planeamiento y el marketing urbano. Primero, un escenario de instrumentalización cultural ejemplificado en el caso del proyecto de la Avenida de la Innovación y el Distrito Creativo; segundo, un fenómeno de turistificación de las áreas centrales de la ciudad con las conocidas como "Obras de La Marina"; y, finalmente, un proceso de espectacularización de la gestión urbana mediante la introducción de aplicaciones tecnológicas a través del programa "*Coruña *Smart City".*

Abstract

In this paper we try to demonstrate how the city of A Coruna (Spain) is reconfiguring its production model as a result of enhancing the cultural dimension as a transverse element in the overall of public policies of management and urban regeneration. On the one hand, this strategy reinforces the brand image of the city and its symbolic capital and, secondly, strengthen models of cultural consumption resulting from increased creative classes in the city.

First, we analyse and located at District level the increase of so-called creative classes through the initial approach of Richard Florida and propose an indicator of own elaboration. We characterize the implementation of public policies of cultural production in the design of large urban regeneration projects and technological development in three paradigmatic scenarios that confirm how culture has become the cornerstone of planning and urban marketing. First, a scenario for cultural instrumentalisation exemplified in the case of the Project of an Avenue of Innovation and a Creative District; second, a phenomenon of touristification of the central area of the city known as "Works of La Marina"; and finally a process of spectacularisation of urban management by introducing technology applications through the "Coruña Smart City" program.

PALABRAS CLAVES

ciudad creativa, A Coruña, producción cultural, smart city, consumo

KEY WORDS

creative city, A Coruña, cultural production, smart city, consumption

Introducción

El concepto de ciudad creativa se ha consolidado de manera generalizada en las diversas agendas políticas, académicas y económicas relativas al ámbito urbano (Landry y Bianchini, 1995). Al asumir un rol más activo en la generación de recursos e inputs económicos, la ciudad industrial ha ido transformándose progresivamente en una suerte de "ciudad del conocimiento" que Méndez (2007) caracteriza en base a cuatro indicadores: el capital humano, la economía del conocimiento, el esfuerzo innovador y las redes digitales. Las ciudades del conocimiento se definen como aquellas donde la producción, el intercambio y la aplicación de conocimiento se convierte en un objetivo para hacerlas más habitables y competitivas (Winden, Berg y Pol, 2007; Méndez 2012). Es decir, se trataría de ciudades que *"pretenden promover su desarrollo mediante el reforzamiento de su dotación en recursos de conocimiento, la capacidad creativa de su población y sus instituciones, la existencia de redes de cooperación entre ellos y la generación de procesos de aprendizaje colectivo"* (Méndez *et al.*, 2008: 119).

Ante la diversidad de etiquetas que se pueden aplicar al nuevo formato de ciudad contemporánea (ciudad del conocimiento, *smart city*, ciudad informacional, ciudad en red, etc.), el término de "ciudad creativa", que no deja de responder a un determinado perfil dentro de la poliédrica morfología de la ciudad capitalista[1], se situó con fuerza en el centro del debate a raíz del trabajo de Richard Florida (2005a, 2005b) y constituye un buen marco conceptual para englobar al resto de propuestas. A través de diferentes políticas instrumentales, el aparato político-económico de una ciudad puede reorientar su "creatividad" y su "cultura" como herramientas extractivas para alcanzar fines no culturales (Rubino, 2009).

En la presente comunicación vamos a identificar los principales elementos que caracterizan el proceso de constitución de A Coruña como una ciudad creativa en el marco del desarrollo de fórmulas de crecimiento económico aparejadas a aspectos creativos, innovadores y culturales. Comenzaremos demostrando, brevemente, el incremento de clases creativas en el sistema laboral de la ciudad a través del análisis de la estructura de trabajo. Analizaremos, a continuación, tres ejemplos de políticas de regeneración y gestión urbana con un marcado cariz cultural orientadas a substantivar la "imagen-marca" de la ciudad: *instrumentalización* cultural mediante el proyecto de un Distrito Creativo y una Avenida de la Innovación; *turistificación* del área central a través de las conocidas como "Obras de La Marina"; y, finalmente, *espectacularización* de la gestión urbana mediante el programa "Coruña *Smart City*".

Objetivos

Con esta comunicación tratamos de evidenciar el desarrollo de grandes proyectos de regeneración y gestión urbana en A Coruña fundamentados en políticas de producción cultural afines a los nuevos modelos

1 En el caso concreto de la "ciudad creativa", se nos presenta la ciudad capitalista desde su lado más "humano" y "cultural" (Pratt, 2011: 2).

de consumo y de estilo de vida ejercidos por el incremento de colectivos creativos y que, en última instancia, promueven significativos episodios de segregación, gentrificación y cambio social. Clasificamos estas políticas en tres modelos: de instrumentalización cultural, de turistificación y de espectacularización de la gestión urbana.

Metodología

Para la estimación del porcentaje de clases creativas en la estructura laboral coruñesa consultamos a McGranahan y Wojan (2007a, 2007b), Boschma y Fritsch (2007, 2009), Lorenzen y Vaarst Andersen (2007, 2009) y McGranahan *et al*. (2010), hallando las correspondencias entre las categorías laborales empleadas por Richard Florida en sus investigaciones y la clasificación norteamericana de la SOC2000. Navarro y Mateos (2010) realizaron la traslación hacia clasificaciones internacionales de ocupación europeas como la ISCO88. Una vez comprobado este paso, y añadiendo otros estudios (Pesquera *et al*, 2010 y Casares *et al*, 2010), extrajimos las equivalencias con la Clasificación Nacional de Ocupaciones que ofrece el Censo español de 2001 (CNO94). Finalmente, nuestra aportación en este punto fue la de actualizar y hacer la pertinente correspondencia medida a través del Censo de 2011 y la Clasificación Nacional de Ocupaciones (CNO11).

Por otra parte, la comunicación se completa con un análisis cartográfico de elaboración propia y el tratamiento de información secundaria extraída del Instituto Nacional de Estadística (INE), principalmente la Clasificación Nacional de Ocupaciones y el Censo de Población y Vivienda de 2001 y 2011.

1. El auge de las clases creativas en la estructura laboral coruñesa.

La reconfiguración global del trabajo fruto del desarrollo del capitalismo urbano flexible a partir de la década de 1970 ha dado como resultado una recomposición de la estructura social a nivel mundial. En el plano académico, fueron incontables los términos propuestos para poner en perspectiva las emergentes expresiones de la identidad urbana (Yaccoub, 2011). El concepto de “nueva clase media”, a la postre el término que goza de un mayor consenso, vendría definido por su carácter reflexivo (Bridge, 2001: 211) y por sus prácticas públicas, discursivas y autoconscientes (Rubino, 2009: 34). Desde un inicio algunos autores la interpretaron como un estamento entre los/as trabajadores/as de cuello azul y la clase capitalista que participaba ideológica y políticamente en la dominación de la clase trabajadora (Poulantzas, 1981). Sin embargo, el concepto de nueva clase media ha ido evolucionando y perdiendo, hasta cierto punto y de manera progresiva, las connotaciones negativas que le caracterizaron históricamente. Siempre interrelacionadas con las nuevas ingenierías productivas de trasfondo neoliberal, las “nuevas clases medias” han sido asociadas con los colectivos yuppies en los ’80 en pleno avance del capitalismo financiero (Smith, 1987), y, finalmente, con las “clases creativas” propuestas por Richard Florida a comienzos de siglo.

Empleando la metodología de la teoría de las clases creativas aplicada al análisis de la estructura

laboral de A Coruña, confirmamos el incremento de esta subclase o fracción de clase media[2] cuya tarea fundamental es la de "generar nuevas ideas, nuevas tecnologías o nuevos contenidos creativos" (Florida, 2010: 47), por lo que está asociada a aquellas actividades relacionadas con la innovación, la creatividad, el I+D, el conocimiento especializado y la estética (véase figura 1).

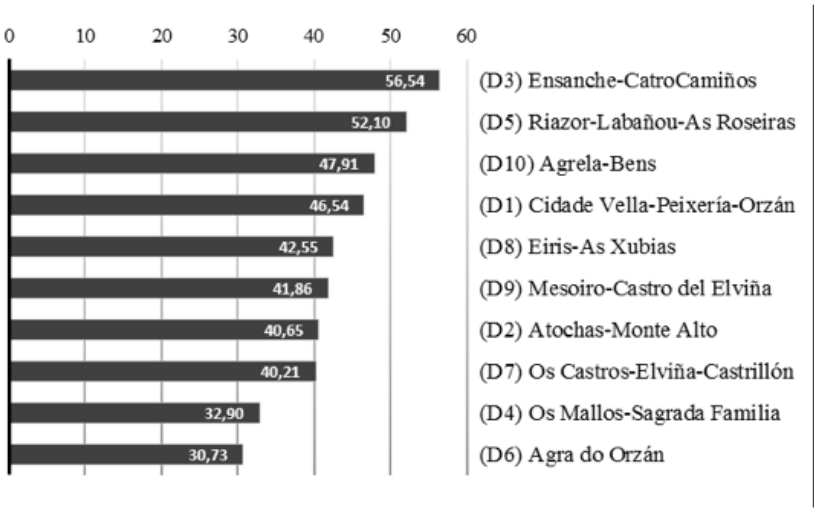


Figura 1. Clase creativa por Distritos (2011). Índice de Florida-Navarro y Mateos. Elaboración propia.

Desde esta comunicación proponemos otro criterio interpretativo a partir de aplicar un enfoque selectivo distinto al planteado por Navarro y Mateos, fiel al modelo de Florida, y que consideramos demasiado generoso y ambiguo. En esencia, suprimimos las categorías técnicas y de apoyo y las actividades educativas no universitarias (véase figura 2).

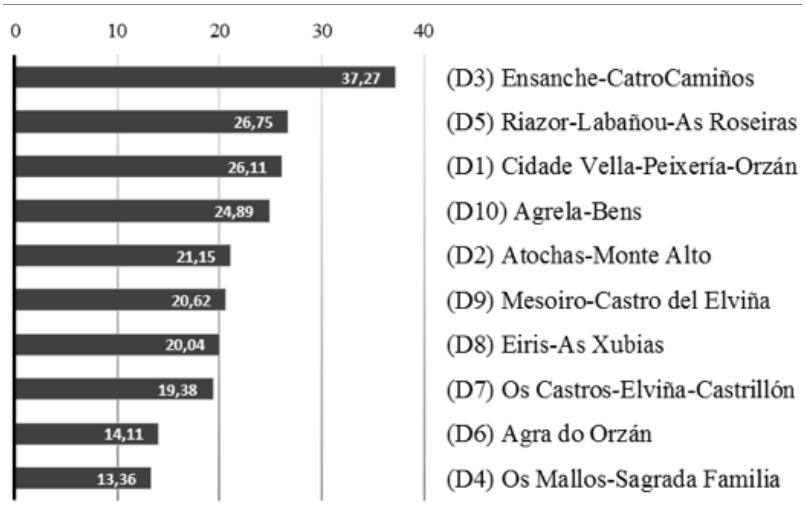


Figura 2. Clase creativa por Distritos (2011). Índice de elaboración propia a partir de la CNO11.

2 Hay que señalar que la correspondencia entre la CNO94 utilizada por Navarro y Mateos con la CNO11 empleada en este artículo tiene algunos desajustes. Por ejemplo, la categoría 531 - "Modelos de moda, arte y publicidad" en la CNO94 aparece englobada con el mismo título en el apartado 5493 dentro de la categoría 549 - "Otros vendedores". Es decir, se transforma en una categoría de cuatro cifras a la que ya no podemos tener acceso directo debido al secreto estadístico. Por este motivo, debemos incorporar la categoría conjunta 549, la cual engloba otras ocupaciones que no encajan en sentido estricto con la definición de clase creativa, por lo que debemos interpretar el resultado final con cautela.

Como resultado observamos una concentración significativa tanto en ámbitos diseñados históricamente para albergar a la alta burguesía coruñesa (parcialmente Distrito 3 y 5) y áreas comerciales de prestigio (parcialmente Distrito 3), como en los distritos que componen el centro histórico de la ciudad (Distrito 1 y, parcialmente, Distrito 2). Estos colectivos sociales van a definirse, más allá del componente creativo de su actividad laboral, por sus modelos de consumo, visiblemente distintivos de los desarrollados por la clase media tradicional.

Las clases creativas se alejan de los elementos configuradores de clase que poseían los espacios urbanos periféricos y los cinturones industriales periurbanos mediante un proceso de re-escalamiento (Peck, 2002) en clave postfordista. Las áreas centrales, predominantemente barrios populares, atraen a estos colectivos sociales por aspectos relacionados con el consumo visual, el capital simbólico y cultural, el contraste social, el ocio, la multiculturalidad, etc. El centro sintetiza la imagen marca de la ciudad -a partir de articular micro-espacios o "barrios marca"- y la proyecta para su consumo cultural y turístico ejercido tanto por los/as propios/as residentes como por los/as visitantes foráneos.

El consumo es, por lo tanto, el aspecto clave que conecta a las clases creativas con el centro urbano. Frente a un modelo de consumo serializado y homogéneo propio de la etapa fordista, en el marco del capitalismo urbano flexible el consumo viene determinado por la fragmentación y la heterogeneidad. La cultura, a través de la dialéctica producción-consumo cultural, será el eje transversal que encauce los modelos de consumo "neo-bohemio" (Florida, 2010; Lloyd & Clark, 2001; Lloyd, 2006) dirigidos por la búsqueda de la originalidad, la autenticidad, las experiencias únicas e irrepetibles, la unicidad y la innovación.

2. De ciudad de servicios a smart city: construyendo la ciudad creativa

Desde finales del siglo pasado, A Coruña ha reconfigurado sensiblemente sus directrices productivas para potenciar el componente cultural como base de sus estrategias de crecimiento económico apoyadas, substancialmente, en los nuevos modelos de consumo (cultural) anteriormente señalados. Si bien el incremento del sector servicios es una constante reconocible de manera generalizada en el modelo contemporáneo de ciudad occidental, la transformación coruñesa ha sido especialmente sobresaliente en el contexto de su entorno urbano inmediato. El modelo productivo de los años '90, volcado en la actividad terciaria con vocación turística y empresarial, ha avanzado hasta potenciar la dimensión cultural como elemento nuclear sobre el que articular una ingeniería productiva basada en la intensificación de aquellas variables, materiales e inmateriales, que incorporan valor añadido a la cadena productiva y construyen el capital simbólico y la "imagen-marca" de la ciudad. Esta imagen-marca constituye, a la postre, la carta de presentación necesaria para introducirse en los diferentes mercados urbanos (regionales, nacionales e internacionales) y capturar los diversos flujos laborales, turísticos y de inversión económica.

El reclamo incesante de trabajadores/as cualificados/as y oportunidades de negocio justifica la batería de medidas que persiguen la mercantilización de ciertos aspectos de la ciudad en aras de articular el concepto abstracto de "calidad de vida" (seguridad, tranquilidad, gastronomía, ocio, turismo, etc.) y que puede decantar, en última instancia, la opción residencial de las clases creativas ya no predeterminadas, únicamente, por factores de racionalidad económica y salarial. Por este motivo, A Coruña ha mutado de una ciudad de servicios en los '90 a una ciudad creativa en la actualidad siguiendo lógicas de gestión neoliberal del espacio urbano que tienen implicaciones directas en ámbitos como el mercado de la vivienda o el derecho a la ciudad.

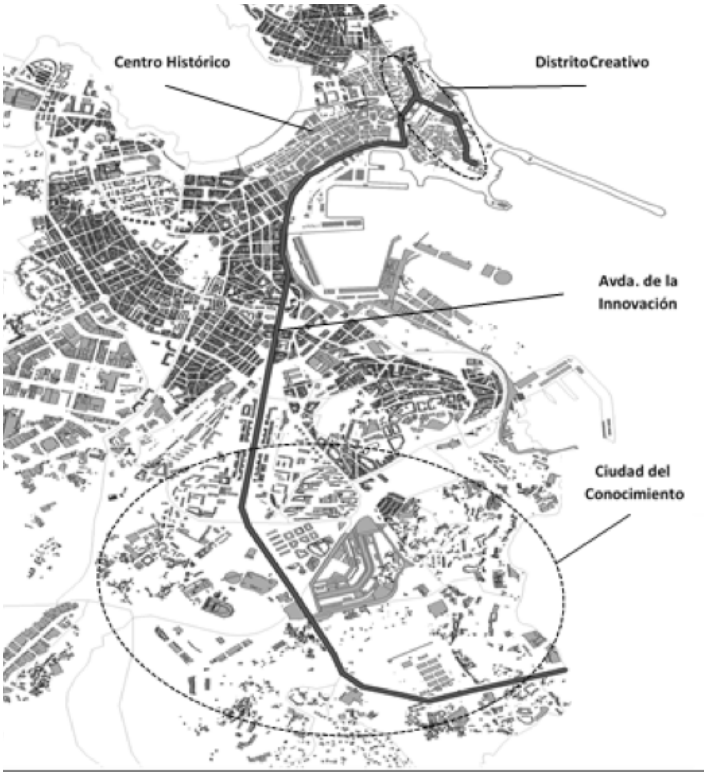


Figura 3. Proyectos del Distrito Creativo, Avenida de la Innovación y Ciudad del Conocimiento. Elaboración propia.

Como ejemplos paradigmáticos de esta trasformación, proponemos tres escenarios de regeneración urbana apuntalados en los nuevos modelos de ocio y consumo cultural que definen la matriz sociológica de las "nuevas clases medias" coruñesas. Primeramente, analizaremos un ejemplo de instrumentalización cultural con implicaciones directas en el territorio como fue el proyecto integral denominado "Coruña Futura" (véase figura 3). La primera fase de este proyecto consistía en la construcción del Laboratorio Cultural Coruña Idea (CIDEA) que pretendía localizarse en los terrenos de la Antigua Comandancia de Obras (terrenos de carácter militar pertenecientes al Ministerio de Defensa) entre los barrios de las Atochas y la *Cidade Vella*.

El propósito era articular un Distrito Creativo que atrajera a los/as trabajadores/as cualificados/as en el campo de la creatividad y la innovación, al modo, por ejemplo, del Temple Bar en Dublín, el CIQ en Sheffield, o del Distrito Creativo de San Telmo en Buenos Aires. El proyecto de Distrito Creativo en A Coruña asumía el diseño de un corredor cultural que comenzaría en el barrio de las Atochas con la Escuela de Arte Superior y Diseño Pablo Picasso, a lo largo de la calle Orillamar -reconvertida recientemente en una especie de bulevar

urbano- pasando por el propio proyecto del CIDEA, el rectorado de la Universidad de A Coruña -ya en el barrio de la *Cidade Vella*- y la Fundación Cultural Luis Seoane, entre otros espacios culturales menores.

Pero, además, este Distrito Creativo estaría a su vez insertado dentro de la llamada Avenida de la Innovación que consistiría en la articulación de un gran eje que conectaría el Distrito Creativo, en el centro histórico, con la llamada Ciudad del Conocimiento en el sur de la ciudad. Esta Ciudad del Conocimiento englobaría otras áreas solemnemente etiquetadas como el Distrito Digital, la Fábrica de la Innovación, el Campus de la Salud o el Parque Ofimático. Finalmente, este proyecto quedó abortado con el cambio de corporación municipal tras las elecciones de mayo del 2015. Los terrenos de la antigua Comandancia de Obras iban a ser, en un principio, cedidos por el Ministerio de Defensa al Ayuntamiento. Al suprimirse el proyecto, el Ministerio ha optado finalmente por vender los terrenos a precios muy por encima del precio estipulado de mercado para la promoción de viviendas privadas de alto *standing* que podrían incentivar, todavía más, los episodios de gentrificación residencial que se están desarrollando en el casco viejo de la ciudad. El precio inicial de la puja recientemente finalizada fue de 25 millones de euros y quedó desierta sin que se realizara ninguna oferta al respecto. Únicamente desde la plataforma de vecinos de la *Cidade Vella,* en consorcio con la nueva corporación municipal, se realizó una oferta simbólica para reclamar la cesión de los terrenos para uso público y cultural, una reclamación que se retrotrae hasta 1840.

Un segundo escenario de aplicación de políticas públicas de producción cultural lo encontramos en el megaproyecto de remodelación integral del área Parrote-Mariña -centro turístico por excelencia de la ciudad y "milla de oro" residencial- conocido popularmente como "*Obras de la Mariña*" (véase figura 4). Se trata, en esencia, de un caso paradigmático de turistificación de un área central donde se intensifica el, ya de por sí, elevadísimo índice de terciarización de la zona configurando un escenario pensado principalmente para el disfrute turístico y que agrava procesos de vaciado y *artificialización* del tejido sociológico; pérdida de elementos pertenecientes a la memoria colectiva de la ciudad (como el antiguo edificio de sanidad); pérdida de servicios (aparcamiento público); eliminación de espacio verde; elevado coste público en un contexto de crisis financiera y de propagación de episodios de cambio social y gentrificación residencial y comercial.

Este megaproyecto se estructuró, fundamentalmente, en dos grandes fases: una primera a partir de la cual se diseñó un gran túnel subterráneo para el soterramiento del tráfico rodado y la construcción de un parking privado; y una segunda en la que se peatonalizó la superficie con pocos, pero onerosos, elementos decorativos y algunos espacios de hostelería. El presupuesto general fue de más de 53 millones de euros en colaboración público-privada. Existía, además, la posibilidad de añadir dos fases más -de 15 millones cada una- en elementos turísticos como la construcción de una pasarela marítima sobre el mar, elevando el coste total hasta los 80 millones en plena época de austeridad presupuestaria y recortes en servicios municipales quedando, finalmente, suprimidas con el cambio de corporación municipal.

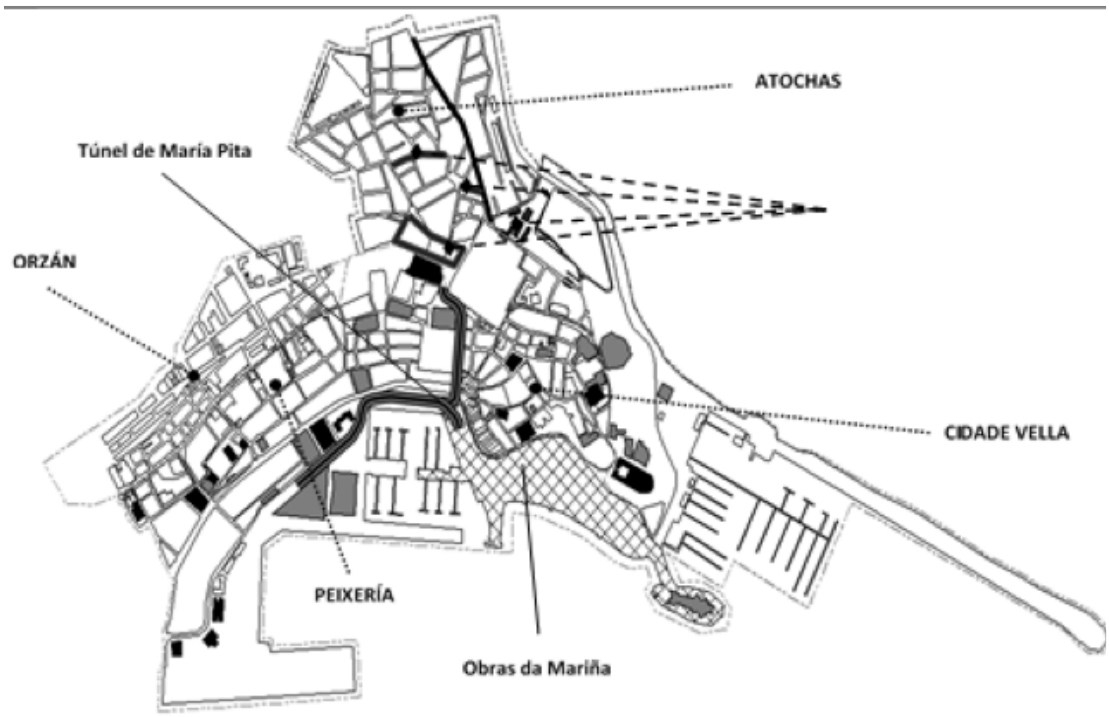


Figura 4. Mapa de las obras de la Marina-Parrote en el centro histórico. Elaboración propia.

Podemos hablar de un tercer escenario de espectacularización de la gestión urbana a través de la aprobación del proyecto "Coruña *Smart City*" por el cual A Coruña se introduce en la dinámica de las conocidas como *smart cities* o "ciudades inteligentes" como una etapa evolutiva más en la construcción del marco general de la *ciudad creativa*. La *smart city* un concepto aplicado a las ciudades por el cual se introducen aplicaciones tecnológicas con el objetivo de mejorar ámbitos como la sostenibilidad, la accesibilidad, los servicios públicos o las oportunidades de negocio. La tecnología optimiza la interacción entre la ciudadanía, el tejido empresarial y la administración pública. Uno de los propósitos principales que podemos encontrar de manera recurrente en la publicidad municipal en relación a este tema, es el de convertir a Coruña en un "referente internacional y un socio deseado por empresas e instituciones para generar iniciativas innovadoras"[3].

El programa "Coruña *Smart City*" se divide en dos fases. La primera, ya finalizada, comenzó en abril de 2013. Consistió, en esencia, en la recopilación de multitud de datos e información cuantitativa a través de una Plataforma Tecnológica y diversos sensores esparcidos por toda la ciudad. El propósito es procesar esta información de carácter cartográfico, sociológico, demográfico, urbanístico, etc., y ofrecerla públicamente a través de un portal online[4]. La segunda fase, aún en elaboración, incluye el desarrollo de 14 proyectos piloto orientados a ofrecer servicios avanzados a la ciudadanía en diferentes áreas: movilidad, ocio, turismo, cultura, administración electrónica, medio ambiente, agua, educación, vivienda y energía. Hasta el momento se han validado 10 proyectos piloto que han sido gestionados en su totalidad por la empresa municipal de aguas

3 A Coruña pertenece a la Red Española de Ciudades Inteligentes (RECI) que comenzó con 25 ciudades en junio de 2012 y a día de hoy la conforman 60.

4 https://smart.coruna.es/OpenData/COR/index.html

Emalcsa, adjudicataria de fondos europeos para tal propósito[5], y que costaron a las arcas municipales en torno a tres millones de euros. Los proyectos validados son: un sistema multicanal de información sobre eventos[6], visitas guiadas por la ciudad a través de la "realidad aumentada" e interacción 3D, controles de calidad del aire y del ruido, control del riego inteligente y del alumbrado público, la telegestión de los contadores de agua y de su calidad, del gas y de las redes de almacenamiento y saneamiento, monitorización del nivel del agua en estanques y presas, sistemas de ayuda al aparcamiento y de regulación del tráfico, vigilancia de edificios públicos y áreas prioritarias y, finalmente, la administración electrónica local. En la primera fase colaboraron, por requerimiento de la normativa, además de varias empresas privadas (4 grandes empresas y 15 empresas locales de las cuales 4 son spin-off de la Universidad), 4 grupos de investigación de la Universidade da Coruña[7]. El objetivo planteado en el discurso inicial por parte del gobierno local era el de atraer una inversión en I+D de 20.500.000 €, 50 empresas TIC y generar unos 2.000 empleos directos e indirectos.

El arquitecto holandés Rem Koolhaas sostiene que, a medida que la gestión neoliberal ocupaba los espacios urbanos en la década de los '70, la ciudad (y el urbanismo) como objeto de estudio y reflexión era usurpado a los/as arquitectos/as. La interpretación de lo que debe ser una ciudad ya no es ejercido por los/as científicos/as sociales o *urban planners*. Esa tarea es ahora desarrollada por las *smart cities* mediante corporaciones comerciales que supervisan y monitorizan cada paso que damos dentro de la ciudad. Mediante una multitud de dispositivos tecnológicos, y sobre el discurso perenne de la sostenibilidad y la eficiencia, la ciudad se asemeja cada vez más a un gran sensor gigante que registra todas sus funciones y que deja cada vez menos margen para la transgresión, la imprevisibilidad, la diversidad y el conflicto, aspectos todos ellos inherentes a la propia condición urbana.

5 La elaboración de la "Plataforma *Smart* Coruña" salió a concurso con un importe de casi cinco millones de euros, siendo la única ciudad del noroeste español que recibió fondos europeos para su desarrollo.

6 Incluye un canal propio de televisión "inteligente" llamado "A Coruña *Smart City*" dentro del operador R. En teoría, a través de este canal la ciudadanía podrá informarse de los eventos culturales, noticias relacionadas con la ciudad, estado del tiempo, etc.

7 Para obtener financiamiento europeo, normalmente se articula un consorcio liderado por una gran empresa, varias pequeñas y, por requerimiento europeo, alguna universidad. Como ejemplo de alguno de los proyectos financiados: A Coruña, proyecto integral, 12 millones; Burgos, gestión de aguas, 1 millón; Cáceres, rehabilitación de un edificio, 4,6 millones; Badajoz, eficiencia energética, 6 millones; Málaga, también eficiencia energética, 54 millones. A los contratos que lideran Indra (A Coruña, Gijón, Rivas Vaciamadrid, Torrejón de Ardoz) y Endesa (Almería y Málaga), hay que añadir IBM y Telefónica.

Ciudadanía	•Formación •Aplicación para *smartphones* que proporcionará información relevante por geolocalización. •Participación vida pública
Administración	•e-goberno: plataforma para resolver electronicamente la gestión administrativa local •Transparencia •Participación ciudadana
Economía	•Innovación •Partenariado público/privado •Administración electrónica •Generación de una plataforma de soporte para la promoción, fidelización de clientes y venta online de los comercios
Calidad de vida	•Oferta cultural •Turismo •Seguridad
Movilidad	•Transporte sostenible •Control inteligente del tráfico •Sistema de Parking Inteligente •Sistemas ITS - Optimización del Tráfico en Tiempo Real
Medio ambiente	•Sistema de calidad y análisis de las aguas de baño •Predicción metereológica y alérgica •Telegestión de las redes de saneamiento y abastecimiento •Reducción de contaminantes y ahorro energético •Sistemas de riego inteligente •Sistema de control del ruido y de la calidad del aire
Infraestructuras	•Monitorización y control de la eficiencia energética en edificios públicos •Sistema de telegestión de contadores (agua) • Gestión integral del hogar

Figura 5. Principales aspectos a mejorar con la aplicación del programa "Coruña *Smart City*". Concello da Coruña.

Sin negar sus enormes potencialidades, hasta el momento las soluciones propuestas en materia de eficiencia, inclusión social y sostenibilidad planeadas por las *smart cities* parecen más destinadas a la acumulación de capital simbólico y mercantilización de una "imagen-marca" relacionada con las nuevas tecnologías "a la moda", que un verdadero instrumento para abordar los problemas reales de las ciudades contemporáneas. La intención última, más allá de dotar de herramientas de gestión a la ciudadanía, es la de posicionar A Coruña como un referente de la tecnología aplicada a la gestión urbana.

Conclusiones

En esta comunicación demostramos la existencia, desde el ámbito político, de transformaciones profundas y recientes en la conceptualización y gestión de la ciudad de A Coruña. Comprobamos, primeramente, como es posible identificar y localizar territorialmente a nivel de Distrito el incremento de ciertos colectivos sociales, definidos a través de su actividad laboral, que desarrollan patrones de consumo y de estilo de vida claramente distintivos de los que caracterizaron históricamente a la clase media tradicional. Serán las pautas

de consumo cultural, la actividad económica y el comportamiento espacial de estas "clases creativas" las que condicionen la recualificación material y simbólica de ciertos enclaves privilegiados de la ciudad en el marco global de la construcción de la ciudad creativa.

Por otro lado, esta demanda de nuevos estímulos de consumo, de nuevas alternativas de ocio y entretenimiento, y de revalorización de ciertos activos en función del incremento del turismo interno y externo, no sería posible sin el impulso de políticas públicas de producción cultural que compiten, en diferentes mercados a múltiples niveles, por atraer y retener, en la media de lo posible, a los flujos globales de inversión económica, turismo y trabajadores/as cualificados/as. Para ello se implementan políticas orientadas a incrementar el capital simbólico de la ciudad y proyectar su "imagen-marca" como reclamo al exterior que, al mismo tiempo, estimulan y fomentan el desarrollo de clases creativas "autóctonas".

Hemos presentado, a modo de ejemplo, dos proyectos de regeneración urbana y otro de gestión para evidenciar como se ha interpretado a la ciudad tradicionalmente desde la administración local -al menos hasta el reciente el cambio en el gobierno- como una maquinaria productiva capaz de extraer rentas de monopolio a raíz de potenciar aspectos como la "cultura" y la "creatividad". Así, hemos analizado primeramente el proyecto -finalmente abortado- de construcción de un Distrito Creativo en el centro histórico -inserto a su vez en una gran Avenida de la Innovación- que atravesaría de norte a sur la ciudad, y que refleja un modelo de *instrumentalización* cultural. En segundo lugar, observamos el macro-proyecto de regeneración integral del centro, conocido como "Obras de La Marina", y que incide en la potenciación de un proceso de *turistificación* muy agudo en el área. Finalmente, escrutamos el desarrollo del programa "Coruña *Smart City*" por el cual Coruña *espectaculariza* la gestión urbana mediante el desarrollo de aplicaciones tecnológicas y se introduce en la dinámica de las "ciudades inteligentes".

Los tres fenómenos aquí analizados expresan la asunción de un modelo de gestión neoliberal del espacio urbano, sintetizado en su centro histórico, y promueven, en consecuencia, fenómenos como: el crecimiento asimétrico de la ciudad, la aplicación desigual de los servicios y recursos municipales, procesos de desestructuración social y *artificialización* del centro urbano, escenarios de gentrificación residencial y comercial, un excesivo peso de la industria cultural y del turismo en la vida económica de la ciudad, o la negación del derecho a la ciudad a los grupos sociales más vulnerables de la ciudadanía.

Referencias

- Boschma, R. A. & Fritsch, M. (2007). Creative Class and Regional Growth − Empirical Evidence from Eight European Countries. *Jena Economic Research Paper*, (*Paper 2007-066*), Alemania: Jena.
- Boschma, R. A. & Fritsch, M. (2009). Creative Class and Regional Growth: Empirical Evidence from Seven European Countries. *Economic Geography*, *85*(4), 391-423.
- Bridge, G. (2001). Bourdieu, Rational Action and the Time-Space Strategy of Gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers, 26*(2), 205-216.

- Casares, P., Coto-Millán, P., Inglada, V. & Martínez, V. (2010). *Talento, creatividad y PIB per cápita: El caso español.* Comunicación presentada en el International Meeting on Regional Science: The Future of the Cohesion Policy, XXXVI Reunión de Estudios Regionales, Badajoz-Elvas, España.
- Florida, R. (2005a). *Cities and the Creative Class*. Londres: Routledge.
- Florida, R. (2005b). *The Flight of the Creative Class*. Nueva York: Harper Business.
- Florida, R. (2010). *La clase creativa: La transformación de la cultura del trabajo y el ocio en el siglo XXI*. Madrid: Paidós.
- Landry, C., & Bianchini, F. (1995). *The Creative City*. Londres: Demos.
- *Lorenzen*, M. & Vaarst Andersen, K. (2007). The Geography of the European Creative Class: A Rank-Size Analysis. *DRUID Working Paper,* 07-17, Dinamarca: CBS
- Lorenzen, M. & Vaarst Andersen, K. (2009). Centrality and Creativity: Does Richard Florida's Creative Class Offer New Insights into Urban Hierarchy? *Economic Geography, 85*(4), 363-390.
- Lloyd, R. (2006). *Neo–Bohemia: Art and Neighborhood Redevelopment in Post Industrial City*. Londres: Routledge.
- Lloyd, R. & Clark, T. (2001). The City as an Entertainment Machine. *Critical Perspectives on Urban Redevelopment, 6(3)*, 357-378.
- Mcgranahan, D. & Wojan, T. (2007a). Recasting the Creative Class to Examine Growth Processes in Rural and Urban Counties. *Regional Studies, 41*(2), 197-216.
- Mcgranahan, D. & Wojan, T. (2007b). The Creative Class: A Key to Rural Growth. *Amber Waves, 5(2),* 16-21.
- Mcgranahan, D., Wojan, T. & Lambert, D. (2010). The Rural Growth Trifecta: Outdoor Amenities, Creative Class and Entrepreneurial Context. *Journal of Economic Geography*, *11(3)*, 529-557.
- Navarro, C. & Mateos, C. (2010). La clase creativa en los municipios españoles: propuesta de medición y análisis descriptivo. *Documento de Trabajo (DDC/DT07)*, *Centro de Sociología y Políticas Locales*. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide.
- Peck, J. (2002). Political Economies of Scale: Fast Policy, Interscalar Relations, and Neoliberal Workfare. *Economic Geography, 78*(3), 331-360.
- Pesquera, M. A., Casares, P., Coto-Millán, P. & Inglada, V. (2010). *Innovación empresarial, clase creativa y desarrollo económico en España.* Valencia: Tirant Lo Blanch.
- Poulantzas, N. (1981). *Las clases sociales en el capitalismo actual.* México: Siglo XXI.
- Pratt, A. C. (2011). The cultural contradictions of the creative city. *City, culture and society*, *2(3)*, 123-130.
- Smith, N. (1987). Of Yuppies and Housing: Gentrification, Social Restructuring, and the Urban Dream. *Environment and Planning D: Society and Space*, *5*(2), 151-172.
- Rubino, S. (2009). Enobrecimento urbano. En Fortuna C. & Leite R. P. (Eds.), *Plural De Cidades: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina.
- Yaccoub, H. (2011). A chamada "nova classe média": Cultura material, inclusão e distinção social. *Horizontes Antropológicos, 17*(36), 197-231.

O MUDAM COMO HUB CRIATIVO PARA A REGENERAÇÃO DE AMARANTE

INÊS MARINHO BATISTA

Mestre em Arquitetura
Faculdade de Arquitetura e Artes
Universidade Lusíada Norte.
Rua Dr. Lopo de Carvalho (Portugal) 4369-006 Porto.
Email: inesmarinhobatista@hotmail.com

PEIXOTO ALVES

Investigador CITAD
Faculdade de Arquitetura e Artes
Universidade Lusíada Norte.
Rua Dr. Lopo de Carvalho (Portugal) 4369-006 Porto.
Email: peixotoalves@por.ulusiada.pt

Resumo

Estudamos as principais características de um Hub criativo e a sua utilização como instrumento de regeneração do Centro de Amarante.

Localizada no Distrito do Porto, Amarante foi um importante centro económico de indústrias. No entanto, como algumas indústrias foram desativadas e a cidade perdeu o dinamismo, tornou-se necessário proceder-se a sua regeneração, sendo que a cultura é o factor principal e o valor essencial para a sua concretização uma vez que existem elementos diferenciadores na cidade. Amarante foi a cidade natal (berço) de inúmeros artistas como Amadeo de Souza-Cardoso e Teixeira de Pascoaes e a eles podemos acrescentar o valor cultural da gastronomia, paisagens e património.

O projeto regenerador opera por via da implementação de um Hub criativo de base cultural, o MudAm, entendido como uma unidade territorial e arquitectónica que visa conectar os valores culturais existentes, atuando como concentrador e distribuidor de programas e conteúdos por toda a rede de unidades culturais, assumindo-se como peça central da afirmação do genius loci amarantino. Funcionará como incubadora de empreendedorismo criativo cultural, ou seja uma unidade disseminadora de projetos criativos comprometidos com a cultura, o valor social e económico local.

O MudAm, enquanto hub criativo urbano articula um programa de múltiplas unidades culturais, e será um equipamento composto por 2 edifícios que contêm espaços expositivos, incubadoras, espaços coworking e Fablab para fixação da classe criativa.

Com este instrumento esperamos a promoção da regeneração urbana, social, económica e cultural, enquanto matriz de uma região e de uma comunidade.

Abstract

We have studied the main characteristics of a creative Hub and its use as a way to regenerate the city centre of Amarante.

Based in Oporto County, Amarante was an important economic centre of industries. However, as some industries were disabled and the city lost its dynamism, it had become necessary to regenerate it, as culture is the main factor and the essential value to its achievement once there are differentiating elements in the city. Amarante was the hometown for countless artists such as Amadeo de Souza-Cardoso and Teixeira de Pascoaes and to them we can insert the cultural value of gastronomy, landscapes and heritage.

The invigorating project works throughout the execution of a creative cultural Hub, MudAm, established as a territorial and architectural unit that wishes to connect the current cultural values. MudAm will act as a hub and a programme and contents supplier across the cultural units network, becoming the main part for the Amarante's "genius loci" statement. It will work as an incubator for the creative and cultural entrepreneurism, meaning, a spreader unit for creative projects committed with culture, social and economic local values.

MudAm, as a creative urban hub, coordinates a programme of multiple cultural units and it will be a facility that include two buildings with exhibition spaces, incubators, co-working spaces and Fablab for the setting of the creative.

With this working tool we hope to get the urban, the social, the economic and cultural regeneration whilst a region and a community matrix.

PALAVRAS CHAVES

Hub Cultural, Cultura, Regeneração, Centro Histórico

KEY WORDS

Creative Hub, Culture, Regeneration, Historical Center.

Introdução

O presente estudo tem como objeto de estudo o centro urbano de Amarante, uma realidade urbana determinada por um contexto territorial disperso composto por dois núcleos urbanos e pequenos aglomerados populacionais dispersos nas freguesias. Conta ainda com uma população envelhecida e uma vincada relação com a cultura traduzida nos elementos que constroem fisicamente o seu Centro histórico.

A investigação assenta no conceito de Hub criativo urbano como meio ou metodologia para intervenções regeneradoras de tecidos urbanos e muito em particular de centros históricos, em vista da sua sustentável dinamização. Assim, ensaiamos o desenvolvimento de um Hub criativo no centro de Amarante, o MudAm, para potenciar a matéria cultural existente e associar-lhe novos valores indutores de valências que promovam a regeneração e dinamização pretendida.

O estudo insere-se nas tendências de estudo da reabilitação, regeneração, renovação e dinamização dos centros de cidade, por via dos paradigmas das cidades criativas, do conhecimento e da inteligência (smart cities), tomando como referência casos como Barcelona com o projeto 22@Barcelona, Guimarães cidade criativa e capital da cultura ou os territórios inteligentes de Alfonso Vegara.

Objetivos

A investigação visa o estudo e compreensão do Hub Criativo, assente nas indústrias criativas como fator de criação de conhecimento e de redes facilitadoras da afirmação local e regional, bem como instrumento de regeneração de Centros Históricos. Objetiva ainda o estudo de um Hub Criativo, enquanto equipamento congregador de projetos criativos comprometidos com a região de Amarante, que seja capaz de reverter algumas das problemáticas existentes e permita a atração de serviços que complementem a rede de cultura criativa.

Metodologia

Em termos metodológicos a investigação assentou na consulta de fontes bibliográficas para a construção do entendimento sobre o hub criativo, seguida da sua aplicação à arquitetura urbana por via da construção de analogias. A etapa seguinte assenta no desenvolvimento de um diagnóstico à cidade de Amarante por via da utilização de um diagnóstico SWOT aplicado ao território, à população, à economia da cultura, à mobilidade e aos atores em presença, através de inquéritos, entrevistas, fontes bibliográficas e consulta do Arquivo Municipal.

1. O Hub criativo e o seu potencial como instrumento

O Hub é um termo informático de origem anglo-saxónica utilizado para ligar física ou virtualmente vários dispositivos que compõem uma rede.

Se "O hub encarrega-se de amplificar e repetir o sinal, transmitindo-o para os restantes portos." (Monteiro & Boavida,2000, p.376), partilhando informação, poderemos então transpor o conceito e a função de conexão, para a área disciplinar da arquitectura, promovendo centros constituídos por um edifício ou um conjunto de edifícios (área urbana), que articulem atividades ou funções urbanos em rede, originando dinâmicas revitalizadoras da vida nesses centros.

Fig. 1: Ligações Hub
(desconhecido, 2015)

Assim, a metodologia de abordagem passa a incorporar uma dimensão estratégica, que organiza o conjunto de valores diferenciadores e a outra física, que organiza o edificado e o espaço entre esse mesmo edificado.

Se o valor diferenciador é a cultura, o hub resultante é o cultural, sendo que se for o Património teremos o hub patrimonial, passamos a ter o criativo se aquele valor for a criatividade.

Daqui resultará a organização de uma rede urbana, dinamizada pelo hub, por exemplo cultural, que articulará toda a oferta cultural da cidade através de trocas e complementaridades funcionais traduzidas em espaços que promovam eventos e atividades de base cultural que dinamizem a economia da cultura e da criatividade, enfatizando o existente e acrescentando a nova oferta.

A operacionalização deste conceito, pode traduzir-se no desenvolvimento de uma solução projetual que promova a transformação da realidade existente numa outra mais focada na dimensão criativa, mas não

esquecendo as restantes dimensões.

Assim, imaginemos um Centro Urbano ou Histórico com uma população envelhecida, com uma frágil dinâmica económica e um parque habitacional também envelhecido e em mau estado de conservação.

Em vista da sua regeneração, poderemos optar por utilizar um hub criativo que permita:

1. Atrair população mais nova e o desenvolvimento de atividades económicas criativas atraindo a designada classe criativa.
2. Desenvolver uma oferta habitacional, nova ou por via da reabilitação da existente, que satisfaça as necessidades habitacionais dos jovens e cumulativamente da classe criativa.
3. Introduzir unidades empresariais orientadas para o trabalho e a economia criativa.
4. Introduzir equipamentos destinados à satisfação de uma oferta de serviços ao cidadão jovem e criativo.
5. Uma rede de mobilidade alinhada como o modus operandi do público a atrair: ciclovias, pedovias e outras infraestruturas que promovam esse tipo de mobilidade.
6. Criação de espaços públicos para o lazer criativo.

A criação desta realidade está "(...) dependente, segundo a abordagem criativa, da existência tanto de um conjunto de infraestruturas hard, como de um conjunto de infraestruturas soft no território urbano" (Furtado, Alves, 2010, p.132), sendo que consideramos como hard a infraestrutura edificada e o soft como a programática urbana.

Se o programa que dinamizará o hub é criativo, então o upgrade ao hardware urbano deverá traduzir-se em ampliações do edificado existente e/ou a introdução de novos módulos edificados, no sentido de garantir as necessárias combinações entre a rede constituinte o hub e o restante conjunto urbano.

Daqui resultará a regeneração de todo o tecido urbano, por via da criação de incubadoras de empresas criativas, centros de conhecimento, espaços para a promoção de atividades culturais e criativas, bem como os espaços de habitar e lazer para pessoas com este perfil.

Desta forma, as intervenções levadas a cabo, desde que apoiadas no pré-existente, permitem induzir novos hábitos, novas dinâmicas, novos moradores e visitantes, incentivar a mudança e a revitalização sem perda da identidade própria de cada centro urbano ou histórico.

Esta perspetiva regeneradora constitui-se como uma metodologia já utilizada em diversas cidades, com resultados muito interessantes e que protagonizaram verdadeiras transformações urbanas, económicas e sociológicas, de que destacamos "Bilbao Ria 2000" e "22@Barcelona", em Espanha, o projeto "Arabianranta",

na Finlândia, “Óbidos criativo”, “Cidade de Paredes” e “Cidade de Guimarães”, em Portugal.

A relevância dos resultados, levou a UNESCO a criar em 2004 uma Rede de Cidades, contando no ano de 2014 com 28 cidades e 19 países.

No nosso entender, as razões anteriormente explicitadas permitem-nos pensar a aplicação do conceito a outras dimensões urbanas como o Património, a Cultura ou a Economia Criativa, desenvolvendo programas e planos de regeneração aplicados a Centros Históricos ou de cidades tendo como base a sua própria identidade no processo de decisão e desenvolvimento urbano, maximizando as suas oportunidades como motores e influenciadores da mudança, da criação, da inovação e do desenvolvimento constante dessas mesmas zonas.

Fig. 2:Diferentes Valências da Cultura Local
(produção própria a partir de vários)

1.1 Projetos exemplo

Pela relevância dos resultados obtidos, tomamos como projetos exemplo, os casos da Vila de Óbidos e o distrito 22 de Barcelona.

Óbidos é uma vila medieval do distrito de Leiria que contém um vasto Património Cultural e Natural, razão pela qual, muito tem apostado no sector criativo, desde o nível urbano e em particular no que diz respeito a equipamentos. Segundo Telmo Faria (2009) presidente da Câmara de Óbidos, o Município tem apostado muito no ordenamento do território de modo a garantir um conjunto de condições imateriais como o da qualidade de vida, e feito uma aposta numa rede de equipamentos sociais que tem sido de grande importância para a estruturação deste território criativo. Óbidos criou, tendo como base a criatividade, vários

projetos de que destacamos o projeto Escolas d´Óbidos que consiste num grande complexo escolar que se constitui como um pilar da estratégia criativa apostando na educação criativa, espaços co-working que promovem o trabalho criativo, reabilitação do antigo convento, transformando-o num parque tecnológico com incubadoras de empresas e centros de inovação, levando à emergência de um *cluster* criativo. Outro dos investimentos do Município é a construção de uma rede de habitações criativas, desafiando o mercado da habitação para uma nova oferta. Antigas casas, fábricas, armazéns ou outros «vazios urbanos» foram aproveitados para novas funções a partir de ideias inovadoras criando um produto final de grande mobilização dos talentos e de criativos. Óbidos implementa vários projetos âncora com o objectivo de valorizar a vila, e captar a classe criativa, com projetos que fazem a articulação entre a criatividade a sustentabilidade e a educação, tais como a praça da criatividade, parque tecnológico, armazéns de ideias, habitações criativas, ateliers, a que se adicionam eventos mediáticos e uma aposta nas Tecnologias de Informação e Comunicação, Design e Arquitectura.

A estratégia "Óbidos criativa" passou inicialmente pela aposta no ordenamento do território salvaguardando os recursos naturais mais sensíveis e protegendo o território do investimento turístico e da promoção imobiliária, para além da aposta no ordenamento de território através da revisão do PDM.

O projeto 22@Barcelona, foi desenvolvido num antigo bairro industrial de Barcelona, tendo como principal objectivo a consolidação do desenvolvimento económico inserido no novo paradigma da sociedade da informação, que levaria desta forma, tanto a um posicionamento da cidade a nível internacional, como traria qualidade de vida e coesão social. Este projeto tinha como principal premissa garantir um nível de modernização infraestrutural e das telecomunicações, entre outros, de forma a servir de impulso às atividades económicas.

22@Barcelona foi um projeto de regeneração urbana que transformou 200 hectares de solo de uma anteriormente zona industrial e hoje em dia obsoleta num distrito inovador com uma elevada qualidade urbana e ambiental. Este projeto levou à construção de uma cidade compacta que tem como objetivo dar resposta à sociedade do conhecimento onde as empresas mais inovadoras devem coexistir. Nesta linha, neste distrito foram construídas 4.600 habitações, recuperadas cerca de 4.000 novas habitações, 145.000 m2 de equipamentos e 114.000m^2 de zonas verdes orientados para um novo perfil de usuário. Este distrito de origem industrial foi assim recuperado, conservando alguns edifícios, em particular os de interesse arquitectónico. O distrito 22 de Barcelona é hoje considerado um laboratório urbano, sendo possível neste distrito pôr em prática vários projetos piloto devido às condições infraestruturais avançadas oferecidas. Para além das infraestruturas ocorreu um significativo investimento no que diz respeito aos espaços públicos e espaços verdes, bem como no que diz respeito à mobilidade.

O distrito opera como um "laboratório urbano" onde é possível testar alguns serviços inovadores para uma possível cidade do futuro. Estamos perante um relevante projeto de inovação criativa urbana. Vários

são os projetos que mereceram apoio para teste em contexto real, de que destacamos o sistema eletrônico de leitura do consumo de água e gás, sensores em semáforos para deficientes visuais, micro sensores de monitoramento da poluição sonora, bem como um sistema de inteligência na gestão de resíduos. Toda esta dinâmica urbana é apoiada numa tripla base constituída pelo governo, a universidade e a indústria, fazendo do conhecimento, da tecnologia e da criatividade a matéria fundamental da inovação.

2. O Hub articulador de um programa de múltiplas unidades culturais.

O território objeto de intervenção, por via de um *hub criativo*, é a cidade de Amarante, Sede do Concelho com 56264 habitantes e constituído por 26 freguesias.

Situado na região norte do distrito do Porto e na sub-região do Tâmega, o Concelho caracteriza-se por um sistema económico constituído e dinamizado fundamentalmente por micro, pequenas e médias empresas, um sistema ecológico constituído por um núcleo paisagístico com forte impacto na cidade, que conta com do Rio Tâmega, vastas áreas arborizadas, significativas áreas expectantes e uma ilha emblemática para a cidade. A zona, promove uma cultura piscatória e uma interessante atividade turística, através de passeios de "gaivota" e de barco, bem como uma forte atividade desportiva traduzida por competições de canoagem e com impacto na dinâmica económica urbana.

A dinâmica económica assenta hoje de forma decisiva na dimensão cultural, fruto de um significativo valor das componentes religiosa e a artística, sendo que estas assumem um papel fundamental na dinamização da economia turística do Concelho.

A componente artística e o património a ela associada constituem a principal âncora de atração turística de Amarante e conta com nomes como Amadeo de Souza Cardoso, Teixeira de Pascoaes, Agustina Bessa Luís, entre outros. É em torno destas grandes figuras que o Município e as associações locais vão criando dinâmicas, espaços e programas de crucial importância para a economia, a cultura e a dinâmica local.

Esta cultura criativa amarantina originou uma quantidade de associações e empresas inovadoras localizadas no Centro Histórico bem como na periferia da cidade.

A partir desta criatividade de base cultural, Amarante criou nos últimos anos um ambiente económico criativo gerando uma rede de ligações e partilha de conhecimento entre diferentes organizações e cidadãos, resultando na implementação de programas como o Ignite, TEDx, Orçamento Participativo Jovem entre outros, que dinamizam uma **cultura de empreendedorismo criativo**. Está assim aberta a porta para a criação de um instrumento decisivo na construção de um **hub criativo** para a cidade, o Concelho e a região.

Surge assim o projeto de implementação de um *Hub criativo,* entendido como instrumento que permitirá revitalizar o centro histórico através da criação de uma conexão urbana entre os diferentes espaços de

carácter criativo de base cultural existentes e os propostos, permitindo a criação de massa crítica criativa que faça emergir uma dinâmica económica inovadora e reabilitadora da economia local envolvendo os segmentos existentes e os jovens empreendedores.

O projeto *Hub criativo* articula as unidades pré-existentes identificadas na fig. 3, com o MudAm, fig. 4, conectando a rede gerada e permutando a atração, fruição e o trabalho, induzindo na zona urbana uma nova dinâmica, assente nos valores culturais e criativos da cidade e assumindo-se como a peça central numa cidade que evidenciará o *genius loci* local por via da cultura criativa.

Fig. 3: Dinâmicas criativas-culturais no Centro Histórico

(produção própria)

Desta forma, o *Hub* deverá assumir a função de concentrador e distribuidor das dinâmicas criativas geradas pelas principais âncoras locais da região e da sociedade, fazendo a junção e respectiva ligação entre os diferentes pontos característicos, criando uma rede de ligação entre eles e fomentando a criação de *clusters* criativos.

Constituir-se-á como um pólo concentrador comprometido com a cultura e o valor social, que crie espaços que acolham diferentes pessoas e empresas com ideias e projetos criativos e inovadores. O principal objectivo é funcionar como um disseminador de projetos criativos e da cultura local, potenciando a economia criativa do Concelho e da Região.

Neste contexto global, a diversidade cultural é potenciada pelos inúmeros contactos interculturais, pelo que se torna indispensável a criação de estratégias que para além de preservarem a identidade dos locais, permitam que as populações menos vinculadas respondam mais eficazmente à mudança cultural, pelo que o hub permitirá uma conexão para além das fronteiras.

A arquitectura, enquanto ciência da organização e planeamento dos espaços, tem uma enorme responsabilidade no que diz respeito à transformação da imagem urbana e à regeneração dos Centros Históricos. Assim, pretendemos que o *Hub Criativo* participe decisivamente na regeneração criativa e competitiva do Centro Histórico de Amarante, introduzindo uma dinâmica criativa de base cultural que promova a aceleração da economia criativa local.

2.1. Projeto MudAm

No contexto do projeto *Hub Criativo* para o Centro Histórico de Amarante, o MudAm (fig. 4) surge como o 'equipamento-coração', que tem como objetivo mudar o pensamento, as atitudes e o investimento de forma a introduzir e potenciar as indústrias criativas, criar conhecimento e uma rede facilitadora e articuladora da indústria criativa, para que seja entendida e promovida a regeneração do Centro Histórico, tendo em conta a evidente necessidade de dinamização dos seus espaços.

Fig. 4: Entendimento do MudAm
(produção própria)

O programa geral para o MudAm (fig. 5), tem como objetivo a interação com um conjunto de edifícios que formalizam uma estratégia de empreendedorismo cultural criativo.

Assim, o MudAm incorpora estacionamento automóvel, de modo a promover o conforto em termos de mobilidade às pessoas que vão usufruir dos espaços do edifício e do Centro Histórico, contribuindo para a melhoria da mobilidade na cidade. Conta ainda com espaços culturais e espaços expositivos para a divulgação da produção gerada na incubadora de industrias criativas, bem como para as associações e particulares da Cidade. Contará também com espaços de estar, *lounge*, que possibilitem um outro registo de utilização do edifício e da paisagem que o rodeia; espaços co-working e incubadoras de empresas criativas.

Um outro edifício, deverá conter um **Fablab** e espaços amplos destinados a trabalho e manuseamento dos materiais e produtos acabados.

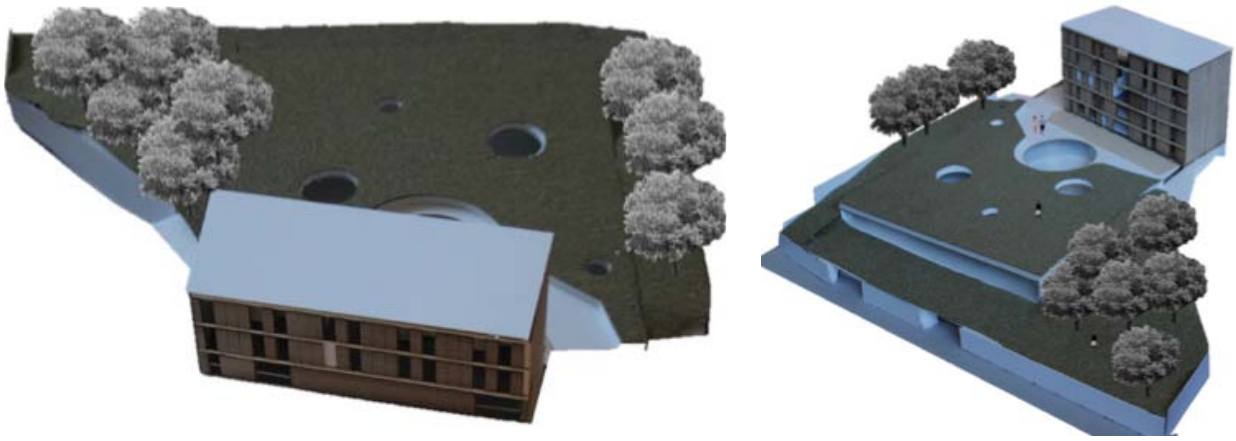


Fig. 5 : Alçado su-sudoeste e nor-nordeste (produção própria)

Teremos constituído um ponto centralizador que comprometido com a cultura criativa e os valores social e económico, potenciará o *genius loci* e a competitividade local. Por esta via, promover-se-á a capacidade de atrair, de uma classe que funcione como motor de desenvolvimento local e regional, a classe criativa.

A cidade tornar-se-á então mais competitiva ao atrair, criar e aplicar conhecimento, criando desta forma um *cluster* regional de atividade criativa.

Espera-se que esta intervenção configure uma vantagem para a cidade e seja capaz de reverter o problema da falta de fixação populacional jovem e ainda seja capaz de atrair um conjunto de serviços complementares.

Conclusões

Estudada a regeneração criativa como forma de encontrar uma solução para a dificuldade de fixação populacional nos centros históricos através do *Hub Criativo* de base cultural, concluímos que por esta via conseguiremos obter um factor diferenciador e dinamizador dos centros e das cidades em processos de perda de dinamismo e de base económica.

Tendo em conta o enfoque da abordagem, parece-nos que pode existir o risco de perda da autenticidade e identidade local se não for acautelada a preservação da identidade e autenticidade que constitui a matriz fundante do local.

Assim, importa 'tirar partido' desses valores de forma criativa.

Tendo em conta que a fileira cultural assume hoje relevante significado na economia do turismo, passou também a assumir relevante interesse na criação de emprego, aumento de qualidade de vida e promoção das cidades, tornando-se um fator de competitividade fundamental para o posicionamento das cidades e regiões no que diz respeito a competitividade económica. Assim, a matéria criativa e cultural constitui a essência da ação em matéria de regeneração criativa das cidades, no sentido da preservação dos valores que enformam o habitar, o trabalhar, o estudar, o investir e o visitar. Daqui resultou a procura de uma solução, através do *Hub Criativo* baseado na cultura, visando a regeneração e a dinamização dos centros históricos e das cidades. Chegamos a este ponto convictos de que este é certamente um dos caminhos que permitem a resolução da questão em apreço.

Esperamos que esta intervenção configure uma vantagem para a cidade de Amarante e seja capaz de reverter o problema da falta de fixação populacional jovem no Centro Histórico e na cidade, e ainda seja capaz de atrair um conjunto de serviços complementares ao projeto desenvolvido que usa a criatividade e a cultura como fator diferenciador e promotor de uma pujante economia de base criativa.

Referências

- FARIA, Telmo (2009), Óbidos e a formação de um hub criativo [acedido a 20-10-2016]disponivel em http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000043001-000044000/000043135.pdf
- Furtado, Gonçalo & Alves, Sandra (2012) Cidades criativas em Portugal e o papel da arquitetura: Mais uma estratégia a concertar. Portugal
- Monteiro, Edmundo & Boavida, Fernando (2000) Engenharia Redes informática, FCA- Editora de Informática. Portugal: Lisboa

Lista de figuras

Fig. 1: Ligações Hub

Fonte: Autor desconhecido [acedido a 19-11-2015]

Disponível em:

- http://3.bp.blogspot.com/JBBPUpg6Q2A/VQsH12zZ_EI/AAAAAAAACnY/r1tJLe6sASw/s1600/connections3.jpg

Fig 2: Diferentes valências da cultura local

Fonte: Produção própria a partir de vários [acedido a 19-11-2015]

Disponível em:

- https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10206029080344225&set=a.10202329430615294.1073741826.1177762803&type=3&theater
- http://www.radioregiaodebasto.com/images/noticias/2014/Feira%20dos%20Doces%20Conventuais%20(4).JPG
- http://bomdia.eu/formas-femininas-da-viola-amarantina-inspiraram-projeto-artistico/ https://lh3.googleusercontent.com/-rdMCTmd7E8k/Ve_w2Qbd7xI/AAAAAAAAEh4/n9dfqn_hpX8/w2048-h1536/04092015-_9040544.jpg
- https://emocaoeeuforia.files.wordpress. com/2012/11/1procissc3a3o-corpus-christi.jpg
- http://www.amadeosouza-cardoso.pt/pt/product/jarra-corpus- christi
- https://flaviemonjonprojecto.files.wordpress.com/2015/05/ amadeo_de_souza-cardoso_the_hawks_1912_indian_ink_on_paper_27_x_243_cm.jpg
- http://www.amadeosouza-cardoso.pt/pt/product/acucareiro- servico-de-cafe

Fig 3: Dinâmicas criativas-culturais no Centro Histórico

Fonte: Produção própria

Fig 4: Entendimento do MudAm

Fonte: Produção própria

Fig 5: Alçado su-sudoeste e nor-nordeste

Fonte: Produção própria

LOS MERCADOS COMO EJES VERTEBRADORES DE LA CIUDAD DE FLORENCIA DESDE EL S.XIX.

SHEILA PALOMARES ALARCÓN

HERITAS [PhD]-CIDEHUS-Universidad de Évora (Portugal)

sheila@uevora.pt

Investigación realizada en el ámbito del PROJETO- UID/HIS/00057/2013 - POCI-01-0145-FEDER-007702 y apoyada por el Premio de Investigación 2016. Universidad de Évora. IIFA

Resumo

"Firenze città d`arte, Firenze bella, Atene d`Italia" (Borsi,1984:9) sufrió una gran transformación urbanística en la segunda mitad del s.XIX tras haber sido elegida capital del reino de Italia. Parte de esta nueva configuración tuvo como objetivo mejorar las condiciones de higiene y salubridad de ciertas zonas centrales que se encontraban en muy malas condiciones, debido entre otras cosas, a los mercados al aire libre. Para mejorar esta situación se ejecutaron tres nuevos mercados cubiertos: el mercado central de San Lorenzo, el mercado de Sant`Ambrogio y el mercado de San Fedriano (demolido pocos años después).

En la actualidad, según Giancarlo Paba, Florencia se ha convertido en "una máquina de belleza"; "un museo frío de la muerte" representado por mil mapas y guías que "hiper-representan" una imagen banalizada, carente de significado de la comunicación de Florencia con el mundo. (Paba, 4). En esta "ciudad museo", de difícil supervivencia para sus ciudadanos -sobre todo para los que habitan en el centro que parecen vivir en un parque temático entre el Renacimiento y un centro comercial- aún se pueden sentir las relaciones sociales más cotidianas, como son hacer la compra en el Mercado de Sant`Ambrogio. Allí, la vida en la ciudad se siente más allá de los numerosos turistas que en un solo día visitan Florencia. Sin embargo, el mercado central de San Lorenzo se ha convertido en un espacio multifuncional muy cuidado y exquisito en el que se ha combina la esencia del mercado con un espacio de ocio y entretenimiento en el magnífico edificio decimonónico no sólo orientado a las gentes del barrio sino a todos los florentinos en general. Se pretende con este artículo contribuir en el discurso generado en torno a los nuevos mercados de abastos.

Abstract

" Firenze città d`arte, Firenze bella, Atene d`Italia "(Borsi, 1984:9) suffered a great urban transformation in the second half of the 19th century after having been chosen capital of Italy. Part of this new configuration aimed to improve the conditions of hygiene and healthiness in certain central areas which were in very bad condition, due to the fact of outdoor markets. They built three new covered markets to improve this situation. They were called: San Lorenzo market, Sant' Ambrogio market and San Fedriano market (which was demolished a few years later).

Currently, according to Giancarlo Paba, Florence has become a "beauty machine"; "a cold museum of death" which is represented by thousand of maps and guides as a trivialized image without communication meaning between Florence and the world. (Paba, 4). In this City Museum is difficult to survive for its citizens. Most of them who live in the city centre seems to be living in something similar to a Renaissance theme park or a shopping centre. You can still feel the most daily relationships as buying on the Sant`Ambrogio market. There, life in the city feels beyond the numerous tourists who visit Florence just for one day.

However, San Lorenzo Market has become in a careful and exquisite multifunctional space which combines the essence of the market with the leisure in the beautiful building completed in the nineteenth-century. Also, not only oriented to people from the neighborhood but to Florentine inhabitants in general. This article try to contribute to the discourse generated around the new markets.

PALAVRAS CHAVE

Florencia, mercados, urbanismo, s.XIX, situación actual

KEY WORDS

Florence, markets, town planning, 19th century, current situation

Introducción

El futuro de la venta en los mercados de abastos es incierto. Son muchos los mercados que no completan con comerciantes sus puestos o que no abren todos los días. Su ciclo de vida está cambiando.

Después de la última tendencia que tuvo lugar aproximadamente durante los años 70-80 del siglo pasado en la que se ampliaron y reformaron numerosos edificios, en la actualidad tras haber pasado por un periodo de descuido y nulo mantenimiento en muchos casos, la propensión está siendo rehabilitarlos y convertirlos en "mercados gourmet", en un nuevo concepto de mercado en el que los usos relacionados con la restauración ocupan más de la mitad de los puestos y en el que en su mayoría se venden productos *delicatessen* a precios mucho más elevados que en los mercados tradicionales.

Poniendo como caso de estudio la ciudad de Florencia, con este artículo se pretende que valoremos la importancia de los mercados en el planeamiento urbanístico de la ciudad desde el siglo XIX. Para ello, se analizan las manifestaciones comerciales y su influencia en el trazado urbano de manera previa a los primeros mercados cubiertos de la ciudad que fueron el mercado central, el mercado de Sant`Ambrogio y el mercado de San Fedriano así como el origen de estos.

Objetivos

Este artículo además de mostrar la influencia que han tenido los mercados en la configuración urbanística de la ciudad florentina desde el s.XIX quiere que reflexionemos sobre sus nuevos usos, su valor y su futuro de una manera transversal ya que son motores de actividad de nuestros barrios.

Por lo tanto, no se trata de plantear una investigación acotada y definitiva de este trabajo sino de intentar contribuir en el discurso generado en torno a los nuevos mercados de abastos.

Metodología

Con la intención de cumplir los objetivos planteados la metodología utilizada en esta investigación se ha basado en una consulta bibliográfica exhaustiva para entender el estado de la cuestión sobre los mercados en el centro histórico de Florencia. Especialmente se ha estudiado la influencia que estos tendrán en el crecimiento de la ciudad durante el siglo XIX así como la literatura referente al estado en el que se encuentran en la actualidad.

Además, se realizó una estancia de investigación en la ciudad florentina durante el verano de 2015 para poder realizar la búsqueda de las fuentes, el trabajo de campo y el análisis de los resultados *in situ*.

1. Los mercados de abastos florentinos. Antecedentes históricos.

Decía Aldo Rossi que concebía la ciudad como una arquitectura. Se refería a la construcción de la ciudad en el tiempo, a una "creación inseparable de la vida civil y de la sociedad" que adquiriría conciencia y memoria de sí misma "entre lo particular y lo universal, entre lo individual y lo colectivo, […] en la esfera pública y la privada, en el contraste entre el diseño racional de la arquitectura urbana y los valores del *locus*, entre edificios públicos y edificios privados". Ponía como ejemplo a la ciudad de Florencia:

> "Florencia es una ciudad concreta, pero la memoria de Florencia y su imagen adquieren valores que valen y representan otras experiencias. Por otra parte, esta universalidad de su experiencia nunca podrá explicarnos concretamente aquella forma precisa, aquel tipo de cosa que es Florencia" (Rossi, 1982: 61)

Hablaba A. Rossi de la ciudad como memoria colectiva de los pueblos ligada a hechos y a lugares. Como un espacio en el que interaccionar e intercambiar experiencias.

Los mercados son los espacios por excelencia en los que se producen un mayor número de intercambios. Son edificios en su mayoría sin valor arquitectónico reconocido cuando representan nuestra cultura, nuestra evolución histórica y nuestra manera de vivir. Hablamos de una de las construcciones públicas más "públicas", comunes a todo el pueblo, en las que se produce el mayor intercambio entre las personas: intercambio de dinero, de alimentos, de sonrisas, de charla, de luz, de relación, de encuentro, de evolución. Suelen ser edificios que guardan mucha historia; suelen ocupar antiguas plazas del mercado donde se producían todos estos intercambios pero al aire libre y de manera insalubre o solares desamortizados. Surgen estos mercados desde la necesidad higiénica, desde la evolución humana y urbanística, y se manifiestan muchos de ellos como verdaderas joyas arquitectónicas. (Palomares, 2013:14).

En Florencia desde la Edad Antigua fueron diferentes y numerosos los espacios destinados a la compra y venta de productos aunque durante la Edad Media el Mercado *Vecchio* se convirtió en el mercado más importante de la ciudad. Con el paso del tiempo y el aumento de la población y las necesidades sociales se construyó un segundo mercado muy próximo al original denominado Mercado *nuovo*[1] que fue construido en el siglo XVI (Figura 1). En este periodo las calles hacían de mercados, durante la Edad Media la ciudad era un mercado en sí, motivo por el que muy cerca de sendos mercados también existía la *loggia* del grano (que

1 El Mercado *nuovo* se denominó de esta manera para diferenciarlo del antiguo (*Vecchio*). Su logia la diseñó en 1564 Bernardo Tasso y se pensó en su origen para vender seda, sombreros de paja y objetos preciosos; se ubicaba muy próximo al mercado viejo donde se vendían los comestibles. El edificio se construyó en la línea de los mercados florentinos. La planta estaba dividida y ritmada por veinte columnas gruesas de piedra de orden compuesto recubiertas por bóvedas vaídas que organizaban el espacio interior en tres espacios contiguos que dividían la circulación de las personas en tres zonas. En una nave se reunían los viejos vendedores, en otra los hombres de mediana edad y en la tercera los jóvenes "Giovanni di primo pelo". En las cuatro esquinas, en dos de las caras de cada pilastra, diferentes hornacinas cerraban los ángulos. En estos ocho nichos tendrían que haber habido ocho estatuas de mármol que representaran actos mercantiles en su origen pero no se realizaron hasta el s.XIX, que son las que vemos hoy. En el centro exacto de la logia se puso una piedra redonda de mármol blanco y negro para conservar la memoria del lugar exacto en el que se condenaban a los deshonrados con burlas públicas. Con el paso del tiempo se ha colocado en un lateral (en la calle Por S. María, por deseo de Ferdinando II) un jabalí de bronce que se ha convertido en la "marca" de este mercado denominado "El Porcellino". Se trata de una fuente que servía para dotar de agua a los comerciantes y que está documentada al menos desde 1640. (Borsi, 1984: 68-70)

a posteriori fue reconvertida en la Iglesia de Orsanmichele) o la sede corporativa de los diferentes gremios, razón por la que aún se conservan nombres de calles vinculados a la actividad comercial como la Plaza del aceite o la Plaza del vino.

Figura 1. Mercado nuovo de Florencia. Imagen de la autora. Agosto 2015

El Ayuntamiento a partir de 1864 empieza a replantearse la demolición del *mercado Vecchio* por "grasiento, maloliente bubón en el corazón de la ciudad", "excrecencia monstruosa que del antiguo esplendor sólo se conservan miserables vestigios" (Borsi, 1984: 93) para sustituirlo por tres mercados nuevos: uno central y dos periféricos de manera que se descentralizaría la actividad que se producía sólo en el mercado *vecchio* y podría reordenarse el centro poco a poco.

El mercado central (1874) se ubicaría próximo a la Iglesia de San Lorenzo, en la zona denominada *I Camaldoli de San Lorenzo* para lo que se tendrían que demoler una serie de "laberínticas y sucias calles y casuchas" que serían el reflejo de una ciudad en la que predominaba la miseria, el mal estado de los edificios e insalubres condiciones de vida según denunciaban varios historiadores y periodistas en el momento (Borsi, 1984: 93). Este proceso fue muy rápido ya que la construcción del mercado central se situó en el primer plano de entre las propuestas de reestructuración de la nueva capital italiana.

De los otros dos mercados uno se situaría cerca de la Puerta La Croce (que eliminaría el mercadillo de San Piero) y se denominaría Mercado de Sant`Ambrogio y el otro se ubicaría en *I Camaldoli di San Frediano* para la comodidad de las gentes de Oltrarno y se denominaría Mercado de San Frediando. (R.M.; G.P., 1874: 11)

Figura 2. Mercado de las Pulgas en vía Pietrapiana. Logia vasariana situada en el antiguo Mercado **Vecchio** de Florencia. Imagen de la autora. Agosto 2015

En 1866 el municipio aprobó el *Piano Regolatore Edilizio* ya que el traslado de la capital de Italia a Florencia hizo que las ambiciones de la ciudad fueran numerosas, y que la mejora de las condiciones urbanísticas se convirtieran en una prioridad. Sin embargo, Florencia sólo fue capital durante seis años y muchos de los proyectos previstos no se llevaron a cabo, o tardaron más tiempo en realizarse. Por este motivo, la intención inicial de demoler el mercado *vecchio* debido a las preocupantes condiciones en las que vivían sus habitantes no se pudo realizar hasta 1888, momento en el que evacuarían la zona, se expropiarían los inmuebles y se demolería el mercado *vecchio* del que se conservaría la *loggia vasariana* (la *loggia* del pescado proyectada por Giorgio Vasari en 1567) que se reconstruiría en la vía Pietrapiana en el siglo XX. (Figura 2)

1.1. El mercado central de San Lorenzo

El edificio del Mercado central de San Lorenzo fue una de las primeras construcciones metálicas realizadas en Italia. Abrió sus puertas el primero de mayo de 1874 con motivo de la Exposición Internacional de Horticultura tras cuatro años en obras. El proyecto fue redactado en 1869 por el ingeniero Mengoni (quien también proyectó la galería Víctor Manuel II de Milán). (Romano, 1978: 4)

El mercado central se sitúa en una parcela trapezoidal en la que ocupa un espacio rectangular de 81 m de ancho por 69 m de largo alcanzando más de 5600 m^2 de superficie (R.M.; G.P., 1874: 17) (Figura 3).

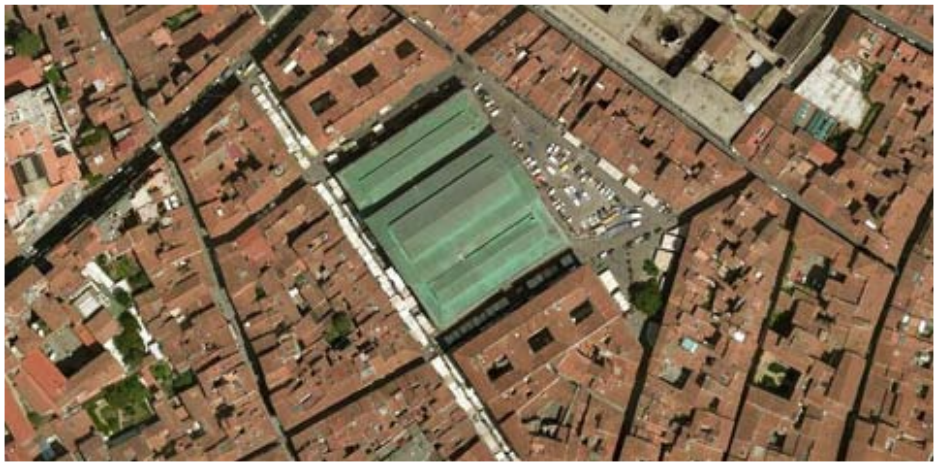


Figura 3. Mercado central San Lorenzo. Planta. https://www.bing.com/mapspreview

El proyecto se inspiraba totalmente en *les Halles* de París[2] tanto en las características formales como en el lenguaje arquitectónico. Se trataba de un esqueleto estructural de vidrio y cristal en cuyo interior se distribuían los puestos de venta modulares. Sin embargo, Mengoni introdujo una diferencia importante con respecto al mercado francés al proyectar en la planta baja un cerramiento exterior de sillares de piedra de 14,5 m de altura y 1,5 m de espesor de lenguaje arquitectónico neo-renacentista. La fachada está perforada por los diferentes huecos rematados con arcos de medio punto que conjugan armoniosamente con la estructura de hierro fundido. (Figura 4). El ingeniero combinó a la perfección la técnica tradicional y las decoraciones clásicas como por ejemplo en las columnas de hierro, cuyos capiteles son de orden corintio con motivos florales de lirio entre las volutas o en el resto de la estructura metálica donde los juegos de tracería introducían el estilo *liberty*. De esta manera consiguió aliar el clasicismo renacentista predominante en el barrio de San Lorenzo con los nuevos materiales metálicos.

Figura 4. Mercado central San Lorenzo. Fachada exterior. Imagen de la autora. Agosto 2015

2 *Les Halles* lo formaban 14 pabellones de hierro y cristal unidos por bóvedas y proyectados en 1845 por Victor Baltard. Las cubiertas estaban sostenidas por un número mínimo de soportes de fundición con linternas sobre elevadas que permitían un circuito de ventilación cruzada. Tuvieron un papel muy influyente en los mercados del resto de Europa y se demolieron en 1972. (Castañer, 2006)

El edificio está dividido en tres naves con cubiertas a dos aguas cuyos soportes son de hierro fundido de sección variable (incluyendo perfil octogonal, circular y cuadrado de abajo hacia arriba). La nave principal alcanza casi 30 m de altura y las naves laterales 24 m que eran unas dimensiones excepcionales para la época. Todas las cerchas de las cubiertas son de hierro y están delicadamente decoradas. (Figura 5). En la carpintería utilizó vidrio esmerilado que dotaba de gran iluminación al espacio. (Romano, 1978:5-6)

El mercado en un principio se utilizó como un gran hall para exposiciones en el que se celebró la Exposición Internacional de Horticultura (con la que se inauguró) y *a posteriori*, después de estar dos años sin uso, se organizó la Feria Industrial de 1876 y empezó a utilizarse como mercado de abastos.

Su construcción despertó críticas en la sociedad como las de Comparini, en 1881, quien decía que en Florencia el mercado se había hecho siempre en la plaza, en las tiendas, a cualquier hora del día y de la tarde, por lo que con el nuevo mercado hecho a la francesa la obra resultaba incompleta, insuficiente y sin adaptar. (Borsi, 1984: 93) Canestrelli escribió que siguiendo los ejemplos de Viena, Berlín y Frankfort también Florencia se había dado el lujo de tener un mercado cubierto al estilo del de París aunque las construcciones enteramente en hierro y cristal no se correspondían con los florentinos ya que los espacios así cerrados son demasiado calientes y se adaptaban mal para la conservación de comestibles. Sugería que la tipología que tenían que utilizar era la de los mercados a la italiana, es decir, compuestos por pórticos bajo los cuales se abrían muchas tiendas en las que los espacios serían amplios, secos y bien ventilados para la conservación de los productos alimenticios.

El mercado estuvo utilizándose durante 100 años hasta que en 1976-1980 se realizaron una serie de obras de restauración debidas al mal estado en el que se encontraba la estructura. (Romano, 1976: 5). El objetivo fundamental de la intervención fue respetar el carácter histórico del edificio para lo que crearon en la cubierta una subestructura de acero que revestirían con paneles sándwich y crearon en el interior una planta intermedia. En 2014 fue de nuevo intervenido por Archea Asssociati quienes manteniendo la estructura original y restaurando el edificio, diversificaron los usos, es decir, el uso de mercado propiamente dicho se mantuvo en la planta baja y en la planta superior (*Il primo piano)* crearon un espacio de ocio orientado fundamentalmente a la restauración.

Figura 5. Mercado central San Lorenzo. Interior. Imagen de la autora. Agosto 2015

1.2. Los mercados periféricos: San Fedriano y Sant`Ambrogio

Mengoni, el arquitecto que proyectara el mercado central de San Lorenzo, también hizo el proyecto de los otros dos mercados periféricos: Sant`Ambrogio y San Fedriano. Los diseñó en la misma línea que el mercado central pero más simplificados y más pequeños ya que no tenían que resolver el problema de la "monumentalidad" que suponía estar cerca de San Lorenzo.

El mercado de Sant`Ambrogio se inauguró en mayo de 1873 (es el mercado más antiguo de Florencia) solucionando con acierto desde el punto de vista urbanístico la congestión de flujos que había en torno a la Plaza Ghiberti y sus calles adyacentes en las que se colocaban los puestos ambulantes y los cajones sucios con el suelo. En el nuevo mercado cubierto todos los puestos se ubicarían en su interior y la circulación en el exterior sería mucho más fácil.

Figura 6. Mercado central San Lorenzo. Planta. https://www.bing.com/mapspreview

Se trata de un edificio de planta rectangular de una sola nave de estructura metálica cerrada por un sencillo lucernario en la cubierta, que ilumina y ventila el conjunto, sostenida por unas sencillas cerchas a dos

aguas y tirantes horizontales de hierro. (Figura 5).

Figura 7. Mercado central San Lorenzo. Interior. Imagen de la autora. Agosto 2015

El cerramiento exterior evidencia la sutileza de los pilares portantes de la estructura situados entre unos paneles de yeso a dos caras que cierran la planta baja con 3 m de altura así como un cerramiento superior de persianas fijas metálicas y el resto de la estructura portante. (Figura 6).

Figura 8. Mercado central San Lorenzo. Interior. Imagen de la autora. Agosto 2015

Estuvo desempeñando su papel principal de mercado de frutas y hortalizas hasta que se realizara un nuevo mercado para ese fin en la zona del Novoli (1955). Desde entonces, y después de varias obras de rehabilitación y mantenimiento, sigue en uso como mercado de abastos de la zona y vende todo tipo de género.(Figura 7).

El mercado de San Frediano se inauguró en 1875. Fue idéntico en forma y dimensiones al de Sant`Ambrogio y se situó próximo a la muralla y a la puerta de San Frediano. Después de restaurarse en

1889 fue demolido al inicio del siglo XX. (Borsi,1984: 98)

2. ¿Qué papel tienen en la ciudad florentina el mercado central de San Lorenzo y el mercado de Sant`Ambrogio en la actualidad?

En la actualidad el mercado de Sant`Ambrogio continúa siendo el centro neurálgico abastecedor de la plaza Ghiberti y sus alrededores. En su interior se vende fruta, verdura, carne, pescado y otros productos alimentarios (pasta fresca, embutidos, quesos, legumbres, panadería, pastelería, etc). Hay 3 locales hosteleros donde puedes comer o tomar un café. Allí los precios son económicos, adaptados a la cotidianeidad. Sus gentes se conocen; el trato es cercano y personal. La mayoría de los negocios tienen el nombre o el apellido de sus dueños. Abre de lunes a sábado en horario de 7:00-14:00h[3] y desde las 6 de la mañana se escucha el barullo de los transportes con la mercancía y todo el género empieza a ser colocado. Los coches ya se han ido, sí, porque en los aledaños del mercado, unas grandes marquesinas en tres de sus lados funcionan como aparcamiento por la tarde y por la noche; y por la mañana son el mercado al aire libre de Sant´Ambrogio donde puedes encontrar verduras, frutas, flores, ropa o antigüedades. La vida en el mercado está más allá de su interior, invade la plaza y los alrededores con sus gentes, su ruido, sus olores.

Sin embargo, el mercado central de San Lorenzo es un espacio multifuncional orientado no sólo a los habitantes del barrio sino a toda la ciudad. Ha integrado el espacio de compra y venta con el entretenimiento, nuevas experiencias, servicios de restauración y espacio de encuentro. Forma parte de las listas turísticas florentinas tanto de espacios para ver como para comer.

En su interior están divididos los usos en dos niveles: en la planta baja se ubica el mercado de abastos con conexión directa al aparcamiento subterráneo que abre de lunes a viernes de 7:00-14:00h y los sábados de 7:00-17:00h y en la planta primera está la zona de restauración con horario diario de 10:00-24:00h. En la zona de mercado hay alimentarios, herboristerías, floristerías, fruterías, carnicerías, panaderías, pastelerías, tiendas de frutas secas, frutos secos, embutidos, etc. Hay 3 enotecas, 6 restaurantes, 3 zonas libres donde comer y varios espacios donde comprar pizza y pastas[4]. La mayoría de los negocios tienen el nombre o el apellido de sus dueños al igual que en la planta primera que se enfoca como una plaza cubierta destinada a la restauración, el ocio y el entretenimiento donde hay 12 tiendas de profesionales artesanos y otros servicios como banco, librería, “una escuela de cocina, otra para degustaciones de vino y un servicio de entrega a domicilio. Tiene 500 sillas donde sentarse a comer alguno de los platos que cocinan con los mismos productos que se venden en el mercado. Además, el mercado es un espacio expositivo y se desarrollan en él numerosos eventos culturales y talleres.

3 http://www.mercatosantambrogio.it/il-mercato/

4 https://mercatocentralefirenze.wordpress.com/

La restauración del edificio de Mengoni ha sido muy cuidada, respetuosa y con buen gusto. Ha vuelto a re-habitar un espacio que estaba abandonado y ha conservado la multifuncionalidad que lo ha caracterizado desde que se construyó (recordemos que fue sede de diferentes Ferias y Exposiciones). Sin embargo, no es un mercado para los habitantes del barrio sino que tiene un carácter más exclusivo y turístico.

Conclusiones

En este artículo hemos podido mostrar la influencia que han tenido los tres primeros mercados cubiertos en la configuración urbanística de Florencia, es decir, contribuyeron en el nuevo planeamiento de la ciudad del siglo XIX reorganizando los espacios comerciales que se estaban desarrollando al aire libre y en cajones desde tiempos inmemoriales, pero que en ese momento, derivado del crecimiento demográfico de la nueva ciudad industrial, se habían generado espacios insalubres y dificultaban los flujos de las nuevas circulaciones en los diferentes barrios.

En la actualidad sólo existen dos de los tres originales: el mercado de Sant `Ambrogio que conserva su uso original como mercado de abastos y da servicio al barrio y a sus gentes de manera horizontal manteniendo el fuerte vínculo entre los ciudadanos y la ciudad a pequeña escala; y el mercado central de San Lorenzo que se ha convertido en un espacio multifuncional que combina el espacio de abasto con el de restauración, ocio y usos culturales.

Pese a la tendencia que se ha tenido en numerosas ciudades europeas de convertir antiguos mercados de abastos, en mercados “gourmet” solamente, en Florencia han sabido combinar los usos mercantiles adaptándolos a las necesidades actuales con una rehabilitación muy cuidada que pone en valor y re-habita el espléndido edificio decimonónico.

Es decir, las necesidades de abasto actuales han cambiado con respecto a las del siglo XIX (Palomares, 2013: 143) momento en el que no había centros comerciales ni supermercados ni la ciudad estaba tan fragmentada como lo está hoy (motivo por el que 5600 m^2 podrían haberse considerado demasiada superficie para ocuparla sólo con puestos a la manera tradicional). La ciudad ha cambiado y se ha transformado profundamente (Paba, 2002: 591) y pienso, que la solución de utilizar las dos plantas del edificio de manera independiente, manteniendo el mercado de abasto e introduciendo en la planta primera otro uso con otro horario, ha sido acertada ya que da vida al edificio en su totalidad. Además, el enfoque gastronómico y artesanal que potencia y da visibilidad a la cultura italiana mediante exposiciones, talleres y un sinfín de eventos hacen que el espacio no se haya convertido en un “mercado gourmet”, simplemente hostelero.

Otro debate sobre el que reflexionar (si bien no es el objeto de esta investigación) sería qué ciudadanos son los que van a comprar al mercado central de San Lorenzo en una ciudad histórica en la que según Giarcarlo Paba se transforma progresivamente en el centro de la vida social y ha generado un punto de

encuentro detrás de un parque temático del renacimiento y en un centro comercial en el que las calles y los espacios públicos, más que para ser vividos, se han convertido en un espacio de tránsito de camino al trabajo o a casa (Paba, 16) .

Según los florentinos más ancianos el mercado antes de su última reforma había perdido su "carácter popular" influido entre otras cosas por las nuevas poblaciones que habían llegado como consecuencia de las nuevas mercancías que se vendían en los aledaños del mercado (Frantz, 2006: 1). En la actualidad, es un "mercado cosmopolita" (Frantz, 2006: 2) que vende a precios más elevados que en otros mercados y en el que sus vendedores están también orientados a atender bien al turista.

Con este trabajo se ha intentado contribuir en el discurso generado en torno a los usos y reusos de los antiguos mercados de abastos poniendo como estudio de caso la ciudad florentina que conserva la originalidad del mercado de Sant`Ambroggio y ha cambiado su uso original en el mercado central de San Lorenzo. En este último, después de la rehabilitación, y pese a tener una orientación más bien turística ha conseguido conservar el espacio de abasto y la dinámica del mercado como lugar de suministro, generando un espacio de reunión adaptado a la transformación social del barrio en la actualidad. Contribuyendo a hacer ciudad.

Referencias

- Borsi, F. (1984). *Firenze: la cultura dell`utile. Schede a cura di: Paola Maresca*. Firenze: Alinea editrice s.r.l
- Castañer Muñoz, E. (2006). *La arquitectura del hierro en España. Los mercados del siglo XIX.* Madrid: Real Academia de la Ingeniería, D.L.
- Frantz, D. (2006). Esplorare un mercato cosmopolita. *HALD. La Nuova Citta,* 8 (11/12), 9p. <halshs-00559916>
- Paba, G. (2002). Mercate e strade: Transformazioni e tendenze nella città di Firenze. *Rivista Geografica Italiana*, vol. A. CIX, Fasc. 3. settembre, pp. 589-598, ISSN:0035-6697
- Paba, G (Coord). *Insurgent city. racconti e geografie di un'altra Firenze.* Firenze: Universitá di Firenze. Laboratorio di progettazione ecologica degli insediamenti del Dipartimento di Urbanistica e Pianificazione del Territorio
- Palomares Alarcón, S. (2013). *Arquitectura industrial: mercados de abastos en la provincia de Jaén. Y otros ejemplos andaluces*. Jaén: Fundación Caja Rural de Jaén.
- R.M.e .G.P. (1874). *Il Nuovo Mercato Centrale di Firenze*. Firenze: Tipografía del Vocabulario diretta da G. Polverini.
- Romano, G. (1976). Rinasamento della struttura di ferro e guisa del Mercato Centrale San Lorenzo a Firenze. *ACCIAIO,* 9. Edizione italiana della rivista internazionale. ACIER-STAHL-STEEL. pp.1-7
- Romano, G (1978). Storia e restauro della copertura di acciaio del Mercato Centrale San Lorenzo a

Firenze. *COSTRUZIONI METALLICHE*, 5,pp.3-8

- Rossi, A. (1966). *La arquitectura de la ciudad*. España: Editorial Gustavo Gili

A CIDADE VISITADA: TURISMO E A CIDADE

LA CIUDAD VISITADA: TURISMO Y LA CIUDAD
THE VISITED CITY: TOURISM AND THE CITY

BARCELONA – A TOURIST'S PARADISE

MARIA REDMON

Associate Instructor
University of Central Florida
Winter Park, Florida, USA
macred111@hotmail.com

U. THERESA ZMURKEWYCZ

Spanish Language Coordinator
Saint Joseph's University
Philadelphia, Pennsylvania, USA
tzmurkew@sju.edu

Resumo

Barcelona, la cuarta ciudad más visitada en Europa, tiene una historia larga de maravillas arquitectónicas. Muchos/as turistas han sido atraídos/as a la ciudad por su proximidad al mar Mediterráneo mientras otros tratan de aprender más sobre la cultura catalana en las giras especializadas.

Las obras literarias basadas en la ciudad (como La catedral del mar, La plaça del diamant, La sombra del viento y La ciudad de los prodigios) han creado interés en Barcelona como ciudad y en la historia que se encuentra en ellas. El desarrollo de la ciudad, y su efecto en la historia, son evidentes en las novelas y en las giras que florecieron en la última década. Estas obras se enfocan en diferentes épocas y áreas de Barcelona.

Barcelona se considera una de las más ricas y diversas ciudades en términos arquitectónicos. Los contrastes entre el Born, Eixample, Gràcia y Port Olimpic atraen a muchos/as turistas.

Barcelona, como destinación turística, tiene mucho que ofrecer: las ruinas romanas, el centro medieval, las iglesias, la arquitectura modernista, las empresas y los sitios culturales. Los tradición, música, arte, literatura, y una visión hacia el futuro, son sus inspiraciones. Los/las turistas pueden encontrarlo todo en esta ciudad vibrante.

Barcelona tiene un promedio de siete millones de visitantes por año; la mitad en viajes de ocio. En esta presentación, nos concentramos en dos tipos de turismo: 1) las giras literarias que siguen los pasos de una novela y 2) las giras arquitectónicas. Vamos a enfocarnos en los/las turistas que gozan de la historia y belleza de una ciudad llena de cultura y nacionalismo.

PALAVRAS CHAVE

Turismo cultural, Modernisme, historia, nacionalismo

Abstract

Barcelona, the fourth most visited city in Europe, has a long history of architectural wonders. Many tourists have been attracted to the city because of its proximity to the sea while others strive to learn more about the Catalan culture through the walking (or biking) tours specifically developed to fill this niche.

Literary works based on the city (such as La catedral del mar, La plaça del diamant, La sombra del viento and La ciudad de los prodigios) have created interest both in Barcelona as a city, and in the history recounted in them. The growth of the city, and its effect on history, are evident in the novels and in the tours that have flourished in the last decade. These works focus on different time periods and areas of Barcelona.

Barcelona is considered one of the richest architecturally diverse cities. The contrasts between the Born, Eixample, Gràcia and Port Olimpic have attracted many to the city.

Barcelona as a tourist destination has much to offer: the Roman ruins, medieval center, churches, Modernist architecture, business facilities and cultural sites. Tradition, music, art, literature, and a vision towards the future, are its inspirations. Tourists will find everything in this vibrant city.

Barcelona averages over 7 million visitors a year; about half of these are leisure travelers. In this presentation, we will concentrate on two types of tourism: 1) literary tours that follow in the steps of a novel; and 2) architectural tours. Our paper will focus on the tourists who appreciate a historical and nationalistic city steeped in culture and whose roots are firmly set in the Mediterranean that bathes its shores. The people who settled here left their imprint on a city that tourists can enjoy.

KEY WORDS

Cultural tourism, Modernisme, history, nationalism

Introduction

Barcelona, the favorite destination for tourists in the 3rd most visited country of the world, has undergone a boom in the last twenty five years. In a city of 1.6 million inhabitants, the growth from 1990 to today has jumped from 1.7 million tourists to a record 7.4 million this year

One of the reasons for this change is the increase in cruise ship arrivals. When these dock, over 30,000 people flood the city in a single day. Barcelona has thebusiest port in Europe which means that the majority of the trips begin or end here. Passengers can extend their stay or many of these tourists try to visit the most touted tourist attractions in the matter of twelve hours.

In this presentation we will highlight two types of visits to Barcelona, one that features a walking tour that follows the steps of La catedral del mar by Ildefonso Falcones and the other the Ruta del Modernisme that follows the works of Catalan Art Nouveau. We will focus on the areas of the Born, Eixample and Gràcia.

Aim of the research

- To analyse the popularity of Barcelona as a magnet for students, leisure visitors and professionals.
- To examine the cottage industry that Ildefonso Falcones' La cathedral del mar has created.
- To study the effect that the millions of tourists have on the population of Barcelona and on the architecture itself.
- To show how Falcones' work, and the Modernisme movement, are symbols of Catalan nationalism.

Methodology

For this presentation, a semiotic analysis was used.

Since semiotics analyzes unconscious cultural patterns that shape behavior and can be applied to everything that has meaning within a culture, this is an ideal format for our research. We delved into the reasons why tourists were being drawn to Barcelona in such large numbers and what they were doing during their visit. What has caused the shift from beach tourism to that of tourists who are interested in learning more about the Catalan culture through the numerous literary and architectural walking or riding tours? Does this phenomenon reflect or depart from present day tourism? Semiotics takes nothing for granted when analyzing an activity; this study followed along the same lines

1. The Demographics

According to the 2014 Annual Report of the Turisme de Barcelona i Cambra de Comerç de Barcelona (under the direction of Joan Gaspart i Solves, Executive President of Turisme de Barcelona and Miquel Valls

i Maseda, President of Barcelona Chamber of Commerce) the architectural offerings are the main reason for tourism to Barcelona. This is closely followed by the culture of the city. The Sagrada Familia was more popular than the Barceloneta.

Even though the overwhelming number of tourists still come from Spain, Barcelona is attracting a wider array of nationalities. More than half of those surveyed admitted to visiting the city for the first time, although a quarter of the participants had been to Barcelona at least three times.

Although a third of the visitors are ages 25 – 34 years old, the second largest contingent is students, from 18 to 24 years of age. They come for vacation or to study abroad in Barcelona. Barcelona is an especially popular destination for students who've gotten an Erasmus scholarship.

> The University of Barcelona is one of Spain's oldest and best ranking around the world…winning Best University of Spain in 2011. It's been recognized by the Spanish Ministry of Education in 2009 as a Campus of International Excellence, catering to meet the growing needs of a globalized world." Niesen

2. Literary Tourism

Literature has played a significant role in the development of interest in the city as it is presented through the eyes of the author. Barcelona has been a city at the heart of literature for centuries but, in the novels of Falcones and Ruíz Zafón, the city developed its own unique personality and mystique that attract tourists in their pursuit to relive the sounds, places, sights, and smells that the novels have brought to life.

Even though the two novels take place at different historical times, the ambience they create calls to the readers to delve into the cities that hold their interest and attention throughout the novel. Both authors have captured a time and a space, and they have fascinated the public with the characters and their associations with the city that gave them life and served as their stage before the reader of each novel.

Barcelona, as it is seen through the eyes of each author, is a city that captures the imagination and mystifies the reader with its rich culture and exotic allure. The foggy streets, the damp and rancid air, the silence of the cemetery, the screams of the dying, the push for life, the cruelty of death and the call for justice and love are all played out before the reader in the unique setting of a vibrant city that supports its cast of characters and influences their destiny.

The authors have drawn images that captivate the imagination of the readers and draw them to the object of their creation; a city presented as a mixture of truth and fiction. The image held in the mind of the author and placed on paper for the reader to recreate with his/her own images as a point of reference is as

unique as each reader. The reader´s knowledge of the city, or lack of it, is immaterial to the success of the novels and their attraction to the reader. The author is the creator and the reader recreates the words of the author to his or her own interpretation. The author´s ability to draw a vibrant image in the mind of the reader is what attracts the reader to the experience of the city as it is portrayed in the reader´s mind. The symbiotic relationship between the author, the city, and the reader is where the literary world and the physical reality of the city intersect in the sites and sound the tourist experiences in Barcelona. The object of the reader´s quest for concreteness in an abstract, imaginary city is found in the visits the tourist pursues as he follows in the footsteps of the characters the reader has come to know. What is portrayed in the novel is brought alive in tours and visits through the city. Falcones' first novel La Catedral del Mar (The Cathedral of the Sea) has sold over 5 millon copies in 43 countries. Falcones´ novel has been so successful that it will soon be the setting of a TV series and will bring even more tourists to Barcelona once it is aired nationally and internationally

One of the top recommended tours on the website Trip Advisor is the walking tour of La Catedral del Mar. There are over 8,500 reviews on the website for this tour. It is very highly recommended and receives high scores (4.5 out of 5) from those posting on the site. The walking tour is a three-hour tour that will take tourists to the Cathedral and to other churches such as Sant Pere de les Puelles, La Iglesia de Santa Ana, Catedral de Santa Lucia, Santa María del Pi, and other sites of interest to those who have read the book and desire to experience the plazas, churches, and barrios brought to life in the novel. The tour stops at the sites of the 14th century city of Barcelona and follows the struggle of its main character, Bernat, as he seeks freedom and finds fulfillment as he participates in the building of one of the greatest churches of Barcelona, Santa María del Mar.

The novel La sombra del viento (The Shadow of the Wind) has also created a following among its readers who travel to Barcelona to discover the streets, mansions, abandoned houses, and cemeteries that come to life as the tourist seeks the concrete reality portrayed in the novel. The tourists walk for hours and pursue an ephemeral glimpse of a city that exists in another reality but that the tourist can feel and bring to life in the tangible reality of a modern city, Barcelona.

La sombra del viento , a novel by Ruíz Zafón, set in Barcelona in 1945, brings the mystery and intrigue from the heart of the old city to Paris to life for the readers. Daniel Sampere, Julián Carax and other characters are brought to life by the guides as the tourists walk through the city to rediscover the sites at the center of the novel. Ruíz Zafón has enjoyed the success of both national and international audiences and his novel has created a following that has brought tourists to Barcelona to follow in the footsteps of the characters in his novel.

3. The Route of Modernisme and Catalan Nationalism

Catalan Modernisme is one of the most obvious examples of Catalan nationalism. The beginnings

were in the 1880s, which coincided with the 1988 Barcelona Universal Exposition, that, in addition to being Spain's first International World's Fair, was also a symbol of Catalan patriotism. This version of Art Nouveau dominated Barcelona's architectural movement for the next two decades. The three major architects, Antoni Gaudí, Lluís Domènech i Montaner and Josep Puig i Cadafalch, not only created outstanding designs but tried to encompass the Catalan character and both Domènech i Montaner and Puig i Cadafalch were also active in political Catalan society.

> As Catalonia grew in wealth and power around the mid-19th century, the region strove to re-establish its national identity, separate to Castilian Spain, firstly by restoring its language…but equally by a conscious injection of modern ideas designed to invigorate and lift Catalan society and culture as it approached the 20th Century. Modernisme: Catalan Art

Gaudi's Casa Batllò, for example, celebrates the patron saint of Catalunya, Sant Jordi, as he plunges his cross into the dragon. Although the significance of this detail might be unknown to most tourists, every Catalan understands the importance of this symbol. Sant Jordi fights against the dragon, who always demands more, as Catalunya fights for its independence.

Domènech i Montaner's Palau de la Música Catalana integrates all of the arts to create a whole, a typical characteristic of Catalan Modernisme.

Professional architects, students, children and people of all ages and nationalities have become mesmerised by the intricate and varied examples of these works. UNESCO has honored nine of these designs as World Heritage Sites (all but two planned by Antoni Gaudí). The UNESCO list may be the motivator for architects, or architectural students, to come to Barcelona to admire its wonders but they are only a small portion of the millions of tourists.

Barcelona Turisme, along with the Generalitat and Chamber of Commerce, launched a major campaign to promote Barcelona since the Olympics in 1992. Part of this campaign focused on the architectural wonders found throughout the city. The Generalit, in particular, wanted to promote the city, and Catalunya as a whole, to the world at large.

Instead of touring Barcelona by bus, walking tours (or biking tours), led by professional architects (or guides) were developed. Barcelona Architecture Walks, Guiding Architects Barcelona, Artchitectours, Discover Walks Barcelona are just a few of the companies that have created tours to promote the unique style of the city. For those who would like to ride, the Bus Turistic Barcelona offers tourists the opportunity to get on and off as many times as they'd like. Both the red and blue lines stop at various of Gaudi's creations.

Time Out Barcelona, as well as every website, blog, or travel book that promotes Barcelona, mentions

the Sagrada Familia, Park Güell and other works by Gaudi. Every one of them states that these are "not to be missed". Even the cruise ships tout excursions to see the wonders created by Gaudi. There are even agencies and organizations that will reserve tickets to enter these sites since the waiting lines can last for hours.

The Sagrada Familia is the most visited site in all of Barcelona. According to the Chamber of Commerce and Barcelona Turisme, more than 3,000,000 tourists came to see the Sagrada Familia in 2014 (this includes only the people who have paid an entrance fee to go inside; it ignores the million plus who walk around the Basilica but never enter in order to avoid paying). This is more than a million more than the second most popular site, Park Güell. Since it's conception in 1882 (taken over by Gaudi in 1883), the still unfinished Basilica has developed and changed over the last 130 years. Catalans who had watched the almost idle building process for years, are now amazed at the unfamiliar construction. The strong Gothic influence seems to clash with the Art Nouveau fantastic side. However, this contrast seems to appeal to many of the tourists who roam through the building while snapping pictures on their iPhones. I must admit that when the sun shines through the exquisite stained glass windows, the effect is amazing. .Tourists are ready and willing to stand in long lines and pay from 15 (Basilica only) to 29 euros (Basilica and towers) to enter and contemplate the majesty of the interior. It is no longer necessary to climb the "escalera de caracol" (winding stairways) in order to get to the towers and view the city from afar; there are now elevators to take the visitors up.

For those who make the long trek to Park Güell (in Gràcia), the unfortunate tourists who did not reserve their tickets ahead of time may have to wait the whole day in order to get in, or come back the next day. Although part of the park is still free, since October, 2013 the fairytale shapes can only be seen upon paying an entrance fee. This change was enacted in order to 1) help pay to maintain the park; and 2) to control the massive amount of people who can enter at any one time (damage to the ceramic benches, ceilings, etc. over the past years has created a need for art/architecture restoration). Once in the park, the view makes the trip, and the cost, worth every penny. It's possible to see the Sagrada Familia, the Agbar Tower (considered an insult to the city by many), the way to the sea. Except for climbing Tibidabo or Montjuic, this is the best place to see and appreciate Barcelona.

Casa Batlló and La Pedrera (Casa Milà) are convenient for viewing since they are only a few blocks away, and stand on the Passeig de Gràcia, one of the most expensive and stylish streets in the city.

Conclusions

Tourism has had both a positive and a negative effect on the city of Barcelona and its inhabitants. The documentary Bye Bye Barcelona interviewed many of the people who have to live with these effects on a daily basis. The majority talked about the overwhelming invasion of tourism in a city that's too small to encompass all of them.

During certain times of the year, the inhabitants of Barcelona complain that 75% of the people in the

streets, especially in the Born, Barri Gotic, Eixample, Ramblas are tourists. The people avoid walking in the streets, going to the tourist areas, etc. However, as the tourist population grows, there are less and less places for the locals to go.

Many of the tourists prefer renting a room or an apartment instead of staying in a hotel. This creates an uneasy feeling among many of the older inhabitants of Barcelona. They mention that they see a variety of people coming and going from their building; nobody knows if these tourists are honest or dishonest, if they've made extra keys to the building that would allow them access at some future time.

Although we didn't address business tourism directly, Barcelona has a strong Chamber of Commerce that helps facilitate international fairs, trade shows and conferences. These visitors do participate in viewing the city, when their schedule allows it. The acceptance for these "business tourists" is higher since they often find hotels that aren't in the congested Ciutat Vella or downtown area. The revenue that they bring in makes up for the inconvenience.

In every discussion there are those who defend the tourist industry stating that it is 12% of Barcelona's GDP, about 14 billion euros in revenue. It also creates jobs for an area that has suffered from widespread employment for a number of years. Restaurants and hotels have sprung up and many stores cater to the tourists, something that is criticized by many Barcelona residents who state that Barcelona is no longer theirs.

References

- http://www.barcelona-life.com/barcelona/modernisme - Modernisme: Catalan Art Nouveau
-
- 9 Best Universities in Spain for International Students - Carrie Niesen https://www.gooverseas.com/blog/best-universities-in-spain-international-students
-
- http://professional.barcelonaturisme.com/imgfiles/estad/Est2014b.pdf
-
- https://www.youtube.com/watch?v=kdXcFChRpmI – Bye Bye Barcelona

httRmGV85-T8

REAL VIRTUAL: DEAMBULAR PELA CIDADE

PAULA ANDRÉ
Professora Auxiliar

JOÃO FRANCISCO
Mestre Arquitecto

Escola de Tecnologias e Arquitectura. ISCTE-IUL
Instituto Universitário de Lisboa.
Av. das Forças Armadas (Portugal) CP 1649-026.
Email: paula.andre@iscte.pt; joaopedrofrancisco_@hotmail.com

Resumo

O conceito de 'Unidade de vizinhança' (Neighborhood Unit) foi criado pelo sociólogo e urbanista americano Clarence Arthur Perry nos inícios do século XX, e propunha que a Escola fosse o centro de uma comunidade residencial, defendendo que a distância que uma criança percorreria até à escola não deveria ser mais longa que 400m-800m.

Em Lisboa a Freguesia de Alvalade agrega a Cidade Universitária de Lisboa, o Museu da Cidade de Lisboa, o ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa, e o Bairro de Alvalade, cujo Plano desenhado nos anos 40 do séc. XX pelo arquitecto urbanista João Guilherme Faria da Costa, aplica o conceito de unidade de vizinhança nas 8 células que constituem o bairro.

Tomando esta Freguesia e este Bairro como objecto de estudo e assumindo o tecido urbano e a arquitectura como geradores de valor social, económico e cultural, tomamos de empréstimo o conceito de 'Unidade de vizinhança' e propomos a sua aplicação na área do Turismo, passando a ser o Hotel o novo centro das distâncias percorríveis a pé, e a partir do qual, caminando, se descobre o Bairro e a cidade.

Para concretizar este objectivo foi realizada uma investigação e um trabalho de campo no Bairro de Alvalade que permitiu seleccionar e mapear traçados urbanos, pré-existências rurais, arquitecturas e artes integradas, que configuram a criação de múltiplos itinerários, acessíveis e selecionáveis a partir do Hotel utilizando uma aplicação descarregada no telemóvel. Esta estratégia deverá ainda estar associada à produção de múltiplas plataformas digitais, e terá como público-alvo, turistas, estudantes Erasmus e habitantes, podendo ser replicada noutros bairros.

Pretende-se assim explorar o sentido do caminhar e do deambular, descobrindo vidas passadas insuspeitas da cidade, valorizando a cidade banal, cruzando a história, as artes e as viagens do olhar, e conhecendo a imagética e a identidade do Bairro.

PALAVRAS CHAVE

Unidade de vizinhança, hotel, bairro, deambular

Abstract

Barcelona, the fourth most visited city in Europe, has a long hisThe concept of the Neighborhood Unit was theorized by urban sociologist Clarence Perry in the beginning of the 20th century. It proposed that the Elementary School would become the new heart of the residential communities, so that the maximum walking distance between home and the school would not exceed 400m-800m.

In Lisbon, the parish of Alvalade aggregates Cidade Universitária, the City Museum, ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa and Bairro de Alvalade, designed by architect and urbanist João Guilherme Faria da Costa, in the 1940's, incorporating the concept of Neighborhood Unit as it is structured into eight cells.

Using this section of the city as a case study, we assume urbanism, architecture and art as generators of economic and social value and establish a connection between the concept of neighborhood unit and tourism by turning the tourist units (hotels, hostels and guesthouses) into the new center of the walkable distance.

An investigation and fieldwork were executed in Bairro de Alvalade, selecting and mapping urban traces, rural pre-existences, architecture and art works that configure multiple urban paths, to be made accessible and selectable through a digital platform, which could be downloaded onto smartphones by the time the visitors arrive at the touristic unit. This strategy has, as a target audience, tourists, residents in Alvalade and students from Cidade Universitária and can be replicated in other neighborhoods.

Therefore, the aim is to explore the act of walking and roaming, discovering the city's past lives, valuing the common city, connecting history, arts and architecture and clarifying the imagery and identity of Bairro de Alvalade.

KEY WORDS

Cultural tourism, Modernisme, history, nationalism

Introdução

Em 1948 a inauguração do Bairro de Alvalade era notícia de um jornal diário sob o título "Lisboa Nova" (*O Século Ilustrado*, 1948), salientando o contraste com a cidade velha (O Século, 1948), e ainda destacando que no "local onde era campo coberto de hortas e pomares, ali à beira da cidade velha, que lhe gastava as hortaliças e as frutas", nascia a Lisboa nova. "O espaço rural, as quintarolas desapareceram para sempre, ficaram mais longe" empurrando e criando novas periferias "para os lados de Sacavém e Moscavide", salientando com orgulho que "o campo foi rasgado sob o desenho de arquitectos que vivem a cidade de hoje, artistas urbanistas que criaram a golpes de audácia e de talento, a cidade de amanhã" (O Século, 1948). Essa Lisboa nova era anunciada como "uma pequena cidade portuguesa" riscada e projectada pelos engenheiros e arquitectos da Câmara Municipal de Lisboa que honram a ciência e arte do País, com inauguração marcada pelas 17h do dia 23 de Setembro de 1948, considerada a "primeira experiência de urbanização de grande escala da Câmara Municipal de Lisboa, no sítio de Alvalade – que assim se denominava o novo subúrbio" (O Grande Plano de Urbanização de Alvalade, 1948).

Figura 1 - Bairro de Alvalade, Unidades de Vizinhança (1-8) e respectivos equipamentos escolares.

De iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, o *Plano de Urbanização da zona a sul da Av. Alferes Malheiro,* vulgo Bairro de Alvalade, foi desenhado em 1944 pelo arquitecto-urbanista João Guilherme Faria da Costa, com execução das obras assumida pelo Estado e por empreiteiros particulares, dirigidos e fiscalizados pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Lisboa. Integrado na política de expropriações do ministro das Obras Públicas e Presidente do Município engenheiro Duarte Pacheco e inserido no *Plano Director de Lisboa* (1938-48), foi concebido com uma área de 230 hectares (habitação, equipamentos e indústria não poluente), para 45 000 habitantes (habitações de renda económica, renda limitada e renda livre) e composto

por 8 células (organizadas em redor de uma escola primária). As 8 células estavam estruturadas a partir do conceito de *Neighborhood Unit* (Unidade de vizinhança) criado pelo sociólogo e urbanista americano Clarence Arthur Perry nos inícios do século XX, propondo que a Escola fosse o centro de uma comunidade residencial, defendendo que a distância que uma criança percorreria até à escola não deveria ser mais longa que 400m-800m.

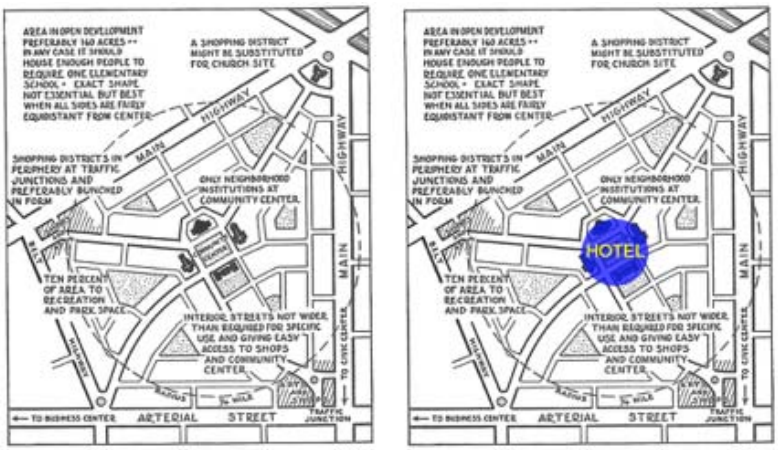


Figura 2 - Esquema de uma unidade de vizinhança, realizado por Clarence Perry (sociólogo). Aplicação do conceito ao sector turístico na actualidade. Imagem manipulada a partir da original (Lamas, 1992. p. 319).

Arthur Perry procurava valorizar o percurso, o caminhar, o deambular em detrimento da invasão do tráfego automóvel. O caminhar como prática estética foi desenvolvido pelo arquitecto Francesco Careri (2016), através de um estudo de propostas históricas (das vanguardas artísticas à land art) ancoradas na deambulação, e herdando o personagem oitocentista de Baudelaire o *flaneur* (2015).

Objetivos

Tomando esta Freguesia e este Bairro como objecto de estudo e assumindo o tecido urbano e a arquitectura como geradores de valor social, económico e cultural, tomamos de empréstimo o conceito de unidade de vizinhança e propomos a sua aplicação na área do Turismo, passando a ser o Hotel o novo centro das distâncias percorríveis a pé, e a partir do qual e caminhando se descobre o Bairro e a cidade.

Pretende-se assim explorar o sentido do caminhar e do deambular, descobrindo vidas passadas insuspeitas da cidade, valorizando a cidade banal, cruzando a história, as artes e as viagens do olhar, e conhecendo a imagética e a identidade do Bairro.

Metodologia

Para concretizar este objectivo foi realizada uma investigação e um trabalho de campo no Bairro de Alvalade que permitiu seleccionar e mapear traçados urbanos, pré-existências rurais, arquitecturas e artes

integradas, que configuram a criação de múltiplos itinerários, acessíveis e selecionáveis a partir da chegada ao Hotel por via de uma aplicação descarregada no telemóvel. Esta estratégia deverá ainda estar associada à produção de múltiplas plataformas digitais, e terá como público-alvo, turistas, estudantes Erasmus e habitantes, podendo ser replicada noutros bairros.

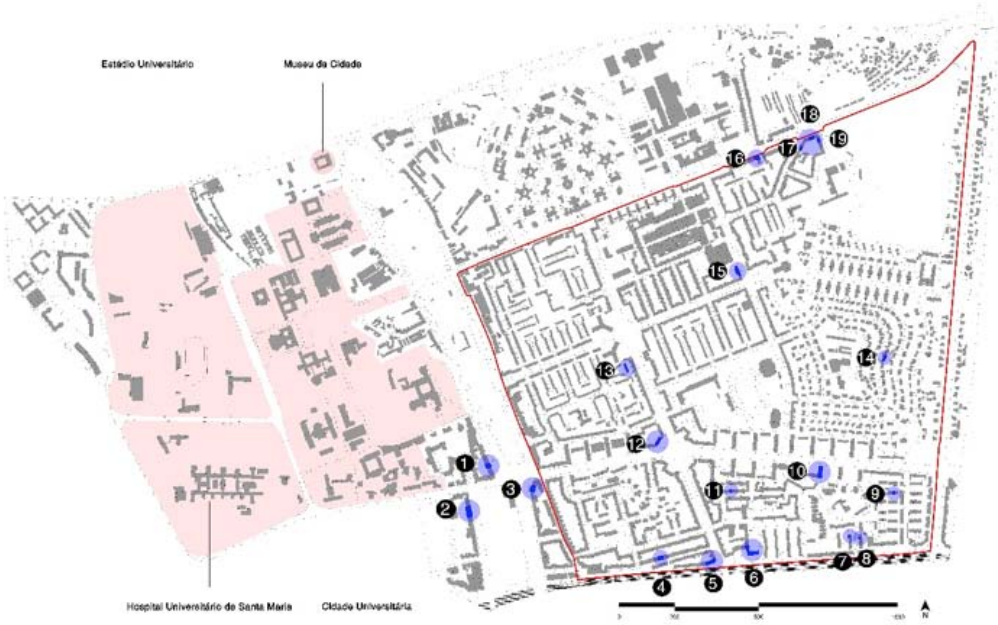


Figura 3 - Zona da freguesia de Alvalade, com o Bairro de Alvalade delimitado. Existem cerca de 22 unidades turísticas na área, assinaladas a azul. 1 – Hotel nh Campo Grande; 2 – Hotel Villa Rica; 3 – LxRoller Premium Guesthouse; 4 – Apartment Roma Areeiro e Apartamento Roma; 5 – Hotel Roma; 6 – Hotel Lutécia; 7 – Nesha Guesthouse Lisbon; 8 – The Olive Tree House; 9 – Guesthouse Guerreiro; 10 – Lisboa Special View; 11 – Lisboa Trendy; 12 – Cozzy & Simple Apartment At Roma e Autentik Guest House; 13 – MyNookLisbon; 14 – Lisbon Family Hostel; 15 – Alvalade Apartment e Alvalade II Guest House; 16 – Duplex Lisboa; 17 – 4U Lisbon Guest House; 18 – 4U Lisbon II Guest House; 19 – 4U Lisbon III Guest House.

1. Deambular pelo Bairro de Alvalade com olhar radiográfico

Diariamente, turistas de diversas zonas do mundo deslocam-se a Lisboa, alguns dos quais hospedando-se na zona da freguesia de Alvalade. Muitos deslocam-se em viagens de trabalho, sendo a sua estada de curta duração, o que se revela dificultador de conhecer as típicas zonas turísticas da cidade. Associando as premissas do desenho urbano do Bairro de Alvalade, que facilita os passeios a pé de curta duração, e usufruindo das possibilidades que as novas tecnologias proporcionam, é nosso objetivo explorar a informação e o valor do Bairro de Alvalade de modo a que esta possa ser utilizada numa *aplicação digital de turismo*, permitindo uma nova visão sobre o bairro num contexto *in loco* de realidade aumentada, de modo a conferir a evolução do território e da cidade.

Tomando como referência o filme “Powers of Ten” (1977), de Charles Eames e Ray Eames – em que os conceitos de tecnologia e escala se fundem – a abordagem ao Bairro de Alvalade foi realizada em várias

escaladas, abrangendo o urbanismo, a arquitectura, as obras de arte pública integradas em edifícios e a escala rural preexistente.

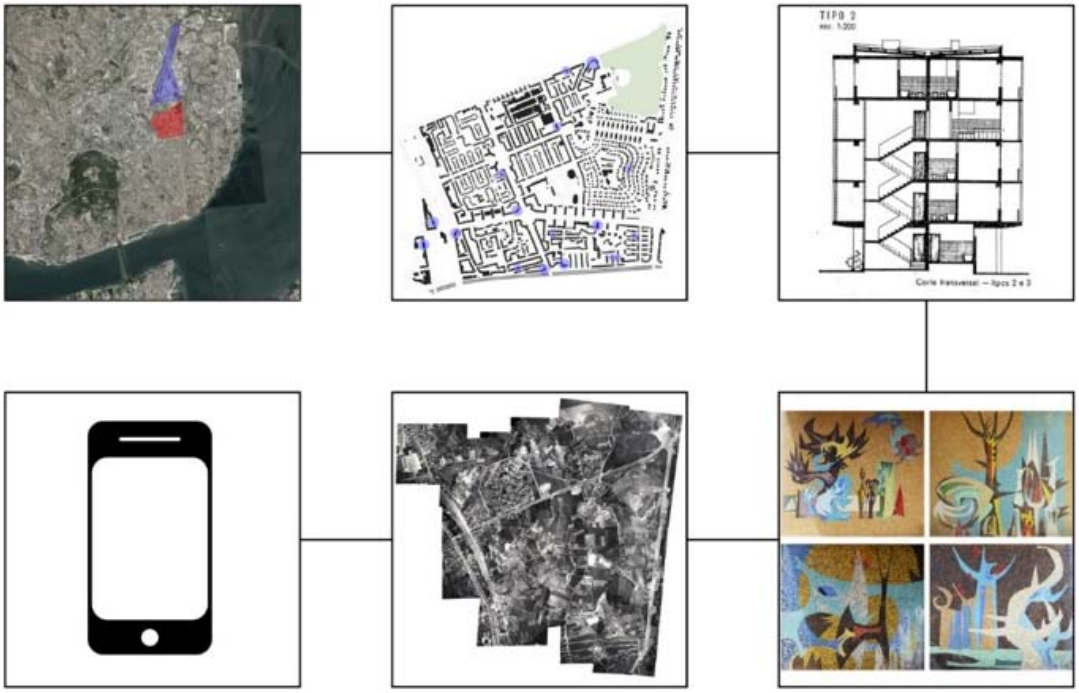


Figura 4 - Esquema conceptual.

O Bairro de Alvalade é resultado de um plano de urbanização caldeador de referências a diferentes pressupostos urbanos, aos quais se acrescentou uma arquitetura em plena fase de mudança no contexto nacional, no seguimento do I Congresso Nacional de Arquitectura (1948) e do III Congresso da União Internacional dos Arquitectos (1953). Se os aspectos da arquitectura e urbanismo de Alvalade se revelam merecedores de conhecimento e visita por parte de turistas e residentes na cidade, o território onde o bairro se implanta é igualmente uma fonte preciosa de informação sobre a velha Lisboa. O plano urbano foi realizado pelo arquitecto-urbanista Faria da Costa directamente sobre a área rural do sítio de Alvalade, composta por aglomerados de habitações precárias à beira das vias, edifícios isolados e grandes áreas agrícolas (Costa, 2010, pp.145,146).

A vegetação assinalada nas Cartas Militares, prévias ao plano de urbanização, permite concluir que as vinhas ocupavam grande extensão do terreno em toda a área nascente. Pontualmente, surgiam também zonas de árvores isoladas, nomeadamente oliveiras, azinheiras, carvalhos e castanheiros.

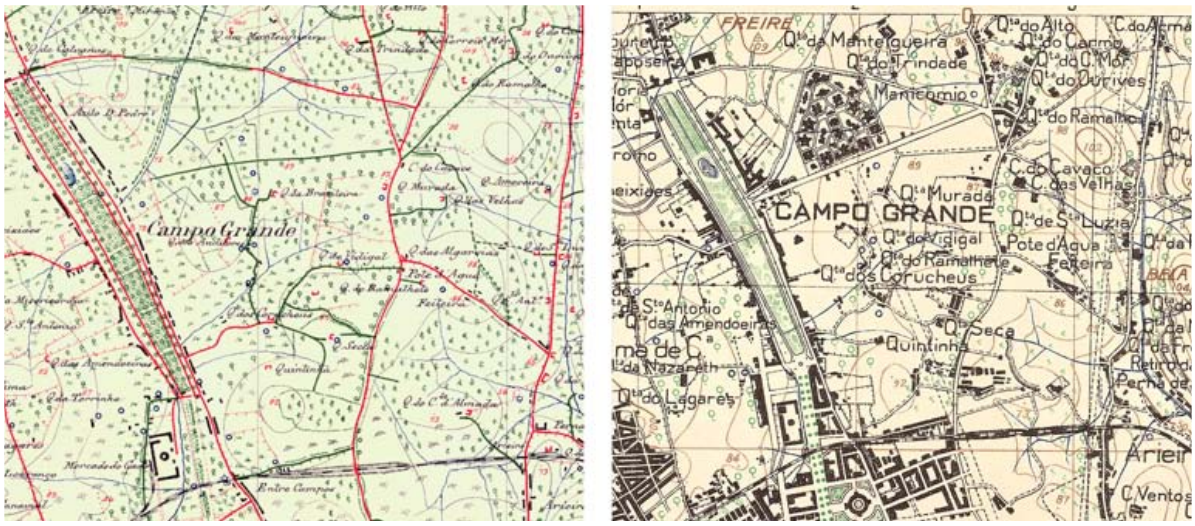


Figura 5 - Cartas Militares dos Arredores de Lisboa (1899 e 1937, respetivamente). DTG, Direcção Geral do Território, Corpo do Estado Maior do Exército – Cartas dos Arredores de Lisboa. CIGeoE, Centro de Informação Geoespacial do Exército, Serviços Cartográficos do Exército – Cartas Militares de Portugal, 1937

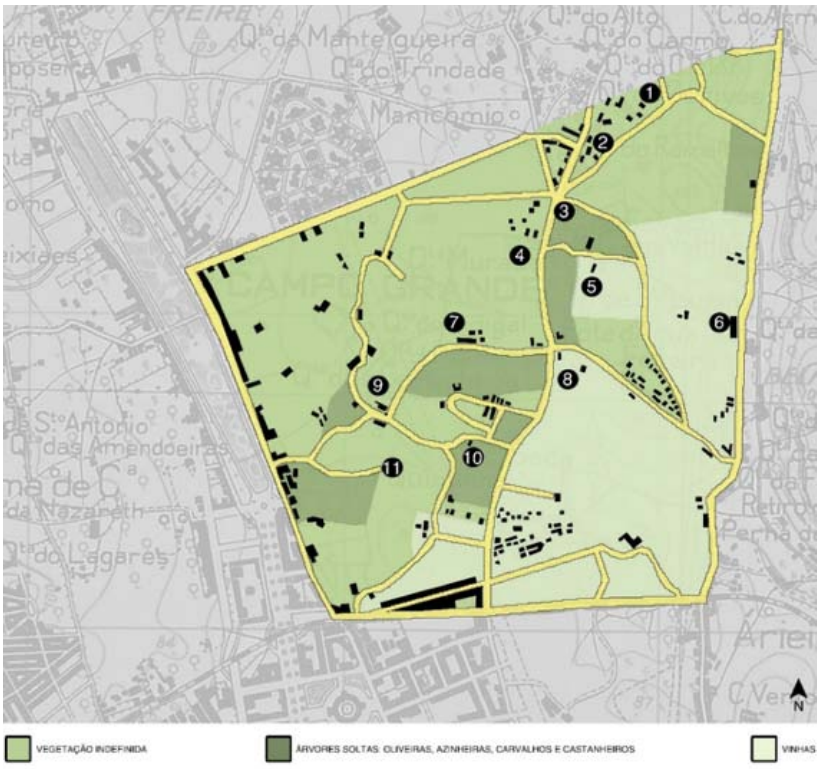


Figura 6 - Marcação das quintas e áreas de cultivo no sítio de Alvalade (1937). 1- Quinta do Ourives; 2- Quinta do Ramalho; 3- Casal do Cavaco; 4- Quinta Murada; 5- Casal das Velhas; 6- Quinta de Santa Luzia; 7- Quinta do Vidigal; 8- Quinta do Ramalhete; 9- Quinta dos Coruchéus; 10- Quinta Seca; 11- Quinta da Quintinha. Imagem manipulada a partir da original (CIGeoE, Centro de Informação Geoespacial do Exército, Serviços Cartográficos do Exército – Cartas Militares de Portugal, 1937).

Figura 7 - Plano de urbanização de Alvalade sobreposto à planta síntese de 1937, evidenciando-se o contraste entre mancha urbana e a ruralidade preexistente. Unidades turísticas assinaladas a azul; como se pode verificar, grande parte das quais situam-se em áreas que eram constituídas por vinhas. Imagem manipulada a partir da original (CIGeoE, Centro de Informação Geoespacial do Exército, Serviços Cartográficos do Exército – Cartas Militares de Portugal, 1937).

As duas principais vias de acesso à cidade de Lisboa – Estrada das Amoreiras e Estrada de Sacavém – atravessavam o sítio de Alvalade no sentido norte-sul, tendo o seu traçado sido completamente apagado pelo plano de urbanização. Porém, a partir do topo norte da Estrada das Amoreiras partia uma outra via – a Estrada da Portela – que foi parcialmente integrada em Alvalade, constituindo atualmente a Rua Reinaldo Ferreira, na célula 6. Também o traçado da Azinhaga da Ceboleira foi considerado, bem como o tecido urbano que a envolvia, tendo sido parcialmente integrada na atual Travessa Henrique Cardoso.

Na planta que se segue (figura 8) apontam-se as principais vias do sítio de Alvalade, registadas nas cartas militares, bem como as respectivas denominações.

Figura 8 - Planta síntese das vias preexistentes ao plano de urbanização (imagem manipulada a partir da original, CIGeoE, Centro de Informação Geoespacial do Exército, Serviços Cartográficos do Exército – Cartas Militares de Portugal, 1937). 1- Avenida Alferes Malheiro, 2- Campo 28 de Maio e Rua de Entrecampos, 3- Linha férrea da cintura, 4- Avenida do Aeroporto, 5- Estrada das Amoreiras, 6- Azinhaga de Santa Luzia, 7- Estrada da Portela, 8- Azinhaga do Fidié, 9- Azinhaga do Ourives, 10- Azinhaga da Mina, 11- Azinhaga da Feiteira, 12- Travessa dos Coruchéus, 13- Azinhaga das Calveias ou da Brasileira, 14- Azinhaga dos Coruchéus, 15- Azinhaga da Quinta Seca, 16- Azinhaga da Farinheira, 17- Azinhaga da Ceboleira. À direita, sobreposição do plano urbano de Alvalade no traçado viário preexistente.

Figura 9 - Aglomerados de edificado. 1- Aglomerado da Travessa Henrique Cardoso, 2- Aglomerado da Rua Dr. Gama Barros, 3- Aglomerado da Feiteira, 4- Aglomerado da Estrada da Portela. Imagem manipulada a partir da original (CIGeoE, Centro de Informação Geoespacial do Exército, Serviços Cartográficos do Exército – Cartas Militares de Portugal, 1937).

Na memória descritiva do plano de urbanização era descrita a existência de pequenos núcleos urbanos constituídos por edificações de fraca qualidade, localizados à beira das vias, nomeadamente: a Travessa Henrique Cardoso, Rua Dr. Gama Barros, Azinhaga da Feiteira e Estrada da Portela ao pote de água (Costa, 1997, p.20).

No caso da Travessa Henrique Cardoso procedeu-se a uma "integração de tecidos preexistentes no desenho urbano do Bairro de Alvalade (…) com renovação de parte do edificado" (Costa, 2010, p,146). O eixo viário que constitui a Travessa Henrique Cardoso implantou-se sobre uma via antecedente ao plano de urbanização, a suprarreferida Azinhaga da Ceboleira, que influenciou claramente o desenho da via proposta no plano.

O aglomerado que existia na atual Rua Dr. Gama Barros surge apenas nas Cartas Militares a partir de 1931, com parte do tecido incorporado na célula 8 do plano de urbanização; porém esta é uma zona que apresenta um processo de urbanização pouco estruturado, não se seguindo um plano concreto para a mesma (Costa, 1997, p.184). No que diz respeito às vias, ambas as ruas Dr. Gama Barros e José Pinheiro de Melo se implantam sobre os eixos preexistentes, assumindo uma configuração semelhante.

O aglomerado junto à Azinhaga da Feiteira só é claramente registado a partir da Carta Militar de 1931, embora nos períodos anteriores se apontasse já a existência de alguns edifícios na zona. As construções que o compunham, descritas como "miseráveis" pela memória descritiva do plano urbano (Costa, 1997, p.20), foram inteiramente demolidas, dando lugar à célula 4 do Bairro de Alvalade.

No cruzamento entre a Estrada da Portela e a Estrada das Amoreiras existia um aglomerado de edifícios assinalado nas Cartas Militares de 1931 e 1937. Do tecido preexistente no local apenas se incorporou um pequeno troço da Estrada da Portela, que corresponde à já referida Rua Reinaldo Ferreira, na célula 6.

Figura 10 - Travessa Henrique Cardoso. Em cima, comparação entre a mancha urbana preexistente representada na Carta Militar de 1937 (CIGeoE, Centro de Informação Geoespacial do Exército, Serviços Cartográficos do Exército – Cartas Militares de Portugal 1937) e ortofotomapa atual do edificado correspondente. Como se verifica, a via atual implanta-se exatamente sobre a preexistente, assumindo a sua forma, procedendo-se igualmente à recuperação de alguns dos edifícios em redor. Em baixo, Traseiras da Travessa Henrique Cardoso (AML/Fotográfico, Madureira, A. - Traseiras da Travessa Henrique Cardoso. PT/AMLSB/ARM/I01273) e o local correspondente em 2016.

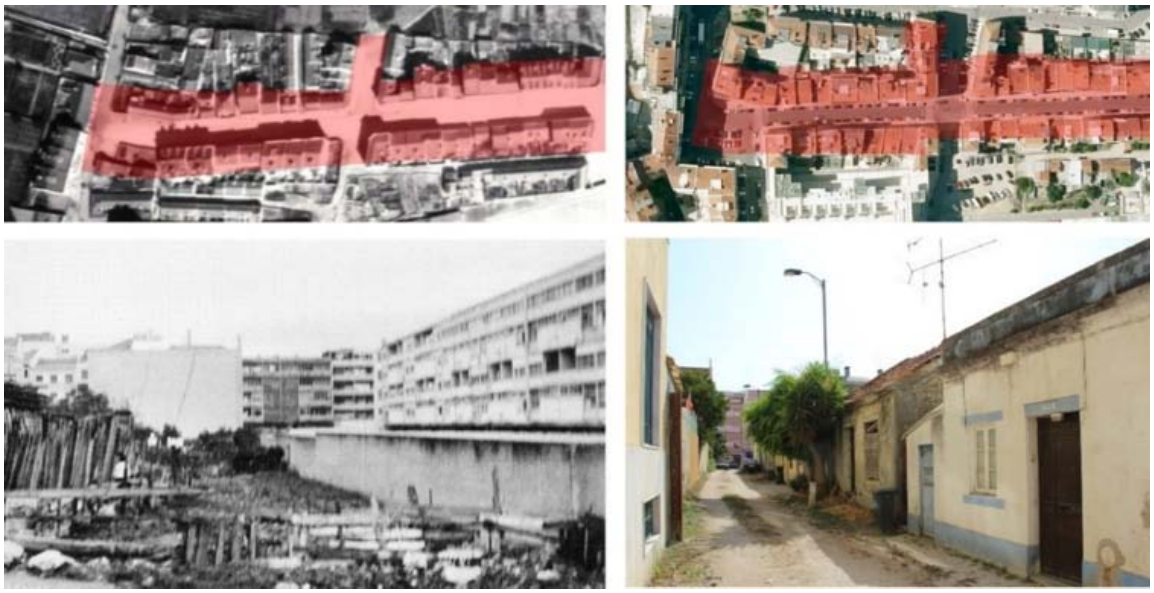


Figura 11 - Rua Dr. Gama Barros. Em cima, comparação entre o ortofotomapa de 1945, imagem manipulada a partir da original (DTG, Direção Geral do Território, Fototeca), e o ortofotomapa atual. As semelhanças configuracionais das vias e de implantação do edificado evidenciam que parte do tecido urbano preexistente foi incorporado no plano. Em baixo, fotografia da Rua Dr. Gama Barros em 1960 (AML/Fotográfico, Madureira, A. - Rua Dr. Gama Barros. PT/AMLSB/ARM/I00722) e habitações antecedentes ao plano, nas traseiras da via (2016).

Figura 12 - Aglomerado da Feiteira. Em cima, aglomerado de edifícios no ortofotomapa de 1945, imagem manipulada a partir da original (DTG, Direção Geral do Território, Fototeca) e zona correspondente, célula 4 do Bairro de Alvalade, na atualidade. Em baixo, fotografia de habitações precárias na Azinhaga da Feiteira, em 1940 (AML/Fotográfico, Portugal, E. - Bairro de Barracas, vai da estrada das Amoreiras à estrada de Sacavém. PT/AMLSB/EDP/001807) e fotografia da célula 4 do plano de urbanização, em 2016.

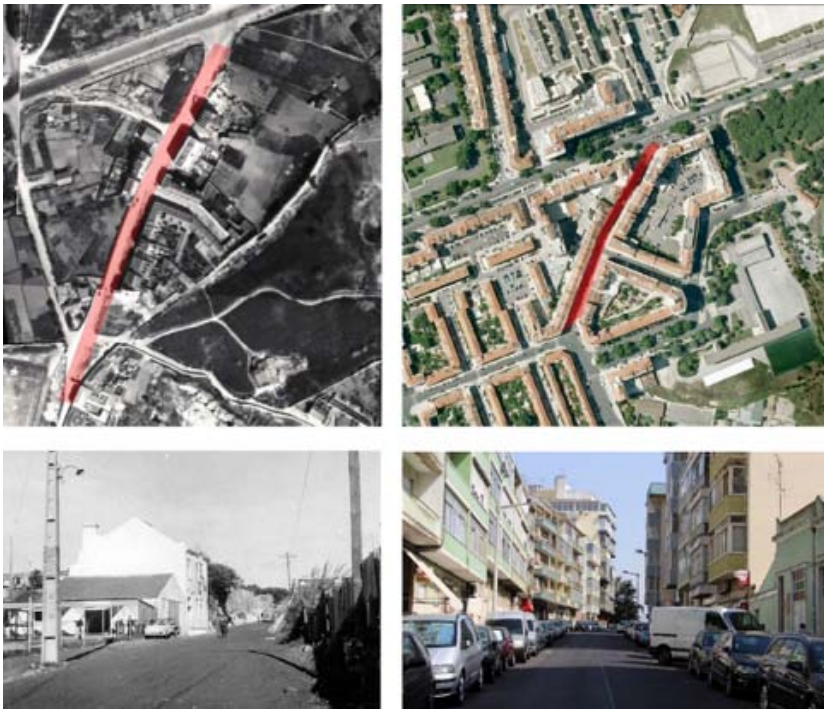


Figura 13 - Aglomerado da Estrada da Portela. Em cima, aglomerado de construções no ortofotomapa de 1945, imagem manipulada a partir da original (DTG, Direção Geral do Território, Fototeca) e local correspondente no ortofotomapa atual. Em baixo, fotografia da Estrada da Portela (AML/Fotográfico, Goulart, J. H. C. - Estrada da Portela, ao Pote de Água. PT/AMLSB/JHG/S02424) e Rua Reinaldo Ferreira (2016), via de Alvalade que integra um troço da via preexistente.

Além dos aglomerados de construções, registam-se ainda edificações isoladas de destaque, devido ao seu valor memorial e arquitetónico, algumas das quais integradas no plano urbano, nomeadamente o Palácio dos Coruchéus, a Quinta dos Lagares d'El Rei, a Igreja Paroquial dos Santos Reis Magos e o Chafariz de Entrecampos.

Figura 14 - Plano de urbanização de Alvalade, unidades turísticas assinaladas a azul e construções preexistentes assinaladas a vermelho. 1- Palácio dos Coruchéus, 2- Quinta dos Lagares d'El Rei, 3- Igreja Paroquial dos Santos Reis Magos, 4- Chafariz de Entrecampos.

O **Palácio dos Coruchéus**, edifício seiscentista integrado na célula 2 do Bairro de Alvalade, pertenceu outrora à antiga Quinta dos Coruchéus. Ao longo dos séculos o edifício terá sofrido diversas adulterações, embora o caráter maneirista se mantenha (Ataíde e Soares, 2000, p.179). Em 1971 a Câmara Municipal de Lisboa inaugurou o Centro Artístico dos Coruchéus, integrando dois novos edifícios da autoria de Fernando Peres Guimarães, onde se localizaram *ateliers* para alugar a artistas plásticos. O palácio foi incluído no complexo, integrando espaços diversos direcionados para a comunidade artística. Em 1973 inaugurou-se a Galeria Quadrum, que se tornou um espaço de destaque no panorama artístico nacional, até o encerramento em 1995. Atualmente, a atividade artística nos Coruchéus mantém-se, com o palácio a albergar a Biblioteca dos Coruchéus (HML, Saber Alvalade - Coruchéus, 2013).

Figura 15 - Palácio dos Coruchéus. Em cima, ortofotomapa de 1945, imagem manipulada a partir da original (DTG, Direção Geral do Território, Fototeca) e vista aérea atual. Em baixo, fotografias do palácio em 1963 (AML/Fotográfico, Serôdio, A. - Palácio dos Coruchéus. PT/AMLSB/SER/S01661) e 2016, respetivamente.

A **Quinta dos Lagares d'El Rei**, situada no interior da célula 8 do Bairro de Alvalade, foi outrora uma propriedade de enormes dimensões, ocupando uma área superior a quarenta hectares. Estima-se que a casa de veraneio que se encontra no local tenha sido construída por volta de 1684, tendo sofrido ampliações desde então (Santana e Sucena, 1994, p,756).

Aquando da urbanização do Bairro de Alvalade, a Quinta dos Lagares d'El Rei foi absorvida pelo tecido urbano, perdendo totalmente o caráter de vastidão e ruralidade que teve outrora. Hoje em dia é como uma ilha dentro do bairro, que permite um vislumbre da história do lugar.

Figura 16 - Quinta dos Lagares d'El Rei na Planta Topográfica de Lisboa, de Silva Pinto (1911), onde são claras as divisões do território em courelas. À direita, sobreposição da zona correspondente, na atualidade, com a localização das unidades turísticas. Imagens manipuladas a partir da original, (AML, PINTO, Júlio António Vieira da Silva – Planta Topográfica de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03).

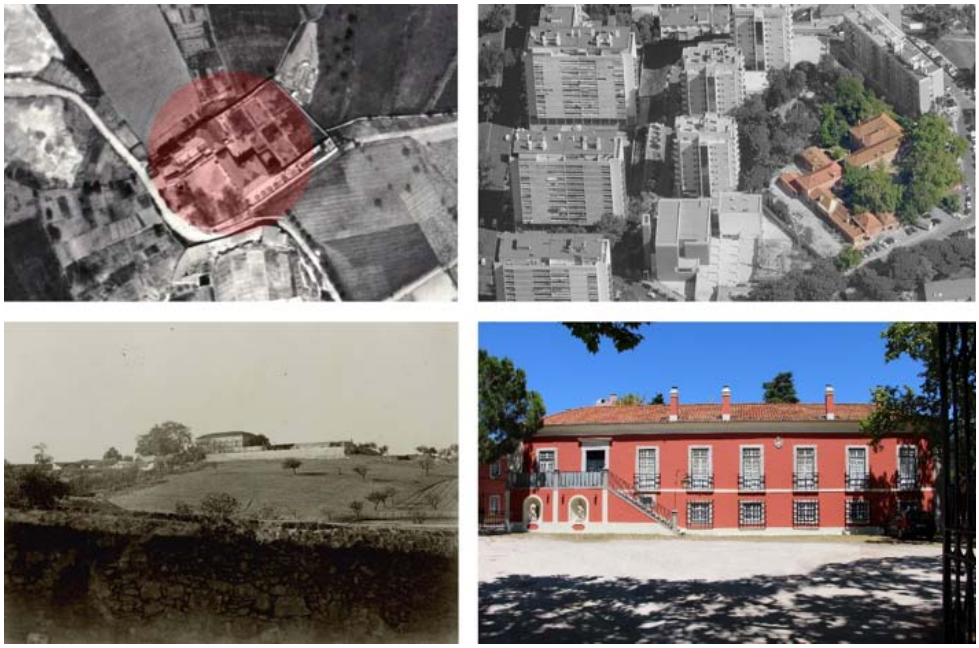


Figura 17 - Quinta dos Lagares d'El Rei. Em cima, ortofotomapa de 1945, imagem manipulada a partir da original, (DTG, Direção Geral do Território, Fototeca) e vista aérea atual. Em baixo, panorâmica tirada do Areeiro sobre a Quinta dos Lagares d'El Rei em 1947 (AML/ Fotográfico, Portugal, E. - Panorâmica tirada do Areeiro sobre a quinta dos Lagares d' El Rei. PT/AMLSB/POR/059978) e o palacete em 2016.

A Igreja Paroquial dos Santos Reis Magos e o Chafariz de Entrecampos são construções de caráter mais simples, comparativamente às suprarreferidas, mas que constituem um marco do passado de Alvalade, como se pode observar nos azulejos que retratam a vista panorâmica sobre o vale de Entrecampos em 1851, aplicados no chafariz.

O I Congresso Nacional de Arquitetura (1948) e do III Congresso da União Internacional dos Arquitetos (1953) foram momentos chave que permitiram aos arquitetos portugueses debater amplamente os problemas de habitação em Lisboa, as vantagens da arquitetura moderna e a integração das artes na arquitetura (Marques, 2012, pp.25,35); por outro lado, em março de 1954 saiu um despacho do presidente da CML a oficializar a inclusão, nos projetos encomendados pela Câmara, de obras de artistas plásticos (Marques, 2012, p.46). O plano urbano para Alvalade foi aprovado em 1945, com a edificação do Bairro de Alvalade a decorrer neste contexto de discussão e adesão aos ideais modernos. Neste sentido, propomos um percurso pedonal exemplificativo a figurar na *aplicação digital de turismo*, ao longo da célula 8 e respetivas vias estruturantes, tendo em conta a diversidade e concentração de obras de arte e arquitetura nesta unidade de vizinhança.

Figura 18 - Mapeamento das obras de arte integradas em edifícios, no Bairro de Alvalade – vermelho. Unidades turísticas – azul.

Figura 19 - Unidades turísticas da célula 8 assinaladas a azul. Edifícios e intervenções artísticas assinalados a vermelho. 1- Hotel Lutécia e Teatro Maria Matos; 2- Baixos relevos e "entaladas" da Avenida de Roma; 3- Painel azulejar do café Vá-Vá; 4- Revestimentos azulejares e painéis de mosaico na Av. dos EUA; 5- Relevos na Rua Guilhermina Suggia; 6- Azulejos padronados da Avenida Almirante Gago Coutinho; 7- Painéis azulejares do equipamento escolar; 8- Bairro das Estacas.

Hotel Lutécia e Teatro Maria Matos

Tomando de empréstimo o conceito de unidade de vizinhança, e propondo a sua aplicação na área do Turismo, com o Hotel enquanto novo centro das distâncias percorríveis a pé, consideramos pertinente iniciar o percurso pedonal da célula 8 a partir do Hotel Lutécia, integrado num complexo arquitetónico "único no país e invulgar nas grandes cidades do mundo" (HML, Saber Alvalade-Cinema Vox, 2013) constituído originalmente por hotel, cinema e teatro. Esta obra foi das últimas edificadas no bairro e, talvez por isso, a sua arquitetura denote já "referências outras que não o racionalismo" que marcou grande parte do proceso construtivo de Alvalade (Marques, 2012, p.132).

Atualmente, apenas se mantêm em funcionamento o hotel e o Teatro Maria Matos, onde se podem apreciar três obras de arte, testemunhos do desejo da participação de artistas plásticos na arquitetura: um baixo relevo, de Martins Correia; uma coluna escultural, do mesmo autor; um relevo cerâmico, de Manuela Madureira (Marques, 2012, p.132).

Baixos relevos e "entaladas" da Avenida de Roma

Os motivos decorativos surgem na Avenida de Roma maioritariamente sob a forma de baixos relevos, ornamentando as entradas dos prédios de renda livre, numa referência ao costume do século XIX e início do século XX de decorar as entradas das habitações urbanas de classe alta (Marques, 2012, p.155). O famoso termo "entaladas", em referência aos baixos relevos com figuras femininas adossados entre a porta de entrada e a sacada dos edifícios, foi aplicado pela primeira vez por Keil do Amaral, que descrevia este tipo de intervenções como uma "proliferação epidémica" (Amaral, 1969, p.161).

As temáticas exploradas nos baixos relevos de Alvalade – maioritariamente produzidos em cimento – aludem a um universo mitológico, mas também ao fascinante fenómeno de edificação da cidade, num "sentido de homenagem ao esforço de construção do bairro" (Marques, 2012, p.157).

Ao longo do troço da Avenida de Roma o visitante pode apreciar dez obras de arte pública: nove baixos relevos e uma escultura vulto a encimar o edifício em que se integra. Esta última – o homem da marreta – particularmente interessante devido ao contexto polémico criado em torno da qual, ao ser "motivo de risos e ditos" (Marques, 2012, p.162), quando observada de determinado ângulo.

Figura 20 - “Entalada” e baixo relevo referente à construção da cidade.

Figura 21 - Homem da marreta e baixo relevo na Avenida de Roma.

Cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida dos Estados Unidos da América e Painel Azulejar do café Vá-Vá

O cruzamento das avenidas estruturantes do plano de urbanização assinalou-se recorrendo ao desenho de praças, marcos urbanos ou edifícios de destaque. Para o cruzamento da Av. de Roma com a Av. dos EUA os arquitetos Filipe Figueiredo e José Segurado apresentaram uma “opção festiva” (Tostões, 1997, p.73) inspirada na Unidade de Habitação de Marselha (Le Corbusier) através de quatro blocos de feição moderna – dois dos quais implantados perpendicularmente sobre a praça – com doze pisos.

Embora o caráter vanguardista do projeto tenha originado desaprovação, a obra foi realizada mantendo a forte expressividade e tratamento formal, com recurso à policromia, aplicação de diferentes materiais e texturas e tratamento escultórico das varandas (Tostões, 1997, p.73).

Figura 22 - Blocos habitacionais no cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida dos Estados Unidos da América. (AML/Fotográfico, Pastor, A. - Avenida dos Estados Unidos da América no cruzamento com a avenida de Roma. PT/AMLSB/ART/031620).

No piso comercial dos blocos números 100 e 102 inaugurou-se, em 1958, um dos espaços de culto no Bairro de Alvalade, onde "nasceu o novo cinema português, se conspirou e se sonhou o futuro em dissidência com o país cinzento" (HML, Saber Alvalade-Café Vá-Vá 2013): o café Vá-Vá, símbolo dos anos 60 e de uma geração.

Ao forte caráter social e vanguardista do café acrescentou-se o desejo de alinhar o espaço com os novos pressupostos arquitetónicos que surgiam em Alvalade através de uma obra de painéis azulejares da pintora Menez. Esta obra de arte abstrata, inovadora no contexto do bairro, surge numa época em que o abstracionismo era recusado nas obras públicas, por parte da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia (Marques, 2012, p.139).

Figura 23 - Painéis azulejares no café Vá-Vá, autoria de Menez.

Revestimentos azulejares e painéis de mosaico nos blocos habitacionais da Av. dos EUA

A Av. dos EUA é a grande via de atravessamento de Alvalade, para a qual se propôs uma ocupação racionalista com blocos perpendicularmente dispostos ao longo da via, elevados sobre *pilotis*, de modo a diminuir o impacto sonoro do tráfego automóvel na avenida.

Se a arquitetura dos blocos habitacionais evidencia claramente a influência do modernismo em Alvalade, esse destaque é intensificado por uma efetiva integração das artes plásticas através dos revestimentos azulejares e painéis de mosaicos (que nos remetem para um universo surrealista) com autoria de Carlos Calvet e Manuel Gargaleiro (Marques, 2012, pp.173, 175).

Figura 24 - Revestimentos azulejares padronados, autoria de Carlos Calvet e Manuel Gargaleiro, respetivamente.

Figura 25 - Painéis de mosaico na Av. dos EUA, autoria de Carlos Calvet.

Relevos na Rua Guilhermina Suggia

O conjunto habitacional da Rua Guilhermina Suggia é projetado na sequência do I Congresso Nacional de Arquitetura e consiste na primeira obra residencial de influência modernista em Alvalade (Tostões, 1997, p.72). Os blocos dispostos perpendicularmente sobre a via, separados alternadamente por jardins públicos, revelam um manejo ainda tímido dos ideários modernos, dotando o conjunto de uma configuração dividida entre a arquitetura que havia sido produzida até então em Alvalade e a linguagem modernista (Costa, 2010,

p.77).

As empenas cegas que pontuam a via receberam um conjunto de relevos da autoria de António Branco Paiva, com temáticas que invocam o universo do fantástico, numa fusão entre mitologia e cristianismo com alta carga dramática. É interessante verificar que o caráter díspar do conjunto arquitetónico se repete na relação estabelecida entre as intervenções artísticas e o espaço público. Se, por um lado, a integração das obras de arte nas empenas, localizadas lateralmente à entrada do edifício, remete para uma abordagem moderna, por outro, mantém-se uma afirmação da tradicional rua corredor: as empenas são centralmente decoradas, reforçando o eixo da via e, nos topos norte e sul da rua, figuram dois ornamentos que acentuam a simetria. (Marques, 2012, pp.165-169).

Figura 26 - Baixos relevos, autoria de António Paiva.

Azulejos padronados da Avenida Almirante Gago Coutinho

Integrados no conjunto habitacional da Rua Guilhermina Suggia, os edifícios acedidos através da Avenida Almirante Gago Coutinho não receberam quaisquer relevos, mas antes um conjunto de painéis azulejares nas entradas principais. A autoria dos azulejos padronados de cor verde, que se repetem ao longo da avenida, não é clara; estima-se, porém, que a assinatura visível – Ant. Duarte – corresponda ao escultor António Duarte (Marques, 2012, p.169).

Figura 27 - Revestimento azulejar padronado, autoria de “Ant. Duarte”.

Grupo escolar da célula 8

A Escola Básica Teixeira de Pascoaes foi projetada por Ruy d’Athouguia com uma feição claramente modernista evidenciada pela estruturação modular, aliada aos espaços exteriores que prolongam as salas de aula, e pela integração das artes plásticas na arquitetura. Talvez devido aos ideais modernistas que influenciavam o arquiteto, para este equipamento não se previu uma intervenção artística convencionalmente académica, mas sim duas intervenções da pintora Menez; uma das quais foi recusada, por se considerar arte abstrata, realizando-se apenas um conjunto de painéis de azulejos para o interior do estabelecimento (Marques, 2012, p.185). Estes painéis destinavam-se aos dois refeitórios da escola, num período em que se mantinha a separação entre género feminino e masculino; atualmente, existe somente um refeitório, tendo o outro espaço sido convertido num ginásio.

O facto de os painéis de azulejos se situarem no interior da escola impede a sua apreciação por parte de qualquer visitante, não se tratando do tipo de arte pública que se tem apresentado. Consistem, contudo, num testemunho precioso da evolução do pensamento arquitetónico na sua relação com as artes plásticas.

Figura 28 - Painéis azulejares padronados no equipamento escolar da célula 8, autoria da pintora Menez.

Bairro das Estacas

O Bairro São João de Deus, vulgo Bairro das Estacas, é talvez a obra mais sonante de Alvalade, epítome do movimento moderno da época em contexto lisboeta. Desenvolvido por Ruy d'Athouguia e Formosinho Sanchez o projeto é constituído por quatro blocos implantados ortogonalmente sobre o eixo viário, elevados por *pilotis*, criando uma "extensa plataforma de jardim prolongada em transparência sob os edifícios" (Tostões, 1997, p.72). Também os alçados, orientados a nascente-poente, remetem para o movimento moderno, acentuando-se a horizontalidade dos vãos através de varandas corridas, e a cobertura ligeiramente inclinada está engenhosamente disfarçada, de modo a aparentar o desejado volume puro modernista (Tostões, 1997, p.72). Os fogos foram desenhados tendo em atenção questões de salubridade, insolação e ventilação transversal, sendo organizados em unidades de um só piso e recorrendo também à tipologia *duplex*. A estrutura segue os pressupostos modernistas que regeram o projeto, correspondendo a uma organização modular constituída por pilares, vigas e lajes maciças de betão armado. Segundo a revista Arquitectura, previu a Câmara Municipal "a colocação de elementos escultóricos" (*Arquitectura – Revista de Arte e Construção*, 1954, p.23). nas zonas ajardinadas públicas. Estas esculturas nunca foram realizadas, pelo que não existe qualquer intervenção artística no Bairro das Estacas. Pese o facto de não se verificar um modelo de síntese das artes neste conjunto habitacional, não deixa de ser uma obra arquitetónica fundamental no contexto arquitetónico português.

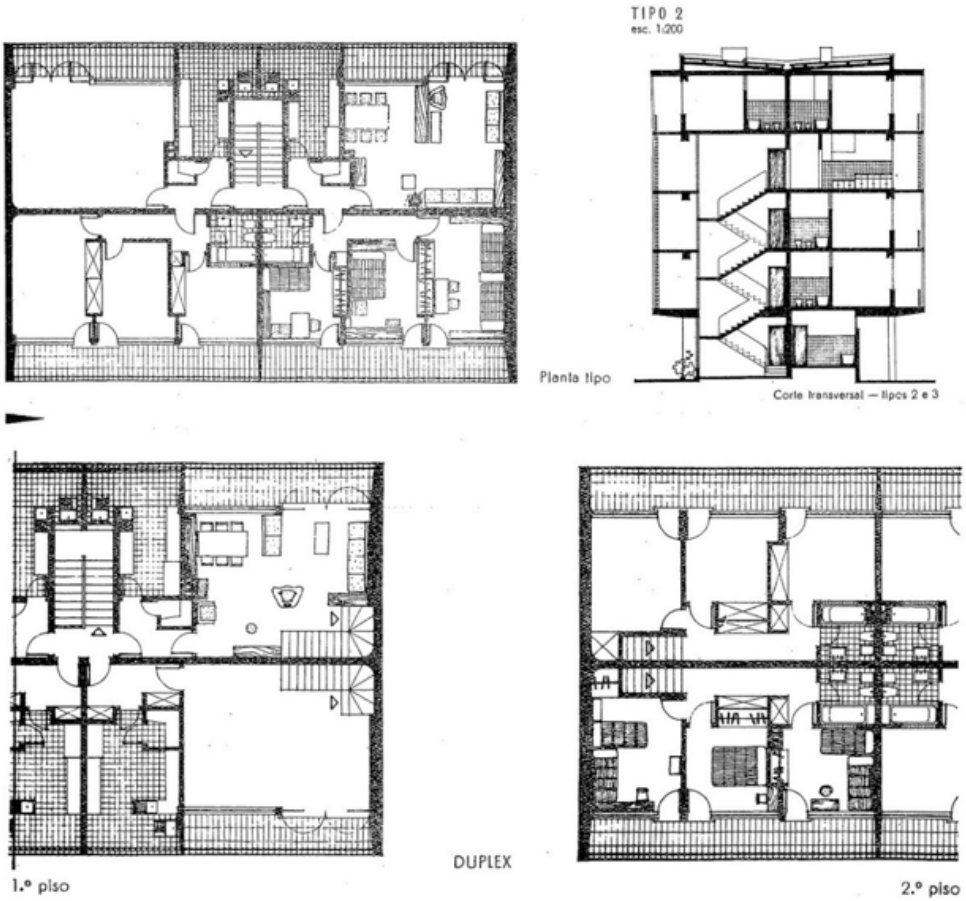


Figura 29 - Bairro das Estacas. (Revista Arquitectura, vol. 26, nº 53, nov.-dez. 1954, p. 23).

Conclusões

Tal como refere Thomas Bender (2001) a modernidade da cidade assenta precisamente no diálogo com o passado, e esse diálogo potenciado pelas novas tecnologias contribui para sublinhar a consciência detectada por Laurajane Smith (2006) de que o património não é uma coisa, lugar ou evento intangível, mas um desempenho ou processo cultural relacionado com a criação e re-criação de memórias, valores e significados culturais.

O Bairro de Alvalade implantou-se sobre um territorio de carácter rural, praticamente inacessível na atualidade, sobre o qual se aplicou um plano e uma nova morfología urbana, se construiu uma nova arquitectura, na qual se integraram intervenções artísticas em diferentes suportes. Através da investigação realizada às quatro escalas: rural, urbana, arquitetónica e artística, posibilitando a produção de conteúdos acessíveis através de uma aplicação digital, será possível a um visitante, experienciar esse conhecimento e essa descoberta, através do acto de deambular, de um olhar radiográfico, e a partir de uma nova escala – a virtual – promovendo a partilha de uma cultura arquitetónica e urbanística num espaço da cidade 'banal', longe dos grandes centros turísticos.

Referências

- (22 de Setembro de 1948). *O Século.*
- Actas da Câmara Municipal de Lisboa. 1945. (1946). Lisboa: CML, sessão de 16 de Agosto.
- Actas da Câmara Municipal de Lisboa. 1947. (1948). Lisboa: CML, Sessão de 21 de Agosto.
- Amaral, K. (1969) - Lisboa: uma cidade em transformação. Sintra: Publicações Europa América
- Anais do Município de Lisboa 1947. (1948). Lisboa: CML.
- Ataíde, M. M., & Soares, M. M. (2000) - Monumentos e Edifícios Notáveis no Distrito de Lisboa, Volume 5, Quarto Tomo, 2ª Parte. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa
- Baudelaire, C. (2015) - O Pintor da Vida Moderna. Lisboa: Nova Vega.
- Bender, T. (2001) - The Unfinished City – New York and the metropolitan idea , New York, The New Press
- Blocos de jabitação da célula 8 do Bairro de Alvalade. (Nov. - Dez. de 1954). Arquitectura - Revista de Arte e Construção, pp. 4, 5, 23.
- Careri, Francesco (2016) Walkscapes, O Caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili
- Costa, J. P. (1997) - Bairro de Alvalade: Considerações Sobre o Urbanismo Habitacional (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa
- Costa, J. P. (2010) - Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português. Lisboa: Livros Horizonte
- HML, Hemeroteca Digital de Lisboa (2013) - *SABER ALVALADE. Roteiro de um bairro - Exposição virtual CENTROS DE ARTE: Coruchéus.* Retrieved 7 de maio de 2016, from http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/Paineis/CORUCHEUS.pdf
- HML, Hemeroteca Digital de Lisboa (2013) - *SABER ALVALADE. Roteiro de um bairro - Exposição virtual CENTROS DE ARTE: Café Vá-Vá.* Retrieved 11 de fevereiro de 2016, from http://hemerotecadigital.

cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/Paineis/CORUCHEUS.pdf

- HML, Hemeroteca Digital de Lisboa (2013) - *SABER ALVALADE. Roteiro de um bairro - Exposição virtual CULTURA: Hotel Lutécia, Cinema Vox e Teatro Maria Matos.* Retrieved 7 de maio de 2016, from http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/Paineis/CINEMAVOX.pdf
- Lamas, J. M. R. G (1992) - *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
- Lisboa Nova. (2 de Outubro de 1948). *O Século Ilustrado.*
- Marques, I. (2012) - Arte e Habitação em Lisboa, 1945-1965: Cruzamentos entre Desenho Urbano, Arquitectura e Arte Pública (Tese de Doutoramento). Universidad de Barcelona
- O Grande Plano de urbanização de Alvalade (1948). *Diário de Noticias* (22 Setembro 1948).
- Office, Eames. (Realizador). (1977). Powers of Ten [Filme].
- Quelques notes sur le développement de Lisbonne. (1948). Lisboa: CML.
- Santana, F., & Sucena, E. - *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa : Carlos Quintas, 1994
- Smith, L. (2006) - Uses of Heritage. London and New York: Routledge
- Tostões, A. (1997) - Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. Porto: FAUP

SUSTAINABLE TOURISM FOR DEVELOPMENT OF AN INTELLIGENT CITY.

SHU XIAN TOH ARIEL

MSc. Energy for Sustainability
EfS –Energy for Sustainability Inititative, FCTUC Polo II, Universidade Coimbra,
3030-788 Coimbra, (Portugal).
Email: tsx@student.fct.uc.pt

Abstract

The recent declaration of Sustainable Tourism for Development for year 2017 by the United Nations (UN) focus a renewed attention to advance the tourism industry which contributes to the pillars of sustainability. Based on the literature review of creative sustainable planning approaches and promotion of green initiatives such as urban mobility, in three different European Smart Cities: Manchester, Amsterdam, and Barcelona. This paper addresses the socio-economic benefits and the way sustainable tourism infrastructure moulds new culture, values, and driving innovation for an intelligent city. Identifying the challenges ahead with relevance to making tourism both sustainable and profitable for different stakeholders, the future opportunities in integrating innovative technology solutions provide a source of recommendation in re-defining the landscape that makes an intelligent city from the sustainable tourism approach.

Resumo

A decorre da declaração de Turismo Sustentável para o desenvolvimento no ano 2017 pelas Nações Unidas (UN) concentrar uma atenção novo para enfrentar da indústria do turismo com focada em pilares da sustentabilidade. Referentes na revisão da literatura de abordagens de planeamento criativo e sustentável e promoção de iniciativas ecológicas, como a mobilidade urbana, em três cidades Europeias inteligentes diferentes: Manchester, Amesterdão e Barcelona. Este artigo de ponderar os benefícios socioeconômicos e demonstar como a infra-estrutura sustentável do turismo molda nova cultura, valores e impulsiona a inovação para uma cidade inteligente. Identificar os desafios com relevância para tornar o turismo sustentável e lucrativo para as diferentes partes interessadas, as oportunidades futuras de integração de soluções tecnológicas inovadoras constituem uma fonte de recomendação na redefinição da paisagem que faz da cidade inteligente uma abordagem de turismo sustentável.

KEY WORDS

Intelligent City, Sustainable Tourism, Smart Cities, Technology.

PALAVRAS CHAVE

Cidades Inteligentes, Turismo Sustentável, Tecnologia

Introduction

The most visited urban cities of today are exemplary of potential smart cities drivers; in most cases, the tourism economy stimulate progress in both social and ecological welfare. As published in the C*ities of Tomorrow* (2011), the future cities not only aim at measures which clusters under the pillars of sustainability. Moreover, the lens of cities planning today highlights the increasing competitiveness to promote a smart city landscape which concerns the decarbonisation and energy efficiency agenda (Angelidou, 2016). As tourism sector continue to emerge as one of the largest GDP income contribution, the industry is currently undergoing a profound change as the market is being driven from the sustainable perspective coupled with the global dynamics of cities differentiated by its cultural values and/or heritage assets, community, infrastructure, in addition to the underlying factors that provides a valuable co-creation travel experience for tourist (Neuhofer, Buhalis, and Ladkin, 2015). Different city development frameworks and business entities are also being driven by the advancement of information communication and technology (ICT). The growing importance of big data management, geographical information systems (GIS), and internet of things (IoT), have simultaneously enabled various products and solutions in the tourism planning sector with ICT tools and applications. Worldwide marketed event such as Web Summit 2016, not only unite multi-stakeholders which stirred a tremendous positive influx of inbound visitors who plays different roles *(e.g. expatriates, academics, researchers, entrepreneurs, investors, tourist, and etc.),* but the multiplying positive impacts of a wide scaled event had boost socio-economic growth for Portugal. Evidently, such technology business driven initiative had stimulated the tourism and hospitality chain value, providing an opportunistic platform for Portugal itself to reap multiple benefits besides absorbing additional market value of campaigning the cultural city of Lisbon, as a region that is concurrently transitioning in the urban pathway that provide opportunities for different community levels to participate. The induced effects of the visitors' participation catalysed from the event formed a collective awareness of how culture, heritage, technology, and eco-tourism can be defined in parallel to the realms of innovation with sustainable practices. In this case, the city is not only identified as being progressive from the technological intelligence context. Even more, an intelligent city is accredited for the ability to create a liveable environment that is well-balanced given by the richness in culture and how a holistic space is built to sufficiently accommodate for different visitor preferences and/or providing various societal needs at the most accessible and sustainable terms. Recent literature [Sharpley (2000), Peeters, (2012), Custa, (2015), Buonincontri and Micera (2016)] has recognised a trend in business entities and city planners in empowering tourist, visitors, and citizens in delivering multiple roles in the tourism economy. While recent studies [MacKillop (2012), Deloitte (2015), Navigant Consulting Inc. (2016)] have produced a large body of knowledge on innovation for smart cities development for sustainable targets, its understanding in the specific relation towards the tourism industry remains scarce. This paper contributes in two-fold way, in that it interlinks both the sustainable development and eco-tourism planning approaches with relevance to classifying a city to be intelligent (smart). Secondly, in the light of sustainable tourism, the study identified a classification of technology-facilitated and city planning approaches adapted to attract visitors. Through this method, it extracts the underlying factors that constitutes an intelligent city. Thus, the next section of the paper highlights a literature review of the smart cities ideologies

and the evolution of sustainable practices in the tourism planning. The third part of the paper covers an exploratory qualitative research of studying the successful city planning initiatives performed by three listed smart cities that had been recognised by official institution and research scholars. A discussion on the results and final remarks concludes the paper.

Aim of the research

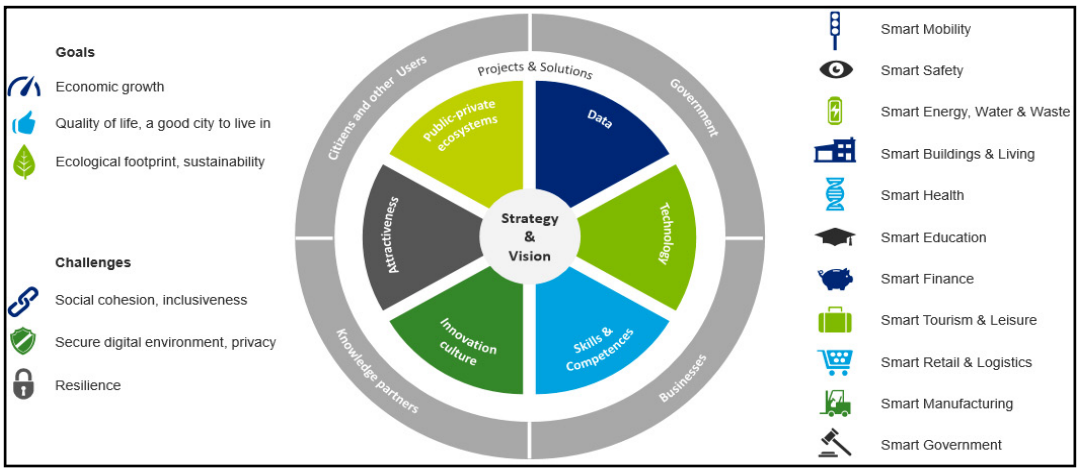
This research aims to identify the driving indicators of a smart city in the lens of "sustainable tourism development" approaches. The assessment of cultivating a 'smart tourism' culture includes the analysis of the socio-economic impact from the use of technologies and optimization of innovative resources that are parallel to capacity building of an intelligent city. In order to form a comparable source of data to define the parameters of "Smart Tourism" with sustenance, an exploratory research method is proposed to meet this objective. The comparison of three identified cities which have the most prominent evidence of projecting an image of a Smart City in addition to performing sustainable tourism initiatives are assessed.

Theoretical Background : Smart Cities and Sustainable Tourism.

The notion of Smart Cities has particularly been driven by the ICT's platform which are transforming the consumption practices and communication habits between consumers *(including the tourists)*, business entities, and institutions. Scholars [Sharpley (2000), Pechlaner and Raich (2001), Neuhofer, Buhalis, and Ladkin (2015), Mihalic (2016)] have identified the adding value role of technology which have become a catalyst of change that has fundamentally shift the way information is being disseminated within the tourism economy. Additionally, a city is labelled based on the augmented travel experiences from the participation of tourist in using the facilities and services integrated in the city. Besides the constitution of technology as a key enabler in making tourism accessible and efficient, both physical and structural dimensions of tourism include other parameters that are parallel with the sustainable development mission. Several underlying factors *(referring to figure 1)* that clusters a city to be intelligent (Smart Cites), represents how the tourism sector is affected by the implementation of dynamic institutional policies, innovative urban mobility plans and eco-centric city development frameworks. All of which are initiated to facilitate progress in achieving a sustainable, energy efficient, and resilient environment for a prosperous community. From a wider perspective, primarily focusing the attributes of smart cities and sustainable development frameworks can unfold unidentified implications that facilitate the tourism sector to be sustainable. In fact, having clear prerequisites of developing an intelligent city with the ubiquitous of addressing sustainability, provides a useful reference tool for decision makers involved in city planning. Sustainable development as widely known, aims to integrate resource planning measures which optimizes the implementation of renewable sources, and innovative measures that drives a green economy. Although, sustainable development leads to the incubation of smart cities [Kavaratzis and Ashworth (2007), Navigant Consulting Inc. (2016)], the nature of an intelligent city is not often focus on tourism aspects. However, the interconnectivity of boosting productivity in the tourism economy as incorporated in the sustainable

development goals (SDGs), calls for a need to address the cross-cutting factors that promotes sustainable tourism. Sustainable tourism as Mihalic (2016) suggests, performs the term “responsustable tourism” which integrates responsible actions for sustainability. Different perspectives of sustainable tourism [Sharpley (2000), Peeters (2012), The Catalunya 2020 Vision for Responsible Tourism: The Barcelona Declaration. (2013)] forms an elusive understanding of the efficacy of sustainable tourism development. Yet, the ingenuity of a well-planned city that advertise an appealing choice for tourist participation further stimulates significant behavioural change effect in terms of energy consumption. Thus, in order to cultivate the appropriate measures that makes tourism sustainable, the next section attempts to draw an understanding of the interconnectivity of driving factors of smart cities and identifying the gaps that allows eco-centric ideas that accelerate responsible tourism behaviours in meeting the aims of sustainable tourism.

Figure 1 : Smart Cities Performance Drivers (Deloitte, 2015)



Methodology

A case study approach in defining the specific success attributes of three indexed smart cities in the European Parliament (2014) report: ‘Manchester, Amsterdam, and Barcelona’. A wide range of published reports from reputable organisations and scholars research publication from a reliable source : e.g. Elsevier Journal Database, fitted the criteria of the study scope. These three cities are identified to be developed and are categorised to be “sustainably intelligent” given the wide range of initiatives supports the smart cities performance drivers (Figure 1). Different urban planning approaches are aimed for a harmonious living environment and technologically advanced city, as well as cultivating sustainability values while increasing tourism attractiveness. The study clustered the factors of an intelligent city, which considered four applied initiatives that imparts value in the following areas: 1. Urban mobility, 2. Sustainable environment, 3. Integrated living and 4. Efficient economy.

SMART TOURISM INITIATIVES	MANCHESTER	AMSTERDAM	BARCELONA
References	Custa (2015); Mackillop(2012); Navigant Consulting Inc. (2016).	Iamsterdam (2009); Kavaratzis & Ashworth (2007); Savini & Dembski (2016).	Achaerandio, Curto, Bigliani, & Gallotti (2012); RTD7 (2013).
Urban Mobility	"Intelligent Mobility through Greater Manchester Transport Strategy 2040. Introduce smart card for innovation on smart mobility payment systems."	"All trams & subways operate green electricity. Canal boats use sustainable fuels." "In 2017, city will have approximately 4,000 charging points. As of October 2014, some 1,840,000 kilowatt-hours have been charged through Amsterdam's charging points ."	"Flow of passengers visiting city centre to be managed responsibly to avoid overcrowding, degradation and resource space".
Sustainable Environment	"Green and blue space adaptation for eco towns (GRaBS). University of Manchester, develop EcoCities Project , that addresses the potential benefits of 'blue spaces', i.e. moving and static urban water, as a contributor to a more sustainable and adapted city." "University I-trees project seeks to for contribution of green cover to climate change resilience and adaptation. I-trees led to the mapping of trees and canopy cover in the city."	"Waterleidingterrein, an eco-friendly residential area was built." "Amsterdam RAI Exhibition Centre replaced all lighting in with energy-efficient alternatives. In 2010, yielded 33% in energy savings" "*The Red Carpet project:* strives to make information to visitors widely accessible in & around the city. Also strives to stimulate attractive and recognizable routes to all interesting places in the city, while attempting to make the visitors feel well-treated".	"Maximize innovative technology to reduce environmental impacts". "Prioritize the marketing of sustainability including local products, natural and cultural heritage preservation, cooperation and integration in the host societies, contribution to local wellbeing and economic development. "Council has created a new area, called "Hàbitat Urbà," which integrates environmental, urban, and ICT areas."

SMART TOURISM INITIATIVES	MANCHESTER	AMSTERDAM	BARCELONA
Integrated Living	"Good quality spaces, attention to public realm, improved air quality, safety, and experience for people in the cities of future." "Manchester Digital Development Agency Smart City strategy aimed at delivering better outcomes for the city and citizens (Live, Work, Play, Move, Learn, and Organise)." "CityVerve consortium focus on healthcare, transport, energy and environment, and culture and community. Smart improvements to city infrastructure include air quality monitoring, bike sharing scheme, and smart street lighting."	"Cultural events & festivals play a very important role in marketing Amsterdam, stemming obviously from the tradition of the city as a cultural centre. Organising thematic events yearly e.g. In year 2005, the 'Year of Water' and in year 2006 the 'Year of Rembrandt'. "Kraanspoor, a 10,000 square meter office building built on an existing crane rail. The building is associated with the architectural and aesthetic opportunities of North and is inspiring other industrial heritage renovations in the whole city".	"Coordination and collective prosperity to obtain social and collective benefit, preserving the general interest of appropriate target market segments and ensuring better living conditions for workers, employees and their families". "Association with a place can be created through storytelling, reactivating heritage or culture, and allow residents to rediscover or promote their history". ""Habitat to the City: aimed to create a city of neighborhoods within a metropolis that is hyper-connected and energy efficient".
Efficient Economy	"The Corridor project to produce recommendations relevant to city planning. Research coordinated through a 'Low Carbon Lab' project, whilst also fitting into a Department of the Treasury-driven 'Low Carbon Economic Area' scheme." "Engaged in Smart City projects: Triangulum and IoT." "Research & Development hub including cultural venues, a science park, and development projects."	"Increasing number of restaurants, theatres and conference location that are managed sustainably". "*Project Bureau Noordwaarts*, a special management unit achieve consensual government decisions. Allowed for the tailored management of North in line with city agendas of development and provided a platform for local groups, stakeholders and politicians to directly propose spatial interventions."	"Tourism industry and its stakeholders must take responsibility for implementing or supporting programmes and actions that ensure access for all tourists, recognising the potential of this market segment as a business opportunity and a means to contribute to economic and social development". "22 @Living Labs have been a pool of innovation in the city that focus on three areas: urban, economic, and social innovation.

Table 1: City Planning of Three Smart Cities (Manchester, Amsterdam & Barcelona).

Discussion

All three cities' : Manchester, Barcelona and Amsterdam embraced the smart city concept, led by example in Table 1 and as recently being listed in the top of smart city index (European Parliament, 2014). However, all three cities have different priorities based on the four focused areas: 1. Urban mobility, 2. Sustainable environment, 3. Integrated living and 4. Efficient economy. Although, coupled with the current Sustainable Development Goals (SDGs) which frames the targeted impacts for these four mentioned areas, the clusters that defines smart tourism is closely related to the initiatives driven for an integrated living and efficient economy. The study showed that in the context of cultivating a sustainable environment while promoting eco-centric behaviours, it is rarely associated to harness both tourism attractiveness or sustainable tourism as a concern. Yet, the after-effect of approaches adopted in the area of urban mobility, lead to a more

efficient and accessible way of commuting for tourist and travellers. In addition to the embedded technology applications such as mobile applications, real-time travel scheduling, and exchange of information through internet platform, act as a main support communication system for travellers to be able to experience the transport facilities more effectively. Amsterdam nationwide launched marketing project (Iamsterdam, 2009), highlighted the crucial investment of developing quality social capital and social innovation. It is supported by a collective hub of information and communication technologies (ICT) platform that fostered cooperative relationships and engaging a participative community within an urban resilient city. Combined with specific sustainable and energy efficiency solutions in the city administration, the challenges of urban planning are solved by the possible technological physical infrastructure implementation and advance transport modes. Although sustainability remains the biggest barrier for the tourism market, the research and development facility as both Manchester and Barcelona city implemented, extends a call for future actions that facilitates an intelligent branding of a city. Hence, a policy integrated within the four analysed areas (Table 1) to increase market benefits for all stakeholders in the tourism market, calls for initiatives and decision makers in city planning to consider a 'smart tourism' approach.

Final Remarks

The interconnection of diverse industries providing for the tourism market involving a spectrum of services, business, and culture values surrounding the communities forms a city identity. From this, 'smart tourism' evolves from the interplay of urban planning development aimed towards the branding of a smart city, involving integrated resources planning targeted for a sustainable environment. The resilience and vulnerability surrounding a city ecosystem pressured by the demand and supply for tourism market calls for diversified techniques such as ICTs platform. Even more, the complexities to define tourism to be sustainable requires a more global perspective of the impacts of tourism economy which justify how the the management of this industry concurrently fits the goals of achieving a smart community living in an intelligent habitat that do not compromise socio-ecological welfare.

Reference

Achaerandio, R., Curto, J., Bigliani, R., & Gallotti, G. (2012). *Smart Cities Analysis in Spain 2012 — The Smart Journey* (pp. 1-23). Madrid: IDC Espanha Plaza Colon.

Amsterdam Smart City (ASC) Concept Introduction. (2016). http://www.piio.pl/dok/piio_01_Amsterdam_przyklad_inteligentengo_miasta. pdf.

Angelidou, M. (2016). Four European Smart City Strategies. *International Journal Of Social Science Studies*, *4*(4). http://dx.doi.org/10.11114/ijsss.v4i4.1364

Barcelona Turisme,. (2016). *Turisme de Barcelona: Committed to Sustainability* (pp. 2-8). Barcelona: Barcelona Turisme. Retrieved from **http://www.barcelonaturisme.com/imgfiles/Professionals/bst/Barcelona-Sustainable-Tourism-ang.pdf**

Boes, K., Buhalis, D., & Inversini, A. (2016). Smart tourism destinations: ecosystems for tourism destination competitiveness. *International Journal Of Tourism Cities*, *2*(2), 108-124. **http://dx.doi.org/10.1108/ijtc-12-2015-0032**

Buonincontri, P. & Micera, R. (2016). The experience co-creation in smart tourism destinations: a multiple case analysis of European destinations. *Information Technology & Tourism*, *16*(3), 285-315. http://dx.doi.org/10.1007/s40558-016-0060-5

Custa, R. (2015). Getting There: The thinking cities interview. *Mobility, M*ultimodality, And Traffic Efficiency., 28-31. Retrieved from http://www.polisnetwork.eu/uploads/Modules/PublicDocuments/manchester_nov15.pdf

Deloitte,. (2015). Smart Cities: How rapid advances in technology are reshaping our economy and society (pp. 3-86). Netherlands: Deloitte. Retrieved from https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/tr/Documents/public-sector/deloitte-nl-ps-smart-cities-report.pdf

European Parliament. (2014) (pp. 17-64). Brussels. Retrieved from http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/507480/IPOL-ITRE_ET(2014)507480_EN.pdf

Iamsterdam. (2009). Feature : Sustainable (pp. 1-5). amsterdam: iamsterdam. Retrieved from https://www.iamsterdam.com/media/features/en/press-features-sustainable-en.pdf?la=en.

Kavaratzis, M. & Ashworth, G. (2007). Partners in coffeeshops, canals and commerce: Marketing the city of Amsterdam. *Cities*, *24*(1), 16-25. http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2006.08.007

MacKillop, F. (2012). Climatic city: Two centuries of urban planning and climate science in Manchester (UK) and its region. *Cities*, *29*(4), 244-251. http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2011.10.002

Mihalic, T. (2016). Sustainable-responsible tourism discourse – Towards 'responsustable' tourism. *Journal Of Cleaner Production*, *111*, 461-470. http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.12.062

Navigant Consulting Inc., (2016). *UK Smart Cities Index: Assessment of Strategy and Execution of the UK's Leading Smart Cities* (pp. 7-52). UK: Navigant Consulting. Retrieved from https://www.huawei.eu/sites/default/files/Huawei_UK_Smart_Cities_Report.pdf

Neuhofer, B., Buhalis, D., & Ladkin, A. (2015). Technology as a Catalyst of Change: Enablers and Barriers of

the Tourist Experience and Their Consequences. *Information And Communication Technologies In Tourism*, 789-800. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-14343-9_57

Pechlaner, H. & Raich, M. (2001). The Role of Information Technology in the Information Process for Cultural Products and Services in Tourism Destinations. *Information Technology & Tourism*, *4*(2), 91-106. http://dx.doi.org/10.3727/109830501108750912

Peeters, P. (2012). Understanding the Sustainable Development of Tourism. *Tourism Management*, *33*(1), 232-233. http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2011.02.015

Savini, F. & Dembski, S. (2016). Manufacturing the creative city: Symbols and politics of Amsterdam North. *Cities*, *55*, 139-147. http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2016.02.013

Sharpley, R. (2000). Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide. *Journal Of Sustainable Tourism*, *8*(1), 1-19. http://dx.doi.org/10.1080/09669580008667346

The Catalunya 2020 Vision for Responsible Tourism: The Barcelona Declaration. (2013). In *Responsible Tourisms in Destinations: Barcelona-Catalunya*. Barcelona. Retrieved from http://rtd7.org/home/declaration

PORTO E NOVAS SIMBOLOGIAS URBANAS: VISITANTES, IMAGEM E METAMORFOSE DA IDENTIDADE LOCAL

CRISTINA TEREZA REBELO*

Instituto Universitário da Maia
CECS- UM/LEAD-UFRGS/CITEI-IU/ICONO-14
crebelo@ismai.pt

Resumo

The recent declaration of Sustainable Tourism for DeAs metrópoles são instituídas na experiência quotidiana de atores individuais e coletivos que colaboram para o disseminar da "personalidade" da cidade, materializando a comunicação como definidora da sua identidade.

A marca de um lugar incorpora aspetos formais e simbólicos que subsidiam a criação de uma narrativa à volta do espaço. A imagem é considerada uma arma de influência do imaginário coletivo, surgindo como um meio de persuadir a sociedade baseando-se em estratégias de compreensão das cidades como marca ou com foco naquelas consideradas como destinos turísticos.

O Porto tem uma história ligada à resistência, centralismo e identidade locais. Para se afirmar e tornar consistente o seu caráter de cidade reconhecida, o Porto procura alcançar visibilidade e poder comunicacional ativado pelo reconhecimento internacional de Best Tourism Destination.

Neste processo de significação da cidade, sobressai a autoexpressão ou aquelas afetadas pela realização distintiva desta autoexpressão: guias turísticos, sites, a identidade corporativa, os vários meios locais de comunicação e numa abordagem mais revolucionária, os Aplicativos móveis - Porto Apps.

Neste percurso, as estratégias de média locais e de identidade corporativa, inspiram a projeção da singularidade do Porto e ligam cidade, comunidade e visitantes desenvolvendo uma narrativa local componente de uma identidade distintiva. Este artigo apresenta dados sobre o perfil dos visitantes, bem como as ações comunicacionais das plataformas digitais centradas no Porto. Estas plataformas, dentro de uma perspetiva de competitividade local são dirigidas a turistas e visitantes objetivando sinalizar o Porto com uma imagem atrativa e positiva, sendo centradas em eventos e detalhes históricos e culturais. A perceção dos visitantes e o seu desempenho para adquirir informações sobre a cidade, finalmente demarcam a metamorfose do Porto em cidade de identidade renovada, criativa e de estilo singular.

Abstract

The metropolises are instituted in the daily experience of individual and collective actors who collaborate to spread the "personality" of the city, materializing communication as a defining of its identity and the brand of a place incorporates formal and symbolic aspects that promote the creation of a narrative around space.

The image is considered an influence weapon of the collective imagination, appearing as a means of persuading society based on strategies of understanding the cities as a brand or with focus on those considered as tourist destinations.

Porto has a history linked to local resistance, centralism and identity. In order to assert itself and to become consistent as a recognized city, Porto seeks to achieve visibility and communicational power triggered by the international recognition of Best Tourism Destination. In this process of accomplish signification to a city, its self-expression or those affected by the distinctive realization of this self-expression are revealed: tourist guides, websites, corporate identity, various local media and in a more revolutionary approach, the mobile Apps - Porto Apps.

In this way, local media and corporate identity strategies inspires the plot of the singularity of Porto and aspire to connect the city, the community and the visitors by developing a local narrative that is part of a distinctive identity. This article presents data about the profile of the visitors, as well as the communication actions of the digital platforms focused in Oporto. These platforms, within a perspective of local competitiveness are pointed at tourists and visitors aiming to hint Porto with an attractive and positive image, being centered on events and historical and cultural details. The perception of the visitors and their performance to acquire information about the city, finally determine the metamorphosis of Porto as a city of a renewed identity, creative and with a singular style.

PALAVRAS CHAVE

Porto, Tourismo, Plataformas digitais, Identidade local, City branding.

KEY WORDS

Cultural tourism, Modernisme, history, nationalism

* Professora Auxiliar do Instituto Universitário da Maia – ISMAI-IU. Investigadora Integrada do CECS-Universidade do Minho e da Associación ICONO 14/ Universidade Complutense de Madrid em Tendencias en publicidad y consumo. Colaboradora Internacional do grupo de Investigação Laboratório de Edição, Cultura & Design - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS

1.Introdução

Sendo um dos artifícios de sedução mais poderosos na mão dos criativos, a imagem pode ser considerada uma arma de influência do imaginário coletivo, permitindo-se existir legalmente como um meio de persuadir a sociedade baseando-se em estratégias de compreensão das cidades como maraca, com foco em cidades como destino turístico.

A preocupação com uma boa imagem tem tido centralidade, sendo observável a prioridade que se tem dado aos investimentos na área da cultura e turismo.

A primazia concedida à área cultural e turística está, de um lado, relacionada com a imagem positiva que a cultura encerra entre os habitantes da cidade onde a reforma pretende ser empreendida, mas também por garantir credibilidade aos que olham "de fora", enquanto *target* das mudanças a implementar.

Como refere Moreira (Moreira.R, 2007) referindo-se à cultura de uma cidade " permite verificar como esta se relaciona com a sua envolvente e como se vinculam os cidadãos com o passado, presente e futuro (…) que faz da cidade uma individualidade única, pois a cultura é inimitável e incopiável." A cidade busca pois, comunicar o seu estilo através de uma imagem enérgica e um plano de comunicação.

As profundas mudanças dos últimos vinte anos sendo fundamentalmente, de natureza demográfica e social, tecnológica e geoeconómica, direcionam uma nova visão e a uma nova contextura das cidades. De facto, para Hobsbawm (1995), citado por Albuquerque (2006, p. 17) a transmutação tornou-se tão radical que os novos tempos estão "marcados pela agilidade, pela flexibilidade, pelo efémero, pela aparência, pelo espetáculo".

Nesta conjuntura, os territórios fronteiam a necessidade imperativa de desenvolverem estratégias de afirmação, distinção, promoção e mobilização, no intuito de criarem uma marca. Se tal como refere, Ashworth (Ashworth & Kavaratzis, 2009, p. 2) "é na mente das pessoas que a cidade toma forma através da transformação de perceções e imagens sobre a cidade", a supremacia do visual - imagem - sobre o verbal, vem ganhando terreno, sobretudo quando assumido o âmbito da comunicação e do *marketing* no contexto das cidades

É neste contexto, que Joly (1996) defendia que "uma imagem é sempre uma mensagem para o outro, uma ferramenta de expressão e comunicação" ou seja, independentemente da mensagem, ela precisa de um referencial que reporte a um simbolismo comum entre o emissor e o destinatário. It is in people's minds that the city takes form through the processing of perceptions and images about the city.

A imagem é assim, um elemento preponderantemente emocional.

Desta forma, o apelo, a história que cada um constrói à volta da imagem é um caminho traçado pelos sentidos nos seus mapas percetuais.

A imagem, de facto, toca, estatutisa, intriga, confunde o *ter* e o *ser*

Holloway e Hubbard (cit. in Gaio & Gouveia, 2007) referem que "a imagem ocorre da interação direta com a cidade que advém do contacto com a identidade territorial e/ou indireta que resulta de figurações comunicacionais emitidas pelo território".

Já Cai, (2002: 720-742) sentences that marketing programmes are designed to enhance the brand identity and marketing communications select an optimal mix of media to support marketing programmes in enhancing the identity.

A mediatização ajuda a ilustrar porque cidades, comunidades, culturas e identidades se tornam mediáticas num esforço de resgatar a sua posição e relevância num mundo globalizado e "há uma afinidade essencial entre média e espaço, entre o crescimento das mediações, o crescimento da experiência mediada e a problemática do espaço. (Cruz, 2007). Neste âmbito, os média constituem um fator que representa o modo de ser social e a identidade, na medida em que extrapolam outras lógicas e até as substitui.

João Correia (2001) sublinha que "o espaço está submetido a uma forma de manipulação tecnológica, que tende para a sua implosão absoluta e que (…) o estudo da interação tem que atender hoje, à contração do tempo e mapeamento do espaço que resultou em grande medida dos meios de comunicação."

Referindo-se aos meios locais como alternativa, o mesmo autor refere ainda que "uma relação mais direta com os públicos, permite que a crise de mediação fosse superada por uma relação onde a própria comunidade readquiria ela própria uma função primordial de medium."

Os meios de comunicação exercem uma função mediadora entre os cidadãos e a cidade, passando a ser estratégicos para os atores locais, pois moldam as representações acerca da sua transformação.

Esta produz signos de bem-estar e satisfação no consumo dos espaços de lazer, cria comportamentos e estilos de vida e fomenta a valorização de locais através de imagens percebidas; e perceber, é ter feito uma leitura da imagem e tê-la descodificado no total das suas mensagens subentendidas, decifrando-a social e culturalmente.

Os média são um fator marcante no cenário cultural e social das cidades e têm um papel importante nos processos que acompanham a renovação do espaço, que interage e interfere no curso dos acontecimentos através de imagens publicitárias, mobilizações e campanhas sociais.

Exercem assim, um verdadeiro fascínio sobre a sociedade civil e a política e têm força de pressão na elaboração de imagens coletivas, que possam ser absorvidas nas representações de indivíduos e grupos.

De facto, as políticas de comunicação social têm o efeito de produzir na população a "sensação de viver num meio privilegiado, o qual, levado ao seu limite, tem manifesto em alguns momentos um sentimento ufanista dos cidadãos com sua cidade." (Sánchez, 2001).

Assim, a construção de uma geografia afetiva do espaço, contribui para a divulgação de uma determinada imagem que será disseminada pelos meios de comunicação e informação, utilizando os recursos da emoção dentro de uma estratégia de identidade com forte simbolismo.

Metodologia

Para compreensão do objetivo proposto, recorreu-se a um estudo próprio (em cooperação) mencionado neste trabalho, cuja informação foi averiguada com recurso a um questionário dirigido exclusivamente a turistas que visitaram a cidade do Porto em Janeiro de 2016. entre as 10:00 e as 12.00 horas, em diferentes locais do Porto, tais como a Avenida dos Aliados, Santa Catarina, Cedofeita, Baixa e Ribeira. Contudo e substancialmente, este artigo recorreu a pesquisa documental, visando a indagação de documentos a fim de que fosse possível descrever e comparar diferenças bem como outras características úteis na sistematização do estudo qualitativo pretendido.

Desta forma, a análise documental constituiu uma técnica importante na pesquisa qualitativa, pois cumpriu aqui o papel de complementar informações e revelar aspetos novos.

Objetivos

O objetivo principal é descortinar a importância dos mecanismos de autoexpressão ligados à cidade do Porto com impacto na sua identidade e perceber a sua dinâmica simbólica, na produção de uma metamorfose da imagem da cidade junto de visitantes.

É ainda um objetivo, no âmbito da evolução da imagem do Porto, compreender o papel relevante das novas tecnologias e de uma política expansora no âmbito da imagem da cidade.

2. Fundamentação teórica:

2.1. Porto: simbologia urbana e identidade

Resultado de uma tendência contemporânea, materializa-se nas cidades uma significação para além

do seu nome, isto é, o nome para além do nome. As cidades discutem-se em campos de referência mais vastos, enquanto produto e fenómeno de marketing competindo pela diferenciação e preferência, constituindo o conceito de produto-cidade. A marca de um lugar incorpora assim, aspetos tangíveis e intangíveis, formais e simbólicos que auxiliam a criação de uma narrativa à volta do espaço; da personalidade do lugar emerge um fator representacional e identidade e a imagem, são pressupostos alicerçais neste processo de atribuição de uma marca.

Podem referir-se as chamadas "cidades-modelo" sendo "imagens de marca construídas pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemónicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades. (Sánchez, 2001)**.** Já numa vertente mais cultural, as designadas "cidades literárias", onde a cultura, no seu sentido mais lato, tem oferecido aos poderes municipais uma mais-valia, de interesse fundamentalmente turístico, na construção de uma imagem simbólica. (Vieira, 2008) e ainda a designação de "cidade espetáculo"**,** desenvolvida em consonância com a própria espectacularização da experiência urbana. O espaço é transformado em cenário onde tudo é objeto de consumo estético e contemplativo. Refere-se além disso e dentro de uma perspetiva vanguardista, o conceito de "cidade inteligente", aproveitando a efervescência tecnológica dos últimos anos, onde a promoção das cidades aparece conectada com o desenvolvimento da tecnologia digital e a noção de "cidade global" aparece mais fortemente instituída.

A Antiga, Muy Nobre E Sempre Leal, Invicta Cidade Do Porto, tem obtido as mais diversificadas referências no campo cultural, histórico e político pela sua vertente localista e ancestralmente muito ligada ao povo e à liberdade. Esta variedade é explicada por Rio Fernandes (2015) quando afirma haver muitas formas de falar do Porto. Especialista em desenvolvimento das cidades, esclarece que uma delas é falar da cidade a partir de fora, afirmando que "somos um nome marcado pelo vinho que estagia em Gaia mas é do Porto, recordando ainda o futebol e a sua grandeza para a marca Porto não descurando uma terceira dimensão, que é a de "Património da Humanidade a qual terá preenchido alguns vazios de uma certa crise da cidade histórica, onde o passado era visto como um problema. Hoje o "Porto é uma cidade que vale a pena visitar", promovendo a imagem de uma "cidade com caráter".

Considerando que a *turistificação* do Porto tem sido uma realidade, a cidade tem obtido um caráter multiterritorial que deixa bem presente a relação sentimental com o espaço físico e simbólico da mesma, até no reconhecimento de cidade única.

> "Cidade romanesca e prosaica, arcaica e cosmopolita, tradicional e revolucionária, liberal e burguesa, rude, firme e melancólica, para nós o Porto é a cidade portuguesa por excelência.
>
> O carácter do Porto é a sua verticalidade, é a sua frontalidade, imbuída de uma rudeza franca e leal.(…) O Porto não é um sítio, um lugar, não é apenas um pedaço de geografia, mas um povo com o sentimento intenso de ser portador da esperança da sua permanência, de um

tecido, de uma rede de significados e imagens que nos permitem a coabitação dentro de um espaço e cuja produção se refere a esse tecido. cidade, esta nossa cidade, é, em si mesma, um artefacto cultural. Repositório de memórias de um tempo antigo, de uma identidade, ela é, ao mesmo tempo, lugar permanente de mudança e de relação..” (Miguel Veiga, 2004).

A cidade assume assim um potencial de identidade única, no qual espaço e imaginação se conjugam numa espécie de geografia afetiva. Uma elocução que aqui tem toda a pertinência está apoiada na noção de **comunidades imaginadas** de que fala Ferrão. (2008) A própria vivência das cidades por milhares de pessoas, é autónoma do seu reconhecimento pelos protagonistas; a metrópole “é assente na experiência quotidiana de muitos protagonistas, individuais e coletivos, quase sempre sem tradução explícita nos respetivos mapas cognitivos: a experiência metropolitana não se faz acompanhar por um grau equivalente de consciência metropolitana. Teremos, então, de criar uma nova escala geográfica de identificação territorial, de construir uma comunidade imaginada, dando-lhe nome, rostos, símbolos e delimitações, mesmo que invisíveis, que explicitem o significado e as implicações desta nova geração de práticas sociais de multipresença e multipertença de âmbito metropolitano.”

Ao esclarecer o seu conceito, o autor fala de uma escala de identificação coletiva operacionalizada pelas instituições, para dar sentido às práticas sociais enraizando-as nas pessoas e seu quotidiano, divulgando o significado das comunidades imaginadas criando mapas interpretativos a ela associados.

As cidades, berço das comunidades imaginadas ganham nomes para além do nome que possuem. São atribuições veiculadas e socialmente repartidas que permitem o seu reconhecimento sem que o seu nome seja referido. Afastando as fórmulas estereotipadas de um processo romantizado, mesmo considerando que essa forma de categorização diz algo sobre a cidade, a verdade é que os processos de transformação identitária das cidades obedecem cada vez mais a receitas complexas e estratégicas do chamado city marketing e dos meios locais utilizados.

Assim, nos últimos tempos, emergem nas cidades novas simbologias urbanas e novas formas de representação, por meio da reprodução de símbolos e imagens – *restyling*- ou através da nova criação de símbolos e imagens que atribuem às cidades uma figuração de vanguarda, permitindo aquilo que poderíamos chamar de posicionamento do espaço.

É precisamente neste panorama de afirmação mas também de confronto com forças dominadoras, que se acentua a competitividade entre os lugares, com a valorização da dimensão local no contexto da globalização.

Um processo interessante de definição da cidade, são os seus próprios meios de autoexpressão, bem

como os meios interessados na concretização distintiva dessa autoexpressão: os guias turísticos, os websites, a identidade corporativa/cidade, os diversos meios de comunicação locais e de uma forma mais vanguardista, os aplicativos móveis entre outros.

No caso do Porto, é visível a forma como estas plataformas têm auxiliado a criação de uma imagem de cidade cultural e atrativa, respondendo a um necessário processo de mapeamento da cidade em processos interativos variados. Esta interatividade não existe sem processos de comunicação intrínsecos e extrínsecos dando lugar à noção concreta e simbólica de que a cidade comunica.

Pode até afirmar-se que, num processo simbiótico, a cidade produz uma metacomunicação, já que forma e conteúdos se reúnem para outorgar à cidade uma identidade que a torna singular e diferenciada passível de ser reconhecida e interpretada.

2.2. A construção das novas simbologias urbanas

Com base em estudos de interpretação, pode dizer-se que o uso de imagens propicia alguma forma de prazer e como tal, esta característica facilita e estimula a sua utilização estratégica, cuja função predominante é seduzir o grande público.

As imagens seduzem porque nos tocam e mobilizam mas também porque emocionam, conduzindo o olhar e construindo a perceção sobre nós próprios; já as palavras remetem ao saber, à razão e apenas nos mobilizam no campo racional.

A imagem ocorre como um “flash” estando presente na mente com as suas identificações e elementos de composição como a harmonia, o sincronismo, equilíbrio, disposição das cores; todo este apelo visual fica explícito numa sociedade de consumo de imagens que aplaude o belo e a perfeição.

E uma boa imagem outorga poder, autoestima, uma supervalorização, um *status* e uma notoriedade ambicionadas, uma “classe” distinta e elitizada, segundo os princípios hedonistas.

É a gestão da imagem da cidade e a forma como ela é percebida pelos cidadãos e visitantes, tendo em conta que a imagem é um fator fundamental para a projeção e competitividade nacional e internacional da cidade, atribuindo-lhe distinção e singularidade.

Começa a desenhar-se o contexto por onde se estende e afirma a identidade de um espaço, delineando o âmbito onde se cria a personalidade do lugar, que traduzirá o elemento distintivo e a reputação real e imaginada.

Compreender a imagem de uma cidade é ao mesmo tempo desenhá-la e arquitetá-la porque ela

assume uma notoriedade única nos mapas percetuais e no imaginário dos seus públicos. (Rebollo, 2008)

2.3. Visitantes e perceção da cidade

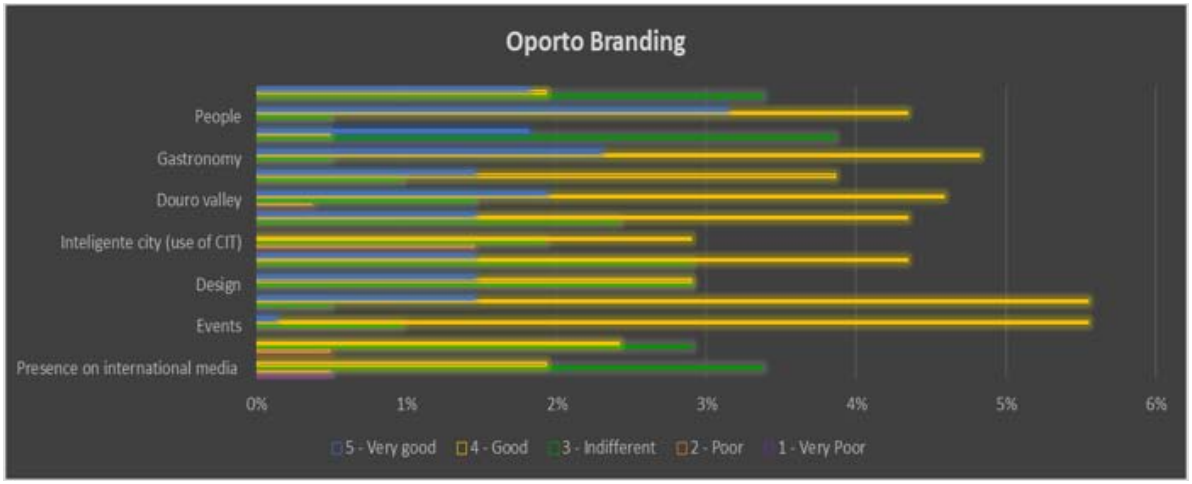


Fig 1. Estudo Marca Porto (Perception about Porto and Porto Branding) Em cooperação com Maria José Faria/ISMAI-IU (2015)

Entre os elementos que mais permitem construir uma imagem da cidade com consequências na marca Porto, aqueles que possuem um melhor posicionamento dizem respeito, a Pessoas, Douro Valley, Gastronomia e Design/Classic Old City/ Património sendo os componentes mais impressivos sobre a cidade do Porto. Outros dados, referem igualmente que o tópico Reputação já consta desta imagem o que é em termos de perceção da cidade, um fator muito positivo. Logo de seguida, a imagem gráfica do Porto parece influenciar afirmativamente turistas e visitantes.

2.4. O logo da cidade e da Câmara Municipal

Pode verificar-se uma certa esterilidade no desenho corporativo inicial e anterior.

No logo principal a verde, estando retratado o ex-líbris mais assumido- a Torre dos Clérigos- faltava-lhe personalidade e dinamismo e a "vida excitante que o Porto adquiriu nestes últimos anos em que o turismo tomou conta da cidade trazendo consigo muita vitalidade e acontecimentos culturais um pouco por toda a cidade" não estava aqui representado.

Fig. 2- Família corporativa e logotipo da Câmara Municipal.
Fonte: http://www.logotipo.pt/blog/wp-content/uploads/2014/09/porto-logo-antigo.jpg

A necessidade de traduzir mais eficazmente a vibração e pulsação do Porto contemporâneo, cria a nova ideia que fica graficamente uniformizada com lugares, edifícios e vivências da cidade aludindo ao seu património artístico e cultural numa representação simbólica de vitalidade e pulsar do Porto.

Fig 3 - Novo logotipo da cidade designed por Eduardo Aires.
Fonte: http://www.pportodosmuseus.pt/wp-content/uploads/2015/04/logo_porto.jpg

Este *design* parece estabelecer uma mais poética identidade visual.

2.5. O Porto: Best Tourism Destination

Fig.4. Best Tourism Destination.(2014)
Fonte: https://i.ytimg.com/vi/Ux3r-cN3CsU/hqdefault.jpg

A eleição do Prémio Internacional de Melhor Destino de Turismo granjeada pelo Porto foi um evento marcante, outorgando visibilidade e reputação internacional à cidade.

O Porto é reconhecido como um dos mais antigos destinos turísticos da Europa, uma cidade plena de charme rodeado de monumentos antigos e particularidades artísticas, cuja cidade velha foi declarada pela Unesco como Património Mundial.

Contemporânea e antiga, simultaneamente, o Porto é uma cidade com um estilo único, devido à sua vibrante vida noturna e festas documentadas como o São João.

Reconhecido, internacional e com uma marca de imagem única e identidade singular, o Porto é notório em *websites*, vídeos *Youtube* e aplicativos móveis.

> *"Porto is **exceptional**. In more ways than one. Elected **Best European Destination 2014** by the european citizens, Porto, the "Cidade Invicta" (unvanquished city) is history, is architecture, culture, gastronomy, trade, encounters and discoveries.*
>
> *Porto has all the charm of towns which happily cohabit with their river. You can stroll along the **River Douro** (river of gold) in the Ribeira, fly over it by helicopter or discover Porto 's architecture, its amazing landscapes and **magnificent bridges** by taking a cruise on this majestic river. Porto is also a sea city and in the briefest of time a tram will bring you to Foz do Douro's **gentle beaches** face to face with the Atlantic. Porto knows how to make you feel welcome; very likely it will conquer your heart and leave a long lasting impression. You will find it hard to leave."* (2015)

Entre turistas e visitantes, o Porto é distinguido pelo Vinho do Porto, como cidade requintada e pela gastronomia. Tópicos importantes para esta internacionalização, são as comodidades oferecidas pelos voos de baixo custo e meios para chegar ao Porto, que se tornou visitado por turistas de países longínquos e habitualmente não conhecedores do Porto. Assim, é comum ver no número de visitantes do Porto, turistas vindos da China, Rússia e Estados Unidos e concluir que a estratégia de identidade para a cidade permanece sólida.

Conclusão

A preocupação com uma boa imagem de cidade traduz-se de modo interessante, na prioridade que se tem dado aos investimentos na área da cultura e turismo.

Cidades e locais são estimulados a manter uma identidade tangível e intangível que possibilite distingui-los de outros locais e regiões.

Os média, são aqui um fator marcante do cenário cultural e social das cidades e têm um papel importante nos processos que acompanham a renovação do espaço, que interage e interfere no curso dos acontecimentos através de imagens publicitárias, mobilizações e campanhas sociais. Exercem assim, um verdadeiro deslumbramento sobre a sociedade civil e a política e têm força de pressão na elaboração de imagens coletivas, que possam ser absorvidas nas representações de indivíduos e grupos.

Considerando que a turistificação do Porto tem sido uma realidade, a cidade tem obtido um caráter multiterritorial e a estratégia de *branding* assume-se como fator fulcral na performance e perceção da cidade onde os média tradicionais e digitais ao mesmo tempo que incorporam uma identidade, auxiliam os cidadãos a "aprender" a cidade.

Entre os elementos que mais permitem edificar uma imagem da cidade com consequências na marca Porto, aqueles que possuem um melhor posicionamento dizem respeito, a Pessoas, Douro Valley, Gastronomia e Design/Classic Old City/ Património, muito evidenciadas nos tópicos percecionados sobre a cidade. Desta forma, graças às tecnologias e a uma política expansora no âmbito da imagem, o Porto tornou-se uma cidade com uma identidade renovada, visível similarmente na sua imagem gráfica. Acompanhada por plataformas digitais, inovadoras e originais foi possível implementar uma atmosfera vibrante e aumentar o movimento em direção a turistas e visitantes outorgando e ressaltando na cidade o seu estilo próprio e único.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, A. A. (2006). O paradigma do mercado no urbanismo: Contribuições do marketing para o urbanismo na virada do milénio. Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, MDU – Universidade Federal de Pernambuco, Recife - Brasil.
-
- Anholt, S. (2006). 'The Anholt-GMI city brands index: How the world sees the world's cities', *Place Branding* , Vol. **2** , No. 1, pp. 18-31.
-
- Ashworth, G. Kavaratzis M. (2009). Beyond the logo: Brand management for cities
- *Journal of Brand Management* .London: Jul/Aug 2009. Vol. 16, Iss. 8; pg. 520, 12 pgs
-
- Cai, L. A. (2002). 'Cooperative branding for rural destinations', *Annals of Tourism Research* , Vol. **29** , No. 3, pp. 720-742.
-
- Correia, J. (2001). Comunicação e Cidadania: os média e as dinâmicas nas sociedades pluralistas. (Tese inédita de Doutoramento). UBI, Covilhã: UBI Ed.
-

- Cruz, M. T. (2007). Espaço, media e experiência: na era do espaço virtual e do tempo real. *Revista comunicação e Sociedade*, 12. Lisboa: CECL. pp. 23-27
-
- Fernandes, R. (2015). Atas do debate "Porto Conceito". Casa da Cultura de Paranhos. Porto.
-
- Ferrão, J. (2002). "As Regiões Metropolitanas como Comunidades Imaginadas: da Experiência Quotidiana à Acção Estratégica". In APOR (Eds.), Porto d´Ideias: A Cidade Em Debate. Porto: Agência para o Desenvolvimento do Porto. pp. 39-42.
-
- Gaio,S; Gouveia, L. (2007). "O Branding Territorial: uma abordagem mercadológica à cidade". *Revista A Obra Nasce*, Porto: Ed. UFP. pp 27-36
-
- Joly, M. (1996). *Introdução à análise da imagem.* S.P: Papirus,
-
- Kavaratzis, M. (2004). From city marketing to city branding: Towards a theoretical framework for developing city brands. Place Branding , Vol. 1, 1, 58–73.
-
- Kavaratzis, M., & Asworth, G. (2005). City Branding: An Effective Assertion of Identity or A Transitory Marketing Trick? Tijdschrift Voor Economische en Sociale Geografie. Tijdschrift Voor Economische en Sociale Geografie , Vol. 96, No5, 506-514.
-
- Kotler, P. Gertner, D., Rein, *et alli*. (1993). Marketing de lugares: Como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. (R. Bahr, Trans.) São Paulo, Brasil: Prentice Hall.
-
- Moreira, J. R.; Silva, M. J. (2007). "Marketing das Cidades - Estudo da Identidade: O Caso da Cidade da Covilhã". Grupo de Investigação FEDRA, *Revista Conocimiento, Innovación y Emprendedores*: Espanha: Camino al Futuro.
-
- Rebollo, E. (2008). Comunicación e desarrollo local: el rol del gobierno e actores locales en la gestión de imagen de un territorio. *Revista Prisma*, nº 22, 2008. p. 134
-
- Sanchéz, F. (2001). "A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política". *Revista Sociologia Política*, 16.Retrieved from http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/17498.pdf (last view 27nd of June 2013) pp 31-49.
-
- Veiga, M. (2007) Discurso na Câmara do Porto a 24/07/07. Retrievef from (ou acedido em) 12-05-2013. https://www.youtube.com/watch?v=8bMQFeZ0-Xc .(last view 22nd August, 2014)

Websites

- *Oficial page* "Best European Tourism destination Award. Available in
- *http://www.europeanbestdestinations.com/top/europe-best-destinations-2014/*
- (last view 2nd November 2015).
-
- *Oficial page* "Logo.pt".Available in http://www.logotipo.pt/blog/novo-logotipo-camara-porto (last view 2nd November 2015).
-
- *Oficial page* "Porto dos Museus". Available in http://www.pportodosmuseus.pt/wp-content/uploads/2015/04/logo_porto.jpg (last view 21st October 2015).
-
- *Oficial page* "Visitporto. Travel." Available in https://twitter.com/visitporto (last view 26th October 2015).

A CIDADE IDENTITÁRIA: IDENTIDADE E IMAGEM DE MARCA NA CIDADE

LA CIUDAD IDENTITARIA: IDENTIDAD E IMAGEN DE MARCA EN LA CIUDAD

THE IDENTIFIABLE CITY: THE CITY AS IDENTITY AND BRAND

ESPAÇOS URBANOS COOL: DIMENSÕES SOCIAIS DE PROJETOS DE GENTRIFICAÇÃO

ROSELANE GOMES BEZERRA

Professora
Universidade Federal do Ceará
Avenida Mister Hull - 3609 - Presidente Kennedy CP 60356001 - Fortaleza, CE - Brasil
Email: roselane.bezerra@gmail.com

Resumo

Em cidades de diferentes dimensões sociais, económicas ou geográficas a paisagem urbana contemporânea vem sendo reconfigurada por meio de projetos de requalificação para espaços degradados. Dentro desse contexto, a cidade de Almada, em Portugal, chegou ao século XXI com as instalações da antiga Lisnave abandonadas e com diversos edifícios relacionados a indústria naval em ruínas. Como consequência dessa configuração espacial e na busca de uma nova imagem e desenvolvimento económico para a cidade, muitos projetos de intervenção urbana foram apresentados a população e alguns implementados. Esse processo de requalificação vivenciado em Almada pode ser entendido como a reinvenção dos espaços urbanos, no contexto de políticas públicas que buscam uma nova "vocação" para as cidades, com investimentos voltados para o desenvolvimento de áreas de contemplação, lazer e cultura. O objetivo da minha comunicação é apresentar, primeiramente, uma análise dos discursos de arquitetos e decisores políticos nos Fóruns de Participação para a apresentação do projeto de Requalificação da Rua Cândido dos Reis, no ano de 2010. E em seguida uma análise da implementação desse projeto a partir de narrativas de pessoas que trabalham nessa rua, que a partir de 2012 teve o processo de requalificação concluído. A rua Cândido dos Reis, alguns anos após a conclusão das obras de requalificação, passou a ser identificada em diferentes discursos como um espaço cool. Essa transformação espacial e imagética de espaços urbanos dará pistas para ampliar o debate sobre políticas urbanas e o processo de reinvenção das cidades contemporâneas. Dentro dessa perspectiva poderemos aprofundar também o debate sobre as dimensões sociais da infraestrutura urbana, assim como, sobre espaço público e cidadania urbana.

Abstract

In cities of different social, economic or geographical dimensions, the contemporary urban landscape has been reconfigured through rehabilitation projects for degraded spaces. Within this context, the city of Almada, in Portugal, entered the 21st century with the ancient Lisnave abandoned and with several buildings associated to the shipbuilding industry in ruins. As a consequence of this spatial configuration and look for a new image and economic development for the city, many urban intervention projects were presented to the population and some implemented. This process of requalification experienced in Almada can be understood as the reinvention of urban spaces, in the context of public policies that seek a new "vocation" for the cities, with investments focused on the development of areas of contemplation, leisure and culture. The aim of my communication is, firstly, an analysis of the speeches of architects and policy makers at the Participation Forums for the presentation of the requalification project at Cândido dos Reis Street, in the year of 2010. And then an analysis of the implementation of this project from narratives of people working on this street. The Cândido dos Reis Street, a few years after the completion of the requalification works, came to be identified in different speeches as a "cool" space. This spatial and imaginary transformation of urban spaces will provide clues to broaden the debate on urban politics and the process of reinvention of contemporary cities. From this perspective we can also deepen the debate on the social dimensions of urban infrastructure, as well as on public space and urban citizenship.

PALAVRAS CHAVES

Requalificação, Políticas Públicas, Cidade, Narrativas

KEY WORDS

Requalification, Public Policies, City, Narratives

Introdução

O processo de requalificação urbana vivenciado na cidade de Almada pode ser entendido como a reinvenção dos espaços urbanos, no contexto de políticas públicas que buscam uma nova "vocação" econômica para as cidades, com investimentos voltados para o desenvolvimento de áreas de contemplação, lazer e cultura.

Dentro desse contexto, o objetivo desse artigo é apresentar uma análise das dimensões sociais nos processos de requalificação urbana. O desafio de refletir sobre esse fenómeno é decorrente de uma investigação sobre o processo de requalificação urbana na cidade de Almada, entre os anos de 2009 e 2014. Nesse período, desenvolvi o pós-doutoramento em Portugal e acompanhei a apresentação dos seguintes projetos: o plano de intervenção *Almada Nascente – Cidade da Água*, que visa a construir uma "nova cidade" às margens do Tejo; o *Plano Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas*, que tem como objetivo "qualificar" a área de Cacilhas, definida nos discursos oficiais como "a porta de entrada da cidade"; o *Projeto de Requalificação da rua Cândido dos Reis*, que defende a "qualificação" dessa rua criando condições de desenvolvimento de recreio e de lazer; e o *Plano de Pormenor do Cais do Ginjal*, que tem como objetivo preservar a memória do cais e a espetacularidade que ele ainda conserva e o *Plano Pormenor da Quinta do Almaraz*, que tem como objetivos a salvaguarda de aspectos ambientais relevantes e a valorização e proteção do espólio arqueológico presente no local.

O contexto cientifico da minha investigação se desenvolveu no âmbito dos conceitos de requalificação, gentrificação e políticas públicas.

Objetivos

Apresentar uma análise das dimensões sociais nos processos de requalificação urbana.

Observação e análise dos Fóruns de Participação promovidos pela Câmara Municipal de Almada.

Observação e análise das narrativas sobre a rua Cândido dos Reis após o processo de requalificação.

Metodologia

A partir da observação das narrativas oficiais referentes ao projeto de requalificação da Rua Cândido dos Reis, entre os anos de 2011 e 2012, nos Fóruns de Participação realizei um análise dos discursos sobre o projeto de requalificação da rua Cândido dos Reis. Assim como, a observação e a análise das narrativas sobre a rua Cândido dos Reis após o processo de requalificação.

A partir da noção de que os léxicos empregados na definição do projeto de intervenção na rua Cândido dos Reis podem ser "categorias de análise" para o entendimento dos processos de requalificação em Almada selecionei alguns discursos dos decisores públicos referentes às transformações urbanísticas nesta cidade. Este exercício metodológico consiste na análise de conteúdo das narrativas, análise sócio-semântica e análise interpretativa. (Vale salientar que não há sociólogos participando nestes projetos de intervenção).

Segundo as orientações do procedimento de análise de conteúdo desenvolvido por Martinez (1996) destaquei algumas *orações ou expressões conceptuais* que contemplam aspectos essenciais das narrações. Este processo de delimitação das *orações conceptuais* aumenta a intuição do pesquisador, pois este deve ler os discursos em profundidade, apreendendo sua essência semântica. Em seguida organizei uma lista de palavras que parecem ter significado relevante para os discursos, a qual denomino de "classificações". Para análise de conteúdo, seguindo este modelo, elaborei também quadros apresentando o projeto de intervenção, a ser executado na cidade de Almada e suas respectivas descrições.

Para a segunda parte da pesquisa realizei observações *in loco* com e entrevistas a pessoas que trabalham na rua requalificada, assim como, registros fotográficos e análise das narrativas em revistas e jornais sobre a requalificação da rua Cândido dos Reis.

1. Corpo de texto

1. A Rua Cândido dos Reis

A Rua Cândido dos Reis abrigava, até o início das obras de intervenção, em 2011, comércios, na maioria restaurantes e bares, mas também uma variedade de outros negócios como lojas de produtos para pesca, de revistas, de t-shirts, de móveis e de produtos congelados, havia também cabeleireiro, barbearia, ourivesaria, talho, imobiliária, duas casas especializadas em vinhos e outros produtos gourmet, algumas drogarias e mercearias. O principal monumento desta rua é a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, outro edifício com valor histórico é o antigo posto dos bombeiros que foi requalificado e já abrigava, nessa altura, um centro de informação turística. Os pontos comerciais estavam predominantemente na parte inferior de edifícios residenciais.

A ideia da requalificação era apontada pelos decisores públicos e arquitetos como a melhor forma de desenvolvimento económico por meio do turismo e lazer, os administradores defendiam que a reforma da rua iria atrair novos comércios e diversos utilizadores para esse espaço da cidade.

Com o intuito de apresentar o projeto de requalificação da rua Cândido dos Reis para a população foi organizado um Fórum de Participação no dia 25 de Maio de 2010. A Vereadora do Planeamento e Urbanismo iniciou a apresentação, estavam presentes o Engenheiro da Divisão de Trânsito; o arquiteto responsável pelo

projeto de pedonalização da rua Cândido dos Reis; o Presidente da Junta de Freguesia de Cacilhas; o Chefe de Divisão de Qualificação Urbana; a Diretora do Projeto Parcerias e Desenvolvimento Local; o Arquiteto da CMA; o Chefe de Divisão do Projeto e a Presidente da Câmara Municipal.

Segundo a Diretora do Projeto Parcerias e Desenvolvimento Local a rua Cândido dos Reis era importante para a cidade devido ao seu acesso, história e ocupação, especialmente os restaurantes, informou também que esse espaço apresentava uma "homogeneidade morfológica e tipológica". Em seguida expôs algumas imagens com características gerais da rua, falou da transformação do seu papel e sua vocação no contexto da "cidade do futuro". Enfatizou também a questão do "património edificado, memória" e "património arqueológico".

Na apresentação do arquiteto responsável pela requalificação foi salientado o facto de a rua ser bastante dinâmica, do ponto de vista de sua estrutura, pois tem vias entrando, alargamentos e isso é uma "mais-valia" do ponto de vista turístico, "isso pode levar a atividades de natureza cultural e artística, esplanadas, atividades improvisadas, os comerciantes podem criar atividades". Ele acrescentou ainda que a requalificação da rua será importante também para a atração de eventos, como por exemplo a ocorrência de mais casamentos na Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e também concertos de músicas na rua.

Os Fóruns de Participação podem ser definidos como uma lugar da exposição da cidade cenário e os projetos de requalificação como um recurso que os decisores públicos lançavam mão para atrair mais visitantes, novos moradores e consequentemente mais investimentos para as cidades. Nesse processo os ateliês de arquitetura estavam a desenvolver um papel importante, pois como vimos acima a existir uma valorizaçao estética do edificado urbano. Nesse contexto, os projetos dos novos espaços estavam adquirindo o papel de seduzir os administradores que acreditavam que esse processo levaria a construção da urbe ideal, limpa, harmoniosa, imponente e bela.

Assim, os projetos dos arquitetos tornam-se o elemento central capaz de legitimar uma política que tem como componente principal uma mudança de imagem da cidade. Como informa La Cecla (2011: 32), "o arquitecto pousa a sua capa sobre a cidade para garantir que a cidade está na moda". Desta forma, eles são os porta-vozes dos decisores públicos e o seu ofício a narrativa adequada para justificar o novo conceito de cidade.

Nessa lógica de urbanidade importa menos as apropriações vernáculas e mais as edificações com capacidade para atrair novos utilizadores. Como vimos no discurso dos arquitetos, nos Fóruns de Participação em Almada, os modelos dos novos espaços são reproduzidos e reelaborados de acordo com paradigmas já padronizados ou conforme as suas criatividades. Para esses novos espaços a estética é a palavra de ordem. Elementos considerados identitários da antiga urbe, como edificações emblemáticas para um determinado período, elementos de instalações industriais ou portuárias que perderam suas funções, construções que

tiveram seus usos modificados ou tornaram-se espaços vazios são transformados em património e ícones da cidade ou são simplesmente destruídos de acordo com as necessidades dos projetos arquitetônicos.

Nesse processo de idealização da cidade destaco uma frase do discurso de um arquiteto num fórum de participação em Almada, ele começa a sua exposição dizendo: "isso pode levar a …", ou seja, nesse decurso de ambiguidade entre a cidade ideal e a real a expressão utilizada denuncia que existe uma indicação de apropriações que ordenam os usos. Neste caso ele acredita que serão implementadas "atividades de natureza cultural e artística" e também que "os comerciantes podem criar atividades" com o objetivo de atrair mais pessoas para a cidade. O conceito da estética arquitetônica ditando os usos, também se encontra nesse discurso iniciado pela afirmação: "isso pode levar a …", nesse caso o arquiteto refere-se que o modelo da rua, "com diversas entradas e alargamentos", dará mais alternativas de construções e usos voltados para o turismo.

Seguindo o modelo de análise de conteúdo proposto por Martinez (1996), apresento abaixo as *orações* ou *expressões conceptuais*.

- Criar em Cacilhas uma nova centralidade urbana;
- … recriar um espaço urbano harmonioso;
- O objetivo (do projeto) passa por qualificar o espaço público;
- Pretende-se projetar novos desafios associados aos domínios social e económico;
- … reabilitar uma área de Almada onde vivem mais de 20 mil pessoas;
- Potenciar as vistas e implementar nesta área atividades turísticas…;

Nesta tradução de texto literal para *orações conceptuais* perde-se uma quantidade considerável de informações. Contudo, como o processo de análise é *não-redutivo*, esta perda de informação é só aparente. Na realidade, o processo de extração das *orações conceptuais* em cada texto amplia extraordinariamente a intuição do investigador.

Criação;	Recriar;	Requalificação;
(Cidade) inclusiva;	Qualificar;	Ampliação;
Inovação;	Novas (acessibilidades);	Promoção;
Nova (centralidade urbana);	Novos (equipamentos);	Formação;
Implantar;	Promover;	Dinamização;
Aproveitar;	Valorização;	Reabilitar;
	Construção;	Renovados (equipamentos).

Organizei a seguir uma lista de "classificações" a respeito deste plano de intervenção:

Esta lista inclui não só palavras soltas como também unidades (nomes ou verbos) que, mesmo compostas por várias palavras, funcionam como uma só unidade conceptual básica. É importante assinalar que uma mesma palavra aparece várias vezes num discurso, como: *Nova / novas/ novos*. A análise de conteúdo poderia ter em conta o número de vezes que aparece um conteúdo conceptual específico, porém a autora que propõe este método prefere não considerar este aspecto. A presença de um conceito num texto não será medida em função do número de vezes que o referido conceito aparece.

Dando prosseguimento à análise de conteúdo apresento a seguir o quadro com o "plano de intervenção", as suas descrições e as "categorias de análise".

Quadro 1: "Requalificação da rua Cândido dos Reis"

Projeto	Descrição	Categoria de análise
Requalificação da rua C*ândido dos Reis*	Criação de uma nova centralidade urbana.	Criar
	Qualificação do espaço público.	Valorizar
	Reabilitação de área residencial.	Reabilitar
	Valorizar a vista do Tejo.	
	Implementando atividades turísticas.	
	Criação de equipamentos, na organização de atividades de lazer	

2. Dimensões sociais de processos de requalificação da Rua Cândido dos Reis

A rua Cândido dos Reis, alguns anos após a conclusão das obras de requalificação, passou a ser identificada em diferentes discursos como um "espaço *cool*". Como pode ser lido abaixo, em uma matéria da revista *Magazine notícias*, o projeto de requalificação da rua Cândido dos Reis transformou-a na "rua mais cool de Almada". Esse adjetivo refere-se aos novos usos desse espaço, utilizado predominantemente como um lugar de lazer, de novos utilizadores e especialmente ocupado por jovens. É importante ressaltar também que essa transformação espacial e imagética desse espaço da cidade de Almada levou um a processo de novos investimentos económicos com uma predominância de equipamentos relacionados a gastronomia gourmet.

Rua de tascas, tabernas e burricadas no início do século XX e de restaurantes e comércio decadente no final deste, a Cândido dos Reis, em Cacilhas, é hoje a rua mais cool de Almada e arredores. A decisão de a tornar pedonal causou polémica, mas revelou-se transformadora. E os novos projetos que foram dar vida a espaços fechados, degradados e vazios estão a ter um sucesso que espanta até quem ali arriscou tudo. (Pires, 2014)

Dantes denominada como Rua Direita a Cândido dos Reis, começa no Largo de Cacilhas, onde aportam

os cacilheiros que fazem a travessia do Tejo, ligando Lisboa a Almada, e acaba no antigo Largo do Poço, onde fica o atual posto de Turismo. A sua localização a faz ser identificada nos discursos dos gestores e arquitetos como sendo uma das portas de entrada da cidade.

No início do século XX essa rua abrigava diversos comércios como, tascas e tabernas, estalagens e cocheiras, mercearias e drogarias. Dentre as narrativas de antigos moradores é comum uma história que pode ser definida como o "mito fundador" da rua Candido dos Reis e que envolve o terremoto de 1755 e um milagre que foi a não destruição da margem sul do rio Tejo. Segundo essa narrativa, "no dia do terramoto de 1755, alguém, de entre a população em pânico pelo maremoto que se avizinhava, correu à ermida de Santa Luzia, no início da rua, onde é hoje a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, e levou a imagem da santa, perante a qual as águas revoltosas do rio amainaram. Ainda hoje, todos os anos, a 1 de novembro, uma procissão celebra o milagre" (Pires, 2014).

A "vocação" para a predominância de estabelecimentos relacionados a gastronomia sempre esteve presente na rua Cândido dos Reis, é importante destacar que se no início dos século XX a rua já abrigava tascas e tabernas, até o início do século XXI essa "vocação" havia permanecido. Em meados do século tascas e restaurantes eram frequentados por trabalhadores dos estaleiros da Lisnave e mesmo após o seu encerramento já no final dos anos 1990 ainda sobreviviam alguns desses estabelecimentos mesmo decadentes.

Porém, apesar do aspecto decadente com comércios fechados e desordenamento do transito a decisão da Câmara Municipal de Almada de a requalificar, fechando-a ao trânsito, tornando-a pedonal e recuperando o edificado, foi recebido como muita polêmica e apreensão por parte dos comerciantes e moradores da cidade.

Alguns anos após a conclusão das obras de requalificação tornou-se comum a afirmação de que "Cacilhas está na moda", segundo os antigos e novos empresários as intervenções levaram a uma dinamização da economia e novos negócios tornaram-se oportunidades como o desenvolvimento de emprego e renda. Porém, essa transformação não pode ser entendida sem levar em conta um contexto mais amplo que envolve outros aspectos da sociedade atual no país e das políticas públicas desenvolvidas nas últimas décadas.

Se questionarmos quem são os novos comerciantes percebe-se claramente que o perfil dos donos dos estabelecimentos mudou, não há mais, como numa imagem estereotipada, o português de bicodes e boina com uma barriga saliente a falar alto no balcão de uma taberna frequentada predominantemente por homens. O perfil dos novos comerciantes da rua Cândido dos Reis, estou a falar em termos ideal típico (Weber, 1991) são de pessoas com nível superior, cosmopolitas e que investiram em projetos de profissionais de arquitetura e designer. Esse tipo de investimento pode ser percebido na arquitetura interior e exterior dos estabelecimentos, no mobiliário, nas vestimentas dos empregados e nos serviços oferecidos. No caso dos restaurantes é perceptível uma preocupação com um padrão *gourmet*.

Quanto ao público, frequentador do espaço mais "*cool* de Almada", há uma predominância de jovens. Nesse sentido, é possível definir esses novos frequentadores como uma população que cresceu em um país que vem desenvolvendo diversas políticas públicas em educação. Segundo dados do Pordata[1] a população com o ensino superior completo no país aumentou de 6,8 em 2001 para 17,1 em 2015, ou seja, quase triplicou em pouco mais de 10 anos. Como consequência de investimentos em diversas políticas públicas de educação é possível afirmar que independente do capital econômico o país possui hoje um grande número (Bourdieu, 1989) de jovens com capital social e cultural que os colocam sem sintonia com os novos estabelecimentos. Fazendo uma analogia com uma matrioska[2], percebo que os projetos de requalificação urbana abrigam dentro de si investimentos privados públicos e/ou privados que valorizam os espaços urbanos e esses espaços abrigam usos e apropriações que são também resultados de investimentos econômicos privados e/ou políticas públicas que tornam os usuários "adequados" aos espaços gentrificados, ou seja, pessoas com um maior nível de escolaridade e exigências que dialogam com a infraestrutura e as propostas dos espaços projetados.

Conclusões

Como conclusão da investigação percebo que as políticas de intervenção na urbe devem ser analisadas perante o estudo de diversos indicadores sociais e que o "sucesso" dos projetos de gentrificação está no desenvolvimento de diversas políticas públicas nas áreas do entorno das intervenções nas cidades. A política urbana não pode ser desenvolvida sem um planejamento que envolve o estudo de indicadores sociais e aplicação de políticas públicas de saúde, educação, cultura, habitação, patrimônio ou assistência social. Essas políticas públicas devem ser analisadas nas tomadas de decisão para a execução de projetos de intervenção urbana – pois são essas políticas que contribuem para definir o cidadão que habita, visita e transforma, espacial e simbolicamente a cidade. Se os projetos de intervenção urbana buscam proporcionar uma nova imagem para os espaços urbanos ou mesmo para as cidades, a execusão de diferentes políticas públicas nos espaços da cidade que Referências vivenciam processos de intervenção urbana é fundamental para que todos possam se sentir pertencentes a cidade "gentrificada".

Referências

- BOURDIEU, Pierre.(1989) O poder simbólico. Difel: Lisboa; Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- COHN, Gabriel (org.) (1991). *Max Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática.
- LA CECLA (2011), *Contra a arquitectura*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- MARTINEZ, Captolina Díaz (1996). *El Presente de su Futuro. Modelos de Autopercepción y de Vida entre Adolescentes Españoles.* Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores.
- PIRES, Cararina (2014), Cacilhas e cool. In Magazine Notícias. Recuperado em 27 de Setembro, 2016, http:// CacilhasécoolNotADciasMagazine.webarchive.com.

1 http://www.pordata.pt/Portugal/População

2 Também conhecida como "boneca russa", a matrioska é caracterizada por reunir uma série de bonecas de tamanhos variados que são colocadas uma dentro das outras.

A CIDADE E O DIÁLOGO CULTURAL DE SUAS GENTES: O CASO DA CIDADE DA BEIRA EM MOÇAMBIQUE

ISAÚ MENESES

Director Geral Adjunto para a Área Científico-Pedagógica
Faculdade de Estudos da Cultura. Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC).

Av. Das Indústrias, 2671. Machava. Moçambique

Email: isarc@isarc.edu.mz

Resumo

O artigo de que resulta este resumo, pretende constituir-se numa reflexão sobre o convívio multi-cultural e multi-racial que é característico à cidade da Beira e a forma como este convívio propiciou a criatividade cultural das suas gentes, num horizonte que vai de 1972 à 2015. É finalidade desta reflexão analisar as diferenças étnico-culturais sob ponto de vista linguístico, artístico e social e a influência que estas tiveram para a criatividade cultural na cidade da Beira. O artigo aborda aspectos negativos e positivos do convívio intercultural marcado por uma miscelânea étnico-cultural de gentes provenientes das diferentes partes de Moçambique e que coabitam no espaço urbano desta cidade. Em termos metodológicos, o trabalho baseou-se na abordagem qualitativa, na medida em que ele se cingiu mais nos conteúdos sem necessariamente passar pela quantificação rigorosa e tratamento estatístico das entrevistas. Com efeito, a operacionalização do estudo foi com base na pesquisa bibliográfica, para o aprimoramento dos conceitos e busca de informações relevantes essencialmente sobre as etnias; nas entrevistas abertas, para colher informações sobre manifestações de sociabilidade na diversidade cultural; na aplicação da técnica da bola de neve, fundamentalmente para identificar informantes que tivessem experiências ou conhecessem casos relevantes para o estudo e o recurso a histórias de vida, para colher experiências individuais que ajudaram na concretização do objectivo do trabalho, entre outras. Como resultado, foram identificadas diferentes formas de expressões étnico-culturais, linguísticas, artísticas e sociais, e o seu impacto na criatividade cultural e em manifestações de sociabilidade.

Abstract

The paper that comes out of the present abstract will constitute a reflection about a multicultural and multiracial gathering that characterises Beira and the way in which this gathering brought about cultural creativity of its people in between 1970 and 2015. The ultimate goal of this reflexion is to analyse the ethno-cultural differences in a linguistic, artistic and social point of view and the influence that these had to the cultural creativity of the Beira City. The article will tackle on positive and negative aspects of the intercultural gathering marked by ethno cultural variety of people coming from different parts of Mozambique and share the same urban space. With regards to methodology, the paper will be driven in a qualitative approach in the sense that it will mainly look at the content rather than looking thoroughly at the quantity of the interviews. The study will be conducted through bibliographic research to enhance the concepts and the search of relevant information essentially about ethny, in the open interviews to collect data about manifestation of sociability in the cultural diversity, applying the Technique known as snow ball, essential to identify informers that are experienced enough or that know relevant cases for the study and use a life story as a resource to collect individual experiences that will help accomplishing the goal of the paper. As a result of the study, we hope that different ways of expressions such as ethno cultural, linguistic, artistic and social are identified and its impact in the cultural creativity and in the manifestation of the sociability.

PALAVRAS CHAVES

Cidade, Criatividade Cultural, Diálogo Intercultural e Gente

KEY WORDS

City, Cultural Creativity, Intercultural Dialogue and People

Introdução

Este artigo constitui uma reflexão sobre o convívio multi-cultural e multi-racial que é característico à cidade da Beira e a forma como este propiciou a criatividade cultural das suas gentes de 1972 à 2015. A escolha de 1972 prende-se com o facto de ter acontecido nesse ano a primeira manifestação conflituosa interétnica que ficou conhecida por "luta entre Cenas e Chwabos". Nesta conformidade, este trabalho aborda aspectos negativos e positivos do convívio intercultural marcado por uma miscelânea étnico-cultural de gentes provenientes das diferentes partes de Moçambique e não só e que coabitam no espaço urbano desta cidade.

Como é característico das cidades, a heterogeneidade social e cultural e o carácter heteróclito das suas edificações, constituem, parafraseado Grafmeyer (1994) alguns dos traços marcantes de qualquer cidade. Estes e outros, colocam à partida, a cidade na condição de um caleidoscópio.

As cidades africanas, por razões históricas (movimentos migratórios intra-continentais, inter-continentais, trocas comerciais também inter-continentais e os processos de colonização) são marcadas por uma distinta multiplicidade étnica e racial que as tornam assaz multiculturais.

As cidades moçambicanas, africanas que são pelas mesmas razões acima afloradas não se livram desta condição. Além de mais ,Moçambique, como veremos adiante é um país que se caracteriza por uma extrema diversidade cultural o que acaba se repercutindo nos seus centros urbanos. Destes, a cidade da Beira constitui, aquela que se apresenta social, étnica e culturalmente mais heterogénea como atestaremos adiante.

Dos 53 municípios existentes até 2016, a cidade da Beira aparece como a única em que se pode ouvir a cantar num funeral ou numa mesma missa, três a quatro cânticos em línguas nacionais diferentes, nomeadamente: *cisena*, *cindau* (que são locais), *citswa* e *chwabo*, oriundas respectivamente da província de Inhambane e da província da Zambézia, e os que entoam estes cânticos muitas vezes nada tem a ver com alguns vinculo étnico-linguístico da canção entoada. Algumas falam as línguas em que cantam, outros nem por isso; mas na hora de cantar, a execução se mostra perfeita. Estes e outros factos que retrataremos ao longo do texto constituíram factores que nos motivaram a desenvolver a presente reflexão enquadrada no contexto científico de cidades identitárias observadas no âmbito da sociologia urbana.

Objectivos

Constituiu objectivo desta reflexão analisar as diferenças étnico-culturais sob ponto de vista linguístico, artístico e social e a influência que estas tiveram para a criatividade cultural na cidade da Beira, mais concretamente:

- Identificar as principais etnias e suas trajectórias históricas;
- Descrever a etiologia dos conflitos étnicos; e,
- Verificar quais as formas de manifestações de sociabilidades inter-étnicas;
- Avaliar em que medida a multietnicidade contribui para o desenvolvimento da criatividade nas cidades.

Metodologia

Em termos metodológicos, o trabalho baseou-se:

Na abordagem qualitativa, na medida em que ele se cingiu mais nos conteúdos sem necessariamente passar pela quantificação rigorosa e tratamento estatístico das entrevistas. Segundo Silvestre & Araújo (2012:76) "a abordagem qualitativa consiste em obter descrições detalhadas de uma realidade que permitam a interpretação de uma situação ou contexto....".

• A operacionalização do estudo foi com base na pesquisa bibliográfica, para o aprimoramento dos conceitos e busca de informações relevantes essencialmente sobre as etnias. Como refere Gil (2008) "a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no facto de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar directamente";

• Nas entrevistas abertas, para colher informações sobre manifestações de sociabilidade na diversidade cultural, bem assim na recolha de informações inerentes a conflitos étnicos havidos em 1972 e no período que vai de 1991 a 1996; e,

• Na aplicação da técnica da bola de neve, fundamentalmente para identificar informantes que tivessem tido experiências ou conhecessem casos relevantes para o estudo e, o recurso a histórias de vida, para colher experiências individuais que ajudassem na concretização do objectivo do trabalho, entre outras.

1. Contextualização

1.1. Moçambique

A República de Moçambique situa-se no sul da costa oriental do continente africano, entre os paralelos 10º 27´ e 26º 52´ Sul e entre os meridianos de 30º 12´ e 40º 51´ Este. Separada pelo Canal de Moçambique, possui na parte frontal a Ilha de Madagáscar. Este tem uma superfície de 799 380 km², aos quais se devem adicionar mais cerca de 120 000 km² da plataforma continental. Da superfície continental, 779 500 km² correspondem à parcela terrestre, 13 000 km² às águas interiores e 6 880 km², à parte do Lago Niassa, que pertence a Moçambique.

Preenchendo uma linha de fronteira que totaliza 4 212 km, Moçambique faz fronteira com seis países, assim dispostos:

• A Norte - República da Tanzânia, com uma área de 670 km, dos quais 620 km através do rio Rovuma;

• A Oeste – tem como países limítrofes, três: República do Malawi, com 1400 km de extensão, repartidos por 888 km terrestres, 190 km fluviais e 322 km lacustres; República da Zâmbia, com 446 km, dos quais 76 km através do rio Rovuma; República do Zimbabwe, com 839 km terrestres e 295 km fluviais, e;

• A sudoeste e a sul temos a República da África do Sul, com 496 km, dos quais 472 terrestres e 24 fluviais; e o Reino da Suazilândia, numa extensão de 106 km.

• A Este, Moçambique é totalmente preenchido pelo Oceano Índico, numa extensão de 2515 km (Assembleia da República - Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Regional, Administração Pública e Poder Local, 1996:6).

1.2. Cidade da Beira

A cidade da Beira, capital da Província de Sofala, é o segundo maior centro urbano do país, tendo como limites geográficos o distrito do Dondo a norte; o Oceano Índico a sul e este e o rio Púngwè a oeste.

Este é o centro urbano mais importante da região centro do país. Esta importância, deve-se ao desenvolvimento das suas infra-estruturas ferro-portuárias através da linha férrea Beira-Machipanda e ao facto de ser a terminal do Corredor da Beira que congrega a rede de transportes ferro-portuários e rodoviários através da Estrada Nacional nº6 (EN6) e o *pipeline*. O Porto da Beira tem desempenhado um papel importante na transacção de mercadorias nacionais e internacionais.

A cidade da Beira foi construída em terreno plano, abaixo do nível médio das águas do mar, junto à foz do rio Púngwè e se estende por uma faixa ao longo da EN6 até ao princípio do distrito do Dondo. A estrutura do solo é caracterizada por planícies lodosas de mangais na zona de *Nyangau*, Praia Nova e *Chiveve*; dunas e áreas verdes ao longo do rio *chiveve* ; caniços na praia nova e Ponta-Gêa, não obstante as recentes tendências de urbanização de parte da zona da Praia Nova; dunas com vegetação de casuarinas e plantas rasteiras, planícies com murmuchés ao longo da Estrada Nacional número 6; e bosques nas zonas altas.

O clima é do tipo tropical húmido chuvoso de savana, caracterizado por temperaturas elevadas e húmidas durante o verão, com ventos dominantes da frente Leste e Sudoeste, o que faz com que a cidade esteja sujeita tanto a ciclones sazonais como a secas periódicas num ciclo de três anos, sofrendo, por isso, de sérios problemas de inundações.

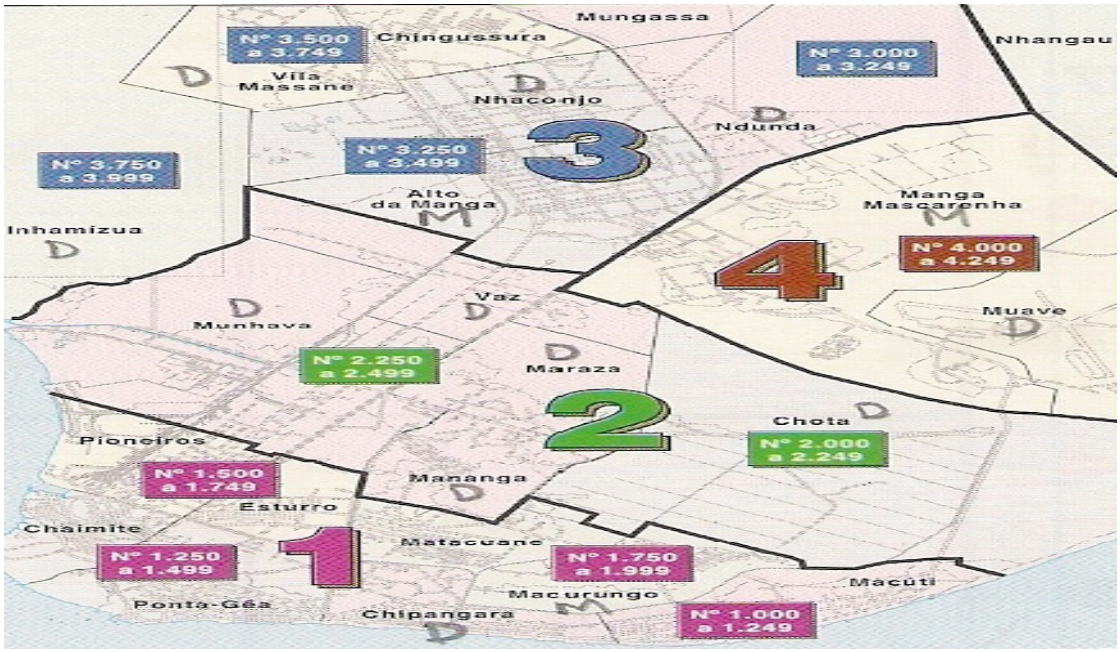
A despeito da hostilidade do clima, a cidade da Beira possui uma excelente vegetação natural, caracterizada por um litoral com mangais excelentes para o desenvolvimento de espécies marinhas como o camarão.

Os principais tipos de ocupação dos solos existentes são do sector familiar, empresarial, estatal e outros.

1.3. A Divisão Administrativa

Tanto quanto pudemos constatar, a toponímia da cidade da Beira ainda carece de uma revisão de modo a alcançar-se consenso tanto na estruturação e alinhamento dos bairros como na designação e enumeração dos mesmos.

Até 2003, altura em que o município estava sob a alçada do Presidente e Concelho Municipais dirigidos pelo Partido Frelimo, falava-se de 24 bairros. Porém, com a nova direcção do município, dirigida por um Presidente proveniente de um partido que, em 2003, constituía oposição, já não se ouve falar das mesmas nomenclaturas dos bairros. Tanto é assim que, dos mapas que nos foram disponibilizados pelos serviços urbanos da cidade da Beira, só se fala de 20 zonas compostas por subunidades territoriais com designações que advêm de tempos remotos, isto é, antes da independência, proclamada à 25 de Junho de 1975.Do que pudemos constatar dos mapas das 4 zonas existentes, 11 subunidades estavam em estado de degradação, 3 em situação mista ou intermédia e 6, passíveis de ser consideradas não degradadas[1]. Vide o mapa:



Mapa 1. Representação da Cidade da Beira(Fonte: Conselho Munincipal da Cidade da Beira)

1 Em virtude de o mapa não ilustrar o estado físico das infra-estruturas e dos bairros em geral, com base na observação directa assinalamos com "D" os Bairros em situação de degradação, com "M" os que estão em situação mista ou intermédia e aqueles que não estão em situação de degradação não possuem nenhum sinal.

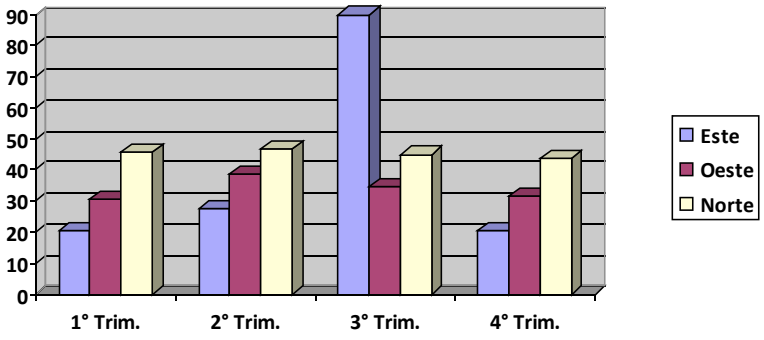
1.4. A Evolução da População Urbana

Com uma população estimada em 214 613 habitantes em 1980, segundo o censo do mesmo ano, distribuída por uma superfície de 61 000 hectares que corresponde a 643 km², a cidade possui um tecido urbano rico e diversificado, tanto do ponto de vista étnico como do ponto de vista racial. Da cifra supracitada, a população do Município da Beira previa atingir em 2006 um total de 598.708 habitantes, em s com as projecções do Censo de 1997.

Tendo em conta o *boom* populacional que resultou, por um lado, do êxodo rural adveniente das guerras que assolaram o país e dos consequentes processos de pacificação e, por outro, dos processos de imigração relativamente intensos nos últimos 20 anos, os números aqui apresentados poderão de algum modo estar longe das cifras reais, no que concerne ao município da Beira. Todavia, com vista a fornecer uma melhor percepção da evolução da população do Município da Beira, concentremo-nos na leitura da tabela que abaixo se apresenta.

Tabela nº. 1 – Evolução da População do Município da Beira

Ano	Homens	Mulheres	Total
1980	120 063	94 550	214 613
1997	218 011	229 348	447 360
2000	240 520	253 427	493 947
2003	256 058	279 476	544 535
2006	291 416	307 292	598 708



Fonte: INE, (Censo de 1997).

Refira-se que os números entre 1997 e 2007, bem assim de 2008 em diante são resultantes das projecções feitas pelo Instituto Nacional de Estatística.

Tabela nº .2 Continuação da Evolução da população.

Ano	Homens	Mulheres	Total
2007	225629	217741	443369
2008	226704	219755	446458
2009	227663	221575	449238
2010	228526	223223	451749
2011	229299	224704	454003
2012	229983	226022	456005
2013	230599	227201	457799
2014	231165	228264	459430
2015	231684	229220	460904

Fonte: INE, (Censo de 2007).

1.5. Abordagem Histórico-Sociológica e etnográfica da Cidade da Beira

Os primeiros contactos entre os portugueses e povos nativos da zona em que se veio a construir a cidade da Beira de forma estruturada, deram-se por volta dos anos 1887, quando chega uma expedição que, pretendendo ocupar e dominar, atacou os aglomerados populacionais então existentes naquela região. Nessa altura, esta zona era habitada por um grupo populacional conhecido por Mabangwé (termo que em língua Sena, significa sulista), daí a designação do subgrupo etnolinguístico Sena-bangwé que se refere ao grupo que habita de *Mwanza* a Beira, que corresponde a parte de sul da zona mãe da língua Cisena (distrito de Caia onde se encontra a famosa pedra de sena).

A etnia Sena preenche o espaço geográfico que vai desde a vila Sena, uma das localidades do distrito de Caia nas margens do rio Zambeze, descendo ao sul até ao Norte do rio Púngwè e do oeste se estende desde Tambara pertencente a província de Manica até ao actual distrito de Chinde, província da Zambézia.

Segundo Maman (2000:11) (...)" A localidade de Sena localiza-se na bacia hidrográfica do rio Zambeze, na sua margem sul. É limitada a Norte pelo distrito de Chemba e pelo rio Zambeze; a Este pelo mesmo rio; a Oeste e ao Sul pelo Posto Administrativo de Murraça."

Sem descurar outras navegações que por ai passaram, Xadreque e Artur (1989) referem que a anteceder a passagem de Vasco da Gama em 1502, em 1400, com a incumbência de estabelecer uma feitoria em Sofala, Pedro Alvares Cabral destacou do alto mar um navio capitaneado por Sancho de Toar para localizar o famoso porto de sofala e foi desta forma que se efectivou o primeiro contacto com os nativos de Sofala (Xadreque e Artur,1989:14-15).

Segundo algumas fonte orais, é, no processo da luta de resistência dos Mabangwés que, povos que

habitavam nas mediações do rio Buzi, pertencentes ao grupo etnolinguístico Ndau, atravessa o rio *aruangwa*-actual *pungwè* para a margem da actual cidade da Beira, em auxílio de seus homónimos de cor e de origem. Porém, a essa altura, conforme narram fontes orais, a batalha estava quase ganha pelos portugueses e se iniciava o processo de submissão dos Mabangwés de então, contra a fúria e vontade dos Ndaus, recentemente chegados a contenda. Estes últimos tentaram resistir um pouco mais, contudo, não foram por aí além, pois, não possuíam armamento à altura do dos portugueses, como por exemplo os canhões

O inconformismo dos Ndaus fez com que durante algum tempo, os portugueses os assumissem como rebeldes perante a atitude submissa dos primeiros Mabangwés. E isto fez com que os portugueses, do ponto de vista de profissões, privilegiassem os Sena-bangwés, colocando-os em serviços de escritórios, construções, cargos de chefia, etc. em detrimento dos Ndaus, que preenchiam as profissões ligadas a operariado das oficinas, serviços de limpeza da câmara, entre outros.

Perante o carácter submisso dos S*ena-bangwés*, versos carácter revolucionários dos Ndaus, a que os colonos apelidavam de rebeldia, a diferença étnica e linguística, a diferenciação propositada das áreas profissionais e, a aplicação do princípio de (dividir para reinar), constituíram factores catalisadores de uma relação de repulsa e não tão harmoniosa entre os dois povos nativos durante um tempo considerável, praticamente até aos meados do séc. XX.

Entretanto, segundo De Sousa e Congil (1988:32) (..)"A Beira inicial era formada por três grandes blocos: Régulo Zimg'ombe (actual esturro), Chiloanenses (no Chiveve) e Régulo Luís (Samba-Bonga e Mangaloforte) e outras pequenas zonas. Os do Régulo Zimg'ombe foram para a zona da Chipangara; os Chiloanenses, que se encontravam no Chiveve, deslocaram-se para a zona da Munhava e centro da Baia Massanzane (Vila Massane) e os do Régulo Luís espalharam-se pela mesma zona até Marrocanye e Baias do nascer do sol, na Beira-Mar. Nas novas grandes zonas situaram-se os mestiços e, também, os comerciantes Paquistaneses e Chineses, em grande número."

Do que pudemos colher das fontes orais, nos parece ter uma sequência mais lógica dos factos. Todavia, os três blocos referidos por De Sousa e Congil (1988), não deixam de constituir alguma verdade, pois até hoje existem algumas evidências, principalmente no que se refere a distribuição dos diferentes grupos populacionais. O que de alguma forma se pode questionar, é, se de facto a referência da Beira inicial corresponde ao período antes ou depois da ocupação.

O processo de luta de libertação nacional, por um lado, a proclamação da independência nacional e a divulgação e inculcamento do princípio da unidade nacional, por outro, constituem factores que contribuíram em grande medida para a reversão ou relativa inversão da situação da relação biunívoca encrespada entre as duas etnias.

Até a altura da proclamação da independência, a 25 de Junho de 1975, ainda era notória essa relação não tão harmoniosa entre as duas etnias, mormente sob ponto de vista social e cultural. Tanto era assim que, os matrimónios entre as duas etnias, embora fossem acontecendo não eram tão bem vistos parte a parte. Aliás, casos houve em que jovens namorados, já com alguma perspectiva do futuro, viram as suas aspirações goradas em virtude de terem recebido dos parentes de uma das partes orientações para findar com a relação.

Até um pouco depois da proclamação da independência, por influência dos barcos que vinham de *Machanga* e com essa designação, *os Ndaus* na Beira eram vulgarmente conhecidos por "*Achangane*".

Porém, com o *boom* dos *changanas* de Gaza, essa designação sumiu em relação aos primeiros passando a usar-se para estes últimos.

Todavia, é importante realçar-se desde já que o embrião da multi-culturalidade da cidade da Beira, assenta na relação intrínseca da tríade etno-linguística e racial *Sena-bangwé,/ Ndau/* Português. Mais tarde, tanto os nativos *Sena* como os *Ndaus* e os de outras etnias, desde que assumissem a língua e cultura de uma das etnias originárias, passaram a assumirem-se e identificarem-se como *Mabangwé*, particularmente aqueles que não quisessem fazer prevalecer suas origens ancestrais ou que não tivessem passado por um processo de socialização que lhes permitisse apropriar-se de uma única língua.

Depois da formação desta tríade, nos primórdios da génese da cidade da Beira, como consequência do surgimento dos caminhos de Ferro da Beira de 1958 à 1966, da Sena Sugar State em 1920[2], em busca de emprego, há um novo *Boom*, o dos *Achwabos, Nyanjas e Makwas*.

Os *Achwabos*, por maioritariamente provir de Quelimane ficaram conhecidos por "*Maquelimane*". Entretanto, para De Sousa e Congil (1988:32)" *Foi em 1925 que se notaram leves afluências das tribos Quelimanense (chwabo e lomwe) e do baixo Zambeze (Podzos e Senas). Até 1945 as companhias não foram efectivas. Foi neste ano que se notaram fortes imigrações na Beira , situando-se os imigrantes, de preferência , por zonas*."

Os Makwa, por sua vez, ficaram conhecidos por "*Maparapato",* em virtude de grande parte dos primeiros grupos ter vindo da ilha de *parapato* de Nampula. Estes dois grupos populacionais não tiveram um vínculo profissional específico de destaque sob ponto de diferenciação estatutária.

Relativamente aos *Nyanjas*, não houve alguma designação específica subjacente a etnia ou proveniência geográfica . No entanto, por concidentemente se ter empregado maioritariamente e durante muito tempo na câmara municipal no sector de recolha de resíduos sólidos, ficaram conhecidos por "*Matchonas* "(termo que significa um emigrante de há longa data). Foi daí que durante muito tempo, os trabalhadores de recolha de

2 https://pt.wikipedia.org/wiki/Sena_Sugar_Estates.

lixo, na Beira, tinham a alcunha de *Matchonas*.

Outro grupo populacional que se fixou na Beira e que constitui igualmente um condimento relevante na multi-etnicidade desta cidade, é o que proveio do Sul de Moçambique, mais concretamente da província de Inhambane entre os meados dos anos 50 e princípios dos anos 70 do século XX.

Apesar deste grupo ser constituído por vários subgrupos etnolinguísticos nomeadamente, *Matswas, Gitongas, copis,* entre outros, ele, na Beira ficou conhecido e apelidado por "*Mabazarutos".* Não é por acaso; tal se deve ao facto de os primeiros grupos terem aparecido com frequência de um barco escrito Bazaruto. Provavelmente provinha ou pertencia a alguém ligado a ilha de Bazaruto.

Uma das particularidades deste grupo, prende-se com o facto de, sem prejuízos de outros casos, se ter fixado significativamente no bairro de *Chipangara* e na zona de *Massamba* pertencente ao bairro do *Esturro.*

Por força do princípio da unidade nacional, a semelhança do que acontece com o termo *chingondo* aplicado no sul de Moçambique, particularmente em Maputo, para se referir a pessoas provenientes das províncias do centro e norte de Moçambique estas designações tendem a desaparecer.

Outro grupo cuja presença e identidade se avolumou significativamente, mormente no período pós 25 de Junho de 1975 é o dos *Macondes*. Estes são particularmente conhecidos por três traços identitários, a saber: O conservadorismo rigoroso nos ritos de iniciação, dedicação a escultura e, tatuagens, embora esta última pratica cultural tenda a minguar.

Sem contarmos com os portugueses e as etnias locais (Senas e Ndaus), até aqui, temos vindo a falar das influências étnicas internas a montante á cidade da Beira, ou seja, provenientes do Norte e do Sul relativamente a localização da cidade da Beira, donde demos particular relevância a seis etnias, designadamente: chwabos, *Makwas, Matwas, Nyanjas, Gitongas e Copis*, embora esta última seja de uma forma bastante Subtil. Mas elas, não são únicas.

A jusante, isto é, do interior para o litoral, há outras influências não menos importantes. Quero referir-me ás influências dos Shonas em Zimbabwe, donde provem o famoso prato de que falaremos a diante, os *Amanhicas* (Maniquenses), os B*árues* , os *Ateues,* entre outras variantes étnicas.

Entre os anos 1980 e 1990, por insuficiência ou inexistência de escolas secundárias, nalguns casos e, inacessibilidade, devido a guerra, houve na Beira um fenómeno bastante *sui generis*, - o *Boom* de jovens estudantes que vinham maioritariamente das províncias de Manica, Tete e Zambézia, para além de uns e outros casos das províncias do norte de Moçambique e não só.

Este fenómeno, veio incrementar por um lado, a multietnicidade e por outro, a população juvenil,

influenciando até certo ponto a pirâmide demográfica da cidade. Alguns destes não sabiam falar e outros mal falavam as suas línguas maternas. Outros ainda, sabiam falar as suas línguas. Por uma questão de estratégias de inserção social, nalguns casos, e, de sobrevivência, noutros, muitos acabaram aprendendo o cisena e o cindau ou outro idioma, conforme as circunstâncias, antes ou durante este período, mesmo em detrimento da sua própria língua materna.

Dalguma forma este fenómeno pode ter contribuído para a consolidação da unidade nacional, pois, por de trás da língua também subjaziam hábitos alimentares, crenças, modos de vestir, modos de ser e de estar entre outras práticas culturais .

Em contra partida, outros houve, que já traziam um domínio linguístico e um quadro referencial de valores e padrões culturais próprios e que puderam partilhar num processo recíproco de intercâmbio cultural.

Por detrás de cada etnia, particularmente no que se refere ao contexto africano e/ou moçambicano, normalmente subjaz uma língua e um conjunto de suas variantes. Fazendo uma análise comparativa das duas tabelas que se seguem podemos nos aperceber do grau da multi-etnicidade da cidade da Beira, por um lado pela diversidade das etnias e por outro, pelo facto de a tabela referente a cidade de Maputo conter línguas praticamente da mesma radiciação (grupo etno-linguístico tsonga), como se pode ver:

Tabela 2. Línguas maioritariamente faladas na Cidade da Beira

	Falantes		
Etnia/Línguas	**Homens**	**Mulheres**	**Total de Falantes**
Português	68490	64699	133189
Cisena	43623	45627	89250
Cindau	41809	44585	86394
Echuwabo	17359	10773	28132
Xitswa	5444	6766	12210
Emakhuwa	2689	1269	3958
Outras línguas moçambicanas	7977	6694	14671
Outras línguas estrangeiras	1308	795	2103
Nenhuma	23	31	54
Mudos	108	98	206
Desconhecida	1363	1109	2472
TOTAL	**190193**	**182446**	**372639**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Censo 2007)

Tabela 3. Línguas maioritariamente faladas na Cidade de Maputo

Etnia/Línguas	Total de Falantes (%)
Português	42.9
Xichangana	31.5
Xirhonga	9.7
Cicopi/Cichopi	3.3
Xitshwa	3.5
Gitonga	2.8
Outras línguas moçambicanas	4.4
Outras línguas estrangeiras	1.3
Nenhuma	0.0
Mudos	0.0
Desconhecida	0.5
TOTAL	**100**
Número Total da População	**959,747**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Censo 2007)

Na primeira tabela referente a cidade da Beira, é notória não só a multietinicidade pelas expressões numéricas das etnias e de seus falantes, como também é perceptível a significância social de cada língua pelo seu numero de falantes.

No caso da segunda tabela, embora apareçam enunciadas várias etnias, no fundo elas são mais variantes do grupo linguístico mãe, tsonga. Além de mais, relativamente ao changana, os outros grupos linguísticos tem expressão numérica bastante diminuta.

Por último, mas não menos importante, acresce-se o aspecto da pluri-racialidade, resultante da presença de portugueses, maioritariamente por via da colonização, indianos fortemente vinculados a trocas comerciais, mauricianos ligados principalmente ás açucareiras do Búzi, do Marromeu e de Mafambisse, Hindus e Chineses ligados a sectores diversificados de actividades e, naturalmente á diversa gama de mestiços, resultante dos cruzamentos dos supracitados com os nativos, embocando numa matiz sociocultural impar e absolutamente paisagística, com calores e olhares indescritíveis mas também com efervescências sociais até certo ponto atípicas no país.

Perante este quadro sociocultural multiétnico e multirracial, não restam dúvidas que a cidade da Beira, é um caleidoscópio de distinta multi-culturalidade.

2. Efeitos Perversos da Multi-etnicidade

A existência de vários grupos étnicos e/ou comunidades étnicas, muitas vezes implica a coexistência de várias culturas e diferenciadas maneiras de ver e de perceber o meio que os rodeia.

Segundo Smith (1997:36), entende-se por grupo étnico, um tipo de colectividade cultural que dá particular importância ao papel de mitos de descendência e memórias históricas, a qual é reconhecida por uma ou mais diferenças culturais, quais sejam : a religião, os costumes, a língua ou as instituições. Estas colectividades são duplamente históricas, na medida em que são não só as memórias históricas essenciais para a sua continuação, como cada um de tais grupos étnicos é produto de forças específicas, implicando deste modo a que esteja sujeito a dissolução e a alteração histórica.

Como ele realça , "*Pertencer a um grupo étnico é motivo de atitudes, percepções e sentimentos, necessariamente flutuantes e mutáveis, variando consoante a situação específica do sujeito.*"(Smith,1997:35-36).

Outros dois conceitos que para este debate podem assumir peculiar importância são os de categorias étnicas e comunidades étnicas.

Como refere Smith, entende-se por categorias étnicas *(...)" populações que alguns elementos exteriores consideram constituir um agrupamento cultural e histórico à parte. Mas a população assim designada pode ter uma fraca auto-percepção, possuindo apenas uma ligeira consciência de que constitui uma colectividade à parte*"(Smith, 1997:36).

Para o efeito deste estudo, os chwabos constituíam as tais categorias étnicas, que vindos de Quelimane para Beira mantinham as suas referências ligadas à proveniência, mas, auto-assumindo-se como uma comunidade chwabo, na Beira.

Da junção de vários grupos étnicos consoantes as similitudes ou afinidades, resulta uma comunidade étnica. Por sua vez, comunidade étnica ou em francês " *ethnie*" seria caracterizada por um conjunto de seis atributos, a saber:

(...)"

1.Um nome próprio colectivo.

2.Um mito de linhagem comum.

3.Memórias históricas partilhadas.

4.Um ou mais elementos diferenciadores da cultura comum.

5. A associação a uma terra natal.

6. Um sentido de solidariedade em sectores significativos da população." (Smith,1997:37)

Como refere Laraia, citando Ruth Benedict (...)" a cultura é uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, tem visões desencontradas das coisas. "(...) (Laraia,1986:67).

A luz do pensamento de Benedict, torna-se compreensível que indivíduos de etnias diferentes que

coabitam no mesmo espaço tenham ás vezes percepções e interpretações diferenciadas sobre a mesma realidade social. É este facto que em certos casos, quando as diferenças se agudizam, gera conflitos.

Ao longo da história e em muitos países a coabitação de etnias diferentes teve sempre tendências de fazer eclodir alguma conflitualidade inter-étnica.

Podem servir como alguns dos exemplos mais recentes, a luta entre as etnias hutus e tutsi havida nos meados do anos 90 do séc. XX.

O conflito entre hutus e tutsi ocorreu principalmente na área de Ruanda e Burundi, (pequenos países localizados no oeste da África). O primeiro povo a habitar essa área de que se tem registo foram os twa. Por volta do séc. XIV a área foi conquistada pelos hutus, provenientes da bacia do rio Congo, que difundiram sua cultura para os twa. No século seguinte os tutsi, uma etnia originada nas cercanias do rio Nilo, invadem também a região, submetendo os hutus à servidão estabelecendo um reino organizado num sistema feudal e baseado na crença racista da superioridade dos tutsi sobre os hutus (http://www.nacaomestica.org/hutus_tutsi.htm)..

O outro conflito digno de destaque é o de Congo por razões étnicas e de disputa de recursos minerais.

Como referem Lipovetsky e Serroy (2008), *"(...) Enquanto assistimos a comercialização exponencial da cultura, assistimos também à transformação desta numa esfera cada vez mais politizada, conflitual e, por vezes, trágica. São prova disso, nos casos mais extremos, na cena internacional, a multiplicação dos massacres interétnicos, das guerras entre comunidades, dos tribalismos sanguinários e dos fanatismos etnorreligiosos e etnonacionalistas*" (Lipovetsky e Serroy, 2008:33).

Porém, em Moçambique os factos mostram que os diferendos interétnicos embora tenham acontecido, não foram de tanta intensidade e crueldade.

Particularmente no que se refere a cidade da Beira, narra-se que aconteceram alguns diferendos: Um em 1972 entre os *Senas* e os *Chwabos* e o de 1990 -1996, este último, tido como conflito inter-étnico religioso, pois como veremos adiante, ele ocorreu a propósito e no âmbito da religião católica.

2.1. A Pseudo-Luta entre Senas e Chwabos em 1972

Do ponto de vista de impacto social e de estudos sociológicos sobre o conflito étnico entre Senas e Chwabos havido em 1972, pouco há aprofundando. Todavia, muitos são os comentários em torno deste facto. Tanto é assim que nos anos 80 um cantor Chwabo, então docente de geografia do ensino secundário na Beira **José Arone Fijamo,** produziu uma música, pela qual apelava a humanidade para reflectir no conflito

que acontecera entre Senas e Chwabos[3].

Por outro lado, muitos têm sido os comentários a esse respeito, com particular ênfase entre os princípios e meados da década 90 do século passado, a propósito do conflito étnico-religioso, havido entre os Senas e a igreja Católica na cidade da Beira.

Para esta pesquisa lograr sucesso, teve que se recorrer a uma busca intensiva em arquivos de jornais (Tablóides e radiofónicos), a entrevistas semi-estruturadas e a histórias de vida de cidadãos que presenciaram a efeméride, privilegiando a técnica da bola de neve. Foi assim, que coligimos algumas informações, donde destacamos, entre outras, as de polícias de cor negra, que o governo colonial decidiu envolver para estancar o conflito como em seguida se relata.

2.1.1.Antecedentes

Como relata Manuel Vieira Gumançanze, que no dizer dele fora "o primeiro cabo negro" nos finais do ano 1972, na altura da fracassada ofensiva militar "Nó Górdio" sob comando do general Kaulza de Arriaga por parte do exército colonial português contra a frente de libertação de Moçambique (FRELIMO), se fazia sentir no Moçambique colonial, o desespero da máquina governativa colonial quer administrativa quer militarmente.

Como enfatizou este e alguns dos entrevistados, por volta dessa altura era notório o alastramento de desentendimentos por um lado, entre elementos da estrutura governativa colonial, desentendimentos estes, que poderão ter constituído um dos embriões da eclosão de 25 de Abril de 1974 e por outro, o recrudescimento da consciência política colectiva sobre a necessidade da libertação dos moçambicanos do jugo colonial, o que se reflectia na proliferação de encontros clandestinos de jovens moçambicanos a favor da luta de libertação nacional, como enfatizou um dos nossos entrevistados.

Nos princípios dos anos 70, cresce a tendência de industrialização da província de Sofala e isso atraiu entre outros, os Chwabos, maioritariamente provenientes de Quelimane.

Como refere Couto (2011:93) "*Uma vez instalados na província de Sofala, para sua própria conveniência e sobretudo por razões de poupanças, viviam nas mesmas zonas, partilhando as mesmas casas. Registam-se casos em que trinta pessoas habitavam a mesma residência de caniço. Esta atitude isolacionista provocava uma situação de conflito potencial por parte das outras etnias numericamente dominantes*."

Esta tendência isolacionista dos Chwabos, vivendo quase que fechados num *gueto*, e o facto de maior parte deles virem sem as respectivas mulheres, como refere o Jornal Notícias de 3 de Novembro de 1972, provocava nos outros, atitudes ostracizantes, que no nosso entender viriam mais tarde perante um macabro

3 Mubwele Ekhodo Ivirile ya Asena na Achwabo

facto a que aludiremos adiante, provocar um sentimento de ódio visceral.

2.1.2. A etiologia e o impacto do conflito entre os Senas e os Chwabos

Relativamente a causa do conflito, como veremos adiante não há divergência tanto nas fontes escritas como nos nossos entrevistados. No que toca as datas, deparamo-nos com algumas divergências ao longo da pesquisa entre fontes orais e algumas escritas, divergência esta, que ficou sanada pelos dados disponíveis no Jornal Notícias do Dia 3 de Novembro de 1972, o qual reporta que o conflito ocorreu de 1 a 2 de Novembro do longínquo 72.

Este conflito, conforme refere o mesmo Jornal provocou 106 feridos e 3 mortos, e envolveu um grupo composto por "Senas" , "Machaganes" e "Bazarrutos" contra o grupo de "Quelimanensses". Jornal Noticias (1972:5).

O recurso ao termo "pseudo-lutas" que referimos acima, encontra sua razão de ser precisamente no facto deste conflito ter sido conhecido e divulgado como luta entre Senas e Chwabos, enquanto na verdade era um grupo multiétnico incluindo, como vimos atrás, Senas, Machanganes e Bazarrutos contra Quelimanenses, não obstante ao facto de a confusão ter partido de uma atitude criminosa de um quelimanense contra uma mulher Sena. Este facto da bipolarização do conflito de alguma forma tem tido repercussões estereotipadas negativas relativamente as duas etnias implicadas na designação.

Do contacto estabelecido com Manuel Vieira Gumançanze, foi possível obter colaboração de outros seus correligionários que consigo participaram na resolução de conflito os quais colaboraram para a reconstituição dos factos. Resultante desta colaboração, constatou-se que foi precisamente no dia 1 de Novembro de 1972 que, em consequência de se ter descoberto em conversas de então famoso *"CHINGUERE"* - clubes de danças na altura para populações indígenas de várias origens étnicas - de Munhava Central, que um certo cidadão Chwabo tinha assassinado uma outra cidadã grávida de origem Sena, por esfaqueamento no abdómen, que iniciou a luta entre os dois, a qual resvalou num conflito étnico.

Couto (2011:94) sustentando-se em testemunhos recolhidos refere que: (...)" a razão concreta que provocou a reacção contra os Chwabos, prendeu-se com o assassínio de uma mulher grávida, de origem Sena, pelo seu namorado Chwabo. Este recusava a paternidade da criança e, tresloucado, rasgou o ventre da mulher, retirando o feto da barriga da mãe" (...). E como reiteraram os nossos entrevistados, o indiciado introduziu no abdómen (em substituição do feto) um rádio a tocar.

Como realça o depoimento, depois de iniciada a desavença entre o ex- namorado da vítima e o outro senhor que também participava naquele convívio, (...)" imediatamente se dirigiram a esquadra da PSP, isto é, Polícia de Segurança Pública da Munhava. Nesta, foram recebidos por um oficial dia da polícia, portanto, como relataram os nossos entrevistados, "branco, saturado de ver pretos, todo vermelho, eis que se dirigiu

aos queixosos:

Pretos ordinários matem-se, porra! É assim que querem ser independentes?
Saiam da minha frente, matem-se. "

No dia 5 de Novembro, reconhecendo a sua incapacidade, a administração local decide designar o capitão Araújo, comandante da companhia da Polícia Militar (PM). Este por sua vez, ordena só a policias de cor negra para irem por fim o conflito nos seguintes termos: **" Oh! pretos vão contra outros pretos e entendam-se e acabem com o conflito. Força! Mãos a obra! O primeiro cabo preto da PM comanda a operação".**

Na circunstância o tal "primeiro cabo preto" era Manuel Vieira Gumançanze de 23 anos, que, por sua vez junto aos outros, seus homónimos de cor estabelece uma táctica, que consistiu em laçarem um apelo em diferentes línguas consoante a predominância étnica de cada bairro nos seguintes termos:

"Irmãos a independência de Moçambique está quase a chegar. Não nos envergonhem. Os brancos riem-se de nós por não podermos ser independentes porque matamo-nos uns aos outros. Parem com isso".

Para o efeito, os diferentes polícias negros foram indigitados para zonas em que o conflito se fazia sentir com maior acutilância, tendo sido assim distribuídos:

"Manuel Vieira Gumançanze - primeiro cabo - Sena, para Munhava; Moisés Binda - Ndau, para Muchatazina; Die Patrício do Rosários - Sena, para Chingussura; Bruno de Morais - chwabo, para bairros de influências Chwabo e Pedro Beltrão Bucha, Elídio António e Herculano Conde - Nyungwès, para Bairro de influência Nyungwè."

E como remata o depoimento: " A operação começou pelas 9h:30min, cada equipa com um "Jeep PM" empoleirada por cima com altifalantes.

Admiravelmente pelas 19h:30min a Beira estava calma

2.2. Conflito Religioso Inter-étnico-1991

Tudo eclodiu quando, por circular, do dia 27 de Setembro de 1991, o Malogrado D. Jaime Pedro Gonçalves, comunicou aos crentes, numa missa dominical, que de então em diante, seria introduzido o Cindau como língua litúrgica. Uma medida a que os crentes receberam sem agrado, tendo provocado diversos tipos de manifestações resultantes do descontentamento, não só dos falantes da língua Sena, mas também dos

falantes de Chitswa e Chwabo, que viam seus traços identitários eliminados nas missas. Daqui, assistiu-se a um fenómeno que consistiu na dissimulação da identidade própria dos Matswas e Chwabos, misturando-se com os Senas como estratégia para o resgate e reforço desta mesma identidade.

O então arcebispo da Beira, sustentava-se numa ideia segundo a qual os primeiros naturais da cidade da Beira eram de origem Ndau. Daí a existência de alguns Bairros cuja a nomenclatura esta em língua Cindau, por exemplo Muchatazina .

Em contrapartida, outros há, que defendiam que aquando da chegada dos portugueses os Ndaus viviam noutra margem do rio Buzi e sobretudo na feitoria de Sofala. Na Beira estavam os bangwés; descendentes dos Senas que devido a presença portuguesa, recuaram para o Norte do distrito, na Zona de Savane.

Os defensores deste ponto de vista sustentam ainda que o bangwé tem mais vocábulos Senas que Ndaus, o que reforça este ponto de vista (Jornal Noticias, 1992).

Devido a discordância da introdução do Cindau como língua litúrgica, a igreja da Munhava, um dos bairros mais populosos da cidade, ficou encerrada durante dois anos e meio aproximadamente (finais de 1991- início 1994), tendo havido cisão entre crentes Ndaus que rezavam na comunidade religiosa de São Estêvão e os Pro-Senas, na de São Paulo.

Perante esta profunda discordância, o então arcebispo viu-se na contingência de prestar esclarecimentos, numa entrevista dada à rádio Moçambique, a qual também foi publicada no Jornal Diário do dia 20 de Janeiro de 1992.

Nesta entrevista, prestou alguns esclarecimentos dos quais se destacam os dois trechos que se seguem:

“Para as cidades onde se fala varias línguas, sejam da mesma província ou de outras províncias do país, porque às cidades confluem pessoas de varias origens, viu-se que é preciso escolher uma língua para a liturgia.”(...) (Jornal Diário 20 de Janeiro de 1992:4).

Para solidificar o seu argumento, referiu-se àquilo que foi o critério basilar para a tomada da decisão, dizendo:

“O critério pelo qual se escolheu o Cindau para ser a língua obrigatória da liturgia é que se partiu do princípio de que se escolhe a língua que é falada pelas pessoas originárias desse lugar. E aqui há o princípio de que esta cidade foi construída numa área em que estavam os vandaus” (...) Jornal Diário 20 de Janeiro de 1992:4).

Por muito que este critério reflicta ou não a verdade, ele não pode ser o único, pois, a predominância de falantes das diferentes línguas deve igualmente ter a sua valência.

Outrossim, se assim fosse, não haveria, por hipótese, possibilidade de se rezar a missa em "Changana" na cidade de Maputo onde se assume como originário os rongas.

3. Os ganhos da muiltietinicidade

A despeito dos efeito da muiltietinicidade, esta pode constituir uma fonte de riqueza cultural e social passível de tornar as cidades mais criativas. Isto se corporiza na interacção dos indivíduos, grupos e o meio que os rodeia através das práticas culturais.

3.1 Práticas Culturais e Manifestações de Sociabilidade Inter-étnicas

No ponto anterior, retivemo-nos essencialmente nos aspectos negativos e/ou perversos da coabitação e convivência inter-étnica na cidade da Beira, onde o conflito étnico de 1972 e o conflito étnico-religioso dos anos 90, constituíram os pólos mais marcantes da discussão.

Em nossa opinião, tanto no primeiro caso, como no segundo, grosso modo, se tratou respectivamente da ausência de liderança e da perspectiva de prevenção e gestão de conflitos, para prevenir e gerir os conflitos de tal modo que se evitasse a degenerescência social alcançada.

Em relação ao conflito de 1972, pode acrescer-se dois factores: a tensa relação colonial então existente, coadjuvada com a derrota de "Nó Górdio" e a consequente aproximação da luta de libertação nacional na frente de Sofala.

No que concerne ao segundo conflito, igualmente dois factores podem explicar a sua razão de existência. O primeiro, tem a ver com o facto de a igreja católica, particularmente a arquidiocese da Beira, basear ou vincular a sua organização administrativa, mais na lógica das antigas circunscrições do tempo colonial e numa abordagem histórica constante numa das suas publicações, intitulada "*Resenha Histórica*", sob coordenação de P. José Augusto Alves de Sousa, S.J e P. Odilo Congil, P.B.

Segundo estes autores, "A diocese da Beira compreende as zonas geográfico-humanas de Manica, Sofala e Zambeze. Destas zonas geográfico-humanas, duas estão povoadas por um grande bloco Shona que ocupa aproximadamente 80% do terreno diocesano: todo território de Manica e o de Sofala até Mwanza"

(De Sousa e Congil,1989:31).

Ora, para quem estiver recordado, e para o conhecimento de quem não sabia, essa junção de Manica e sofala pertence a divisão administrativa do período colonial, quando Sofala se chamava de Manica e Sofala.

Como se sabe, depois da proclamação da independência de Moçambique, foi aprovada uma nova divisão administrativa, onde Manica e Sofala constam como províncias diferenciadas e Mwanza aparece como um dos distritos da província de Sofala, cujos habitantes são falantes da língua Sena. É daqui que não se compreendia a lógica subjacente a decisão de assumir até este distrito como Beira, o que fazia sentido só no tempo colonial quando beira e Muanza pertenciam a mesma circunscrição, ainda que este último falasse eminentemente a língua Sena.

O outro, tem a ver com o facto de os decisores da introdução do Cindau como língua litúrgica, terem ignorado a significância estatística e a relativa relevância antropossociológica dos grupos Senas, Matswas (vulgo Bazarrutos) e Chwabos.

3.1.1 A multietnicidade e a Cidade criativa

Se tivermos em conta que por detrás de uma etnia normalmente há uma cultura e/ou subculturas subjacentes e se considerarmos a ideia de Ruth Benedict citada por Laraia (2008), segundo a qual, a cultura pode atribuir ao indivíduo uma visão diferente sobre a mesma realidade, não fica difícil compreender que a convivência e coabitação interétnica, quando bem gerida, pode constituir uma mais valia para tornar uma cidade mais criativa. Senão vejamos:

Pela diversidade cultural, há uma multiplicidade de modos de ver, ler e interpretar as múltiplas paisagens. logo, há também uma variadíssima gama de fontes de inspiração: inspiração para escrever, cantar, pintar, esculpir, etc.

E neste processo, ocorrem criatividades que permitem a reinvenção da cidade, suas vivências, formas de concebê-la e de representá-la, formas de construí-la e requalificá-la, entre outras manifestações, que tornam a cidade multiétnica mais criativa.

Num contexto multiétnico, o individuo cria inspirando-se com base na sua cultura, em cada uma das culturas dos outros e no produto da miscigenação, choque e/ou complementaridade dessa amálgama cultural que caracteriza uma cidade multiétnica em permanente interacção com as múltiplas paisagens urbanísticas.

Como refere Pais (2010:73), “ «As cidades criativas» têm sido definidas como lugares para ver (Tay 2007:220). Porém, se alguém alimenta o desejo de um dia ser turista na própria cidade é porque a olha sem

a ver (paradigma de «Braga por um canudo»). Provavelmente por falta de tempo.

Esta questão de não ver por falta de tempo é relativa, principalmente nos dias que vivemos, em que a pós-modernidade, querendo ou não, quando menos esperamos, pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) nos invadem a privacidade e até a moralidade.

Mas tudo na verdade, depende de como cada um compreende o mundo e nele se insere. Alias, como sublinha Pais, (...)" ainda assim descobri pensamentos contemplando propensões para a sociabilidade (uma dia reúno amigos para uma festa de arromba), para a solidariedade (um dia faço voluntariado) e para a compaixão (um dia levo um cão abandonado) (Pais, 2010:76).

Tudo é uma questão de predisposições, visões de cada um e, quiçá, o contexto. Se fosse eu, no continente africano, para a compaixão, levaria para casa um velho ou uma criança abandonada.

3.1.2 A Gastronomia e o Reforço de Manifestações de Sociabilidade Inter-étnicas

Nos princípios dos anos 80, mais concretamente em 1983, houve em Moçambique uma profunda crise de fome como consequência do alastramento da guerra entre a Renamo e as forças do governo. Consequentemente, houve igualmente um *Boom* do êxodo rural, tendo aumentado significativamente o número de deslocados nas cidades.

Perante este cenário, acrescem por parte do governo os apelos a unidade nacional. E por parte das igrejas, os religiosos nas suas homilias fazem incidir com particular ênfase a necessidade de reforçar os valores humanos da irmandade, não a diferença ou igualdade, amor ao próximo, ajuda mútua, entre outros.

A conjugação de todos esses factores, resultou no aumento de solidariedade, partilha e consequentemente mais convívio interétnico.

A pouco e pouco iam-se carcomendo as diferenças, solidificando-se outros valores como a empatia, as relações de vizinhança, o amor a pátria e o sentido de pertença a mesma cidade.

A partir daqui, outros factores começaram a ter mais influência: a gastronomia, o canto e dança e os casamentos.

Quando a fome se avoluma, há um velho ditado que se ergue: "O que não mata, engorda". É assim que os sulistas, (mormente os changanas) que viam com desdém o peixe seco, iguaria dos centristas, (principalmente os S*enas, Nyumgues e Ndaus*) passaram a consumi-lo com gosto; Os centristas que viam a cacana (um vegetal com algum amargor) habitualmente consumido por sulistas, particularmente os

Changanas e Rongas passaram a deliciar-se dela sem estranheza; Os Senas que estavam habituados a usar na sua culinária, basicamente o amendoim e o gergelim, como tempero, passaram a familiarizar-se com o coco, comum nos *Inhambanenses, Zambezianos e Ndaus;*E todos estes, contrariamente ao seu passado, por influencia de maniquenses e dos zimbabweanos, passaram a consumir regularmente uma iguaria dos Shonas, vulgo*" sadza ne murio"* (um prato composto por um preparado de farinha de milho com uma mistura de couve ou repolho com carne).

Assim, foram ocorrendo muitas outras miscigenações gastronómicas interétnicas. E, por via disso, a gastronomia foi dando a sua contribuição na redução de diferenças, aumento de semelhanças e consequentemente, o incremento das manifestações de sociabilidade, através de troca de favores e de produtos aumentando a comunhão na mesa e nos convívios.

3.1.3 O Canto e Dança e o Reforço das Manifestações de Sociabilidade Inter-étnicas

Uma vez saciados, vem a alegria; e com ela, o canto e dança. Nestas ocasiões, cada um volta ás suas origens.

O Ndau canta e dança a sua *mandoa*, o Changana o seu *Xigubo,* o Sena o seu *Utsé e* o macua o seu *tufo*, etc.

O que era estranho, de tanto se repetir, até se torna engraçado e interessante para também aprender e apreender, chegando até a apropriar-se do que dantes parecia exótico.

Durante muito tempo, principalmente antes do conflito étnico religioso dos anos 90, este intercambio multicultural e multiétnico era frequente nas igrejas católicas e não só, onde na mesma missa se entoavam cânticos em Cisena, em Chitswa, em Cindau em Chwabo, em Nyanja, entre outras línguas. E isto, era uma característica *sui generis* e impar da cidade da Beira.

Nos últimos tempos, vai havendo tentativas de recuperar a prática. Isto, seguramente, contribui para a minimização das diferenças, maximização das proximidades e oportunidades e, naturalmente consolidação das manifestações de sociabilidade inter-étnicas

3.1.4 O Casamento e o Reforço de Manifestações de Sociabilidade Inter-étnicas

Na cultura africana, não basta que uma mulher seja bem educada e bem instruída, é fundamental que ela tenha capacidade de procriar e tratar bem o marido. E esse "tratar bem" passa necessariamente pelo seu grau de mestria na culinária e no leito. Alias, é daqui, que se valoriza bastante um ditado popular *sena*,

segundo o qual, “Se queres ter domínio do teu cônjuge, conhece-o bem no estômago e na esteira[4]”.

É por esta razão que as ocasiões de exibição de dotes de culinária e as de dança, são tidas pelos jovens masculinos como excelentes oportunidades para escolher as candidatas a suas futuras esposas.

Por aqui se abre a porta para os enlaces matrimoniais, também contribuírem para a união, de alguma forma indissociável, entre famílias de etnias diferentes. Para tal, basta que haja numa relação uma procriação para definitivamente essa relação ser eterna, mesmo nos casos em que há separação, pois, ela é meramente social e nunca biológica nem tão pouco étnica, caso para dizer,”o que Deus une o homem não separa”.

4.Conclusão

Por tudo e de tudo quanto debatemos até aqui, podemos concluir que a convivência multiétnica e multicultural, é um repositório de imensa riqueza. O que é preciso é saber prevenir conflitos, gerir as diferenças e organizar os processos de liderança.

A cidade da Beira é por muitos e muitas vezes tida como social e politicamente difícil, mas ela é cultural, artística e historicamente agradável de ver e de viver.

Ela é uma das cidades onde na discussão de temas e/ou de problemas, a frontalidade e a cordialidade são uma realidade .

Ela é uma das cidades moçambicanas onde predomina a arte pública e, como a sábia combinação de cores diferentes gera a beleza, a coabitação e a convivência multiétnica, empresta e cunha a cidade da Beira com uma riqueza cultural impar. Caso para dizer que a diversidade cultural nela impregnada como resultado da multiplicidade étnica permite que ela reclame o estatuto de (súmula cultural do país).

As manifestações multiétnicas, em nossa opinião, podem ser tidas e assumidas como os movimentos sociais. E em *Alain Touraine*, estes podem trazer inovações, enquanto forem abertos, movimentos sociais enquanto forem dialécticos e acção crítica, na medida em que são fechados (THINES e AGNÉS s/d:251).

Portanto, tudo é uma questão de saber prevenir, saber gerir e saber liderar.

O presente estudo, pode ser aplicável na gestão politica e cultural de qualquer tipo de cidade marcada pela multietnicidade. Outro sim, o estudo pode despertar interesse a investigadores para buscar na experiência relatada outros elementos relevantes para posteriores estudos.

Referências

4 Mamuna, N’dziwe pa mimba na pa bonde

- 1. ARTUR, Domingos de Rosário (1989) **Pequena Historia da Cidade da Beira**. ARPAC (Arquivo do património cultural - delegação da Beira).
- 2.DE SOUSA, José Augusto e CONGIL, Odilio. *coordenador* (1988) **Arquidiocese da Beira, Resenha Histórica**. Beira: A.O Braga
- 3.COUTO, Fernando Amado (2011) O fim do Império e o nascimento da Nação .editorial Ndjira
- 4. GIL, António (2008) **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, SA.
- 5. GRAFMEYER, Yves (1994) **Sociologia Urbana**. Portugal: Publicações Europa-América.
- 6. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010) **III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007. Maputo Cidade.** MAPUTO – JUNHO, 2010.
- 7. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010) **III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007.** Província de Sofala. Maputo – JUMHO, 2010.
- 8. LARAIA, Roque De Barros (2013) **Cultura: Um Conceito Antropológico**. 25ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar.
- 9. LIPOVETSYK, Gilles e SERROY, Jean (2014) **A Cultura - Mundo**. Edições 70, LDA
- 10.MAMAN,Amida (2000) **Subsidio para a historia de Sena,** PROMEDIA
- 11. SILVESTRE, Hugo & ARAÚJO, Joaquim *coord* (2012) **Metodologia para a Investigação Social.** Lisboa: Escolar Editora.
- 12. Smith, Anthony D (1997) **A identidade Nacional**, Gradiva

TERRITÓRIO DA CIDADANIA: A ERVA MATE COMO MARCA NA HISTÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE CANOINHAS-SC- BRASIL

REINALDO KNOREK

Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
Universidade do Contestado – Santa Catarina – Brasil
Canoinhas 89460-000
Email: reinaldok@unc.br; knk125@gmail.com:

Resumo

Uma cidade identitária pode ser configurada a partir de um processo de formação histórica e também de um produto que definem sua imagem ou a marca, como por exemplo, a cidade de Canoinhas, que está inserida no Território da Cidadania do Planalto Norte no Estado de Santa Catarina, e tem como identidade sua imagem ligada a erva mate. A identidade se acentua na sua diversidade de produção e construção em seus primórdios, no século XVIII, o território, na maioria dos municípios resultou da atuação dos tropeiros e da coleta da erva mate. Subsequentemente, no século XIX, com a chegada das primeiras levas de imigrantes e a ocupação da região, ocorreu a formação dos bairros rurais, nos quais prevaleceu um conjunto de práticas e costumes que fortaleceram as relações solidárias e de auxílio mútuo – a roça cabocla, a criação comunal, o pixirum, a devoção a são João Maria, as festas religiosas evidenciando a robustez do capital social com a exploração da erva mate. Canoinhas tem como marca e imagem a erva mate, sendo o grande atrativo nas festas tradicionais, onde habituam preservar os hábitos dos antigos colonos e sua herança cultural e história do lugar e espaço em construção a partir da cultura e o desenvolvimento da marca territorial. Canoinhas festeja essa marca e imagem na FESMATE (Festa Estadual da Erva Mate). Logo, esse artigo tem como objetivo apresentar a construção histórica de como a erva mate marcou o desenvolvimento da cidade com sua cultura, exploração, processo e marca identitária na sua imagem. O método será o documental e bibliográfico com pesquisa de campo, na fundamentação de que o lugar tem sua marca identitária a partir de seus produtos e serviços.

Abstract

A city of identity can be configured from a process of historical formation and a product that define your image or brand name, as for example, the of Canoinhas City, which is placed in the territory of citizenship of the Planalto Norte in Santa Catarina State, and has as its identity his image on the yerba mate. The identity is accentuated in its diversity of production and construction in its early days, in the 18th century, the territory, in most municipalities resulted from the action of the barriers and collection of yerba mate. Subsequently, in the 19th century, with the arrival of the first waves of immigrants and the occupation of the region, there was the formation of the rural areas, in which prevailed a set of practices and customs that have strengthened the relations of solidarity and mutual assistance - the farm cabocla, creating communal, the pixirum, the devotion to Saint John Mary, religious celebrations showing the robustness of social capital with the exploitation of yerba mate. Canoinhas City has as brand and image to yerba mate, being the main attraction with the traditional celebrations, where usually preserve the habits of the old settlers and their cultural heritage and history of the place and space in construction from the culture and the development of territorial marking. Canoinhas city celebrates this brand and image in FESMATE (Feast of Yerba Mate). Therefore, this article aims to present the historical construction of as the yerba mate marked the development of the city with its culture, exploration, process and brand identity in its image. The method will be the documentary and bibliographic field research, in reasoning that the place has its brand identity from their products and services.

PALAVRAS CHAVES

Território, marca regional, desenvolvimento, erva mate.

KEY WORDS

Territory, Regional Brand, Development, Yerba mate

Introdução

Este artigo direciona o foco sobre a identidade que uma cidade possui a partir de um produto ou processo, onde fundamenta sua imagem construída na história de desenvolvimento, sendo, seu maior patrimônio. Assim a importância da cidade está em promover e realizar festas temáticas que explanam a realidade da produção local e territorial na promoção do crescimento econômico confirmando, assim, sua identidade territorial. O artigo faz uma análise da marca e imagem da cidade de Canoinhas, que está inserida no Territórios da Cidadania, Planalto Norte em Santa Catarina, no Brasil e está fundada na história de desenvolvimento por meio do produto da erva mate. Entender a identidade na construção da marca e da imagem da cidade em que o desenvolvimento passa por feiras e exposições, certamente gera uma gama variada de modalidades em promover comercialmente tanto: de um território, um município, um lugar ou uma região, fixando assim, sua imagem e marca. Não é raro o nome de uma feira que corresponda exatamente à realidade temática do evento, como o caso da FESMATE- (Festa Estadual da Erva Mate) em Canoinhas. Muitas feiras e exposições trazem no próprio nome informações que induzem expositores e visitantes à traduzirem a cultura e a realidade de um lugar ou território. Certamente, ao justificar esse artigo sobre essa temática, é possível, compreender o nível de importância da marca e imagem regional de uma cidade a partir de um produto que fundamenta sua própria história de desenvolvimento. Logo a FESMATE, busca na sua essência identitária, promover a cidade na temática da erva mate, para não ser esquecida em que, outrora, foi a capital mundial e atualmente Estadual da erva-mate.

Objetivos

O objetivo deste artigo está em fundamentar a identidade da cidade de Canoinhas-SC a partir da erva mate como um produto e processo de produção histórica na construção de sua imagem e marca.

Metodologia

O método utilizado para o desenvolvimento deste artigo se estrutura da seguinte forma: quanto a natureza é aplicada, pois o tema em discussão relaciona-se a construção da imagem e da marca da cidade a partir da história do desenvolvimento de Canoinhas-SC, que está inserido no Território da Cidadania Planalto Norte. Com relação aos objetivos é exploratório descritivo, definindo-se na fase preliminar serão exploradas as informações sobre os a importância da marca e da imagem da cidade e, os dados econômicos sociais a ambientais do território onde Canoinhas está inserida. Na fase seguinte será descrito todos os fatos observáveis na coleta dos dados, na feira FESMATE (Estadual da Erva Mate), analisados e apresentados de forma descritiva a importância da marca e da imagem da cidade ser construída a partir da erva mate. Quanto a abordagem será qualitativa e quantitativa, pois são analisadas opiniões sobre a marca da erva mate em Canoinhas. Quanto aos procedimentos está fundado no bibliográfico e documental, assim sendo os documentos analisados sobre história da cidade, além de questionários e entrevistas realizada na Festa

Estadual da erva mate.

1 Território Da Cidadania No Brasil E Em Santa Catarina

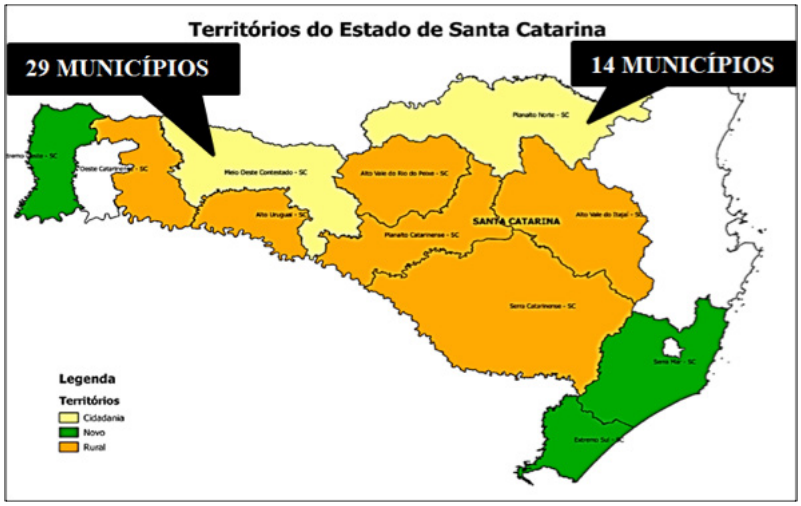
No Brasil, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento agrário - MDA, em 2003 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT e, o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial – PRONAT, com uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável com a abordagem territorial, centrada principalmente na organização e formação de agentes territoriais de desenvolvimento e ações de inclusão produtiva em territórios estagnados na dinâmica de crescimento e desenvolvimento.

Porquanto, de acordo com o Portal da Cidadania, (2016), com o desdobramento territorial que o Governo Federal concretizou ao lançar, o Programa Territórios da Cidadania, dos 264 (duzentos e sessenta e quatro) territórios rurais, nesse período, contempla 120 (cento e vinte) regiões do país, uma vez que, apresentam baixo dinamismo econômico. A partir daí, por meio de considerações geográficas, apresentam possibilidades de transferências voluntárias com o intuito de desenvolver projetos estruturais de desenvolvimento territorial no tripé: econômico, social e ambiental. O Estado ao implantar esse programa, busca, por meio dessas transferências voluntárias, programar ações transformadoras voltadas para melhorar a vida econômica da população. Por conseguinte, tendo como base as intervenções territorializadas, financiada a fundos perdidos projetos nas diversas áreas como de: a) infraestrutura, b) apoio a produção e, c) cidadania e direitos.

Na prática, essa política efetiva-se por meio de transferências diretas de recursos para projetos que se enquadram em três eixos específicos: 1º). Apoio as atividades produtivas; 2º) Cidadania e Direitos, 3º) infraestrutura. Os três eixos convergem em sete temas que resultam nas ações, sendo: 1º) Organização sustentável da produção; 2º) Ações fundiárias; 3º) Educação e cultura, 4º) Direitos e desenvolvimento social; 5º) Saúde, saneamento e acesso à água; 6º). Apoio à gestão territorial e, 7º) Infraestrutura.

Já, o Estado de Santa Catarina foi contemplado com dois territórios, para receber investimentos, na figura n 1, a localização dos dois territórios em Santa Catarina, destacando-se a cor amarela clara a localização dos mesmos: o do Planalto Norte com 14 municípios e o do Meio Oeste Contestado com 29 municípios.

Figura n 1 – Territórios da Cidadania em Santa Catarina.



Fonte: MDA, (2016), adaptado.

Assim, incluso no Programa de governo dos Territórios da Cidadania, o Estado de Santa Catarina foi determinado, então, com dois Territórios: o Meio Oeste Contestado - SC e do Planalto Norte - SC. Segundo o Sistema de Informações Territoriais (SIT, 2016), o Território Planalto Norte abrange uma área de 10.466,70 Km² e é composto por 14 municípios: Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras.

Alguns dados relacionados ao Índice de desenvolvimento Humano (IDH), nota-se que ocorreu uma evolução para melhor em vários municípios. Quanto à posição dos municípios referentes ao Estado de Santa Catarina que possui na atualidade 295 municípios dos 5565 do Brasil. Destacam-se entre os 100 melhores tem-se o município de Mafra (36º), São Bento do Sul (25º), Porto União (21º) e Canoinhas (79º) que são os municípios bem posicionados e com melhores IDH referentes ao Território da Cidadania Planalto Norte.

Em conformidade com Sistema de Informações Territoriais (SIT, 2016), o Território Meio Oeste Contestado abrange uma área de 8.288,10 Km² e é composto por 29 municípios: Abelardo Luz, Água Doce, Bom Jesus, Capinzal, Catanduvas, Coronel Martins, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Galvão, Herval d`Oeste, Ibicaré, Ipuaçu, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Luzerna, Marema, Ouro, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Treze Tílias, Vargeão, Vargem Bonita, Xanxerê e Xaxim. Seu Índice de Desenvolvimento Humano IDH médio em 1990 era de 0,463, em 2000 passou para 0,626 e em 2010 melhorando para 0,731.

São, portanto, territórios formados por um conjunto de municípios com as mesmas características tanto na econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica.

2 Desenvolvimento econômico e marcas regionais

O desenvolvimento territorial e econômico de uma cidade pode ser construído, por vários processos, que envolvam toda sociedade na busca de preencher as ideias cotidianas em desenvolver o lugar e torná-lo sustentável no território. Entre muitos processos, como por exemplo, os APLs (Arranjos Produtivos Locais), a localização geográfica, os recursos naturais, a capacidade empreendedora, o capital social, intelectual, midiático, enfim, tantas são as possibilidades a serem construídas em prol do desenvolvimento. Além disso buscar construir a partir de um produto uma identidade territorial ou uma imagem da mesma, para ser reconhecia como uma cidade identitária, a partir da construção histórica de desenvolvimento: como é o caso de Canoinhas fundamentar a marca a partir da erva mate. Outro foco desenvolvimentista, muitas vezes está na espera da promoção, por meio do poder público, em construir parques de exposições para realizar festas que revelem sua marca e imagem, fundada na realidade da produção e do crescimento econômico do município num território.

Muitos tipos de feiras e exposições procuram tipificar exposições na modalidade única da promoção comercial. Não raro o nome de uma feira que corresponda exatamente à realidade do evento. Como exemplo no Território da Cidadania, temos em Canoinhas, por mais de vinte edições a FESMATE (Festa Estadual da Erva Mate). Muitas feiras e exposições trazem no próprio nome informações que induzem ao erro expositores e visitantes, como por exemplo, mencionam ser de âmbito nacional, regional, territorial ou local, quando sequer conseguem atrair visitantes e expositores ao seu redor ou de Estados vizinhos.

KNOREK (2016, p. 10, a) um exemplo de uma feira globaliza é a BIOFACH, em Nuremberg na Alemanha, que acontece todos os anos, porém a que ocorreu entre os dias 11 a 14 de fevereiro de 2015, nestes dias foram mais de 44.000 visitantes, e 136 países expositores no setor de orgânico, na cidade de Nuremberg. Também, não tão grandiosa como a BIOFACH, as feiras livres, que atuam localmente, oferecem a oportunidade para que o pequeno agricultor familiar, onde possa comercializar o excedente de sua produção, podendo assim adquirir independência socioeconômica, como a feira que se realiza todos os sábados, ao lado da Praça Osvaldo de Oliveira em Canoinhas. Ali os agricultores familiares oferecem o acesso para a população de alimentos com qualidade originários da sua própria produção. Sem dúvidas, é a partir da agricultura familiar que se valorizam o trabalho e a sobrevivência dos pequenos produtores.

Para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)[1], a feira é, essencialmente, uma instituição econômica: o objetivo principal daqueles que a constituem é vender, e daqueles que a frequentam, comprar. Portanto, na escolha do local de realização da feira é importante considerar o público consumidor passante ou residente nos arredores que se pretende atingir. Importam, dentre outros fatores, o poder aquisitivo, o potencial de interesse pelo produto a ser comercializado e horários de maior circulação. Os eventos contribuem para o

1 http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/feirasemercados/arquivos/feiras-livres-da-agricultura-familiar-roteiro-de-implantacao.pdf/download. Acesso em 21-04-2016.

aumento de visibilidade e de oportunidades aos clientes que ali fecham negócio. Praticamente toda empresa que ofereça produtos e serviços para o público pode neles encontrar oportunidades para exibir e demonstrar suas ofertas. WEBER (2002, p. 30) informa que são realizados no Brasil mais de 320 mil eventos por ano, mobilizando cerca de 400 empresas organizadoras e atraindo quase 80 milhões de participantes. Os eventos, como feiras, congressos e simpósios se transformaram na alma dos grandes negócios que também geram milhares de empregos. Só na cidade de São Paulo, considerada a capital dos eventos da América Latina, 436 mil postos de trabalhos são gerados todos os anos. Oportunidade de emprego para vários tipos de profissionais. (...) Quase 80% das feiras de negócios do país são realizados, o que dá uma média de um evento a cada 12 minutos. Ou seja: um setor que desconhece o significado da palavra desemprego.

3 A história da erva mate idealizada como imagem de Canoinhas

Na história do desenvolvimento, Canoinhas tem na erva mate sua importância como marca e imagem territorial. Estudos do historiador TOKARSKI (2002), indicam que a região de Canoinhas, muito antes de ser colonizada por imigrantes italianos, alemães e poloneses, era conhecida como o sertão de Curitiba. Ervateiros paranaenses, tropeiros gaúchos e paulistas habitavam o interior de Canoinhas. Em 1888, oriundo de São Bento do Sul (SC) o agricultor Francisco de Paula Pereira, instalou-se a beira do Rio Canoinhas, próximo a foz do rio Água Verde. Foi em 1902, embora a área contestada pelo Paraná e Santa Catarina, que disputavam posse do território, é que Canoinhas foi elevado a distrito judiciário de Curitibanos, denominada de Santa Cruz de Canoinhas. Tais interesses pelo domínio do território levaram em 12 de setembro de 1911, o governo catarinense à criação do município de Santa Cruz de Canoinhas. Os fatores sociais, políticos, econômicos e messiânicos, resultaram da Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916. Várias vilas e povoados do interior do município foram atacados por revoltosos. Depois do período de batalhas, o município iniciou passos de desenvolvimento através do extrativismo do vegetal da erva-mate e da madeira.

Devido à grande quantidade de araucárias e erva-mate, em 1923 o município teve seu nome alterado para Ouro Verde, numa alusão a principal riqueza do município. Em meados de 1930, e economia ervateira entrou em decadência, e divergências políticas e religiosas locais, impuseram que o nome fosse substituído e passou a denominação de Canoinhas. Berço do extrativismo, Canoinhas está localizada em uma região predominantemente de área rural, interiorana, onde a agricultura já foi á atividade principal de sobrevivência dos habitantes, hoje ocupada pelo setor de serviços e indústria (TOKARSKI, 2002).

A erva-mate (*Ilex paraguariensis A. St. Hil.*), pertencente à família botânica *Aquifoliaceae*, foi classificada em 1822 pelo botânico francês August de *Saint Hilaire* quando da coleta em região nos arredores de Curitiba. O material coletado foi considerado exatamente igual à erva-mate já coletada e descrita no Paraguai (MAZUCHOWSKI, 1988, p.3-4). Segundo DANIEL (2009, p 40), Saint Hilaire coletou, entre 1816 e 1824, material correspondente à espécie paraguaia de *Ilex* nos arredores de Curitiba, Paraná, classificando-a como a coletada anteriormente como I. *paraguayensis*, I. *paraguensis*, I. *doméstica*, I. *sorbilis* ou I. *vestita*. No

entanto, COSTA (1995, p. 28) afirma que, de acordo com a lei da prioridade, o nome científico oficial da erva-mate foi estabelecido como Ilex paraguariensis. A erva-mate apresenta porte arbustivo a arbóreo, com altura variável de acordo com a idade e tipo de sítio, sendo que árvores podadas não ultrapassam sete metros de altura (MAZUCHOWSKI, 1991, p. 05).

A área de ocorrência natural da erva mate abrange Brasil, Paraguai e Argentina, sendo mais de 80% deste total situado no bioma brasileiro Mata Atlântica. No Brasil ocorre a partir da porção centro-oeste do Rio Grande do Sul, impetrando o estado de Santa Catarina. Avançando pelo sentido norte catarinense chega ao Paraná, onde ocorre na região centro-sul, seguindo para as porções oeste e nordeste do estado atingindo o sul do Mato Grosso do Sul e pequena porção da região sudeste de São Paulo.

Datam[2] de mil anos antes da Era Cristã os primeiros achados de erva-mate, moída com outros objetos em oferendas funerárias de sepulturas pré-hispânicas, no Peru, segundo relata Fredericindo Marés de Souza em A origem do chimarrão. Não há dúvidas de que tribos indígenas faziam uso da erva-mate. Sabe-se que ela era consumida, em infusão ou mascada, em diversas outras tribos além dos Guaranis, como pelos ameríndios (Incas e Quíchuas) e também por Caingangues que estavam na região onde hoje é o Paraná.

Foi pelo contato do homem branco com os índios que o costume de beber mate se propagou. Essa interação também explica a origem de algumas palavras. Do *guarani* surgiram expressões como congonha (de *caá*, depois *congoin* [em tupi], que significa erva-mate, mato); cuia (de *caigua*); *carijo* (de cari, local onde se colocam os galhos da erva para secar ao calor do fogo) e *tererê* (do guarani jacubi, que era mate de água fria). Do tupi surgiu a palavra *barbaquá* (buraco onde a erva era colocada para secagem). Do quíchua foi herdado o nome mate (era *mati*, *porongo* onde colocavam a erva para beber).

NOERNBERG (2012, p.12) na dissertação sobre o chimarrão fala da cultura existente em Canoinhas sobre as rodas de chimarrão, citando a fala das pessoas: “Chegar às casas das pessoas na região de Canoinhas não é muito difícil quando o pretexto é o chimarrão. Caso visita e anfitrião compartilhem o gosto pelo mate, este pode assumir o lugar do café. Quando um convida o outro, logo diz: “vai lá em casa tomar chimarrão qualquer dia desses”, “aparece para um chimarrão”, “vai lá tomar umas cuiadas (O termo cuiada refere-se a uma cuia cheia. Quando uma pessoa toma uma cuiada, quer dizer que tomou um chimarrão). O apelo para que uma pessoa visite a outra passa pelo oferecimento de “tomar chimarrão”. Tanto que muitos não dizem “vou visitar”, mas “vou tomar chimarrão”. Em Canoinhas é perceptível como variam estas normas conforme mudam também as pessoas que dividem a mesma cuia. Tomar chimarrão é estar disponível tanto à partilha do mate, quanto à divisão de informações. É estar disposto às mais diversas variações que vão desde experimentar o mate preparado com tipos de ervas diferentes, acrescidas por outras plantas, em temperaturas diversas, até adaptar-se aos mais variados ambientes: do aconchego ao lado do fogão à lenha,

2 http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/erva-mate/origens.jpp. Acesso em 10 de agosto de 2016.

à estufa de fumo, comércios ou oficina "abandonada". Assim a autora conclui seu trabalho de pesquisa: "Enfim, este trabalho assinala para como o chimarrão pode ser considerado um dispositivo capaz de desencadear condutas, opiniões e ações que não deveriam ser interpretadas com sentido único. O chimarrão torna-se um dispositivo paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que mantém as relações que estão fora da roda, também promove "novos" vínculos. E além de apresentar circunstâncias onde as hierarquias podem ser percebidas, igualmente gera situações de acolhimento, aconchego e trocas. Afinal, é neste ambiente de partilha que o tomador de chimarrão ajusta suas próprias condutas concedendo uma parte de si "a jurisdição do outro". É hora de limpar a cuia e guardá-la para o próximo mate". (NOERNBERG, P., 2012, p.176). A roda de chimarrão na figura n 2 é uma cultura que se estende por todo o território da região sul do Brasil. O artista plástico Paulo Roberto Gobo, retrata na ela de óleo sobre tela, 80 x 120 cm, figurando uma roda de chimarrão no local do carijó.

Figura n 2 - Roda De Chimarrão - Na ronda do carijó

Fonte: Acervo do artista, 2016

KNOREK, (2016, p.17-18, c) a história é um espaço em construção. A história de uma cidade é o espaço supremo ocupado, onde a arte pública exposta pode manifestar a cultura e o desenvolvimento daquele lugar. O conteúdo local é muito importante para a compreensão da arte pública. Pode esta elucubrada numa obra gigantesca como, por exemplo, a torre *Eiffel*, na França, a estátua da liberdade no Porto de Manhattan, e até mesmo numa singela cuia de chimarrão, na Praça Lauro Mülher em Canoinhas: todas são símbolos que marcam o lugar e a história de desenvolvimento daquele local onde está exposta, na foto n 1, o monumento da cuia de chimarrão.

Foto 1 – Cuia de chimarrão ícone do ciclo da erva mate em Canoinhas.

Fonte: Acervo de Reinaldo Knorek, (2016).

Em Canoinhas, a cuia de chimarrão é um monumento comemorativo do cinquentenário de emancipação política e, além disso, se tornou um significativo símbolo, para o público em geral, como submerge para o período da maior riqueza que o município produzia: a erva mate. Portanto, a cuia marca o local e o público que por ali passa, como história do ciclo da erva mate e também como um símbolo de orgulho referente ao produto de extração e exportação do município de Canoinhas. A arte pública assume e a incorporação um produto, como símbolo da terra e desenvolvimento do lugar, espaço construído na história do município. Na praça central da cidade, a cuia gigante invoca a memória do passado e traz para o presente dedicado à extração de erva-mate, embora este não seja mais a principal fonte de renda do município. Atualmente, as ervateiras dividem espaço em importância econômica com outros produtos agrícolas como: fumo, soja, milho e, com a indústria de beneficiamento de papel entre outras.

Segundo CARVALHO (2003, p.465), outras utilizações para as folhas de erva-mate condizem com aspectos medicinais. A ingestão de chás da planta produz efeitos estimulantes, diuréticos, estomáquicos e sudoríficos, além da atuação do componente *nieroxina*, anti-inflamatório natural do sistema urogenital, e auxiliar na redução da obesidade. São citados também benefícios ao aparelho circulatório, como no tratamento de arteriosclerose e hipertensão, assim como para o aparelho respiratório, no tratamento de bronquite e pneumonia (MEDRADO, 2003, p.13; CARVALHO, 2003, p.465). A produção de cosméticos a partir de folhas de erva-mate é citada por PAULA e CHOCIAI (2000, p.79) como recente, apesar da utilização considerável em países do hemisfério Norte.

Historicamente, a exploração de erva-mate representou um dos principais ciclos econômicos nacionais, coexistindo com outros como o da madeira e do café, além de ser a segunda maior indústria extrativista depois da borracha (COSTA, 1995, p.19). O cultivo da erva-mate abrange cerca de 180.000

propriedades dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Sendo na sua maioria pequenas e médias propriedades. (MEDRADO, 2005). Segundo GORENSTEIN *et al*. (2007) a produção brasileira representa 63,4% da produção mundial. A exploração da erva-mate permite não somente benefícios econômicos, mas também sociais e ambientais. Na região sul é 596 municípios em 773.000 há que correspondem a 97% da produção nacional. A região consome 105.000 toneladas de erva-mate no chimarrão. Do valor bruto da produção a agrícola dos produtos florestais, a erva-mate representou 4%, ou R$ 127,5 milhões, que representa aproximadamente 43% dos produtos não madeiráveis. (MDIC, 2010). Durante longos anos, principalmente no início da colonização do município, a principal fonte de renda da cidade era a produção de erva-mate. Foram muitas as viagens, em que trens desciam a serra Dona Francisca com o ouro verde, como era denominada a erva-mate na época, vindo de Canoinhas, chegando a dar o título de Capital Mundial da Erva-mate ao município.

4 A FESMATE como marca e imagem territorial da cidade

Em Canoinhas, Santa Catarina, a identidade da cidade tem na sua imagem e marca, a erva mate, como grande atrativo na festa tradicional que tem por costume preservar os hábitos dos antigos colonos e sua herança cultural. Para manter essa cultura a prefeitura realiza no Parque de Exposições Ouro Verde, a Festa Estadual da Erva Mate, a FESMATE, promovida a cada dois anos, é sem dúvidas o maior evento do gênero da região. A festa é realizada desde a década de 80, sempre no mês de setembro, em comemoração ao aniversário da cidade e costuma atrair um público superior de 20 mil pessoas a cada edição, com *shows* musicais, exposição agroindustrial e o saboroso chimarrão que é o principal atrativo da festa: determinando a festa como a marca e a imagem do município de Canoinhas no Território da Cidadania.

Para comemorar os 104 anos de emancipação de Canoinhas, a prefeitura reforça a proposta de manter a tradição da erva-mate como marca e imagem, além de oportunizar diversão e *lazer* a todas as famílias canoinhenses. *Shows*, mateadas culturais, Expo-Feira, gastronomia típica, rodeio crioulo e *veloCross*, entre outros, são alguns dos atrativos da festa, que aconteceu durante os dias 11,12 e 13 de setembro no Parque de Exposições. Assim o público aproveitou a gastronomia típica da região, mateadas, os *shows* infantis e adultos, festival de violeiros, rodeio crioulo, competição de *veloCross*, circuito de ciclo turismo, gincanas, jogos e *lazer* para a terceira idade, além de feiras de agricultura familiar e de artesanato: assim atrai visitantes, com entrada gratuita de toda região.

A expectativa, segundo o prefeito, foi de atrair, para a FESMATE 2015, era cerca de 40 mil visitantes. “Canoinhas já teve a denominação de ‘ouro verde’ em função do que representava anos atrás à exploração da erva-mate. Como forma de cultuarmos a tradição do povo que desenvolveu o Planalto Norte, o município promove a FESMATE desde a década de 1980. Este ano teremos várias atrações para comemorarmos os 104 anos de fundação da cidade”, disse o Prefeito Luiz Alberto Rincoski Faria. *(*KNOREK, 2016, p. 285, b)

Entrementes, assim vem sendo construída a partir da FESMATE, a cultura de uma feira temática regional e territorial em que, além da exposição dos ervateiros, têm-se estimulado a apresentação do comércio local e de novos produtos regionais. Visto que, no cartaz, figura n 3, que foram distribuídos por todo Território da Cidadania e também por outras regiões do Estado de Santa Catarina e Paraná, são apresentados em detalhes, no cartaz-convite informações acerca da vigésima FESMATE.

Figura n 3 – Cartaz da 20º FESMATE em 2015

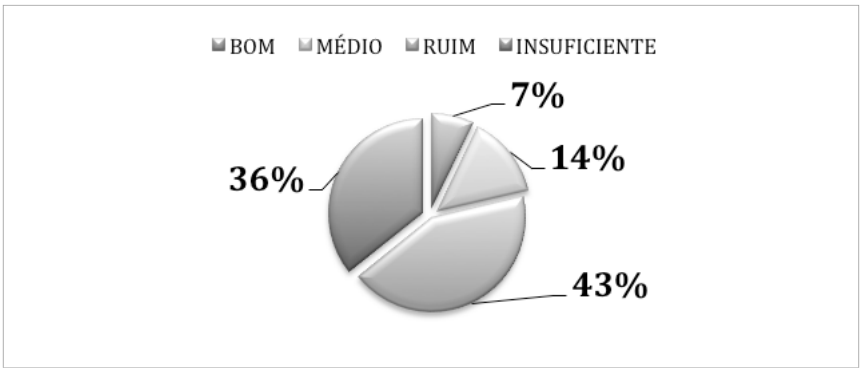
Fonte: Prefeitura Municipal de Canoinhas (2015)

5- A importância de efetivar a feira na temática da erva mate

Durante a vigésima edição da festa, realizada em setembro de 2015, aplicou-se um questionário com os expositores, parte desse questionário é apresentado neste artigo, referente aos diversos fatores que influenciam o sucesso da festa, bem como o retorno econômico esperado para os empresários que ali estão divulgando seus produtos ou serviços. Dentre as empresas que participaram da feira são dos setores da indústria, comércio e prestadores de serviços. Além disso para os visitantes se os mesmos conhecem a erva mate como a marca e a imagem do município de Canoinhas. Para fundamentar essa importância de uma feira temática, dados foram levantados, junto a todos os expositores, para fundamentar e compreende a história da produção de um território.

No gráfico n 1, demonstra a média da opinião dos expositores referente à infraestrutura do parque. Sabe-se que nada pode funcionar se as infraestruturas montadas em parques de exposição não estiverem dentro de regras de segurança, limpeza e espaço para as pessoas circularem livremente entre os expositores. O gráfico demonstra quanto o grau de satisfação dos expositores referente à estrutura do parque. Percebe-se que 43% dos entrevistados consideram ruins as instalações e 36% consideram insuficiente para a realização do evento.

Gráfico 1 – Quanto Á Infraestrutura Do Parque



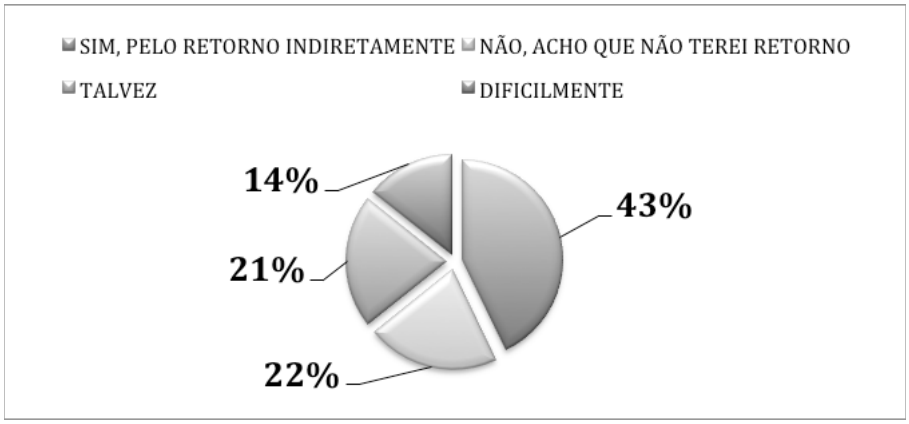
Fonte: Dados da pesquisa (2015)

O fato de a administração pública ter dado início a obras de reestruturação do asfalto na entrada do parque, meses antes do acontecimento da festa, e não concluída a tempo, na opinião deles, prejudicou a estrutura geral. Também na opinião deles ainda, a organização da festa deveria ter planejado melhor os prazos e começado obras com antecedência. Destaca-se que 7% consideraram boas as estruturas para realização a festa.

Sabe-se que no que tange o *marketing* de um produto ou serviço existem custos que sempre são necessários devem ser aplicados para divulgar uma marca ou se firmarem como líderes na preferência de todos.

Quando questionados se voltariam a expor em edições futuras da festa, os dados do gráfico n 2, demonstram que 43% disseram que sim, avaliando o retorno indireto e melhorar sua marca e imagem no território.

Gráfico n 2 – Quanto Á Expor Outras Vezes



Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Já 22% não participariam de outras edições, acreditando que sua participação não trará retorno.

Enquanto 21% responderam que talvez volte a expor e 14% dificilmente irá participar novamente. Durante a festa além de expor suas empresas, os expositores podem fechar negócio e vender seus produtos ou serviços no território.

Observa-se na foto n 2 a vista parcial do salão de exposições do parque, onde empresas divulgam seus produtos/ serviços.

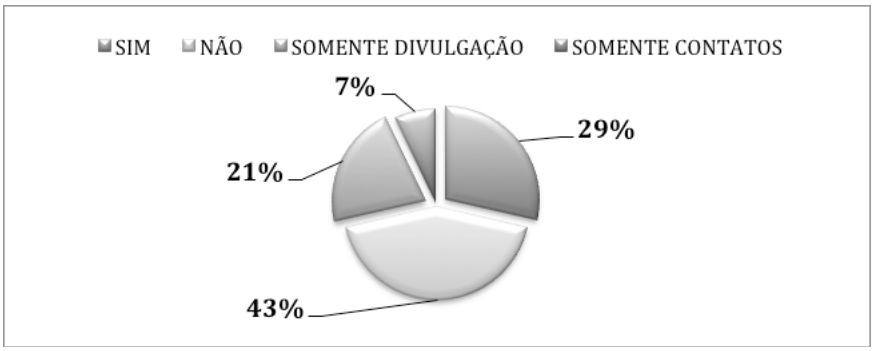
Foto n 2 – Vista Do Salão De Exposições

Fonte: Prefeitura Municipal de Canoinhas (2015)

Nesta vigésima edição da FESMATE, o pavilhão dos expositores foi dividido em *stands* menores, em que ervateiros, comerciantes e empresários conseguiram apresentar seus produtos e serviços aos visitantes que por alí passaram nestes três dias de Fesmate. Destaca-se que o parque possui outros pavilhões para exposições como: o da erva mate, o de animais e gado, um pavilhão de comidas típicas regionais, além de palcos montados por todos os espaços do parque.

Quando questionados sobre o fechamento de negócios na feira, observa-se nos dados do gráfico n 3, que 43% dos expositores não fecharam nenhum tipo de negócio durante o evento, 29% sim e 21% estavam expondo sua marca somente para divulgar a empresa no território.

Gráfico 3 - Quanto A Fechar Negócios

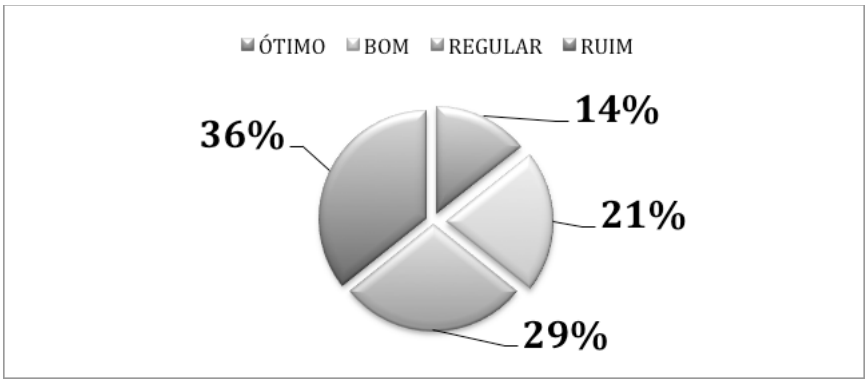


Fonte: Dados da pesquisa (2015)

São dados que a maioria está buscando a divulgação territorial de seus negócios e produtos. Enquanto que 7% priorizavam realizar contatos e fechar negócio futuramente, pois sabem que ao estarem ali, expondo seus produtos, logo serão conhecidos em todo o território e assim abrem portas para negociar no futuro próximo.

Por fim, no gráfico n 4, os dados apresentam as opiniões sobre a importância das feiras temáticas e valores ao considerar a feira de modo geral. Percebe-se que 36% dos expositores consideram o local da feira reflete a temática sobre a imagem da erva mate devido as boas instalações, 29% avaliam como marca da erva mate ainda precisa ser representativa para a região. Dizem que precisa ser divulgada e incentivada como a marca e a imagem da cidade de Canoinhas. Já outros 21% consideram boas as instalações e que representa de fato como marca e imagem em outros municípios do Território como a marca e a imagem da Canoinhas a partir da história e extração da erva mate. O restante dos entrevistados, 14%, consideraram ainda regular a marca e imagem da cidade para ser conhecida como a Capital estadual da erva mate.

Gráfico n 4 – Valores e Consideração sobre imagem e marca da erva mate



Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Essa pesquisa de modo geral apresenta a importância de realização de feiras temáticas fundadas a partir de um produto e que as mesmas podem refletir a imagem de uma cidade num determinado território. Por isso a cidade no território pode apresentar a sua cultura culinária, de produção e serviços. E no território da cidadania em Santa Catarina, Canoinhas pode ser sim, conhecida como a capital da erva mate, no que tange sua história de desenvolvimento e a importância da efetivação com a feira temática da FESMATE, como uma feira regional de divulgação de sua marca e imagem.

Conclusões

Com a realização de feiras temáticas territoriais é possível, compreender o nível de importância na realização das mesmas, na forma de eventos locais e territoriais, onde apresentam seus produtos de renome com inovações para os consumidores, além da divulgação e fundamentação de sua imagem e marca territorial. Os resultados e proporções que uma feira ou evento, realizado em parques de exposições, dinamizam em

contribuir para o crescimento econômico de um território. Logo, sendo um parque de exposições o local para se oportunizar mercados e conquistar novos consumidores de produtos locais territoriais e regionais fundamentando assim a marca e a imagem a partir de um produto ou processo.

A investigação da opinião junto aos empresários que expuseram suas empresas no evento possibilitou avaliar as opiniões quanto á importância do parque de exposições e se os mesmos costumam apresentar ou expuserem seus produtos para serem comercializados e conhecidos na região ficou em destaca a importância de realizar tais eventos territoriais.

Ao estudar as feiras realizadas em parques de exposições, pode-se compreender e medir o impacto das vendas em especial, se é agricultores familiares, que ainda não conquistaram seu mercado de venda aos seus consumidores finais. Também compreender as festas e feiras regionais é estimular novos empreendedores a se destacarem e crescerem como empresários que num futuro próximo ajudaram ao acréscimo econômico de um município ou região. Os eventos e festas regionais tornam-se elementos de transformação social, de aculturação, de educação, conscientização e mobilização de massas, além de serem os maiores e melhores geradores de conteúdo para a mídia para fundamentar sua imagem e marca territorial de uma cidade. Os eventos criam, recriam, inovam e reinventam a economia de uma cidade, região ou território na fundamenta da imagem e marca.

Percebe-se que apesar de os expositores não terem certeza quanto o retorno da participação na feira, ainda avaliam como positiva demonstrar sua empresa em um evento como a FESMATE sugerem que o parque não seja aproveitado somente para a realização da FESMATE, mas sim para outros eventos na cidade que fundamentam a marca e imagem territorial como é o caso da cidade de Canoinhas que busca ser conhecida como a capital Estadual da Erva Mate.

Referências

- BRASIL. **IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. http://cod.ibge.gov.br/6VC. Acesso em 25 ago. 2016.
- BRASIL**. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social**. < http://mds.gov.br/>Acesso. Acesso em setembro DE 2016.
- CARVALHO, P.E.R. **Espécies Florestais Brasileiras**. Colombo: Embrapa Florestas, 2003.
- COSTA, S.G. A erva-mate. Curitiba: **Coleção Farol do Saber**, 1995. Cultivo da Erva-Mate, disponível em:<http://sistemasdeproducao.cnptia.em brapa.br/FontesHTML/Erva-mate/CultivodaErvaMate/apresentacao.htm>. Acesso em 03 agosto de 2016.
- DANIEL, O. **Erva-mate**: Sistema de produção e processamento industrial. 1ª ed. Dourados: UFGD, 2009.
- KNOREK, R. **AGRICULTURA FAMILIAR E PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL NA**

BIOFACH 2015: uma feira mundial orgânica. Pg. 17. In: **Desenvolvimento regional em questão**. / Reinaldo Knorek (organizador). – Curitiba: CRV, 2016, a.

- KNOREK, R., SAMPAIO M., R. **- Território Da Cidadania E Importância Das Feiras E Festas Temáticas Realizadas Em Parques De Exposições Municipais**. In: **Território da cidadania em Santa Catarina**: diagnósticos e estudos/ Reinaldo Knorek e Carlos Loch (organizadores) – Curitiba: CRV, 2016, b.
- KNOREK, Reinaldo. **CENTENÁRIO DE CANOINHAS**: gestão pública e desenvolvimento. Curitiba. CRV, 2016, c.
- MAZUCHOWSKI, J.Z. **Avaliação da qualidade e seleção de mudas de erva-mate para plantio**. Lembretes Florestais – Série erva-mate n.6. Curitiba: EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Câmara setorial da cadeia produtiva do Paraná. Folder. 2000.
- MEDRADO, M.J.S. **Trabalhador no cultivo de plantas industriais** – Erva-Mate: Produção. 1ª ed, n.1. Curitiba: SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. 47 p. 2003.
- NOERNBERG, P**. CHIMARRÃO E(M) CANOINHAS/SC**: tomar, saber, fazer e comunicar. Dissertação de mestrado Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Antropologia Social, (2012).
- PAULA, M.L. de; CHOCIAI, J.G. **Uso e aplicação industrial da erva-mate em cosméticos**. In: MACCARI JUNIOR, A.; MAZUCHOWSKI, J.Z. Produtos alternativos e desenvolvimento da tecnologia industrial na cadeia produtiva da erva-mate. Curitiba: Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Erva-Mate do Paraná, 2000.
- TOKARSKI, Fernando, **História de Canoinhas**, Conheça a história do município de Canoinhas, 2014, disponível em: < http://www.pmc.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/25959#.VUYga_lVgaA>. Acesso julho de 2016.
- TOKARSKI, Fernando, **História do Município de Canoinhas**, disponível <em: http://www.confoto.art.br/confoto/fc_afoca.php>. Acesso setembro de 2016.
- WEBER, Nancy. **Assessoria de imprensa e a indústria de eventos**. Revista dos Eventos, São Paulo, n. 19, p. 30-32, 2002 ttp://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/feirasemercados/arquivos/feiras-livres-da-agricultura-familiar-roteiro-de-implantacao.pdf/downloa6.d. Acesso em setembro. 2016.

A CIDADE SUSTENTÁVEL:
SAÚDE, ÁGUA, ECOLOGIA E A CIDADE

LA CIUDAD SOSTENIBLE: SALUD, AGUA, ECOLOGÍA Y LA CIUDAD
THE SUSTAINABLE CITY: HEALTH, WATER, ECOLOGY AND THE CITY

EL HOSPITAL Y SU PAISAJE COMO ANALOGÍA DEL MADRID DEL SIGLO XIX

SANTIAGO DE MOLINA

Profesor Adjunto
Arquitectura. EPS. Universidad San Pablo CEU, Madrid.
Campus de Montepríncipe,
Urbanización Montepríncipe, 28925 Alcorcón. Madrid (España).
Email:smolina@ceu.es

Resumo

Durante poco más de cien años Madrid cambió de modo radical no solo su forma urbana sino la concepción de lo que una ciudad saludable significaba. Precisamente el relato de la ciudad sana puede encontrar una analogía en la evolución de sus infraestructuras hospitalarias.

La situación urbana en la que se localizaban los hospitales en el Madrid desde tiempos remotos era dispersa y se daban en el interior de la ciudad. Los propios hospitales se ven obligados a un aumento de capacidad para dar cabida a un número cada vez mayor de enfermos, a la vez que se ven obligados a buscar nuevas localizaciones en la periferia de la ciudad. Precisamente a la vez que la ciudad se hace sana, se amplía y dispone su red de abastecimiento de aguas, se producen importantes cambios en la propia concepción arquitectónica y en la organización funcional de sus hospitales. Los casos del hospital del Niño Jesús, el Hospital de San Juan de Dios y del Hospital Gómez Ulla son paradigmáticos.

Los hospitales del Madrid del Siglo XIX se enfrascan en una serie de cambios en su forma, dirigiéndose casi de manera inevitable hacia la tipología específica del hospital de pabellones que sirvieron, no sólo como una ansiada "máquina de curar", sino como una forma desde la que ahondar de modo análogo en las relaciones de la ciudad como red de arquitecturas exentas, el paisaje y la vida saludable del futuro.

Abstract

During a hundred years, Madrid changed not only its urban form but the conception of what a healthy city is. The story of the healthy city may find a parallel in the evolution and location of its hospital facilities.

For a long time Hospitals in Madrid were located inside the city. However in the nineteenth century there were certain unifications, foundations and institutional transfers took place. Hospitals themselves were forced to boost capacity in order to accommodate an increasing number of patients, while being forced to seek new locations on the outskirts of the city. Precisely at the same time that the city became self-conscious of its health, it expanded and provided a new network of water supply and a new typology of hospital. Important changes took place in the architectural conception and in the functional organization of hospitals. The cases of the Niño Jesús Hospital, the San Juan de Dios Hospital and the Gómez Ulla Hospital can be pointed out as paradigmatic examples.

Madrid´s hospitals were involved in a series of changes in their form, almost inevitably turning towards the specific typology of the pavilions´ hospital. This arrangement served, not only as an aimed "cure machine", but also as an analogy of the city itself, showing the relation between the city as a net of isolated architectures and the landscape.

PALAVRAS CHAVES

Ciudad saludable, Madrid, Siglo XIX, Hospitales, Paisaje.

KEY WORDS

Healthy City, Madrid, S. XIX, Hospitals, Landscape

El hospital y su paisaje como analogía de la ciudad. Introducción, objetivos y método.

Este escrito establece un estudio de la analogía entre lo sucedido en la ciudad de Madrid en el siglo XIX y sus infraestructuras hospitalarias. Esta analogía permite entender algunas de las decisiones urbanas, pero también el cambio de mentalidad de toda una sociedad en cuanto a sus relaciones con la salud, la ciudad y su paisaje circundante.

Los objetivos de la investigación se dirigen, por tanto, a averiguar la posible influencia de los hospitales y su evolución formal en el cambio de sensibilidad de la imagen que la ciudad tenía de sí misma en el siglo XIX. La metodología que se ha empleado ha consistido en un análisis de los documentos y planimetrías de la ciudad de Madrid y el estudio detallado de las tipologías hospitalarias sumado a la bibliografía referente al tema.

La ciudad que hoy habitamos se construye en el siglo XIX y sus cambios más significativos son debidos a una revolución en la idea de lo que suponía lo saludable. Durante el siglo XIX el problema de la ciudad se concentraba en los bordes, su tamaño y la concepción que tenía de sí misma. Y entra en conflicto con la realidad y el modo en que ésta se ha desarrollado y crecido a lo largo de toda su historia. La ciudad densa colapsa debido a las condiciones de salubridad de su población y a la imposibilidad de desarrollo futuro. Y si esto es cierto para las grandes capitales Europeas, el caso de Madrid es paradigmático.

En poco más de cien años, la vieja Villa y Corte de Madrid sustituye muchos de los factores que le dieron forma en el pasado y consecuentemente cambia su relación con el entorno urbano. Es durante este tiempo cuando aumenta y desarrolla sus infraestructuras y su población de un modo inusitado a la vez que establece un nuevo contacto con el paisaje circundante. El paisaje de Madrid deja de ser un paisaje de recreo o de cultivo a las afueras, o un simple territorio de aproximación como tal de viajeros y ciudadanos. En este momento de crecimiento urbano se hizo necesario redefinir sus límites y consecuentemente la relación de la ciudad con su exterior se vio naturalmente alterada. [Ariza Muñoz, C. (1988)].

Es en la coincidencia de este cambio de percepción del paisaje y en la ampliación de la ciudad cuando se produce el comienzo del desarrollo del concepto de la ciudad higienista que comienza a latir con fuerza en toda Europa, y cuando se producen los grandes cambios de sensibilidad de la futura ciudad moderna. Diferentes medidas urbanas y sanitarias establecen un correlato directo con el modo en que las poblaciones se esponjan y entienden sus respectivos paisajes circundantes y en este sentido podemos establecer un interesante paralelo con lo sucedido con algunas de sus piezas edificadas. En particular en el caso de Madrid podemos ver como sus infraestructuras hospitalarias pueden considerarse piezas clave para entender este cambio.

¿Por qué sucede así? ¿Dónde se encuentran las relaciones entre unas edificaciones tan poco proclives a ser vinculadas con el esponjamiento urbano y el modo en que la ciudad entiende su crecimiento durante el siglo XIX?

La específica situación urbana en que se localizan los hospitales en la ciudad del siglo XIX, sumado a que estas infraestructuras se ven obligadas a un inevitable aumento de tamaño para dar cabida a un número cada vez mayor de enfermos, obliga a buscar nuevas localizaciones con un suelo asequible en cuanto a su coste, pero necesariamente accesibles. Eso obliga a resituar la posición de los hospitales en los nuevos bordes urbanos mientras que se producen importantes cambios en su concepción arquitectónica y en su forma.

Gracias a la idea de que a mayor esponjamiento de sus edificaciones menor era el índice de morbidez se llevó a cabo una actualización de las premisas sobre las que se había desarrollado la propia ciudad a la vez que una serie de cambios en la concepción arquitectónica de los hospitales.

Es durante el siglo XIX cuando el hospital empieza a adquirir una forma y una posición que acaba dirigiéndose casi de manera inevitable hacia la específica tipología de pabellones inventada por el ingeniero francés Tollet. Una tipología que por entonces se estaba imponiendo en toda Europa [Isasi, J. F. (2013)] y a la que Madrid no permanece ajena. Sin embargo aquella tipología que sirvió como una ansiada “máquina de curar” también supuso un verdadero laboratorio para experimentar en las relaciones de la ciudad con su paisaje de un modo controlado y específico: el hospital de pabellones liberaba una gran cantidad de suelo convertido no ya en esos espacios claustrales, u ocupados por los jardines monacales o de cultivo, sino en un espacio de otro orden y con unas características muy diferentes a estos.

En realidad el plan de pabellones traía aparejada una ideología que iba a conducir a muchos de los cambios de la ciudad moderna. Frente al plan barroco, el espíritu de la planta de pabellones no hacía sino subrayar la autonomía y su autosuficiencia de cada una de las partes. El pabellón rechazaba una arquitectura de un todo articulado para ser una asociación de elementos independientes, lo que supuso la enunciación de un “principio de aislamiento” [Vidler, A. (2011)]. Cuando las partes además liberan un espacio que ya no es jardín, hasta el propio espacio intermedio supone una novedad conceptual del que la ciudad futura supo aprender.

Es por ello que podemos ver en el hospital de pabellones un lugar inmejorable para contemplar como la ciudad ve su propia relación con sus afueras y con el propio paisaje por venir y la concepción de sí misma. Tanto es así que esos espacios liberados entre los pabellones del hospital se construyen con una idea que sintetiza las intenciones de todo un siglo en relación a la ciudad moderna.

El contexto de Madrid

El contexto cultural y social en que se da este descubrimiento del paisaje como espacio útil para la ciudad. Es decir un espacio no solo útil como jardín o paseo, sino capaz de dotar de sentido a las edificaciones aisladas y que está relacionado directamente con el propio modo en que la ciudad se airea y crece.

Desde el punto de vista de la compacidad basta recordar cómo durante el siglo XVIII y principios del siglo XIX, Madrid había sido un espléndido caldo de cultivo para la enfermedad y la muerte. Los conflictos bélicos internos, comenzando por al levantamiento del pueblo de Madrid en contra de las tropas francesas el 2 de mayo de 1808 que marca el comienzo de la guerra de la Independencia, son un marco suficientemente explícito de las condiciones en que se producen estos cambios urbanos, políticos y sociales.

Por otro lado Madrid conserva en el siglo XIX una estructura urbana arcaica. A lo largo del siglo XIX la población madrileña se duplica, sin embargo el tamaño de la ciudad no aumenta, lo que propicia, sumado a las condiciones sanitarias y socioeconómicas del momento, que la tasa de mortandad de Madrid sea de las más elevadas de Europa. Para que nos hagamos una idea, la esperanza de vida en España a mediados del siglo XIX era cercana a los 29 años, mientras que en Suecia de por entonces esa misma esperanza de vida era de 50 años, en Francia de 43 años, y en Inglaterra y Gales de 45 años, [Nadal Oller, J. (1966)].

El índice de mortalidad en Madrid fue, en el mismo sentido y durante todo el siglo XIX, claramente superior a la media española y estaba muy por encima del correspondiente a las principales capitales europeas; a modo de ejemplo, mientras que para la capital española este índice era, en 1903, de 28,5 por mil, en ciudades como Londres, París o Berlín era del 15,1, 17,5 y 16,5 por mil, respectivamente [García Gómez-Álvarez, A. (1992) y Jiménez Escolano, C. (2013)]

Y sin embargo y a pesar del evidente riesgo de ser por entonces madrileño, a principios del siglo XIX era una ciudad en plena expansión demográfica. Pasar de cerca de 200.000 habitantes a 300.000, a finales de la década de 1850 supuso un crecimiento insoportable para las infraestructuras y el tejido urbano de un Madrid de rentistas y negocios inmobiliarios. Por si no fuese suficiente ese aumento poblacional se encontraba con el límite físico y legal impuesto por la cerca de Felipe IV, construida dos siglos antes (1625) que impedía el crecimiento de la ciudad y por ende y de manera indirecta, pero desde luego de modo completamente secundario, la percepción y toma de consciencia de sus alrededores.

La ciudad de Madrid solo tenía por delante una opción que la permitiera salir de esas condiciones de insalubridad y hacinamiento: crecer. Y hacerlo de manera ordenada era un imperativo del siglo. (Figura 1).

Figura 1. Madrid a vista de pájaro del ingeniero Martorell, desde el oeste donde al fondo y en los bordes de la ciudad se puede apreciar el incipiente desarrollo del plan Castro,1870. (imagen Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya, 2014).

En 1857 el gobierno publicó un Real Decreto por el que se autorizaba al por entonces ministro de Fomento, Claudio Moyano, a encargar un estudio para el futuro ensanche de Madrid. Es bien sabido que el ingeniero Carlos María de Castro recibió el encargo de proyectar un plan, que entregó dos años después, y que fue finalmente aprobado por la reina Isabel II en 1860. Inspirado en gran medida en el plan de Ildefonso Cerdá para la ampliación de la ciudad de Barcelona, el plan Castro suponía triplicar la superficie de la ciudad por medio de una estrategia de crecimiento dictada por las previsiones de aumento demográfico. Mediante el empleo de una retícula ortogonal el plan trazado por Castro añadía terreno alrededor de la ciudad por el norte, este y sur, y ordenaba los usos del suelo. En el plan Castro la unidad básica de edificación sería la manzana regular, con un tamaño y una geometría diferente a la empleada por Cerdá aunque con una notable variación en sus chaflanes y en el ancho de sus calles, que serían de tres dimensiones diferentes.

Para el entendimiento de este ensanche como incipiente apertura de la ciudad de Madrid, basta conocer que una cuarta parte de la superficie del mismo plan estaba destinada a ser ocupada por plazas, arboledas y jardines públicos. Aunque la ciudad seguía estando delimitada por motivos militares y fiscales gracias a un foso que la rodeaba, el borde visual de la ciudad había quedado alterado irreversiblemente. Desde ese momento tanto la ciudad de Madrid como su paisaje había abierto sus “puertas” de par en par a un nuevo modo de relacionarse con sus alrededores. Desde ese instante Madrid contempla el horizonte, no por encima de tapias, ni entre los caminos que conducían a las poblaciones cercanas, sino con un aire nuevo. Un aire que alteró su propia esencia como ciudad.

Para entender la importancia de esta apertura y ese esponjamiento hay que recordar que la ciudad de Madrid, sobre todo a partir de los años cuarenta del siglo XIX y en parte gracias a las desamortizaciones,

se había transformado en una ciudad de caseros y de especuladores [Corral, J. (2001)]. Con toda seguridad debido a ese sistema de gestión del suelo urbano la construcción del propio ensanche fue lenta, prolongándose entre las décadas de 1860 y 1930 y siendo un plan notablemente desvirtuado por intereses especulativos.

Pero los tropiezos y las malformaciones del plan Castro no fueron exclusivamente dictados por los intereses de mercado. El propio Cánovas del Castillo impulsó un Real Decreto en 1864 por el que se redujeron los espacios verdes previstos inicialmente al 30 ó 20% de lo planificado, permitiendo que los espacios libres de las manzanas se convirtieran en calles particulares. Igualmente, en 1876 se cambiaron las Ordenanzas en materia de altura y masa de los edificios y en 1893, paradójicamente, se suprimieron todos los artículos referentes a la salubridad de los edificios dando pie a una flagrante contradicción ya que alguna de las principales premisas de origen del plan había sido precisamente el intento de ofrecer una ciudad lo más saludable posible. Incluso la anchura de las calles se fue reduciendo progresivamente y se permitió construir más de tres y cuatro pisos...

Sin embargo, y desde luego gracias a un mayor espacio disponible y a las medidas sanitarias que acarreaba para la ciudad, la muerte había dejado de campar a sus anchas. Y desde luego gracias también a que los edificios destinados a recuperar a los ciudadanos de sus enfermedades se desarrollaron como espacios donde el aire debía ser cuidado, puesto que de ello dependía, según era por entonces la creencia, la recuperación de su población enferma.

Significativamente superar la condición insalubre de la ciudad como organismo propagador de la enfermedad corrió en paralelo a la propia definición del hospital. Hasta aquí la historia es bien conocida, sin embargo no lo es tanto la simple pregunta de cuánto debe la ciudad a sus hospitales del siglo XIX.

Hospitales y hospitalización de la ciudad

Durante siglos al grito de “agua va” la ciudad de Madrid se había despojado de sus residuos desde sus ventanas [Carmona, J. I. (2000)]. A comienzos del siglo XIX no había cambiado excesivamente su aspecto. Esta falta de higiene acabó por afectar a las aguas de la ciudad y a sus alimentos y tuvo repercusiones evidentes: el cólera que había penetrado en Europa a partir de 1830 se cebó con España, donde hubo hasta cinco brotes a lo largo del siglo. Extendida aparentemente por las tropas en la guerra y con el caldo de cultivo que supuso una crisis agrícola sin precedentes, la epidemia de cólera de 1854 fue la más mortífera de todas [Fernández, S. J. J. (1989)].

Pero no era la única enfermedad que atenazaba la ciudad de Madrid. La viruela, el sarampión, el tifus, el paludismo, la escarlatina, la difteria y un largo listado de enfermedades infectocontagiosas sólo podían ser atenuadas por medio de una mejora en las condiciones higiénicas de la ciudad y sus ciudadanos [de la Figuera Von Wichmann, E. (2005)]. Solo replanteando la higiene urbana desde la sanidad pública, produciendo

sustanciales cambios en la alimentación y en el vestido de sus habitantes y tomando medidas respecto al hacinamiento de la vivienda, podía atajarse esta situación.

Y si la ciudad de algún modo debía "hospitalizarse" para ofrecer posibilidad de supervivencia a sus ciudadanos, desde luego el agua era un factor decisivo.

El 18 de junio de 1851, siendo Reina de España Isabel II, se dictó el Real Decreto en el que se disponía que el Gobierno realizara la ejecución de los trabajos a través de un canal derivado del río Lozoya, que llevaría el nombre de Canal de Isabel II en honor a la Soberana. (Figura 2.)

Figura 2. Obras para un sifón para el canal de Isabel II, 1851-58 (imagen Wikipedia, consultada 10-11-2016)

Gracias a este cambio en el suministro de las aguas de la ciudad, en el último tercio del siglo se redujeron drásticamente las enfermedades de transmisión por vía digestiva. El proceso de industrialización llevado a cabo en Madrid a lo largo de este siglo afectó a las infecciones del aparato respiratorio, desplazando a la tuberculosis al centro de atención sanitaria en las ciudades a principios del siglo XX.

En esta relación entre la renovación del aire de la ciudad y los espacios de los hospitales podemos descubrir un salto cualitativo en la concepción de la ciudad misma. El cambio de tipología y el espacio arquitectónico que llevaba aparejado el hospital de pabellones representa una oportunidad para el entendimiento de la ciudad de esa época.

Carlos Sambricio se lamentaba de la falta de estudio de los hospitales desde esa perspectiva: "La historia de los hospitales madrileños ha sido estudiada por cronistas y eruditos quienes han establecido la relación entre los centros asistenciales existentes en la capital, pero no han analizado el cambio que se produce en la segunda mitad del siglo XVIII tanto en la definición de los programas hospitalarios como

en la manera en que estos modifican el espacio arquitectónico", [Sambricio, C. (1982)]. La falta de estudio específica que han tenido los hospitales tanto más habría de hacerse en el siglo siguiente si lo contemplamos desde este punto de vista.

Por otro lado la propia evolución de los hospitales había cambiado mucho desde que Filarete plantease su conocido proyecto para el hospital de Milán. Sin embargo merece la pena destacar frente a todos esos cambios tipológicos se basaron en la seguridad de que los factores de desarrollo de la enfermedad estaban relacionados con cierta relación de metros cúbicos de aire por enfermo. Esta mera relación, no fundamentada más que en las antiguas creencias desbancadas por Pasteur, provocó que el aire, los metros cúbicos, es decir, el espacio físico entre camas y luego entre los propios edificios del hospital, pasaran a ser considerado un factor clave.

De cara a la tipología hospitalaria esta creencia hizo que el desarrollo de la cruz pasara al de la estrella y así sucesivamente, ya que a fin de cuentas no se trataba de otra cosa que de mantener una ventilación y poder ampliar el número de camas. Sin embargo de cara al espacio, tanto interior como exterior, se hace difícil decidir de manera evidente cuales son las claves para esa evolución tipológica del hospital.

El patio como espacio de relación y de respiración de los edificios hospitalarios se ha mantenido como espacio sobre el que volcar las vistas y relacionarse con un aire libre de impurezas. No obstante el patio del hospital pronto se identifica con el del claustro y se hace indistinguible de él, con todo lo que ello conlleva de su asociación a la imagen del huerto y de los jardines interiores. Sin embargo cuando el hospital de pabellones entra en acción el espacio intermedio deja de ser un espacio de ese orden y pasa a convertirse en un espacio de salud, y el exterior, en un espacio urbano. (Casi podríamos el espacio urbano soñado por la futura ciudad moderna).

Durante los siglos precedentes el gran debate suscitado en la política hospitalaria española se había producido en relación a los tamaños y situación de los hospitales. En la Real Provisión de Felipe V, de 1739, tras ordenarse un censo de los hospitales del reino se pretendía lograr la reestructuración de estos haciendo que pasasen a depender de la corona y no de las juntas particulares. La idea era tan contradictoria con la idea de la propagación de la enfermedad como útil desde el punto de vista de la industria y la riqueza [Sambricio, C. (1982)]. Pero si estas fábricas de productos vinculadas a los hospitales del siglo XVIII tenían una razón de ser, con el paso del tiempo ese fin quedó desplazado.

En ese sentido el gran Hospital General de Madrid proyectado por Sabatini y luego por Hermosilla, no hacía sino perpetuar la idea de grandes patios, capaces de dar luz y articular la totalidad de la malograda edificación. Sin embargo otra historia es la que son capaces de contar los por entonces hospitales desplazados del centro de la ciudad y que comienzan a articular un paisaje de orden diferente en los bordes urbanos.

En este sentido el Hospital San Juan de Dios, situado por entonces en lo que actualmente es el hospital Gregorio Marañón de Madrid es un extraordinario ejemplo de estos cambios respecto a la relación de la edificación con sus espacios libres y una clara analogía de la ciudad futura.

El hospital primigenio fue fundado en 1552 por el Venerable Antón Martín en unos terrenos de la calle Atocha. Desde un punto de vista médico, el hospital se especializó en enfermedades venéreas e infecciosas donde se divulgó y perfeccionó el tratamiento de la sífilis por el mercurio [Álvarez-Sierra y Machón, J. (1952)].

Con la desamortización de Mendizábal en 1836, el hospital pasó a la beneficencia provincial. A finales del siglo XIX, se pensó en trasladar el hospital a un nuevo edificio en la zona este del ensanche, entorno a la actual calle Ibiza, procediéndose a su traslado a finales de 1897. La construcción se finalizó en 1895. El traslado de los enfermos se produjo en septiembre de 1897, si bien, el hospital ya se había empezado a utilizar anteriormente debido a la epidemia varilosa sufrida por entonces.

Construido según el sistema que ideara el ingeniero francés Tollet esta idea de los pabellones pretendía en este hospital reducir la elevada mortandad mediante un sistema de edificios aislados que reducían el hacinamiento y facilitaban su constante y necesaria limpieza. Precisamente, como hemos visto que pretendía la ciudad misma.

El nuevo hospital de San Juan de Dios estaba formado por trece pabellones independiente y toda la parcela estaba cerrada por una verja de ladrillo rojo, con una arquitectura neomudéjar, semejante a la que aún podemos ver, por ejemplo, en el Hospital del Niño Jesús, tan propia del siglo de los historicismos.

Con todo las imágenes que conservamos del hospital de San Juan de Dios son la idea misma de una ciudad hospital despejada y sana a pesar de la falta de carácter de su arquitectura. Con suficiente espacio y arbolado como para considerarse una propuesta urbana cercana a la de algunos de los más avanzados entornos urbanos europeos, es un ejemplo de una ciudad muy distinta del Madrid del siglo anterior. (Figura 3 y 4.)

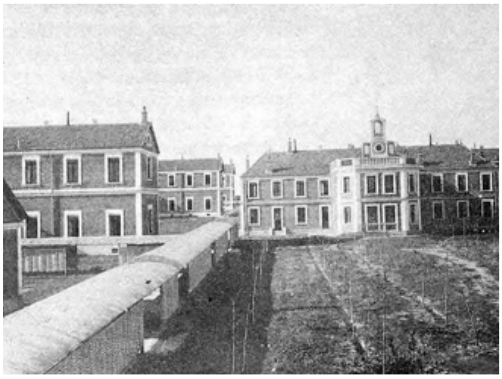


Figura 3 y 4. Hospital San Juan de Dios, nuevo hospital de 1890 en el emplazamiento del actual Gregorio Marañón. (imagen fuente BNE).

Las edificaciones de poca altura, apenas de dos pisos incluso en las piezas representativas, ofrecen la imagen de un paisaje urbano amable, casi de moderna ciudad obrera del norte de Europa. Las galerías abiertas que conectan algunos de sus recorridos, realizadas con una arquitectura ligera atraviesan una plantación regular de árboles de hoja caduca.

Cuando el jardín se desarrolla con el paso de los años, la plantación de árboles señala las avenidas principales y los recorridos de vehículos separándolos de los paseantes de un modo semejante a como lo haría la futura ciudad. Setos y pequeños parterres adornaban el conjunto de esos recorridos como si se tratase de una urbanización contemporánea, a pesar de que la austeridad constructiva y el ladrillo delatan el uso hospitalario.

Si merece la pena hablar de esos espacios intermedios y de los pabellones es porque muestran una progresiva especialización del espacio libre a la vez que se distancian de la idea barroca de unidad formal previa de estas infraestructuras. “La geometría opera como un control calculado de la forma para el uso” decía Kaufmann refiriéndose a la arquitectura de pabellones de Ledoux [Kaufmann, E. (1982)]. Se trata de edificaciones y espacios intermedios con un uso múltiple, que en sus jardines jerarquizan los recorridos mediante caminos arbolados, con espacios de sombra a la vez que son un volumen de aire que sirve para que los pabellones posean su propio horizonte e independencia funcional.

Por otro lado cabe señalar que el hospital de pabellones en Madrid es igualmente el anticipo de un modo de hacer ciudad y de construir su paisaje en el que la edificación se hace exenta, no apoyada en las tradicionales medianeras. La construcción de los pabellones supone pues un importante cambio de mentalidad en el crecimiento de la ciudad misma, ya que al abandonar un modo de crecer en el que cada nueva edificación se unía a las edificaciones colindantes se pasaba a inaugurar el debate de la arquitectura aislada moderna en relación a la ciudad.

Por eso mismo el espacio “sobrante” del hospital es un extraordinario espacio metafórico de la ciudad a la vez que es un campo de experimentación de posible conquista de sus afueras. El espacio entre pabellones supone el espacio de aproximación de la ciudad dentro de la ciudad.

Los pabellones son capaces de ofrecer espacios edificados, semejantes a las calles de la ciudad entre sus piezas, pero dedicados no a la mera circulación sino a la construcción simultánea de un pulmón y de un horizonte controlado. Es decir, a la propuesta de cómo debía ser entendido un paisaje sin enfermedades y sin suponer ese afuera ya como una amenaza a la vida de la ciudad. En estos espacios el ciudadano madrileño convaleciente puede experimentar de primera mano lo que el espacio urbano de la ciudad estaba llamadas a convertirse: un lugar inevitablemente civilizado y libre de los peligros del exterior ciudadano y tan diferente de los monumentales Paseos de Recoletos o los Salones del Prado. Ni siquiera la Casa de Campo y los Jardines Reales destinado a la caza y al recreo de familias poderosas habían pretendido nunca semejante objetivo.

Si el pabellón del hospital anticipa la arquitectura exenta de la ciudad moderna, el espacio libre del hospital anticipa el paisaje del futuro.

Pero, ¿qué sucedía si el hospital de pabellones se localizaba ya prácticamente de manera exenta, casi en el interior de un jardín? Ese es precisamente el caso de lo sucedido con el Hospital del Niño Jesús.

Situado detrás del Jardín del Buen Retiro y creado por la Asociación Nacional para el cuidado y sostenimiento de niños, presidida por la duquesa de Santoña y marquesa de Manzanedo, el edificio exento, está formado por un cuerpo central, de unión, del que parten tres pabellones perpendiculares a la fachada de Menéndez Pelayo. Sobre el eje del pabellón central se coloca la iglesia, en las grandes naves, las habitaciones. Este esquema será prototípico. Esta obra supone la aceptación por parte de Jareño del lenguaje de la arquitectura neomudejar. El edificio obtuvo la medalla de oro en las exposiciones de Amberes de 1886, de Viena de 1887, y Barcelona de 1888, lo que da idea del clima historicista en que estaba inmersa la arquitectura europea.

A finales del siglo XIX se amplió el hospital con tres nuevos pabellones paralelos a los iniciales y un pabellón de portería que articula la galería que servía de unión entre los dos edificios. Además se lleva a cabo la elevación de una planta en uno de los pabellones.

Si interesa el caso no es tanto por su lenguaje historicista sino por la propia idea de independencia edificatoria. El Hospital del Niño Jesús es uno de los lugares donde podemos ver este efecto del paisaje entre los pabellones de una manera diferencial. Si el Hospital proyectado por Jareño por su propia situación podía disfrutar de las vistas al Real Jardín del Retiro, en realidad se encontraba a las afueras de la ciudad, teniendo como único vecino al modesto apeadero de la estación del ferrocarril que procedía de Arganda.(Fig .5 y 6.)

Figura 5 y 6. Detalle del Plano Guía de F. Noriega de 1905 y de 1923, de que comprende los terrenos del Hospital del niño Jesús. (imagen, fuente BNF y de Biblioteca Digital de la Comunidad de Madrid).

El hospital propone una ciudad inexistente pero cuyo uso exterior debía constituir un espacio donde los niños convalecientes pudiesen recobrar la salud y tal vez incluso educarse como ciudadanos.

"Los muros que circundan el terreno perteneciente al establecimiento, con la verja del frente, forman un pentágono irregular que mide 28.135 metros 80 decímetros cuadrados de superficie, correspondiendo la parte edificada a pabellones para enfermos, el del asilo y todas las dependencias necesarias 9.135 metros 20 decímetros cuadrados (…) destinándose el resto del área total a paseos, jardín, huerta, etc…" [Álvarez-Sierra y Machón, J. (1952)].

Efectivamente el espacio libre entre pabellones es suficientemente amplio como para no orquestar su uso y dotarlo de carácter. En realidad el espacio principal "sobrante" se localizaba en la parte trasera del hospital. Allí un jardín construía el paisaje diario donde los enfermos que no tenían la opción de ver desde sus camas el Jardín del Retiro, podían contemplar un horizonte de arbolado y de parterres con el fondo de esa "ciudad de pabellones".

Contemplar desde esos brazos prácticamente exentos el horizonte del Jardín del Retiro o pasear por un jardín arbolado y civilizado son aún un motivo que puede ser imaginado desde la edificación aun existente. (Figura 7 y 8.)

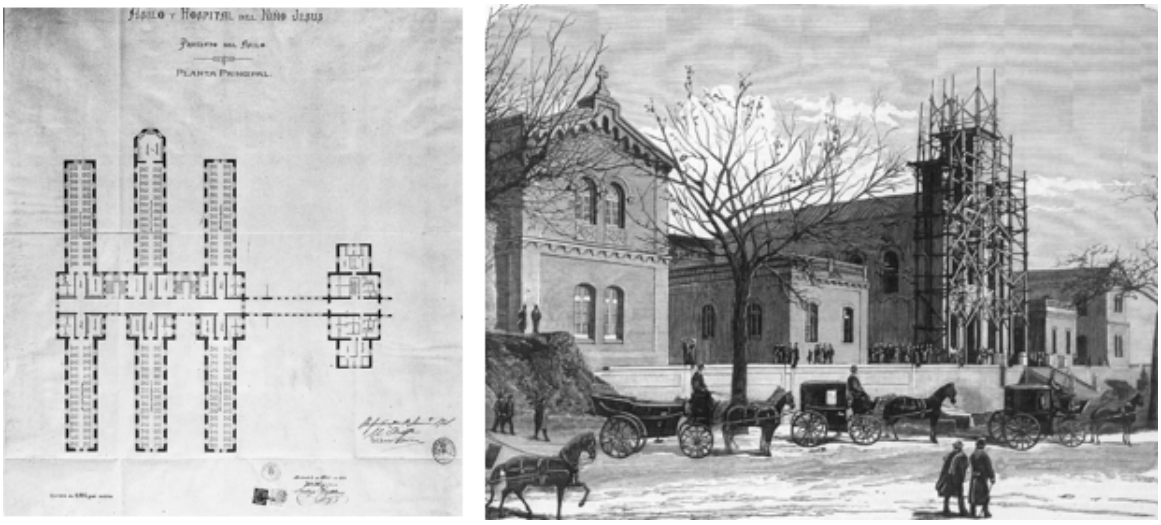
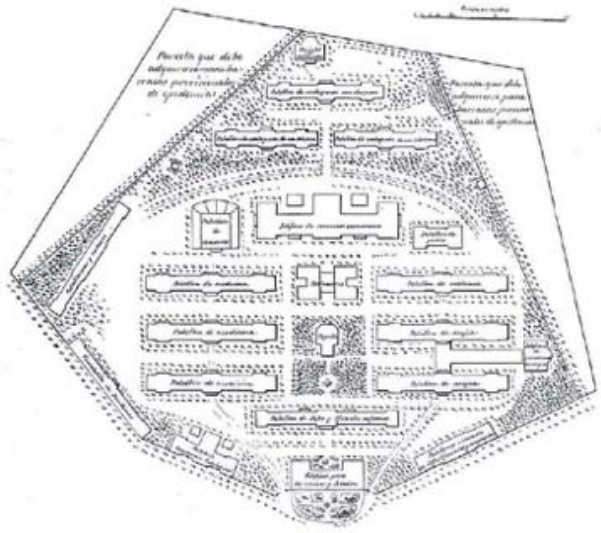


Figura 7 y 8. Miguel Jareño, plano del Hospital del Niño Jesús e imagen de la inauguración. (imagen, Archivo Municipal de Madrid y de La Ilustración española y americana. 15-12-1881).

Pero lejos de este hospital cercano al Retiro, por su interés cabe reseñar la historia de otro hospital situado con unos fines diferentes a las afueras de la ciudad y destinado a ser un hospital con uso completamente ajeno a éste.

La primera vez que se intentó fundar un hospital militar como tal había sido bajo el reinado de Carlos

III. Debido a cuestiones presupuestarias y de localización, finalmente se decidió poner en funcionamiento el primer Hospital Militar de Madrid el 27 de Diciembre de 1.841 en el Real Seminario de Nobles, un inmueble situado junto al Palacio de Liria. Un edificio que había sido mandado construir por Felipe V para educación de la nobleza. El 8 de Febrero de 1.889 este primer hospital fue destruido por un incendio. El Ministerio de la Guerra comienza entonces la búsqueda de un lugar adecuado para establecer un nuevo hospital y acepta los terrenos que le ofrece el municipio de Carabanchel. [*Revista La Ilustración Española y Americana*, (1886, Jul. 22)]. El proyecto del nuevo hospital se aprobó en 1.890 y fue realizado por el ingeniero. Manuel Cano y León [AAVV (1996)]. Si ya es interesante la disposición y las razones para su posicionamiento y hasta la aplastante lógica de sus dimensiones, más interesante es el trazado de la totalidad de la parcela. Desde la entrada al recinto cerrado se pretende realizar un ensayo, un avance de lo que médicos y militares entienden que debe ser la ciudad higiénica y no solo los propios hospitales. Los pabellones especializan sus usos y se jerarquizan de un modo completamente moderno: "Las partes son libres en el marco definido por el todo" [Kaufmann, E. (1982)]. Los espacios intermedios pasan a ser amables calles, lo que permite entender el conjunto como un planteamiento de lo que debe ser una disposición urbana higiénica. Todo lo contrario a lo que se estaba produciendo no solo en las proximidades del hospital sino en la propia ciudad de Madrid. (Figura 9 y 10.)



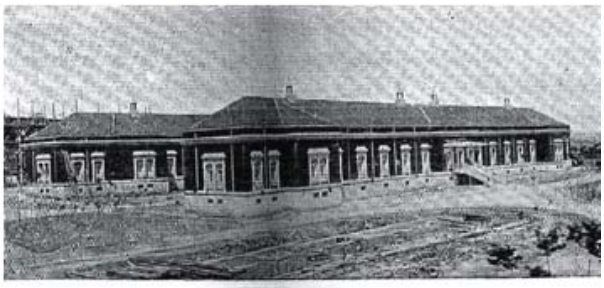
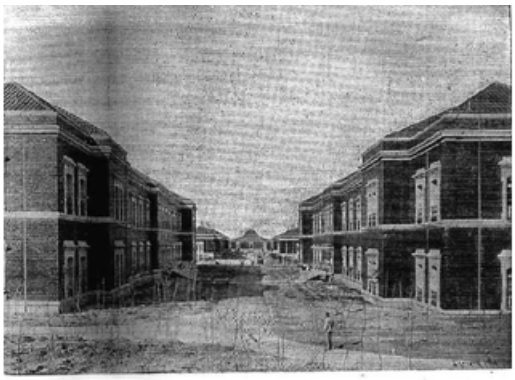


Figura 9 y 10. Manuel Cano, Hospital central de la Defensa hoy Gómez Ulla, Madrid.1865 (imagen: Revista La Ilustración Española y Americana, 22 de julio de 1986. Fuente BNE)

Una doble hilera de arbolado parece recubrir cada una de las piezas edificadas subrayando aun más su carácter individual. Cada pabellón parece poseer su propia camisa de arbolado que al juntarse con la de los pabellones próximos construyen una calle y aíslan aún más cada una de las piezas edificadas. Aunque la calle en este moderno espacio intermedio no es ya por tanto el resultado en negativo de una edificación sino una sección de arbolado sustentada por una edificación misma. (Figura 11 y 12.)



UNA DE LAS CALLES CENTRALES.

VISTA DE CONJUNTO DE LOS DIVERSOS PABELLONES QUE CONSTITUYEN EL NUEVO HOSPITAL.

Figura 11 y 12. Manuel Cano, Hospital central de la Defensa hoy Gómez Ulla, Madrid.1865 (imagen: Revista La Ilustración Española y Americana, 22 de julio de 1986. Fuente BNE)

Verdaderamente ni la proporción de esos espacios ni su uso es convencional, y es por ello que se vuelve muy difícil denominarlos calles como tales. ¿Qué son pues esos espacios rectilíneos si no podemos llamarlos con tranquilidad ni calles ni propiamente jardines? Tal vez sea un anticipo de la ciudad moderna por venir. Un signo de la modernidad misma que estaba llamando a las puertas.

El paisaje y la ciudad del futuro estaban en ciernes. Y los hospitales y sus espacios intermedios supusieron un laboratorio desde el que poder anticipar, consciente o inconscientemente su funcionamiento.

Si el Madrid del siglo XIX tenía muy clara su forma como ensanche, la percepción de su paisaje y su relación con la arquitectura moderna por venir no estuvo nunca tan preclaramente avanzada que como en lo sucedido en esas infraestructuras a menudo olvidadas de los hospitales.

Puede concluirse que existen claras similitudes de como el hospital es un ejemplo de lo que significa una “máquina de curar” y lo que sucede en la propia ciudad y su paisaje. En este estudio se permite avanzar como el hospital se trasforma y como ese cambio supone una imagen que permite reinterpretar el propio esponjamiento de la ciudad tanto en cuanto a su forma edificada como en cuanto a su paisaje del futuro.

Esta investigación forma parte del Proyecto del Plan Estatal de i+d+i del Ministerio de Economía y

Competitividad (código HAR2014-57843-R) titulado "Paisajes de aproximación a la ciudad de Madrid: del siglo XIX a la actualidad". Agradecemos a la Secretaría General de Ciencia, Tecnología e Innovación del MINECO la financiación del mismo.

Referencias

- AAVV (1996). *Gómez Ulla, Hospital Militar Central: cien años de historia, 1896-1996.* Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica.
- Ariza Muñoz, C. (1988). *Los Jardines de Madrid en el siglo XIX*. Madrid, El Avapiés.
- Álvarez-Sierra y Machón, J. (1952). *Los hospitales de Madrid de ayer y de hoy*. Madrid, Artes Gráficas Municipales. 124.
- Carmona, J. I. (2000). *Crónica Urbana del Malvivir (S.XIV-XVII) Insalubridad Desamparo y Hambre en Sevilla.* Sevilla, Universidad de Sevilla. Secretariado de Publicaciones. 15.
- Corral, J. (2001). *La vida cotidiana en el Madrid del siglo XIX*. Madrid, Ediciones La Librería.
- Fernández, S. J. J. (1989). *El cólera de 1885 en España*. Madrid, Editorial de la Universidad Complutense.
- de la Figuera Von Wichmann, E. (2005). Las enfermedades más frecuentes a principios del Siglo XIX y sus tratamientos. En red en http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/29/16/11figuera.pdf
- García Gómez-Álvarez, A. (1992). La sobremortalidad de la clase obrera madrileña a finales del siglo XIX, en Huertas, G.-A. R., Campos, R., Alvarez-Uría, F., & Fundación de Investigaciones Marxistas (Madrid, Spain). (1992). *Medicina social y clase obrera en España: Siglos XIX y XX.* Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, 145-176.
- Isasi, J. F. (2013). La arquitectura de la ciencia médica: Architecture of the medical knowledge. Madrid, CEU Ediciones.
- Jiménez Escolano, C. (2013). El Madrid de la segunda mitad del siglo XIX. Reflexiones sobre la salud y la higiene. *Revista Madrid Histórico*, n.º 44, pp. 58-65.
- Kaufmann, E. (1982). *De Ledoux a Le Corbusier: origen y desarrollo de la arquitectura autónoma*. Barcelona: Gustavo Gili, 38-39.
- Nadal Oller, J. (1966). *La población española: siglos XVI a XX*, (1984). Barcelona, Ariel.
- Pinto Crespo, V. (2002). Pobreza y beneficencia en el Madrid del siglo XIX, en AAVV, *Madrid: tres siglos de una capital, 1702-2002*. Madrid, Fundación Caja Madrid, 187-200.
- *Revista La Ilustración Española y Americana*, (1886, Jul. 22), 38.
- Sambricio, C. (1982). El Hospital General de Atocha en Madrid, un gran edificio en busca de autor. *Revista Arquitectura* nº230, 44-52.
- Vidler, A. (2011). Historias del presente inmediato: La invención del movimiento moderno arquitectónico. Barcelona: Gustavo Gili, 41.

URBAN FORESTS TO RESILIENT CITIES

DUARTE NATÁRIO

Landscape architect/ PhD student
Faculty of Sciences.
University of Porto (Portugal).
email: dnatariosantos@gmail.com

Resumo

As funções das Florestas Urbanas têm vindo a mudar para se adaptar às novas preocupações ambientais na maioria dos países desenvolvidos. Nos últimos anos, a perspectiva em relação às florestas nas áreas urbanas tem se vindo a desenvolver e ajustado às necessidades e demandas contemporâneas do público em geral. A conservação da natureza e os aspectos ambientais das florestas e espaços verdes ganharam maior relevância nos dias modernos e principalmente o recreio revelou-se a principal função das florestas urbanas.

Com o desenvolvimento da consciência ecológica e a crescente procura de espaços de lazer nas áreas urbanas que contemplam diferentes atividades, a floresta urbana tem sido nos últimos anos um palco de transformação e adaptação com o objetivo de aumentar o acesso ao público, permitindo um maior contato com natureza. Além disso, pelas razões descritas ultimamente temos assistido à criação e plantação de novas florestas urbanas, o que tem contribuído para o desenvolvimento ambiental e ecológico de vários contextos urbanos. Esta nova gestão e transformação deve ser acompanhada de uma preocupação em manter as características naturais e paisagísticas deste espaços. A percepção que as pessoas têm das florestas urbanas deve refletir as preocupações contemporâneas e, ao mesmo tempo, serem consideradas como um lugar natural seguro, alterando igualmente a percepção atual que alguns utilizadores têm das floresta. Esta pesquisa tem como objetivo estudar esta nova mudança de paradigma no planeamento florestal urbano, com foco no estudo de todos os principais critérios e práticas eficazes de uma floresta urbana sustentável nos dias de hoje e a contribuição que essa mudança de planeamento confere à resiliência da própria cidade, contribuindo assim para a criação de um modelo de floresta urbana resiliente.

Para alcançar esse resultado, pretende-se também explorar os principais casos de estudo a nível internacional e desenvolver e reflectir sobre novas formas de gestão florestal urbana adaptadas aos tempos modernos.

PALAVRAS CHAVES

Floresta urbana, arquitectura paisagista, Silvicultura, Resiliência

Abstract

Urban Forests functions have been changing to adapt to new modern concerns in most countries. In recent years the perspective towards forests in urban areas have developed and adjusted to contemporary needs and demands of the general public. The nature conservation and environmental aspects of forests and green spaces have gained more relevancy in the modern days and mainly recreation have revealed to be the main function of urban forests.

With the eco-consciousness development and the growing demands of leisure spaces in urban areas that contemplates different activities, urban forest have been in the latest years a stage of transformation and adaptation with the aim of increasing access to public use, allowing a deeper contact with nature. Furthermore, by the reasons described lately we have witnessed the creation and planting of new urban forests, which much has contributed to the environmental and ecological development of various urban settings. This new management and transformation should be accompanied by the concern to maintain the natural and landscape features of the forests at issue. The perception that people have towards Urban forests should reflect contemporary demands and at the same time considered as a safe natural place, changing the current perception that some people have of forests as a dangerous place and functioning as the city's natural stronghold with the preservation of its natural features. This research aims to study this new paradigm shift with regard to urban forest planning by focusing on the study of all the main criteria and effective practices behind a sustainable urban forest on modern days and the contribution that this planning shift gives to the resiliency of a city, thus contributing to create a model of a resilient urban forest.

In means to achieve this result it is also intended to explore the main case studies internationally and develop and reflect on new forms of urban forest management adapted to modern times.

KEY WORDS

Urban forests, landscape architecture, Forestry, resilience

Introduction

The theme of the present research proposal is Urban forest planning and management. This research involves the study of the transformation and evolution of urban forests, focusing on case studies of urban forests.

The research aims to give contribution on contemporary urban forest management and elaborate guidelines on sustainable management and design strategies for urban public forests and how these strategies and criteria are improving the resilience of the urban areas that these areas and urban trees are located in. It is pretended to explore the design challenges and planning of new urban public forests in growing cities with the focus on the criteria for a resilient urban forest. With this study there is also the objective at the same time to study the ways people interact with urban forests and optimize this interaction.

The main question is the paradigm of the future in terms of the management of urban forests and their importance. Study of cases in Porto, Berlin, Toronto and Singapore.

This research explores the change of paradigm regarding urban forests.

Urban Forests prove to be a great advantage to cities in relation to ecological and environmental issues. The urban areas of native forest are areas of high landscape quality and support biodiversity.

Furthermore it guarantees us a wide range of ecosystem services. For example, soil erosion control, water regulation and filtration, nutrient cycling, soil formation, filtration of air pollutants and carbon, climate mitigation, production of raw materials, noise barrier, reducing the risk of fires and floods, among others.

This areas improve the quality of life, by increasing physical health and mental well-being, proven in various researches, and contribute to the city's health and to the social balance and even for economic vitality (views of urban forests increases worker productivity, it is known also that urban forests are one of the leisure environments and most popular recreation attracting thousands of visitors per hectare per year).

To take most advantage of all the values and advantages that forests have to the urban areas where they are located, they need to have a correct management, planning and design in line with contemporary needs. This research is relevant because it makes a contribution to the application of these resilient criteria in urban forests and explores this concern, therefore contributing to a more healthy and resilient city and a better future for the next generations.

Aim of the research

The objective with this research is to study the new paradigm change towards urban forest, thought the outlining of the main effective practices for resilient Urban Forest in terms of Planning and Management.

The environmental and sustainable concerns are nowadays changing the ways we relate and plan our cities. New forms of urban planning thinking are now taking place and urban forests also need to adapt to this mindset. As Maarten Hajer states in his book *Smart about cities* "We are currently experiencing a discursive shift in urban planning and design. We are inventing new terms and concepts that will create the new practices of 21st century planning".

The change of paradigm is essential for a better urban forest management become a reality, more adapted with modern concerns and contemporary urban areas.

The objective with this research is to elaborate and study this paradigm, giving guidelines and contributing to a new scheme of urban forest management and planning. Applying to main examples of urban forest today and potential urban forests of tomorrow.

However my ultimate goal would be to define a model of management of an urban forest, though the delineation of the main practices for a resilient urban forest.

In order to do just that I will create a list based on the current analysis and perception of all the methods and actions of a sustainable urban forest and define what are the main practices to well manage and plan an urban forest under the contemporary perception and with focus on resiliency.

Therefore making a contribution in order to formulate guidelines to posterior interventions on urban forest, taking into account the case study of Porto, and at the same time, a model of a resilient urban forest. Apart of this I will correlate the contribution of this paradigm shift to the resiliency of modern cities.

Methodology

The main focus on the methods I would like to address my research questions is mainly text based and through analysis of the evolution and current urban forest management and planning. First I intent identify and evaluate the key literature and to study the main work and researches being done on the theme, analyzing not only the current guidelines for sustainable urban forest management but also the important study cases and examples of well managed forest parks, and urban forests. Other aspect on my method would be to analyze other urban planning strategies being held today, breakthrough advances on new ways of approaching urban planning and correlate with my theme. I also intent to possibly visit urban forests, create surveys with the aim

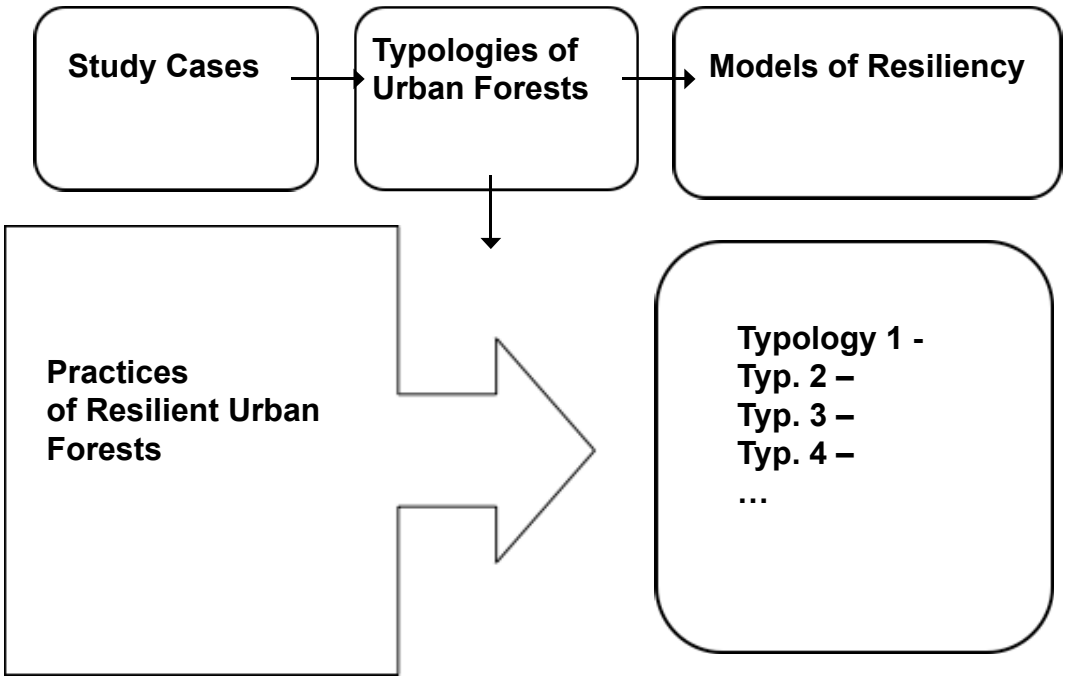
of having a social feedback of the population.

Another important aspect on my research would be to investigate other topics and questions related for example to sociology or ecology and behavioral factors of the contemporary man thus contributing to respond my research questions. My aim would also be to a have a multidisciplinary approach on my theme and try to research in other related study areas that could help me improve and better answer the proposed objectives.

In order to achieve my ultimate goal to define a model of a resilient urban forest, this study intends to gather all the information needed in order to formulate the main practices and criteria for a sustainable and resilient urban forest.

Through the analysis of different data my purpose is to elaborate a list of all the methods and actions of a sustainable and resilient urban forest and define what are the main effective practices to a well-managed and planned urban forest under the resilient concepts.

For that I propose to gather information regarding typologies of urban forests of today, creating a list (1, 2, 3, 4, etc.) of all the typologies of urban forests. At the same time my intention is to determine what are the models of sustainable principles of urban forest management and planning, and co-relate these models with the typologies of urban forests, thus defining the criteria for each typology, giving examples of study cases, one study case for each typology.



After the definition of the criteria, I intend to correlate this planning shift towards urban forests with the improving of the sustainability and resilience of the urban areas in general terms, stating how the evolution of urban forest planning are contributing to the resiliency of urban areas based on the state of art, and all the data being gathered on this matter in cities chosen as study cases of the present project.

1. Urban forest vision for climate resilient cities

As cities begin to experience the effects of climate change, increasing urban resilience has become a priority for decision makers across the world. Adaptive capacity is a key element to urban resilience and is defined by the IPCC as "the ability or potential of a system to respond successfully to climate variability and change" (Parry et al, 2007). Urban trees within the city can serve a multitude of functions, including climate change adaptation, and should therefore be considered an integral component when planning for resilience.

It is essential to shape an urban forest vision for climate resilient cities.

There are several strategies in order of making the planning and management of urban forests more effective. Among others I propose in this research:

- Combat pests and diseases that attack urban afforestation
- Correct selection of trees for each specific area (the right tree for the right place)
- Biodiversity of tree plantation
- Public and private afforestation projects and initiatives
- Participation planning
- Create a forest agency
- Proper training for city maintenance services
- More scientific data linking urban forest to resilience (carbon sequestration data from an urban forest)
- planting techniques that reduce the need for supplementary watering, reduce maintenance requirements, isolate roots from potentially polluted urban soils, and that facilitate transplantation

1.1 Effective tool of spatial decision

The goal of multi-criteria spatial decision analysis tool (Huber et al.) is to help decision makers, afforestation programs and urban foresters and their many partners determine which tree species are most suited to a specific area, in this rate applied at the case study of the city of Porto.

Specifically, the goals of this research is to help create and maintain an urban forest that is resilient to climate change and help the ongoing public and private afforestation and environmental projects happening in city of Porto, inspired in leading projects and initiatives in other major cities. This tool is in direct response to the need to prepare programs and tools in order of improving urban and climate resilience. Based on a

variety of site-specific characteristics as well as climate projections, various risk analyses, and species-specific morphological characteristics, the model I intend to develop determines a suitability score for each tree species in a corresponding urban tree guideline, and ranks trees based on their overall suitability scores. Suitability scores are based on a number of criteria, which compare how a species' preferred climate and growing conditions match with on-the-ground characteristics, as well as how the urban form of the area constrains tree choices. The tool also considers the ability of a tree species to withstand flooding (both fresh and seawater) and to provide shade in areas vulnerable to heat related injury. For each of the criteria in this model, a tree species will receive scores.

Conclusions

The use of urban forests to mitigate climate change is considered almost universal. While the ecosystem services of trees are widely acknowledged, few times studies considers the role of urban forests as a system or even the role of urban forests in increasing the adaptive capacity of cities in the current problematic of climate change. (Huber et al., 2015)

Only a few cities lead the way in terms of effective use of urban forests in terms of urban resilience.

Recent studies demonstrates that while adaptation plans are setting tree planting as a target to make cities more adapted to climate change and socio-ecological resilience, most urban forestry policies, practices and resources are not in place to make the best out of this practices for an effective adaptation and management strategy. (Huber at al.)

It is essential that urban forestry programs and initiatives some much public as private considers models and management and planning plans in a way that the urban afforestation projects and initiatives are indeed effective.

Benefits are often dependent on conditions such as continued levels of tree maintenance, on public values and policies which are supportive, and on a built form which remains largely unchanged.

However, it is illustrated by recent studies that these conditions may not be supported within plausible scenarios for future cities and that some changes to current practice are required in order to make the desired benefits of urban tree planting more resilient. (Habe et al.)

Large-scale urban tree planting projects should include statements about which benefits should be prioritized for each case and the timescales over which they are intended to be delivered. The right tree in the right place is really the order to achieve.

As with other patterns and units of urban infrastructure, risks to long-term performance should be identified for each case and holistically addressed. Ensuring the replacement of dead or misplaced street trees

is necessary but insufficient; tree survival to maturity is also vital for the delivery of many benefits. Although current best practice is to ensure urban tree planting is compatible with the specific location and also important its social and built context, it is suggested that this be broadened to consider the impact of plausible changes to the tree's context over its natural lifespan. (Habe et al.)

References

Apostol, D. & Bell, S. (2007). Abingdon: Taylor & Francis. Designing Sustainable Forest Landscapes.

Bentsen, P., Lindholst A.C. and Konijnendijk C.C. (2010) Reviewing eight years of Urban Forestry & Urban Greening: Taking stock, looking ahead. Urban Forestry & Urban Greening 9: 273-280

C.C.; Nilsson, K.; Randrup, T. B.; Schipperijn, J. (Eds), (2005). Urban Forests and Trees, Springer, Berlin COST E12. (1997). Memorandum of Understanding for the Implementation of a European Concerted Research Action Designated As COST Action E 12 'Urban Forests and Trees.' European Commission, Brussels, Belgium. 14 pp.

Clark, James; Matheny, Nelda; Cross, Genni; Wake, Victoria. (1997)
A model of Urban Forest Sustainability, Journal of Arboriculture.

Costanza, R. and B. Patten. 1995. Defining and predicting sustainability. Ecological Economics. 15:193-196.

Goodland, R. 1995. The concept of environmental sustainability. Annu. Rev. Ecology Systematics 26: 1-24.

Thompson, R., N. Pillsbury and R. Hanna. (1994).
The elements of sustainability in urban forestry. California Department of Forestry and Fire Protection. Riverside, CA. 56 pp.

Forrest M, Konijnendijk CC, Randrup TB (eds) (1999) COST Action E12 – research and development in urban forestry in Europe. Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg

Hajer, Maarten; Dassen, Ton. (2005) Smart about Cities – Visualising the Challenge for 21st Century Urbanism.

Habe et al. (2005) Delivering a Multi-Functional and Resilient Urban Forest. Sustainability

Huber et al. (2014) Enhancing Resiliency in Baltimore's Urban Forest. SNRE Master's Project

Kaufmann, R. and C. Cleveland. 1995. Measuring sustainability: needed — an interdisciplinary approach to an interdisciplinary concept. Ecological Economics. 15:109-112.

Konijnendijk, C.C., (1999) Urban forestry in Europe: A Comparative Study of Concepts, Policies and Planning for Forest Conservation, Management and Development in and around Major European Cities. Doctoral dissertation. Research Notes No. 90. Faculty of Forestry, University of Joensuu, Joensuu

Konijnendijk et al.(2000): Urban Forestry Research in Europe. Journal of Arboriculture Schmidthusen, F. and Wild-Eck, S. , (2001). Uses and perceptions of forests by people living in urban areas: findings from selected empirical studies. Forstwissenschaftliches Centralblatt.

Maser, C. (1994). Sustainable Forestry — Philosophy, science and economics. St. Lucie Press. Delray Beach, FL. 373 pp.
Dahlin, Kyla. (2004) Crotona Park - Urban Forest Management Plan.

Salwasser, H. (1993). Perspectives on modeling sustainable urban forest ecosystems. D. LeMaster and R. Sedjo (ed.). pp 176-181. In: Modeling Sustainable Forest Ecosystems. Forest Policy Center. Washington D.C.

Tryvainen, L.; Pauleit, S.; Seeland, K.; Vries, S. (2005). Benefits and uses of urban forest and trees.
Webster, H. 1993. Some thoughts on sustainable development as a concept, and as applied to forests. Forestry Chron. 69:531-533.

Wiersum, K. F. 1995. 200 Years of sustainability in forestry: Lessons from history. Environmental Management.

19(3):321-329.

Journal of Forestry. 1995. Sustaining the World's Forests — The Santiago Agreement. Criteria and indicators for the conservation and sustainable management of temperate and boreal forests. Journal of Forestry 93 (4):18-21.

SUSTENTABILIDADE: A UTOPIA DA CIDADE DESEJADA EM RIBEIRÃO PRETO, SP.

MARIA PAULA FERNADES DE FREITAS

Professora/Pesquisadora
Curso de Engenharia Ambiental. Centro Universitário Barão de Mauá. IPCCIC.
Rua Manoel Antonio Ferreira, 150,
Ribeirão Preto (Brasil) 14094-522.
Email: maria.freitas@baraodemaua.br

LILIAN RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA

Professora Titular/Pesquisadora
Curso de História. Centro Universitário Barão de Mauá. IPCCIC.
Rua Malachias José dos Santos, 142,
Ribeirão Preto (Brasil) 14.076-210.
Email: lilianrosa@baraodemaua.br

MARCELLO ALVES NAKAISHI

Engenheiro/Pesquisador
Curso de História. Centro Universitário Barão de Mauá. IPCCIC.
Rua Arnaldo Victaliano, 881, Ribeirão Preto (Brasil) 14.090-220.
Email: marcellonakaishi@hotmail.com

Resumo

A sustentabilidade pensada a partir das dimensões social, cultural, econômica e ambiental é uma das metas do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, IPCCIC. Com base nessa diretriz, aplicou-se uma entrevista estruturada para 398 pessoas de Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Esse município possui uma área de mais de 650 km2 e está localiza no nordeste do estado, sendo uma importante área econômica de produção sucroalcooleira do Brasil. É a capital de uma região metropolitana que possui 34 municípios, em um território de 14,8 mil quilômetros quadrados, equivalente a 6% do estado de São Paulo, com 1,6 milhão de habitantes e R$ 48,38 bilhões de produto interno bruto. Os resultados indicaram a sustentabilidade como a utopia da cidade desejada. Refletir os significados envolvidos no anseio por uma cidade mais sustentável é o objetivo desse artigo. Para realizar o estudo foram cruzados os dados coletados na pesquisa quantitativa e qualitativa com os relatórios do Programa VerdeAzul do governo do Estado de São Paulo. O que se constatou foi um distanciamento entre o fato de Ribeirão Preto possuir o selo de Cidade Sustentável, conferido pelo Programa, e a população não considerar que a sustentabilidade tenha sido alcançada e consolidada pelo município.

Abstract

Sustainability based on social, cultural, economic and environmental dimensions is one of the goals of the Instituto Paulista de Cidades Criativas, IPCCIC. Based on this guideline, a structured interview was applied to 398 people in the city of Ribeirão Preto, SP. This county has an area of more than 650m2 and is located in the northeast of the state, being an important economic area of Brazil's sugar and alcohol production. It's the capital of a metropolitan region where it has 34 counties, in a territory of 14, 8 thousands km², equivalent to 6% of the state of São Paulo, with 1,6 million people and R$ 48,38 billions of gross domestic product. The results indicated sustainability as the utopia of the desired city. Reflecting the meanings involved in craving for a more sustainable city is the purpose of this article. For realizing the study, the data collect on the quantitative and qualitative research were crossed with the reports of the VerdeAzul 's program from the government of the state of São Paulo. What was found was a distancing between the fact that Ribeirão Preto has the seal of Sustainable City, conferred from the program, and the population does not consider that sustainability has been reached and consolidated by the county.

PALAVRAS CHAVES

Sociedade sustentável, cidadania ativa, cidade criativa.

KEY WORDS

Sustainable society, active citizenship, creative city.

Introdução

Os resultados analisados fazem parte de uma pesquisa mais ampla relativa à realidade social, econômica, cultural e ambiental de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, Brasil, entre 2014 e 2016. Levado a cabo pelo IPCCIC – Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (2016), o trabalho de investigação detectou o desejo de parte da população em ter uma Cidade Sustentável, o que evidenciava um descontentamento com relação a esse aspecto no município. Diante desta questão, o grupo de pesquisadores resolveu analisar a sustentabilidade de Ribeirão Preto a partir do índice gerado pelo Programa VerdeAzul do governo do estado de São Paulo.

De acordo com Afonso (2006, p.11) refletir sobre sustentabilidade e desenvolvimento implica em pensar na "manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento futuro, para que tanto as necessidades atuais quanto aquelas do futuro possam ser igualmente satisfeitas".

Esse necessário equilíbrio já era tema em 1987, quando o Relatório Brundtland, emitido pela ONU, uniu em um mesmo espaço de discussão a questão da preservação ambiental e as necessidades de crescimento econômico (NASCIMENTO, 2012). A partir de então, desenvolvimento sustentável passou a ser compreendido como aquele que satisfaz as demandas do presente sem comprometer a capacidade de recursos das gerações futuras.

As discussões mais recentes apontam para pelo menos cinco dimensões envolvendo o chamado desenvolvimento sustentável. Nascimento (2012, pp. 4-5) explica que a (1) Ambiental supõe um modelo de produção compatível com a resiliência dos ecossistemas. A (2) Econômica que busca a ecoeficiência do sistema produtivo. A (3) Social que defende a justiça social, uma vez que se entende a pobreza como uma das principais causas e consequências dos problemas ambientais. Assim, propunha acesso dos cidadãos ao mínimo necessário a uma vida digna sem o impacto aos recursos naturais. Contudo estas três primeiras só se realizam na sua completude se for considerada a dimensão (4) Política, fundamental, pois possibilita, por meio de suas decisões nos diferentes fóruns de discussão (municipal, estadual e federal), o diálogo entre as organizações governamentais e multilaterais, a sociedade civil e o empresariado. Mas, ela depende da quinta dimensão, (5) Cultura, que compreende a impossibilidade de uma mudança nos padrões de consumo sem as transformações de valores e pensamento do indivíduo.

Assim, entende-se por desenvolvimento sustentável a interface entre saúde e ambiente, sob a ótica da sustentabilidade, compreendendo esforços multissetoriais (indo do saneamento, da habitação, da educação, da cultura, até políticas voltadas para a criação de emprego e renda) gerados em torno da promoção do bem-estar e da saúde humana. A promoção da saúde estreita sua relação com a vigilância em saúde, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às

doenças ou a outros agravos à saúde (WHO, 2011).

Edgar Morin (1987), teórico que embasa as reflexões nessa pesquisa, destaca em sua obra, o Método, as complexidades desse desenvolvimento. Não se deve associar o conceito apenas ao setor cientifico ou ao setor político das cidades. O desenvolvimento sustentável que tomou multiplicidade de ideias e concepções agora demanda a participação de todos os atores que compõem o cenário social, sendo necessária uma "sociedade sustentável". De acordo com Morin (2013) em sua outra obra, A via para o caminho da humanidade, é necessário compreender as expectativas dos cidadãos em relação ao que se deseja como sustentabilidade, vista atualmente quase como utopia e idealizada em muitos aspectos. Para isso, é essencial avançar rumo ao que se espera da cidade: a realização da reforma do pensamento e da sociedade baseados nas identidades, auto responsabilidade, solidariedade e cidadania. A realização do caminho inverso pode não trazer o resultado que almejam seus habitantes.

Quanto às partes do texto, no item 1 apresentam-se os aspectos ambientais e geográficos de Ribeirão Preto, visando uma caracterização do ambiente de pesquisa. Já no item 2 apresenta-se o conceito de sustentabilidade no qual os pesquisadores embasaram suas reflexões sobre o município que é objeto de análise.

Objetivos

Relacionar as expectativas de parte da população quanto à sustentabilidade desejada e a alcançada pelo índice do Programa VerdeAzul do Governo do Estado de São Paulo.

Refletir sobre as condições de sustentabilidade do município e a percepção da população sobre a sustentabilidade, considerada por eles como uma utopia.

Metodologia

A pesquisa tem caráter qualitativo e quantitativo com a aplicação de um questionário estruturado. Foram feitas dez perguntas de múltipla escolha, duas abertas e apresentado campo para identificação. Foram entrevistadas 398 munícipes de Ribeirão Preto, sendo 74,9% com menos de 30 anos, 59,8% do total eram mulheres e 97,5% cursando graduação ou graduados. A aplicação do questionário ocorreu após a transmissão do documentário "A Equação de Tudo", no qual foram exibidos depoimentos sobre a realidade social, econômica, ambiental, política e da educação e a necessidade da formação do cidadão cocriador envolvido no desenvolvimento sustentável da cidade.

Associada à pesquisa de campo foram realizados o estudo e a análise dos índices publicados pelo Programa VerdeAzul do estado de São Paulo, sobre a posição do município no ranking estadual de

sustentabilidade.

1. Caracterização ambiental e geográfica de Ribeirão Preto, São Paulo.

Ribeirão Preto é um município com uma área de 650,916 km2 localizado no nordeste do estado de São Paulo que, por sua vez, compõe a região sudeste do Brasil. Possui uma população estimada, em 2015, de 666.323, de acordo como o IBGE. Está inserido na mesorregião que incluí 66 municípios agrupados em sete microrregiões (Barretos, Batatais, Franca, Ituverava, Jaboticabal, Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra). É a capital de uma região metropolitana que engloba 34 municípios em um território de 14,8 mil quilômetros quadrados, equivalente a 6% do estado de São Paulo, com 1,6 milhão de habitantes e R$ 48,38 bilhões de produto interno bruto.

Sua localização no centro da região nordeste do estado de São Paulo torna o município um importante entroncamento logístico, com uma densa malha viária em boas condições para o tráfego. Com importantes pistas duplas, a qualidade das estradas de rodagem é superior se comparada às rodovias nacionais (COSTA, 2011).

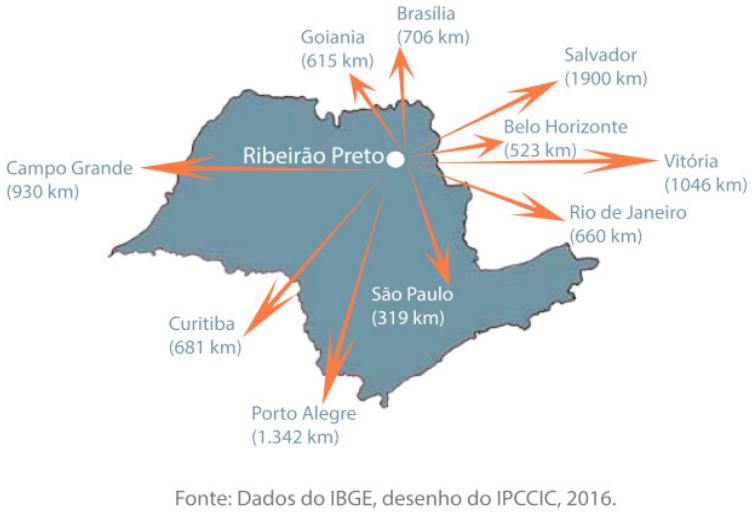


Figura 1 Localização de Ribeirão Preto (IPCCIC, 2016).

Quanto aos seus aspectos naturais, sua área está no domínio tropical e localiza-se na zona de transição de dois grandes conjuntos geográficos: o Cerrado do Brasil Central e a Mata Atlântica do Sudeste do país. Faz parte do planalto basáltico da bacia sedimentar do Paraná, onde predominam superfícies suavizadas e colinosas. Em outras palavras, seus relevos constituíram-se de colinas amplas e baixas com topos tabulares, com vales de entalhamento médio de 20 metros. As altimetrias variam de 500m a 700m (SILVA; ROSA, 2012).

Situa-se na porção nordeste da Bacia Sedimentar do Paraná, abrangendo geologicamente arenitos das formações Botucatu e Piramboia, os basaltos e diabásios da Formação da Serra Geral e os sedimentos aluvionares recentes. O solo está entre os mais férteis do Brasil. Predomina o latossolo roxo, nos setores mais aplainados e a terra roxa estruturada nas vertentes mais inclinadas.

Quanto ao clima, o estado de São Paulo pertence ao domínio tropical, com temperaturas médias anuais de 18ºC. Há uma perceptível diferença entre a estação seca (meses de abril a setembro) e chuvosa (meses de outubro a março) provocando uma distribuição desigual das precipitações ao longo do ano, oscilando entre 800 mm a 2200 mm anuais, tendo como média 1.467 mm anuais.

Abastecido pelo Aquífero Guarani, maior reserva de água subterrânea da América do Sul e uma das maiores do mundo, Ribeirão Preto é a cidade que mais retira água desta reserva. De acordo com o site do DAERP (Departamento de Água e Esgoto do município), existem 103 poços artesianos (os primeiros são de 1929), dos quais a água é extraída por bombas submersas, responsáveis por 14.050 m3 de água por hora. Mas, esses são apenas os poços municipais. De acordo com o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), a cidade possuía 520 poços em 2014, somando-se as outorgas concedidas a empresas. São retirados cerca de 440 milhões de litros de água por dia do Guarani.

Um dos graves problemas é o desperdício. De acordo com o DAEE, 50% da água retirada em Ribeirão Preto pelo DAERP não chega às casas, perdendo-se pelo caminho em decorrência de vazamentos, provocados por falta de planejamento e infraestrutura deficiente. Entre os moradores o uso indevido também chama a atenção. Com um consumo entre 350 a 400 litros habitante/dia, um exagero tendo em vista que a média nacional é de 200 a 250 litros habitante/dia, pode-se concluir que há uma cultura do desperdício, que exige uma urgente ação educativa.

Além do desperdício, há o problema da contaminação. Em alguns bairros de Ribeirão Preto, como o Parque dos Lagos, o acúmulo de lixo é um risco para o aquífero. O solo dessa área absorve parte da água da chuva e a conduz até o subterrâneo. A velocidade média é de dois metros/litro por ano. O Guarani está entre oitenta e cem metros de profundidade na zona leste da cidade, segundo o diretor do DAEE de Ribeirão Preto, Carlos Alencastre (FOLHA, 06/02/2014). A zona leste da cidade foi considerara Zona de Uso Especial depois de insistência da sociedade civil e da comunidade cientifica para preservação dessa área de afloramento do aquífero, tornando necessário que todos os projetos que sejam implantados no local tenham sua viabilidade ambiental analisada.

Além do uso inadequado da água, segundo Silva Filho (2012) outro problema no município é a ineficiente cobertura arbórea. Um dos resultados é a presença de médias térmicas superiores a 29°C enquanto áreas mais arborizadas apresentam médias abaixo de 28°C.

Considerando-se os dados coletados pela pesquisa (IPCCIC, 2016), constata-se que Ribeirão Preto tem sua qualidade ambiental comprometida, com poucas áreas verdes. Os fragmentos de vegetação nativa não estabelecem conexões entre si, promovendo o empobrecimento dos sistemas ecológicos do município e da região.

2. Sustentabilidade como utopia

A combinação de relevo relativamente plano, solo fértil e altas temperaturas tornou o município e a região em seu entorno uma área atrativa para a agricultura comercial de monoculturas, primeiro com o café e agora com a cana-de-açúcar. A cafeicultura foi a primeira a substituir extensas áreas de mata nativa por milhões de pés de café, ainda no final do século XIX e no início do XX. Após os anos 1970, os canaviais passaram a dominar a paisagem, ocupando o solo até onde a vista alcança.

As monoculturas provocaram a rápida transformação da paisagem, anteriormente composta por manchas de cerrado e cerradão e pequenas parcelas de florestas. Atualmente, o grande desafio do município é equilibrar o desenvolvimento econômico acelerado com o desenvolvimento de políticas públicas de sustentabilidade ambiental.

Em 2007, o governo do Estado de São Paulo lançou o Programa Municipal VerdeAzul (PMVA), pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Considerado como uma ação inovadora, ele objetiva medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental, valorizando e descentralizando a agenda ambiental dos municípios. Sua prioridade é estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável no estado. Ao participar do PMVA e ao atender os critérios estabelecidos, o município garante a liberação de recursos do Fundo Estadual de Controle da Poluição – FECOP. Dos 645 municípios do Estado de São Paulo, 625 aderiram ao PMVA até 2015.

Anualmente, o PMVA publica o Ranking Ambiental dos municípios paulistas, dividido em dez diretivas, publicando o Indicador de Avalição Ambiental - IAA. Os critérios avaliados dos municípios e levados em conta para tal indicador, referente à evolução da gestão ambiental são: esgoto tratado, resíduos sólidos, biodiversidade, arborização urbana, educação ambiental, cidade sustentável, gestão das águas, qualidade do ar, estrutura ambiental e conselho ambiental.

O ranking ambiental do PMVA norteia a formulação de políticas públicas e é utilizado para outorgar o Certificado Município VerdeAzul, concedido aos municípios com nota superior a 80, e o Prêmio Governador André Franco Montoro, concedido aos municípios melhores colocados no Ranking.

Em 2015, o município de Ribeirão recebeu o Certificado Município VerdeAzul, tendo ficado no 38º lugar, com IAA de 88,14. Contudo, é necessário destacar que o município apresentou oscilações de posição

no Ranking Ambiental, entre 2008 e 2015, como indica o gráfico, abaixo. Quanto ao prêmio Franco Montoro, Ribeirão Preto e os municípios da região metropolitana não foram contemplados.

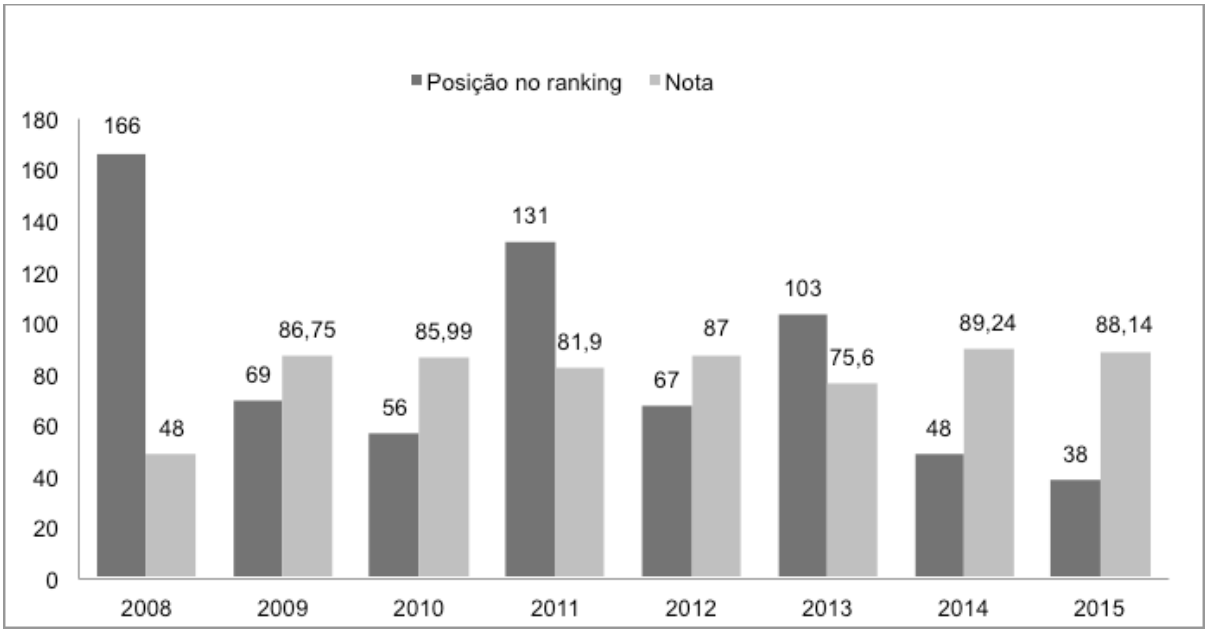


Gráfico 1. Ranking da evolução de gestão ambiental do município de Ribeirão Preto, SP, entre 2008-2015 (PMVA, 2015).

Em 2015, com IAA de 88,14, Ribeirão Preto ocupa o 38º lugar no Ranking geral; 2º lugar no Ranking por UGRHI (Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos) no qual o município pertence à Bacia do Pardo e 3º lugar no Ranking por faixa populacional.

Embora, os indicadores do PMVA evidenciem uma situação favorável do município de Ribeirão Preto, ao observar mais de perto a sua realidade ambiental, salienta-se outra realidade. Um dos fatores primordiais é a falta de dados confiáveis no município que permitam uma análise mais profunda da real condição ambiental e que sirvam de base para a elaboração políticas públicas que resultem em qualidade ambiental e de vida da população. Outra questão é inconsistência dos dados que são fornecidos pelas prefeituras ao programa VerdeAzul.

Ademais, o conceito de sustentabilidade no âmbito das políticas públicas realizada pela prefeitura encontra-se ainda muito concentrado no aspecto ambiental, sendo que uma cidade verdadeiramente sustentável é construída a partir da confluência deste com outros fatores, como o econômico, o social e o cultural.

Visando detectar qual a cidade ideal para o ribeirão-pretano foi realizada uma pesquisa com 398

indivíduos. Desse total, 172 responderam que sua utopia para a cidade de Ribeirão Preto era a Igualdade Social (43,2%) e 123 que era Sustentabilidade (30,9%).

Destacando que não se consegue enxergar a sustentabilidade da sociedade e da cidade, se todos não tiverem plena Igualdade Social. Através das demais questões, traçamos o perfil que os pesquisados têm da cidade atualmente: Política Acanhada e tradicionalista (60,1%) e que se encontra na etapa de coleta de informação (67,6%).

Tabela 1 Qual sua utopia em relação a Ribeirão Preto (IPCCIC, 2016).

ALTERNATIVAS	NÚMERO DE RESPONDENTES	%
IGUALDADE SOCIAL	172	43,2
SUSTENTABILIDADE	123	30,9
SEGURANÇA	76	19,1
OUTRAS	21	5,3
NÃO RESPONDEU	06	1,5
TOTAL	398	100

Os entrevistados demonstraram esperanças nas potencialidades que a cidade pode desenvolver quando citaram que o município tem autonomia suficiente para implantar um modelo de educação, mais forte e qualificado, do que as propostas não bem sucedidas do Governo Federal (77,45%) e ainda demonstraram que o foco do avanço da cidade deve estar focado na sustentabilidade, quando em outra pergunta aberta, que solicitava que o entrevistado descrevesse como ele gostaria que Ribeirão Preto fosse, e dos 398, 69 responderam que gostaria que a cidade fosse mais sustentável, representando 17,3%. Outros respondentes associaram o desejo de uma cidade sustentável com outras expectativas em relação à cidade: mais criativa, moderna e cultural. Este último grupo totalizou 98 pessoas (25%), que somadas ao grupo anterior representam 42,3% dos entrevistados.

Conclusões

Ribeirão Preto é um município importante do ponto de vista econômico no estado de São Paulo. Além de ser a capital de uma grande região metropolitana é também o polo de produção sucroalcooleira no Brasil. A presença de atividades monocultoras associadas a um rápido crescimento econômico, não foi acompanhado pelo planejamento ambiental e por outras formas de desenvolvimento sustentável. A vegetação original foi quase totalmente devastada e a qualidade do ar é afetada pelas queimadas de cana-de-açúcar e pela grande quantidade de carros.

Visando mitigar essa condição, o município empreendeu ações voltadas para o tratamento de água, coleta de lixo e esgoto que melhoraram a situação ambiental do município. Como resultado disso, em 2015 Ribeirão Preto recebeu o selo do Programa VerdeAzul do estado de São Paulo, ficando em 38º. Lugar no ranking estadual da sustentabilidade.

Contudo, embora os indicadores com relação a questão ambiental sejam positivos, chancelando Ribeirão Preto como uma "Cidade Sustentável", assim não a percebem uma parte dos seus habitantes. Isso fica evidente com a pesquisa em uma mostra da população, que indica a sustentabilidade como o desejo de uma cidade ideal para Ribeirão Preto. Tornando clara que a utopia alcançada é representativa e não participativa.

Quanto às limitações da pesquisa, acredita-se que a amostra de entrevistados deve ser ampliada, sendo necessário um diagnóstico das expectativas do ribeirão-pretano sobre a questão da sustentabilidade no município. Para futuros estudos, também se revela necessária a realização de uma pesquisa qualitativa, de maneira a buscar uma melhor percepção da população em relação ao município em que reside.

Referências

AFONSO, C. M. (2006). *Sustentabilidade: caminho ou utopia*. São Paulo: Annablume.
ALENCASTRE, C. A. (2014). Lixo ameaça área de recarga do Aquífero Guarani, em Ribeirão Preto, SP. Recuperado de: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/02/1408122-lixo-ameaca-area-de-recarga-do-aquifero-guarani-em-ribeirao-preto.shtml
COSTA, G. F. (2011). *Caracterização do Setor Sucroalcooleiro na Mesorregião de Ribeirão Preto*. USP: Esalq.
IPCCIC. (2016). A Equação de Tudo. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=XrM8vwxXD28.
____. *Relatório de Pesquisa 2016*. Recuperado de: http://www.ipccic.com/seminrio.
MORIN, E. (1987). *O método . A natureza da natureza.* Publicações Europeia-América.
____. (2013). *A Via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
NASCIMENTO, E. P. do. (2012) *Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico*. Estud. av., vol.26, no.74, p.51-64.
SÃO PAULO. *Município VerdeAzul.Critérios para avaliação*. Ciclo 2015. Recuperado de: Recuperado de: http://www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul/files/2011/11/CRIT%C3%89RIOS-PMVA-2015.pdf
SILVA, A.; ROSA, L. R. O. (orgs.). (2012) Paisagem natural e geográfica de Ribeirão Preto. In: ___. Patrimônio cultural do café da terra vermelha. Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Instituto do Livro.
SILVA FILHO, D. F. (coord). (2012). *Plano diretor de Arborização urbana I - Estabelecimento de áreas prioritárias para a arborização por meio de sensoriamento remoto e geotecnologias para o Município de Ribeirão Preto, SP*. Piracicaba.
WHO. (2011). World Health Statistics. Recuperado de: http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/en/

LANDSCAPE AND THE CITY; CREATING A SUSTAINABLE DEVELOPMENT

ANASTASIA NIKOLOGIANNI
School of Architecture and Design,
Birmingham City University, UK
Cardigan Street, the Parkside Building, P104,
Birmingham City University, B4 7BD, UK
anastasia.nikologianni@mail.bcu.ac.uk

KATHRYN MOORE
School of Architecture and Design,
Birmingham City University, UK
Cardigan Street, the Parkside Building,
Birmingham City University, B4 7BD, UK

PETER LARKHAM
School of Engineering and the Built Environment,
Birmingham City University, UK

Resumo

Este artigo examina o potencial de adotar uma abordagem holística em estratégias urbanas e regionais, a fim de compreender de que forma é que estas podem contribuir mais eficazmente para os atuais desafios globais. Investigação de carácter estratégico mais abrangente, que investiga em que medida baixo carbono e qualidade espacial podem ser implementados a nível regional, demonstra que existem benefícios na adoção de uma série de processos para implementar desenvolvimento urbano integrado e sustentável.

Os casos de estudo examinados incluem o Observatório da Paisagem (Espanha), o Room for the River (Holanda) e o HS2/HS2LV (Reino Unido). O Observatório da Paisagem tem vindo a sensibilizar o público para o valor da paisagem de tal modo que existe agora uma lei pública que protege a paisagem na Catalunha. Uma investigação baseada em projetos que se centram na adaptação climática na Holanda demonstra o potencial e o significado da introdução de baixo carbono e qualidade espacial em projetos de infraestrutura urbana e regional. Uma análise ao projeto ferroviário de alta velocidade HS2, no Reino Unido, ilustra como poderá ser possível influenciar a perceção e o desenvolvimento de um projeto de engenharia singular, a fim de transmitir uma visão mais ampla e sustentável, e o impacto que isso pode ter em paisagens de futuras cidades, vilas e áreas rurais. A importância do desenvolvimento de processos de aquisição, políticas e legislações como partes integrantes da fase gestão de projetos de paisagens urbanas e regionais são também considerados necessários para futuras estratégias de paisagem.

Os resultados preliminares indicam que a implementação bem-sucedida requer o desenvolvimento de uma visão para a paisagem e a compreensão dos conceitos de baixo carbono e qualidade espacial através do design, a fim de melhor se manifestar na infraestrutura e criar valor acrescentado para nossas cidades e regiões.

PALAVRAS CHAVES

Desenho da paisagem, espaço de vivência, baixo carbono, qualidade espacial, Adaptação climática

Abstract

This paper examines the potential of a holistic approach for urban and regional strategies in order to understand the way this might contribute more effectively to current global challenges. Part of a wider research strategy investigating the extent to which low carbon and spatial quality can be delivered at a regional level, it demonstrates benefits of adopting a range of processes to deliver integrated and sustainable urban development.

The case studies examined include the Landscape Observatory (Spain), the Room for the River (the Netherlands) and HS2/HS2LV (UK). The Landscape Observatory has raised public awareness of the value of landscape to the extent to which there is now a public law protecting landscape in Catalonia. An investigation of projects dealing with climate adaptation in the Netherlands demonstrates the potential and significance of introducing low carbon and the quality of space in urban and regional infrastructure projects. An examination of the HS2 high-speed rail project in the UK illustrates how it might be possible to impact on the perception and development of a singular engineering project in order to convey a wider sustainable vision and the impact that this might have on future landscape in towns, cities and rural areas. The significance of development of procurement processes, policies and legislations as part of the administration phase of urban and regional landscape schemes are also considered necessary for future landscape strategies.

Initial outcomes indicate that successful delivery requires the development of a landscape vision and the understanding of low carbon and spatial quality concepts through design in order to be better expressed in the infrastructure and create added value to our cities and regions.

KEYWORDS

landscape design, living space, low carbon, spatial quality, climate adaptation

Introduction

This research examines the way in which principles such as low carbon and spatial quality can be incorporated into strategic regional schemes to create a fully integrated sustainable development. Its purpose is to examine how concepts of sustainability, quality and low carbon can be expressed at a regional scale rather than simply at a detailed level of construction.

Three pioneering schemes have been selected as case studies, in Spain (the 'Landscape Observatory'), the Netherlands (the 'Room for the River') and the UK ('HS2/HS2LV') representing a range of projects to raise awareness of landscape and spatial quality (Catalonia) as way to implement spatial quality within a low carbon agenda on a major regional project (the Netherlands) and at the earliest stages of planning a major infrastructure (UK). Through the exploration of those three schemes the paper will examine ways of best practice and key ideas towards the establishment of a sustainable urban environment.

As Stephenson (2010) states, 'presenting landscape as 'space' has a long pedigree in assessment practice, but conveying its rich and messy place-values is still a rarity in practice'. That statement not only shows there is a connection between the landscape idea and the concepts of spatial quality and sustainability, but that there is also a lack of knowledge on the way these complex messages can be effectively conveyed and spatially delivered. As a result landscape is considered to be the 'space' where the sustainable activities take place, rather than the 'place' that will be created and be part of a sustainable strategic development. Also, the concepts of sustainability and low carbon are often considered only relevant to CO_2 emissions (Yuan et al., 2011) without considering the broader idea of sense of place and sustainable life style. Investigating the conceptual and design role in the above pioneer landscape projects the paper illustrates the potential of introducing low carbon and quality of space as a vital aspect of urban and regional landscape strategies.

Aim of the research

With the broader research focus to be on urban and regional landscape strategies the relation of such schemes to climate change, sustainability, low carbon and sense of place and their design integration is significant.

This paper aims to investigate the mechanisms supporting a sustainable landscape development as well as the extent to which low carbon and spatial quality can be delivered in urban and regional infrastructure projects.

Methodology

The paper focuses on the exploration of sustainable operations across the three landscape strategies

that have resulted in the delivery of pioneering urban and regional schemes. The Catalan, the Netherlands and the UK case studies are used to illustrate this venture.

The decision to include the Landscape Observatory of Catalonia (Spain) in this research is based on the fact that it works in a framework of sustainable development, increasing knowledge for the landscape and monitoring the landscape changes. It is a significant demonstration on how to 'sensitise' the Catalan society and the way this raises awareness on the development of the land and impacts on the territory. The Landscape Observatory of Catalonia is an advisory body on landscape issues for both the government of Catalonia and the Catalan society. Originally established to implement the European Landscape Convention (ELC), it has succeeded in bringing attention to the 'land' and create a landscape-oriented culture. The Observatory's main activities are; monitoring the evolution of the landscape, identifying ways that landscape awareness can be embedded in policy and legal documents and looking at a different way of spatial planning; the researcher will explore how it was established and the reasons why it has been so successful, changing views and minds regarding landscape.

Looking at how these ideas have been communicated to the society and how this affects the establishment of a sustainable landscape framework for the region, the research will move on to the next case studies. The Room for the River will illustrate the implementation of a low carbon and spatial quality agenda, while the HS2/HS2LV will examine the beginning of the planning process in a major strategic scheme. The 'Room for the River' is an excellent illustration of climate driven regional landscape design, implemented to address the problem of serious flooding due to increased rainfall and rising sea levels. It is a national programme, aiming to achieve high water level protection in 34 locations, now and in the future, across the Netherlands (Fig.1). A holistic approach on climate and sustainability issues put landscape at the core of development without minimizing the quality of life.

The significance of a landscape adaptation programme considering water safety, but also addressing spatial quality as well as the goals for long-term sustainability and the way that local and national institutions dealt with the implementation of a large-scale scheme have made it a suitable example for the purposes of this research. The 'Room for the River' programme extends across the whole country covering urban and rural locations, however for the purposes of this paper, a focus on urban projects has been given.

Figure 1: The 34 different landscape projects of the 'Room for the River' programme illustrated on a map (Source: Ruimte voor de rivier official organisation).

The HS2 & HS2 Landscape Vision (HS2LV) case study will explore how low carbon and spatial quality landscape strategies can raise the profile of the city and act as a catalyst for social and economic growth of the whole region. It will examine the early stages of planning a major development. HS2 is a planned high-speed railway (Fig.2) aiming to link London, Birmingham, East Midlands, Leeds, Sheffield and Manchester. It is currently the largest infrastructure project of the UK and it is believed to be a significant step towards Britain's economic development. HS2LV proposes to widen the conceptual and territorial scope of the high-speed line based on a sustainable landscape way of seeing. HS2LV aims to create propositions for a linear engineering project -such as HS2- and based on a holistic approach, to attract local, regional and national interest in order to build a landscape vision for the city and the region. This case study aims to seek contradictions between the plans for an isolated engineering project and the proposal for the establishment of a symbiotic relationship between the landscape, as a way to give value to the landscape. The role that drawing and design play in the way a message is conveyed in strategic schemes will be also presented throughout this study.

Figure 2: Plan for the phase 1 (London–Birmingham) and phase 2 (Birmingham-Manchester & Leeds) of HS2 route (Source: Department for Transport, [access online, July 2016]).

The main research body consists of visits to the case study location, offering the opportunity to work, observe and interview designers and experts from the programmes. The researcher was hosted by the three major schemes, for a period of one month at each location, examining the initial concepts of the projects and how ideas were developed throughout the implementation process.

The research methods adopted in order to find out how the concepts of sustainability and sense of place have been established and implemented consist of field visits, interviews, observations and drawing examination. During the field visits the researcher was able to observe, collect plans and maps of the locations, take pictures and interview key stakeholders. Face to face interviews with experts, project managers and technicians who were highly involved at the schemes were also conducted. The data collection is similar for the three case studies and consist of documents, maps, visual material, technical documents, case study notes, drawings, images, interview transcripts and recordings.

1. Findings & Discussion

The effects of climate change on our society and the landscape have become so obvious that is impossible to ignore the visual and spatial impact they have in strategic landscape schemes. Considering the global challenges we face such as food and water security, environmental uncertainty, globalisation, demand for transport, the economic situation, and the importance of the landscape experience, 'it is clear that we need

a new response to the delivery of large scale projects' (Nikologianni et al., 2014). Data collected during the three case studies will present the connection between the landscape experience and the understanding of place (Gandy, 2011) as well as mechanisms that have integrated such ideas in the landscape infrastructure.

Planning institutions or governmental departments often 'frame' the way urban landscape strategies are delivered by informing the project and control its implementation. This research argues that the development of a new mechanism, focusing on the conceptualisation and the actions shaping the project, has a potential impact on governmental values as well as the transformation of the project's delivery and outcome. Based on findings from all the three case studies, the impact that policies and political mechanisms have on the design and the implementation process of infrastructure schemes is critical and therefore the ability to develop a range of processes integrating social, environmental and economic elements through landscape design is vital.

1.1. Understanding the land

The input given by the Landscape Observatory regarding public and governmental involvement is considered significant as, through a series of catalogues, seminars, projects and public participation schemes that have been created by the Observatory, there is now a significant change in the delivery of urban and regional infrastructure, to such an extent that a public law protecting landscape has been established in Catalonia. One of the main instruments developed by the Landscape Observatory is the 'Landscape Catalogues'.

The Catalogues, based on a combination of visuals and text, are tools that aim to raise awareness for the landscape and its value for the city and the region. Being formed by a unique territorial analysis which had never been conducted before at such a scale and consistency, the Landscape Observatory has created seven Landscape Catalogues revealing 135 different landscape characters (Fig.3) within the region of Catalonia. This rare work aims to reveal the landscape elements and deal with physical, topographical characteristics as well as values, intangible elements and dynamics of the landscape, resulting not only in a better understanding of the land by the experts, but also as a way to disseminate these ideas to the public. The paper suggests that visuals, maps and drawings can reveal information that is less obvious when presented in lists or text. Therefore, the Landscape Observatory activities have allowed the designers, civil servants and the public to feel the character of the area, get a sense of direction, as well as 'discover' hidden valleys, areas of deprivation and natural characteristics.

Thus, the Catalan society has enhanced its understanding for the value of the landscape and the Catalan government is making use of these instruments for the creation of current and future sustainable developments and policies.

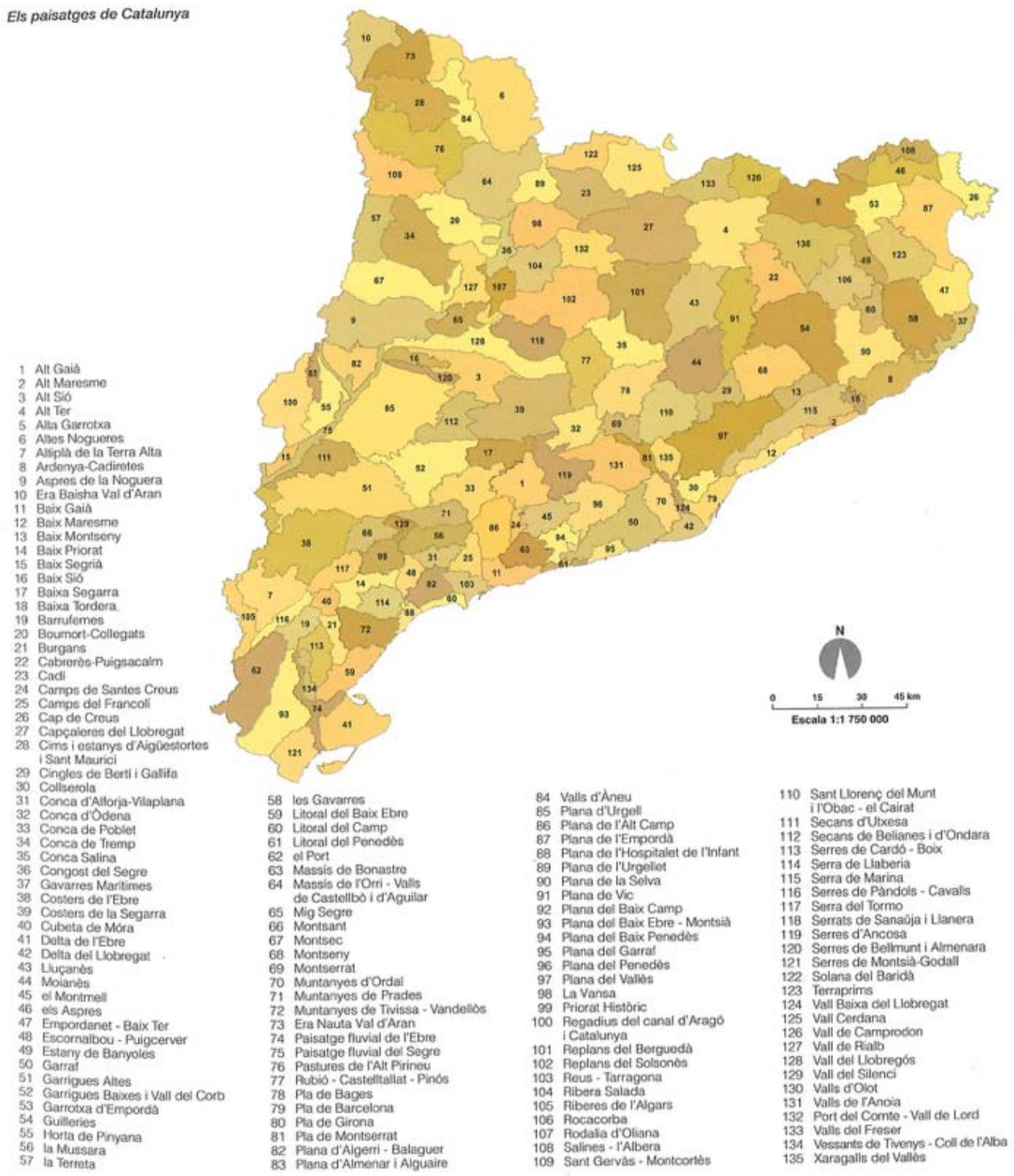


Figure 3: 'Els Paisatges de Catalunya'. An example of the 'Landscape Catalogues'. The 135 different landscape characters located on the map for the region of Catalonia by the Landscape Observatory (Source: Landscape Catalogue de l'Ebre, pp.29).

1.2. Creating a landscape vision

Both the Landscape Observatory, with the use of maps and 'Landscape Catalogues', and the Netherlands with various design processes, are pioneer projects involving landscape design on regional scale. However, it has been found that there are many cases where drawings end up being replaced by text, and pictorial forms by verbal ideas. It is important to highlight that the larger the scale the more difficult is for people to understand it and therefore for sustainable holistic schemes to be 'spatially' developed. Using findings from the three case

studies, this research argues that effective designs are important for the decisions made in the implementation of an urban or regional landscape strategy.

The creation of a narrative that blends the landscape and the city is a crucial element able to support the overall project and integrate sustainable, social and economic growth. Looking at the high-speed railway line programmes of HS2 and HS2LV, the creation of a vision, provided by HS2LV, has managed not only to secure sustainable development for the city, but to establish a future proposal for the whole region. While HS2 was focusing on the idea of a railway line that due to the existing structure and policy was going from the macro scale of the scheme right down to a very detailed level, HS2LV is proposing that a narrative, sense of place and a design concept for a sustainable place should be part of this initial framework. The creation of the diagrammatic drawing (Fig.4) presenting values of the land, environmental and social elements and a range of value judgements draws attention to particular areas of the major infrastructure. Using various 'general' or 'abstract' drawings like the one presented at figure 4, HS2LV has managed to give a series of exciting possibilities for the region, without micro managing specific spots and areas in the land. Using a less 'threatening' medium for the community has created a narrative and a vision for the landscape, engaging with communities and changing their perceptions.

HS2LV is considered an impactful for the governmental policy of the UK scheme, showing a different image of the region and integrating environmental and social ideas for the city of Birmingham and its surroundings through landscape design.

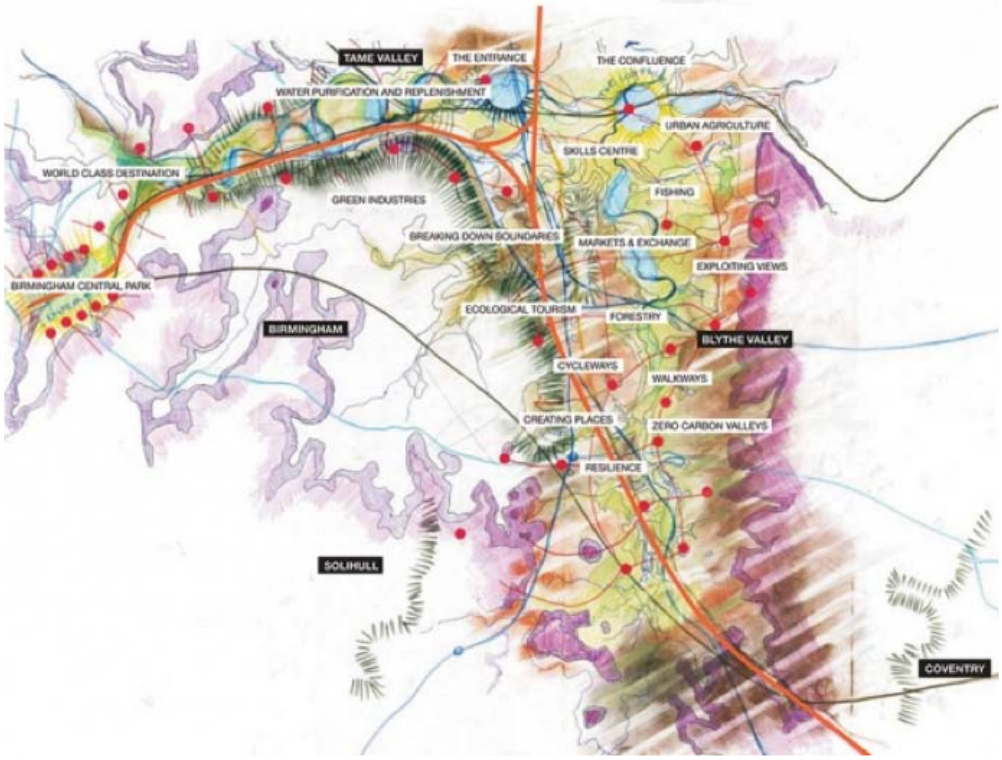


Figure 4: Drawing created to reveal the landscape identity and illustrate an iconic landscape for HS2LV proposal in the route between London-Birmingham (Source: Kathryn Moore personal archive).

1.3. The implementation of a narrative

Establishing a vision of a low carbon and quality landscape and communicate these ideas to the broader audience is not a simple task. However, this research agrees with Lutz (2008) in the notion that is possible to describe an attractive and sustainable place and suggests that the most effective visions are conveyed through design. Examining the climate adaptation scheme of the Room for the River, this section shows how the concepts of low carbon and spatial quality can be integrated in a landscape design and what the key elements of successful implementation are. Findings show that the delivery of such complex concepts requires in-depth understanding and identification of the main ideas. As happened in the Room for the River programme (the Netherlands), the concepts of spatial quality and sustainability were interpreted as water safety, hydrological efficiency, environmental stability and sense of place. Based on a clear understanding of the main concepts and with continuous input from the designers and the public, the outcomes of this strategic development were tremendous.

Looking at the urban project between the oldest Dutch city, Nijmegen and the town of Lent, the dyke relocation that was developed by the scheme (Fig.5) has resulted in the creation of a peninsula and two new waterfronts for the city. This project is a perfect illustration of a sustainable urban scheme where the landscape is the context of the development embedding different low carbon and aesthetic elements in the design.

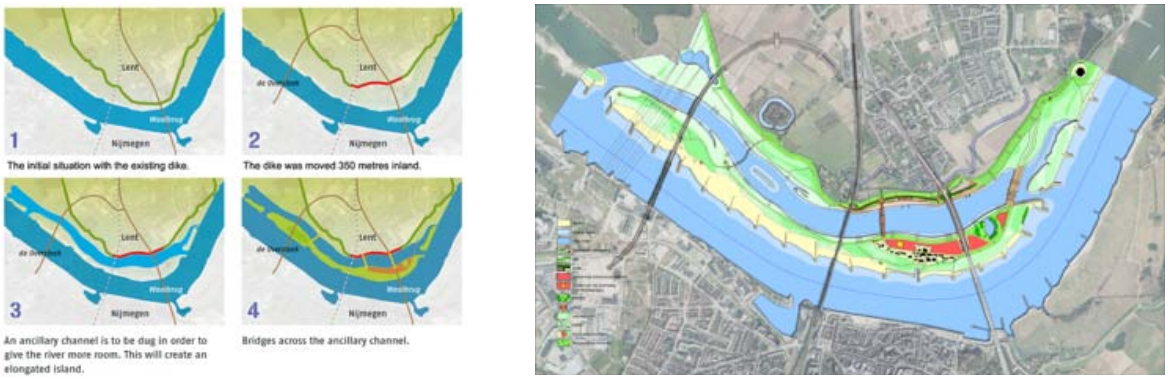


Figure 5: On the left, the dyke relocation in Lent and the creation of a new peninsula for the city of Nijmegen, one of the projects of the Room for the River Programme. On the right the final plan of the project (Source: city of Nijmegen).

Design and drawing have played a significant role in this outcome, as through them the 'intangible' concepts of sustainability and sense of place could be 'materialised' by the civil servants, management teams and the public. This has resulted in an in-depth understanding of the overall vision, and the better communication between the different project teams. As shown in Figure 6, the delivery of the Nijmegen - Room for the River scheme has enhanced the social, cultural, entrepreneurial and touristic value of the city and the region, without compromising the environmental and aesthetic assets. Visualisations such as the one below (Fig.6) are a significant help in the expression of the narrative, showing how a low carbon and environmental concept can also provide quality of space, walking, cycling, social and cultural activities without focusing only on the engineering and the technical delivery of the scheme. The outcomes of this research suggest that the

landscape project of Nijmegen is turning the 'necessity' of addressing water levels into an opportunity for enhancing spatial quality and sustainability.

Figure 6: Visualisation of the Nijmegen project, Room for the River, illustrating a low carbon vision of the city, where the concept of water safety has been integrated to a holistic landscape approach. (Source: city of Nijmegen).

Conclusions

Considering the landscape as the context for sustainable urban and regional developments this research has come to important conclusions. It is suggested that the successful delivery of a landscape strategy can be strengthened by the establishment of a holistic mechanism which integrates the landscape idea, the environmental and social assets as well as a vision for their implementation. The knowledge of the existing landscape is vital not only in order to meet technical challenges, but mainly because this will result in a truly sustainable and visionary plan for the future. The evidence of low carbon and spatial quality implications in strategic designs has revealed that such concepts are difficult to understand, although necessary to integrate in a landscape strategy.

Findings on the way drawing and visuals inform strategic design and planning, enforce the notion that good understanding of low carbon and quality concepts is crucial for the development of the design process and has significant consequences in the communication of the landscape narrative. Identifying the lack of articulation of the landscape concept in legislation and in guidance, the study highlights that policies and legislations are a way to enhance the principles of design, low carbon and spatial quality, and persuade politicians and civil servants to consider the vision and the outcomes of each landscape scheme from the very

beginning. In addition, the integration of a design-led approach in the project framework and certain policies will create a new way of thinking, revealing environmental, social and cultural characteristics that are not able to be illustrated during the existing infrastructure process. The ambition to embed a sustainable approach into urban and regional strategies will provide a strong conceptual basis for arts-led low carbon practice and will support a new way of thinking, integrating climate issues and global challenges in the landscape agenda.

Acknowledgements

The authors want to thank Climate-KIC, which has supported this research throughout, as well as all the participants at the Landscape Observatory, the Room for the River and the HS2/HS2LV strategic schemes.

References

- Gandy, M., 2011, Landscape and infrastructure in the late-modern metropolis: The New Blackwell Companion to the City. Blackwell Publishing, pp. 58-65.
- Lutz, S., 2008, Shared Space, Spatial Quality Places that attract people, in F. Province, ed., Groningen PlantijnCasparie, Groningen.
- Nikologianni, A., K. Moore, and P. Larkham, 2014, Low carbon as a critical element in landscape regional infrastructure, Paper presented at the 'Planning for Sustainable Urban Form' conference, 12-14 November 2014, Swedish School of Planning, Blekinge Institute of Technology, Karlskrona.
- Stephenson, J., 2010, The Dimensional Landscape Model: Exploring Differences in Expressing and Locating Landscape Qualities: Landscape Research, v. 35, pp. 299-318.
- Yuan, H., P. Zhou, and D. Zhou, 2011, What is Low-Carbon Development? A Conceptual Analysis: 2010 International Conference on Energy, Environment and Development - ICEED2010, v. 5, pp. 1706-1712.

A CIDADE VIRTUAL E REAL: TECNOLOGIA E A CIDADE

LA CIUDAD VIRTUAL Y REAL: TECNOLOGÍA Y LA CIUDAD
THE VIRTUAL AND REAL CITY: TECHNOLOGY AND THE CITY

TICS Y DIFUSIÓN DE LA OBRA FÍLMICA DE LUIS BUÑUEL EN ESPACIOS VIRTUALES Y FÍSICOS

JOSÉ LUIS RUBIO-TAMAYO

Profesor Asociado / Investigador
Facultad de Ciencias de la Comunicación y Sociología
Universidad Rey Juan Carlos
Camino del Molino S/N. Campus de Fuenlabrada.
28942 Fuenlabrada. Madrid
joseluisrubiotamayo@ciberimaginario.es

MARIO BARRO HERNÁNDEZ

Investigador postdoctoral
Coordinación de Universidad Abierta y Educación a Distancia (CUAED)
Universidad Nacional Autónoma de México
Circuito Exterior s/n. Frente a ENTS, Cd. Universitaria, Ciudad de México, D.F.
mbarro@ucm.es

HERNANDO GÓMEZ GÓMEZ

Profesor Adjunto/Investigador
Ciencias Sociales y de la Comunicación
Universidad Europea de Madrid
Calle Tajo, s/n, 28670 Villaviciosa de Odón, Madrid
Email: hernando.gomez@universidadeuropea.es

Resumen

La obra del cineasta aragonés Luis Buñuel ha tenido una trascendencia que ha llegado hasta nuestros días, creando incluso un imaginario colectivo relacionado con su cine y con la que se inspira. La trascendencia y el impacto del trabajo de Buñuel va más allá de la producción cinematográfica, y su influencia en la producción cultural actual con distintos medios es notable.

Desde este artículo científico se propone el uso de tecnologías digitales interactivas para la conservación y difusión de su patrimonio cultural y material. A través del estudio de la semiótica, y de los procesos de interacción entre la persona y la tecnología, se plantea articular la obra de Luis Buñuel para diseñar experiencias interactivas mediadas por tecnologías digitales y transmedia. Así, el presente estudio pretende profundizar en la generación de contenidos transmedia para divulgación y comunicación de la obra cinematográfica de Buñuel, generando experiencias que van más allá de su obra cinematográfica.

Abstract

The Buñuel´s filmography is hugely transcendence and it was able to create a stereotypical collective related to his own film work and that which is inspired. Its impact goes beyond the mere cinematographic production and its influence in cultural production is significant.

From this paper the use of Digital Interactive Technologies is proposed to keep the Cultural conservation and material dissemination. Through the Semiotics Studies, People Interaction process and Technology is suggested to construct the Buñuel´s work in order to design interactive experiences which are interceded by digital technologies and transmedia.

This research work pretends to go in depth in Transmedia contents, communicate the Buñuel´s filmography and generate experiences which overpass the traditional teaching way (film manual, master class...).

PALABRAS CLAVES

Tecnología interactiva, Luis Buñuel, MOOCs, semiótica, Retórica de la imagen, Centro Buñuel de Calanda, Construcción poética.

KEYWORDS

Interactive technology, Luis Buñuel, MOOCs, semiotics, information technology, Centro Buñuel de Calanda, poetical construction, figures of speech, Rhetoric

Introducción

El contexto actual de la comunicación presenta múltiples posibilidades. La tecnología revela una emergencia de nuevos medios que hacen que la información adquiera un carácter nuevo, abierto, ubicuo y multidireccional. Las tecnologías inmersivas, como la realidad virtual, pueden incrementar el grado de vivencia de una comunicación, llevando el centro del relato a una experiencia en primera persona. La realidad aumentada, por su parte, está ejerciendo una influencia significativa en la relación que tienen las y los usuarios con el espacio físico: esta forma de incrustar información digital en un medio físico tiene un gran potencial cuyas posibilidades para articular historias, experiencias, dinámicas de juego, uso crítico del espacio, etc., se están investigando actualmente, con resultados que ya se ven en ámbitos como el patrimonio cultural, la divulgación científica, la educación, las ciencias de la salud o el ocio, entre muchos otros.

La presente propuesta proyecta las posibilidades que ofrecen estas tecnologías para profundizar en la difusión de la narrativa de la obra del cineasta aragonés Luis Buñuel. Desde este artículo, se propone un modelo experimental para contribuir a divulgar la obra del cineasta, con todo su potencial simbólico y narrativo. También se pretende dar a conocer aspectos relevantes de su biografía, a partir de aproximaciones de implementación experimental de modelos con tecnologías de realidad virtual y aumentada, proyectando, a su vez, en un futuro, nuevas dinámicas para representar una obra con un gran potencial para ser divulgado; no sin antes haber realizado una visualización de su filmografía, de los recursos narrativos de mayor preponderancia y de las herramientas poéticas que componen un universo simbólico y repleto de significación (Barro Hernández, 2016). El lado creativo que subyace en su trabajo artístico no debe ser omitido ni verse eclipsado por la tecnología, sino más bien verse apoyado por las diversas experiencias. Debe quedar patente que el desarrollo tecnológico y la innovadora forma de comunicar la historia tendrá como objetivo último el conocimiento y difusión del trabajo artístico de Luis Buñuel.

También se plantea abordar la cuestión tecnológica desde el fenómeno de la conectividad y la ubicuidad de acceso a la información, dando paso a nuevos modelos educativos que pueden ejercer un impacto significativo en la forma en que recibimos la información y transmitimos el conocimiento. En este caso, surgen formatos como los MOOCs, que permiten articular la educación a partir de nuevos relatos y nuevas estructuras narrativas, con la ventaja de que se puede acceder a la información de manera permanente y desde todos los rincones del planeta con conectividad.

La necesidad de este tipo de estudios viene justificada por la emergencia de nuevas realidades tecnológicas y de modelos de difusión, que puedan articular, a su vez, perspectivas innovadoras para representar el patrimonio histórico y cultural, en este caso, a través de la obra de un cineasta cuya filmografía tiene un gran potencial de representación. Además, el ámbito en el que se pueden realizar tentativas aproximativas al contexto en el que se desarrolla su obra y su vida tiene como referencia instituciones y espacios con un gran potencial para la representación. Así, la Ciudad de México y Calanda son dos lugares de gran importancia en la vida del artista y que precisamente tienen ese potencial de poder ser resignificados a partir de tecnologías

digitales interactivas y de dinámicas narrativas emergentes.

Figura 1. Vista aérea de Calanda, en Teruel. Desde esta investigación se plantea el uso del espacio físico como un entorno en el que integrar una narrativa interactiva que ayude a configurar experiencias asociadas a la obra del cineasta. Las calles pueden, de este modo, transformarse en un juego de realidad alternativa o ARG con un núcleo central basado en la producción cinematográfica del cineasta. De este modo, la experiencia en torno a la obra se encontraría enmarcado en un contexto físico que ya tiene su propia narrativa.

Objetivos

El contexto en el que las tecnologías digitales referidas ofrecen posibilidades para la representación de un contexto cinematográfico específico plantea la necesidad de definir tanto un objetivo global como unos objetivos específicos. El principal objetivo de la investigación que abarca el presente texto es:

Plantear modelos de representación a partir de la evolución de las tecnologías de la información y la comunicación que ayuden a divulgar la obra cinematográfica de Buñuel, de cara a fundamentar modelos que puedan ser implantados en el contexto tecnológico emergente.

Entre los diferentes objetivos específicos se encuentran:

• Aproximarse, de manera conceptual, a la obra cinematográfica de Luis Buñuel para desarrollar un relato transmedia.

• Analizar el proceso creativo y su vinculación con los aspectos poéticos que componen el discurso narrativo presente en su filmografía.

• Desglosar sistemáticamente las herramientas retóricas utilizadas para, de este modo, incidir en los aspectos más atractivos, representativos y presente en su obra.

• Realizar una tentativa de desarrollo de experiencias con tecnologías emergentes, basadas en una obra cinematográfica relevante.

• Reflexionar en torno a los procesos de adaptación del lenguaje cinematográfico y la biografía del autor a medios interactivos emergentes.

• Realizar proyecciones en torno a la configuración de nuevos lenguajes con tecnologías emergentes a partir del formato cinematográfico.

• Plantear el uso e implementación de factores como el juego y la interacción en el universo de un autor cinematográfico que ha desarrollado un lenguaje audiovisual y narrativo relevantes para la historia del cine.

• Integrar en el espacio físico experiencias basadas en el lenguaje cinematográfico, a partir del uso de nuevos medios y tecnologías donde la comunicación es multidireccional.

• Reflexionar acerca de las características de los MOOCs (Cursos Online Masivos Abiertos) y la pertinencia de proponer uno para la enseñanza de la vida y la obra de un cineasta destacado como Luis Buñuel.

Metodología

La metodología utilizada plantea una revisión del marco en que se encuentra actualmente la tecnología interactiva y ubicua para plantear modelos teóricos de experiencias (basadas, en este caso, en la obra e imaginario del cineasta Luis Buñuel) que puedan ser implementados en función de los medios tecnológicos disponibles y la relación con el espacio como medio de expresión.

1. Espacio físico vs. Espacio virtual: Diseñando e integrando Experiencias a Partir de la Obra Cinematográfica.

El espacio físico es, a día de hoy, un soporte en el que, gracias a la mediación de nuevos dispositivos tecnológicos y las prácticas artísticas emergentes, se pueden implementar relatos e integrar experiencias. Esta relación entre espacio físico y medios digitales se encuentra en un proceso de dinamización que constituye una oportunidad de gran calado para integrar un relato. De este modo, asistimos a la emergencia de nuevos planteamientos en torno al uso del espacio, en especial aquel espacio que lleva implícita una historia a través de la cual se puede articular un relato. Así, por ejemplo, tenemos el pueblo natal de Luis Buñuel, Calanda, en la provincia de Teruel, como un soporte potencial a partir del cual se puede proyectar esa experiencia asociada a dicho relato: gracias a la tecnología actual, se puede inscribir un metarrelato transmedia que tenga como estructura fundamental la vida y obra del cineasta aragonés. El planteamiento, con base a esta estructura es, las posibilidades que un escenario como el pueblo de Calanda se pueda proyectar como un escenario en el que integrar relatos que contribuyan a dar a conocer la obra cinematográfica de Buñuel, explorando, a su vez, su lenguaje y su narrativa. La misma cuestión surge el caso de escenarios que tuvieron especial relevancia en su exilio en México, siendo Casa Buñuel de México (la casa familiar en la que residió y reconvertida en espacio cultural) el exponente más relevante. De ahí surge la cuestión de cómo se aborda la resignificación del espacio (fundamentalmente un espacio físico y de comunidad como es la ciudad) y de cómo la tecnología diversifica esta resignificación a partir de la implementación y uso de nuevos medios de expresión. El concepto “museístico” que ha acompañado a la continuidad de la obra de los artistas debe dar un paso al frente y mirar

al futuro. Hacer de la experiencia algo tangible es el punto de encuentro del fin didáctico y la inmersión en la obra del cineasta, además de recorrer un espacio que superará el clásico comportamiento del emisor activo (película)-receptor pasivo (espectador).

Figura 2. Ruinas de la Iglesia de San Pedro en la aldea abandonada de Polvoranca, hoy reconvertida en parque, en el municipio de Leganés. La aldea es citada en la obra de Galdós Nazarín, que posteriormente fue adaptada al cine por el propio Buñuel, de donde era originaria Ándara (interpretada en la obra de Buñuel por Rita Macedo). El espacio abandonado es el ejemplo de cómo la resignificación de un lugar físico puede llevarse a cabo a través del patrimonio cultural literario y cinematográfico, en este caso, de cara a llevar propuestas de revitalización que sean mediadas por nuevas tecnologías. Recuperada en 2016-10-17 de Wikimedia Commons.

2. Perspectivas de Futuro: Narrativa Interactiva en Inmersión

La evolución hacia mayores grados de interactividad e inmersión gracias a la mediación de la tecnología han agregado nuevas dimensiones a la cultura audiovisual. La situación del espectador en el ámbito del cine está transformándose, ofreciendo numerosas posibilidades para la construcción de nuevos relatos y contextos narrativos. La evolución hacia una narrativa más inmersiva es un proceso de transformación que corre a la par de la propia evolución tecnológica, en un proceso de retroalimentación entre la tecnología, la narrativa (y el relato) y el uso del espacio, entre otros. De ello no escapa el medio cinematográfico, que presenta un enorme potencial para encontrar perspectivas inéditas desde el punto de vista del espectador.

Es necesario entender que tanto la construcción del experimento interactivo como el discurso fílmico de Luis Buñuel comparten un proceso de ejecución muy similar, en el que los lenguajes lógicos no pasan desapercibido y en el que el componente poético no perderá su sentido emocional, por el mero hecho de mantener un estricto modus operandi. Las artes y la tecnología poseen una excelente posibilidad integradora, capaz de entender el proceso matemático de actuación y acción como una herramienta más para embellecer tanto la experiencia interactiva como el discurso narrativo.

3. Difusión de la obra fílmica de Luis Buñuel: del presente hacia el futuro a partir de las TICs.

La tecnología en el estado actual y el presente contexto de crecimiento exponencial plantea numerosos

posibles caminos para representar y divulgar la filmografía de un cineasta en su contexto, poniéndolo en relación con su biografía, por un lado, y con la obra en la que se basa. El espacio físico (el espacio urbano, la ciudad) es un potencial espacio de representación que se identifica, en muchos casos, con el soporte a partir del cual se articulan las experiencias, aunque no se limita a este. De hecho, aunque se plantea aprovechar al máximo el potencial de entornos como el municipio de Calanda (en Teruel) y la casa familiar de Buñuel en la ciudad de México[1], entre otros, la intención de este estudio es aprovechar el potencial ubicuo de las tecnologías interactivas para optimizar la divulgación de su obra, a partir de medios educativos emergentes tales como los MOOCs.

El formato cinematográfico que caracteriza la producción de películas desde los años 30 se caracteriza por el uso de numerosos elementos simbólicos, que ya se hacen patentes desde *Un Perro Andaluz* (1929), y que se encuentran presentes en las treinta y dos películas de Buñuel como director. El traslado de ese lenguaje, y de esa complejidad narrativa, pasando de un formato audiovisual clásico a un contexto tecnológico interactivo, potencialmente inmersivo, y que hace uso del espacio físico, hace, precisamente, de interés el estudio del propio lenguaje simbólico de un cineasta que ha desarrollado una simbología propia con un enorme calado en el imaginario cultural. Entre estas tecnologías, se encuentra el cine 360 grados[2], que tiene el potencial de transformar la noción de plano cinematográfico y reconfigurar la subjetividad narrativa del mismo. La realidad virtual aporta, en combinación con la tecnología anteriormente mencionada, una dimensión inmersiva en primera persona que tiene un impacto significativo en la narrativa audiovisual, pudiendo exportarla a otros medios. La realidad aumentada nos permite, por otro lado, reconstruir ese espacio físico y resignificarlo con elementos digitales, desarrollando una narrativa paralela en ese lugar que nos permita interactuar con el mismo y superponer una historia. Además, se puede incluir el factor lúdico en torno a un espacio físico, transformando el mundo real en un entorno de juegos interactivos que permitan difundir la obra, a modo de juegos de realidad alternativa o ARGs.

El lugar de nacimiento de Buñuel representa un punto de partida necesario para comprender el enigmático entramado de su filmografía y aún más para entender la finalidad de la experiencia interactiva. Por suerte, nos encontramos frente a uno de los directores que más atención ha acaparado por parte de estudiosos del séptimo arte y, por lo tanto, la información que tenemos al respecto va a ayudar a cubrir fácilmente cada una de las secciones que el proyecto propone.

La iniciativa que versa en torno a una vida adaptada a un lenguaje virtual acrecentado propone un recorrido por las calles de Calanda (Teruel) y por las localizaciones clave que conectarán una vida a una obra. Una de sus grandes fuentes de inspiración proviene del pueblo turolense en el que pasó largas temporadas y en las que se relacionó con muchas de sus líneas temáticas; contraste entre la pobreza y la burguesía, los

1 Ver «La Ciudad de México en el Tiempo: Luis Buñuel - YouTube» en fuentes consultadas

2 Como sería el caso de Help, producido por Google, o Zombie Scape, dos ejemplos de cine en 360 grados que pueden actualmente verse con aplicaciones de realidad virtual, y que están configurando nuevas narrativas.

animales y la naturaleza, el erotismo, la religión, los tambores, la relación con su madre, etc…

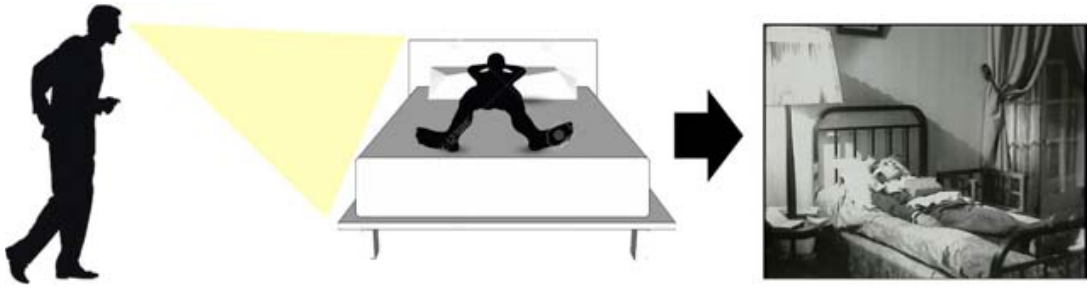
Es muy difícil que el trabajo creativo del artista se desprenda de su vida personal o que se desvincule absolutamente de su experiencia en primera persona. Por ello, se plantea un experimento en el que la esencia del mismo incida en la conexión de los objetos buñuelianos, entendidos estos como los elementos primordiales de su vida, con los momentos más épicos de sus películas.

Para concebir el espacio real y trasladarlo a una esfera construida es necesario no perder la perspectiva de la coherencia fílmica y del lenguaje interpretativo y connotado que Buñuel maneja constantemente a lo largo de su obra, a pesar de que él siempre insistió en la no existencia del símbolo en cada una de las secuencias que en muchas ocasiones había construido de modo aleatorio. Además, de hacer un estudio pormenorizado de la representación del símbolo sería sin lugar a dudas el psicoanálisis el responsable de ello y, por lo tanto, al no poseer las herramientas tampoco vamos a adentrarnos en esta campo de estudio sino más bien en la mera conexión objeto-film. El simple hecho de conectar al usuario de la experiencia con objetos fundamentales en su obra será suficiente razón para ampliar el conocimiento de la vida y películas del cineasta a través de un discurso narrativo, construido con las mismas piezas físicas presentes en sus historias.

Para que sirva a modo de ejemplificación;

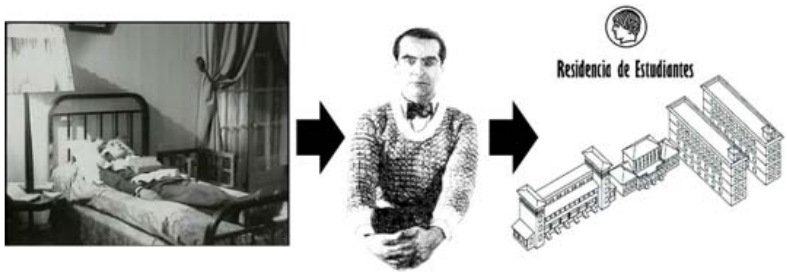
Quien disfruta de la experiencia, pongamos de la casa Buñuel en Calanda en primera instancia, al adentrarse en su dormitorio se encontraría una cama que dirigiría de modo aumentado al protagonista de un perro andaluz postrado sobre otra cama.

Figura 3. Recreación visual de una de las experiencias propuestas.



Este momento podría dar también pie al porqué del personaje, de la importancia de García Lorca y las bromas sobre la muerte en la Residencia de Estudiantes, que a su vez conduciría a la Institución Libre de Enseñanza, al edificio, a sus amistades, a la intelectualidad de la época…

Figura 4. Recreación visual de una de las experiencias propuestas.



Además, siendo coherente con el discurso de Buñuel contrario a encontrar el verdadero significado de los elementos presentes en sus narraciones visuales (Tesson, 1995), lo más conveniente sería simplemente deleitar al vividor de experiencias con los momentos, con los objetos, con sus realidades palpables… que tal vez fueran el verdadero desencadenante de su universo connotado. Es entonces, cuando nosotros debemos comprender que la metáfora visual, entendida como "identificación verbal real con un concepto imaginario" (Beristain, 1995), no debe contemplarse como forma habitual en la poética buñueliana. No existe una sustitución o representación objetual sino más bien se puede detectar un uso del humor y la ironía como herramienta habitual. Por lo tanto, la poética de Buñuel reside en la utilización de figuras retóricas de sustitución, como la antífrasis, en el que juega con los elementos y las historias con el fin de burlarse del significado a través de las formas de las palabras, de los objetos, de las situaciones… Este sí es el hecho que debe imperar a la hora de construir el escenario virtual, que dotará de anécdotas, datos, filmografía, localizaciones… en Buñuel.

Los evidentes símbolos que aparecen en su obra, tan solo corresponden a los tradicionalmente establecidos por la sociedad tales como el policía=fuerzas del orden o cura=iglesia que pueden ser apreciados en su época mexicana. Y, por supuesto, sin pretender localizar la perversión, tanto la *religión* como el *erotismo* no forma parte de su oscuro trasfondo sino de la forma de entender su mundo denotado.

Por lo tanto, la asociación que en la experiencia se aprecie no pretenderá el desciframiento de la simbología o no simbología existente en Buñuel sino más bien encadenar objetos bien sabidos *icónicos* y misteriosos (tales como la cuchilla que disecciona el ojo en *un perro andaluz*) con los momentos de su vida y obra.

Sin desviarse de este camino, el fin didáctico de la experiencia estará bastante asegurado, ya que la propuesta interactiva no solo pretende innovar a través de la novedad del formato sino más bien emocionar a través de la participación activa del sujeto. Este proyecto no tendría cabida si el fin último no fuera la formación desde un punto de vista alternativo aunque complementando al manual o la *master class* que tradicionalmente actúa como foco de conocimiento en estudios de cine.

4. Massive Open Online Course (MOOC) sobre la vida y la obra de Luis Buñuel

Los MOOCs, acrónimo en inglés de *Massive Open Online Courses,* que en Español se puede traducir como "Cursos en línea abiertos y masivos". Son cursos que surgen en el año 2008, en la Universidad de Manitoba, Canadá, impulsados por los teóricos del conectivismo Stephen Downes y George Siemens, quienes se lanzaron al experimento de ofrecer en abierto y gratuitamente en línea un curso que daban presencialmente sobre Teoría del Conectivismo, llamado "Conectivismo y conocimiento conectivo". Se dice que el término MOOC fue acuñado más o menos simultáneamente por dos personas: Bryan Alexander, del National Institute for Technology in Liberal Education, Texas (2008) y Dave Cormier, de la University of Prince Edward Island, Canadá (2008).

Para un mejor entendimiento de lo que son los MOOCs, es conveniente desglosar qué significan cada una de las siglas:

La *C* hace referencia a que son cursos. Es decir, están pensados para enseñar un temas concreto, siguiendo una estructura configurada por diferentes módulos temáticos que son presentados con diversos recursos: audiovisuales, textuales, hipertextuales, etc. Por tanto, hay unos objetivos de enseñanza-aprendizaje; existen roles definidos y diferenciados entre maestros y alumnos; se establecen actividades pedagógicas de control, seguimiento y evaluación del aprendizaje; tienen una fecha de inicio y de finalización, así como para la entrega de trabajos parciales y finales, aunque en la actualidad esto se está transformando en cursos permanentemente abiertos (Shah, s. f.). Finalmente, igual que en los cursos presenciales, si se acredita el aprovechamiento y se entrega una certificación.

La primera O, de "online", significa que son cursos que se ofertan en Internet. Podemos encontrar MOOCs navegando, accediendo a ellos en la Web, creando una cuenta de usuario en las múltiples plataformas existentes hoy en día (Coursera, Edx, Miriada X, Udacity, etc.). No obstante, dada la tendencia actual hacia la ubicuidad y la multiplicidad de pantallas (computadoras, portátiles, SmartTV, tablets, teléfonos inteligentes, etc.) estas plataformas se ven en la obligación de adaptar su oferta a dicho contexto y, por tanto, no limitar su presencia a la Web, sino que deben desarrollar aplicaciones compatibles con cada una de las múltiples tecnologías y sistemas operativos existentes.

La segunda O se refiere a "open"; "abierto" en español. Abierto puede tener varios significados: que son cursos gratuitos, que los contenidos están siempre en línea, disponibles para quien los quiera descargar y utilizar, o que no hay criterios de admisión (ni por edad, sexo, origen, conocimientos previos, etc). Por tanto, al ser gratis y libre la inscripción, toda persona con acceso a Internet se puede matricular en un MOOC. No obstante, hay que pagar para obtener la certificación del curso; pero es opcional.

Finalmente, la M tiene que ver con lo "masivo", dadas las características enumeradas en los párrafos anteriores. Tratándose de cursos ofertados principalmente por universidades de gran prestigio, con expertos mundialmente conocidos, –como Sebastian Thrun (Stanford Artificial Intelligence Lab) o Peter Norvig (Google), entre otros–, estos cursos pueden llegar a alcanzar cantidades de alumnos impensables hace tan sólo 10 años. Por ejemplo, al curso "Aprendiendo a aprender" (*Learning How to Learn*) de la Universidad de California en San Diego impartido por la doctora Barbara Oakley en *Coursera* se inscribieron medio millón de personas en tan sólo medio año. Si bien es cierto que es bajo el porcentaje de personas que finalizan los MOOCs con relación a las personas matriculadas, sigue siendo una herramienta de formación con un potencial masivo importante.

Figura 5. Fotograma de Un Perro Andaluz. Luis Buñuel (1929).

Conclusiones

Tal y como hemos visto en el presente artículo, el imaginario inherente a la obra de Luis Buñuel supone un reto y al mismo tiempo un estímulo con los medios actuales de representación y la tecnología que nos permite interactuar con el espacio físico y resignificarlo. El potencial para transformar los imaginarios y simbolismos supone un reto no sólo tecnológico y relativo al contexto de la experiencia de usuario, sino también en la búsqueda de nuevos canales de representación de una obra cargada de tanto simbolismo y en la que el plano y la relación con el sujeto-personaje juega un papel fundamental. Este planteamiento es, además, aplicable a otras personalidades destacadas del cine o de la cultura, pudiendo, las reflexiones planteadas en este artículo, ser exportadas al simbolismo de otros grandes personajes, jugando con el potencial de representación de los nuevos medios.

Por otra parte, respecto al potencial de difusión de la figura de Buñuel mediante un MOOC, creemos que hay razones suficientes de peso para apostar por ello. Por un lado, se compilarían digitalmente materiales

provenientes de varios centros de gran prestigio, –como el Centro Buñuel de Calanda, la Casa Buñuel de México, la Filmoteca Española, la Filmoteca de la UNAM, o la Residencia de Estudiantes–, y se pondrían a disposición de alumnos e investigadores que de otra forma no podrían acceder a ellos. Serviría para ofrecer un amplio conocimiento (no solo información) en abierto y de fácil acceso sobre la vida y la obra del director aragonés. Sería un canal de contacto con un conocimiento académico de calidad, contrastado y validado, proveniente de varios países, pues en el diseño y desarrollo de este curso intervendrían expertos como Agustín Sánchez Vidal y Amparo Martínez Herranz (Universidad de Zaragoza), Jordi Xifra (Universitat Pompeu Fabra), Breixo Viejo (Columbia University), Mario Barro (Universidad Nacional Autónoma de México), entre otros. A los materiales existentes y producidos se le daría un enfoque para el aprendizaje del tema (vida y obra de Buñuel), a diferencia de otros recursos disponibles en abierto, donde el usuario sólo tiene acceso, pero no hay un contexto educativo. Sería un recurso adaptable a las características de un segmento de alumnado muy amplio y diverso, al que se le permitiría construir su propio itinerario al margen de productos académicos más tradicionales, como los manuales. Por último, pero no menos importante, otra gran ventaja es que permitiría, potencialmente, alcanzar una audiencia masiva (miles de personas), lo cual es un reto interesante para un proyecto educativo ofertado desde un espacio físico tan pequeño como el pueblo de Calanda, con una superficie de 112.3 km² y una población de 3,893 habitantes (Instituto Nacional de Estadística, 2015), cuyo Centro Cultural tiene un espacio para cursos con aforo máximo limitado a 40 personas.

Referencias

- Beristain, H. (1995). *Diccionario de retórica y poética*. México: Porrúa
- Barthes, R. (1964). *Rhétorique de l´immage.* Communication
- Barro Hernández, Mario. (2015). *Poética de la obra fílmica de Luis Buñuel: Etapa mexicana (1946 -1964*). (Tesis inédita de doctorado). Universidad Complutense de Madrid, Madrid.
- Buñuel, L. (2012). Mi último suspiro: Luis Buñuel; traducción de Ana María de la Fuente.
- Gant, B., & (coord.), M. L. (2008). *Difusión del patrimonio cultural y nuevas tecnologías*. Universidad Internacional de Andalucía. Recuperado a partir de http://dspace.unia.es/handle/10334/3466
- Gutiérrez Reina, D., Toral, S. L., Torres, M., Rocío, M. del, & Barrero, F. (2016). *Evolución de los MOOC en el ámbito investigador mediante técnicas de análisis de contenido*. Universidad de Sevilla. Recuperado a partir de https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/44331
- Instituto Nacional de Estadística. (Spanish Statistical Institute). (s. f.). Recuperado 14 de noviembre de 2016, a partir de https://goo.gl/7UskU6
- Isaacs, B. (2013). The orientation of future cinema: Technology, aesthetics, spectacle. A&C Black.
- Kop, R. (2011). The challenges to connectivist learning on open online networks: Learning experiences during a massive open online course. *The International Review of Research in Open and Distributed Learning*, *12*(3), 19-38. https://doi.org/10.19173/irrodl.v12i3.882
- La Ciudad de México en el Tiempo: Luis Buñuel - YouTube. (s. f.). Recuperado 14 de noviembre de 2016, a partir de https://www.youtube.com/watch?v=OksIY162fp4

- Ohta, Y., & Tamura, H. (2014). *Mixed reality: Merging real and virtual worlds*. Springer Publishing Company, Incorporated.
- Rubio-Tamayo, J. L. (2016). Realidad Virtual, MSID, Narrativa Emergente y UX: Sus potencialidades en Educación. Technos.
- Rubio-Tamayo, J. L. y Gértrudix Barrio, M. (2016): Realidad Virtual (HMD) e Interacción desde la Perspectiva de la Construcción Narrativa y la Comunicación: Propuesta Taxonómica, Icono 14, volumen 14 (2), pp. 1-24. doi: 10.7195/ri14.v24i2.965
- Ryan, M. L. (2015). Narrative as Virtual Reality 2: Revisiting Immersion and Interactivity in Literature and Electronic Media. JHU Press.
- Saussure, F. (1995). *Course in general linguistics*. London: Duckworth
- Shah, D. (s. f.). MOOCs in 2015: Breaking Down the Numbers | EdSurge News. Recuperado 11 de noviembre de 2016, a partir de https://www.edsurge.com/news/2015-12-28-moocs-in-2015-breaking-down-the-numbers
- Smith, D. H. (2013). Colin Low and Transitions 3D: Innovating immersive cinema. *Public*, *24*(47), 142-148.
- Tesson, Ch. (1995). *Luis Buñuel.* Paris. Cahiers du cinema

REALIDAD VIRTUAL COMO TECNOLOGÍA PARA LA GENERACIÓN DE MODELOS DE REPRESENTACIÓN DEL ESPACIO: INTERACTIVIDAD Y COMUNICACIÓN PARA LA TRANSFORMACIÓN DEL ENTORNO

FRANCISCO GARCÍA GARCÍA

Catedrático de Comunicación Audiovisual y Publicidad
Facultad de Ciencias de la Información
Universidad Complutense de Madrid
Av. Complutense, S/N, 28040 Madrid, España
fghenche@gmail.com

JOSÉ LUIS RUBIO-TAMAYO

Profesor Asociado / Investigador
Facultad de Ciencias de la Comunicación y Sociología
Universidad Rey Juan Carlos
Camino del Molino S/N. Campus de Fuenlabrada.
28942 Fuenlabrada. Madrid
joseluisrubiotamayo@ciberimaginario.es

MANUEL GERTRUDIX BARRIO

Profesor Titular en la Universidad Rey Juan Carlos
Ciencias de la Comunicación y Sociología
Universidad Rey Juan Carlos
Camino del Molino S/N. Campus de Fuenlabrada
Email: manuel.gertrudix@urjc.es

Resumen

La realidad virtual y aumentada son tecnologías que han evolucionado en años recientes en términos de rendimiento y usabilidad, hasta el punto de plantear transformaciones, a día de hoy, en la relación con el espacio. Desde las primeras aproximaciones en torno a sus posibles aplicaciones en diversas áreas, la tecnología ha evolucionado facilitando experiencias cada vez más inmersivas y reales, configurando, a su vez, un campo de investigación que aborda la relación entre los usuarios y el entorno. A través de un análisis de experiencias piloto en la aplicación de tecnologías de realidad virtual y aumentada en varias áreas, se describen las implicaciones que presenta la simulación virtual de entornos y los diferentes grados de inmersión posibles gracias a la tecnología. Se realiza una descripción de las implicaciones de las experiencias llevadas a cabo usando dispositivos de realidad virtual y aumentada, para proyectar la transformación que supone en la relación entre usuario, entorno, interfaz y tecnología, proyectando esa evolución en aspectos como el entorno urbano, la dimensión afectiva, o las transformaciones sociales.

Abstract

The virtual and the augmented reality are technologies which have evolved in recent years. This evolution has been produced in terms of performance and usability, making changes in our relationship and interaction with the environment. From the beginning and first approaches around it possible applications in diverse domains, those technologies have evolved making easier immersive and real experiences. This configures, the same time, a research field approaching the relationships between users and their environment. We describe implications of environment virtual simulation and different immersive degrees thanks to current technology. This work describes different implications of experiences accomplished by the means of use virtual and augmented reality devices, in order to make approaches to future impact in relationship between user, environment, interface and technology. We observe this evolution in potential applications related with social change, affective approaches and urban environments, among others.

PALABRAS CLAVES
Realidad Virtual, Espacio Urbano, Interactividad, Tecnologías de la Información y la Comunicación,

KEYWORDS
Virtual reality, Urban Environment, Interactivity, Information and Communication Technologies

Introducción

La tecnología influye de manera determinante en la forma en que establecemos y configuramos nuestra relación con el medio y con nuestros pares. El progreso tecnológico implica, de manera directa, una transformación en la configuración de los medios de comunicación, incrementando el grado con el que interactuamos con información creada de manera artificial. La recepción de información a partir de nuestra percepción de la realidad integra, de manera implícita, un grado de hiperrealidad, en la medida en que los entornos con los que nos relacionamos y el espacio adquiere un sentido de artificialidad en el que en muchas ocasiones se superpone una narrativa o una serie de relatos. El modo en que tecnologías como la realidad virtual o la realidad aumentada influyen en la configuración que tenemos de la propia realidad es significativo. El impacto socio-cultural, si bien es actualmente objeto de estudio, va a determinar la forma en que percibimos el espacio, intercambiamos información y establecemos relaciones. También, en cómo este universo digital interactivo ejerce un impacto en la forma en que se promueve y se divulga el conocimiento, y en la forma en que los elementos comunicativos, y la dotación de sentido que estos alcanzan, adquieren nuevas dimensiones. Hay espacios humanos de especial importancia como son los espacios urbanos. Las ciudades son lugares de encuentro donde interactúan, desde distintas perspectivas, y áreas, los ciudadanos, que encuentran un modo de empoderamiento al compartir espacios, vivencias, intereses y experiencias.

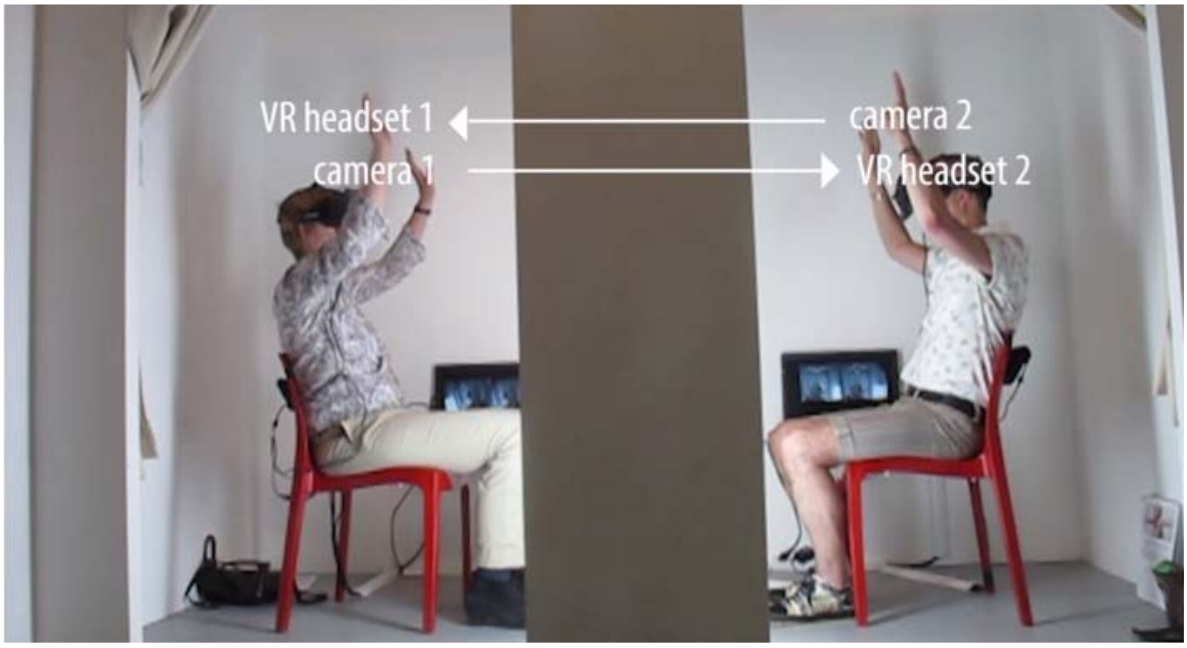
Objetivos

El objetivo principal del presente texto es realizar una proyección, a partir de un análisis cualitativo de textos y tendencias en tecnologías interactivas e inmersivas, que visualice la tecnología de la información y la comunicación (especialmente la generación emergente de tecnologías inmersivas e interactivas) como un fenómeno que evoluciona en un contexto social complejo, como es la ciudad, en la que se ven implicados numerosos factores sociales, culturales, ergonómicos, experienciales, comunicativos, educativos, económicos y psicológicos. El fin último, desde nuestra perspectiva, de la tecnología de realidad virtual, es producir transformaciones en la propia realidad física e implementar cambios que ayuden a la comprensión de la vida cotidiana, que alcanza su máximo exponente, en el vivir de la ciudad. Así, planteamos desde este artículo una mirada sobre la realidad virtual como una tecnología plástica en un proceso constante de evolución en los campos de la tecnología y la representación, poniendo de relieve los cambios que implica la tecnología en el diseño de experiencias innovadoras.

Metodología

La metodología, de carácter teórico, combina una revisión de la literatura científica publicada en los últimos años, con el análisis de experiencias que se están desarrollando en un contexto de gran complejidad. En este contexto, la tecnología se encuentra en un proceso de generación de numerosas ramificaciones con gran potencial narrativo y simbólico en construcción. La reflexión teórica desarrollada en este texto plantea

una proyección de la propia tecnología en un futuro y de cómo es un medio que tiene un potencial de gran magnitud para desarrollar su propio lenguaje y su propias estructuras narrativas.



Figuras 1 y 2: Proyecto Embodied Narratives de BeAnotherLab, donde se presentan varias experiencias aplicando The Machine to be Another (Trad: La Máquina para ser Otro).

1. Contexto

Las implicaciones que tiene el progreso de las tecnologías de la comunicación y la información, a partir del crecimiento exponencial desde la primera década de los 2000, abarcan todos los ámbitos sociales, económicos y comunicativos. La forma en que interactuamos con el espacio, en que nos relacionamos con otras personas, en que nos comunicamos, en que articulamos el lenguaje, y en el que configuramos nuevos constructos culturales, se encuentra directamente interconectada, y en un proceso constante de

retroalimentación de los avances cualitativos y cuantitativos en el campo de la tecnología. Incluso cuestiones relevantes relacionadas con las disciplinas emergentes como el diseño de interacciones o la interacción humano-computadora, tienen implicaciones en áreas de estudio con factores aparentemente tan invisibles como la ergonomía: la forma en que se articula el dispositivo en particular, y la tecnología, en general, influye en la forma en que percibimos el espacio y en cómo nos relacionamos e interactuamos con los estímulos y la información. La ciudad se conforma como un campo de experiencias y de investigación útil para indagar posibilidades a través de esta generación de tecnologías emergentes. La realidad virtual ofrece a la ciudad posibilidades para construir nuevas dimensiones sociales interconectadas.

La realidad virtual, por ejemplo, es una tecnología emergente que ofrece un grado de inmersión hasta ahora no experimentado con otras tecnologías análogas y con las que comparten elementos comunes, como son los videojuegos o los metaversos. Este grado de inmersión permite, con la tecnología actual, vivir experiencias en primera persona y 360 grados, y en tiempo real. Las fuentes, o los sentidos, a partir de los cuales estos se articulan, son principalmente visual (con un aislamiento de las fuentes externas) y sonoro (ídem). Ya se están desarrollando experiencias pioneras que empiezan a integrar otras dimensiones perceptivas para incrementar el grado de inmersión, como es la propiocecpción (a través del uso de asientos que nos permiten cambiar la posición corporal con total seguridad, de un modo semejante a los asientos de las montañas rusas), y el olfato (a través de olores virtuales, como es el caso de *Feelreal*[1]). De hecho, la cuestión que se plantea en este texto es, precisamente, el límite conceptual de la virtualidad, y de cómo se proyecta el marco emergente de relaciones con el mundo físico en un contexto de fácil acceso a la información virtual.

El potencial de investigación con este conjunto de tecnologías emergentes pone sobre la mesa, precisamente, ese tipo de cuestiones. Por un lado, saber hasta qué punto queremos integrar otras dimensiones perceptivas al mundo virtual, y en qué modo, y en qué momento del *status quo* tecnológico. También, en qué medida queremos esa experiencia o ese estímulo artificial en detrimento de un estímulo procedente de un contexto físico, o incluso, plantear que ese exceso de información pueda resultar contraproducente para el propio conjunto de la experiencia, más allá de la novedad. Además, se podría actualizar, de alguna forma, el debate en torno a cuestiones de cierto interés asociadas a la epistemología o la percepción, como sería el experimento mental del cerebro en la cubeta ya propuesto por Dancy (1985).

1 Recuperado en 2016-10-26 de http://feelreal.com/

Figuras 3 y 4: Experimento Living with Lag. En este experimento, llevado a cabo con una webcam, una Raspberry Pi y un HMD Oculus Rift DK1, se induce un retraso de pocos segundos en la señal de recepción (con respecto al entorno físico) en las personas que se encuentran usando el dispositivo, lo que produce un impedimento evidente en las actividades que desarrollan en la vida cotidiana. El experimento forma parte de una campaña de ume.net, una empresa de telecomunicaciones y energía sueca, para poner de relieve las perturbaciones que provocaría, a su vez, una señal de internet lenta.

1.1. Aproximaciones y Rasgos de una Tecnología Inmersiva e Interactiva: la Realidad Virtual y sus Proyecciones en la Transformación del Espacio.

La realidad virtual es, desde esta perspectiva, un hito tecnológico que conduciría a nuevas dimensiones en la forma en que se produce, se procesa, y se recibe la información. De este modo, puede ser observada como tal hito tecnológico dentro de un proceso de evolución general en el que se acabaría configurando como pieza de un engranaje con implicaciones en numerosos campos del conocimiento, de un modo cada vez más interdisciplinar. La dimensión afectiva, la narrativa, las interfaces naturales con las que interactuamos con

el espacio (físico o virtual), etc., no serían sino diferentes componentes y aproximaciones de la evolución "natural" de la tecnología (en el sentido de constituirse como el producto del conjunto de investigaciones que se llevan a cabo en el ámbito científico global). La tipología del espacio que ofrece la ciudad, desde dimensiones físicas, sociales y comunicacionales alcanza un nuevo valor exponencial cuando la realidad virtual permite indagar en las posibilidades de interacción, de comunicación y sentido exploratorio de la competencia humana en la vivencia de la ciudad. Y es en ese sentido que esta generación de tecnologías cambian esta relación, y superponen capas de información con las que interactuamos en tiempo real y con la incorporación de nuevos simbolismos.

El límite de este tipo de tecnología, en concreto, se encontraría en varios aspectos relacionados con los propios límites de la percepción humana, y que la propia tecnología está ayudando a transformar. Tenemos ejemplos relevantes como *Living with Lag, an Oculus Rift Experiment*, un experimento de realidad virtual llevado a cabo con una webcam que emitía una señal al/la receptor/a con un ligero retraso de segundos, lo que provocaba una desconexión con el medio que le impedía realizar tareas cotidianas. Si en un principio, el experimento se desarrolla en el contexto de una publicidad que se centra en la necesidad de la rapidez de la fibra óptica, las implicaciones que tiene el experimento en campos como la interacción con el medio, la propiocepción y su relación con otros sentidos, abren numerosas posibilidades para concebir líneas de investigación que ponen de relevancia nuestra relación con el espacio y con la información. Algo parecido ocurre con el experimento *The Machine to Be Another*[2] de *BeAnotherLab*, en el que se produce una migración corporal ficticia: mediante una webcam instalada en dos dispositivos de realidad virtual (HMD), dos personas se observan desde la perspectiva y el punto de vista de la otra. A partir de un ejercicio de coordinación de movimientos, ambas personas se ven, la visión que les ofrece el caso de realidad virtual les sitúa en primera persona en el cuerpo de la otra. Esta experiencia, ilustrada en la figura 2, constituye una narrativa y un relato que profundizan en factores como la empatía, las cuestiones de género, y, de nuevo, la propiocepción.

El artista inmsersivo y fundador de Within, Chris Milk, afirma que la realidad virtual se configura como una herramienta para el desarrollo de experiencias que tienen una dimensión afectiva más próxima con las y los usuarios (2016). Si bien es una tecnología que, por inmersiva, adquiere la dimensión de vivencia y una categoría experiencial, se trata, desde el punto de vista de esta publicación, de una etapa de transición hacia tecnologías más complejas que veremos en un futuro. Milk (2016) afirma que la realidad virtual es el último medio (aunque no entraría en la categoría de definitivo) para articular narrativas, precisamente por el lugar central en el que sitúa al espectador (ahora usuario activo e incluso prosumidor). Este lugar central, envolvente, inmersivo y con una dimensión cada vez más interactiva, es un hito en el desarrollo de las tecnologías digitales y una nueva frontera en lo que a percepción e interacción con el entorno se refiere.

Rubio-Tamayo y Gértrudix (2016) realizan una clasificación taxonómica aproximativa que contribuye a proyectar las tendencias en realidad virtual en relación al potencial narrativo y las dimensiones a partir de las

2 Recuperado en 2016-10-10 de http://www.themachinetobeanother.org/

cuales un usuario interactúa con el medio. Esta clasificación tiene un carácter abierto, constituyéndose como un puzle en el que se puedan encajar futuros factores sociales y culturales, teniendo, a su vez, en cuenta, la evolución del propio potencial tecnológico. De este modo la realidad virtual es una tecnología tangente que va desdibujando sus fronteras con otras y va retroalimentándose con el propio ámbito cultural en que se desarrolla. La tecnología de realidad virtual se conforma, además, como constructo híbrido que se encuentra en proceso de proyección de las dimensiones inmersivas que se plantean formen parte de esa realidad. Así, en esta hibridación de potencialidad intermedial, la realidad virtual con sus diluidas fronteras, es un agente transformador de los modos de representación. De esta manera se hace necesario, además de articular una convergencia con medios y ámbitos del conocimiento a los que la tecnología pueda ser aplicada, contribuir a construir nuevas simbologías y significados a partir de este medio de representación.

Algunos de los elementos que caracterizan la realidad virtual en contraposición a otras tecnologías y conceptos se enumeran a continuación:

• La experiencia inmersiva se desarrolla en tiempo real, de una manera lo más análoga posible a la forma en que transcurre el tiempo en el espacio físico. Sin embargo, tal y como se ha referido en el texto, existen experimentos que distorsionan el factor “tiempo” para provocar una sensación determinada en el usuario.

• La experiencia tiene un grado de inmersividad que afecta, por lo menos, a la visión, y en segundo plano, a la percepción sonora. Se están explorando actualmente varios grados de inmersión que afectan a otras dimensiones perceptivas, como es el campo de la propiocepción, las tecnologías hápticas (táctiles) o el olfato, lo que sugiere que la realidad virtual va a continuar su proceso de transformación.

• Los estímulos externos en el proceso de la experiencia se usan fundamentalmente para simular elementos relacionados con la propia experiencia o, en su defecto, para incrementar la seguridad de esta. Por ejemplo, si incorporamos un asiento con capacidad para modificar la posición (vg., para simular una montaña rusa) se incrementa el grado de inmersión en la experiencia. Del mismo modo, tal y como existen experimentos que distorsionan el factor “tiempo” en la experiencia, se plantea la posibilidad de desarrollar experimentos que distorsionen el factor “espacio”.

• La experiencia, por su propia naturaleza, se desarrolla en primera persona. También se puede desplegar, a través de un elemento que no tenga cualidades e interacción humana (por ejemplo, un dron) o integrar un espectador objetivo “invisible” ajeno a la trama.

• La tendencia es que la experiencia se desarrolle en 360 grados, aunque la tecnología permite integrar un formato adaptado a los medios tradicionales como la televisión. Así, por ejemplo, se puede proyectar un plano determinado con una intención narrativa determinada.

• En parte, el usuario puede ejercer una influencia (parcialmente limitada por la propia tecnología o por la mecánica de la experiencia) en el medio, aunque el modo en que va a evolucionar este factor en los próximos años tiene un enorme recorrido en cuanto al desarrollo de nuevas narrativas y el diseño de experiencias novedosas.

• Uno de los objetivos de la tecnología de realidad virtual, tal y como se plantea desde este trabajo, es transformar la propia realidad para producir un impacto significativo que cause mejoras en diferentes ámbitos sociales y en la vida cotidiana en general. Desde este punto de vista, y desde que la realidad virtual integra el propio sustantivo de "realidad", una de las principales proyecciones a futuro es la de una "realidad mejorada", más allá del carácter de figura retórica que integre el adjetivo realidad. Es decir, no se entiende la realidad virtual sin estar integrada en un proceso de evolución tecnológica, formal y conceptual, de nuestra propia vida cotidiana.

1.2. La Realidad Virtual y el Proceso Creativo.

La influencia de la tecnología en los métodos y procesos creativos plantea, en un contexto en el que podemos simular, en primera persona situaciones o ficciones en entornos inmersivos e interactuar con ellos, la necesidad de abrir líneas de trabajo para analizar la trayectoria y el potencial (casi ilimitado) de dicha tecnología. La representación del espacio juega un papel relevante en ello, a la vez que la generación de una nueva simbología que pueda ser integrada en este contexto interactivo evidencia que esta tecnología se encuentra en proceso de configurar su propio lenguaje.

La realidad virtual encuentra, así, como ya lo hicieron tecnologías que la han precedido, su punto de convergencia con las prácticas artísticas, siendo un medio experimental de expresión con un elevado potencial para desarrollar estas prácticas. A modo de ejemplo, mencionamos *Tilt Brush*, una herramienta experimental que permite pintar en un espacio tridimensional en realidad virtual. Esta herramienta sirvió, a su vez, para crear el proyecto *Virtual Art Sessions*, en el que varios artistas participan, por medio de la herramienta, en varias sesiones donde desarrollan creaciones en este espacio virtual tridimensional. Otra herramienta que sirve de ejemplo para ilustrar esta relación entre el espacio, el arte y la tecnología es *Kingspray Graffiti Simulator VR*, que integra la capacidad de crear grafitis en un entorno simulado, lo que ofrece grandes posibilidades para la investigación en la enseñanza artística desde perspectivas diferentes, como es la práctica de una técnica específica o la realización de bocetos que puedan ser llevados posteriormente a una obra en un espacio urbano real, por citar sólo dos ejemplos.

1.3. La Relación de la Realidad Virtual con el Espacio: Conexión entre Tecnología y Ciudad.

La transformación de la relación entre la persona y el entorno presenta, justamente, cuestiones en relación a cómo percibimos el espacio en el que habitamos y desarrollamos nuestras actividades. Transformar el espacio urbano a través de la tecnología para incrementar su usabilidad también implica integrar este tipo de experiencias en un contexto espacial con el que estamos familiarizados. La forma en que se vive y utiliza el espacio urbano, plantea, precisamente, un proceso de reflexión en torno al potencial transformador de esta nueva generación de tecnologías de la comunicación y la información más inmersivas.

Así, la realidad virtual[3] es un instrumento con un gran potencial para transformar la realidad social. Del mismo modo, el espacio virtual puede ayudar producir transformaciones que se apliquen a la mejora de nuestra relación con el espacio urbano. El potencial de aplicación de estas tecnologías es ya propuesto en los años 90 por autores como Ingram et al. (1996) y Doyle et al. (1998) para el diseño y previsualización del espacio urbano. Esa inmersión previa en un espacio no creado permite, como cualquier simulación, calibrar la usabilidad del propio espacio, de forma que pueda optimizarse la implementación de mejoras y mejorar aspectos relativos a la planificación urbana o a las potenciales actividades que se pueden llevar a cabo en una ciudad. En estudios más recientes, podemos ver cómo la tecnología de realidad virtual puede ser aplicada a la planificación urbana con propósitos medioambientales, como es la mitigación de los efectos del calentamiento global, (Bennadji et al. 2015) o la aplicación de conceptos como *Realidad Virtual Abstracta*, para mejorar varios aspectos relativos a la ya mencionada planificación urbana (Zhang y Moore, 2014). También se encuentran propuestas de gran interés en campos como el periodismo y la comunicación, como es el proyecto *Immersive Journalism*[4], que plantea el uso de la realidad virtual para la experimentación de noticias en primera persona y de manera evidentemente inmersiva (De la Peña et al., 2010), cambiando el punto de referencia del espectador con respecto al contexto de la noticia y los eventos que se quieren narrar en el espacio urbano. Este cambio de punto de vista, plantea, también, nuevas implicaciones en el ámbito afectivo y en la forja de la empatía, planteando nuevos marcos de relación *espectador-evento* en *usuario-accion*. A través de los dispositivos y operadores que permiten articular experiencias de realidad virtual, el usuario transita hacia una nueva realidad creadora al poder reconfigurar el espacio urbano como proyección de futuros escenarios.

3 Acotando el conjunto de tecnologías de la Información y la Comunicación al área de estudio a que nos referimos.

4 Recuperado en 2016-10-29 de http://www.immersivejournalism.com/category/immersivejournalismnews/

Figuras 5. Virtual Art Sessions. Sesiones de Realidad Virtual usando la herramienta Tilt Brush. En ella, varios artistas experimentan sus estilos en un entorno inmersivo tridimensional, siendo un ejemplo relevante para proyectar las tendencias en creación artística usando tecnologías interactivas y un uso innovador del espacio.
Figura 6. Kingspray Graffiti Simulator. Simulador de pintura de grafitis en varios estilos desarrollado para HTC Vive.

Conclusiones

Los campos de estudio a los que se aplica este tipo de tecnología presentan múltiples líneas de investigación con un gran potencial de aplicabilidad en ámbitos como las ciencias de la salud, las industrias culturales, la física de materiales, el urbanismo, la educación e incluso actividades que pongan de relieve los factores asociados a la empatía, relacionados con la computación afectiva y con la interacción humano-computadora. Prácticamente cualquier campo de investigación es susceptible de encontrar aplicaciones prácticas de esta tecnología en un constante proceso de evolución y retroalimentación desde el propio conocimiento que ayuda a generar, por un lado, y el que contribuye a divulgar, por otro.

En todo caso, este tipo de tecnologías (realidad virtual, realidad aumentada) no son más que parte de un proceso que las configura como una serie de tecnologías puzle: dicho de otro modo, estas tecnologías se proyectan como componentes que de manera paulatina van a ir encajándose en el conjunto de necesidades y avances tecnológicos en un futuro cercano. Estamos en una fase de transición hacia contextos tecnológicos más complejos y de carácter híbrido, en los cuales se van a redefinir los aspectos relativos a las interacciones con el entorno y la información.

En los campos de la tecnología inmersiva hay un enorme potencial, tal y como se viene explicando en el presente texto, de cara a la investigación de aplicaciones en disciplinas científicas o en el diseño de experiencias. De hecho, la emergencia de ideas en el campo científico proyecta un crecimiento exponencial tanto desde el punto de vista cuantitativo como cualitativo, siendo la realidad virtual y la realidad aumentada piezas de un engranaje tecnológico de mayor complejidad y cuyas fronteras se encuentran cada vez más desdibujadas y cuya nitidez desaparece a la vez que van surgiendo tecnologías que inclusive realizan tentativas de interacción a partir de nuevas interfaces, como pueden ser las interfaces cerebro-computadora (*brain-computer interface* o BCI).

Nos encontramos, además, ante un fenómeno de crecimiento exponencial de la tecnología digital y sus aplicaciones sin precedentes en la historia, y que, posiblemente, se vea acelerado en las próximas décadas dentro de ese proceso de retroalimentación tecnológico anteriormente mencionado, implicando a su vez, de manera inherente, transformaciones sociales y culturales. Así, los cambios sociales ingénitos a la transformación de los modelos de producción de bienes y servicios encuentran una relación directa con el contexto tecnológico en que se encuentran. Las cuestiones que surgen son cómo queremos que esa tecnología transforme nuestras vidas, a qué ritmo, y cómo pretendemos que sea el proceso de transformación. La realidad virtual es una tecnología que permea la ciudad con nuevas capas de percepción, conocimiento y experiencia, transitando por sus tipologías, y transformándola.

Tal vez veamos que, con el tiempo, este conjunto de tecnologías dejarán de denominarse realidad virtual, ya que, por un lado, la información digital podrá llegar a ser tan real, o más, que la información que recibimos a partir de nuestros sentidos; y, por otro, pasen a formar parte, de manera inevitable, de un contexto tecnológico más holístico.-

Referencias

- Bennadji, A., Laing, R., & Gray, D. (2015). Urban Planning and Climate Change Mitigation: Using Virtual Reality to Support the Design. *Emerging issues, challenges, and opportunities in urban e-planning*, 210.
- Dancy, J. (1985). *An Introduction to Contemporary Epistemology*, Oxford, Blackwell.
- De la Peña, N., Weil, P., Llobera, J., Giannopoulos, E., Pomés, A., Spanlang, B., ... & Slater, M. (2010). Immersive journalism: immersive virtual reality for the first-person experience of news. *Presence: Teleoperators and Virtual Environments*, *19*(4), 291-301.
- Doyle, S., Dodge, M., & Smith, A. (1998). The potential of web-based mapping and virtual reality technologies for modelling urban environments. *Computers, Environment and Urban Systems*, *22*(2), 137-155.
- Ingram, R., Benford, S., & Bowers, J. (1996). Building Virtual Cities: Applying Urban Planning Principles to the... In *Proceedings of the ACM Symposium on Virtual Reality Software and Technology (VRST96*.
- Rubio-Tamayo, J. L. y Gértrudix Barrio, M. (2016): Realidad Virtual (HMD) e Interacción desde la Perspectiva de la Construcción Narrativa y la Comunicación: Propuesta Taxonómica, Icono 14, volumen 14 (2), pp. 1-24. doi: 10.7195/ri14.v24i2.965
- Ryan, M. L. (2015). *Narrative as Virtual Reality 2: Revisiting Immersion and Interactivity in Literature and Electronic Media*. JHU Press.

- Zhang, S., & Moore, A. B. (2014). The Usability of Online Geographic Virtual Reality for Urban Planning. In *Innovations in 3D Geo-Information Sciences* (pp. 225-242). Springer International Publishing.

Referencias web

- Burón, D. (2015). Feelreal trae el sentido del olfato a la realidad virtual. En itespresso.es. Recuperado en 2016-10-25 de http://www.itespresso.es/feelreal-trae-el-sentido-del-olfato-a-la-realidad-virtual-134903.html
- Immersive Journalism. Recuperado en 2016-10-29 de:http://www.immersivejournalism.com/category/immersivejournalismnews/
- Living with Lag: An Oculus Rift Experiment. Recuperado en 2016-10-12 de http://livingwithlag.com/ y de https://www.youtube.com/watch?v=_fNp37zFn9Q
- Kingspray Grafitti Simulator VR by Steam. Recuperado en 2016-10-28 de https://www.youtube.com/watch?v=joxK1kCRSx8
- Milk, C. (2016). El nacimiento de la realidad virtual como forma de arte. TED. Recuperado en 2016-10-09 de https://www.ted.com/talks/chris_milk_the_birth_of_virtual_reality_as_an_art_form?language=es#t-29502
- Tilt Brush. Recuperado en 2016-10-11 de https://www.tiltbrush.com/
- The Machine to be Another. Experiment by BeAnotherLab. Recuperado en 2016-10-10 de http://www.themachinetobeanother.org/
- Virtual Art Sessions, Recuperado en 2016-10-11 de https://virtualart.chromeexperiments.com/

MÍDIAS LOCATIVAS E A EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO URBANO UM ESTUDO SOBRE REMEDIAÇÃO, IMEDIAÇÃO E HIPERMEDIAÇÃO EM UNCLE ROY ALL AROUND YOU

LARYSSA TARACHUCKY

Doutoranda PPGEGC
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Florianópolis (Brasil).
laryssa.tarachucky@gmail.com

MARIA JOSÉ BALDESSAR

Docente PPGEGC
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Florianópolis (Brasil).
mbaldessar@gmail.com

LUCIANE MARIA FADEL

Docente PPGEGC
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Florianópolis (Brasil). liefadel@gmail.com

Resumo

A popularização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) vem gradativamente atuando sobre a vida urbana, transformando-a. Em termos de experiência espacial, aplicativos desenvolvidos para interfaces móveis de comunicação criam novas maneiras de agir no ambiente urbano e de interagir com ele, fundindo espaço físico e espaço virtual e criando um espaço híbrido. "Mídia locativa" é o termo utilizado para designar tecnologias (dispositivos, sensores e redes) e serviços (mapeamento, redes sociais, realidade aumentada, informações turísticas e comerciais, entre outros) baseados em localização, e podem ser do tipo analógico ou do tipo digital. As mídias locativas digitais mediam processos de informação, comunicação e orientação das pessoas na cidade e oferecem possibilidades de interação com o espaço urbano até então inéditas. Este trabalho compõe um conjunto de estudos que tem como objetivo a exploração dos usos de mídias locativas digitais para a criação de novas maneiras de aprofundar a experiência e a prática espacial urbana. Serão analisados, por meio do método close reading, aspectos de imediação e hipermediação do jogo Uncle Roy All Around You, desenvolvido pela companhia Blast Theory, em parceria com o Mixed Reality Lab, no ano de 2003. Como base teórica, nos apoiaremos em Bolter e Grusin (2000), Van Looy e Baetens (2003), Benford et al. (2004), McLuhan (2007) e Waal (2014).

Abstract

The popularization of information and communication technologies (ICTs) is gradually acting on urban life, transforming it. Applications developed for mobile communication interfaces create new ways of acting within the urban environment and interact with it, merging physical space and virtual space and creating a hybrid space. "Locative media" is the term used to designate technologies (devices, sensors and networks) and services (mapping, social networks, augmented reality, among others) based on location, and may be analog or digital. The digital locative media mediate information and communication processes and the flow of people and supplies in the city and offer different possibilities of interaction with the urban space. This paper is part of a set of studies that aims at exploring the uses of digital locative media to create new ways to deepen urban urban experience and practice. By means of close reading method, we will analyze the aspects of immediacy and hypermediacy of the game Uncle Roy All Around You, developed by Blast Theory in partnership with Mized Reality Lab in 2003. As a theoretical basis, we consider the works of Bolter e Grusin (2000), Van Looy e Baetens (2003), Benford et al. (2004), McLuhan (2007) and Waal (2014).

PALAVRAS CHAVE

remediação, imediação, hipermediação, mídias urbanas, jogos locativos

KEYWORDS

remediation, immediacy, hypermediacy, urban media, locative games

Introdução

A ascensão das mídias móveis vem causando uma reanálise de nossas práticas espaciais cotidianas. Somadas às tecnologias sensíveis à localização, as mídias móveis vêm atuando de forma a orientar nossos corpos pelas narrativas dos lugares (Farman, 2015), agindo sobre nossa percepção de espaço (Saker & Evans, 2016), nossa espacialização (de Souza e Silva & Frith, 2012), nossa privacidade (Sadowski, 2016) e até mesmo sobre nossas interações sociais no espaço público e senso de comunidade (Gordon & de Souza e Silva, 2011; Galloway & Ward, 2005).

Mídia locativa (do inglês *locative media*) é um termo utilizado para fazer referência ao "conjunto de tecnologias e processos infocomunicacionais cujo conteúdo informacional vincula-se a um lugar específico" (Lemos, 2007, p. 207). As mídias locativas digitais implicam em processos de emissão e recepção de informação mediados por dispositivos móveis digitais (a exemplo do GPS, *smartphones*, *palms*, *laptops*, *bluetooth* e etiquetas de rádio frequência), utilizados para agregar ou obter conteúdo informacional a respeito de uma determinada localidade. Um dos objetivos da pesquisa nessa área tem sido explorar criticamente e entender os papeis e os impactos das mídias móveis digitais na experiência individual do lugar (Farman, 2012; Saker & Evans, 2016; Humphreys & Liao, 2013), tendo como frequente objeto de pesquisa as intervenções artísticas (Hemment, 2006; Townsend, 2006; Townsend, 2008; Wilken, 2010; San Cornelio & Alsina, 2010; San Cornelio & Ardevol, 2011; Prutzer, 2013) e os jogos (De Lange, 2009; de Souza e Silva & Hjorth, 2009; Farman, 2009; Lemos, 2010; Hjorth, 2011; Ruiz, Stokes, & Watson, 2012; Frith, 2013).

Muitas das transformações na percepção e atuação sobre a cidade são antecipadas pelo meio artístico. Os artistas sabem que "estão empenhados na criação de modelos vivos de situações que ainda não amadureceram na sociedade como um todo. No seu jogo artístico, descobrem o que realmente está acontecendo – e por isso parecem estar 'à frente de seu tempo'" (McLuhan, 2007, p. 273). A arte atua como um 'sistema de alarme premonitório', capaz de nos capacitar para identificar e reagir a questões sociais e psíquicas com razoável antecedência.

Blast Theory é uma companhia inglesa de artes performáticas reconhecida pela exploração de meios de comunicação interativos para a criação de performances e arte interativa, envolvendo, em geral, cultura popular, jogos e a experiência do ambiente urbano. Entre seus trabalhos mais difundidos está Uncle Roy All Around You (URAAY)[1], que utiliza performance ao vivo e tecnologia pervasiva em um jogo em que os participantes deviam encontrar-se com o tio Roy em um tempo máximo de 60 minutos. Tendo como tema central a confiança, o jogo caracterizava-se por promover a interação entre jogadores de campo, jogadores online, atores e cidadãos comuns em um ato de experienciação espacial até então pouco explorados.

1 http://www.blasttheory.co.uk/projects/uncle-roy-all-around-you/

URAAY foi criado em 2003[2], e estava alocado na área central de Londres, Inglaterra. URAAY representa uma mudança de paradigma no que se refere a como as mídias móveis locativas são praticadas e sua característica inovadora despertou o interesse de pesquisadores pelo mundo todo, que investigaram questões relacionadas aos tipos de participação no jogo (Gordon & de Souza e Silva, 2011), à sua classificação enquanto *locative game* (de Souza e Silva & Hjorth, 2009), aos elementos de sua narrativa (Wilken, 2014), entre diversos outros que o citam como exemplo de uso das novas tecnologias de mídia digital para a proposição de formas alternativas de experienciar a cidade.

Objetivos

Como parte dos estudos desenvolvidos no contexto do Grupo de Pesquisa Mídia e Convergência – MídiaCon, da Universidade Federal de Santa Catarina, este artigo trata da exploração dos usos de mídias locativas digitais para a criação de novas maneiras de aprofundar a experiência e a prática espacial urbana. Mais especificamente, busca-se compreender a remediação no jogo Uncle Roy All Around You, identificando a presença das lógicas de imediação e hipermediação no que diz respeito à experiência de dois de seus usuários: o jogador de campo e o jogador *online*.

Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho é denominada *close reading* (Van Looy & Baetens, 2003). *Close reading* é um método específico de análise literária – utilizada também para a análise de mídias digitais – que usa a interpretação de uma pequena parte da mídia como forma de pensar sobre ela como um todo. Este tipo de análise requer que o pesquisador analise cuidadosamente aspectos específicos de uma mídia e compreenda os efeitos de pequenas partes dela no restante do conjunto, perguntando-se o motivo da escolha de cada um dos elementos e como ele interage com os demais.

Após a seleção das interfaces e o levantamento de material de análise, obtidos por meio da *webpage* da companhia Blast Theory, as etapas de análise seguiram a seguinte ordem[3]: (1) resumo, (2) desconstrução e (3) interpretação. A etapa 1 (resumo) consistiu em reconhecer a mídia. As interfaces do jogador de campo e do jogador *online* foram observadas, contudo sem inicialmente fazem assunções e anotações sobre elas. O objetivo nesta etapa era compreender as intenções de imediação e hipermediação por parte dos artistas da Blast Theory no momento de seleção dos elementos de composição dessas interfaces[4]. Na etapa

2 Vale destacar que no ano de 2003 eram poucos os dispositivos móveis que combinavam telefonia e computação. O primeiro smartphone da Apple, por exemplo, foi lançado em 2007. Antes disso, os dispositivos mais conhecidos (e ainda acessíveis apenas a uma pequena parcela da população mundial) eram o Blackberry 5810, de 2002, o Nokia 9000, de 1996, e o IBM Simon, de 1993, cujas funcionalidades ainda estavam limitadas ao acesso de e-mails e agendas pessoais. Pode-se dizer que os aplicativos para smartphones foram popularizados apenas em 2008, com o lançamento da App Store da Apple.

3 A ordem seguida para esta análise teve como base o trabalho de Fadel (sem ano).

4 As perguntas nesta etapa enviam a tentativa de entender o que acontecia naquela mídia, qual a intenção dos artistas e em que contexto o artefato estava inserido.

2 (desconstrução), cada um dos elementos das interfaces acima citadas foi desconstruído em termos de imediação, hipermediação e remediação. A análise das interfaces levou à descrição de seus elementos e à anotação detalhada sobre eles. À desconstrução seguiu-se a interpretação dos dados observados (etapa 3), que buscou revelar a razão da escolha dos elementos das interfaces em função das lógicas de imediação e hipermediação relativos a cada um dos usuários.

1. Remediação: imediação e hipermediação

Remediação é um termo utilizado para fazer referência à ideia de que toda nova mídia toma por base uma ou mais mídias precedentes, às quais são dadas novas roupagens ou são agregados novos propósitos, mantendo sua estética e/ou conteúdo (Bolter & Grusin, 2000). A interface gráfica do computador, que surgiu em substituição às linhas de comando, por exemplo, pode ser considerada uma remediação da mesa de trabalho, de suas pastas, folhas de papel, lixeira e demais elementos.

Para Bolter e Grusin (2000), são quatro os estágios de remediação. No primeiro estágio o meio antigo é evidenciado no novo meio sem qualquer crítica ou tentativa de alteração. No segundo, as diferenças entre os meios são enfatizadas. No terceiro estágio o meio antigo é remodelado pelo novo meio, mas a presença do antigo ainda é percebida. Por fim, no quarto estágio o meio antigo é totalmente absorvido pelo novo meio.

A remediação, segundo Bolter e Grusin (2000), opera em duas lógicas distintas (e complementares): a imediação e a hipermediação. Por imediação entende-se a tentativa de tornar a mídia o mais imperceptível quanto possível (transparência). Por sua vez, a hipermediação reconhece múltiplos atos de representação e os torna visíveis ao usuário (opacidade).

2. Uncle Roy All Around You: mediação

Caracterizado por de Souza e Silva e Hjorth (2009) um jogo de realidade híbrida (HCR[5]), URAAY mescla dois modelos de computação: o pessoal e o pervasivo[6]. No modelo pessoal (jogador *online*), o acesso digital à informação é feito por meio de um computador ligado à rede e não prevê interação física com o espaço. Já no modelo pervasivo (jogador de campo), o acesso se dá por meio de um PDA (*personal digital assistant*) e as informações (pistas) são liberadas para o jogador conforme este explora um espaço físico pré-determinado. Os jogadores *online* devem colaborar com os jogadores de campo para que estes encontrem o escritório do tio Roy, que é uma localidade física real (Benford, et al., 2004), compartilhando informações que são referentes a localidades específicas.

5 Acrônimo de Hybrid Reality Game. Nos HRG, as ações no ambiente digital têm implicações diretas no ambiente físico e vice-versa.

6 Utiliza-se aqui a denominação de modelos de computação dada por Farman (2015).

São dois os tipos de jogadores cujas experiências são aqui analisadas: os jogadores *online* e os jogadores de campo[7]. Os jogadores de campo acessam o jogo por meio da compra de um ticket que os permite jogar por um tempo máximo de uma hora. Antes de começar o jogo, eles devem trocar todos os seus pertences por um dispositivo de mão (PDA) que os auxilia na exploração do ambiente físico por meio de um aplicativo baseado em localização (fig. 1). Esta estratégia, segundo Benford et al. (2004, p. 2), foi usada com a intenção de "[...] aumentar sua sensação de antecipação, vulnerabilidade, dependência do tio Roy e isolamento e desconexão com a experiência diária da cidade"[8]. Conforme exploram o ambiente físico, completam suas tarefas e compartilham sua localização, os jogadores de campo vão recebendo novas pistas sobre onde é o escritório do tio Roy. No entanto, as pistas que recebem são ambíguas: enquanto algumas são confiáveis, outras incentivam os jogadores a "perder tempo" com atividades relacionadas à cultura local, mas que não levam ao escritório do tio Roy.

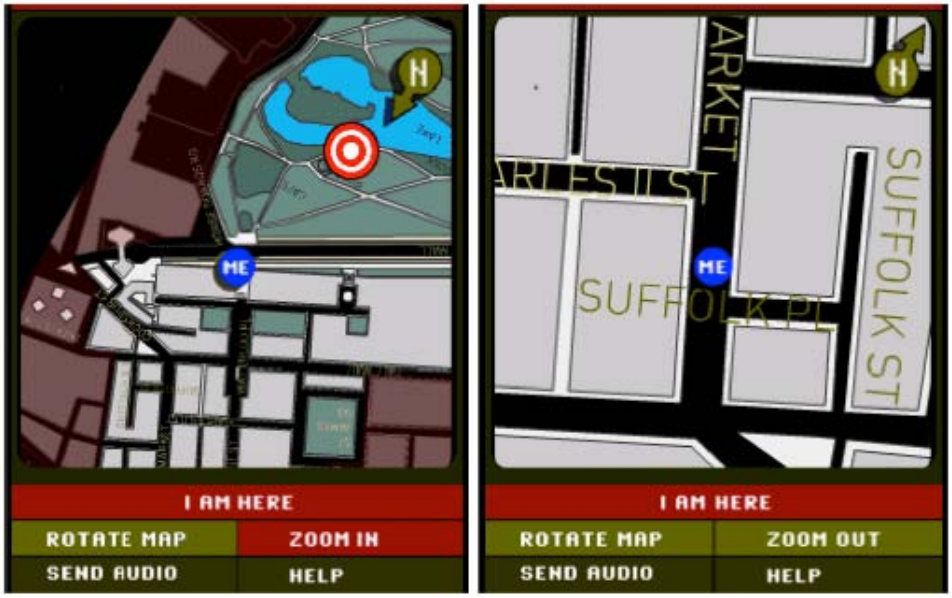


Figura 1 – mapa do jogador de campo (Benford, et al., 2004)

Por outro lado, os jogadores online experienciam o jogo pela internet, e exploram um modelo 3D do ambiente físico por meio do uso de um avatar (fig. 2). É possível encontrar outros jogadores online, enviar mensagens de texto públicas e acessar cartas com detalhes sobre o posicionamento dos jogadores de campo. Os jogadores online podem contactar os jogadores de campo por meio de mensagens de texto privadas ou podem ouvir as últimas mensagens de áudio gravadas pelos jogadores de campo.

7 Para Gordon e de Souza e Silva (2011), a definição da participação de cada um dos jogadores é complexa. Em uma primeira observação, fala-se da fragilidade da distinção entre local e remoto, uma vez que, de certa forma, mesmo os jogadores online participam fisicamente do jogo ao terem seus avatares presentes na interface móvel do jogador de campo. Além do jogador que porta o PDA, no ambiente físico há também os personagens da peça e os transeuntes, que por vezes são abordados pelos jogadores de campo e solicitados a responder alguma pergunta ou fazer alguma indicação. Da mesma forma, questiona-se a distinção entre jogador e expectador. Segundo Gordon e de Souza e Silva (2011), embora os expectadores não pareçam estar jogando, eles estão integrados ao espaço em virtude de serem parte do público do jogo.

8 Tradução dos autores para: "[…] increase their sense of antecipation, vulnerability, dependence on Uncle Roy and isolation and disconnection from the everyday experience of the city".

Figura 2 – interface do jogador online: avatar próprio (figura branca), posicionamento do jogador de campo (esfera vermelha), informações do jogador de campo (direita) e caixas de mensagem de texto (base) (Benford, et al., 2004)

Os jogadores online podem, ainda, ter acesso às mesmas pistas que os jogadores de campo recebem, e optar por uma visualização do tipo *bird's eye*, que permite visualizar a localização de todos os jogadores (online e de campo). Quando um dos jogadores de campo chega ao escritório do tio Roy, o jogador online pode acompanhá-lo e assitir o jogador de campo ao vivo por meio de uma *webcam* instalada no escritório.

3. Imediação, hipermediação e remediação em Uncle Roy All Around You

Ambos o PDA e a interface gráfica do jogador *online* remediam de alguma forma a cidade. A interface gráfica do jogador *online* oferece um segundo estágio de remediação do ambiente urbano tridimensional, ou seja, dá volume e espacialidade aos seus elementos, mas deixa evidente suas diferenças. No caso do PDA, acontece a remediação da representação bidimensional da cidade. Aqui, a interface do jogador de campo, promovida por uma mídia móvel com reconhecimento de local (*location-aware mobile media*), permite ao usuário visualizar sua localização em um mapa na tela de seu dispositivo móvel (Sutko & de Souza e Silva, 2011). Ao inserir no meio elementos interativos oriundos dos sistemas de georreferenciamento, a cartografia da cidade é apresentada em um terceiro estágio de remediação. Pode-se afirmar que o dispositivo PDA remedia a cartografia do urbano imediato e circundante, e a interface online remedia a ambiente de jogo vivido pelo jogador de campo. A experiência URAAY, por sua vez, remedia antigas práticas de intervenção artística (especialmente antigas práticas teatrais) e dão uma nova significação para os jogos ao ar livre.

A imediação está presente de maneira mais evidente no ambiente criado para o jogador de campo – leia-se: a interface gráfica do dispositivo de mão somado à ambiência urbana criada para a experiência. Os mapeamentos, as orientações, as figurações e as interações são todos elementos pensados para criação de

uma experiência imersiva, uma imediação perceptiva, que busca a transparência – embora não a alcance por completo. Para sustentar essa afirmação, defende-se aqui que a mídia neste caso é formada pelo conjunto de experiências entregue pelo jogo, e não apenas a interface criada para o PDA. A interface gráfica em si oscila entre imediação e hipermediação: na tentativa de reconhecer seu posicionamento dentro do ambiente urbano (percebendo, portanto, a mídia), o usuário se vê obrigado a buscar a imersão.

Por sua vez, a experiência do jogador online é claramente mais hipermidiática. "Na lógica da hipermediação, o artista (ou o programador multimídia ou o designer) se esforça para fazer com que o observador reconheça o meio como um meio e que aprecie esse reconhecimento" (Bolter & Grusin, 2000, pp. 41-42). A interface criada para o jogador online multiplica os sinais da mediação e tenta reproduzir a experiência sensorial humana. A hipermediação neste caso também se manifesta na criação de um espaço multimídia no mundo físico, um jogo a céu aberto.

Considerações

Um questionamento frequente a respeito das mídias móveis é sobre sua atuação como elemento fortalecedor de processos de individualização, atuando de maneira contrária à interação e coesão social. O aspecto lúdico de URAAY torna as interações entre os participantes mais descompromissadas. Entretanto, se pensarmos no desenvolvimento de mídias urbanas gamificadas – ou seja, em tecnologias de mídia que de alguma forma influenciem a experiência de uma localidade física (Waal, 2014) por meio da inserção de elementos de jogos em contexto de não jogos – o uso dessas tecnologias móveis locativas somadas aos elementos de jogos parece potencialmente úteis para o fortalecimento da coesão social em comunidades urbanas.

Como pesquisas futuras, sugere-se o estudo dos tipos de interatividade e agência nos jogos móveis locativos desenvolvidos no contexto artístico e sobre como estes aspectos podem ser revertidos para a mobilização real de grupos urbanos.

Referências

- Benford, S., Flintham, M., Drozd, A., Anastasi, R., Rowland, D., Tandavanitj, N., . . . Sutton, J. (2004). Uncle Roy all around you: implicating the city in a location-based performance. *Proceedings of the Advanced Computer Entertainment*, (pp. 1-10).
- Bolter, J. D., & Grusin, R. (2000). *Remediation: understanding new media.* Cambridge: The MIT Press.
- De Lange, M. (2009). From always here to always there: locative media as playful technologies. Em A. de Souza e Silva, & D. M. Sutko, *Digital cityscapes: merging digital and urban playscapes* (pp. 55-70). Nova York: Peter Lang Publishing.
- de Souza e Silva, A., & Frith, J. (2012). Mobile interfaces in public spaces: locational privacy, control,

and urban sociability. Nova York: Routledge.

- de Souza e Silva, A., & Hjorth, L. (2009). Playful urban spaces - a historical approach to mobile games. *Simulation & Gaming, 40, n. 5*, 602-625.
- Fadel, L. M. (sem ano). *Space as a meaningful dimension.* trabalho não publicado.
- Farman, J. (2009). Locative life: geochaching, mobile gaming, and embodiment. *Digital Arts and Culture*.
- Farman, J. (2012). Mobile interface theory: embodied space and locative media. Nova York: Routledge.
- Farman, J. (2015). Stories, spaces, and bodies: the production of embodied space through mobile media storytelling. *Communication Research and Practice, 1, n. 2*, 101-116.
- Frith, J. (2013). Turning life into a game: Foursquare, gamification, and personal mobility. *Mobile Media & Communication, 1, n. 2*, 248-262.
- Galloway, A., & Ward, M. (2005). Locative media as socialising and spatialising practices: learning from archaeology. *Leonardo*.
- Gordon, E., & de Souza e Silva, A. (2011). *Net locality: why location matters in a networked world.* Oxford: Wiley-Blackwell.
- Hemment, D. (2006). Locative arts. *Leonardo, 39, n. 4*, 348-355.
- Hjorth, L. (2011). Mobile@ game cultures: the place of urban mobile gaming. Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies, 17, n. 4, 357-371.
- Humphreys, L., & Liao, T. (2013). Foursquare and the parochialization of public space. *First Monday, 18, n. 11*.
- Lemos, A. (2007). Mídias locativas e territórios informacionais. Em L. Santaella, & P. Arantes, *Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir* (pp. 207-230). São Paulo: EDUC.
- Lemos, A. (2010). Jogos móveis locativos: cibercultura, espaço urbano e mídia locativa. *Revista USP, 86*, 54-65.
- McLuhan, M. (2007). Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix.
- Prutzer, E. S. (2013). The subjects of subjetive mapping: locative art, critical theory, and creative systems.
- Ruiz, S., Stokes, B., & Watson, J. (2012). Mobile and locative games in the civic tripod: activism, art and learning. *International Journal of Learning Media, 3, n. 3*.
- Sadowski, H. (2016). Digital intimacies: doing digital media differently. Linköping: LiU-Tryck.
- Saker, M., & Evans, L. (2016). Locative media and identity: accumulative technologies of the self. *SAGE Open*, 1-10.
- San Cornelio, G. S., & Ardevol, E. (2011). Practices of place-making through locative media artworks. *Communications, 36, n. 3*, 313-333.
- San Cornelio, G., & Alsina, P. (2010). On flows, places and spaces: towards a framework for locative media artworks. *Art, Space and Memory in the Digital Era*, 99-122.
- Sutko, D. M., & de Souza e Silva, A. (2011). Location-aware mobile media and urban sociability. *New Media & Society, 20, n. 5*, 1-17.

- Townsend, A. (2006). Locative-media artistis in the contested-aware city. *Leonardo, 39, n. 4*, 345-347.
- Townsend, A. (2008). Aumentar el espacio público y crear arte público: el papel de los medios locativos. *Nodo << Locative media y prática artística: exploraciones sobre el terreno>>*.
- Van Looy, J., & Baetens, J. (2003). *Close reading new media: analysing electronic literature.* Lovaina: Leuven University Press.
- Waal, M. d. (2014). *The city as interface.* Rotterdam: nai010 Publishers.
- Wilken, R. (2010). A community of strangers? Mobile media, art, tactility and urban encounters with the other. *Mobilities, 5, n. 4*, 449-468.
- Wilken, R. (2014). Proximity and alienation - narratives of city, self, and other in the locative games of Blast Theory. Em J. Farman, *Narrative practices with locative technologies* (pp. 175-191). Nova York: Routledge.

CIDADES ENQUANTO SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO DISCUSSÕES E EVOLUÇÃO CONCEITUAL

LARYSSA TARACHUCKY

Doutoranda PPGEGC
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Florianópolis (Brasil).
laryssa.tarachucky@gmail.com

MARIA JOSÉ BALDESSAR

Docente PPGEGC
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Florianópolis (Brasil).
mbaldessar@gmail.com

CRISTINA COLOMBO NUNES

Doutoranda PPGEGC/UFSC
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.
Universidade Federal de Santa Caratina.
Florianópolis (Brasil).
Email: criscnunes@gmail.com

RICHARD PERASSI LUIZ DE SOUSA

Docente PPGEGC/UFSC
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.
Universidade Federal de Santa Caratina.
Florianópolis (Brasil).
Email: perassi@cce.ufsc.br

Resumo

Ao longo da história o homem desenvolveu e adotou tecnologias com o intuito de satisfazer, entre outras coisas, suas necessidades de comunicação. Enquanto artefato criado em resposta a estas necessidades, a cidade é apresentada na literatura sob pelo menos dois enfoques: de comunicação de energia e suprimentos e de comunicação de conteúdo (informação). O surgimento e popularização das novas tecnologias de mídia estão mudando não apenas as formas de comunicação e de interação dentro da cidade, tornando-a um espaço cada vez mais sensitivo, responsivo e interativo, como também as concepções que são feitas a seu respeito, gerando desdobramentos sobre o conceito de cidade na contemporaneidade. Tomando como base a influência das tecnologias de informação e comunicação popularizadas nas duas últimas décadas sobre o "experienciar" da urbe contemporânea, e à luz dos conceitos desenvolvidos nas ciências da comunicação e nas teorias da informação, este artigo objetiva discutir os modos de alusão à cidade enquanto espaço comunicativo. Para tanto, apresenta a cidade vista como meio, mídia e mediação na obra de Ferrara (2008), e conversa com os conceitos encontrados em Sousa e Meneghel (2011) bem como com os argumentos de McQuire (2008), Nagenborg et al. (2010), Waal (2014) e Landry (2016).

Abstract

Throughout history man has developed and adopted technologies with the purpose of satisfying, among other things, his needs of communication. As an artifact created in response to these needs, the city is presented in the literature under at least two approaches: energy and supplies communication and content communication (information). The emergence and popularization of new media technologies are changing not only the forms of communication and interaction within the city, making it an increasingly sensitive, responsive and interactive space, but are also changing the conceptions that are made about it, generating changes about the concept of a city in the contemporary world. Based on the influence of the information and communication technologies popularized in the last two decades upon the "experience" of the contemporary city, and in light of the concepts developed in the communication sciences and information theories, this article aims to discuss the modes of allusion to the city as a communicative space. For this purpose, it presents the city as media, medium and mediation as it appears in the work of Ferrara (2008), and relates it to the concepts found in Sousa and Meneghel (2011) and to the arguments of McQuire (2008), Nagenborg Et al. (2010), Waal (2014) and Landry (2016).

PALAVRAS CHAVE

Cidade, cibercultura, mídia, meio, interface

KEYWORDS

City, ciberculture, media, medium, interface

Introdução

Ao longo da história o ser humano desenvolveu e adotou tecnologias que permitiram fabricar objetos e modificar o meio ambiente no intuito de satisfazer suas necessidades e de melhorar suas condições de segurança, contato, comunicação, organização e troca. Por meio da cultura, adotou estratégias para adaptar a natureza tanto ao seu corpo individual, a exemplo da confecção de roupas e artefatos diversos, quanto ao seu corpo coletivo, tendo a cidade como uma de suas mais conhecidas respostas.

Além das características urbanísticas e funcionais, a cidade possui uma dimensão comunicativa. E, enquanto artefato criado em resposta às necessidades de comunicação[1], a cidade é apresentada na literatura sob, pelo menos, dois enfoques: de comunicação de energia e suprimentos[2] e de comunicação de informação[3]. Entretanto, a cidade apresentada no discurso atual não é aquela mesma cidade cuja estrutura de comunicação de suprimentos era formada por aquedutos, canais e vielas para animais de carga. Tampouco é aquela cuja comunicação de informação era feita por meio de mensageiros (ou mesmo por carros de som).

Uma das abordagens possíveis para tratar da cidade enquanto sistema de comunicação estaria relacionada às mudanças estruturais da cidade ao longo do tempo em resposta aos avanços tecnológicos conquistados. Outra abordagem poderia estar voltada ao entendimento das mudanças na vida social na cidade em decorrência destes mesmos avanços. Este artigo faz uso de uma abordagem alternativa, e, à luz dos conceitos desenvolvidos nas ciências da comunicação e nas teorias da informação, discute os modos de alusão à cidade enquanto espaço comunicativo, tomando como base a influência das novas TICs no "experienciar" da urbe contemporânea. Esta orientação é motivada pela percepção de uma crescente hibridização do espaço público (Mitchell, 1995; McQuire, 2008; Waal, 2014; Landry, 2016) - o que inclui sua potencialidade em tornar a cidade um espaço cada vez mais sensitivo, responsivo e interativo – e de seus desdobramentos sobre o conceito de cidade na contemporaneidade[4].

Objetivos

Os resultados aqui apresentados advêm de uma pesquisa que buscou responder aos seguintes objetivos: (i) explorar os conceitos de mídia, meio e mediação, (ii) estabelecer a relação entre mídia e cidade, e (iii) discutir a variação nos modos de alusão à cidade enquanto espaço comunicativo, tomando como base a influência das novas TICs na experiência da cidade contemporânea.

1 Considere-se a colocação de Cardoso (2013, p. 12) de que, no sentido amplo, todo artefato é também informação, pois "é produzido por meio da ação de dar forma à matéria seguindo uma intenção. Do ponto de vista etimológico, portanto, a manufatura corresponde ao sentido estreito do termo in + formação (literalmente, o processo de dar forma a algo)". O autor coloca ainda que, ao concretizar uma possibilidade de uso, o artefato se faz ao mesmo tempo modelo e informação.

2 Cf. Kittler e Griffin (1996) e Benévolo (1999).

3 Cf. Kittler e Griffin (1996) e Nagenborg et al. (2010).

4 Entre eles, o de cibercidade cunhado por Lévy (1999), o de media city, utilizado por McQuire (2008), e o de cidade como interface, proposto por Waal (2014).

Metodologia

Para atingir os objetivos descritos acima, este trabalho partiu de uma revisão sistemática integrativa da literatura. Este método foi escolhido por sua característica de permitir maior aproximação por parte do pesquisador em relação ao assunto pesquisado, de permitir traçar um panorama sobre a produção na área estudada e sua evolução ao longo do tempo (Botelho, Cunha, & Macedo, 2011).

A estratégia de revisão seguiu os estágios de formulação da pergunta de pesquisa, localização dos estudos, avaliação crítica dos estudos, coleta de dados, análise e apresentação dos dados, interpretação dos dados, e aprimoramento e atualização da revisão.

A formulação da pergunta de pesquisa foi feita no intento de explorar uma série de questões. Primeiramente, busca-se explorar a relação entre mídias e cidade, estabelecendo-se os conceitos basilares. Em seguida, busca-se por exemplos de emprego dos termos “mídia”, “meio” e “mediação” quando relacionados à experiência e atuação sobre o espaço urbano. Por fim, são identificadas convergências e divergências sobre o conceito de cidade enquanto sistema de comunicação.

Definida a pergunta de pesquisa, foram identificados os termos de busca. Dado o estágio inicial da pesquisa e considerando o grande número de artigos relacionados aos termos “mídia” e “cidade” quando buscados sem restrições quanto ao foco do artigo publicado percebida na fase de pré-projeto, entendeu-se que a exploração deveria inicialmente buscar pelos termos “mídia”, “cidade” e “sistemas de comunicação”. Para tanto, em 10 de abril de 2016 foi realizada uma busca combinada no Portal de Periódicos Capes por artigos publicados no intervalo entre 2006 e 2016. Esta busca retornou duzentos e sessenta resultados. Para a seleção dos artigos a revisar, foram observados os seguintes critérios de inclusão: a) tratar-se de um artigo científico publicado em periódico ou anais de congresso acadêmico, e b) tratar, ao mesmo tempo, do cruzamento de conceitos relacionados aos temas mídia e cidade. Dos resultados obtidos, foram selecionados os trabalhos de Kittler & Griffin (1996), Ferrara (2008), Nagenborg *et al*. (2010), Sousa e Meneghel (2011) e Daroda (2012), aos quais se procedeu a revisão integrativa.

A análise dos dados foi feita por meio da seleção, foco, simplificação e organização dos dados brutos dos materiais, envolvendo técnicas de extração e codificação. O esquema revisão adotado segue o padrão de organização e abstração da informação formulado por Garrard (1999), iniciado com a matriz de revisão e seguido pela abstração do conteúdo revisado. Para este estudo, as seguintes informações foram abstraídas de cada artigo: a) como o termo “mídia” foi definido; b) qual abordagem de cidade adotada; c) qual a relação feita pelo autor entre o conceito de mídia (e derivados) e de cidade; d) em que contexto a intersecção “mídia” e “cidade” foi investigada; e e) quais foram os resultados das investigações. Com a finalidade de responder aos objetivos deste estudo, neste artigo exploramos apenas os tópicos de abstração “a” e “c”.

Por fim, as análises são cruzadas com os resultados de pesquisas prévias realizadas no contexto do Grupo de Pesquisa MídiaCon acerca do tema "cidade híbrida" com a finalidade de discutir uma possível evolução conceitual acerca da cidade enquanto meio, mídia e mediação.

1. Cidade: meio, mídia e mediação

Enquanto fruto do exercício de múltiplos atores no fazer arquitetônico e urbano, a cidade pode ser considerada uma composição tridimensional de formas no espaço; um todo organizado intuitiva e conceitualmente em partes, formando lugares – intencionais ou não. Na cidade construída, esses lugares são identificados por meio da combinação de elementos principais e elementos de composição, sob a atuação de elementos modificadores[5]. Esses lugares mediam a relação do homem com o conjunto de coisas que constitui a vida na cidade.

A cidade atua nos processos de comunicação na medida que se apresenta como o lugar onde o suporte material da informação pode ser encontrado e onde as pessoas podem encontrar umas às outras e trocar informações. Na cidade, há lugares em que a informação pode ser encontrada, e a cidade fornece espaços nos quais acontece a troca de informações. Esta troca de informações caracteriza condições específicas do espaço público e privado na cidade. Por vezes, as pessoas podem obter informações sobre o ambiente socioespacial por meio da interação com outras pessoas. Outras vezes, o simples pensar, sentir ou experienciar a cidade é suficiente (Nagenborg, Albrechtslund, Klamt, & Wood, 2010).

Tomemos como base a afirmação de Ferrara (2008, p. 43) de que "enquanto construção, a cidade é meio, enquanto imagem e plano, a cidade é mídia, enquanto mediação, a cidade é urbanidade". Considerando as afirmações colocadas, algumas considerações poderiam ser feitas.

Enquanto construção a cidade é meio. Ou, "o meio é a pele da cidade" (Ferrara, 2008, p. 44). Na comunicação humana o meio é entendido como um intermediário no processo de transmissão de mensagens e interações entre sujeitos, estruturado através de códigos linguísticos, de signos. Entretanto, nesta abordagem, temos o meio como informação concreta, marcado pelas características construídas da cidade, referindo-se, portanto, à sua dimensão física, estrutural, àquilo que lhe dá volume, textura, cor, tais quais seus materiais e técnicas construtivas, mas também àquilo que organiza, dispoe e dá sentido aos seus espaços, como as soluções de implantação. Sua essência é modificada com o decorrer da evolução técnica e comunica a base de identidade simbólica que lhe dá forma. Essa pele da cidade existe sob influência de elementos históricos, sociais ou mesmo funcionais.

5 Unwin (2013) identifica três categorias de elementos de composição arquitetônica: principais, de composição e modificadores. Exemplos de elementos principais são o terreno, o espaço acima, a gravidade e o tempo; como elementos de composição, têm-se a área de terreno definida, plataforma, vala, marco, foco, barreira, cobertura, percurso e aberturas; por fim, como elementos modificadores, o autor elenca a luz, a temperatura, a ventilação, o som, o odor, a textura, o tato, a escala e o tempo.

Aqui, a inter-relação de elementos formam aquilo que Lynch (2011) chamou de "imagem da cidade" -uma espécie de imagem pública de qualquer cidade que se constitui como a soma de muitas imagens individuais sobre ela e resultantes de um complexo de experimentações sensíveis do conjunto de seus elementos.

Enquanto imagem e plano a cidade é mídia. Ou, "a imagem da cidade é a sua mídia" (Ferrara, 2008, p. 45). A autora utiliza aqui a ideia de mídia como sendo aquele conjunto de estratégias formuladas e/ou ações realizadas no fito de comunicar um posicionamento dentro de uma lógica do espetáculo. Mídia, aqui, parece aproximar-se daquilo que Anholt (2005), Dinnie (2011) e Govers e Go (2009) tratam como "marca" da cidade, entretanto, sob uma perspectiva não tanto otimista[6]: a mídia da cidade exibe uma síntese de informações que, "auto-suficiente, impede relações ou vinculações associativas que podem permitir a descoberta da cidade nas suas diferenças e particularidades"[7], e que "distorce a realidade para tornar-se palatável à percepção rápida e inconsequente"[8], uma cidade mais imaginada do que real.

É possível perceber a paisagem urbana enquanto suporte da comunicação simbólica no discurso de Ferrara (2008), sustentando a cidade como mídia, em diferentes situações. Para a autora, ao mostrar-se por meio de ícones/simbólicos, a imagem da cidade é a primeira forma de comunicação entre a cidade e o usuário pois são a primeira forma inteligível da arquitetura como código cultural. A autora apresenta a verticalidade como índice de poder quando observa o *skyline* da cidade como "um gráfico que registra as flutuações de seu poder econômico, mas sobretudo, assinala o valor simbólico da altura como comunicação de uma cidade com o mundo" (Ferrara, 2008, p. 40), a exemplo da disputa mundial – em especial China, Estados Unidos e Emirados Árabes – pelo edifício mais alto. Apresenta, também, as propostas de Howard, de Soria Y Mata e de Le Corbusier – a cidade jardim, a cidade linear e a cidade radial, respectivamente – como representação de um desejo, i.e., como uma mídia que materializa e comunica uma base ideológica; e observa que "as fachadas invadiram a cidade pós-moderna e, escondendo o interior, mostraram-se em granito, vidro, aço, titânio reluzentes, ao mesmo tempo em que transformaram o meio em mídia"[9].

> A cidade corresponde a uma estranha espacialidade que só se comunica quando dela se fala ou quando é traduzida pelo discurso técnico que a submete a uma lógica que ordena sua multiplicidade sensível. Desse modo, para apreender a cidade é necessário acompanhar sua circularidade comunicativa que nos leva a saber distinguir entre um sistema construído, o valor por ele emitido e a interação que permite que a cidade seja diferente de ambos. Como não é fruto de uma transformação que se processe de modo gradual ou harmônico, a cidade é teatro de impactos que ocorrem em velocidades distintas e de ambíguas dimensões, mas com

6 A autora toma um posicionamento crítico em relação à imagem da cidade, ou, em suas palavras, à sua mídia, sob uma ótica mais próxima à de Jeudy (2005), que percebe as iniciativas de reformulação do espaço físico da cidade (meio) como um processo de estetização do ambiente urbano dentro de uma estrutura de destituição sistemática do cidadão.

7 Ibidem, p.45-46.

8 Ibidem, p. 46.

9 Ibidem, p. 45.

> imediata consequencia. [...] ou seja, a cidade é, ao mesmo tempo, objeto comunicativo e sujeito da própria interação que nela se desenvolve: entre as duas possibilidades podemos salientar a dimensão do seu ambiente mediativo e observar nuances e nexos que se estabelecem entre meio, mídia e interação. (Ferrara, 2008, p. 43).

Enquanto mediação, a cidade é urbanidade. Quando associado à cidade, o termo mediação passa a caracterizar o processo relacional, de influência mútua, entre usuário e cidade. Nesse sentido, Ferrara (2008, p. 49) entende que, ao contrário da imagem da cidade que constitui representação icônica de desejos imaginários de identidade, individual e coletiva, "a mediação supõe uma auto-organização e transformação do usuário à medida que ele interfere na cidade e contribui para a própria organização do cotidiano que a caracteriza".

Nesta colocação, o inverso também é possível. Enquanto mediação, a cidade é urbanidade, mas pode ser também que ela seja mediação a partir de sua urbanidade. Quer dizer, "[...] enquanto mediação, a cidade supera a imagem e é processo, justaposição de experiências e movimento em transformação contínuos" (Ferrara, 2008, p. 49), mas enquanto processo, justaposição de experiências e movimento em transformação contínuos, a cidade também forma uma imagem – muitas vezes mais propícia a corresponder e estimular o domínio paroquial.

Meio e mídia são apresentados em Ferrara como coisas diferentes. Entretanto, se considerarmos os escritos mais específicos da Teoria da Comunicação, em especial aqueles que buscam identificar e diferenciar seus conceitos, como os de Sousa e Meneghel (2011) e Caramella (2009), meio e mídia são tratados como sinônimos.

Mídia é um vocábulo transcrito da pronúncia inglesa de "*media*" para o plural latino de *medium*[10], e, em português (conforme falado no Brasil), corresponde a *meio*. *Medium* significa "aquilo que que está no meio de algo, aquilo que está entre duas coisas" (Caramella, 2009, p. 24). No processo de comunicação, o termo mídia assumiu diferentes significados ao longo dos anos, referindo-se desde à cultura de massa até aos processos comunicacionais mediados por computador. Vamos tratar aqui do termo mídia em seu sentido etimológico.

Sousa e Meneghel (2011, p. 61) apresentam o conceito de mídia como suporte da informação que, "além de significar um canal de condução ou de distribuição de informações, passou a designar, também, os elementos que armazenam informação, especialmente quando esses elementos são portáteis ou estão interligados por canais de distribuição". Seguindo o entendimento destes autores, a cidade se apresenta como mídia sempre que se porte como canal de condução ou de distribuição de informação. Isso acontece, por exemplo, quando seus elementos exibem formas simbólicas, a exemplo das cariátides esculpidas em

10 C.f. Enciclopédia INTERCOM de comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. 1 v. Disponível em: <http://www.ciencianasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/ Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso: 27 mai. 2016.

colunas de templos gregos[11], ou quando os planos verticais de suas edificações informam ao transeunte as atividades que acontecem em um determinado local.

2. Cidade e mídia digital

Com o advento da cibertecnologia, a interação sujeito-mídia vem sofrendo rápidas e significativas mudanças. Recentemente, as mídias passaram a ser classificadas em mídias tradicionais e mídias digitais, ou seja, as mídias anteriores às tecnologias em rede, tais quais o telégrafo, o telefone, o rádio, o jornal, e as posteriores, caracterizadas, entre outros fatores, pela coparticipação do receptor da mensagem por meio da interatividade e/ou telepresença, como a televisão digital e os *smartphones*.

Sousa e Meneghel (2011) categorizam os instrumentos e objetos ou mídia em "passivos" e "ativos". Os instrumentos e objetos ou mídias passivos são aqueles que "servem de suportes e canais de informação e comunicação, em decorrência da atuação direta dos agentes humanos"[12], enquanto os ativos são aqueles que têm autonomia parcial ou integral ao desempenhar funções de suporte, armazenamento e distribuição ou comunicação de informações. E afirmam:

> Anteriormente, predominava o uso de mídia passiva como suportes de registro e canais de transmissão do conhecimento. Os registros e a comunicação eram suportados por livros, notas, memorandos escritos e outros registros ou mensagens sobre papel que, ainda hoje, circulam nas organizações. Porém, o advento e o desenvolvimento da mídia ativa eletrônico-digital, multimídia, hipertextual, interligada em rede e interativa, ativou e dinamizou a captura, o armazenamento, a interatividade, o agrupamento, o resgate a distribuição e a produção de informações. (Sousa & Meneghel, 2011, p. 49).

Essa mudança no uso de mídia passiva para mídia ativa interfere tanto na produção material da cidade quanto na experiência que se tem dela.

As novas TICs são aplicadas de diferentes maneiras (por vezes também conflituosas) na experiência do espaço urbano[13]. Os serviços e aplicativos atualmente disponíveis facilitam a diluição de antigas oposições, tais quais público e privado, global e local, online e off-line (Nagenborg, Albrechtslund, Klamt, & Wood, 2010). Como consequência desses desenvolvimentos, surgem novas relações, novas percepções sujeito-cidade.

11 Cariátides é o nome dado aos habitantes de Caria, cidade de Peloponeso. Na arquitetura, este termo é usado para fazer referência a um formato específico de colunas presentes em alguns templos da Grécia Antiga. Segundo os escritos de Vitrúvio (2007), com a ajuda dos Persas, Caria conspirou contra os gregos que, posteriormente, declararam guerra a seus habitantes. Ao vencer a guerra, os gregos levaram como escravas as mulheres de Caria e esculpiram suas figuras em edifícios públicos com a finalidade de transmitir para a posteridade o castigo imposto à ofensa dos cariátides.

12 Ibidem, p. 48.

13 Waal (2014) dá às tecnologias de mídia que, de alguma maneira, podem influenciar a experiência de uma localidade o nome de "urban media", ou, em uma tradução livre, "mídias urbanas".

Um dos principais responsáveis pela recente mudança na relação sujeito-cidade foi a popularização dos smartphones. "O poder de cálculo do telefone móvel que carregamos em nossos bolsos é muito maior do que os primeiros (e gigantescos) computadores" (Waal, 2014, p. 7). Outro fator de impacto foi a tendência – surgida no início desta década – de estímulo, por parte de plataformas de redes sociais, ao compartilhamento de informações pessoais que incluíam não apenas atividades, preferências e afiliações online, mas também o "paradeiro" da pessoa, facilitado por tecnologias de rastreamento móvel e novos serviços de distribuição[14]. Somados a mudanças na cultura e nos protocolos que regem as relações sociais do homem contemporâneo, estes fatores estão mesclando, cada dia mais, espaços urbanos e espaços virtuais.

Sites de internet para arrendamento habitacional de curta duração como o AirBnb, Homeaway e Flipkey ou redes sociais como o Eatwith e o Meal Sharing[15] promovem uma dinâmica maior no protocolo da cidade, tomando temporariamente seus mais diversos espaços para usos temporários até então limitados a áreas ou setores pré-determinados, promovendo um urbanismo em estado fluido. Ferramentas de informação de tráfego e recomendação de rota como Google Traffic, Google Transit, Tonton e Waze, entre outros, substituem os mapas convencionais e direcionam a um novo mapeamento cognitivo das cidades. O Waze, em especial, atua como uma ferramenta de wayfinding[16] que alia o sistema de posicionamento global às ferramentas de big data e crowdsourcing para criar mapas geoespaciais interativos, atualizados em tempo real. "Estes mapas são aplicações digitais disponíveis para equipamentos móveis, atualizadas em tempo real com informações de procedência colaborativa de todos os usuários" (Silveira, Marcolin, & Freitas, 2015). Em termos de experienciação sensorial da cidade, intervenções artísticas como os projetos Enteractive, do escritório americano Electroland, ou o Light Drift, do também americano MY Studio, fazem uso da gamificação, i.e., da inserção de propostas de caráter lúdico ou de desafio, para integrar espaços reais e virtuais e combinar inteligência virtual e humana como forma de incentivar diferentes trocas entre o usuário e o espaço público e, assim, provocar novas subjetividades.

> As novas tecnologias alteram a percepção da paisagem urbana transformando a experiência e a prática do espaço urbano, mesclando espaços reais e virtuais, despertando os sentidos e agregando aos espaços da cidade novas possibilidades. As novas tecnologias de comunicação e informação modificam os interesses dos usuários ao mesmo tempo em que transformam a relação homem/cidade. (Daroda, 2012, p. 62).

Essa relação homem/cidade (a mediação de Ferrara), quando tratada sob o ponto de vista das mídias digitais passa a ser relacionada com a ideia de interface[17].

14 Ibidem, p. 6.

15 EatWith e Meal Sharing são redes sociais que conectam anfitriões e apreciadores da gastronomia para a realização de jantares em ambientes residenciais privados.

16 Em portugués: "encontrar o caminho". No campo da arquitetura, o termo faz referência a sistemas de sinalização e orientação do usuário.

17 Para Virilio (1993, p. 12), "toda superfície é uma interface entre dois meios onde ocorre uma atividade constante sob forma de troca entre as duas substâncias postas em contato".

Quando consideramos os espaços públicos urbanos do ponto de vista das mídias digitais, rapidamente encontramos o termo 'interface', um termo técnico que, de acordo com o dicionário Webster, significa 'o lugar no qual sistemas independentes e frequentemente não relacionais se encontram e atuam juntos ou se comunicam'. (Waal, 2014, p. 20, tradução nossa).

Conclusões

A cidade está diretamente relacionada aos seus habitantes: ela muda em forma e significação à medida que o sistema de crenças, valores e significados de um povo evolui. Esses sistemas dão sentido ao mundo percebido e evoluem ou mudam de acordo com alterações em sua estrutura social, sua infraestrutura e sua superestrutura. Estudar a cidade enquanto fenômeno de comunicação significa perceber sua estrutura e organização enquanto linguagem que expressa um contexto cultural, ambiental, social e tecnológico, e distinta de outras cidades em decorrência de uma série de eventos históricos e humanos particulares. Da mesma forma, estudar as mídias urbanas requer que estejamos conscientes de sua presença e que reconheçamos as maneiras como elas apoiam, guiam e restringem nosso comportamento.

A cidade é meio, mídia e interface desde antes destas nomenclaturas. Representa uma série de coisas, recebe ações humanas e responde a estas se reconfigurando. Partimos de uma realidade em que as cidades eram formadas e reformadas de acordo com uma série de necessidades de conexão e comunicação física. O advento do telefone, seguido pela internet e pelas mídias móveis não apenas aumentou a capacidade de conexão e interação entre pessoas como também reduziu drasticamente a necessidade de mobilidade em termos espaciais, e reduziu também a necessidade de programas fixos para seus ambientes. Talvez a entrada de novas tecnologias apenas tenha individualizado e agilizado o tempo destas respostas, mas talvez tenha provocado mudanças tão profundas no entendimento humano sobre estar, pertencer, experienciar e agir sobre a cidade que ainda não tenhamos condições de perceber e descrever sua totalidade.

Referências

- Anholt, S. (2005). Some importante distinctions in place branding. *Place Branding, 1*, 116-121.
- Benévolo, L. (1999). *História da cidade.* São Paulo: Perspectiva.
- Botelho, L., Cunha, C. C. A, & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5, 11, 121-136.
- Caramella, E. (2009). Understanding media: ou uma poética dos meios. Em E. Caramella, F. S. Nakagawa, D. Kutschat, & F. Fogliano, *Mídias: multiplicação e convergências* (pp. 23-40). São Paulo: Senac São Paulo.
- Cardoso, R. (2013). Introdução. Em V. Flusser, O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. Cosac Naify.
- Daroda, R. F. (2012). *As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea* (Dissertação

de mestrado). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

- Dinnie, K. (2011). *City branding - theory and cases.* Nova York: Palgrave Macmillan.
- Ferrara, L. D. (2004). *A estratégia dos signos.* São Paulo: Perspectiva.
- Ferrara, L. D. (2008). Cidade: meio, mídia e mediação. *MATRIZes, 1, n. 2*.
- Flusser, V. (2013). O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify.
- Govers, R., & Go, F. M. (2009). *Place branding - glocal, virtual and physical identities.* Nova York: Palgrave Macmillan.
- Heidegger, M. (1977). Question concerning technology and other essays. Nova York: Harper & Row.
- Jeudy, H.-P. (2005). *Espelho das cidades.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Kittler, F., & Griffin, M. (1996). The city is a medium. *New literary history, 27, n. 4*, 717-729.
- Landry, C. (2016). The digitized city: influence & impact. Stroud: Comedia.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura.* São Paulo: Ed. 34.
- Lynch, K. (2011). *A imagem da cidade.* São Paulo: WMF Martins Fontes.
- McQuire, S. (2008). The media city - media, architecture and urban space. Londres: Sage.
- Menezes, G. S., Tarachucky, L., Pellizzoni, R. C., de, S. R., Gonçalves, M. M., Gomez, L. S., & Fialho, F. A. (2014). Reforço e recompensa: a gamificação tratada sob uma abordagem behaviorista. *Projética, 5, n. 2*, 09-18.
- Mitchell, W. (1995). *City of bits - space, place, and the infobahn.* Cambridge/Londres: Sage.
- Nagenborg, M., Albrechtslund, A., Klamt, M., & Wood, D. M. (2010). On ICT & the city. *International Review of Information Ethics, 12*.
- Santaella, L. (2009). Meios, mídias, mediações e cognição. Em E. Caramella, F. S. Nakagawa, D. Kutschat, & F. Fogliano, *Mídias: multiplicação e convergências* (pp. 63-74). São Paulo: Senac São Paulo.
- Silveira, M., Marcolin, C. B., & Freitas, H. M. (2015). Análise da interação do Waze nas condições de trânsito na cidade de São Paulo. *Anais do Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade, 4.* São Paulo.
- Sousa, R. P., & Meneghel, T. (2011). Conhecimento, mídia e semiótica na área de Mídia do Conhecimento. Em T. Vanzin, & G. (. Dandolini, *Mídias do conhecimento* (p. Pandion). Florianópolis.
- Unwin, S. (2013). *A análise da arquitetura* (3ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Virilio, P. (1993). *O espaço crítico.* São Paulo: Ed. 34.
- Vitrúvio, M. (2007). *Tratado de arquitetura.* São Paulo: Martins Fontes.
- Waal, M. d. (2014). *The city as interface.* Rotterdam: nai010 Publishers.

IMPRESSÕES DO FUTURO: ESTRUTURA E FORMA ARQUITETÔNICA FRENTE ÀS TECNOLOGIAS DE FABRICAÇÃO DIGITAL

ANTONIO C. D. GRILLO, DIOGO R. CARVALHO, THAÍS M. O. A. NERY, WILLIAN C. GOMES

Professores adjuntos, graduandos bolsistas.
Curso de Arquitetura e Urbanismo.
PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Av. Dom José Gaspar 500, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP 30.535-610.
Email: acdgrillo@hotmail.com, crdiogo@gmail.com

Resumo

O trabalho tem como objetivo uma análise crítica da dinâmica de transformação da arquitetura atual frente à emergência das novas tecnologias de fabricação digital, com foco na relação entre forma e estrutura.

Em um primeiro momento, analisa o cenário atual da fabricação digital no mundo: descreve os principais processos de fabricação digital voltados para a construção civil; apresenta os experimentos mais recentes na área, com foco no processo de impressão 3D; e analisa os principais problemas que esse tipo de tecnologia encontra no que diz respeito à compatibilização com a forma da arquitetura.

Em um segundo momento, em análise prospectiva, desenvolve os argumentos: (a) que a fabricação digital aplicada à arquitetura e à construção vem crescendo de maneira muito rápida, apontando para uma revolução no setor, com reflexos em toda a cadeia produtiva da construção civil; (b) que as formas estruturais trabalhando à compressão apresentam vantagens significativas no sistema de fabricação digital pelo processo aditivo com materiais fluidos – o mais utilizado nos atuais experimentos na construção civil –, por permitirem uma produção contínua, prescindindo de fôrmas e de montagem de elementos extras; (c) que uma exploração expressiva dessa estratégia poderá implicar em um deslocamento no referencial estético hegemônico da arquitetura, de formas prismáticas para formas mais fluidas e orgânicas; (d) que ainda nos deparamos frente a um momento histórico de defasagem temporal entre o surgimento e domínio de uma nova tecnologia estrutural-construtiva e seu reflexo na renovação da forma arquitetônica, repetindo o fenômeno ocorrido no final do séc. XIX e início do XX, quando do surgimento das estruturas metálicas e do concreto armado.

PALAVRAS CHAVE

Arquitetura, fabricação digital, sistemas estruturais, sistemas construtivos, tecnologia de construção

Abstract

This work aims at a critical analysis of the transformation dynamics undergone by present time architecture in face of new digital manufacturing technologies, by focusing on the relationship between form and structure.

It begins by analyzing the current scene of digital manufacturing in the world: first, with a description of the main processes involved in digital manufacture directed to civil construction; then, focusing on the 3D printing process, it presents the latest experiments in construction; next, it analyses the main problems entailed by this technology with respect to compatibility with architectural form.

In a second step, a prospective analysis argues the following points: (a) digital manufacturing applied to architecture and construction has been growing very fast, pointing towards a revolution in the sector, with repercussions in the entire production chain of civil construction; (b) structural forms working under compression pose significant advantages in the digital manufacturing system by way of the additive process with fluid materials - the most widely used in current experiments in civil construction -, since they allow continuous production, dispensing with molds and assembly of extra elements; (c) an expressive exploitation of this strategy may imply a shift in the hegemonic aesthetic reference of architecture, from prismatic forms to more fluid and organic forms; (d) we are still living in a historical time gap between the emergence and mastery of a new structural-constructive technology and its reflection in the renewal of architectural form, thus repeating the phenomenon occurred at the late XIX and early XX centuries, when the world saw the rise of metal structures and reinforced concrete.

KEYWORDS

Architecture, digital manufacturing, structural systems, constructive systems, construction technology

Agradecimentos

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais − PUC Minas, pelo auxílio à pesquisa que deu origem a esse trabalho, por meio do FIP − Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP-2015/10091-2S − Projeto de Inovação), e pelo auxílio para participação no evento.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico − CNPq, pelo auxílio para participação no evento.

Introdução

A construção civil encontra-se no umbral de um período de grandes transformações frente ao progresso acelerado da tecnologia de fabricação digital. Analisando-se as atuais tecnologias empregadas nesse processo, verifica-se que o processo de fabricação aditivo com materiais pastosos é o que mais tem sido utilizado na construção civil com vistas à produção em larga escala, e o que apresenta um futuro de aplicação mais promissor. Esse processo apresenta um problema de descontinuidade de produção a ser contornado, que é a realização de elementos horizontais, como lajes e vigas; para contornar esse problema, lança-se mão de estratégias que envolvem dispositivos extras: ou fôrmas ou montagem de elementos pré-fabricados. Frente a isso, pergunta-se: em quê pode a forma arquitetônica afetar a otimização do processo construtivo por fabricação digital? Ao reproduzir o padrão construtivo vigente, não estaríamos adotando uma forma construtiva pouco sintonizada com essa nova tecnologia? Com outra lógica formal, não seria possível se produzir edificações de modo contínuo com apenas um equipamento, sem necessidade de fôrmas ou montagem de elementos pré-fabricados?

Objetivos

O presente trabalho analisa os atuais processos de fabricação digital voltados à construção civil, em especial a produção pelo método aditaivo, e questiona a adequação das formas arquitetônicas normalmente adotadas a esse processo, tendo em vista as limitações e potencialidades da tecnologia empregada. Ao fazê-lo, sugere a possibilidade de adoção de uma diretriz projetual com uma lógica formal e estrutural mais adequada à tecnologia emergente, e aponta para um possível deslocamento no padrão estético vigente na arquitetura caso essa estratégia prospere.

Metodologia

Para o levantamento do estado da arte, foram verificados artigos, teses, dissertações e publicações na web sobre o tema; foram visitados uma fábrica e um laboratório acadêmico de fabricação digital; e participamos de um encontro internacional sobre o tema, onde houve a possibilidade de verificar as últimas tendências no setor e discutir as principais premissas do trabalho. Com base nesse material, foi feita a análise crítica dos atuais processos de fabricação digital e das produções voltadas à construção civil, com especial foco na lógica estrutural das construções.

A segunda parte do trabalho, que indaga sobre o futuro da forma arquitetônica frente às novas tecnologias de fabricação digital, tem um caráter prospectivo, e a sustentação de suas hipóteses se deu com base na análise crítica do estado da arte anterior, respaldada pela análise de momentos passados similares na história da construção quando da presença de grandes transformações.

1. A fabricação digital e a construção civil na atualidade

1.1. Técnicas de fabricação digital

A fabricação digital é a produção de objetos tridimensionais a partir de arquivos digitais (CAD / CAM), por máquinas específicas para este fim, as CNC.[1] Os processos de fabricação digital em que os projetos são criados e executados digitalmente são denominados de processos *file-to-factory*, ou seja, "do arquivo para a fábrica". Tanto a prototipagem quanto a fabricação digital possuem a prerrogativa de pouparem o produto final de interpretação de terceiros em sua confecção, uma vez que a etapa da produção sucede diretamente ao projeto.

Se por um lado o CAD inaugurou uma radical alteração no modo como os profissionais da área da arquitetura desenvolvem seus projetos, o que foi potencializado pelo sistema BIM, a fabricação digital (e o sistema CAM) tem alterado a forma como os objetos projetados são produzidos. Essas novas possibilidades de produção, por sua vez, retroalimentam a lógica de projeto.

A fabricação digital é tradicionalmente classificada em dois métodos principais: o método aditivo, e o método subtrativo. Alguns autores acrescentam em sua classificação um terceiro método, o formativo.[2]

O método formativo designa a produção de elementos conformados a partir de equipamentos CNC como dobradoras ou prensas acopladas a moldes, desenvolvidos em modelo digital, gerando formas diferenciadas conforme sua manipulação.

A produção por método subtrativo se dá a partir de placas ou blocos. No caso de placas, estas são trabalhadas por cortadoras CNC, para posterior montagem. Trata-se de uma técnica muito utilizada em mobiliário, mas também em construções, sobretudo em madeira. No caso de blocos, um bloco bruto é desbastado por fresadoras CNC até atingir a forma final. Via de regra, essa tecnologia é utilizada na fabricação

1 O termo CAD − Computer-aided Design, em português "Projeto Auxiliado por Computador" − designa o sistema computacional utilizado para criação e desenvolvimento de desenho ou projeto e sua documentação por meios digitais (Autodesk, s/d.). O termo CAM − Computer-Aided Manufacturing ou "Manufatura Auxiliada por Computador" − designa o tipo de arquivo gerado a partir da do arquivo CAD e com o qual operam as máquinas de fabricação digital. CNC − Computer Numeric Control, ou "Controle Numérico Computacional" − é a sigla que designa o sistema dessas máquinas.

2 Um detalhamento dos métodos de produção automatizada voltadas para a construção civil pode ser encontrado em Pupo (2009 e 2016), e Neto (2013).

de pequenos objetos, em função do volume necessário para produção de elementos de grandes dimensões e da perda excessiva gerada nesse processo.

O método aditivo é a técnica de produção de objetos com base na sobreposição de matéria em camadas, até que este atinja sua forma final. Essas camadas podem ser geradas a partir da sobreposição de materiais sólidos, líquidos ou pastosos, de pó ou em lâminas, sendo o mais usual o uso de materiais pastosos. O processo envolve a articulação de diversos fatores, como o maquinário, os softwares, as matérias primas e seus processos de cura. Atualmente, estão sendo produzidos artefatos com materiais muito variados como terra, concreto, metal, gesso e resíduos de construção civil. As curas dos materiais − que podem ser baseadas em calor, luz ou e/ou a adição de produtos químicos − representam um fator chave no desenvolvimento desses processos. As tecnologias de fabricação digital por métodos aditivos são as mais usadas atualmente na área da construção, e vem experimentado uma evolução acelerada, com o surgimento constante, em diversos países, de novos produtos, tanto experimentais como já voltados para o mercado.

1.2. Processos e experimentos

A construção civil pode incorporar parcial ou totalmente a fabricação digital em seu processo de produção, incrementando em maior ou menor grau a automação do processo. Nesse amplo leque, a produção civil pode envolver distintas estratégias, que podem ser: a elaboração de fôrmas complexas para produção de elementos da obra; a montagem robotizada de peças pré-fabricadas; a fabricação direta da edificação, via de regra pelo método aditivo; ou a combinação dessas estratégias.

Na construção feita com base na montagem de peças, a fabricação digital pode incidir em mais de um momento: na fabricação das peças, na montagem das peças, ou em ambas as etapas.

A fabricação digital de peças para montagem da obra pode se dar com peças planas, produzidas a partir de placas trabalhadas com cortadoras CNC, técnica muito utilizada em montagem de móveis, mas também de edificações, como nos mostram os exemplos das figuras 1 a 3.

Figuras 1 e 2 - Pavilhão temporário [c]space. Alan Dempsey e Alvin Huang. Londres, 2007/2008.
Fontes: Horta e Bennett (2009).

Figura 3 - Metropol Parasol em Sevilha. J. Mayer H. Architects, 2004-2011.
Fonte: Costa (2011).

A montagem também pode ser feita a partir de blocos. Um exemplo interessante é o trabalho *Digital Grotesque*, realizado em 2013 por Michael Hansmeyer e Benjamin Dillenburger, de Zurique (Hansmeyer, 2013). Os blocos são gerados pelo método de fabricação aditiva, de alta resolução, com arenito processado e adição de resina, com formas geradas por algoritmos customizados. O projeto se vale da impressão 3D para criar formas com grande riqueza de detalhes, explorando de maneira radical o potencial ornamental da tecnologia empregada (figura 4).

Figura 4 - Digital Grotesque, de Michael Hansmeyer e Benjamin Dillenburger, 2013.
Fonte: Hansmeyer (2013).

Já a montagem automatizada, por robôs, tem sido utilizada em vários experimentos com tijolos ou blocos. Eles poden ser utilizados tanto para elaborar formas complexas, que requerem uma grande precisão na alocação de cada peça, quanto para produção de formas convencionais, objetivando-se, além da precisão, velocidade de construção. Em alguns casos, um robô pode montar toda a alvenaria de uma casa em questão de horas. Várias empresas, laboratórios vinculados a Universidades e arquitetos têm investido nessa estratégia. Um grupo que investiu de maneira pioneira nessa tecnologia é formado pelos pesquisadores Gramazio & Kohler, vinculados ao Instituto Federal Suíço de Tecnologia − ETH, em Zurique (Gramazio Kohler, s/d.). Eles desenvolveram um robô empilhadeira (o R-O-B), capaz de construir as alvenarias de um edifício em poucas horas. Em um de seus projetos, na adega Gantenbein da Suíça, de 2006, o software usou como base os algoritmos que dispõe automaticamente os tijolos em padrões 3D de modo a aumentar a estabilidade da superfície e possibilitar um arranjo estético diferenciado (figuras 5 e 6). Em outros projetos utilizando o robô empilhadeira, como a instalação *Structural Oscillations*, de 2007-2008, e a instalação *Pike Loop*, de 2009, os autores voltaram a explorar a complexidade e a estabilidade das formas gearadas (figuras 7 e 8).

Figuras 5 e 6 - Edifício de serviços na adega Gantenbein, em Flasch, Suíça, 2006.

Figura 7 - Instalação Structural Oscillations, 11a Bienal de Arquitetura de Veneza, 2007-2008.

Figura 8 - Instalação Pike Loop, em Manhattan, New York. 2009.
Fontes: Gramazio Kohler (s/d.)

Mais recentemente, a empresa australiana FastBrick Robotics desenvolveu um caminhão com um braço robótico (Hadrian X), que empilha tijlos já aplicando adesivo, tijolos estes armazenados na propria caçamba (Fast Brick Robotics, s/d.). Com isso, contorna o problema logístico de transporte e também de locação dos blocos previamente à montagem, acelerando brutalmente a produção (figura 9).

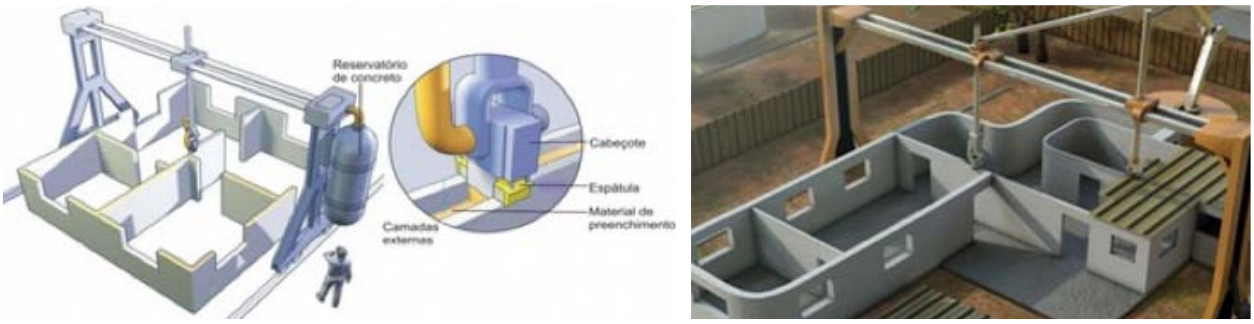


Figura 9 - Hadrian X, caminhão empilhadeira da Fastbrick Robotics.
Fonte: Fast Brick Robotics (s/d.).

Para lidar com a fabricação direta da edificação, o processo mais utlizado é método aditivo de fabricação digital, também conhecido como impressão 3D em larga escala (large scale 3D printing) ou simplesmente impressão 3D. Nesse sistema, o material é depositado, via de regra em camadas sucesssivas, por bicos de extrusão acoplados a braços robóticos. Todos os movimentos do sistema são controlados por computador, havendo a possibilidade de regulagem do tipo e da vazão do material aplicado.

Para impressão 3D de edificações com dimensões mais amplas, o processo mais difundido é o denominado *Contour Crafting* (Contour Crafting, s/d.), no qual o bico injetor e o braço robótico são guiados por um pórtico móvel que desliza linearmente sobre a edificação. (figuras 10 e 11).

Figuras 10 e 11 - Desenho e maquete do processo de construção por Contour Crafting.
Fontes: Contour Crafting (s/d.), Molitch-Hou, M. (2013).

Assim como ocorre no sistema de montagem, várias empresas e laboratórios vinculados a universidades têm desenvolvido trabalhos de fabricação digital pelo método aditivo, com diferentes materiais.

O Instituto de Arquitetura Avançada da Catalunha − IAAC tem desenvolvido trabalhos bem interessantes nos últimos três anos (IAAC, s/d.). Criaram uma impressora de argila, a Pylos, e desenvolveram o material para dotar a construções de dureza e estabilidade (figura 12). Desenvolveram impressoras móveis − minirobôs − para facilitar o deslocamento e a realização de obras externas. E, o mais interessante, desenvolveram uma impressora e materiais que permitem um endurecimento imediato logo após a extrusão, com o auxílio de um segundo bico ao lado do bico extrusor, que atua termicamente sobre o material expelido; com isso, conseguem gerar filamentos com capacidade de vencer pequenos vãos em balanço, que vão sendo periodicamente contraventados (figura 13).

Figura 12 - Impressora de argila Pylus. Figura 13: Impressora de filamentos rígidos.
Fontes: IAAC Projects (s/d.).

De maneira similar a esse último equipamento, a empresa holandesa MX3D desenvolveu em 2015 uma impressora de 6 eixos que capaz de imprimir metal, plástico ou resina no ar, podendo criar estruturas complexas e resistentes (MX3D, s/d.). Com esse robô estão construindo, em parceria com a empresa, uma ponte em um dos canais de Amsterdã (3D Printing Canal House, s/d.; Heijmans, s/d.); a ponte é feita por uma malha de filamentos de aço produzida pelos robôs, que se movem e se apoiam na extremidade em balanço da propria ponte enquanto a produz (figuras 14 e 15).

Figuras 14 e 15 - Ponte produzida pela empresa MX3D em Amsterdâ, 2015.
Fonte: MX3D Bridge (s/d.)

A empresa italiana WASP desenvolveu uma impressora de argila, a BigDeltaWasp 12m, que funciona apoiada em uma estrutura metálica de 12 metros de altura (figuras 16 e 17). A impressora se insere no projeto *World's Advanced Saving Project* - WASP, que tem como meta ajudar comunidades carentes na construção de residências (BigDeltaWASP 12m, s/d.).

Figuras 16 e 17 - Impressão em argila, da empresa WASP.
Fontes: BigDeltaWASP 12m (s/d.).

O arquiteto holandês Janjaap Ruijssenaars planeja construir em 2017 a *Landscape House*, uma casa de 1.100 m² com a desafiadora forma da fita de Möbius, utilizando uma enorme impressora 3D (figura 18 e 19). A construção utilizará como matéria prima rochas moídas e areia, misturadas a um agente líquido de ligação, produto desenvolvido pelo italiano Enrico Dini. Apesar da intenção do arquiteto em desenvolver a impressão completa de maneira contínua, a escala e sobretudo a forma da obra só viabilizarão a construção por meio da impressão de grandes peças − incluindo as paredes curvas e escadas − a serem posteriormente montadas (Landscape House, s/d.).

Figuras 18 e 19 - LandscapeHouse. Janjaap Ruijssenaars, 2015.
Fonte: Tess (2016).

Dentre as atuais iniciativas de fabricação digitais voltadas à construção civil, a que mais tem investido na produção comercial em larga escala é a empresa chinesa Winsun (Winsun, s/d.). A matéria prima utilizada consiste em uma mistura de cimento e fibra de vidro combinada a rejeitos triturados de mineração e de construção civil. A empresa utiliza da estratégia de fabricação a partir da montagem de painéis e blocos, e já construiu, nesse processo: o escritório da empresa, com mais de 10.000 m²; uma vila com 10 habitações no período de 24 horas (figura 20); um edifício de cinco andares (figuras 21). Recentemente, anunciou um grande edifício de escritórios em Dubai para a Comissão de Inovação Nacional dos Emirados Árabes Unidos − EAU (figura 22).[3]

Figura 20 – Modelo de casa feito a partir de uma impressora 3d.
Fonte: Kira (2015).

3 Mais sobre os projetos em fabricação da Winsun em: Stott (2014); Caputo (2015); PINIweb (2015); Kira (2015), Venceslau (2014).

Figura 21 – Edifício de 5 andares construído pela Winsun.
Fonte: Kira (2015).

Figura 22 - WinSun em Dubai, previsto para 2017.
Fonte: PINIweb - Redação (2015).

Pela análise dos produtos edificados podemos aferir que a empresa utilizou-se de dois métodos diferentes para a confecção das edificações. Em um deles, a casa é montada a partir de paineis previamente impressos, e finalizada com a adição da cobertura (figura 20a). No segundo caso, percebe-se uma inversão entre os planos de referência de fabricação e da obra acabada: imprime-se um bloco que configura paredes e cobertura, e depois se levanta esse bloco na hora da montagem (figura 20c). No primeiro processo, é possível obter plantas com maior versatilidade, contudo a cobertura da edificação terá que ser feita separadamente.

Em contrapartida, no segundo caso é possível incorporar a cobertura na impressão, mesmo que a mesma necessite ser agrupada; contudo, não há uma grande possibilidade de se obter plantas mais elaboradas.[4] Ambos os casos ilustram como a elaboração das das superfícies horizontais − pisos, lajes e coberturas − representam o maior empecílho para aprodução contínua da edificação.

No Brasil, a estartup Urban 3D iniciará em breve a produção comercial de edificações com fabricação digital. Fundada em 2015, a empresa está em fase de elaboração do projeto executivo para iniciar a construção da fábrica. A expectativa é que seja possível erguer um prédio de 12 andares em apenas algumas semanas, com economia de 30% em relação ao custo de um prédio feito com concreto pré-fabricado. A missão da empresa é fazer parceria com governos e empresários para tentar erradicar o déficit habitacional dentro dos próximos 15 anos (Urban 3D, s/d.).[5]

O escritório Foster+Partners chefia uma equipe que projeta abrigos para Lua e Marte por meio de fabricação digital, projetos encomendados pela Agência Espacial Europeia (Fosters+Partners, s/d.). Os abrigos propostos serão construídos sobre domos infláveis, a serem cobertos por uma camada de material feito a partir do solo local por uma impressora 3D operada virtualmente (figura 23). A parceira do projeto responsável pela impressão 3D é a empresa Monolite, do italiamo Enrico Dini, que vem atuando na vanguarda da impressão 3D na Europa, e patenteou a impressora de grande formato d-Shape em 2006, para a qual vem desenvolvido ligas e misturas especiais (d-Shape, s/d.).

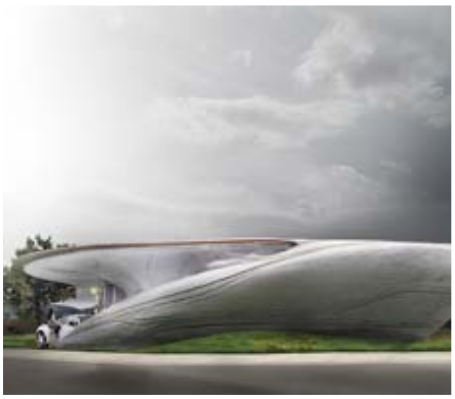
Figura 23 - Lunar Habitation, Foster + Partners, 2015.
Fonte: Foster+Partners Projects (s/d.).

O processo de fabricação digital conceitualmente mais inovador, em nossa opinião, vem da empresa Branch Technology, que tem desenvolvido um conceito original na estratégia de impressão 3D (Branch

4 A mesma estratégia é adotada no recente projeto de casas fabricadas com papelão (wikkelhouse.com, http://blogda-arquitetura.com/casa-sustentavel/).

5 Um dos sócios da empresa Urban 3D é a brasileira Daniella Guedes, que com 23 anos é pós-graduada em instituição vinculada à NASA, já trabalhou no MIT e foi convidada para desenvolver projetos para lua com Norman Foster. Mais sobre a Urban 3D em: Urban 3D (s/d.); Desidério (2016).

Technology, s/d.). No processo, que batizaram de *Cellular Fabrication* (C-Fab™), inspiram-se na natureza, mas is especificamente no crescimento de formas naturais, para criar formas complexas não fragmentadas, nas quais os materiais de construção são aplicados de modo a proporcionar à forma a estabilidade necessária durante sua execução; simulam assim o modo que a natureza constrói, "como ossos do nosso corpo ou árvores na floresta". A fabricação não se atem ao tradicional processo de impressão 3D em camada por camada, e usa algoritmos para criar tanto a forma quanto o movimento robótico para a construção autosustentável de geometrias complexas sem o uso de materiais de suporte. Em 2016, lançaram um concurso de casas com essas premissas, o *Freeform Home Design Challenge*, com resultados que apontam para um futuro diferenciado para a construção de edificações, tanto em termos técnicos quanto estéticos (figuras 24 e 25).



Figuras 24 e 25 - Curve Appeal, WATG Urban Architecture Studio, 2016. Vencedora do concurso Freeform Home Design Challenge. Fonte: Branch Technology (s/d.).

1.3. Imprimindo no vazio: o problema dos vãos

A produção digital de edificações, quando feita por meio de montagem de elementos, requer duas ou três etapas no processo: a produção, o transporte e a montagem. A viabilidade dessa estratégia de produção, como vimos com a WinSun, já é uma realidade. E para suprimir a a etapa de transporte dos elementos, a fábrica pode ser instalada no local da obra; isso é o que pretende, por exemplo, a startup brasileira Urban 3D.

No caso da fabricação in loco, a continuidade e completude do processo ficam dificultadas na solução dos elementos planos horizontais, como vergas, vigas e lajes. Esse obstáculo tem sido vencido por diferentes estratégias, a saber.

1) Inserindo-se fôrmas nos trechos planos. Essa estratégia revela um certo anacronismo em relação à automação do processo, e torna a impressão 3D não muito distinta de uma concretagem convencional. Mesmo as fôrmas cupuliformes infláveis, como as que projetam Foster e Dini para Lua e Marte, não representam um diferencial sigificativo na impressão em 3D em si; Dante Bini já vem projetando e construindo centenas de cúpulas de concreto armado com essa estratégia desde os anos 60 (BiniSystems, s/d.).

2) Fazendo-se a impressão 3D das paredes in loco, e instalando os elementos planos, previamente pré-fabricados, manualmente ou com auxílio de gruas robotizadas; esse é o caso ilustrado na produção do sistema *Contour Crafting*. Essa estratégia requer ou a atividade manual para montagem, ou a existência de um equipamento específico para tal, além do mecanismo de impressão. Mesmo com esse incoveniente, é a estratégia mais utilizada na produção comercial em larga escala.

3) Pela geração de formas que possam ser produzidas em um sentido e posteriormente "tombadas"; desse modo, o que aparentariam ser paredes verticais durante a produção passam a configurar um volume extrudado que incorpora piso, paredes e cobertura. Essa estratégia é esboçada na produção das casas chinesas da WunSun, ainda que com uma estética muito convencional. Essa estratégia também encontra os incovenientes da limitação dimensional e da dificuldade de se executar o tombamento da peça produzida, operação que implica em esforços extras e riscos de danificação ou patologias.

4) Pela geração de formas não ortogonais, que se sustentem durante a fabricação − e nesse sentido, orgânicas − que prescindam de elementos planos horizontais, ou que estes sejam sustentados por artifícios formais-estruturais gerados pela forma do conjunto. Esse é o conceito que sustenta o trabalho da empresa americana Branch Technology. Ela permite que todo o sistema de estrutura e vedações da obra seja produzido por um único equipamento, de maneira contínua. E permite, de maneira mais acentuada, a costumização dos projetos. E como essa estratégia se sustenta (literalmente) por formas orgânicas, ela propicia a geração de uma variedade formal que foge radicalmente dos padrões estéticos vigentes.

Essa última estratégia é a que, a nosso ver, descortina todo um novo horizonte para o design de edificações, e talvez para a história da arquitetura.

2. A forma impressa: hipóteses em camadas

2.1. Revolução

A maioria das iniciativas em impressão 3D voltada para a construção está ainda em um estágio inicial em termos de produção; também a maioria dessa produção foi, até o momento, voltada para arquiteturas singulares, sem o foco na construção em massa. Até o momento, a única iniciativa que avançou significativamente na produção em série foi a da chinesa WinSun; entretanto, a produção em larga escala é também a meta de empresas como a Wasp e a Urban 3D. A velocidade com que avançam as técnicas de impressão, os experimentos que vem sendo concretizados e o potencial de produtividade dessas tecnologias apontam, a nosso ver de maneira inequívoca, para um futuro muito promissor.

Além da questão da produtividade, a fabricação digital permite a customização da produção, seja ela pela fabricação in loco seja pela produção de peças fabricadas para montagem. Esta conjunção é o que

confere à fabricação digital a possibilidade da *customização em massa*, ou seja, a produção em larga escala, sem que haja necessariamente repetição, a possibilidade de se produzir edificações únicas sem que isso implique em aumento de tempo e perca de produtividade. O tempo extra aqui seria o do projeto, e não da construção. A produção arquitetônica nesse contexto permite assim velocidade e customização, escala e artesanato.

Também na academia se faz notar esse progresso. Vários centros acadêmicos das áreas de arquitetura e engenharia têm se reformulado e investido em laboratórios de prototipagem rápida e fabricação digital, muito em função do contínuo barateamento dos equipamentos. E também os currículos acadêmicos têm sido alterados de modo a incorporar as novas tecnologias digitatis. No Brasil, em pesquisa reaizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, tínhamos em 2008 apenas dois grupos da área de Arquitetura atuando com *fabricação digital* (palavra-chave utilizada na busca); em novembro de 2016 esse número passou para dez (Celani e Pupo, 2008; CNPq, 2016). Se hoje apenas alguns centros de pesquisa acadêmicos despontam no setor, como o ETH de Zurique ou o IAAC de Barcelona, a tendência é que a pesquisa se multiplique no meio acadêmico nos próximos anos.

A primeira hipótese que aqui aventamos é que estamos no umbral de uma revolução na história da construção. O potencial e os resultados que vêm apresentando as novas tecnologias de fabricação digital nos permitem prever, com pouco risco, uma transformação significativa em toda a cadeia produtiva da construção civil − materiais, equipamentos, mão de obra − com alteração de prioridades e investimentos. A adoção de novos sistemas de produção tende a crescer rapidamente frente à economia que representam. O mesmo se pode dizer com relação ao desenvolvimento de novos equipamentos, materiais, componentes e processos de cura. E, no rastro das transformações da cadeia produtiva, tende a se alterar também os construtos a serem produzidos.

2.2. Disrupção: O que querem ser os novos tijolos?

Louis Kahn, em célebre argumentação sobre os arcos de tijolo em suas obras, dizia que o tijolo, se perguntado sobre o que gostaria de ser, responderia que gostaria de ser um arco. Antes dele, Mies projetava, com a retórica minimalista do *menos é mais*, o que o aço poderia ser. E Niemeyer, depois, com toda sua poética, defendia o que o concreto poderia ser. Michael Hansmeyer e Benjamin Dillenburger, do grupo *Digital Grotesque*, em suas recentes experiências com fabricação digital com arenito, retomam a pergunta de Kahn para especular: − *O que um grão de areia gostaria de ser?* (Hansmeyer, 2013). No caso do *Digital Grotesque*, a pergunta procura justificar as possibilidades ornamentais da forma gerada por processos algorítmicos e construída com arenito resinado. Retomando o viés tectônico da indagação de Kahn, perguntaríamos (de maneira nada poética mas bem didática): − *O quê um material, que sai de um bico injetor ainda em forma pastosa, e que demanda um tempo para cura e solidificação, quer ser?*

Vemo-nos frente a uma tecnologia construtiva completamente nova, de fato revolucionária, mas que vem produzindo arquitetura com as mesmas formas da arquitetura convencional, que por sua vez foram em grande parte condicionadas por uma tecnologia estrutural-construtiva completamente distinta das novas tecnologias emergentes. Parece-nos perceptível uma dissonância entre a técnica e a lógica estrutural, e nesse sentido a exploração da atual tecnologia se mostra a nosso ver disruptiva. Perguntamos-nos então qual seria a lógica estrutural mais adequada a ser explorada com esse tipo de tecnologia, de que maneira poderíamos pensar a forma estrutural e arquitetônica para potencializar esse tipo de tecnologia, para criarmos uma maior sinergia entre ambas. A segunda hipótese que então se apresenta é a de que a exploração de formas que trabalhem na lógica da compressão apresentam vantagens especiais em relação às novas tecnologias de impressão 3D, consideradas aqui como fabricação digital com material pastoso. Formas com essa lógica são viáveis de serem impressas de maneira contínua, podendo ser construídas sem fôrmas e sem a introdução de elementos extras no corpo da edificação (deixamos à parte, claro, a consdideração das esquadrias, que seriam necessariamente presentes em qualquer tipo de edificação). Uma das raras iniciativas que avança nesse sentido foi a da empresa Branch Technology, recentemente fundada. Essa empresa, curiosamente, surgiu posteriormente à formulação dessa pesquisa e das hipóteses que a sustentavam. E, a nosso ver, endossam nossa aposta nesse caminho.

Cabe observar que essa estratégia formal-estrutural guarda semelhança com técnicas de construção vernaculares com tijolos, nas quais se edificava sem fôrmas. Como exemplos significativos, temos as construções africanas com adobe, retrabalhadas por Hassan Fathy (Fathy, 1980), e as construções tabicadas mediterrânicas, esteticamente potencializadas por Gaudí. Fathy constría as abóbadas com fiadas inclinadas para que se sustentassem durante a execução; essa é uma estratégia bastante sugestiva para a programação de uma impressão 3D para além da lógica de fiadas horizontais, e é como sugere a equipe da Branch Technology. E em Gaudí temos a marca das formas parabólicas, que não produzem empuxo lateral. O que há de comum entre a vanguarda de hoje e o vernacular anterior ao século XX é exatamente a lógica estrutural dos elementos suportantes da edificação: tijolos antes, massas fluidas hoje, ambas trabalhando à compressão durante sua execução.

2.3. Um futuro sinuoso

No caso de se vir a consolidar uma robusta sinergia entre os processos de fabricação digital e a lógica formal-estrutural, tal como discutida, vislumbramos a possibilidade de se vingar uma terceira hipótese, a de que isso possa transformar o panorama da arquitetura em um futuro não muito distante, não apenas das arquiteturas singulares, excepcionais, mas também da arquitetura ordinária, passível de construção em larga escala.

As impressoras móveis já existem (o IAAC já desenvolveu uma). A popularização desse tipo de

máquina é, em prazo não muito longo, mais que possível, provável. Em um cenário futurista, não é nada fantasioso pensarmos na possibilidade de alugarmos uma máquina impressora móvel (como se faz hoje com um caminhão betoneira acoplado a uma bomba), introduzirmos nela um dispositivo de memória (como um pendrive ou algo similar) que contenha as informações do projeto, e vermos a impressora construir o grosso de toda uma casa em um par de dias. E, com a grande vantagem da customização, de não haver nenhuma necessidade de se replicar projetos, de não haver porquê um projeto ser igual a outro.

Uma produção em massa de edificações com formas fluidas, orgânicas, tende a mudar o panorama da arquitetura, podendo gerar um deslocamento no referencial estético do sujeito contemporâneo. Isso era o que Eisenman alegava que ocorreria com o surgimento da arquitetura digital, e com uma mudança do paradigma digital para o eletrônico (Eisenmam, 1992). Essa quebra de paradigma defendida por Eisenman pode vir a agora ser radicalmente potencializado por uma razão − certamente não vislumbrada por ele − não de ordem projetual, mas de ordem eminentemente prática, construtiva.

2.4. Descompasso

O horizonte que se alarga frente às novas tecnologias de fabricação digital e o contraste com o ainda tímido, quase nulo, reflexo na forma arquitetônica produzida pelas iniciativas comerciais nos remete a um questionamento sobre a velocidade das transformações. Quais seriam as razões desse possível descompasso? É sempre assim, já ocorreu antes?

E aí entramos com uma quarta hipótese. A de que nos vemos, novamente, repetindo um momento histórico de defasagem entre o surgimento de uma nova tecnologia e sua plena incorporação pela arquitetura e pela indústria da construção.

Se analisarmos a história das construções, podemos identificar que um dos principais momentos de ruptura, ou de significativa transformação nessa história, se deu há cerca de um século e meio atrás, com o advento das estruturas metálicas e do concreto armado. E ali ocorreu um fenômeno que guarda um sugestivo paralelismo com o atual.

Na segunda metade do século XIX, no rastro da Revolução Industrial, o mundo foi palco de um enorme desenvolvimento dos materiais construtivos. Em especial o aço e o concreto armado foram de uma importância crucial na evolução da engenharia civil e da arquitetura desde então. Na década de 1850 presenciou-se o surgimento de inúmeras pontes em estrutura metálica, para viabilizar a malha ferroviária recém-criada, assim como grandes edificações estruturadas em aço. Nessa mesma década foram patenteados o concreto armado e a laje nervurada. Até os primeiros anos do século XX deu-se um relativamente longo processo de divulgação, de desenvolvimento de estudos técnico-científicos e de normatização das tecnologias em aço e em concreto armado. (Graeff, 1995; Kaefer, 1998).

O domínio dessas novas tecnologias construtivas só foi provocar um rebatimento significativo na forma arquitetônica a partir da segunda década do século XX, com o advento da arquitetura moderna, impulsionada, de maneira decisiva, pelos trabalhos precursores de Le Corbusier e Mies van der Rohe. A arquitetura moderna, calcada nas possibilidades dos novos materiais, desenvolveu uma nova configuração formal prismática, ortogonal, marcada por vigas e lajes vencendo grandes vãos e balanços.

A arquitetura moderna representou, do ponto de vista da lógica estrutural, uma mudança radical na história das construções. Até o século XIX, a principal solução para se cobrir espaços com grandes vãos era por meio de sistemas que funcionavam à compressão – arcos, abóbadas e cúpulas – executados com tijolos ou pedras. Com a arquitetura moderna, as formas prismáticas são marcadas pela lógica dos sistemas estruturais trabalhando à flexão: lajes e vigas horizontais. O aço e o concreto armado foram, em termos tectônicos e simbólicos, os elementos estruturantes da arquitetura moderna. Obviamente, outros fatores, de ordens artística, filosófica e cultural, influenciaram na estética da arquitetura moderna. Mas ressalta-se aqui que foram as possibilidades tecnológicas, referentes a materiais e técnicas estruturais-construtivas, que viabilizaram as novas formas das construções modernas.

Como mencionamos, o processo de incorporação da tecnologia estrutural-construtiva em aço e concreto na forma arquitetônica moderna não se deu de forma muito rápida. Claro que a comunicação daquela época se pautava em outro ritmo; mas ao analisarmos a cronologia dos acontecimentos, pode-se perceber um hiato de cerca de cinco décadas entre um já razoável domínio da tecnologia estrutural-construtiva em aço e concreto e seu reflexo na geração em larga escala de construções com elementos trabalhando à flexão. Além das questões relativas ao necessário aprofundamento técnico-científico no domínio de materiais e técnicas, questões de ordem cultural foram determinantes nesse processo de transformação da arquitetura. Como exemplos paradigmáticos, podemos citar: o projeto do Grand Palais des Beaux-Arts de Paris (1897-1900), onde os belos arcos em aço que estruturam a nave principal foram escondidos por uma epiderme neoclássica; a resistência da população de Paris quando se anunciou que a até então provisória Torre Eiffel não seria desmontada; o trabalho hercúleo de Le Corbusier para fazer vingar a nova arquitetura em concreto armado. Podemos dizer que, nesse período, a forma arquitetônica não respondeu de maneira imediata às possibilidades dos novos materiais, resistindo por algumas décadas à lógica construtiva e à estética vigentes.

Se a arquitetura moderna representou uma mudança radical na história das construções, vemos agora, um século depois, o surgimento das tecnologias de fabricação digital anunciar novas e revolucionárias possibilidades construtivas. E da mesma maneira como aconteceu com o aço e o concreto armado, que em um primeiro momento reproduziam as formas curvas da lógica estrutural à compressão, para tempos depois assumiram as vantagens práticas dos elementos horizontais planos, agora vemos as impressoras 3D produzir arquitetura reproduzindo as formas horizontais trabalhando a flexão, e − talvez apenas ainda − relutantes em retornar à lógica dos sistemas à compressão.

Conclusões

O atual panorama de fabricação digital apresenta um cenário que é ao mesmo tempo ainda incipiente, mas extremamente promissor. Se por um lado nos parece certeira a previsão de um explosivo crescimento dessa indústria, a compatibilização da forma arquitetônica com essas novas tecnologias levanta muitos questionamentos e possibilidades.

Ao detectar que a maioria da produção arquitetônica executada por fabricação digital, sobretudo a voltada para o mercado imobiliário, replica as formas da arquitetura vigente, questionamos a adoção desse referencial, com base em justificativas técnicas e históricas, propondo uma maior atenção a novas estratégias de concepção formal e estrutural que nos parecem apresentar uma maior sinergia entre técologia e forma.

Acreditamos ainda que um avanço destemido nessa direção poderá mudar não apenas a cadeia produtiva da construção civil, como também − e aqui de maneira mais ousada − mudar o panorama da arquiteura em nível mundial, inaugurando nela um novo paradigma estético.

Referências

- *3D Printing Canal House*. (2016). Disponível em: <http://3dprintcanalhouse.com/> Acesso em: 12.11.2016.
- University of Southern California & the Realization of 3D Printed Houses [página web]. (2013, 30 de Setembro). *3d Printing Industry* [webpage]. Disponível em: <http://3dprintingindustry.com/2013/09/30/university-south-california-realization-3d-printed-houses>.
- Barros, A. M. (2011). *Fabricação digital: sistematização metodológica para desenvolvimento de artefatos com ênfase em sustentabilidade ambiental*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Engenharia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Design). Disponível em: < http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36350>.
- Binisystems [webpage]. (S/d.). Disponível em: <http://www.binisystems.com/>.
- BigDeltaWASP 12m [web page]. (S/d.). *WASP − World's Advanced Saving Project* [webpage]. Disponível em: <http://www.wasproject.it/w/en/bigdeltawasp-12m/>. Acesso em: 12.11.2016.
- *Branch Technology*. [website]. (S/d.). Disponível em: <http://www.branch.technology>. Acesso em: 12.11.2016.
- Caputo, V. (2015, 20 de Janeiro). Conheça as casas construídas com impressão 3D na China [página web]. *Exame.com* [website]. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/conheca-as-casas-construidas-com-impressao-3d-na-china/#7>.
- Celani, G.; Bertho, B. C. (2007). *A prototipagem rápida no processo de produção de maquetes de arquitetura*. 2007. Disponível em: <http://www.exatas.ufpr.br/portal/docs_degraf/artigos_graphica/

APROTOTIPAGEM.pdf>.

- Celani, G.; Pupo, R. T. (2008). Prototipagem Rápida e Fabricação Digital para Arquitetura e Construção: Definições e Estado da Arte no Brasil**.** *Cadernos de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/6018/4327>.
- CNPq - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. (S/d.). Disponível em <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 12.11.2016.
- *Contour Crafting − Robotic Construction System* [webpage]. (S/d.). Disponível em: <http://www.contourcrafting.org/>. Acesso em: 12.11.2016.
- Costa, C. S. (2011). Metropol Parasol em Sevilha. *Vitruvius*, Projetos, 130.02, ano 11, out. 2011. Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.130/4066>.
- Desidério, M. (2016, 19 de Agosto). A startup brasileira que vai fazer prédios com impressão 3D [página web]. Exame.com [website]. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/a-startup-brasileira-que-vai-fazer-predios-com-impressao-3d/>.
- *D-shape* [website]. (s/d.). Disponível em: <http://www.dinitech.it/>. Acesso em: 12.11.2016.
- Eisenmam, P. (1992). Visions unfolding: architecture in the age of electronic media. *Domus*, Nº 734, Janeiro de 1992, p. 17-24.
- *Fast Brick Robotics* [página web]. (s/d.). Disponível em: <http://www.fbr.com.au/>. Acesso em: 12.11.2016.
- *Foster+Partners projects* [página web]. (S/d.). Disponível em: <http://www.fosterandpartners.com/projects>. Acesso em: 12.11.2016.
- *Gramazio Kohler − Research* [página web]. (S/d.). Disponível em: <http://gramaziokohler.arch.ethz.ch/web/e/forschung/index.html>. Acesso em: 12.11.2016.
- Graeff. E. (1995). Arte e técnica na formação do arquiteto. São Paulo: Studio Nobel, 1955.
- Hassan Fathy (1980). *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*. São Paulo: Editora da USP, 1980 .
- Hansmeyer. M. (2013). *Digital Grotesque* [página web]. Disponível em: <http://www.michael-hansmeyer.com/projects/digital_grotesque_info.html?screenSize=1&color=0>.
- *Heijmans* [website]. (S/d.). Disponível em: <http://www.heijmans.nl/>. Acesso em: 12.11.2016.
- Horta, M.; Bennett, V. (2009, Abril). O pavilhão temporário [c]space. *AU*, n. 181, Abril de 2009. São Paulo. Editora PINI. Disponível em: <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/181/cspace-alan-dempsey-e-alvin-huang-londres-reino-unido-131085-1.aspx>.
- *IAAC Projects* [página web]. (s/d.). Disponível em: <https://iaac.net/research-projects>. Acesso em: 12.11.2016.
- Kaefer, L. F. (1998). *A evolução do concreto armado*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/312429127/A-Evolucao-do-concreto-armado>.
- Kira (2015, 18 de Janeiro). Exclusive: WinSun China builds world's first 3D printed villa and tallest 3D printed apartment building [página web}. *3ders.org* [website]. Disponível em: <http://www.3ders.org/articles/20150118-winsun-builds-world-first-3d-printed-villa-and-tallest-3d-printed-building-in-china.html>.

- *Landscape House* (website]. (S/d.). Disponível em: < http://www.landscapehouse.nl>. Acesso em: 12.11.2016.
- Molitch-Hou, M. (2013, 30 de Setembro). University of Southern California & the Realization of 3D Printed Houses [página web] (S/d.). *3D Printing Industry* [website]. Disponível em: <http://3dprintingindustry.com/news/university-south-california-realization-3d-printed-houses-17632/>.
- *MX3D Bridge* [website]. (s/d.). Disponível em: <http://mx3d.com/projects/bridge/> Acesso em: 28 de Dez 2015.
- Neto, W. B. (2013). *Do projeto à fabricação: um estudo de aplicação de fabricação digital no processo de produção arquitetônica*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000926019>.
- *PINIweb - Redação*. (2015, 01 de Julho). Dubai receberá o primeiro edifício de escritórios do mundo impresso em 3D [página web]. *Techné* (on line). Disponível em: <http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/tecnologias-sistemas/dubai-recebera-o-primeiro-edificio-de-escritorios-do-mundo-impresso-356200-1.aspx>.
- Pupo, R. T. (2009). *Inserção da prototipagem e fabricação digitais no processo de projeto: um novo desafio para o ensino de arquitetura*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000442574>.
- Pupo, R. T. (2016). Ensino da prototipagem rápida e fabricação digital para arquitetura e construção no Brasil: definições e estado da arte. *PARC Research in Architecture and Building Construction*, v.1, n.3, 2008. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8634511>.
- Software CAD [página web]. (S/d.). *Autodesk* [website]. Disponível em: <http://www.autodesk.com.br/solutions/cad-software>. Acesso em: 12.11.2016.
- Stott, R. (2014, 02 de Setembro). Chinese Company Showcases Ten 3D-Printed Houses. *ArchDaily*. Disponível em: <http://www.archdaily.com/543518/chinese-company-showcases-ten-3d-printed-houses/>.
- Tess. (2016, 05 de Fevereiro). Dutch architect, Janjaap Ruijssenaars, unveils 3D printed bench inspired by his plans for the Landscape House [página web]. 3ders.org. Disponível em: <http://www.3ders.org/articles/20160205-dutch-architect-janjaap-ruijssenaars-unveils-3d-printed-bench-inspired-by-his-plans-for-the-landscape-house.html>.
- Urban 3D [website]. (S/d.). Disponível em: <http://www.urban3d.co/>. Acesso em: 12.11.2016.
- Venceslau, M. (2014, 29 de Abril). Casa feita em impressora 3D custa a metade de uma comum. *Exame.com*. São Paulo, SP. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/casa-feita-em-impressora-3d-custa-a-metade-de-uma-comum>. Acesso em: 12.11.2016.
- *Wikkel House* [website]. (S/d.). Disponível em: <wikkelhouse.com>. Acesso em: 12.11.2016.
- *Winsun* [website]. (S/d.). Disponível em: <http://www.yhbm.com/index.php?m=content&c=index&a=lists&catid=67>. Acesso em: 12.11.2016.

HUMAN DIMENSION AND THE FUTURE OF SMART CITIES

ÁGATHA DEPINÉ

Doctoral Degree Student
Knowledge Engineering Department, Federal University of Santa Catarina. *Brazil*
Email: agathadepine@gmail.com

VANESSA ELEUTHERIOU

Master's Degree Student
Knowledge Engineering Department, Federal University of Santa Catarina. *Brazil*
Email: veleutheriou@gmail.com

MARCELO MACEDO

Professor and Researcher
Knowledge Engineering Department, Federal University of Santa Catarina. *Brazil*
Email: marcelomacedo@egc.ufsc.br

Resumo

Cidades inteligentes são ecossistemas urbanos inovadores caracterizados por uma utilização generalizada de tecnologia na gestão de seus recursos. É um modelo onde a conectividade é fonte de desenvolvimento a partir da utilização da infraestrutura de redes para melhorar a eficiência econômica e política e permitir o desenvolvimento social, cultural e urbano. Soluções baseadas em tecnologia são apenas um dos vários recursos para o planejamento urbano que têm como objetivo melhorar a sustentabilidade econômica, social, humana e ambiental de uma cidade. De forma que, cidades melhor equipadas com sistemas de TICs não são necessariamente melhores cidades ou cidades em que as pessoas querem viver.. As cidades devem ser locais onde as pessoas possam aproveitar a vida e o trabalho cotidiano explorando todo seu potencial e criatividade. Nesse sentido, cidades humanas inteligentes são a nova geração de cidades inteligentes, a qual equilibra a infraestrutura tecnológica com fatores soft como: engajamento social, empoderamento do cidadão e a interação das pessoas em ambientes físicos e virtuais. A visão de cidade humana inteligente é concebida como um ecossistema onde infraestrutura física e digital coexistem em uma relação sistêmica com o capital humano da cidade. As pessoas deveriam ser as verdadeiras protagonistas em uma cidade e, nesse sentido, a transformação de uma cidade que busca ser mais inteligente deve partir da premissa de integração aos desejos, interesses e necessidades - atuais e potenciais - dos seus cidadãos. O objetivo desta pesquisa é analisar a dimensão humana em smart cities, alicerçando-se para isso na análise de literatura e de projetos desenvolvidos com base no protagonismo cidadão. Como resultados considera-se que papel dos cidadãos toma proporções cada vez maiores na transformação em andamento, mas que ainda é necessário investir e melhorar alguns aspectos do protagonismo cidadão, como: inclusão digital, formas de engajamento e aumento da abrangência dos projetos.

Abstract

Smart cities are innovative urban ecosystems characterized by widespread use of technology in the management of their resources. It is a model where connectivity is a source of development from the use of network infrastructure to improve economic and political efficiency and enable social, cultural and urban development. Technology-based solutions are just one of several resources for urban planning that aim to improve the economic, social, human, and environmental sustainability of a city. So, cities better equipped with ICT systems are not necessarily better cities or cities where people want to live. Cities should be places where people can enjoy life and daily work by exploiting their full potential and creativity. Thus, human smart cities are the new generation of smart cities, which balances the technological infrastructure with soft factors such as social engagement, citizen empowerment and the interaction of people in physical and virtual environments. The human smart city view is conceived as an ecosystem where physical and digital infrastructure coexist in a systemic relationship with the human capital of the city. People should be the real protagonists in a city and in this sense, the transformation of a city that seeks to be smarter must start from the premise of integration with the wishes, interests and needs - current and potential - of its citizens. This research aims to analyze the human dimension in smart cities, supported by the analysis of literature and of projects developed based on the citizen protagonism. As a result, it is considered that the role of citizens is increasing in the transformation in progress, but that it is still necessary to invest and improve some aspects of citizenship, such as: digital inclusion, ways of engagement and a wider scope of projects.

PALAVRAS CHAVE

Smart cities, Human smart cities, Empoderamento do cidadão.

KEYWORDS

Smart cities, Human smart cities, Citizen empowerment.

Introduction

It is estimated that more than half of the world's population lives in urban areas today, concentrating mainly on regions of North America and Latin America. While in 1950 only 30% of the world's population was identified as urban, the projection for 2050 reaches 66%, representing its doubling in just a hundred years. Although there is substantial variability in the degree of urbanization in different countries, the upcoming decades will bring profound changes in the size and spatial distribution of the world's population (United Nations, 2014).

According to the most recent revision in the United Nations official report for population estimates and projections, called World Population Prospects, the current population of 7.3 billion is projected to reach 10.3 billion in fifty years, an increase of 41% in the world population. This growth should be higher in developing countries, especially in Africa and Asia, but it will hit the whole world (United Nations, 2015).

Unplanned rapid urban growth threatens sustainable development, and with increasing urbanization, the challenges increasingly focus on cities, which centralize much of national economic activity, government, trade and transport, higher levels of education and health, greater access to social services and opportunities for political participation (United Nations, 2014).

Population growth is accompanied by more and more challenges in urban management in several aspects, such as: food supply, long-distance water supply, waste disposal, urban traffic, social inequality, among other technical problems that compromise economic and environmental viability of cities (Caragliu, Del Bo, Nijkamp, 2011; Neirotti et al, 2014). As the planet becomes more urban, cities need to find smarter ways of managing the increasing complexity of urban life (Rizzo, Deserti, Cobanli, 2015).

In this sense, with the technological advance several ideas and initiatives aiming to improve the functioning of the cities began to use information and communication technologies, ICTs. Cities that have adopted such initiatives were called smart cities (Batty et al, 2012). A smart city is an innovative urban ecosystem characterized by the widespread use of ICT in the management of its resources (Zygiaris, 2013, Neirotti et al, 2014), from which economic, political, social and cultural urban efficiency is promoted (Caragliu, Del Bo, Nijkamp, 2011). For Komninos (2006), what distinguishes an smart city from other cities is its better performance in innovation.

This paper seeks to analyze the human dimension included in the concept of smart cities. Thus, it is organized as follows: in the first section, the definitions of the traditional / first generation concept of smart cities are presented; the second section follows the concept of human smart cities, the second generation of smart cities; and in the third section, some aspects of the human dimension are discussed in the construction of future cities.

Aim of the research

This research aims to analyze the human dimension in smart cities, based in the analysis of literature and of two projects developed based on the citizen protagonism.

Methodology

The method used for its development was the inductive one, based on the literature review on the constructs smart cities and human smart cities, using mainly the examples of the *Periphèria* project and the *MyNeighbourhood* project.

1. Smart Cities: first generation

Cities are complex systems that are characterized by the interconnection between citizens, companies, networks and infrastructure of services and urban utilities (Neirotti, 2014). A smarter city is an organic whole, where its central systems are interrelated (Nam, Pardo, 2011).

The convergence of technological advancement in the area of information and communication is transforming the urban environment, so that new technologies can be used not only to automate routine systems and functions, but also to monitor, understand, analyze and plan the city through management of information (Batty et al, 2012). The concept of smart cities has gained strength in academia, business, and government to describe cities that are monitored by systems and technology platforms, but are also driven by smart people (Kitchin, 2014). At present, not only smart cities, but also smart houses, smart transport, smart security, smart systems, among others, are being discussed, thus demonstrating that there is a strong tendency to use technological solutions to improve aspects of contemporary urban life.

So smart cities are innovative urban ecosystems characterized by the widespread use of technology in the management of their resources and from which urban efficiency is promoted in all dimensions (Zygiaris, 2013, Neagliari et al., 2014, Caragliu et al, 2009). They are cities that use all available resources, from people to energy, to overcome local and global challenges, maximize overall well-being and promote sustainable growth (Caragliu et al, 2015).

Neirotti et al (2014) summarizes that, in part, the smart city is based on the use of ICT systems to obtain data from various sources related to urban life, such as sanitation, security cameras, traffic lights, availability of parking spaces, among others. Data which, combined, generate information about the reality of the city, allow interventions in real time and also contribute to the decision making of public managers. On the other hand, technology cannot transform the city without human capital, making it necessary to invest in this dimension through the population's capacity of learning, education, attraction and retention of talented people from other

locations (Neirotti et al, 2014).

The advances have also transformed public participation in the planning and conception of the city, as citizens have greater access to information about what is happening in their communities and virtual space for sharing and discussion, and can play a more active role in urban management (Batty et al, 2012). ICTs have facilitated the empowerment of citizens as platforms for disseminating information and spaces for equal participation opportunities (Alathur, Ilavarasan, Gupta, 2011).

The components of a smart city can be simplified into three main categories: technology (hardware and software infrastructure), people (creativity, diversity and education) and institutions (governance and politics) (Nam, Pardo, 2011). Caragliu et al (2015), from literature review, present the four main contextual elements that contribute to the understanding of the intelligence of a city. They are: good performance in six main dimensions, combined (people, economy, environment, governance, mobility and lifestyle); Urban intelligence as a precondition for economic performance and an intermediary for sustainable urban growth; Interaction between technology and its users based on real-time sensors of everyday life; and projection through collaborative governance.

A project developed in partnership by the Vienna University of Technology, the University of Ljubljana and the Delft University of Technology defined six main axes to make a city smarter: smart economy, smart people, smart governance, smart mobility, smart environment and smart lifestyle. Each of these axes or dimensions has its own characteristics that can be developed from the combination of activities and conscious citizens, but are considered equal and important axes, necessitating joint development. This model is based mainly on the development of a competitive economy, improvement of transport and ICTs, protection of natural resources, investment in human and social capital, and society's participation (Giffinger et al., 2007).

The first generation of smart cities was promoted by the world's largest software and hardware companies, such as IBM and Siemens, in order to explore new market opportunities (Rizzo et al, 2015; Kitchen, 2014; Harrison, Donnelly, 2011). Although the technological evolution has contributed to the improvement of the urban management from the application of information systems to the operation and integration of its infrastructure and services, the cities still demand a greater participation of the community in this transformation.

With this emerged the second generation of smart cities, which considers the human element as the most important dimension in its formation - the human smart cities. Cities are human and smart when the whole community participates in urban transformation in an ecosystem of innovation, through interaction, collaboration and co-design (Oliveira, Campolargo, 2015). The concept of human smart cities does not contradict the traditional concept of smart cities, but proposes their development in greater coherence with the interests and real needs of the citizens.

2. Smart Cities: second generation

Urban transformation is a consequence of the interaction between top-down and bottom-up forces, urban resources (spatial, social, political, economic, infrastructural and cognitive) and transformation opportunities (Concilio, Deserti, Rizzo, 2014). Deeper changes require greater participation and use of the various resources available in the ecosystem.

Although smart cities are an important step in the right direction, they are still insufficient in the most important dimension of the cities, the human dimension. On the other hand, in human smart cities people are the main protagonists, not technology (Oliveira, Campolargo, Martins, 2015). Human smart cities are those in which the entire community participates in the transformation of the urban environment into an ecosystem of innovation, through interaction, collaboration and co-design (Oliveira, Campolargo, 2015).

The transformation of a city that seeks to become smarter must start from the premise of integrating the current or potential wishes, interests and needs of its citizens, which may or may not involve technological infrastructure (Rizzo et al, 2013). Several solutions may require only frugal technology, or even present simple and creative opportunities that are independent of technology.

Technology should be a facilitator for connecting and engaging government and citizens, informing, motivating communities, encouraging and supporting collaborative activities that lead to increased social well-being. This approach balances technology deployments with softer features such as social dialogue, collective vision building, people empowerment, and government-to-citizen interaction (G2C) in physical and virtual community environments (Oliveira, Campolargo, Martins, 2015).

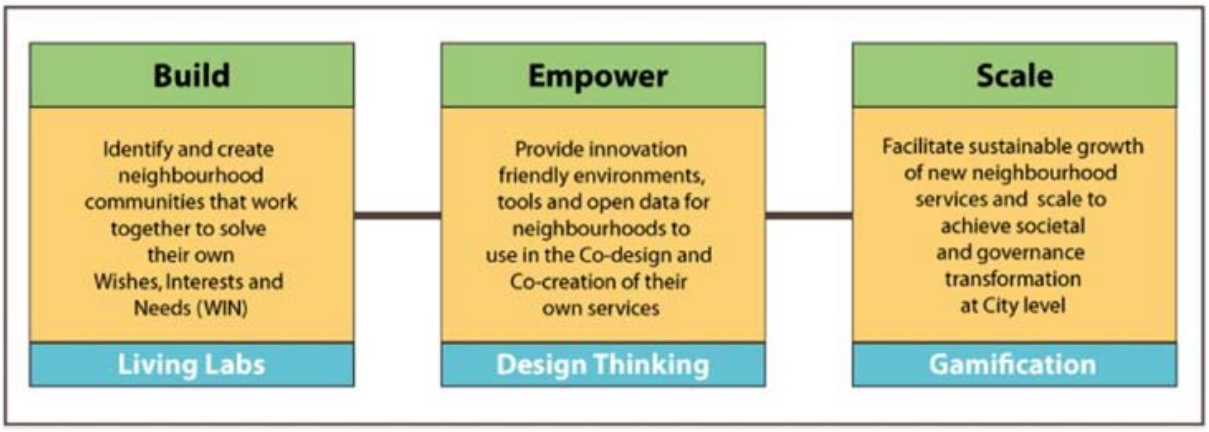
The approach of human smart cities seeks to introduce and implement physical and digital infrastructures in a systemic relationship with their human capital. In addition, they are systematic and anthropocentric, with a focus on social innovations at the micro or macro level of society (Rizzo et al, 2015). Human smart cities establish a promising bridge between micro-scale decision-making and governance mechanisms, through collaborative and creative environments where there is interaction among citizens (Concilio, Deserti, Rizzo, 2014). The key force for its development is the creation of an participatory innovation ecosystem, where all urban actors can interact (Oliveira, Campolargo, Martins, 2015).

The operationalization behind the vision of human smart city is a design approach which starts from micro-experiments to the solution of problems, that eventually develop towards macro-transformations. Such small local and social innovations and their prototypes can be expanded, consolidated, replicated, and integrated through Urban Living Labs (Rizzo et al, 2015). Based on the vision of human smart cities the European Union invested in two innovative projects: *Periphèria* and *MyNeighbourhood*. Both involve living labs proposals for experimenting with new forms of urban governance, public participation, and co-design activities

that have resulted in creative partnerships, public challenges, and unprecedented institutional and citizen interaction (Concilio, Deserti, Rizzo, 2014).

The implementation of the *MyNeighbourhood* project is based on three phases: rebuilding neighborhoods, empowering neighborhoods, scaling up neighborhood value. The first phase is characterized by the connection between citizens and the available resources, through a living lab. The second phase raises and consults the needs and interests of citizens, establishing a database. The third phase aims to make ideas and applications widely available both online and offline (Oliveira, Campolargo, Martins, 2015). Below is the methodology of human smart cities used in *MyNeighbourhood*:

Figure 1 - Human Smart Cities Methodology



Source: Oliveira, Campolargo & Martins (2015).

Periphèria's actions, which aim to develop the next generation of smart cities, demonstrated that the participation of citizens and other actors in the ideas, creation and management of services facilitates access to the creativity of communities, but also provides new skills to people, new job opportunities and creates service options that are more coherent with real needs of citizens, thereby improving their long-term quality of life (Concilio, Deserti, Rizzo, 2014).

Periphèria and *MyNeighbourhood* projects, albeit with different approaches to implementation, have in common the consideration of citizens as the main protagonists in the search for solutions to urban problems or to reducing the threats to the community quality of life. Neither propose prior problem agendas or approaches to projects, but invite citizens and all actors involved (although also identified as citizens, but then representing other roles) to discuss and explain what are those needs, in their perspective.

Such projects create real and virtual spaces for the collaborative work between the parties and also for the exchange of information and constructive discussions where everyone has equal voice and opportunities. They are able to use the technologies available in a balanced way with social engagement and inclusion, presenting them at some moments as a facilitator for the empowerment process and in others as part of the solutions created by the community. Technology is used in favor of the citizen and for the sake of intelligent

development.

As a result of the projects, communities have become more participatory, cohesive, creative and have generated innovative services for themselves, for business and government. Such solutions, in addition to solving problems or improving community conditions, have also generated employability, knowledge, opportunities and strengthened relationships among the actors involved, generating benefits for the entire ecosystem. These are the main fruits of citizen empowerment: individual development that is reflected in the development of the entire environment.

3. Citizen participation in the construction of future

With the growing need to find creative solutions to current and foreseeable future urban problems, which the traditional concept of smart cities does not seem to yet satisfy, it has become evident that the role of citizens takes on increasing proportions in the transformation in progress. Not only is there a natural movement for citizen empowerment stemming from cultural and technological advancement, but there is also awareness among other actors in this ecosystem of the importance of the human dimension for the joint development of all urban dimensions.

However, some aspects of this dimension need to be better evaluated so that citizen participation in building the future is not compromised. The first of these is digital inclusion, which is a key point for empowerment through technology. By 2015 the number of people with internet access has reached 7 billion worldwide, but it is estimated that 57% of the world's population remains disconnected (UNESCO, 2015). In May 2011, the United Nations declared that access to the Internet should be considered a human right, because of its transformative nature through which individuals can exercise their right to freedom of opinion and expression, but can also promote the progress of society as a whole by disseminating information quickly and economically (United Nations, 2011). In 2016, the council once again discussed the use of the Internet, this time from the perspective of human rights protection on the Internet and on other information and communication technologies, once again reinforcing its importance as a space for citizen participation in the development of their communities and in the promotion of human rights (United Nations, 2016).

This shows that ICTs play a key role in building the future that citizens want and need, but there is still a long way to go to achieve digital inclusion at the global level, not only in more developed countries. There is a need to improve the infrastructure of networks and access, but also to educate people for their use and better use.

Another essential aspect for the human dimension in cities is the engagement of individuals. Citizen engagement is defined by individual and collective actions on issues of public interest and refers to how citizens participate in community life in order to improve their conditions or help shape their future (Cegarra-Navarro,

Garcia Perez, Moreno-Cegarra, 2014). One of the biggest challenges, however, is to engage people in these actions or even to encourage and support community initiatives so that they effectively manage results with or beyond other actors in the urban ecosystem, such as government institutions and business organizations.

In addition, communities have different groups which may or may not share the same goal or motivation, often making their interests and demands different or even opposing. Heterogeneity and lack of cohesion are barriers to participation, which is a basic component of empowerment. This way, communities need to develop a sense of identity so that all members feel part of it and engage in public participation (Sardu et al, 2012).

Finally, an aspect that still seems to be developing with human smart cities stands out. To date, the initiatives generated with projects of human smart cities have focused on neighborhoods and communities, but have not demonstrated their impact on the city as a whole. One of the challenges seems to be still how to scale up the solutions or scope beyond the community in which they arose. In any case, the projects are still in progress and therefore there is no evaluation of all the results or even the complete data displayed for consultation and analysis.

Conclusions

The contemporary context shows that the transformation brought about by the technological revolution has had positive effects in terms of democratic participation, collaborative processes and access to information. One of these effects is the greater possibility of citizen empowerment, which has been reinforced in actions developed by the community itself and also in actions created by the government and public institutions.

Initiatives and projects developed and executed so far have shown good results in the advance of human smart cities based on the empowerment of the citizen, generating outcomes and effects in all their surroundings. Nevertheless, further research is needed to evaluate the results obtained in each initiative and to monitor their development, given the continuity of each one.

References

- Alathur, S., Ilavarasan, P. V., & Gupta, M. P. (2011, September). Citizen empowerment and participation in e-democracy: Indian context. In *Proceedings of the 5th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance* (pp. 11-19). ACM.
- Batty, M., Axhausen, K. W., Giannotti, F., Pozdnoukhov, A., Bazzani, A., Wachowicz, M., ... & Portugali, Y. (2012). Smart cities of the future. *The European Physical Journal Special Topics*, *214*(1), 481-518.
- Caragliu, A., Del Bo, C., Kourtit, K., & Nijkamp, P. (2015). Smart cities. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, *2*(2), 113-117.
- Caragliu, A., Del Bo, C., & Nijkamp, P. (2011). Smart cities in Europe. *Journal of urban technology*,

18(2), 65-82.

- Cegarra-Navarro, J. G., Garcia-Perez, A., & Moreno-Cegarra, J. L. (2014). Technology knowledge and governance: Empowering citizen engagement and participation. *Government Information Quarterly*, *31*(4), 660-668.
- Concilio, G., Deserti, A., & Rizzo, F. Exploring the interplay between urban governance and smart services codesign.
- Giffinger, R., & Pichler-Milanović, N. (2007). *Smart cities: Ranking of European medium-sized cities*. Centre of Regional Science, Vienna University of Technology.
- Harrison, C., & Donnelly, I. A. (2011, September). A theory of smart cities. In *Proceedings of the 55th Annual Meeting of the ISSS-2011, Hull, UK* (Vol. 55, No. 1).
- Kitchin, R. (2014). Making sense of smart cities: addressing present shortcomings. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, rsu027.
- Komninos, N. (2006, July). The architecture of intelligent clities: Integrating human, collective and artificial intelligence to enhance knowledge and innovation. In *Intelligent Environments, 2006. IE 06. 2nd IET International Conference on* (Vol. 1, pp. 13-20). IET.
- Nam, T., & Pardo, T. A. (2011, June). Conceptualizing smart city with dimensions of technology, people, and institutions. In *Proceedings of the 12th Annual International Digital Government Research Conference: Digital Government Innovation in Challenging Times* (pp. 282-291). ACM.
- Neirotti, P., De Marco, A., Cagliano, A. C., Mangano, G., & Scorrano, F. (2014). Current trends in Smart City initiatives: Some stylised facts. *Cities*, *38*, 25-36.
- Oliveira, Á., Campolargo, M., & Martins, M. (2015, May). Constructing Human Smart Cities. In *International Conference on Smart Cities and Green ICT Systems* (pp. 32-49). Springer International Publishing.
- Oliveira, Á., & Campolargo, M. (2015, January). From smart cities to human smart cities. In *System Sciences (HICSS), 2015 48th Hawaii International Conference on* (pp. 2336-2344). IEEE.
- Rizzo, F. Concilio, G., Marsh, J., & Molinari, F. (2013). The living lab approach to codesign solutions for human smart cities: Lessons learnt from Periphèria Project. In *Proceedings of Co-create Conference, June* (pp. 16-19).
- Rizzo, F., Deserti, A., & Cobanli, O. (2015). Design and Social Innovation for the Development of Human Smart Cities. *Nordes*, *1*(6).
- Sardu, C., Mereu, A., Sotgiu, A., & Contu, P. (2011). A bottom-up art event gave birth to a process of community empowerment in an Italian village. *Global health promotion*, 1757975911423074.
- Zygiaris, S. (2013). Smart city reference model: Assisting planners to conceptualize the building of smart city innovation ecosystems. *Journal of the Knowledge Economy*, *4*(2), 217-231.
- United Nations. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *World Population Prospects: The 2015 Revision.* Access: <https://esa.un.org/unpd/wpp/>.
- United Nations. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision [Highlights].* Access: <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Highlights.pdf>.

• United Nations for Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). The State of Broadband 2015. *The Broadband Commission.* Access: <http://www.broadbandcommission.org/Documents/reports/bb-annualreport2015.pdf>.

• United Nations (UN). Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression. *Human Rights Council.* Access: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf>.

• United Nations (UN). The promotion, protection and enjoyment of human rights on the Internet. *Human Rights Council.* Access: <https://www.article19.org/data/files/Internet_Statement_Adopted.pdf>.

A CIDADE 2.0.: REDES SOCIAIS E A CIDADE

LA CIUDAD 2.0.: REDES SOCIALES Y LA CIUDAD
THE 2.0 CITY: SOCIAL NETWORKS AND THE CITY

A TECNOLOGIA SOCIAL DA COCRIAÇÃO COMO CAMINHO PARA UM NOVO MODELO DE CIDADE

ADRIANA SILVA

Pesquisadora
IPCCIC.
.Av. João Fiusa, 2051, apto 23, Ribeirão Preto, SP (Brasil)
CEP 14024-250
Email: adrianasilva@ipccic.com.br

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA COSTA GARCIA DE MATTOS
Pesquisadora/ Professora titular
IPCCIC / Centro Universitário Moura Lacerda
Rua Prudente de Moraes, 1383, apto 52, Ribeirão Preto, SP, (Brasil), CEP 14015-100
Email: mffmattos@gmail.com

MICHELLE CARTOLANO DE CASTRO RIBEIRO
Pesquisadora
IPCCIC / Secretaria Municipal da Cultura
Rua Maria Cândida 150 casa 84, Ribeirão Preto, SP (Brasil)
CEP 14092-100
Email: michelle.histori@gmail.com

Resumo

O Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais desenvolveu uma Tecnologia Social, nos últimos três anos de pesquisa, centrada na transformação do cidadão usuário da cidade em cidadão cocriador do seu espaço. Os resultados deste trabalho, realizado em três fases, foram apresentados à comunidade local no dia 08 de setembro de 2016, durante o 1º Seminário Micro Política e Identidades Culturais: a busca pela Cidade Humana, promovido pelo IPCCIC. A metodologia usada para a criação da TS tem como base a Teoria U, uma proposta desenvolvida no Massachusetts Institute of Technology - MIT, pela equipe do Presecing Institute, liderada pelo economista Otto Scharmer que defende a transição de tudo que é ego para eco e afirma que este comportamento nos levaria a uma Economia identificada por ele como sendo 4.0. Foi com base nestas referências e com destaque para a utilização do quarto nível de escuta, apresentado pela Teoria U, que os pesquisadores do IPCCIC conceberam sua própria Tecnologia Social. Metodologicamente a TS propõe a elaboração de 5 cadernos: (1) diagnóstico de referências identitárias; (2) estudo de potencialidades e planejamento estratégico; (3) organização de propostas com a elaboração de programas e projetos; (4) criação de redes de cooperação com o envolvimento dos stakeholders e (5) acompanhamento e aferição de resultados. A pesquisa do grupo foi aplicada em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil e a cidade está servindo de estudo de caso para os pesquisadores..

Abstract

The Paulista Institute of Creative and Cultural Identities Cities developed a Social Technology in the last three years of research, focusing on the transformation of the city user citizen citizen co-creator of your space. The results of this study, carried out in three stages, were presented to the local community on September 8, 2016, during the 1st Seminar Micro Politics and Cultural Identity: The Search for Human City, sponsored by IPCCIC. The methodology used to create the TS is based on Theory U, a proposal developed at the Massachusetts Institute of Technology - MIT by the Presecing Institute team, led by economist Otto Scharmer advocating the transition of all that is ego to eco and claims this behavior would lead us to an economy identified by it as 4.0. It was based on these references and highlighting the use of the fourth level of listening, presented by the Theory U, the researchers designed their own IPCCIC Social Technology. Methodologically TS proposes that 5 books: (1) dignóstico identity references; (2) study of potential; (3) organization proposals; (4) creation of cooperation networks and (5) monitoring and assessment of results. The research group was applied in Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil and the city is serving as a case study for researchers.

PALAVRAS CHAVES

Tecnologia Social, Cocriação, Cidade Humana

KEY WORDS

Social Technology, cocreation, Human City

INTRODUÇÃO

Este artigo organiza o trajeto de pesquisa do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, criado em janeiro de 2013 e, desde então, centrado na criação de uma Tecnologia Social própria a fim de sistematizar um método de diagnóstico de potencialidades, tendo a cidade como objeto de estudo. A demanda aparece já no estatuto do IPCCIC. O artigo 3º do documento elenca como principal objetivo do Instituto, o estudo da realidade das cidades brasileiras e a partir de diagnósticos específicos, com base nas referências culturais dos locais, a criação de programas de ações integradas entre Poder Público e sociedade para a transformação das cidades em lugares criativos tendo como meta a promoção da Cultura, da Educação, da Economia Criativa, do Urbanismo e Planejamento e do Meio Ambiente, com fins de atingir a sustentabilidade (IPCCIC, 2013).

Quando comprometeram-se com este artigo estatutário, os pesquisadores do IPCCIC estavam embasados na experiência anterior do grupo (2009-2012) com a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, ferramenta criada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional e disponibilizado, por meio de convênio, à Secretaria da Cultura do município de Ribeirão Preto, instituição da qual alguns faziam parte como membros da equipe gestora, e outros como representantes da sociedade acadêmica. Entretanto, mesmo tendo sido uma significativa experiência, o instrumental prático/teórico do INRC não era suficiente para avançar além das referências culturais das localidades. Os pesquisadores precisaram reconhecer outros mecanismos que pudessem conduzi-los metodologicamente pela pesquisa em busca de organizar o conhecimento, compreender as identidades culturais, estabelecer relações entre os referenciais culturais e o projeto de desenvolvimento da cidade, fazer proposituras e criar meios de execução das ideias advindas de todo o processo descrito imediatamente acima.

Este artigo narra o trajeto do grupo e apresenta os resultados compreendidos como Tecnologia Social da Cocriação. Foram três anos de pesquisas, realizadas em três etapas e validadas em um estudo de caso aplicado em Ribeirão Preto, cidade sede do IPCCIC, concluído em setembro de 2016. Ao longo do processo os pesquisadores constataram que o conceito de Cidade Criativa foi incorporado, mas deixou de ser finalístico, dando lugar a uma nova concepção de cidade. A partir da terceira fase da pesquisa, houve a conclusão de que o desafio maior era transformar a atual Cidade Mercadoria em Cidade Humana.

Para acompanhamento do leitor, este artigo está assim dividido: (1) definição de Tecnologia Social e apresentação dos 5 cadernos da TS do IPCCIC; (2) referencial teórico metodológico que sustenta a Tecnologia Social da Cocriação - Teoria U e *Design Thinking*; (3) a proposta de transdisciplinaridade e (4) as seis dimensões estruturantes da Cidade Humana como conclusão.

Objetivos

Os objetivos deste artigo são:

1. Apresentar a Tecnologia Social criada pelo Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, como resultado de uma pesquisa de três anos;

2. Mostrar a aplicabilidade desta TS em um estudo de caso, em Ribeirão Preto, cidade do estado de São Paulo, no Brasil.

Metodologia

A pesquisa da qual trata este artigo foi metodologicamente guiada pela Teoria U (SCHARMER, 2010). O grupo realizou o movimento do U que, essencialmente significa fazer o download do conhecimento já produzido no momento da descida da haste da esquerda; avaliação do que é importante deixar ir para que outras contribuições possam vir, na base do U, e prototipagem de propostas e cristalização dos dados na etapa final, no momento da subida da haste da direita.

É importante considerar que, de fato, o trajeto desta pesquisa se apresenta como o elemento central do artigo. Assim, ao descrever a metodologia que guiou os pesquisadores, simultaneamente se estará revelando como se deu a criação da Tecnologia Social.

Como não poderia deixar de ser, o trabalho de pesquisa em rede levado a cabo pelos pesquisadores do IPCCIC foi desenvolvido de forma transdisciplinar, ultrapassando as barreiras das áreas de conhecimento e movimentando-se de maneira integrada. É o trajeto percorrido pelo grupo, e as ferramentas desenvolvidas por ele, a partir dos marcos teóricos definidos, que se constituem na contribuição deste trabalho.

Os pesquisadores partiram da Teoria U, que foi absorvida logo no início do processo e, como resultado indicado por ela, absorveram as práticas do *Design Thinking*, em especial no momento da prototipagem das propostas. Quando em atividade de campo, a equipe sentiu falta de outras referências que contribuíssem para embasar suas escolhas. Foi quando estudaram a obra de Edgard Morin e adotaram alguns de seus conceitos, com destaque para Transdisciplinaridade e envolvimento. Após a primeira rodada de entrevistas com formadores de opinião, a análise da produção discursiva dos mesmos apresentou aos pesquisadores o que viria a ser a base da Tecnologia Social do Instituto. Os encaminhamentos dos entrevistados apontavam para a falta de vida comum; para a ausência de práticas em comunidade e evidenciava o comportamento do cidadão como usuário da cidade e não como cocriador do seu lugar, conforme propõe a Teoria U. A partir de então, o projeto do IPCCIC passou a ser intitulado “Seja Comunidade” e a principal meta era compreender como promover a transição entre o cidadão usuário da cidade e o cidadão cocriador.

Na sequência, durante abordagem a um grupo específico, reunido para conhecer os resultados da

primeira fase da pesquisa, o grupo deteve a informação de que para a maioria dos participantes, a falta de amor era a causa de muitos problemas sociais. Atentos àquela constatação, os pesquisadores do Instituto reconheceram na obra de Humberto Maturana e Francisco Varela, referencial sólido para incorporarem no trabalho em curso, questões relacionadas ao amor como atitude pedagógica. A proposta viria a compor os eixos estruturantes da Cidade Humana, que começava a surgir para o grupo.

Esta narrativa foi necessária para contextualizar que a metodologia utilizada para a criação da Tecnologia Social do IPCCIC foi a Teoria U, mas não unicamente. A mesma sustenta a possibilidade de junções de recursos complementares ao longo do processo de pesquisa, em especial, novos referenciais teóricos. Mas a Teoria U é abrangente, como parcialmente se mostrará no item 1.1. Dela, o que mais o grupo se apropriou foi a utilização aperfeiçoada da escuta. Considerando os níveis evolutivos a que se refere a Teoria U, o desafio nesta pesquisa foi atingir, nas várias fases da aplicação, o nível 4 de escuta, conforme será detalha.

1. Tecnologia Social

Quando começaram o trabalho, em 2013, os pesquisadores do IPCCIC não utilizavam e sequer buscavam uma Tecnologia Social para seguir. No primeiro ano a proposta do grupo estava compreendida em três fases, organizadas em cadernos. Eles acordavam que nenhum projeto de Cidade Criativa poderia ser solidificado sem que houvesse uma pesquisa profunda sobre as referências culturais identitárias da localidade. Com base nestas informações, propunham um estudo sobre as potencialidades e terminavam com a elaboração de projetos especialmente pensados para dinamizar as referências identificadas do lugar, sempre sustentados pela Economia Criativa.

Ainda antes de conceber a Tecnologia Social, os pesquisadores avançaram com a inclusão de outras duas fases. A quarta passou a ser a de criação de redes de cooperação para execução dos projetos e a quinta a aferição dos resultados. Estaria aí concluída a trajetória da pesquisa? Naquele momento sim, mas ao longo da formação do grupo, a partir da Teoria U, observou-se que indicar o caminho em cinco etapas e entregar o trabalho em cadernos não bastava, era preciso fazer recomendações de como seguir. Foi quando os referencias teóricos começaram a ser inseridos e, então, houve o reconhecimento de que se tratava de uma TS.

Para embasamento é válido um breve descritivo sobre o conceito de Tecnologia Social que não nasceu em si, mas é o resultado de um processo de transformações. Nas décadas de 1960 e 1970 falava-se em TA – Tecnologia Apropriada. Para o professor da Unicamp Renato Dagnino (2009) o seu berço seria a Índia do século XIX, onde “o pensamento de reformadores daquela sociedade estava voltado para a reabilitação das tecnologias tradicionais, praticadas em aldeias como estratégia de luta contra o domínio britânico”. Gandhi é visto como um dos primeiros a praticar o que viria a ser a Tecnologia Social. Sua defesa pela roca contra a supremacia colonial da Inglaterra industrial é um desenho muito claro desta prática.

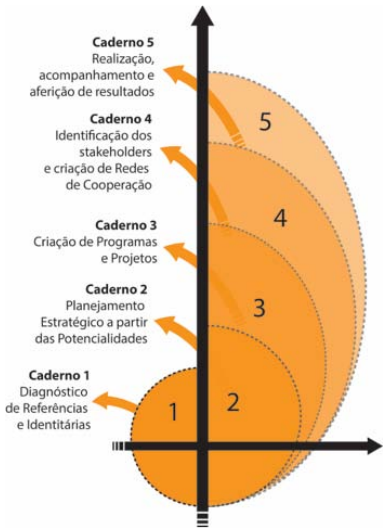
Em alguns casos o conceito derivou e, em outros ganhou novas definições, que iam surgindo originárias de movimentos próximos, paralelos ou até mesmo distantes: Tecnologia Utópica, Tecnologia Correta, Tecnologia Humana, entre outras.

Para os membros do Instituto de Tecnologia Social (ITS), em atividade no Brasil desde 2001,

> foi principalmente no diálogo com as entidades da sociedade civil organizada e na observação de seu modo de ação que nasceu a percepção da Tecnologia Social como um conceito que poderia definir práticas de intervenção social que se destacam pelo êxito na melhoria das condições de vida da população, construindo soluções participativas, estreitamente ligadas às realidades locais onde são aplicadas (ITS, 2011).

O ITS define Tecnologia Social como um "conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida". Ao apresentar quais são os princípios, os parâmetros e as implicações das Tecnologias Sociais, o ITS sistematiza o percurso a ser cumprido pelos atores desta área, desde o momento da elaboração de metodologias até as propostas de ação.

A Tecnologia Social da Cocriação desenvolvida pelo IPCCIC está organizada, como enunciado, em cinco cadernos que articulam-se entre si, apresentando-se como em uma espiral sempre sustentada pela base. Se assim não for, perde a identidade da TS. É essa retroalimentação de uma fase na outra que atribui valor elevado à primeira etapa da pesquisa. Isso significa afirmar que o processo deve manter a escuta do nível quatro. É comum na gestão pública haver o diálogo entre sociedade e poder político, mas é comum também após o processo de identificação da realidade, as decisões serem tomadas a partir de novas pautas, entre elas, econômicas, políticas ou mesmo de relacionamentos influenciados pela proximidade.



Fonte: Ipccic, 2014

A seguir, ainda que limitada pelo tamanho deste artigo, uma descrição das cinco etapas da TS do IPCCIC.

(1) diagnóstico das referências culturais e identitárias da cidade (*groundsource* – a partir da sociedade). Este diagnóstico está comprometido em fazer o *download* de tudo o que fora produzido sobre a localidade, reconhecendo outros atores, dialogando com a população, buscando fazer visível aos olhos dos gestores, o que está invisível, conforme sugerem os estudos do Laboratório Cidade do Futuro, de ETH, de Zurique. Este percurso foi inspirado na experiência do Inventário Nacional de Referências Culturais do Iphan, anteriormente utilizado pelos integrantes do IPCCIC. Mas a ferramenta foi adequada às necessidades metodológicas do grupo, que vai além do diagnóstico do patrimônio cultural e avança para a compreensão das relações mantidas entre as referências culturais, os grupos para as quais elas significam e a cidade;

(2) planejamento estratégico e relatório de potencialidades. Esta fase exige a utilização de recursos advindos da gestão e da economia para apresentação de melhores resultados. A conclusão se deu no momento de cumprir a fase quando do trabalho em Ribeirão Preto (SP). A formação transdisciplinar da rede de pesquisa permitiu o acesso à Matriz SWOT, uma metodologia específica para reconhecimento dos pontos fortes e fracos, das ameaças e das oportunidades da localidade que está sendo pesquisada. A Matriz deve ser aplicada com base nos dados apurados na primeira fase e os resultados são os que sustentam a definição dos programas e dos projetos da fase seguinte.

(3) elaboração de um conjunto de programas e projetos que mantenha o diálogo com os dados aferidos quando da aplicação da Matriz SWOT. Neste momento o grupo utiliza as ferramentas da prototipagem sistematizadas no modelo de pensar ideias, organizadas pelo *Design Thinking.* O desafio nesta fase é conceber propostas que dinamizem as potencialidades diagnosticadas com base na Economia Criativa e suas cadeias produtivas, destaque para o Empreendedorismo Social e cuidado em promover a formação do cidadão cocriador de seu lugar;

(4) identificação dos atores sociais (*stakeholders*) relacionados aos temas abordados pelos Programas e Projetos descritos na fase anterior. Fomento para a criação de redes de cooperação com o envolvimento da comunidade. Esta prática surge já como materialidade física das fases anteriores e dará o suporte para a implantação dos projetos.

(5) aferição dos resultados a partir dos indicadores especialmente criados no início da primeira fase.

Descrita a Tecnologia Social do IPCCIC, segue contextualização da Teoria U e do Design Thinking como proposta de aprimorar a aplicabilidade da TS.

1.1 A definição da Teoria "U" como trajeto e do *Design Thinking* como ferramenta

Caso a única maneira de se prever o futuro é criando um, então que seja resultado do esforço coletivo, pois se trata do futuro de todos nós, com as próprias diversidades, culturas e histórias. Peter Senge, autor de A *quinta disciplina* afirma no prefácio da obra *Teoria U (2010)*, que "todos nós precisamos de caminhos alternativos para seguir adiante, e o modelo U é um deles".

Ainda, segundo Senge, citando W. Brian Arthur, "todas as grandes descobertas se baseiam em uma profunda jornada interior". A Teoria U é um movimento, uma jornada a ser percorrida, mas somente depois de acender a luz para iluminar o que o economista Otto Scharmer chama de ponto cego do processo de liderança, é que emerge o próprio Eu.

A indagação central do autor é: "o que é preciso para aprender a atuar a partir do futuro à medida que ele emerge?". Essa pergunta se explica pelo fato de o economista acreditar que é preciso deixar para trás o que não tem significado no passado e tomar decisões a partir do futuro. Insiste que a energia segue a atenção, ou seja, que ao olhar para o futuro, a energia seguirá o olhar atencioso de cada um de nós.

Para que isso ocorra o autor sugere a interação entre presença e sentimento *(presencing*), caracterizada por uma tecnologia social que conduz inovações e mudanças profundas. É o instante em que se abre a mente, o coração e a vontade, tornando-se capaz de colocar-se em movimento, assim como na pesquisa-ação, proposta por Kurt Lewin e lembrada por Scharmer, (2010).

Para esta jornada, a Teoria U propõe três momentos já enunciados. (1) A descida pela haste da esquerda como se fosse um mergulho; (2) a passagem pelo fundo do U, que Scharmer chama de buraco da agulha e a (3) subida pela haste da direita. Trata-se de um percurso intenso e revelador que leva o "EU" a encontrar, ao longo do trajeto, as respostas para as perguntas elaboradas antes do início da jornada.

Quando o líder que o aplica desce pela haste da esquerda, ele se mantém suspenso para ver, com novos olhos, o que está exposto. É o momento em que os padrões do passado são recuperados. O líder se propõe a redirecionar o trajeto e o faz depois de "Sentir" a partir do campo. A ação "Sentir", deve ser profunda, acompanhada do ouvir, do dialogar, e descomprometida com o que anteriormente estava estabelecido. Scharmer (2010, 2014) explica os quatro níveis de escuta e afirma que saber ouvir é uma habilidade significativa. Contextualiza que o quarto nível se dá, quando o ouvinte é transformado.

Após "Sentir", o líder chega à base do U, quando então vive o "*Presencing*". Conecta-se à fonte de toda a questão, se questiona sobre quem verdadeiramente é e qual é seu trabalho e, se prepara para "deixar ir resquícios do passado". Só assim conseguirá, no movimento seguinte de subida, se abrir para o futuro que emerge. "Descer o U significa desacelerar e serenar para que verdadeiramente sintamos ou percebamos o

que acontece à nossa volta. Subir o U implica dar vida ao novo, concretizar e cocriar" é o instante de "Deixar vir".

Scharmer (2010) faz um alerta, por exemplo, sobre a necessidade de dominar três inimigos ao longo da trajetória. "Atravessar o buraco da agulha exige que enfrentemos e lidemos com pelo menos três vozes interiores de resistência, três inimigos que podem bloquear a entrada a um dos territórios mais profundos".

Seguindo Michael Ray, o economista os identifica, como vozes: (1) VOJ – Voz do Julgamento; (2) VOC – Voz do Cinismo e (3) VOF – Voz do Medo.

Os nomes dados aos inimigos sugerem atenção para não permitir, ao longo do trajeto, em especial no momento da passagem pelo buraco da agulha, quando acontece o "*Presencing*", que essas vozes interfiram na clareza com que se precisa ver a realidade. Este talvez seja o momento mais difícil, pois a possibilidade de julgar, de deixar o cinismo conduzir e, de ter medo é real e presente. Sempre muitas coisas estarão em jogo.

A melhor tomada de decisão para um grupo poderá não ser para o outro e, provável, interferirá na trajetória do tomador de decisão. Por isso, antes de chegar à base do U, o movimento da descida pela haste da esquerda deve ser intenso e verdadeiro.

Na sequência, o líder precisa "Cristalizar", visão e intenção. Depois, inicia o processo de colocar em prática, mas para isso é necessário passar pela fase do "Prototipar", conceito que Scharmer tirou da metodologia do *Design Thinking*, criado pelo CEO da IDEO, Tim Brown (2010) e que significa fazer protótipos das propostas a fim de experimentar e permitir os erros para se alcançar o mais rápido e eficientemente os acertos.

Momento de materializar em formato de protótipo as estratégias, se livrar dos possíveis equívocos e buscar se certificar do melhor caminho. Só depois deste importante exercício de viver em proporções internas, situações externas, que o líder chega ao momento de corporificar e então, o mais alto ponto de saída do movimento que é "Realizar", alcança resultados através de práticas e de infraestruturas.

O economista do MIT Otto Scharmer (2010) cita Brian Arthur para explicar que não se deve importar esquemas preexistentes, nem de maneira tácita; que o correto é mergulhar na realidade da situação até se tornar uno, "um com ela". Para ele, a evolução do sistema econômico de egocêntrico para ecocêntrico só se dará como resultado da mudança que permite o reconhecimento das realidades postas abaixo do nível do iceberg, ou seja, na profundidade.

Para o autor, existem três falhas que denomina de geológicas e que impedem a conquista da Economia que ele denomina de 4.0. São elas: (1) o relacionamento com a natureza e o planeta, que ao ser fraturado, cria um divisor ecológico, (2) o relacionamento uns com os outros, que ao ser rompido, cria o divisor social e

(3), o relacionamento conosco mesmos, que, se desestruturado, cria um divisor espiritual-cultural.

Em relação aos desafios da transição econômica, a Economia 4.0 está voltada para o ecossistema e a economia cocriativa. Quanto à reação do mecanismo de coordenação deve-se dar a partir do *Presencing*: ação coletiva baseada na conscientização. O setor primário deve prever a cocriação inter setorial e contar com a sociedade civil/ONGs, capital/empresas; Estado/governo.

O poder da fonte primária, diferente da Economia 1.0 que é coercitivo, deve se dar a partir da conscientização, ou seja, ações que surgem da capacidade de enxergar o todo emergente. A ideologia dominante na Economia 4.0, se opondo à mentalidade neoliberal da Economia 2.0, deve ser centrada no ecossistema. Por fim, ainda em relação aos desafios da transição econômica, esta sociedade que se busca, deve ter como estado primário de consciência o modelo ecossistêmico.

O autor aponta uma sociedade em que o indivíduo deve deixar velhos conceitos para trás e praticar a escuta mantendo sempre a presença aberta. Enquanto grupo, essa mesma sociedade deve manter uma criatividade coletiva. Em relação à organização, deve ser centrada no que emerge. Quanto ao sistema global, a ação deve ser coletiva, baseada na conscientização: cocriação.

A sociedade formada por cidadãos cocriadores é aquela que tem voz, que se comunica e compartilha os desejos e desígnios de seu futuro, edificando o legal com o legítimo, o capital com o social que pode viabilizar a transição da modernização para a modernidade.

Em consonância com a Teoria U, a opção do grupo de pesquisa para a prototipagem foi o *Design Thinking,* cujo livro de mesmo nome, de Tim Brown (2010), enfatiza que se trata de metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Para Brown "a resposta pode estar em compreender o ser humano de forma profunda, co-criar com esse ser humano as soluções e experimentar essas soluções ainda cedo, antes que seja tarde demais para modificá-las e ajustá-las".

O autor afirma que ninguém quer gerir uma empresa/cidade/projeto com base apenas em sentimento, intuição e inspiração, mas fundamentar-se demais no racional e no analítico também pode ser perigoso. A abordagem integrada que reside no centro do processo de *design* sugere um "terceiro caminho".

"O *Design Thinking* é uma forma de descrever um conjunto de princípios que podem ser aplicados por diversas pessoas a uma ampla variedade de problemas". A essência é explorar diferentes possibilidades.

Do ponto de vista do Design Thinking, uma nova ideia precisará ser contada de forma cativante, se quiser ser ouvida. É também, a partir do *Design Thinking* que o IPCCIC convencionou quanto à necessidade de se aprender a colocar as pessoas em primeiro lugar. A metodologia de Tim Brown enfatiza que a diferença

entre uma boa ideia e uma ideia nada boa está em criar a partir do homem em primeiro plano.

1.2. A definição de transdisciplinaridade: uma contribuição de Morin

A rede de pesquisa formada pelo IPCCIC é transdisciplinar, conceito desde o início partilhado pelo grupo como essencial para o projeto de Cidade Criativa/Humana e que, posteriormente, se fortaleceu no referencial agregado a partir de Edgard Morin.

A Transdisciplinaridade implica a princípio, pressupor uma passagem para além daquilo que constitui o nosso saber, o nosso conhecimento atual e, dessa forma, reconhecidamente acumulado através do tempo. Transcender ao momento presente, ir além do visível, reconhecer-se transmutacional o quanto possível, é o desafio do século XXI. Ir muito além de uma atitude formal de trabalhar o conhecimento, sugere várias oportunidades ou situações reflexivas, dinâmicas no ser investigativo, e até mesmo, algumas reações refratárias visto que, ao mesmo tempo em que a transdisciplinaridade estimula a pensar nos opostos, a conviver com as diferenças, sugere compreensão do tema de maneira global, do ser holístico, pelas múltiplas visões dos sentidos buscando assim, a re-significação da capacidade de entendimento e compreensão de algo ou do sujeito, ou de si mesmo e do outro.

O termo está sedimentado num documento formulado através do projeto Carta da Transdisciplinaridade de autoria de Bassarab Nicolescu, Edgard Morin e Lima de Freitas, discutido no 1º Congresso Mundial sobre Transdisciplinaridade, realizado em 1994 no Convento das Arrábida, em Portugal, com o apoio da UNESCO.

Quanto à ideia de uma passagem para além daquilo que constitui o nosso saber, uma forma de alargamento da compreensão do real, Morin explica que se trata da “prática de um olhar transdisciplinar, voltado para a contextualização dos conceitos, a necessidade de reaprender a religar conhecimentos, problematizar o contexto articulando todo o saber à vida; a necessidade de realizar uma reforma do pensamento (MORIN, 2004), capaz de promover a cultura de uma consciência humanitária que se funde na capacidade de integração entre a vida, a conduta e o conhecimento (RODRIGUES, 2000).

Está lá no artigo 5º da Carta de Transdisciplinaridade: “A visão transdisciplinar é completamente aberta, pois ela ultrapassa o domínio das ciências pelo seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência interior”.

Se analisarmos a nossa maneira de raciocinar, sentir e organizar, podemos perceber que ela é fruto do meio no qual desenvolvemos e pelo qual nos transformamos como seres humanos. A sociedade predominantemente cartesiana em que vivemos, cujo sistema social e educacional conformou o “modo de pensar dos homens nos últimos 400 anos”, expressa na estrutura escolar e universitária, apoiada há muito tempo nesse princípio, a fragmentação, descontextualização, simplificação e objetividade. É uma maneira

racional de direcionar o olhar para determinado objetivo, em outras palavras, determinar o foco de pensamento e atuação, passando ao largo da humanidade do ser, não se dando conta, portanto, da dimensão do cotidiano e suas expressões mais contidas, a emoção, a sensibilidade, a intuição e a corporeidade.

A nossa formação é compartimentada, levada às diversas especialidades e campos do saber. O conhecimento mais amplo, discutido, apreendido pelo conjunto de diversas visões se esbarra no tempo individual, na corrida pelo tempo em busca da informação, do novo, da impossibilidade de manter a conexão do pensamento global exercido horas atrás (quando não, há minutos), afinal há duas horas já é passado!. É dessa forma também, que formatamos a identidade e o conhecimento dos jovens atualmente, por parcelamento cultural, indicando muitas vezes a leitura pela pertinência do tema, não pelo seu valor de conhecimento.

A divisão do cumulado individual, a troca dos saberes, a interligação das variantes do pensamento, vão ficando num plano muito aquém dos conteúdos praticados. A inserção das novas tecnologias nos instiga a conhecer esse mundo permeado por efeitos e sensações, por diferentes vivências estéticas e comunicacionais. Na Arte Contemporânea como na Estética, vemos a aproximação constante entre as linguagens das Artes Visuais, Artes Cênicas, Moda, Música, que participam num diálogo constante com a Psicologia, a História a Sociologia, a Antropologia, que em suma, assinalou Edgard Morin, “a ciência nunca teria sido ciência se não tivesse sido transdisciplinar” (MORIN, 2004).

Dessa forma devemos reconhecer que uma educação para o futuro necessita de uma reforma de pensamento, que recuse a separação entre as ciências e as humanidades, que detenha o ritmo da especialização, da dogmatização e possa dar vida a um educador capaz de reorganizar e solidarizar conhecimentos e ideias de forma responsável.

Uma educação autêntica não pode privilegiar a abstração no conhecimento, mas, deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar revaloriza o papel da intuição, do imaginário, da sensibilidade e do corpo a uma compreensão partilhada, “fundada sobre o respeito absoluto das alteridades unidas por uma vida comum numa única e mesma Terra” (art. 13 da Carta da Transdisciplinaridade).

Trata-se, portanto, de uma nova atitude e de um novo sentido de visão que propõe a superação do pensamento, a busca do sentido da vida por meio das relações entre os diversos saberes, e ultrapassar os limites do próprio sentido, pois a transdisciplinaridade não procura a dominação de várias disciplinas, mas, a abertura de todas as disciplinas *naquilo que as atravessa e as ultrapassa.*

CONCLUSÃO

A pesquisa apresentada se qualifica à medida que enquanto era consolidada teoricamente, confirmava-se como metodologia no campo prático. Os pesquisadores aperfeiçoavam os instrumentos aplicando-os em

Ribeirão Preto (SP), entre janeiro e agosto de 2016. Foi neste percurso que o IPCCIC resolveu absorver o conceito de Cidade Criativa como um elemento para a concepção de uma Cidade Humana. As devolutivas de campo mostravam que nenhuma cidade seria criativa sem que seus moradores fossem atendidos adequadamente com propostas de habitação, saúde, saneamento, transporte, temas algumas vezes não imediatamente incorporados pela Cidade Criativa.

Embora o conceito de Cidade Humana pede seu próprio referencial, não será possível apresenta-lo neste artigo, por questões metodológicas. Entretanto, a fim de encaminhar o leitor, apresentaremos as seis dimensões estruturantes da Cidade Humana. Dimensões estas que se incorporam à Tecnologia Social do IPCCIC como conceitos norteadores no momento da elaboração do Caderno 3, ao criar os programas e os projetos.

(1) Decisões devem ser tomadas a partir do ser humano, não das instituições;
(2) Relações de pertencimento entre o cidadão e a cidade precisam ser construídas;
(3) Promoção da vida em comunidade;
(4) Transformação do morador-usuário em cidadão-cocriador;
(5) Relações entre o Ser humano e o Ambiente devem ser religadas como caminho para a sustentabilidade;
(6) Conscientização pela educação em suas múltiplas formas.

Por fim, o grupo concluiu, a partir de uma das fases da pesquisa, que essas dimensões só resultarão em um projeto integrado de Cidade Humana se o Amor já mencionado fora praticado como atitude pedagógica, e se postar como o alicerce de todas as ações, reforçando assim a necessidade da criação de uma proposta de educação comprometida em formar cidadãos cocriadores.

Humberto Maturana e Francisco Varela acrescentam à Tecnologia Social do IPCCIC referências para o grupo trabalhar o conceito do Amor. Ambos os autores foram diversas vezes citados por Otto Scharmer em muitos de seus livros, como colaboradores importantes na formulação da Teoria U.

Na obra *"Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana",* os autores evidenciam que:

> a esse ato de ampliar nosso domínio cognitivo reflexivo - que sempre implica uma experiência nova -, podemos chegar pelo raciocínio ou, mais diretamente, porque alguma circunstância nos leva a ver o outro como um igual, um ato que habitualmente chamamos de Amor. Além do mais, tudo isso nos permite perceber que o Amor ou, se não quiserem usar uma palavra tão forte, a aceitação do outro junto a nós na convivência, é o fundamento biológico do fenômeno social. Sem Amor, sem aceitação do outro junto a nós, não há socialização, e sem esta não há humanidade. Qualquer coisa que destrua ou limite a aceitação do outro, desde

> a competição até a posse da verdade, passando pela certeza ideológica, destrói ou limita o acontecimento do fenômeno social. Portanto, destrói também o ser humano, porque elimina o processo biológico que o gera. Não nos enganemos. Não se está moralizando nem fazendo aqui uma prédica do Amor. Só se está destacando o fato de que biologicamente, sem Amor, sem aceitação do outro, não há fenômeno social. Se ainda se convive assim, vive-se hipocritamente, na indiferença ou na negação ativa. Descartar o Amor como fundamento biológico do social, bem como as implicações éticas dessa dinâmica, seria desconhecer tudo o que nossa história de seres vivos de mais de três bilhões e meio de anos nos diz e nos legou (MATURANA & VARELA, 2010, p 268, 269).

Ser capaz de se colocar no lugar do outro, de ter empatia são competências fundamentais para a socialização. A Biologia, a Neurociência, a Pedagogia, a Psicologia apontam a capacidade de aceitar e conviver com o diferente como um mecanismo essencial da vida coletiva. Também no campo da gestão, o Amor como atitude pedagógica já é visto como o caminho para sustentar o trabalho em equipe e a formação de líderes.

REFERÊNCIAS

- Brown. T. Design Thinking – uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Elselvier Editora..
- Brown, T. (2010) Design Thinking. São Paulo: Elsevier – Campus.
- Ipccic. (2016) Relatório de Pesquisa. Disponível em: http://www.ipccic.com/seminrio.
- Morin, E. (2013). A Via para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Scharmer. O. (2010). Teoria U – Como liderar pela percepção e realização do futuro emergente. Rio de Janeiro: Elselvier Editora.
- Scharmer, O. (2014). Liderar a partir do futuro que emerge - a evolução do sistema econômico
- ego-cêntrico para o eco-cêntrico. São Paulo: Campus.
- Ipccic (2013) Estatuto - Disponível em http://www.ipccic.com/estatuto
- Ita (2011). Caderno de Deabtes. Disponível em http://itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/caderno_debate_0.pdf
- Rodrigues, M. L. (2000) Caminhos da Transdisciplinaridade – fugindo a inserções
- lineares. Revista do Serviço Social e Sociedade, nº 64, ano XXI. São Paulo: Cortez.

CIVICS, REDES SOCIAIS, ESPAÇO E PODER: RELAÇÕES CRIATIVAS

PAULA ANDRÉ

Professora Auxiliar
Escola de Tecnologias e Arquitectura. ISCTE-IUL
Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas (Portugal) CP 1649-026.
Email: paula.andre@iscte.pt

PATRÍCIA AMORIM

Doutoranda
Escola de Tecnologias e Arquitectura. ISCTE-IUL
Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas (Portugal) CP 1649-026.
Email: pscam@iscte-iul.pt

Resumo

O biólogo e urbanista Patrick Geddes, representante do movimento britânico Town Planning, precursor do planeamento regional, procurou fomentar o valor cívico urbano do habitante através de exercícios do olhar sobre o território e através de mostras urbanas, criando no início do séc. XX o conceito de civics. Geddes parte do estudo das relações de simbiose conceptualizadas na biologia como processos de entreajuda entre espécies com um objectivo comum, e aplica-as à cidade e aos seus habitantes. Através do seu conceito operativo civics Geddes promoveu uma relação afectiva com o território. Consideramos que é necessário, para além do conhecimento histórico, captar as tendências coevas e os fenómenos em marcha, pelo que tomamos como objeto de estudo um movimento político-cultural de carácter popular e lúdico, designado por Praia da Estação, realizado numa das praças mais importantes da cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil. O movimento "Vá de Branco", organizado nas redes sociais, ocorreu a 7 de Janeiro de 2010, juntando cerca de 50 pessoas que procuravam respostas do poder público em relação à decisão de proibir eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. Os ativistas decidiram marcar encontros na praça aos sábados, com piquenique, bebidas, biquíni e calção, toalhas, chapéus, tambores e guitarras. A primeira Praia da Estação foi realizada no dia 16 de Janeiro de 2010 e a partir desta data foi instituído o encontro todos os sábados do verão. A Praia da Estação gerou vários outros pontos de debate em relação à ocupação dos espaços públicos da cidade, além de ter agregado um imenso número de pessoas da classe criativa, que aproveitaram tal encontro para gerar novas formas de manifestações culturais, como o surgimento de novas bandas, colectivos de arte e produção cultural.

Abstract

The biologist and urbanist Patrick Geddes, representative of the British movement Town Planning, a forerunner of the regional planning, sought to foster the urban civic value of the inhabitant through look exercises at the territory and through urban demonstration, creating at the beginning of the 20th century the civics concept. Geddes starts from the study of symbiotic relationships conceptualized in biology as processes of mutual aid between species with a common goal, and applies them to the city and its residents. Through his concept of civics Geddes fostered an affective relationship with the territory. We consider that it is necessary, in addition to historical knowledge, to capture the coeval tendency and the phenomena that are taking place, reason why we take as object of study a political-cultural movement of popular and playful character denominated as Praia da Estação, which took place in one of the most important squares of Belo Horizonte city, state capital of Minas Gerais, Brazil. The "Vá de Branco" movement, created on social networks, took place on January 7, 2010, bringing together about 50 people who sought answers from the public authorities regarding the decision to ban events of any kind at Praça da Estação. The activists decided to meet in the square on Saturdays, having a picnic, drinks, bikini and shorts, towels, hats, drums and guitars. The first Praia da Estação was held on January 16, 2010 and from this date was set up a meeting on every summer Saturday. Praia da Estação created several other points of debate in relation to the occupation of the public spaces in the city, and brought together an immense number of people of the creative class, who took advantage of such encounter to generate new forms of cultural manifestations, as the emergence of new bands, art collectives and cultural production.

PALAVRAS CHAVES

Civics, redes sociais, Praia da Estação, criatividade

KEY WORDS

Civics, social networks, Praia da Estação, creativity

Introdução

Considerando que o território é o palco da construção da identidade e da imagética da paisagem urbana, o estudo "*Civics*, Redes Sociais, Espaço e Poder: relações criativas", pretende caracterizar e reflectir sobre as formas de dar a ver o território e de habitar o espaço urbano, através de uma formação pedagógica e cívica dos cidadãos, ancorada nas redes sociais e em processos criativos.

O biólogo e urbanista Patrick Geddes representante do movimento britânico *Town Planning*, precursor do planeamento regional, seguidor da *Théorie Social* e da École des Voyages de Frédéric Le Play procurou fomentar o valor cívico urbano do habitante através de exercícios do olhar sobre o território e através de mostras urbanas, criando o conceito de *civics*. Patrick Geddes parte do estudo das relações de simbiose conceptualizadas na biologia como processos de entreajuda entre espécies com um objectivo comum, e aplica-as à cidade e aos seus habitantes. Entre 1880 e 1888 P. Geddes trabalha na reabilitação do centro de Edimburgo, particularmente no complexo Ramsay Gardens transformando-o em apartamentos, em residências universitárias e em ateliers para artistas, iniciando um pioneiro processo de gentrificação. Para Patrick Geddes "a planificação urbana é também um exercício de cidadania, um exercício cívico, que deve mobilizar a população previamente sensibilizada" (Emelianoff, 2000-2001: 87), através da realização de exposições, da organização de museus, e de políticas de instrução cívica para todas as idades.

Influenciado pelos inquéritos da Escola de Le Play, nomeadamente os inquéritos ao território, Patrick Geddes constrói um *corpus* documental simultaneamente retrospectivo e prospectivo, essencialmente visual e gráfico. Este manancial de conhecimento, segundo Geddes, devia ser exibido num espaço que estabelecesse "uma função de mediação entre o indivíduo e o seu meio urbano, social e geográfico" (Chabard, 2008: 112). Com esse objectivo Patrick Geddes em 1892 compra em Edimburgo uma torre que já tinha funcionado como observatório, e transforma-a na *Outlook Tower*, um observatório cívico, concebido como um museu vivo da cidade e também como um laboratório de estudo sociológico e regional, no qual o olhar, o ponto de vista se converte numa ferramenta pedagógica. Na *Outlook Tower*, "ponto de referência para a educação da consciência cívica" (Sica, 1981: 33), a visita iniciava-se pelo topo, na cúpula, onde estava instalada a câmera escura que ensinava a ver, instigando a um estudo mais minucioso; de seguida no terraço, eram permitidos diversos pontos de vista, podendo-se avistar toda a região; os sucessivos pisos que se desciam davam a conhecer diversas cidades do mundo, revelando o seu desenvolvimento urbanístico. Em 1911 organiza a *Cities and Town Planning Exhibition*, uma exposição itinerante de urbanismo onde pretendia exibir a "evolução das cidades como um lento processo cívico, envolvendo todo o território regional como todos os seus habitantes e suas actividades" (Chabard, 2008: 78, 112).

Para além do conhecimento histórico, consideramos que é necessário captar as tendências coevas e entender os fenómenos em marcha dentro do processo de constante transformação da paisagem urbana. Para tanto, tomamos como objeto de estudo um movimento político-cultural de carácter popular e lúdico,

designado por Praia da Estação, realizado na Praça Rui Barbosa, conhecida como Praça da Estação, na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil.

O movimento originou-se a partir de um decreto publicado pelo prefeito da cidade de Belo Horizonte proibindo eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. A partir de então, cidadãos começaram a ocupar o espaço com manifestações lúdicas e culturais como forma de protesto. Desde então, a Praia da Estação tornou-se um dos maiores movimentos culturais da cidade. Um protesto de carácter lúdico, no entanto, assertivo. Um ato de desobediência civil que faz do espaço um ponto de encontro, principalmente de integrantes da classe criativa, como músicos, arquitetos, fotógrafos, publicitários, gestores e produtores culturais, atores, artistas plásticos além de sociólogos, antropólogos, entre outros.

Objetivos

Partindo do conceito operativo *civics* de P. Geddes, este trabalho propõe-se analisar a mediação dos espaços públicos e a relevância do seu papel nas interações socioculturais contemporâneas, em que a legitimação e o reconhecimento do valor cultural geram o enriquecimento criativo dos indivíduos, a capacidade de geração de produtos imaginativos e inovativos de caráter simbólico e a transformação da paisagem urbana, tomando como objecto de estudo o Movimento Praia da Estação.

Metodologia

Para a proposição do modelo de metodologia da pesquisa, o processo de investigação buscou integrar a análise indutiva, tendo como objetivo obter conclusões gerais a partir das premissas individuais. A estratégia de investigação foi realizada a partir da pesquisa qualitativa-intensiva a sustentar-se num paradigma urbano que esteja articulado com as manifestações políticas-culturais e a dimensão destas nos espaços públicos.

Para tanto, foram realizadas entrevistas não estruturadas com os participantes da manifestação, pautando-se pela flexibilidade e pela busca do significado na concepção do entrevistado. Os entrevistados escolhidos foram aqueles que participavam desde o início do protesto ou que estivessem envolvidos em atividades culturais e/ou criativas, com o objetivo de analisar o percurso da manifestação desde a sua concepção até aos dias de hoje, e também, de classificá-los como integrantes da classe criativa.

Em tal situação, é importante a utilização de registros imagéticos documentais já existentes, como também, registros a serem produzidos sobre identidades culturais e sociais de comunidades e grupos, a partir de suas representações estéticas e valores simbólicos. Desse modo, é possível ter formas de narrativas não verbais como elemento de análise e interpretação de identidades culturais, estruturando uma relação consciente entre imagem e realidade.

1. Movimento Praia da Estação

A icónica Praça Rui Barbosa, popularmente conhecida como Praça da Estação, passou por uma expressiva revitalização no final do século XX e início do século XXI. A sua reinauguração ocorreu a 12 de agosto de 2004. Nesse mesmo ano, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) lançou o projeto "Centro Vivo - Plano de Reabilitação de Belo Horizonte", com o objetivo de se criar ali um espaço cultural. Entretanto, em dezembro de 2009, a PBH, liderada pelo prefeito Márcio Lacerda, publicou um decreto proibindo eventos de qualquer natureza na Praça Rui Barbosa.

> *Decreto nº 13.798 de 09 de dezembro, 2009 - O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 31 da Lei Orgânica Municipal, considerando a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração e, ainda, a depredação do patrimônio público verificada em decorrência dos últimos eventos realizados na Praça da Estação, em Belo Horizonte, DECRETA: Art. 1º - Fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital. Art. 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2010 (Diário Municipal do Município de 10 de dezembro, 2009).*

Figura 1 – Praça Rui Barbosa revitalizada, Fonte: ©belarq.com.br.

De imediato, a decisão encontrou forte oposição dos cidadãos, que começaram a discutir, nas redes sociais, sobre a decisão autoritária do prefeito e a possível gentrificação que poderia ocorrer com a aplicação do decreto.

O movimento iniciou-se com um protesto chamado "Vá de Branco", organizado nas redes sociais, que ocorreu no dia 7 de janeiro, reunindo cerca de 50 pessoas que procuravam respostas do poder público em

relação à decisão de proibir eventos de qualquer natureza na Praça da Estação (Global Voices Brazil).

Figura 2 – Imagem divulgada nas redes sociais para o encontro "Vá de Branco", Fonte: ©vadebranco.blospot.com

Nota-se a importância dada ao cenário urbano como espaço de comunicação e a sua relação com a produção cultural, como relata Milena Migliano (2013), participante do movimento, no seu artigo escrito à Universidade Federal da Bahia.

> [...] compartilhávamos a insatisfação em ter um prefeito autoritário que tem como objetivo a espetacularização urbana tendo a especulação imobiliária como meta diretriz do planejamento da cidade ao invés de potencializar os espaços públicos enquanto lugares para o encontro da diversidade cultural, econômica e social. A primeira reunião pública foi a definição de criarmos uma lista de e-mails e posteriormente um blog na internet, que teria o login aberto para quem quisesse postar (Migliano, 2013: 43).

Nesse encontro, ficou assente para os manifestantes, a necessidade de iniciar um movimento de raiz popular não partidário e a favor de uma cultura local e gratuita. E das discussões que se seguiram, surgiu a ideia do movimento "Praia da Estação – A Praça é Nossa". Assim, os ativistas decidiram marcar encontros na praça aos sábados, com piqueniques, bebidas, biquínis e calções, toalhas, chapéus, tambores e guitarras. "O convite incitava a ação lúdico-política na praça, já que a ideia era ocupar a praça para viver um dia de praia, encontros inusitados e de muita conversa sobre o decreto" (Migliano, 2013: 43).

> *DECRETO Nº 13.798 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009 do nosso digníssimo prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, proíbe que aconteça qualquer tipo de evento na Praça da Estação. A pergunta permanece: a quem interessa que os espaços públicos sejam apenas pontos de passagem e consumo? Se nos é negado o direito de permanecer em qualquer espaço público da cidade, ocuparemos esses espaços de maneira divertida, lúdica e aparentemente despretensiosa. Traga sua roupa de banho (bermuda, calção, biquíni, maiô, cueca), boias, cadeiras, toalhas de praia, guarda-sol, cangas, farofa e a vitrolinha... Traga tambores e viola! Traga comida para um banquete coletivo! Onde? Praça da Estação - Hipercentro de Belo Horizonte. Quando? Sábado, 16/01/2010, 09h30min. Quanto? De graça! (*BH Não Lugares)

Nesse cenário, os manifestantes criaram os *Eventões*, convocando a população a levar à praça eventos de qualquer natureza, contrapondo-se ao artigo 1º do decreto. A primeira Praia da Estação foi realizada no dia 16 de janeiro de 2010 e a partir dessa data foi instituído o encontro para todos os sábados do verão.

Figura 3 – Imagens divulgadas nas redes sociais para a primeira Praia da Estação, Fonte: ©midiaindependente.org.

As trocas de experiências e o vínculo afetivo estabelecido entre os participantes do movimento mostram-se bastante fortes em alguns discursos, evidenciando o seu caráter identitário. Em entrevista dada à SescTV, o antropólogo e produtor cultural Rafael Bastos ressalta:

> É interessante. O chamado falava para as pessoas trazerem adereços, biquínis, caixa de isopor, prancha, boia. Elementos que pudessem de alguma forma compor esse momento, além de cartazes ou faixas, que pudessem de alguma forma informar às pessoas que transitavam, que passavam por aqui, do que se tratavam. A gente já estava se preparando para refrescar e aplacar o calor com a água da fonte. Mas pensamos que poderia haver o boicote da prefeitura e as fontes serem desligadas. E foi o que aconteceu. As fontes foram desligadas. Nós "passamos o chapéu", fizemos uma "vaquinha" e pagamos o caminhão-pipa. Tivemos o primeiro banho da Praia da Estação com o caminhão-pipa, que acabou virando um grande ícone, um grande símbolo da Praia da Estação aqui em Belo Horizonte. Então, talvez, o banho do caminhão-pipa, do ponto de vista performático, imagético, seja o momento ápice da praia no instante de subversão e ao mesmo tempo de "rasteira" dentro do ato, do gesto deliberado do poder público em tentar minar a intervenção da sociedade, cortando a água das fontes (Entrev*ista de Rafael Bastos ao SescTv)*

A repercussão na mídia e a persistência dos manifestantes em continuar o movimento todos os finais de semana, cada vez agregando mais adeptos e outras práticas culturais, fizeram com que a prefeitura reagisse. Instituiu-se uma comissão para rever o decreto e formular uma nova solução para o uso da praça. No dia 4 de maio de 2010, o decreto que proibia os eventos foi revogado. Entretanto, a prefeitura publicou um novo decreto em que estabelecia que os eventos deveriam ser licenciados, cobrando taxas de R$ 9.600,00 a 19.200,00 para a realização destes, além de exigir que os realizadores deveriam garantir a limpeza da praça, segurança privada, aluguer de sanitários portáteis e grades de proteção dos jardins. Foi determinado,

também, que os realizadores deveriam controlar a entrada da população no espaço público, com recolhimento de alimentos não perecíveis, ou cobrando ingressos distribuídos previamente em outro espaço da cidade. O novo decreto não satisfez a vontade dos manifestantes.

Figura 4 – Imagem Praia da Estação, janeiro de 2010, Fonte: ©pracalivrebh.wordpress.com.

Durante os encontros de janeiro de 2010, os manifestantes decidiram realizar um bloco de carnaval do movimento. Na altura, a prática cultural do carnaval de rua em Belo Horizonte, era praticamente inexistente. O ressurgimento foi estimulado por foliões que, em 2009, sem liberação no trabalho durante o feriado ou mesmo sem recursos financeiros para viajar para outras festas de carnaval, realizaram dois blocos – Tico-Tico e Peixoto – e saíram às ruas nos dias da festa, ocupando comunidades da cidade com marchinhas políticas, instrumentos musicais e fantasias. É importante ressaltar que esse movimento, por menor que fosse na altura, também foi de natureza político-cultural.

Com a resistência do movimento, em setembro de 2011, o prefeito Lacerda sancionou, enfim, aquela que ficou conhecida como Lei da Praça Livre, que permite a realização de eventos de pequeno porte nos espaços públicos da cidade, sem depender de autorização municipal. Àquela altura, a Praia da Estação já se tinha firmado como ponto de encontro e debates sobre os novos rumos da cultura na cidade, permitindo a partir disso, a organização de muitas articulações alinhando discursos com alguns grupos artísticos.

A Praia da Estação gerou vários outros pontos de debate em relação à ocupação dos espaços públicos da cidade, além de ter agregado um imenso número de pessoas da classe criativa, que aproveitaram tal encontro para gerar novas formas de manifestações culturais, como o surgimento de novas bandas, coletivos de arte e produção cultural, como relata Janaína Macruz, produtora cultural e banhista da praia:

> [...] depois disso acontece uma coisa maravilhosa que, para mim, 2010 é um marco na cidade de Belo Horizonte. A praia fez com que as pessoas que estavam fazendo coisas na cidade, engajadas tanto em movimentos políticos e sociais quanto artisticamente, se encontrassem e se conhecessem. Eu falo assim, mesmo na área da cultura. A gente, a galera da música, a galera

do teatro se conheceu um ao outro. De repente se formou uma rede na cidade. A partir daí, um foi conhecendo o trabalho do outro, de levar coisa para a rua, e essa vontade de estar na rua também, se apropriar da cidade, transformou numa grande rede (entrevista de Macruz, 2014)

Figura 5 –Imagem Praia da Estação, janeiro de 2010, Fonte: ©imaginanacopa.com.br.

Bruno Medeiros, músico, e Matheus Rocha, músico e produtor cultural, relatam que a praia é um lugar de artistas de vários nichos e que o movimento proporcionou o encontro de várias pessoas, no caso deles, vários músicos. Bruno conta que a partir do movimento inaugurou-se o ateliê Alcova Libertina. “Muitos amigos começaram processos relacionados a bandas e até blocos de carnaval que continuam hoje e são referências na cidade” - relata Bruno.

> [...] a praia tem várias coisas. Muita gente se juntou. O Estrela pode-se dizer que é um filho da Praia. Mesmo nós, da Casinha (Cenro Cultural), começamos a fazer coisas na rua. O pessoal do Sensacional... eu não sei ao certo as datas, mas tudo coincide nessa época. [...] É gente nova com essa noção de pertencimento da cidade, onde as trocas acontecem, as pessoas que se conhecem, que fazem coisas novas e que movimentam toda a cultura da cidade. Essa coisa do encontro, acho que o grande lance foi esse, [...] encontrar, trocar ideias e propor coisas novas (entrevista de Rocha, 2014).

Um grande movimento cultural da cidade, já existente no entorno da Praça da Estação, que se fortaleceu a partir de 2010, foi o Duelo de MCs, que é hoje considerado o maior movimento de *rap* e *hip hop* do Brasil. Desde 2007, o *hip hop*, o *rap* e outras culturas de rua estabeleceram-se embaixo do Viaduto Santa Tereza, e fizeram dali local de encontro e convivência. Em 2012, surgiu o grupo Real da Rua e, em parceria com a organização não governamental (ONG) Pacto e a Família de Rua – coletivo dos realizadores do evento em questão –, objetivou solucionar problemas em relação à manutenção do evento, como: iluminação, limpeza e segurança. Essas demandas começaram a surgir devido ao crescimento do público, que ao longo dos anos se foi diversificando e crescendo. O Duelo de MCs continua a ser uma das maiores referências de cultura de

rua não só da cidade, mas do Brasil. Um dos exemplos é que atualmente, Belo Horizonte recebe as finais dos campeonatos nacionais de *rap* ou também chamado Duelo de Mcs.

Figura 6 – Imagens divulgadas nas redes sociais, Fonte: © facebook.com/RealdaRua?fref=ts.

Outro movimento político-cultural de destaque é o Espaço Comum Luiz Estrela, que foi influenciado pelos encontros da Praia da Estação, como mostrado anteriormente no depoimento do produtor cultural Matheus Rocha. O espaço caracteriza-se como um lugar de criação e compartilhamento artístico, político/ cultural. Surgiu em 26 de outubro de 2013 a partir de uma ocupação lúdica, de um imóvel público pertencente à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais que se encontrava abandonado há mais de 20 anos. Artistas, a maioria frequentadores da Praia da Estação, promoveram uma das primeiras ocupações culturais do Brasil, proporcionando à cidade diversas atividades culturais por intermédio dos seus núcleos: de memória e restauração, teatro e hospedagem criativa. Há também projetos de pedagogia libertária, comunicação, artes expandidas e audiovisuais.

Figura 7 – Figura do primeiro dia de ocupação do Espaço Comum Luiz Estrela, Fonte:© outraspalavras.net

É importante salientar, neste contexto, o ressurgimento do carnaval de rua de Belo Horizonte. A cidade possuía no seu cronograma festivo oficial, o desfile das escolas de samba pontuado numa pequena parte da Avenida Afonso Pena, uma das principais vias arteriais da cidade. Em oposição às iniciativas municipais, os

jovens da capital mineira propuseram um carnaval que motivasse os próprios moradores da cidade a ocupar as ruas para festejá-las e para reivindicá-las, reativando algo de essencial no carnaval brasileiro que se havia perdido na cidade: a sua irreverência e espontaneidade.

Em 2010, impulsionados pelos eventos da Praia da Estação, surgiu então, a sua versão em bloco carnavalesco, caracterizada pelas músicas de carnaval com alto teor político.

Figura 8 – Imagem retirada do Jornal Estado de Minas, Fonte: ©Otempo.Com.br.

Ao longo dos anos, tal como a Praia da Estação, o carnaval foi ganhando força, destacando-se no cenário estadual e nacional. Em 2012, a BeloTur - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – começou a cadastrar os blocos de carnaval. De acordo com o *site* da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte, 24 foram cadastrados em 2012. Calcula-se que 70 blocos, sendo 46 oficialmente cadastrados, tenham saído às ruas em 2013. No ano de 2014, inscreveram-se 132 blocos no *site* da BeloTur e em 2015 foram 177 os inscritos com a estimativa de que 200 blocos percorressem as ruas da capital, número que reflete o crescimento de público, potencializando o turismo na cidade.

Figura 9 – Imagem retirada do Jornal Estado de Minas, Fonte: ©em.com.br.

1.1. Corredor cultural

A Prefeitura de Belo Horizonte oficializou, em junho de 2014, a criação da Zona Cultural Praça da

Estação, por meio do Decreto 15.587/2014, publicado no "Diário Oficial do Município" (DOM). A decisão, de acordo com os governantes da cidade, pretende estimular a realização de eventos de pequeno e médio porte, priorizando produtores e artistas locais. A ação surgiu a partir do projeto do Corredor Cultural, que previa várias intervenções urbanísticas na área. Apresentado em 2012, o corredor não recebeu verbas do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas e, por isso, foi readaptado.

Entretanto, produtores culturais, artistas, comerciantes locais, entre outros, reagiram à publicação da prefeitura, argumentando que o corredor cultural, na região proposta, já existia e que o projeto em questão era de caráter higienista, pretendendo transformar a área num circuito elitizado, gerando gentrificação na região, como relatou a arquiteta Natacha Rena, em entrevista ao Jornal O Tempo:

> Quando surgiu a ideia do corredor cultural, falava-se em uma mistura entre a Lapa carioca e Puerto Madero (em Buenos Aires), sugerindo mais uma réplica de um modelo urbanístico presente em diversas partes do mundo. Como resposta a essa ideia, houve uma ampla convocação popular, incluindo grupos até então deixados de fora da discussão, como a classe artística da cidade, assim como pequenos comerciantes e os próprios moradores de rua (entrevista de Natacha Rena, ao Jornal O Tempo).

Então, foi criado o evento "A Ocupação Cultural: O Corredor Cultural Já Existe". Palestras, debates, *performances*, apresentações musicais, pequenas feiras, exposições de poesia, intervenções políticas e sessões de vídeo foram algumas das ações que foram realizadas no evento. De acordo com Gustavo Bones, em entrevista ao Jornal O Tempo, esses tipos de eventos na cidade colaboram para os agentes culturais levarem o debate político nos espaços públicos

> Essa junção entre cultura e política faz mesmo parte de um horizonte que se apresenta à capital mineira. Vejo claramente que muitos agentes culturais estão recuperando essa função histórica da arte, que é levar o debate político à arena da cidade, ocupando, a partir de diferentes estratégias, os vários espaços públicos aos quais devemos ter acesso" (entrevista de Gustavo Bones ao Jornal O Tempo).

Observa-se então, que os locais de circulação, de encontro e de manifestação impõem-se como potência para o sujeito produzir a si mesmo, já que o compartilhamento de desejos, ideais e conflitos transforma o espaço em artefato cultural em linguagem urbana, gerando acesso à cultura e desenvolvendo a criatividade coletiva.

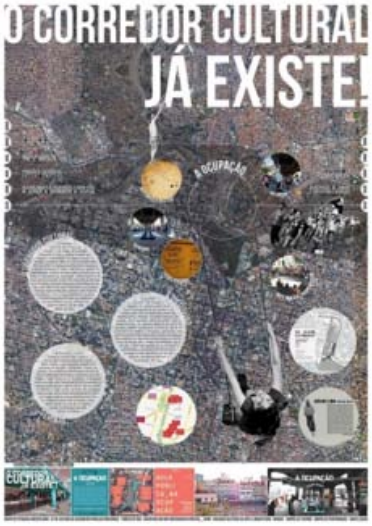


Figura 10 – Poster da coleção do grupo Indisciplinar, Fonte: blog.indisciplinar.com

Os movimentos socioculturais vêm crescendo gradualmente na cidade. Nota-se, também, que diversas manifestações de ocupação urbana começaram a surgir a partir de 2011, um ano após a primeira Praia da Estação, muitos deles sendo realizados no entorno da Praça Rui Barbosa.

Por meio de um exercício sócio-histórico, devemos compreender os eventos, não como uma simples circunstância, mas como um acontecimento envolto em determinadas características da sua época. Mas não podemos desconsiderar a importância e a singularidade de cada uma nos contextos que surgiram. Essas manifestações de ocupação na cidade assumem-se como espaço para discussão de reformulação dos modos de viver em sociedade, a partir do enriquecimento criativo da experiência urbana.

Conclusões

Partidário de uma educação popular que extravase a Academia, e que fomente uma consciência territorial por via dos modos de ver e de dar a ver o território, Patrick Geddes através do seu conceito operativo *civics* promoveu uma relação afectiva com o território, que consideramos dever ser resgatada. O conhecimento do território deve ser parte activa do processo orgânico da formação da paisagem contemporânea. De acordo com o estudo do antropólogo italiano Massimo Canevacci (2004), há uma imprescindibilidade do estranhamento e desenraizamento no conhecer a cidade contemporânea. Esses fatores, segundo o autor, permitem atingir novas possibilidades cognitivas, a partir de um resultado de misturas imprevisíveis e causais entre níveis racionais, perceptivos e emotivos. Essa afirmação que remete ao caráter híbrido da cidade, justifica a procura de que, quem transita nos espaços constrói o seu caminhar, permitindo vivenciar novos encontros. Perceber esses acontecimentos na cidade como pequenos encontros, possibilita a análise do potencial de transformação social que esses eventos evidenciam por meio da ação humana. A multiplicação dos contextos tem consequências significativas para o modo como pensamos a sociedade contemporânea. A realidade

social adquiriu uma fluidez difusa. A atual fluidez dessas oposições refere-se a conceitos e problemas com multiculturalidade, da sociedade aberta, da mobilidade social e da possibilidade de fazer valer pontos de vista marginais. A representação de uma realidade é sempre uma representação ligada a um contexto.

A Praia da Estação, junto com outros movimentos pontuados, mostra a força da cultura como instrumento quando ligada à cidadania e à criatividade. Nessa perspectiva, passando pela compreensão de quadro económico, social e político, incluindo a historicidade do lugar, pode-se perceber que o encontro da classe criativa nos espaços urbanos funciona como elemento catalisador da identidade cultural de uma comunidade urbana bem como da criatividade. É inegável a influência de tais manifestações no imaginário simbólico da população, que passa a compreender a possível desconstrução de estruturas opressoras de poder e que se apercebe do seu papel como agente de tais transformações, rompendo com a usual passividade em que se encontravam. Esses exemplos de transformações ambientais provocadas pelo modo de viver da sociedade contemporânea revelam uma ponderação sobre como o homem se realiza direta e indiretamente em uma relação dialógica com o espaço que ocupa.

Referências

- Alyssa, F. (2010/1/14). Praia na Praça da Estação [BH não-lugares]. Retrieved from: bhnaolugares.blogspot.pt/2010/01/praia-na-praca-da-estacao.html
- Amorim, Patricia (2015), *Cidades Criativas Espontâneas* (Master´s thesis). Lisboa: ISCTE-IUL
- André, P. (2013) *Por uma pedagogia do território: resgatar o conceito «civics» de Patrick Geddes. Para uma ética do território*. In, 3º Seminário Internacional "Arquitecturas do Mar". Lisboa: FAUTL
- Canevacci, M. (2004) *A Cidade Polifônica: ensaios sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo, Brasil: Nobel
- Chabard, P. (2008) *Exposer la ville. Patrick Geddes (1854-1932) et le Town planning movement (Doctoral Dissertation)*. Paris: Université Paris 8, Vincenes-Saint Denis (2 vols).
- Dematteis, G. (1995) *Proggeto Implicito. Il contributo de la geografia umana alle scienze del território*. Milano: Franco Angeli.
- Emelianoff, C. (2000-2001) L'écologie urbaine entre science et urbanisme. *Quaderni*, Vol(43), 85-99.
- Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte. Disponível em: belohorizonte.mg.gov.br
- Jornal O Tempo disponível em: http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/o-corredor-cultural-j%C3%A1-existe-1.677784
- Markum, P. (Creator) & Roisenblit, S. (Creator). (2016). Praia da Estação [Arquiteturas: Praa da Estação BH] In Chagas, L. (Executive Producer*). Arquiteturas*. Retrieved from: arquiteturas.sesctv.org.br/category/praca-da-estacao/
- Migliano, M. (2013), *Praia da Estação Como Ação Política. Bahia, Brasil: Redobra. Retrieved from*: pt.scribd.com/doc/150848641/Revista-Redobra11-Virtual
- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. (2009). Diário Oficial do Município (Ano XV - Edição No 3481). Retrieved from: portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732

• Sica, P. (1981) *Historia del Urbanismo. El siglo XX*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.

• Tenreiro, M. (2010/6/4). Brazil: Landlockes Crowds set up a Beach in a Mountain Town. *Global Voices.* Retrieved from: globalvoicesonline.org/2010/06/04/brazil-landlocked-crowds-set-up-a-beach-in-a-mountain-town/

A CIDADE DO FUTURO: JUVENTUDE E A CIDADE

LA CIUDAD DEL FUTURO: JUVENTUD Y LA CIUDAD
THE FUTURE CITY: YOUTH AND THE CITY

A JANELA E A CIDADE - CLÍNICA CONTRA SEGREGAÇÃO

CRISTIANE DE FREITAS CUNHA

Professora Associada do Departamento de Pediatria
Faculdade de Medicina.Universidade Federal de Minas Gerais
Alameda das Orquídeas, 2077. Nova Lima - MG. CP: 34000000
Email: cristianedefreitascunha@gmail.com

Resumo

A adolescência é marcada pela metamorfose, pela invasão do corpo pela puberdade. A imagem do corpo muda à revelia do sujeito, a linguagem trazida da infância não responde ao furo no saber provocado pela emergência do real sexual. Sem referências universais disponíveis na cultura, o púbere inventa sua própria resposta, a adolescência. Desde a criação desse conceito, observa-se a vontade de controlar os jovens. As políticas públicas voltadas para a juventude habitualmente exigem adesão mas não consideram a singularidade e não estabelecem uma interlocução viva com o adolescente, a família e o território. O dispositivo Janela da Escuta, alojado na Universidade e orientado pela psicanálise lacaniana, propõe um acolhimento do jovem e de quem o acompanha e, a partir do acolhimento, um trabalho de construção do caso, articulando a família, o território e as políticas públicas. A oferta de um lugar de saúde e arte surpreende os jovens, marcados pelo fracasso no que tange à adesão e adequação às normas e protocolos, e também surpreende os profissionais, convidados a ouvir o jovem e a si mesmos, nessa Janela da Escuta. Daniel Roy, na Jornada Jovens.com, ao comentar o relatório do Núcleo de Investigação e Pesquisa em Psicanálise e Medicina (Cunha, 2016), ressaltou que o nome do laboratório, Janela da Escuta, já causa um efeito de enigma e surpresa. Instaurar o enigma onde havia a certeza sobre o destino de um jovem pode abrir uma outra trajetória para este, menos mortífera e mais surpreendente.

Abstract

Adolescence is marked by metamorphosis, by the invasion of the body by puberty. At this crucial period, body image changes independently from the subject, while the language brought from childhood does not respond to the knowledge void brought about by the emergence of the sexual real. Without universal references available in culture, the pubescent invents his own response, the adolescence. Since the creation of this concept, the will to control young people has been observed. Public policies aimed at youth usually require adhesion but fail to consider singularity and to establish a living dialogue with the adolescent, the family and the territory. The Window of the Listening device, housed in the University and guided by Lacanian psychoanalysis, proposes a reception of the young person and of those who accompany him and, as from the reception, a work of case construction, articulating family, territory and public policies. The offer of a health and art place surprises the young people – marked by failure to comply with norms and protocols –, while further surprising the professionals who are invited to listen to the young and to themselves in this Window of the Listening. Daniel Roy, commenting on the report by the Nucleus of Research in Psychoanalysis and Medicine (Cunha, 2016), in Journey Jovens.com, pointed out that the name of the laboratory, Window of the Listening, already brings an enigma and causes a surprise effect. To establish an enigma where there was certainty about the fate of a young man or woman could open another trajectory for them, less deadly and more surprising.

PALAVRAS CHAVES
adolescência, família, território, violência, saúde

KEY WORDS
adolescence, family, territory, violence, health

Agradecimento à FAPEMIG pelo financiamento do projeto “O adolescente e a cidade Conversação Clínica: Observatório da Saúde do Adolescente da UFMG e Família Cidadã - BH sem miséria”/ APQ-02680-13.

Introdução

A *metamorfose da puberdade* (Freud, 1905/2006) instaura a estrangeiridade. A puberdade invade o corpo da criança, que experimenta o exílio do seu corpo infantil, da língua materna (Lacadée, 2011). Sem referências na cultura para guiá-lo nesse território desconhecido, o adolescente se torna um barqueiro solitário que faz a travessia de si mesmo de uma margem à outra. A fronteira, sempre clandestina; o púbere, sempre estrangeiro (Le Breton, 2013).

A adolescência com sua polissemia - *delicada transição* para Vitor Hugo, *pressa de se encontrar o lugar e a fórmula* para Rimbaud (Lacadée, 2011), *redemoinho* para Wedekind (1891), *construção* para Miller (2016) evidencia o enlaçamento da subjetividade com a cultura, com os determinantes econômicos da época. A adolescência surge nas classes burguesas, no século XIX, e nunca foi a mesma nas diferentes classes econômicas (Le Breton, 2013; Savage, 2009).

Atualmente, a travessia adolescente se prolonga nas classes média e alta, produzindo o conceito de adolescência generalizada, com limites cada vez mais imprecisos de início e término. Os jovens pobres, sobretudo negros, moradores das periferias, portam as marcas discursivas de um colapso dessa transição. A pergunta sobre o valor da própria vida é respondida antes de ser formulada com a segregação, medicalização, criminalização. A adolescência é roubada, eclipsada.

Desde a emergência da adolescência, observa-se o esforço de controle da juventude pela escola, pelo trabalho, pelos dispositivos militares, pela medicina e psicologia (Savage, 2009). A perspectiva do controle abrange o apagamento da subjetividade. No campo da saúde, observa-se o esforço para controlar os comportamentos, a sexualidade, a própria adolescência. O controle, a vigilância convivem com o abandono dos adolescentes pelas políticas públicas de saúde, educação, assistência social. Na clínica, há uma lacuna no que concerne à saúde do adolescente. Há uma recusa velada de se acolher o jovem nos dispositivos da saúde. Sexualidade, questões amorosas, conflitos familiares, impasses escolares, condutas de risco, são temas que permanecem à margem da pauta da saúde. Ou são abordados pela via da patologização, acarretando encaminhamentos imediatos para a saúde mental, com a consequente medicalização ou ainda pela via da judicialização. No campo da saúde, só há lugar para a doença; a sexualidade se reduz às doenças sexualmente transmissíveis e às questões concernentes à procriação. Riobaldo, personagem do Grande Sertão: Veredas (Rosa, 1956/2006) pede ao *doutor* que o ouve o silêncio. Em torno do silêncio, do vazio, do não saber e do desejo de saber de quem escuta, um discurso pode ser tecido.. A narrativa, matéria prima da clínica e da vida, já não cabe no modelo biotecnológico.

O projeto Janela da Escuta, da Universidade Federal de Minas Gerais, é uma *clínica do resto*, que recebe encaminhamentos de adolescentes “completamente descontrolados”, que não aderem ao tratamento, que “fracassam” na escola, que se recusam a comer, que se cortam, que se drogam, que infracionam. O

acolhimento de cada caso pressupõe uma construção clínica com o adolescente, a família, o território, na qual o singular acede a uma dimensão política. No centro da construção, preserva-se o lugar vazio, em torno do qual as narrativas podem ser tecidas.

Objetivos

Acolher os casos que se constituem como impasses para as políticas públicas e, a partir da construção do caso que resgata o saber do jovem, inventar novas formas de intervenções clínicas e de articulações políticas, apostando que a construção pode provocar o surgimento de uma equipe concernida a cada caso. Dessa forma, há um deslocamento de uma prática rígida, protocolar, pautada por ideais impostos aos jovens e também de uma posição de recusa ao acolhimento vivo do adolescente, para uma prática norteada pela singularidade, pela invenção que ultrapassa o caso, ao considerá-lo como exceção e paradigma, a um só tempo.

Metodologia

A equipe interdisciplinar tece a rede que abriga o que escapa às práticas protocolares, regidas pela objetividade e pela lógica da avaliação. Uma prática interdisciplinar enlaça a saúde à cultura e amplia seu campo para a cidade. Médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, artistas, acolhem o adolescente e quem o acompanha: familiares, profissionais da rede de saúde e da assistência social, agentes socioeducativos, outros jovens. Durante toda a manhã, há oficinas de arte e atendimentos que se pautam na singularidade do caso. A partir dos impasses do caso, a equipe que se constitui em torno deste se desloca para o território: escolas, quilombos, centros de saúde, ocupações, unidades do sistema socioeducativo, em um trabalho artesanal de construção do caso e da rede, sob medida. Nessa concepção, a equipe é um efeito do trabalho, que se constitui em torno de cada caso (Mendes, 2015). A interlocução interdisciplinar preserva o lugar central no qual o saber do adolescente pode emergir e nos guiar, na clínica e na cidade. Um juiz da Vara Infracional, professores e alunos da Clínica dos Direitos Humanos da UFMG, participam da conversação em torno do caso, quando este estabelece uma interface com o direito. A metodologia em ato propõe uma desconstrução das nomeações impostas a esses jovens - negros, pobres, moradores da periferia ou das ruas, segregados pela escola, por eles mesmos. Da deficiência à potência, do *monstro* ao *leitor*, do doente incurável ao grafiteiro, pensando em exemplos vivos da clínica. Os jovens passam da posição de pacientes a de integrantes da equipe, a de pesquisadores. As pesquisas acadêmicas emergem das perguntas da clínica e se pautam no saber dos jovens, que nos ensinam como sobreviver ao genocídio dos jovens negros, como viver com doenças incuráveis, como sair do tráfico, como construir um corpo, uma adolescência e um nome próprio, além das nomeações que os segregam.

Resultados e discussão

O Janela da Escuta teve início em 2005, representando um ponto de inflexão em um ambulatório de saúde do adolescente fundado em 1993. Trata-se de um projeto de extensão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e se insere no Programa de Extensão OCA - Observatório da Criança e do Adolescente da UFMG. Constitui-se como disciplina do Curso de Especialização em Saúde do Adolescente e do Mestrado Profissional de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da UFMG. Inscreve-se também como um laboratório no Campo Interdisciplinar de Estudos sobre a criança e o adolescente (CIEN), do Campo Freudiano.

Há uma equipe de coordenação, composta por nove médicos (pediatras, psiquiatras, ginecologista), e uma artista; e alunos da Graduação (Medicina, Psicologia e Belas Artes), da Especialização e do Mestrado (profissionais da saúde, da assistência social, do direito, filósofo, etc.). A Clínica dos Direitos Humanos, projeto de extensão da UFMG, participa da interlocução dos casos, assim como um juiz da Vara Infracional de Belo Horizonte.

O acolhimento dos casos é aberto e desburocratizado. Os pacientes podem aceder ao ambulatório por demanda própria ou por encaminhamento da saúde, da assistência social, do sistema socioeducativo, da Vara Infracional, das escolas. O adolescente é acolhido por um dos profissionais, de acordo com a especificidade do caso, ainda que chegue "atrasado". Quem o acompanha (familiares, amigos, namorados, agentes socioeducativos, professores, técnicos, etc.) também são acolhidos por outro profissional, habitualmente. A ausência de protocolos requer prontidão, interlocução e reflexão da equipe, em tempo hábil.

Um ponto norteador é o eixo da saúde do adolescente, que se traduz na oferta de um lugar digno, um lugar de vida. Algumas vinhetas clínicas ilustram esse ponto. Um adolescente chega ao Janela da Escuta com a nomeação imposta por um juiz: *monstro*. No acolhimento, o profissional apresenta o ambulatório para o adolescente, que se reconhece nesse espaço: *há muito tempo não olho minhas vacinas.* Ele se engaja no tratamento visando a possibilidade da construção do corpo e de um laço. Hoje, ele é designado pela equipe como um leitor, que provocou a construção de um projeto de doação e circulação de livros no ambulatório. No seu aniversário de 18 anos, no Janela da Escuta, um dos convidados presentes é o juiz que cuida da execução da sua medida socioeducativa.

Uma adolescente que se nomeia travesti, chega denunciando a *desmontagem do seu corpo* no momento da apreensão pela polícia. No sistema socioeducativo, a princípio, ela se vê forçada a usar seu nome de registro e suas roupas de menino. No Janela da Escuta, ela fala do seu desejo de cumprir a medida socioeducativa em uma unidade feminina, usando o nome escolhido por ela. A construção do caso, abarcando a Clínica dos Direitos Humanos da UFMG e o juiz da Vara Infracional, permite que ela seja ouvida de fato. Em uma das consultas com a pediatra, durante o procedimento de aferição do peso e da altura, ela indaga se *ela*

está dentro da curva. Questionamento novo para quem foi expulsa de casa aos dez anos, permanecendo por quatro anos *fora*, à margem da família e das políticas públicas. Em 2015, essa adolescente comemorou seus 15 anos no Janela da Escuta. Em 2016, comemorou seus 16 anos, e também seu primeiro dia de trabalho como jovem aprendiz.

As festas são frequentes no Janela da Escuta, elaboradas pelos adolescentes e pela equipe interdisciplinar. Aniversários, nascimentos, carnaval, festival de cinema; comemorações de vida, de singularidades, como contraponto ao anonimato dos dados dos jovens marcados para morrer. Os adolescentes se insurgem e resistem à sua própria destruição. Vidas que tem sua precariedade maximizada, antes *não passíveis de luto,* revelam sua potência criativa (Butler, 2016).

Uma questão que tem sido recorrente nos casos oriundos do socioeducativo é a dificuldade de se desligar o adolescente da medida pela falta do vínculo familiar e de vagas no acolhimento institucional. A trajetória desses adolescente, antes da entrada na socioeducação é, via de regra, marcada por uma série de rupturas: família, escola, saúde. Reconstruir algo que já não existia nem sempre é possível. Uma linha de investigação se abre sobre o lugar que podemos oferecer para cada jovem na cidade. A parceria entre o jovem, a Universidade e as políticas públicas tem se mostrado profícua. A Universidade participa da discussão viva provocada pelos impasses do caso para instigar as perguntas e reflexões e para construir conjuntamente as respostas, recusando um lugar de saber idealizado.

Além dos adolescentes do socioeducativo, há muitos encaminhamentos provenientes do acolhimento institucional. Observa-se impasses decorrentes da aplicação universal de regras e protocolos, com uma resposta do adolescente nomeada como não adesão, desacato, fuga. A política de assistência social também encaminha casos marcados pela violência e, sobretudo, pelos impasses gerado na equipe.

As escolas endereçam uma demanda à saúde diante de alguns casos do chamado fracasso escolar, encarnado no adolescente. Jovens analfabetos terminando o ensino fundamental, casos diagnosticados de forma inconsistente como autismo ou transtorno do déficit de atenção e hiperatividade são exemplos comuns desses encaminhamentos. Tomar os casos na vertente da construção permite valorizar o saber que o jovem porta. No caso de um adolescente nomeado como analfabeto, aluno do último ano do Ensino Fundamental, seu saber com as pipas pode emergir e, aos poucos, a construção de uma narrativa foi tecida.

A própria rede de saúde e os serviços clínicos do Hospital das Clínicas da UFMG encaminham muitos casos pautados pela não adesão ao tratamento. Há dez anos, trabalhamos com os adolescentes que vivem com o HIV/AIDS, infectados por transmissão vertical. A revelação diagnóstica, a adesão ao tratamento, a prevenção da infecção de outros parceiros são questões comuns nessa clínica, na qual a adolescência é velada pela doença e a sexualidade*, infectada,* permanece como algo a ser controlado.

Casos frequentes são os dos chamados transtornos alimentares (anorexia, bulimia e obesidade). No Janela da Escuta, afirma-se que *não se trata disso!* Não são transtornos alimentares, e sim sintomas psíquicos, respostas subjetivas e singulares.

Adolescentes com doenças crônicas, graves e com questões referentes à sexualidade, ao amor, ao convívio, que muitas vezes não encontram lugar nos ambulatórios especializados nas doenças também são encaminhados. Um adolescente com artrogripose endereça ao profissional do Janela da Escuta sua angústia pela prática masturbatória e fala do seu desejo de *perder a virgindade*. Outro paciente com um diagnóstico ainda impreciso de uma doença neurológica que acarreta redução da acuidade visual e auditiva, relata a sua trajetória como artista, a partir das oficinas de arte do Janela da Escuta.

No dispositivo Janela da Escuta não temos as respostas para questões tão complexas, que convocam várias políticas e saberes. O trabalho orientado pela psicanálise lacaniana visa aprofundar os impasses, provocar perguntas onde já havia repostas prontas e certezas e vacilação dos ideais que submergem a alteridade. As respostas, múltiplas e singulares, são tantas quantos são os casos. Mas a partir destes, podemos formalizar a experiência, teorizar, aprender, investigar.

Um papel importante do dispositivo é provocar a interlocução das políticas públicas, no interior das quais cada profissional trabalha de forma extenuante, sem tempo para refletir e conversar sobre os impasses da prática.

A provocação da surpresa é um efeito da clínica que considera o adolescente como sujeito. Em uma discussão com a rede de uma cidade do interior em torno do caso de uma adolescente em cumprimento de medida de semi-liberdade devido ao ato de desacato ("desacatou até o médico!"), a equipe mostrou-se surpresa (talvez perplexa e até indignada) quando a psicóloga do Janela da Escuta ressaltou a importância da cirurgia de redução de mamas para a adolescente. Como uma adolescente que foi abandonada, acorrentada, presa, ousava se queixar do incômodo causado pelas mamas? Como os profissionais podiam acolher e validar essa demanda?

Oferecemos um lugar alfa, nomeação dada por Miller (2008), ao lugar onde um laço transferencial possa ocorrer, permitindo à mutação da fala à esmo em uma pergunta, que produz uma resposta. Esta advém de um saber que o adolescente ignorava ser ele mesmo a sede. No Janela da Escuta, a equipe, sempre incompleta, não toda, é aprendiz da clínica orientada pela psicanálise e o adolescente é o especialista de si. Os jovens nos falam dos seus percursos, das suas cidades, várias ao longo da vida de cada um, e nos permitem acompanhá-los pelos seus mapas subjetivos.

Conclusões

No ambulatório/laboratório Janela da Escuta, a cada dia aportam novos impasses, que instigam e provocam novas construções. Dessa forma, as conclusões são sempre provisórias. Os adolescentes, *sempre modernos,* como nos diz Rimbaud (Lacadée, 2011), nos antecipam e nos ensinam. Um ponto inédito do trabalho é a adesão dos jovens a ele, quando uma das maiores queixas dos profissionais que lidam com adolescentes é a não adesão. Talvez seja por não considerarmos adesão como sinônimo de obediência, mas como a possibilidade de aceitar e de recusar o convite que fazemos para nos sentarmos ao lado do jovem (Lacadée, 2011). Ao lado do adolescente, podemos oferecer o tempo para que a narrativa se produza, para que os sertões, as veredas, os ermos possam surgir no discurso, para que adolescência possa emergir. Também inovadora é a construção do caso, com conversações que se tecem em torno do vazio central, onde o saber do jovem pode emergir, e na qual cada profissional pode falar das suas incertezas, da sua impotência, para aceder a uma impossibilidade criativa. A orientação da psicanálise lacaniana coloca em suspensão as práticas guiadas pelos ideais e pelas normas, que visam resultados eficientes e tangíveis, abrindo a possibilidade para os jovens e para os profissionais de fracassar de um modo melhor (Miller, 2008).

Referências

- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra - quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cunha, C.F. (2016). Adolescência: entre a emergência e a invenção. *Curinga*, v.42, p.141-149. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Freud, S. (1905/2006). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade: transformações da puberdade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 7*. Rio de Janeiro: Imago, p. 196-217.
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Le Breton , D. (2013). *Une brève histoire de l'adolescence*. Paris: J.C. Béhar.
- Mendes, A. A. (2015). *O efeito-equipe e a construção do caso clínico*. 1. ed. Curitiba: CRV Editora.
- Miller, J. A. (2008). Rumo ao PIPOL 4. *Correio*, n. 60, p. 7-14. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Miller, J. A. (2016). Em direção à adolescência. *Opção Lacaniana, v. 72, p.20-29, 2016*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Rosa, J. G. (1956/2006). *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Savage, J. (2009). *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Wedekind, F. (1891). *L'eveil du printemps*. Paris: Galimard.

A CIDADE CRIATIVA: TRADIÇÃO, PERSONALIDADE E INOVAÇÃO NA CIDADE

LA CIUDAD CREATIVA: TRADICIÓN, PERSONALIDAD E INNOVACIÓN EN LA CIUDAD

THE CREATIVE CITY: TRADITION, PERSONALITY AND INNOVATION IN THE CITY

CREATIVE EXCHANGES BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE: THE CASE OF MONA (THE MUSEUM OF OLD AND NEW ART) AND THE CITY OF HOBART

ADRIAN FRANKLIN

School of Social Sciences, University of Tasmania, Australia

Resumo

O lendário poder atribuido ao 'Bilbao Effect' demonstra não só a influência de museus de arte contemporânea na cidade de hoje mas também a nova dinâmica entre instituições públicas e privadas. Esta comunicação partilha os resultados de um project financiado pelo Conselho Australiano de Pesquisa (Australian Research Council) que analisou os efeitos do Museu de Arte Nova e Antiga (MONA) na cidade de Hobart, na Tasmânia, Australia. Inicialmente uma iniciativa privada, MONA constitui um óptimo exemplo do que Terry Smith refere como o 'new exhibitionary complex' em que interesses públicos e privados não estão em competição uns com os outros mas colaboram numa relação reconfigurada através de novas e complexas formas de câmbio e colaboração. Esta contribuição explora não só como os destinos de cidades modernas estão altamente dependentes destas relações mas também como estes destinos estão organisados à volta de uma nova ecónomia nos mundos da arte contemporânea e de lugares em rede.

Abstract

The mythic narrative of the Bilbao Effect suggests not merely the potential of new contemporary art museums but also new working arrangements between public and private institutions of the city. This paper reports on a major Australian Research Council funded project that investigated the dramatic impact that MONA has had on the city of Hobart, Tasmania. Beginning as a largely private initiative MONA is provides an excellent example of the new exhibitionary complex in which public and private no longer vie for cultural authority but are necessarily reconfigured into new forms of exchange and collaboration. This paper shows not only how the fortunes of cities are increasingly dependent on this, but also highly structured by a new political economy of contemporary art worlds and their places.

PALAVRAS CHAVES

Regeneração urbana dirigida por artes; Intercâmbio público-privado e colaboração; Museus de arte; Museu de arte velha e nova, Austrália.

KEY WORDS

Arts-led urban regeneration; public-private exchange and collaboration; art museums; Museum of Old and New Art, Australia.

Introduction

If a city wants to make it into Lonely Planet's 'Best Places in the World Top 20', it helps if they had been on one of the many previous '*Seven Wonders of the World'* lists, an idea that dates back to ancient Greek travel guides first produced for the Hellenic world's new travelling public in the 5th century BC (Perrottet 2004; Clayton and Price 2004). The 2015 Lonely Planet Top Twenty included eleven regular *Wonders*, including The Colosseum, The Great Wall of China, The Aya Sofya, Machu Picchu, The Taj Mahal, Petra, The Great Barrier Reef, the Iguazu Falls and the Grand Canyon. In fact, it was a list completely dominated by ancient monument places and places of outstanding natural beauty, the British Museum (built 1759) being by far the most modern. However, one was brand new. Improbably, it was a new museum of art built in a poor suburb (ranked in the top decile of social disadvantage), on an island state off the south coast of Australia, just one stop from Antarctica. It was MONA, the Museum of Old and New Art in Hobart, and it came in at number 20.

Two years earlier, Lonely Planet (2013) had ranked Hobart the 7th best city in the world and in doing so it lionised MONA, citing it as the main catalyst for Hobart's extraordinary cultural florescence. 'Harbour town becomes hip' was the byeline for this transformation of place. Hitherto, according to the Lonely Planet story, Hobart had been a 'sleepy harbour town' that had attracted a solid 'outdoorsy' set to its pristine natural wilderness and coastline. Hobart was also a former industrial town and like all former industrial towns it had becoming increasingly reliant on tourism. Yet in 2010, a year before MONA was built, the state was worried about declining tourism numbers.

We can of course make light of such rankings, but what is real in its apprehension will be real in its consequences. And Lonely Planet is not inconsequential in the direction of global human leisure traffic. In the first year following its 2013 listing, overseas visitors to Hobart increased by 22%, and not solely from its traditional European and North American visitor base: Chinese visitors increased by 18% and Indian visitors by 38%. Since MONA opened in 2011 it attracted between 318,000 - 354,000 visitors per year. Initially, 40% of its visitors had travelled from interstate or overseas, but this rose to 70% by 2015. It is notable that few other museums of contemporary art have such high tourism numbers, the Guggenheim Museum Bilbao being an obvious comparator here (Author names deleted to maintain the integrity of the review process). In the late nineteenth century Frank Cook (son of Thomas Cook) intended to impress his creative father with a scheme to bring the Indian Raj to the English summers of Hobart during their hot season (Morris 1974). This did not transpire but where he failed, David Walsh, MONA's owner, may yet succeed in bringing Asia a cool change.

Once their historical and cultural heritage had been fully developed thought the 1970s and 1990s, former industrial cities increasingly looked to developing their cultural economy as a primary catalyst. The trouble with the culture industries is directly related to their defining quality: they are *risky* businesses. Vast sums are spent producing new songs, novels, films, video games, television shows in the knowledge that most

will fail and everything depends on a tiny proportion of hits. In the same way, cities that seek to grow their culture industries in the hope that visitors will travel to see them have entertained rather naïve hopes based on the arrival of overly simplistic cultural policy formulae (O'Connor, 2010; Olive 2012; Pratt 2011). In the area of tourism-orientated art museum and festival development, we have witnessed an era of cultural policy transfer on an epic scale that has produced repetition and jaded travelling publics rather more than florescent cultural cities (Richards and Wilson 2006; Richards 2015).

The potential for culture industries and creative cities to rise phoenix-like from the ashes of manufacturing industry, and to reoccupy and transform its disused precincts, was first noticed in places like Camden Lock, London; Toronto; New York; and Barcelona, but it was at Bilbao, and with Frank Gehry's design for the Guggenheim Museum Bilbao where the special impact that an art gallery can make was first noticed. Opened in 1997, it has pulled in around one million visitors a year ever since. The proceeds of such flows of tourism was significant in building further rounds of cultural, design, technical and industrial investments. Like all Holy Grails this catalytic process, often referred to as the Bilbao Effect, has proved to be elusive. Apart from a few exceptions, most of these massive investments joined a litany of flops and failures. Not that this has stopped more and more cities from trying to replicate it. Since 2000 Bilbao has hosted an average of 58 delegations per year from cities and states all keen to understand how to pull off a similar effect (Gonzalez 2011). This 'policy transfer tourism' has been a lucrative new industry in itself for Bilbao but it is not at all clear that it has worked for their guests.

Notable among new museums that fail are: the Sheffield National Museum of Popular Music, UK, which collapsed within the first year, the Santiago Calatrava's new wing at the Milwaukee Art Museum and the KIASMA Helsinki Museum of Contemporary Art, both of which failed to inspire anywhere near anticipated visitor numbers. The Ohr-O'Keefe Museum of Art in Biloxi, Mississippi failed to generate sufficient public support to make it a going concern. Indeed, even a Frank Gehry design commissioned by a wealthy private collector was no guarantee that a new museum would work. Described [by Erica E. Barnett] in 2004 as 'EMPty', visitor numbers almost halved in the first three years of *Experience Music Project* (EMP), a Gehry designed museum built by Microsoft founder and billionaire Paul Allen, in Seattle. In the same period it cut its workforce from 500 to 200. So, the significance of MONA can therefore be measured against the *rarity* of the Bilbao Effect.

Yet MONA was not part of civic regeneration strategy for Hobart in the same way the GMB clearly was for Bilbao (Plaza and Haarich 2013) and so cannot be subsumed under a Bilbao Effect, and for the same reason, it cannot be described as a 'Hobart Effect'. So far it has been referred to as the MONA Effect. MONA is one of a new generation of private collector galleries which have been opening not only in the heartlands of the Western art world but in in its nether regions and in nations where contemporary art and contemporary art galleries were hitherto unheard of. At the same time, they have remained largely under the radar of cultural economy writers for whom private museums often conjure the image of neoliberalism, privatisation, development and gentrification adding unwanted commercial pressures of public galleries to compete on the

open market. There are no doubt examples of this yet the emerging evidence for them is far more mixed and in some cases pointing the other way: some, perhaps like MONA are making a better case for better funded public-style art galleries, and showing that art publics and a new enlarged art tourism public can deliver both urban regeneration and cultural florescence. In the case of MONA we can also see that it might be a mistake to see private in competition with public institutions. This paper suggests that the MONA Effect is properly the result of an historically unique but replicable partnership between the two.

The New Private Art Galleries 2000-present

After some decades of learning to juggle the conflicting demands of marketization, cultural economy and expanded art publics, conventional public art museums and not-for-profits have recently found themselves in competition with the very mavens of private enterprise, who as enthusiastic art collectors themselves are now building their own art museums and foundations where once they were, along with governments, the main source of support for the public museums (Bennett 1988, 1995; Wu 2002; Hutter and Throsby 2008; Franklin 2011; Smith 2013; Gnyp, 2015). Their arrival has been sudden, swift and significant: there are now 317 (with active, living collector-founders), 70% of them were built after 2000 and many more are anticipated (Adam 2014; Larry's List 2016; Deloites 2014). Together they signal the leading edge of a dramatic change in the public exhibition – and experience – of art, variously described as changing or collapsing the boundaries between the non-profit and private sectors (Bechtler and Imhof 2014; Gnyp 2015; Harris 2016; Kennicott 2016). They have opened museums of contemporary art in many more countries and regions where once there were none, resulting from a massive global expansion of private contemporary art collecting (Larry's List 2016; Franklin 2014).

There is also great variation in the collecting/curating/exhibition strategies of these private collectors. Many private initiatives are modelled on conventional public museums (The White Rabbit, Sydney; The Long, Shanghai); others embody the more critical and radical stance of the not-for profit art spaces (MONA, Tasmania; DRAC, London); while other owners in collaboration with artists use their collections to become overt shapers/manipulators of taste, art markets and cities (The Saatchi Collection, London; The Broad, LA). At another extreme the public museum model is being reconfigured as 'art depots' and 'warehouse' concepts, as new private enterprises, in collaboration with city authorities, tap into the expanding sources of art in private collections to combine publically funded storage and professional services (much in demand) in exchange for rights to exhibit to the public. The Public Art Depot which opens at the Boijmans van Beuningen Museum in Rotterdam in 2018, claims that for the first time, anywhere in the world, a major museum's entire art collection (not just a tiny fraction of it) will always be on display to the public. Such exchanges are occurring worldwide (Kennicott 2016; Harris 2016; Bechtler and Imhof 2014).

A new age of private art museums dazzles with architecture, seductive new locations and novel exhibitionary platforms – acquiring, in many cases, a new kind of charismatic standing, as art-makers and art

world makers as much as exhibiters (Maak 2011; Smith 2012; Walker 2015; Franklin 2014; A Harris 2013). Often awash with acquisition and exhibition funds yet virtually free of the burdens of public responsibility and accountability, they are widely perceived as deeply problematic (Hatton and Walker 2000; A Harris 2013; Miles 2013): they vie for sovereignty over cultural authority, they threaten to undermine the capacity of public art museums to deliver on their core responsibilities (especially in the field of contemporary art) (Schuker 2008), and they deepen the marketization (and manipulation) of all relationships within the art world and with art publics (Ellis 2008; Smith 2009). In the USA, the tax sheltering antics of some, like Peter Brand, are public scandals.

The visual arts have always been generated in a complex set of exchanges between private and public values, between artists, critics, patrons, collectors, disseminators, and publics – its cultural-political dimensions richly covered conceptually by the 'exhibitionary complex' (Bennett 1995; Hutter and Throsby 2008; Wu 2002). Yet today we face a situation in which the world's richest private collectors get richer, while the publicly financed museums and artspaces are, by and large, becoming poorer. Until very recently, in many countries, private collectors made up some of that shortfall. Now, they increasingly want to do it their way, and on their terms. This has led to a perceived change in the balance of relationships within the art world, one which Marta Gnyp (2015) has recently referred to as 'The Shift'.

Yet, the extent to which their arrival and net impact opposes public principles and values, or merely reshuffles the public-private dimensions of the historic exhibitionary complex, is not yet clear (Smith 2013; Franklin 2014). It is also a crisis that has prompted new alliances, collaborations, experiments and emergent models in which private and public enter into new forms of exchange and partnership.

Aims

This paper aims to draw on a case study of MONA in the cultural ecology of Hobart and Tasmania, and in particular how it has been involved in three kinds of new exchange and the impacts they have had:

1. Combining its collection with those of other local museums in order to create new exhibitions.
2. Collaborating with the local city council in order to bring its art and curatorial team to activate the city with midsummer and midwinter festivals
3. Funding, sponsorship, training and inclusion of local artists, community arts and cultural entrepreneurs across the length and breadth of its operations

Before looking at these three forms of exchange it is necessary to briefly describe MONA's aesthetic, exhibitionary and museological origins, aims and interventions.

The MONA Effect

In 1999, wealthy professional gambler David Walsh opened a museum of antiquities on his Moorilla Estate vineyard in Hobart, which, like almost every museum in the world, including the Guggenheim Bilbao, was a 'white cube'. White cube museums seek to minimise ANY interference in order to deliver a plain and clear display of every object. White walls, minimal lighting, airiness and apt labels provide a neutral space that tranquilises and disciplines human visitors to be quiet, serious and studious. Because Walsh also used his museum for ritual functions (weddings, awards nights, birthdays etc) he noticed that the function crowds responded to his collection differently. Festooned with decorations, the wine and the ritual occasions generated a festive atmosphere that tied in with the objects (many of which were ritual objects), creating engagement and interest. Whereas, during the day the white cube atmosphere seemed to numb visitors into shuffling zombies who were quietly reverential and dutifully reading the labels and not much more; hardly noticing the objects.

When Walsh began collecting modern and contemporary art and realised he needed to build a far bigger museum, he also decided that the white cube had to go. In his view white cube galleries tended to close visitor engagement down rather than connect them to its vital subject matter. He and his team decided to reverse the white cube philosophy: they were going to make his new museum buzz with emotion and create theatrical experiences akin to those of the function crowds. The lights were going to be dimmed and the noise turned up; drinking alcohol was to be encouraged and there were to be distracting labels. MONA was going to be built underground.

Critically, Walsh's team avoided making his museum an art history lesson and settled on showing art works and objects that spoke to people about their contemporary lives, especially through their own bodies. His art seemed to ask the question: why do we live like this? Contemporary ways of sex and death are fraught with anguish, fear and shame and we live with many unresolved, barely talked about problems. In the subterranean half-light of MONA people could confront these demons and give them time. At MONA our research has found that average tours are around six times longer than those in other museums. This in itself was a major innovation, a mix of theatrical forms of engagement within a transformative festive format. Edmund Capon the former Director of the Art Gallery of New South Wales, said 'it has redefined the art gallery' and 'forced us to see art in a new way' (Franklin 2014). However, MONA is not just a gallery and they have brought art and emotion to the city of Hobart on an equally epic scale. We can see this though three examples.

1. Combining its collection with those of other local museums in order to create new exhibitions. MONA, TMAG and Theatre of the World (TOTW)

Theatre of the World was to have been MONA's first exhibition since it embodied all of the values and anti-museum elements it had enshrined in its museum aims. When the team chosen by Walsh to identify and scope these met at the Venice Biennale 2007 they were torn between two directions: an adventurous

unleashing of theatre and wonderment as an ordering principle for experience, in place of didacticism, or the reproduction of a more normative 'white cube' as the most suitable vehicle for the exhibition, veneration and dissemination of art knowledge in the form of art history. At the 2007 Venice Biennale they encountered *Artempo*, a collaboration between Jean-Hubert Martin (formerly Director of Centre Georges Pompidou, Paris) and others that devised an exhibitionary form to explore the subjects of art as they may be encountered not in linear time, but across the time and space of humanity, stressing commonalites of the human condition and cultural expression rather than linear 'progression'. Rather than distinguish different art eras, they collapsed time around art themes and subjects. For Jean-Hubert Martin modern art galleries had singularly failed to do this, creating instead a 'docile museum', where taxonomy and chronology were privileged above emotional and pleasurable access and where art had become a form of social distinction rather than liberation or transformation. As MONA writes: 'Theatre of the World is a kaleidoscope: here the viewer sees the object, and that is enough. This notion harkens back to the Renaissance view that art and knowledge are inextricably intertwined. This art is visual poetry.' (MONA 2016: https://mona.net.au/museum/exhibitions/past-exhibitions/theatre-of-the-world).

This was itself a transformative and decisive experience for the MONA team and afterwards Martin was hired by Walsh to curate an exhibition that would draw on his own collection and the vast but mostly unseen treasures of the Tasmanian Museum and Art Gallery.

The task ahead of Martin was considerable, not least the access and scoping of the TMAG collection, and so TOTW became MONA's second major exhibition (June 2012- April 2013). According to Jane Stewart, a Senior Curator at TMAG, 'Each room was imbued with a 'phenomenon' or 'state' common throughout time and place, their names including 'genesis', 'scope', 'majesty', 'duet', 'phantasm'. Objects connected in various ways to these ideas were choreographed within their room in a form of visual poetry, or 'theatre''

In the eyes of Jane Stewart, this collaboration with an affluent and daring private collector museum brought 4 advantages.

First, Martin's museological emphasis on the value of art objects themselves 'challenged the perceived barrier' at TMAG that their objects required very high standards of historical research before they could be placed in the public domain. These expensive and time consuming processes prevented a large amount of its material from ever seeing the light of day and even its most exciting possessions remained unseen. As Stewart revealed:

> 'A bible with a bullet hole, a colonial 4 poster bed, early images by Tasmanian contemporary photographer Ruth Frost, Adelaide Ironside's colonial Dream painting, and John Dempsey's 1820s portraits of the English poor were among the many items that hadn't been exhibited for years, if at all. We had spent 10 years waiting to undertake the research for the Dempsey's before

exhibiting them as a group, supported, we had hoped, by a catalogue. TOTW didn't require this level of scholarship and so thankfully these works are now in the public sphere.'

Second, through collaborations with an individual collector and an internationally renowned curator working within global currents and circuits of acquisition and exhibition, a local municipal museum (and its public) were given unprecedented international exposure and experience. After finishing at MONA, TOTW went on tour, first and notably to La Maison Rouge, Paris, with TMAG staff giving presentations at the opening and contributing to its exhibition and marketing. La Maison Rouge, Paris, is itself a private museum which make space and funding available for exhibitions of other private and public collectors.

Third, on the back of MONA's contribution to city culture and economy, TMAG received considerable ($30 million) funding for redevelopment and in many ways their success with TOTW just 9 months before increased the confidence of government in supporting an institution consistent with Hobart's new found reputation as an edgy art city. As Stewart observes, '…whether or not it was consciously acknowledged, our part in the 'junking of the chronological corset' (to quote the title of one of the essays in the TOTW catalogue) must have given the impression that TMAG was open to 'stepping out'.

And then fourth, we might say that TMAG's cross fertilisation with a wealthy private art museum set it on entirely new lines of flight. According to Jane Stewart they were now able to:

- nurture the new contact made with European historians, curators, and collectors
- run-with the world's response to Tasmania and it's public collection
- reach out to the influx of cultural tourists to – and media interest in – Tasmania that MONA has inspired
- remain open to a visual and museological debate about the role of public museums in today's busy and ever-connected 'theatre' of a world.

2. Re-activating the city with annual midsummer and midwinter art festivals

From the very beginning MONA was never an isolated museum on the edge of town but a vibrant presence that energised the city across its many beautiful (unused, derelict) spaces. It galvanised a festive atmosphere that had never quite kicked off before. Its first ever productions were co-productions with the city's established arts scene and government, to curate an annual midsummer music and art festival (MONA FOMAs), and following their unprecedented success these were extended into more and more activities across the year. Dark MOFO, a pagan festival of gastronomy, music and art proved that even in the dead of winter, traditionally a time of hibernation for Tasmanian tourism, the hotels could be filled and the streets full of revellers. With the City Council and many other partner organisations MONA turned Hobart into a carnival-activated city using world class, head-turning art works, music and gastronomy, daring the city to invoke the misrule associated with true carnival. It successfully occupies the social elite's beach at dawn on midwinter in order to stages a

mass nude swim, overturning numerous bye-laws and prohibitions in order to do so. Starting in 2013, Dark MOFO has since become Australia's premier mid-winter festival with approximately 280,000 visitors attending its ten-day period in 2015. In 2015 Dark MOFO produced a cash injection to the Tasmanian economy of some $46.6 million and created the equivalent of 207 new full time jobs, adding 8,610 additional hotel bed nights at a time when hotels had been previously dormant (IPS 2015). An additional flow of 23,193 passengers passed through Hobart airport in June 2015 compared with June 2012 (Hobart Airport Statistics 2012-2015). Hobart's gastronomy industry is now thriving with a new generation of creative talent – many of whom were already in Hobart but previously struggling to make embryonic businesses succeed. MONA and the various other events it has spawned has brought a critical mass of visitors that now means they are in business all year round and not just for a problematically brief summer season.

3. Nurturing an arts ecology

MONA not only aimed to include a broader art public, to be 'art museum training wheels' as its owner put it, but also grow the cultural economy of its city and region. Summarising MONA's museum aims that were collectively arrived at in August 2007 Mark Fraser included the following aims:

- to 'facilitate improvements to cultural facilities in Tasmania';
- 'to be an educational facility for schools';
- to 'provide a creative environment for artists/writers in residence';
- 'to be patrons of contemporary arts and culture'; and
- 'to generate Government interest in community driven projects with possible funding outcomes' (notes from Mark Frazer, Museum Director of MONA, to Adrian Franklin in 2014).

MONA 'curated' a Sunday market in its own grounds, inviting selected artists and designers to start selling their own works to fund their art and design practices. Using their considerable experience across art, design and business they effectively provide mentorship so that these little start-ups can thrive there and then expand into more permanent businesses. MONA's Moorilla Estate has a permanent sound stage and provides several new platforms inside and outside the museum for new local bands. It has been a place where many refugees and new migrants have been given a start as performers. The larger festivals also need a large number of supplementary public artworks, performance works, gastronomy and music acts to play around bar areas, intervals, feasting areas and dockland spaces and local artists have an unprecedented access to exhibitionary platforms as well as national and international contacts. Indeed, their festivals and critical mass of continuous work has now attracted a huge contingent of international and national experts of stage, lighting, technical and associated expertise alongside arts practitioners. As a result, they now comprise a new aspirational gravity, pulling more and more young locals from more and more backgrounds into the cultural economy of the city as much its audiences and publics.

MONA demonstrated we should have more confidence in building art galleries in working class and other peripheral cities more often. Perhaps we should open up art to the multiplicity of subject positions it promises rather than continue to teach visitors the single truth of art as art history. Perhaps we should connect art to music more often and connect major cultural institutions like museums to the transformative festive life and potential of their cities. And perhaps entire cities need to realise that culture industries have to come from their hearts and that they have to embrace and live them first, as they have in Hobart, in order that they are properly attractive to others.

References

- Barnett, E. (2004) EMPty: The Experience Music Project is a flop on all fronts--financial, musical, and intellectual. *The Stranger*, June 7. http://www.thestranger.com/seattle/Content?oid=18487 Sourced 1 December 2015.
- Bennett, T. (1988) 'The Exhibitionary Complex' *new formations* Number 4 Spring.
- Bennett, T. (1995) *The Birth of the Museum*. London: Routledge.
- Clayton, P. and Price, M. (2002) *The Seven Wonders of the Ancient World*. London Routledge
- Franklin, A.S. (2014) *The Making of MONA*. Melbourne: Penguin
- Franklin, A.S. (2015) 'MONA EFFECT 4: Regenerating City and Region through Art Tourism?: Introduction', paper delivered to MONA EFFECT 4:Regenerating City and Region through Art Tourism?, MONA, September 2015.
- Franklin, A.S. (2016) 'The MONA Effect: Building Culture Into Cities' in Jacquie Byron (ed.), *The Power of Place*. Sydney: Hoyne.
- Gonzalez*, S. (2011)* Bilbao and Barcelona 'in Motion'. How Urban Regeneration 'Models' Travel and Mutate in the Global Flows of Policy Tourism
- *Urban Studies* 48(7): 1397-1418.
- Gnyp, M. (2015) *The Shift: Art and the rise to power of contemporary collectors*. Stockholm: Art and Theory Publishing.
- Harris, J. 2013 'Introduction' in J. Harris (ed.) *Globalization and Contemporary Art*. London: Wiley Blackwell
- Hutter, M and Throsby, D. eds. (2008), *Beyond Price: Value in Culture, Economics, and the Arts*. Cambridge: CUP.
- Hobart Airport Statistics 2012-2015
- IPS (Institute of Project Management) (2015) *Economic Impact of Dark MOFO 2015*.
- Kennicott, P. **(**2016) 'A Microsoft Billionaire Gives The Public a Rare view of his Art', Washington Post 11 February.
- Lorente, P. (2011) *Museums of Contemporary Art*: Notion and Development. London: Ashgate.
- Lois-González, R.C. and Santos, X.M. (2015) 'Tourists and pilgrims on their way to

Santiago. Motives, Caminos and final destinations', Journal of Tourism and Cultural Change, *Tourism Recreation Research*, Vol. 13, No. 2, 149–164.

- Lonely Planet 2013 http://www.lonelyplanet.com/themes/best-in-travel/top-10-cities/#ixzz42ITWa9qF
- Ng, E.W. (2009) 'The Economics of Giving', in N. Jose (ed.) *Contemporary Art and Philanthropy*. Sydney: Power Institute.
- Olive, L (2012) Review of *The Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places Sharon Zukin, 2010,* New York: Oxford University Press in *Urban Studies* 49(7):1613–1621.
- Perrottet, T. (2004) 'Journey to the Seven Wonders', *The Smithsonian* June .
- Plaza B and Haarich SN (2015) The Guggenheim Museum Bilbao: Between Regional Embeddedness and Global Networking. European Planning Studies, 23(8), 1456-1475.
- Pratt, A.C. (2011) 'The cultural contradictions of the creative city' City, Culture and Society 2 : 123–130 doi:10.1016/j.ccs.2011.08.002
- Richards, G. and Wilson, J. (2006): "Developing Creativity in Tourist Experiences: A Solution to the Serial Reproduction of Culture?", *Tourism Management* 27:1209- 1223.
- Richards, G. (2015) 'How Creative Tourism supports the revitalization of cities'. *Excerpt from a paper presented at the International Meeting on Creative Tourism, Recife, Brazil, 26th November 2015.*
- Schuster, M. (1998) 'Neither Public Nor Private: The Hybridization of Museums' *Journal of Cultural Economics* 22(2)127-150.
- Smith, T. (2009) *What is Contemporary Art*? Chicago: University of Chicago Press.
- Smith, T. (2013) 'Worlds Pictured in Contemporary Art: Planes and Connectivities' *Humanities Research*, Vol XIX (2): 11-25.
- Smith, T (2012) *Thinking Contemporary Curating*. Independent Curators International, New York.
- Smith, T. (2013) 'Worlds Pictured in Contemporary Art: Planes and Connectivities' *Humanities Research*, Vol XIX (2): 11-25.
- Stewart, J. (2016) 'Collaborating with MONA on Theatre of the World'
- https://themonaeffect.wordpress.com/2016/02/17/collaborating-with-mona-on-theatre-of-the-world/
- Wu, Chin-tao (2002) *Privatising Culture: Corporate Art Intervention since the 1980s*. London: Verso.

PANTALLAS DIGITALES PUBLICITARIAS EN LA CIUDAD: LES CHAMPS-ÉLYSÉES PARISINOS Y LA GRAN VÍA MADRILEÑA

JENNIFER GARCÍA CARRIZO

Investigadora Predoctoral en Formación. Doctoranda en Comunicación Audiovisual, Publicidad y Relaciones Públicas
Facultad de Ciencias de la Información.
Universidad Complutense de Madrid
Email: jennigar@ucm.es

Este artículo se enmarca dentro de la ayuda para contratos predoctorales de Formación del Profesorado Universitario FPU14/05886.

Resumen

Esta investigación analiza los motivos de la implantación de las pantallas digitales y sus funciones y efectos en la ciudad como soporte de publicidad exterior digital, integrantes del Digital Signage Out of Home. Para ello, se realiza un análisis de dos espacios urbanos en los que se localizan pantallas digitales: lla Gran Vía de Madrid (España) y la parte alta de Les Champs-Élysées (Los Campos Elíseos de París) (Francia).

Ambos espacios se desarrollan al amparo del comercio y los motivos que los conducen a la implantación de las pantallas digitales en sus entornos urbanos se centran tanto en los beneficios monetarios y reputacionales a largo plazo para el anunciante, como en la mayor eficacia comunicativa de estas pantallas digitales a la hora de conectar con su público objetivo. Además, tanto en la avenida madrileña como en la parisina, estas pantallas digitales publicitarias tienen una triple función estética, cultural-simbólica y social. Permitiendo también la audiovisualización de la urbe, lo cual genera espacios dinámicos, cambiantes y mutables.

Sin embargo, los objetivos con los que se implementan estas pantallas digitales en la Gran Vía, distan con los que tienen los comerciantes en la parte alta de la Avenida de los Campos Elíseos. Por un lado, los madrileños las implementan en las fachadas de sus comercios, en busca de un valor de marca añadido apoyado en la innovación y en la revitalización del espacio creando puntos de interés turístico. Por su parte, las pantallas digitales en la avenida parisina tienden a ser implementadas en el interior de los espacios comerciales. Y es que, lo que se busca con ellas en este caso es más generar una experiencia y conectar emocionalmente con el visitante de la tienda que revitalizar un espacio urbano que es uno de los espacios turísticos más visitados del mundo.

Abstract

This research analyses the reasons for establishing digital screens, and their functions and effects in the city, as support of outdoors digital advertising, which is part of the Digital Signage Out of Home. To do so, it is conducted a literature review with its corresponding content analysis and an analysis of two urban spaces where the digital screens are located: one space in Gran Via (Madrid) and another in the upper part of the Elysian Fields Avenue.

Both spaces are developed around stores. Therefore, the purpose of establishing digital screens in its urban surroundings focuses on the long-term monetary and reputational benefits for the advertiser, as well as on the greater communication efficacy of these digital screens to reach its target. Besides, in the Madrilenian street as much as in the Parisian one, these digital advertising screens have a triple aesthetic, cultural-symbolic and social function. They also allow the audiovisualization of the city, which generates dynamic, changeable and mutable spaces.

Nevertheless, the goals to install these digital screens in Gran Via are far from the ones that the shopkeepers have in the upper part of the Elysian Fields Avenue. The aim of the incorporation of digital screens in Gran Via is to provide this space with an added value of the brand and to revitalise the space by creating landmarks. In contrast, digital screens in the Parisian avenue tend to be installed in the inside of commercial spaces. In this case, the primarily aim is to generate an experience and to emotionally connect with the shop visitor rather than to revitalise a city space, that is one of the most visited landmark in the world.

PALABRAS CLAVES

Pantallas digitales; comunicación; publicidad; ciudad; digital signage.

KEY WORDS

Digital screens; comunication; advertising; city; digital signage.

Introducción

La presente investigación se centra en analizar la implementación de pantallas digitales con fines publicitarios dos espacios comerciales de dos capitales europeas: París y Madrid. Para ello, se han estudiado los motivos de la implantación de estas pantallas y los efectos y funciones que desarrollan en cada uno de estos espacios entendiéndolas como un soporte de publicidad exterior digital (*Digital Signage Out of Home,* DOOH).

A pesar de que ambos espacios se vinculan al comercio y comparten los motivos por los que implementan estas pantallas digitales en sus entornos, lo cierto es que los objetivos finales con los que se integran dichas pantallas difieren. Y es que, la Avenida de los Campos Elíseos y la Gran Vía poco tienen en común, más allá de ser las dos arterias comerciales más importantes de dos capitales europeas. Por ello que el tipo de publicidad exterior digital implementada en la vía madrileña será diferente a la que se puede encontrar en la parisina.

Hablando de tipos de publicidad exterior digital, y partiendo de que el objeto de estudio de esta investigación es el conjunto de pantallas digitales que irrumpen progresivamente en la Gran Vía madrileña y en los Campos Elíseos Parisinos como soporte de publicidad exterior digital, cabe identificar qué se entiende cómo tal.

La publicidad exterior digital es aquella comunicación con fines publicitarios que se da a través de soportes digitales e interactivos que se pueden consumir en cualquier espacio público. En función de si este espacio público está o no al aire libre, se hablará de publicidad exterior *outdoors* o *indoors*. Si dichas pantallas se pueden consumir en cualquier espacio público al aire libre, sin tener que estar necesariamente en él, se hablará de publicidad exterior *outdoors*. Se entienden como publicidad exterior *outdoors* digital aquellas las digitales que, por ejemplo, se sitúan a cubierto en los escaparates de las tiendas pero que pueden ser consumidas por el transeúnte desde la calle. Por el contrario, las pantallas digitales que para ser consumidas se ha de estar en un espacio que no está al aire libre, se considera que forman parte de la publicidad exterior *indoors*. (Pacheco, 2000; Rey, 1997, p. 216; Jornet, 2007, p. 48 y Iruzubieta, 2011, p. 7).

Partiendo de esta distinción entre publicidad exterior digital *outdoors* e *indoors*, esta investigación se centra en el análisis de ambos tipos para determinar los motivos y las funciones y efectos que las pantallas digitales publicitarias desempeñan en los espacios públicos de Gran Vía y los Campos Elíseos.

Objetivos

A partir de este objeto de estudio, el principal objetivo de esta investigación es analizar las pantallas digitales publicitarias en los espacios urbanos de Gran Vía (y su intersección con la Plaza del Callao) y la

avenida de los Campos Elíseos.

En aras de desarrollar dicho objetivo, aparecen otros objetivos secundarios como:

1. Identificar la distribución y clasificar las pantallas digitales publicitarias según el tipo de publicidad exterior (*outdoors* o *indoors*), el tipo de publicidad que integran (corporativa y/o publicitaria) y la tipología del espacio en el que aparecen (comercial o cultural).
2. Analizar los motivos por los que surgen dichas pantallas digitales publicitarias.
3. Determinar qué funciones, efectos y consecuencias tienen estas pantallas en los espacios comerciales de Gran Vía y los Campos Elíseos.

Metodología

Inicialmente, se ha llevado a cabo una revisión bibliográfica a partir de una investigación documental basada en fuentes secundarias que ha permitido comprender los motivos por los que se instalan dichos soportes en los espacios concretos de Gran Vía y los Campos Elíseos. Dichas fuentes aparecen recogidas en el epígrafe correspondiente a referencias bibliográficas y se han centrado en los puntos fundamentales de la investigación: la ciudad, las pantallas digitales publicitarias, la Gran Vía de Madrid y Los Campos Elíseos parisinos.

Posteriormente, se han identificado la distribución de las pantallas integradas en la avenida parisina y en la calle madrileña (agosto de 2015 y noviembre de 2016). A continuación, en aras de determinar las funciones y efectos que desempeñan en la urbe, se han clasificado en sendas tablas en función de tres variables: el tipo de pantalla, el tipo de publicidad que integran y la tipología del espacio en el que aparecen.

En cuanto al tipo de pantalla, cabe establecer que estas pueden ser *indoors* o *outdoors*, en función de si se pueden consumir o no en espacios públicos al aire libre (Jornet 2007, p. 48). Además, el tipo de publicidad que estas pantallas integran puede ser exclusivamente corporativa, (insertan únicamente mensajes publicitarios relacionados con el anunciante que las coloca), publicitaria (las que se utilizan solo para anunciar productos que no tienen que ver con el propietario de dichos soportes, sino que este gestiona su explotación) o mixta (una combinación de las dos anteriores) (Iruzubieta, 2011, p. 21).

Para clasificar las diferentes pantallas que aparecen en ambos espacios, se han contabilizado no como pantallas físicas en sí, sino como complejo, edificio o, en su caso, comercio que las integra. Y es que, en ocasiones, en ocasiones, para conformar una sola pantalla, se recurre a incorporar varias de menor tamaño. Es por ello que se ha recurrido a contabilizar los comercios y entornos cinematográficos, o de cualquier otro tipo, que insertan pantallas, y no tanto el número de estas. Aquí entra en juego la tercera variable clasificatoria, el tipo de espacio que integra dichas pantallas. Este espacio puede ser comercial o cultural,

entendiéndose por espacios culturales aquellos destinados al negocio del ocio, la cultura y el entretenimiento, tales como los cines, puntos de información turística, teatros, etc. Por su parte, señalar que dentro de los espacios comerciales se han identificado diferentes subvariables en función del sector al que pertenezcan sus empresas: moda (textil, cosmética, accesorios), restauración, telefonía, automoción, salud, banca y varios.

A partir de estas tablas clasificatorias, se han calculado diferentes porcentajes de integración de distintos tipos de pantalla y se han obtenido resultados que ayudan a comprender los motivos, funciones y efectos de estas pantallas en los espacios de Gran Vía y los Campos Elíseos.

1. Análisis del caso de las pantallas digitales publicitarias en la Gran Vía madrileña y en Los Campos Elíseos parisinos

Generalmente, la aparición de pantallas digitales publicitarias en la ciudad se debe a los beneficios monetarios (Gómez y Puentes, 2011) y reputacionales a largo plazo para el anunciante (IAB, 2014) y a la mayor eficacia comunicativa de estas pantallas digitales a la hora de conectar con su público objetivo: el *phoneur*, un *flâneur* adormilado absorto en la pantalla de su *smartphone* (Luke, en Márquez, 2012) con el que las pantallas digitales buscan conectar más eficazmente (Lipovetsky, 2009) ofreciéndole una experiencia interactiva de la que podrá disfrutar gracias a su objeto de deseo más preciado, su teléfono móvil.

Pero, a la hora de analizar los motivos de implantación de este tipo de pantallas digitales publicitarias y los efectos y consecuencias en determinados espacios urbanos, es necesario recurrir a la historia, a la configuración y al sentido actual de dichos espacios de un modo transversal para poder comprender holísticamente los motivos por los que surgen.

1.1. Surgimiento y desarrollo de la Gran Vía y los Campos Elíseos

Tanto la Gran Vía como la Avenida de los Campos Elíseos pueden entenderse como dos de los principales ejes comerciales de las respectivas capitales europeas en las que se ubican. Sin embargo, a pesar de tener semejanzas urbanísticas, son varios los matices que los caracterizan cada uno de estos espacios diferenciándolos por completo entre sí.

Por su parte, la Avenida de los Campos Elíseos, conocida por ese nombre desde 1694 –y formalmente adoptado desde 1709- (Reinhardt, 2016), se erige desde el Arco del Triunfo de la Plaza Charles de Gaulle hasta la Plaza de la Concordia con 1910 metros de longitud y unos 70 de anchura (Monmarché, 1972, p. 320). Desde que en 1616 Marie de Medici decidiera abrir un primer camino más allá del Palacio de las Tullerías a lo largo del Sena, esta avenida ha pasado por diferentes remodelaciones (Lavedan, Hugueney y Henrat, 1982, p. 150). Cabe destacar la de 1724, cuando se termina su trazado actual (Halay, 1998, p. 132), y, especialmente, la de 1994, cuando se lleva a cabo una gran remodelación en la que participan urbanistas

como Bernat Huet y diseñadores como Foster o Wilmotte, que se encargan del mobiliario urbano del espacio (Ayers, 2004, p. 403) (Wilmotte, 2016).

En esta avenida, entendida como parte del eje histórico de París que se prolonga por el Jardín de las Tullerías hasta el Museo del Louvre, se pueden identificar dos partes. La más baja, situada junto a la Plaza de la Concordia, se encuentra rodeada de jardines y edificios simbólicos como el Palacio del Descubrimiento, el *Petit Palais* y el *Grand Palais*. Es en la parte más alta, la cercana al Arco del Triunfo, donde emergen las pantallas digitales, ya que es en esta zona donde proliferan las tiendas de lujo, restaurantes, cines y diferentes tiendas insignia de distintas marcas.

Más reciente es la Gran Vía madrileña que, al igual que la avenida parisina, se erige como una arteria vertebradora de la ciudad y de su centro histórico desde que en 1910 comenzaran los primeros derribos. Así, se plantea el proyecto de la Gran Vía como una especie de pasillo que conectara la zona centro de la ciudad con la zona de Salamanca por un lado y, a través de la Plaza de San Marcial (Plaza España en la actualidad) y Princesa, con los barrios de Arguelles y Moncloa por otro (Baker, 2009, p. 23). Una artería que mucho recuerda a la parisina y es que, desde aquel momento, se plantea ya un proyecto que se antoja profundamente *haussmanniano*: "suponía reformas para transformar el centro de Madrid que iban desde los derribos masificados y desplazamientos por igual masivos (…). Una remodelación que, como en el caso de Haussman, forjó en Madrid bulevares, teatros, cafés, grandes almacenes y lujosas viviendas" (Baker, 2009, p. 23).

Así, entre 1910 y 1952 se traza la Gran Vía, la cual, con una extensión de 1.316 metros, está dividida en tres tramos desiguales cuyos nombre primitivos eran Conde de Peñalver (realizado entre 1910 y 1915), Pi y Margall (entre 1917 y 1922) y Eduardo Dato (construido entre 1925 y 1929) (Navascués y Alonso, 2002).

Sin embargo, a pesar de la intención urbanística que la Gran Vía representa en un primer momento, lo cierto es que su importancia radica más en lo que supone desde el punto de vista comercial, turístico y de ocio que como intervención urbanística en sí misma ya que, como tal, una vez terminada, no logra subsanar algunos de los problemas más esenciales como el allanamiento del terreno o la anchura de la calle, que va de los 25 a los 35 metros, quedándose muy lejos de los grandes bulevares europeos, como los parisinos. Pero no solo ello sino que, a pesar de conseguir abrir una arteria en el centro de Madrid, lo cierto es que no consigue ordenar las pequeñas y enredadas calles que aun hoy en día, después de sucesivas modificaciones en la zona, se mantienen alrededor de ella.

Es por ello, que, más que como proyecto urbanístico, la importancia de la misma radica en su planificación como punto de encuentro de los ciudadanos y como espacio recreativo y comercial. No ocurre lo mismo con la Avenida de los Campos Elíseos, que sí tiene un sentido urbanístico y en donde el comercio es solo una de las tantas actividades que se desarrollan.

Por su lado, sí que es cierto que la Gran Vía "surge al amparo del consumo moderno, de nuevas formas de ocio y consumo: cines, bares, grandes almacenes y (...), a todo cuanto coadyuvaba a la escenificación de dicho consumo" (Baker, 2009, p. 11). Y, por ello, es un espacio que *light* (Bender, en Soja, 2008, pp. 350-352). Un espacio para el entretenimiento fácil puesto al servicio del consumo olvidando su naturaleza tradicional en la ciudad histórica. Es una vía ligera, sin sustancia, que se erige en Madrid con la finalidad exclusiva de entretener. Un espacio en el que ya apenas queda hueco para la cultura y la educación, y suprime de él elementos que muestran el paso del tiempo o de la historia, de hecho en ella no existen edificios simbólicos configurados a través de instituciones históricas. Muestra de ello es que se han ido eliminando signos de identidad propios, dejando paso a los de una sociedad globalizada en la que las grandes empresas y compañías dominan el mercado y el espacio en el que ponen a la venta cientos de productos inundando el mundo con sus marcas globalizadas y vacías de identidad y cultura propia.

Esto evidencia que la Gran Vía era y es el lugar destinado en Madrid a la ceremonia del consumo. Ceremonias que, revestidas de la escenificación del consumo, simbolizaron las "novedades económicas, tecnológicas y culturales que no guardaban a penas relación con las tradiciones hispanas" (Baker, 2009, p. 105) y que hicieron que la vida madrileña girara en torno a ella en parte gracias al espectáculo que representaba en sí misma.

Por su parte, los Campos Elíseos se gestionan más como un espacio que, a pesar de que también gira en torno a la ceremonia del consumo, no ha olvidado su naturaleza tradicional y, como tal, conserva elementos y referentes del pasado, actividades educativas y culturales y se promueven diferentes ejercicios en busca de la preservación de la memoria histórica del país. De hecho, en 1860 se creó con esta finalidad el Sindicato de Iniciativas y de Defensa de los Campos Elíseos (*Syndicat d'initiative et de défense des Champs-Élysées*), conocido como Comité de los Campos Elíseos (*Comité Champs-Elysées*) desde 1980. Este comité es una organización sin ánimo de lucro que gestiona la reputación de esta avenida alrededor del mundo. Para ello, cuida de mantener el balance entre los diferentes tipos de actividades que tienen lugar en la avenida, combinando el ocio, la cultura y el entretenimiento popular en términos generales. Para ello, aparte de cuidar de las diferentes marcas comerciales y velar por su permanencia en dicha avenida, presta especial atención a las salas de cine, promoviendo su permanencia y apoyándolas a que sigan proyectando películas en versión original (Reinhardt, 2016).

Y es que la avenida parisina ha sido testigo de diferentes eventos históricos, como el desfile de la Liberación en 1944; deportivos, como la celebración de la victoria de la Copa del Mundo de Futbol de 1998; y culturales, como la exposición "*Train Capitale*" llevada a cabo en el 2003 con la finalidad de mostrar diferentes materiales ferroviarios históricos y modernos de la SNCF (*Société Nationale des Chemins de fer Français*, la empresa ferroviaria pública francesa). Es por ello que el Comité cuida porque en la famosa avenida se sigan celebrando tradiciones, como la finalización de la última etapa del *Tour de France* en los Campos Elíseos

(desde 1975), y de la conservación de monumentos históricos, como el Arco del Triunfo. De hecho, el Comité escoge este monumento histórico como parte de la imagen de marca de los Campos Elíseos (figura 1) y vela porque en él se sigan celebrando ceremonias como la que se lleva a cabo desde 1923 en la Tumba del Soldado Desconocido todas las tardes. (Reinhardt, 2016).

Figura 1. Imagen de marca del Comité de los Campos Elíseos y de la web oficial de los mismos.
Fuente: www.comite-champs-elysees.com y www.champselysees-paris.com

Así, queda latente que, a pesar de que tanto la Gran Vía como los Campos Elíseos son dos espacios comerciales, uno ha conservado su sentido histórico y tradicional mientras que el otro ha caído en la banalización y se ha convertido en un espacio *light*, lo que tendrá sus consecuencias a la hora de buscar los motivos de integración de las pantallas digitales publicitarias y sus efectos y funciones en estos espacios públicos y comerciales.

2.1. Motivos de la aparición de las pantallas digitales publicitarias en Los Campos Elíseos y la Gran Vía

El hecho de que la Gran Vía y los Campos Elíseos sean dos espacios urbanos diferentes entre sí, a pesar de compartir la característica de que ambos son comerciales, hace que algunos de los motivos por los que en ellos se integran pantallas digitales difieran de un caso al otro. Sin embargo, sí que tienen dos motivos en común por los que integran pantallas digitales publicitarias en sus edificios: el interés por la iluminación y la búsqueda de una imagen innovadora.

Y es que, tanto la Gran Vía como los Campos Elíseos siempre han entendido la importancia de la iluminación. Por su parte, la Gran vía, especialmente en su intersección con la Plaza del Callo, se conoce como "*the city of the lights"* debido a que, si hay algo a lo que sirva la luz, es al consumo y a los escenarios que este crea en los escaparates de los grandes almacenes y en las tiendas. Y en la Gran Vía se ha aplicado esta premisa ya desde principios del siglo XX, cuando se pretendía configurar este espacio como un lugar innovador en Madrid y, para ello, de la mano del comercio, la publicidad luminosa y los carteles de neón invadieron desde su nacimiento este espacio mercantilizando y poniendo al servicio de las marcas y los diferentes comerciantes el espacio público.

Es por ello que en la Gran Vía de principios de los años 90 aparecen diferentes neones que funcionan en el plano simbólico al insertarse en distintos edificios de referencia (Marchán y Rodríguez, 2006). Luces de neones, que, junto con otras fuentes de iluminación, la arquitectura, los comercios, restaurantes, cines y sus gentes, hicieron de ella un gran espectáculo teatralizado que se veía ampliado, en la vida nocturna, cuando la concentración lumínica brillaba con todo su esplendor en mitad de la oscuridad y el cine acumulaba "fantasiosamente a todas las capas de la sociedad urbana" (Baker, 2009, p. 146).

Posteriormente, cuando en 2010 se aprueba una nueva Ordenanza por la que se crean lo que se conoce como "Escenas encendidas en Gran Vía y Callao" se busca el objetivo de "crear focos de atención y espacios de referencia ligados al espectáculo en los que albergar eventos cinematográficos o relacionados con otros aspectos culturales" (Ayuntamiento de Madrid, 2010). Es a partir de dicha normativa cuando comienzan a aparecer diferentes pantallas en la Gran Vía, y más concretamente en el núcleo de intersección entre esta y la Plaza del Callao con una finalidad clara: revitalizar la zona, uno de los efectos que, como se ha visto, consiguen las pantallas digitales publicitarias (figura 2).

Figura 2. Proyección realizada por el Ayuntamiento de cómo quedará la Plaza del Callao gracias a la configuración de las Escenas encendidas. Fuente: García Gallo, 2013.

Así, los motivos de la implantación de dichas pantallas en este espacio urbano en concreto de la ciudad de Madrid tienen como principal objetivo revitalizar una zona de la ciudad que ha pasado "de tener glamur a ser una calle vulgar, nutrida de hamburgueserías, tiendas de *souvenirs* y franquicias" (Delgado, citado por García Gallo, 2013). Y, con ello, potenciar, sobre todo en el caso de los teatros y los cines, la supervivencia de estos: de las 13 salas cinematográficas con las que contaba la Gran Vía en los años ochenta sólo quedan tres refugiadas alrededor de la Plaza del Callao (los Cines Callao, el Palacio de la Prensa y los Cinesa Capitol) y, de los teatros, se conservan cinco que se dedican principalmente al género musical.

De este modo, estas pantallas digitales publicitarias se instalan en este espacio con la finalidad inicial de "preservar y potenciar las actividades de cines, teatros y salas de espectáculos como signo de identidad urbana en la Gran Vía" (Ayuntamiento de Madrid, 2010) buscando revitalizar una zona comercial y culturalmente muerta (García Gallo, 2013).

Por su parte, en los Campos Elíseos de París, la iluminación también adquiere gran importancia, pero nunca teniendo como base el comercio, sino la cultura y la innovación en la ciudad. Ejemplo de ello es que,

desde 1980, el Comité de los Campos Elíseos se encarga de gestionar la iluminación de Navidad, la cual es conocida mundialmente (Reinhardt, 2016). Pero con este tipo de acciones no se busca, como sí se hace en la Gran Vía, revitalizar un espacio urbano, si no, por el contrario, hacer que siga siendo referente en innovación. Es por ello que el motivo de la integración de pantallas digitales publicitarias en este espacio urbano está fundamentalmente relacionado con la consolidación de una imagen de marca para los Campos Elíseos, ya que la implementación de las mismas permite otorgar al espacio urbano un valor de marca añadido que se genera en torno a la innovación y le permite mejorar su imagen y reputación (Vizcaíno-Laorga, 2007; IAB, 2015; Ortiz y Montemayor, 2015).

2.3. Distribución y funciones y efectos de las pantallas digitales publicitarias en la Gran Vía y Los Campos Elíseos

Teniendo en cuenta las diferencias entre ambos espacios comerciales, y considerando que los motivos que los llevan a integrar pantallas digitales publicitarias son diferentes, es lógico que los tipos de pantallas y las funciones que estas desempeñan sean diferentes en un espacio que en otro.

Para poder determinar las funciones y consecuencias de la integración de estas pantallas en los dos espacios urbanos, cabe antes detallar las pantallas digitales publicitarias que en ellos aparecen, tal y como se han hecho en las siguientes tablas (tabla 1 y tabla 2).

Tabla 1. Pantallas digitales publicitarias en la Gran Vía, noviembre de 2016. Fuente: elaboración propia.

Nombre del complejo	Dirección	Tipo de pantalla		Tipo de publicidad		Tipología del espacio	
		Outdoors	Indoors	Corporativa	Publicitaria	Comercial	Cultural
New Balance	Gran Vía, 15	X		X		Moda – Textil	
Ale-Hop	Gran Vía, 16	X		X		Varios	
Adidas	Gran Vía, 21	X	X	X		Moda – Textil	
The Good Burger	Gran Vía, 22		X	X		Restauración	
Casino GV	Gran Vía, 24	X		X			Casino
Kiko	Gran Vía, 25		X	X		Moda - Cosmética	
Farmacia Montera	Gran Vía, 26	X	X	X		Salud	
Telefónica	Gran Vía, 28	X	X	X		Telefonía	
Ives Rocher	Gran Vía, 29	X		X		Moda - Cosmética	
Real Madrid Official Store	Gran Vía, 29	X	X	X		Moda – Textil	
Stradivarius	Gran Vía, 30	X		X		Moda – Textil	
Pull&Bear	Gran Vía, 31	X		X		Moda – Textil	
Primark	Gran Vía, 32		X	X		Moda – Textil	
Lefties	Gran Vía, 32	X	X	X		Moda – Textil	
H&M	Gran Vía, 32	X		X		Moda – Textil	
Punto Roma	Gran Vía, 33	X	X	X		Moda – Textil	
Oysho	Gran Vía, 33		X	X		Moda – Textil	
ZARA	Gran Vía, 34		X	X		Moda – Textil	
NYC	Gran Vía, 36	X	X	X		Moda - Cosmética	
Nike	Gran Vía, 38		X	X		Moda – Textil	
Tous	Gran Vía, 38		X	X		Moda - Accesorios	
El Corte Inglés	Pza. Callao, 2	X		X	X	Varios	
Punto infor. Turística	Pza. Callao			X			Turismo
Desigual	Preciados, 25	X	X	X		Moda – Textil	
Visionlab	Preciados, 27	X	X	X		Moda - Accesorios	
Fnac	Preciados, 28	X	X	X		Varios	
Cines Callao	Pza. Callao, 3	X		X	X		Cine
Palacio de la Prensa	Pza. Callao, 4	X		X	X		Cine
Cine Capitol	Gran Vía, 41	X		X	X		Cine
Parfois	Gran Vía, 42		X	X		Moda - Cosmética	
Orange	Gran Vía, 44	X	X	X		Telefonía	
Flormar	Gran Vía, 46		X	X		Moda - Cosmética	
KFC	Gran Vía, 52	X		X		Restauración	
Golden GV	Gran Vía, 54	X		X			Sala de Baile
Teatro Rialto	Gran Vía, 54		X	X			Teatro
Alpargatus	Gran Vía, 56	X			X	Moda - Accesorios	
Llaollao	Gran Vía, 56	X		X		Restauración	
Teatro Lope de Vega	Gran Vía, 57	X		X			Teatro
Aplauso	Gran Vía, 59	X			X	Moda - Accesorios	
Solvisión	Gran Vía, 59		X	X		Moda - Accesorios	
La casa de las carcasas	Gran Vía, 59	X		X		Moda - Accesorios	
Madrid Souvenirs	Gran Vía, 63	X	X		X	Varios	
100 montaditos	Gran Vía, 63	X		X		Restauración	
Teatro Phillips	Gran Vía, 66	X	X	X			Teatro
Chocita del Loro	Gran Vía, 70	X		X			Teatro
Ale-Hop	Gran Vía, 74	X		X		Varios	
Santander	Gran Vía, 80	X		X		Banca	
TOTAL	47 complejos	35	24	44	7	37	10

Tabla 2. Pantallas digitales publicitarias en la avenida de los Campos Elíseos, agosto de 2015. Fuente: elaboración propia.

Nombre del complejo	Dirección (Nº X, Av. des Champs-Élysées, 75008 Paris, Francia)	Tipo de pantalla		Tipo de publicidad		Tipología del espacio	
		Outdoors	*Indoors*	Corporativa	Publicitaria	Comercial	Cultural
Quiksilver	30 - 32	X	X	X		Moda –Textil	
Saint-Germain	27	X	X	X		Moda –Textil	
GAP	36		X	X		Moda –Textil	
Citroën	42		X	X		Automoción	
Disney Store	44		X	X		Varios	
Häagen-Dazs	49	X		X		Restauración	
Cinéma Gaumont (Ambassade)	50	X		X			Cine
L´Atelier Renault	53	X	X	X		Automoción	
Ann Tuil	63	X		X		Moda –Textil	
Tommy Hilfiger	65	X		X		Moda –Textil	
Guerlain	68		X	X		Moda - Cosmética	
Sephora	70 - 72		X	X		Moda - Cosmética	
Levi´s	74 - 76	X		X		Moda –Textil	
Tara Jarmon	73		X	X		Moda –Textil	
SFR	73	X		X		Banca	
Le Deauville	75		X	X		Restauración	
Longchamp	77		X	X		Moda –Textil	
MAC	78		X	X		Moda - Cosmética	
Toyota	79		X	X		Automoción	
Galerie des Champs	82 - 88	X		X		Varios	
Paul, Pâtisseries et Viennoiseries	84		X	X		Restauración	
Eric Bompard	91		X	X		Moda –Textil	
Zara	92		X	X		Moda –Textil	
Solaris	92		X	X		Moda - Accesorios	
Luis Vuitton	101		X	X		Moda –Textil	
Yves Rocher	102	X		X		Moda - Cosmética	
Service Culturel de l'Ambassade de Turquie	102	X		X			Turismo
Swatch	104		X	X		Moda - Accesorios	
Alain Afflelou	104	X		X		Moda - Accesorios	
Marionnaud	104		X	X		Moda - Accesorios	
IKKS General Store	114		X	X		Moda –Textil	
Hugo Boss	115		X	X		Moda –Textil	
Lido de Paris	116	X		X			Teatro
Mercedes-Benz	118		X	X		Automoción	
Nespresso	119		X	X		Restauración	
Dinh van	123		X	X		Moda – Accesorios	
Peugeot	136		X	X		Automoción	
Celio	146 - 150		X	X		Moda –Textil	
TOTAL	**38 complejos**	**14**	**27**	**38**	**0**	**35**	**3**

Como se puede observar en la tabla 1, en la actualidad 47 complejos incorporan pantallas digitales en la Gran Vía. De esos complejos, el 74.47% lo hace a través de pantallas *outdoors*, es decir, que pueden consumirse al aire libre, y el 51.06% poseen pantallas publicitarias *indoors*. Además, el 93.62% de estas pantallas proyectan publicidad corporativa, y solo el 14.89% proyectan publicidad de otros anunciantes. En cuanto a los tipos de espacios que integran estas pantallas, cabe destacar que el 78.72% de los complejos que integran pantallas digitales son espacios comerciales, frente al 21.27% que son espacios culturales, como cines o teatros.

En la tabla 2 se puede observar que en el caso de la avenida de los Campos Elíseos, son 38 los complejos que incorporan pantallas digitales, siendo el 36.84% de ellos los que disponen de pantallas *outdoors* y el 71.05% de *indoors*. Además, la totalidad de las pantallas proyectan publicidad corporativa, y no se presenta ningún caso de pantallas digitales con contenido publicitario de terceros. En cuanto a la tipología de los espacios que integran dichas pantallas, el 92.11% de ellos son comerciales y solo el 7.89%, culturales.

La aparición de estas pantallas ha tenido una serie de efectos en ambos espacios urbanos. Así, han *audiovisualizado* la ciudad (Muñíz, 2013), haciéndola mutable al proyectar de forma continuada diferentes mensajes. De este modo, los espacios se convierten en espacios cambiantes, lo cual cobra aún más sentido si se tiene en cuenta que ambas avenidas no permiten una foto fija: en una semana no solo pueden aparecer pantallas nuevas, sino que pueden surgir nuevos comercios y desaparecer otros, sin dejar ni rastro, como si nunca hubieran existido. Así, esta mutabilidad genera espacios cambiantes en pocos segundos (Silverstone y Hirsch, 1992; Willis, 2009). Espacios en los que las pantallas, especialmente durante la noche, son las protagonistas de la arquitectura y de los espacios urbanos (Krajina, 2014), ya que estos pasan a un plano olvidado al adquirir todo el protagonismo esas pantallas digitales publicitarias que brillan en todo su esplendor (Venturi, 2000). Sin embargo, cabe destacar que esto ocurre fundamentalmente en la Gran Vía, ya que es en ella donde aparecen pantallas de gran tamaño que, con su espectacularidad, han sido capaces de revitalizar la zona de Callao haciendo de ella un punto de interés (Roberts, 2006).

Y es que, una de las principales diferencias que se encuentra entre la Gran Vía y los Campos Elíseos es que en el primer espacio urbano se concentran pantallas *outdoors* de gran tamaño en torno a la intersección de esta calle con la Plaza del Callao (Figura 2). De este modo, en este espacio, las pantallas tienen una función cultural y simbólica (Baladrón, 2007; Salcedo, 2011), pues a través de las pantallas se establece un espacio de interés turístico que se erige como un símbolo y punto de referencia en la ciudad de Madrid. Las pantallas en esta plaza llegan a adquirir tal influencia y simbología para los habitantes de la urbe que incluso su remoción llega a despertar “nostalgia en una búsqueda por su permanencia como parte del imaginario urbano” (Salcedo, 2011, p. 22), a la par que logran configurar espacios de deseo para los foráneos.

Esto no ocurre en la avenida parisina, donde las pantallas se encuentran dispersas de forma prácticamente homogénea a lo largo de su parte alta. Además, en los Campos Elíseos, el tamaño de las

pantallas *outdoors* es menor y no aparecen grandes pantallas en el exterior de los mismos. De hecho, los grandes complejos se reservan para el interior de los espacios comerciales. Esto tiene sentido si se tiene en cuenta que esta avenida ya es en sí misma un espacio simbólico y de referencia en el panorama mundial y que en ellos se encuentra el monumento más representativo de París, después de la Torre Eiffel, el Arco del Triunfo.

Además, mientras que en la Gran Vía la mayor parte de los complejos incorporan pantallas *outdoors* (74.47%), en los Campos Elíseos la mayoría de los establecimientos recurren a pantallas *indoors* (71.05) y solo el 36.84% las incorporan *outdoors*. Además, mientras en la Gran Vía el número de espacios que poseeen pantallas y son culturales representan un 21.27% del total de espacios que disponen de este tipo de tecnología, en los Campos Elíseos solo representan el 7.89%. Sin duda, esto guarda relación con los motivos por los que se decide incorporar las pantallas digitales en los distintos espacios. Mientras que en la Gran Vía se hace con una finalidad revitalizadora, especialmente de espacios como teatros y cines, en los Campos Elíseos se hace más con la intención de seguir incorporando las últimas tecnologías a los mismos para seguir siendo símbolo de innovación. Así, mientras en la Gran Vía se recurre a los grandes complejos de pantallas publicitarias para revitalizar espacios culturales; en los Campos Elíseos se hace para generar experiencias innovadoras y ampliadas en las diferentes tiendas insignia de distintas marcas.

Y es que, si nos fijamos en los complejos de pantallas incorporados *indoors* en relación a las tiendas insignia que aparecen de diferentes marcas en ambas vías, es llamativo que en el caso de Gran Vía, solo Telefónica y Primark incorporan grandes complejos. Mientras que en la vía parisina, son seis las tiendas insignias que hacen de grandes complejos de pantallas *indoors* el punto central de la experiencia que desean generar en sus visitantes (Citroën, Disney Store, L´Atelier Renault, Toyota, Mercedes-Benz y Peugeot). Así pues, en estas tiendas insignia las pantallas proporcionan un “efecto *wow* que se suma a la experiencia generada en el punto de venta” (Theanne, en MOOD, 2015). Y es de este modo cómo las pantallas digitales en la avenida parisina también adquieren una función simbólica ya que convierten estos espacios comerciales en un punto de interés para los foráneos, el cual es objeto de deseo que “debe ser necesariamente visitado para vivirlo” (Baladrón, 2007). Pero es que además, a diferencia de lo que ocurre en la Gran Vía, en la avenida francesa las pantallas *indoors* ayudan a conformar esa experiencia del visitante de la tienda ya que el este puede interactuar con ellas de diferentes formas (figura 3).

Figura 3. En las diferentes tiendas insignia de los Campos Eliseos no solo se presentan pantallas LED a modo de paneles informativos (izquierda), sino que también se presentan otras integradas en otros soportes que permiten interactuar con ellas y ampliar la experiencia del cliente.

Por otro lado, estas pantallas también tienen una función social ya que consiguen dotar "a la ciudad de una serie de servicios e instalaciones que repercuten positivamente en el grado de bienestar de los ciudadanos" (Pacheco, 2004, p. 124). Así pues, especialmente, dichas pantallas cumplen las funciones sociales de entretenimiento y, en el caso de la Gran Vía, también la informativa. La primera se evidencia en que un 64% de los transeúntes afirma que las pantallas digitales le entretienen y el 58%, que hacen más ameno su paso por lugares que integran estas pantallas (Cuende Infometrics, 2014, p. 11). Por su lado, la función social de información se da exclusivamente en la Gran Vía, ya que es en ella donde aparecen pantallas que proyectan contenido publicitario y, por ello, están obligadas a proyectar un 25% del contenido destinado a promocionar la ciudad, su agenda cultural y acontecimientos singulares (Ayuntamiento de Madrid, 2013).

Y, finalmente, también cumplen una función estética (Olivares, 2009), ya que configuran un espacio urbano en el que se atreza el paisaje envolviéndola. De tal forma, la Gran vía y los Campos Elíseos no solo se dejan aderezar por lo comercial, por un conjunto de productos y de marcas que conviven junto con otros elementos de sus comercios que visten la ciudad y sin los cuales queda vacía (Olivares, 2009, p. 257), sino que, además, dejan que estas pantallas digitales le aporten una imagen innovadora (Vizcaíno-Laorga, 2007; IAB, 2015; Ortiz y Montemayor, 2015). Valores de innovación que no solo se asocial al espacio urbano, sino que también se hacen relativos a las marcas que se anuncian en las pantallas; conceptos como "modernas", "innovadoras", "dinámicas", "creativas" y "atractivas" (Cuende Infometrics, 2014, p. 17).

Conclusiones

A pesar de que tanto la Gran Vía como los Campos Elíseos se erigen como ejes vertebradores del comercio en sus respectivas capitales, lo cierto es que aparece una gran diferencia entre ambos espacios. Mientras en la Gran Vía se habla de un espacio *light* puesto al servicio del consumo, en los Campos Elíseos aparece un espacio histórico y cultural donde los establecimientos comerciales son solo uno de sus muchos atractivos. Es por ello que, a pesar de que en ambos espacios aparecen pantallas digitales, lo hacen con diferencias que modifican los efectos y los motivos por los que se implantan. Así, a pesar de que en ambos casos dichas pantallas tienen una función cultural y simbólica, social, estética, de audiovisualización y son

capaces de otorgar adjetivos relativos a la innovación al espacio urbano, lo cierto es que aparece una gran diferencia.

En la Gran Vía estas pantallas se integran con la finalidad de revitalizar este espacio y aparecen dos bloques diferenciados de pantallas: las de pequeño formato, que se extienden por toda la arteria, y las de gran formato, que aparecen en la confluencia con la Plaza del Callao. Las pequeñas pantallas buscan arropar y dar coherencia al espacio urbano que se genera en torno a la intersección entre la Gran Vía y la Plaza del Callao, donde el espectáculo audiovisual, publicitario, comercial, cultural y lumínico culmina en su totalidad aportando la revitalización necesaria a la zona para hacerla atractiva.

Sin embargo, en Los Campos Elíseos las pantallas de gran formato se reservan al interior de los establecimientos. Las que aparecen en los espacios exteriores son todas ellas de un tamaño reducido ya que lo que buscan es estar presentes aportando los efectos descritos, pero dejando siempre el protagonismo a la avenida en sí y a el protagonista de la misma, el gran monumento histórico del Arco del Triunfo en torno al cual se construye su marca.

Referencias

- Ayers, A. (2003). *The Architecture of Paris*. Berlín: Axel Menges.
- Ayuntamiento de Madrid (2010). *Escenas encendidas en Gran Vía y Callao*. Consulta 25 de enero del 2015 (tinyurl.com/nb3kft9)
- Ayuntamiento de Madrid (2013). *La Gran Vía... a escena*. Consulta 25 de enero del 2015 (tinyurl.com/pbdhsnp)
- Baker, E. (2009). *Madrid cosmopolita*. Madrid: Marcial Pons.
- Baladrón, A. J. (2007). "Reflexiones sobre la omnipresencia publicitaria en el contexto urbano: la ciudad anuncio." Pp. 75-93 en *Publicidad y ciudad,* dirigido por A. Baladrón Pazos, E. Martínez Pastor y M. Pacheco Rueda. Sevilla, Zamora: Comunicación social.
- Cuende Infometrics (2014). *Evaluación del soporte y eventos de Callao City Lights 2014.* Consulta 18 de febrero del 2015 (tinyurl.com/p42ozvm)
- Cuende Infometrics (2015). *Geomex: Outdor/OoH Advertising Measurement System.* Consulta 18 de febrero del 2015 (www.cuende.com/geomex.htm)
- García Gallo, B. (2013). "Callao Times Square." *El País*, 13 de octubre. Consulta 17 de abril del 2015 (tinyurl.com/pnjqa5o)
- Gómez, B. y Puentes, B. (2010). Publicidad exterior. Del papel al LED. *Telos:*, 82 (Enero-Marzo), 1-16.
- Halay, T. (1998). *Paris et ses quartiers*. París: L´Harmattan.
- IAB (2014). *II Estudio Anual IAB Spain Digital Signage*. Consulta 14 de febrero del 2015 (tinyurl.com/mjc2qzv)
- IAB (2015). *III Estudio Anual IAB Spain Digital Signage*. Consulta 1 de mayo del 2015 (tinyurl.com/o2ynuug)

- Iruzubieta, G. (2011) (Coord.). *Libro Blanco del Digital Signage*. Madrid: Edipo.
- Jornet, L. (2007). *Aceptación social del mobiliario urbano*. Barcelona: Universitat Ramon Llull.
- Krajina, Z. (2014). *Negotiating the Mediated City*. Londres: Routledge.
- Lavedan, P., Hugueney, J y Henrat, P. (1982). *L'urbanisme à l'époque moderne XVI-XVIII siècles*. Ginebra (Suiza): Librairie Droz.
- Lipovetsky, G., y J. Serroy (2009). *La pantalla global.*. Barcelona: Anagrama.
- Marchán, S. y Rodríguez, R. (2006). *Las Vegas*. Madrid: Akal.
- Márquez, I.V. (2012). "Pasear, escuchar y compartir ciudades". *Telos* 93: 51-59.
- Monmarché, G. y Bernard, D. (1972), *Paris*. Vanves (Francia): Hachette.
- MOOD (2015), *Caso de éxito: Primark.* Consulta el 22 de mayo de 2016 (www.tinyurl.com/z5pkzkb)
- Muñíz, J.A. (2013). "En torno a la «audiovisualización» de la comunicación publicitaria". *Revista Pangea*, 4: 245-262.
- Navascués, P. y Alonso, J.R. (2002). *La Gran Vía de Madrid*. Madrid: Encuentro Ediciones.
- Olivares, F. (2009). ""Cidade limpa" y la contaminación publicitaria en la ciudad". *Zer* 14: 253-275.
- Ortíz, M.A. y Montemayor, F.J. (2015). "Brand placement en espacios públicos y transmisiones deportivas en televisión". *Telos* 99: 94-103.
- Pacheco Rueda, M. (2000). *Cuatro décadas de publicidad exterior en España*. Madrid: Ciencias Sociales.
- Pacheco Rueda, M. (2004). "La función social de la publicidad exterior". Pp. 117-134 en *La comunicación publicitaria,* editado por R. Eguizábal Maza. Sevilla: Comunicación Social.
- Reinhardt, M.J.N. (2016). *Le Comité Champs Elysées*. Consulta el 22 de noviembre de 2016 (www.comite-champs-elysees.com)
- Rey, J. (1997). *Palabras para vender, palabras para soñar*. Barcelona: Paidós.
- Roberts, K. (2006). *Sisomo el futuro en pantalla* Barcelona: Urano.
- Salcedo, J. (2011). *Publicidad urbana de gran formato en Santiago*. Santiago de Chile: Universidad Católica de Chile.
- Silverstone, R. y Hirsch, E. (Eds.) (1992). *Consuming Technologies*. Nueva York, Londres: Routledge
- Soja, E. W. (2008). *Postmetrópolis*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Venturi, R. (2000). *Aprendiendo de las Vegas*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Vizcaíno-Laorga, R. (2007). "La ciudad percibida: tradición y tecnología". Pp. 129-146 en *Publicidad y ciudad,* dirigido por A. Baladrón, E. Martínez y M. Pacheco. Sevilla, Zamora: Comunicación social.
- Willis, H. (2009). "City as screen / Body as movie". *Afterimage* 37: 24-28.
- Wilmotte, (2016). Mobilier urbain des Champs-Elysées. Consulta el 21 de noviembre de 2016 (https://goo.gl/32p7mE)

THE CREATIVE JANUS OF THE BERKSHIRES-HUDSON REGION IN MASSACHUSETTS AND NEW YORK

CARLOS BALSAS

Geography and Planning AS210
University at Albany
1400 Washington Avenue. Albany NY, 12222, U.S.A.
Email: cbalsas@albany.edu

Resumo

A região Berkshires-Hudson é uma zona excecional de empreendimento criativo. Embora nós a possamos abordamos como uma região, a fronteira entre o estado de Massachusetts e Nova York diferencia duas realidades do tipo Janus. Ambas as metades territoriais têm sofrido impactos negativos devido a décadas de fenómenos de desindustrialização. Este trabalho tem como objetivo estudar o surgimento do agrupamento criativo da região Berkshires-Hudson e compreender em que medida diferentes abordagens multi-escalares para o setor das artes e da cultura têm influenciado os resultados dessas ofertas criativas. Os métodos de pesquisa consistiram em revisões de literatura especializada; uma avaliação regional com inventários e mapeamentos de espaços culturais e festivais, iniciativas e organizações sem fins lucrativos; uma análise de dados sobre a vitalidade das artes e da cultura, e a identificação de ilações do planeamento regional para o futuro desta região fronteiriça. Procura-se esclarecer como os líderes locais e regionais têm vindo a influenciar as prioridades das artes e da cultura, o financiamento público, as agendas de desenvolvimento territorial, e as oportunidades educacionais na economia criativa. Espera-se que os resultados alcançados sejam úteis a todos aqueles que desejam perceber o papel da economia criativa nas dinâmicas locais e regionais, assim como os debates e oportunidades que a economia criativa traz para o desenvolvimento económico e comunitário.

Abstract

The Berkshires-Hudson region is a hotbed of creative enterprise. Though we approach it as one region, the Massachusetts – New York state border differentiates two slightly separate back-to-back Janus realities. Both territorial halves have been negatively impacts by decades of deindustrialization. This paper aims to study the emergence of the Berkshires-Hudson regional creative cluster and to understand the extent to which different multi-scalar approaches to the arts and culture sector have impacted the outcomes of those creative offerings. The methods consisted of literature reviews of specialized research; a regional assessment, inventory and mapping of cultural venues and festivals, initiatives and non-profit organizations; a data analysis of arts and culture vibrancy, and a distillation of regional planning implications for the future of this border region. I attempt to shed light on how local and regional leaders have influenced arts and culture priorities, public funding, territorial development agendas and creative economy educational opportunities. This paper's key findings are expected to be valuable to all those wanting to understand the role of the creative economy to local and regional dynamics, and community economic development debates and opportunities.

PALAVRAS CHAVES

Região Berkshires-Hudson, economia criativa, artes e cultura, desenvolvimento territorial.

KEY WORDS

Berkshires-Hudson region, creative economy, arts and culture, territorial development.

Introduction

The Berkshires-Hudson region is a hotbed of creative enterprise. Though we approach it as one region, the Massachusetts – New York state border differentiates two slightly separate back-to-back Janus realities. Both territorial halves have been negatively impacts by decades of deindustrialization. The western Massachusetts region is known for its early adoption of a creative economy stance. Despite the XIXth Century Hudson River School's pioneering protagonism, the Hudson valley region has only very recently embraced the tenets of a creative economy.

This paper has three research question: (1) how have these two border regions evolved in terms of their arts and culture offerings? (2) to what extent have their peripheral locations in relation to the two states' largest metropolitan areas of Boston and New York City, respectively, affect their development opportunities? (3) do they cater to the same publics and audiences, therefore developing complementary offerings, or alternatively, do they attract different groups of consumers, therefore competing for audiences, services and investment opportunities?

I attempt to shed light on how local and regional leaders have influenced arts and culture priorities, public funding, territorial development agendas, and creative economy educational opportunities. It is argued that these two border regions share common historic traits. However, the Berkshires' peripheriality in relation to Boston, is partially off-set by the fact that the Hudson's border region is in close proximity to the New York's center of political power in Albany. Furthermore, these two border regions cannot solely be compared in terms of their border characteristics. At least, in the case of the two New York counties of Rensselaer and Columbia, they seem to be much more a part of the larger Albany Capital District's dynamics than of their counterparts across the state line in western Massachusetts. This paper's key findings are valuable to all those interested in understanding the role of the creative economy to regional planning and community economic development debates and opportunities.

The paper is organized into six parts. Following this introduction, Part one explains the aims and methodology of the research. Part two provides a theoretical overview on creative ventures. Part three gives an overview of the Berkshires-Hudson region in terms of physical, social and cultural dynamics. Part four discusses the region's characteristics mostly from a qualitative perspective. Part five presents some concluding remarks and a set of implications for the future of the arts and culture sector in the dynamic northeastern part of the United States.

Aims and Methodology

This paper aims to study the emergence of the Berkshires-Hudson regional creative cluster and to understand the extent to which different multi-scalar approaches to the arts and culture sector have impacted

the outcomes of those creative offerings. The methods consisted of literature reviews of specialized research; a regional assessment, inventory and mapping of cultural venues and festivals, initiatives and non-profit organizations; and a distillation of future regional planning implications.

Creative Ventures

Human ingenuity of times past is now conceptualized as creative capacity that has led to a myriad of countless technological and artistic innovations and societal advancements. Creativity is recognized as the lever which is capable of simultaneously propelling regions forward and to help others withstand periods of turbulence (Landry, 2000). However, today's innovations might be either tomorrow's status quo practices with general acceptability or something never heard of before outside of a circumscribed group of individuals united by the direct and timely benefits of such progresses.

Industrial processes have resulted from growing and self-reinforcing innovation processes that were rapidly appropriated, commercialized, deployed and mainstreamed across political and jurisdictional boundaries and territories. Technological innovations are patented to prevent their opportunistic utilization by illegitimate stakeholders (Bettencourt et al., 2007). The government has had a critical role in establishing the mechanisms necessary to preserve and encourage the evolution of technological systems and their proper utilization. Furthermore, the government, in consonance with regional associations such as chambers of commerce and industry, visitors bureaus, and official economic development and tourism offices at state and city levels, has created economic and community development strategies to augment wealth creation through local processes and their exportation to other markets.

The deindustrialization of the northeast left a vacuum in many cities and towns in the form of abandoned industrial buildings as well as redundant built environments. De-industrialization processes have enabled the re-appropriation and re-utilization of existing territorial assets in cities (Florida, 2014). The re-appropriation of abandoned structures by locals required new paradigms and new capabilities. Proximity to institutions of higher education has enabled the acquisition of new knowledge and the sparking of creativity with direct application to surrounding communities. Processes of urban conversion have resulted in new economic activities aided by information and communication technologies (ICT), where the outcomes are now shaped by the post-fordist wave of just-in-time production methods, high in creativity and value added (Agtmael & Bakker, 2016). The relocation of industrial production to other markets also freed the rise of talent for the conceptualization of design-intensive products.

More robust and advanced science, technology, engineering and mathematics (STEM) skills has also enabled the flourishing of advanced technology. Research and Development (R&D) capabilities guarantee the direct applicability of knowledge-intensive processes to the manufacturing of highly advanced smart materials and components for a whole array of computer and telecommunication enterprises. In the northeast, these

regions constitute the brainbelt, areas with high concentrations of knowledge intensive higher education institutions and laboratories (Agtmael & Bakker, 2016).

Within frameworks of innovation and technological advancement, smart cities appear to be marketed on the basis of connections to other economic sectors. Public policy makers seem to have internalized the logic of economic clusters and are now picking and strengthening economic capacity on the basis of access and the extent of technology utilization in order to create added value to host communities. Smart cities are recognized as those with the necessary technological infrastructure ready to enable leap jumps in productivity, creativity, environmental conservation, social progress and social equity for those who have traditionally suffered disproportionately from adverse conditions not of their own making.

Creativity has also emerged in the arts and culture sector. The prosperity generated by the industrial revolution was used in part to build edifices capable of celebrating one's own culture. The proliferation of performance arts venues, music halls, theaters and museums bolstered regional identities and attracted new regional investments (Florida, 2002; Grodach & Loukaitou-Sideris, 2007). On the other hand, pristine landscapes in the unspoiled countryside enabled the rise of summer vacation homes, summer festivals and the rise of a tourism industry in small cities (Rich, 2007). Although, de-industrialization has reduced the funding available for traditional arts and culture sector activities, the ubiquity of new technologies has enabled the rise of a new generation of digital arts and media services.

It is important to distinguish three different conceptualizations: Creative class, creative industries, and the creative economy. The creative class conceptualization was put forward by Florida (2002) in order to call attention to the rise and importance of a myriad of individuals in various creative professions and their propensity to revitalize places left behind by global forces (Markusen & King, 2003). The creative economy is comprised of the creative industries, which usually are associated with five main segments: Design, media, visual arts and handcrafted products, performing arts, heritage and preservation (Siegel et al., 2014). Among others, Sheppard (2014) has analyzed various methodologies to measure the local impact of the creative economy.

Top-down regional economic development espousing institutionalism-oriented theories has served to nurture certain economic clusters in cities such as nanotechnology, telecommunication, micro-processing and chip manufacturing (Schultz, 2011). This situation generated societal divides between those with higher education degrees and the skills needed to face the challenges caused by more integrated markets, and those left behind due to social innuendos such as race, ethnicity, age and gender (Eubanks, 2008). The latter group requires grassroots community development and self-help strategies to help mitigate depressed economic conditions, poor educational performance, high unemployment rates, poor housing conditions and low levels of civic participation.

The Berkshires-Hudson region

This paper deals with a geographical area quite distinct in character from the well-known creative and recreational clusters of New York City (Fashion and Garment, Fifth Avenue museum mile, Times Square and Broadway districts) and Boston (Museum of Fine Arts, Copley Square and Commonwealth Avenue neighborhoods) (Currid, 2007; O'Connell, 2013). For the purpose of this paper, the Berkshires-Hudson region is a three-county contiguous area with two counties (Rensselaer and Columbia) in the state of New York and one in Massachusetts (Berkshire). This border region is limited by administrative boundaries but each half is part of broader planning units; the two New York counties are part of the eight-county Capital Region, while Rensselaer is also under the aegis of the four-county Capital District Regional Planning Commission, which coincides with the Albany metropolitan area (Albany, Schenectady, Saratoga, and Rensselaer). On the Massachusetts side, there is only one county bordering the state line. However, under the now disestablished western Massachusetts Art Alliance the broader regional area was comprised of four counties in western Massachusetts (Berkshire, Franklyn, Hampshire and Hampden).

Table 1. synthesizes the region's most relevant features in terms of topography, land use, transportation, population, administrative jurisdictions, main cities and towns, identity traits, and early notions of aesthetical and cultural value. Table 2. summarizes the study region's most important cultural venues and festivals.

Table 1. Synthesis of the study region's most relevant features

	Massachusetts	**New York**
Topography	Elevations, Berkshire mountains	Hudson Valley, Taconic Mountains
Land use	One gateway city (Pittsfield) interspersed with a network of small towns and villages in bucolic countryside	Less populated half of the Capital District MSA surrounded by small towns, villages and hamlets
Transportation networks	Horizontal: I-90 and railway (Albany-Boston), North-south Route 7	Vertical: I-87 and railway (Buffalo-New York City), north-south Route 9
Area (square miles)	946	1313
Population (2010) (inhabitants)	131,219 (12.2% reduction from 1970's 149,402)	222,525 (9% increase from 1970's 204,029)
Jurisdictions	Berkshires	Rensselaer and Columbia
Main cities and towns	Williamstown, North Adams, Pittsfield, Lenox, Stockbridge and Great Barrington	Troy, Rensselaer and Hudson
Identity traits	Puritan influence (British, Polish American, Irish American, Italian American)	Yankee influence (Dutch and British ascendancy)
Early notions of aesthetic and cultural value	19th century painters: Hudson River School's romantic style (New American Landscape; emblematic painting: The Oxbow by Thomas Cole)	

The study area is bordered by two rivers (Hudson and Connecticut) and transverse north-south by the Housatonic River flowing through western Massachusetts. Land resources include forest, patches of farms, and small cities and towns. The region is crisscrossed by highways, railways and state routes. The former

connect major destinations outside the region and the latter meander through the region weaving the cities and towns in the rural countryside.

The land use is relatively similar on either side of the state border with fewer more isolated towns on the Massachusetts side and a higher concentration of small towns and villages in New York. Pittsfield is the largest city in the Berkshires with 44 thousand inhabitants in 2010 and the only gateway city in that county. The municipalities comprising a whole network of small towns and villages in the bucolic countryside located mostly along route 7 include from north to south: Williamstown, North Adams, Pittsfield, Lenox, Stockbridge and Great Barrington. On the New York side, the larger cities and towns include Troy, Rensselaer and Hudson (50, 9, 6.7 thousand people in 2010 respectively).

Table 2. Study region's main cultural venues and festivals

	Massachusetts	**New York**
Main cultural venues and festivals	• Williams College Museum of Art • Williamstown Theater Festival • Aston Magna Festival • Berkshire Music School • Berkshire Museum • Berkshire Colonial Theater • MassMoCA • Clark Art Institute • Albany Berkshire Ballet • Jacob's Pillow • Berkshire Theater Group • Berkshire Music School • Tanglewood Music Center • Norman Rockwell • Barrington Stage	• Sanctuary for Independent Media • North Troy Peoples Museum • Troy Savings Bank Musical Hall • The Arts Center of the Capital Region • Rensselaer County Historical Society & Museum at the Hart-Cluett House • Sand Lake Center for the Arts • Burden Iron Works Museum • The Post Contemporary • Troy River Festival • Oakwood Cemetery • The Knickerbocker Mansion • RPI's Experimental Media and Performing Arts Center (EMPAC) • Hudson Opera House Center for the Arts • Olana State Historic Site • Hudson's Basilica

The population in the Berkshires has decreased by 12.2% between 1970 and 2010, while in Rensselaer and Columbia it increased by 9% during the same period. The Berkshires were settled by western migration movement by the pilgrims (with a turn of the century arrival of Polish, Irish and Italian immigrants), while the New York study area was settled mostly by individuals of Dutch, British and Germans ascendancy. Following agricultural cultivation of fertile river valley areas, many of the region's cities and towns developed an important industrial presence (Scarce, 2015). Troy was well known for its ironworks; North Adams for its manufacturing and cloth printing equipment and textiles, later converted into a weapons production center; Pittsfield was known for its paper, grist, textiles and General Electrics (GE) transformers. Some of these industries left legacies of pollution and contamination behind, which only now are reaching their completion stage and getting ready for redevelopment (Kotval & Mullin, 2001).

Outside of the urbanized areas, the Berkshires and the Hudson highlands still possess a high number of farms, forests and meadows, which mesmerized earlier settlers and nature lovers given their aesthetic and

pristine values. These untouched landscapes were depicted by 19th century painters, a group of individuals that would become known as the Hudson River School (Groft et al., 2009).

The arts and culture sector in the border region

This section analyzes four qualitative dimensions of the arts and culture sector: Local and regional leadership, territorial development orientations, arts and cultural priorities, and educational development opportunities. These characteristics are summarized in Table 3.

Local and regional leadership

Local and regional leadership efforts comprised grant funding through state and federal interventions to help decontaminate polluted sites and rivers, in addition to mayoral and city council attempts at retooling small towns' destinies. The Hudson River Valley region is well known for its early contributions to the environmental advocacy movement to preserve Storm King Mountain in the 1960s (Stradling, 2010). With the exception of a multimodal train station in Rensselaer, the western part of the Capital Region has received most of the developmental attention in recent decades, including the College of Nanoscale Science and Engineering, a nanotechnology hub in Albany (Schultz, 2011); industrial development in Latham (Knudson, 2012), and a new casino in Schenectady (Balsas, 2016). The Hudson half of the study region has also benefited from the creation of the Hudson River Valley National Heritage Area in the early 1990s (NYSDS, 1993; Knudson, 2011). On the Massachusetts side, an equivalent heritage area, the Housatonic Valley National Heritage Area, was created in 2006.

In terms of arts and culture development, the Community Foundation for the Greater Capital Region was a leading partner in the creation of the Alliance for a Creative Economy (ACE), which coordinated the study *Captivate: Leveraging Regional Assets for a Vibrant Future* in 2014 (Siegel et al., 2014). This study provides a vision and the analyses necessary to leverage resources for attaining the regional, national and international recognition of the Capital region as a hub of creativity. An important spin-off project of this effort has been the Breathing Lights art installation, which aimed at raising awareness to the region's problem of vacant homes and blighted neighborhoods throughout the Capital District. This project was funded with a major grant from Bloomberg Philanthropies.

Territorial development agendas

The Berkshires Regional Planning Commission was awarded a federal Housing and Urban Development Sustainable Communities Planning Grant in 2010. The objective was to develop a Regional Sustainability Plan to advance regional interests and simultaneously address new regional planning issues, such as a comprehensive energy plan and climate change adaptation strategies. This plan was adopted in 2014. Common

cross-territorial goals include the amelioration of the negative consequences of decades of de-industrialization and keen attempts at reversing small towns' destinies by incentivizing year-round tourism and recreational activities, while attracting other job-creation investments (Phillips, 2004). Technological advancements with Rensselaer Polytechnic Institute (RPI) being nicknamed "MIT on the Hudson" in the 1970s have led to considerable commercial R&D spin-offs (Leslie, 2001; Schultz, 2011), and to the Capital District's Tech Valley technology enterprise program in the late 1990s and 2000s (Agtmael & Bakker, 2016). More recently, other common goals include regional climate change plans aimed at reducing the region's dependence on fossil fuels and conserving energy, as well as the Albany County Land Bank created in 2012, which is hoped to strengthen the housing market in the core of the Albany metropolitan area.

Arts and culture priorities

the arts and culture sector in the Berkshires and Hudson Valley has kept its flair over the years. The high numbers of jobs in the creative industries, museums and festivals are a testimony to the region's long term orientation towards arts and culture, and creativity in general (Lingo & Tepper, 2013). Grass-roots efforts to promote a rich cultural history in opposition to institutionalized art and culture interventions, such as the Empire State Plaza's Contemporary Art Collection, the State Museum, and the Egg Theater, have also taken place recently. The city of Albany was a partner in the renovation of an abandoned school and its adaptation to low-cost live/work residences for artists and an arts incubator – The Albany Barn in the late 2000s. Furthermore, the cities of Albany, Troy and Schenectady have also joined forces to implement the Breathing Lights arts installation in fall 2016.

Educational opportunities

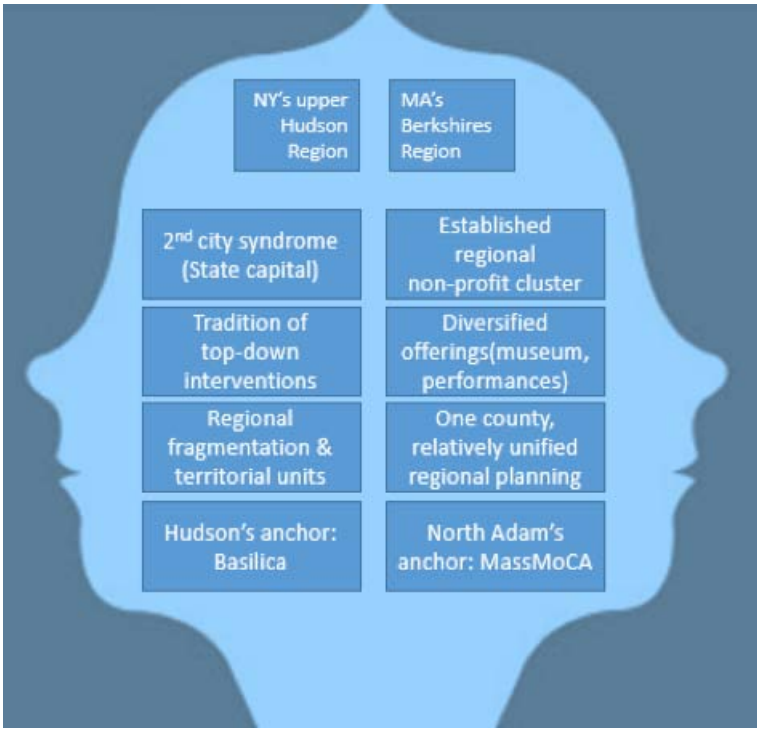
There are some opportunities to further one's higher education in the creative industries. These are some of the more preeminent educational institutions and arts centers on the Massachusetts side: Williams College and its C3-Center for Creative Community Development in Williamstown (Sheppard & Oehler, 2015), Massachusetts College of Liberal Arts (MCLA) in North Adams, and Bard College at Simon's Rock. And on the New York side, there is the Rensselaer Polytechnic Institute (RPI), the Russel Sage College, the Troy Music Academy, the Arts Center of the Capital Region, the Hudson Valley Community College, the Tech Valley Center of Gravity, and the University at Albany.

A back-to-back Janus analogy

In spite of recent progresses, the most adequate analogy to characterize the Berkshires-Hudson border region is through a back-to-back Janus conceptualization of two adjacent but uncommunicative territorial halves (Figure 1.). The upper Hudson suffers from a 2nd city syndrome in the shadow of New York City. It has a tradition of top-down interventions in urbanism and culture. The high number of territorial units accentuates

a high level of regional fragmentation.

Figure 1. Back-to-back Janus conception of the study area



On the eastern bank of the Hudson, there are important cultural anchors such as the Arts Center of the Capital Region in Troy and the Basilica in the city of Hudson. Across the border in Massachusetts, one finds a relatively well established regional non-profit cluster; one county with diversified cultural offerings throughout the region, and one major anchor: the Massachusetts Museum of Contemporary Art (MassMoCA).

Table 3. Characterization of the arts and culture sector

	Massachusetts	New York
Local and regional leadership	Efforts to secure state and federal interventions to help decontaminate polluted sites and rivers, in addition to mayoral attempts at retooling small towns' destinies	With the exception of a multimodal train station in Rensselaer, the Capital Region on the western bank of the Hudson river has received most of the developmental attention
Territorial development orientations	Ameliorating the negative consequences of de-industrialization and reversing small towns' destinies by incentivizing year-round tourism and recreational activities	Technological advancements with RPI's being nicknamed "MIT on the Hudson" (1970s/1980s) and the Capital District's Tech Valley technology enterprise (late 1990s and 2000s)
Arts and culture priorities	Decades-old seasonal appeal of the arts and culture sector (summer homes for well-to-do families in the Berkshires and Hudson Valley)	Grass-roots efforts to promote a rich cultural history in opposition to institutionalized arts and culture interventions, such as the Empire State Plaza's Contemporary Art Collection, the State Museum, and the Egg Theater

Educational opportunities	Williams College, Massachusetts College of Liberal Arts, Bard College at Simon's Rock	Rensselaer Polytechnic Institute (RPI), Russel Sage College, Troy Music Academy, Arts Center of the Capital Region, Hudson Valley Community College, Tech Valley Center of Gravity, and the University at Albany

Conclusions

The purpose of this paper was to study the evolution of the arts and culture sector in a border region by lifting the veil on the creative economy of the Berkshires-Hudson region of Massachusetts and New York. The analysis of multi-scalar approaches to the arts and culture in the study area shows one region, two halves, numerous cultural assets and two small city exemplars (North Adams and Hudson). The findings show a rich diversity of cultural offerings and demand for those same services. However, the region still suffers from "regional fragmentation, socio-economic divides, generation silos, a large number of small and fragile non-profits, difficult access to information, limited public transportation and broadband infrastructure" (Siegel et al., 2014, p.14).

The history of the two back-to-back Janus halves has deep roots that go back in time, at least a couple of centuries. On the Massachusetts side, the Berkshires have always occupied a special place in the lives of those who could afford to spend some or all of their summer vacation time in this idyllic part of the state. On the New York side, the Hudson River valley has attracted nature enthusiasts to its well preserved landscapes and small riverfront towns for a long time.

Nonetheless, the two halves share a relatively common four-stage history in terms of territorial evolution: (1) Industrialization (mills, prosperity), (2) de-industrialization (closing, vacancy, abandonment), (3) brainbelt (new skills, enterprises, two tier society), and (4) creative ventures (i.e. publicly led anchor: MassMoCA, privately-led (RPI's EMPAC), and third sector (Alliance for the Creative Economy (ACE), Troy's Sanctuary for independent Media and Hudson's Basilica).

The second objective of this paper was to understand the region's peripherality in relation to the two states' largest metropolitan areas of Boston and New York City, respectively. Although, the physical distance has remained the same, the access to information has been shortened due to the internet revolution. Boston and New York City do not have the same physical amenities (i.e. nature, forest, ski resorts, small towns' appeal). The third sector in the Berkshires-Hudson region has enabled development from within by promoting endogenous resources. On the other hand, Boston and New York City have other concerns (i.e. their competitors' moves – Lisbon, Paris, London, Shanghai, Hong Kong and Tokyo), while the Berkshires-Hudson region can still differentiate itself from those global hubs.

Back in the early 2000s, Christopherson (2004, p. 1) defended four strategies for small and medium

size cities interested in nurturing the creative industries in New York, which also seem suitable to the small communities in western Massachusetts: "(1) a development framework organized around knowledge-based institutions, (2) the identification of community resources that can be used as venues for creative activities, (3) the cultivation of leadership among young and creative entrepreneurs, and (4) an ecological model centered on networks of people and organizations."

Ten years later, Siegel et al., (2014, p.16) have recommended six main strategies for the future of the creative industries in the Capital Region: "[T]o build a cross-sector collaborative, to establish a fund for creative excellence, to design a creative portal, to catalyze creative networks, to communicate the creative economy message, and to create a regional creative brand". However, there was little discussion of collaborative cross-border endeavors in the *Captivate* study. Will the two halves converge to create a critical mass of regional creative industries of world renowned status like the *Côte d'Azur* in the French Riviera, the *Tuscani region* in Italy, or the Douro valley in northern Portugal?

There seems to be a need to re-stitch the region along the lines of civic culture, creative placemaking and entrepreneurship. The two antagonistic back-to-back Janus current realities would benefit from developing face-to-face collaborative territorial development strategies (Figure 2.). This would solidify their national presence and enable a stronger capitalization on their core location, historic features and world orientation. Not only in terms of their proximity to Boston and New York City as it has been the norm for decades, but also in terms of a wider hinterland in the shape of a stretched pentagon formed by Montreal, Boston, New York City, Cleveland and Toronto. This paper hopes to have raised attention to the need to fill this scholarly void and to advance the debate on the creative economy of border regions.

Figure 2. Face-to-face Janus implications for the study area

References

- Agtmael, A. & Bakker, F. (2016) *The Smartest Places on Earth: Why Rustbelts Are the Emerging Hotspots of Global Innovation.* New York: Public Affairs.
- Applebome, P. (2011) Williamsburg on the Hudson. *New York Times*, August 5. http://www.nytimes.com/2011/08/07/nyregion/hudson-river-valley-draws-brooklynites.html (accessed Dec. 5, 2016).
- Balsas, C. (2016) Riverfront Planning Initiatives in Upstate New York - The Cases of Kingston, Albany and Schenectady (175-182). In: Jombach, S., Valánszki, I., Filep-Kovács, K., Fábos, J., Ryan, R., Lindhult, M., & Kollányi, L. (Eds.) *Landscapes and Greenways of Resilience – Proceedings of the 5th* **Fábos Conference on Landscape and Greenway Planning.** Budapeste, Hungary. June 30-July 3. Budapest: Szent István University & UMASS Amherst.
- Bettencourt, L., Lobo, J., & Strumsky, D. (2007) Invention in the city: Increasing returns to patenting as a scaling function of metropolitan size. *Research Policy,* 36(1): 107-120.
- Christopherson, S. (2004) Creative Economy Strategies for Small and Medium Size Cities: Options for New York State. Paper prepared for the *Quality Communities Marketing and Economics Workshop.* Albany, April 20. https://www.researchgate.net/publication/238585686 _Creative_Economy_Strategies_For_Small_and_Medium_Size_Cities_Options_for_New_York_State (accessed Dec.5, 2016).
- Currid, E. (2007) *The Warhol Economy: How Fashion, Art, and Music Drive New York City.* Princeton: Princeton University Press.
- Eubanks, V. (2011) *Digital Dead End: Fighting for social justice in the information age.* Cambridge: MIT Press.
- Florida, R. (2002) *The rise of the creative class and how it's transforming work, leisure, community and everyday life.* New York: Basic Books.
- Florida, R. (2014) The creative class and economic development. *Economic Development Quarterly*, 28(3): 196-205.
- Fox, J. (2013) Building community through the arts: The North Adams story. *Communities* & Banking, Winter: 17-19.
- Grodach, C. & Loukaitou-Sideris, A. (2007) Cultural development strategies and urban revitalization: A survey of US cities. *International Journal of cultural Policy,* 13(4): 349-370.
- Groft, T., McCombs, W., Greene-McNally, R. & Stilgoe, J. (2009) *Hudson River Panorama: A Passage Through Time.* Albany: Excelsior Editions.
- Knudson, P. (2011) Building regional capacity for land-use reform: Environmental conservation and historic preservation in the Hudson River Valley. *Human Ecology Review,* 18(1): 53-66.
- Knudson, P. (2012) Regional Industrial Recruitment in Upstate New York. *State and Local Government Review,* 44(1) 21-32.
- Kotval, Z. & Mullin, Z. (2001) Connected: The Berkshire Towns' Common Ground. *Massachusetts Benchmarks,* 4(2): 19-23.
- Landry, C. (2000) *The Creative City, a toolkit for urban innovators.* London: Earthscan Publications.

- Leslie, S. (2001) Regional Disadvantage: Replicating Silicon Valley in New York's Capital Region. *Technology and Culture*, 42(2): 236-264.
- Lingo, E. & Tepper, S. (2013) Looking Back, Looking Forward: Arts-Based Careers and Creative Work. *Work and Occupations,* 40(4): 337-363.
- Markusen, A. & King, D. (2003) *The Artistic Dividend: The art's hidden contributions to regional development.* Minneapolis: University of Minnesota.
- NYSDS (1993/2004) *Hudson River Valley Scenic Areas of Statewide Significance.* NOAA Application. http://www.dos.ny.gov/opd/programs/HudsonSASS/HudsonRiverValleySASS.pdf (accessed December 3, 2016).
- O'Connell, J. (2013) *The Hub's Metropolis: Greater Boston's Development from Railroad Suburbs to Smart Growth.* Cambridge: MIT Press.
- Phillips, R. (2004) Artful business: Using the arts for community economic development. *Community Development Journal*, 39(2): 112–122.
- Rich, W. (2007) Tourism potentials in American middle-sized cities: the case of Wilmington, Delaware, and Albany, New York. *Tourism and Hospitality Planning & Development,* 4(1): 33-46.
- Scarce, R. (2015) *Creating Sustainable Communities: Lessons from the Hudson River Region.* Albany: SUNY Press Excelsior Editions.
- Schultz, L. (2011) Nanotechnology's triple helix: A case study of the University at Albany's College of Nanoscale Science and Engineering. *Journal of Technology Transfer,* 36: 546–564.
- Scruggs, G. (2014) What Big-City Museums Could Learn From This "Company Town" for Art. *NextCity. Org* December 18, https://nextcity.org/daily/entry/city-museums-art-mass-moca-north-adams (accessed Dec. 4, 2016).
- Sheppard, S. & Oehler, K. (2015) *Berkshire County Non-profits: Recession and Recovery.* Study prepared for the Berkshire County Chamber of Commerce. http://web.williams.edu/ Economics/ArtsEcon/ library/pdfs/BerkNonProfit2015.pdf (access Dec.5, 2016)
- Sheppard, S. (2014) Measuring the economic and social impacts of cultural organizations. *Community Development Investment Review,* 10(2): 43-48.
- Siegel, B., Luciano, J., Saunders, A., Kornetsky, A. & O'Loughlin, M. (2014) *Captivate: Leveraging Regional Assets for a Vibrant Future.* Albany: Regional Alliance for a Creative Economy.
- Stradling, D. (2010) *The Nature of New York: An Environmental History of the Empire State.* Ithaca: Cornell University Press.

A REDE DE CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO: UMA PERSPECTIVA DAS CIDADES BRASILEIRAS

VICTOR MOURA SOARES FERREIRA

Mestrando
Faculdade de Artes Visuais.
Universidade Federal de Goiás
Avenida 24 de outubro, nº3350, ap. 303A, Goiânia, (Brasil) 74435-090
Email: victormouraarqurb@gmail.com

ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA

Profª. Doutora
Faculdade de Artes Visuais.
Universidade Federal de Goiás
Rua 5, nº361, ap. 601, Setor Oeste, Goiânia, Goiás, (Brasil) 74115-060
Email: amvoliveira@uol.com.br

Resumo

Este texto é uma reflexão parcial de uma pesquisa que investiga os meandros da institucionalização do conceito de cidade criativa, por meio da averiguação dos critérios operacionais da Rede de Cidades Criativas da UNESCO. O emergente conceito de "cidades criativas" possui origem nos termos "indústria criativa", surgida no final dos anos 1980, e "economia criativa" do início dos anos 2000. O conceito abarca um modo de apreender a cidade objetivando o entrelaçamento das características próprias do lugar, assentadas na cultura e criatividade, com ações políticas e econômicas, no sentido de promover o desenvolvimento urbano. Em 2004, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de uma de suas agências, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criou a Rede de Cidades Criativas, institucionalizando a questão.

O objetivo deste texto é averiguar como se deu a inserção do Brasil à Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Atualmente cinco cidades brasileiras possuem a chancela cidade criativa, entre elas Florianópolis e Curitiba, com a inserção em 2014, e em 2015, as cidades de Belém, Santos e Salvador. Pretende-se avaliar quais as exigências do programa e as propostas apresentadas pelas cidades brasileiras à chancela de cidade criativa. Junto a isso, deseja-se avaliar quais os efeitos que chancela de cidade criativa causaram no ambiente urbano. Ainda é cedo para afirmar, mas percebe-se que a chancela da UNESCO exalta um aspecto da cultura, em detrimento da sua própria complexidade. A redução operativa pode coibir outras ações positivas. Por outro lado, se os investimentos se concretizam, as intervenções urbanas podem proliferar. Essa atitude pressupõe que, definitivamente, a palavra "criativa" se integrou de vez ao vocabulário das políticas de gestão e desenvolvimento das cidades.

PALAVRAS CHAVES

cidade criativa, economia criativa, Rede de Cidades Criativas da Unesco, cidades criativas brasileiras

Abstract

This text is a partial reflection research that investigates the institutionalization intricicates of the concept of creative city, throught the operational criteria ascertainment of the Network of Creative Cities of UNESCO. The emerging concept of "creative cities" originates in the terms "creative industry", which emerged in the late 1980's, and the "creative economy" of the early 2000's. The concept encompasses a way of apprehending the city in order to interweave its own characteristics of the place, based on culture and creativity, with political and economic actions, in the sense of promoting urban development. In 2004, the United Nations (UN), through one of its agencies, the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), created the Network of Creative Cities, institutionalizing the issue.

The objective of this text is to find out how the insertion of Brazil into the Network of Creative Cities of UNESCO took place. Currently, five Brazilian cities have the creative city seal, including Florianópolis and Curitiba, with the insertion in 2014, and in 2015, the cities of Belém, Santos and Salvador. It is intended to evaluate the requirements of the program and the proposals presented by Brazilian cities to the creative city seal. Alongside this, we want to evaluate what effects the city's "creative city seal" has caused in the urban environment. It is too early to say, but it is perceived that the UNESCO stamp emphasizes an aspect of culture, to the detriment of urban complexity. The operative reduction may inhibit other positive actions. On the other hand, if investments are made concrete, urban interventions can proliferate. This attitude presupposes that, definitively, the word "creative" has become part of the vocabulary of city management and development policies.

KEY WORDS

Creative city, creative economy, Creative Cities Network of UNESCO, creative cities in Brazil.

Introdução

Após o surgimento do conceito "indústria criativa" – na Austrália, em 1994, com o relatório Nação Criativa, e reconhecimento em 1997, pela publicação do Creative Britain, elaborado pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS) do governo Britânico – e da "economia criativa" em 2001, o "criativo" passou a fazer parte dos discursos de instituições públicas ou privadas como o elemento essencial para o desenvolvimento urbano sustentável. Esse modelo de desenvolvimento será firmado pela Rede de Cidades Criativas, criada em 2004, pela Organização das Nações Unidas (ONU), através uma de suas agências: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A atualidade das "cidades criativas" suscita dúvidas devido sua gênese na indústria criativa e na economia criativa. No Brasil, a discussão sobre esses termos ganhou impulso após a XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNTACD), realizada em São Paulo, em junho de 2004 (MIGUEZ, 2007) e com criação da Secretaria da Economia Criativa em 2011, juntamente com o lançamento de seu plano de gestão para o período de 2011 a 2014.

Atualmente cinco cidades brasileiras possuem a chancela cidade criativa, entre elas Florianópolis na categoria gastronomia e Curitiba no design, incluídas em 2014; e em 2015, as cidades de Belém através da gastronomia paraense, Santos com a chancela de cidade do cinema, e Salvador cidade da música.

Objetivos

Este texto pretende averiguar a inserção das cidades brasileiras à Rede de Cidades Criativas da UNESCO. O propósito é avaliar quais são as exigências do programa e as propostas apresentadas pelas cidades brasileiras à chancela de cidade criativa. Junto a isso, deseja-se investigar quais os efeitos que chancela causaram no espaço urbano, bem como as políticas de gestão e desenvolvimento nas cidades investigadas.

Metodologia

Esta pesquisa foi inicialmente qualitativa, buscando de forma exploratória realizar um levantamento bibliográfico de forma a investigar o que é indústria criativa, economia criativa e cidade criativa. Depois foi realizada uma análise documental da Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN), na busca de compreender sua dinâmica e organização. Na pretensão de realizar uma leitura crítica da UCCN no cenário brasileiro uma pesquisa *online* em *websites* examinou quais os motivos levaram a candidatura à rede, as propostas realizadas, e o reflexo dessas ações.

1. Da indústria a cidade criativa

O conceito de indústria criativa foi uma tentativa de mudar o debate acerca do valor da arte e da cultura, agregando-as às intenções econômicas e políticas, ao possibilitar a criação de empregos e geração de riqueza. Após o mapeamento realizado em 1998 pelo DCMS, com a finalidade de recolher dados do setor criativo britânico, constatou-se que as atividades relacionadas à criatividade influenciavam a economia por serem responsáveis por quase 1 milhão de empregos e 4% do PIB. A partir daí, o DCMS definiu indústrias criativas como "as atividades que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento e que tem um potencial de riqueza e criação de emprego através da geração e exploração da propriedade intelectual" (BRITISH COUNCIL, 2010, p. 15-16).

A partir desse conceito, a Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), agência vinculada à UNESCO, que procura promover políticas globais de crescimento econômico "sustentável" nos países em desenvolvimento, apontou que as indústrias criativas são "atividades que possuem um sólido componente artístico para qualquer atividade econômica, que produza produtos simbólicos intensamente dependentes da propriedade intelectual, visando o maior mercado possível" (UNCTAD, 2010, p.7).

Já a expressão "economia criativa", a UNCTAD (2010, p.9) diz que surgiu a partir das reflexões de John Howkins (2001), que diz ser uma nova relação criada entre criatividade e economia na busca de valor e riqueza. Partindo de tal reflexão, a UNCTAD trata a economia criativa como um conceito subjetivo e em evolução, que possui sua base fundamentada nas políticas inovadoras e multidisciplinares que potencializam o desenvolvimento econômico, cultural e social de forma viável.

A aplicação da economia criativa às cidades possibilitou o surgimento da "cidade criativa", cuja ferramenta essencial para dinâmica econômica e social é uma gama de atividades culturais que pendem "a ser construídas sobre uma sólida infraestrutura social e cultural, a ter concentrações de emprego criativo relativamente altas e a ser atrativas ao investimento estrangeiro devido às suas facilidades culturais bem estabelecidas" (UNCTAD, 2010, p.12).

Mas como seria possível aplicar a criatividade às cidades? A UNCTAD responde tal questão através das considerações de Charles Landry e também a Richard Florida. Partindo das reflexões de Landry, a UNCTAD (2010, p.12) aponta que as cidades criativas são resultado do processo de globalização que tem utilizado a criatividade como fator essencial no processo do novo modo de produção pós-industrial. Landry (2013) defende que a criatividade é um recurso que tem amplas implicações e aplicações em todas as esferas da vida; e, ao perceber isso, muitas cidades passaram a se autodenominar "cidades criativas". Entretanto, como o autor assinala (2013, p.13), "a capacidade criativa de um local é formada por sua história, cultura, configuração física e por suas condições operacionais globais, além de incluir soluções criativas para os

problemas sociais e para a gestão".

No relatório da UNCTAD (2010) a cidade criativa é vista como aquela que busca fortalecer a estrutura artístico-cultural, estimula o desenvolvimento socioeconômico por intermédio das indústrias criativas ou da economia criativa, abriga lugares atrativos à "classe criativa" e, consequentemente, move empresas para esses lugares. Estas, por sua vez, incentivam a interação tecnológica e comunicacional, estimulam uma cultura de criatividade de forma que os setores as diferentes esferas da sociedade trabalhem em conjunto para promover soluções inovadoras.

Conforme Florida (2011), a dinâmica de utilizar a criatividade na cidade contempoânea como um recurso essencial nas relações sociais, econômicas e impulsionar o cultural está ligada a presença da "classe criativa[1]", compreendida como um grupo de profissionais de áreas multidisciplinares com o objetivo de inovar o espaço onde estão inseridos. Florida (2011) defende que o crescimento socioeconômico de uma região se desenvolve onde o trabalhador criativo se encontra, assim, ele propõe a teoria dos 3Ts (talento, tecnologia e tolerância), que através de indicadores avalia o potencial criativo das cidades. O talento refere-se ao número de pessoas com ensino superior e mestrado completos; a tecnologia representa a quantidade de diplomas técnicos; e a tolerância, avaliada segundo três índices: o primeiro mede a diversidade local, o segundo a presença da comunidade homossexual dentro da população e o terceiro se refere à boemia artística.

Partindo de tais posições, percebe-se que o estilo de vida na "era criativa", sustentado por hábitos com apelo tecnológico, científico e cultural, objetiva incentivar o desenvolvimento econômico ao captar ideias e aplicá-las nas diferentes esferas da sociedade. Se a missão dessa era é disseminar a informação, incentivar as novas tecnologias, construir estratégias inovadoras e valorizar a cultura, seriam as cidades criativas o cenário ideal para desenvolver esse processo? Muitos pensam assim, e organismos internacionais institucionalizam essa ideia de cidade.

1.1. A institucionalização de uma ideia: A Rede De Cidades Criativas da UNESCO

A Rede de Cidades Criativas (UCCN), criada em 2004, pela Organização das Nações Unidas (ONU), graças a uma de suas agências: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), funciona como uma plataforma de conexão entre as cidades que buscam investir na criatividade e na cultura como motor de desenvolvimento urbano sustentável. Ao fazer parte dessa rede, as cidades têm a oportunidade de compartilhar experiências, elaborar projetos e parcerias, traçar medidas inovadoras nas esferas local e internacional.

1 A classe criativa é constituída por profissionais desde designers, arquitetos a profissionais de saúde, advogados, que, por meio da criatividade, propõem novas formas e conteúdo, projetam um novo produto, elaboram estratégias, enfim, por meio de hábitos culturais e sociais buscam resolver questões de forma sistêmica e inovadora (FLORIDA, 2011).

Para participar da UCCN, a cidade deve ter uma população mínima de cem mil habitantes e se inserir em uma das áreas específicas: *design*, cinema, música, artesanato e arte popular; artes e mídia, gastronomia e literatura. A candidatura deve ser enviada por e-mail, via formulário fornecido no site da UNESCO e precisa incluir: uma carta formal de aprovação da candidatura para a UNESCO do país em que se localiza a cidade, cartas de apoio assinados pelo prefeito ou por outro representante oficial da cidade, incluindo argumentos a favor do pedido, cinco cartas de apoio de outras cidades já participantes da rede dentro da mesma área temática, três dos quais devem ser provenientes de uma região geográfica diferente da cidade requerente, e cartas de apoio da associação profissional da área específica.

A cidade ao receber a chancela deve seguir a declaração de missão: promover o desenvolvimento local por meio da cultura e criatividade; sediar festivais e eventos, nacionais ou internacionais; envolver nos projetos a iniciativa privada, pública e a sociedade; incentivar a indústria criativa e a economia criativa; capacitar os agentes criativos; oferecer espaços culturais; entre outros. E para a interação entre as cidades da rede é realizada uma reunião anual onde são discutidas diretrizes futuras a respeito da captação de recursos para a rede, sobre a estrutura organizacional e o dever de cada departamento, o compartilhamento dos planos estratégicos, avaliação dos atuais membros e a seleção de novos; enfim, é realizada uma análise de todo o programa.

Em 2015, a rede reuniu 116 cidades de 54 países[2], que possuem o direito de usar o nome e o logotipo da UNESCO. Essas cidades se tornam obrigadas a informar anualmente as políticas, iniciativas, projetos e ações implementadas, tanto local quanto internacionalmente, que visam desenvolver a cultura e a criatividade. Caso a cidade não apresente as informações a contento – explicando suas estratégias e as metas alcançadas –, poderá receber duas advertências por escrito, e caso não as cumprir, poderá deixar a rede.

A institucionalização do termo cidade criativa, que há anos vinha sendo usado independentemente, por uma agência internacional, leva-o a outro patamar. Essa atitude pressupõe que, definitivamente, que o "criativo" se integrou de vez ao vocabulário das políticas de gestão e desenvolvimento das cidades. Isso é bom ou ruim? As reverberações desse rótulo já são percebidas no âmbito urbano ou limitam-se à expansão

2 Design: Bandung (Indonésia), Beijing (China), Berlim (Alemanha), Bilbao (Espanha), Budapeste (Hungria), Buenos Aires (Argentina), Curitiba (Brasil), Detroit (EUA), Dundee (Escócia), Graz (Áustria), Helsinki (Finlândia), Kaunas (Lituânia), Kobe (Japão), Medellín (Colômbia), Montreal (Canadá), Nagoya (Japão), Puebla (México), Saint-Étienne (França), Seoul (Coreia, Shanghai (China), Shenzhen (China), Singapura (Singapura, Turin (Itália). Cinema: Bitola (República da Macedônia), Bradford (Inglaterra), Busan (Coreia), Galway (Irlanda), Roma (Itália), Santos (Brasil), Sofia (Bulgária), Sydney (Austrália). Música: Adelaide (Austrália), Bogotá (Colômbia), Bolonha (Itália), Brazzaville (Congo), Glasgow (Escócia), Ghent (Bélgica), Hamamatsu (Japão), Hanover (Alemanha), Idanha-a-Nova (Portugal), Katowice (Polônia), Kingston (Jamaica), Kinshasa (República Democrática do Congo), Liverpool (Inglaterra), Mannheim (Alemanha), Salvador (Brasil), Sevilha (Espanha), Tongyeong (Coreia), Varanasi (Índia). Artesanato e arte popular: Aswan (Egito), Al-Ahsa (Arábia Saudita), Bamiyan (Afeganistão), Durán (Equador), Fabriano (Itália), Hangzhou (China), Icheon (Coreia), Isfahan (Irã), Jacmel (Haiti), Jaipur (Índia), Jingdezhen (China), Kanazawa (Japão), Lubumbashi (República Democrática do Congo), Nassau (Bahamas), Paducah (EUA), Pekalongan (Indonésia), San Cristóbal de las Casas (México), Santa Fe (EUA), Sasayama (Japão), Suzhou (China). Artes e mídia: Austin (EUA), Dakar (Senegal), Enghien-les-Bains (França), Gwangju (Coreia), Linz (Áustria), Lyon (França), Sapporo (Japão), Tel Aviv-Yafo (Israel), York (Inglaterra). Gastronomia: Belém (Brasil), Bergen (Noruega), Burgos (Espanha), Chengdu (China), Dénia (Espanha), Ensenada (México), Florianópolis (Brasil), Gaziantep (Turquia), Jeonju (Coreia), Östersund (Suécia), Parma (Itália), Phuket (Tailândia), Popayan (Colômbia), Rasht (Irã), Shunde (China), Tsuruoka (Japão), Tucson (EUA), Zahlé (Líbano). Literatura: Bagdá (Iraque), Barcelona (Espanha), Dublin (Irlanda), Dunedin, (Nova Zelândia), Ediburgo (Escócia), Granada (Espanha), Heidelberg (Alemanha), Iowa City (EUA), Krakow (Polônia), Ljubljana (Eslovênia), Lviv (Ucrânia), Melboume (Austrália), Montevidéu (Uruguai), Norwich (Inglaterra), Nottingham (Inglaterra), Óbidos (Portugal), Praga (República Checa), Reykjavik (Islândia), Tartu (Estônia), Ulyanovsk (Rússia).

de uma imagem consumível pelo mundo globalizado? O estudo está em andamento, mas constata-se que ano após ano intensifica-se a quantidade de cidades que se inserem a rede.

A UCCN é a expressão do discurso "criativo". Dessa forma, posiciona-se como "representação social", como algo natural que circula nos discursos, "trazidas [as cidades criativas] pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais", como afirma Jodelet (2001, p.17-18). A mesma autora reconhece que as representações correspondem a um pensamento pelo qual um sujeito, ou grupo, se reporta a um objeto. É a percepção que se faz de determinado elemento, e, depois de ser compartilhada, integra-se à dinâmica social. São essas representações que orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Por conseguinte, a conformação das cidades em uma rede, unidas pela criatividade, institui representações que as unificam e as diferenciam, simultaneamente. Entre tais representações, a imagem da cidade torna-se um aspecto que merece atenção.

Como não há realidade sem imagem, podemos considerar, por meio da afirmação de Ferrara (2000, p.115), que "a cidade se faz representar e se dá a conhecer concretamente pelas suas imagens", e que suas imagens são os signos da cidade e responsáveis por torná-la conhecida. Assim, a imagem é intransferível, pois ela corresponde à informação relacionada a um significado construído. A construção da imagem urbana, a partir de um sistema de significados, é uma forma de entender e valorizar a cidade, mas também de globalizá-la.

2. Cidades criativas brasileiras

Atualmente no Brasil cinco cidades integram a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, reconhecidas por suas peculiaridades culturais e tradições locais. Curitiba foi a primeira cidade a receber a chancela de cidade criativa em 2014, na categoria *design*, seguida de Florianópolis como cidade da gastronomia. Em 2015, a cidade de Belém passou a representar o Brasil através da gastronomia amazônica, Santos com o cinema e Salvador com a música. Diante disso, pode-se refletir: se por um lado tais cidades tendem a exaltar a particularidades de um local para se inserir a rede, a institucionalização da cidade criativa não promove a universalização cultural? E se tais cidades são de fato criativas, qual a razão de eleger apenas uma categoria específica em detrimento de toda uma tradição cultural local? A análise da candidatura das cidades brasileiras a UCCN e as reverberações pós-chancela permitirá refletir sobre tais questões.

Curitiba, Capital do Paraná, localizada na Região Sul do Brasil é reconhecida pela boa articulação entre gestão urbana, planejamento urbano e transporte coletivo. Sua integração a rede ocorreu em 2014, na categoria *design*, pela iniciativa de um grupo de designers que buscaram apoio de instituições como a ADP, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), ABEDESIGN, Centro Brasil Design (CBD), ADG Brasil e ProDesign>PR, e também do Ministério das Relações Exteriores. Curitiba cidade criativa prevê cooperar e trocar experiências com os membros da rede, de forma a encontrar soluções para os desafios enfrentados nas cidades. Para isso, sua candidatura prenuncia a realização de eventos para valorização do

design e inserção da cidade no cenário internacional.

Não se sabe quais foram os eventos destacados no processo de candidadura, mas dentre os relacionados ao design nos últimos tempos registrou-se a Semana D – Festival de Design, realizada em 2015 pelo Centro Brasil Design e pela ProDesign>pr, que contou com o 2º Fórum Internacional Cidades Amigas do Design (FICAD), promovido em parceria com o IPPUC. A Conferência Internacional de Cidades Inovadoras CICI 2014.

No âmbito das ações e estratégias realizadas pelo Governo Municipal, é ressaltado na candidatura o Programa *Curitiba Criativa,* que visa promover a capacidade inovadora da cidade, desenvolver a economia criativa e fomentar o empreendedorismo local. Juntamente, o *Viva Mais Curitiba*, que busca incentivar práticas culturais, artísticas e esportivas de forma a valorizar a identidade e especificidades locais. O *Programa Curitiba + Design* em consonância com o *Plano Estratégico de Inovação e Design* na revisão do Plano Diretor (2014), tem o propósito de estabelecer ações entre as entidades da sociedade para a valorização do *design* no município.

Curitiba pretende ser referência a outras cidades colocando o design para pessoas como o elemento que promove soluções inovadoras no urbanismo. A ideia é apresentar o design a partir de quatro dimensões: *Diversidade* – explorar a perspectiva holística dos costumes brasileiros; *Sustentabilidade* – envolver as questões ambientais, culturais e empresariais; *Comunidade* – explorar a alegria e felicidade da vida em comunidade; *Juventude*: lidar com a juventude e seus desafios para promover um futuro melhor.

A cidade de Florianópolis apoderou-se da gastronomia local de influência portuguesa e indígena para alcançar a chancela de cidade criativa da UNESCO. Capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis possui características bem peculiares com grande parte de seu território assentado em uma ilha, o que lhe permitiu se tornar uma cidade em referência turística. Sua candidatura a UCCN foi um trabalho realizado por um grupo coordenado pela Associação FloripAmanhã, com a participação da ABRASEL/SC (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), SEBRAE/SC (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Estácio/ ASSESC, *Floripa Convention*, IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), SETUR/Prefeitura Municipal de Florianópolis, SHRBS (Sindicato de Hotéis Restaurantes Bares e Similares de Florianópolis) e UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina).

No dossiê de candidatura é apresentadado que o objetivo de Florianópolis se integrar a rede é atrair o olhar internacional e permitir o desenvolvimento cultural e socioeconômico do município através do turismo e da gastronomia. A cidade é revelada como um potencial econômico, histórico e cultural, um lugar aonde se mantêm o equilíbrio entre tradição da culinária local e as exigências da cozinha contemporânea. A partir dessa ideia, foi proposto um Observatório Gastronômico, capaz de mapear, traçar estratégias e ampliar a discussão de informações relacionadas com a produção de alimentos, além de organizar festivais temáticos.

Pretende-se ainda, incentivar a melhoria dos serviços e produtos oferecidos através de um prêmio bienal aos melhores restaurantes, e a realização de eventos anuais que envolvam os chefs das demais cidades da rede, e programas de intercâmbio acadêmico para estudantes de gastronomia. Propõe-se também a criação de um Núcleo de Inovação Cultural para fomentar trabalhos multidisciplinares com foco na economia criativa.

A "capital da ostra" apoiou-se nas particularidades da gastronomia local através da marinacultura, bebidas, doces e nos eventos gastronômicos e culturais como a Fenaostra – Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana –, o festival Bar em Bar (desde 2008) que populariza a culinária dos bares, o festival Brasil Sabor (desde 2007) que valoriza a gastronomia local, o Festival Caminho dos sabores da Praia dos Ingleses e as várias rotas gastronômicas.

No dossiê não há nenhuma proposta diretamente relacionada as intervenções urbanas, entretanto, a pesquisa encontrou informações do *Centro Sapiens*, projeto de parceria público-privado lançado em 2015 voltado ao desenvolvimento da economia criativa, que anuncia algumas ações nesse sentido. O *Sapiens* será um parque de inovação e desenvolvimento da ciência, tecnologia, meio ambiente e turismo por meio de incubadoras e aceleradoras de economia criativa e cultura colaborativa. O projeto presume requalificar a região leste do centro histórico de Florianópolis através de melhoria no espaço urbano, recuperação de prédios e implementação do Museu da Cidade na antiga Casa de Câmara e Cadeia e implantar o Polo Gastronômico.

Nos últimos tempos instituições e empresas perceberam a potencialidade da culinária amazônica instigando a candidatura de Belém como cidade criativa da gastronomia. Sua inserção na UCCN foi um trabalho realizado pela parceria entre Prefeitura Municipal, Governo do Estado do Pará, Instituto Paulo Martins, o Instituto Atá e o Centro de Empreendedorismo da Amazônia. Houve o apoio da Fundação Roberto Marinho, Fundação Romulo Maiorana, Confederação Nacional do Turismo e Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e do Itamaraty. A candidatura de Belém foi apresentada simultaneamente aos seus 400 anos, anunciado na ExpoMilão, o que favoreceu a construção de um discurso de valorização de suas expressões culturais, como os principais pratos da culinária paraense como o pato no tucupi, o tacacá, o açaí, entre outros, e o Festival Ver-o-Peso, que acontece há 13 anos.

Belém cidade da gastronomia, busca atrair a atenção internacional para o Estado, o qual vem adotando há alguns anos medidas para melhoria da imagem da capital, entre elas a inauguração do Complexo da Estação das Docas – que oferece opções de lazer e de apreciação da comida paraense –, e a reforma do Mercado Ver-o-Peso – que possui os mais variados gêneros alimentícios da região – ambos localizados na Baía do Guajurá.

Entre os objetivos revelados, o principal é a criação do Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia, que irá fomentar a pesquisa, a capacitação e o turismo relacionados aos ingredientes amazônicos.

Cogitou-se implantar o polo gastronômico – com escola de gastronomia, laboratório de alimentos, barco-cozinha, museu e restaurante – na Casa das 11 Janelas, atual Museu de Arte Contemporânea de Belém o que gerou grande discussão. Observou-se que há uma inteção de melhorar a infraestrutura urbana da cidade e promover a renovação do centro, ainda que de forma implícita.

A cidade de Santos, localizada à 80 Km da cidade de São Paulo, no litoral paulista, tem sido vista como um excelente cenário para produções cinematográficas devido suas paisagens naturais, seu porto, suas construções históricas e contemporâneas. Ao perceber isso, a gestão municipal criou em 2007, a *Santos Film Comission*, uma agência para gerenciar a produção audiovisual no município, bem como a locação e organização de filmagens.

E para impulsionar a vocação da cidade de ser um verdadeiro *set* de filmagens, a prefeitura reforça a imagem de Santos como uma cidade propícia ao desenvolvimento cinematográfico ao se candidatar a UCCN em 2015. A justificativa foi o avanço da indústria cinematográfica nos últimos anos devido a infraestrutura existente na cidade e a proximidade com a capital. Além de possuir escolas de cinema que formam mão de obra qualificada para o setor do audiovisual, comporta o maior público proporcional de cinema do Brasil com 22 salas comerciais e 3 salas públicas de cinema, e sedia festivais de cinema como o Curta Santos.

A iniciativa Santos cidade do cinema contou com a Prefeitura Municipal através da criação de um comitê por decreto. Formado por integrantes do Gabinete do Prefeito, secretarias de Desenvolvimento Econômico e Inovação, Cultura, Turismo, Desenvolvimento Urbano, Educação, Defesa da Cidadania e Fundo Social, em conjunto com produtores locais e representantes de coletivos de audiovisuais e de universidades, este comitê busca promover políticas de desenvolvimento da economia criativa, estabelecer parcerias entre a iniciativa pública e privada, fazer o mapeamento da economia criativa e fomentar o desenvolvimento de polos e territórios criativos, estabelecer instrumentos legais da economia criativa e apoiar ações voltadas à formação de profissionais das áreas criativas. Entre as propostas à UCCN, algumas já estão sendo implementadas como a revitalização da área do mercado municipal, o qual abrigará uma escola de cinema em parceria ao Instituto Querô, com previsão de inaugurar em 2018. E também a relização em 2016,do 1º Festival CMG – evento de cinema, música e gastronomia, que contou com workshops de cinema e gastronomia, e apresentações *open air* de filmes com bandas tocando suas trinlha sonoras ao vivo.

Já a cidade de Salvador, primeira capital do Brasil e atualmente capital do Estado da Bahia, localizada na região Nordeste, efetuou sua candidatura em 2015 motivada pela Prefeitura reconhecer a existência de uma economia criativa desenvolvida na cidade, em que a música poderia ser utilizada como instrumento para o "desenvolvimento urbano sustentável". O grupo gestor do processo foi coposto pelo Escritório Salvador Cidade Global, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Gregório de Mattos, Centro de Estudos e Estratégias em Relações Internacionais e OCP Comunicação. Entre criadores e acadêmicos, o Dr. Paulo Costa Lima (Academia Brasileira de Música/ Escola de Música - UFBA), Carlinhos Brown (Troféu de melhor

educador de música na 31ª Conferência Mundial de Educação Musical - *International Society for Music Education*) e a Dra. Simone Guerreiro (Instituto de Letras -UFBA), pesquisadora de música e artes integradas.

No formulário de candidatura, deu-se importância a produção e origem de gêneros musicais em Salvador e sua dispersão por todo país, tanto pela música erudita, popular ou étnica. Foi posto que a música desenvolvida na capital baiana conseguiu estabelecer a comunicação entre a cultura erudita e as produções populares, e também dialogou com a cultura literária, plástica, cinematográfica, teatral e, também, com a filosofia. Foi dado destaque ao carnaval baiano considerando-o como o maior impulsionador da produção e desenvolvimento musical, pois é a maior festa de participação popular do mundo com 500 mil turistas e movimentação estimada em 248 milhões de dólares.

Apresentaram os eventos no que diz respeito à cultura e a economia criativa, entre eles: o Encontro Internacional da Economia Criativa (2014), o I Fórum das Artes, Mercado e Tecnologia (2010) e o Perc Pan – Panorama Percussivo Mundial (2010 e 2014), um dos principais festivais de música percussiva do mundo, a 12ª edição do Mercado Cultural (2012), que promoveu trabalhos artísticos, desenvolvimento profissional e o intercâmbio e a engenharia de redes locais e no mundo, o Seminário Economia da Música (2010), e a Rodada da Música, na Feira do Empreendedor (2013). Quanto às orquestras, bandas e grupos musicais foi mencionado a OSBA, OSUFBA, Sociedade Musical Oficina de Frevos e Dobrados, NEOJIBA, Grupo de Percussão da UFBA, Orquestra Popular da Bahia, Orquestra Rumplezz e Orquestra Afrosinfônica. E para consolidar o título de cidade da música foi posto na candidatura o projeto do Museu da Música. A ideia é que ele seja um espaço atraia o olhar do turista e possibilite conhecer a história da música do Brasil a partir da sonoridade baiana. Sua implantação será no Centro Histórico o que implicará na desapropriação de quatro imóveis.

Conclusões

Em 2004, a UNESCO ao institucionalizar a criatividade por meio da Rede de Cidades Criativas, propondo critérios e normas a serem seguidos pelo conjunto de cidades que se destacam por algum elemento cultural determinante, mostra a força do discurso “criativo” trazido pelas palavras, mensagens, imagens e condutas das cidades. Ao avaliar esse processo nas cidades criativas brasileiras, mesmo que recente, já é possível detectar os efeitos da chancela.

Constata-se que há a construção de uma imagem de cidade criativa, através de parceria público-privada para se investir em infraestrutura urbana, atividades culturais e de lazer, e espaços públicos convidativos. Essa imagem constrói-se no primeiro momento a partir de algum aspecto cultural local (do que é próprio e específico), e depois busca integrá-la à cultura global (o que não permita que em outros casos esse fator ocorra de forma inversa). Ao que parece, é mais uma estratégia de *image-making* para provomer o desenvolvimento através do turismo e de inventimentos de empreendedores. Dessa forma, fica subtendido que a chancela da

UNESCO exalta um aspecto da cultura, em detrimento da sua própria complexidade. Entretanto, conforme os investimentos se concretizam, as intervenções urbanas podem proliferar. Foi possível averiguar isso nas cidades de Belém, Florianópolis, Santos e Salvador e ainda que não tenha atingido a totalidade das suas intenções. Já em Curitiba, foi reforçado o bom êxito de seu planejamento urbano, mas não constatou nenhuma proposta de interveção urbana ou projeto edilício.

Apreende-se que a iniciativa para conquistar a chancela de cidade criativa partiu de profissionais e agentes das áreas de interesse ou pela gestão municipal, e depois buscaram apoio de outras instituições para dar credibilidade ao processo. Constata-se também que após o recebimento da chancela, houve a proliferação de programas da gestão municipal, de instituições públicas e privadas que visam promover o desenvolvimento da economia criativa, seja através de eventos, debates, planos estratégicos ou pesquisas. Isso pressupõe que a criatividade se integrou no vocabulário das políticas de gestão e desenvolvimento das cidades.

Referências

- British Council (2010). British Council's Creative And Cultural Economy Series, Mapping the Creative Industries: a Toolkit. Londres, British Council. Retirado de: https://www.britishcouncil.pl/sites/default/files/mapping_creative_industries_toolkit.pdf.
- Centro Sapiens. (n.d). Apresentação do Centro Sapiens. Retirado de: http://centrosapiens.com.br/wp-content/uploads/2016/03/projeto-CentroSapiens.pdf
- Cities of Design Netowork. (n.d). Curitiba UNESCO City of Design. Retirado de: http://www.designcities.net/city/curitiba/
- Ferrara, L. D (2000). Os Significados Urbanos. São Paulo: Fapesp, p.115-131.
- Florida, Richard L. A ascensão da classe criativa: e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano. Tradução: Ana Luiza Lopes. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- FloripAmanhã. (n.d). Florianópolis: Cidade Unesco da Gastronomia / Unesco City of Gastronomy [website]. Retrieved From http://floripamanha.org/prioridades-floripamanha/florianopolis-cidade-unesco-da-gastronomia-unesco-city-of-gastronomy/.
- Jodelet, Denise (2001). "Representações sociais: um domínio em expansão" IN Jodelet, D. (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: UERJ.
- Landry, Charles (2013). Origens e Futuros da Cidade Criativa. São Paulo: SESI-SP.
- Reis, Ana Carla Fonseca (2012). Cidades Criativas: da teoria à prática. São Paulo: SESI-SP.
- Inova Santos. (n.d). Santos Cidade Criativa. Retirado de: http://santoscidadecriativa.com.br//.
- Sapiens Parque. (n.d). HISTÓRIA. Retirado de http://www.sapiensparque.com.br/pt/historia/.
- UNCTAD (Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento); PNUD (Unidade Especial para Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2010). Relatório da economia criativa 2010.ONU. Retirado de: http://www2.cultura.gov.br/economiacriativa/wp-content/uploads/2013/06/relatorioUNCTAD2010Port.pdf.

- UNESCO. (n.d) Creative Cities Newtork. Retirado de http://en.unesco.org/creative-cities/home.

PODE UMA HISTÓRIA DE AMOR INDUZIR UM PROCESSO DE REGENERAÇÃO URBANA?

PAULA CRISTINA CORREIA

Socióloga
(Portugal)
Email: Paula.correia@cm-odivelas.pt

Resumo

Pretende-se desenvolver um projeto de política pública de regeneração urbana onde se discuta a criação de um novo polo de atractividade para o concelho de Odivelas, assente numa estratégia cultural inovadora que articule tradição-identidade-criatividade a partir da vida quotidiana no Mosteiro de S. Dinis e São Bernardo, marcado por uma história amorosa singular, entre o rei D. João V (1689-1750) e a Madre Paula (1701-1768), a qual durou aproximadamente três décadas até à morte do rei. Esta história inspirou vários autores, incluindo o prémio nobel da literatura, José Saramago, que no Memorial do Convento (1982) dedica passagens à bela Madre a quem o rei, perdido de amores, terá oferecido uma banheira de prata maciça que deslumbrou, à época, a corte de Londres.

Este pretexto dá o mote para a discussão em torno de uma regeneração urbana criativa que aposte no reforço da identidade local através da consolidação da imagem desta paixão, recriando imaginários que permitam um roteiro turístico metropolitano que consolide parcerias entre cidades, a diversas escalas e, em particular, com Lisboa, Mafra e Alcobaça, locais que marcam a história de ligação estrita entre mosteiros-realeza.

Esta ancoragem deverá permitir uma dinâmica de cidade que proporcione a implementação de novas atividades comerciais, lúdicas e culturais explorando a temática conventual como solução para problemas de decadência territorial transformando-os em oportunidades de negócio, lazer e turismo, ambicionando uma cidade mais diversificada, tolerante e vibrante pois, "as cidades que se divertem dão-se melhor economicamente" (Whynn, 2009).

Projetos integrados de "Place Branding" que contribuam para projetar a marca marmelada de Odivelas e o Mosteiro, a gastronomia e a doçaria conventual, a pesquisa e musealização (explorando a história dos amores reais em contexto virtual, literário, cinematográfico ou plástico) buscando na cultura e nas artes os instrumentos centrais de regeneração de um espaço público ameaçado pelo vazio do anonimato urbano

PALAVRAS CHAVES

Regeneração Urbana; Identidade Cultural; Inovação; Criatividade, Singularidade

Abstract

The goal of this project is to develop a public policy of urban regeneration in which the creation of a new pole of attraction for the municipality of Odivelas, based on an innovative cultural strategy that articulates tradition-identity-creativity from the daily life in the Monastery of St. Dinis marked by a singular love story between king D. João V (1689-1750) and Mother Paula (1701-1768), which lasted approximately three decades until the death of the king. This love story has inspired many authors, including the Nobel Prize in literature, José Saramago, who in the Memorial of the Convent (1982) dedicates sereval pages to the beautiful Mother whom the king, lost in love, have offered a solid silver bathtub that dazzled at the time, the court of London.

This pretext is the theme for a discussion around a creative urban regeneration that emphasis the strengthening the local identity through this love story concept, recreating the imaginary and enabling a metropolitan tourist route consolidating partnerships between cities, in different scales, specially, Lisbon, Mafra and Alcobaça, as other places that have also closer historic connections between monasteries-royalty.

This anchoring should allow a dynamic city that provides the implementation of new commercial, recreational and cultural activities exploring the monastic theme as a solution to territorial decadence problems turning them into opportunities for business, leisure and tourism, aiming a more diverse city, tolerant and vibrant because "the cities that have fun give better economically" (Whynn, 2009).

Integrated Projects of "Place Branding" that contribute to project the "marmalade of Odivelas" brand and the Monastery, gastronomy and the conventual sweets, research and musealization (exploring the Royalty love stories in virtual media, literary, cinematic or plastic contexts) seeking on culture and arts the central instruments of a public space regeneration threatened by the emptiness of urban anonymity.

KEY WORDS

Urban Regeneration; Cultural identity; Innovation; Creativity, Singularity

Introdução

Em todas as cidades existe uma energia latente à espera de ser libertada

É hoje relativamente consensual, ao nível do planeamento do território, a necessidade de abordagens centradas em processos de regeneração urbana, baseados em princípios de planeamento estratégico, mais flexíveis, integrados e transversais que, em complemento com os planos mais tradicionais (planos de pormenor, de urbanização, etc.), respostas mais adequadas à crescente complexidade, incerteza e diversidade inerente aos processos de desenvolvimento em contexto urbano. A criatividade surge, neste sentido, como uma resposta reconhecida e determinante na geração de riqueza e emprego, incorporando mudanças tecnológicas, promovendo a inovação e o reforço da competitividade das cidades e regiões.

As cidades criativas enquanto espaços urbanos que ensaiam abordagens centradas na cultura têm revelado, sobretudo na última década, uma eficácia impressionante na regeneração de cidades que aparentemente estariam condenadas ao esquecimento[1] . O seu sucesso deve-se, em grande parte, à capacidade de provocar uma "efervescência cultural" fruto de uma articulação entre actividades artísticas, sociais, indústrias culturais e governo que asseguram uma parte significativa da actividade empresarial enquanto valor económico ligado a conteúdos culturais, contribuindo para aumentar a economia da cidade e a qualidade de vida dos cidadãos, através de dinâmicas propicias à criação sustentável de afectos pelos lugares.

Odivelas, concelho integrado na Área Metropolitana de Lisboa[2], encontra-se fortemente consumido por um urbanismo desenfreado e de fraca qualidade, uma espécie de "patinho-feio" extensível, aliás, a outros concelhos metropolitanos que sofreram, também, forte pressão urbanística e que necessitam urgentemente de reverter processos de declínio territorial, reinventando novas abordagens, focando o território sob novas perspectivas, criando contextos de oportunidade a partir de fraquezas que ganham novas leituras/ interpretações contemporâneas, que estimulem os cidadãos a serem curiosos e com abertura para pensar de modo diferente e desafiador de limites. Odivelas, apesar de não ter um contexto aparentemente atractivo, pois não possui uma paisagem natural de relevo nem um enquadramento urbanístico que a beneficie, tem, porém, uma mais-valia incrível fortemente subestimada – o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, com mais de setecentos anos de história e que, explorado num ambiente de criatividade poderá desenvolver uma imagem forte como marca do lugar que, em complementaridade com outros territórios culturais e, integrando redes a diversas escalas poderá desenvolver, se o sonho colectivo assim tiver "força de vontade", um processo de inversão de um ciclo negativo, de décadas, associado à uma forte imagem de "dormitório" da periferia

1 Casos de Manchester, Liverpool ou Bilbau.

2 O Concelho, situado na coroa central da AML com fronteira com os concelhos da Amadora, Lisboa, Loures e Sintra. É criado, em 1988, aquando da separação do concelho de Loures e é composto pelas freguesias de Odivelas, União de Freguesias de Pontinha e Famões, União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto e União das Freguesias de Ramada e Caneças.

de Lisboa (Correia, 2001). É, pois, a partir da exploração deste contexto rico de histórias peculiares por desvendar, que se discute a possibilidade do Mosteiro abrir a porta à regeneração há muito esperada para a cidade.

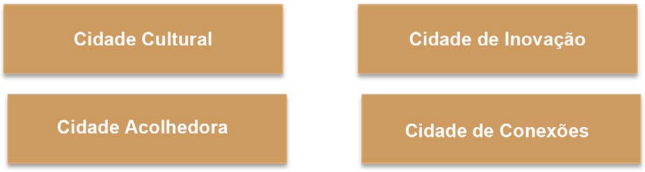
Objectivos

Fazer de Odivelas uma cidade acolhedora que se perspectiva de dentro para fora e que, reconhecendo a sua singularidade a partir do Mosteiro, seja capaz de transformar uma fraqueza assumida colectivamente (histórias amorosas *versus* pecado) numa imagem com potencialidade estratégica que permita, a diversas escalas - metropolitana, nacional e internacional - assumir colectivamente o Mosteiro de Odivelas como o primeiro mosteiro da Ordem de Cister a sul e o mais célebre mosteiro de freiras, que houve em Portugal, palco de histórias singulares que, exploradas em contexto de criatividade, permitam colocar Odivelas no mapa das cidades que têm a audácia de pretender resgatar colectivamente a "alma" dos lugares.

Entende-se, neste contexto, a cultura e a história do Mosteiro, como processo central de regeneração urbana explorando e (re)interpretando imaginários, de que é exemplo a original banheira oferecida pelo rei à Madre e que, recriada em contexto experimental, criativo e arrojado poderá transformar-se numa peça versátil de arte pública, mobiliário urbano ou "merchandising cultural" enquanto ferramenta de competitividade territorial que permita tratar culturalmente problemas aparentemente incuráveis.

Pretende-se, nesse sentido, aprofundar a história da vida quotidiana no Mosteiro no reinado de D. João V, tendo em vista a recriação de contextos que permitam o "alimento criativo" para uma diversidade de projectos como por exemplo a "Torre da Madre Paula", cenário de um verdadeiro palácio de fadas, em contexto museológico interactivo e virtual. Também "*o manjar do amor*", assim o designava o rei, sempre que se referia à célebre confecção da "Marmelada Branca de Odivelas" poderia associar a história à experiencia gastronómica como" património intangível" (UNESCO, 2003) associada à marca MADRE no sentido de desenvolver capacidade de atração supra-regional (ver Quadros 4 e 5).

Figura 1 - Linhas de Orientação Estratégica para a Cidade



1 - Aposta numa **cidade cultural** que valorize as identidades, as práticas e consumos culturais da população, crie e atraia novos públicos em torno do tema MADRE, que valorize o impacto económico da cultura em contexto de criatividade – desenvolvendo, a este nível, projectos gastronómicos inspirados, por exemplo, no "*manjar do amor*" ou no "Pudim Madre Paula".

2 - Aposta numa **cidade de inovação** (cultural, social, económica, ambiental), entendida como solução para problemas urbanos e "feridas culturais", transformando-os em oportunidades de desenvolvimento de "efervescência cultural" através da realização de concursos literários, filmes, ópera, tão do agrado do Rei (numa parceria com o Teatro S. Carlos) ou encenações teatrais (valorizando o espaço da MALAPOSTA) e que permitam projectar Odivelas a diversas escalas territoriais.

3 - Aposta numa **cidade acolhedora** baseada na tolerância e flexibilidade**,** atractiva para empresas (com especial relevância para as indústrias criativas e empresários que apostem na renovação do comércio local e que pretendam recriar imaginários MADRE - doçaria conventual, gastronomia ou design gótico desenvolvendo condições de mudança e preparando a cidade para acolher a temática do Amor.

4 - Aposta numa **cidade de conexões** - entre áreas da cidade, grupos sociais, público e privado, local e global – através do desenvolvimento de projectos de requalificação do espaço público junto ao Mosteiro e em toda a área do núcleo antigo da cidade, onde poderão acontecer eventos/recriações MADRE.

Metodologia

A metodologia de abordagem cultural na regeneração das cidades constitui-se como um dos factores mais importantes na estruturação do tecido urbano e social, contribuindo fortemente para correção de assimetrias regionais e de desenvolvimento local e regional, para a afirmação da identidade e promoção da imagem de uma região ou cidade como comprovam vários exemplo nacionais e internacionais onde o modelo já foi testado com sucesso[3].

O enfoque na cultura enquanto princípio integrador das políticas de desenvolvimento implica ter a ousadia de "*think outside the box*" quando se olha para os recursos locais ensaiando outras perspectivas que permitam projectar a cidade, quer interna quer externamente, contribuindo para regenerar a cidade através de um processo de "culturização da economia" (Lopes, 2000). Este novo paradigma que entende a cultura como um meio de valorização das comunidades e promoção da cidadania tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento local pela forte expectativa que transporta.

No âmbito do "*Portugal 2020*" recomenda-se, também, uma abordagem em torno de uma visão de futuro para a região metropolitana, assente em parcerias empenhadas em explorar e consolidar uma base de identidade cultural como marca dos lugares - no caso de Odivelas a abordagem, para concretizar essa visão, desenvolve-se em torno da marca MADRE que, em complementaridade com outros municípios, permita

3 Na Europa - Barcelona, Liverpool, Verona (a cidade eterna de Romeu e Julieta) ou Berlim. Nos EUA - Austin no Texas ou a Cidade do Cabo, na África do Sul são, nesta matéria, bons exemplos internacionais. Em Portugal, Idanha-a-Nova e Óbidos são as primeiras cidades portuguesas a serem incluídas na rede de cidades criativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – a primeira como cidade criativa da música e, a segunda como cidade criativa da literatura.

criar sinergias para o desenvolvimento de uma abordagem integrada que articule os conceitos de "cidade cultural", "cidade criativa" e "cidade sustentável" a três escalas complementares – europeia e ibérica, nacional e metropolitana.

Tal visão pretende ultrapassar a "visão clássica" de cidade - residencial, institucional e empresarial, *stricto sensus* que, se encontra esgotada num modelo redutor de urbanização e urbanismo, que não permite evidenciar as diversas dimensões da urbanidade (Mateus & Associados, 2005, p.64), nomeadamente as dimensões patrimonial e cultural, para a qual se incentiva a criação de um "arco patrimonial da região" AML Norte (Mateus & Associados, 2015, p. 116) bem como o desenvolvimento/estruturação de uma rede inserida nas temáticas e rotas histórico-culturais, de que é exemplo a "Rede de Cidades de Grandes Mosteiros Portugueses" (Mateus & Associados, 2015, p.125), que a MADRE deverá integrar para reforçar o seu poder de atração supra-regional.

3. Odivelas Cidade Criativa

3.1. A Aposta na Cidade Criativa

O modelo de regeneração urbana proposto para Odivelas tem sido testado em várias cidades que têm experimentado, a nível internacional mas também nacional, modelos de matriz predominantemente criativa como forma de transformar a vida urbana em locais mais autênticos, informais e tolerantes através de processos de cooperação e aprendizagem partilhados. Para tal, os lideres das cidades, nomeadamente o poder local, têm que ter arrojo e visão, para superar os modelos tradicionais entendendo a criatividade e a imaginação como uma oportunidade de resolução de velhos problemas urbanos numa lógica de valorização do singular-único-surpreendente. Está francamente demonstrado que, pela promoção das identidades, as cidades conseguem captar e reter as empresas e empreendedores talentosos, universidades e população que buscam locais tolerantes e autênticos para prosperar gerando um eficaz efeito de multiplicação.

O grande impulsionador deste modelo, Richard Florida (2002), inspirou, sobretudo na última década, esta forma de "fazer cidade". Defende, o autor, que o desenvolvimento e o crescimento económico dependem, na era da sociedade do conhecimento, da informação e da cultura, de uma forma conjugada, de 3Ts – *tecnologia* (aplicação das ferramentas tecnológicas para dinamização da cidade), *talento* (atração de pessoas com formação e experiência em áreas criativas) e, *tolerância* (a abertura para com a diversidade e a atitude favorável à inclusão) numa lógica de conexão e de redes partilhadas.

São, pois, cidades que assentam nos conceitos de inovação e criatividade entendidos como soluções para problemas urbanos transformando-os, através de leituras criativas e frequentemente transgressoras, em oportunidades. A dinâmica criada assume uma perspectiva que pensa a cidade a partir do seu interior valorizando e reconhecendo, em primeiro lugar, as suas singularidades e só depois, desenvolve e busca

no exterior, as suas complementaridades. A originalidade da abordagem é pois a pedra de toque para a sua externalização e o investimento público na cultura e nas artes constitui um estímulo directo à atividade económica, característica entendida como o percurso para onde tenderiam as cidades na era pós-industrial (Myerscough,1988).

É precisamente sob o signo da criatividade, que se construirá a resposta de algumas cidades inglesas no final da década de 80 e 90 (Manchester, Liverpool ou Sheffield). A reflexão centrada nas condições necessárias para pensar, planear e agir com imaginação na procura de oportunidades enquanto "dever de inovar" (Matarasso & Landry, 1998, pp. 12-13) como resposta para problemas urbanos aparentemente insanáveis estimulou o desenvolvimento de ferramentas para reforço da competitividade urbana, densificando e testando a capacidade das suas redes, a riqueza e profundidade cultural, o *design*, ou a consciência ambiental (Landry, 2006). A própria estrutura social da criatividade constitui-se, como um meio de suporte aberto às mais diversas formas de criatividade, destacando-se as artísticas e culturais, tecnológicas - invenção e económicas - empreendedorismo (Florida, 2002). Esta teoria designada por "capitalismo criativo" assenta no pressuposto de que as pessoas criativas são o motor de força do desenvolvimento económico e que a cultura pode oscilar entre "um modo de vida", um conjunto de artes" ou "um processo de democratização" (Matarasso & Landry, 1998, pp. 4-7) sendo, numa perspectiva integrante de todos os conceitos, o pilar estruturador da "qualidade de vida" em processos de regeneração.

Existem, também, em Portugal várias experiencias de projetos de urbanismo com enfoque na cultura e criatividade, que abordando transversalmente as problemáticas do território, pretendem reagir à crise, dos últimos anos, com inovação utilizando mais criatividade e menos recursos financeiros. São exemplos a considerar, os projetos de regeneração de Coimbra (www.cm-coimbra.pt), Braga, com a Capital Europeia da Juventude (www.bragacej2012.com) ou, mais recentemente Guimarães no âmbito da Capital Europeia da Cultura, 2012 (www.guimaraes2012.pt.) ou, Sines com o Festival da Músicas do Mundo (www.fmm.com.pt/). A este respeito são, também, bons exemplos nacionais, Óbidos, que lidera a Rede CREATIVE CLUSTERS – "Clusters Criativos em Áreas Urbanas de Baixa Densidade" no âmbito do Programa URBACT (www.cm obidos.pt/) ou, o Porto com "Manobras no Centro Histórico do Porto" (http://manobrasnoporto.com.). De destacar ainda, neste sentido, o programa nacional de parceria com a cidade Norte-Americana de Austin bem como a participação portuguesa na Rede de Cidades Criativas da UNESCO (2004).

3.2. Projecto MADRE

3.2.1. Contexto temático

Ao longo dos séculos o Mosteiro de S. Dinis e São Bernardo (1295) consolidou-se como "o mais célebre mosteiro de freiras, que houve em Portugal" (Figueiredo, 1889, p.1). Foi cruzado por histórias de amor, intriga,

literatura e poesia, que inspiraram diversas obras literárias ao longo dos tempos[4]. O seu fundador, D Dinis - o "Rei Poeta" (1261-1325), contribuiu decisivamente na construção da poesia trovadoresca, desenvolvendo o género literário das cantigas de amigo, cantigas de amor, cantigas de escárnio e de maldizer e a presença literária foi constante no Mosteiro ao longo de diversas épocas.[5]

Residiram no Mosteiro, desde os seus primórdios, as freiras Bernardas da Ordem de Cister[6], maioritariamente de origem nobre que, à falta de dote, não conseguiam casar recolhendo ao Mosteiro, frequentemente alvo de doações dos reis e da nobreza, que lhes proporcionavam uma vida mais cómoda e segura. O Mosteiro chegou a albergar, por volta de 1755, mais de trezentas e cinquenta monjas – "As Freiras Bernardas" cujas histórias de vida confluíam em permanente tensão entre a fé e a necessidade de proteção que as levava a uma "clausura de resistência" porque frequentemente não desejada.

Figura 2 - Mosteiro S. Dinis e São Bernardo (1295)

Rico em histórias que acompanharam os tempos foi, porém, no século XVIII que este Mosteiro foi palco de uma intensa história de amor entre o rei – D. João V e Soror Paula da Silva. Paula chegou ao Mosteiro por volta de 1717, numa época em qua a nobreza frequentava assiduamente o Mosteiro e onde se realizavam, frequentemente, festas com a presença da corte. Seria nesse contexto que conheceria o rei que a transformaria na *"mais conhecida freira da nossa história e numa das mulheres mais poderosas de um reino que vivia no extravagante esplendor pago com os escravos de África, com o ouro do Brasil. Madre Paula é a história desse amor proibido, entre o Rei-Sol português, D. João V, e a (…) freira de Odivelas. Um amor intenso, maior que tudo, que levou o rei a ignorar o bom senso e a tomar a freira como amante, confidente e conselheira*." (Müller, 2014)

Paula foi, desde que se conheceram, o grande amor do rei. Juntos permaneceram, em segredo, mais de uma década tendo enfrentado, sobretudo a partir da descoberta desse romance, intrigas palacianas, ameaças

4 De entre as quais se destacam "A Caveira da Mártir " – Camilo Castelo Branco (1876), "Memorial do Convento" – José Saramago (1982) ou, mais recentemente, "Madre Paula" – Patrícia Müller (2014).

5 De referir os famosos Outeiros que eram certames poéticos (de amor, desespero, sarcasmo, despedida…) cujos motes eram sugeridos pelas monjas que atiravam do "alto da varanda ou terraço que encimava a Casa do Capítulo choviam os motes sobre os versejadores que estacionavam no couto" (Figueiredo: 255).

6 A Ordem de Cister, fundada em França (1098) fixou-se em Portugal no séc. XII e acompanhou a progressiva formação do território tendo-se estabelecido em São João de Tarouca (1143), Alcobaça (1153) e Odivelas (1295). Esta Ordem impunha o isolamento como condição essencial para a escolha da localização da abadia e, em Odivelas o Mosteiro impôs-se não só pela sua magnificência como, pelo número de monjas ai residentes. O facto de a maioria dessas monjas pertencerem à nobreza, implicou uma forte resistência a essa forma de vida de clausura, silencio e privação através da influência exercida junto dos abades de Alcobaça que superintendiam o Mosteiro de Odivelas.

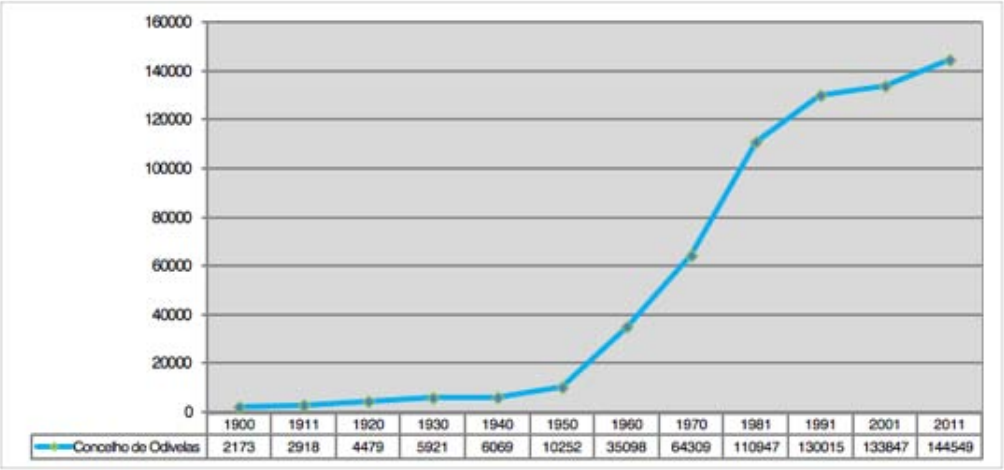
de castigos da Santa Sé, ciúmes e jogos de poder. Esta relação, que abanou e desafiou convenções sociais e politicas, possui todos os ingredientes - originais, transgressores e improváveis - capazes de transformar, em contexto de criatividade, uma das mais belas histórias de amor numa oportunidade única para reverter um processo de degradação territorial.

Figura 3 - D. João V e Madre Paula

3.2.2. Contexto Urbano

Odivelas com uma área de 26,8 Km2 e um passado caracteristicamente rural é hoje um território predominantemente urbano e anónimo (procura-se a sua MADRE identidade) com cerca de 145.142 habitantes, e uma densidade populacional cerca de 49 vezes superior à do Continente e 6 vezes superior ao da Área Metropolitana de Lisboa (INE, 2011). Estes números traduzem um Concelho alvo de uma pressão urbanística muito forte a partir da década de 50 do Século XX, altura em que se acentuaram as migrações internas para a metrópole, ocupando a sua cintura externa e determinando, de forma marcante, todo o território metropolitano (Correia, 2004).

Quadro 1 - Evolução da população residente no concelho de Odivelas – 1900 a 2011



	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Concelho de Odivelas	2173	2918	4479	5921	6069	10252	35098	64309	110947	130015	133847	144549

Fonte: Adaptado de CMO/DPE (2004) – “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, volume 1”

Em termos demográficos, o Concelho regista uma tendência de envelhecimento populacional, alias consentânea com a situação registada a nível metropolitano e nacional apresentando, em 2011, um índice de envelhecimento de 107,3% face aos 81,1% de 2001 (INE, 2011). Apesar desta situação desfavorável, Odivelas conseguiu atrair, nas últimas duas décadas, um conjunto de população mais jovem e escolarizada que procurou habitação com áreas mais generosas e a preços mais económicos comparativamente à Capital. Interessa, neste contexto, criar condições atractivas de emprego para a dinamização da actividade económica do Concelho pois, acentuou-se nas últimas décadas, o desfasamento entre o local de trabalho/estudo e o local de residência, com a cidade de Lisboa a funcionar como principal polo agregador de emprego[7], cenário agravado por um modelo de mobilidade muito dependente do automóvel apesar da extensão do metropolitano a Odivelas que lhe passou, a conferir uma nova "centralização" no espaço metropolitano.

Apostar num modelo de regeneração temática em torno do Mosteiro e da marca MADRE, em contexto de complementaridade metropolitana, parece pois, o caminho, para contrariar a expansão imobiliária que tem vigorado, de crescimento metropolitano desregrado em torno dos principais eixos viários sem preocupações de planeamento ou rumo estratégico.

Quadro 2- Análise SWOT Odivelas
(Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats)

Oportunidades	Ameaças
Relevância patrimonial do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo no contexto regional Projetos estratégicos de temática conventual Fim do Instituto de Odivelas e negociações com a Autarquia para gestão do Património do Mosteiro Valorização da cultura imaterial local em contexto de inovação – Cidades Criativas Carater único no contexto da cidade e localização central no contexto da AML Abordagens metodológicas mais criativas e menos legalistas (Quadro Comunitário 2014-2020; Agenda 21 Local; parcerias estratégicas…) Excelentes acessibilidades a nível municipal e regional	Prática urbanística com pouca visão estratégica Visão política de curto prazo assente em ciclos eleitorais Dificuldades na implementação de um projeto urbano territorial integrado Administração pública cm abordagem clássica top/down Liderançaa corporativa tradicional, Resistência à inovação Falta de tradição em participação e acção conjugada Deficiente cooperação entre a iniciativa pública e privada Múltiplas tutelas e fraca convergência entre as entidades Eventual posicionamento de resistência da Igreja Católica e de actores mais conservadores, com poder de intervenção na cidade, face à temática MADRE
Pontos Fortes	**Pontos Fracos**

7 Trabalham noutros municípios da AML 54,5% dos residentes no Concelho, dos quais 37,9% em Lisboa e, embora com muito menor representatividade, se destacam concelhos como Loures 5%, Amadora 2,7% ou Oeiras 2,5%.

Mercado potencial de 2,5 milhões de habitantes no contexto metropolitano Mercado local de cerca de 150 000 habitantes a nível concelhio Identidade urbana preservada Património histórico Associação com produtores gastronómicos- doçaria conventual com forte potencial de divulgação, da sua história e do seu património material e imaterial Centro de comércio tradicional da cidade Associativismo local Vivência de bairro e relações de sociabilidade Manutenção do carater pitoresco Boa dotação de transportes públicos Património imobiliário municipal significativo Presença de espaços "livres" de dimensão considerável num contexto urbano denso Histórico de investimentos municipais diversificados Existência de alternativas viárias ao atravessamento viário Parque habitacional em razoável estado de conservação Intervenções recentes na qualificação de alguns espaços públicos Presença de equipamentos coletivos polarizadores e recentemente renovados, representando uma oferta diversificada	Falta de planeamento estratégico urbano coeso e integrado Fraca participação pública Comunidade fechada, envelhecida e de fracos recursos económicos Comunidade pouco escolarizada Dificuldade na "retenção" de talentos Desqualificação de uma parte significativa dos estabelecimentos comerciais e fraca dinâmica comercial Elevado peso do Ministério da Defesa relativamente ao Mosteiro Desqualificação do Largo D. Dinis Fraca legibilidade do principal elemento identitário local – Mosteiro de S. Dinis Ausência de aproveitamento público dos espaços naturais existentes Existência de barreiras arquitetónicas que dificultam a mobilidade pedonal Estrangulamentos viários com efeitos na fluidez do tráfego e na eficiência dos transportes coletivos Estacionamento insuficiente e, em alguns locais, desregulado Presença de edifícios em avançado estado de degradação, em especial os que apresentam valor arquitetónico Espaço público muito desqualificado Parque habitacional com fogos de pequena dimensão e desajustado das condições de salubridade hoje exigidas Dimensão do edificado pouco atrativa para funções comerciais e residenciais

3.2.3. Estratégia MADRE

Articulação da tradição-identidade-criatividade, com a criação da marca MADRE, a partir da vida quotidiana no Mosteiro de S. Dinis e São Bernardo, e da história amorosa singular, entre o rei D. João V e a Madre Paula, preparando Odivelas para a "Cidade do Amor".

A marca MADRE constitui a ancoragem geradora de todos os projectos/ações e estratégias de regeneração urbana temática a desenvolver no âmbito da Odivelas Cidade Criativa, dinamizada a partir de um processo de "*merchandising cultural*" ou "*city marketing*".

Quadro 3 - Eixos Estratégicos

Eixo Estratégico 1 - Reinventar e Reverter a degradação do Concelho através da Valorização da História e do Património Cultural em Contexto Criativo
Eixo Estratégico 2 - Marca MADRE - Promoção da Regeneração Económica, Social e Cultural
Eixo Estratégico 3 - Marca MADRE - Promoção da Regeneração Urbanística e do Espaço Público
Eixo Estratégico 4 - Gerir com Eficiência a marca MADRE e Garantir a sua Notoriedade

3.2.4. Projectos e Acções de Regeneração Urbana

Esta ancoragem, assente na história de amor pela MADRE, deverá permitir uma dinâmica de cidade que proporcione uma articulação estratégica de um conjunto coerente e transversal de projectos e operações

(materiais e imateriais), através de uma "*gestão do centro de cidade*" que consensualize ideias, anime o espaço público e gira parcerias entre os diversos actores.

Este enfoque no património cultural imaterial deverá permitir um conjunto de intervenções de reabilitação física, que preparam o espaço para as vivências colectivas, tais como: a "Quinta do Espírito Santo", "Valorização e Protecção do Rio da Costa", "Requalificação do Largo D. Dinis" e "Hortas Urbanas Criativas". Este conjunto de projectos constitui o núcleo duro das intervenções que, o Município de Odivelas desenvolve, no âmbito da regeneração urbana do núcleo antigo de Odivelas ao "Portugal 2020" e, constitui uma oportunidade crítica para o sucesso da implementação do MADRE (ver projectos 7, 15, 14 e 13 do quadro 4).

A par das intervenções físicas, acima enunciadas, é fundamental criar novas oportunidades de negócio, cultural e lúdico, de valor económico acrescentado explorando e desenvolvendo a marca MADRE (em contexto literário, cinematográfico, plástico, de *design* de produto, ou de moda, entre outros). Visando criar um contexto de "efervescência criativa", propõem-se projectos tais como: "Concurso Literário sobre o reinado de D. João V, Madre Paula e o Mosteiro"; "Realização de um Filme sobre a História de Amor Madre-REI"; "Concurso Criativo de Réplica da Banheira da Madre Paula- projecto artístico que visa disseminar arte pelo Concelho com proposta de negociação com o Metropolitano de Lisboa – colocação da banheira MADRE nas estações de Odivelas e Sr. Roubado ou desenvolvimento de um modelo de banheira que possa ser comercializado pela marca Roca, Valadares ou outras, com alusão à história de amor, desenvolvimento da "MADRE *Collection*-roupa baseada no hábito conventual, *lingerie* e joalharia", "Ópera MADRE", "Teatro MADRE" ou "Casamentos no Mosteiro/Juras de Amor", Estas ações imateriais são uma oportunidade para a constituição de parcerias com escolas de teatro, ópera, cinema e *design* (com especial enfoque no *design* de produto e de moda) (ver projectos 3, 4, 5, 6, 19, 20 e 21 dos quadros 4 e 5).

A par deste conjunto de iniciativas deverá desenvolver-se, em paralelo, uma revitalização das actividades económicas com particular destaque para a gastronomia enquanto "experiencia sensorial de consumo temático – MADRE". São disso exemplo as propostas de (re)projecção/valorização da Marmelada Branca de Odivelas entendenda-a, no contexto do reinado do D. João V, e centrando-a na temática romântica do "*manjar do amor*", "Concurso gastronómico para a criação de um prato "*icon*" recriando manjares da predilecção do Rei"; "Festival de Doçaria Conventual - Projecção do Pudim Madre Paula" ou 'Variações Improváveis do "*manjar do amor"*' (ver projectos 10, 11, 12 e 18 dos quadros 4 e 5).

Esta dinâmica, que se pretende geradora de "*movida*" prepara o espaço público para iniciativas efémeras tais como encenações temáticas virtuais ou projectos de "*land-art*": "Encenação no Largo D. Dinis da história amorosa do Rei e da Madre", ou "Hortas Urbanas Criativas" com réplica da Banheira da Madre Paula jorrando a água outrora símbolo de identidade do Concelho – "MADRE-de-água" (ver projectos 9 e 13 do quadro 4).

No âmbito do "Portugal 2020", o poder local tem a possibilidade de reconverter espaços e criar contextos

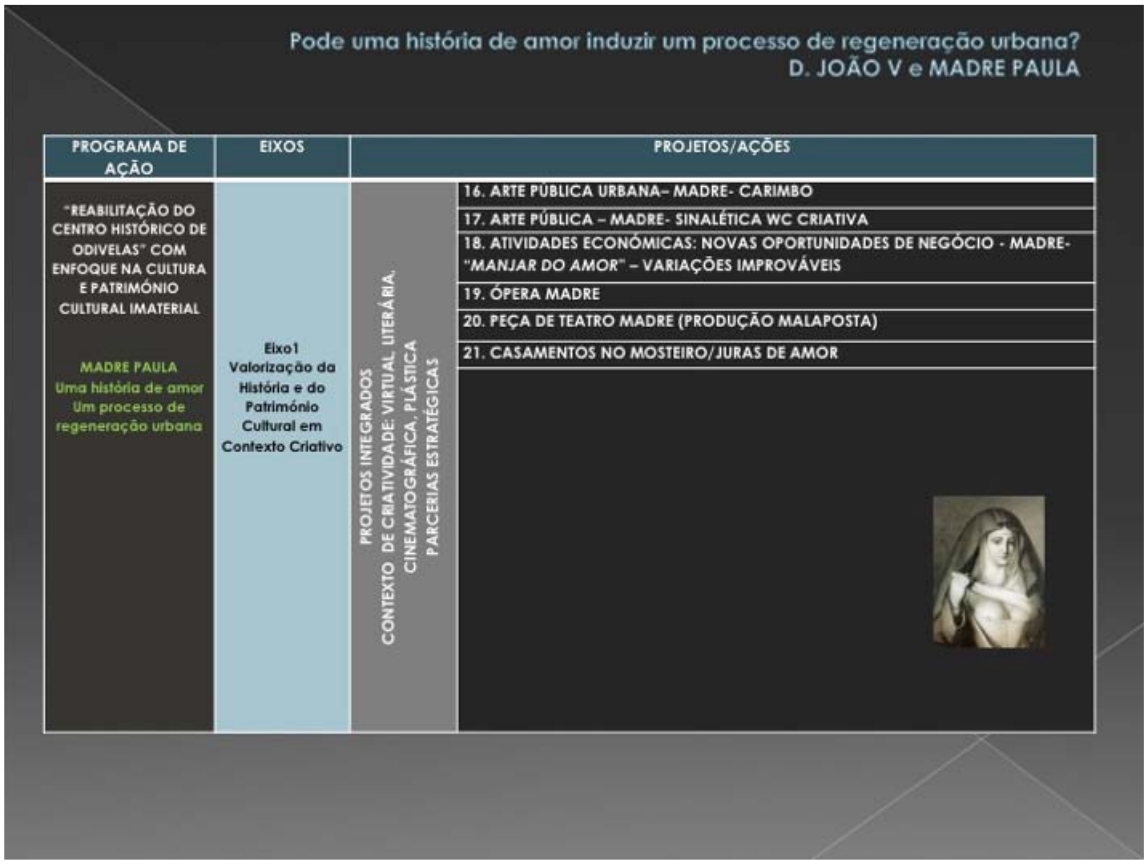
propícios ao desenvolvimento da temática conventual, nomeadamente através do desenvolvimento de um "Estudo Aprofundado do Historial do Mosteiro com enfoque no Reinado de D. João V" e na constituição de uma parceria estratégica entre cidades com implicação directa na história deste Mosteiro, desenvolvendo um "Roteiro Histórico/Cultural pelos percursos da história Amorosa do Rei com a Madre englobando Odivelas-Lisboa-Mafra-Alcobaça e Arrábida". (ver projectos 1 e 8 do quadro 4).

Quadro 4 - Programa de Ação1

Pode uma história de amor induzir um processo de regeneração urbana?
D. JOÃO V e MADRE PAULA

PROGRAMA DE AÇÃO	EIXOS	PROJETOS/AÇÕES
"REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE ODIVELAS" COM ENFOQUE NA CULTURA E PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL MADRE PAULA Uma história de amor Um processo de regeneração urbana 	Eixo1 Valorização da História e do Património Cultural em Contexto Criativo	CONTEXTO DE CRIATIVIDADE: VIRTUAL, LITERÁRIA, CINEMATOGRÁFICA, PLÁSTICA PROJETOS INTEGRADOS PARCERIAS ESTRATÉGICAS 1.ESTUDO APROFUNDADO DO HISTORIAL DO MOSTEIRO DE S. DINIS COM ENFOQUE NO REINADO DE D. JOÃO V E DO SEU AMOR PELA MADRE PAULA 2. DESIGN E MERCHANDISING CULTURAL- HISTÓRIA AMOROSA DE D. JOÃO V E MADRE PAULA- CRIAÇÃO DA MARCA "MADRE PAULA DE ODIVELAS" 3. CONCURSO LITERÁRIO SOBRE D. JOÃO V E MADRE PAULA 4. FILME SOBRE D. JOÃO V E MADRE PAULA ("MADRE PAULA", PATRÍCIA MÜLER) (ReUrbe- Premio Arquitetura e Espaço Publico) – ESCOLA SUPERIOR DE CINEMA E TEATRO 5. CONCURSO CRIATIVO DE RÉPLICA DE BANHEIRA DA MADRE PAULA (ReUrbe) – Premio Arquitetura e Espaço Publico- ESCOLA SUPERIOR DE DESIGN/DESIGN DE PRODUTO 6. "MADRE" *COLLECTION*"– COLEÇÃO DE ROUPA, LINGERIE E JOALHARIA – INSPIRAÇÃO GÓTICA CONVENTUAL (ReUrbe) – Premio Arquitetura e Espaço Publico- CURSO DE DESIGN DE MODA 7. MUSEU EM TORNO DA HISTÓRIA AMOROSA DE D. JOÃO V E MADRE PAULA ("O PALÁCIO DE FADAS": Recriação da Torre da Madre Paula; do quarto exterior ao Mosteiro; Da confeção da marmelada na cozinha; das conversas de Estado com o Rei...) 8. ROTEIRO HISTÓRICO/CULTURAL PELOS PERCURSOS DA HISTÓRIA AMOROSA DE D. JOÃO V E MADRE PAULA (PARCERIAS ODIVELAS/LISBOA/MAFRA/ALCOBAÇA/ARRÁBIDA) 9. PARQUE TEMÁTICO HISTÓRICO VIRTUAL - ENCENAÇÃO NO LARGO D. DINIS DA HISTÓRIA AMOROSA DE D. JOÃO V E MADRE PAULA 10. PROJEÇÃO DA MARCA MARMELADA DE ODIVELAS EM TORNO DA HISTÓRIA AMOROSA DE D. JOÃO V E MADRE PAULA - "*MANJAR DO AMOR*" 11. CONCURSO GASTRONÓMICO PARA A CRIAÇÃO DE PRATO "*ICON*" COM A MARMELADA BRANCA DE ODIVELAS 12. FESTIVAL DE DOÇARIA CONVENTUAL - PROJEÇÃO DO PUDIM MADRE PAULA 13. HORTAS URBANAS CRIATIVAS/PROJETO "*LAND ART* "BANHEIRA DA MADRE PAULA" (BANHEIRA VENCEDORA DO CONCURSO Premio Arquitetura e Espaço Publico- ReUrbe) 14. REQUALIFICAÇÃO DO LARGO D. DINIS 15. VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO DO RIO DA COSTA (MOBILIÁRIO URBANO- BANHEIRA/BANCO- DECOMPOSIÇÃO DA PEÇA- Premio Arquitetura e Espaço Publico- ReUrbe)MAIS TARDE NEGOCIAR COM O METRO A LOCALIZAÇÃO DA PEÇA (ODIVELAS E SR. ROUBADO)

Quadro 5 - Programa de Ação2 (Cont.)



Conclusões

Há sempre mais potencial em qualquer cidade do que se imagina à primeira vista

Recomendações:

- Olhar o ambiente urbano como um sistema criativo é uma oportunidade para resolver problemas e criar oportunidades;

- A Administração Pública tem que ser imaginativa, sair da zona de conforto superar aquilo que já foi tentado ou testado;

- É necessário criar condições para que as pessoas pensem, planeiem e ajam com imaginação para estimular oportunidades ou resolver problemas urbanos;

- Quem desenha as politicas públicas tem que ter uma visão transversal e entender o ambiente urbano como um sistema criativo;

- A pré-condição para se ser criativo é estimular as pessoas a serem curiosas. Requer atitude de abertura, flexibilidade e habilidade para pensar de modo transversal e desafiador de limites;

- A cidade criativa estimula a abertura mental, a imaginação e a participação pública tendo por isso, a prazo, um enorme impacto na cultura organizacional;

"***Continua sempre insatisfeito, continua sempre louco"*** (Steve Jobs)

Referências

- Mateus, A. & Associados, (2013), Programa Territorial Integrado para a Área Metropolitana de Lisboa (2014-2020), AML.
- Correia, P. (coord.), Matias, C., Neves, S., (2001), Historial e Perfis Demográfico e Sócio-Económico, Estudos Prévios de Planeamento do Território, CMO-DPE, vol. 1.
- Correia, P. (coord.), Matias, C., Neves, S., (2001), Práticas, Representações e Aspirações da População, Estudos Prévios de Planeamento do Território, CMO-DPE, vol. 2.
- Figueiredo, A. C. B., (1889), "O Mosteiro de Odivelas, Casos de Reis e Memórias de Freiras"… freely copy of an original 1889).
- Florida, R., Tinagli, I. (2004), Europe in the Creative Age.
- Landry, C., (2005), Lineages of the Creative City, Netherlands Architecture Institute, in http://www.comedia.org.uk/pages/pdf/downloads/Lineages_of_th e_Creative_City.pdf.
- Lopes, J. T., (2000), "Em Busca de um Lugar no Mapa: Reflexões sobre Políticas Culturais em Cidades de Pequena Dimensão", Sociologia, Problemas e Práticas, CIES- ISCTE, Celta Editora, nº 34
- Matarasso, F.; Landry, C., (2006), Balancing Act: Strategic Dilemmas in Cultural Policy, in: www.comedia.org.uk/pages/pdf/downloads/Balancing_Act.pdf.
- Muller, P., (2014), "Madre Paula- Mulher de Deus Amante do Rei", ASA.
- Myerscough, J., (1988), The Economic Importance of the Arts in Britain, London: Policy Studies Institute.
- Serrão, V., (2007) História de Portugal, Vol. V.
- William W., (2009) Rede Internacional de Cidades Criativas em Lisboa, CCDR-LVT; Programa Austin-Portugal e Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa Julho de 2009.

CIDADE, CRIATIVIDADE, COZINHA: OS 3 CS NO EIXO "PRINCIPE REAL" EM LISBOA

PAULA ANDRÉ

Professora Auxiliar
Escola de Tecnologias e Arquitectura. ISCTE-IUL
Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas (Portugal) CP 1649-026
Email: paula.andre@iscte.pt

Resumo

Embora na contemporaneidade estejamos a viver um momento de intensa produção terminológica e conceptual, a história urbana de Lisboa revela-nos que sempre existiu na cidade uma morfologia ininterrupta e mutante. O seminário "Cidades Performáticas: uma discussão sobre arte, arquitectura e espaço público" realizado em 2014 na cidade de São Paulo procurou debater o papel da cultura como elemento de transformação urbana, afirmando a cidade como o grande palco, a arquitectura como (re) invenção e a criatividade como elemento transformador das relações entre corpo urbano e corpo humano. Tomando por empréstimo o conceito performativo que John Langshaw Austin usou em contexto linguístico, a comunicação Cidade, Criatividade, Cozinha: os 3 Cs no eixo "Príncipe Real" em Lisboa, pretende instigar a uma reflexão em torno das recentes acções performativas levadas a cabo no eixo do Príncipe Real constituído pela Rua do Alecrim, Rua da Misericórdia, Rua D. Pedro V, Praça do Príncipe Real e Rua da Escola Politécnica. Trata-se de um eixo antigo de Lisboa sobre o qual a promotora imobiliária americana EastBanc lançou um programa de transformação de um conjunto de edifícios históricos do século XIX, dos quais fazem parte Palacetes. Se as dinâmicas urbanas mesmo quando geradas por factores negativos, como a crise, não deixam de ser impulsionadoras de transformação, de movimento/ circulação, de uma qualquer forma de vivência do espaço urbano, o projecto para o eixo do Príncipe Real que procura promover acontecimentos performativos, reconhecendo a sua importância para a dinâmica urbana, encontrou no lifestyle da EsatBanc a sua manifestação mais sofisticada e singular. A mais recente performatividade urbana será a abertura do Hotel Memmo Príncipe Real, cujo restaurante Café Colonial será uma síntese da herança portuguesa ao redor do mundo, assumindo cidade, criatividade e cozinha como os mais recentes 3 Cs.

Abstract

Although in our days we are experiencing a moment of intense terminological and conceptual production, the urban history of Lisbon reveals that there has always existed in the city an uninterrupted and changing morphology. The seminar "Performing Cities: a discussion of art, architecture and public space" held in 2014 in São Paulo sought to discuss the role of culture as an element of urban transformation, intended to affirm the city as the grand stage, (re)invention and creativity as transforming element of the relations between urban and human bodies. Borrowing the performative concept used by John Langshaw Austin in a linguistic context, the paper City, Creativity, Cooking: the 3 Cs on the axis "Principe Real" in Lisbon aims to instigate a reflection on the recent performative actions carried out in the axis of the Príncipe Real constituted by Rua do Alecrim, Rua da Misericórdia, Rua D. Pedro V, Príncipe Real Square and Rua da Escola Politécnica. It is an old axis of Lisbon on which the American real estate EastBanc launched a program to transform a set of nineteenth-century historic buildings including some Palaces. If the urban dynamics, even when generated by negative factors, such as the crisis, do not stop being the driving force of transformation, of movement / circulation, of any form of living in urban space, the project for the Axis of the Principe Real that seeks to promote events recognizing their importance for urban dynamics, found in the EsatBanc lifestyle its most sophisticated and unique manifestation. The most recent urban performativity will be the opening of the Memmo Príncipe Real Hotel, whose Café Colonial restaurant will be a synthesis of the Portuguese heritage around the world, taking on the city, creativity and cuisine as the latest 3 Cs.

PALAVRAS CHAVES

Cidades Performáticas; Cidades Criativas; Cozinha; Príncipe Real

KEY WORDS

Performing Cities, Creatives Cities, Cooking, Principe Real

Introdução

A Plataforma de Discussão sobre o Futuro das Cidades – Arq.Futuro, em 2014 organizou o seminário "Cidades Performáticas: uma discussão sobre arte, arquitectura e espaço público", que procurou debater o papel da cultura como elemento de transformação urbana, e pretendeu afirmar "a cidade como o grande palco; a arquitectura como (re)invenção e a criatividade como elemento transformador das relações individuo/ ambiente" (Cidades Performaticas, 2014). O historiador de arquitectura André Corboz apresentou a sua teoria dos três P's (Produto, Processo e Projecto) aplicada ao território como operativa para o entendimento do que designa de cidade território e de território como palimpsesto (Corboz, 1983). O economista Richard Florida associou o desenvolvimento das classes criativas, com a identificação dos três T's (Tecnologia, Talento e Tolerância), assumindo-os como factores cruciais para alcançar o ranking das mega regiões (Florida, 2003). O arquitecto e urbanista Maurizio Carta baseou a matriz da cidade criativa na teoria dos três C's (Cultura, Comunicação e Cooperação) e na articulação entre os agentes e os espaços das actividades criativas (Carta, 2007).

No nosso estudo apresentamos os 3 C's (Cidade, Criatividade, Cozinha) que assumimos como operativos e reveladores da nova performatividade da Cidade Criativa ancorada na Cozinha. Desde finais do século XX que a figura do *chef* se destacou, particularmente com Ferran Adrià e com o restaurante elBulli, pela aplicação de técnicas associadas à ciência para a criação de uma cozinha de vanguarda, cujo principal objectivo se centrava na instigação de emoções nos comensais e no desenvolvimento de experiências sensoriais de uma degustação criativa, com implicações num itinerário territorial emocional e criativo.

Objetivos

Tomando por empréstimo o conceito performativo que John Langshaw Austin usou em contexto linguístico, o estudo *Cidade, Criatividade, Cozinha: os 3 Cs no eixo "Príncipe Real" em Lisboa*, pretende instigar a uma reflexão em torno das recentes acções performativas levadas a cabo no eixo do Príncipe Real constituído pela Rua do Alecrim, Rua da Misericórdia, Rua D. Pedro V, Praça do Príncipe Real e Rua da Escola Politécnica. Neste eixo que ao longo do tempo se instalaram igrejas, museus, alfarrabistas, antiquários, galerias, interessa-nos olhar para os recentes fenómenos *gourmet*, inseridos numa economia de experiências (Pine; Gilmore, 1999), espaços que promovem experiências singulares, factores de autenticidade e de diferenciação do bairro e da capital, e finalmente desvendá-los como impulsionadores da cidade criativa.

Metodologia

Investigações académicas, artigos científicos, exposições, feiras de arte, colóquios, têm sido realizados focados na relação entre a cozinha e a criatividade, revelando como a gastronomia é operativa para a construção e dinamização de uma cidade criativa, fundamentando igualmente laços identitários e imagéticos

da cidade simultaneamente local e global. Nesse sentido centramos o nosso estudo numa revisão da literatura transdisciplinar (Antropologia, Arquitectura, Design, Economia, Estudos da Cultura, Psicologia, Turismo) entre 2005 e 2016, não tendo qualquer pretensão de carácter exaustivo, seleccionando apenas algumas representações performativas da cozinha criativa e um conjunto de trabalhos académicos quer no âmbito nacional quer no âmbito internacional, cujo objecto de estudo foi precisamente a cozinha assumida como produção artística e sua relação com a figura do *chef*, com a degustação emocional, e com a cidade criativa.

Cozinha, Criatividade, Cidade

Num mundo profundamente globalizado a procura pelo local, é particularmente sentida na experiência gastronómica e de acordo com Sajna Shenoy "a evidência de que a estrutura fundamental do turismo alimentar gira em torno do local, juntamente com a dimensão "familiaridade" mostra que a dialética entre local e global está em jogo, por teoria da globalização. O uso da teoria do capital cultural na explicação dos turistas culinários é apoiado pela posse dos indicadores do capital cultural, a saber, uma educação avançada e "omnivorousness cultural" tipificado por sua tendência de busca de variedade" (Shenoy, 2005). Segundo Rodolfo Krause este fenómeno deu origem aos conceitos "Cliente Gourmet, Cliente Apreciador e Cliente Alimentação, cada um desses com uma percepção específica sobre a importância da gastronomia e da cultura para o turismo" (Krause, 2007).

Um caso de estudo paradigmático foi levado a cabo por Simão Oliveira ao debruçar-se sobre "a cidade da Mealhada, procurando demonstrar a realidade de destinos onde a gastronomia é a atracção turística principal, e procurando contribuir para um maior conhecimento sobre o fenómeno que envolve a deslocação de visitantes por motivos gastronómicos" (Oliveira, 2008). Associando a morfología urbana da cidade de Lisboa a uma leitura antroplógica Pedro Silva apresenta "um estudo de caso sobre o prato tradicional Iscas de Fígado com/sem Elas. A partir de uma abordagem antropológica", é analisado "o modo como este prato se tornou num símbolo e o seu papel como oferta gastronómica da cidade de Lisboa, num âmbito temporal que vem desde o século XIX até à actualidade, bem como a sua relação com o turismo" (Silva, 2008).

Em 2007 na "Documenta 12" (Kassel, Alemanha) o cozinheiro catalão Ferran Adrià, para quem a cozinha não é uma disciplina museável, mas sim uma disciplina artística, e multissensorial, comunicativa, foi convidado pelo director, Roger Buergel, para participar nesta grande Feira de Arte Contemporânea. A contribuição consistia em transformar o restaurante elBulli (Cala Montjoi - Roses) no pavilhão G da exposição. Por um lado, mostrava-se que a experiência elBulli não podia ser descontextualizada a partir do restaurante, e por outro lado, tentava-se sugerir o debate sobre as disciplinas artísticas que não podem estar dentro de um museu. Todos os dias, durante os 100 dias da Documenta 12, duas pessoas foram jantar em Kassel, fazendo exercícios de ligação entre as duas sedes, Kassel e Cala Montjoi – Roses. Esta participação na "Documenta 12" levaria Adrià a considerar que finalmente se aceitava a cozinha como arte.

Tal como referido por Robert Clark no "The Guardian", na exposição "Pot Luck: Food and Art", comissariada por Cynthia Morrison-Bell e Anthony Key, e ralizada em 2009 na New Art Gallery Walsall, no Reino Unido "o tema da comida tem uma longa história na arte, de naturezas-mortas do século XVII, até às latas de sopa de Andy Warhol. Karen Tam constrói um restaurante chinês como uma forma de instalação. Mona Hatoum apresenta um ralador de queijo como uma escultura abstrata elegante. A falecida Helen Chadwick é representada pela indulgência sensual escultural de sua fonte de chocolate borbulhante de três metros de largura, intitulada Cacau 1994 (Clark, 2009).

Cecilia Novero no seu livro "Antidiets of the Avant-Garde: From Futurist Cooking to Eat Art" expõe a importancia que a comida desempenha nos fundamentos teóricos e na estética de diversas obras, como o livro de receitas futurista italiano "La Cucina Futurista" (1932) de Filippo Marinetti, os escritos de Walter Benjamin sobre alimentação e culinária, a *Eat Art* de Daniel Spoerri e os novos realistas franceses, traçando as inter-relações estéticas entre os movimentos da vanguarda no início do século XX e a neovanguarda entre os anos sessenta e oitenta, examinando com atenção crítica a presença de alimentos na vanguarda (primeiramente em forma metafórica e posteriormente em forma material) ajudando a redefinir a neovanguarda segundo uma temporalidade de retornos que não exclui a mudança estética (Novero, 2010, p. 257).

Na exposição "El arte del comer. De la naturaleza muerta a Ferran Adrià", realizada em 2011 na Fundación Catalunya La Pedrera de Barcelona, a comida é apresentada como elemento artístico e Ferran Adrià é revelado como gerador de criatividade. A exposição apresentava o acto de comer como alimento, como acto social e como manifestação cultural e artística, e um percurso pela relação que existiu entre a comida e a arte desde o séc. XVII com as famosas naturezas mortas à actualidade com Ferran Adrià, colocando a enfase nos anos 60 e 70, quando o acto de comer se manifestou com novos materiais e condutas, quando se ultrapassou a fronteira da contemplação e se incitou à participação. Tal como refere Alex Susanna "La exposición no se pronuncia sobre si lo que hace Ferran es arte o no, pero lo innegable es que ha propiciado un diálogo entre éste y la cocina". A exposição termina com a frase do artista Peter Kubelka "Cocinar es la actividad más antigua del ser humano. Cocinando, las personas expresan su visión del mundo" (Lopéz Iturriaga, 2011).

Tal como salienta Tatiana Lunardelli "a comida une o chef e o degustador através da estética do gosto, do despertar do paladar", tendo desenvolvido uma investigação centrada nos pratos desenvolvidos pelos chefs brasileiros Henrique Fogaça, Rafael Despirite e Helena Rizzo e sua relação com a experiência estética e a vivência pessoal de quem experiencia. No seu estudo considerou "como ponto de partida a percepção para a apreciação de diversos aspectos dos pratos desses chefs, tais como cor, forma, textura, cheiro, gradações de calor que, aliados às evocações da memória – enfim, a experiência de quem prepara e de quem come – desencadeia o que se considera a estética do gosto" (Lunardelli, 2012).

A exposição itinerante "Feast: Radical Hospitality in Contemporary Art" realizada em 2012 no

SMART Museum of Art, de Chicago, apresentou o trabalho de mais de trinta artistas e grupos de artistas que transformaram a refeição compartilhada num atraente meio artístico. A exposição examina a história da refeição orquestrada pelo artista, procurando a sua matriz na arte de vanguarda da Europa do início do século XX, e sublinhou que numa sociedade cada vez mais acelerada e segmentada, a simples acção de partilhar uma refeição transforma-se num posicionamento critico face à cultura na qual esta exposição de insere (Lemoult, 2015). Esse sentido da partilha foi igualmente construindo na Exposição "Free, Rirkrit Tiravanija, Contemporary Galleries: 1980-Now" realizada em 2012 no MoMA, de Nova Iorque, que transforma uma galeria numa cozinha para cozinhar e servir thai curry. Alison Knowles tinha realizado entre 1967 e 1973 a série "performance-refeição" intitulada "The Identical Lunch", que consistiu na recolha de testemunhos de participantes num grande grupo refeição depois de comer uma sanduíche de atum, elaborando uma série de serigrafias que mostram os participantes a comer a refeição. Knowles em 2011 convidou novamente os visitantes do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque a ter um almoço idêntico (The Identical Lunch) com ela às quintas-feiras e sextas-feiras no MoMA's Cafe 2.

A par do projecto de um "espaço dedicado à produção, investigação e difusão da Cozinha de Vanguarda na cidade de Lisboa", Ana Martinho destaca que "o ato de cozinhar é uma das formas mais tradicionais de transmissão de cultura e património, que tem a capacidade de chegar, virtualmente, a todas as pessoas" e que "a base socioeconómica de antigos bairros tem sido rejuvenescida devido à organização em torno da produção e consumo de produtos alimentares ou refeições, e a combinação estratégica de gastronomia e arquitetura tem sido fundamental para esta renovação" (Martinho, 2012).

É indiscutível que a contemporânea valorização do mundo da cozinha está directamente ancorada na figura do *chef* criativo, levando Ana Ferreira a referir que "a criatividade demonstra-se como sendo uma prática complexa de processos e dinâmicas mentais, também implicando muito da identidade e da personalidade do sujeito criador". Essa verificação é demonstrada no seu estudo realizado no âmbito da psicologia clinica, através das "entrevistas a três Chef's no sentido de compreender estes processos e dinâmicas" (Ferreira, 2012) directamente relacionados com a cozinha criativa dos chefs Tiago Duarte, Rui Paula e Luís Figueiredo.

A Alta Cozinha española constitui um referente a nível mundial, e constitui um polo de atracção dos mais prestigiados reconhecimentos nacionais e internacionais. Com o objectivo de conhecer a atitude directiva que torna possível que uma organização tenha a capacidade para innovar, José Salto salienta que a complexidade e contradição do conceito de inovação, adopta a definição da capacidade de inovar como "la capacidad para generar o adoptar ideas diferentes y mejores de manera sostenible" (Salto, 2013, p. 341), referindo que "La alta cocina es un paradigma de innovación, juega un papel clave en el establecimiento de tendencias, en la construcción de imagen y en la determinación de estándares de calidad para los servicios culinarios del sector en su conjunto" (Salto, 2013, p. 346).

As paradigmáticas exposições que promovem as relações da comida com a arte, promovendo acções

artísticas centradas no acto de comer, foram objecto de investigação de Mónica Oliva Lozano, revelando que a ingestão de alimentos constitui um elemento esencial da integração do publico com a obra centrada na sua participação activa. Mónica Lozano destaca o marco ocidental, com o aparecimento em 1970 do movimento da arte comestivel, chamado *eat art*, até ao aparecimento do chef Ferran Adrià na Documenta 12 (Kassel) (Oliva Lozano, 2013). No entanto, tal como refere Jean Nihoul "By the time Documenta was over, many left Kassel with the impression that the Pavilion G was nothing more than bombastic art, and that it had simply been a part of the exhibition so as to allow the privileged and influential members of the art world an opportunity to have access to a rare experience in being culinary tourists" (…) Essentially, it was more as though Adrià was invited to the exhibition with the intent of providing some thrilling adventure to the lucky "winners" of the Pavilion G dinner, rather than adding a new perspective or possible interpretation of what makes up contemporary art. (Nihoul, 2014, p. 96).

Partindo da interrogação: "Pode um modelo de processo de design descrever e explicar o processo criativo da alta cozinha?" Suzana Parreira na sua investigação procedeu ao mapeamento do processo criativo desenvolvido por cinco chefs detentores de estrelas Michelin: José Avillez, Leonel Pereira, Miguel Veira, Vincent Farges e Vítor Matos. O estudo permite verificar que "ao explanar o processo criativo na alta cozinha a partir do paradigma do design, o modelo teórico que resulta deste estudo permite conceptualizar e analisar a praxis na alta cozinha, abre novas possibilidades ao entendimento dos processos criativos dos chefs e contribui para suportar a tese de que o exercício da criatividade se produz de forma relativamente idêntica em outras áreas de natureza projectual" (Parreira, 2014).

Na sequência da UNESCO em 2005 ter reconhecido o centro histórico de Macau, Património Cultural Material da Humanidade, considerado o mais antigo testemunho arquitectónico europeu em território chinês, Maria João Ferreira realiza um estudo focado na contribuição de Macau como ponto de encontro entre o Oriente e o Ocidente procurando apresentar o contributo da gastronomia macaense como produto turístico e fomentadora do turismo cultural (Ferreira, 2015).

Definindo o conceito de criatividade "como un proceso consciente, inconsciente e intuitivo por el cual a partir de la combinación de unos elementos se genera algo nuevo que es diferente a los elementos que la constituyen y cuyo resultado es original y valioso en algún ámbito de la vida" Mónica Desirée Sanchez Aranegui analisa a relação que existe entre a criatividade e a emoção do ponto de vista disciplinar, estabelecendo uma ponte entre a psicología, e neurociencia e a arte enquanto estudo doprocesso criativo artístico. Considerando que toda a representação artística leva consigo a participação das emoções salienta o marco do pavilhão G el Buli de Ferran Adrià (Sanchez Aranegui, 2015).

Centrada na investigação sobre o processo criativo de dois chefs (José Avillez e João Rodrigues) com restaurantes em Lisboa (Belcanto e Feitoria) a investigação levada a cabo por João Faria analisa a complexa relação entre a gastronomia e a arte. Apresentando uma breve abordagem da história gastronómica,

prossegue com uma análise da dimensão artística e estética da alta cozinha e simultaneamente uma análise das relações e afinidades entre a arte contemporânea e a gastronomia, João Faria partir dos testemunhos dos chefs José Avillez e João Rodrigues destaca a dimensão criativa presente em todo o processo da criação da alta cozinha (Faria, 2015). E assumindo que o chef é o agente centralizador de toda a criatividade e de toda a inovação, Alberto Baldaque seleccionado 3 casos de estudo (Rui Paula, Vítor Matos e Marlene Vieira) analisa o processo criativo na alta cozinha, descortinando modelos construídos com base numa identidade diferenciadora, de elevada competitividade e estruturais para a criação de produtos ou serviços tangíveis, com um valor intangível com enorme potencial económico (Baldaque, 2015).

Lisboa, Príncipe Real

Partindo do recorte conceptual apresentado interessa-nos interrogar os novos modos de performar e experienciar o espaço urbano. O modo como contemporaneamente na cidade de Lisboa e muito particularmente na zona do Príncipe Real uma performance económico-social, provoca interacções entre corpo humano e corpo urbano, em que as dinâmicas do andar e do estar são reveladoras do fazer, do pensar e acontecer cidade, fenómeno com enquadramento tanto global como local.

Tomando por empréstimo o conceito performativo que John Langshaw Austin usou em contexto linguístico, pretendemos analisar as recentes acções performativas levadas a cabo no eixo do Príncipe Real constituído pela Rua do Alecrim, Rua da Misericórdia, Rua D. Pedro V, Praça do Príncipe Real e Rua da Escola Politécnica. Em 1959 Mário Costa na “Revista Municipal” publicava um artigo dedicado à Patriarcal Queimada, que de forma sintética apresentava uma abordagem histórica dessa zona da cidade de Lisboa (Costa, 1959). No âmbito da “Lisboa Capital da Cultura 1994”, este eixo foi objecto de uma intervenção urbana e de um profundo estudo histórico realizado pelo Professor José Augusto França sob o título A Sétima Colina. Roteiro Histórico-Artístico (França, 1994). Dos espaços notáveis que pontuam este eixo destacamos o Palácio Quintela (onde funciona o conceito gastronómico Palácio Chiado), a Igreja da Encarnação, a Igreja do Loreto, o Restaurante Tavares Rico, a Igreja de São Roque, o Palácio Brito Freire-Tomar, o Palácio Lumiares (que tem processo aprovado para a sua transformação numa unidade hoteleira), o Palácio Ludovice (onde se situa o Solar do Vinho do Porto), o Palacete Laranjeiras, o Convento de S. Pedro de Alcântara, o Pátio do Tijolo, o Palacete Ribeiro da Cunha (transformado na Galeria Comercial Embaixada, e numa área residencial de luxo), o Palacete dos Anjos (transformado em apartamentos de luxo), o Prédio Gonzaga Ribeiro, o Palacete Castilho (transformado em apartamentos de luxo), o Palácio Faria (transformado em apartamentos de luxo), a Escola Politécnica, a Casa das 11 Portas, a Imprensa Nacional, o Palácio Rebelo de Andrade Seia, o Palácio Cruz Alagoa, o Palácio Palmela.

Trata-se de um eixo antigo de Lisboa sobre o qual a promotora imobiliária americana *EastBanc* lançou um programa de transformação de um conjunto de edifícios históricos do século XIX, dos quais fazem parte Palacetes. A caracterização da *Eastbanc Portugal* aparece definida no seu próprio site como “uma subsidiária

da *EastBanc Inc*., uma empresa de desenvolvimento e Gestão Imobiliária, especializada na aquisição, remodelação e gestão de activos imobiliários residenciais e comerciais, em particular na área da revitalização urbana. Fundada por Anthony Lanier, com sede em Washington DC, a *EastBanc* especializou-se no crescimento do valor a longo prazo de activos comerciais e residenciais, através da transformação de edifícios históricos em propriedades exclusivas, com conceitos inovadores, de arquitectura moderna e respeito pelo carácter do bairro e o seu ambiente. Em Portugal, a *EastBanc* elegeu o Príncipe Real com principal área de actuação. O renascimento do *lifestyle* e comércio de rua neste bairro é o precursor de um projecto residencial de reabilitação inovador, desenhado pelo arquiteto vencedor de um Prémio Pritzker, Eduardo Souto de Moura" (EastBanc). Segundo Anthony Lanier presidente da *EastBanc* "a revitalização urbana é como um rastilho que não se pode apagar depois de iniciado" considerando mesmo que nunca tinha visto uma oportunidade de revitalização com a magnitude da encontrada em Lisboa, referindo: "nunca vi uma cidade com este tecido urbano e luz natural, nunca tive a possibilidade de promover uma mudança nesta escala" (EastBanc). A *EastBanc* conta com a colaboração de um arquitecto de referência nacional e internacional, Eduardo Souto Moura, particularmente para a habitação de luxo. Esse investimento ambiciona ser gerador de *lifestyle* e de comércio de rua, e muito particularmente gerador de uma performática regeneração urbana. Explorando a valorização dos espaços residenciais como productos socialmente produzidos cujo valor vais para além da dimensão económica, e estabelecendo uma dimensão comparatista em Lisboa entre o Príncipe Real e o Parque das Nações, Assunção Gato refere que "o espaço residencial também pode ser compreendido enquanto objeto-mercadoria, passível de ser valorizado, consumido e usado enquanto elemento importante na identificação, diferenciação e negociação de pertenças sociais entre indivíduos e grupos (Gato, 2015). As interrogações sobre "a criação de valor através do património, partindo de duas questões estruturantes: qual o papel do património na criação de valor imobiliário? e também de "qual a importância da legitimação e criação de reputação na criação de valor sobre o mesmo? são o foco do estudo de Jorge Silva que tem por "base empírica o caso do Príncipe Real que se encontra sobre um processo de criação de valor através do património liderado pela *EastBanc*, uma Empresa Imobiliária Norte-Americana" (Silva, 2013). A análise dos campos que contribuem para a criação de valor no Príncipe Real, quer através do patrimonio, com particular destaque na refuncionalização de imóveis, centrada na colaboração e no investimento de arquitectos de referencia nacional e internacional, quer através de uma promoção da zona comercial, quer mais recentemente através da implementação da criatividade da cozinha na dimensão do restaurante e do seu chef que se revelam ancoras da revitalização urbana e da cidade criativa.

Neste eixo do Príncipe Real o *chef* Kiko Martins abriu o restaurante "A Cevicheria" (2014), e em 2016 foi inaugurado o Hotel Memmo Príncipe Real, com projecto do arquitecto Samuel Torres de Carvalho, responsável também pelo desenho da maior parte das peças de mobiliário, e pertencente ao grupo Memmo Hotels (do qual fazem parte também o Memmo Alfama e o Memmo Baleeira). A cozinha do Hotel centra-se no espaço designado por "Café Colonial", com a supervisão do *chef* Vasco Lello, que assume o Café Colonial como "celebração das nossas raízes lusófonas, através de pratos nacionais e internacionais que reflectem as influências Portuguesas deixadas pelo mundo, em especial no Brasil, África e Ásia (…) procuramos servir

comida tradicional e local com um travo de contemporaneidade. Uma viagem para os olhos e para o paladar, através de alguns dos sabores mais desejados da nossa cozinha. O Café Colonial é uma sala que convida à conversa, que à volta das heranças Portuguesas espalhadas pelo Mundo, cria um sentimento de comunidade e proximidade" (Memmo Príncipe Real). Essa valorização do passado e da tradição portuguesa é igualmente salientada por outros *chefs* portugueses que reanimaram através da cozinha criativa outros dois eixos da cidade de Lisboa: Chiado e Bélém. O *chef* José Avillez (Restaurante Belcanto (2012), Lisboa) distinguido em 2014 com duas estrelas Michelin, refere: "Há mais de 500 anos, houve um povo que revolucionou o conhecimento sobre o mundo. Movido pela vontade de conhecer e descobrir. Consciente dos riscos e das dificuldades. Foi de Lisboa que os portugueses partiram em busca da novidade: de novos mares, novas terras, novos lugares, novos povos e novos produtos. Orientados pelo conhecimento e pela ciência foram responsáveis pelo primeiro fenómeno de globalização. Lisboa ofereceu ao mundo um novo olhar. No "Belcanto", inspirados pelos feitos do passado, construímos o futuro mantendo o respeito pelos costumes e pelas tradições, partilhando a mesma atracção pela novidade e valorizando o trabalho de equipa e a troca de experiências e de conhecimentos. Juntos descobrimos novas técnicas, novos conceitos e novas formas de servir. A criação de uma alta cozinha portuguesa, sem tempo, sem datas. A união, a criatividade, a vontade de evoluir e de ir mais além" (Avillez). O *chef* João Rodrigues (Feitoria Restaurante & Wine Bar, Altis Belém Hotel & Spa, Lisboa), distinguido em 2015 como *Chef d'Avenir* – Chefe do Futuro pela Academia Internacional de Gastronomia, refere: "Inspirado pelo espírito aventureiro dos navegadores portugueses e pelas rotas que descobriram, desenvolvemos para o Feitoria um conceito gastronómico baseado em sabores tradicionais com influências do Oriente" (Rodrigues).

Conclusões

Se as dinâmicas urbanas mesmo quando geradas por factores negativos, como a crise, não deixam de ser impulsionadoras de transformação, de movimento, de circulação, de uma qualquer forma de vivência do espaço urbano, o projecto para o eixo do Príncipe Real que procura promover acontecimentos e espaços performativos, reconhecendo a sua importância para a dinâmica urbana, encontrou no *lifestyle* da *EastBanc* a sua manifestação mais sofisticada e singular. A sua singularidade e criatividade residem precisamente nessa inovação e modernidade baseada no passado e na tradição. As afinidades electivas e artísticas entre Cidade, Criatividade e Cozinha no eixo do Príncipe Real, traduziram-se numa dinâmica urbana, numa reabilitação e numa revalorização dessa zona de Lisboa. A cozinha criativa contribui para a revitalização da economia e para a regeneração urbana, nomeadamente de determinadas zonas da cidade particularmente as associadas por um tradicionalismo local comprovando que a cultura e o património têm um enorme potencial social e económico.

Referências

- Avillez, José, http://www.joseavillez.pt/pt/belcanto

- Baldaque, Alberto Bessa-Luís Alves (2015) Apetite pela criatividade – o processo criativo de três chefs de alta cozinha, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Dissertação Mestrado.
- Carta, Maurizio (2007). Creative City, Dynamics, Innovations, Action. Barcelona: Laboratorio Internazionale Editoriale.
- Cidades Performáticas: uma discussão sobre arte, arquitectura e espaço público (2014). http://www.archdaily.com.br/br/758604/transmissao-ao-vivo-do-evento-cidadesperformaticas-promovido-pelo-aruturo
- Clark, Robert (2009) Exhibition preview: Pot Luck: Food and Art, The Guardian, (23 May).
- Corboz, André (1983). El território como Palimpsesto, in RAMOS, A. M. (eds.) Lo Urbano en 20 Autores Contemporaneos. Barcelona: Ediciones UPC.
- Costa, Mário (1959) A Patriarcal Queimada. Uma síntese da sua história, in, Revista Municipal, Lisboa, CML, ano XX, nº 80, 1º trimestre, pp.25-33; 53-62; ano XX, nº 81, 1º trimestre pp. 43-61.
- EastBanc, http://www.eastbanc.pt/about-us.php
- Faria, João (2015) Alta Cozinha e Arte da nutrição ao degustar artístico, Lisboa, ISCTE-IUL, Dissertação de Mestrado.
- Ferreira, Ana (2012) Criatividade e gastronomia: um estudo exploratório, Lisboa, ISPA, Dissertação Mestrado.
- Ferreira, Maria João (2015) A gastronomia Macaense no turismo cultural de Macau, Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, IGOT, Tese de Doutoramento.
- Florida, Richard (2003). The Rise of the Creative Class. London: Routledge.
- França, José Augusto (1994) A Sétima Colina. Roteiro Histórico-Artístico, Lisboa, Livros Horizonte.
- Gato, Maria Assunção (2015) O consumo de espaços residenciais para além dos valores económicos, Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático 5 – Práticas de consumo: valores e orientações, p. 67-92.
- Krause, Rodolfo (2007), A gastronomia como fator de influência na escolha de destinações turísticas e de sua hotelaria, Balneário Camboriú, Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, Tese de Doutoramento.
- Lemoult, Marion (2015) «Feast: Radical Hospitality in Contemporary Art», Critique d'art [En ligne], Toutes les notes de lecture en ligne, mis en ligne le 01 mai 2015, consulté le 02 octobre 2016. URL : http://critiquedart.revues.org/13358
- Lopéz Iturriaga, Mikel (2011) El arte del comer toma La Pedrera, El País, (14 Marzo).
- Lunardelli, Tatiana (2012) Estética do Gosto, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, Dissertação Mestrado.
- Martinho, Ana (2012) A gastronomia como ferramenta para a Cidade Criativa Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Dissertação Mestrado .
- Memmo Príncipe Real http://www.memmohotels.com/principereal/memmo-principe-real
- Nihoul, Jean (2014) De gustibus non est Disputadem: the Culinary Arts, Ferran Adrià and Documenta 12, University of Connecticu, Dissertação Mestrado.
- Novero, Cecilia (2010) Antidiets of the Avant-Garde: From Futurist Cooking to Eat Art, University of Minnesota Press.
- Oliva Lozano, Mónica (2013) El acto de comer en el arte – del eat art a Ferran Adrià en la Documenta

12, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, Tese Doutoramento.

- Oliveira, Simão (2008) A importância da Gastronomia na Deslocação de Visitantes, Aveiro, Universidade de Aveiro, Dissertação Mestrado.
- Parreira, Suzana (2014) Design-en-place. Processo de design e processo criativo na alta cozinha, Lisboa, Faculdade de Belas Artes de Lisboa, Tese Doutoramento.
- Pine, B. J. II; Gilmore, J. H. (1999), The experience economy, Boston, Harvard Business
- School Press.
- Rodrigues, João, http://www.restaurantefeitoria.com/chefe-joao-rodrigues.html
- Salto, José (2013) Actitud directiva: La esencia de la capacidad para innovar, análisis en la alta cocina española, Málaga, Universidad de Málaga, Tese Doutoramento.
- Sanchez Aranegui, Monica Desirée (2015) Creatividad y emoción: la intuición y las emociones positivas en el proceso creativo artístico, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, Tese Doutoramento.
- Shenoy, Sajna (2005) Food Tourism and the Culinary Tourist, Clemson, Clemson University, Tese de Doutoramento.
- Silva, Jorge Fernando Cordeiro (2013) Reinterpretar o passado: reabilitar o presente, Lisboa, ISCTE-IUL, Dissertação de Mestrado.
- Silva, Pedro (2008) As Iscas com elas ou Iscas à Portuguesa. Património, Gastronomia e Turismo em Lisboa, Lisboa, ISCTE-IUL, Dissertação Mestrado.

POSITIONING PLACE-MAKING: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

POETI AKBAR JURIAN EDELENBOS

Institute of Housing and Urban Development Studies
. Erasmus University Rotterdam
Netherlands
Email: nazura.gulfira@gmail.com.

Resumo

Com o crescimento da literatura sobre placemaking, a demanda para o entendimento sobre o assunto aumenta. Este estudo apresenta uma revisão sistemática de 61 artigos sobre placemaking com comunidades locais dentro de espaços públicos. A análise será (a) das definições, características e objetivos do placemaking com a comunidade local, (b) a abordagem sobre placemaking, (c) os fatores influenciadores e (d) o resultado do processo sobre placemaking. Os autores descobriram que a maioria dos estudos estão direcionados para identificação da influência dos fatores e o resultado geral sem direcionar para a investigação entre fatores específicos e resultado do placemaking. Assim descobrimos a necessidade de mais pesquisas quantitativas, estudos variados e estudo de caso comparativo, diferente do estudo qualitativo e um estudo de caso que domina esse campo de estudo. Concluímos com o quadro conceitual uma maior indicação da relação entre uma influência de fatores específico e resultado social do placemaking.

Abstract

With a growing body of literature on placemaking, the demand for understanding the topic increases. This study presents a systematic review of 61 articles of placemaking with local community in public spaces. It analyses (a) the definitions, characteristics, and objectives of placemaking, (b) the approaches of placemaking, (c) the influential factors, and (d) the outcomes of placemaking process with local community in public spaces. The authors found that most studies only focus in identifying influential factors and general outcomes without aiming at the investigation between specific factors and outcomes of placemaking. Furthermore, we also found that more quantitative, mixed studies, and comparative case studies are needed as the qualitative and single case studies dominance in the field. We conclude with a conceptual framework that indicates the possible relationship between specific influential factors and social outcomes of placemaking.

PALAVRAS CHAVES

Placemaking, comunidade local, revisão sistemática, espaços públicos

KEY WORDS

Placemaking, place-making, local community, systematic review, public spaces

Introduction

A large and growing body of literature has investigated the concept of 'placemaking'. Placemaking is defined as a process and an activity of integrating various actors, functions, means, and dimensions in order to transform places, by not only viewing place as static spatial aspect and designing the physical form, but also aiming on social processes that construct place (Arefi, 2014, Lombard, 2014, PPS, 2009). The capability to attain positive results in this approach does not rely on targeted and advanced skills, but mainly on the whole effectiveness of mutual influential relationship of places and their communities in generating those desirable results (Arefi, 2014, Silberberg, Lorah, et al., 2013). Over the years, placemaking has been implemented in many different places across the world and has been increasingly used in an eclectic array of disciplines with different tools, actors, and strategies. This different understandings of the topic have caused the complexity and ambiguity on the concept (Friedmann, 2007, Ponzini and Palermo, 2014). Arefi(2014) claimed that these differences have consequently resulted in several definitions, characteristics, objectives, influential factors, and outcomes of placemaking around the world. Therefore, we need to structure this messy literature strand and create a more coherent understanding of what the created knowledge on placemaking can offer.

Aim of the research

This study aims to bring more overview, comprehensive understanding and structure of the concept of placemaking as social process. With the following research question:

What are the definitions, characteristics, approaches, influential factors, and outcomes of placemaking as a process by which local community transform particular places into more livable?

This research question can be divided into three sub-questions:

1. What are the definition, characteristics, and objectives of placemaking as a social process with the local community?
2. What are the approaches of placemaking?
3. What are the factors that influence placemaking process?
4. What are the outcomes of placemaking processes?

To answer these questions, this paper will review the literature streams relevant to the constructs and current approaches in placemaking as a process. It will present a systematic review of placemaking through an analysis of its definition/characteristics, types, goals, and outcomes of placemaking in various disciplines, in particular concern on urban planning field. Not only this systematic review will provide a more evidence-based analysis regarding the placemaking concept, but also make the current body of knowledge more transparent. The next section explains the methodology that we used in conducting the review.

Methodology

In order to manage and report our systematic review, we follow the 'Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses' (PRISMA) approach as our guidelines. This approach helps authors to ensure that their systematic reviews are transparent while assessing a wide array of literatures (Liberati, Altman, et al., 2009). According to this approach, studies from our original searches were included in the systematic review if they met all of the following inclusion criteria:

-Type/field of studies

In this systematic review, we focus on placemaking for public places or social spaces. In literature, the public places was defined broadly as 'spaces that belong to the public domain that is open and accessible to all, regardless of gender, race, ethnicity, age or socioeconomic level' (Cilliers, Timmermans, et al., 2014, p.414). Records should deal with the implementation of placemaking that is influenced by local community's activities during the creation of a public space, neighbourhood, city, or region into a more livable place Project for Public Space (2009).

-Topic

Records should contain the words 'placemaking' or 'place-making' in their title and/or abstract. Nonetheless, we exclude the keywords 'place making', in which the words 'place' are used separately with the words 'making'. These keywords would lead to a wide range of topics and also too broad records to be examined on search engines as they find all the documents that contain the keywords place and/or making.

-Type of participants

The participants in the placemaking process should be local communities (or their representatives) of the place where the placemaking is conducted. It is important to bear in mind that we are keen to know what happens when local communities take part in the transformation of place. Local communities can refer to individuals, group, and representatives of residents in general.

-Study design

Both theoretical and empirical studies are eligible. Since many have argued that the placemaking concept is still not clearly defined and ambiguous, which requires more work to clear up the conceptual confusion about it, this review want to establish both theoretical and evidence-based understanding of placemaking.

-Language

Concerning the language, only English written records were included, which is common for systematic reviews, given the practical difficulties of translation and the replicability of the review (Voorberg, Bekkers, et al., 2015).

-Publication status

Since this review only selected peer-reviewed journal articles, we were completely aware of the urge to avoid a mix-up with 'grey' literature. Therefore, we only used Scopus and Web of Science as these two databases are frequently used for searching the literature on different scientific fields (Aghaei Chadegani, Salehi, et al., 2013) and contains less diverse documents than other database, such as Google Scholar (Voorberg, Bekkers, et al., 2015). In comparison of the total results of both keywords 'place-making' and 'placemaking', on Scopus is 1,145 documents, Web of Science is 675 documents, while on Google Scholar is 49,760 documents.

-Year of publication

We selected records between 1960 and August 2016. The year 1960 was chosen as the well-known authors in placemaking such as Jane Jacobs, William Whyte, are published in this year. While August 2016 was selected as the last search was run on 11 August 2016.

There were mainly two steps in selecting the articles to be included in this systematic review. The first level of screening involves the identification of 1,820 records that are found through the keywords "placemaking" and "place-making" on both databases, Scopus and Web of Science. In this stage there were 1,738 records that we excluded. The first 644 records were removed regarding to their irrelevancy on languages, types of documents, and also duplicates that were already reported in another included study. Afterwards, we excluded the other other 1,094 records based on the other criteria such as type of studies, topic, and type of participants. Since we realised that the latter part of this stage contains high numbers of exclusion of the records, we will further explain about it in the following paragraphs.

Firstly, we found that most of the documents do not contain any words of 'placemaking' or 'place-making' in their title and/or abstract, while they appeared on the search engines as authors' keywords. In this case, some of the articles explained the forms of actions that related with placemaking without directly discussing and focusing on the concept of placemaking itself. Secondly, many articles are carried out in the field of studies that define placemaking in a very different way with our definition, which relates to the activation of public space by local communities. The fields are ranging from food (Sen, 2016), transportation(King, 2012), religion (Dwyer, Gilbert, et al., 2015), sport (McManus, 2015), medical (Hörbst and Wolf, 2014), and tourism (Habibah, Mushrifah, et al., 2013). Thirdly, some other articles explain placemaking in private spaces, and therefore focus on the other type of participants besides the local residents as we meant in our eligibility criteria, such as offices, apartments, universities, religious spaces, and private housing (Arreola, 2012, Barr, 2015, Harrop and Turpin, 2013). In the last stage of screening, we excluded further studies after reading the full-text and finally led to the inclusion of 61 studies. Some articles have been rejected because they approach placemaking from physical aspect rather than social process. In these cases, local communities only act as third party, which are only effected by the placemaking efforts without really engaging in the process. For examples, Fields et al. (2015) discuss about the key components of placemaking projects in recovering a district in New Orleans

post hurricane. However, it was fully organised by local government and did not involve local communities in the process. Therefore, we rejected this article to be included in our review.

We also excluded studies that did not explain the concept of placemaking. For example, on their studies *(Dis)connected communities and sustainable place-making*, Franklin and Marsden (2015) included the terms 'place-making' without further explaining about the definition, concept, process, and outcomes of 'place-making'. Indeed, their research more concern about the 'sustainable communities' and 'connection' concepts. In this case, we reject the studies because they 'less focus on placemaking concept', which was not always clear from abstract and thus requiring the full paper to be read. We take another example from Mollerup et al. (2015) who explained about street screenings in Egypt as an interactive engagement between local organisations as organisers and residential neighbourhood as participants. Nevertheless, instead of explaining the social process behind organising the street screenings, this article pays more attention to the influence of images that appeared on the screening projects to participants' perception on the political issues in the nation.

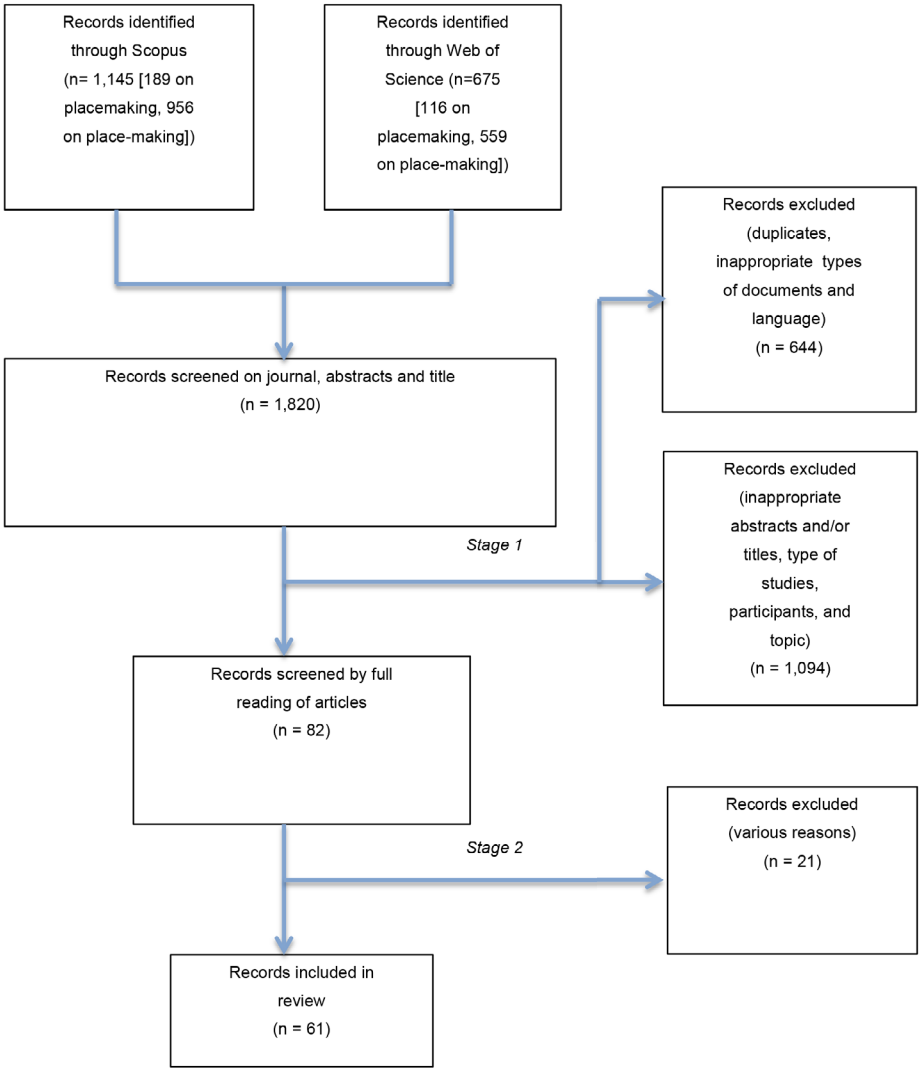


Figure 1 Flow diagram of the records selection

1. Records Characteristic

Before answering our research questions, we address some characteristics of the records found based on type of journal publisher, year of publication, and methodology.

1.1. Diversity in journals

We found that 61% of the articles (37 records) included in this systematic review are found predominantly in urban studies which are published under the same publishers including Journal of Urbanism (3), Urban Studies (3), Journal of Urban Design (2), Cities (2), Landscape and Urban Planning (2). The review also shows that placemaking is a practice to be found in geography (6), environmental (4), politic (2), technology (2), and also art, education, public policy, sociology, tourism, transportation, public health, and international studies.

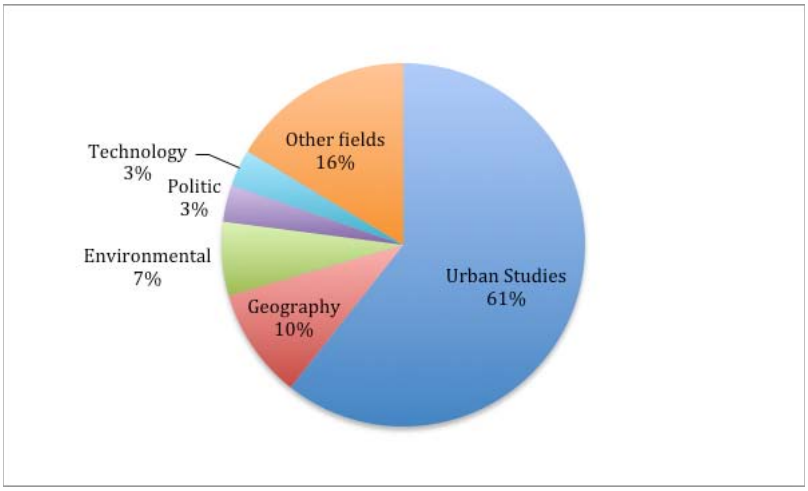


Figure 2 Pie chart field of study

The diversity of articles has also shown in the country where the researches were conducted. We found that 31% of articles (19) are conducted in USA, 11.5% (7) in England, 11.5% (7) in more than one country, and 38% (23) are from other countries including Australia, Canada, Germany, Serbia, and many more, while 8% (5) are not mentioned. The fact that majority of researchers are conducted in USA is actually not a big surprise as the concepts of placemaking originated and developed by several American urban pioneers including William H.Whyte who was also the founder of a nonprofit organisation called Project for Public Spaces (PPS).

Furthermore, the articles has also found in terms of publication year, which indicates that 28% of the articles (17) are published in 2015, 15% are published in 2014 (9), 13% are published in 2012 (8), 10% are published in 2013 (6), and 6,5% are both published in 2008 and 2016. It can be seen on Figure 3 that the amount of publications in placemaking has been generally increasing these past eighteen years, with most of articles were published in 2015. It is interesting to note that none of the articles before 1997 is included in our review, which indicates that there are 37 years gaps since the first publications about the topic by Jane Jacobs

and William Whyte. These results seem to confirm the statement from Project for Public Spaces (2009) that the term 'placemaking' has only begun consistently used since the mid-1990. Regarding to this, Marshall and Bishop (2015) also explained that the term 'placemaking' was first used by Schneekloth and Shibley in 1995 despite the fact that related works in placemaking occur from earlier decades. We also investigated the results of our findings on Scopus and Web of Science and found 37 articles were published before 1997. However, all of them that have not met our eligibility criteria as they do not have the keywords on their titles and abstracts and discussed placemaking not as social process.

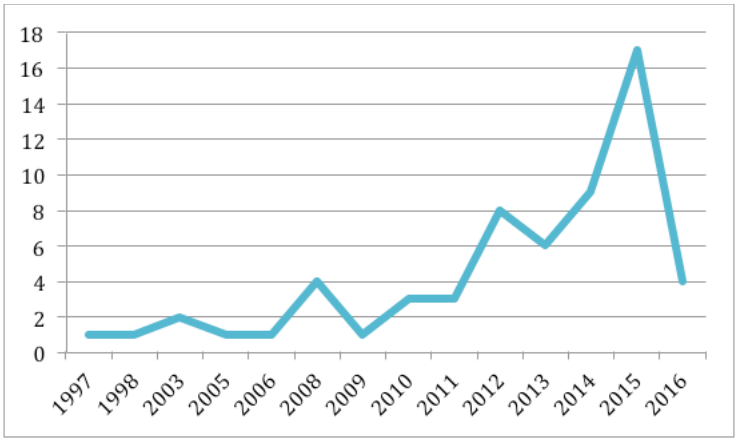


Figure 3 Flow diagram of publication years

1.2. Methods Used

As shown on Table 1, placemaking was primarily studied in empirical studies (74%) and mainly used in qualitative approach (87%), using document analysis, interviews, participant observation, and focus group discussion. It implies that a qualitative approach dominates placemaking practices. This finding was not unexpected as this type of research approach is more appropriate since it acknowledges for a meaningful and holistic understanding of human experiences. Nevertheless, some authors argued that quantitative approach is also necessary in explaining the concept and completing the results of qualitative approach (Peng, 2013, Rota and Salone, 2014). For instance, Main and Sandoval (2014) used both qualitative and quantative data to assess the significance of MacArthur Park for its users. They used survey participants to track park users' demographics and type of activities that reminded the users of public spaces at their homeland. This led to new suggestion that the topic of placemaking and the elements within this context paid more mixed-method studies.

Furthermore, our findings also indicated the necessity for more comparative studies of placemaking as most of the researches were conducted using single case studies (62%). Regarding to this, (Drinkwater and Platt, 2016) suggested that comparative studies is needed in order to explore phenomenon that has a spatial dimension, especially when it is aso related to the socio-cultural settings.

Table 1 Methodology

Type of Study	**N**
Empirical	74%
Theoretical	26%
Total	100%
Approach	
Qualitative	87%
Quantitative	6,50%
Mixed	6,50%
Total	100%
Case Study	
Single Case Studies	62%
Comparative	38%
Total	100%

2. Research Question 1

In this systematic review, the data analysis is consisted of several steps. First, the analysis focused on a common understanding of placemaking. Regarding to this, we went through the articles and tried to analyse definitions, characteristics, and objectives of placemaking.

2.1. Definition

This systematic review found only 28 articles (45%) that provided full definition while most of the other authors (55%) did not present specific definition at all, possibly for reasons that placemaking is not their main subject of studies. Indeed, placemaking is only as an additional and complementary factor to explain other subject such as urban governance e.g. (Foo, Martin, et al., 2013), public art (e.g. (Pollock and Paddison, 2014, Puleo, 2014, Woronkowicz, 2016), neighbourhood regeneration (e.g. (Teernstra and Pinkster, 2016), community participation (e.g. (Alexander and Hamilton, 2015), education (e.g. (De Carteret, 2008), and institutional capacity (e.g. (Healey, 1998). It shows that we need more explanation on the definition of placemaking.

As shown on Table 2, most of the authors are primarily defined placemaking as the on-going process of enhancing the quality of places through creation and transformation, which are in these cases, refer to built environment and physical area in various scales from public places, urban open space, neighbourhood, town, city, to region (Benson and Jackson, 2013, Brunnberg and Frigo, 2012, Buser, Bonura, et al., 2013, Douglas, 2016, Elwood, Lawson, et al., 2015, Lombard, 2014, Quayle and Driessen Van Der Lieck, 1997). The other authors did not specifically mention those types of places (e.g. (Cilliers, Timmermans, et al., 2015c). An example is (Pierce, Martin, et al., 2011, p.54) who stated placemaking as “the set of social, political and material processes by which people iteratively create and recreate the experienced geographies in which they live”. The second category conceptualises placemaking as an action and activities where particular social groups engage and contribute in shaping places (e.g. (Balassiano and Maldonado, 2015, Elwood, Lawson,

et al., 2015). For example, Franz et al. (2008, p.316) defined placemaking as "collective appropriation of the own environment by the residents that has the potential to create new 'places' of identification for the local residents". The third one is connected to the idea of placemaking as particular practices and tools. For instance, Houghton et al. (2015) described placemaking as a mixture of digital tool and physical space that interact for re-creating and revitalising cities. While Franz et al. (2008) considered placemaking as a collective appropriation to make new places for local residents.

Table 2 Definitions of Placemaking

Definitions	**N**
A process of enhancing the quality of places	17
Actions or activities that involve particular groups with specific aims	8
Practices and tools that has the potential to create new place	3
Total	28 (100%)

2.2. Characteristics

Regarding to the characteristics of placemaking, it can be seen from the data in Table 3 that placemaking has been characterised differently by some authors. In most cases, physical and social aspects are being stressed (e.g. (Goldstein, 2016, Main and Sandoval, 2014, Markusen, 2013, Rios and Watkins, 2015, Warren, 2014) while some other articles put more emphasise on power and knowledge of particular stakeholders (Bendt, Barthel, et al., 2013, Peng, 2013, Quayle and Driessen Van Der Lieck, 1997) . We also see some difference on literatures that highlight local community as the main component of placemaking (e.g. (Cilliers, Timmermans, et al., 2015b, Cilliers and Timmermans, 2014, Franz, Güles, et al., 2008, Thomas, Pate, et al., 2015), while other authors underlining the importance of collaborations between stakeholders for the process of placemaking (e.g. (Andres, 2013, John, 2010, Larson and Guenther, 2012, Peng, 2013) . Some authors (Elwood, Lawson, et al., 2015, Larson and Guenther, 2012, Dukanovic and Zivkovic, 2015) also emphasised the practical characteristics of placemaking, such as spontaneous, small-scale, inexpensive, temporary, done through everyday life, and use art as main element of the activities.

Table 3 Characteristics of Placemaking

Characteristics	**N**
The values are determined by physical and social aspects of places	21 (18%)
Influence and being influenced by power & knowledge	19 (16%)
Local community are the main component	18 (15,5%)
Collaborative approach	16 (14%)
Spontaneous, small-scale, inexpensive, and temporary	11 (9,5%)
Related to the construction and transformation of places	7 (6%)
Is done through everyday life activities	4 (3,5%)
Use art and creativity as the main elements	4 (3,5%)
Involve relationship between people and place	3 (2,5%)
Draws on social, physical, political, and economic elements	3 (2,5%)
Strategically planned	2 (2%)

Not mentioned	8 (7%)
Total	116 (100%)

2.3. Objectives

Concerning the objective dimension, our analysis found that most of placemaking practices have been focused on social goals (31%) and also a mix of two different goals (31%), including social – physical goals, social – political goals, social –economic goals, and physical – economic goals. Despite the various objectives that have been mentioned, there are 31% other authors who did not mention a specific objective at all. In some cases, placemaking is seen as a process in which there seems to be an implicit objective in the process itself. For example, Benson and Jackson (2013, p.2) defined placemaking as "the ongoing process through which class and place intersect". Regarding to this case, the repetitive nature of placemaking is hoped to reconstruct middle-class residents' identities. This assumption is strengthened by the fact that in different studies, placemaking is also considered as a process with other embedded goals, like creating meaningful places (Brunnberg and Frigo, 2012, Foo, Martin, et al., 2015, Main and Sandoval, 2014)and building inclusive communities(Thomas, Pate, et al., 2015).

Table 4 General Objectives of Placemaking

Objectives	**N**
Social	19 (31%)
Mix	19 (31%)
Physical	3 (5%)
Physical, social, and economic	1 (2%)
Not mentioned	19 (31%)
Total	61 (100%)

The themes identified in relation to social objectives of placemaking are shown in Table 5. The most mentioned objective is linked to the increasing value in relationships between place and people (Goldstein, 2016, Knight, 2010). One of this common forms of relationship is place attachment, which refers to the process where place has the capacity to affect emotional response of people. In their studies, Marshall and Bishop (2015) investigated the explicit and mutual relationship between placemaking practices in cities and place attachment. While the other records mentioned the increasing connection between people (Markusen, 2013, Zelinka and Harden, 2005).

Table 5 Social Objectives of Placemaking

Social Objectives	**N**
Increasing value, function, and meaning of place to people	32 (44%)
Bringing people together/increase social connection	19 (26%)
Improving quality of live	9 (13%)
Strengthening local pride and identity	7 (10%)
Increasing local capacity	6 (10%)
Total	73 (100%)

3. Research Question 2

The types of approaches in placemaking are shown in Table 6 that differ in their degree of local community involvement during placemaking process, which are: bottom-up, top-down, and collaborative approach. Many articles showed that placemaking procedures were managed through bottom-up approach, in which local communities play key roles during its process (Douglas, 2016, Houghton, Foth, et al., 2015, Piribeck and Pottenger, 2014, Lazarević, Koružnjak, et al., 2016).

Table 6 Approaches of Placemaking

Approaches	**N**
Bottom-up	29 (48%)
Top-down	9 (15%)
Collaborative	5 (8%)
Not mentioned	18 (29%)
Total	61 (100%)

In this systematic review, we distinguish local community into two categories, which are local residents and local organisations. While local residents are people who live in neighbourhoods or particular places, we refer to local organisations as individuals, groups, or institutes who are not parts of local residents, government, and private sectors but committed to work for local residents' needs. In some articles, these local organisations are group of local artists (Douglas, 2016, Piribeck and Pottenger, 2014, Thomas, Pate, et al., 2015), non-profit organisations (Foo, Martin, et al., 2013, Goldstein, 2016), and local entrepreneurs (Stevens and Ambler, 2010a). Based on these types of local community and also our investigation towards bottom-up approach, we also classified two other categories of placemaking according to the level of local community involvement during placemaking process.

Table 7 Local Community in Placemaking

Local community	**N**
Local organisation as initiator	16 (55%)
Local resident as initiator	13 (45%)
Total	29 (100%)

Table 7 shows that the placemaking initiative was more often found within the local organisation rather than local resident. It indicates that placemaking was more initiated and dominated by local organisations. For instance, Bendt et al. (2013) explained the role of community gardens in improving public green spaces of degraded neighbourhoods in Berlin through gardening projects. In order to achieve their goals, these community gardens also managed multi-stakeholder collaboration in which residents' engagement was taken into account. Therefore, residents were passive actors who merely participate in the implementation of placemaking. While in the second category, local residents played active roles during the whole placemaking process, from initiator, planner to organiser. Semenza (2003) gave an example of Sunnyside, a neighbourhood in Portland, where local residents initiated placemaking by transforming a busy street intersection into a plaza

as community gathering place. It showed a strong-independent community who had planned the project since the beginning until the implementation, whereas the other stakeholders were only complementary.

4. Research Question 3

We identified six categories as influential factors of placemaking, which are local residents (35%), government (15%), local organisation (12%), physical aspects of place (12%), private sector (4%), and other factors (11%) such as the presence of experts (Franz, Güles, et al., 2008, Knight, 2010), media (Houghton, Foth, et al., 2015, Sandoval and Maldonado, 2012), and political and economic factors (Foo, Martin, et al., 2015, Hunter, 2012).

Table 8 Influential Factors

Influential factor	**N**
Local residents	33 (35%)
Government	11 (15%)
Local organisations	14 (12%)
Physical aspect of places	11 (12%)
Private sector	4 (4%)
Other factors	10 (11%)
Not mentioned	10 (11%)
Total	93 (100%)

4.1 Local Residents

It can be seen from the data in Table 9 that there are four influential factors from the local residents. The first factor is that the strong motivation and willingness of local residents to contribute in making places (Benson and Jackson, 2013, Darchen, 2013). Some authors specifically mentioned the reasons that influence willingness of citizens to participate, whether for their own purposes such as their quality of life and identity (Franz, Güles, et al., 2008, Main and Sandoval, 2014), or in accordance with the enhancement of place's functionality and usage (Alexander and Hamilton, 2015, Cilliers and Timmermans, 2014). The second factor is the high level of education, skill, and knowledge of local residents. For example, Semenza (2003) mentioned that one of the successful factors in placemaking is the advanced knowledge of residents in landscape, architecture, and policy. John (2010) also include self-governing residents who organising programs by themselves are also important in determining the success of placemaking. The third factor is the enthusiasm and openness of residents to collaborate with other stakeholders (Chan, 2011). While the last factor is demographic factors, including social, cultural, and economic characteristics of residents (Main and Sandoval, 2014, Rios and Watkins, 2015). For instance, (Brunnberg and Frigo, 2012) found particular age group of residents that tend to involve in placemaking agenda, which are elderly and youth.

Table 9 Influential Factors From Local Resident

Influential factor on the local resident side	**N**
Local residents awareness/motivation	25 (49%)
Level of education and skill	12 (23%)
Enthusiasm to collaborate with other stakeholders	9 (18%)
Socioeconomic/demographic factors	5 (10%)
Total	51 (100%)

4.2 Local Organisations

From the perspective of local organisation, there are three factors mentioned with two factors have the same amount of percentage in determining the success of placemaking. Firstly, there is the advanced knowledge of local organisations. This may refer to technical, conceptual/theoretical, and organisational knowledge (Goldstein, 2016, de Sartre, Berdoulay, et al., 2012, Stevens and Ambler, 2010a). For example, Douglas (2016) investigated 69 local organisations in USA who have conducted “do-it-yourself” projects and found the common characteristic that influence their placemaking practices. These local organisations have one or both type of formal knowledge, which are technical and scholarly knowledge. While technical knowledge refers to their understanding with urban policy and planning practice, scholarly knowledge includes their familiarity with a broader urban planning and development theory.

Table 10 Influential Factors From Local Organisation

Influential factor on the local organisation side	**N**
Advanced knowledge for formal and organisational matters	7 (39%)
High level of openness and awareness towards residents participation	7 (39%)
Strong network with public and/or private sectors	4 (18%)
Total	18 (100%)

Secondly, the high level of openness and awareness of local organisation to involve local residents in placemaking process. This can be represented in their open attitude towards residents (Bendt, Barthel, et al., 2013, de Sartre, Berdoulay, et al., 2012). For instance, Keating(2012) found the most important part of the placemaking process lies on the intention of local artist-led group who use art as a way to engage local residents in placemaking. On the other sides, 5 articles also mentioned that low level of openness led to negative impacts to residents (Foo, Martin, et al., 2013, Pollock and Paddison, 2014, Teernstra and Pinkster, 2016, Lim and Padawangi, 2008). Kern (2015) demonstrated that temporal events, which held by local neighbourhood organisation, were successfully attracting investors to create new social spaces in the area while also building barriers for long-term residents to participate. Thirdly, strong affiliation between local organisations and other main stakeholders such as public and private sectors (Goldstein, 2016). Other authors also relate this relationship with the ability of local organisations in doing negotiation with those actors during placemaking process. An example by Foo et al. (2013) showed that public-civic partnership between civil society organisation and local government has improved the production of vacant lot in Boston.

4.3 Government

On the government side, there are four influential factors. Many authors (Cilliers and Timmermans, 2014, Ho and Douglass, 2008, Larson and Guenther, 2012, Pierce, Martin, et al., 2011, Stevens and Ambler, 2010a) mentioned that strong collaboration with other stakeholders, from private sectors, local organisations to local residents, have great impact on placemaking. For instance, Foo et al. (2013) highlighted the interplay of actors involved in the placemaking process, namely government, private sector, and civic organisations, has improved vacant lot management in weak market areas. The other factor is the same with one of the influential factors from local organisation side, which is the high level of openness and awareness towards resident participation (Barnes, Waitt, et al., 2006, Knight, 2010). This may refer to moral support such as the initial acknowledge of local resident's needs from the beginning of area development(John, 2010) or facilitating some infrastructure to help community enhancement project (Semenza, 2003). This factor, however, can lead to negative impacts if government have low level of openness towards residents. Darchen (2013) and Teernstra & Pinkster(2016) showed that the domination of government during the process of placemaking become one of the barriers for residents to participate. The third factor is the characteristic of government, including their leadership (Hunter, 2012), capability on public place management (Drinkwater and Platt, 2016), awareness on adding placemaking principles into decision-making (Jackson and Kent, 2016), and governance structure (Ho and Douglass, 2008). The last factor from the government side is the main purpose in developing area. For instance, Chan (2011) found the differences on the outcomes based on the government policies and strategies in placemaking, which are profit oriented and community oriented. Similarly, some authors also mentioned that the governments who are business oriented caused negative outcomes (Darchen, 2013, Røe, 2014).

Table 11 Influential Factors From Government

Influential factor on the government side	**N**
Strong collaboration with other stakeholders	15 (37,5%)
High level of openness and awareness towards residents participation	12 (30%)
Type of governance	9 (22,5%)
Policy and strategies	4 (10%)
Total	40 (100%)

5. Research Question 4

In response to our fourth research question, the analysis shows that most of the reported outcomes refer to social aspect (53%). While many articles also mentioned two types of aspect (Alexander and Hamilton, 2015, Foo, Martin, et al., 2013, Piribeck and Pottenger, 2014), or even three aspects (Franz, Güles, et al., 2008, Rota and Salone, 2014) . For instance, Lazarevic et al. (2016) mentioned three outcomes of placemaking in their research, which are: educate local community and strengthen cultural heritage appreciation, physical improvement through creation of greenspace and public places, and generate economic through business centres and tourist visitation.

Table 12 Type of Outcomes

Outcomes	**N**
Social	25 (53%)
Mix 2: Social & Political; Social & Physical; Social & Economic	10 (21%)
Mix 3: Social, Physical, Economic; Social, Physical, Political; Social, Physical, Economic	6 (13%)
Other outcomes (only physical, economic, or political)	6 (13%)
Total	47 (100%)

As can be seen in Table 11, most of the social outcomes are related to the increasing capacity of local community (Douglas, 2016, Goldstein, 2016, Main and Sandoval, 2014). Some authors also found different type of education and capacity such as exchange technical and organisational knowledge between stakeholders (Rios and Watkins, 2015), broadened local community's perspectives about their city and other people (Houghton, Foth, et al., 2015), and creating a new young professionals who experienced in placemaking(Dukanovic and Zivkovic, 2015). The second most mentioned outcomes are related to the creation and strengthen social connection. This is specifically found in the form of social gathering and interaction (e.g. (Stevens and Ambler, 2010b), inclusive community (Brunnberg and Frigo, 2012), and also break down cultural barriers (e.g. (Sandoval and Maldonado, 2012). Piribeck and Pottenger (2014) found that placemaking created new friendship between local communities whom may never know each other if they did not involve in the project. The third outcome of placemaking is relationship between people and place. While some articles refer this to place identity (Drinkwater and Platt, 2016, Larson and Guenther, 2012, Rota and Salone, 2014) , some other articles indicate to place attachment (Benson and Jackson, 2013, De Carteret, 2008, Rios and Watkins, 2015). The fourth outcome is the improvement of quality of life. This refers to enhancement of well-being, happiness, enjoyment, and positive perceptions of local community towards their own neighbourhood (Foo, Martin, et al., 2015, Lim and Padawangi, 2008, Stevens and Ambler, 2010b). The last two outcomes are related to the increasing level of local community's appreciation to their cultural and heritage assets (Alexander and Hamilton, 2015, Ho and Douglass, 2008), and strengthening the social capital (Cilliers, Timmermans, et al., 2015c, Semenza, 2003).

Table 13 Social Outcomes

Social Outcomes	**N**
Gaining local empowerment, education, and local capacity	18 (27%)
Strengthening social connection	16 (24%)
Strengthening place identity and attachment	14 (21%)
Increasing quality of life	8 (12%)

Strengthening cultural appreciation	5 (8%)
Gaining social capital	5 (8%)
Total	66 (100%)

Besides the positive outcomes, some authors also mentioned the negative impacts of placemaking to local community. Table 8 shows that the most mentioned negative outcome involves social division between local community and other groups of communities and stakeholders. Some articles mentioned this type of social division differently as displacement (Teernstra and Pinkster, 2016), exclusion (Barnes, Waitt, et al., 2006), and alienation (Lepofsky and Fraser, 2003), which they all basically refer to the inability of local residents to participate in the new changes of particular places after placemaking is conducted in that places/areas. A few authors also mentioned gentrification (Andres, 2013, Kern, 2016) and disconnection with the place (Røe, 2014) as negative impacts of placemaking to local residents.

Table 14 Negative Outcomes

Negative Outcomes	**N**
Displacement, exclusion, alienation and other types of social division	7 (70%)
Gentrification	2 (20%)
Disconnection with the place	1 (10%)
Total	10 (100%)

A few authors also implicitly found that these negative outcomes were linked to the characteristics of local organisations and government that were mentioned earlier. For instance, Lim and Padawangi(2008) demonstrated the transformation of Grand Mosque in Bandung has affected a nearby open civic space and displaced different groups of communities who used to use the square. This displacement was the result of the unequal powers within local organisations as in this case used the term 'civil society' and also the potential conflicts of interest within various actors. However, this causal relationship between influential factors and negative outcomes of placemaking has not been a focus of current researches.

Based on the literature, we found that none of the authors aimed at the investigation between influential factors and specific outcomes of placemaking. Rather, most studies were keen to only identify influential factors, ranging from stakeholders (Bendt, Barthel, et al., 2013, Warren, 2014) to particular factors such as story telling (Cilliers, Timmermans, et al., 2015c), experiential academic education(Dukanovic and Zivkovic, 2015), cultural events (Rota and Salone, 2014) , and urban technology (Houghton, Foth, et al., 2015). Other authors also aimed their studies at the identification of particular influential factors with specific outcomes (Foo, Martin, et al., 2013, Kern, 2016, Main and Sandoval, 2014, Woronkowicz, 2016). For instance, Hunter (2012) investigated the impact of local leadership and strategic management within local organisation in shaping the residents' quality of life and transforming local places. While only a handful of records did report different types of placemaking (Buser, Bonura, et al., 2013, Pierce, Martin, et al., 2011, Rios and Watkins, 2015, Zelinka and Harden, 2005), the rest of found studies are intended to explain other aspects of the topic (Cilliers, Timmermans, et al., 2015a, Quayle and Driessen Van Der Lieck, 1997, Røe, 2014).

Table 15 Type of Studies

Type of Studies	**N**
Identify influential factors	25 (41%)
Examine relationship between influential factors and specific outcomes	11 (18%)
Identify different types of placemaking	4 (7%)
Other	21 (34%)
Total	61 (100%)

According to the analysis, we see that none of the articles make explicit connection between influential factors and outcomes of placemaking as a focus of their researches. Indeed, this is a knowledge gap that we found in this field. Therefore, it is important to conduct a research that focus on finding influential factors on placemaking outcomes. As can be seen on Figure 4, we made a framework that indicates the social outcomes of placemaking as the dependent variables and influential factors as the independent variables.

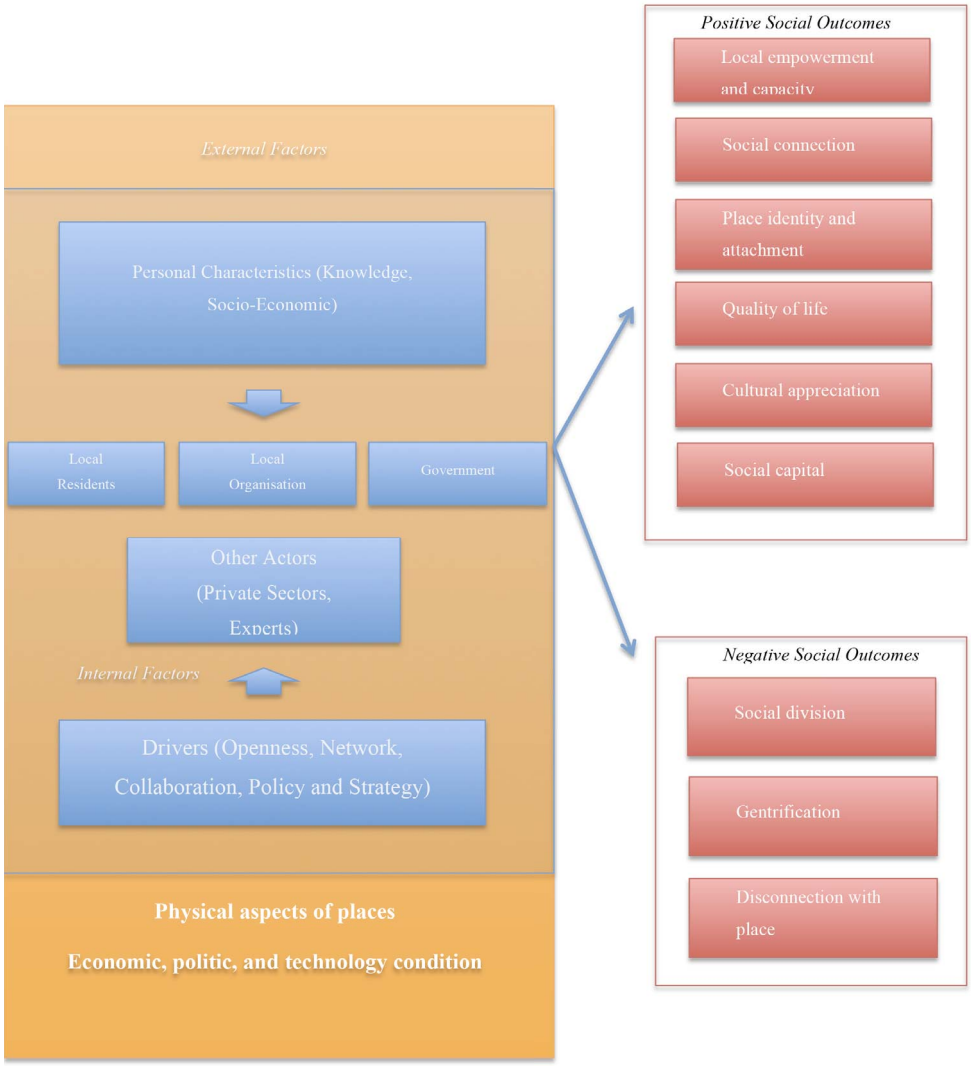


Figure 4 Theoretical Framework

Conclusions

As current literature on placemaking is lacking a systematic review of the concept, we attempted to structure the field, mapping the various conceptualisations of placemaking grounded in a literature review. Returning to the first research question with regard to how placemaking is defined, we found that more definition of placemaking is necessary as there are only a few authors that have clearly defined the concept. The results also indicate that there are various characteristics of placemaking, but the most emphasised one is that the values of placemaking is determined by physical and social aspects of places. Another finding from the first research question is the objective that placemaking as a social process must achieve. In this case we found that the most mentioned social objectives of placemaking is to increase value, function, and meaning of place to people.

Regarding to the second research question, our study reveals that the most common type of approaches in placemaking practices with local community is bottom-up approach with local organisation as initiator. In the third research question, we also discovered and made a difference between internal factors and external factors. Internal factors are the personal characteristics of stakeholders (e.g. motivation and socio-economic factors) and driver factors (e.g. openness to involve local community, network and collaboration with other stakeholders) that represent relationship between stakeholders. While the external factors encompass the physical aspect of places, and economic, politic, and technology condition that might also influence the internal factors. In response to our fourth research question, the analysis shows that most of the reported outcomes refer to social aspect, which is gaining local empowerment and capacity. In this last discussion, we suggest future research concerning the call for more explicit and clearer positioning of specific influential factors towards social outcomes of placemaking process.

We completely realise that our studies have some limitations, which is particularly related to the quantity and quality of the data sample we analysed. First, by only investigating the notion of placemaking as social process in the local community, we exclude the studies that have different conception on the concept from design and physical approach. Second, we only selected peer-reviewed journal articles and did not include other materials such as conference paper, books, and unpublished materials, which might useful for better understanding of the concept. Therefore, future studies could address these flaws.

References

- Aghaei Chadegani, A., Salehi, H., Yunus, M. M., Farhadi, H., et al., 2013. A comparison between two main academic literature collections: Web of Science and Scopus databases. *Asian Social Science,* 9 (5), pp. 18-26. [Accessed 12/16/2016 7:55:46 PM].
- Alexander, M. and Hamilton, K. 2015. A 'placeful' station? The community role in place making and improving hedonic value at local railway stations. *Transportation Research Part A: Policy and Practice,* 82 pp. 65-77. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84942315858&partnerID=40&md5=1ede47aaf3dc8c63b9372c12f9870e6f [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Andres, L., 2013. Differential Spaces, Power Hierarchy and Collaborative Planning: A Critique of the Role of Temporary Uses in Shaping and Making Places. *Urban Studies,* 50 (4), pp. 759-775. Available at: https://www.scopus.

com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84874015458&partnerID=40&md5=1214f9ce873265cbae17707bca2049b4 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

- Arefi, M., 2014. Deconstructing Placemaking: Needs, Opportunities, and Assets. Routledge.
- Arreola, D. D., 2012. Placemaking and Latino Urbanism in a Phoenix Mexican immigrant community. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability,* 5 (2-3), pp. 157-170. [Accessed 7/5/2016 8:32:19 PM].
- Balassiano, K. and Maldonado, M. M. 2015. Placemaking in rural new gateway communities. *Community Development Journal,* 50 (4), pp. 644-660. [Accessed 6/29/2016 10:30:08 AM].
- Barnes, K., Waitt, G., Gill, N. and Gibson, C. 2006. Community and Nostalgia in Urban Revitalisation: A critique of urban village and creative class strategies as remedies for social 'problems'. *Australian Geographer,* 37 (3), pp. 335-354. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-33750295519&partnerID=40&md5=03bd118291f370d185b6e21a772b104b [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Barr, O., 2015. A Jurisprudential Tale of a Road, an Office, and a Triangle. *Law & Literature,* 27 (2), pp. 199-216. [Accessed 12/16/2016 7:31:02 PM].
- Bendt, P., Barthel, S. and Colding, J. 2013. Civic greening and environmental learning in public-access community gardens in Berlin. *Landscape and Urban Planning,* 109 (1), pp. 18-30. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84870377392&partnerID=40&md5=a150aead116d2e469c4f0b9488c22647 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Benson, M. and Jackson, E. 2013. Place-making and Place Maintenance: Performativity, Place and Belonging among the Middle Classes. *Sociology,* 47 (4), pp. 793-809. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84881240016&partnerID=40&md5=398fa02c55ce7123156d0d28fb2233f9 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Brunnberg, L. and Frigo, A. 2012. Placemaking in the 21st-century city: introducing the funfair metaphor for mobile media in the future urban space. *Digital Creativity,* 23 (2), pp. 113-125. [Accessed 7/22/2016 7:59:31 PM].
- Buser, M., Bonura, C., Fannin, M. and Boyer, K. 2013. Cultural activism and the politics of place-making. *City,* 17 (5), pp. 606-627. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84886435778&partnerID=40&md5=4906650f840d325740895a564d72e537 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Chan, S. C., 2011. Cultural governance and place-making in Taiwan and China. *China Quarterly,* (206), pp. 372-390. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-79960235151&partnerID=40&md5=4e1f1c17253ee0902d8b445c9857348a [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Cilliers, E., Timmermans, W., Van den Goorbergh, F. and Slijkhuis, J. 2015a. The Story Behind the Place: Creating Urban Spaces That Enhance Quality of Life. *Applied Research in Quality of Life,* 4 (10), pp. 589-598. [Accessed 6/29/2016 10:32:18 AM].
- Cilliers, E. J. and Timmermans, W. 2014. The importance of creative participatory planning in the public place-making process. *Environment and Planning B: Planning and Design,* 41 (3), pp. 413-429. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84901044490&partnerID=40&md5=ef17f92de028a77595298ad9b390e80f [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Cilliers, E. J., Timmermans, W., Van den Goorbergh, F. and Slijkhuis, J. 2015b. Green Place-making in Practice: From Temporary Spaces to Permanent Places. *Journal of Urban Design,* 20 (3), pp. 349-366. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84930573954&partnerID=40&md5=54605f0606a7180f903cc5caee3812f7 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Cilliers, E. J., Timmermans, W., van den Goorbergh, F. and Slijkhuis, J. S. A. 2014. Designing public spaces through the lively planning integrative perspective. *Environment, Development and Sustainability,* 17 (6), pp. 1367-1380. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84945471447&partnerID=40&md5=44ed8ef20b8f971849ae2e52ae7a2792 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Cilliers, E. J., Timmermans, W., Van den Goorbergh, F. and Slijkhuis, J. S. A. 2015c. The Story Behind the Place: Creating Urban Spaces That Enhance Quality of Life. *Applied Research in Quality of Life,* 10 (4), pp. 589-598. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84947033104&partnerID=40&md5=2a599eac8cb26262edbfef3f588e8629 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Darchen, S., 2013. The Regeneration Process of Entertainment Zones and the Business Improvement Area Model: A Comparison Between Toronto and Vancouver. *Planning Practice and Research,* 28 (4), pp. 420-439. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84887889504&partnerID=40&md5=1be740d47f06fbc76267e9328811f71e [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- De Carteret, P., 2008. Diverse pleasures: Informal learning in community. *Australian Journal of Adult Learning,* 48 (3), pp. 502-521. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-77954428770&partnerID=40&md5=fa8f471ec04c08c5428554810deca00a [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- de Sartre, X. A., Berdoulay, V. and da Silva Lopes, R. 2012. Eco-Frontier and Place-Making: The Unexpected Transformation of a Sustainable Settlement Project in the Amazon. *Geopolitics,* 17 (3), pp. 578-606. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84864802064&partnerID=40&md5=d3a6b450126f0b8f2d9fa1fae72b2999 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Douglas, G. C., 2016. The formalities of informal improvement: technical and scholarly knowledge at work in do-it-yourself urban design. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability,* 9 (2), pp. 117-134. [Accessed 6/29/2016 9:24:41 PM].

• Drinkwater, B. D. and Platt, S. 2016. Urban development process and creative clustering: The film industry in Soho and Beyoɬlu. *Urban Design International,* 21 (2), pp. 151-174. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84961841949&partnerID=40&md5=cf09bd7618822b664cab485bbd83ec17 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Dukanovic, Z. and Zivkovic, J. 2015. PUBLIC ART & PUBLIC SPACE PROGRAMME: LEARNING, BUT DOING! *ANNALES-ANALI ZA ISTRSKE IN MEDITERANSKE STUDIJE-SERIES HISTORIA ET SOCIOLOGIA,* 25 (1), pp. 49-64. [Accessed 12/10/2016 4:09:42 PM].

• Dwyer, C., Gilbert, D. and Ahmed, N. 2015. Building the sacred in suburbia: Improvisation, reinvention and innovation. *Built Environment,* 41 (4), pp. 477-490. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84952890563&partnerID=40&md5=931921d9cad99a75180f5e54f6fb4a5e [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Elwood, S., Lawson, V. and Nowak, S. 2015. Middle-Class Poverty Politics: Making Place, Making People. *Annals of the Association of American Geographers,* 105 (1), pp. 123-143. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84917691099&partnerID=40&md5=c98e82eaaf33a68fe0d4d3d77c0859a9 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Fields, B., Wagner, J. and Frisch, M. 2015. Placemaking and disaster recovery: targeting place for recovery in post-Katrina New Orleans. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability,* 8 (1), pp. 38-56. [Accessed 12/16/2016 7:51:57 PM].

• Foo, K., Martin, D., Polsky, C., Wool, C., et al., 2015. Social well-being and environmental governance in urban neighbourhoods in Boston, MA. *Geographical Journal,* 181 (2), pp. 138-146. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84929504257&partnerID=40&md5=e26c2607f270499786347a9ed6b8b46d [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Foo, K., Martin, D., Wool, C. and Polsky, C. 2013. The production of urban vacant land: Relational placemaking in Boston, MA neighborhoods. *Cities,* 35 pp. 156-163. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84882949908&partnerID=40&md5=76fb28959c646cc80ea4984f0054ae9f [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Franklin, A. and Marsden, T. 2015. (Dis) connected communities and sustainable place-making. *Local Environment,* 20 (8), pp. 940-956. [Accessed 12/16/2016 7:53:01 PM].

• Franz, M., Güles, O. and Prey, G. 2008. Place-making and 'green' reuses of brownfields in the Ruhr. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie,* 99 (3), pp. 316-328. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-47649117247&partnerID=40&md5=fe3b995b1b8e030c3b2ff7362bdfbc0a [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Friedmann, J., 2007. Reflections on place and place-making in the cities of China. *International Journal of Urban and Regional Research,* 31 (2), pp. 257-279. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-34347215520&partnerID=40&md5=93698a3fff514ef5e96f14d73112a58f [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Goldstein, S. R., 2016. Planning the Millennium city: The politics of place-making in Gurgaon, India. *International Area Studies Review,* 19 (1), pp. 12-27. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84964010076&partnerID=40&md5=3e337b606d5413dbe44fa45b2af3354d [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Habibah, A., Mushrifah, I., Hamzah, J., Er, A. C., et al., 2013. Place-making of ecotourism in Tasik Chini: From exploratory to the contemporary biosphere reserve. *Asian Social Science,* 9 (6), pp. 84-95. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84877140091&partnerID=40&md5=74e0be36c69f839c7ea3371acb27671d [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Harrop, D. and Turpin, B. 2013. A study exploring learners' informal learning space behaviors, attitudes, and preferences. *New Review of Academic Librarianship,* 19 (1), pp. 58-77. [Accessed 12/16/2016 7:22:50 PM].

• Healey, P., 1998. Building institutional capacity through collaborative approaches to urban planning. *Environment and Planning A,* 30 (9), pp. 1531-1546. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-0031784289&partnerID=40&md5=1e5301de5b71bd92ca398993b4166927 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Ho, K. C. and Douglass, M. 2008. Globalisation and liveable cities: Experiences in place-making in Pacific Asia. *International Development Planning Review,* 30 (3), pp. 209-213. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-66349088473&partnerID=40&md5=8e394c917626b4799f7794ae87d561d8 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Hörbst, V. and Wolf, A. 2014. ARVs and ARTs: Medicoscapes and the Unequal Place-making for Biomedical Treatments in sub-Saharan Africa. *Medical Anthropology Quarterly,* 28 (2), pp. 182-202. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84901820751&partnerID=40&md5=8bbb0353b917c1ee10e99257bee0daf9 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Houghton, K., Foth, M. and Miller, E. 2015. Urban Acupuncture: Hybrid Social and Technological Practices for Hyperlocal Placemaking. *Journal of Urban Technology,* 22 (3), pp. 3-19. [Accessed 6/29/2016 10:46:19 AM].

• Hunter, J., 2012. Place matters: But does local leadership? *Public Money and Management,* 32 (2), pp. 95-102. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84922060094&partnerID=40&md5=6afe61d6408c04e8618a5fb3fdf2edbd [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

• Jackson, B. and Kent, F. 2016. Zealous nut: A conversation with project for public spaces founder Fred Kent. *Journal of Urban Regeneration and Renewal,* 9 (3), pp. 211-220. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.

uri?eid=2-s2.0-84960107917&partnerID=40&md5=b2818e30ea13c210b8faa68307819392 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].

- John, F., 2010. Place and place-making in cities: A global perspective. *Planning Theory and Practice,* 11 (2), pp. 149-165. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-77955137880&partnerID=40&md5=39a7944 8b6d82911c07efead977ccc27 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Keating, R., 2012. Landscape aesthetics in practice. *Journal of Visual Art Practice,* 11 (1), pp. 15-25. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84873565638&partnerID=40&md5=a307a57b59ac9603441c27 35c319c553 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Kern, L., 2016. Rhythms of gentrification: Eventfulness and slow violence in a happening neighbourhood. *Cultural Geographies,* 23 (3), pp. 441-457. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84979282920&part nerID=40&md5=e57e4b5a2359f86d323e70168146d905 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- King, J., 2012. Density dare: A look at BART's long-term efforts to build transit-oriented development. *Planning,* 78 (5), pp. 41-45. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84861396361&partnerID=40&md5= d6c61e5628145ce3c9b2b78afb2b143c [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Knight, D., 2010. Culture, the arts and new foundland place-making. *Plan Canada,* 50 (2), pp. 38-41. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-79957863297&partnerID=40&md5=2d4bd8d45b30488ce1cc4d87 7eee6291 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Larson, C. and Guenther, J. 2012. Parklets planning with place-making in mind rationale and strategy for municipal planners. *Plan Canada,* 52 (2), pp. 43-47. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84870623226&partnerID=40&md5=e5099d4f94ca9e9a25a394b9e524e883 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Lazarević, E. V., Koružnjak, A. B. and Devetaković, M. 2016. Culture design-led regeneration as a tool used to regenerate deprived areas. Belgrade—The Savamala quarter; reflections on an unplanned cultural zone. *Energy and Buildings,* 115 pp. 3-10. [Accessed 12/10/2016 3:51:06 PM].
- Lepofsky, J. and Fraser, J. C. 2003. Building community citizens: Claiming the right to place-making in the city. *Urban Studies,* 40 (1), pp. 127-142. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-0037261249&part nerID=40&md5=1f4e4f339c2b0236ec497ffbfae78d8e [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., et al., 2009. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. *Annals of Internal Medicine,* 151 (4), pp. W-65-W-94. [Accessed 12/16/2016 7:35:44 PM].
- Lim, M. and Padawangi, R. 2008. Contesting alun-alun: Power relations, identities and the production of urban space in Bandung, Indonesia. *International Development Planning Review,* 30 (3), pp. 307-326. [Accessed 12/10/2016 4:19:56 PM].
- Lombard, M., 2014. Constructing ordinary places: Place-making in urban informal settlements in Mexico. *Progress in Planning,* 94 pp. 1-53. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84902950830&partnerID=40 &md5=27798495484252260ce805fd4d616362 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Main, K. and Sandoval, G. F. 2014. Placemaking in a translocal receiving community: The relevance of place to identity and agency. *Urban Studies,* pp. 0042098014522720. [Accessed 6/29/2016 7:06:52 PM].
- Markusen, A., 2013. Fuzzy concepts, proxy data: why indicators would not track creative placemaking success. *International Journal of Urban Sciences,* 17 (3), pp. 291-303. [Accessed 7/21/2016 8:24:06 AM].
- Marshall, N. and Bishop, K. 2015. Is there any correlation between placemaking and place attachment? A challenge for interdisciplinary research. 9 (3-4), pp. 1-10.
- McManus, J., 2015. Driven to distraction: Turkish diaspora football supporters, new media and the politics of place-making. *Sociological Research Online,* 20 (2), Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84930145625&partnerID=40&md5=b849a95ce07c1a7163d01e8a471d34cb [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Mollerup, N. G. and Gaber, S. 2015. Making Media Public: On Revolutionary Street Screenings in Egypt. *International Journal of Communication,* 9 pp. 19. [Accessed 12/16/2016 7:54:05 PM].
- Peng, L. -., 2013. Effects of anti-dam campaigns on institutional capacity: A case study of Meinung from Taiwan. *Paddy and Water Environment,* 11 (1-4), pp. 353-367. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84871718708&partnerID=40&md5=cc3c06ae58a2a4e28419b2060ccc5bd6 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Pierce, J., Martin, D. G. and Murphy, J. T. 2011. Relational place-making: The networked politics of place. *Transactions of the Institute of British Geographers,* 36 (1), pp. 54-70. Available at: https://www.scopus.com/inward/record. uri?eid=2-s2.0-78649775788&partnerID=40&md5=46de1e5e839864c5888058e77b6324d1 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Piribeck, J. and Pottenger, M. 2014. Good Fences for Good Neighbors: A "Meeting Place" Intervention. *Journal of Poverty,* 18 (1), pp. 73-81. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84893042138&partnerID=4 0&md5=86063c40465dedbf903b2a6652e74134 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Pollock, V. L. and Paddison, R. 2014. On place-making, participation and public art: The Gorbals, Glasgow. *Journal of Urbanism,* 7 (1), pp. 85-105. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84893936078&partner ID=40&md5=ac180bae5fd1ef9f48ab4ce9a6108917 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Ponzini, D. and Palermo, P., 2014. Placemaking and Urban Development: New Challenges for Contemporary

Planning and Design. Routledge.

- PPS, 2009. What is placemaking?. New York: Project for Public Spaces. Available at: http://www.pps.org/reference/what_is_placemaking/ [Accessed 2015].
- Puleo, T., 2014. Art-making as place-making following disaster. *Progress in Human Geography,* 38 (4), pp. 568-580. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84905700071&partnerID=40&md5=d1dc53d4fe103042a749be8e71c6cfd7 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Quayle, M. and Driessen Van Der Lieck, T. C. 1997. Growing community: A case for hybrid landscapes. *Landscape and Urban Planning,* 39 (2-3), pp. 99-107. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-0345267048&partnerID=40&md5=51d0582f89d9bda4ac3538486d48a3e5 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Rios, M. and Watkins, J. 2015. Beyond "Place" Translocal Placemaking of the Hmong Diaspora. *Journal of Planning Education and Research,* 35 (2), pp. 209-219. [Accessed 6/29/2016 11:10:02 AM].
- Røe, P. G., 2014. Analysing place and place-making: Urbanization in Suburban Oslo. *International Journal of Urban and Regional Research,* 38 (2), pp. 498-515. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84894577530&partnerID=40&md5=10d3032b128d58ef9ce1ebbbf3c31c76 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Rota, F. S. and Salone, C. 2014. Place-making processes in unconventional cultural practices. The case of Turin's contemporary art festival Paratissima. *Cities,* 40 pp. 90-98. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84901504312&partnerID=40&md5=f8c7e9f00fa76626c449a34bce0cf80c [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Sandoval, G. F. and Maldonado, M. M. 2012. Latino Urbanism revisited: placemaking in new gateways and the urban-rural interface. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability,* 5 (2-3), pp. 193-218. [Accessed 12/10/2016 4:15:57 PM].
- Semenza, J. C., 2003. The Intersection of Urban Planning, Art, and Public Health: The Sunnyside Piazza. *American Journal of Public Health,* 93 (9), pp. 1439-1441. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-0141609854&partnerID=40&md5=54f77ddf0d8b5fcf0ca933661fc6aefb [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Sen, A., 2016. Food, place, and memory: Bangladeshi fish stores on Devon Avenue, Chicago. *Food and Foodways,* 24 (1-2), pp. 67-88. [Accessed 12/16/2016 7:17:30 PM].
- Silberberg, S., Lorah, K. and Disbrow, R. M., A, 2013.
Places in the Making:
 How placemaking builds places and communities Massachusetts Institute of Technology.
- Stevens, Q. and Ambler, M. 2010a. Europe's city beaches as post-Fordist placemaking. *Journal of Urban Design,* 15 (4), pp. 515-537. [Accessed 12/10/2016 4:18:50 PM].
- Stevens, Q. and Ambler, M. 2010b. Europe's city beaches as post-Fordist placemaking. *Journal of Urban Design,* 15 (4), pp. 515-537. [Accessed 12/10/2016 5:51:30 PM].
- Teernstra, A. B. and Pinkster, F. M. 2016. Participation in neighbourhood regeneration: achievements of residents in a Dutch disadvantaged neighbourhood. *Urban Research and Practice,* 9 (1), pp. 56-79. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84959083460&partnerID=40&md5=4147fdae5eff4b4681ab4e92754f20db [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Thomas, E., Pate, S. and Ranson, A. 2015. The crosstown initiative: Art, community, and placemaking in memphis. *American Journal of Community Psychology,* 55 (1-2), pp. 74-88. [Accessed 6/29/2016 11:12:24 AM].
- Voorberg, W. H., Bekkers, V. J. and Tummers, L. G. 2015. A systematic review of co-creation and co-production: Embarking on the social innovation journey. *Public Management Review,* 17 (9), pp. 1333-1357. [Accessed 12/16/2016 7:56:31 PM].
- Warren, S., 2014. 'I want this place to thrive': Volunteering, co-production and creative labour. *Area,* 46 (3), pp. 278-284. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84905746099&partnerID=40&md5=d4436bcf4811c550b3a0707c000e6f79 [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Woronkowicz, J., 2016. Art-Making or Place-Making? The Relationship between Open-Air Performance Venues and Neighborhood Change. *Journal of Planning Education and Research,* 36 (1), pp. 49-59. Available at: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84959308660&partnerID=40&md5=99b49555d16ae2c211c49e0916003abd [Accessed 10 August 2016; 8/10/2016 4:56:28 AM].
- Zelinka, A. and Harden, S. J., 2005. Placemaking on a budget: Improving small towns, neighborhoods, and downtowns without spending a lot of money. Amer Planning Assn. [Accessed 12/10/2016 4:20:43 PM].

Appendix 1
PRISMA checklist

Section/topic	#	Checklist item	Reported on page #
TITLE			
Title	1	Identify the report as a systematic review, meta-analysis, or both.	1
ABSTRACT			
Structured summary	2	Provide a structured summary including, as applicable: background; objectives; data sources; study eligibility criteria, participants, and interventions; study appraisal and synthesis methods; results; limitations; conclusions and implications of key findings; systematic review registration number.	1
INTRODUCTION			
Rationale	3	Describe the rationale for the review in the context of what is already known.	2
Objectives	4	Provide an explicit statement of questions being addressed with reference to participants, interventions, comparisons, outcomes, and study design (PICOS).	2
METHODS			
Protocol and registration	5	Indicate if a review protocol exists, if and where it can be accessed (e.g., Web address), and, if available, provide registration information including registration number.	3
Eligibility criteria	6	Specify study characteristics (e.g., PICOS, length of follow-up) and report characteristics (e.g., years considered, language, publication status) used as criteria for eligibility, giving rationale.	3
Information sources	7	Describe all information sources (e.g., databases with dates of coverage, contact with study authors to identify additional studies) in the search and date last searched.	4
Search	8	Present full electronic search strategy for at least one database, including any limits used, such that it could be repeated.	4
Study selection	9	State the process for selecting studies (i.e., screening, eligibility, included in systematic review, and, if applicable, included in the meta-analysis).	4 - 6
Data collection process	10	Describe method of data extraction from reports (e.g., piloted forms, independently, in duplicate) and any processes for obtaining and confirming data from investigators.	4 - 6
Data items	11	List and define all variables for which data were sought (e.g., PICOS, funding sources) and any assumptions and simplifications made.	NA
Risk of bias in individual studies	12	Describe methods used for assessing risk of bias of individual studies (including specification of whether this was done at the study or outcome level), and how this information is to be used in any data synthesis.	NA
Summary measures	13	State the principal summary measures (e.g., risk ratio, difference in means).	NA
Synthesis of results	14	Describe the methods of handling data and combining results of studies, if done, including measures of consistency (e.g., I^2) for each meta-analysis.	NA

Risk of bias across studies	15	Specify any assessment of risk of bias that may affect the cumulative evidence (e.g., publication bias, selective reporting within studies).	3 - 5
Additional analyses	16	Describe methods of additional analyses (e.g., sensitivity or subgroup analyses, meta-regression), if done, indicating which were pre-specified.	3 - 5
RESULTS			
Study selection	17	Give numbers of studies screened, assessed for eligibility, and included in the review, with reasons for exclusions at each stage, ideally with a flow diagram.	4 – 6
Study characteristics	18	For each study, present characteristics for which data were extracted (e.g., study size, PICOS, follow-up period) and provide the citations.	7
Risk of bias within studies	19	Present data on risk of bias of each study and, if available, any outcome level assessment (see item 12).	NA
Results of individual studies	20	For all outcomes considered (benefits or harms), present, for each study: (a) simple summary data for each intervention group (b) effect estimates and confidence intervals, ideally with a forest plot.	NA
Synthesis of results	21	Present results of each meta-analysis done, including confidence intervals and measures of consistency.	NA
Risk of bias across studies	22	Present results of any assessment of risk of bias across studies (see Item 15).	NA
Additional analysis	23	Give results of additional analyses, if done (e.g., sensitivity or subgroup analyses, meta-regression [see Item 16]).	6 - 20
DISCUSSION			
Summary of evidence	24	Summarize the main findings including the strength of evidence for each main outcome; consider their relevance to key groups (e.g., healthcare providers, users, and policy makers).	21
Limitations	25	Discuss limitations at study and outcome level (e.g., risk of bias), and at review-level (e.g., incomplete retrieval of identified research, reporting bias).	21
Conclusions	26	Provide a general interpretation of the results in the context of other evidence, and implications for future research.	21
FUNDING			
Funding	27	Describe sources of funding for the systematic review and other support (e.g., supply of data); role of funders for the systematic review.	NA

From: Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG, The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. PLoS Med 6(7): e1000097. doi:10.1371/journal.pmed1000097

For more information, visit: **www.prisma-statement.org**.

Page 2 of 2

THE DYNAMIC APPROACH AND CONTRIBUTION OF THESSALONIKI'S, GREECE, CREATIVE GROUPS AS A VECTOR FOR CULTURAL REGENERATION

ANASTASIA SAMARA

PhD Candidate
Faculty of Architecture and Design. University of Lincoln
Brayford Pool, Lincoln LN6 7TS (United Kingdom) PC
Email: anastsamara@gmail.com

Resumen

Las industrias culturales y creativas son conceptos desconocidos para la mayoría de la población de Tesalónica. Por otro lado, existe una fuerza creativa formada por grupos independientes de gente que trabajan en el sector creativo y que intentan alentar la creatividad en la ciudad. Desafortunadamente, dichos grupos luchan por sobrevivir, debido a la falta de un esfuerzo coordinado y una visión común. La creatividad es un catalizador para el desarrollo urbano dado que ofrece oportunidades a la comunidad local para desarrollar nuevos recursos económicos para la ciudad. Los núcleos de creatividad hacen a la ciudad más habitable y atractiva para turistas y trabajadores de alta calificación. Esto contribuye a fortalecer la identidad local así como a encontrar realización a través de ello. Tesalónica es la segunda ciudad más grande de Grecia. Debido a la presente deuda con la Unión Europea, la ciudad se está esforzando por mantenerse a flote en medio de un masivo cierre de negocios que no hace sino incrementar la ya alta tasa de desempleo. Simultáneamente, Tesalónica es un importante centro de intercambio y transporte conectada a los países balcánicos. En 1997, fue nominada Capital de la Cultura Europea. Su centro histórico representa un modelo supremo de estratificación histórica: restos romanos, basílicas paleocristianas, iglesias de finales del imperio bizantino, sinagogas y los bazares cubiertos y los baños turcos, mantienen la identidad histórica de la ciudad y recuerdan a la población local la riqueza cultural de su pasado. Este artículo considera el trasfondo socioeconómico y cultural de Tesalónica y pretende comprender en términos generales la interrelación entre la comunidad local, la comunidad creativa y la infraestructura social a través de la lente de los grupos creativos existentes. Aquí se presentan los resultados de una pequeña investigación, los cuales se centran en comprender los retos y oportunidades a los que se enfrentan aquellos que trabajan en las industrias creativas durante la crisis económica. Este artículo propone además maneras alternativas de reforzar la economía local y de crear nuevas visiones de desarrollo cultural.

PALABRAS CLAVES

Contribución creativa, creatividad, Tesalónica, identidad local

Abstract

Cultural and creative industries are an unknown notion for the most of the people who live in Thessaloniki. Besides, there is a dynamic creative force from independent groups of people who work on the creative sector and try hard to boost the city's creativity. Unfortunately, they are struggling to survive, as there is a lack of a coordinated effort and common vision. Creativity is a catalyst for urban development as it offers opportunities to local community to develop new economic resources for their city. Creative hubs make the city more liveable and attractive for tourists and highly skilled workers. This contributes to strengthen the locals' identity as well as find fulfilment through it. Thessaloniki is the second largest city of Greece. Owning to the EU's debt crisis, the city is struggling to keep afloat as massive foreclosures of businesses contribute to the large amount of unemployment. Simultaneously, Thessaloniki is an important trade and transportation centre connected with Balkan countries. In 1997, it was nominated as the Cultural Capital of Europe. Its historic centre represents a supreme model of historic stratification: the Roman remains, the early Christian basilicas, the Late-Byzantine churches, synagogues and the covered bazaars and the Turkish baths, maintain the city's historical identity and remind the local population of the culturally-rich past. This paper considers the socio-economic and cultural background of Thessaloniki and aims to broadly understand the interrelationship between the local community, the creative community and the social infrastructure through the lens of the existing creative groups. It presents the results of a small research, which focus on understanding the challenges and opportunities faced by people who work in the creative industries during the economic crisis. This paper will propose alternative ways of reinforcing the local economy and create new visions of cultural development.

KEY WORDS

creative contribution, creativity, Thessaloniki, local identity

1. Introduction

During the last decades, the term Cultural and Creative Industries (CCIs) has been increasing used in the context of economic planning in many countries (OECD, 2007); (UNCTAD, 2008) and it has received different theoretical approaches. It can be considered as an evolution of the traditional cultural industries (Towse, 2003). In particular the Department of Culture, Media and Sports (DCMS) defines CCIs as "industries which have their origin in individual creativity, skill and talent and which have a potential for wealth and job creation through the generation and exploitation of intellectual property" (DCMS, 2001, p. 5). Creative practices and creative jobs are characterized by their tendency to concentrate in spaces (Scott, 2010); (Lange, 2008), forming geographical clusters and creative cities (Florida, 2002), nourished by "situated creativity" and creative networks (Staber, 2008). A creative cluster is defined as (a) a place that brings together community of "creative people" (Florida, 2002) who share the same interest in novelty but not necessarily in the same subject; (b) a catalysing place where people, relationships, ideas and talents can spark each other; (c) an environment that offers diversity, stimuli and freedom of expression; and (d) a thick, open and ever-changing network of interpersonal exchanges that nurture individuals' uniqueness and identity (De Propris, Chapain, Cooke, MacNeill, & Mateos-Garcia, 2009). In the context of such participation, the potential for open communications and networking between members will offer great opportunities for an ongoing collaborative learning process (Pratt A. , 2011)

Moving on, cultural and creative industries are inextricably linked with the creative economy. Creative economy identifies a new socio-economic solution evidenced by the definition and observations of the UN Commission on Trade and Development (UNCTAD). In their most recent report in 2010, the United Nations Conference on Trade and Development and the United Nations Development Programme (UNDP) have identified that the creative economy grew at a faster rate than all the other sectors of the global economy, and continued to grow through the early part of the recession (UNESCO, 2013). The underlying notion is the combination of non-tradable goods, knowledge, creativity and culture in order to progress in a sustainable economic city change.

To be more specific, CCIs in the EU have from a statistical point of view, created a total value representing approximately 4.4% of the total European GDP and 8.3 million full-time jobs (Tera Consultants, 2010). Ten (10) Athens based CCIs have by themselves contributed to the creation of 110,000 jobs – or 3% of the total employment in Greece (Avdikos, 2014). However, the vast majority (around 80%) of CCIs are very small 'micro-enterprises' (employing fewer than 10 people), whilst less than 1% could be characterized as large-scale enterprises (HKU, 2010).

Applying theory (notion) into practice, different studies have been presented in order to understand what factors are crucial for the development of the creative economy in both regions and places (Evans & Shaw, 2004); (Moss, 2002); (McCarthy, 2005). Most of those studies have focused on large scale cities as

they provide larger networks and labor markets (Van Heur, 2010). During the last years, special attention has turned towards the small and medium-sized cities (SMCS), that also tried to be creative. Unfortunately, several cases of policy-makers of small and medium-sized cities have followed the 'metropolitan imaginaries' without the expected results. Due to the preconditions and the resources available in those cities, the differences are considerable between themselves and metropoles (Selada, Cunha, & Tomaz, 2012). Thus, each SMCS needs to be studied and explored according to the particular assets and features of the city (Munoz, 2010). There is a global need to respect that every city has its own historical, economic, social, political and environmental characteristics; therefore, there is no "one size fits all" solution. This paper addresses the creative economy as a tool for innovation and creativity based on new labour methods and relations inside the urban fabric of a medium-sized city and more particularly, of Thessaloniki, Greece through examining the interrelations of the different creative groups active in the city. Also, the creative economy contributes in the creation of a knowledge-based society and the aspect of creativity in the development of "socio-economic vibrancy" (Girard, Baycan, & Nijkamp, 2011). According to Melnikas, a knowledge based society is the society characterized by the predominance of creativity and creative activity and requires strategic decisions that are considered as issues of creation of the knowledge-based economy (Melinikas, 2010, p. 524).

By following the above approach, the present research paper offers some new interpretations to the literature and research agenda regarding the different clusters and the socio-economic tendencies of CCIs in Thessaloniki in times of economic crisis. Therefore, in terms of Thessaloniki, the main question is:

> "Do humans consider themselves objects of the world, that is, do they play a passive role, thus becoming victims of circumstances, or do they regard themselves as subjects who have certain degrees of freedom, the potential to change circumstances and to shape their own future" (Armbruster & Gebert, 2002, p. 170) through creativity?

Taking the above concern into consideration in light of the financial crisis of Greece, a new socio-economic opportunity can be derived, one that combines collectivity, collaboration and the creation of new jobs through people's creativity. In cities like Thessaloniki the local community is the (only) vital source that can positively affect and change the existing situation. In order to understand this concept better, there will be a short overview of Thessaloniki and its socio-economic and cultural context as affected by the economic crisis.

1.1 Case study

Thessaloniki is the second largest city of Greece. It is the administrative centre of the region of Central Macedonia and a significant industrial and commercial gateway for the Balkans and the wider Eastern Mediterranean region. The metropolitan area of Thessaloniki (MATh) consists of 11 municipalities, extends over an area of 1,455 km2 and, according to the most recent census (2011), its population reaches approximately 1,000,000 inhabitants. Since the early '80s, the MATh experienced tremendous changes in

terms of its morphological and functional organization (Pozoukidou, 2014). A key feature in Thessaloniki's urban structure is its high building and population density. More specifically, there is an anarchic growth of the city which started during the post-war period and engulfed its monuments in an extremely dense building mass (*polykatoikia*), resulting in a disproportionate rise of building coefficients and feverish construction activity that ensued (Vernani, Pozoukidou, & Sdoukopoulos, 2015). Compared to other European cities, Thessaloniki is considered to have a high urban density that, in many areas, far surpasses the threshold limits set in several European cities. This quite dense urban environment, combined with the non-existence of green spaces and the inadequate road network leads to a great degradation of city's environment (Vernani, Pozoukidou, & Sdoukopoulos, 2015). Apart from the structure of the city, Thessaloniki possesses a significant cultural heritage. Unfortunately, only few of the several rescue digs conducted by the archaeological services around the city saw the light, as most of the findings were buried underground so as to give space for the construction of blocks of flats (*polykatoikia*). As a consequence, Thessaloniki ended up having an urban fabric without any continuity with its past. Focusing on Thessaloniki's economic aspect, the city has become the epicenter of the financial crisis in the Eurozone since 2010. Once bursting with local businesses, Thessaloniki is nowadays struggling to keep afloat, due to the massive foreclosures of businesses contributing to raising unemployment. Except from the financial crisis, there was and still is a cultural and ideological crisis of modern Greece which mainly derives from the globalised world and the alienation of local identities.

At the same time, however, something positive is happening as the local community of Thessaloniki gains interest in the development of a creative expression. A range of initiatives were established in order to highlight the city's creative industries (to name a few: Parallaxi magazine, Dynamo project, Creativity platform and others). To a lesser extent, the Municipality of Thessaloniki is trying to create a dense network to support the creative sector of the city but is still not an adequate effort. Meanwhile, the existing creative groups in Thessaloniki are striving to survive as there is a lack of a coordinated effort and common vision. The crisis of Thessaloniki has two dimensions: a financial crisis, as the local economy is based on many years on unsustainable building development, and a cultural one, that manifests as a crisis of identity. Consequently, there is a need to develop a collective network to interweave the above notions and actors, and bring the local community in the forefront.

2. Aim of the research

In 21st century, Greece is one of the most affected countries by the financial crisis around Europe. The high unemployment levels, poverty and emigration rates reflect the primary situation of Greece. More specifically, the speculation of the financial market has resulted in the foreclosures of several small medium-sized businesses and has also led several industries to move their production in countries with lower taxation policies. In the context of a nation needing to reconstruct its economy within the new post-crisis global economic environment, more emphasis is placed on the pursuit of alternative opportunities that will improve a city's socio-economic value. CCIs represent such an alternative as they propose new ways in which government,

citizens and interest groups can cooperate (VROM, 2004) and create new opportunities in the context of the creative economy. In Thessaloniki, the implementation of creative industries only take place at small scale and, often, creative groups are considered as an isolated subject from the city's economy. Thusly, the overarching aim of this research paper is to promote creativity and provide empirical evidence regarding the features of Thessaloniki's creative groups, the challenges they face and the difficulties they have to overcome in their creative "actions". Simultaneously, this study examines the interrelationships between Thessaloniki's creative groups, local community and the social infrastructure; and how they are formed through participation, support and cooperation. Mapping a part of the active creative groups of Thessaloniki is an effective way to derive comprehensive and reliable information in order to draw an initial picture of its CCIs sector.

3. Methodology

The process of measuring the economy of culture is affected by numerous constraints. At a statistical level, each national state developed its own system for data collection such as UNCTAD and EUROSTAT (Titan, Voineagu, & Todose, 2008). Unfortunately, most of the countries have an insufficient system to monitor the cultural sector and Greece happens to be one of them. Therefore, there is scarcity on studies of monitoring, assessment or quantification of the CCIs activities in Greece and even less so in Thessaloniki. This research paper recognises the strength and the importance of creative groups as being part of Thessaloniki's local community, and, as such, it engages them through an online survey as valuable city stakeholders. The proposed approach is attempting to produce representative data of such groups and partly contribute to ameliorating an insufficient statistical system. Another important issue is the fact that there is no comprehensive list or platform that captures the existing creative groups of Thessaloniki. An initial step that taken for the need of this research, was to map the population that contributed in this analysis both via Internet and other individual research projects (Koutsari & Avgeridou, 2013), followed by an individual call (via email) for participants. At the end, 16 creators responded in this call and were subsequently engaged through a purpose-created questionnaire.

The submitted questionnaire consisted of 29 questions and took place for one month between December and January 2015. It was divided, but at the same time interconnected, in four thematic units. The first unit is about the features of each group, their contribution and interaction with the wider community. The second unit explores their networking relations with other creative groups, the local community and the social infrastructure. The third unit deals more with the financial aspects of each group; finally, the questionnaire ends with the fourth unit on the creative groups' awareness with the terms and notions of CCIs. In detail, the survey focused mainly on the conditions, experiences and structural data of the people involved in the creative and knowledge-intensive environment of Thessaloniki. It also raised questions about the role that both economic and spatial factors of Thessaloniki played in the decision-making process of establishing a creative group in a city which suffers from socio-economic problems. In general, this study is mapping a part of the socio-economic development of Thessaloniki from the creativity perspective and the positive effects that it can

contribute to the city's economy.

The research is exploratory in nature, as it aims to provide the information on which any ensuing study will be based on regarding the creative economy field of Thessaloniki. The use of quantitative methods is deemed to be very useful since, in today's socio-economic environment, quantitative research is still utilised as a preferred methodology by many profound researchers due to issues relating to time and financial considerations (Miles & Heberman, 1994). Also, statistics are perhaps easier to understand compared to a more subjective and narrow approach. Furthermore, the selection of the questionnaire as a method offers the advantage that large amounts of information can be collected from a large number of people in a short period of time and in a relatively cost effective way. The process of data collection, which is outlined below, involves a series of stages and refinement of categories of information through numerical representations and statistical analyses of the findings of this study. Quantitative methods enable the research to achieve a generalized view of the phenomena of creative groups under investigations as well as the interrelations between the variables of creativity, contribution and finance. The involvement in the questionnaire process was voluntary, and the participants had the option to withdraw at any time.

4. Results

The results of the questionnaire are analyzed and divided below according to the four units of it. Each unit is inextricably linked to the previous one.

4.1 About the creative group

The groups that participated in the questionnaire are originated from different creative sectors. In regards, the 16 creators that were mapped are classified as follows: technology, arts, crafts, culture, games and other creative activities. The predominant category is technology which constitutes the majority of the groups that participated, while most of the groups were founded from 2014 onwards. It is therefore easily understood that the theories presented above on the "newness" of the CCIs in Thessaloniki are validated through the observations.

The groups currently active in the CCI scene can be classified as small since the people engaged are less than 6 in 63% of the study population, as illustrated in (Figure 1). This number represents people either in main or supplementary activities (volunteers), which points towards the suggestion that it is not a sector that can be relied upon to earn a stable living. This is compounded by the answers to a follow-up question, with 67% of participant declaring that they have to use income through alternative means of occupation (Figure 2). It is worth mentioning, at this point, that CCIs in other countries have been proven to be a viable source of income. However, this is not discouraging; experience from these countries has shown that the creative actors did not regard these groups as a livelihood but ended up fully immersed in their operations. This was

the turning point that led to the bloom of this sector, i.e. the sector that does not depend on a steady stream of outside funding but relies within its own produce for survival.

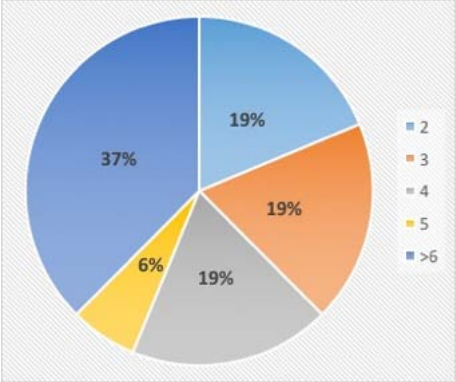


Figure 1 – Number of Participants

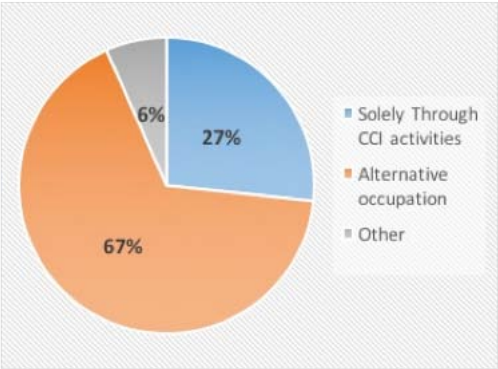


Figure 2 – Source of Income

The first steps in creating such groups seemed to be easy, as 56.3% of the engaged groups have mentioned it (Figure 3). This is an indicator that the groups can be easily formed; viewed in conjunction to the answer above however, shows that maintaining their capabilities is the main challenge presented.

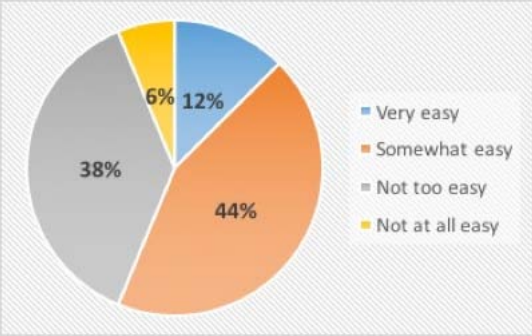


Figure 3 – Difficulty in Formulation

The distribution of issues to be overcome reveals no surprises given the financial situation of Greece at the moment, with the financial support leading in (Figure 4). The same can be derived by the lack of qualified personnel, due to the brain drain phenomenon evidenced.

Thus, groups of this type have to rely on local community support but this does not seem to be the case; 6 out of 16 participants noted this as problematic. Interestingly low is also the rejection by the legal system, which is still trying to get up to date with the creativity culture and consequently is lacking a proper framework. This is compounded with another answer, were bureaucracy was offered in the “Other” text field. These can be treated by informing the social infrastructure (institutions, general public etc.) on the potential contribution of such groups; both of these can be contributed in a lack of awareness after all. Finally, engaging team members for a long period points towards the fragmentary participation of the team members, who are involved in “per

project" – or a portion thereof – basis. Unfortunately, the data available cannot facilitate a distinction between a motivational problem on the CCI's side or a lack of interest by the local community; this will be the target of further research, as the only indication is that the majority of groups (44%) implements up to 5 projects per year and no metrics were included on the recurrence of participation.

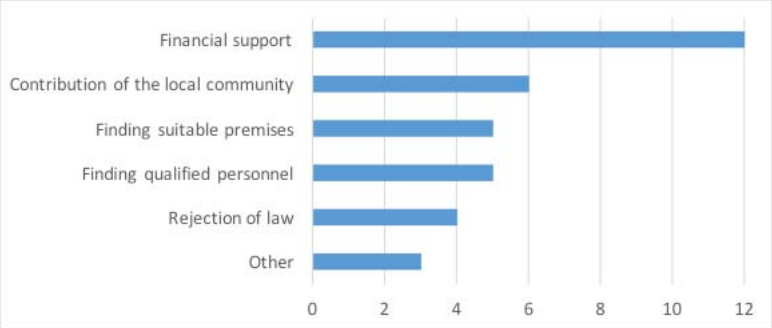


Figure 4 – Nature of Problems Encountered

Among to the sectors of contribution of creative groups to Thessaloniki's urban fabric, local, cultural and social sectors were equally important in contrast to the economical and personal ones (Figure 5). Actually, the cultural seems to be the most contributing sector (Figure 6). This result shows that most of the creators don't realize that their activities have an inherent economic contribution, as CCIs by definition are inextricably connected to the economic sector of a city. Supplementary to this argument is the fact that a big portion of the groups deemed that location near a cultural centre was a strong dependency on the selection of the working space.

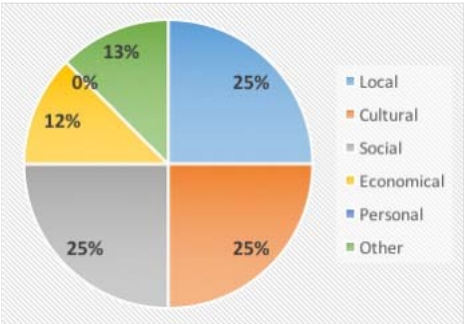


Figure 5 – Sector of Contribution

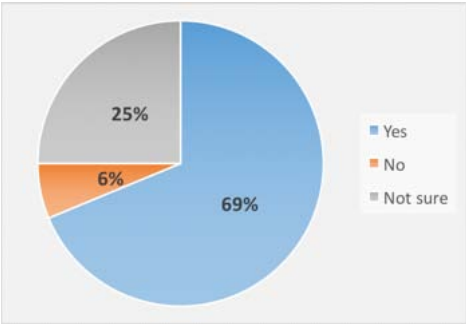


Figure 6 – Participation in the Cultural Sector

4.2 Network relations

The second part of the survey revolves around the extroversion and diversity the groups exhibit in their creative pursuits. The majority of groups base their activities with a high participation rate within the local environment, as this creates an interdependence with the community and can easily increase engagement (Figure 7).

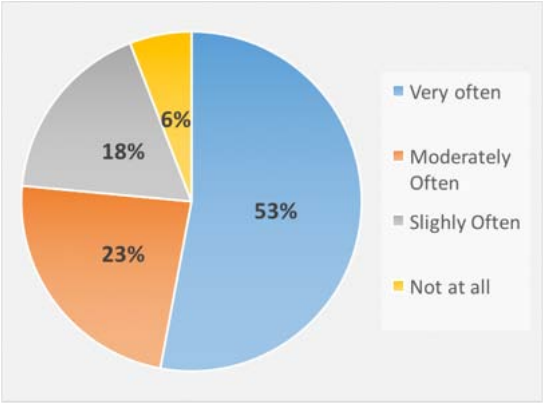


Figure 7 – Frequency of Local Community Participation

However, the creative groups do not seem to be constrained in their immediate vicinity; 63% of participants, state that they have extended networks. This potentially includes the international scene in some cases, as it can help them increase their creative and economic effectiveness by being part of a wider network. This is also closely related to the group's extroversion in terms of co-operation with groups from other or different sectors. The results revealed that the co-operation is mainly based on groups of a similar sector; however, this is an expected result as in Thessaloniki there is a lack of creative hubs which are the dominant areas for such interconnections and have to rely on their extended networks for these, which limits the effectiveness of cross-pollination (Figure 8).

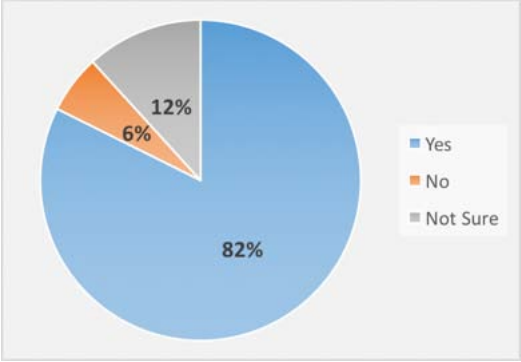


Figure 8 - Enhancement of Co-operation in Creative Hubs

4.3 Financial information

As far as the financial contribution of the creative groups is concerned, the majority of participants (71%) have not received any form of governmental support; as a result, they support their activities through private grants and other means (Figure 9). Governmental absence is evident once again as an impediment for the proper operation of the creative groups in Thessaloniki. A further notice is the fact that the notion of creativity is not adequately recognised by the social infrastructures. Establishing a mechanism in terms of local government is an essential condition for ensuring the sector's viability.

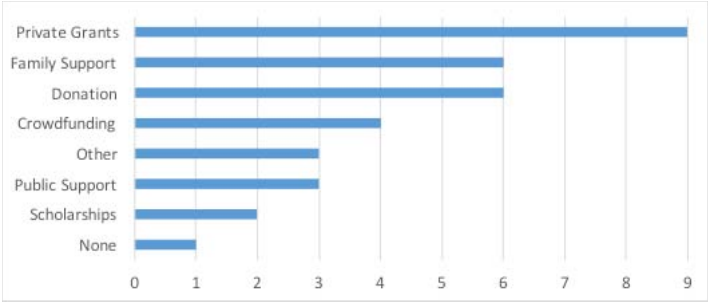


Figure 9 - Financial Sources of the Last Two Years

However, the aforementioned difficulty has not had a negative impact on them as they have been established due to personal dreams and values. At the same time, the contributors seem to adopt an optimistic stance for their future financial situation, as only 12% identified as their group being at risk due to the economic crisis while a further 41% admitted to being affected but they think that their situation can be improved (Figure 10).

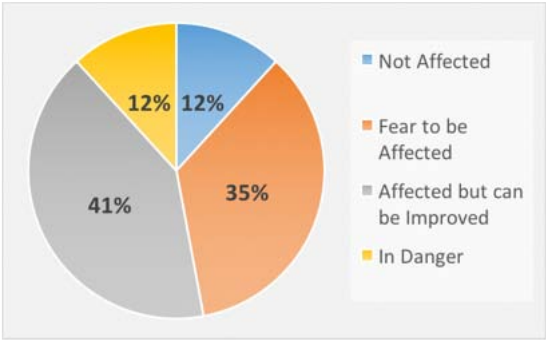


Figure 10 - Situation due to the Economic Crisis

4.4 Correlation with the CCIs

In this part of the survey, the participants were asked whether they are familiar with the notion of CCIs, creative city and creative clusters and whether they think that those notions reflect their philosophy. The results are very motivating as the majority of the participants (76.5%) strongly believe that their activities classified within the CCIs and also they believe that Thessaloniki has strong potentials to identify, attract and sustains creative talents in order to classified as creative city (Figure 11). There is an aspiration and willing to spread the message of creativity and the know-how.

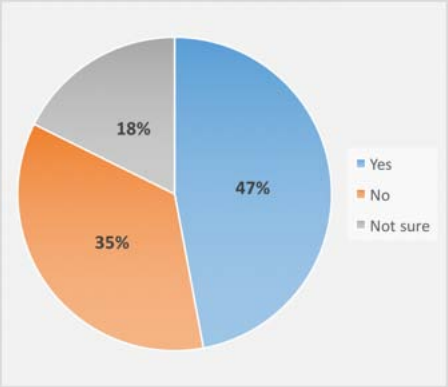


Figure 11 – Thessaloniki as a Creative City

Conclusions

The creative economy can be a lever of development for Greece and more specific for medium-sized cities like Thessaloniki. Thessaloniki's existing economic sector, it is primarily based on tourism and to a lesser extent in trade. Although in the last few years, as we can prove through this research results, there is an active creative dialogue that contributes to the city's urban fabric. Nevertheless, this sector needs to be expanded more, as a creative ecosystem is characterized by interaction and interconnection of the agents acting. First and foremost, the social infrastructure has to bridge the gap between the bottom-up approach or creative groups and the top-down approach of the market. This can be achieved through the development of a support system for entrepreneurial networking in order to support and empower the creative economy sector. A key component to achieve this is through local government awareness of CCIs as emergent structures that can strength the local economy. Creativity can contribute in the creation of 'local, non-capitalistic and collectivist spaces' (Bain & McLean, 2013, p. 94) through the groups that discussed in the present paper.

We have found that those groups are seeking for active people as it is not only a matter of occasional participation but of a continuous action. This is supported by the fact that a main issue that Thessaloniki is facing nowadays, is the phenomenon of social polarisation that is strictly linked to what many local residents conceive as the misrepresentation of local identity. Thus, Thessaloniki's heterogeneous society, need to develop new collective references based on creativity. If we take full advantage of the CCIs, significant opportunities can arise. In search of a new sustainable development outline, the Greek state should focus on the most noticeable benefits of the creative economy, which today is widely recognized as the next growth engine. Consequently, because of the nowadays situation, the challenge for both Greek society and their economy, it is not only the protection and maintenance of the existing national cultural heritage and history, but also the creation of new forms of culture which will encourage all citizens to participate in a knowledge production process and develop new ideas, promoting the originality, the personal expression and innovation, and in general their culture.

References

- Armbruster, T., & Gebert, D. (2002). Uncharted Territories of Organizational research: The case of Karl Popper's Oren society and enemies. *Organisational Studies, 23*, 169-188.
- Avdikos, V. (2014). *The Cultural and Creative Industries in Greece.* Athens: Epikendro Publication.
- Bain, A., & McLean, H. (2013). The artistic precariat. *Economy and Society, 6*, 93-111.
- DCMS. (2001). *Creative Industries Mapping document 2001.* London: DCMS.
- De Propris, L., Chapain, C., Cooke, P., MacNeill, S., & Mateos-Garcia, J. (2009). *The Geography of creativity.* London: NESTA.
- Evans, G. L., & Shaw, P. (2004). *The Contribution of Regeneration in the UK: A Review of Evidence.*
- Florida, R. (2002). *The Rise of the Creative Class. And How It's Transforming Work, Leisure and Everyday Life.* NY: Basic Books.

- Girard, L. F., Baycan, T., & Nijkamp, P. (2011). *Sustainable City and Creativity: Promoting Creative Urban Initiatives.* Surrey: Ashgate Publishing Limited.
- HKU. (2010). *The Entrepreneurial Dimension of the Cultural and Creative Industries.* Utrecht: Hogeschool vor de Kunsten Utrecht.
- Koutsari, M., & Avgeridou, K. (2013). Creative Economy and urban transformation in Thessaloniki's city centre. *Changing cities: Spatial, morphological, formal & socio-economic dimensions.* Skiathos.
- Lange, B. e. (2008). Berlin's creative industries: Governing creativity? *Industrry and Innovation, 15*(5), 5531-548.
- McCarthy, J. (2005). Promoting image and identity in cultural quarters: the case of Dundee. *Local Planning, 20*(3), 280-293.
- Melinikas, B. (2010). Sustainable Development and Creation ofthe Knowledge Economy: The New Theoretical approach. *Technological and Economic Development of Economy, 16*(3), 84.
- Miles, M., & Heberman, A. (1994). *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook.* USA: SAGE Publications.
- Moss, L. (2002). Sheffield's Cultural Industries Quarter 20 years on: what can be learned for a pionnering example. *International Journal of Cultural Policy, 8*(2), 211-219.
- OECD. (2007). *Competitive Cities. A New Entrepreneurial Paradigm in Spatial Development.* Paris: OECD.
- Pozoukidou, G. (2014). Land Use Transport Interaction Models: Application perspectives for the city of Thessaloniki. *SPATIUM, 32*, 7-14.
- Pratt, A. (2011). The cultural contradictions of the creative city. *City, cULTURE AND society*(2), 123-130.
- Pratt, A. C., & Hutton, T. A. (2013). Reconceptualising the relationship between the creative economy and the city: Learning from the financial crisis. *Cities, 33*, 86-95.
- Scott, A. J. (2010). Cultural economy and the creative field of the city. *Geografiska Annaler, 29*(2), 115-130.
- Selada, C., Cunha, I., & Tomaz, E. (2012). Creative-based strategies is small and mediume-sized cities: Key dimension of analysis. *Quaestiones Geographicae, 31*(4), 43-51.
- Staber, U. (2008). Network evolution in cultural industries. *Industry and Innovation, 15*(5), 569-578.
- Tera Consultants. (2010). *Building a Digital Economy: The Importance of Saving Jobs in the EU's Creative Industries.* Paris: International Chamber of Commerce/BASCAP.
- Titan, E., Voineagu, V., & Todose, M. (May de 2008). The Impact Of Cultural-Creative Industries On The Economic Growth - A Quantitative Approach. *Annals of Faculty of Economics, 2*(1), págs. 930-935.
- Towse, R. (2003). *A Handbook of Cultural Economics.* Cheltenham: Edward Elgar.
- UNCTAD. (2008). *The creative economy report. The challenge of assessing the creative economy: Towards informed policy-making.* Geneva/New York: UNCTAD/UNDP.
- UNESCO. (2013). *Creative Economy Report 2013: Widening Local Development Pathways.* New York: United Nations Development Programme.

• Van Heur, B. (2010). *Creative Networks and the City. Towards a cultural poltical economy of aesthetic production.* Bielefeld: Transcript.

• Vernani, E., Pozoukidou, G., & Sdoukopoulos, A. (2015). The Effect of Urban Density, Green Spaces and Mobility Patterns in Cities' Environmental Quality: An Empirical Study of the Metropolitan Area of Thessaloniki. *SPATIUM , 33*, 8-17.

• VROM, M. o. (2004). *National Spatial Strategy;space of development.* The Hague.

ÓBIDOS, VILA LITERÁRIA: INOVAÇÃO NAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS?

MARIA JOÃO CENTENO

Professora Adjunta
Escola Superior de Comunicação Social
Instituto Politécnico de Lisboa
Campus de Benfica de IPL, 1549-014 Lisboa Portugal
Email: mcenteno@escs.ipl.pt

Resumen

A vila de Óbidos foi reconhecida, em 2015, como cidade criativa na área da literatura, passando a integrar a Rede Mundial de Cidades Criativas da UNESCO.

A atribuição do título depende do cumprimento de uma série de critérios que as regiões têm de integrar. Além de Óbidos, a UNESCO atribuiu o mesmo título no mesmo ano a outras cidades europeias, nomeadamente Barcelona, Nottingham, Ljubljana, Tartu e Lviv.

O presente artigo pretende realizar um estudo de caso à oferta cultural e artística, bem como ao legado cultural e literário que as diferentes cidades apresentam para podermos indagar sobre a inovação das propostas.

O estudo pretende avaliar em que medida Óbidos, comparada com outras cidades com o mesmo título, é criativa. Sabendo que o conceito de cidade criativa (Landry & Bianchini, 1995) resulta da emergência das novas tecnologias e de um novo tipo de economia assente na criatividade e inovação e que a criatividade implica retirar valor económico ou social do trabalho ou talento criativos, pretende-se averiguar em que medida os processos gerados deram origem a novas ideias (criatividade) e quais os processos que deram origem à sua implementação (inovação).

Estando a inovação nas indústrias criativas associada ao produto, ao processo, ao posicionamento, à inovação paradigmática e social (Storsul & Krumsvik, 2013), conclui-se que, em Óbidos, as iniciativas de empreendedorismo estão mais centradas nos turistas que ocasionalmente visitam a vila e nas oportunidades de negócio que aí se geram. Novos espaços inovadores e criativos foram criados, promovendo a literatura e acrescentando valor e qualidade ao espaço urbano. Desta intervenção urbana resultou a atração de indivíduos que dinamizaram novos hábitos de estar e agir perante a vila.

PALABRAS CLAVES

Cidade criativa, inovação, empreendedorismo

Abstract

The village of Óbidos was recognized in 2015 as a creative city in the area of literature, becoming a member of the UNESCO Creative Cities Network.

The attribution of the title depends on the fulfillment of a number of criteria the regions have to integrate. In addition to Óbidos, UNESCO attributed the same title in the same year to other European cities, including Barcelona, Nottingham, Ljubljana, Tartu and Lviv.

This article intends to conduct a case study to the cultural and artistic offer, as well as the cultural and literary legacy that different cities provide to be able to inquire the innovation of the proposals.

The study aims to assess how much Óbidos, compared to other cities with the same title, is creative. Knowing that the concept of creative city (Landry & Bianchini, 1995) results from the emergence of new technologies and a new type of economy based on creativity and innovation and that creativity implies removing economic or social value of the creative work or talent, the study aims to determine to what extent the processes generated gave rise to new ideas (creativity) and what processes led to its implementation (innovation).

Being innovation in the creative industries associated with product, process, positioning, paradigmatic and social innovation (Storsul & Krumsvik, 2013), it is concluded that, in Óbidos, the entrepreneurship initiatives are more focused on tourists who occasionally visit the village and the business opportunities that are generated there. New innovative and creative spaces were created, promoting literature and adding value and quality to urban space. This urban intervention resulted in the attraction of individuals who streamlined new habits of being and acting in the village.

KEY WORDS

Creative City, Innovation, Entrepreneurship

Gostaria de agradecer a Ana Catarina Diogo, Camila Carnicelli, Catarina Moraes, Cátia Nazaré, Mafalda Loureiro, Maria João Silva e Rodrigo Tavares, alunos da unidade curricular de Indústrias Criativas e Políticas Públicas (lecionada pela autora deste paper juntamente com o professor Pedro Pereira Neto), da Pós Graduação em Indústrias Criativas: Estratégias, Políticas e Empreendedorismo da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (edição de 2016). Este paper resulta em parte do trabalho por eles desenvolvido.

Introdução

A Rede de Cidades Criativas da UNESCO foi criada em 2004 e procura promover a cooperação entre cidades que identificaram a criatividade como fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável através de parcerias que associem os setores público e privado, organizações profissionais, comunidade, sociedade civil e organizações culturais de todas as regiões do mundo.

Ao aderir à rede, as cidades comprometem-se a partilhar experiências, conhecimentos e boas práticas e a desenvolver parcerias com o fim de criar, produzir, distribuir e disseminar atividades, bens e serviços culturais; desenvolver polos de criatividade e inovação; ampliar as oportunidades para criadores e profissionais do setor cultural; melhorar o acesso e a participação na vida cultural, em especial a grupos e indivíduos marginalizados ou vulneráveis; integrar plenamente a cultura e a criatividade nos planos de desenvolvimento urbano sustentável.

A rede é composta atualmente por 116 membros de 54 países que pretendem colocar a criatividade e as indústrias culturais no coração dos planos de desenvolvimento a nível local e cooperar ativamente a nível internacional.

A rede cobre sete áreas criativas: Literatura, Cinema, Música, Artesanato e Arte Popular, Design, Artes Média e Gastronomia (http://en.unesco.org/creative-cities/home).

Na área da literatura[1], e para poderem ser consideradas cidade de literatura, as candidaturas têm de cumprir uma série de critérios: qualidade, quantidade e diversidade de publicações oferecidas pela cidade; qualidade e quantidade de programas educacionais focados na literatura nacional ou estrangeira nos níveis primário, secundário e superior; literatura, drama e/ou poesia com importante papel na cidade; eventos literários e festivais que promovam a literatura nacional e estrangeira; bibliotecas, livrarias e centros culturais que preservem, promovam e divulguem a literatura nacional e estrangeira; setor da edição envolvido na tradução de obras literárias e meios de comunicação envolvidos na promoção da literatura e no fortalecimento do mercado de produtos literários.

Objetivos

O presente artigo realiza um estudo de caso à oferta cultural e artística, bem como ao legado cultural e literário que a vila de Óbidos, quando comparada com as cidades de Barcelona, Nottingham, Ljubljana, Tartu e Lviv (todas nomeadas Cidades Literárias da UNESCO em 2015), apresenta para podermos indagar sobre

1 Dos 116 membros, a rede dispõe atualmente de 20 Cidades Literárias, tendo 9 sido nomeadas em 2015: Baghdad (Iraque), Barcelona (Espanha), Ljubljana (Eslovénia), Lviv (Ucrânia), Montevideo (Uruguai), Nottingham (Reino Unido), Óbidos (Portugal), Tartu (Estónia) e Ulyanovsk (Rússia).

a criatividade e a inovação das propostas.

Sabendo que o conceito de cidade criativa (Landry & Bianchini, 1995) resulta da emergência das novas tecnologias e de um novo tipo de economia assente na criatividade e inovação e que a criatividade implica retirar valor económico ou social do trabalho ou talento criativos, pretende-se averiguar em que medida os processos gerados deram origem a novas ideias (criatividade) e quais os processos que deram origem à sua implementação (inovação).

Metodologia

O estudo de caso recai sobre as cidades europeias de Óbidos, Barcelona, Nottingham, Ljubljana, Tartu e Lviv por terem sido as escolhidas pela UNESCO, no ano de 2015, para integrar a Rede de Cidades Criativas na área da literatura.

O estudo de caso às propostas aí desenvolvidas foi realizado com base na identificação do quadro de modelo de negócios (modelo Canvas) de cada uma das cidades (especificamente os principais parceiros, atividades e recursos, a relação com os públicos e a forma de com eles comunicar) e na identificação dos tipos de inovação a partir da tipologia da inovação nos média e nas indústrias criativas em geral proposta em 2013 por Storsul & Krumsvik, que distingue a inovação no produto, no processo, no posicionamento, paradigmática e social.

1. Criatividade e inovação

Não existe uma definição única de criatividade, mas diversas abordagens que vão desde a psicologia à estética. “Grande parte da literatura baseia-se nas raízes etimológicas da palavra, perspetivando a criatividade como o que traz algo à existência, gerando, inventando, lidando imaginativamente com problemas aparentemente intratáveis. As conotações do verbo criar são positivas; quase todos os seus opostos são negativos, incluindo destruir, matar e abolir” (Landry & Bianchini, 1995: 18).

Neste sentido, a criatividade é pensar em novas formas de maneira original, tornando-as únicas e úteis. É também a capacidade de realizar um produto (ideia, composição musical, desenho, mensagem publicitária, etc.) que seja novo e se adapte ao contexto no qual se manifesta. Por fim, a criatividade é a combinação de conhecimentos de diferentes áreas e tem por objetivo resolver problemas.

“Criatividade, em outras palavras, é o processo através do qual novas ideias são produzidas, enquanto a inovação é o processo através do qual elas são implementadas. Uma cidade pode ser muito criativa, mas pode não ter as habilidades analíticas, avaliativas e financeiras para desenvolver soluções” (Landry & Bianchini, 1995: 20).

Não existe inovação sem criatividade, o que faz com que a inovação é o que conta para maximizar o potencial de uma cidade. Passar da criatividade à inovação implica avaliação, que "envolve averiguar se a ideia é apropriada a uma dada situação, a sua viabilidade, custo-efetividade e popularidade. Algumas cidades podem-se especializar em criatividade e outras em inovação" (Landry & Bianchini, 1995: 20).

A criatividade implica retirar valor económico ou social do trabalho ou talento criativo, tem como objetivo determinar até que ponto os processos geraram novas ideias (criatividade) e que processos levaram à sua implementação (inovação).

O conceito de cidade criativa (Landry & Bianchini, 1995) contempla municípios ou espaços urbanos que preconizam a integração entre atividades artísticas, culturais, sociais com a indústria e o governo. Por se centrar na produção artística e cultural, a cidade criativa está intimamente ligada à economia criativa, a economia que atribui um valor à arte e à criatividade e, ao incentivar o empreendedorismo, torna a cultura numa indústria geradora de produtos.

Temos assistido a uma mudança de paradigma no que diz respeito ao desenvolvimento económico e social na medida em que integra de maneira crescente novas dimensões culturais e criativas.

Há uma crescente consciência do potencial económico das indústrias criativas. Estima-se que as ICC representam cerca de 3% do PIB total da União Europeia, empregando 6,7 milhões de pessoas espalhadas pelos 27 estados membros (Comissão Europeia, 2010). Em Portugal, em 2006, o setor foi responsável por 2,8% de toda a riqueza criada. A riqueza gerada superou a de setores tradicionais como o Têxtil e Vestuário e a Alimentação e Bebidas e foi semelhante ao contributo do setor Automóvel. Ao nível do emprego, gerou 127 mil postos de trabalho, indiciando um nível de qualificação e produtividade superior à média nacional.

A atribuição do título de cidade criativa pela UNESCO reflete uma estratégia política de desenvolvimento que une e mobiliza diversos setores da sociedade para conseguir tornar as cidades mais atrativas tanto para a população local, como para turistas e investidores estrangeiros. Como se consegue essa atratividade? Através de processos criativos. São processos que têm vindo a assumir um perfil cada vez mais colaborativo nas designadas cidades criativas, são processos em que a participação dos cidadãos fortalece ainda mais as parcerias público-privadas, facilitando a gestão de recursos humanos e gerando ganhos acrescidos na apropriação do património público e no sentido de pertença coletiva, essenciais a um desenvolvimento sustentável.

O Estado tem um papel vital no fortalecimento da economia criativa, seja no levantamento do potencial, seja no planeamento de ações, na articulação dos agentes económicos e criativos, na mobilização da energia social disponível, no fomento direto, na regulação das relações entre agentes económicos, na mediação entre os interesses dos agentes económicos e os interesses da sociedade, assim como na fiscalização das

atividades.

O Estado pode e deve estimular um ambiente favorável ao desenvolvimento de empresas e criadores, para que o mercado possa crescer e realizar o seu potencial, não apenas de autossustentabilidade, mas de ganhos sociais.

Nas cidades criativas, as principais políticas praticadas são: estímulo à inovação; promoção do empreendedorismo; apoio a empreendedores criativos no acesso a capital de risco; apoio a empreendedores criativos na conquista de mercados no país e, sobretudo, fora do país; fomento ao desenvolvimento de *clusters* criativos e proteção dos direitos de propriedade intelectual para estimular a criatividade.

A cultura tem vindo a assumir, neste quadro, um lugar central. As estratégias de competitividade das cidades, por exemplo, concretizadas na procura de posições mais favoráveis nas redes urbanas, têm recorrido abundantemente aos recursos culturais, seja através de grandes eventos, como as exposições universais e mundiais, ao nível das capitais globais, seja pela promoção da escola de dança ou do museu, ao nível dos pequenos centros urbanos.

A presença ativa num mundo globalizado exige uma crescente exploração dos fatores competitivos organizados em redor da cultura, usando-a como argumento de atratividade quer para dinâmicas de inserção em circuitos turísticos internacionais, quer para dinâmicas de inserção em redes de investigação e desenvolvimento científico aplicadas aos domínios culturais, quer ainda para dinâmicas de inserção em comunidades criadoras de conteúdos culturais (Mateus, 2010).

Entender o papel da cultura como fator de desenvolvimento humano, económico e social é essencial para qualquer avaliação do setor cultural e criativo.

No entanto, neste paper não pretendemos verificar unicamente o que a UNESCO premiou, a criatividade nas cidades, pretendemos averiguar em que medida as cidades literárias são inovadoras, para tal vamos usar a tipologia da inovação nos média e nas indústrias criativas em geral proposta por Storsul & Krumsvik (2013).

A inovação tem a ver com a mudança, “uma chave para entender a inovação é que o conhecimento existente é implementado em novos contextos e que isso abre novas possibilidades” (Storsul & Krumsvik, 2013: 14). Os cinco tipos de inovação identificados são: produto (mudanças nos produtos/serviços oferecidos por uma organização), processo (mudanças na forma como os produtos/serviços são criados e distribuídos), posicionamento (mudanças na forma como os produtos/serviços são posicionados ou enquadrados em determinados contextos), inovações paradigmáticas (mudanças na mentalidade, valores e modelos de negócio das organizações) e sociais (inovação que atende às necessidades sociais e melhora a vida das pessoas).

2. As cidades da literatura de Óbidos, Barcelona, Nottingham, Ljubljana, Tartu e Lviv

Em 2015, 47 cidades de 33 países tornaram-se membros da Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Dessas, 9 tornaram-se Cidades Literárias da UNESCO: Baghdad (Iraque), Barcelona (Espanha), Ljubljana (Eslovénia), Lviv (Ucrânia), Montevideo (Uruguai), Nottingham (Reino Unido), Óbidos (Portugal), Tartu (Estónia) e Ulyanovsk (Rússia).

Juntaram-se às 11 previamente nomeadas: Edinburgh (Reino Unido, a primeira cidade literária nomeada em 2004), Melbourne (Austrália), Iowa City (EUA), Dublin (Irlanda), Reykjavik (Islândia), Norwich (Reino Unido), Krakow (Polónia), Dunedin (Nova Zelândia), Prague (República Checa), Heidelberg (Alemanha) e Granada (Espanha).

Este artigo pretende realizar um estudo de caso à oferta cultural e artística, bem como ao legado cultural e literário que as Cidades Literárias mais recentes oferecem. Selecionámos as seis cidades europeias nomeadas e vamos questionar a inovação das suas propostas.

Comecemos pela vila portuguesa de Óbidos: situa-se num pequeno concelho com cerca de 12.000 habitantes e uma área de 142 km2. É reconhecida pelo seu Castelo, rotas medievais e um conjunto considerável de monumentos históricos e religiosos.

Desde 2002, as autoridades locais têm vindo a tentar implementar uma estratégia de desenvolvimento que combina a cultura, o turismo e a economia com o objetivo de melhorar a regeneração e expandir a economia local; toda a iniciativa foi ancorada numa estratégia de marketing que culminou na criação da marca "Óbidos Criativa" (centrada na atração e qualificação de talentos, criação de emprego, aumento da riqueza e melhoria da qualidade de vida). A parte mais visível desta iniciativa é a organização de eventos que atraem um número significativo de visitantes e turistas à vila histórica (Festival Internacional de Chocolate, Mercado Medieval, Semana Internacional de Piano, Óbidos Vila Natal e mais recentemente FOLIO, Festival Literário Internacional de Óbidos).

Em 2009, a Câmara Municipal lançou um conjunto de infraestruturas de apoio e esquemas de financiamento orientado para atrair e reter talentos e empresas. Foi especificamente construído um parque tecnológico para albergar negócios ligados à economia criativa onde foram oferecidas vantagens materiais (incentivos fiscais e microcrédito), excelentes condições de trabalho e qualidade de vida. Uma incubadora designada ABC complementou a oferta do parque tecnológico com a possibilidade de alojar negócios criativos num curto período de tempo.

Entre 2008 e 2011, o município liderou a rede europeia URBACT II "Clusters Criativos em áreas urbanas de baixa densidade" da União Europeia. Inserida no *cluster* temático da criatividade e inovação, a rede teve como objetivo desenvolver soluções inovadoras e criativas bem como serviços (novas empresas, maior número de empreendedores e mais oportunidades) para as economias locais, permitindo-lhes tornarem-se mais competitivas no mercado globalizado.

Começava a implementação de um outro projeto: 'Óbidos, Vila Literária', um projeto de convergência entre o município e uma entidade privada, a livraria Ler Devagar (principais parceiros) com o objetivo de envolver as pessoas e o património no processo de desenvolvimento de um território criativo, em que a literatura se tornaria a alavanca do desenvolvimento económico e social.

Após 2011 abriram 11 livrarias na vila de Óbidos em lugares improváveis, edifícios degradados ou inutilizados (uma igreja, um mercado biológico, uma antiga adega e uma escola primária desativada, por exemplo) com o objetivo de promover o turismo; em 2015 decorreu a primeira edição do FOLIO – Festival Literário Internacional de Óbidos (principais atividades). Relativamente ao trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2015, Óbidos venceu o prémio de Melhor Programação Autárquica, atribuído pela Sociedade Portuguesa de Autores.

O município de Barcelona tem 1,600 milhões de habitantes e é o centro literário de duas línguas: é o maior centro de publicação do mundo em língua espanhola e é a capital da língua catalã. Disponibiliza inúmeras livrarias, que além das publicações, oferecem *workshops* de escrita criativa, clubes do livro e um mercado semanal de livros em segunda mão que remonta a 1882 (Mercat de Sant Antoni). Dispõe de 40 bibliotecas públicas.

Barcelona oferece uma grande variedade de eventos literários ao longo de todo o ano. Entre os mais importantes podemos referir o dia de Sant Jordi, a 23 de abril, também conhecido como a festa do livro e da rosa, que é a celebração mais popular, com todas as ruas principais da cidade cheias de pessoas à procura de livros e de obter a assinatura do seu escritor preferido; o Festival Kosmopolis de dois em dois anos; a Semana da Poesia em maio e a Semana do Livro Catalão em setembro (principais atividades).

Barcelona foi uma das cidades presentes no Encontro Fundador da ICORN (Rede Internacional de Cidades Refúgio) em 2006. Já era um dos mais antigos membros da anterior Rede de Cidades de Asilo, até que esta rede foi dissolvida em 2005. A criação de uma nova rede foi muito bem acolhida numa cidade que se tem posicionado como segura para oferecer refúgio a escritores perseguidos, proporcionando-lhes um lugar seguro e um ambiente cultural propício à sua atividade criativa e literária (http://www.cityofliterature.com/cities-of-literature/cities-of-literature/barcelona/).

Nottingham tem uma população de cerca de 300.000 habitantes e é reconhecida pelo famoso herói,

Robin Hood, e os heróis da literatura nacional Lord Byron e DH Lawrence, bem como o castelo do século XI. É a capital das compras em Inglaterra, incluindo o Creative Quarter, reconhecido pela riqueza de comerciantes independentes (cluster de *startups* que têm dotado a cidade histórica de design, inovação e comércio).

A cidade oferece escritórios a menor custo quando comparada com as outras cidades-núcleo do Reino Unido, o que contribuiu para a reputação que a cidade tem de apoiar as empresas, o que acentua a tradição de rebelião contra a autoridade, de roubar os ricos para dar aos pobres, legado da lenda de Robin Hood.

No entanto, enfrenta uma série de desafios no que diz respeito à educação: os níveis de alfabetização estão abaixo da média nacional, em que 15% dos jovens abandona a escola primária antes dos 11 anos, com um nível literário similar ao de uma criança de 7 anos. A educação, o desenvolvimento de competências, o crescimento económico, o turismo e a cultura foram perspetivados em conjunto para melhorar a qualidade de vida de todos.

Tornar Nottingham uma cidade literária foi um desses passos, em que se convocou a participação de empresas, escolas, organizações e comunidades de moradores para fomentar a transformação e melhorar a qualidade de vida.

O Nottingham Central Library oferece serviços especializados, as universidades locais dispõem de cursos na área da literatura e da escrita criativa, existem inúmeros grupos de escritores que se apoiam mutuamente.

O Nottingham Festival of Words teve a sua primeira edição em 2012, é organizado por algumas dessas organizações literárias, o Writing East Midlands e o Nottingham Writers' Studio, com o apoio do governo local.

Nottingham criou a primeira comunidade literária *online* do mundo com o TrAce Online Writing Center. Criado em 1995, trAce hospedou uma comunidade internacional que permitiu aos contribuintes gerar um corpo de trabalho criativo inovador. Agora um recurso de arquivo, trAce foi produzido como parte do projeto Writers for the Future, apoiado pelo National Endowment for Science, Technology and the Arts (NESTA) e distribuído pela Nottingham Trent University e De Montfort University (http://www.cityofliterature.com/cities-of-literature/cities-of-literature/nottingham/).

Capital da Eslovénia, Ljubljana tem uma população de 283.000 habitantes. Dispõe de 14 teatros, 35 bibliotecas públicas, 142 bibliotecas especializadas e 2.628.810 livros na Biblioteca Nacional e Universitária da Eslovénia. 284 associações e organizações que promovem a literatura têm sede em Ljubljana, incluindo a Slovenian Book Agency, a Slovene Publishers Society e a Slovenian Association of Literary Translators.

Desde 1994, promove o Living Literature Festival; no entanto, na cidade realizam-se mais 9 festivais

internacionais (principais atividades). Ljubljana foi nomeada pela UNESCO em 2010 Capital Mundial do Livro pelo período de um ano.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade foi o centro de um movimento ilegal de resistência literária que viu as gráficas imprimirem propaganda, mas também publicarem obras literárias nesse período de grande agitação e angústia.

Ljubljana é membro da Rede Internacional de Cidades Refúgio (ICORN) desde 2011 (http://www.cityofliterature.com/cities-of-literature/cities-of-literature/ljubljana/).

Tartu, com uma população de 97.000 habitantes e uma área total de cerca de 39 km2, é considerada a capital universitária da Estónia devido à Universidade de Tartu, uma das mais antigas universidades da Europa do Norte, fundada em 1632.

As duas maiores bibliotecas da cidade, a Biblioteca da Universidade de Tartu e a Biblioteca Pública da Cidade, disponibilizam inúmeras coleções, espaços de leitura e trabalho, bem como exposições e eventos literários.

O evento com maior destaque é o Festival Literário Internacional Prima Vista; organizado pela primeira vez em 2004, proporciona o encontro anual de escritores, leitores, editores e membros de organizações culturais com visitantes nacionais e internacionais.

A candidatura à rede de cidades criativas da UNESCO conciliou o esforço do governo local com um comité de representantes de várias organizações culturais e da área da educação (principais parceiros). Perspetivaram o desenvolvimento estratégico da área da literatura em cinco campos de ação principais: incentivar e desenvolver os hábitos de leitura; otimizar a cena literária, incentivando a cooperação e as parcerias entre diferentes organizações para aumentar o alcance internacional; dinamizar as áreas da escrita criativa, dos estudos literários e da tradução através de programas educacionais; proteger a liberdade de expressão e de criação e apoiar a diversidade da cultura literária.

A cidade dispõe de equipamentos que permitem perfilá-la como cidade intelectual e literária: Estonian Literary Museum, um instituto nacional de pesquisa na dependência do Ministério da Educação e Pesquisa, a Casa dos Escritores de Tartu, entre outros. O museu realiza trabalhos e pesquisas nos campos do folclore, religião, literatura, arte e cultura, história cultural, escrita da vida, etnomusicologia e bibliografia, abrigando numerosos arquivos dentro do edifício.

O Centro para as Indústrias Criativas (TCCI) foi fundado no dia 14 de maio de 2009 pelo governo local de Tartu e é pioneiro nas indústrias criativas em toda a Estónia, com mais de 1.300 indústrias criativas a

florescer por Tartu. O centro fornece informações e uma ampla gama de ensinamentos aos empreendedores criativos, e foi elogiado pela agência de pesquisa KEA European Affairs. Está envolvido em vários projetos, sendo um deles o Urban Creative Poles, que se concentra no trabalho colaborativo entre cinco cidades do Mar Báltico (http://www.cityofliterature.com/cities-of-literature/cities-of-literature/tartu/).

A candidatura de Tartu à rede centrou-se na inovação do produto e do processo através da criação de novos produtos, serviços e plataformas e em novas formas de os desenvolver levando ao envolvimento e à participação da população local e dos visitantes nacionais e estrangeiros.

Uma cidade com mais de 730.000 pessoas, Lviv dispõe de 45 livrarias, 174 bibliotecas e 54 museus; desde 2009, é considerada a capital cultural da Ucrânia.

Desde a sua criação em 1997, o Festival Internacional de Literatura de Lviv acolheu 538 autores de 38 países diferentes, bem como audiências de mais de 60.000 pessoas. Isto faz com que seja um dos maiores festivais da Europa Oriental, abrangendo mais de 200 eventos diferentes. Outras atividades literárias são a competição anual ucraniana de leitura para crianças, Knyhomania, e os Dias Literários Bielorrusso-Suecos (atividades principais).

Desde 2010, a Ucrânia tem vindo a desenvolver a sua cultura literária fomentando a ligação à Noruega através do programa 'More Countries – More Books'. O objetivo é fomentar o espírito de colaboração literária internacional e partilhar experiências comuns aos leitores e escritores dos dois países.

Em Fevereiro de 2013, mais de 100 profissionais de áreas relacionadas com a literatura participaram na primeira 'Conferência Lviv-Cidade da Literatura'. Promovida pelo Departamento de Cultura do governo local e pelo NGO Forum of Publishers, permitiu aos peritos o desenvolvimento de vários projetos que se concentraram no reforço do património literário e da cultura de Lviv (http://www.cityofliterature.com/cities-of-literature/cities-of-literature/lviv/). Lviv mostra como o dinamismo do setor cultural é um pilar importante para a inovação.

3. Cidades da Literatura: Criatividade e inovação?

Depois de apresentar a oferta cultural e artística e o legado literário que estas diferentes cidades da literatura oferecem, é possível questionar sobre a inovação das propostas. Todas elas são inovadoras em termos de produto, uma vez que apresentam diferentes produtos e serviços que permitem diferenciá-las das restantes cidades do seu país. Elas são inovadoras em termos de oferta de produtos quando comparadas com a restante oferta nacionaç. Não podem ser consideradas inovadoras, em termos de produto, quando comparamos unicamente as cidades literárias galardoadas pela UNESCO. A oferta em termos de produto é similar, todas as cidades são conhecidas pelo elevado número de livrarias e todas organizam festivais

internacionais dedicados à literatura.

Os restantes tipos de inovação já caracterizam as cidades de forma diferente.

A concretização de Óbidos como vila literária é um projeto que se deve à inovação ao nível do produto (têm sido criados novos serviços, como livrarias, galerias de arte e eventos temáticos e novas plataformas, como Óbidos TV, Portal do Município e o site oficial de Óbidos), ao nível do processo (o município de Óbidos dinamizou novas formas de criar e desenvolver produtos, atividades e serviços através da criação de uma marca própria – Óbidos Criativa – que serve uma variedade de produtos e serviços e pretende estimular o desenvolvimento turístico da região e a reabilitação de antigos edifícios da vila que possibilitaram a criação de novos negócios e novas áreas que dinamizem o município) e ao nível do posicionamento (ao criar a rede de livrarias no centro histórico, que promove eventos diversificados apresentados de diferentes formas, conseguiu-se o envolvimento da população e a participação da comunidade local nuns casos e atrair visitantes noutros).

Com a nomeação atribuída pela UNESCO, o município pretende continuar a inovação ao nível do produto e do processo, fazendo com que todos os eventos dinamizados na vila liguem a literatura às artes e às atividades económicas. O número de visitantes tem aumentado e ultrapassou os 135.000 em 2014 (sendo que 80% são turistas estrangeiros).

Apesar do número de habitantes da vila de Óbidos ser inequivocamente menor quando comparado com as restantes cidades aqui apresentadas, a nomeação atribuída reconhece a grandiosidade dos eventos realizados e a capacidade de inovação e desenvolvimento. O facto de Óbidos conseguir atrair para cada um dos seus eventos um número significativo de visitantes representa uma mais-valia em termos turísticos, mas tem igualmente permitido desenvolver outros setores como a tecnologia e a educação.

Barcelona caracteriza-se pela inovação no produto: a cidade das duas línguas, a festa do livro e da rosa, a semana do livro catalão e inúmeras feiras do livro. Mas a inovação no processo não é descuidada: aprendizagem literária ao longo da vida através de mais de cem cursos de escrita criativa; bem como a inovação paradigmática: Barcelona é uma reconhecida cidade de refúgio e é uma capital editorial que promove os autores de Barcelona, bem como outros autores espanhóis e internacionais.

Nottingham pode ser caracterizada pela inovação no processo, todos os meses organiza um conjunto de eventos que conjugam inúmeras atividades como exposições, apresentações, formações e leituras com o objetivo de dar a conhecer novos escritores, mas também relembrar as obras dos escritores famosos que marcaram a história da cidade e do país. A inovação paradigmática é mostrada através da comunidade literária *online* e a inovação no posicionamento resulta dos prémios na área da escrita, Nottingham assume-se como apoiante dos escritores.

Todos os eventos são divulgados pela cidade e região e através da página web (nottighamcityofliterature.com), que se encontra em constante atualização com conteúdos muito completos.

Como forma de inovação social, foi criado o Creative Quarter onde se podem encontrar inúmeras empresas e áreas de negócio.

Ljubljana sobressai pelos números (10.000 eventos culturais por ano, 10 festivais internacionais e um elevado número de publicações per capita), é uma cidade literária desde 1112; a inovação paradigmática fez com que fosse nomeada pela UNESCO Capital Mundial do Livro em 2010.

A cidade de Tartu, apesar da pequena dimensão, detém um espólio literário muito diversificado e heterogéneo. Considerada a cidade da universidade e o berço da cultura da Estónia, acolhe o evento nacional mais proeminente na área da literatura, uma conferência internacional, as duas mais importantes bibliotecas, o Estonian Literary Museum e é apoiada por organizações de sucesso interessadas em proteger a literatura. A conferência internacional traduz a inovação paradigmática, assim como as organizações literárias mostram a inovação social.

A inovação ao nível do produto e do processo é notória; através da criação e desenvolvimento de novos produtos, serviços e plataformas foram dinamizadas novas formas de envolver a população local, nacional e internacional.

Lviv acolhe o Centre for Urban History da Europa Central de Leste e a inovação no posicionamento traduz-se no título de 'Print City', tem mais de 400 anos de cultura impressa. A inovação paradigmática não é descuidada: Lviv organiza a conferência que lhe atribui o título de Conferência da Cidade da Literatura.

Conclusões

O conceito de Cidades Criativas resultou da emergência das novas tecnologias e de um novo tipo de economia assente na criatividade e inovação. Segundo a UNESCO, e a propósito da eleição de algumas cidades como criativas, elas têm de ter capacidade de atrair empresas e pessoas criativas e inovadoras. Esta capacidade prende-se com um conjunto de condições e critérios ambientais gerais que são descritos sucintamente pelos três T's do desenvolvimento económico, propostos por Richard Florida: Tecnologia, Talento e Tolerância (2002).

Tecnologia é o que mantém a vitalidade do capitalismo; Talento relaciona-se com as pessoas que ao terem mais conhecimentos são capazes de melhorar os meios de produção e os mercados; e, por fim, o fator mais polémico é a tolerância. Segundo Florida (2002), o talento é móvel, flui e só se fixa nos lugares mais

acolhedores e tolerantes.

Neste sentido, uma cidade criativa implica uma população residente com um alto nível educacional, boas estruturas de ensino, uma comunidade diversa com intensa dinâmica cultural, qualidade de vida e infraestruturas tecnológicas avançadas. Em suma, são critérios que apenas poucas cidades do mundo podem preencher num curto espaço de tempo, principalmente cidades de pequena e média dimensão ou em zonas rurais. De facto, segundo Moura (2010), não existe nenhuma cidade em Portugal a que se aplique este conceito.

Apesar de nos últimos anos duas localidades portuguesas terem integrado a rede de cidades criativas da UNESCO (Óbidos e Idanha-a-Nova, ambas em 2015), os resultados daí obtidos pouco têm contribuído para a economia. Este facto prende-se com a confusão entre os conceitos de economia criativa e criação cultural. Segundo Moura (2010), a cultura criativa inicial, assente na economia digital e no *design*, gerou um desenvolvimento desenfreado de manifestações culturais artísticas. Em suma, as autarquias idealizaram as suas regiões como criativas apenas por oferecerem espetáculos, eventos e exposições e inaugurarem museus e centros culturais. Todas estas iniciativas dependeram sempre do financiamento público, tornando a criatividade dependente, pouco livre e conservadora.

Para que as cidades sejam consideradas criativas é necessário instaurar um conjunto de políticas públicas de modo a atrair o desenvolvimento, inovação e crescimento económico e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos que aí residem.

Consideramos importante que, para uma cidade ser considerada criativa, esta sirva as condições base para que os jovens possam desenvolver projetos de criatividade e inovação empresarial. É importante a disponibilização de espaços para encontros, cooperação e produção, tal como existe, em Óbidos, o Espaço Ó, que apesar de ser um espaço de colaboração, está disponível para arrendamento (à hora, dia, semana ou mês). Neste espaço, todos os participantes contribuem e colaboram com ideias e soluções para o desenvolvimento de projetos.

Consideramos que uma cidade criativa não é aquela que exibe criatividade, mas aquela que cria condições sociais, tecnológicas e ambientais para que a criatividade possa surgir e desenvolver-se. Das cidades que analisámos neste artigo, consideramos que todas elas caminham positivamente no sentido de alcançar o verdadeiro conceito de cidade criativa. As políticas públicas implementadas procuram apoiar as indústrias criativas como um setor chave no desenvolvimento da economia de cada uma. Contudo, como referido anteriormente, não consideramos que a diversidade de eventos que cada cidade apresenta enriqueça só por si a região, tem permitido isso sim providenciar um turismo de larga escala.

As iniciativas de empreendedorismo têm conseguido melhorar, lentamente, a qualidade de vida dos

seus habitantes, mas encontram-se, no caso de Óbidos, mais centrada nos turistas que ocasionalmente visitam a vila e nas oportunidades de negócio que aí são oferecidas. Não esquecemos que o envolvimento da população em cada iniciativa os torna orgulhosamente obidenses, mas também acreditamos que, no fim de cada uma, apesar da satisfação pela sua Vila estar no mapa das cidades criativas, o nível de vida dos habitantes não melhorou de modo significativo.

Acreditamos que a candidatura de Óbidos à Rede de Cidades Criativas da Unesco como Cidade da Literatura levou ao envolvimento da população e do património imaterial e material no desenvolvimento de um território criativo, tornando a literatura uma alavanca do desenvolvimento económico e social. As práticas urbanas desta Vila, tendo por base o paradigma da criatividade, contribuíram para a criação de espaços inovadores para a reinvenção da vila. Constituindo-se um instrumento de política urbana que visa dinamizar a criação de espaços inovadores e criativos e promover a literatura na Vila, recorrendo à recuperação de determinadas zonas antigas com forte identidade local, propícias à implementação de práticas conformes à abordagem de Cidade Criativa. As atividades criativas acrescentaram valor e qualidade ao espaço urbano, dotando-o de novas infraestruturas e convertendo-o em polos de inovação. Através desta intervenção urbana foram criadas novas dinâmicas que fomentaram a atração de indivíduos e incutiram novos hábitos de estar e agir perante a cidade.

O que distingue Óbidos das restantes cidades que aqui foram analisadas é o facto de não haver um passado ligado à Literatura, apesar de cumprir todos os requisitos necessários à sua designação como Cidade Criativa da Literatura. Tudo aquilo de que hoje a vila se pode orgulhar faz parte de projetos muito recentes, a maioria deles criados para a candidatura à Rede de Cidades Criativas da UNESCO.

A revitalização da Vila de Óbidos é inegável, na medida em que levou à criação de equipamentos e espaços importantes na vila e à melhoria das áreas envolventes. Trazendo, assim, uma maior vitalidade à vila, mais pessoas, diferentes culturas e diferentes projetos. Tendo-se assumindo como uma zona urbana criativa de referência a nível nacional e europeu.

Tal como as restantes cidades que fazem parte da Rede de Cidades Criativas da UNESCO na área da Literatura, Óbidos possui diversas infraestruturas inovadoras e definiu a criatividade como um fator estratégico para o seu desenvolvimento enquanto município. A criatividade e as indústrias culturais literárias estão no centro do seu plano estratégico de desenvolvimento, sendo o seu objetivo envolver as pessoas e o património neste processo em que a Literatura se torna uma alavanca de desenvolvimento económico e social.

O projeto Óbidos Vila Literária é uma estratégia de desenvolvimento sustentável e criativo do território e permite demonstrar que é possível considerar agendas alternativas de desenvolvimento cultural em cooperação direta com a economia e até a reabilitação urbana. A candidatura de Óbidos a Cidade Criativa da Literatura foi um passo natural no crescimento das redes de uma vila que se tem reinventado através do

conceito literário e da criatividade.

O facto de Óbidos só tão recentemente se ter ligado à literatura (a primeira edição do FOLIO – Festival Literário Internacional de Óbidos, decorreu entre 15 e 25 de Outubro de 2015, dois meses da atribuição do título, ao contrário de Ljubljana, por exemplo, que organiza o Living Literature Festival desde 1994) justifica ainda mais a preocupação que a autarquia deveria ter com a população local: os residentes deveriam ser o eixo central, para que se apropriassem de forma plena das propostas. Em vez disso, o que constatamos é que o crescimento económico da vila e a sua visibilidade a nível internacional são o eixo condutor das políticas: o próprio município refere no seu *site* que este projeto de vila literária "promove o Turismo de permanência e de experiências, não limitando Óbidos à sua beleza natural e patrimonial" (http://www.cm-obidos.pt/News).

É certo que existem outras vantagens agregadas ao projeto, como a reabilitação de espaços abandonados (de que é um exemplo a igreja transformada em livraria) e o crescimento económico da vila que, indiretamente, contribui para alguma prosperidade dos seus habitantes. Porém, nenhum destes projetos se foca diretamente na população local, que nasce, cresce e vive na vila diariamente e não está presente apenas nos eventos mediáticos.

O projeto de Óbidos Vila Literária terá de evoluir no sentido de manter o reconhecimento nacional e internacional da criatividade e inovação das suas propostas, mas focar-se igualmente na população local. Óbidos cria, produz, distribui e dissemina produtos e atividades culturais, bem como tem melhorado o acesso e o envolvimento da vida cultural mas tem de desenvolver a participação dos cidadãos de forma a alcançar a pertença coletiva. Por exemplo, não existem dados sobre o contributo de Óbidos Vila Literária nos hábitos de leitura dos seus habitantes. Encorajar e desenvolver essa participação deveria ser uma prioridade, agora que a vila está nas rotas internacionais.

Promover a participação em vez do envolvimento é o próximo passo, na medida em que envolver implica o esforço de uma parte ativa em levar a outra passiva a agir, sustentando um ponto de vista soberano que não é a forma de cativar os residentes. Em vez disso, participar significa implicar as duas partes e uma possível sujeição ao confronto, à tentativa e erro e ao imprevisto, que permitirá aos residentes a apropriação das práticas culturais propostas.

Não se pretende que Óbidos se transforme: "numa espécie de parque temático, situado num presente contínuo, disfarçado de falsa memória, no qual as relações entre os indivíduos se baseiam no consumo e o sujeito político é substituído pelo consumidor" (Balibrea, 2003: 40). O caminho passa por uma vinculação fluída que tem de ser construída espacial e discursivamente com a comunidade local, transformando-a em agentes iluminados.

Referências

- Balibrea, M. P. (2003). Memória e Espaço Público na Barcelona Pós-Industrial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67, 31-54.
- Fagerberg, J. (n.d.). "Innovation: A Guide to the Literature" In J. Fagerberg & D. Mowery (Eds.), *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford: Oxford University Press, doi:DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199286805.003.0001
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class*. New York: Basic Books.
- Hesmondhalgh, D. (2007). *The Cultural Industries*. London: Sage.
- Landry, C., Bianchini, F. (1995). *The creative city [e-book]*. London: Demos. Disponível em http://www.demos.co.uk/files/thecreativecity.pdf
- Mateus, A. (2013). *A cultura e a criatividade na internacionalização da economia portuguesa*, Lisboa. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/1325076/20140131 sec estudo cultura internacionalizacao economia.pdf
- (2010). *Sector cultural e criativo em Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- Moura, L. (2010). *Cidades Criativas 3.0.* Jornal de Negócios de 17 de dezembro. Disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/cidades_criativas_30.html
- O' Connor, J. (2007). *The cultural and creative industries: a review of the literature*. London. Disponível em http://kulturekonomi.se/uploads/cp_litrev4.pdf
- Osterwalder, A., Pigneur, Y. (2013). *Business Model Canvas*. *Business Model Generation*. Disponível em http://www.businessmodelgeneration.com/book
- Storsul, T., Krumsvik, A. H. (2013). "What is Media Innovation?" In *Media Innovations. A Multidisciplinary Study of Change*. Gothenburg: Nordicom, pp. 13–26, Disponível em https://www.duo.uio.no/bitstream/handle/10852/37298/MI%20Storsul%20%26%20Krumsvik.pdf?sequence=2&isAllowed=y
- Unesco (2006). *Understanding Creative Industries - Cultural Statistics for Public-Policy Making*, Disponível em http://portal.unesco.org/culture/es/files/30297/11942616973cultural_stat_EN.pdf/cultural_stat_EN.pdf
- We Consultants (2014). *Criação de instrumentos financeiros para financiamento do investimento na cultura, património e indústrias culturais e criativas*. Lisboa. Disponível em http://www.gepac.gov.pt/gepac-seminarios/cultura2020/we-consult-estudo-pdf.aspx

Websites:

- http://en.unesco.org/creative-cities
- http://www.cityofliterature.com
- http://www.cm-obidos.pt
- http://vilaliteraria.com/

LA REPRESENTACIÓN DE LA CIUDAD DESDE SU PERIFERIA: LA SERIE FOTOGRÁFICA EL NUEVO MADRID.

MIGUEL SANTESMASES NAVARRO DE PALENCIA

Profesor Asociado
Universidad Carlos III de Madrid.
Calle Madrid, 133, Getafe, Madrid (España) 28008.
Universidad Camilo José Cela.
Calle de Almagro, 5, Madrid (España) 28010.
Email: miguelsantesmases@yahoo.es

Resumen

Esta comunicación se centra en la base teórica que ha sustentado el proceso creativo de la serie fotográfica inédita El Nuevo Madrid, de la que soy autor. Para ello, explicará los conceptos manejados y las referencias utilizadas. Incluirá además, como apéndice, doce de sus imágenes más representativas.

El Nuevo Madrid retrata las transformaciones ocurridas en los nuevos barrios de la periferia madrileña. Tradicionalmente ignorados por su indefinición y su falta de atractivo estético, sus espacios son desde hace tiempo unos de los que más atención despiertan en la comunidad artística entre los que componen las ciudades. A esto se le ha llamado "la atracción de la periferia".

Concebida como una exploración de las características y las posibilidades de la fotografía documental aplicada a los paisajes alterados por el ser humano, esta serie es también una muestra de esa tensión entre el documento y lo subjetivo.

Abstract

This communication is centred in the theoretical base which is the foundation of the creative process that has produced the photographic series El Nuevo Madrid (The New Madrid), of which I am the author. To do so, it will explain the concepts and references I used. It will include also, in the appendix, twelve of the pictures from the series.

El Nuevo Madrid depicts the transformations that have happened in the new neighbours of Madrid. Traditionally ignored because of their ambiguity and its absence of esthetical attractive, those spaces are in this latest decades one of the most represented from the artists community, inside the different ones that compose the urban landscapes. This has been called "the attraction of periphery".

Designed to be an exploration of the characteristics and possibilities of Documentary Photography, when applied to man altered landscapes, this series also shows this tension between the documentary and the subjective.

PALABRAS CLAVES

Paisaje, Periferia, Ciudad, Fotografía documental, Frontera

KEY WORDS

Landscape, Periphery, City, Documentary Photography, Frontier

Introducción

El objetivo de esta investigación es revisar los conceptos y referencias utilizados en la elaboración de la serie fotográfica *El Nuevo Madrid*, en la que trabajé desde 2011 a 2015. La serie se enmarca dentro de lo que definiré como fotografía documental de paisajes no pintorescos, una mirada con vocación de neutralidad sobre paisajes alterados por el ser humano, en este caso, los nuevos barrios de Madrid.

Una parte de mi trabajo en la serie consistió en encontrar la manera de retratar ese tipo de paisaje con una mirada documental, despegada y neutral. Eso implicaba recorrer la historia de este territorio, tanto de este tipo de paisaje dentro de la fotografía como sobretodo de ese estilo de mirada.

Objetivos

Revisar los fundamentos teóricos de la mencionada serie fotográfica, investigando en algunos conceptos y en algunos textos teóricos clave que mencionan los conceptos revisados.

Metodología

La metodología utilizada es de tipo descriptivo y analítico. El propósito de la investigación es describir y analizar los conceptos encontrados útiles para mi proceso creativo. Para ello, revisa diversos textos que hacen referencia a los campo teóricos que se entrecruzan en la investigación, lo documental en fotografía y la estética de la periferia urbana.

1. El Nuevo Madrid

El Nuevo Madrid surge como una serie destinada explorar la ciudad en la que vivo, el modo en el que Madrid está cambiando, sus nuevos barrios. El tema nominal es la transformación de la ciudad, y el lugar elegido son los nuevos barrio de Madrid, las nuevas fronteras de la ciudad.

La idea era volver a retratar Madrid; después de mi primera serie, *El problema del horizonte*, centrada en la ciudad como símbolo, buscaba un modo de retratarla que fuera más real, más cercano y tangible, más documental por un lado y más conceptual por el otro. Quería ponerme a trabajar en un proyecto que tuviera que ver con paisajes alterados por el ser humano. Eso me hizo fijarme en esos barrios, los nuevos PAU de Madrid.

La idea tenía que ver también con otras series que otros fotógrafos habían hecho antes que yo y que yo conocía. Eugene Atget realizo cientos de fotos entre finales del siglo XIX y principios del XX, la serie es conocida como *Le vieux Paris* (El viejo París). Berenice Abbot, que compraría gran parte de la colección privada de Atget para trasladarla al MOMA neoyorkino, inspirada en parte por él, realiza otra tiempo después

titulada *Changing New York* (Cambiando Nueva York). Me di cuenta de que compartía con ambos algo, el intento de captar el modo en el que estaba cambiando la ciudad, un intento de atrapar un espacio en transformación, y todo aquello que iba a desaparecer.

1.1. Los PAU

A finales de los años 90 se empiezan a diseñar en Madrid una serie de nuevos barrios que dieran salida o respuesta a la creciente demanda de vivienda. La teoría decía que a más vivienda ofertada el precio bajaría, y esa fue la excusa para ir aprobando uno tras otros los diversos PAU, llamados así por seguir el Programa de Actuación Urbana (Real Decreto 2159/1978 de 23 de junio). Además de provocar unas revalorizaciones espectaculares del suelo, y conseguir buenos ingresos para las arcas del ayuntamiento, también se sospecha que han sido un nuevo canal de corrupción.

El problema se amplia además cuando estalla la burbuja inmobiliaria. Parte de los edificios se quedan parados a mitad de su construcción, otros ni se empezaron. Incluso el ayuntamiento, al dejar de ingresar por este medio, incumple su compromiso de convertir determinados solares en uso deportivos, por ejemplo.

Diseñados a menudo de una manera bastante teórica, a base de grandes avenidas y enormes separaciones entre edificios, y sin apenas pequeño comercio, estos ejemplos de ciudad difusa son lugares en los que apenas se ve a nadie andando ya que a todas partes hay que ir en coche. Así que, con sus huecos vacíos y sus inmensas calles, estos lugares ha pasado a ser un ejemplo de ciudad inhóspita, crecida en los márgenes de la otra ciudad, más densa y más cuidada, un nuevo concepto que sustituye al de las ciudades dormitorio de los años 50 y 60. En ellos es muy visible la herida de la crisis, en su avenidas de tamaños desproporcionados, sin apenas pequeños comercios, y en sus edificios con valor arquitectónico mezclados con otros que no valen nada estéticamente, y con sus grandes descampados abandonados a su suerte. Todo esto los hace, sin embargo, inmensamente atractivos para la mirada de un fotógrafo.

En la actualidad, los desarrollos urbanos más importantes incluidos dentro de la ciudad de Madrid son: Las Tablas, Sanchinarro, Montecarmelo, Vallecas, Carabanchel, Nuevo Barajas, Butarque, Aldea del Fresno y algún otro más pequeño. Están en situaciones muy diferentes, unos casi terminados y otros apenas esbozados.

2. Paisaje no pintoresco en fotografía

El concepto de paisaje emerge como tal cuando el ser humano es capaz de asomarse a un lugar para disfrutarlo solo desde un punto de vista estético. La idea de subir a una montaña como hizo Petrarca en 1336 aparece como uno de los primeros gestos estéticos en esa dirección, y quizás él sea uno de los primeros que disfruto de un paisaje.

En su libro sobre este tema, Javier Maderuelo considera que “para que haya paisaje debe haber un lugar, una trabazón y un misterio, un sentimiento” (2005, p.35). Para Maderuelo, el paisaje es una construcción mental, una elaboración de un territorio y no el lugar en si ni la naturaleza que lo puebla. Su idea de que hace falta un sentimiento resume la que para mi es la cualidad principal del paisaje.

En la fotografía de paisaje conviven dos grandes corrientes o actitudes. Una está volcada hacia la belleza del contenido, el medio se hace transparente para dar una información casi pictórica, pintoresca, sobre un lugar notable visualmente por si mismo. Relacionada con el Romanticismo, donde alcanzó su plenitud, en ella el juego del color, las texturas y las sombras, unido a sus valores temáticos (a menudo exóticos o populares) producen sobre el negativo/sensor fotográfico una imagen que provocará inevitablemente placer estético en su espectador.

Michael Fry es un fotógrafo contemporáneo que trabaja dentro de esta tendencia, además de un notable pedagogo del uso de las nuevas herramientas de software para el proceso de imágenes paisajísticas. Vive muy cerca del Parque Natural de Yellowstone, en Estados Unidos, y sus fotografías, tomadas allí, atrapan la belleza de la naturaleza en su máximo esplendor. Es para mi el mejor heredero de una tradición que incluye a Ansel Adams, Edward Weston o Gale Roswell, todos ellos fotógrafos volcados en demostrarnos la increíble belleza fotográfica del mundo que nos rodea. El exotismo está muy cerca de nosotros parecen decirnos, basta subir a la montaña a la hora adecuada.

La otra corriente desafía estas ideas y propone una lectura indicial del paisaje, una mirada topológica que está más interesada en el reconocimiento que en la belleza del asunto. En vez de buscar elementos que produzcan en el espectador una lectura de la imagen, haciendo que los ojos se muevan por ella siguiendo rutas de fuga o elementos estratégicamente situados en la composición, el fotógrafo adopta una postura frontal, más interesado en la lógica abstracta de las formas geométricas.

Mi trabajo como fotógrafo, en esta serie y en general, cada vez más explora ese camino, el de la frontalidad y neutralidad característicos de esta mirada grafica, topográfica. Es un trabajo aun sin depurar, porque es muy difícil para una mirada educada en los valores tradicionales de la fotografía, en particular la profundidad, renunciar a ellos, encontrar el punto de equilibrio entre esa neutralidad que busco y los lugares que insisto en retratar.

El debate que se despierta aquí es el de cómo enfrentarse a la fotografía de paisajes con una mirada diferente a la del turista, digamos, que asaltado de pronto por la belleza de un lugar no puede evitar sacar su cámara y hacer unas fotos. Yo no fotografió cosas, ni lugares, hago fotos, al menos eso es lo que pretendo. Pero a la vez, mis imágenes tienen una compontes documental, son un documento. Y al elegir como tema nominal los nuevos barrios de Madrid ya estoy atrapado en una lógica política, en la que mis imágenes se cargan de sentido *si reconozco su procedencia*, es decir si menciono el lugar donde fueron tomadas.

3. La atracción de la periferia

Enseguida me di cuenta de que no era el primero que se sentía atraído por esos territorios fronterizos, esos nuevos espacios robados al campo, reconvertidos en ciudad, pero en otro tipo de ciudad. Desde los paseos de Pier Paolo Pasolini a las fotos de Manolo Laguillo, todo eso habla de un cierto interés del mundo del arte por esos lugares. Francesc Muñoz menciona en su ensayo que "la presencia de la periferia como escenario ha sido una constante en el repertorio temático de las artes que han representado e interpretado el paisaje" (2012, p.86). Para él, la fotografía ha efectuado durante el siglo XX un reconocimiento estético de la periferia, por su exotismo o rareza respecto a la ciudad formal, centrada y planificada.

Coincido con él en parte, pero me pregunto qué más ofrecen a un fotógrafo esos lugares. Para mi tienen una belleza que a veces he caracterizado como sublime, y me alegra comprobar que para Francesc Muñoz también la tienen. El lo argumenta diciendo que se han convertido en una especie de retaguardia frente al retroceso de lo sublime, que ya no se encuentra en todos esos lugares antaño de difícil acceso que ahora el turismo ha banalizado. Es cierto que la acumulación de imágenes de todos esos lugares hacen que ya apenas nos descoloquen. Me reconozco en su argumento de que nos quedamos a veces extasiados contemplando la línea de la autopista que se aleja de un descampado después de cruzarlo, tanto como los personajes de Gaspar David Friedrich ante la inmensidad del mar.

Es lo que Manolo Laguillo (1992) llama la periferia de la belleza, "lo marginal, lo situado lejos de los polos de atracción". Laguillo defiende en ese texto, que funciona como presentación de unas imágenes suyas de la serie *Tenerife*, que podemos hacer fotografías bellas de lugares que no lo son. El argumenta que los fotógrafos, desde siempre, se han fijado en dos tipos de lugares, los bellos, en sintonía con la idea de Burke de lo pintoresco, y esos otros no encuadrables dentro de los cánones oficiales de la belleza, estos que él sitúa en su periferia.

Pero no es solo eso, porque eso seria como relegar a esos lugares a su condición de lugares hermosos, estéticamente atractivos, cuando es claro que muchos artistas se han fijado en ellos por otros motivos. Estoy pensando, por ejemplo en Ed Ruscha, que tiene una serie de fotografías de solares abandonados, *Vacant Lots*. Son fotos tomadas de un modo descuidado, Ruscha siempre ha presumido de que no tiene la menor importancia quien hace sus fotos, y además retratan solares vacíos sin ningún interés especial, o sea su valor artístico nace o parte del hecho de que no tiene ningún interés estético especial.

Laguillo (1992) sostiene con gran acierto también que estos espacios, al evidenciar esta falta de correlación entre lo bello y lo bello en fotografía, nos permiten distinguir entre la representación y lo representado. En su texto, invita a una reflexión que no conviene olvidar:

> Si la ciudad, y aun más la periferia, es algo fragmentado, inconexo, y las fotografías de ella no lo son, habría un problema entre ella y su representación. En esa representación se estaría

colando la nostalgia de un orden perdido. (Laguillo,1992).

Laguillo redondea su concepto apropiándose de una idea de Panofsky para recordarnos que "Es menester que las fotografías se preñen de la idea". (Laguillo,1992).

Algo de esa índole menciona Ignasi de Solá-Morales en su texto, que introduce el concepto de los *terrain vagues* para referirse a los descampados.

> Son los lugares urbanos que queremos denominar con la expresión francesa de *terrain vague*, los que parecen convertirse en fascinantes puntos de atención, en los indicios más solventes para poder referirse a la ciudad, ..., la experiencia que tenemos de ellas. (Ignasi de Solá-Morales, 2002, p.125)

Para de Solá-Morales, la atracción que sentimos ante estos espacios, los más representativos quizá de la estética de la periferia, como reconoce en su texto Francesc Muñoz (2012), y aquellos que a mi más me interesan, tiene que ver con su condición que él denomina expectante, que asocia con lo móvil, lo inestable, con la ausencia de limites y la libertad. Dé Sola-Morales los califica de obsoletos, de olvidados y a la vez de contra imagen de la ciudad. Para él, nuestra fascinación como artistas por esos lugares es la respuesta a nuestra extrañeza ante el mundo, ante la ciudad en la que vivimos, y antes nosotros mismos. En una ciudad homogénea, bajo control y perfectamente previsible y normalizada, el artista busca con su arte preservar estas islas de libertad.

Creo que lo que está en juego en estos lugares es que son espacios de representación. Me refiero a que, más allá del recorte de un espacio tridimensional, de una selección espacial y temporal, más allá de su proyección, ocurre un fenómeno como es que las fotografías de esos lugares remiten a otros lugares. La ciudad actual es un espacio de representación, la gentrificación, por ejemplo, que ha convertido en parques temáticos urbanos a los centros históricos de muchas ciudades, nos hace vivirlos como una representación de una ciudad que en realidad ya no existe. Esos espacios de la periferia, están para mi abiertos a la posibilidad, a la imaginación y también a la aventura. Su ausencia de control, de diseño, remiten a los lugares en los que si que lo hay, pero a la inversa, o sea no nos hacen desear el control si no que despiertan nuestro deseo de que desparezca.

Cuando era niño vivía también esos descampados como espacios de representación. Las representaciones que mis vecinos y yo hacíamos allí nos desplazaban las selvas de Borneo o las playas del caribe, o a las montañas y las cuevas del Himalaya. Algo de aquella capacidad de desplazarnos pervive aun en esos lugares.

Quizás también nos resultan tan atractivos, como menciona Marc Auge, por "el encanto que asociamos

con los espectáculos efímeros" (2003, p.111).

> durante algún tiempo al menos, los solares y las obras en construcción rebasan el presente por sus dos costados. Son espacios en situación de espera que actúan también, de forma en ocasiones un poco vaga, como evocadores de recuerdos. Reabren la tentación del pasado y del futuro. Hacen las veces de ruinas. (Auge. 2003, p.71)

Inevitable pensar a la luz de este texto en las ruinas inversas de Robert Smithson, ruins in reverse.

> …es decir, todas las nuevas construcciones que podrían eventualmente ser construidas (allí). Esto es lo opuesto de la "ruina romántica" porque los edificios no "caen" en ruinas después de ser construidos si no que emergen como ruina antes de ser construidos (Smithson. 1967)

Ese concepto del tiempo parece ser uno de los más importantes a los que hacen referencia estos lugares. Son lugares, como dice Marc Augé, que invitan a "la experiencia del tiempo" (2003, p.113).

Son lugares en los que el campo, antes abierto pero ahora cerrado, parece haber penetrado en la ciudad, cuestionándola. Así acotados, entre calles, se manifiestan como los últimos restos o las ruinas de otra manera de vivir. Quien sabe si antes no fue ese pedazo de tierra el lugar donde pacían tranquilamente unas ovejas. Son lugares en plena transformación, pero su transformación se ha detenido. Parecen estar en pausa; como esos videos que a veces vemos, y paramos un rato, esos lugares parecen estar esperando un "play" que los convierte en un lugar más, indistinguible de los que le rodean. No es difícil imaginar que más o menos pronto serán ocupados por un edificio más o menos similar a los que les rodean.

A veces cercados por una valla, con un letrero que anuncia que ese lugar es propiedad privada, estos espacios se constituyen sin embargo en nuevas zonas verdes, apenas distinguibles de las otras, las normalizadas, que solo tienen para diferenciarse de los descampados unos cuantos columpios y otros elementos del mobiliario de los juegos infantiles. El lugareño, el que vive cerca, los utiliza a su antojo, para pasear a sus perros, para hacer footing o simplemente para atajar, camino al trabajo o a la estación.

Yo busco en ellos las huellas de sus habitantes pero no pretendo amplificar su efecto; me conformo con mostrar que no son lo que parecen, que no están abandonados del todo. Y que el tiempo pasa por ellos. La búsqueda me aparta de lo que ya está terminado y me lleva hacia los descampados, pero también hacia las fronteras de estos barrios, porque en ellas se evidencia tanto lo que está por terminar como lo que el tiempo desplaza, la frontera parece moverse.

La ciudad crece y al hacerlo, y para hacerlo, coloniza los territorios adyacentes, no tiene otra salida. Estas pequeñas porciones de tierra aun resisten heroicamente sin saberlo.

4. Conceptos de referencia

Desde los inicio de *El Nuevo Madrid*, compaginé la captura de imágenes con el estudio del trabajo de diversos fotógrafos que enmarcados dentro de la fotografía documental trabajaron con el paisaje. De ellos obtuve, además de referencias visuales, un grupo reducido de conceptos clave.

Fue un trabajo de investigación, de exploración de un territorio nuevo para mi, el de los fotógrafos que trabajaron dentro de una cierta tendencia a la objetividad, a la neutralidad, y dirigieron sus cámaras hacia el paisaje más o menos urbano. Es una investigación en cierto sentido histórica, comienza en el siglo XIX y revisa algunos conceptos que pueden ser rastreados en el trabajo de los fotógrafos elegidos, que aparecen diseminados por este texto, y me resultaron de una inmensa utilidad.

4.1. La planitud

Desde el nacimiento de fotografía, la profundidad parece dominar el modo en el que es percibida y la expectativa que el espectador deposita en ella. Se espera que una fotografía sea profunda, en primer lugar, en el sentido de que transmita la ilusión de tener las tres dimensiones que estamos acostumbrados a ver cuando miramos a nuestro alrededor. En el excelente ensayo de Eric de Chassey (2010) sobre este tema, menciona otros tipos de profundidad igual de relevantes, el que hace referencia a la profundidad temporal y el de lo narrativo y semántico. Pero para mi es más claro su primera acepción, que no excluye las demás sino que al contrario las incluye al menos como metáfora.

En la imagen profunda, continua de Chassey, el soporte desaparece, el espectador se hace la ilusión de estar ante la escena misma, ignorando las transformaciones que el mecanismo (óptica, cámara, soporte) pueda haberle producido.

Pero hay otro tipo de imágenes, más superficiales, así se las puede llamar, que se caracterizan por la ausencia de profundidad y que hacen referencia a la superficie que las soporta, al hecho de que son puramente bidimensionales, y por lo tanto a su carácter de representación, de fotografías.

El fotógrafo que se aventura por este camino pisa un territorio inestable, porque cuestiona la naturaleza de la imagen fotográfica como representante mecánica y objetiva de la realidad. “En el siglo XIX, la forma plana se manifiesta principalmente en las practica científicas, ilustrativas o utilitarias de la fotografía. En el siglo XX, en cambio, se convierte en un medio artístico posible, una vez asegurado el estatus artístico del medio” (de Chassey, 2010, p.12).

Es una elección del fotógrafo transitar este terreno, caracterizado por una mirada frontal, en la que la composición se construye a partir del marco, reconociendo en su forma un soporte heredado de la imagen

pictórica, y elaborando la imagen exclusivamente a través de líneas ortogonales a ese marco.

"Realzar el carácter plano de la fotografía es casi siempre, como veremos, plantear al mismo tiempo el lugar de la fotografía en el régimen del arte" dice de Chassey en el último párrafo de la introducción de su libro.

4.1. El marco

"El acto central de la fotografía, el acto de escoger y eliminar, obliga a centrar la mirada sobre el borde exterior del fotograma -la línea que separa lo interior de lo exterior- y sobre las formas que dicho borde crea" (Szarkowski, 2010, p.9). Esas formas hacen referencia siempre al rectángulo del marco y crean una dinámica recto/oblicuo que históricamente siempre ha favorecido a lo segundo, por la ilusión de profundidad que lo acompaña. Al renunciar a privilegiar ese tipo de líneas oblicuas, tan dinámicas, el fotógrafo llama la atención sobre el medio a la vez que ofrece una manera diferente de mirar.

El marco, como menciona Stephen Shore (2007), crea relaciones entre las líneas que lo construyen y las formas y líneas del interior de la composición. Al elegir la frontalidad, el fotógrafo crea una sensación de estabilidad, de neutralidad, a la vez que la de universo cerrado, que no existe fuera del encuadre, y por lo tanto refuerza el carácter no transparente, fotográfico de su imagen. Al hacerlo el fotógrafo es consciente de que está haciendo referencia a la historia de la pintura, su modelo es claramente pictórico.

4.2. El estilo documental

Cuando hablo del concepto "fotografía documental" me estoy refiriendo en realidad a solo una parte de ella. Me estoy refiriendo a un tipo de fotografía que adopta un determinado estilo, y además solo aplicado al paisaje.

Al final de su vida, Walker Evans intentará precisar sus ideas al respecto:

> "¿Documental? Esa es una palabra confusa y muy sofisticada. Y nada clara. Tienes que tener un oído sofisticado para percibir esa palabra. El termino debería ser *estilo documental.* Un ejemplo de lo que es literalmente un documento es una fotografía policial de la escena de un crimen. Ahí, ya se ve, un documento tiene una utilidad, mientras que el arte en realidad es inútil. Por ello, el arte nunca es un documento, aunque claro que puede adoptar ese estilo. Me califican a veces como "fotógrafo documental", pero esto supone el conocimiento sutil de la diferencia que acabo de hacer, y que es más bien reciente. Se puede actuar bajo esta definición y sentir el placer malévolo de hacer el cambio. Muy a menudo, yo hago una cosa, cuando la gente cree que estoy haciendo la otra". (Walker Evans, mencionado en Katz, 1971)

Walker Evans intento con esa declaración explicar la diferencia entre ambos conceptos "fotografía

documental" y "estilo documental", y dejar claro que se puede trabajar dentro de un determinado estilo, sin pretender sencillamente documentar nada. Mi opinión es que Walker Evans no quería que el contenido político y social de sus imágenes superara sus cualidades formales. Si, claro, retrataban un momento, unas condiciones de vida, pero eso lo estaban haciendo otros muchos en ese momento. Lo que daba especial valor a las suyas, lo que le llevo a los museos de arte moderno, fue su estilo. Un estilo calificado de frio y distante, objetivo, *el estilo del documento* como el lo definió, sin dar muchas más explicaciones.

Es a ese estilo al que me refiero cuando hablo del estilo documental, siguiendo el ejemplo del libro de Olivier Lugon (2010). De el he extraído una lista de conceptos que trato de no olvidar cuando trabajo:

Luminosidad.
Frontalidad.
Sistematismo. Búsqueda del interés tipológico.
Recorte. Estético y conceptual.
Neutralidad. Imparcialidad. Ausencia de implicación. Ni ensalzamiento ni crítica.
Austeridad. Frialdad. Al estilo de un documento policial.
Simplicidad, simplificación, sencillez.
Honestidad. Sumisión. Aceptación. "Las cosas como son".

Conclusiones

El Nuevo Madrid es el fruto tanto de un trabajo fotográfico de campo, que me llevo más de tres años, como de una investigación teórica. El resultado de este proceso, por un lado creativo, pero a la vez de investigación y creación. Es una serie fotográfica a día de hoy, al menos parcialmente, inédita.

Para llegar a ella, tuve que revisar la obra de otros fotógrafos que se han sentido atraídos por lugares o modos de mirar similares. También revisé diversos textos teóricos relacionados de alguna manera con mi proceso artístico. Pero además tuve que conectar mi proceso creativo con las ideas que había ido encontrando en los textos que leía y que me habían interesado. Fue un proceso en las dos direcciones a la vez.

Los conceptos manejados fueron muy útiles durante el proceso; algunos de ellos cumplieron solo esa función, mover el proceso creativo. Otros están presentes en las fotografías definitivas.

De todo lo aquí reflejado, me interesa hoy sobretodo esa reflexión sobre los modos en los que la fotografía nos ayuda a entender las ciudades en las que vivimos, y el mundo actual, y cómo lo consigue, y sobre su papel en la actualidad en el mundo del arte.

Referencias

- AUGÉ, M. (2003). El tiempo en ruinas. Barcelona. Gedisa.
- BEAR, J. GONZÁLEZ, CH. L.ROSENHEIN, J. (2008). Walker Evans. Catálogo de la exposición. Madrid. Fundación Mapfre.
- DE CHASSEY, E. (2009). Planitud. Historia de la fotografía plana. Salamanca. Ediciones Universidad de Salamanca.
- DE SOLÁ-MORALES, I. (2002) Territorios. Barcelona. Gustavo Gili.
- KATZ, L (1971) *'Interview with Walker Evans*' Art in America, March-April, pp. 82-89.
- LAGUILLO, M (1992). *La belleza de la periferia*. UR. Revista d'urbaninsme, (9-10), 24-25.
- LLANO SANCHEZ, R. (2008). Paul Strand. En el principio fue Manhattan. A Coruña. Fundación Pedro Barrié de la Maza
- LUGON, O. (2010). El estilo documental. De August Sanders a Walker Evans. 1920-1945. Salamanca. Ediciones Universidad de Salamanca.
- MUÑOZ, F (2012). Los paisajes de la periferia hoy. En NOGUÉ, J. PUIGBERT, L. BRETCHA, G. y LOSANTOS, À (eds.). *Franges. Els paisatges de la perifèria*. Olot. Observatorio del Paisaje de Cataluña. (Plecs de Paisatge; Reflexions; 3).
- MADERUELO, J. (2005) El paisaje. Génesis de un concepto. Madrid. Abada Editores.
- SANTESMASES, M. (2014) *El nuevo Madrid* (Trabajo Fin de Master). Facultad de Bellas Artes. Universidad Complutense de Madrid.
- SHORE, S (2007). The Nature of Photographs. New York. Phaidon Press.
- SMITHSON, R (1967). Un recorrido por los monumentos de Passiac, New Jersey. *ArtForum*
- SZARKOWSKI, J. (2010). El ojo del fotógrafo. Madrid. La Fabrica Editorial

5. ANEXO

Las imágenes que siguen son una selección de las que componen mi serie *El Nuevo Madrid*. Se incluyen aquí a modo de ilustración, confirmación y contraste de los argumentos aquí mencionados.

Figura 1. Las Tablas, Octubre, 2012.

Figura 2. Sanchinarro, Septiembre, 2012.

Figura 3. Barajas, Abril, 2013.

Figura 4. Sanchinarro, Abril, 2013.

Figura 5. Valdebebas, Noviembre, 2011.

Figura 6. Carabanchel, Enero, 2012.

Figura 7. Vallecas, Octubre, 2012.

Figura 8. Barajas, Diciembre, 2012.

Figura 9. Sanchinarro, Octubre, 2011.

Figura 10. Montecarmelo, Julio, 2012.

Figura 11. Valdebebas, Noviembre, 2011.

Figura 12. M40, Octubre, 2013.

AFURADA | 41,1442980 -8,6472793

CÁTIA OLIVEIRA

Faculdade de Letras. Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n (Portugal) 4150-564 Porto
Email: catia.rsoliveira@gmail.com

Resumen

A comunidade piscatória de S. Pedro da Afurada, situada na margem esquerda do Rio Douro é fortemente marcada pela sua historicidade, pelos relatos chegados do século XIX, testemunhos de uma tradição que se vem mantendo. Contudo, o lugar que aqui apresentamos encontra-se fortemente adulterado na sua natureza, pela ação direta do homem que o vem transformando à sua imagem, à imagem das suas necessidades reivindicando-o como seu.

Afurada | 41,1442980 -8,6472793 mais do que coordenadas que nos conduzem ao lugar são pontos de identidade de uma comunidade que no mesmo palco sabe interpretar vários atos e personagens. São prova as intervenções realizadas pela Afurada e na Afurada, por agentes exteriores a esta comunidade que cativados pela envolvência cénica e humana criam intervenções artísticas programadas ou espontâneas desafiando a permeabilidade da população.

Como uma cidade que não se quer bucólica, não devemos limitarmo-nos a contar a narrativa já escrita mas cativar à redação de novos atos, novas histórias, conjugando dois ritmos, tradição e inovação.

Abstract

The fishing community in S. Pedro da Afurada, located on the left bank of the Douro river, is a very historic and traditional community as it can be seen on several 19th century documents and records. Nevertheless, S. Pedro da Afurada has been deeply changed by human action.

Man has invaded and shaped the natural essence of S. Pedro da Afurada according to his wishes and needs. Afurada | 41,1442980 -8,6472793 are far more than coordinates that lead us to a unique site on west coast of Portugal. They identify a community whose members play different roles and characters.

Foreigners have been inspired by the magnificent scenery of S. Pedro de Afurada as well as by its people and have produced wonderful artistic masterpieces in Afurada and in other locations taking its atmosphere elsewhere.

Afurada doesn't intend to be a bucolic city and it is not our intention to tell an already well told story about Afurada. We intent to inspire new stories about Afurada, promote friendly actions balancing tradition and innovation.

PALABRAS CLAVES
Afurada, Cidade, Criatividade, Urbanidade

KEY WORDS
Afurada, City; Criativity; Urbanity

Introdução

A investigação desenvolvida e apresentada a este congresso, resulta de um interesse pessoal pelas questões imateriais ligadas ao património cultural de uma determinada sociedade, de modo a compreender a sua génese, a forma como se desenvolve e se projeta para o futuro. A relação entre a malha urbana e a cultura de uma comunidade é um fator de máxima importância para uma urbanidade saudável. É desta forma que vamos ao encontro do lugar da Afurada que só veio a ser reconhecido como povoação no século XIX com a fixação de pescadores provenientes de outras terras, como Aveiro, Murtosa e Póvoa do Varzim. (Araújo,1992) Esta povoação, situada na margem esquerda do rio Douro, de fronte com a foz viu a necessidade de reconquistar terreno ao rio, aproveitando-se ao longo dos tempos de obras na barra, bem como de cascalhos do devaste das escarpas para a construção da Ponte Luiz I, numa prova da sua capacidade de redesenhar o seu espaço, a sua área de ação.

O presente artigo aborda em larga escala a questão identitária na simbiose que o mesmo tem com o enquadramento físico, que não sendo mensurável se enaltece pela imaterialidade. Uma imaterialidade que pretendemos dar a conhecer pelo usufruto do espaço urbano, palco por excelência do quotidiano. Não obstante, torna-se cada vez mais essencial olhar as cidades, ou os lugares como espaços de criação, de reinvenção ou reinterpretação. Estas matrizes, não são mais do que bases estratificadas para a projeção de vontades, ou atos internos ou externos, na medida em que, no caso de estudo, os agentes exteriores estão cada vez em maior número. Desta forma, podem gerar-se relações de tensão, ou por outro lado, abrirem-se espaços de partilha.

O que pretendemos expor neste artigo, são as várias camadas que compõem o campo de ação da população da Afurada, o seu espaço urbano e dar a entender de que forma o mesmo permite/convida a casos de partilha por nós presenciados, num contexto de ações de caracter nativo, (eventos locais, quotidianos) assim como de valorização exterior (encenações performáticas, representações pictóricas, escritas). Quando nos referirmos a uma cidade criativa, não pretendemos fugir à sua escala, uma escala muito própria que resulta numa criatividade peculiar que tem vindo a ser trabalhada ao longo dos anos e de várias formas pelas gentes da terra, nos mais simples traços das suas atividades.

Objetivos

Partindo da convicção de que o espaço urbano é palco primordial para o desenrolar da vida quotidiana, decisivo para o normal curso das culturas e dos seus agentes, procurámos desenvolver uma caracterização da comunidade da Afurada e da forma como esta se relaciona com a sua urbanidade que por sua vez tem experimentado variados estados ao longo das ultimas décadas. Não se pretende que a historicidade da Afurada fique registada apenas nos retratos pelas palavras, na iconografia literária ou nas representações passadas, mas sim que a urbe e os seus atores saibam usufruir do seu espaço urbano como palco para a

continuidade das suas memórias. A questão não reside no presente, mas sim no futuro e na maneira como a comunidade se reinventará mediante o espaço que detém.

Metodologia

Para a investigação apresentada a este congresso, ainda que não fosse nossa intenção vestir a pele de antropólogo, primou-se por uma abordagem no terreno, diária, com os agentes portadores das manifestações culturais obrigando a um conhecimento contextualizado destas figuras. Foi nosso propósito manter um contacto permanente com os primeiros visados, os habitantes locais, numa constante partilha de opiniões, bem como a presença em cada uma das ações performáticas neste artigo descritas, interrogando-os sobre o conforto e aceitação sobre as mesmas. Admitimos que o importante seria absorver o máximo de informação através de conversas informais e transferi-las para um raciocínio crítico, apresentado neste artigo, responsabilizando-nos por de alguma forma dar voz às suas experiências.

Realçamos a importância do nosso percurso académico, onde a História da Arte é presença constante, embora em alguns momentos pareça desvanecer-se entre outras perspetivas .sustentamos as nossas ideias nos conhecimentos adquiridos um Unidades Curriculares como História Urbana e Gestão do Património, onde nos foi possível apreender o valor da urbe enquanto reflexo das mais variadas condicionantes históricas, geográficas, antropológicas e tecnológicas e os reflexos de posteriores intervenções de restauro urbano.

No fundo, a base para o desenvolvimento de um raciocínio integrado apenas se revelou possível pelo carácter multidisciplinar que optamos por revestir este projeto, captado ao longo de vários meses em inúmeros ficheiros audiovisuais.

1. Afurada | 41,1442980 -8,6472793

> "O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar."
>
> Declaração de Québec, Introdução, Canada, 4 de outubro de 2008

Quando abordamos a questão territorial não nos podemos cingir à sua materialidade, dada a complexidade e multiplicidade de conceitos que lhe estão inerentes. Citando Carlos Alberto Ferreira de Almeida, percursor no estudo entre a relação dos habitantes para com o seu território, "Sem «onde» ou enquadramento não há tempos, nem individual nem coletivo, privado ou público." (Almeida, 1981) O «onde» que nos propomos a analisar, o lugar da Afurada de Baixo, está fortemente adulterado da sua natureza pela ação direta do Homem que o vem transformando à sua imagem, à imagem das suas necessidades, revindicando-o como seu. Uma análise à história urbana das cidades dá-nos a percetividade das heranças históricas de que arruamentos e

praças são testemunho. Também a Afurada nasce da ligação dos velhos caminhos, outrora utilizados como passagem, mais tarde lugar de fixação. Assente na margem esquerda do Rio Douro, junto da sua foz, este aglomerado populacional construiu desde a sua formação a sua identidade baseadas no rio e nas suas metáforas associadas à faina, o que em alguns momentos lhe poderá ter conferido um caracter isolado do restante concelho. Acreditando que esta comunidade surgiu através de migrações de pescadores provenientes de vários pontos da costa nacional, como Ílhavo, Aveiro, Murtosa, espinho, entre outros, ponderamos a possibilidade de se terem trazidos dessas zonas, formas de habitar, trabalhar e socializar. (Araújo, 1992) Esta soma das partes entre pessoas, espaço e memória, que a Declaração de Quebéc reconhece como equação para a afirmação do território, está também manifesta na toponímia, onde surgem invocações a indivíduos, dependências ou acontecimentos que marcaram a comunidade e se relacionam entre si. Na malha urbana da Afurada destacam-se nomes como Rua de Creche e Rua 27 de fevereiro ou o renomeado Centro Cívico, "Reverendo pároco Joaquim de Araújo". Corroborando novamente Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a vicinidade deverá ser encarada como uma estrutura de altíssima importância na vida tradicional, sobretudo em comunidades com uma estreita socialização. É a vicinidade entre o espaço e os habitantes que enaltece a sua identidade. Consciente desta genuinidade cultural, que se reflete também no espaço físico, o Pe. Joaquim de Araújo inicia e conclui o projeto de independência do lugar da Afurada no panorama civil, com a criação da Freguesia no ano de 1952 e a criação da Paróquia de S. Pedro da Afurada no ano de 1951. (Araújo, 1992)

Todavia, grande parte do passado de um povo está marcado pela paisagem. É no pitoresco das margens que as comunidades ribeirinhas potenciam a sua imaterialidade, contexto desencadeado pelo elemento água, onde se desenrola grande parte da sua ação quotidiana. Um meio que não é encarado exclusivamente pelo seu encanto, mas sobretudo pela subsistência familiar que representa, envolto em medos e angústias. Estes são sentimentos que pautam as suas vidas e como tal transportam-nos para os espaços que habitam através de símbolos, representações pictóricas que enriquecem embarcações, armazéns e superfícies azulejares nas habitações. (Oliveira, 2015) Uma situação que remonta à realidade medieval portuguesa, que cunha nos grandes rochedos, nos principais trajetos símbolos de proteção e excomunhão de males.

Os aglomerados piscatórios não são uma identidade global/genérica, sendo que cada um, por diversos fatores, apresenta características únicas que voltam a subdividir-se entre cada individuo a ela pertencente. Se consciente ou inconscientemente cada um se sente pertença do legado histórico do meio onde se insere, certo será que cada um terá livre arbítrio para desconstruir esse legado e moldar a sua personalidade. Esta consciência do "eu" enquanto indivíduo aumenta a riqueza do meio envolvente, seja físico ou espiritual, já que obriga à aceitação e evolução dos que o rodeiam, dos agentes, dos tempos e consequentemente das mentalidades. (Oliveira, 2015) Esta evolução chega à Afurada, em parte, potenciada pelo Programa Pólis - Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades. Caracteriza-se por ser um projeto complexo, dada a pretensão de intervir no território nacional de norte a sul, tentando realizar operações integradas. De modo geral, o principal objetivo prendeu-se com o apoio de uma política de desenvolvimento de modo a potenciar os recursos naturais e humanos, sem colocar em causa a envolvência

ambiental e social. Com o principal enfoque no litoral, pretende tirar o máximo partido dos espaços verdes e das frentes de água, potenciando o pitoresco e preocupando-se sempre com a criação de espaços amplos. O facto de pretender criar cidades ou núcleos com um espaço urbano aberto, também direcionado ao fluxo turístico, fez com que grande parte das obras tivessem como ponto fulcral a requalificação do espaço público, tentando não colidir com as pré-existências. Uma visão que enquadra e justifica a intervenção nesta comunidade gaiense, já que nos últimos anos tem sido vista como um potencial foco de desenvolvimento turístico, nomeadamente ao nível cultural.

O olhar do Programa Pólis para a costa portuguesa não foi indiferente à riqueza de atores de utilização, de culturas e de lugares, olhando para cada projeto com a individualidade que se pretende, promovendo reuniões com os primeiros benificiários da requalificação, não podendo afirmar que todo o projeto atingiu este objetivo. Estas intervenções assemelham-se, no conceito, à situação vivida outrora em Paris, "à limpeza e valorização de forma tão bela quanto possível." (CHOAY, 1999)

Para um melhor enquadramento do tema, é no trabalho de Bartolomeu Paiva, Design e Urbanidade: Cumplicidade do Programa Pólis, onde melhor revemos o nosso propósito. As cidades ou os aglomerados populacionais encontram-se hoje sujeitos a novos desafios das mais variadas ordens. (Paiva, 2012) Atualmente assistimos à integração de indivíduos que em nada se relacionam com os habitantes locais no que à sua cultura diz respeito. A quebra da atividade piscatória, a imigração para países como os Estados Unidos, essencialmente para o estado do Alasca, tendo em vista a continuidade do trabalho associado à pesca de grande escala e as novas atividades económicas resultantes da procura turística nas zonas ribeirinhas, abrem espaços no interior da comunidade que são preenchidos por novas identidades emergentes. Importa entender esta influência nos novos usos e apropriações do espaço urbano. Neste sentido, a realidade atual procura uma "cidade integradora, qualificada e qualificante dos comportamentos dos cidadãos, que se revendo nela, a adotam na materialidade e na imaterialidade que fundamentam a urbanidade". (Oliveira, 2015)

Neste sentido e num fenómeno relativamente recente, a população afuradense, abriu a porta aos ditos "forasteiros", ou seja, não naturais da Afurada, convidando-os não só a conhecerem o que é seu, como deixarem-nos contracenar no seu palco primordial. É recorrente nos últimos 10 anos assistirmos a eventos artísticos no lugar da Afurada, pensados para o lugar bem como sobre o lugar. Expondo o caso do trabalho desenvolvido por Tânia Suasurruna Fernandes, em âmbito académico, no mestrado de Criação Artística Contemporânea, a estudante desenvolveu um conjunto de ações performáticas direcionadas para a população local. Fixando residência na comunidade para que a mesma fosse aprendida com a máxima fidedignidade, Tânia desenvolveu três projetos apresentados a este congresso. São eles: Performance "Ex-tenda-se", "25Recrutam-se Mulheres", Performance "Epiderme Tecido Epiderme".

Reservando espaço a uma explicação detalhada, Tânia explica que no caso da performance/Instalação "EX-TENDA-SE", é uma obra que convoca o espectador a explorá-la não só com os olhos, mas também

com palavras, com o corpo, além do invólucro físico, perceção de múltiplas subtilezas e nuances, tornando-os também co-autores. Todo espaço tem memória. Partindo da memória e funcionalidade que reside no estendal da Afurada, é proposto redimensionar o espaço, tornando-o artístico. "Residir enquanto artista/ performer, dentro do estendal, é de certa forma uma tentativa de viver e perceber o outro, é a possibilidade de "representação do eu na vida quotidiana do outro", é causar estranhamento ao mesmo tempo que se procura a ideia de pertença." Ainda segundo a artista, a performance/Instalação dialoga com a obra do artista Cildo Meireles "Desvio para o vermelho: Impregnação, Entorno, Desvio", (1967-1984). Entre outras, Matisse, "The Red Studio"(1911), Tunga "True Rouge", (1997), Elida Tessler "Meu Nome Também é Vermelho", e "Você me dá sua palavra? O objetivo final não pretendia cingir o espaço aos varais, local importante na cultura afuradense na mesma medida em que era intenção deste primeiro projeto iniciar um ciclo preparatório para o desenvolvimento dos demais projetos previstos à experimentação, e por fim, uma tentativa de levar a arte a um lugar não comum.

No segundo momento desta partilha com a comunidade da Afurada, a performance "25Recrutam-se Mulheres" é proposta às mulheres lavadeiras, o desafio de realizarem juntas no dia 25 de abril de 2016, uma ação nos lavadouros numa obvia conotação à "LIBERDADE". Uma ação vivida em dois momentos, o primeiro no interior dos tanques e o segundo no rio Douro. Os elementos que nortearam a criação desta performance, debruçam sobre os gestos/ações do quotidiano do género feminino. "Movimentos tão livres e tão aprisionados, mulheres que representam ícones de resistência ao tempo, com suas mãos lavam e atritam as roupas em ritual sagrado, olhar distante e profundo, embandeiram os varais com roupas multicolores, que conforme o vento, bailam felizes em corpos ausentes." (Tânia Fernandes).

O último momento, a performance Epiderme Tecido Epiderme, procura "refletir sobre as etapas da vida, do nascimento à morte, onde a cada ciclo se percebem as mudanças na epiderme, e nesse trajeto pessoal, singular e intransferível, restam apenas marcas do que se foi. Trocando-se a pele, o tecido é outro, cada indivíduo vai compondo sua troca, que se eterniza em si mesmo. O tecido é a epiderme, nessa dualidade metafórica constitui-se a essência da vida."

Nas palavras de Tânia Fernandes, "o encontro com a comunidade Afurada não foi programado, se deu. Foi a partir do cheiro da água que cheguei até à Foz do rio Douro. Recordo que me identifiquei com o lugar logo no primeiro contacto. Primeiro pela paisagem banhada pelas águas, ao mesmo tempo pelo modo simples das pessoas, percebi o lugar não enquanto paisagem, mas como paisagem sentimento." Proveniente do Brasil, Tânia encontrou na Afurada algumas similitudes com o lugar de onde é natural, "embora à primeira vista fosse contrária à memória que tenho da minha aldeia, os elementos que constituem a prática do lavar da roupa pareceram-me universais, de modo que no primeiro contacto tomei a decisão de partir para uma pesquisa. Enquanto artista percebi no gesto do quotidiano das lavadeiras da Afurada potencialidades performáticas. Quando a receptividade foi conquistada, sendo que no princípio não foi fácil, o convívio estabeleceu uma relação de trocas na partilha de histórias relacionadas a pesca, o mar e a vida, onde deixei espaço ao meu

relato sobre as histórias do meu país, entre as semelhanças e as diferenças, enfim, a envolvência foi a palavra de ordem neste fazer artístico."

Face ao que era a Afurada antes das intervenções, um local frio, desagradável, com pouca salubridade, com espaços com algum potencial de perigo, depara-se agora com uma malha urbana ampla, que respira e deixa respirar, intervir. Todas as apropriações que a população faz do espaço são no nosso entender formas de deixar a história acontecer e se a história continua a acontecer então é porque a essência do local não foi adulterada. Os habitantes não rejeitaram o espaço, ocuparam-no e partilharam-no e isso poderá querer dizer que o objetivo de não deturpar o que era a vivência social do lugar foi, no nosso entender, alcançado. Vemos uma Afurada re(pensada) para os habitantes, valorizando-os, bem como afirmando o seu vínculo com o local, mas também olhando o futuro numa simbiose com o turismo que se pretende neste lugar que seja cultural.

Imagens de autor

Conclusões

Na sua essência, podemos caracterizar a Afurada como uma espécie de bairro social na horizontal, onde se destaca a sua homogeneidade e tradicionalismo, persistindo as características de família extensa tradicional relacionada com formas sociais de raiz comunitária, nomeadamente a endogamia. Apesar de ser uma comunidade fechada, a Afurada não foi imune à mudança dos tempos e aos avanços tecnológicos, comprovando a permeabilidade do ser humano ainda que envolto na teia que são os seus valores identitários.

Aqui reside a complexidade de uma comunidade e dos processos de socialização e cultura que lhes

estão inerentes. A manutenção desta cultura só se torna possível quando este aglomerado de indivíduos que se regem pelos mesmos valores entende que deverá ser permeável face ao processo evolutivo do tempo. A comunidade da Afurada soube sê-lo, tirando partindo das vantagens dos novos desenhos da malha urbana e contornando os cenários que não corresponderam à sua expectativa.

A adoção de um lugar que não era o nosso, defendendo-o e valorizando-o como se o fosse, conduziu-nos a um vínculo com os agentes locais que facilmente nos deixaram entranhar no seu quotidiano. O carácter vivo, e a dinâmica do património cultural, conferem ao campo de ação a legitimidade da existência de um sentido de pertença.

Referências

- Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1981). "Território Paroquial de Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização". In Nova Renascença. Porto: Associação Cultural "Nova Renascença", vol. I, nº 2
- Araújo, Pe. Joaquim de (1992). História da Afurada. Junta de Freguesia de S. Pedro da Afurada. Vila Nova de Gaia,
- Choay, Francoise (1999). A Alegoria do Património. Edições 70. Lisboa
- Decreto-Lei nº 38637 (Diário do Governo nº 30, I série)
- Oliveira, Cátia (2015) Afurada | Âncora de Identidades. Estágio curricular no Centro Interpretativo do Património da Afurada; orient Maria Leonor Botelho. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto
- Paiva, Bartolomeu Adalberto Figueiredo (2012). Design e Urbanidade. Cumplicidades do Programa Polis. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa
- Programa Polis – Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades. Resolução do Concelho de Ministros N.26/2000 (Diário da Republica N.º 112, Serie I-B de Maio) e anexos a essa resolução constituído pelo Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Despacho N.º 47/MAOT/99 de Sua Exª o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território
- UNESCO (2008). Declaração de Quebec. Sobre a preservação do "Spiritu loci". UNESCO. Canada,

A IMPORTÂNCIA DE SE CONECTAR O ECOSSISTEMA CRIATIVO DE LISBOA

CARLA MOREIRA MARTINS DE BARROS

Aluna do Mestrado em Estudos de Cultura
Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Católica Portuguesa.

Palma de Cima, Lisboa (Portugal).1649-023.

carlammbarros@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar a importância de se conectar o ecossistema criativo de Lisboa e apresentar o modelo definido para criar e facilitar as redes de conexão dentro deste universo. Este projeto integra a estratégia do setor da "Economia Criativa" da Câmara Municipal de Lisboa (CML), que tem como ambição afirmar Lisboa como uma das cidades mais criativas da Europa.

Atualmente, Lisboa é a cidade mais criativa do país. No entanto, de igual modo, constatou-se que os profissionais e entidades pertencentes ao ecossistema criativo não possuem uma visão da rica infraestrutura disponível na cidade, bem como o conhecimento, competências e ferramentas que possam ajudá-los a construir relacionamentos, compartilhar experiências e equipamentos.

Na sequência deste diagnóstico, recorremos a uma combinação de pesquisas com o objetivo de descobrir o modelo mais adequado para a criação de uma plataforma online que responda a estas necessidades. Como resultado, concebemos a plataforma "Lisboa Criativa" que destinar-se-á conectar os participantes do ecossistema criativo, promover parcerias, gerar visibilidade para estes agentes, quer em termos nacionais, quer internacionais, e apoiar projetos nacionais, posicionando, assim, Lisboa como uma cidade criativa.

As cidades que apostarem nas indústrias culturais e criativas (ICC's), combinando esta estratégia com o desenvolvimento de um forte ecossistema empreendedor, estarão melhores preparadas para as novas atividades. Este será, também, o futuro de Lisboa.

Abstract

This article aims to address the importance of connecting the Lisbon's creative ecosystem and presenting the model definied to create and facilitate the connection of networks within this creative universe This project integrates the Creative Economy's strategy of the Lisbon's Municipality, which has the ambition to assert Lisbon as one of the most creative cities in Europe.

Currently, Lisbon is the most creative city in the country. However, likewise, it found that professionals and organizations belonging to the creative ecosystem do not have a view of the rich infrastructure available in the city as well as the knowledge, skills and tools that can help them build relationships, share experiences and equipments .

Following this diagnosis, we used a combination of researches in order to find the most suitable model for the creation of a platform that responds to these needs. As an output, we designed the platform "Lisbon Creative" that will be intended to connect the actors of the Lisbon's creative ecosystem, promote partnerships, generate national and international visibility for these creative and support national projects, positioning thus Lisbon as a creative city.

Cities that bet on cultural and creative industries (CCI's) combining this strategy with the development of a strong entrepreneurial ecosystem will be better prepared for the new activities. This will be the future of Lisbon.

PALAVRAS CHAVES

Indústrias criativas, plataforma digital, economia criativa, cidade criativa e Lisboa Criativa.

KEY WORDS

Creative industries, digital platform, creative economy, creative city and Creative Lisbon.

Introdução

O advento da economia criativa[1] trouxe consigo o reconhecimento da "criatividade humana como um recurso básico, diferencial e imprescindível" (REIS, 2011, p.02). Esta criatividade é manifestada em diversas vertentes e traduzida em potencial económico através das indústrias criativas (IC's). O surgimento destas indústrias está associado a mudanças económicas e sociais que causaram a transformação de uma economia baseada no uso intensivo de capital e trabalho, para uma economia baseada no conhecimento (BENDASSOLLI, WOOD, KIRSCHBAUM, & CUNHA, 2008).

Frente à estas transformações, às cidades restava, então, o desafio de reavaliar os seus recursos e potencialidades e executar um processo de reinvenção, com a finalidade de promover e estimular a criatividade nas mais diversas áreas (REIS, KAGEYAMA, & (orgs.), 2011).

Neste contexto, em virtude da grande importância para a disseminação e o uso da criatividade, as IC's transformaram-se em alvo de políticas e estratégias nos planos de desenvolvimento económicos das cidades. Estas indústrias são consideradas como importantes fatores de competitividade urbana, tanto por representarem um setor em crescimento, como pelas contribuições que fornecem para os outros setores de atividade, dinamizando a cidade, aprimorando a vida urbana e atraindo talentos e investimento.

Foi neste âmbito, brevemente aludido que, em 2013, a CML elegeu a "Economia Criativa" como um dos setores centrais para o crescimento da cidade, integrando na sua política estratégica a ambiciosa missão de transformar a capital portuguesa numa das cidades mais criativas da Europa.

Igualmente, no lançamento desta estratégia, a CML constatou que seria relevante agregar os atores do ecossistema criativo[2] e a infraestrutura criativa disponível na cidade numa plataforma *online*. Deste modo, tornar-se-ia possível construir uma identidade forte em torno deste ecossistema e, consequentemente, potenciá-lo e mesmo internacionalizá-lo.

Em 2016, em conjunto com a CML, por seis meses, trabalhámos no desafiante projeto de conceber uma plataforma para as IC's de Lisboa, capaz de responder aos desígnios da Câmara de Lisboa e às necessidades deste ecossistema.

1 Refere-se às atividades resultantes do potencial individual ou coletivo para produzir bens criativos. Este conceito foi cunhando em 2001 por John Howkins, no livro "The Creative Economy".

2 Composto por profissionais e entidades que integram, direta ou indiretamente, as indústrias criativas e, por extensão, a economia criativa.

Objetivos

O objetivo do presente artigo consiste na reflexão acerca do processo de identificação do modelo da plataforma das IC's mais adequado ao universo criativo de Lisboa.

Como ponto de partida para a conceção da plataforma, colocámos três perguntas que viriam a definir o nosso trabalho:

a) Quais os principais propósitos da plataforma *online*?

b) Quais os benefícios que poderia trazer para Lisboa?

c) Quais deveriam ser os conteúdos disponíveis e as funcionalidades existentes nesta plataforma?

Para além da conceção, procurámos, de igual modo, identificar os benefícios que esta plataforma poderia trazer, em especial, a atração e a retenção de talentos criativos para Lisboa.

Metodologia

Com o objetivo de criar o modelo de uma plataforma que, por um lado espelhasse o valor das IC's e, por outro, que refletisse as necessidades do ecossistema criativo e as da CML recorremos a pesquisa teórica e a pesquisa de campo.

A pesquisa teórica compôs-se da realização de uma pesquisa exploratória de plataformas e da revisão de literatura sobre o conceito de indústrias criativas (BENDASSOLLI, WOOD, KIRSCHBAUM & CUNHA, 2008; DCMS, [1998] 2001; FLORIDA.[2002], 2012; REIS, 2011; UNCTAD 2008 e 2010, *European Commission* 2010 e 2014). A literatura selecionada envolveu artigos científicos; documentos publicados em *sites* governamentais; estudos de organizações privadas; documentos publicados pela Comissão Europeia; UNCTAD; e UNESCO[3].

Ainda no contexto da pesquisa teórica, para uma melhor compreensão acerca do funcionamento de uma plataforma para as IC's, realizámos a pesquisa exploratória de plataformas. Na prática, esta pesquisa consistiu em utilizar diversas plataformas disponíveis na *internet* e nos auxiliou a identificar características e funcionalidades que poderiam servir de referência para a plataforma a ser concebida[4].

Por sua vez, a pesquisa de campo constituiu-se na realização da "observação participante" e de

3 As palavras-chaves das pesquisas foram "indústrias criativas", "plataforma para as indústrias criativas" e "conectar indústrias criativas" nos idiomas inglês, espanhol e português. Igualmente, não foi considerada qualquer referência que analisasse plataformas de outros gêneros ou plataformas concebidas por entidades privadas, sem relação com o poder local.

4 As referências das plataformas resultantes da pesquisa exploratória estão indicadas no item "1.2. Conceito".

"entrevistas" com alguns dos profissionais e entidades pertencentes ao ecossistema criativo. Através das pesquisas, pudemos conhecer melhor as indústrias criativas em geral e as de Lisboa, em particular.

O trabalho de pesquisa de campo iniciou com a realização da observação participante quando, no ínterim de seis meses, foi nos possível integrar o quotidiano da equipa da economia criativa da CML. Na prática, esta observação[5] traduziu-se na apreensão de conhecimentos que foram implementados na conceção do modelo da futura plataforma.

No seguimento do trabalho, realizámos dezessete entrevistas com atores do ecossistema criativo de Lisboa. As entrevistas visaram aferir se uma plataforma *online* das IC's geraria algum benefício para Lisboa e auscultar os entrevistados em relação ao modelo que a plataforma deveria configurar.

Para a recolha das opiniões, elaborámos um guião de entrevista (ver apêndice A), que foi composto com base nos questionamentos: enquadramento do entrevistado para verificar a sua ligação com as IC's e, consequentemente, a relevância das suas respostas; a definição de IC's para verificar o grau de compreensão sobre estas indústrias; opinião sobre a futura plataforma; e os seus possíveis riscos e benefícios.

Os entrevistados foram agrupados em três categorias: académicos, profissionais e autarquia. Na categoria "Académicos", constavam professores universitários que trabalharam em projetos relacionados com as indústrias culturais e criativas (ICC's); em "Profissionais", encontravam-se pessoas que trabalharam em empresas pertencentes às ICC's; e na categoria "Autarquia" encontravam-se profissionais da CML, que atuam em projetos relacionados com as IC's e com a economia criativa.

Ao final, as informações coletadas nas entrevistas foram analisadas com o objetivo de encontrar similaridades e diferenças que nos permitissem identificar as necessidades a que a futura plataforma deverá responder e, assim, definir as suas respectivas funcionalidades e conteúdos.

1. As indústrias criativas na estratégia da economia criativa de Lisboa

Nesta seção, abordaremos de forma mais aprofundada as indústrias criativas e o ecossistema criativo de Lisboa.

Indústrias Criativas

O advento da globalização gerou uma intensa valorização de produtos, serviços e propostas qualificadas

5 No caso deste trabalho, a observação participante consitiu em observar a dinâmica da equipa da economia criativa, aceder a documentos internos da organização, participar de reuniões internas e solicitar informações diretamente.

como única e tornou as indústrias criativas (IC's) um amplo e crescente setor. A economia criativa resulta de atividades mercantis provenientes da criatividade e do capital intelectual existentes nas IC's, com o intuito de explorar os seus respectivos valores económicos.

No final da década de 90, o governo do Reino Unido assumiu a liderança no desenvolvimento e disseminação das IC's mapeando-as e estabelecendo políticas estratégicas. Conforme definição do Reino Unido, as IC's são "atividades que têm a sua origem na criatividade individual, habilidade e talento e munidas de um potencial de criação de emprego e riqueza, através da geração e exploração da propriedade intelectual" (DCMS, 2001, p.05). Igualmente, o *Departament of Culture, Media and Sport* (DCMS) definiu que, no núcleo da economia criativa, estão as IC's cujo potencial económico encontra-se na intersecção da arte, cultura, negócios e tecnologia (DCMS, 2001).

Conforme *blueprint* [6] "Lisboa, Economia Criativa", documento estratégico sobre a economia criativa da cidade, a delimitação escolhida para as IC's de Lisboa foi a definida pelo DCMS no Reino Unido. Contudo, por uma decisão de planeamento e quantificação por parte da CML, os setores pertencentes à estas indústrias foram delimitados e agrupados em três categorias (CML, 2013, p.23):

• Serviços Criativos: Publicidade, Arquitetura, Design (incluindo design de moda);

• Indústrias Culturais: Cinema, Vídeo, Música, Rádio e Televisão, Edição (livros, jornais, revistas), Impressão e Reprodução (gravação de suportes físicos, tipografias, gráficas);

• Atividades Artísticas e Culturais: Atividades artísticas e de criação literária (incluindo fotografia, artes performativas, artesanato, e outras.) e património cultural.

Figura 1 – Delimitação das indústrias criativas de Lisboa (Fonte: CML, 2013, p. 23)

6 *Blueprint* é definido como um modelo, documento que fornece orientação específica, um plano ou programa de acção detalhado.

Segundo informações da CML[7] , o setor da economia criativa na região metropolitana de Lisboa[8] representa 4,4% da economia do país e contabiliza 3,3% dos trabalhadores do mercado de trabalho, representando o Valor Acrescentado Bruto (VAB)[9] de cerca 3,7% da economia portuguesa.

Entretanto, a importância económica das IC's ultrapassa significadamente quantificações de natureza puramente estatística. O valor e o potencial económico das IC's residem na capacidade que estas indústrias têm de, em interação com outros setores, lhes acrescentarem valor e diferenciação, bem como de diversificar outras áreas de atividades em que as cidades não são tão especializadas. De igual modo, as IC's acrescentam muito à própria vida urbana, seja na execução de um simples banco de jardim com *design* interessante, seja na conceção de soluções criativas para a cidade que visam facilitar a vida dos munícipes.

Para compreender o significado das IC's para a inovação, competitividade e crescimento da cidade, é essencial compreender o papel dos atores do ecossistema. Os profissionais envolvidos, direta ou indiretamente, formam uma força de trabalho potencial altamente produtiva e criativa. Para além disto, em virtude da sua mobilidade no mercado de trabalho, eles proporcionam um clima de conhecimento de grande importância para a inovação e competitividade na economia local. Cerne vital da economia criativa, estes profissionais desempenham, cada vez mais, um papel importante na condução da inovação e do crescimento em interseção com outros setores económicos.

Ecossistema Criativo de Lisboa

A partir da constatação da presença de um número significativo de instituições relacionadas com as IC's, eventos culturais e criativos, empresas em nome individual e profissionais autónomos a trabalhar nos setores das IC's, em 2013, a CML decidiu constituir o setor da "Economia Criativa". Este setor visa, entre outros objetivos, gerir, promover e projetar nacional e internacionalmente o ecossistema criativo da cidade, bem como atrair e reter profissionais criativos, nomeadamente, nos setores das IC's.

O conceito de profissionais criativos ou classe criativa foi concebido por Richard Florida, no livro "*The Rise of the Creative Class*", em 2002, e definido como sendo uma nova classe de trabalhadores do conhecimento que lideram a criação de riqueza nas cidades. Florida afirma que, para serem bem-sucedidas, as cidades precisam atrair esse grupo. O autor baseia-se em duas categorias relacionadas com as ocupações desses trabalhadores para uma melhor definição da classe e a divide: *Super-Creative Core*, que engloba artistas a *designers* de *software*, incluindo cientistas, engenheiros, dentre outros; e *Creative Professionals*, que abrange gestores a advogados. Segundo o autor, os indivíduos da classe criativa possuem características

7 Informações extraídas dos dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE),ano 2016.

8 Área metropolitana que engloba 18 municípios da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, sendo a mais populosa do país.

9 O VAB representa o quanto de valor económico um setor agrega economicamente, ou seja, quantos outros setores impacta e envolve. Maior o VAB, maior o valor que o setor acrescenta para a economia do país.

muito próprias pelo seu modo de estar na vida e pelos objetivos que os levam a mover-se, que pode ser por questões de trabalho, hábitos de consumo ou pelas necessidades de vivência que têm. Para estes indivíduos, a criação de um portfólio de oportunidades e de experiências que lhes permitam a concretização do seu potencial criativo são mais prioritários que bons salários ou estabilidade financeira (FLORIDA, 2012).

No primeiro mapeamento[10], exposto no *blueprint* "Lisboa, Economia Criativa", foram identificados aproximadamente 277 atores no ecossistema criativo, entre artistas, profissionais autonómos, empresas criativas, espaços de *coworking*, *FabLabs*, instituições culturais, universidades, e outros, que participam, direta ou indiretamente, dos setores que compõem as IC's.

Para o propósito desta pesquisa selecionámos alguns atores deste ecossistema em diferentes fases de atividades - de profissionais emergentes que atuam em pequenas empresas a profissionais consolidados em grandes empresas. O objetivo desta seleção foi o de obter a maior amplitude e diversidade possível de opniões sobre a plataforma.

Ainda no contexto do setor da "Economia Criativa", a CML definiu como eixos estratégicos estruturantes deste, o que se segue: internacionalização das IC's; promoção de eventos e espetáculos; realização de políticas para a promoção da qualidade de vida, instalação de negócios em locais de boémia e lazer - fatores de atração para a classe criativa; atração de talentos; internacionalização de escolas e artistas nacionais; e recuperação de espaços desativados para a instalação de equipamentos de grande potencial para as IC's, como mercados criativos, por exemplo.

A plataforma das IC's, "Lisboa Criativa", surge, então, para organizar e tornar visível os atores do ecossistema, as iniciativas dos eixos estrátegicos e a infraestrutura criativa disponível na cidade. Em outras palavras, "Lisboa Criativa" nasce para agregar e materializar o ecossistema criativo, de forma que qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, possa visualizar e conhecer todo este universo, gerando mais confiança no que diz respeito à execução de projetos e investimento na cidade.

1.1 Resultados

Com o intuito de conduzir as entrevistas, foi necessário perceber de cada entrevistado o que se entendia por indústrias criativas. Todos referiram a criatividade, direta ou indiretamente, como característica central e definidora destas indústrias. O maior questionamento não foi sobre o conceito das IC's, mas na sua relação com elas: parte dos entrevistados teve dúvidas se pertenciam às IC's; na verdade, eles não se consideravam parte de alguma indústria em virtude da conotação negativa do termo. De igual modo, foi interessante notar que a maioria considera que ser criativo é o suficiente para ser considerado parte das IC's.

10 O levantamento dos agentes criativos foi realizado com o apoio da INTELI, Induscria e IGOT-UL, entidades que têm se destacado no estudo acerca das IC's.

Além disso, observámos que o contato físico ainda é considerado mais importante do que as conexões digitais. As entrevistas nos mostraram que, através das redes digitais, tornou-se mais fácil encontrar qualquer pessoa, mas que, sem uma conexão física, na maioria dos casos, este contato não avança. Assim, mais do que propor uma solução tecnológica, é importante pensar em como articular a plataforma com iniciativas do mundo real, de modo que ela não seja "algo" distante da realidade. Como disse o professor Félix Ribeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, uma plataforma dessas tem que, periodicamente, organizar eventos sobre algum tema atual para dar uma "prova de vida", isto é, para mostrar a sua dimensão e transmitir a ideia de que ela maior do que qualquer criativo em individual.

Um outro dado interessante é que, de forma unânime, a ideia de uma plataforma para as IC's remeteu ao conceito de "vitrine de portfólios"[11]. Em todas as entrevistas, a apresentação dos portfólios foi mencionada, seja como exemplo de plataformas destinadas às IC's, funcionalidade a integrar a "Lisboa Criativa" ou um dos benefícios desta. Pressupomos que este fato tenha ocorrido em virtude das IC's serem constituídas, em grande parte, por pequenas e médias empresas e profissionais autónomos, ou seja, atores que necessitam de visibilidade e projeção para os seus portfólios.

Sobre os possíveis benefícios que poderão ocorrer com a plataforma, o mais referenciado foi a agregação do ecossistema criativo. Como notámos através da pesquisa de campo, ainda não está claro para o cidadão comum o que é o ecossistema, bem como o potencial existente na cidade e o das IC's. Através da "Lisboa Criativa", será possível conhecer todo este universo.

De um modo geral, fundamentados nas pesquisas podemos afirmar que, com esta plataforma, a cidade, como um todo, será favorecida. As IC's, sendo dinamizadas, beneficiarão outros setores económicos, para além delas próprias, tornando o território mais competitivo e atraindo mais profissionais.

Com relação aos riscos, o mais referenciado foi a não atualização constante de conteúdos da plataforma. Ademais, observámos que, para uma continuidade eficaz desta solução, será necessário envolver os parceiros corretos para sustê-la e dinamizá-la, de modo que profissionais e entidades permaneçam interessados em atualizar as suas informações e a colocar novos conteúdos nela.

Por último e principal, após analisarmos as entrevistas, identificámos como principais necessidades deste ecossistema a que a plataforma deverá responder as que se seguem:

a) Conexão entre os atores do ecossistema criativo;
b) Identificação e apresentação do ecossistema criativo;
c) Visibilidade nacional e internacional;

11 Vitrine de portfólio refere-se a sites e/ou plataformas que têm como objetivo principal expor os trabalhos (portfólios) realizados por profissionais e/ou entidades.

d) Internacionalização;

e) Apresentação das informações de procura e oferta de emprego, recurso, equipamento, entre outros.

Assim, fundamentados nestes resultados, foi nos possível definir o conceito e o modelo da plataforma das IC's ou "Lisboa Criativa". Nosso produto para o ecossistema de Lisboa será, então, uma plataforma *online* que fundamentar-se-á em quatro pilares de ação: Procurar. Encontrar. Conectar. Participar.

1.2 Conceito

As pesquisas nos mostraram que a principal necessidade deste ecossistema não reside apenas em conhecer um ao outro e se conectar. Existe uma necessidade latente de identificar os criativos, seus portfólios e necessidades de procura e oferta e, então, combinar estas informações, tornando-as visíveis e úteis para o universo criativo.

Igualmente, através das pesquisas, notámos que, uma vez o ecossistema criativo mapeado, será possível gerar visibilidade à cidade, enquanto detentora de um grande potencial criativo e de recursos qualificados nas IC's e, por consequência, afirmá-la como uma das mais criativas da Europa.

A plataforma permitirá aos seus utilizadores criarem e consumirem valor, isto é, os utilizadores criarão valor na plataforma ao inserirem conteúdos de interesse para outros consumirem. Em outras palavras, mais criativos na plataforma atrairão mais visibilidade, conteúdos, portfólios, utilizadores, e, por conseguinte, talentos e investimento à cidade. O ecossistema criativo prospera em grande parte com a colaboração eficiente entre si ao promover este cruzamento de ideias.

Além disto, ao considerar que muito dos trabahos criativos estão em pequenos projetos, atividades *freelancers* e demais, através do *marketplace* será possível oferecer e encontrar emprego, parcerias, equipamentos, recursos, entre outros. "Lisboa Criativa" será um ponto de convergência entre quem procura e quem oferece.

Para a construção da plataforma, realizámos uma análise das plataformas referidas nas entrevistas e das selecionadas na pesquisa exploratória com o propósito de encontrar funcionalidades e conteúdos que pudessem ser incorporados à "Lisboa Criativa". Analisámos as cinco plataformas mais mencionadas, a saber:

New York Digital[12], Berlim[13], Reino Unido[14], Indústria Criativa[15] e *Behance*[16]: Da *New York Digital*, destacámos o mapa, pela sua disposição na página inicial e simplicidade na navegação. De Berlim, selecionámos as páginas "Perfis"[17] e "*Marketplace*"[18]. A página de "Perfil" por agrupar as entidades com os seus respectivos portfólios, separando-as dos criativos, permitindo, assim, uma pesquisa mais rápida e fácil. A de "*Marketplace*", pelo seu conceito e funcionamento. Por ter sido o único *marketplace* que encontrámos numa plataforma para as IC's, esta funcionalidade foi adaptada e incoporada na "Lisboa Criativa". Do Reino Unido, selecionámos as sessões do "*Facts and Figures*" e "*Why the UK*?", em virtude destes conteúdos serem destinados a atração de talentos e investidores estrangeiros. Da plataforma "Indústria Criativa", destacámos a organização e a navegação pela facilidade com que é possível visualizar os criativos de cada setor das IC's e conhecer os seus trabalhos. Do *Behance*, elegimos o *design* limpo e os filtros de pesquisa que possibilitam que se encontre qualquer portfólio ou conteúdo de interesse rapidamente.

1.3 Lisboa Criativa

Assim sendo, a plataforma "Lisboa Criativa" foi concebida de forma a ser reconhecida como o primeiro e único *marketplace* criativo destinado às indústrias criativas de Lisboa, onde seus utilizadores podem se conectar e encontrar tudo o que necessitam. "Lisboa Criativa" concentrará todas as informações e funcionalidades necessárias para ajudar os criativos a conceberem, promoverem, expandirem e tornarem sustentável o seu próprio negócio.

A arquitetura e funcionamento da "Lisboa Criativa" estarão relacionados com o conceito de rede social, tendo os conteúdos do *marketplace* como tema e funcionalidade central.

A plataforma fornecerá um mapeamento completo do ecossistema e da infraestrutura disponível e facilitará conexões baseadas no sistema de geolocalização[19]. Assim, "Lisboa Criativa" permitirá ao utilizador se conectar facilmente com qualquer agente, bem como promover a colaboração entre eles.

As principais necessidades a que a plataforma deverá responder são: conexão, identificação e apresentação do ecossistema criativo, visibilidade, internacionalização e *marketplace.* Portanto, o menu principal será composto pelas opções: Mapa, *Marketplace*, Criativos e Recursos. A opção do "Mapa" refere-

12 Disponível em www.digital.nyc [Consultado em 20 de outubro de 2016].

13 Disponível em www.creative-city-berlin.de [Consultado em 18 de outubro de 2016].

14 Disponível em http://thecreativeindustries.co.uk/ [Consultado em 18 de outubro de 2016].

15 Disponível em www.industriacriativa.pt [Consultado em 20 de outubro de 2016].

16 Disponível em http://behance.net [Consultado em 20 de outubro de 2016].

17 Nesta página encontram-se os perfis das empresas, instituições, projetos e/ou redes de contato.

18 Nesta página é possível encontrar pessoas para trabalhar em parceria, obter alguma expertise, encontrar equipamentos ou procurar por espaços de trabalho. Esta plataforma recorre à definição de "*marketplace*" como um mercado de oferta e procura.

19 Com base na localização do utilizador, a plataforma informará profissionais e entidades próximos, bem como as infomações presentes no *marketplace* como, por exemplo, se há algum equipamento próximo.

se à página que apresentará o mapa do ecossistema criativo; a do "*Marketplace*", à que disponibilizará as informações de procura e oferta de emprego, formação, recursos e serviços; a de "Criativos", à exposição dos portfólios, currículos e perfis; e a de "Recursos", ao repositório dos conteúdos como artigos, vídeos e *webminars* inseridos pelos utilizadores.

Todos os conteúdos serão de livre acesso, podendo ser acedidos em qualquer lugar do mundo, sem a necessidade de registro na plataforma. Portanto, qualquer pessoa poderá aceder aos serviços e conteúdos livremente e de forma anónima a partir de qualquer dispositivo. Entretanto, se desejar adicionar informações e/ou marcá-las como favoritos, então deverá inscrever-se na plataforma como entidade ou profissional criativo.

A pesquisa de conteúdos será de livre acesso. Será possível pesquisar por palavras-chaves, profissionais e entidades, informações nas seções de oferta e procura, produtos e serviços e lugares inseridos no mapa.

O utilizador, ao aceder a sua área privada, poderá editar seus dados pessoais ou inserir conteúdos, bem como excluir a sua conta. O perfil pessoal de cada utilizador estará relacionado com as redes sociais nas quais está inscrito.

Conclusões

Sob a bandeira de um *creative marketplace*, a plataforma "Lisboa Criativa" mapeará e conectará os atores do ecossistema criativo, promoverá o intercâmbio das necessidades de oferta e procura deste universo, bem como disponibilizará os recursos e as ferramentas que poderão ajudar os participantes deste ecossistema a construir relacionamentos e parcerias e partilhar experiências e equipamentos. Uma vez que grande parte deste ecossistema é composta por profissionais autónomos e pequenas e médias empresas, a colaboração e a conexão entre eles são fundamentais.

A principal contribuição da "Lisboa Criativa" consistirá, então, na materialização deste universo criativo, possibilitando a promoção de projetos nacionais, a atração de talentos e investimento, bem como a sua internacionalização.

Baseados nas pesquisas, nossas descobertas, entre outras, foram:

- é necessário difundir de forma ampla a importância das IC's;
- as IC's precisam de menos definição e de mais apoio e investimento;
- uma rede social considerada de sucesso é aquela que combina o mundo virtual com o real;
- a plataforma deve ser numerosa, porém deve englobar as "pessoas certas" e, portanto, deve haver regras para participar, de forma que ela não se torne grande demais;
- é importante perceber como melhor agregar e exibir as informações contidas na plataforma de modo

que sejam úteis aos utilizadores.

A versão inicial da plataforma a ser desenvolvida visará, entre outras, atender as questões apontadas acima.

Comparada com o Reino Unido, a capital portuguesa abriga um pequeno ecossistema criativo. Entretanto, composto por profissionais e entidades de grande relevância como participantes. Estas características proporcionam uma maior facilidade e eficiência em constituir uma rede eficaz de colaboração do ecossistema. Igualmente, a ascensão da força de trabalho criativa na cidade vem atraindo outras empresas criativas, aumentando, assim, o emprego e tornando a cidade cada vez mais atraente para pessoas qualificadas. Esta atração e o ecossistema conectado eficazmente constittuir-se-ão nas oportunidades para impulsionar Lisboa como uma das cidades mais criativas da Europa.

Referências

- BENDASSOLLI, P., WOOD, T., KIRSCHBAUM, C., & CUNHA, M. P. (2008). Indústrias Criativas: Definição, Limites e Possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo (SP): Fundação Getúlio Vargas - SP.
- DCMS.[1998] (2001). Creative Industries Mapping Document. London: DCMS.
- CML. (2013). *Lisboa, Economia Criativa.* Lisboa: CML.
- FLORIDA.[2002] (2012). *The Rise of the Creative Class.* USA: Basic Books.
- REIS (2011). Cidades Criativas. Análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo. (Tese de Doutoramento). São Paulo, Brasil.
- REIS, A. C., KAGEYAMA, P., & (orgs.). (2011). *Cidades Criativas: Perspectivas.* São Paulo: Garimpo de Soluções.
- UNCTAD. (2008). *Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy towards informed policy-making.* Consultado em 30 de agosto de 2016, disponível em http://unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf
- UNCTAD. (2010). *Creative Economy Report 2010: A Feasible Development Option.* Consultado em 29 de agosto de 2016, disponível em http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf.
- European Commission. (2010). Livro Verde. Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas. Bruxelas: Comissão Europeia.
- European Commission. (2014). *Interreg IVC Analysis Report - Creative Industries.* Consultado em 02 de agosto de 2016, disponível em Interreg IVC: http://www.interreg4c.eu/fileadmin/User_Upload/PDFs/CAPITALISATION/Report/Creative_industries.pdf.

Apêndice A – Guião de Entrevista

Enquadramento do entrevistado

1) Qual a sua atividade profissional?

Sobre indústrias criativas

2) O que entende por indústrias criativas?

Opinião sobre a plataforma

3) Conhece alguma plataforma para as indústrias criativas? Se conhece, qual a sua opinião com relação a apresentação gráfica, navegabilidade, conteúdos e os benefícios para os utilizadores e demais sugestões de melhoria.

4) Quais conteúdos e funcionalidades essencias deverão integrar, a futura plataforma das IC's de Lisboa?

Futuro

5) Na sua opinião, quais os benefícios que esta plataforma poderá gerar para Lisboa?

6) Pós-implantação, quais os riscos para esta plataforma?

CREATIVE CLASS: HOW AND WHY TO ATTRACT IT TO THE CITY?

ÁGATHA DEPINÉ

Doctoral Degree Student
Knowledge Engineering Department,
Federal University of Santa Catarina. Brazil
Email: agathadepine@gmail.com

VANESSA ELEUTHERIOU

Master's Degree Student
Knowledge Engineering Department,
Federal University of Santa Catarina. Brazil
Email: veleutheriou@gmail.com

TARCÍSIO VANZIN

Professor and Researcher
Knowledge Engineering Department,
Federal University of Santa Catarina. Brazil
Email: tvanzin@gmail.com

Resumo

A principal força propulsora da economia do conhecimento é a criatividade humana, por isso ela tornou-se agente central também na vida em sociedade, promovendo constantemente o aprimoramento dos produtos, processos e atividades relacionadas à vida. Nesse sentido, a atração e retenção de profissionais altamente qualificados e criativos deve se tornar uma prioridade, não apenas porque estes estimulam a economia, inovação e empreendedorismo, mas também porque interagem para resolver problemas quotidianos em nível micro ou macro social, gerando impacto em toda a cidade. Nas últimas duas décadas, dentre os profissionais mais talentosos, começou a se destacar um grupo denominado classe criativa. A classe criativa é formada por pessoas que desenvolvem atividades criativas e partilham características relativas às suas preferências e estilo de vida. As cidades onde ela se concentra apresentam um melhor desempenho econômico, mas seu impacto se estende à todas as dimensões urbanas em função da sua participação na regeneração da infraestrutura, no estímulo e fortalecimento da cena cultural, no envolvimento em questões sociais e de governança, entre outros. A classe criativa possui alta mobilidade geográfica e alguns fatores são valorizados por ela na escolha do lugar para morar e trabalhar, os quais podem ser desenvolvidos e trabalhados pela cidade. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é analisar a relação da classe criativa com as cidades e como atraí-la ou retê-la. Como resultado, o panorama atual indica que as cidades mais atrativas à classe criativa pelo mundo, desenvolvem aspectos como: diversidade, tolerância, cena cultural ampla, mercado de trabalho flexível, paisagens e proteção da natureza, boa infraestrutura de serviços urbanos, oportunidades de educação e cultura local cosmopolita ou com mente aberta.

Abstract

The main driving force of the knowledge economy is human creativity, which is why it has become a central agent in life in society, constantly promoting the improvement of products, processes and activities related to human life. In this sense, the attraction and retention of highly skilled and creative professionals should become a priority, not only because they stimulate economics, innovation and entrepreneurship, but also because they interact to solve everyday problems at micro or macro social level, impacting in the city as a whole. In the last two decades, among the most talented professionals, a group called the creative class began to stand out. The creative class consists of people who develop creative activities and share characteristics related to their preferences and lifestyle. The cities where they concentrate show a better economic performance, but their impact extends to all urban dimensions due to participating in the regeneration of infrastructure, to stimulating and strengthening the cultural scene, to their involvement in social and governance issues, among others. The creative class has a high geographical mobility and some factors are highlighted in its choice for a place to live and work, factors which can be developed by the city. Thus, the purpose of this research Is to analyze the relation of the creative class to cities and how to attract or retain it. As a result, the current panorama indicates that the most attractive cities to the creative class around the world are those which develop some aspects such as: diversity, tolerance, broad cultural scene, flexible labor market, landscapes and nature protection, good infrastructure of urban services, educational opportunities and cosmopolitan or open-minded local culture.

PALAVRAS CHAVES

Classe criativa, Cidades criativas, Desenvolvimento urbano.

KEY WORDS

Creative class, Creative cities, Urban development.

Introduction

Traditional economic factors such as labor force, capital, and other resources have become easier to obtain or are no longer as essential today (Florida, 2011). In this sense, value creation in many areas of the economy has been increasingly based on intangible assets, shifting the focus to human capital, especially the highly qualified one (Clifton, 2008; Bontje, Musterd, 2009).

The emergence of the knowledge economy emphasized that innovation and business competitiveness increasingly depend on their ability to improve productivity, quality and value by creating new products and services (Hansen, Winther, 2010). Powell and Snellman (2004) define the knowledge economy as the era in which production and services are based on knowledge-intensive activities, which contribute to accelerating technical and scientific advancement. In this sense, technological innovation and knowledge development are fed by the work force in science and technology (Darchen, Tremblay, 2010).

Although we are in the so-called knowledge economy, it is more correct to say that - *from knowledge* - the main driving force of the economy is creativity, so what is observed is its rise as a central agent in the economy and society life, constantly promoting the improvement of products, processes and activities of human life (Florida, 2011).

In a knowledge-based economy, it is then crucial to attract and retain highly qualified professionals (Clifton, 2008), and thereby attracting talented people, the regions will be better prepared to meet social and economic demands and become more competitive (Hansen, Niedomysl, 2009).

Therefore, considering how current the theme is, the object of this research is the creative class, more specifically the approach and the motivation to attract it to the cities.

Aim of the research

This research aims to investigate which aspects compose the theory of the creative class, including the characteristics, values and structure of the group that is part of it, besides its relation with the city and ways to attract it.

Methodology

The work methodology consisted of a systematic review of the literature based on research in the international databases Scopus, Web of Science and Emerald. The exploratory searches were developed with the purpose of deepening the research theme and finding studies that evaluated or indicated the factors of attraction of the creative class to the cities.

The systematic review includes the steps: planning, execution, analysis and reporting (Clarke, Oxman, 2000), followed in this research. The result of the literature review directed the research design and presented the main sources on the subject.

In the search we used the following terms or descriptors: *"creative class"* AND *cit**, *"creative class"* AND *attract**, *"creative class"* AND *cit** AND *attract**, *"creative class"* AND *evaluat* OR assessment OR model OR framework*, obtaining a return of 568 documents, of which 244 were available for access.

These 244 documents were analyzed by titles and abstracts, using as criterion the relevance to the theme or the presentation of a framework, survey or indicators related to the creative class in cities. After this analysis, we selected 78 papers that were completely evaluated by their content, results and applicability or use in the present research. Then there were 30 papers left, which were used in the theoretical reference. Books, theses, dissertations, reports and other documents were also consulted[1].

1. What is the creative class

The class structure in capitalist society is undergoing a transformation and with it emerges the so-called creative class, whose economic function is the creation of new ideas, technologies or creative content (Boyle, 2006). Essentially, the theory of the creative class assumes that in the globalized economy innovation is the main competitive advantage and, in this sense, the most important component is the technical, social or artistically creative workforce (Lorenzen, Andersen, 2009). In this theory, economic growth depends directly on innovation and creativity (Hansen, Niedomysl, 2009).

The use of the word "class" is related to the sense of identity among its members and a consistent standards system that encompasses personal style, beliefs, values, and attitudes at work (Clifton, 2008). The members of this class have specific preferences for work and private life, such as high quality of housing, work empowerment and specialized consumption (Lorenzen, Andersen, 2009). The consumption habits of this class involve a greater preference for experiences than for the consumption of traditional products or services, therefore their status and identity are less related to the goods they possess and more to the experiences they live (Florida, 2011).

Martin-Brelot *et al* (2010) divided the thesis of the creative class into six basic statements:

1. There are a set of professions that solve creative tasks;
2. Members share characteristics relating to their activities and lifestyle and are therefore considered a class;
3. This class is the main driver of economic development today;

1 This systematic review was developed as part of the research developed by Depiné (2016); its development, results and developments were published in her master's degree dissertation.

4. This class tends to concentrate on certain cities and, as a consequence, these cities present a better economic performance;
5. Members of this class are highly mobile, geographically speaking;
6. **Creative class members are attracted primarily by soft factors, and so cities should focus on these factors.**

The creative class consists of people who add *economic value* through their creativity, hence the bases that define it are economic in nature (Florida, 2011). The conventional measure of human capital is based on levels of education or training, but recent research suggests that it is more important to measure what people actually do than what they study or studied, and then develop measures based on occupations (Mellander, Florida, 2011). Human capital is usually measured by its degree of instruction, while the creative class is measured by what it performs (Qian, 2010). In this sense, perhaps the greatest contribution of creative class theory to the traditional theory of human capital is to investigate the real abilities of individuals and not just their education or training (Marlet, Van Woerkens, 2007).

1.1. The structure of the creative class

The creative class is made of two groups of workers: one that comprises the hypercreative nucleus, and the other formed by a larger circle of creative talents or professionals. The first group is represented by people who work in essentially creative activities, usually in the scientific field or in the area of computing, mathematics, architecture, engineering, education, arts, design, entertainment and media. These people are directly responsible for the generation of new content, forms, projects and products. The second group is represented by creative professionals who are dedicated to solving specific or complex problems that require high level training. They are professionals who work in industries that are knowledge intensive or in finance, health, management and law areas, for example. They can create and propose new products or methods, but this is not an activity inherent in their function (Florida, 2011; Bereitschaft, Cammack, 2015, Boyle, 2006).

Still within the two groups that comprise the creative class there are some individuals called ‘bohemians’. Bohemians are a category of artistic and cultural workers such as authors, designers, painters and photographers, although they are involved with a more technological and digital base (Faggian, 2014). The artists, or bohemians, are treated differently within the concept of creative class, since they become a very important quality to the regions and cities, in order to be the most attractive for the creative class, broadly speaking (Clifton, 2008). In addition, bohemians are relatively few and represent only a small part of the contribution of the creative class to economic growth, but they are the most critical consumers of urban services and have the most specialized and pioneering preferences of the creative class in general (Lorenzen, Andersen, 2009).

1.2. Standards and lifestyle in the creative class

The main standards of this class are: creativity, individuality, diversity and merit. **Individuality** presents itself through the tendency to strive to create a unique identity and the need for self-assertion; **Meritocracy**, because its members are ambitious and value work and career, challenges and self-determination; **Diversity** is valued by individuals of the creative class in all its forms and therefore they seek an environment open to differences, whether at work or in the community in which they live (Florida, 2011).

Workplaces are attractive when they present horizontal management and encourage autonomy, creativity and flow of ideas (Houston et al, 2008). Creative people are motivated by passions, by intrinsic rewards, and by working on something related to creativity, not just by reward or status (Florida, 2011). In order to serve and attract the creative class, the structures needs to go from conservative, bureaucratic and asphyxiating to liberal, bohemian, multicultural and cosmopolitan (Boyle, 2006). To privilege the creative process, even the schedules and rules of work environments are relaxed (Florida, 2011).

In the community, members of the creative class are interested in places with visible signs of diversity, such as the mixing of different races, ethnicities, sexual orientations, income levels, lifestyles, besides continuity between past and present and social ties (Lawton et al. Al, 2013). This diversity is not only related to the history, trajectories and events of the city, but also to the more recent urban context such as the national political aspect and the urban and regional economic specialization profiles (Van Heerden, 2014).

The feature that most represents the lifestyle of the creative class is the search for experiences, especially those that reflect and reinforce their identity as creative individuals. An experience can stimulate more creative faculties than a product or service and this trend reflects the formation of a more dynamic and experiential lifestyle that is emerging in the new economy (Florida, 2014).

There are creative people of all sorts, but there is something in common among them: a strong desire to work and live in environments where they can exert creativity, their contributions are valued, there are resources, challenges and receptivity to change and ideas (Florida, 2011).

2. Creative class and cities

Highly talented people are an important factor for the economic development of cities, so exploring the issues that determine the distribution of such talent becomes essential (Buettner, Janeba, 2015, Chen, Chi, 2012). Attracting members of the creative class to regions is impacted by the generation of innovation and the development and attraction of high-tech industries (Clifton, 2008). Their mobility is linked to the search for new experiences, few affective ties and greater power in the choice of housing and work due to higher income and qualification (Chen, Chi, 2012).

A study developed by Kratke (2004) in Berlin showed that knowledge-intensive activities and the creative economy are the most important resources of the development of the urban economy and are based on the sociocultural aspects of the place combined with a dynamic of economic cluster formation. Therefore, creativity and talent depend on the interaction between economic, sociocultural and spatial factors.

In Ireland, research developed by Boyle (2006) shows, despite being a traditionally conservative country, its capital Dublin is an example of an attractive cosmopolitan city. Government projects stimulated cultural diversity, inclusion and migration in the city, and made renovations for urban regeneration that defined neighborhoods and areas of entertainment and cultural preservation. Tax incentives and resources policies were also created for artists, filmmakers, media professionals and writers to promote urban and regional growth through art (Boyle, 2006).

The research conducted by Grant and Kronstal (2010) in Halifax in Nova Scotia, a city with 373,000 inhabitants, has shown that although larger cities have a greater number of talents, the frequency and spontaneity of personal contact that smaller or medium-sized cities offer facilitate collaboration between talents. During the research, creative professionals highlighted that what attracted them and kept them in the city was the natural beauty of the region, the ease of access to parks or rural areas, the quality of life and the relaxed lifestyle.

Survey developed by Depiné (2016) in Florianópolis, Brazil, a city characterized by an economy focused increasingly on technology, aimed to understand its factors of attraction and retention of the creative class. As main results, it was verified that the main factors of choice of the creative class for the city were respectively the opportunities of education and learning, personal relationships, labor market and professional reasons, pleasant environment and natural amenities and landscapes.

Creativity together with innovation and the creation of knowledge easily translates into regional competitiveness (Faggian, 2014). Research developed by Gabe and Abel (2011) on the agglomeration of people working with similar knowledge has identified that high levels of collaboration are typically important in economic activities characterized by the use of tacit knowledge, so geographical proximity and regional specialization tend to increase productivity in face-to-face contact of individuals.

Empirical studies show that the geographical distribution of the creative class in Europe is positively related to the growth in the number of jobs and entrepreneurship at the regional level in several countries (Asheim, 2009). The distribution of high technology workplaces between European cities correlates well with the distribution of the creative class and the presence of cultural services (Lorenzen, Andersen, 2009). Results from a survey conducted in Dutch cities indicated that the presence of the creative class is a better predictor for local employment growth than the share of *alumnus* (Marlet, Van Woerkens, 2007).

Creative cities and regions are areas where the sharing of knowledge and experience is relatively free of constraints (Petrikova et al, 2015). Cities that concentrate companies and manpower involved in the creative industries are economically better off than others, which also implies that cities that do not follow this trend will suffer losses in the future economy (Martin-Brelot et al, 2010).

3. Factors of attraction to the creative class

The economic development model of creative cities, where the key ingredient for economic performance is innovation, focuses on attracting talent and uses policies to increase local quality and amenities such as arts and culture (Grodach, 2013).

Central to creative class theory is that highly skilled workers with creative or knowledge-intensive occupations are attracted by such facilities as: dense labor market, active society, warm and friendly environment, open-minded community, natural resources and green spaces, quality public services, cultural scenery and entertainment in a context of tolerance that enables diversity (Bereitschaft; Cammack, 2015; Darchen, Tremblay, 2010).

Florida (2011) concluded that creative people depart from traditional business communities and turn to places called creative centers. Creative centers are regions with high concentration of economic results in the form of innovations and growth of the high technology sector, in addition to the high concentration of members of the creative class. There are usually strong signs of widespread regional vitality, such as population growth and employment rates. It is an integrated ecosystem in which all forms of creativity can be developed (Florida, 2011). Table 1 summarizes the main factors valued by the creative class in choosing a place to live and work:

Table 1 - Factors of choice of the creative class by a city or region.

Broad labor market	Market consistent with the horizontal career plan, as professionals tend to spend little time in the same job.
Lifestyle	Due to flexible and unpredictable working hours, immediate access to leisure is important: musical, artistic, technological, sports and night life.
Social interaction	Space for interaction where they can fill the gap of contact with other people, considering their propensity to live alone, postponing the formation of a family and changing jobs frequently.
Diversity	A cosmopolitan feature, where any individual can find groups of like-minded people with whom they feel comfortable, as well as different groups that serve as a stimulus.

Authenticity	Providing unique and original experiences, presenting through its historic buildings, neighborhoods of renown, eccentric figures and cultural attributes.
Identity	The place conveys a status and so people want to get involved in the community in which they live and contribute so that it reflects and legitimizes their own identity.
Quality of place	Features that define a place and make it attractive to the creative class: - What is there: combination of built environment and natural environment; - Who is there: diversity of people and interaction; - What is happening: vitality of the streets, culture of cafes and arts, participation in outdoor activities and creative endeavors.

Source: developed by Depiné (2016) based on Florida (2011).

For the attraction of the creative class there are the soft factors and the hard factors. In the past, companies have invested heavily in the harder, more classic factors such as office space, workforce, salary level and accessibility, but when location became popular to justify the pattern of choice, soft factors such as environmental quality, lively cultural scene and market functioning emerged (Martin-Brelot et al, 2010).

Traditionally, economic factors are considered to be the most important for the attractiveness of a region in comparison to the others, such as wage differentials, variable cost of living and housing and the greater presence of jobs; however, for qualified, creative and high educated people non-pecuniary factors show greater importance, such as better weather conditions, lower levels of crime, more leisure options, less pollution and better traffic (Golgher, 2008), that is, the quality of the place.

The quality of the place should be understood in broad terms, relating not only to the conditions of the natural or built environment, but to the high concentration of people who work and constitute cultural occupations, the so-called Bohemians (Clifton, 2008). Places with a rich and diverse cultural scene, usually determined by the number of people in essentially cultural or bohemian occupations, attract other types of talented individuals (Faggian, 2014). There is a need to become a city that never sleeps, offering a vibrant lifestyle with bustling cultural scene and tolerance to the most varied styles, customs and beliefs (Van Heerden, 2014).

Urban economies grow because they are tolerant, diverse and open to creativity, which attracts talented people and makes this social environment also conducive to the opening of new enterprises (Hackler, Mayer, 2008). People of the creative class are attracted to places with openness to migrants and immigrants (Asheim, 2009). The more diversified the population of a region in relation to the origin of people, the broader the range

of available knowledge and the greater the possibility of combining existing knowledge to generate innovation (Qian, 2010). Immigrants have complementary skills to those who are native, not only because they perform different tasks but also because they bring different skills to the same task (Mellander, Florida, 2011).

Another important factor linked to the attraction and retention of the creative class is education. The presence of large universities is proven to be a key factor in the set of advantages. However, while some regions with universities have large concentrations of talent, others operate mainly in the development of talent, which are then "exported" to other regions (Mellander, Florida, 2011). These university-trained talents may be outspoken talents from the region itself or drawn from outside. That is, not only the formation of individuals with high human capital through the creation of structures and programs of educational formation is important, but also the attraction of highly qualified individuals from other regions (Faggian, 2014). In addition, universities have an impact not only on talent training and knowledge production but also on the creative engagement of the local community with the organization of cultural and artistic events and support innovation by connecting local groups with global knowledge (Grant, Kronstal, 2010).

In short, what attracts industries to locals is the talents available, and what attracts talented people to a place is their nature, culture, buildings and institutions, as well as the presence of other talented people (Florida, 2014). However, more empirical work is needed to understand the extent and reasons for creative class mobility, as well as the results of efforts to attract them and how they affect the creative economy in cities (Kong, 2014).

4. Regional concentration of the creative class

With the changes in the economy and in society the creative class naturally ascended to the role of protagonist of the transformations in several dimensions of urban life. The present and future prospects are directed towards innovation, be it technological, social or other innovation. The forms of work and lifestyle developed so far are inefficient for the complexity of the world today and in some cases even unsustainable, so that it is necessary to seek new and different alternatives. In this sense, the creative ones people the pioneers and protagonists.

Work and fun are melting together, just like bohemian and conventional culture. Individuals increasingly seek quality of life, a stimulating and creative lifestyle, not just work or guarantees. One seeks the development of their own identity, new and distinct experiences, learning and being cosmopolitan. The creative class is the expression of a new generation concerned with personal fulfillment based on internal factors, but which creatively creates and acts for the benefit of the whole society.

In all spaces individuals seek the possibility of developing their creativity and also find stimuli and opportunities. Members of the creative class act in several roles and even in more than one of them at the same

time, such as: professional person, entrepreneur, professional employee, investor, among others. However, the impact on the environment in which they are inserted goes beyond the economic one, as it is reflected in the development of the entire ecosystem.

In the cultural scene, its presence contributes to the support of the arts and to stimulating diversity in entertainment; in the urban infrastructure it contributes to the revitalization of spaces and to the return of the occupation of the streets with the cafes and small events of the community; to governance, with a commitment to social causes and in the creation of solutions to urban problems. In the economic dimension, this class is a magnet for companies, new businesses, investments, new solutions and even other creative people.

Cities are the habitat of the creative class and this contributes in various ways to urban development, including making them more competitive and more attractive. In this way, cities need to turn to the development of strategies that make them better cities to work, entertain and reside in, that is, to live.

Researches developed so far already present an interesting panorama for the development of better cities to live in and, consequently, cities more attractive to the creative class, with aspects such as: diversity, tolerance, wide cultural scene, flexible labor market, landscapes and protection of the nature, good infrastructure of urban services, education opportunities and a cosmopolitan or open-minded local culture.

In spite of the differences found in countries with different cultures, resources and opportunities, the factors of attraction and retention of the creative class are repeated and complementary overall, thus there is already a clear and defined starting point on how to attract them.

Conclusions

The presence of talented people is essential for the development of cities and, at the present time, creativity is a central talent. Creativity is the main driver of sustainable economic and social development in the knowledge economy, constantly promoting the improvement of products, services and other activities related to human life and society.

Research has shown the strong economic impact of the creative class on urban development in several countries and continents, which in itself demonstrates the importance of attracting it, but they also highlight how the performance of this class has an impact on the most diverse spheres of life in society.

The creative class has high geographic mobility, and some factors are valued by it when choosing the place to live and work, factors which have already been highlighted by research presented and can be developed or improved by the cities.

When a city takes all the potential and human capital available to its favor and creates an innovation ecosystem with a healthy dynamic of job creation and new forms of participation or governance, it then becomes a creative city.

References

- Asheim, B. (2009). Guest Editorial: Introduction to the creative class in European city regions. *Economic Geography*, *85*(4), 355-362.
- Bereitschaft, B., & Cammack, R. (2015). Neighborhood diversity and the creative class in Chicago. *Applied Geography*, *63*, 166-183.
- Bontje, M., & Musterd, S. (2009). Creative industries, creative class and competitiveness: Expert opinions critically appraised. *Geoforum*, *40*(5), 843-852.
- Boyle, M. (2006). Culture in the rise of tiger economies: Scottish expatriates in Dublin and the 'creative class' thesis. *International Journal of Urban and Regional Research*, *30*(2), 403-426.
- Buettner, T., & Janeba, E. (2009). City competition for the creative class. *Journal of Cultural Economics*, 1-39.
- Chen, X., & Chi, G. (2012). Natural Beauty, Money, and the Distribution of Talent: A Local-Level Panel Data Analysis. *Population Research and Policy Review*, *31*(5), 665-681.
- Clarke, M., & Oxman, A. D. (2000). Assessment of study quality. Cochrane Reviewers' Handbook 4.1 [updated June 2000]; section 6. *Review Manager (RevMan)[Computer program]. Version*, *4*.
- Clifton, N. (2008). The "creative class" in the UK: an initial analysis. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, *90*(1), 63-82.
- Darchen, S., & Tremblay, D. G. (2010). What attracts and retains knowledge workers/students: The quality of place or career opportunities? The cases of Montreal and Ottawa. *Cities*, *27*(4), 225-233.
- Depiné, Á. C. (2016). *Fatores de atração e retenção da classe criativa: o potencial de Florianópolis como cidade humana inteligente* (Doctoral dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina).
- Faggian, A., Comunian, R., & Li, Q. C. (2014). Interregional migration of human creative capital: The case of "Bohemian graduates". *Geoforum*, *55*, 33-42.
- Florida, R. (2011). A ascensão da classe criativa. *Porto Alegre: L&PM*.
- Florida, R. (2014). The creative class and economic development. *Economic Development Quarterly*, *28*(3), 196-205.
- Gabe, T., & Abel, J. R. (2011). Agglomeration of knowledge. *Urban Studies*, *48*(7), 1353-1371.
- Grant, J. L., & Kronstal, K. (2010). The social dynamics of attracting talent in Halifax. *The Canadian Geographer/Le Géographe canadien*, *54*(3), 347-365.
- Grodach, C. (2013). Cultural economy planning in creative cities: Discourse and practice. *International Journal of Urban and Regional Research*, *37*(5), 1747-1765.
- Hackler, D., & Mayer, H. (2008). Diversity, entrepreneurship, and the urban environment. *Journal of Urban Affairs*, *30*(3), 273-307.

- Hansen, H. K., & Niedomysl, T. (2009). Migration of the creative class: evidence from Sweden. *Journal of Economic Geography*, *9*(2), 191-206.
- Hansen, H. K., & Winther, L. (2010). The spatial division of talent in city regions: Location dynamics of business services in Copenhagen. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, *101*(1), 55-72.
- Houston, D., Findlay, A., Harrison, R., & Mason, C. (2008). Will attracting the "creative class" boost economic growth in old industrial regions? A case study of Scotland. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, *90*(2), 133-149.
- Kong, L. (2014). Transnational mobilities and the making of creative cities. *Theory, Culture & Society*, *31*(7-8), 273-289.
- Krätke, S. (2004). City of talents? Berlin's regional economy, socio-spatial fabric and 'worst practice'urban governance. *International Journal of Urban and Regional Research*, *28*(3), 511-529.
- Lawton, P., Murphy, E., & Redmond, D. (2013). Residential preferences of the 'creative class'?. *Cities*, *31*, 47-56.
- Lorenzen, M., & Andersen, K. V. (2009). Centrality and creativity: Does Richard Florida's creative class offer new insights into urban hierarchy?. *Economic Geography*, *85*(4), 363-390.
- Marlet, G., & Van Woerkens, C. (2007). The Dutch creative class and how it fosters urban employment growth. *Urban Studies*, *44*(13), 2605-2626.
- Martin-Brelot, H., Grossetti, M., Eckert, D., Gritsai, O., & Kovacs, Z. (2010). The spatial mobility of the 'creative class': A European perspective. *International Journal of Urban and Regional Research*, *34*(4), 854-870.
- Mellander, C., & Florida, R. (2011). Creativity, talent, and regional wages in Sweden. The Annals of Regional Science, 46(3), 637-660.
- Petrikova, K., Vanova, A., & Borsekova, K. (2015). The role of creative economy in Slovak Republic. *AI & SOCIETY*, *30*(2), 271-281.
- Powell, W. W., & Snellman, K. (2004). The knowledge economy. *Annual review of sociology*, 199-220.
- Qian, H. (2010). Talent, creativity and regional economic performance: the case of China. *The Annals of Regional Science*, *45*(1), 133-156.
- Schneckenberg, D. (2009). Web 2.0 and the empowerment of the knowledge worker. *Journal of knowledge management*, *13*(6), 509-520.
- Van Heerden, S., de Lange, S. L., Van der Brug, W., & Fennema, M. (2014). The immigration and integration debate in the Netherlands: Discursive and programmatic reactions to the rise of anti-immigration parties. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, *40*(1), 119-136.

CIDADES CRIATIVAS DE PEQUENA DIMENSÃO E CONTEXTOS RURAIS: A PERSPECTIVA DA CIDADE DE PONTE DE SOR

RAQUEL PIRES

Doutoranda PhD Design
Departamento de Comunicação e Arte.
Universidade de Aveiro / Faculdade de Belas Artes.
Universidade do Porto
ID+, Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura
Email: rcspires@gmail.com

JOÃO A. MOTA

Professor Auxiliar
Departamento de Comunicação e Arte.
Universidade de Aveiro / Faculdade de Belas Artes.
Universidade do Porto
ID+, Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura
Email: joaomota@ua.pt

KATJA TSCHIMMEL

Investigadora
ESAD Matosinhos
ID+, Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura
MINDSHAKE - Consultoria em Criatividade
Avenida Calouste Gulbenkian, Senhora da Hora, Matosinhos (Portugal) 4460-268
Email: katjatschimmel@esad.pt

Resumo

O conceito de Cidades Criativas e a sua operacionalidade emergem num contexto que envolve criatividade, inovação e economia. As práticas discursivas veiculadas nos documentos governamentais e nos estudos académicos sobre Cidades Criativas, associam-nas a conjuntos urbanos de grande dimensão e de elevada concentração de criatividade.

Porém, surgiram ainda estudos e políticas públicas de governação destinados ao desenvolvimento da criatividade em territórios de pequena dimensão e/ou em territórios rurais, demonstrando a viabilidade das Indústrias Culturais e Criativas (ICC) nestes contextos. Quais os produtos e serviços existentes e os que resultam das experiências baseadas nas Indústrias Culturais e Criativas em ambientes rurais ou cidades de pequena dimensão?

Esta investigação parte do défice de entendimento sobre qual o modelo/valor instrumental das ICC em contextos rurais, e visa nomear hipóteses que contribuam para a sua construção nestes territórios, suportado na criatividade e na cultura local. Através do Service Design Thinking (SDT), enquanto método cocriativo sustentado nas experiências dos utilizadores dos serviços, pretendemos apontar hipóteses de soluções e de oportunidades entre as comunidades locais e os agentes criativos, tendo como referência a Rede Sete Sóis Sete Luas (RSSSL) em Ponte de Sor.

Para o modelo de análise optámos por uma metodologia qualitativa: Research in Design Context e Grounded Theory. Foram aplicadas duas entrevistas: uma

Abstract

The concept of Creative Cities and their achievement emerges in a context that involves creativity, innovation and economy. Academic studies, governmental and nongovernmental documents concerning Creative Cities link them to urban cities with a high concentration of creativity.

However, several academic studies have also begun, together with policies about development of creativity in small and/or rural territories, demonstrating the viability of the Cultural and Creative Industries (CCI) in these contexts.

What are the existing products and services, and those resulting from experiments based on Cultural and Creative Industries in rural environments or smaller cities and towns?

This research is based on the diffuse understanding about the instrumental value of CCIs in rural contexts, and aims to launch hypotheses that contribute to their construction in these areas, supported by creativity and local culture.

Through the Service Design Thinking (SDT) method as a collective and creative process based on users' experiences, we intend to point to hypotheses of solutions and opportunities involving local communities and creative agents, with reference to Sete Sóis Sete Luas Network (SSSLN) in Ponte de Sor.

For the analysis model we choose a qualitative methodology: Research in Design Context and Grounded Theory. Two interviews were conducted: one with the Municipality of Ponte de Sor and one with the SSSLCN Artistic

no Município de Ponte de Sor e outra ao Diretor Artístico da RSSSL. A interpretação dos dados foi também auxiliada pela pesquisa documental e pela observação in loco.

Partindo do cruzamento da análise descrita anteriormente e das propostas de ação através do SDT, este processo poderá ser útil para a melhoria dos serviços da Rede já existentes (ou a criação de novos).

PALAVRAS CHAVES
Indústrias Culturais e Criativas, Cidades de pequena dimensão, Service Design Thinking, Rede Sete Sóis Sete Luas

Director. Data analysis was also supported by documentary research and in situ observation.

From the aforementioned analysis and the SDT proposals, this process may be useful for the improvement of SSSN existing services (or the creation of news).

KEY WORDS
Cultural and Creative Industries, Smaller Creative Cities, Service Design Thinking, Sete Sóis Sete Luas Network

Introdução

Baseado nas Indústrias Culturais e Criativas (ICC), o artigo apresenta o seu valor instrumental para a sustentabilidade dos territórios, direcionando para o potencial desenvolvimento da criatividade em contextos rurais ou cidades de baixa densidade; seguidamente explora a noção de Cidade Criativa e a sua aplicação em localidades de pequena dimensão ou rurais; procede-se a narrativa de Ponte de Sor no eixo da cultura e da criatividade (produtos e serviços) e o modo como a comunidade local é integrada neste processo, particularizando o caso da Rede Sete Sóis Sete Luas (RSSSL) neste contexto.

Partindo da existência de um défice de entendimento sobre qual o modelo e qual o valor instrumental das ICC para o desenvolvimento sustentável em contextos rurais, o artigo visa analisar a possibilidade de aplicar os métodos do *Service Design Thinking (SDT)*, enquanto processo coletivo e cocriativo, sustentado nas experiências dos utilizadores dos serviços. Baseados nestes métodos, pretendemos apontar hipóteses de soluções e de oportunidades entre as comunidades locais e os agentes criativos, tendo como referência a RSSSL em Ponte de Sor.

Objetivos

- Explorar o entendimento das ICC enquanto instrumento para o desenvolvimento sustentável dos territórios de baixa densidade ou rurais;
- Descrever as políticas de ação local para a cultura desenvolvidas em Ponte de Sor;
- Caracterizar a RSSSL desde o seu surgimento até à atualidade, contextualizando a dinâmica em Ponte de Sor;
- Direcionar os métodos do *SDT,* tendo como referência a RSSSL em Ponte de Sor;
- Formular hipóteses para o modelo de inovação em ambientes rurais, que estimule a instalação de *clusters* criativos e redes locais para o fomento da visibilidade e sustentabilidade desses territórios.

Metodologia

Para desenvolvermos esta investigação, delineamos uma metodologia de análise qualitativa: *Research in Design Context* (Horváth, 2008) e *Grounded Theory* (Collins, 2010). Assim, para a recolha de dados, análise de conteúdo e confrontação das informações considerámos vários instrumentos: revisão de literatura, pesquisa documental, observação *in loco* e entrevistas – os guiões integraram perguntas diretas, abertas e *follow up*: uma foi orientada para o Diretor Artístico da RSSSL e outra conduzida para a Vereadora da Educação, Cultura e Geminações do município de Ponte de Sor.

A análise de conteúdo das entrevistas, passou pela estruturação da "condensação descritiva" (Albarello et al, 2005). Esta condensação foi configurada através de códigos (Saldaña, 2009), permitindo sistematizar e categorizar as essências dos discursos para posteriormente alocar aos lugares estruturais comuns. Tal resultou no cruzamento do entendimento dos lugares estruturais das entrevistas, com a revisão de literatura e pesquisa documental e observação *in loco*.

1. Indústrias culturais e criativas em localidades de baixa densidade

Nos últimos anos muito se tem debatido em torno do desenvolvimento e da sustentabilidade dos territórios. Os estudos académicos e os discursos governamentais e não governamentais têm evidenciado as ICC como mecanismo capaz configurar os territórios urbanos em potências criativas, colocando a tónica no equilíbrio da economia. Os dados mais recentes revelam o grau de sucesso das ICC a nível mundial e na Europa[1] (EY, 2015).

Todavia, a política regional europeia começou a adotar discursos que não negligenciem o desenvolvimento das cidades de pequena e média densidade, considerando-as "centres for public and private services, as well as for local and regional knowledge production, innovation and infrastructure (…) essential for avoiding rural depopulation and urban drift, and are indispensable for the balanced regional development, cohesion and sustainability of the European territory" (Comissão Europeia, 2011, p.4).

Paralelamente, estudos e projetos artísticos já desenvolvidos em ambientes rurais validaram a criatividade nestes contextos. Estes são detentores de potencial criativo e também capazes de atrair novos investimentos que favorecem a inovação social (Burns, 2009; Drda-Kühn & Wiegand, 2010; Gibbon, 2012;

1 Em 2013 o sector cultural e criativo foi considerado o segundo maior mercado em todo o mundo: as receitas contabilizam 1,57 biliões de dólares. Registando 29,5 milhões de postos de trabalho, as Indústrias Culturais e Criativas empregaram 1% da população ativa do mundo. Na Europa foi o terceiro setor mais dinâmico. A receita anual na Europa foi de 709 mil milhões de dólares e empregou 7,7 milhões de pessoas, evidenciando a maior empregabilidade jovem (15 – 29 anos. A economia cultural europeia saiu ainda favorecida pela concentração das ICC, considerando a tradição histórica, o património e as instituições de arte.

Mahroum et al, 2007; White, 2010).

As relações entre o lugar e as ICC podem influenciar o processo criativo. E assim, a autenticidade e os recursos das localidades, a par da sustentabilidade dos territórios rurais, podem constituir-se como vantagens competitivas (Comunian, Chapain & Clifton, 2010; Dessein, Soini, Fairclough & Horlings, 2015).

1.1. A configuração dos territórios e as Cidades Criativas

Na generalidade, as práticas discursivas sobre cidades criativas, associando-as a conjuntos urbanos de grande dimensão e de elevada concentração de criatividade. De acordo, Landry (2000), a operacionalidade das cidades criativas emerge num contexto de desenvolvimento que envolve criatividade, inovação e economia. Conforme Florida (2012), os 3 Ts[2] são uma força motriz para o crescimento, a inovação e a atratividade das cidades. Assim, a elevada concentração de "Atividades Criativas" (Caves, 2000) num território e a atração de "Classes Criativas" envolvidas em "Processos Criativos" (Florida, 2012) são fatores revelantes para o desenvolvimento da "Economia Criativa" (Howkins, 2001).

Partindo desta acepção de "Cidade Criativa", poucas cidades no mundo poderiam inscrever-se neste desígnio. Logo, a criatividade em territórios rurais ou cidades de baixa densidade não deve consubstanciar-se apenas pela considerável atração de classes e fenómenos criativos. Deve perfilhar-lhe um modelo assente nas características destes lugares e na sua autenticidade, considerando as suas potencialidades únicas face a outros cenários[3] (Fleming, 2013; INTELI, 2011; Selada, Cunha & Tomaz, 2012; Van Heur & Lorentzen, 2012).

Com efeito, podemos referenciar a UNESCO Creative Cities Network[4], cujas duas cidades portuguesas (Óbidos – Literatura e Idanha-a-Nova – Música) são de pequena dimensão (UNESCO, 2016).

Para a estratégia "Europa 2020" reconheceu-se a importância da cultura e da criatividade como motor de desenvolvimento local, enfatizando-se a criação de novos espaços de experimentação, inovação e o espírito empresarial no SCC. Estes espaços seriam pensados como Living Labs[5] centrados no utilizador,

2 "Tecnologia", "Talento e "Tolerância".

3 Qualidade de vida, paisagem, agricultura, espaços verdes, tranquilidade, artesanato, gastronomia, preços mais baixos dos serviços e produtos, cultura local tangível e intangível, comunidade local, entre outras oportunidades.

4 Em 2004, a UNESCO criou a Creative Cities Network com as categorias: Artesanato e Artes Populares, Design, Cinema, Gastronomia, Literatura, Música e Media. Orientada segundo a Agenda 2030, a ação da UCCN direciona a cultura e a criatividade como fatores-chave para o desenvolvimento urbano sustentável e reforça a necessidade de "close cooperation with governments, civil society, the private sector and academia" para o Desenvolvimento Sustentável - "The successful implementation of the Agenda means standing together to protect the planet and our societies through sustainable actions – prosperous societies where every individual matters" (UNESCO, 2016).

5 Living Labs are defined as user-centred, open innovation ecosystems based on a systematic user co-creation approach integrating research and innovation processes in real life communities and settings. In practice, Living Labs place the citizen at the centre of innovation, and have thus shown the ability to better mould the opportunities offered by new ICT concepts and solutions to the specific needs and aspirations of local contexts, cultures, and creativity potentials. The Helsinki Manifesto (November 2006 Finnish EU Presidency) first pointed at Living Labs as a first step towards "a new

capazes de gerar novas dinâmicas de sustentabilidade territorial (Comissão Europeia, 2010).

Em Portugal, verificamos a existência de alguns programas e projetos que permitem registar algumas trajetórias de criatividade em territórios de pequena dimensão ou rurais:

- Smart Rural Living Lab em Penela[6];
- Programa Estratégico da Rede de Cidades Criativas[7];
- Projeto Indústrias Culturais e Criativas em Espaços Rurais[8].

Já a INTELI (2011) definiu cinco tipologias de espaços criativos no âmbito da criatividade em cidades de pequena ou média dimensão: Residências Artísticas, Incubadoras de indústrias criativas, Espaços *Coworking*, Fab-Labs, Espaços culturais (alternativos ou low-cost).

Os fatores "proximidade" e "acessibilidade" são também oportunidades para a configuração de zonas de baixa densidade ou territórios rurais: a dicotomia urbano-rural dá lugar à perspectiva 'smart urban-smart rural', favorecendo a coesão territorial e o empreendedorismo no setor cultural e criativo (Selada, Cunha & Tomaz, 2012; Gibson, 2012; OCDE, 2013; URBACT, 2015).

1.2. Service Design Thinking (SDT) e sustentabilidade dos territórios

O design tem manifestado um crescente comprometimento na mudança do mercado ao impulsionar a inovação social, a inovação tecnológica, a inovação de serviços culturais, a produção sustentável e a constituição de comunidades criativas (Meroni, 2007).

Para o Horizonte 2020, através do Creative Europe, defendeu-se o estímulo da competitividade e o aumento de postos de trabalho através de ideias passíveis de se transformar em produtos e serviços, colocando o "design-driven innovation" centrada no utilizador (Comissão Europeia, 2013).

European R&D and Innovation System, entailing a major paradigm shift for the whole innovation process". Disponível em http://s3platform.jrc.ec.europa.eu/living-labs

6 Membro da ENoLL - European Network of Living Labs.

7 Composta por 14 municípios portugueses de pequena e média dimensão: Abrantes, Águeda, Aveiro, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Évora, Fundão, Guimarães, Montemor-o-Novo, Penela, Pombal, São João da Madeira e Tavira.

8 Projeto desenvolvido no âmbito do Programa Rede Rural Nacional, cujo objetivo foi sensibilizar para a realidade de empreendedorismo cultural e criativo em espaços rurais de todo o Noroeste de Portugal. Este projeto permitiu neste universo geográfico, mapear e criar uma base de dados, identificar e divulgar boas práticas e apoiar/premiar associações. Disponível em http://www.adriminho.pt/Imgs/articles/article_11/ruralcriativa(1).pdf

Similarmente:

> "design (...) can also be used to anchor and embed creative content in specific places. Requiring creative start-ups in receipt of public funding or support, to operate in a location for a specific period of time or to link their branding strongly to the location, may further help create a link between the product and the place" (OCDE, 2014, p. 23).

O SDT é uma abordagem centrada no utilizador que analisa sistematicamente, inova e melhora os serviços. E existem vários modelos associados ao SDT, por exemplo o modelo dos 3 I's, desenvolvido por Tim Brown (CEO da agência de design IDEO[9]),, o modelo da d.school em Stanford[10], o modelo proposto por Stickdorn[11] (2013), e o modelo Evolution 6^2 da empresa portuguesa Mindshake[12] (2016).

Ao aplicar a metodologia do SDT, envolvendo as comunidades locais, teremos um melhor entendimento da realidade territorial e uma melhor percepção das experiências decorrentes da utilização dos serviços.

2. A Rede Cultural Sete Sóis Sete Luas: o contexto

A entrevista ao Diretor Artístico da RSSSL realizou-se presencialmente em março de 2013, em Pontedera, Itália. Obtivemos dados mais concretos, auxiliando a prévia e subsequente recolha de dados (documentos e relatórios internos, publicações e manifestos da RSSSL) (Festival SSSL, 2000, 2016).

A partir dos instrumentos anteriormente mencionados expomos as seguintes observações:

- A RSSSL emergiu em 1993 com a direção artística de Marco Abbondanza e Renzo Barsotti, tendo como presidente honorário[13] José Saramago.

- O intercâmbio cultural da RSSSL, iniciado entre Itália e Portugal, atualmente abrange 35 localidades de 13 países[14], afirmando-se "como um projeto autossustentável", cuja missão assenta na

9 Processo dividido em três fases, compreendendo a "Inspiração" - busca de soluções para um problema ou partindo de uma oportunidade – a "Ideação" – para o processo de produção, desenvolvimento e verificação de ideias que podem conduzir a soluções – e a "Implementação" – para a prossecução de um caminho (Brown, 2008; Brown & Wyatt, 2010).

10 O modelo da Stanford d.school inclui cinco fases, "empatia", "definição", "ideação", "prototipagem" e "teste".

11 Stickdorn (2013) propôs um modelo com cinco princípios: centrado nos utilizadores, co-criativo, sequencial, evidente e holístico, e dividido em quatro fases: "exploração", "criação", "reflexão" e "implementação".

12 No modelo Evolution 6^2, o processo é dividido em seis fases todas iniciadas por "E": Emergência, Empatia, Experimentação, Elaboração, Exposição e Extensão. Evolution 6^2 porque em cada fase do processo, ocorrem momentos de divergência (exploração) e convergência (escolha), sendo por isso seis ao quadrado.

13 Mais tarde juntaram-se também à rede como presidentes honorários Dario Fo e o presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca.

14 Grécia - 1993, Espanha - 1997, Cabo Verde - 1998, França e Marrocos - 2005, Israel - 2006, Croácia - 2008, Brasil

divulgação/difusão da cultura portuguesa e mediterrânica, visando:

a. Promover a mobilidade dos artistas da Rede;

b. Defender as distintas realidades e identidades das localidades da Rede;

c. Criar lugares privilegiados para realizar encontros interculturais entre os artistas e as comunidades locais;

d. Atrair novos públicos.

- A atividade da RSSSL assinala-se na "reinterpretação da cultura" através do turismo cultural, da promoção do território, das artes visuais e da *world music* onde se inscreve o Festival Sete Sóis Sete Luas (FSSSL), principal evento que tem expressão em todas as localidades pertencentes à Rede. Este evento acontece no verão e é apresentado em espaços públicos, com o intuito de ir "ao encontro das pessoas".

- A RSSSL tem quatro centros culturais, apelidados de "Centrum" SSSL: em Pondedera (Itália), Ponte de Sor (Portugal), Frontignan (França) e, mais recentemente, Ribeira Grande (Ilha de Santo Antão, Cabo Verde).

- As fontes de financiamento e outros apoios: parcerias com os municípios das localidades que integram a Rede; Camões - Instituto da Cooperação e da Língua; Programa Caleidoscópio; Programa Programa Interreg III B – Medocc; Programa Cultura 2000 e Programa Cultura; e recebeu o prémio espanhol Caja Granada (o valor deste viabilizou a construção do CSSSL na Ribeira Grande).

- As audições no Parlamento Europeu e a designação da RSSSL como exemplo de boa prática cultural: "A mobilidade dos artistas e das obras" carateriza-a como "um projeto europeu e internacional."

- As orientações da Comissão Europeia relativamente às ICC e o enquadramento da RSSSL neste domínio: elevam a expectativa de que "a criação destes programas virá fortalecer a necessidade das profissões culturais... especificamente da segurança laboral".

- A experiência de trabalho com as localidades: é definida "pela interligação e o desenvolvimento sensibilidades multiculturais", existindo "bons exemplos e grandes experiências com as autarquias". Através destas "parcerias" a "logística torna-se menos dispendiosa".

- O FSSSL, associado ao "turismo cultural", é um "convite às pessoas a percorrerem as localidades da Rede e conhecer de perto a cultura desses locais".

- 2009, Roménia - 2012, Eslovénia e Tunísia - 2013; e 35 localidades dos países referidos anteriormente (Cuenca, Aguimes, Tavernes de la Valldigna, Alfândega da Fé, Aquiraz, Baia Sprie, Brasília, Castro Verde, Ceuta, Frontignan, Genazzano, Ioannina, Madalena, Montelupo Fiorentino, Odemira, Oeiras, Oristano, Pollina, Pontedera, Ponte de Sor, Elvas, Castelo Branco, Ribeira Grande, Roma, Rovinj, Tarrafal, Tanger, Auid, Beja, Maio, São Filipe, Impruneta, El Jadida, Piran).

3. A perspectiva da cidade de Ponte de Sor

Ponte de Sor localiza-se no Alentejo e pertence ao Distrito de Portalegre. O seu concelho abrange 839,7 Km2, configurando cinco freguesias[15]. Relativamente à população, conforme os últimos dados, em 2013 o concelho de Ponte de Sor totaliza 16184 habitantes, sendo a cidade de Ponte de Sor o terceiro núcleo urbano do Alto Alentejo, com cerca de 7752 habitantes (INE, 2016). A indústria da cortiça e o teatro[16] representaram duas grandes marcas do território Pontessorense durante o século XX (Andrade, 2010). Atualmente, do ponto de vista económico, o desenvolvimento de Ponte de Sor incide fundamentalmente na indústria da cortiça, sendo "dos concelhos do país que criou mais postos de trabalho nesta área" (Hilário, 2014). O polo aeroespacial em Ponte de Sor, pela Tekever, e a atividade aeronáutica, desenvolvidas no aeródromo municipal, têm gerado novas dinâmicas territoriais[17]. Importa focar a articulação destas ações com o Ensino Superior[18]. A "proximidade" e "acessibilidade" em relação às principais cidades[19], favorecida pela melhoria da rede de autoestradas e pelo o transporte ferroviário (linha do Leste) poderão enfatizar o desenvolvimento económico do concelho. A transformação do território passa ainda por iniciativas de modernização: da autoria do artista conceptual Leonel Moura[20], a construção da Ponte Pedonal[21] (Fig.1) fez parte da 4ª fase do Projeto Geral de Reordenamento da Margem Direita da Ribeira do Sor[22], para satisfazer as necessidades dos habitantes; a valorização do património cultural através da reabilitação dos edifícios: Cineteatro e Centro de Artes e Cultura (CAC) (Fig. 2). Este último trata-se de uma antiga Fábrica de Moagem de Cereais e Descasque de Arroz (Fig. 3), um edifício do Séc. XX (1920). O CAC é um lugar que agrega vários espaços de dinâmica cultural e criativa: o Centrum Sete Sóis Sete Luas, a Biblioteca Municipal, o Arquivo Histórico Municipal, o Núcleo Museológico da Antiga Fábrica de Moagem de Cereais e Descasque de Arroz, a Galeria de Exposições Temporárias, o

15 A União das freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor, Foros de Arrão, Galveias, Longomel e Montargil.

16 A passagem de companhias de teatro em Ponte de Sor e a sua ocupação no teatro da terra, nas casas e espaços públicos para apresentação de peças. O teatro amador também era desenvolvido por todo o concelho, sendo que "cada aldeia tinha um grupo dramático".

17 "A indústria aeronáutica (...) representa uma relevância estratégica e tecnológica dotada de potencial de clusterização; as indústrias criativas e da cultura, como meio de dinamização de equipamentos e zonas particularmente sensíveis, em termos patrimoniais e arquitectónicos" são referidos como novos setores dinâmicos (Programa Operacional Regional do Alentejo, 2014, p.7).

18 O município de Ponte de Sor tem protocolos com a Universidade da Beira Interior, a Universidade de Évora, o Instituto Politécnico de Portalegre, o Instituto Politécnico de Setúbal e o Instituto Politécnico de Castelo Branco.

19 Lisboa: 140km; Porto: 270Km; Coimbra: 152Km; Mérida: 170Km.

20 A produção artística de Leonel Mora distingue-se na arte robótica. Contudo, tem-se dedicado igualmente à arquitetura e tem desenvolvido reflexões sobre "Criatividade, Inovação e a Cidade" no contexto conceptual das Cidades Criativas. Para além disso, foi designado pela Comissão Europeia como Embaixador do Ano Europeu da Criatividade e da Inovação, em 2009.

21 Implantada em finais de 2011 e inaugurada no início de 2012, é uma ponte metálica com 30m de comprimento, equipada com sensores de aproximação e luzes LED, cuja iluminação muda de cor à medida que a estrutura tubular é atravessada.

22 Detalhe do contrato da construção da ponte pedonal http://www.base.gov.pt/Base/pt/Pesquisa/Contrato?a=188127

Auditório, o Restaurante/Bar Fábrica do Arroz, o Anfiteatro, as Residências Artísticas e Ateliers, o Centro de Formação e Cultura Contemporânea, que integra o FABLAB Alentejo[23], e o jardim com os Jardins Móveis de Leonel Moura.

Figura 1 – Ponte Pedonal, Ponte de Sor.
Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 2 – Centro de Artes e Cultura de Ponte de Sor, Fachada principal.
Fonte: CAC, 2014.

Figura 3 – Antiga Fábrica de Moagem de Cereais e Descasque de Arroz, Fachada principal.
Fonte: CAC, 2014.

23 O FABLAB Alentejo é mais uma parceria entre o município de Ponte de Sor e Leonel Moura. Este espaço foi inaugurado em 2014 e é gerido pelo atelier do artista - o "Robotorium" que se situa no LX Factory.

3.1. Dinâmicas culturais e criativas em Ponte de Sor

A entrevista dirigida à Vereadora da Educação, Cultura e Geminações do Município de Ponte de Sor foi aplicada em novembro de 2015, aludindo as seguintes questões:

- As principais linhas estratégicas da política cultural da Câmara Municipal de Ponte de Sor e a contextualização na RSSSL neste âmbito;
- As ICC como principais orientações das políticas culturais europeias e o impacto na política cultural do município;
- Representatividade da procura/oferta no concelho;
- Estratégias de captação/formação de públicos;
- Estratégias de promoção/divulgação da cultura;
- Principais fontes de financiamento para a cultura e programas de apoio;
- Repercussão da RSSSL na marca local e no valor simbólico do lugar.

A análise da entrevista permitiu nomear as principais ações do poder local para o setor da cultura. Consequentemente possibilitou confrontar com as informações coletadas anterior e posteriormente através da pesquisa documental (relatórios de contas e planos municipais estratégicos) e da observação *in loco*. Com efeito, apresentamos as seguintes considerações:

- O protocolo entre a RSSSL e o município de Ponte de Sor iniciou em 1996;

- No que respeita à política cultural do município de Ponte de Sor, conforme o Relatório e Contas (C.M. Ponte de Sor, 2015), as ações, os investimentos, entre outras medidas definidas no documento, corroboram os conteúdos da entrevista. Assim, "o primeiro grande objetivo ao longo dos últimos anos foi apostar nas infraestruturas". Atualmente "o objetivo é dinamizar infraestruturas," particularmente o CAC, "como atrair e fidelizar público e como levar a cultura a toda a população do concelho de Ponte de Sor". Sendo uma zona "bastante envelhecida" pretendem "proporcionar uma oferta diversificada e eclética" que harmoniza com áreas das ICC, nomeadamente no Arquivo[24], Biblioteca[25], Artesanato[26], Artes performativas[27],

24 Ações desenvolvidas pelo arquivo local com a Universidade Sénior, "Encontros com a História" e "Oficinas de História Local".

25 Ações de promoção do livro e da leitura: "Prémio Literário José Luís Peixoto". José Luís Peixoto é um escritor português, oriundo de Galveias – freguesia do concelho de Ponte de Sor. "Feira do Livro, Hora do Conto, oficinas de escrita criativa, conferências, exposições temáticas, lançamento e apresentações de Livros".

26 "Associação de artesãos" e a "cortiça como principal recuso local".

27 Produções do Teatro da Terra, "companhia de teatro fundada pela atriz Maria João Luís" – que envolvem a população: os ranchos, a orquestra, o grupo coral de Ponte de Sor, o grupo de teatro do CAC, o grupo de teatro de Montargil e diversos alunos da escola. (...) são 4 grandes produções ao todo durante o ano, 2 que envolvem a população e outras 2 que são também apresentadas em outras salas de teatro nacionais, ex.: São Luiz Teatro Municipal."; outro ex., "a peça Chão de Água foi produzida pelo Teatro da Terra, em Ponte de Sor, e estreou no anfiteatro junto ao rio, ganhou um prémio nacional e esteve também em cena em Lisboa.

Artes visuais[28], Cinema[29], Audiovisual[30], Festivais[31], Música[32], Publicações[33], Património cultural[34].

- Outras estratégias de atuação são "descentralizar", "envolver a população, as associações locais e várias idades" nas ações culturais e na dinamização do CAC. Exemplos: As atividades da RSSSL ("é algo que as pessoas já conhecem").

  a. Laboratórios de criatividade: os artistas que integram a RSSSL e expõem no CSSSL de Ponte de Sor, orientam também os laboratórios de criatividade, articulando "com as escolas", "várias idades", "turmas de artes", "turmas PIEF[35]" e "Universidade Sénior";

  b. Laboratórios de gastronomia: realizam-se "na escola secundária da cidade de Ponte de Sor. À tarde para os alunos de serviço de mesa, cozinha e pastelaria e à noite para a população"; "com a Universidade Sénior"; e "em Montargil no refeitório da escola, dinamizado pela Associação Nova Cultura[36]".

  c. Festival SSSL: "acontece no verão, junto ao rio, no anfiteatro que se situa na zona ribeirinha da cidade" e em Montargil.

  d. "Residências artísticas" de música e artes visuais.

- A RSSSL fomenta o intercâmbio cultural (nacional e internacional), favorecendo a ida de artistas de Ponte de Sor para outras localidades da rede e vice-versa: "A integração na rede SSSL veio permitir aos artistas, que vêm mostrar a sua arte à nossa população, conhecer aquilo que nós cá temos e levam isto lá para fora." Ponte de Sor é "um sítio que está constantemente a ter gente diferente, culturas diferentes."

28 Exposições da RSSSL (artistas que integram a rede), da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna (artistas consagrados, sobretudo portugueses) e artesão locais.

29 Para além do cinema comercial (sessões ao fim de semana), pretendem desenvolver ciclos de cinema.

30 "o projeto Sofá Amarelo, da Associação Nova Cultura".

31 Festival SSSL, Festival Povos do Mundo, Festival do Fado.

32 Concertos diversos; promoção de grupos e bandas locais; projeto musicando com escolas; Conservatório; e Escola de música.

33 "apoio monetário de publicações de autores locais; apoio do nº 2 da revista Devir"(Revista Ibero-Americana de Cultura); "Antologia com os textos dos vencedores do concurso literário do Prémio José Luís Peixoto (bianual); as publicações do Município de âmbito da história local", publicações dos catálogos das exposições e dos laboratórios de criatividade da RSSSL em Ponte de Sor.

34 Reabilitação de edifícios: Centro de Artes e Cultura (Antiga Fábrica de Moagem de Cereais e Descasque de Arroz) e Cineteatro; Rota dos Moinhos; Rota do Montado; Património Religioso.

35 Programa Integrado de Educação e Formação. É uma medida que atua ao nível formativo, educativo e da reinserção social de jovens (do 2º e 3º ciclo do ensino básico) em risco e/ou perigo de exclusão escolar e social depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar. Disponível em http://www.dge.mec.pt/programa-integrado-de-educacao-e-formacao

36 A Associação Nova Cultura está sedeada em Montargil. Desenvolve sessões de gastronomia, tertúlias de filosofia e literatura e também dinamiza o FAB LAB.

Nesta linha de pensamento menciona-se que pretendem "vender Ponte de Sor do ponto de vista turístico", focando "outra dinâmica" do município e da RSSSL, o "Turismo cultural de cidades do interior". Assim, em conjunto com o município de Pontedera tencionam "encontrar nichos de Turismo", nomeadamente o "turismo sénior[37]".

- No que concerne à "divulgação das potencialidades do território", distingue-se as intervenções artísticas, notadamente o painel de cortiça com a representação do rosto de José Saramago, do artista Saimir Strati[38]; A venda de produtos locais (doces, azeites, azeitonas, pimentão), bem como a dinamização dos laboratórios de gastronomia através da RSSSL, são igualmente evidenciadas neste preceito.

- Relativamente às fontes de financiamento e apoios para a cultura, "a verba" provém da Câmara Municipal, havendo "apoios e parcerias pontuais" em alguns eventos. Ex.: o painel de cortiça teve o apoio de empresas e fábricas de cortiça; Já em matéria de candidaturas de apoio à cultura, no caso da RSSSL, são apresentadas "diretamente" pela Rede "quer a programas nacionais, quer a programas internacionais". No relatório e Contas 2015 verificámos candidaturas no âmbito do Alentejo 2020 – Musealização do Núcleo de Arqueológico e Industrial e a construção do centro cultural de Montargil[39].

- Em termos de constrangimentos são citados "os recursos financeiros". A concretização das ações culturais é em função do "orçamento disponível", referindo que carecem de "um gabinete de projetos" para "encontrar oportunidades de financiamento."

A comunicação é outro fator a melhorar: planeiam "atrair mais público de concelhos limítrofes e a algum público de Ponte de Sor". Assim, indica-se que os "painel digital informativo" possam "chegar mais facilmente às pessoas" e a importância dos "inquéritos online" para "obter o feedback". Neste seguimento a "falta de capacidade crítica cultural" também é referenciada.

- Das atividades da RCSSSL "as exposições têm menos impacto. À exceção dos alunos das escolas" "centros de dia" "das famílias que vêm ver as exposições... o festival" tem "muito mais público".

- Como valor simbólico identifica-se o CAC: Antiga fábrica de moagem e descasque do arroz: "o próprio sítio Centrum SSSL é um espaço que diz muito a esta comunidade o facto do Centrum estar aqui já

37 Foi mencionado na entrevista com o propósito dos estágios, tendo em vista a dinâmica da mobilidade, a consolidação e aquisição de conhecimentos por parte dos jovens.

38 Em 2014, com esta obra, o artista superou o Record do Guiness, tendo o painel (157,12m^2). Tratou-se de uma residência artística no CSSSL de Ponte de Sor, produzido com recursos e apoios locais ligados à indústria da cortiça. O painel é uma das obras que faz parte da coleção permanente do CSSSL.

39 Montargil é uma vila do concelho de Ponte de Sor, situada a cerca de 25km da cidade.

de si é simbólico." Para além disso é o único CSSSL em Portugal.

4. Discussão

O CAC cumpre funções: de apoio à criação artística (CSSSL, residências artísticas FAB LAB, e Teatro da Terra); de espaço expositivo (obras de arte ou de artesanato local) e acolhe conferências, seminários, atividades da Biblioteca e do Arquivo Municipal. Considerando o CAC "simbólico para a comunidade" e a revisão da literatura sobre espaços criativos, entendemos que o mesmo deve ser mais agregador para a comunidade local. Complementando-se com as boas práticas já fomentadas, o CAC poderá ser um laboratório de criação para a comunidade em geral, contribuindo com ideias inovadoras. Assim, a articulação do FAB LAB, da RSSSL e do Ensino Superior pode também ser uma aposta no Município de Ponte de Sor.

Na vila de Montargil são desenvolvidas medidas de descentralização: construção de um centro cultural e atividades da RSSSL. Todavia, é importante descentralizar para ouras freguesias do concelho de Ponte de Sor.

A comunicação é mencionada como constrangimento, havendo pretensão de "atrair mais públicos", adquirir apreciações e formar a "crítica cultural". No nosso ponto de vista será vantajoso definir os segmentos e os perfis dos públicos. E consideramos que a adequação dos canais de comunicação implicam outras estratégias de proximidade junto dos mesmos, indo ao encontro dos seus gostos e interesses. Para os desígnios anteriores propomos a aplicação de algumas técnicas que fazem parte do modelo de SDT Evolution 6[2], como o Mapa Mental de Oportunidades / *Opportunity Mind Map*, o *User Journey Map* ou o Mapa de Empatia / *Empathy Map* (isoladas ou a combinação de várias), as quais podem ser úteis a fim de obter apreciações e sugestões dos utilizadores dos serviços (comunidade local e visitantes).

O turismo cultural na RSSSL é um serviço com pouca expressão: quando efetuamos uma pesquisa de informação sobre este assunto, apenas o site da RSSSL faculta informação vaga - brochuras digitais. A brochura de Ponte de Sor faz apenas alusão aos desportos náuticos na barragem de Montargil, não traduzindo outras potencialidades do concelho, nomeadamente em torno da cortiça "como principal recurso local" ou do teatro (atendendo ao seu passado histórico e à sua ação atual com o Teatro da Terra). Para então disso a origem da RSSSL reside no teatro, circunstância que poderá ser articulada neste serviço. O Turismo tem tido um grande impacto a nível mundial e Portugal também tem beneficiado com esta conjuntura. Assim, neste meio que contrasta ruralidade e urbanidade, o turismo criativo poderá ser um mecanismo a explorar, através de experiências cocriativas entre visitantes e comunidade local. Portanto, entendemos que as técnicas do SDT poderão melhorar o serviço, já que o Município de Ponte de Sor em articulação com a RSSSL e o município de Pontedera pretendem reforçar o "Turismo cultural de cidades do interior".

Conclusões

O território possui particularidades capazes de envolver a dinâmica cultural e criativa, estabelecendo a conexão urbano-rural. Algumas práticas de sustentabilidade territorial já são aplicadas (integração da comunidade local nas ações culturais, tornando-os agentes de criação; valorização e utilização dos seus produtos e espaços). Porém, é necessário melhorar as formas de atuação, otimizando os recursos locais do ponto de vista rural, cultural, turístico e académico, reforçando os mecanismos comunicacionais (abordagens mais participativas, melhoria do trabalho em rede e dos canais de comunicação local, regional, nacional e internacional).

Realçamos a predominância das ações culturais no âmbito da RSSSL no território, considerando o protocolo desde 1996, a existência de um CSSSL naquela localidade, o intercâmbio cultural e o reconhecimento das ações da RSSSL pela população, fundamentalmente do FSSSL (que capta mais público). Estas potencialidades colocam o Município numa posição privilegiada face à maioria das localidades da Rede, considerando as políticas de governação local, nacional e europeia.

A investigação permitiu lançar algumas hipóteses que visam a melhoria dos serviços, concretamente da RSSSL em Ponte de Sor. Entendemos que o SDT, enquanto método cocriativo, apoiará o nosso estudo ao aplicar técnicas que permitam obter opiniões e ideias decorrentes das experiências dos utilizadores de serviços. Este estudo poderá ainda ser útil para decisores políticos, empreendedores, investigadores, criativos e outras partes interessadas.

Em termos futuros serão aplicados os métodos do SDT, referidos anteriormente. Paralelamente contrastaremos as informações coletas neste território com informação já obtidas sobre Alfândega da Fé (outra localidade pertencente à RSSSL).

Referências

- Albarello, L., et al. (2005). Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.
- Andrade, P. P. C. F. (2010). Cinzas do Passado. Revisão crítica por Ana Isabel Coelho Pires da Silva. Ponte de Sor: Câmara Municipal de Ponte de Sor.
- Burns, J. (2009). Rural Creative Industries. Finding from the UK. London: BOP Consulting.
- C.M. Ponte de Sor. (2016). Relatório e Contas 2015. Disponível em http://www.cm-pontedesor.pt/publicacoes-financeiras
- Caves, R. E. (2000). Creative Industries: Contracts between Art and Commerce. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Comunian, R., Chapain, C. & Clifton, N. (2010). Location, location, location: exploring the complex

relationship between creative industries and place. Creative Industries Journal, 3(1), 5-10. doi: 10.1386/cij.3.1.5_2

- Collins, H. (2010). Creative Research: The Theory and Practice of Research for the Creative Industries. Switzerland: AVA Publishing SA.
- Comissão Europeia. (2010). Green Paper - Unlocking the Potential of Cultural and Creative Industries. (COM (2010) 183 final). Disponível em http://eur-lex.europa.eu/ LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0183:FIN:PT:PDF
- Comissão Europeia. (2011). Cities of tomorrow - Challenges, visions, ways forward. Diponível em http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_final.pdf
- Comissão Europeia. (2013). Implementing an Action Plan for Design-Driven Innovation. (SWD(2013) 380 final). Disponível em http://ec.europa.eu/enterprise/policies/innovation/files/design/design-swd-2013-380_en.pdf
- Dessein, J., Soini, K., Fairclough, G. & Horlings, L. (Eds.) (2015). Culture in, for and as Sustainable Development. Conclusions from the COST Action IS1007 Investigating Cultural Sustainability. Finland: University of Jyväskylä.
- Drda-Kühn, K. & Wiegand, D. (2010). From culture to cultural economic power: Rural regional development in small German communities. Creative Industries Journal, 3(1), 89–96. doi: 10.1386/cij.3.1.89_7
- EY. (2015). Cultural times. Diponível em http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-cultural-times-2015/$FILE/ey-cultural-times-2015.pdf
- Fleming, T. (2013, november). Smaller Creative Cities. Presentation: Potentials and Challenges of Cultural and Creative Industries in medium-sized Cities, Cottbus, German. Disponível em http://www.creativepoles.eu/uploads/files/Final_Conference/TomFleming_Smaller%20Creative%20Cities%20Cottbus.pdf
- Florida, R. L. (2012). The rise of the creative class. Revisited. New York: Basic Books.
- Festival SSSL. (2000). Sete Sóis Sete Luas 1993-1999. Pisa: Edizioni ETS.
- Festival SSSL. (2016). Disponível em http://www.festival7sois.eu
- Gibson, C. (2012). Creativity in Peripheral Places: Redefining the Creative Industries. London and New York: Routledge.
- Hilário, H. (2014, junho 18) Investir para crescer e desenvolver. Business Portugal. Disponível em http://revistabusinessportugal.pt/investir-para-crescer-e-desenvolver/
- Horváth, I. (2008). Differences between 'research in design context' and 'design inclusive research' in the domain of industrial design engineering. Journal of Design Research, 7(1), 61-83. doi: 10.1504/JDR.2008.018777
- Howkins, J. (2001). The Creative Economy: How people make money from ideas. England: The Penguin Press.
- INE. (2016). Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3
- INTELI. (2011). Creative-based Strategies in Small and Medium-sized Cities: Guidelines for Local
- Authorities. Lisboa: INTELI.
- Landry, C. (2000). The creative city: A toolkit for urban innovators. London: Comedia and Earthscan.
- Mahroum, S., et al. (2007). Rural Innovation. London: NESTA - National Endowment for Science,

Technology and the Arts.

- Meroni, A. (2007). Creative communities. People inventing sustainable ways of living. Milano: Edizioni POLI.design.
- Mindshake (2016). Evolution 62 Design Thinking Model. Disponível em http://mindshake.pt/ design_ thinking?lang=en.
- OECD. (2013). Rural-Urban Partnerships: An Integrated Approach to Economic Development, OECD Publishing. doi: http://dx.doi.org/10.1787/9789264204812-en
- OECD. (2014). Tourism and the Creative Economy. OECD Studies on Tourism, OECD Publishing. doi: http://dx.doi.org/10.1787/9789264207875-en
- Saldaña, J. (2009). The Coding Manual for Qualitative Researchers. London: Sage publications.
- Selada, C., Cunha, I. & Tomaz, E. (2012). Creative-based strategies in small and medium sized cities: Key dimensions of analysis. Quaestiones Geographicae, 31(4), 43-51. doi: 10.2478 / v10117-0120034-4.
- Stickdorn, M. (2013). Service Design. In S. Maccabe (Ed.) Routledge Handbook of Tourism Marketing (pp. 329-344). London: Routledge.
- UNESCO. (2016). Creative Cities Network. Disponível em http://en.unesco.org/creative-cities/
- URBACT. (2015). Promoting urban-rural linkages in small and medium sized cities. Disponível em http://urbact.eu/sites/default/files/urban-rural_thematic_report.pdf
- van Heur, B. (2012). Small cities and the sociospatial specificity of economic development: a heuristic approach. In A. Lorentzen & B. van Heur (Eds.), Cultural Political Economy of Small Cities (pp. 17-30). London: Routledge.
- White, Pauline. (2010). Creative industries in a rural region: Creative West: The creative sector in the Western Region of Ireland. Creative Industries Journal, 3(1), 79–88. doi: 10.1386/cij.3.1.79_1

CIDADE: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

ELISABETE B. CASTANHEIRA

professora/pesquisadora
UNINOVE
Av. Adolpho Pinto, 109, Barra Funda, São Paulo, SP (Brasil) CP. 01156-050
MACKENZIE
Rua da Consolação, 896 - Prédio 9 São Paulo, SP (Brasil) CP. 01302-090
Email: bebe.castanheira@gmail.com

Resumo

Um dos paradoxos que a cidade abriga, segundo Lynch (2011), é o fato de o habitante ser ao mesmo tempo ator e observador "desse espetáculo". A ideia de fragmentação progressiva da memória urbana (nas palavras de Koolhaas, 2010) atribui uma qualidade de assepsia aos centros urbanos, fruto de uma urgência construtiva que acaba por desconstruir a identidade local e cuja organicidade define o âmbito de discussão deste trabalho. A narrativa do presente artigo busca referencial teórico nos autores que discutem a apropriação da cidade a partir da base, para refletir sobre a proliferação das iniciativas Bottom Up na cidade de São Paulo. O artigo, em sua parte inicial, contempla um recorte do pensamento contemporâneo sobre o direito a cidade, o comportamento emergente e a construção de lugares que reflitam e legitimem o valor identitário. Na sequência, o trabalho apresenta iniciativas de apropriação urbana no centro de São Paulo e, como conclusão, uma reflexão sobre a cidade, cuja qualidade experimental de um laboratório faz dela um espaço próprio (e propício) para a criação e articulação de ideias a partir da iniciativa cidadã.

Abstract

One of the paradoxes that the city houses, according to Lynch (2011), is that the inhabitant is at the same time actor and observer "this spectacle." The idea of progressive fragmentation of urban memory (in the words of Koolhaas, 2010) assigns a quality of asepsis to urban centers, the result of a constructive urgency that ultimately deconstruct the local identity and whose organic structure defines the scope of discussion of this work. The narrative of this article seeks theoretical framework in authors who discuss the city's appropriation from the base to reflect on the proliferation of Bottom Up initiatives in the city of São Paulo. The article, in its initial part, comprises a cut of contemporary thinking on the right to the city, the emergent behavior and the construction of places that reflect and legitimize the identity value. Following the work presents urban ownership of initiatives in the center of São Paulo and, in conclusion, a reflection on the city, whose experimental quality of a laboratory makes it a space (and suitable) for the creation and articulation of ideas from the citizen initiative.Artistic

PALAVRAS CHAVES

Práticas Criativas, Urbanismo Tático, Iniciativas Bottom Up, Inovação Não Tecnológica, Inovação Social

KEY WORDS

Creative practices, Tactical Urbanism Initiatives Bottom Up, Not Technological Innovation, Social Innovation

Introdução

Para Lefebvre (década de 1960) o urbano e a cidade se distinguem na medida em que o primeiro se refere a congregação social enquanto o segundo abrange uma determinada área na qual inserem-se posições e orientações distintas. O primeiro traduz a centralidade e o segundo, se transforma ao longo da história por força da ação mercantilista.

Jacobs, também na década de 1960, refere que para uma ampla compreensão das cidades seria necessário entender um fenômeno, que na perspectiva da autora seria essencial, e que dizia do mix possível dos usos que a cidade abriga (e do produto daí resultante) e não apenas da justaposição destes usos onda não há interação, mas, sim, apenas práticas dispersas.

Na impossibilidade de entender a cidade como um ser fruto da diversidade, esta passa, a não mais constituir um espaço vivido, mas, antes, um espaço de transição: seja a transição da casa para o trabalho, da casa para a escola, entre tantos outros trajetos possíveis.

Essa infinidade de rotas traçadas, que acontece no nível zero, abriga os praticantes ordinários da cidade cujas impossibilidades visuais efetivam a mobilidade opaca e cega da cidade habitada, como refere Certeau (1998).

> Para o autor é no rés-do-chão que os passos da pressa moldam espaços e tecem lugares que efetivam a cidade por meio de um processo de apropriação do sistema topográfico e da realização espacial do lugar, implicando, segundo o autor, no estabelecimento de contratos pragmáticos sob a forma de movimentos (CASTANHEIRA, 2015 p.83).

A cidade em sua essência, comporta a qualidade de um laboratório, o que faz dela um espaço próprio (e propício) para a criação e articulação de ideias a partir da iniciativa cidadã, como refere Rosa (2011). Aqui, slegundo o autor, as novas conexões e redes estratégicas focam processos locais abertos a táticas *Bottom Up* (de baixo para cima) que acabam por constituir novas formas de pensar a cidade demandando um planejamento capaz de absorver o que emerge e o que é gerado pelos meios urbanos.

Transitando do geral para o específico, é possível dizer que no Brasil, a urgência construtiva do regime militar visou, por duas décadas (entre 1964 e 1985), aumentar a oferta viária e assim, por meio da grandiosidade destas e outras construções, traduzir a era do progresso. Nesse contexto, a interação do cidadão com a cidade se transformou, promovendo uma relação de distanciamento e estranheza. Os edifícios-clubes, murados, que se apartam da cidade e isolam o habitante, aliados a proliferação de espaços de convívios que abarcam lazer, cultura e interação por meio de redutos de alimentação e comércio homogêneos constituem a cidade contemporânea. Neste espaço o habitante com menos recursos é excluído para bairros

novos, periféricos e despidos de toda e qualquer infra estrutura, enquanto a centralidade abonada, se quer cada vez mais asséptica e renovada.

Neste contexto, nos tempos mais recentes, a centralidade de São Paulo vê emergir um movimento onde o cidadão busca resgatar a relação com a cidade, não só na tentativa de se reposicionar enquanto conteúdo frente a imensidão do continente urbano paulistano e de toda a sua complexidade, mas, também, assumindo para a si a quota parte de responsabilidade na construção da urbanidade.

Objetivos

Como objetivo geral, a investigação em curso, procura conhecer o processo contemporâneo de urbanismo tático.

E, como objetivos específicos, procurar conhecer:

- O processo de ocupação do espaço público e ações de microplanejamentos;
- As reverberações da prática do urbanismo tático no entorno imediato;
- O papel interpretado pelos agentes mobilizadores desta atitude de cidadania e o protagonismo cidadão que daí advém.

Metodologia

O método de escrita procura identificar um referencial teórico no qual se aborda o público e o privado, o direito a cidade, o lugar enquanto valor identitário e a espetacularização da cidade para então, chegar aos movimentos *bottom up* e a emergência dos comportamentos, por meio de estudos de caso de ações cidadãs de intervenção urbana (circunscritas ao âmbito do chamado centro expandido da cidade de São Paulo - região oeste).

1. <Cidade, Comportamento e Construção>

A revolução industrial alterou a configuração da ocupação urbana ao longo do século XIX e, no caso do Brasil, atravessou o século XX, concentrando 80% dos habitantes do país nas cidades, o que acentuou, como refere Somekh (2008), uma configuração espacial de desigualdade e exclusão.

Nesse panorama de alterações sociais, está o projeto urbano, que em contraposição ao novo urbanismo (ASCHER, 1995) projeta soluções transversais homogêneas, sem ter em conta as especificidades e necessidades locais, numa prática inflexível e apartada do contexto. Esse novo

urbanismo, primeiramente, entende a construção do urbano de forma híbrida: público e privado interagem procurando atuar de forma conjunta levando em consideração a flexibilização necessária da sociedade contemporânea, cada vez mais dinâmica e polifônica. Nos princípios traçados por Ascher (1995) é recorrente a menção da incerteza e da necessidade, diante do que é indeterminado, de uma profunda reflexão que antecede o projeto que, mais do desígnio e desenho (BENNATI ALVIM, SGUIZZARDI ABASCAL E SAYÃO DE MORAES, 2001) se transforma em "ferramenta de análise e instrumento de negociação". Há uma quê de exploratório na visão de Ascher (1995): atores públicos e privados devem procurar as modalidades de realização dos objetivos da forma mais eficiente para a coletividade e para o conjunto dos intervenientes que, efetivamente, requer novos tipos de formulação dos projetos e das regulamentações. Recorrente também é a questão da diversidade funcional urbana e da polivalência dos equipamentos que, por si só, convergem para a necessária flexibilização e adaptação às necessidades de uma sociedade plural que está na base das premissas do autor.

Tratar do urbano, implica necessariamente refletir o público e o privado enquanto justaposições de uma construção e convivência que materializam a cidade.

Em contraposição ao que está murado, inacessível, a propriedade privada, está o público e que para Arendt (1958) contempla dois aspectos: o da visibilidade e o do próprio mundo. O primeiro relaciona-se com exposição irrestrita, com a exuberância do que é exterior, do que é passível de ser observado e admirado (ou odiado) e, neste sentido, com a própria realidade, que nas palavras da autora se resume àquilo que é visto (e, eventualmente ouvido) por todos. O segundo, que está vinculado ao mundo, na perspectiva da filósofa,

> Não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto das mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se sentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens. (ARENDT, 1958 p. 62)

Esse compartilhamento, que para a autora constitui a esfera pública, contém um paradoxo: se por um lado é o responsável pela coexistência dos habitantes da cidade, é, por outro, aquilo que evita a recorrência de uma colisão intermitente.

Tratar do público e do privado, por sua vez, levanta outras questões: a primeira delas remete à morte do espaço público e a segunda ao novo espaço público. Para Sobarzo (2006) não cabe decretar a morte do espaço tornado público. Este voc**ábulo carrega antes**, uma carga tal de transformação que, nas palavras do autor, remete efetivamente ao que aparentemente popular, é na verdade, semipúblico ou pseudopúblico.

Nega a sua condição de *Publicus* (relativo ao povo) para se fechar sobre si mesmo, dando serventia a grupos seletos e escolhidos. Para o autor são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais "clean" e, em último termo, negando-a, como se de um cenário se tratasse. Apesar da constatação, o autor segue preferindo referir a metamorfose que acometeu o espaço público ou, de outra forma, a análise correria o risco de se tornar tênue e ligeira. A cidade enquanto cenário de uma urbanidade ideal é o que Jacques (2011) denomina de cidade-espetáculo, cuja "ausência, cada vez maior, de interação entre o usuário e a cidade" (CASTANHEIRA, 2015, p. 43) caracteriza um falso ordenamento pretensamente securitário.

> As relações entre espaço público e imagens da cidade contemporânea hoje passam inevitavelmente pelo já citado processo de espetacularização, que é um dos maiores responsáveis tanto pelo empobrecimento das experiências corporais no espaço público contemporâneo quanto pela negação dos conflitos e dissensos nesses espaços e, sobretudo, pela negação, eliminação ou ocultação da vitalidade dos espaços opacos das cidades, as quais também buscam tornar-se mais luminosas, midiáticas e espetaculares. (JACQUES *apud* Rosa, 2011 p. 162)

Tal relação, embora mediada pela força intrínseca do negócio (em contraposição ao ócio) contempla, sem dúvida alguma, as relações sociais, os hábitos e as atitudes da população que bordam o urbano de peculiaridades constituindo a respectiva identidade local e, faz relato, segundo Harvey (2012), do fato da luta pelo direito a cidade ser diretamente proporcional à luta contra o capital.

Para Lefebvre seria preciso encarar (considerando a escrita do texto no final da década de 1970) o perecimento da cidade enquanto território amistoso e de interação face ao fato que o "velho humanismo clássico acabou sua carreira há muito tempo, e acabou mal. Está morto." (1968, p. 107). Além de ser impossível fazer ressurgir o velho humanismo que, segundo o autor, "encontrou a morte nas guerras mundiais" e nas excessivas demandas pós conflitos, é necessário pensar a "a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade (LEFEBVRE, 1968, p. 107). Nem retorno (para a cidade tradicional), nem fuga para a frente, para a aglomeração colossal e informe - esta é a prescrição" (LEFEBVRE, 1968 p. 106)

Diametralmente oposta está a ideia de um "homem novo" que seria, segundo o autor (1968 p. 107), resultado da lógica industrial, enquanto "obra e não produto" e mais importante ainda, a "superação simultânea do velho animal social e do homem da cidade antiga, o animal urbano, na direção do homem urbano, polivalente, polissensorial, capaz de relações complexas e transparentes com o mundo" mas, que afinal, ficou aquém das expectativas depositadas (1968 p. 107)

O subsistema de significações do habitante[1], de Lefebvre (1968 p. 110), "diz de suas passividades e

1 No texto O Direito à Cidade, o autor refere a necessidade de uma transformação das "démarches e dos instrumentos

de suas atividades" e que, ante a prática, se transforma. Converge para o que em Certeau (1998) recebe a denominação de cidade-conceito cuja tessitura permite a ocorrência de transformações.

> A cidade-panorama a que Certeau (1998) se refere como sendo resultado de uma remota observação, platonicamente empreendida do alto de um edifício, se contrapõe ao embaixo, ao *down*, onde estão confinados os praticantes ordinários da cidade cujas impossibilidades visuais efetivam a mobilidade opaca e cega da cidade habitada. É no rés-do-chão que os passos da pressa moldam espaços e tecem lugares que efetivam a cidade por meio de um processo de apropriação do sistema topográfico e da realização espacial do lugar, implicando, segundo o autor, em contratos pragmáticos sob a forma de movimentos (CASTANHEIRA, 2015, p. 84)

Certeau (1998), ante a constatação (ou sentença) que a cidade-conceito se degrada, refuta a imobilidade e propõe um novo caminho de análise: de escala mínima, incontido, ilegítimo e talvez por isto, mais pulsante. São resultantes de redes de vigilância e organização observadora o que faz deduzir, não só autonomia, como também, auto responsabilização.

Sartre (1967, p. 136) chama a atenção para o fato de que as ciências do homem não se interrogam sobre o homem mas, antes pelo emaranhado constituído pelo desenvolvimento e pela relações dos fatos humanos. Para o autor, o homem, enquanto agente do inextricável, não se constitui objeto de pesquisa. Aqui, o que se pretende é que seja revelada a complexidade das relações funcionais, dos "processos".

A elaboração dessa complexidade, que constitui o indivíduo, é influenciada pelo contexto - pela condições materiais. É pois perfeitamente exato que o homem é produto de seu produto: as estruturas de uma sociedade que se criou pela trabalho humano definem para cada um uma situação objetiva de partida: a verdade de um homem é a natureza de seu trabalho e é seu salário. (SARTRE, 1967, p. 17)

Por outro lado, no entanto, não a resume, pois, é a interação com a realidade social que transforma, que materializa a existência *per si.* Não são as ideias que modificam os homens, não basta conhecer uma paixão pela sua causa para suprimi-la, é preciso vivê-la, opor-lhe outras paixões, combatê-la com tenacidade, enfim, trabalhar-se. (SARTRE, 1967, p. 17)

São as escolhas feitas pelo homem que constituem a sua essência e que são posteriores a sua existência. Primeiro o homem existe, depois o homem é.

E como o indivíduo passa da existência à essência?

---

intelectuais", em um exercício de reorganização desse instrumental, a saber: a transdução ("que elabora e constrói um objeto teórico a partir de informações que incidem sobre a realidade"); a utopia experimental ("a utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências.") e por fim, os três conceitos fundamentais: a estrutura, a função e a forma, além do sistema (ou antes o subsistema) de significações). (Lefebvre, 1968 p. 110)

Por meio da liberdade.

Segundo Wambier (2003), muito embora primeiramente seja considerada uma fatalidade, para Sartre, essa liberdade surge (posteriormente) como uma oportunidade, a partir do momento em que conceitos marxistas passam a habitar o Existencialismo: Nesta fase, Sartre (1967) incorpora categorias marxianas importantes, tais como: trabalho, práxis, alienação, reificação, feitichismo e razão dialética e, afirma, que tais categorias reenviam ao existencialismo. (WAMBIER, 2003, p. 47)

Em Sartre (1967) a liberdade de escolha é uma condição, ao mesmo tempo, em que, quando determina uma exclusão, materializa uma responsabilidade, inequivocamente, assumida. Para o mesmo autor, essa liberdade que exige tomada de decisões, instala a angustia.

Esta provação faz o homem tornar-se projeto. Desígnio, intenção, design.

Para Dhein (2013), significa dizer que o homem é um livre projeto de constituição de si mesmo que não cessa de tentar se completar.

> Sua noção de Projeto nos ensina que é a liberdade que somos que nos condena a escolhermos a cada momento o modo como a indeterminação do existir estará em questão para nós. É, pois, projetando-nos que atribuímos um sentido ao mundo e à nossa própria existência (DHEIN, 2013, p.3).

A mutabilidade dessa liberdade, que altera a condição existencial do indivíduo, por sua vez, altera a configuração do todo. É do particular para o coletivo e vice-versa. É o método (que todo o projeto pressupõe) e que Sartre (1967) propõe como uma compreensão totalizadora do indivíduo: fato e contexto histórico-social.

1.1. <Cidade: emergência, comportamento e ativismo>

A cidade, é claro, envolve muito mais do que as relações econômicas que nela se desenrolam. Unem-se a elas as relações sociais, a cultura local, os hábitos e atitudes da população, aquelas peculiaridades que fazem um espaço ser diferente de outro e se constituem como princípio vital da cidade.

Jacobs, na década de 1960, refere que para uma ampla compreensão das cidades seria necessário entender um fenômeno, que na perspectiva da autora seria essencial, e que dizia do mix possível dos usos que a cidade abriga (e do produto daí resultante) e não apenas da justaposição destes usos onda não há interação, mas, sim, apenas práticas dispersas.

Na construção do espaço urbano contemporâneo, onde cada vez mais se aparta o habitante em função da riqueza, as centralidades se consolidam como áreas que ofertam abundante infra estrutura urbana em contraponto às bordas da cidade, cuja distância radial aumenta de maneira inversamente proporcional ao custo do metro quadrado das construções, cuja essência periférica dos bairros novos se traduz na ausência de serviços e equipamentos básicos.

Por outro lado, nas centralidades é possível perceber a crescente presença de construções excessivamente muradas, que fechadas sobre si mesmas, assumem o compromisso da segurança e a oferta de uma vida ideal ou fictícia. Este ambiente urbano fausto remete ao que, em Jacques (*apud* Rosa, 2013), recebe a denominação de espetacularização da cidade.

O conceito surge a partir da ideia de assepsia urbana, que, despida do seu ritmo natural, acaba por compor uma dinâmica que não traduz a cidade, se transformando em um cenário apenas. Em algo para ser visto e não vivido. (CASTANHEIRA, 2015, p. 42)

Entre a ideia de um habitar cênico (ainda que paramentado com tudo o que é necessário) e um outro habitar, que desprovido de todos os componentes básicos se consolida como exíguo e apartado, emerge um propósito de participação na construção da cidade.

> Este que, para Johnson (2001), determina um comportamento emergente (e complexo), se caracteriza por ser um sistema com múltiplos agentes interagindo dinamicamente de diversas formas, a partir de complexas interações paralelas entre agentes locais, seguindo regras locais e não percebendo qualquer instrução de nível mais alto. Este comportamento se efetiva verdadeiramente emergente (na confluência entre ordem e anarquia), quando todas as interações locais resultam em algum tipo de macro comportamento observável. No conceito de comportamentos emergentes, Jonhson (2002) faz referência a Morfogênese, conceito de Allan Turing (1954) e que contempla a reflexão sobre como a partir de algo muito simples é possível atingir um estágio de complexidade e sofisticação. (CASTANHEIRA, 2015 p. 23)

Os processos coletivos e colaborativos buscam, por meio da organização na escala do habitante da cidade, a articulação não só da solução de problemas mas, também, da proposição de ações sociais e artísticas.

> As práticas urbanas coletivas buscam por novas ferramentas capazes de lidar com estas realidades urbanas emergentes. Desta “cidade real”, fruto da experimentação, como refere Rosa (2013), emerge “um espaço construído” que necessita ser revelado, descoberto, explorado. Para o autor, esta emergência criativa se constitui como resposta “à desertificação de espaços coletivos de qualidade”. A manualidade das ações diz de sua escala: micro. A urgência na

> resolução dessas ações diz de sua temporalidade: agora. É um repertório gestual, onde cada um deles (o gesto) efetiva este formato de intervenção e marca a localidade e a sua identidade. (CASTANHEIRA, 2015 p. 31)

Na perspectiva de Leite (2012) as melhores cidades são aquelas que continuamente sabem se renovar, funcionando similarmente a um organismo (quando adoecem, se curam, mudam). (LEITE, 2012 p. 14).

2. <São Paulo: lugar construído>

A maior cidade do Brasil, São Paulo, é a capital econômica do país (e da América do Sul) e uma das mais desenvolvidas e influentes na América Latina, ranqueada entre 50 metrópoles globais[2]. Os 12,038 milhões de habitantes (que segundo o IBGE[3], deverá atingir os 12,242 milhões em 2030) disputam a cidade, diariamente, com automóveis particulares, caminhões, táxis, entre outros.

Única representante brasileira no ranking das cidades mundiais a ter maior crescimento absoluto do PIB - Produto Interno Bruto - até 2030, segundo o estudo realizado pela Oxford Economics[4], o índice de São Paulo passará de US$ 418 bilhões em 2013 para US$ 753 bilhões em 2030.

As megacidades, cujos maiores desafios contemplam a mobilidade, a habitação, as questões ambientais, a inclusão social, a governança e as oportunidades, incluindo aquelas oriundas dos territórios informais, segundo Leite (2011)[5] concentram também os déficits destas demandas: ausência de infraestrutura adequada, altos índices de gastos energéticos, emissão de poluentes, trânsito, tempo de deslocamentos, entre tantos outros.

É nesse território que coexiste a polarização dos deslocamentos: moradores diametralmente distantes dos seus locais de trabalho e que dizimam, em seus trajetos diários, segundo os estudos mais recentes, aproximadamente 3 horas, em média[6].

Para Arendt (1958), o entendimento contemporâneo do binômio público/privado está vinculado a posse ou não da propriedade, portanto, diretamente proporcional a obtenção de riqueza.

2 Em 2014, segundo estudo da Civil Service College de Cingapura e a Chapman University. Fonte <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140819_cidade_influente_saopaulo_hb>. Acesso: 9 out. 2016.

3 Fonte IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355030>. Acesso: 4 out. 2016.

4 Fonte Oxford Economics - Universidade de Oxford. Disponível em: < http://exame.abril.com.br/economia/noticias/as-15-cidades-que-vao-crescer-mais-ate-2030-incluindo-sp>. Acesso: 9 out. 2016.

5 Leite, C. Sustainable Megacity Visions from São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/6062-24977-1-PB.pdf>. Acesso: 9 out. 2016.

6 Fonte Rede Nossa São Paulo. Disponível em: < http://www.nossasaopaulo.org.br/pesquisas/apresentacao-pesquisa-dmsc-2016.pdf?v=4> Acesso em: 6 out. 2016.

> Esta falha de interpretação é tão mais importuna quanto ambas, a propriedade e a riqueza, são historicamente de maior relevância para a esfera pública que qualquer outra questão ou preocupação privada, e desempenharam, pelos menos formalmente, mais ou menos o mesmo papel como principal condição para a admissão do indivíduo à esfera pública e à plena cidadania. (ARENDT, 1958 p. 62)

A demarcação territorial em São Paulo expropria o cidadão. O carro tem a preferência e disputa espaço com o transporte público. Na contra mão desta realidade surge a bicicleta por meio do ativismo mas, também, por conta de sua inclusão na versão do mais recente Plano Diretor[7] da cidade de São Paulo.

Surgem igualmente novas formas de pensar a cidade e a sua ocupação a partir da base, das iniciativas *Bottom Up,* quase como uma resposta a crescente oferta (e frequência) de equipamentos urbanos assépticos. Hoje, em São Paulo, a face visível de apropriações dessa natureza é o centro da cidade.

O bairro de Pinheiros, em São Paulo, uma vila indígena tornada núcleo urbano[8], teve no seu largo, a configuração ideal para a instalação do Mercado dos Caipiras, nos idos de 1910. Cerca de uma década depois, o local começaria a ser conhecido como o largo da Batata, em virtude de reunir os produtores da Cooperativa Agrícola de Cotia para a venda dos tubérculos. O Mercado dos Caipiras, já sexagenário, na década de 1970, ganha casa própria, o Mercado de Pinheiros, e deixa o Largo da Batata. O largo, no entanto, continua de Pinheiros e da Batata. Abriga agora uma quantidade incomensurável de transporte coletivo e fluxo automóvel e de pedestre. A posição privilegiada faz do largo um ponto de articulação viária, cuja ampliação é prevista em 1995, na Operação Faria Lima[9] que tem, entre outros objetivos, a melhoria da qualidade de vida dos moradores e da paisagem urbana. O período de dez que durou a obra gerou um expectativa não correspondida na entrega do produto.

> O projeto contemplou o alargamento das avenidas e a delimitação de uma enorme área vizinha a uma igreja, uma estação de metrô e ao comércio que resistiu à desapropriação e ao interlúdio da operação urbana. A requalificação, no entanto, resultou em profusão de pavimentação e ausência de qualquer mobiliário urbano ou vegetação. A imensa área (notadamente vocacionada

7 Fonte Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Lei 16.050 de 31 de julho de 2014. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/2014-07-31_-_lei_16050_-_plano_diretor_estratgico_1428507821.pdf> Acesso: 9 out. 2016.

8 http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1327964-depois-de-11-anos-largo-da-batata-fica-pronto-em-dezembro.shtml

9 A Operação Urbana Consorciada Faria Lima (Lei 11.732/1995) compreende 650 hectares e está situada na região sudoeste do município de São Paulo. Tem por objetivos principais reorganizar os fluxos de tráfego particular e coletivo ao implantar o prolongamento da avenida Faria Lima interligando-a às avenidas Pedroso de Moraes e Hélio Pelegrino até alcançar a avenida República do Líbano, além de construir terminal multimodal junto a estações da CPTM e Metrô. Também são objetivos importantes da Operação promover a reurbanização do Largo da Batata e urbanizar as favelas em seu perímetro, ou entorno imediato. Sua adequação ao Estatuto da Cidade resultou na Lei 13.769/04. Fonte: Disponível em: <Prefeitura de São Paulo – Operação Consorciada Faria Lima. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/faria_lima/index.php?p=19591> Acesso: 04 de novembro de 2014.

para a implantação de uma praça), antes ocupada por intensa atividade comercial, materializa agora, a aridez de um lugar de passagem. Quase um não-lugar. (CASTANHEIRA, 2015, p. 35)

Figura 1 – Largo de Pinheiros/1900.(Acervo: Raul Goldschmidt)[10] .

Figura 2 – Largo de Pinheiros/1980[11].

Figura 3 – Largo de Pinheiros/2011[12].

Figura 4 – Largo de Pinheiros/junho de 2013 [13].

Figura 5 – Lgo de Pinheiros/2014. Mov. A Batata Precisa de Você[14] .

Figura 6 – Largo de Pinheiros/2014[15] .

10 Fonte Figura 1 - Disponível em: <http://blog.submarino.com.br/sonar/post/batata-precisa-de-voce/> Acesso em: 29 de novembro de 2016.

11 Fonte Figura 2 - Disponível em: < https://diariodotransporte.com.br/2012/11/05/largo-da-batata-deve-ganhar-terminal-de-onibus-ate-dezembro/> Acesso em: 29 de novembro de 2016

12 Fonte Figura 3 - Disponível em: < http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=106249558> Acesso em: 29 de novembro de 2016.

13 Fonte Figura 4 - Disponível em: < https http://descurvo.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html> Acesso em: 29 de novembro de 2016.

14 Fonte Figura 5 - Disponível em: <http Disponível em: <http://blog.submarino.com.br/sonar/post/batata-precisa-de-voce/> Acesso em: 07 de novembro de 2014.

15 Fonte Figura 6 - Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/gentileza-urbana/indicacao/largo-da-batata-ganha-jardim-com-parque-em-apenas-24-horas/> Acesso em: 08 de novembro de 2014.

Em 2013, a nudez do largo foi providencial para que os movimentos sociais pudessem exteriorizar a insatisfação em relação ao momento político vivido no Brasil. As manifestações invadiram muitas ruas de São Paulo e o Largo da Batata cumpriu a sua função de Ágora[16] ao dar espaço para a expressão política do habitante da cidade.

Pouco tempo depois, diante da passividade do poder público em exterminar a esterilidade do local, emerge o movimento A Batata Precisa de Você. Com o objetivo ativar o largo, o movimento começou por promover uma ocupação regular às sextas-feiras, no final da tarde, onde fosse possível refletir o que se pretendia para aquele espaço.

> Nossos objetivos são fortalecer a relação afetiva da população local com o Largo da Batata; evidenciar o potencial de um espaço hoje tão árido como local de convivência; testar possibilidades de ocupação e reivindicar infraestrutura permanente que melhore a qualidade do Largo como espaço público. É um exercício de democracia em escala local. Um movimento de cidadania e concretização social e urbanística. Uma maneira que as pessoas tem de lutar, de maneira inteligente e positiva, por melhorias imediatas nas suas condições. A Batata Precisa de Você é um dos projetos do Instituto A Cidade Precisa de Você, sem fins lucrativos, é um coletivo de pessoas interessadas em promover a melhora e a ativação dos espaços públicos urbanos. Ao articular os vários atores de territórios da cidade – comunidade local, movimentos civis organizados, terceiro setor, empresas e poder público – promove a responsabilidade cívica sobre o uso, os cuidados e a gestão do espaço público. (http://largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/)

A premissa de uma ocupação mínima, sem estruturas pré concebidas ou elaboradas, reside no interesse do coletivo em propor ações reflexivas, numa perspectiva *Jacobsiana*[17] de reunião, de encontro, de diversidade, a partir da qual, era suposto emergir um conteúdo transversal e direcionado à necessidade percebida.

> O movimento, uma manifestação cidadã propositiva, se pauta por ser uma intervenção minimamente invasiva em termos de equipamentos ou acessórios. A ideia, segundo a organização, é ocupar o Largo com o que se tem à mão. O acessível torna-se o necessário e, exonera qualquer tipo de megaestruturas ou superproduções. (CASTANHEIRA, 2015, p. 36)

16 Se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, consequentemente, de funções estruturantes e arquitecturas significativas..... A praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço colectivo de significação importante. Este é um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades. (LAMAS, 2010, p.102

17 Relativo a Jane Jacobs.

A ideia de uma intervenção diminuta, em termos de recursos materiais, tem como premissa projetual a gambiarra[18], que embora em Portugal, de onde se deduza o vocábulo tenha a sua origem, seja um artefato com finalidades específicas, no Brasil, adquiriu um sentido bastante mais abrangente que configura, inclusive, uma "atitude de improvisação, criatividade, solução alternativa, conserto improvisado", como refere Boufleur (2006 p. 35)

O local, cuja resiliência foi colocada a prova, não só em virtude dos 11 anos que duraram as obras mas, também, por ter descaracterizado por completo o espaço e ainda ter negado as expectativas do usuário, se vê agora tomado por tensões ante a inércia das instâncias governamentais e de sua conduta nula. Assim, dos projetos de gambiarra, a Batata Precisa de Você passou a mobilizar um contingente considerável, por meio das redes sociais, promovendo a formação de novas atividades que incluíram um concurso de mobiliário urbano (e a respectiva instalação do projeto no local) além de uma série de eventos que, em certo sentido, resgatam a cultura brasileira e paulistana, como bailes, festas juninas, entre outros, e, em sentido estrito, a convivência e a interação tendo a cidade por cenário.

Figura 7 – Largo de Pinheiros. A Batata Precisa de Você [19].

Figura 8 – Largo de Pinheiros. A Batata Precisa de Você[20] .

Figura 9 – Festa Junina no Largo de Pinheiros [21].

Figura 10 – Baile no Largo de Pinheiros[22]..

18 A origem etimológica de gambiarra é descrita como duvidosa ou mesmo obscura, mas acredita-se que se relacione à palavra gâmbia, uma derivação do latim camba ou gamba (perna). Neste sentido, outro termo relacionado à mesma raiz é gambeta - procedimento manhoso, astucioso, pouco decente. Aparentemente, é próximo a este sentido que o termo gambiarra tem sido usado com mais freqüência no Brasil. (BOUFLEUR, 2006, p.34)

19 Fonte Figura 7 - Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Z_elknSnGHo> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

20 Fonte Figura 8 - Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&ved=0ahUKEwigusCb8dvQAhUJipAKHbxaBGAQjhwIBQ&url=http%3A%2F%2Fwww.vitruvius.com.br%2Frevistas%2Fread%2Fminhacidade%2F14.166%2F5176&psig=AFQjCNFXYW2zMJ_VNccjqcchoUCj4PamzA&ust=1480986466819959 > Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

21 Fonte Figura 9 - Disponível em: <http://misturaurbana.com/2014/10/a-batata-precisa-de-voce-a-ocupacao-regular-colaborativa-do-largo-da-batata/> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

22 Fonte Figura 10 - Disponível em: <http://misturaurbana.com/2014/10/a-batata-precisa-de-voce-a-ocupacao-regular-colaborativa-do-largo-da-batata/> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

Figura 11 – Novo Mobiliário no Largo de Pinheiros [23].

Figura 12 – Novo Mobiliário no Largo de Pinheiros[24]..

Não muito longe (a 4,2 km) do Largo da Batata, em Pinheiros, emerge uma outra micro ação de urbanismo tático na cidade, a Praça da Nascente, no bairro da Pompéia. De origem Praça Homero Silva, os 12 mil m² de área (que deveriam abrigar uma praça, ou de outra maneira não figuraria a descrição do equipamento urbano em seu nome) armazenavam lixo, mato e alguma violência, até que em 2013, três eventos deram origem ao Coletivo Ocupe & Abrace - Praça da Nascente: a realização de uma horta comunitária, o bloco de carnaval da Água Preta e um *crowdfunding*, intitulado a Pompéia Que se Quer (uma iniciativa de construção coletiva do plano de bairro da Pompéia que ante a especulação imobiliária vê a sua pacata constituição de pequenas moradias dar lugar a um monumental conjunto de torres de alto padrão com todos os problemas daí decorrentes em termos de infra estrutura urbana).

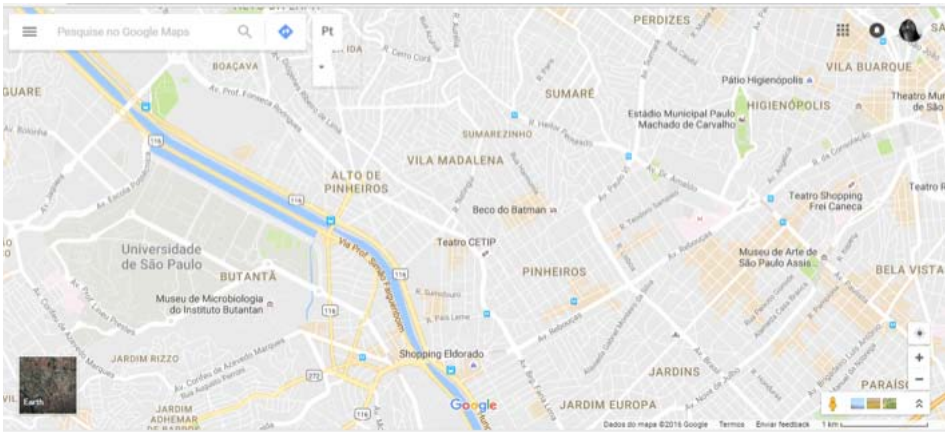


Figura 13 – Mapa com a localização do Largo de Pinheiros/Largo da Batata e Praça Homero Silva/Praça da Nascente [25].

23 Fonte Figura 11 - Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.189/5978> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

24 Fonte Figura 12 - Disponível em: <http://ipiu.org.br/portfolio-view/batatalab-concurso-de-mobiliario-urbano-para-o-largo-da-batata/> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

25 Fonte Figura 13 - Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-23.557449,-46.6955315,14z> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

Figura 14 – Praça Homero Silva/Praça da Nascente antes [26].

Figura 15 – Praça Homero Silva/Praça da Nascente depois da revitalização.[27].

Tendo como objeto promover a convivência e a interação com a natureza, o coletivo entende ser fundamental o estabelecimento de uma ligação afetiva com o espaço urbano onde seja possível recriar o sentido de comunidade ao redor de um objetivo comum materializado em um espaço desfrutado por todos[28].. Para o efeito foi criado um mapa afetivo onde os integrantes do coletivo e demais interessados na revitalização do espaço pudessem expressar a sua relação com o espaço e as intenções para o local (Figuras 16 e 17).

O local foi rebatizado de Praça da Nascente tendo em vista concentrar 8 nascentes do Rio Água Preta que deságuam no Rio Tietê, um dos mais importantes da cidade. O processo de resgate do espaço urbano foi feito por um mutirão de moradores que aderiram à iniciativa e que começaram por limpar a praça, criando espaços de convivência e lazer além de promover a preservação das nascentes e da biodiversidade. Depois de restaurada a vitalidade, o local tem sido ocupado por meio de intensa programação cultural que congrega adultos e crianças mas, tem despertado também o interesse imobiliário. Já está em curso um projeto que contempla um conjunto de torres de alto padrão a ser construído próximo da Praça da Nascente, anteriormente degradada.

26 Fonte Figura 14 - Disponível em: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/recuperada-por-moradores-praca-da-nascente-vira-atracao-na-pompeia-19102014#!/foto/11 > Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

27 Fonte Figura 15 - Disponível em: <https://queminova.catracalivre.com.br/inspira/moradores-fazem-praca-passar-de-acumulo-de-lixo-a-ponto-de-encontro > Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

28 Fonte Ocupe & Abrace - Coletivo Praça da Nascente - Disponível em: <http://www.ocupeeabrace.com.br/> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

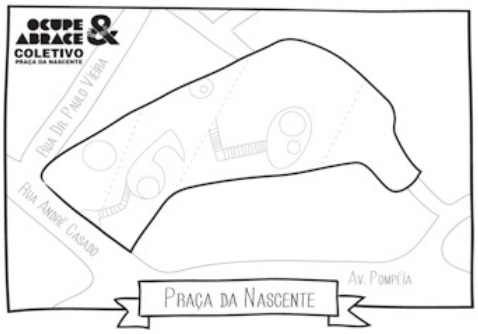


Figura 16 – Mapa Afetivo da Praça da Nascente [29].

Figura 17 – Mapa Afetivo da Praça da Nascente[30].

Figura 18 – Atividades na Praça da Nascente [31].

Figura 19 – Atividades na Praça da Nascente [32].

Conclusões

Historicamente, a noção de apropriação urbana pressupõe um embate entre a propriedade adquirida e a propriedade tomada. Na atualidade, o termo apropriação, adquire um significado ampliado que contempla aquela iniciativa fruto de um comportamento emergente (*Bottom Up*), resultante que é de ações de micro planejamento urbano e de iniciativas colaborativas. "O âmbito da iniciativa é local, o desdobramento circunscrito e se concretiza como iniciativa espontânea, fruto de uma observação minuciosa e articulada" (Castanheira, 2015, p. 3). Ao reconhecimento da necessidade e/ou identificação da oportunidade a serem materializadas na cidade por meio de sua iniciativa, o habitante manifesta a sua cota parte de responsabilidade na construção da urbanidade.

29 Fonte Figura 16 - Autoria do Desenho: Vitor Massao e Tatiana Antunes. Disponível em: <http://www.ocupeeabrace.com.br/?page_id=156 > Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

30 Fonte Figura 17 - Autoria do Desenho: Vitor Massao e Tatiana Antunes Disponível em: < http://www.ocupeeabrace.com.br/?page_id=156 > Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

31 Fonte Figura 18 - Disponível em: <http://www.ocupeeabrace.com.br/?page_id=156 > Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

32 Fonte Figura 19 - Disponível em: < http://www.ocupeeabrace.com.br/?page_id=156 > Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

Este reconhecimento e/ou identificação, realidade cotidiana na borda da cidade por questões que envolvem a omissão do poder público, tem se tornado uma prática crescente no centro da cidade de São Paulo percebida quase como uma firme resposta ao que Jacques (*apud* Rosa, 2013) denomina espetacularização da cidade. Esta necessidade da construção de uma urbanidade cada vez mais apartada da realidade paulistana cuja condição cosmopolita provém também, em grande medida, da diversidade que contempla (seja a do mundo ou do próprio Brasil) tem criado espaços de convivência cada vez mais assépticos e pro forma que negam à cidade a sua condição de centro de convivência por excelência.

O distanciamento da ideia de cidade como espaço de encontro, troca e diversidade transforma a realidade urbana, quase que, exclusivamente em espaço de transição: seja para o trabalho, para a escola, para o shopping center, entre tantos outros trajetos possíveis.

A construção desta metrópole polarizada provém, em grande parte, do modelo hegemônico de cidade-empresa e de mercantilização dos processos de projeto, produção, ocupação e decisão no espaço (Santoro, 2014) que dizem de uma cidade cujo projeto urbano, enquanto instrumento de transformação do ambiente construído, tem resultados praticamente nulos (Bennati Alvim, Sguizzardi Abascal e Sayão de Moraes, 2001) preteridos que são face aos interesses imobiliários (Nobre, 2009).

A pró atividade urbanística de iniciativas como a dos coletivos A Batata Precisa de Você ou o Ocupe & Abrace - Praça da Nascente (e tantos outros surgidos na cidade de São Paulo) materializam a forma como a manifestação da permanente criatividade humana e a tática social podem reger a articulação e a concretização cidadã. Converge para a noção de uma identidade adicional, complementar, tida em Florida (2002), como construída a partir da pluralidade da localidade, do lugar, que para Augé (2012) contempla as noções de identidade, interação e história. Nesta identidade construída está um habitante urbano capaz de entender, não só o seu potencial articulatório edificador mas, sobretudo, a parcela de efetividade que lhe cabe na construção da urbanidade desejada.

Referências

- Arendt, H. (2000). A Condição Humana. (10rd ed). Rio de Janeiro, Brasil: Editora Forense Universitária.
- Ascher, F. (2010) Os Novos Princípios do Urbanismo. (1st ed) São Paulo, Brasil: Editora Romano Guerra.
- Augé, M. (2012) Não Lugares – Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. (9th ed). São Paulo, Brasil: Papirus Editora.
- Boufleur, R. (2006) A Questão da Gambiarra. São Paulo, Brasil: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- Benatti Alvim, A. A. T; Sguizzardi Abascal, E. H e Sayão de Moraes, L. G. (2011). Projeto urbano e operação Urbana consorciada em São Paulo: limites, desafios e perspectivas. São Paulo, Brasil: Cadernos

Metrópole - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC - Pontifícia Universidade Católica. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5988> Acesso em: 14 out. 2016.

- Castanheira, E. B. (2015) Práticas Criativas & Territórios Emergentes. O Hibridismo do/nos Elevados. São Paulo, Brasil: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Certeau, M. A. (1998). Invenção do Cotidiano. (3rd ed). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Dhein, C. F. A. (2013). A Noção de Projeto Fundamental em Sartre e os (des)caminhos da Clínica Psicológica. Rio de Janeiro, Brasil: IFEN Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro.
- Harvey, D. (2012). A Condição Pós-Moderna. (23rd ed). São Paulo, Brasil: Editora Loyola.
- Jacobs, J. (2013). Morte e Vida das Grandes Cidades. (3rd ed). São Paulo, Brasil: Editora WMF Martins Fontes.
- Koolhaas, R. (2010). Três Textos sobre a Cidade. (1st ed). Barcelona, Espanha: Editora Gustavo Gili.
- Lamas, J. M. R. G. (2010) Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. (12nd ed) Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lefebvre, H. (2001). O Direito à Cidade. (1st ed). São Paulo, Brasil: Editora Centauro.
- Leite, C. (2012). Cidades Sustentáveis. Cidades Inteligentes. (1st ed). Porto Alegre, Brasil: Editora Bookman.
- Lynch, K. (2011). A Imagem da Cidade. (3rd ed). São Paulo, Brasil: Editora WMF Martins Fontes.
- Nobre, E. A. C. (2009). Políticas urbanas para o centro de São Paulo: renovação ou reabilitação? avaliação das propostas da prefeitura do município de são paulo de 1970 a 2004. São Paulo< Brasil: Revista USP - Universidade de São Paulo. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/politicas_centros.pdf> Acesso em: 29 out. 2016.
- Rosa, M. L. Micro. (2011). Planejamento - Práticas Urbanas Criativas. (1st ed). São Paulo, Brasil: Editora Cultura.
- Santoro, P. (2014). As (im)possibilidades de se produzir habitação social na ouc Água Branca**.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil: Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2016/06/16/as-impossibilidades-de-se-produzir-habitacao-social-na-ouc-agua-branca/> Acesso em: 29 out. 2016
- Sartre, J. P. (1967). Questão de Método. (1st ed). Brasil, São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Sobarzo, O. (2006). A Produção do Espaço Público: da Dominação à Apropriação. São Paulo, Brasil: GEOUSP - Espaço e Tempo (Nº 19, pp. 93 - 111). Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/73992-99508-1-PB.pdf> Acesso em: 29 out. 2016.
- Somekh, N. (2008). Projetos Urbanos e Estatuto da Cidade: Limites e Possibilidades. São Paulo, Brasil. Diponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/131 Acesso em: 29 out. 2016.
- Wambier, J. F. (2003). A Liberdade em Sartre: Unidade entre Projeto e Engajamento. São Paulo, Brasil: Emancipação. Disponível em: < http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/38/35> Acesso em: 14 out. 2016.

EJES DE DISTRITO CULTURAL EN LA METRÓPOLIS CREATIVA DEL GRAND PARIS*

PILAR AUMENTE RIVAS

Profesora emérita ucm
Universidad Complutense de Madrid.
Facultad Ciencias de la Información.
Av.Complutense s/n 28040 Madrid
TELF.915549138 pilar_aumente@hotmail.com

Resumo

En enero de 2016 ha entrado en vigor la estructura administrativa del Grand París, constituida por la Ville de Paris y las ciudades que la entornan en el ámbito denominado la petite couronne o première banlieue, es decir, su cercano extrarradio. La Gran Metrópolis parisina se ha preparado así para enfrentarse al desafío de las grandes metrópolis mundiales, entre las que pretende seguir destacando como referencia.

El desmantelamiento industrial ha llevado al replanteamiento de la economía que se ha decidido enfocar hacia la cultura como generadora de beneficios para la mejora de sociedad. Es decir, Paris se reconvierte en "métropole creative". Las industrias creativas, entre las que se encuentran las industrias culturales se erigen en motor de la nueva Métropole por su potencia económica de primer orden.

La investigación que se propone presentar forma parte de un proyecto I+D de objetivos más amplios que se corresponde a la convocatoria Nacional 2015, pero que además se enclava en el curso de una trayectoria de investigación en torno a las relaciones del arte y la ciudad , de largo recorrido a partir de 2004. Como resulta evidente la investigación está en su primer año de recorrido por lo que la comunicación se ciñe a su estadio de trabajo.

La comunicación parte del hecho de la conformación de determinados agrupamientos y relaciones que configuran ejes en las que sus integrantes plantean características comunes de orientación asimilable a los lugares de Alta Actividad Cultural y a los Distritos Culturales. Propone centrarse en exponer los resultados de la realización de una identificación de centros de actividad artística y lugares de Alta Actividad Cultural de carácter significativo, en el entorno de los ejes de Distritos Culturales seleccionados, y establecer el ámbito creativo en el que se desenvuelven sus actividades. En segundo lugar, realizar una somera descripción de los mismos. En tercer lugar, se propone establecer con carácter inicial, y únicamente en los sectores en los que está más avanzado el estudio, un primer análisis de las relaciones con los entornos urbanos en los que se encuentran inmersos, no siendo posible adelantar aún una valoración completa. Por ello solo se realizará con carácter indicativo la relativa a la aportación creativa que supone el caso del eje de Distrito Cultural del Grand Paris Seine-Ouest en Hauts de Seine (GPSO).

La metodología de investigación supone una revisión exhaustiva bibliográfica hemerográfica y de páginas web correspondiente a todas las zonas seleccionadas para la detección de centros y lugares de actividad cultural, una observación descriptiva de materiales, configuraciones tipologías y rasgos estilísticos etc. de los edificios y estructuras contenedoras y asimismo un estudio de contenidos de actividades creativas. En un siguiente nivel, el inicio del análisis de la interacción de estas plataformas culturales con sus entornos urbanísticos, mantiene la observación descriptiva, así como la recopilación y utilización de todos los materiales y documentación posible apoyándonos de forma muy especial en la documentación gráfica localizable.

PALABRAS CLAVES

Metrópolis Creativa. Grand Paris. Distrito Cultural. Industrias Culturales. Industrias Creativas.

Abstract

In January 2016, bring into force, the Grand Paris administrative structure ,constituted by the Ville of Paris and the cities that are in the field called la petite couronne o premiére banlieue, its near outskirts. The Great Parisian Metrópolis is prepared in this way to face up the challenge of the world´s a great metropolises. among which aims to keep highlighting as a reference.

The industrial dismantling has led to the rethinking of the economy which has decided rollaway towards culture as a generator of profits for the improvement of the society .In other words, Paris becomes creative a "metropole creative" The creative industries, among which are including, the cultural industries are erected in an engine of the new Metropole by its economic power of the first order.

The research that is going to be presented, is part of an I+D project with more detailed objectives that corresponds to the requirements of the Research National Call of the year 2015. also is framed in a career of research on the relationship of art and the city, that is being developed from the year 2004.

As is evident, the current research is in the first year and the communication that is presented, is limited to this first period of research.

The communication is based on the fact of the creation of certain groupings and relationships comprising axes in which its members put forward common features. It intends to focus on exposing the results of the identification of centers of artistic activity and places of High Cultural Activity of meaningful character, in the surroundings of the axes of selected cultural districts and establish the creative scope in which will operate their activities. In second place to make a shallow description of morphologically character .In third place, it is proposed to establish, with a initial character and only in the more studied sectors an first initial analisis of the relationships with the urban environments in which are immersed, not being possible to advance so far till now a complete assessment rating.

By this only is going to be held, with an indicative character, the relative to the creative contribution that represents the case of the shaft in the axis Cultural District of the Grand Paris Seine West in Hauts of Seine (GPS).

KEY WORDS

Communication, Truth, Creativity, City, Democracy

Esta comunicación se realiza en vinculación con el proyecto de Excelencia Plan Nacional de I+D convocatoria 2015. Distritos culturales: imágenes e imaginarios en los procesos de revitalización de espacios urbanos. Referencia: HAR2015-66288-C4-2-P- Entidad MINECO.

Introducción

Los grandes cambios económicos producidos por la globalización, y el imparable desarrollo de las nuevas tecnologías, en especial en el ámbito de la comunicación (digitales), están exigiendo una imprescindible renovación y revitalización urbana. Las antiguas ciudades y metrópolis, producto de la revolución industrial, deben adaptarse a la sustitución de las fábricas por despachos y sedes culturales, en la economía actual. La batalla por la captación de inversiones internacionales, se libra desde la reconversión urbana y la demostración del mejor posicionamiento en esa línea. Las metrópolis renovadas y actualizadas buscan una nueva narrativa que cuaje en una imagen de gran atractividad. En este aspecto, la organización de distritos culturales es una herramienta de primer nivel. París, que labora por mantener el liderazgo internacional en este nuevo escenario, está generando en el marco del Grand Paris -y con voluntad de implicar en el proyecto general, a toda Île de France- agrupaciones de bienes culturales y servicios asociados que favorecen el intercambio de ideas, la canalización de los productos culturales, y su difusión, no solo en el mercado local, sino buscando la irradiación internacional. A la identificación de los polos culturales y de las posibles organizaciones en distritos culturales en el Grand París, se dedica esta investigación.

Objetivos

Objetivo marco: investigar las relaciones entre el arte, la cultura y la ciudad.

Objetivo próximo: profundizar en la configuración de los distritos culturales en los procesos de revitalización urbana en la renovación de París y su banlieue (Grand París).

Objetivos específicos: identificar los centros de actividad artística y lugares de Alta Actividad Cultural de carácter significativo, en el entorno de los ejes de Distritos Culturales seleccionados, y establecer el ámbito creativo en el que se desenvuelven sus actividades. Describir someramente aspectos de la morfología de los mismos, e iniciar, únicamente en los sectores en los que está más avanzado el estudio, un primer análisis de las relaciones con los entornos urbanos en los que se encuentran inmersos.

Metodología:

Las referencias teóricas para el trabajo inmerso en la investigación marco responden al carácter transversal del enfoque, por tanto se anclan en E.W. Soja, Michel Lussault, Pannerai, Warburg-Panofsky, Lazzeretti Ferelli y Sacco, cada uno en el aspecto que le corresponde.

La metodología de investigación específica de esta comunicación supone una revisión exhaustiva bibliográfica, hemerográfica y de páginas web correspondiente a todas las zonas seleccionadas para la detección de centros y lugares de actividad cultural, una observación descriptiva de materiales, configuraciones tipologías y rasgos estilísticos etc. de los edificios y estructuras contenedoras; asimismo, un estudio de contenidos de actividades creativas. En un siguiente nivel, el inicio del análisis de la interacción de estas

plataformas culturales con sus entornos urbanísticos, mantiene la observación descriptiva, así como la recopilación y utilización de todos los materiales y documentación posible apoyándonos de forma muy especial en la documentación gráfica localizable.

1.-El Grand Paris

La nueva entidad administrativa Grand París es el resultado de la voluntad de reconocimiento, y potenciación de la banlieue parisina con el objetivo de abordar, desde la agrupación del territorio próximo a la capital en intermunicipalidades, el reto de convertir al conjunto de París y su banlieue en una metrópolis de rango internacional, capacitada para la concurrencia al liderazgo en competitividad a nivel, no solo europeo, sino mundial. Su territorio agrupa las poblaciones de la llamada Primera o Petite Couronne, que suma los departamentos de Hauts de Seine, Seine-Saint Denis, y Val-de-Marne (y alguna de estatus especial perteneciente a la Grand Couronne) a la ciudad de Paris. En conjunto, un amplio territorio que multiplica las dimensiones de la capital que se ha convertido, desde el 1 de enero de 2016, en un establecimiento público de entre los 12 en los que se integra la nueva metrópolis. A la reforma administrativa se le añade una reforma de las estructuras de la comunicación, entre las que destaca la creación de líneas de metro que interrelacionen las ciudades situadas en el interior de la metrópolis, mejorando así la situación de aislamiento de las poblaciones entre ellas en el interior del área definida. No se trata de comunicar mejor la ciudad de París, sino de potenciar la comunicación de las poblaciones situadas en la periferia entre sí, mejorando así sus condiciones de vida y sus posibilidades económicas[1].

La mayoría de las ciudades que integran el Grand París, surgieron y evolucionaron debido al desarrollo industrial, por lo que en la actualidad se encuentran inmersas en el proceso de reconversión tras la crisis industrial iniciada en el último cuarto del siglo XX. La terciarización, la adhesión a las nuevas tecnologías y la creación de redes que potencien la creación así como difusión del conocimiento, se enraízan y entrelazan con la importancia del sector cultural que se erige en recurso de primer orden para la mejora económica, ya en el presente, pero indiscutiblemente a futuro.

1.-2.-El distrito cultural: factores y dinámicas

En este tipo de metrópolis actual, a la que Soja denomina “Postmetrópolis” -globalizada, pero inserta en la dinámica dialéctica con lo local- , glocal, multicultural y postfordista, tiene lugar una importante variación en los modos de producción y consumo, lo que supone un peso creciente de la cultura, de tal modo que se evoluciona hacia una preponderancia de las actividades artístico-culturales en el desarrollo económico

1 Le Grand Paris est un projet urbain, social et économique d’intérêt national qui unit les grands territoires stratégiques de la région d’Ile-de-France, au premier rang desquels Paris et le cœur de l’agglomération parisienne, et promeut le développement économique durable, solidaire et créateur d’emplois de la région capitale. Il vise à réduire les déséquilibres sociaux, territoriaux et fiscaux au bénéfice de l’ensemble du territoire national. LOI 2010. Consolidada. 2 aout 2014.

de los países. La cultura viene demostrando una gran capacidad de relación con otros sectores del circuito productivo, proporcionando herramientas, contenidos, prácticas y valor añadido (en términos simbólicos e identitarios), que revierte en una mejora económica y social.

Según la UNESCO la cultura, en su sentido más amplio, es el conjunto de rasgos distintivos, espirituales, materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan una sociedad o un grupo social (Déclaration de Mexico sur les politiques culturelles (Conférence mondiale sur les politiques culturelles, México, 26 juillet - 6 août 1982).

Este concepto, conforme avanza el proceso de desindustrialización, va a ir suscitando un interés cada vez más intenso por parte de la economía, así como de la antropología, de tal manera, que en un marco más específico, se entiende que la cultura se ha convertido en factor productivo capaz de producir riqueza y generar desarrollo económico e innovación. La cultura es, por tanto, considerada un aspecto caracterizante de la identidad colectiva, una categoría mental de la realidad social en la que los individuos viven, y que se transmite de generación en generación para permitir a los nuevos individuos una adaptación, en tiempo breve, a las reglas del propio ambiente de referencia (SACCO, P. L.Y DRAGONE, D.)[2] .

En una actividad creativa, se modifican y estructuran los propios modelos mentales de interpretación de la realidad y de acciones individuales en el interior de la realidad misma, de tal manera que cuanto más ricas y precisas son las categorías mentales de las que dispone una persona, tanto más probable es que esta posea instrumentos adecuados para leer la realidad y comprenderla lógicamente; cuanto más incoherente, tanto más difícil le resultará ambientarse y moverse eficazmente en ella.

La cultura se convierte así en el instrumento a través del cual el individuo tiende a conceptualizar el mundo circundante, a definir los objetivos de la propia existencia y los medios para conseguirlo: “solo las actividades culturales y creativas pueden asumir esta función (erigirse en centro sinérgico del conjunto de la economía local basada en la innovación), aunque en cooperación parcial con las actividades científico tenológicas (”Ferilli y Sacco”).

La UNESCO a su vez asume la conceptualización realizada en 1986 sobre los cinco estadios de la cadena de valor de la cultura presentados, sin sentido jerárquico, como elementos de una interación que se articula en red: **e**n primer lugar, la creación: es decir, la génesis y la concepción de las ideas, pero, asimismo, la fabricación de piezas únicas (ejemplo: artesanado). El segundo estadio, la producción: de bienes y de servicios culturales y útiles espacializados, la fabricación de instrumentos de música, la impresión de periódico, etc. El tercero se refiere a la difusión: El estadio referido a la exposición/recepción/transmisión, acoge el ciclo

2 la proliferación de bienes culturales responde a una demanda en la que el consumo de estos bienes genera la sucesiva necesidad de nuevos consumos“I consumi culturali mal si prestano a questo tipo di analisi. (…). Cristina Duranti, Pier Luigi Sacco, Luca Zarri. La domanda di cultura nelle società avanzate: premesse ad una metodología transdiciplinare NOV AICCON Working Paper n. 24. Novembre 2005.Consultas en línea.

que asume, desde la organización y producción de un festival, hasta la transmisión del patrimonio cultural inmaterial de generación en generación. Finalmente, el referido al consumo y la participación: el consumo de productos culturales, o el tomar parte de actividades y experiencias culturales (leer un libro, bailar,…)

En una nueva etapa,[3] se integran dominios de creatividad expandida: de la moda a las artes decorativas, de la gastronomía a los juguetes, de los parques a la creación de páginas web… pero también las actividades no exclusivamente culturales, como las industrias de fabricación, los aparatos de lectura, los ordenadores, etc…

En Francia se va a tener en cuenta la distinción que la Unesco realiza entre dominios culturales y dominios periféricos, y dentro de los dominios culturales los que son íntegramente culturales y los que lo son solo parcialmente.[4] Los 6 dominios culturales son los que se pueden considerar de base: patrimonio cultural y natural, artes de la escena y festividades, artes visuales y artesanado, libro y prensa, audiovisual y media digitales; A ello hay que añadir el diseño y los servicios creativos en los que se han incorporado el estilismo, el grafismo, la decoración de interiores, el paisajismo y la arquitectura, la publicidad, y el patrimonio cultural inmaterial (considerado dominio transversal).

El Distrito Cultural, por su parte, es una construcción intencional de agentes políticos que consideran el patrimonio cultural (Ferilli y Sacco, 2011, 31) como eje estratégico de un nuevo modelo de desarrollo (Preite:1998, en Ferilli y Sacco 2011, 30). No obstante, los recursos que pueden movilizarse o pueden propiciar la aparición de un Distrito Cultural no se acaban en el patrimonio cultural, (sin obviar su gran importancia), sino que incorporan otras variantes como las artes escénicas, las artes visuales contemporáneas en sus múltiples facetas. La investigación acerca de las relaciones con el medio natural y las ventajas que supone para la economía,[5] (Lazzeretti 2014: 13).

Al mismo tiempo que se ha insistido en la importancia de la herencia artístico cultural como factor positivo para la economía. También se entienden como componentes la fotografía, la industria cinematográfica, la televisiva, la multimedia, la moda… el deporte, el entretenimiento, en cualquier soporte, que pueda potencialmente tener valor cultural. Asimismo, se incorpora el turismo[6], acercándose a la perspectiva de la Industrias Creativas. Otro factor cultural que se está introduciendo por su incidencia en el turismo, son los eventos en general con carácter más tradicional, y en forma de festivales musicales, que generan beneficios

3 los contenidos de los dominios culturales se han ido modificando desde los inicios de los años 80, incorporando nuevas áreas.

4 Texto de referencia para este aspecto es el " Décret relatif aux attributions du ministre de la culture et de la communication" que se desarrolla a partir del decreto fundador del 24 juillet 1959, en el que se añade que: La cultura « englobe, outre les arts et les lettres, les modes de vie, les droits fondamentaux de l'être humain, les systèmes de valeurs, les traditions et les croyances ».

5 la existencia de patrimonio y tradiciones culturales en un lugar determinado, favorece el surgimiento de la dinámica distral. Becattini, en Ferilli y Sacco, 2011, 31.

6 "a recent tendency is to incorporate more nature-related asset into the analisis of the economic enhancement of artistic and cultural heritage, and that there is now a significant branch of study on landscape, developed by agronomists and foresters. Lazzeretti 2014,13.

sumamente destacables para la economía local[7]

1.-2.-1.-Las Industrias Creativas y las Industrias Culturales en Francia

En el ámbito anglosajón (Reino Unido) la denominación **industria creativa** hace alusión a los sectores industriales que encuentran su origen en la creatividad individual, la competencia y el talento, y que ofrece potencialidades de creación de riquezas y de empleos a través del sostén y la explotación de la propiedad intelectual.

Se componen de varios sectores de actividad económica: arquitectura, publicidad, cine, video, audiovisual, fotografía, música, espectáculo vivo, diseño, mercado del arte, antigüedades, moda, edición (libro y prensa), juegos de vídeo, software, artesanado de arte etc Another aspect needing explanation is the relation between CCIs and leisure experience and cultural tourism. Ibidem.., (UNESCO, *Comprendre les industries créatives, les statistiques culturelles et les politiques publiques)*; finalmente, sus productos incluyen el entorno medioambiental y la naturaleza en tanto campo de aplicación del sector cultural. (IAU ÎDF - Les Industries Créatives en Ile-de-France - mars 2010). Como denominador común de las industrias creativas, se señalan la creatividad y los atributos estéticos.

Las características más destacadas de las industrias creativas se condensan en los siguientes rasgos: Producción de contenido, recursos de una mano de obra altamente cualificada, uso avanzado de las tecnologías en la producción, tendencia a la aglomeración en clusters en las grandes ciudades, apoyos en imágenes de marca ligado al lugar de producción, a veces conectadas a las estrategias del desarrollo regional de las colectividades públicas. Junto a todo ello, la necesidad de conexiones mundiales en un contexto de competición monopolística a menudo dependientes de los derechos de autor/derechos de la propiedad intelectual. (IAU ÎDF - Les Industries Créatives en Ile-de-France – 2010, 23).

Contenidas dentro de las industrias creativas se encuentran insertas las **Industrias Culturales,** que se refieren a aquellas industrias relativas a la creación, la producción y la comercialización de contenidos creativos de naturaleza cultural e inmaterial, la producción cinematográfica y audiovisual, la música, la edición del libro y la prensa , los productos y servicios creativos, incluidos los intelectuales. La doble vertiente cultural y económica caracteriza de manera distintiva las industrias culturales porque ellas añaden a las obras producto del espíritu, una plusvalía de carácter económico que genera valores nuevos para los individuos y las sociedades, además de ser estímulos importantes para el empleo .y la creación de riqueza, gracias a su contribución tanto a la preservación como a la promoción de la diversidad cultural y la democratización del acceso a la cultura.

7 Another aspect needing explanation is the relation between CCIs and leisure experience and cultural tourism. Ibidem.13-14.

En Francia, el Departamento de Estudios de la Prospectiva y Estadísticas del Ministerio de Cultura, designa como Industrias Culturales a un conjunto de "actividades económicas", llamadas también industrias de contenidos (Las Industrias Creativas en Île de France. IAU ÎDF: 2010, 20 y s.s.) que conjugan funciones , más o menos industriales, de concepción, de creación y producción a funciones industriales de fabricación a gran escala y de comercialización, utilizando soportes físicos o de comunicación. En definitiva, en el marco francés se tiene en cuenta en primer lugar, el factor económico en su formulación y tratamiento.

Este sector tiene un valor altamente estratégico para Île de France y por ende, para toda Francia, ya que juega un papel clave para la "atractividad", - el atractivo- del territorio de cara a las inversiones externas (idem,11)[8]. Así , pues, se valoran los elementos y sectores que actúan como factores culturales, pero es preciso estudiarlos en relación con otros actores intervinientes, entre los que se distinguen los actores económicos (empresas y otros actores económicos[9] como por ejemplo patrocinadores: (bancos, fundaciones…) , así como tenerles en cuenta conectados con los no económicos (artistas, artesanos, diseñadores….) igualmente es precisa la presencia de los actores institucionales (gobiernos, universidades, centros tecnológicos, organizaciones sociales: asociaciones ciudadanas, artísticas, culturales..

Estos factores han de estar dispuestos para realizar una determinada serie de acciones**.** Tras la identificación de los recursos, se ha de proceder a la puesta en valor y mejora económica de los mismos, se ha de llevar a cabo la localización de actores (proximidad territorial) y se ha de planificar una gobernanza multinivel basada en la complejidad de un cluster compuesto a su vez de clusters singulares urbanos entre los que se producen interacciones (clusters internos) al igual que con otros externos al distrito (Sobre este aspecto y otros tratados en esta comunicación, resulta aclaratoria la aproximación de Méndez Gutiérrez del Valle et alt. 2012, 5-32. Cluster 15). Estas acciones culminan en la creación de planes estratégicos.

Desde el punto de vista social los distritos culturales pretenden: generar interacción entre la oferta cultural y la sociedad, potenciar la actividad de la sociedad por medio de la oferta artístico-cultural y lograr que esta contribuya a ampliar y profundizar el sentimiento identitario del territorio.

Es imprescindible crear una sinergia cultural, por medio de un pacto con la sociedad para su total

8 Aujourd'hui, la véritable richesse n'est pas concrete, elle est abstraite. Elle n'est pas matérielle, elle est immatérielle. C'est désormais la capacité à innover, à créer des concepts et à produire des idées qui est devenue l'avantage compétitif essentiel.. LEVY, M. JOUYET, J.P. Rapport de la Commission sur l'Économie de l'immatériel, L'économie de l'immatériel. La croissance de demain. rapport de la commission sur l'économie de l'immatériel. http://www.iesf.fr/upload/pdf/economie_de_l_immateriel.pdf Última revisión 9 mayo 2016, pág I.

9 Se distinguen 3 campos culturales, el de las actividades específicamente culturales, actividades indirectamente culturales, y actividades ligadas a la irradiación cultural. Estas últimas no son actividades estrictamente culturales, pero su presencia en Francia participa en la atractividad y el esplendor del país y además responden al campo cultural expandido tal como lo define La UNESCO
Corresponden a cuatro dominios: la moda, el lujo, las artes decorativas, la gastronomía.
En concreto, en Francia, la cultura contribuye con entre el 3,2 % y el 3,7% a la riqueza nacional, y ofrece alrededor de 670.000 empleos y un valor añadido de 57,8 Millones de euros. ITTY, KANCEL, et alt.. 2013: 50, 45, 21.
En un festival el retorno, para las economías locales es de entre un 30% y un 40% por visitante.

integración, uso y disfrute del proyecto gracias a la puesta en práctica de políticas de impulso y apoyo que culminen en la revitalización urbana. De esta manera, el proyecto termina siendo plenamente político, todo lo cual contribuye a culminar en el afianzamiento y profundización de un sentimiento identitario[10] y de pertenencia a un territorio, que a su vez se vea proyectado internacionalmente con vocación mundial.

2.-EJES DISTRALES Y POLOS DE INTERÉS CULTURAL EN EL GRAND PARIS

2.-1.-EJE NORTE

Hemos seleccionado tres núcleos con ejemplos dispares, de los que mencionaremos únicamente los más destacados, por el interés y aún por la singularidad de su planteamiento, que desarrollan su actividad en el arco norte de la primera corona parisina. Siguiendo este criterio, mencionaremos el núcleo de Saint Denis con sus dos polaridades: Centro-basílica y Plaine-Commune, Aubervilliers, y Saint-Ouen.

Aubervilliers, Communne en el arco noroeste de Paris en la primera couronne, perteneció a la abadía de Saint Denis, hasta la Revolución. Desde el siglo XIX cambió su perfil agricultor, beneficiado por la abundante irrigación que la presencia de los canales le proporcionaba, por el industrial; pero su utilización por parte de París como lugar de depósito de los fangos de detritus que la capital generaba, frenó enérgicamente su desarrollo.

La cloaca de la Chapelle llevaba las inmundicias por el medio de la ciudad y la transformación se realizaba por decantación. Ello facilitó la implantación de una industria dedicada al abono (Sachs y Cie) y la de Saint-Gobain para la producción de acido sulfúrico y superfosfatos (puede ampliarse datos en MARTIGNON, 1998). Asimismo, otros establecimientos industriales (Usine de perfumes Piver 1910), industria metalúrgica etc.

Durante años permaneció con las características señaladas y aún el film de Eli Lotar (1946), encargado por el municipio para mostrar los lugares insalubres, y comentado en su momento por Jacques Prévert, citaba de nuevo los humos de las fábricas en los que se quemaban las basuras y los caballos muertos de la ciudad de París. En los años sesenta se equipa con algunas estructuras culturales que han mantenido prestigio, como en el caso del Teatro de la Commune.

En los años ochenta sufre la descentralización y deslocalización de la industria de tal manera que con los años pasa del 60% de empleos industriales en la zona, al 10%. En la actualidad algunas antiguos edificios industriales han pasado a acoger nuevas estructuras en este caso de orientación cultural, como es el caso del grupo escolar Robert Doisneau-Maria Casares en los límites entre Aubervilliers y Saint Denis, acogido en la antigua fábrica de redes eléctricas Téhalit cuyo hall construido por Eiffel aloja el gimnasio. (RUSTENITOLZ,

10 Para esta caracterización de los Distritos culturales nos hemos alineado, simplificándolas, con las propuestas de Ferelli y Saco (2011),

2015, 249).

Igualmente, con reformas y actualización del edificio, aprovechando las estructuras industriales de origen, se han instalado los llamados **"LAB"**, (Les laboratoires), una plataforma cultural de gran densidad de actuaciones, en la que se combinan artes visuales y artes de la escena, que ofrece desde 1994, la posibilidad de intercambios interdisciplinares y transdisciplinares. Su temprana política de residencia para artistas invitados ha permitido el desarrollo de proyectos artísticos que solo con el apoyo de estas estructuras habrían podido salir adelante (Dora García: Cité Lenin). Centro impulsor de un (a modo de"quartier") núcleo cultural que alberga, cerca de los LAB, a "**La Ville Mais d´ici",** polo de actividad pluricultural, centro de arte visual y de las artes vivas que se ha convertido en un elemento integrador y de intensificación de relaciones sociales.

Otra serie de estructuras se están gestionando a pesar de denegaciones previas, como el de un centro que, aprovechando estructuras industriales desafectadas, ofrezca materiales para la creación audiovisual de uso gratuito para aficionados. Igualmente en el quartier de la Maladrerie, sobre una zona e aproximadamente ocho hectáreas, se superponen distintos programas entre los que se encuentran 40 ateliers de artistas junto a locales de actividades, comercios y equipamientos socio-culturales. Otra estructura es La Station, antigua Gare de las Minas.

Saint-Denis, Commune marcada por el culto cristiano dominio de la Basílica, y los ritos mortuorios de la monarquía medieval; después, por las ansias revolucionarias, las defensas para la protección de Paris desde el norte (fuerte de la Briche y del Este) y la fabricación de armamento (ametrallaoras) en la American Hotch-kiss, las fundiciones de Léon Jacques, junto a ello, la implantación de la usine Delaunay-Belleville, la de François Coignet y la fábrica de Christofle con sus dos usines, la una dedicada al niquel y la otra a la fabricación de cuberterias . A todo ello, hay que añadir la famosa usine de las 18 chimeneas en la Plaine Commune dedicada a la fabricación de electriciad y la Verrerie Legras en la que tantos emigrantes españoles de Castilla trabajaron configurando lo que se conoció como la "Petit Espagne" que tanta importancia tuvo cuando, ya en los años treinta del siglo XX, se refugiaron los que tuvieron que huir de la España en guerra, para sostener, en muchos casos con gran protagonismo, las filas de la Resistencia Francesa; asimismo, la fábrica de mosaicos Guilbert- Martín, una de las más importantes de esta especialidad en Francia. Por último, hacer una mención, aunque mínima, a la fábrica de productos farmacéuticos, Farmacia Central de Francia, gran complejo estructurado en diversos módulos. La importante presencia fabril en la zona sur de la Commune denominada Plaine Commune, supuso la localización de 79 usines en 1910, frente a las 85 en el resto del municipio. En 1929 se trataba de 116 y 285 en el resto (*Des cheminées dans la Plaine. Cent ans d´industrie à Saint Denis autour de Christofle*. 1830-1930. 1998). El incremento de las fábricas y complejos industriales seguirá desarrollandose en la commune con éxito.

Sin embargo, ese pasado industrial hizo crisis ya en los años 70 y durante los 80. La reconversión urbana sigue, lentamente, en proceso. El factor artístico vinculado a la reforma urbana es en la commune

dionisiana un importante motor económico y social. El municipio viene apoyando estructuras artístico-culturales en distintos formatos teniendo como objetivo la integración social y la afirmación de las relaciones sociales entre los distintos grupos y etnias allí residentes: Fiesta de Saint Denis, la extinguida Bienal impulsada por TRAM *Art, Grandeur, Nature*,...etc. Junto a ello, se da respaldo aplataformas que se fundan en el arte digital y el audiovisual volcado en las nuevas tecnologías, como es el caso de "Synesthesie", que ha acrisolado a lo largo del tiempo su vocación de trabajar tejiendo redes en colaboración entre sus partenaires en el medio digital y sus inmediatos vecinos patrimoniales (resulta estimulante sus interacciones con la Basílica y con la municipalidad para el logro de la reconversión de la ciudad en manifestación artística en sí misma (numerosas intervenciones efímeras en partenariado con alto porcentaje de innovación a través de las nuevas tecnologías de lo digital).

La instalación de la Academia de los Hermanos Fratellini, añade un impulso popular al conjunto de la red de establecimientos culturales que buscan la innovación en sus sectores y que entroncan con facilidad en lechos numerosos de la sociedad. Se asocian a la innovación desde distintos sectores, el de la restauración de gran nivel se instala en los vestigios de la Pharmacie Central de France que han sido inscritos en el Inventario de los Monuments Historiques. En la zona de la rue de Lany en el Zac de Montjoie se asienta el "Data Center" de Interxion y en Plaine Commune se ubica la más alta concentración de "fermes" de servidores informáticos.

Otros factores interactúan para cubrir el objetivo de incentivar la economía por medio de la cultura y las industrias creativas. La antigua central eléctrica, de arquitectura Art Deco (Rustenholz: 2015, 232), "se ha convertido en el "Hollywood" a la francesa de Luc Besson una cité du cinéma" con unos 23.000 m 2 de Bureaux y 10.000 m2 de platós de rodaje, junto a ello l´Ecole Nationale Superieure du Cinéma Louis-Lumière. Y la Universidad Paris VIII, cierra la zona norte.

Las nuevas fórmulas de gestión y ocupación de espacios generan nuevos proyectos, como Néaucité que se desarrolla en los antiguos bureaux Alstom (el 6 B), habitaciones para estudiantes, locales de actividad cultural, sede de actividad creativa para pintores, músicos, arquitectos, fotógrafos, videocreadores, y también de duplicadores de la producción y difusores de la misma.

Por otro lado, el régimen de los Sqwats ha incrementado la utilización de patrimonio industrial abandonado como sede de actividades culturales. En este sentido "La Briche" es un lugar de origen industrial., en el que se han instalado escultores, diseñadores, músicos, modistos y serígrafos. Más de 60 artistas y artesanos trabajan allí. Por su parte La Briche Foraine permite el acceso al público. Más complejo, el Attieke es un centro social en que lo cultural y las acciones integradoras de las distintas variantes étnicas y sociales se dan la mano (https://collectifattieke.wordpress.com/)

Hay que añadir en estos momentos los dos proyectos seleccionados por el Grand Paris, para dar el

impulso necesario en las infraestructuras. En efecto, a solicitud de la Mairie de Saint Denis, el Establecimiento Público ha elegido dos de ellos como proyectos prioritarios:

-El carrefour de medios de comunicación Pleyel debe ser adecentado para recuperación del ciudadano y rehabilitación de este lugar, nudo de comunicaciones línea 13 del métro, línea H del transilien…, así como los nudos de carreteras que ocupa alrededor de 4 hectáreas de terreno, que acompañe la inclusión de la nueva Gare del Grand Paris Express (Gare Saint-Denis-Pleyel) para las líneas 14, 15, 16 y 17 , y el RER D; zona ocupada por depósitos que se pretende sustituir por despachos y alojamientos y locales

-Asimismo, la antigua piscina municipal cuyo edificio está en línea con las de principios del S. XX que, una vez rehabilitada, podría acoger un "lugar innovante, cultural y ciudadano que permita al mayor número posible ciudadanos compartir actividades"artísticas.(http://www.inventonslametropoledugrandparis.fr/) PANTIN añade a este eje una presencia de galerías de arte contemporáneo de peso muy a tener en cuenta en la evaluación del distrito cultural.

2.-2.-EJE ESTE

MONTREUIL. Como perteneciente al Departamento de Seine-Saint-Denis administrativamente debería encajarse en el eje Norte. Por el momento vamos a referenciarlo por su posición geográfica al noreste de París. Algunos especialistas le consideran como distrito cultural en sí mismo (Greffe, X. 2008, 47 y otras). Lugar mayor de la cultura, tanto en la versión de la cultura tradicional en la que se incluyen con similar presencia, instituciones públicas, como privadas, o de colectivos en régimen de gestión compartida, cuanto en el de ocupación.

El Bajo Montreuil jerarquizado entorno al "106" con su morfología de interacción entre arquitectura del pasado y nueva construcción de hoy, materializada en acero cortén en su ala de ampliación, realiza exhibiciones continuamente renovadas a lo largo del año, de las colecciones municipales y de los prestamos públicos, compatibilizando estas acciones con las de residencia para artistas y apoyo a la producción. Una tarea similar quizá con mayor enraizamiento social realiza "La Maison Populaire" en el Alto Montreuil en el que la vinculación con el entorno social se aprecia muy positiva. Su espectro cultural es muy amplia y es el proyecto cuajado de una asociación de educación popular que cuenta con un muy amplio número de adherentes de todas las edades y que trabaja desde una perspectiva transversal, en red con las demás instituciones y agrupaciones culturales: RAN, red de artes digitales, MAAD 93 red de musicas actuales, Parcours Est , etc…

Las relaciones del "116" y el entorno en el que se expresan con libertad los artistas urbanos se refuerzan con la presencia cercana de "Montreuil d´Ici". Otras instituciones como el "Nouveau Thèatre de Montreuil", el Cinema Les Meliès,…que nos hace recordar la cultura y la industria cinematográfica de la zona, refuerzan el impulso de cada una de las entidades mencionadas trabajando en red con ellas y creando sinergias de gran valor.

2.-3.-EJE SUR

Aunque en esta comunicación no se desarrolle por falta de espacio, el estudio de este núcleo de atractividad cultural en el que se observan dinámicas distrales, en estado no perfecto, se encuentra en avanzado estado.

VITRY (sur-este): Vitry con su Museo de Arte Contemporáneo, -implantación ex-nihilo de una estructura artística de gran envergadura en un entorno sin antecedente de este tipo de entidades en la localidad, ni en el resto de la banlieue-, su ya institucionalizada muestra de arte urbano, que versatiliza de forma continua la forma urbana, y su amplio patrimonio escultórico contemporáeo, focaliza la referencia de la zona sur.

Es necesario subrayar el importante valor de los festivales de arte urbano, de prestigio internacional que marcan renovaciones perceptivas y artísticas efímeras de variadas duraciones. Por otro lado, la propia ciudad y sus barrios se preparan para acompañar el proceso. El ejemplo de ello es la revitalización del quartier Centre Ville/Mario Capra/ Robespierre, que persigue una potenciación cultural y artística que pretende ser emblemática.

2.-3.-EJE OESTE

Este eje es el que ha sido estudiado con mayor desarrollo y se beneficia de un mayor número de datos y reflexiones, previas al inicio de esta investigación y durante la misma. Esto mismo hace que pueda presentarse como referencia del desarrollo que habrán de tener los diferentes núcleos y ejes investigados. Sobre el mismo me he pronunciado en diversas ocasiones (AUMENTE : 2013, 2015, 2016 A , B y C).

EJE DISTRAL LA VALLÈE DE LA CULTURE

En 2005, Nicolás Sarkozy como Presidente del Consejo General de los Hauts de Seine, crea un comité de expertos para desarrollar un proyecto de conjunto para la irradiación del Departamento. Tras acceder a la Presidencia del Gobierno de Francia en 2007 (hasta 2012) va a laborar por la irradiación de París en la Región para lo cual impulsa el antiguo proyecto del Gran París. En el centro de la nueva gran metrópolis se dibujaba un eje en torno al Sena en el que se destacaba la creación, en Ile Seguin de un núcleo cultural dedicado a todas las artes:

"En el corazón de la metrópolis se verá el Valle del Sena transformarse en valle de la cultura. …..Al oeste en el Bois de Boulogne la Fondation Louis Vuitton para la creation e Îlle Seguin dedié a tous les arts, cuya forma urbana será ella misma un monumento".

Desde la presidencia del Gobierno se impulsa (abril de 2009) un concurso de ideas para Île Seguin

en el que participa Jean Nouvel que acude en compañía de Jean-Marie Duthilleul y Michel Cantal-Dupart y finalmente él es elegido para desarrollar el proyecto.

Por otro lado, ya en 2008 se pone en marcha la plataforma diseñada por Patrick Devedjian, a la sazón sucesor de Sarkozy en la presidencia del Departamento Hauts de Seine (2008), para impulsar el territorio al que pertenecen Boulogne Billancourt, y todos sus enclaves, para « créer une continuité avec la capitale » (Daniel Janicot), en beneficio de la consecución del Gran Paris y el esplendor de Île de France. Se pretende definir un recorrido aguas abajo de los límites de la Villa de París con el rio como eje[11], iniciándose el recorrido con la Tour aux figures de Dubufett en la Isla de Saint Germain, siguiendo por Le Cube (Centro para la creación digital desde 2001) en Issy-les-Moulineax, a continuación enlazar con l´Île Seguin, La Cité de la ceramique en Sèvres, el parc Nautique de Île Monsieur, el dominio nacional de Saint Cloud, la Vallée aux Loups en Meudon, donde se encuentra un patrimonio natural muy notable, junto a hitos evocadores de la memoria cultural literaria (Maison de Chateaubrian) (Aumente 2013,2015, 2016A,B,C.)

Dando el salto hacia la ribera derecha del Sena, nos encontramos en Boulogne-Billancourt con el quartier renovado por una gran operación immobiliaria, el Trapèze, que ha quedado convertido en un hábitat de alta tecnología. En la actualidad se está renovando el quartier du Pont de Sévrès. Hacia el norte se prevée visibilizar más intensamente los valores patrimoniales contenidos en el "Museo de los Años Treinta", Instalado en el ala este del Espacio Landowsky, junto a la Mairie y en el límite de la actual renovación urbana que se ha desarrollado en el entorno del centro administrativo que diseñó Morizet en los años treinta, aún más al norte el Museo jardín departamental Albert Kahn, y finalizar en su recorrido por la ciudad de Boulogne-Billancourt en el Chateau Buchillot, en donde se decide presentar en conjunto la obra escultórica de Paul Belmondo contextualizada con obras de sus contemporáneos.

El Presidente del Departamento Patrick Devedjian ha sido, quien ha dinamizado la creación de la **Vallée de la Culture** entidad con carácter cultural que se organiza con lógica distral, surge por decisión política y se estructura con la finalidad de dar impulso económico y urbano al eje territorial en que se inscribe, con la voluntad de seguimiento a la iniciativa de los ejes marcados por la presidencia del gobierno. Devedjian lanza en 2008 el proyecto de "La Vallée de La Culture" **y** en 2011 amplía su misión para que la "VaLLée de la Culture" se convierta en referencia cultural de carácter europeo al mismo nivel que la Dèfense, con el respaldo y apoyo del Conseil Général des Hauts-de-Seine.

Tras muchas oscilaciones, finalmente, durante el 2010 se firmó un acuerdo con la empresa Natural Le Coultre dirigido por Yves Bouvier que encargó a Jean Nouvel un proyecto para el Portal de Artes plásticas. En

11 "Hoy, y todos los estudios lo demuestran, la atractividad -comprendida en ella la económica- de los territorios pasa por la cultura. Declaración de P. Devedjian . 2014: 3.

2011 se confió la concepción y gestión del proyecto cultural "R4" a la empresa Nelly Wenger[12]. Abandonado el proyecto por parte del industrial, hoy se ha retomado de la mano del presidente de la empresa Emerige.

Las tres propuestas de los Ateliers Nouvel para Île Seguin contemplan tipologias de torre, lo que ha obstaculizado la materialización. Se proponía también una estructura específica, el « R4 », que se disponía de ateliers para artistas, lugares de reunión, cafés, además de una « grande halle d'exposition (1.200 m², 9 m sous plafond), 20 à 30 galeries d'art dotées de surfaces d'exposition mutualisées, trois salles de vente aux enchères, un amphithéâtre de 300 places et des réserves d'art ouvertes au public »[13]

Se preveía que el R4 interactuase con el resto de entidades e instituciones que han de asentarse en la isla buscando llegar a crear red con las que existen en el territorio cercano.

Los quartiers Trapèze y Pont de Sèvres está terminando en la actualidad su reconversión. La demarcación del distrito Rives de Seine -más que un quartier, pese a que así sea denominado-, comprende tres sectores: Pont de Sèvres, Le Trapèze e Île Seguin. La totalidad de ese ámbito urbano está sometida a una intensa transformación. Le Trapèze e Ile Seguin están experimentando una total reconversión de zona industrial a sede terciaria, mientras el quartier Pont de Sèvres muda de piel y se actualiza. El quartier Pont de Sèvres tuvo su momento de auge en los años setenta, cuando acogió los grandes conjuntos de viviendas para trabajadores de la Renault, entre otras la cité du Pont de Sèvres. En 2007, Dominique Perrault ganó el concurso para la rehabilitación de los altos edificios del Pont de Sèvres de los años 70, pero en 2012 rediseñó su propuesta con la pretensión de incrementar en un tercio la capacidad de las torres (planteándose elevar 3 de ellas hasta los 100 metros de altura) para ganar espacio dedicado a oficinas y dotarlas de una nueva doble epidermis de efecto poliédrico con fragmentos de fachada metálica -de aspecto plateado- que colabora en la justificación de la redenominación de las torres del Pont de Sèvres como City Lights.

De las intervenciones en el quartier Pont de Sèvres destaca la renovación de los edificios elevados en la zona en la década de los años 70, época en que la construcción en "dalle" Por su parte, el conjunto Tridente se corresponde a un nivel social de mayor rango. Otro de los objetivos a cumplir en la amplia intervención planteada ha sido reordenar la zona del Forum núcleo de negocios que necesitaba conectar directamente con la Avenida del General Leclerc y con la zona del nuevo parque abierto en el Trapèze.

La creación de una gran pasarela para mejorar la comunicación peatonal del corazón del área de Le Trapèze con la gran arteria y punto de intercambio comunicacional del Pont de Sèvres es otra de las

12 Antigua directora de Nestlé Suisse y de Expo 02

13 De la misma manera se expresa N. Wenger en declaraciones recogidas en Le Monde : Ce pôle d'art contemporain devrait devenir *"le Montparnasse du XXIe siècle"*, pour reprendre les termes de Nelly Wenger, chargée de sa conception et de sa réalisation. Résidences d'artistes, espace d'exposition de 1 200 m², 20 à 30 galeries d'art, enchères, amphithéâtre....

intervenciones.

En la actualidad, la operación de sustitución de los vestigios de las usines Renault en "tierra firme", en el Trapèze, está prácticamente concluida, se ha conseguido transformar este ámbito de área fabril, orientada a la industria automovilísta, en barrio de negocios en general, especializado en el desarrollo de las últimas tecnologías de la comunicación, así como en habitat residencial de alto nivel (http://www.boulognebillancourt.com/previous/PLU/src/03_Piece3.Projet_amenagement_developpement_durable/partie4.pdf., 44). El tercer sector, Île Seguin acoge el polo cultural estrella del oeste del Gran Paris lidera ya en la actualidad el sector con la terminación de la Cité de la Musique.

La dimensión del sector digital es tal en el Trapecio y en general en toda la ciudad de Boulogne-Billancourt que se ha planificado una escuela piloto de enseñanza digital (http://ileseguin-rivesdeseine.fr/fr/actualite/lancement-du-chantier-de-lecole-pilote-du-numerique) que habría de estár en posibilidad de funcionamiento en 2018. La escuela (full LED) se diseña a imagen del eco-quartier del Trapecio que responde al label HQE y la norma RT2012.El edificio ha sido diseñado por el atelier Muoto. Con la implantación de esta escuela se introduce la immersión digital desde los primeros niveles de aprendizaje y se asegura el relevo competente de los trabajadores del sector. La medida se une a otras practicadas por el Departamento de Hauts de Seine, como el caso de la introducción tanto en Boulogne como en Issy-les-Moulinneaux de iPad Air2, así como en otros colegios del Departamento, y permite la conexión de los 72 colegios entre los 200 que se incuentran incluidos en el *Plan National Numérique des Collèges* » que tiende a integrar los nuevos usos digitales.(https://outlook.live.com/owa/?mkt=es-us&path=/mail/inbox/rp).

La confluencia en un portal del entorno digital permite la interacción a través de : enc.hauts-de-seine.net

Este eje ha sido profundamente estudiado a través de documentación bibliográfica, hemerográfica, gráfica, fotográfica, audiovisual y archivística pertinente destacando, junto a los sectores del Trapecio y aledaños, e Île Seguin (los antiguos terrenos de las fábricas Renault) con los potentes proyectos y realizaciones. Se han privilegiado también los siguientes puntos de referencia sobre los que ya he publicado buena parte de mis estudios referidos a los mismos: Museo y Jardines Albert Kahn con los "Archives de la Planète" que contiene una colección de 72.000 autocromos y gran cantidad de films documentales de las primeras décadas del siglo XX (Aumente 2016); el Espacio Landowsky y el Museo de los Años Treinta, sin dejar de prestar atención a la nueva Gare del Grand París Express que se ha de instalar en el nudo fuerte nuclear de Pont de Sèvres-Trapèze, donde va a brillar entre los valiosos componentes de esa potente renovación urbana, la Cité de la Musique de Île Seguin. El centro y "corazón" de este eje distral es Île Seguin y toda la ciudad de Billancourt ha querido responder al reto, el resto de los puntos pertenecientes a ciudades y territorios del eje están trabajando, pero es Boulogne-Billancourt, a excepción de la Dèfense que tiene su propia dinámica como ciudad de los negocios, la que está haciendo un mayor esfuerzo y sus objetivos están siendo logrados a base de decisiones políticas, participación de la sociedad y aportación de los profesionales

especialistas (arquitectos, urbanistas,artistas etc.), buscando la reactivación de la economía del territorio y una potenciación de la identidad en el marco del Grand París.

3.-CONCLUSIONES

-Se observa, en la mayor parte de los núcleos y polos significativos, del área acotada (Grand París), la immersión en la politica cultural que se apoya en las teorías de la apuesta por un futuro basado en la sociedad del conocimiento, la valoración del patrimonio, la renovación urbana y el desarrollo de la innovación y las nuevas tecnologías como acicates económicos con vistas a la mejora del empleo y el afianzamiento de la identidad en el territorio, cubriendo así el objetivo común entre las intercomunalidades concernidas de trabajar en común para el logro de la irradiación del Grand París como Metrópolis mundial.

- La intensidad de la adhesión a estos presupuestos, varía según el punto de partida de las diferentes villas de la banlieue. No se detecta el mismo comportamiento en Boulogne-Billancourt, que en Saint-Ouen, a pesar del interés alto de la actuación en alguna de sus estructuras de referencia (Mains d´Oeuvres).

-Se han detectado una serie de plataformas de importancia en los puntos considerados de alta significación y se han hecho estudios morfológicos que nos dan a comprobar la diversidad, pero también la tendencia al rescate de friches y edificios tecnológicos desafectados, sobre todo en regimen de ocupación, pero no exclusivamente (Les Lab, Mains D´Ouvres…).

-En el este, Montreuil (Seine-Saint Denis) es un potente foco y queda por estudiar la fuerza de otros puntos de atracción de Val de Marne para evaluar su posición.

-Vitry con su Museo de Arte Contemporáneo, su ya institucionalizada muestra de arte urbano, que versatiliza de forma continua la forma urbana, y su amplio patrimonio escultórico contemporáeo, focaliza la referencia de la zona sur.

-Esta investigación requiere la posterior profundización en algunas de las zonas seleccionadas para poder abocar a conclusiones aún más fundadas.

- Se perfila como el eje distral más literal, el relativo al oeste, en lo que se viene denominando La Vallée de la Culture como continuidad al eje Val de Seine en su paso por París.

- La ciudad de Boulogne-Billancourt está desarrollando un intenso proceso de priorización de la orientación creativa.

REFERENCIAS

- -AUMENTE RIVAS, P. (2016 C) "Los archivos fotográficos Albert Kahn, Patrimonio científico cultural en el eje distral de Hauts de Seine (Grand París). *Actas del Congreso Internacional Imagen y cine científico*. Ronda diciembre 2016, en línea.
- -AUMENTE RIVAS, P. (2016 B) "¿Qué fue de las "Usines Renault" en Boulogne-Billancourt?". Restos de una desmemoria en la transformación urbana de la prolongación oeste de París. *El arte y la recuperación del pasado reciente*. Madrid CSIC.
- -AUMENTE RIVAS, P. (2016 A) "Boulogne-Billancourt, de colonia de artistas en la banlieue, a proyecto de barrio artístico en el Grand París". en *Estudios de Arte y cultura visual*. P. Aumente Rivas y M. Á. Chaves Martín (Coordinadores). Madrid Icono 14 editorial, pág. 69-126.
- -AUMENTE RIVAS, P. (2015) "Arte y revitalización del territorio: proyecto de nuevo distrito cultural en la banlieue oeste de París". *El arte público a través de su documentación gráfica y literaria. Homenaje a Manuel García Guatas*. Encuentro Internacional 4 a 7 nov. 1014, José Antonio Hernández Latas (coord..). Institución Fernando El Católico, Zaragoza. pág. 289-308.
- -AUMENTE RIVAS, P. (2013 B) "De Montparnasse a Île Seguin. Del pasado al futuro a través de dos barrios artísticos parisinos". *Nº 3.1, Junio 2013. Número Extraordinario. Arte, Arquitectura, Comunicación y Ciudad: Interacciones y Diálogos*.
- http://www.boulognebillancourt.com/previous/PLU/src/03_Piece3.Projet_amenagement_developpement_durable/partie4.pdf., 44
- -"Déclaration de Mexico sur les politiques culturelles" (*Conférence mondiale sur les politiques culturelles*, México, 26 juillet - 6 août 1982
- - *Des cheminées dans la Plaine. Cent ans d´industrie à Saint enis autour de Christofle*. 1830-1930. (1998) Grâne, France, Creaphis.
- -DEVEDJIAN, P. *La Vallée de la Culture. La revue culturell du Conseil Général des Hauts de Seine.* Été 2014.
- - SARKOZY, N. Discurso en la Cité de l´ Árchitecture et de Patrimoine de 9 de abril de 2009.
- - DURANTI, Cristina, Pier Luigi SACCO, Luca ZARRI. "La domanda di cultura nelle società avanzate: premesse ad una metodología transdiciplinare" NOV AICCON Working Paper n. 24. Novembre 2005.Consultas en línea.
- - Enc.hauts-de-seine.net
- -FERELLI Y SACO (2011), *Nuevas direcciones en políticas culturales. Los distritos culturales sistémicos.* Sevilla, Doble J,31
- -GRÉCO, Bertrand . Un "aimant à artistes" sur l'île. *Le Journal du Dimanche* dimanche 18 décembre 2011.http://www.lejdd.fr/Culture/Beaux-Arts/Actualite/Le-futur-pole-d-art-contemporain-baptise-R4-ouvrira-en-2015-a-Boulogne-Billancourt.-
- 441443.
- -GREFFE, X. Y SIMONET,V. *le développement de Île de France par la création de districts culturelles.* DGALN- PUCA y Ministère de l´Ecologie, de l´energie, du Développement Durable et de l ´Aménagement du territoire. Version en línea: X. Greffe_Rapport_IDF_09.08.pdf
- -https://outlook.live.com/owa/?mkt=es-us&path=/mail/inbox/rp

- -ITTY, KANCEL, WEIL, DURIEUX. (2013). *L'apport de la culture à l'économie en France.* Inspection General de finances et inspection General des affaires culturelles. Décembre. http://www.economie.gouv.fr/files/03-rapport-igf-igac-culture-economie.pdf
- -LAZZERETTI, L. (2014). "The definition of cultural and creative industries", in *Creative industries and innovation in Europe: concepts Measures and comparative case studies*. Rouletge.
- -LE MONDE | 27.11.2012 http://www.lemonde.fr/culture/article/2012/11/27/ile-seguin-de-jolies-tours-de-magie_1796503_3246.html .
- -LEVY, M. JOUYET, J.P. *Rapport de la Commission sur l'Économie de l'immatériel*, *L'économie de l'immatériel. La croissance de demain.* Rapport de la commission sur l'économie de l'immatériel. http://www.iesf.fr/upload/pdf/economie_de_l_immateriel.pdf
- *-LOI 2010.* Consolidada. 2 aout 2014. http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000022308227
- -LUSSAULT, M. "Les territoires urbaines en quête d´image" *Urbanisme. Les chemins de la democratie .mai- jun 2005, nº 342,* en Mongin, Olivier. "Quelle reconfiguration territoriale?. ¿Quelle reconfiguration democratique?. *Les chantiers du Grand Paris*
- -MARTIGNON, G. (1998). *La Seine Saint-Denis Hier et Aujord´hui*. Sides, Fontenay-sous–Bois.
- -MÉNDEZ GUTIERREZ DEL VALLE, R. et alt. "Economía creativa y desarrollo urbano en España: una aproximación a sus lógicas espaciales". *Eure*, vol. 38. Enero 2012, 15-32.
- -http://www.nellywengerassociates.com/fr/ Última consulta 7/7/2013 y http://www.nellywengerassociates.com/uploads/presse/LeTemps_03.03.2011.pdf
- -RUSTENITOLZ, A. (2015) *De la Banlieue rouge au Grand Paris. D´Yvry a Clichy et de Saint-Ouen à Charenton.* Paris. La Fabrique editions, 249.
- -UNESCO, *Comprendre les industries créatives, les statistiques culturelles et les politiques publiques.* United Nations Educational Scientific and Cultural Organitation. http://www.acpcultures.eu/_upload/ocr_document/UNESCO-GACD_IndCreative+StatCultureBackground_fr.pdf

A CIDADE SÁBIA: EDUCAÇÃO E A CIDADE

LA CIUDAD SABIA: EDUCACIÓN Y LA CIUDAD
THE WISE CITY: EDUCATION AND THE CITY

SÓCRATES E A VERDADE CRIATIVA DA CIDADE DIGITAL

RODRIGO ALMEIDA SOUSA

Investigador Académico
CIC.DIGITAL - Pólo da Universidade do Porto.
Praça Coronel Pacheco, 15 - 3.º. CP 4050-453 Porto (Portugal). Email: mail_rodrigo@hotmail.com

Resumo

Sabemos consensualmente que vivemos numa era de predomínio digital. Os jornais, rádio e televisão publicam online as notícias de última hora antes mesmo de as difundir pelos seus formatos tradicionais. E é do mesmo modo que acedemos aos diferentes conteúdos de cariz económico, científico e político. Sabemos igualmente que já não somos apenas receptores. Estamos na era mais interactiva de sempre, a dos utilizadores-produtores. O Eu é agora também um Tu – és tu que produzes, tu que comentas, tu que dás a conhecer o teu trabalho e a tua visão do mundo, sobretudo nas redes sociais, onde convergem os pensamentos e sentimentos dos cidadãos da Pólis Global. Contudo, o que porventura não sabemos é responder a algumas perguntas essenciais: Porque tem mais sentido chamar Pólis (cidade), e não Aldeia, a este espaço virtual? Como se constitui a verdade e qual o papel da criatividade nesta Cidade? E quais são os seus principais dilemas? Ao formular estas questões, deparamo-nos com um mundo contemporâneo instável, sem capacidade de inovação cultural, sujeito a ondas emocionais e à opressão das maiorias. Mas talvez uma revisitação ao berço da democracia e, sobretudo, à revolução socrática nos possam trazer respostas e novas perspectivas.

PALAVRAS CHAVES

Comunicação, Verdade, Criatividade, Cidade, Democracia

Abstract

It is consensual that we are living in an age of digital predominance. Newspapers, radio and television publish breaking news online even before broadcasting them in traditional formats. This is how we access information nowadays, whether it is economic, scientific, political, or other. Likewise, it is also consensual that we are no longer mere receptors anymore. Our age is the most interactive ever and we now have become user-producers. The "I" is now also a "You" – You are the one producing contents, commenting, promoting your work and sharing your own vision of the world; particularly on social media, on which all our thoughts and feelings tend to converge, as we are citizens of the same Global Polis. Nevertheless, what is not yet consensual is how to answer some specific questions, such as: Why does it make more sense to say Polis (City), and not Village, when referring to our virtual common space? How do we construct truth and what is the role of creativity in this City? And finally, which dilemmas arise in this context? It is precisely when we formulate these questions that we face the instability of our contemporary world, incapable of cultural innovation and subjected to the emotional and oppressive waves of the majorities. Notwithstanding, perhaps revisiting the cradle of democracy and the Socratic revolution might provide us with answers and new perspectives.

KEY WORDS

Communication, Truth, Creativity, City, Democracy

Introdução

O estudo dos paradigmas comunicacionais, com base nos suportes media utilizados em diferentes épocas é, sem dúvida, o maior contributo da Escola de Toronto (Havelock, Innis, McLuhan), no âmbito da filosofia e ciências sociais. É portanto nesta tradição que este artigo de investigação teórica se enquadra, tendo como objecto a Cidade Digital, o seu modelo espácio-temporal e a percepção do mundo que intrinsecamente promove. Neste contexto, as interrogações, naturalmente, surgem: Porque decidimos chamar Cidade, e já não Aldeia, ao nosso espaço comum? Como se estabelece a verdade nesta Pólis? Através da adequação *intelecto* e *substância* (por exemplo), ou antes de forma criativa? Quais os dilemas inerentes à maneira como hoje percepcionamos o tempo e o espaço, e determinamos o que é ou não verdadeiro? Talvez as respostas a estas perguntas possam em parte explicar o ambiente de instabilidade, exaltação e desconfiança democrática em que vivemos, assim como apontar para eventuais soluções.

Objetivos

• Com base nas perguntas formuladas na introdução, este artigo de investigação teórica pretende:

• Relacionar o conceito de Verdade com os paradigmas comunicacionais que nos antecederam, com vista a interpretar melhor o nosso;

• Compreender porque faz mais sentido chamar Cidade, e não Aldeia, ao espaço virtual e global onde hoje convergimos;

• Analisar como se constitui a Verdade Criativa, tanto na precedente Aldeia Electrónica como na actual Cidade Digital;

• Fazer um levantamento dos dilemas inerentes ao paradigma comunicacional desta Pólis, sobretudo no que respeita a democracia representativa;

• Revisitar o berço da democracia, a Pólis Clássica (séc. V a.C.) e a revolução de Sócrates, visando hipóteses eventualmente viáveis para a solução dos mencionados dilemas.

Metodologia

Com vista a responder às questões e objectivos formulados, optámos por uma metodologia hermenêutica, comparativa e crítica. Assim, tendo por base a perspectiva da Escola de Toronto (Havelock, Innis, McLuhan), estabelecemos, antes de mais, uma comparação entre os paradigmas comunicacionais das épocas em causa, segundo os suportes media utilizados. Primeiro, e de forma breve, analisámos o iluminismo, o primado do sujeito e a sua relação com o livro e imprensa escrita. Posteriormente, a era electrónica e a aldeia global, tendo como principal meio a televisão. E por fim, a cidade digital e os seus dilemas – os quais nos levaram a elaborar uma interpretação um pouco mais heurística; tentando vislumbrar na Grécia antiga, e respectiva revolução socrática, eventuais hipóteses de resolução para os problemas que hoje enfrentamos.

Desenvolvimento
1. A Verdade do Sujeito ou Pré-Relativismo

Desde o renascimento que a imprensa escrita havia estabelecido um paradigma subjectivo, bidimensional, em contraposição ao ambiente ontológico da idade média; cujo conhecimento natural (das essências) e tridimensional deveria ser posto em causa, devido ao seu "realismo ingénuo". O Sujeito Idealista (Cogito) refugiava-se no mundo dos livros, lendo, escrevendo, e produzindo uma perspectiva global do mundo, por meio da palavra impressa e da sua estrutura lógica. Tratava-se de um espaço privado a partir do qual o Eu construía uma narrativa objectiva e com ambições universais; podendo aplicar-se a qualquer outro Eu e, consequentemente, ao espaço público, ou mesmo à Humanidade inteira. Mas, para que tal acontecesse, a exegese do sujeito não poderia estar limitada pela censura das estruturas tradicionais (monarquia, religião institucionalizada, superstição). Era necessária a liberdade de imprensa.

A tensão entre as instituições tradicionais, censura e liberdade de imprensa desenvolveu-se sobretudo durante o iluminismo. E curiosamente, a luta pela escrita livre teve na oralidade a sua principal aliada. Os emblemáticos debates públicos do século XVI e XVII nos países protestantes – que tinham como função a divulgação da exegese privada/subjectiva da Bíblia, contra a versão institucional católica (Briggs & Burke, 2002, pp. 92-93) – deram lugar, no século seguinte, ao sigilo dos salões neoclássicos da França, monarquia oficial e alegadamente papista, na época. Neste contexto, intelectuais como Voltaire e Diderot discorriam sobre temas progressistas, já que o secretismo elitista inerente à conversa de salão os protegia da repressão por parte do poder instituído. Assim, entre os mencionados temas estava a ética da tolerância e o núcleo conceptual do que viria a ser a democracia representativa, baseada no Estado de Direito, na Constituição e na Separação de Poderes elaborada por Montesquieu (Espírito das Leis, 1748; 2000).

Por outras palavras, primado do Sujeito Idealista implicava, por um lado, uma diferenciação dos pontos de partida. Ou seja, a liberdade das consciências, enquanto prismas que objectivamente teorizavam o mundo. Por outro, este sujeito não se limitava à sua individualidade solipsista, também possuía um carácter estrutural (Cogito/Eu majestático) e ambições universais. O autor neoclássico não escrevia ensaios sobre ele mesmo, mas sobre todos nós – a humanidade, o entendimento humano, o espírito das leis, a razão, o progresso. Daí que o valor da tolerância fosse condição *sine qua non* para qualquer debate. Era necessário tolerar o outro enquanto premissa subjectiva alternativa. Em consequência, a forma de governo deveria igualmente resultar de um equilíbrio de poderes repartidos entre diversas subjectividades – executiva, legislativa e judicial. Tratava-se, portanto, de um pré-relativismo, tendo por base a suposta afirmação de Voltaire: "Eu discordo do que você diz, mas vou defender até a morte o seu direito a dizê-lo" (Tallentyre, 1906, p.199). Deste modo, inspirada nos pensadores neoclássicos, a *Constituição* e *Bill of Rights* dos Estados Unidos da América passariam então a garantir a liberdade de imprensa, de expressão e a representatividade democrática (Innis, 1950, p.197).

2. A Verdade-em-Rede ou Relativismo Criativo

A Era do Sujeito Idealista e da supremacia da palavra impressa começou a declinar a partir da Revolução Industrial, na medida em que esta alterou a nossa percepção espácio-temporal. O mundo ocidental passou a viver numa realidade quase diametralmente oposta à do restante globo. As sociedades humanas passaram a dividir-se ainda mais entre monocrónicas e policrónicas, nos termos de E.T. Hall (1959). Com efeito, segundo o antropólogo, o ocidente (e uma pequena parte do oriente, ex. Japão) adopta um tempo monocrónico: uma linha de sucessões, com passado, presente e futuro, promovendo a execução de tarefas singulares (uma de cada vez, *single-tasking*) sob os ditames de um horário. Enquanto as sociedades sul-americanas, africanas e da maior parte da Ásia vivem em conformidade com o tempo policrónico, natural, mítico: as lendas do passado e as profecias do futuro confluem no constante presente, ou no ciclo do eterno retorno (Nietzsche, 1996, p.218; Aforismo 341), pelo que as tarefas se executam simultaneamente (*multitasking*) sem necessidade de horário.

No entanto, foram os meios de comunicação que mais alteraram a noção antropológica de espaço no século XX. A rádio fragmentou o precedente monopólio da visão (livros, revistas, jornais), recuperando o sentido da audição (Innis, 1995, p.80-81). Contudo, foi a televisão que recuperou a globalidade dos sentidos, ou tridimensionalidade audiovisual. Rompendo com a conexão Sujeito-Visão-Objecto/Livro, os meios electrónicos reconfiguraram a nossa percepção transformando-a na relação intersubjectiva e multissensorial de uma Rede de Sujeitos – organizações e indivíduos – interconectados num mundo linguístico em constante acção económica, política, sociocultural, e a três dimensões.

Neste sentido, a filosofia dos meados do século passado reflectia claramente o ambiente interconectado e sinestésico em que os seus autores já estavam inseridos (McLuhan, 2002, p.248). Martin Heidegger traduz o termo *Logos* por discurso, fala (Heidegger, 1993, p.42), e Verdade por desvelamento (*Alétheia*), a acção de trazer qualquer ente à luz da sua compreensibilidade, nem que seja sob a forma de mera sensação (*Aísthesis*; ibid. Pp.42-43). A Era do Sujeito Idealista e o seu universo literário, bidimensional, tinha chegado ao fim. Havia sido superada pela generalização dos meios electrónicos (rádio, cinema, televisão) e o consequente giro linguístico que estes favoreciam; inaugurando uma rede intersubjectiva de produção cultural, repleta de significados, usos significativos e jogos de linguagem (Wittgenstein, 1953). Deste modo, o conceito de verdade já não se prendia à mera relação sujeito-objecto, mas à própria acção de jogar, lançar os dados linguísticos no tabuleiro histórico-social onde todos convergimos. Isto é, a verdade tornou-se essencialmente criativa, já que passou a resultar da proatividade humana. Por outras palavras, desde os meados do século XX que todos nós contribuímos para a invenção do mundo pós-moderno, através do nosso trabalho, consumo, acção política, intelectual, artística, inseridos neste território comum: a Aldeia Global. Com efeito, foi este é o célebre termo que McLuhan escolheu para caracterizar a época em que viveu. E é neste contexto que a pergunta se torna inevitável: porquê Aldeia e não Cidade?

Segundo o filósofo de Toronto, desde o pós-guerra que os meios electrónicos favoreciam a imagem do

mundo como uma só tribo (McLuhan, 2002, p.8), cujo espaço se poderia designar à imagem de uma aldeia ou pequena vila. Porém, nunca uma Metrópolis ou Megacidade, e por dois motivos essenciais. Primeiro, porque o meio electrónico predominante, a televisão, favorecia uma sociedade de indivíduos dependentes das organizações (McLuhan, 2002, p.1). Segundo, porque promovia as culturas e ambientes locais. Numa fase inicial, as pessoas juntavam-se num café ou clube de bairro para ver as notícias ou eventos importantes, como Neil Armstrong a pisar a lua. E mais tarde, a TV via-se em família. Havia sempre um efeito tribal, localizado, gerando grupos de opinião. Algo, portanto, bastante diferente da realidade de hoje.

Deste modo, os indivíduos não possuíam uma voz relevante por si mesmos, mas faziam-se representar enquanto membros de distintos grupos de opinião, os quais eram habitualmente eclécticos e abertos ao debate. A estrutura organizacional reforçava a diversidade de tipologias de consumo, profissões, acções políticas e socioculturais. Um individuo possuía uma estrutura singular repleta de pensamentos, convicções, gostos pessoais, a qual nunca entrava em conflito directo com a maioria social. O seu espaço privado estava garantido pelo carácter oculto da sua dimensão pessoal, reservada para si mesmo e para os seus. Em casa, conversava-se em família, e no café, debatia-se com os amigos. Pois, individualmente, a voz pessoal, singular, não tinha suficiente poder de alcance, sendo constantemente mediatizada, representada pelas organizações e grupos institucionalizados (associações, clubes, partidos) a que os indivíduos pertenciam. Assim, a Era Electrónica promovia um relativismo em mosaico, como uma manta de retalhos socioculturais que, apesar da sua dinâmica multissensorial – e consequentemente, mais emocional que racional, sobretudo em comparação com as épocas precedentes, do livro e da imprensa escrita. Mas, acima de tudo, reforçou de sobremaneira o papel da representatividade no âmbito das sociedades democráticas.

3. A Verdade Digital ou Hiper-Relativismo Criativo

Como temos afirmado, a predominância das organizações no século passado era clara e explícita. No entanto, tal não significa que o indivíduo não fosse relevante. A corrente existencialista alcançou o seu apogeu justamente no pós-guerra. Albert Camus alegava que os dilemas mais profundos do homem eram essencialmente pessoais, e que o próprio valor da vida advinha de um costume irrisório (1995, p.18), devendo ser questionado por cada um de nós. Da mesma maneira, Sartre declarava que nenhum indivíduo podia ser definido por meio de categorias universais – nacionalidade, etnia, sexo, cor da pele – mas tão-somente pela sua liberdade e circunstância (1993, pp.459-579). De facto, o filósofo francês acrescentava que nem nós mesmos tínhamos o direito de oprimir a nossa própria existência rotulando-nos e autolimitando-nos através da universalidade nadificante das mencionadas categorias. Tal acto seria má-fé (ibid., pp.81-106). Ou seja, justamente o oposto da atitude mais digna e verdadeira que um homem contemporâneo pode adoptar: a busca da sua própria autenticidade. Deste modo, uma vez mais constatamos como a verdade no século XX era essencialmente criativa, e não só no sentido linguístico, sociocultural e organizacional. Pois, também a busca do indivíduo pela sua autenticidade era sobretudo uma aventura heurística, inventiva, autopoiética, já que as definições antropológicas tradicionais haviam sido rejeitadas. Consequentemente, desde a geração

dos Beatniks que o homem contemporâneo tenta encontrar o seu carácter autêntico por meio do seu estilo de vida, consumismo e cultura *pop*.

No entanto, algo mudou na transição para o século XXI. Na Era Digital o espírito de inovação cultural parece ter desaparecido. A construção da nossa autenticidade é hoje seguramente menos inventiva, no sentido radical do termo. Há quanto tempo não criamos uma geração emblemática, com um *lifestyle* próprio, impactante, exclusivo do nosso século, ou emblemático de uma década? – Como por exemplo os hippies o foram nos 60's, os punks nos 70's, os yuppies nos 80's, ou os grunge nos 90's. Ao invés, desde o ano 2000, tivemos neo-hippies, post-punk revival, nu metal e lobos de Wall Street. No cinema, temos sequelas e adaptações atrás de sequelas e adaptações, e agora o *Trainspotting II* e *Seinfeld: The Movie*, ambas previstas para 2017. Na TV fantasiamos o realismo e a performance, mas não a criação. E até mesmo o estereótipo mais emblemático dos nossos tempos, o hipster (década de 2000-2010), não traz nada de novo; simplesmente se contenta em gentrificar costumes, visuais e estilos *pop* já há muito inventados. Com efeito, o próprio termo hipster provém da Beat Generation, cujo modelo era James Dean, o verdadeiro "hipster hero" (*The White Negro*, 1957; Mailer, 2007).

Por outras palavras, nem sempre a criatividade resulta em inovação. Algo que, porém, não nos deveria surpreender, se reinterpretarmos este fenómeno à luz da Escola de Toronto. Efectivamente, desde a generalização da internet que o nosso paradigma comunicacional mudou, pelo que uma vez mais a nossa percepção do tempo e do espaço foi reconfigurada. A imagem da Aldeia que McLuhan nos deixou já não se aplica às nossas vidas. Os Blogs e as Redes Sociais outorgaram ao individuo uma voz imediata, directa, favorecendo um hiper-relativismo criativo e axiológico. As organizações já não são percepcionadas como entidades superiores ao indivíduo, ou que o possam representar, mas como entidades entre milhões de outras. Cada um de nós se representa a si mesmo na Rede, pelo que só existe uma relação antropológica possível – Eu e a Cidade Digital. Não há intermediários. A informação discorre da América ao Japão, como num espaço de fluxos (Castells, 2004, p. 36) essencialmente cosmopolita. E que ademais tudo absorve, não somente os intermediários mas inclusive o próprio tempo, que se converteu num autêntico eterno retorno virtual, ou *tempo atemporal* (ibid., p. 37). Por fim, também a divisão que Hall faz entre monocronía e policronía se tornou obsoleta, já que a nova temporalidade absorve o passado e o futuro. Na Rede, tudo aparece, desaparece, reaparece; tudo morre e volta à vida. A todo o momento o presente ressuscita a mítica Fénix, pelo que todas as épocas, conhecimentos, modas, estilos, criações, produtos, bens e actividades humanas podem confluir simultaneamente (*multitasking*). A dicotomia monocrónica/policrónica fundiu-se numa autêntica Policronía em Tempo Real. Em consequência, a inovação cultural deixou de ser uma premissa ideológica, ou sequer uma pragmática possível. Pois, quem pode inovar sem uma efectiva percepção do futuro?

3.1. O Dilema Democrático

A Policronía em Tempo Real caracteriza o contexto espaciotemporal dos nossos dias, resultando na falta de inovação cultural. Contudo, as suas consequências mais relevantes dizem respeito sobretudo ao

próprio sistema democrático. Em primeiro lugar, a emoção ocupou o lugar diminuto que, no século passado, ainda restava à razão. A partilha de informação num espaço de fluxos, em actualização permanente, favorece de modo exponencial a celeridade da participação interactiva; pois, naturalmente, ninguém consegue pensar com seriedade em qualquer assunto, seja ele qual for, se no dia seguinte este já se encontrar metamorfoseado, e passado uma semana se tiver esgotado. Assim, o paradigma comunicacional em que vivemos promove, ainda mais que o precedente, o carácter emotivo da participação. Rejeitando a razão, 2016 ficou conhecido como o ano da *pós-verdade* (Fox, 2016). Além de se tratar de mais um pós – entre tantos outros, a pós-política, o pós-humanismo, pós-consumismo, pós-hiptser, etc., já que pouco ou nada inovamos, em termos culturais – a pós-verdade delega na emoção a capacidade de julgar se uma asserção é verdadeira ou falsa, independentemente dos factos, premissas ou eventuais falácias nos argumentos apresentados. Trata-se, portanto, de um conceito perigoso e que desafia qualquer bom senso, e que muitos alegam ser a principal causa do Brexit e da eleição de Donald Trump (ibid.).

Do mesmo modo, o carácter imediato dos meios digitais favorecem uma simpatia crescente pela democracia directa. O confronto de valores opera-se nas caixas de comentários, sendo vencedor aquele que obtiver mais *likes*. Assim, por mais que a opinião individual tenha alcançado a voz que nunca teve, este hiper-relativismo pode resultar na prática numa experiencia de opressão e angústia, para grande parte da população. Pois, apesar da sua aparente liberdade axiológica e política, o indivíduo tem de enfrentar, sozinho, autênticos fluxos de opinião em massa, sentindo-se rejeitado pela comunidade global caso não concorde com a *vox populi*. Ele já não tem intermediários que o representem, nem uma cultura local (ou grupo, tribo urbana) onde se refugiar.

Em resumo, embora as nossas estruturas institucionais continuem a basear-se no espírito iluminista, na prática elas já não significam o mesmo para nós. A separação de poderes é posta em causa diariamente; na Rede, até mesmo as decisões dos tribunais se sujeitam ao regime dos *likes* e *emotes*. Ser tolerante há muito que deixou de significar ter respeito pelo ponto de vista do outro – cujo direito Voltaire, alegadamente, defenderia até à morte (Tallentyre, 1906, p.199). Tolerância converteu-se hoje num mero activismo, geralmente a favor da interpretação que as massas, à direita ou à esquerda, fazem dos direitos humanos; e acompanhado de um agressivo apelo à censura dos que discordam da sua respectiva exegese – resultando, ironicamente, no contrário do sentido originário que os iluministas franceses lhe davam. Os meios digitais promovem, pela sua própria natureza, a intervenção directa em detrimento da representatividade, algo que coloca em causa a democracia moderna (Reybrouck, 2016; The Observer, 2016), tal como a conhecemos; motivo pelo qual vemos personalidades moderadas alertando contra os extremismos (Sampaio, 2016).

Deste modo, a pergunta impõe-se: onde podemos encontrar soluções? Talvez seja cedo para responder satisfatoriamente a esta pergunta. Mas, se de facto queremos encontrar plataformas comunicacionais alternativas, que promovam os valores da tolerância originária (neoclássica), da representatividade e da racionalidade na criação de verdades comuns, então este é o momento de começar a levantar hipóteses. Pois,

antes de qualquer estudo quantitativo, há que analisar qualitativamente a sua coerência e viabilidade. Neste sentido, a primeira que vislumbramos reside nas próprias origens da democracia, a Grécia de Sócrates e dos Sofistas.

3.2. A Grécia de Sócrates e o Debate Académico

A introdução da escrita, no século VII a.C. (Innis, 1995, p.41), teve consequências profundas na sociedade helénica; sendo a primeira de todas a crescente autonomia dos poetas. Com efeito, na medida em que as comunidades gregas se fundamentavam na oralidade, não tinham uma classe de escribas; pelo que os Aedos (cantores-poetas, ex. Homero e Hesíodo, séc. IX-VII) eram os protagonistas exclusivos da cultura e da educação (*paideia*). Contudo, o alfabeto levou-os a simplificar as suas performances orais, outrora repletas de música e dança. Recorrendo mais à palavra escrita, como meio de fixar as suas criações e auxiliar a respectiva memorização, surgiram então os célebres versejadores líricos (Arquíloco, Sólon, Safo), que assim se denominavam por se fazerem acompanhar tão-somente da sua lira. De facto, é a estes que o termo poeta se pode aplicar no sentido estrito, já que eles mesmos se diziam *poietes*, fazedores (Murray, 1996, p.8). Pois, apesar de continuarem a agradecer às musas o dom da inspiração, na prática se reconheciam como criadores autónomos, sábios (*sophós*, Ístmica V.29; Píndaro, 2016), e os autênticos autores das composições que produziam. O seu estatuto social viu-se, portanto, ainda mais reforçado.

A segunda consequência foi a generalização dos registos escritos em papiro, já que a referida alfabetização grega foi sobretudo técnica, administrativa (Havelock, 1963, p.39); dinamizando, em especial, as actividades jurídicas e comerciais, e dando origem a uma classe de burocratas e comerciantes que passava a desafiar o poder da aristocracia. Esta crise da aristocracia, acompanhada pela dessacralização social e o crescente prestígio dos poetas, alcançou o seu auge na transição para o século V, tendo como principal objecto a definição de virtude (*areté*) e o seu papel na Pólis dos Sofistas; a qual, desde então, passaria a ser o modelo por excelência do clássico.

Herdando a mesma etimologia que Píndaro atribui ao poeta, os sofistas (*sophoi*, sábios) conciliavam ambos os suportes de comunicação. Por um lado, usavam os registos escritos como recurso da memória, e principalmente como base erudita e técnica, na qual se inspiravam para construir a sua retórica. Por outro, os seus discursos públicos eram profundamente marcados pela secular tradição grega, caracterizada pela oralidade e performance. Assim, é justamente no âmbito desta fusão de plataformas comunicativas que conseguimos entender o motivo pelo qual a discursividade sofística consegue ser tão persuasiva, mobilizadora, emocional – por influência da linhagem oral – e ao mesmo tempo lógica, silogística, racional – por influência da escrita.

No entanto, segundo Sócrates, algo passava despercebido aos seus contemporâneos. Com efeito, ainda que os intelectuais e políticos da época conciliassem ambos os suportes de comunicação, o filósofo

acusava-os de promover contradições, especulações e mentiras (Eutífron, 6b-9b; Platão, 1983, p.37-41), usando a retórica ao serviço do seu próprio poder, dinheiro e *status quo*. Na sua perspectiva, os sofistas subjugavam a razão às emoções, com vista à persuasão e manipulação social. Ou seja, iam buscar as piores características de cada um dos referidos suportes (oralidade/escrita), em vez de aproveitarem o melhor que ambos têm para dar. Neste sentido, ele ridiculariza a performance sofística e rapsódica, com base na memória e recitação (Banquete, 3.6; Xenofonte, 2008, p.44). E do mesmo modo, considera inútil o seu conhecimento erudito, cujo fruto simbólico é Eutidemo, o jovem que se achava capaz de exercer uma profissão e resolver problemas concretos só porque aprendera a dizer belas palavras (*Memoráveis*, IV; *Xenofonte*, 2009, p.229-233).

Deste modo, é na sequência da crítica aos sofistas que a célebre filosofia socrática propõe as soluções que já bem conhecemos: a descoberta da virtude por meio da criação de um discurso novo, cujo critério é o da racionalidade inerente às artes e ofícios (*technai*). Antes de mais, o filósofo promovia o debate procurando a concordância das premissas. Depois, aplicava o seu método irónico-maiêutico. Na fase irónica, formulava interrogações com vista à refutação do conhecimento ingénuo e presunçoso (*Apologia de Sócrates*; Platão, 1983), adquirido por meio da experiência acrítica ou da adesão emocional às belas palavras (porém vazias). Na fase maiêutica (*Banquete*, 206c; Cooper, 1997, p.489; *Teeteto*, 250b-c; ibid., p.167), formulava então novas interrogações, no sentido de despertar nos participantes uma verdade criativa coerente.

Em resumo, apesar dos aspectos evidentemente incomparáveis, podemos encontrar no berço da democracia alguns pontos específicos em comum com os nossos tempos. Em primeiro lugar, também os sofistas procuravam interpretar a realidade através da criação de discurso. Em segundo, partilhavam igualmente de um problema que nós bem conhecemos, o predomínio da emoção sobre a razão, e o consequente uso da retórica como meio de manipulação, conquista e manutenção do poder. Ou seja, se hoje temos a *pós-verdade*, eles tinham a *pré-verdade*. No entanto, foi precisamente neste sentido que a revolução socrática foi tão decisiva. Pois, foi Sócrates quem inaugurou a verdade filosófica, invertendo os maus hábitos sofísticos; ou seja, indo buscar as melhores características aos suportes comunicacionais existentes na época – oralidade (sentimento, vida, fala, debate) e escrita (racionalidade, rigor, método). Introduzindo pela primeira vez na história do pensamento uma noção de verdade simultaneamente criativa, objectiva e coerente.

Deste modo, e voltando agora ao nosso tempo, podemos constatar uma revisitação à Grécia de Sócrates e dos Sofistas, pode ajudar-nos a resolver alguns problemas, como por exemplo, o da pós-verdade. No entanto, isso implicaria que tivéssemos hoje, à nossa disposição, alguma plataforma comunicativa que de algum modo se pudesse assemelhar à deles (oralidade/escrita). E… será que temos?

A resposta é clara: Sim, o debate académico. Trata-se da única plataforma contemporânea através da qual podemos conciliar o melhor da oralidade (troca de ideias, experiências, emoções, tridimensionalidade) com o melhor da escrita (objectividade, racionalidade, rigor). Assim, tal como os Sofistas, a academia pode,

e deve, promover a criatividade dos discursos e a arte de os apresentar e expor, criando um ambiente ecléctico e acessível a todos os cidadãos. Tal como Sócrates, favorecer um diálogo a três dimensões, ao vivo, participado, mas sobretudo providenciar ao nosso tempo um caminho para a edificação de uma verdade criativa racional, coerente, com base na metodologia científica. Por outras palavras, a dinamização, generalização ou mesmo popularização do debate académico – ainda que sem descuidar o seu rigor – talvez pelo facto de estarmos a repetir uma plataforma (oralidade/escrita) semelhante à que originou a democracia, pode eventualmente resultar na sua revitalização. Ademais, se juntarmos a esta revisitação do clássico uma redescoberta da tolerância e representatividade neoclássica, quem sabe um dia a generalização deste paradigma de comunicação, paralelo/complementar ao digital, possa não só reforçar os valores democráticos como dar-nos novamente uma perspectiva de futuro.

Conclusões

Tendo em conta as questões e os objectivos formulados no início, as conclusões a que chegámos no fim deste artigo de investigação teórica podem resumir-se nos seguintes pontos:

O paradigma comunicacional baseado na relação entre o Sujeito e a Palavra Impressa favorecia a constituição subjectiva da verdade, resultando num pré-relativismo alicerçado nos conceitos neoclássicos de tolerância, representatividade, liberdade de expressão e de imprensa, essenciais para a democracia moderna;

O ambiente electrónico deu origem à denominada Aldeia Global, já que o seu meio de comunicação predominante, a televisão, promovia simultaneamente o sentimento global e a cultura local. O papel da emoção ganhou mais relevância, em detrimento da razão. Porém, também a pragmática da representatividade foi reforçada.

Desde a Era Electrónica que a Verdade passou a ser essencialmente criativa. Contudo, a percepção actual do tempo e do espaço mudaram drasticamente. Hoje, tudo converge no mesmo ambiente cosmopolita da Cidade Digital.

A Verdade na Era da Internet é, possivelmente, mais criativa que nunca. Porém, a estrutura espaciotemporal da Rede não favorece a inovação cultural. Mas há dilemas mais complexos ainda que este – a representatividade encontra-se ameaçada pela pragmática da participação individual imediata (sem intermediários) e o efeito atractivo que tem a ideia de democracia directa. Além disso, hoje a verdade racional sujeitou-se à emoção (pós-verdade)

Em busca de hipóteses possíveis, com vista a solucionar os nossos dilemas, fizemos uma breve viagem ao berço da democracia. Vimos como a conjugação entre oralidade e escrita, utilizada pelos sofistas,

resultou num tipo de criatividade discursiva com a qual nos podemos identificar. No entanto, é talvez com a revolução socrática que mais temos a aprender; já que o filósofo propõe o predomínio do método racional sobre a persuasão emocional e a manipulação retórica.

Por fim, constatamos que a Pólis Clássica, sobretudo após a intervenção de Sócrates, pode indicar-nos um caminho para uma generalização do debate académico. Este debate oral e escrito, ainda que interconectado ao universo digital, promove a racionalidade por meio dos seus critérios metodológicos. Nesse sentido, cabe porventura à revitalização da academia a defesa dos valores da democracia (entre eles, a representatividade e tolerância neoclássicas). E por último, utilizando uma plataforma alternativa, recuperar uma ideia de futuro, progresso e inovação.

Referências

- Briggs, Asa & Burke, Peter. (2002). *De Gutenberg a Internet: Una Historia Social de los Medios de Comunicación*. Trad. Marco A. Galmarini. Madrid: Santillana Ediciones Generales
- Camus, Albert. (1995). *El Mito de Sísifo*. Trad. Luis Echavarri. Madrid: Alianza Editorial
- Castells, Manuel. (2004). *The Network Society: A Cross-Cultural Perspective*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing.
- Cooper, John M. (Ed.). (1997*). Plato Complete Works*. Trad. Vários. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing.
- Fox, Kara. (16 de Novembro, 2016). 'Post-truth' named word of the year by Oxford Dictionaries. *CNN*. Recuperado de http://edition.cnn.com/2016/11/16/world/word-of-the-year-post-truth-oxford/
- Hall, Edward T. (1959). *The Silent Language*. New York: Anchor Books (Doubleday)
- Havelock, Eric A. (1963). *Preface to Plato*. Cambridge MA: Harvard University Press
- Heidegger, Martin. (1993). *El Ser y El Tiempo*. Trad. José Gaos. México: Fondo de Cultura Económica
- Innis, Harold. (1950). *Empire and Communications*. Oxford: Clarendon Press
- Innis, Harold. (1995). *The Bias of Communication*. Toronto: University of Toronto Press
- Mailer, Norman. (2007). The White Negro (Fall 1957). *Dissent Magazine*. Recuperado de https://www.dissentmagazine.org/online_articles/the-white-negro-fall-1957
- McLuhan, Marshall. (2002). *The Gutenberg Galaxy*. Toronto: University of Toronto Press.
- Montesquieu, Charles. (2000). *O Espírito das Leis* (1758). Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes
- Murray, Penelope. (1996). *Plato on Poetry: Ion; Republic 376e-398b9; Republic 595-608b10*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nietzsche, Friedrich. (1996). *A Gaia Ciência*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Guimarães Editores
- Píndaro. (2016). *Isthmean*. Ed. Diane Arnson Svarlien. Perseus Digital Library. Annenberg CPB/Project. Recuperado de http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0162%3Abook%3DI.%3Apoem%3D5
- Platão. (1983). *Eutífron. Apologia de Sócrates. Críton*. Trad. Trindade Santos. Lisboa: Imprensa

Nacional Casa da Moeda.

- Reybrouck, David. (29 de Junho, 2016). Why elections are bad for democracy. *The Guardian*. Recuperado de https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/29/why-elections-are-bad-for-democracy
- Sartre, Jean-Paul. (1993*). El Ser y la Nada: Ensayo de Ontología Fenomenológica*. Trad. Juan Valmar. Barcelona: Ediciones Altaya
- Sampaio, Jorge. (14 de Novembro, 2016). A nova Europa dividida num contexto internacional de incertezas. E nós?. *Jornal Público*. Recuperado de https://www.publico.pt/mundo/noticia/a-nova-europa-divida-num-contexto-internacional-de-incertezas-e-nos-1750823
- Tallentyre, S. G. (1906). *The Friends of Voltaire*. London: Smith, Elder & Co
- The Observer. (19 de Novembro, 2016).The Observer view on the worldwide threat to liberal democracy. *The Guardian*. Recuperado de https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/nov/19/liberal-democracy-trump-angela-merkel-france-netherlands-democratic
- Xenofonte. (2008). *Banquete - Apologia de Sócrates*. Trad. Ana Elias Pinheiro. Coimbra: Universidade de Coimbra
- Xenofonte. (2009). *Memoráveis*. Trad. Ana Elias Pinheiro. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Wittgenstein, Ludwig. (1953*). Philosophical Investigations / Philosophische Untersuchungen*. Trad. G. E. M. Anscombe. London: The Macmillan Company

Todas as ligações recuperadas a 22 de Novembro de 2016

A CRIANÇA NA CIDADE: UMA EMERGÊNCIA

ANDREIA RAMOS

Licenciada e Mestranda
Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
Vereda 1 da Feiteira nº15 Pedroso Vila Nova de Gaia (Portugal) 4415-391 Pedroso.
Email: andreiasophia90@gmail.com

MARIA VELOSO

Arquiteta, Presidente do Instituto a Criança na Cidade
Rua das Luzes nº71 RC/Esq. Vila Nova de Gaia (Portugal) 440-207.
Email: mj.veloso@hotmail.com

RICARDO DIAS

Licenciado e Mestrando
Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
Rua da Liberdade 1251 Lemende Covelas (Portugal) 4785-024.
Email: rdpdias02@gmail.com

Resumo

Acredita-se na cidade educadora, quando esta reconhecer e desenvolver a sua função enquanto formadora e promotora de todos os seus cidadãos, a começar pela criança.

Apesar de reconhecida legalmente como cidadã, a criança não tem palco de atuação na cidade, um paradigma que se torna urgente reverter para a construção da cidade que educa e se educa.

É neste contexto, que a presente comunicação, defende a conceção de cidades educadoras, nas quais a criança tem um papel ativo enquanto construtor do seu conhecimento por meio da interação com o espaço público e co-autora no projeto cidade. Nesta comunicação será abordado o desenho formalizado no projeto Educação Cidadã, desenvolvido pelo Instituto a Criança da Cidade, que procura materializar as teorias que defendem a aprendizagem significativa e ativa no processo educacional da criança. A metodologia utilizada baseou-se numa revisão bibliográfica dos conceitos relacionados com o valor pedagógico que a cidade assume enquanto espaço educador.

Esta reflexão leva-nos a um novo desafio que se coloca à educação no século XXI: a necessidade de repensar novas práticas pedagógicas no espaço e tempo de aprendizagem na cidade.

Abstract

It is believed in the educating city, when it recognizes and develops its function as the educator and promoter of all its citizens, starting with the child.

Although legally recognized as a citizen, the child has no stage of action in the city, a paradigm that becomes urgent to revert to the construction of the city that educates and its educates.

In this context arises this communication. It defends the conception of educating cities, in which the child has an active role as a constructor of his knowledge through the interaction with the public space and co-author in the city project.

In this communication the formalized design in the project Citizen Education will be approached. This project was developed by the Institute the City Child and it seeks to materialize the theories that defend the significant and active learning in the educational process of the child. The methodology used was based on a bibliographical review of the concepts related to the pedagogical value that the city assumes as an educational space.

This reflection leads us to a new challenge for education in the 21st century: the need of rethinking new pedagogical practices in the space and rethinking the time of learning in the city.

PALAVRAS CHAVES
Cidade; Educação; Criança; Participação

KEY WORDS
City; Education; Children; Participation

Introdução

Na atualidade, o conceito *Cidade Educadora* tem vindo a ser reconhecida como uma das vias possíveis para perceber a realidade urbana e melhorar a sua dinâmica em termos de participação e coesão social.

Neste sentido, percebe-se a cidade não apenas como um território, mas antes como agente educativo dinamizador de aprendizagens não formais e informais que permitam aos seus cidadãos desenvolver competências e reforçar os princípios de cidadania ativa. Para ilustrar esta dimensão, o presente artigo, apresenta uma reflexão sobre a importância do espaço cidade enquanto elemento educador e impulsionador do renascer da criança-cidadã. Esta comunicação foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica, considerando os seus principais referenciais teóricos: Dewey (1859-1952), Neill (1883-1973), Freire (1996-1980), a partir de autores como: Franklin (1986), Jacobs,Jane (2000), Carlos (2001), Okamoto (2002), Alderoqui (2006), Rocha (2006), Zamberlan;Basani (2006), Gadotti (2009), entre os quais discutem a importância da efetivação do direito de participação da criança enquanto cidadã e o valor impresso na interação da criança-espaço físico e criança – comunidade no desenvolvimento e aprendizagem desta. As células que formam o espaço cidade devem ser planeadas com e para a criança, respeitando o direito de participação da criança enquanto ator social e político, no diálogo direto na construção da sua autonomia, identidade, e no seu próprio conhecimento.

Urge a necessidade de resgatar o conceito de espaço público, palco da participação de todos no exercício pleno dos direitos de cidadania, numa permanente interação do espaço físico |homem, selando o elo deste com o ambiente físico, impregnando a identidade ao lugar enquanto espaço de pertença e vivência de todos numa convivência saudável e harmoniosa. Segundo Okamoto, (2002,p.15),"equilíbrio, a harmonia e a evolução espiritual do homem, atendendo às suas aspirações, acalentando seus sonhos, instigando as emoções de se sentir vivo, desenvolvendo nele um sentido afetivo em relação ao locus". Na perspetiva de Carlos (2001,p.35) afirma que: "… são as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida / reconhecida em pequenos atos corriqueiros e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidades habitante-habitante e habitante-lugar."

Objetivos

Esta comunicação tem como objetivos discutir a importância da cidade enquanto espaço pedagógico no desenvolvimento integral da criança e incitar a discussão e reflexão critica através da apresentação de um projeto de educação cidadã.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada e baseada em uma revisão bibliográfica, onde se abordam conceitos

relacionados com o valor pedagógico que a cidade assume enquanto espaço educador.

1. Onde reside a Cidade Sábia?

Acredita-se na existência da cidade sábia, quando esta recebe a criança como cidadã, agente político e social. Permitindo à criança emergir o conhecimento e adquirir a sabedoria através de um discurso teórico interligado a um tempo de prática e a um espaço de experiência vivenciada numa interação dinâmica e permanente com espaço físico e com as pessoas, fundamental para a educação, saúde e desenvolvimento da criança.

Meta ainda inatingível na afirmação do estatuto político, direito que permanece confiado ao adulto, como refere Franklin (1986:24)*" … é um enigma que nenhuma sociedade democrática deveria permitir (…) o que aqui se sustenta não é simplesmente a negação de direitos de cidadania, mas o direito a ser cidadão."* E conforme nos afirma Veloso e Correia (2015:5) *"… A cidade abriu as portas à negação da origem do seu próprio conceito, deslocou-se no tempo sem que tivesse travado o espírito de cegueira reflexo da decadência do elo que nos liga à cidade enquanto cidadãos. A criança deixou de ser livre (…) presidiária na sua própria categoria de infância (…) e autónoma no mais simples gesto de aprender caminhando na cidade, depara-se com a maior barreira até hoje sentida – a exagerada desconfiança social e a exaltação de um protecionismo encolerizado por parte da família. A cidade do século XXI mergulhou numa atmosfera tóxica, onde respirar é um novo paradigma da criança –não cidadã. Aplico a expressão criança-não cidadã, porque ser cidadão requer vivência de cidadania, bem como requer um espaço cidade para essa vivência…"*

Assim, advém a necessidade de resgatar a etimologia da palavra cidade "civitas", para incluir a criança na prática participativa como princípio básico na construção da cidadania. Alderoqui, (2006,p.34) *" A ideia de cidade contém a de cidadania. Compartilhamos uma conceção de cidadania como atividade desejável, uma dimensão que excede o meramente formal para vincular-se indissoluvelmente a um tipo de ação social. Uma cidadania que se constrói em sociedade, conflitivamente como um espaço de valores, ações e instituições comuns que integram os indivíduos, permitindo o mútuo reconhecimento como membros de uma comunidade na qual também coexistem cidadanias compostas como efeito das migrações, das mesclas étnicas e religiosas."*

Estará a condição da criança cidadã garantida na cidade do séc. XXI? Aceita-se como garantida a condição de criança-cidadã no campo normativo, observa-se um dos princípios gerais que norteiam todas as disposições da Convenção dos Direitos da Criança (1989), o direito à participação, expresso no teor do artigo 12º, que defende o direito das crianças a "(...) exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomada em consideração as opiniões (...)" e o artigo 13ª o qual sustenta o direito da criança "(...) à liberdade de expressão (...) que compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informação e ideias (...) sem considerações de fronteiras".

Apesar de, a nível legislativo, ser cedido à criança o direito político de participação e processos de co-decisão, na prática este não se efetivou, negando-se assim o seu estatuto de cidadania. Negatividade que nos empurra para conceções tradicionais de que as crianças não podem ter os mesmos direitos que os adultos, pois não possuem as competências necessárias ao exercício do direito político. Exclusões de novo, apoiadas numa conceção tradicional e que encontra lugar na etimologia da palavra infância, como referem alguns autores (Cordeiro; Coelho, 2007, p 884). *"… a definição da palavra infância, oriunda do latim infantia, significa 'incapacidade de falar'. Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não tinha condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua génese, a palavra infância carregava consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, regulando-lhes uma condição subalterna diante dos membros adultos. Era um ser anónimo, sem um espaço determinado na sociedade."*

Não garantido o direito de participação da criança enquanto cidadã, a cidade sábia será sempre uma utopia, tendo em conta que esta é o prolongamento da escola enquanto célula educativa, no desenvolvimento para uma educação cidadã. Assim, está-se perante um processo a erguer coletivamente na construção do território que educa e se educa, numa cumplicidade entre os vários espaços célula que constituem o território e o individuo.

No entanto, o direito à participação por si só não é suficiente para erguer a plenitude da Cidade sábia, será necessário garantir em simultâneo as três dimensões do direito da criança, a proteção, provisão e participação. Dimensões que se encontram intrínsecas aos patamares de influência no desenvolvimento e experiências da criança no espaço cidade. A afetividade na criança, assume-se como base nas relações sociais, realçando-se a importância dos espaços, dos tempos, das actividades e das pessoas, que no seu todo formam um sistema de maior importância no sentimento de atração versus repulsa desta perante a realidade que a rodeia. Esta assume-se como pilar fundamental no desenvolvimento integral da criança, já referenciado na abordagem pedagógica de Neill como um espaço privilegiado no seu desenvolvimento. É a partir desta dimensão, que a criança vai expor uma disposição emocional, que conjugada às competências cognitivas lhe permitem mediar valores, juízos e orientações, num patamar cultural. No entanto, há que ter em conta um outro patamar de influência onde se situam as tecnologias de informação, o nível económico das famílias e todo o fenómeno de urbanização. Direitos e patamares de sustentação destes, que permanecem condenados a uma atuação desagregada tornando as oportunidades e alcances limitados. Fato impulsionador do paradigma da cidade sábia, onde o conceito reúne diversas educações, mencionadas pelo Moacir Gadotti, (2009,p.43) *" ..como a educação cidadã para o trânsito e a educação socioambiental que aproveita ao máximo o potencial das ruas, das praças, parques e outros equipamentos da cidade em benefício da formação integral dos nossos alunos e alunas."* Não obstante, a cidade de hoje abandonou o conceito de lugar enquanto espaço de vivência e participação do Homem, resultado da prevalência do automóvel, destituindo-se assim o conceito de cidade educadora. Ora, tal facto leva à interrogação de como apelidar de cidade sábia, a cidade que não recebe a criança no mais simples ato de brincar e mover-se, uma vez que lhe é negada a sua autonomia e liberdade.

O que por sua vez, leva à negação do seu conhecimento e da sua apropriação do espaço, desativando o mapa mental, que lhe permite orientar, relacionar e dar sentido ao seu meio. Por essas razões assume-se importância da inclusão da criança no projeto cidade.

1. Como será a cidade projetada com e para a criança?

A cidade projetada com e para a criança é a cidade que responde as necessidades e expectativas da narrativa escrita pela criança, garantindo um tempo e espaço promotor do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social, cultural e espiritual, da criança, conforme os autoras Zamberlan; Basani, (2006 p. 3366): *"Importante é garantir que todos espaços promovam o desenvolvimento global da criança, sua autonomia, liberdade, socialização, segurança, confiança, contato social e privacidade."*

2. Será uma cidade incitadora da saúde?

Devido ao protecionismo exagerado dos adultos estamos a silenciar uma geração mais ativa. Esta superproteção é oriunda de uma cultura assente em barreiras psicológicas e físicas condicionantes da dependência da mobilidade das crianças, como de um conjunto de experiências inerentes ao desenvolvimento e vivência do período de infância, proporcionadores de um desenvolvimento pleno num patamar de saúde. Conceito de *saúde*, um estado de equilíbrio entre a mente e o corpo, que permite o organismo exercer normalmente todas as suas funções. O desequilíbrio derivado de um diálogo desarmónico entre as partes, resultam em problemas na saúde física como a obesidade infantil, fraco desenvolvimento e complicações respiratórias, diabetes e na saúde psíquica realçam-se problemas com o desenvolvimento emocional e mental. Destes fatores, resulta a necessidade de eliminação de barreiras psicológicas e físicas, que só se efetivam na união de esforços num diálogo cooperativo entre comunidade civil, gestores de territórios, educadores, organizações, que priorizem um planeamento urbano à escala da criança, uma vigilância cidadã, como refere Jacobs (2002, p. 35) *"(...) vigilância cidadã (...)devem existir olhos para a rua,(...) os edifícios(...) devem estar voltados para a rua (...) a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos…"* e um programa educação cidadã, que coibida o problema de saúde pública da própria cidade. União na materialização do objetivo central de fazer renascer a criança cidadão numa cidade sábia, onde é promovida a interação criança- espaço físico, criança- comunidade, proporcionando uma redução do índice de sedentarismo, como um franco desenvolvimento emocional e cognitivo. Somente nesse estágio, poderão estar reunidos os meios necessários para superar os principais desafios da cidade educadora e inteligentes.

3. Será a cidade mediadora para transmitir valores?

Sim, a cidade é um excelente mediador, na medida em que impulsiona o conhecimento compreendido e, portanto aplicável em atitudes e comportamentos mais cívicos, baseados na urbanidade e civismo. Sendo

a rua o melhor comunicador de atitudes pedagógicas, na sua capacidade de integrar as crianças no espaço urbano, de forma que as mesmas aprendam a viver na cidade, como afirmava Jacobs, tornando-se assim, um forte recurso didático, uma ferramenta a utilizar em propostas educativas. Urge a necessidade dar um passo para a união do discurso silenciosa da cidade na ação prática quotidiana gerada na interação individuo| lugar e individuo| comunidade, sustentada no discurso de Paulo Freire *" A teoria sem a prática vira verbalismo, assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade. (…) É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática."*

Urge a necessidade de fomentar um novo diálogo educacional que reconheça o individuo na sua categoria de cidadão autónomo e comprometido com as bases da democracia. O renascer do ato de ação participativa na construção de uma sociedade que responda às três dimensões em que Karel Vasak em 1979 dividiu os direitos humanos: liberdade, igualdade e fraternidade.

Será a implementação no quotidiano das escolas, de novas práticas pedagógicas através de um processo de aprendizagem ativa, onde a criança é ator social na construção do seu próprio conhecimento e co-autora no processo de aprendizagem, que se reconhecerá a escola-cidadã como uma célula da cidade sábia?

Quando se justapõe o conceito de escola-cidadã ao espaço cidade dá-se um passo no reconhecimento da criança-cidadã, na sua prática democrática, recolhendo o entendimento de Paulo Freire à escola Cidadã *" a escola da comunidade, escola do companheirismo, que vive a experiência tensa da democracia".* A escola deixa de se tratar de uma caixa enclausurada em si mesma, centrada na imagem do professor, onde a criança é um ser passivo e a sua função insere-se num processo de memorização obtido através de uma serie de atividades repetitivas, geridas por um método expositivo. As avaliações requerem a reprodução o mais exata possível das informações transmitidas, quando o armazenamento desta é deficiente o resultado é a retenção da criança. A nova escola retira a fileira de carteiras defronte ao quadro e coloca o professor no patamar da criança, iniciando um processo de aprendizagem ativa em cooperação entre ambos. O lugar de aprendizagem deixa de ser centrado no edifício escola e num tempo determinado, extravasa para o território, como mencionou Moacir Gadotti (2009: 22) " A educação se dá em tempo integral, na escola, na família, na rua, em todos os turnos, de manhã, de tarde, de noite, no cotidiano de todas as nossas experiências e vivências" dado lugar ao ato de leitura do meio que nos rodeia, num formato de apreensão questionável da realidade, num processo de construção da prática e experiencia democrática, geridas por um método de aprendizagem significativa, remetendo à pedagogia de Dewey onde a prática assume a base da aprendizagem significativa, como escreveu *"O aprendizado se dá quando compartilhamos experiências, e isso só é possível num ambiente democrático, onde não haja barreiras ao intercâmbio de pensamento",*

Quando remeto à leitura da cidade não me refiro exclusivamente a um itinerário histórico, mas à

cidade viva no seu mais simples gesto de caminhar numa rua e absorver a informação que o espaço canal proporciona, o cheiro, a cor, a luz, sons, a textura, a escala, os declives, a sinalética, vozes, o privado versus pública, a mercearia, quiosque, confeitarias, bares, restaurantes, enfim um verdadeiro cenário vivo, em que os atores são os usuários e se aprende na interação individuo| lugar e indivíduo |comunidade, onde se grava no chão da cidade o sentimento de pertença, numa narrativa em permanente mutação que se fixa nas páginas que retratam o repositório da memória coletiva.

Assim, é-nos permitido ler a cidade enquanto território educativo, onde a cidade é a lousa, composta por várias células e atores de diferentes saberes no espaço e tempo, tornando-se agentes pedagógicos, que unem os saberes formais ao conhecimento produzido com e pelas comunidades, conforme nos retrata Moacir Gadotti (2009:40) *" combinando urbanismo e educação, por meio de uma verdadeira "pedagogia do lugar", uma pedagogia da cidade…"* Um planeamento onde conforme Jacobs (2000, p.141) onde as ruas precisam de ser vivas e atraentes, onde o traçado das ruas deve formar uma malha urbana continuada por todo território. Os parques, praças e edifícios públicos devem conter uma multiplicidade de usos, por último enfatizar a entidade do lugar.

4. Um projeto de Educação Cidadã

A necessidade de garantir às crianças o pleno direito de participação, esteve na base da construção do programa de Educação Cidadã, desenvolvido pelo Instituto a Criança na Cidade, constando de seguida para discussão.

Qual o significado?

O programa Educação Cidadã, tem como propósito introduzir na escola a participação ativa da criança, através de um plano anual composto por uma cadeia de projetos, que capacitam as crianças a ter voz nas políticas públicas, tornando-se membros ativos das suas comunidades, através de ações de planeamento do espaço cidade | escola.

Pretende-se demolir o muro que coloca a criança na margem da construção das políticas públicas que as afetam diretamente, e criar a ponte entre a criança e o direito à participação. Estes eixos poderão e serão o início na mudança do conceito de como e onde a educação tem lugar.

As ações envolvem um conjunto de experiências em contextos reais, que permitem à criança aprender a ler a cidade | escola de forma crítica e intervencionista, onde os resultados se refletem de forma positiva na comunidade. Trata-se de um processo prático, que promove o desenvolvimento de competências, incutindo um sentido de responsabilidade cívica na criança. Abraçar este desafio é gerar uma consciência cidadã na criança, fazendo com que esta se reconheça como individuo autónomo e comprometido com a democracia.

Qual a ferramenta utilizada?

A Cartografia.

Aqui a cartografia assume-se como o veículo para a aprendizagem da criança, constituindo uma prática pedagógica, a qual implica a experiência e descoberta da linguagem da cidade, estimulando a apropriação do território e efetivando a identidade do lugar.

Como concretizar o programa?

Através de facilitadores, que acompanham as crianças numa paleta temática transversal às várias disciplinas curriculares, por meio de um espaço e tempo reservado à auto-aprendizagem.

A criança é convidada a elaborar o seu próprio conhecimento através da colaboração, cooperação e participação na procura de respostas as questões do dia-a-dia, através de momentos de curiosidade e preocupação, apontando precariedades e potencialidades num processo de mudança dos alçados da cidade e assente numa nova conceção pedagógica.

Qual a metodologia?

Investigação | Processos participativos com a criança

Uma metodologia assenta na investigação e aprendizagem ativa e significativa.

O que se pretende?

• Partilhar formas, conteúdos e sugestões para construir um diálogo crítico entre a criança-cidade-escola.

• Despertar o saber ler a cidade no ângulo de visão da criança.

• Garantir o desenvolvimento cognitivo, físico, social, emocional e simbólico.

• Facultar a experiência da democracia com adultos e crianças.

• Despoletar a criatividade na formulação do pensamento construtivo e crítico na criança.

• Aprender na interacção com o ambiente, no direito e responsabilidade cívica há e com a cidade.

• Promover o sentido de pertença a uma comunidade e da partilha de valores comuns.

• Construir um compromisso de cooperação na participação de soluções em questões que afetam o quotidiano da criança.

• Fomentar a coligação da dimensão da participação à dimensão da provisão e proteção, proclamada no papel e invisível na prática. Ceder o direito de ser cidadão à criança.

O que se espera?

- Reforçar a autonomia do pensar e do atuar: senso crítico, reflexivo e criativo.
- Uma maior confiança nas suas decisões.
- Melhorar as atitudes relacionais com os demais.
- Aprender a se expressar.
- Passo a passo, dia a dia construir os alicerces da criança – cidadã no desenvolvimento de uma relação mais igualitária entre a criança e o adulto.
- Um processo de participação ativa que potencia o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, autonomia e iniciativa pessoal, responsabilidade cívica. Promovendo valores como a liberdade de pensamento e expressão, empatia, justiça, igualdade, honestidade e humildade.

Quais os conteúdos?

Resignificar o espaço e o tempo para conteúdos de vivência democrática, abrindo duas portas:

Reavaliar o espaço escola | cidade enquanto forma: Como se organiza. Como se distribui. Como se direciona pelo poder; como é apropriado ou não pela criança.

Revitalizar o espaço físico da escola | cidade através da ação/ movimento da criança enquanto espaço sobre o não-espaço, adquirindo este a denominação de ambiente enquanto território educativo.

Qual o instrumento de medição?

A régua do tempo, em que cada criança acolhe o seu tempo na sua especificidade. Todos chegam à meta no seu próprio tempo de maturação, através da ação | resposta oferecida pelos canais de expressão próprios de cada criança, aquando da confrontação com vivências experienciadas no seu quotidiano comunitário. Com apoio à régua que assinala tempos e graus de dificuldade incitados pelo programa de abordagens dos conteúdos programáticos do projeto, num permanente jogo de vencer os obstáculos. Um programa educativo no formato de construção aberta ao longo do tempo.

Conclusões

Garantir o direito da criança à cidade tornou-se uma emergência e a existência de um projeto de cidade elaborado com e para a criança, que impulsione a existência de espaços urbanos saudáveis, seguros, atrativos, em suma de qualidade de vida dos seus usuários, que incentivem o uso intensivo destes, num caminho de enaltecer a educação, saúde e desenvolvimento integral da criança. Será necessário requalificar o processo educativo e ressignificar a cidade sábia, um binómio que fortifique os princípios da democracia, onde os intervenientes são todos os habitantes da cidade.

Referências

- Alderoqui, S. S. (s.d.). Educação na cidade: responsabilidade comtemporânea e solidariedade. (C. Cenpec, Ed.) *Educação e cidade., 1*.
- Carlos, A. F. (2001). *Espaço – Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.* Contexto: São Paulo.
- Cordeiro, S. d., & Coelho, M. d. (2007). *Descortinando o coceito de Infância na história: do passado á contemporaneidade* (Junho ed.). Porto.
- Franklin, B. (1986). *The rigths of Children.* Oxford: Blackwell.
- Gadotti, M. (2009). *Educação Integral no Brasil: Inovações em Processo.* São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire.
- Jacobs, J. (2000). *A Morte e Vida do Urbanismo Moderno.* São Paulo: Martins Fontes.
- Okamoto, J. (2002). *Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação.* São Paulo: Ed. Mackenzie.
- Rocha, S. (2006). Tempo, Cidade, Educação. *Educação e Cidade*.
- Veloso, M. J., & Correia, M. M. (2015). A criança, A Cidade, O Direito. *III CONGRESO INTERNACIONAL CIUDADES AMIGAS DE LA INFANCIA.* Caixa Forum Madrid. Obtido de http://congresocai.org/descargas/
- Zamberlan, M. A., & Basani, S. I. (22 de 11 de 2016). *Organização do espaço e qualidade de vida: pequisa sobre a configuração espacial em uma instituição de educação infantil.* Obtido de pucpr: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/.../docs/PA-

A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA E O ENSINO SUPERIOR INSERIDAS NAS CIDADES DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DE SANTA CATARINA – BRASIL

REINALDO KNOREK

Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
Universidade do Contestado
Santa Catarina – Brasil – Canoinhas 89460-000
E-mail: reinaldok@unc.br; knk125@gmail.com

ARGOS GUMBOWSKY

Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
Universidade do Contestado
Santa Catarina – Brasil – Canoinhas 89460-000
E-mail argos@unc.br; argosgum@gmail.com

Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar o diagnóstico e análises dos municípios inseridos nos dois Território da Cidadania em Santa Catarina, Brasil: o do Meio Oeste Contestado e o Território do Planalto Norte, sobretudo, a importância do ensino superior nesse espaço com baixo dinamismo econômico e social. No Estado, a interiorização do ensino superior promoveu a democratização do acesso a formação, onde historicamente era concentrado em grandes centros, sobretudo no litoral, nos principais polos econômicos, centralizando assim, o desenvolvimento e a tecnologia em detrimento, nas últimas décadas, às demais regiões. A partir da década de 1960, fundações educacionais foram criadas com estrutura administrativa e financeira próprias, sendo consideradas universidades comunitárias. Foram criadas pela sociedade civil, sem fins lucrativos; e patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público, dentre outras características. Destaca-se que o ensino superior está presente nestas regiões com duas Universidades comunitárias: a Universidade do Contestado (UnC) e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). A primeira, criada em 1971 conta em 2016 com 38 cursos de graduação presenciais; 11 não presenciais e 01 cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado). A segunda, criada em 1968 conta em 2016 com 43 cursos de graduação presenciais; 02 não presenciais e 05 cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado). E a UNIVILLE (Universidade da Região de Joinville) com 40 cursos de graduação e 4 de mestrados como pós-graduação. Assim, a partir desses indicadores, uma instituição de ensino superior pressupõe a existência de elementos que contribuam e promovam, em princípios e ações, considerados determinante para a promoção do desenvolvimento regional.

Abstract

The article aims to present the diagnosis and analysis of the municipalities included in the territory of citizenship in Santa Catarina, Brazil: the Meio Oeste Contestado and the territory of the Planalto Norte, above all, the importance of higher education in this space with low economic dynamism and social. The State, the internalization of higher education has promoted the democratization of access to training, which was historically concentrated in large urban centers, especially on the coast, the main economic hubs, centering as well, the development and the technology at the expense, in recent decades, to other regions. From the 1960s, educational foundations were created with administrative and financial structure itself, being considered community colleges. They were created by civil society, non-profit; and heritage belonging to civil society entities and/or public authorities, among other characteristics. It should be emphasized that higher education is present in these regions with two universities: the Universidade do Contestado (UnC) and the Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). The first, which was created in 1971 to in 2016 with 38 undergraduate courses; 11 not in person and 01 post-graduate courses stricto sensu (master). The second, which was created in 1968 to in 2016 with 43 undergraduate courses; 02-person not and 05 post-graduate courses stricto sensu (master). And the designer (University of the region of Joinville) with 40 undergraduate courses and 4 master's degrees and post-graduate students. Thus, the effect of these indicators, an institution of higher education presupposes the existence of elements that contribute and promote, in principles and actions, considered crucial to the promotion of regional development.

PALAVRAS CHAVES
Educação, Cidades, Território da Cidadania, Desenvolvimento Regional

KEY WORDS
Education, Cities, Territory of citizenship, Regional Development.

Introdução

Este artigo direciona o foco sobre a importância do ensino superior nos municípios inseridos no Território da Cidadania em Santa Catarina. Assim a importância está no desenvolvimento da cidade em promover o ensino superior com a finalidade de conseguir a ascensão do crescimento econômico e social nos dois territorial. O artigo faz uma análise da história de desenvolvimento do ensino superior a partir das universidades comunitárias inseridas no Territórios da Cidadania, Planalto Norte em Santa Catarina, no Brasil. Entender essas identidades na construção das universidades onde o desenvolvimento passa pelo sistema organizacional universitário, certamente, o ensino superior é uma das ferramentas mais importantes que contribuem com as ideias desenvolvimentista. Ao justificar esse artigo sobre essa temática, é possível, compreender que o ensino superior tem na importância, da marca regional, a partir da própria história de desenvolvimento, mesmo que com dificuldades e com pouco apoio do poder público, em promover a interiorização do ensino superior no território da Cidadania em Santa Catarina, está sobrevivendo e se fortalecendo ano após ano, com a oferta de novos cursos de graduação, mestrado e doutorados.

Objetivos

O objetivo deste artigo está em fundamentar um diagnóstico, análises e a importância do ensino superior no processo de promover a interiorização do ensino superior e o desenvolvimento dos municípios inseridos no Território da Cidadania em Santa Catarina.

Metodologia

O método utilizado para o desenvolvimento deste artigo se estrutura da seguinte forma: quanto a natureza é aplicada, pois o tema em discussão relaciona-se ao processo de interiorização do ensino superior partir da história do desenvolvimento dos municípios inseridos no Território da Cidadania Planalto Norte. Com relação aos objetivos é exploratório descritivo, definindo-se na fase preliminar serão exploradas as informações sobre os a importância de ensino superior no território e, os dados econômicos e sociais do território onde estão inseridas as universidades. Na fase seguinte será descrito todos os fatos observáveis na coleta dos dados, analisados e apresentados de forma descritiva a importância do ensino superior no território da Cidadania em Santa Catarina. Quanto a abordagem será quantitativa, pois será analisado dados estatísticos sobre o ensino superior no território. Quanto aos procedimentos está fundado no bibliográfico e documental, assim sendo os documentos analisados sobre história de desenvolvimento das Universidade Comunitária e a importância no território.

1 Território da Cidadania no Brasil em Santa Catarina

KNOREK (2016, p. 19-26) destaca que no Brasil, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento agrário - MDA, em 2003 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT e, o Programa Nacional

de Desenvolvimento Territorial – PRONAT, com uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável com a abordagem territorial, centrada principalmente na organização e formação de agentes territoriais de desenvolvimento e ações de inclusão produtiva em territórios estagnados na dinâmica de crescimento e desenvolvimento.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) atua em 165 territórios rurais e 77 pré–territórios, espaços esses que formam a base da instalação do Programa Territórios da Cidadania. Deste modo em 2008, por intermédio do Decreto Presidencial de 25 de fevereiro de 2008, como consta em seu artigo,1º Fica instituído o Programa Territórios da Cidadania, a serem inseridos de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal que serão responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País.

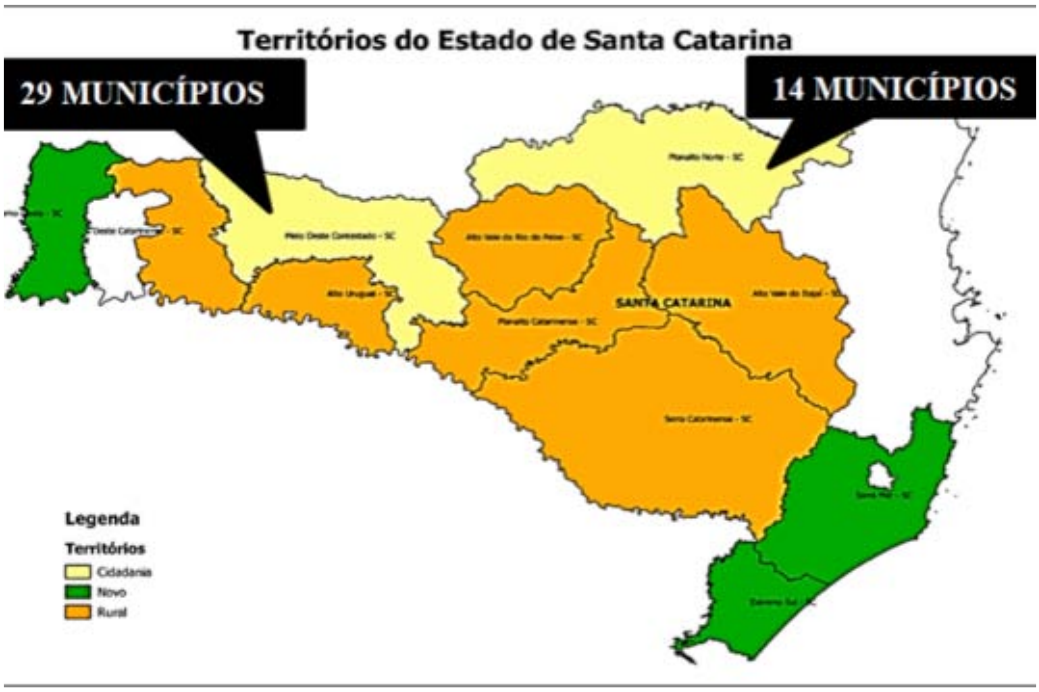
Porquanto, de acordo com o Portal da Cidadania, (2016), com o desdobramento territorial que o Governo Federal concretizou ao lançar, o Programa Territórios da Cidadania, dos 264 (duzentos e sessenta e quatro) territórios rurais, nesse período, contempla 120 (cento e vinte) regiões do país, uma vez que, apresentam baixo dinamismo econômico. A partir daí, por meio de considerações geográficas, apresentam possibilidades de transferências voluntárias com o intuito de desenvolver projetos estruturais de desenvolvimento territorial no tripé: econômico, social e ambiental. O Estado ao implantar esse programa, busca, por meio dessas transferências voluntárias, programar ações transformadoras voltadas para melhorar a vida econômica da população. Por conseguinte, tendo como base as intervenções territorializadas, financiada a fundos perdidos projetos nas diversas áreas como de: a) infraestrutura, b) apoio a produção e, c) cidadania e direitos.

Na prática, essa política efetiva-se por meio de transferências diretas de recursos para projetos que se enquadram em três eixos específicos: 1º). Apoio as atividades produtivas; 2º) Cidadania e Direitos, 3º) infraestrutura. Os três eixos convergem em sete temas que resultam nas ações, sendo: 1º) Organização sustentável da produção; 2º) Ações fundiárias; 3º) Educação e cultura, 4º) Direitos e desenvolvimento social; 5º) Saúde, saneamento e acesso à água; 6º). Apoio à gestão territorial e, 7º) Infraestrutura.

Assim sendo, o Estado de Santa Catarina foi contemplado com dois territórios - o do Planalto Norte e o do Meio Oeste Contestado -, para receber investimentos, na forma de transferência voluntária do Estado, por meio de ações voltadas a melhorias de crescimento econômico, direitos e cidadania e, as ações que fomentam as infraestruturas voltadas para o desenvolvimento territorial.

Na figura nº 1, a localização dos dois territórios em Santa Catarina, destacando-se a cor amarela clara a localização dos mesmos: o do Planalto Norte com 14 municípios e o do Meio Oeste Contestado com 29 municípios.

Figura nº 1 – Territórios da Cidadania em Santa Catarina.



Fonte: MDA, (2016), adaptado.

Assim, incluso neste Programa de governo federal do Brasil, segundo o Sistema de Informações Territoriais (SIT, 2016), o Território Planalto Norte abrange uma área de 10.466,70 Km² e é composto por 14 municípios: Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras. Ainda, o Território Planalto Norte possui, segundo dados do IBGE (2010), 12.909 agricultores familiares, 460 famílias assentadas e 2 terras indígenas. Seu Índice de Desenvolvimento Humano IDH médio em 1990 era de 0,458, em 2000 passou para 0,589 e em 2010 melhorando para 0,719, considerado ainda baixo em comparação com as regiões litorâneas de Santa Catarina.

Segundo ROCHA (2016, p. 266-270) o Território do Planalto Norte é uma área localiza dentro da mesorregião Norte, que faz divisa com a região Oeste; ao sul faz limites com as regiões catarinenses do Planalto Serrano e Vale do Itajaí; ao norte com o Estado do Paraná e a leste com o Oceano Atlântico. Seu centro pode ser considerado, na latitude (-26º 22` 13”) e longitude (-50º 08` 40”). Por se tratar de um relevo de planalto, a altitude acima do mar varia entre os 754 m de Porto União e 1.204 m de Matos Costa. A temperatura média anual varia entre 16º a 18º e possui um volume de chuvas entre 1250 mm a 2000 mm por ano IBGE (2014). Dentre os municípios que compõe o Território da Cidadania Planalto Norte, seis desses destacam-se economicamente pela incidência de indústrias madeireiras e papeleiras, sendo: Mafra, Canoinhas, Três Barras, Porto União, Rio Negrinho e São Bento do Sul. Daí a importância da madeira como elemento dinamizador da economia regional.

Alguns dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nota-se que ocorreu uma evolução para melhor em vários municípios. Quanto à posição dos municípios referentes ao Estado de Santa Catarina que possui na atualidade 295 municípios dos 5570 do Brasil. Destacam-se entre os 100 melhores tem-se o município de Mafra (36º), São Bento do Sul (25º), Porto União (21º) e Canoinhas (79º) que são os municípios bem posicionados e com melhores IDH referentes ao Território da Cidadania Planalto Norte. Entretanto destacam-se os de posição acima da colocação dois milésimos: Bela Vista do Toldo (2545º), Matos Costa (2964º); Major Vieira (2182º) e Monte Castelo (2.546º).

Nesse cenário é possível analisar na Tabela n 1, os indicadores sociais atuais do Território Planalto Norte, o que possibilita uma análise sintética da realidade populacional. Na tabela os municípios sublinhados onde destaca-se as cinco cidades onde estão instalados *campus* da UnC (Universidade do Contestado), da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) e da UNIVILLE (Universidade da Região de Joinville) que tem o ensino superior como motivador ao desenvolvimento da região.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos do Território Planalto Norte

Lugar	População total (2010)	IDHM (2010)	DHM Renda (2010)	IDHM Educação (2010)	Renda per capita (2010)
Brasil	190.755.799,00	0,727	0,739	0,637	R$ 793,87
Território do Planalto Norte	357.039,00	0,719[1]	0,6927	0,637	R$ 728,76
Bela Vista do Toldo (SC)	6.004,00	0,675	0,624	0,598	R$ 389,28
Campo Alegre (SC)	11.748,00	0,714	0,677	0,636	R$ 539,9
Canoinhas (SC)	52.765,00	0,757	0,717	0,692	R$ 692,87
Irineópolis (SC)	10.448,00	0,699	0,720	0,567	R$ 708,34
Itaiópolis (SC)	20.301,00	0,708	0,700	0,606	R$ 625,36
					continua
Mafra (SC)	52.912,00	0,777	0,738	0,723	R$ 789,53
Major Vieira (SC)	7.479,00	0,690	0,653	0,617	R$ 465,76
Matos Costa (SC)	2.839,00	0,657	0,630	0,541	R$ 402,83
Monte Castelo (SC)	8.346,00	0,675	0,641	0,581	R$ 432,84
Papanduva (SC)	17.928,00	0,704	0,691	0,603	R$ 589,35
Porto União (SC)	33.493,00	0,786	0,752	0,724	R$ 864,41
Rio Negrinho (SC)	39.846,00	0,738	0,710	0,668	R$ 664,58
São Bento do Sul (SC)	74.801,00	0,782	0,763	0,719	R$ 923,29
Três Barras (SC)	18.129,00	0,706	0,677	0,639	R$ 539,69

Fonte: Atlas Brasil (2014)

1 Cálculo da média entre os índices dos 14 municípios.

Constata-se nas informações estatísticas, que principalmente os índices de renda, estão aquém dos índices nacionais, demonstrando sinais de um baixo dinamismo econômico. Dentro das considerações do governo federal sobre quais seriam as regiões ou territórios nacionais que necessitariam de intervenções diretas para a melhoria da qualidade de vida de sua população, redução da desigualdade e, inclusão social,

analisam-se nos indicadores socioeconômicos desse território problemáticas e defasagens, comparando com os índices nacionais. Com essa análise, destacam-se algumas discrepâncias como o que ocorre no município de Bela Vista do Toldo, o qual apresenta renda per capita em 2010 de R$ 389,28, o que representa somente 49% da média nacional e, 53% da média do próprio território. Outra exemplificação das dificuldades apresentadas pelos índices desse território é o IDHM-Educação do município de Matos Costa, com de 0,09 pontos abaixo da média nacional.

Por meio de uma análise vertical, observa-se que somente dois municípios do território apresentam (dentre os índices selecionados), níveis superiores a média nacional, entre eles os municípios de: Porto União e São Bento do Sul. Os demais municípios apresentam pelo menos dois índices inferiores à média nacional. Sob tais prerrogativas é possível compreender os motivos da inclusão do Território do Planalto Norte em um programa de governo, que se utiliza de instrumentos de gestão como a interferência direta para fomento da política de dinamização da economia e melhoria do nível de qualidade de vida e educação.

Dentre os municípios que compõe o Território da Cidadania Planalto Norte, seis desses destacam-se economicamente pela incidência de indústrias madeireiras e papeleiras, sendo: Mafra, Canoinhas, Três Barras, Porto União, Rio Negrinho e São Bento do Sul. Esses municípios têm sua economia fundada na importância da exploração da madeira como elemento dinamizador da economia regional.

Outro detalhe sobre o Território da Cidadania Planalto Norte, o mesmo possui uma malha rodoviária relevante, sendo cortada no sentido Norte-Sul pela BR 116 e SC 302 e 303; e no sentido Leste/Oeste pela BR 280, SC 453 e SC451, e está margeada por rios importantes como Rio Iguaçu, Rio Negro, Rio das Antas e Rio Canoinhas.

Logo, em conformidade com Sistema de Informações Territoriais (SIT, 2016), o Território Meio Oeste Contestado abrange uma área de 8.288,10 Km² e é composto por 29 municípios: Abelardo Luz, Água Doce, Bom Jesus, Capinzal, Catanduvas, Coronel Martins, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Galvão, Herval d`Oeste, Ibicaré, Ipuaçu, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Luzerna, Marema, Ouro, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Treze Tílias, Vargeão, Vargem Bonita, Xanxerê e Xaxim. Seu Índice de Desenvolvimento Humano IDH médio em 1990 era de 0,463, em 2000 passou para 0,626 e em 2010 melhorando para 0,731. A agricultura é atividade econômica predominante, caracterizada, de maneira geral, pela policultura e calcada no trabalho familiar. O Território Meio Oeste Contestado está na Região do Alto Irani estão os municípios representados pela AMAI (Associação dos Municípios do Alto Irani), e parte do Noroeste e do Sudeste do território situa-se no Vale do Rio do Peixe. Os municípios pertencem a AMMOC (Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense). Dentre os municípios que compõe o território, quatro municípios se destacam economicamente pela incidência de indústrias agropecuárias, sendo: Joaçaba, Treze Tílias, Herval d'Oeste, Xanxerê e Xaxim.

Destaca-se entre os 100 melhores do Estado, o município de Joaçaba (3º), Treze Tílias (14º), Luzerna (19º), Lacerdópolis (26º), Xanxerê (39º), Lajeado Grande (48º), Ouro (42º), Faxinal dos Guedes (76º), Herval d'Oeste (76º) e Capinzal (95º), são os municípios bem posicionados e com melhores IDH referentes ao Território da Cidadania Meio Oeste Contestado. Observa-se também que a posição dos municípios conforme seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dezesseis deles entre os 29, estão entre os de menores indicadores na relação do país. Entretanto destacam-se os de posição acima da colocação dois milésimos: Abelardo Luz (2.028º), Coronel Martins (2.027º); Vargeão (2.282º); Passos Maia (2.924º); Ponte Serrada (2.105º); Ipuaçu (2.898º).

São, portanto, territórios formados por um conjunto de municípios com as mesmas características tanto na econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Alguns dados relacionados ao Índice de desenvolvimento Humano (IDH), destaca-se, que ocorreu uma evolução de forma comparativa entre as décadas nos indicadores para melhor em vários municípios. Quanto à posição dos municípios referentes ao Estado de Santa Catarina com 295 municípios dos 5570 do Brasil

O desenvolvimento territorial e econômico de uma cidade pode ser construído, por vários processos, que envolvam toda sociedade na busca de preencher as ideias cotidianas em desenvolver o lugar e torná-lo sustentável no território. Entre muitos processos, como por exemplo, os APLs (Arranjos Produtivos Locais), a localização geográfica, os recursos naturais, a capacidade empreendedora, o capital social, intelectual, midiático, universidades promotoras de pesquisa e extensão, enfim, tantas são as possibilidades a serem construídas em prol do desenvolvimento. Fica evidente no território, que além disso, buscar construir a partir de implementação de cursos universitários a partir da realidade local, que identificam o territorial ou uma imagem da mesma, para ser reconhecia como um centro universitário que identificam, a partir da construção histórica de desenvolvimento: como é o caso das universidades instaladas no Território da Cidadania em Santa Catarina.

Os dois territórios possuem uma população de aproximadamente 629.078, formando, assim, um grande *nicho* de mercado para a expandir o ensino superior nestes dois Territórios.

Em destaque se observa na tabela n 2 sobre a população dos dois territórios.

Tabela nº 2 População dos território da Cidadania em Santa Catarina

TERRITÓRIO PLANALTO NORTE	TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO	TOTAL DOIS TERRITÓRIOS
357.039	**272.039**	**629.078**

Fonte: IBGE, (2016)

A população desses dois territórios, com mais de 630 mil habitantes, poderia ser maior se durante as

últimas quatro décadas o êxodo rural e êxodo urbano não fosse acentuada nesses territórios.

Em destaque se observa na tabela n 3 as Universidades e a localização do campus nos Territórios da Cidadania em Santa Catarina.

Tabela n 3 – Os Campus das Universidades

Território		Universidades	Cidades
Planalto Norte		UNC	Canoinhas, Mafra, Porto União, Rio Negrinho
Planalto Norte		UNIVILLE	São Bento do Sul
Planalto Norte		UDESC	São Bento do Sul
Meio Oeste Contes-tado		UNOESC	Joaçaba, Xanxerê, Capinzal

Fonte: Dados da pesquisa 2016.

Destaca-se que dos 43 municípios que estão inseridos no território somente oito possuem um Campus de uma dessas instituições de ensino superior. Muitas políticas públicas ainda precisam ser desenvolvidas para se assegurar o acesso a toda população ao ensino superior que certamente pode vir a contribuir mais para o desenvolvimento territorial.

2 A história do ensino superior nos Território da cidadania em Santa Catarina.

Para Gumbowsy (2013), independentemente da ação dos governos federal ou estadual, fundações educacionais foram criadas a partir da década de 1960, com estrutura administrativa e financeira próprias – em todos os casos com o aval dos municípios – públicas, portanto – com forte apoio financeiro. Esta iniciativa, além de atender aos anseios locais quanto à ampliação do número de vagas no ensino superior, encontrava respaldo da legislação da época

A lei federal n° 4.024/61, em seu artigo 107, concede estímulo às fundações educacionais ao mencionar que “O poder público estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível sem finalidades lucrativas, e facultará aos contribuintes do imposto de renda a redução dos auxílios ou doações comprovadamente feitas a tais entidades. ”

A lei federal n° 5.540/68, no seu artigo 2°, dispõe que “O ensino superior indissociável da pesquisa será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. ”

Apesar das leis federais no 4.024/61 e no 5.540/68, que estabeleceram a reforma universitária, determinarem que o ensino superior fosse ministrado em universidades, no contexto catarinense, o que

prevaleceu foi a exceção, ou seja, a proliferação de instituições isoladas de ensino superior. Frente a este contexto, começam a se delinear as primeiras iniciativas com vistas à criação de instituições de ensino superior isoladas em Santa Catarina.

Esse processo teve início em 1964, desencadeando iniciativas irreversíveis de: a) interiorização da oferta de ensino superior; b) democratização das oportunidades de acesso a cursos superiores de formação profissional; c) formação de quadros vocacionados para o atendimento das necessidades locais; d) constituição de um corpo de professores capacitado, selecionado segundo os critérios exigidos pelo Conselho Federal de Educação; e) instalação de uma infraestrutura de ensino qualificada; f) disseminação, por todo o Estado, de equipamentos laboratoriais e de bibliotecas especializadas.

A interiorização do ensino superior procurou oportunizar a democratização do acesso a este grau de ensino. Historicamente, o ensino superior tem se concentrado nos principais polos econômicos, principalmente nas capitais, centralizando o desenvolvimento e a tecnologia em detrimento das regiões interioranas dos estados. Não se podem desconsiderar os interesses políticos das lideranças locais, pois estas eram cientes de que a criação de uma instituição de ensino superior lhes traria ganhos políticos.

Mas, por outro lado, não somente de variáveis negativas apresentava-se o sistema fundacional. “Outro aspecto importante é o decisivo papel do sistema fundacional no desenvolvimento cultural, econômico e social nas comunidades do interior, que permitiram, através da democratização das oportunidades, a fixação da mão-de-obra especializada no interior e evitou a concentração da disputa de vagas na capital. ” (Santa Catarina *apud* Gumbowsky, 2013, p.95)

O ensino superior na região dos territórios da cidadania remonta a década de 1960 e 1970, quando estabelecidas as bases das duas principais instituições que atuam no citado território: uma precursora município de Joaçaba e outra no município de Canoinhas. Posteriormente, outras foram criadas, e em 2016 exercem influência sobre a região. Neste artigo serão apresentadas as duas Universidades cuja área de abrangência ocupa o maior número de município dos territórios da cidadania estudados. Em conjunto, mas de forma resumida, serão citadas outras universidades que direta ou indiretamente interagem com o território.

A Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (FUNOESC) é uma Instituição sem fins lucrativos, de direito privado, criada em 1968 pelo Poder Público Municipal de Joaçaba, com a participação da comunidade. Originalmente denominada Fundação Universitária do Oeste Catarinense (FUOC), foi a primeira fundação educacional da região. Em 1990, com a intenção de implantar uma universidade, a FUOC uniu-se a outras duas fundações educacionais, a Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP), de Videira, e a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), de Chapecó, e formou a Funoesc – para a criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

São, aproximadamente, 118 municípios e mais de 1 milhão de pessoas, em uma área geográfica que vai desde Santa Cecília, no planalto central catarinense até a fronteira com a Argentina, atingindo o sudoeste do Paraná e o noroeste do Rio Grande do Sul.

A UNOESC possuía em 2015, 2 Estabelecimentos de Ensino de Educação Básica; 51 cursos de graduação presencial; 02 cursos de graduação na modalidade EAD; e 05 cursos de mestrado: Mestrado Profissional em Administração; Mestrado Acadêmico em Ciência e Biotecnologia; Mestrado Acadêmico em Educação; Mestrado Acadêmico em Direito e Mestrado Acadêmico em Biociências e Saúde. O número de técnicos administrativos era de 688 empregados. Atuam na UNOESC 411 professores especialistas; 428 mestres e 120 doutores. Quanto ao número de alunos eram estes os números: 739 matriculados na Educação Básica; 17.357 na graduação; 2.477 em cursos de Pós-graduação Lato Sensu e 233 em cursos de mestrado.

Em 2016 conta cinco campi: Joaçaba, Videira, Xanxerê, São Miguel do Oeste e Chapecó; e cinco unidades: Capinzal, Campos Novos, Pinhalzinho, Maravilha e São José do Cedro.

A segunda, foi criada o município de Canoinhas e região, inicia-se com a Fundação Universitária do Planalto Norte Catarinense – (FUNPLOC), criada pelo Poder Público Municipal em 7 de dezembro de 1970. A partir de 1990 a FUNPLOC passa a integrar o projeto Universidade do Contestado – UnC, juntamente com outras quatro fundações: Fundação Educacional do Norte Catarinense – FUNORTE com sede no município de Mafra; Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe – FEARPE, com sede no município de Caçador; Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense – FEAUC sede no município de Concórdia; Fundação Educacional do Planalto Central Catarinense – FEPLAC com sede no município de Curitibanos. No ano de 2010 a Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe – FEARPE desligou-se da UnC.

A UnC através de sua mantenedora é uma Instituição pública, de natureza privada, sem fins lucrativos com Campus em Canoinhas, Concórdia, Curitibanos, Mafra, Porto União e Rio Negrinho. A UnC congrega em 2016, 2 Estabelecimentos de Ensino de Educação Básica; 29 cursos de graduação presencial; 11 cursos de graduação na modalidade EAD; 32 cursos de pós-graduação lato sensu presencial; 53 cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade EAD e, 1 programa, de mestrado acadêmico em Desenvolvimento Regional. Atuam na UnC 226 professores especialistas; 292 mestres e 69 doutores. Encontram-se matriculados na Educação Básica, 333 alunos; nos cursos de graduação, 5.685 na modalidade presencial e 1.747 na modalidade a distância; 27 no curso de mestrado.

São, aproximadamente, 52 municípios e mais de 700 mil de pessoas, em uma área geográfica que vai desde a região sul do estado com o Paraná até o noroeste do Rio Grande do Sul.

No território da cidadania do Planalto Norte, cumpre registrar a presença de um campus da Universidade

da Região de Joinville – UNIVILLE. Esta possui um campus no município de São Bento do Sul, implantado em 1993.

Além destas, exerce influência sobre os territórios da Cidadania do Planalto Norte e Meio Oeste Catarinense a Universidade do Estado de Santa Catarina, criada em 20 de maio de 1965, com sede na capital, Florianópolis. Atua nos seguintes municípios: São Bento do Sul; Campos Novos; Treze Tílias, Joaçaba; Ponte Serrada; Pinhalzinho.

Ainda sobre os territórios da Cidadania do Planalto Norte Catarinense deve-se registrar a ação das seguintes instituições universitárias: a) Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), mantida pelo Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste é resultado de um forte movimento comunitário que surgiu no início da década de 1970 objetivando a implantação do ensino superior em Chapecó e em outras cidades da região. b) A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma instituição de ensino superior pública, popular criada em 2009. A UFFS abrange mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul.

Aliada a estas instituições universitárias somam-se inúmeras faculdades isoladas e polos de educação a distância que, contribuem assim para o desenvolvimento territorial de em Santa Catarina.

3 A Importância do ensino superior no Territorial da Cidadania Em Santa Catarina

A importância do ensino superior no Território da Cidadania em Santa Catarina pode ser assim descrita:

a) Conhecimento acadêmico: constitui-se numa das funções do ensino superior e prepara o estudante para uma determinada carreira. A IES objeto deste estudo, disponibilizam número elevado de cursos superiores, presenciais e a distância, nas diversas áreas do conhecimento o que possibilita formação para o mercado de trabalho especializado.

b) Benefícios sociais: O ensino superior também oferece muitos benefícios sociais. A maioria das faculdades, universidades e outras instituições de ensino superior oferece uma variedade de atividades extracurriculares, organizações, estágios curriculares dentre outros. Estes grupos ajudam a promover interações sociais entre pessoas de diversas origens e com histórias de vida muito diferentes. Além disso, o ensino superior estimula os indivíduos a serem participantes ativos em suas comunidades e economias, e é provável que isto os acompanhe pelo resto da vida. As IES pesquisadas são detentoras de hospital universitário, clínicas vinculados a diversos cursos na área da saúde e ciências sociais aplicadas, dentre outras que interagem com a população local.

c) Benefícios pessoais: O ensino superior também traz benefícios pessoais. Por exemplo, aqueles que têm diplomas de ensino superior ou certificados tendem a ter uma renda mais alta, o que permite que uma pessoa tenha mais opções no futuro, tais como poder escolher o trabalho que se adapta melhor ao seu estilo de vida, e o bairro em que gostaria de morar. Nos territórios da cidadania pesquisados, isso promove a melhoria da qualidade de vida da população gerando melhoria no IDH da região.

d) Benefícios econômicos: as IES em cada um destes territórios movimentam economicamente as suas regiões atraindo alunos de outros municípios, injetando recursos na economia via pagamento de salário de seus servidores. Outro fator que deve ser considerado é a criação de ambiente favorável à instalação de indústrias que exigem mão de obra qualificada. Consta-se nestas regiões o aquecimento da construção civil e do setor de serviços.

e) Desenvolvimento científico e tecnológico: as regiões que integram os territórios da cidadania apresentam crescimento na implantação de Programas de pós-graduação stricto sensu, seis no total. Tem-se a oportunidade de democratizar o acesso ao conhecimento, contribuir na transformação social e no desenvolvimento humano através de pesquisas docentes e discentes.

f) Melhoria da qualidade da educação básica: um dos grandes desafios da educação brasileira, e os territórios estudados não se constituem em ilhas com realidades diferentes, é a melhoria da qualidade, acesso e permanência de estudantes na educação básica. Uma das políticas reside na qualificação do corpo docente. As IES descritas mantem cursos de licenciatura seja na modalidade presencial, seja na modalidade a distância, aliado a oferta de cursos de especialização.

A presença das IES no Território da Cidadania constitui-se num importante catalisador para o desenvolvimento das mesmas. São instituições propulsoras do desenvolvimento, da pesquisa e das perspectivas socioculturais e educacionais nas regiões de abrangência.

As instituições de ensino superior, tem contribuído, ano após ano, para o desenvolvimento territorial, em destaque os dois territórios da cidadania de Santa Catarina, que se as mesmas não existissem os indicadores sociais como IDH, demografia, econômicos, entre outros, estariam em níveis baixos dos atuais: certamente ainda precisam ser melhorados.

Conclusões

A política de governo ao criar os 120 Territórios da Cidadania no Brasil e entre eles os dois territórios em Santa Catarina – Planalto Norte e Meio Oeste Contestado, tem sobretudo, a busca da melhoria dos indicadores sociais de desenvolvimento tanto no econômico, social, ambiental e o de educação superior.

Transcorridos meio século da presença das instituições promotoras do ensino superior na região de abrangência dos territórios da cidadania em Santa Catarina, e que se tem ainda a sua frente uma série de desafios a serem superados para viabilizar e reduzir a desigualdade nestas regiões. As cidades litorâneas cresceram, muitas vezes motivadas pelo êxodo rural, ampliando-se o número de favelas. Esta população necessita de acesso ensino superior, mas para que isto se viabilize a implementação de políticas públicas efetivas torna-se premente. Não basta a presença das IES, a oferta de cursos sem que os maiores interessados tenham condições intelectuais e sócio econômicas para frequentá-los.

Por fim, sabe-se que o ensino superior traz benefícios e melhoras no mundo acadêmico, social, pessoal, econômico, científico e a qualidade da própria formação de novos pesquisadores e professores, faz sobretudo, do ensino superior uma das principais ferramentas para as políticas públicas de desenvolvimento territorial. Se for apoiada e beneficiada com investimentos na área educacional e estrutural, logo, pode-se transformar um território subdesenvolvido em desenvolvido: é isso que se espera das políticas públicas e planos de governo voltados ao desenvolvimento territorial.

Referências

- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial** [**da República Federativa do Brasil**], Brasília, DF, v. 106, nº 231, 29 nov. 1968. Seção 1, p. 10369-10372.
- GUMBOWSKY, A. Desenvolvimento regional: gênese e compromisso das instituições de ensino superior fundacionais do estado de Santa Catarina – Brasil. In: CONGRESSO REDES DE ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUTOS E NOVOS DESAFIOS PARA A ECONOMIA E PARA A SOCIEDADE, 16, 2013, Évora, Portugal. **Atas**. Évora: APDR/Universidade de Évora, 2013. p. 87-105.
- KNOREK, R. **Território Da Cidadania Em Santa Catarina E O Crescimento Demográfico.** Território da cidadania em Santa Catarina: diagnósticos e estudos/ Reinaldo Knorek e Carlos Loch (organizadores) – Curitiba: CRV, 2016
- ROCHA, Edenir Assis Leite. **Caracterizações** Das Estruturas Produtivas **Indústrias No Território Da Cidadania Planalto Norte.** Território da cidadania em Santa Catarina: diagnósticos e estudos/ Reinaldo Knorek e Carlos Loch (organizadores) – Curitiba: CRV, 2016.

A CIDADE IGUALITÁRIA: GÉNERO E A CIDADE

LA CIUDAD IGUALITARIA: GÉNERO Y LA CIUDAD
THE EQUALITARIAN CITY: GENDER AND THE CITY

O GÊNERO FEMININO E A SUA INSERÇÃO NAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS URBANAS

FERNANDA NOBRE NEGRÃO

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo,
Escola de Arquitetura (UFMG).
Bolsista no Programa de Educação Tutorial
(PET Arquitetura)
ex-bolsista doLaboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica (LE-GEAR).
Cofundadorae coeditora do Projeto TRAMPO e do Grupo de Estudos
"A relação entrefeminismo e a produção do espaço, através de discursos interdisciplinares",
ambos vigentes desde o primeiro semestre de 2016.
Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais. Avenida Bias Fortes, 1619; Barro Preto, Belo Horizonte – Minas Gerais. CEP 30170-012; Brasil. Email: fn.nobre@gmail.com

Resumo

O trabalho aborda formas de manifestações e lutas em torno do direito feminino e das práticas sociais urbanas referenciadas nas conquistas a partir da Revolução Francesa e Industrial. A comparação do contexto europeu neste período com os novos valores atuais permite analisar esta desenvoltura espacial. As funções sociais foram facilmente perceptíveis, seguidas pelas lentas mudanças dos padrões legislativos. Isso foi ilustrado espacialmente no meio urbano e rural, e reforçado pela transformação das vestimentas. O questionamento e abandono de padrões comportamentais, a quebra de tabus e a indignação a respeito da imagem da mulher como inferior trouxeram impactos significativos na arquitetura e no ambiente urbano. Os interiores foram remodelados com base na funcionalidade da mulher no meio social e na sua relação com o mercado de trabalho. A competição com o sexo masculino na dimensão profissional resultou em um conflituoso embate ético, visto que a mulher era restringida física e moralmente na questão domiciliar.

Essas conquistas são ilustradas pela cronologia das vestimentas e dos hábitos, e apontam para uma adequação plena quanto às funções femininas que expressa sua revolução através desse mercado. As mulheres se apropriaram de outros símbolos de empoderamento ao conquistarem uma maior autonomia e liberdade. Estes são refletidos nos espaços públicos, de modo a transgredir a esfera do privado e a objetivar uma possível igualdade entre os gêneros.

O artigo aborda a construção de uma nova subjetividade feminina ao longo desse processo de conquistas. Apresentam-se quatro associações que demarcam um novo momento do papel do feminino na atualidade: a comunidade Noiva do Cordeiro, o Projeto Usina, o Centro de Referência da Mulher Tina Martins e o estudo da Anette de Mello sobre a figura feminina no canteiro de obra e no processo de mutirão. Tais pontuações trazem inéditas indagações sobre a funcionalidade social da mulher como marco da consolidação dos seus direitos.

PALAVRAS CHAVES

Gênero, Feminismo, Práticas, Vestimentas, Urbano.

Abstract

The paper discusses ways of manifestations and struggles around the women's rights and urban social practices referenced in achievements from the French and Industrial Revolution. The comparison between the European context with the new current values allows to analyze this spatial resourcefulness. The social functions were easily discernible, followed by slow changes of legislative standards. It could be spatially illustrated in urban and rural areas, reinforced by the clothing inovations. The questioning and abandonment of behavioral patterns, breaking taboos and indignation about the image of women as inferior brought significant impacts on architecture and the urban environment. The architecture interiors have been refurbished based on the functionality of women in the social environment and its relationship with the labor market. The competition with the male in the professional dimension has resulted in a contentious ethical struggle, as the woman was restrained physically and morally in household issue.

These achievements are illustrated by the chronology of clothing and habits, and points to full fitness as the feminine functions expressing their revolution through that market. Women have appropriated other empowerment symbols to active greater autonomy and freedom. These are reflected in public areas, so as to transgress the private sphere and to aim for a possible gender equality.

The article discusses the construction of a new female subjectivity through this process of conquest. It presents four associations that mark a new era of women's role in the present: the Noiva do Cordeiro's community, o Projeto Usina, the Women Reference Center Tina Martins and the study of Anette de Mello on the female figure on the construction site and the task force process. Such scores bring unprecedented questions about the social function of women as a landmark consolidation of their rights.

KEY WORDS

Gender, Feminism, Practices, Clothing, Urban.

Introdução

A proposta do trabalho apresentado é dilacerar a temática, aproximando-a do universo tátil do gênero feminino, e problematizar o espaço atual. Para tal objetivo, Henri Lefebvre, David Harvey, Simone de Beauvoir, Dolores Hayden, dentre outros, congregam alguns dos autores escolhidos como base, que proveram análises profundas em relação aos seus trabalhos. Através de associações com o cotidiano e conhecimentos da História, os estudos escolhidos permitiram uma maior compreensão a respeito do espaço público. Este pode ser considerado em dialética direta com os diferentes tipos de gênero, assim como as notáveis modificações dos espaços internos residenciais. Neste último tema, a obra da autora Hayden tem seu merecido destaque com a enfatização no território norte americano e as mudanças dos ambientes internos como cozinha e sala.

A despeito da formulação espacial, Beauvoir afirma que esta representação é fundamentada nas ideologias masculinas, o que se confirma com uma análise da História da Humanidade. Desde os mais antigos registros, sabe-se que o conhecimento se concentrou entre os mais economicamente abastados, o que evidencia uma segregação de gênero interna a esse grupo. As consequências são facilmente perceptíveis em vários momentos da História, a persistirem na atualidade. Em detrimento disso, a arquitetura e a cidade se desenvolveram, em sua maioria, voltadas para a funcionalidade masculina.

O artigo averigua a disposição dessas desigualdades no ambiente público e privado em relação ao gênero feminino. O enriquecimento dessa análise firma-se a partir do estudo da cronologia histórica das vestimentas e das bases legislativas. O resultado contemporâneo de novos valores sócio comportamentais é ilustrado pela comunidade denominada de Noiva do Cordeiro, em Minas Gerais. Esta é composta majoritariamente por mulheres, e apresenta como diferencial uma administração de poderil feminina, encarregada pela divisão de tarefas e encargos financeiros.

Quanto ao diálogo entre o gênero feminino, mercado de trabalho civil e a concepção do projeto arquitetônico, o Projeto Usina ilustra uma nova possibilidade de dinâmica social. Fundada na década de 90 por alunos de arquitetura da Universidade de Campinas (UNICAMP - SP), hoje representa a concretização de uma ideologia inédita. O escritório foca na fuga da hierarquização abusiva no regime interno de trabalho e as mulheres apresentam grau igualitário de diálogo e atuação no campo. É igualmente possível notar nos trabalhos colaborativos habitacionais a nova funcionalidade da mulher na edificação, as quais participam ativamente da construção e do planejamento. Nessa mesma lógica segue o trabalho da Anette de Mello, onde expõem a relação cotidiana das mulheres em um mutirão de moradia na Zona Sul de São Paulo. A partir da adesão delas no canteiro de obras e de um maior contato com a construção, a autora destaca a origem de uma nova subjetividade.

Por fim, o espaço da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, situada em Belo Horizonte (MG), simboliza o raro espaço criado *por e para mulheres*. O ofício central da Casa é atender mulheres vítimas de

violência doméstica, tanto física quanto psicológica, e prover o atendimento e o acompanhamento médico requerido. Fundada em 2015, a necessidade desse ambiente como instrumento de luta contra o sistema patriarcal tem sua explicação pela fixada cultura hereditária e ditatorial machista presente em todos os tópicos sociais históricos.

Objetivos

A análise da desigualdade de gênero e sua expressão nos espaços públicos e privados são os principais objetivos estabelecidos neste trabalho. A compreensão do sistema patriarcal e as razões do seu fortacelimento também são pontos discutidos, visto que influem em todo o contexto social.

A finalidade desse artigo condiz com o entendimento sobre a produção do espaço referenciadas nas práticas políticas voltadas para o feminismo em tempos diversos históricos e na atualidade.Estas são pautadas as diferenças entre gêneros, de forma a instigar o debate sobre a expectativa de mudanças com o intuito de uma possível harmonia, equilibrio e igualde social.

Metodologia

O enriquecimento do trabalho ocorre a partir do estudo da cronologia das transformações das vestimentas e das bases legislativas. As transições sociais e históricas permitiram pautar e analisar as conquistas do gênero feminino, a ter como base bibliográfica nomes como David Harvey, Simone de Beauvoir e Anette de Mello. A metodologia consistiu no estudo dessa bibliografia e na breve análise das produções espaciais contemporâneas mineiras e paulistas.

1. Contextualização histórica

1.1. O espaço público europeu e a mulher

A produção do espaço é um tema amplamente discutido, tratado por autores de diferentes maneiras. Dentro do contexto europeu, a França registra uma relação direta do urbano com o gênero feminino desde a Idade Média, espacializada pela pobreza em grande escala. Acompanhada pelas epidemias e fome – e agravada pelas guerras – , a sociedade patriarcal francesa contemplou o advento da mulher em um novo espaço: as ruas. Como única opção viável de fonte de renda, foram obrigadas a aderir ao mercado sexual, localizado principalmente nas áreas urbanas adensadas ou em crescimento. A evolução desse mercado foi tão grande e ágil que o Estado se viu obrigado a cooperar e auxiliar na implantação de infraestruturas como casas de banho e bordéis, sendo um dos marcos do fim da estrutura feudal e da reclusão feminina no ambiente interno domiciliar (ROSSIAUD,1991).

A Igreja Católica, no Século XII e XIII, colidiu com esses acontecimentos, uma vez que lançou

campanhas e reforçou seus dogmas com o intuito de acabar com a prática da prostituição desenfreada que ocupava grande parte dos espaços de uso coletivo. Entretanto, essa foi a porta de entrada para novas discussões sobre o espaço e o direito à cidade, com enfoque no gênero feminino, que é então retomada na Revolução Francesa.

Na própria Revolução Francesa, a qual tem uma forte associação à imagem feminina, há documentos que comprovam a adesão de mulheres no campo de batalha, como estudado por Morin (2009). A coragem para se alistar tem como fundamento a figura masculina na casa e as consequências da ausência do homem no âmbito da guerra. Isentas de proteção – até então o homem era símbolo de segurança, controle e administrador financeiro da família, a sobrar para a mulher as funções domésticas – o campo de batalha se tornou uma espécie de refúgio, misturado com um difuso sentimento revolucionário nacionalista.

Posterior e já atrelada à Revolução Industrial, a tecnologia evoluiu exponencialmente, de modo a influenciar no cotidiano. Além da facilidade quanto à mobilidade em longas distâncias em um curto período de tempo, as notícias e informações prosperavam em paralelo à evolução da comunicação. Foi então em 1848 que ocorreu uma homenagem à Flora Tristan em Bordeaux. A escritora faleceu em 1844, após a publicação da sua mais conhecida obra *(L'union ouvrière; A união operária)*, na qual defendia a união dos trabalhadores associada à emancipação feminina. Harvey acrescenta que "o fato de uma figura pioneira do feminismo socialista ter sido objeto de tal reverência em 1848 pode parecer surpreendente", mas pontua a assimilação prévia da figura feminina com a Liberdade, discutida já desde 1789. A temática toma maior intensidade na Revolução de 1830, a partir da tela de Ferdinand Victor Eugène Delacroix. É importante ressaltar que a Estátua da Liberdade, doação francesa para a cidade de Nova York, igualmente retrata essa associação da imagem feminina com "a justiça, igualdade e liberdade".

A desigualdade era também manifestada na subordinação das mulheres. Em 1808, Fourier, citado por Harvey (2015, pag. 107) declarou que "a progresso e as mudanças sociais de uma Era para a seguinte são produzidos em proporção ao progresso das mulheres rumo à liberdade, e o declínio social é produzido em proporção à redução da liberdade das mulheres". A emancipação feminina era uma condição necessária para a emancipação da humanidade e a liberação das atrações apaixonadas.

É em meio a essa conjuntura política que surge o jornal feminista *La Tribune des Femmes* (A Tribuna das Mulheres), com o intuito seguinte: "debater questões de liberação sexual e igualdade de gênero". Então desenvolveu-se a discussão sobre a autonomia feminina e o direito ao trabalho como oportunidade de libertação da dominação masculina. O debate que levou à inserção da mulher no mercado trouxe consigo o questionamento sobre o sufrágio universal. Ou seja, o direito ao voto, a originar o movimento feminista das sufragistas (o qual defendia o direito da mulher ao voto), e as demais exigências quanto a leis que impunham a submissão social de gênero.

Pela linha histórica, compreende-se que as primeiras discussões feministas surgiram atreladas ao marxismo. Notaram-se significativas mudanças no papel social feminino e uma nova relação de espaço e trabalho, a envolver as novas fábricas que surgiam em massa. A presença da mulher no campo industrial se fez necessária conforme as práticas de domínio engendradas pelas doutrinas capitalistas, a qual exigiu uma maior renda por família, a inviabilizar a ideia do homem como única fonte monetária. Assim, ocorreram também modificações quanto às próprias legislações, que abriram brechas para essa nova organização espaço-cultural.

1.2. O novo significado espacial e a Indústria Têxtil

Realocada do domínio privado para o público, compreende-se que a reformulação dos valores morais, atrelados à História, impactou na construção de inauditos ideais feminino. Junto a isso, as vestimentas se modificaram e ilustraram uma cronológica evolução comportamental. Como constatado por James Laver (1989), as vestes das antigas civilizações (egípcios, gregos e romanos) eram simples, resumidas a tecidos pregueados em lugares estratégicos como a área do ombro e da cintura. Com exceção dos comuns destaques referentes às classes de poder, tais roupas não possuíam uma diferenciação óbvia entre gêneros – o que o autor faz questão de frisar no início da sua obra – perdurando isso até meados de 1000 d.C.

O corpo feminino, já em torno de 1690, ainda era restrito a diversos padrões comportamentais, condizentes com as vestes específicas para cada ocasião. Laver apresenta um anúncio publicitário onde a saia é sutilmente levantada de forma a revelar as meias de seda, a tratar-se da imposição de um costume e da repressão quanto ao corpo da mulher.

Pelos estudos do autor, é citada pela primeira vez a preocupação com o conforto em torno de 1715, em que “as roupas femininas se tornaram mais soltas e com linhas mais fluidas”. A preferência pela volta dos arcos, de modo com que a saia abra para os lados, expressou-se em toda a moda francesa. O autor afirma que a moda, junto a uma estética geométrica, “chegou a influenciar a arquitetura, como, por exemplo, nos corrimões curvos das escadarias do século XVIII”.

Posterior a essas tendências, a praticidade e a simplicidade foram exaltados, com referência direta ao campo. E, a partir da Revolução Francesa, “houve um rompimento ainda mais drástico com o passado”, com o abandono de itens como o espartilho e as anquinhas. Porém, mesmo com essas modificações pontuais, a Europa Ocidental permaneceu constante em relação a costumes e hábitos. Em um contexto geral, foram notadas poucas variações quanto aos trajes, pelo menos quanto às classes superiores.

Laver discorre sobre a imagem da mulher nesse período referenciada ao homem, o qual “esperava duas coisas da esposa: primeiro, que fosse um modelo de virtudes domésticas e, segundo, que não fizesse nada; sua ociosidade total era a marca do *status* sociais do marido”. A moda fortalecia esse pensamento, em

que, como define o autor, “o grande número de anáguas usadas nessa época impedia as mulheres de realizar qualquer atividade sem fadiga”.

Segundo o autor, em uma época em que nunca antes as mulheres estiveram tão cobertas (exceto pelo uso do decote à noite), até o rosto era evitado de ser visto com o uso do chapéu boneca. Com tanta repressão, houve uma onda de mobilização feminina denominada de lionne. O termo fazia referência às mulheres de alto status social, com um casamento de alto poder aquisitivo e amante da montaria. A equitação como hobby se popularizou no meio feminino e iniciou o debate sobre o uso de calças nos trajes de montaria.

Todavia, Laver (1989, pag. 184) afirma que “a metade do século XIX foi o ponto mais alto da dominação masculina, e, em tais períodos patriarcais, as roupas dos dois sexos são tão claramente diferenciadas quanto possível”. Subsequente a isso, o autor discorre que em 1881, a partir do movimento *Traje Racional*, novamente foi pautada a questão do conforto do corpo, com uma preocupação relevante sobre o aspecto não-saudável da moda. O polêmico espartilho, considerado apertado e deformado, entrou nas reivindicações, assim como as camadas abundantes e desnecessárias de roupas.

Após debates e manifestações, o objetivo foi alcançado com o desuso desses elementos e, segundo Laver (1989, pag. 202), “à medida que as mulheres começaram a ter uma vida mais ativa”. A popularização das bicicletas também possibilitou o uso de vestes bifurcadas, de modo a facilitar sua utilização. Uma das alternativas apresentada foi a saia bifurcada, sem que arrastasse no chão. Entretanto, ainda que a proposta tenha sido ridicularizada na imprensa, com intensa repressão, com o “novo entusiasmo por todos os tipos de esportes ao ar livre tornou necessário o uso de roupas mais racionais” (LAVER, 1989, pag. 209).

Anne-Marie Sohn (2011) também discorre sobre a moda e a sua influenca na mudança do olhar a respeito do corpo. Ela exemplifica o desenvolvimento das vestimentas com a troca do espartilho pelo sutiã, e destaca a adoção do biquíni em um espaço público: a praia. O biquíni surpreende e choca pelo contraste de tamanho em relação às demais roupas do contexto de 1930. A temática do pudor foi discutida com maior frequência, a evoluir para a publicidade e o seu embate com a censura. A despeito disso:

> A publicidade não demora a se liberar. Desde 1900 ela não hesita em mostrar mulheres no toalete, usando espartilhos sedutores. Essas propagandas, aliás, contribuíram para a dessacralização do corpo feminino. [...] A partir da guerra, seguem a mesma linha do cinema, que contribui poderosamente para a normalização das atitudes e dos comportamentos amorosos. É nos anos de 1930 que a sexualidade não é mais somente sugerida, mas apresentada em cena, tanto nos filmes como nos cartazes: sedutoras em combinações e ligas, amantes desfalecidas sobre a cama, beijos cheios de paixão, tudo isso como prova do desejo e do prazer. (SOHN, 2011, pag. 113)

Enquanto isso, ao analisar as diversas legislações ao longo da História, nota-se uma coletânea de regras que reafirmam a soberania masculina. Como consequência disso, quase que numa espécie de ciclo vicioso, o sistema patriarcal tem suas raízes fortalecidas. As leis configuradas não diziam respeito somente ao meio político, mas também ao meio social. Como forma de controle, foram estipuladas leis que delimitavam as vestes femininas, através de restrições e imposições, a auxiliar a condução moral e cultural explícita nas sociedades. Na Síria, em torno de 1200 a.C., foi decretado o uso obrigatório do véu em locais públicos para as mulheres casadas, considerado o mais antigo costume mantido até os tempos atuais (LAVER, 2010).

No âmbito legislativo, o direito ao voto era pleiteado, pois viabilizaria maiores conquistas através da possibilidade de inserir pautas femininas nas discussões administrativas e políticas. Além, permitiria a inserção de mulheres no meio, de modo a fortalecer o empoderamento que estava a crescer naquele contexto.

Assim, o processo, ainda que lento, de adequação dos trajes ao cotidiano da população foi essencial para permitir o acesso da mulher nos espaços públicos, principalmente na esfera do trabalho. Tanto as transformações das tendências quanto das legislações possibilitaram à mulher a exploração de ambientes além do doméstico, de modo a ampliar sua funcionalidade social.

2. O Gênero Feminino, o Cotidiano e a Contemporaneidade

2.1. A Comunidade Noiva do Cordeiro

Localizado em Belo Vale, interior de Minas Gerais, a comunidade majoritariamente feminina, Noivas do Cordeiro, tem sua origem informal e não documentada. A difamação que sonda o vilarejo tem quase um século e é justificada pela Igreja com a excomunhão do casal Maria Senhorinha de Limas e Francisco Fernandes e dos seus descendentes. Envolvidos em uma polêmica de adultério, hostilizados e marginalizados tornaram-se reclusos. A construção do casarão – o qual atualmente abriga a Comunidade – foi resultado desse matrimônio, assim como os doze filhos, segundo o documentário realizado por Alfredo Alves para o Canal GNT[1].

Em torno de 50 anos após a origem da edificação, uma das herdeiras, Delina Fernandes Pereira, casou-se com o pastor evangélico Anísio Pereira. Em detrimento da pregação religiosa, Pereira fundou a Igreja Noiva do Cordeiro, regida por diversos dogmas e tabus. Ao converter indivíduos, o Casarão tornou-se sede da igreja, responsável pela realização dos cultos.

O incômodo católico foi perceptível, e a doutrina do pastor consistia em castigos públicos, jejuns constantes e rezas diárias. Álcool, drogas, músicas, cuidados estéticos e métodos contraceptivos eram proibidos e inquestionáveis. A consequência do rigor religioso atuou diretamente na economia, com a sobreposição da crença ante a subsistência. Após o falecer do pastor, em 1995, o vilarejo determinou como prioridade a conquista da independência econômica. A influência da religião na administração encerrou e o

1 Canal televisivo nacional, pertencente à Globosat Programadora Ltda.

trabalho foi dividido, de modo a destacar o coletivo. Delina Fernandes ainda é a figura principal, o que não conflita com o trabalho conjunto atual regido na comunidade, como analisado no documentário de Alves.

O vilarejo é composto por residências próximas ao Casarão e por uma população jovem e feminina, responsável pelos cuidados agropecuários. Apresenta um vínculo direto com Belo Horizonte, local onde parte da população masculina se refugia a procura de emprego. Os homens têm no mercado belo-horizontino sua principal fonte de renda visto o seu desenvolvimento capital e avanço industrial, enquanto as mulheres mantêm o cultivo da terra como sua base de sustentação material. Parte dos homens retorna ao Casarão aos finais de semana, e uma minoria masculina reside ali, de modo a representar uma nova relação entre os gêneros, com o trabalho rural mútuo e colaborativo.

A coletividade foi impulsionada pela necessidade, e em 1999 foi inaugurada a Associação de Moradores. Assim, as mulheres eram responsáveis pelo trabalho camponês, e os homens pelo trabalho industrial, de modo a gerar um capital destinado à compra de animais e elementos agropecuários. Esse diálogo permanece até hoje, através de uma valorização e estruturação social feminina.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, analisada anteriormente no contexto industrial europeu, apresenta uma inversão de *papéis*, visto a sua inédita ocupação com o trabalho braçal. Em oposição à imagem do “sexo frágil”, a população feminina da localidade destaca a importância desse trabalho conjunto. É importante ressaltar que a origem da comunidade Noivas do Cordeiro ocorreu em detrimento de boatos e imposição de valores sociais, os quais insistem na sua evolução.

A ausência de uma figura masculina como central difamou a comunidade, antes berço do adultério e hoje abrigo de mulheres independentes e de fama duvidável. O preconceito ultrapassado que persiste na região tem como base a idealização da mulher como submissa, a apresentar o homem como protagonista e líder nato. Ao se opor a isso e apresentar a coletivização de mulheres *empoderadas*, sendo parte dessas solteiras e mães, o vilarejo ressignifica à feminilidade.

Entre os valores contemporâneos capitalistas, a necessidade de uma formação de qualidade e superior é expressa pela possibilidade de conquistas e liberdades através da produção de renda. Ausente o vínculo obrigatório e rigoroso com a religiosidade, e visto que os dogmas comumente reforçam a dominação masculina, a comunidade aborda os questionamentos da renda e da escolaridade e da gestão dos bens materiais. As mulheres que a compõem, em sua maioria, não apresentam um alto nível de formação escolar. Esse tópico reforça o diálogo entre o vilarejo e a cidade de Belo Horizonte, a qual além de apresentar as vantagens empregatícias industriais de interesse ao masculino, igualmente retrata uma área com um número significativo de escolas de qualidade, diferente de Belo Vale.

Com enfoque na autonomia financeira da comunidade, além da relação com a colheita, foi montada

uma fábrica de lingeries, colchas e tapetes. A comercialização na região não obteve muito sucesso, o que as obrigou a ampliar o território de contato e tentar um novo negócio em Belo Horizonte. De maneira bem sucedida, as vendas resultaram em uma loja na capital e na obtenção de uma maior confiança quanto ao próprio trabalho, sem ocorrer o abandono das atividades rurais. Tanto a autonomia feminina no trabalho rural quanto industrial permitem a construção de uma nova subjetividade, de modo a reestruturar a hierarquia social vigente.

2.2. A Mulher e a Construção Civil

Anette de Mello, em 1999, avaliou metodicamente alguns multirões de São Paulo e a relação com o feminino, de forma a colaborar na temática ao analisar com maior detalhamento a dinâmica dos canteiros de obras. A construção dessas habitações em particular ocorreu a partir de organizações internas dos interesados, com a adesão de mulheres no âmbito do trabalho civil. A autora afirma que ocorre uma mudança quanto à moral feminina nesse ambiente, a ser exibida no momento em que esta assume a liderança e inicia um contato com o próprio canteiro. A respeito das relações quanto à construção civil e à produção da subjetividade, Mello confirma sobre seu projeto que:

> Nosso objetivo, desde o início da pesquisa tem sido a compreensão, para utilizarmos um termo de Weber, do sentido que as mulheres do mutirão do SAF II atribuem às suas múltiplas ações: a construção de suas casas, a construção de novas relações do interior do mutirão e a construção de novos valores ou a ressignificação de antigos. E tão importante quanto esses aspectos, a construção da subjetividade, que é simultânea a todas essas ações. Hipotetizamos que essas mulheres – enquanto construíam suas casas – estavam também se reconstruindo e reconstruindo as relações dentro do mutirão. Hoje, nomeamos tal processo como produção da subjetividade. (MELLO, 1999, pag. 33)

A autora pontua a pesquisa de Valéria Giovannetti (1995), segundo a qual o movimento de moradia conhecido como Sociedade Amigos do Fase II (SAF II) surgiu no final da década de 1970, em Campo Limpo, zona sul da cidade paulista. A despeito do termo subjetividade, Mello trata este como um “movimento de mão-dupla que envolve o sujeito e a sua realidade”. A partir do diálogo feminino com o canteiro, é possível analisar uma maior integração entre o interno e o externo, e observar a construção dessa nova subjetividade. Sobre isso, a autora completa:

> Mas a “conversão desses diferentes elementos individuais e das formas concretas de experiência social em sentidos subjetivos vai depender muito das emoções que vierem a se produzir em torno deles, associados à expressão dos motivos essenciais do sujeito...”, explica Gonzalez Rey (1997, p.135). Essas experiências vividas no mutirão só vão ganhar sentido, dependendo das emoções sentidas pelos sujeitos envolvidos. E, pelos depoimentos, podemos ver que as emoções são responsáveis por muito do que está se construindo de novo nesse

> mutirão. (MELLO, 1999, pag. 39)

Um fator importante do projeto da Anette de Mello é o estudo do contexto a partir da visão das próprias mulheres envolvidas nos mutirões e as percepções correspondentes às emoções expressas por essas.

> Acreditamos que esses e essas mutirantes estão, de alguma forma, respondendo à questão proposta por Chauí. As novas formas de sociabilidade, por exemplo, já estão acontecendo: nos novos modos de fazer política, nas formas escolhidas pelo povo para criar seus projetos em torno da concretização de suas demandas, sejam elas de contrução de casas, de educação, terra para plantar, maior autonomia, e essas novas formas de sociabilidade estão sendo criadas por grupos dos movimentos sociais, que se acreditam agentes de transformação social. (MELLO, 1999, pag. 41)

A autora pontua o cotidiano como o "lugar de revolução" (1999, pág. 50), e destaca os estudos de Henri Lefebvre e Agnes Heller sobre rotina e cotidianeidade. Além, acrescenta que o empoderamento das mulheres é possível a partir dessas mudanças habituais, fato igualmente assinalado em alguns trabalhos do Projeto Usina 25. Este, originado em junho de 1990 por uma equipe de profissionais diversificada, surgiu com a finalidade de discutir Arquitetura e Urbanismo como prátca política. O grupo destaca a importância da autogestão, de modo a desenvolver a capacidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores. A reforma urbana e agrária são pautas constantes, a permear o déficit habitacional existente.

> A dimensão social do trabalho também aparece, e com ela todas as dimensões da sociabilidade. Entre elas cabe ressaltar a questão de gê- nero: antes de ser uma questão autônoma trazida de cima para baixo, ela aparece na prática, no momento em que as mulheres se colocam a priori como iguais. Essa mudança abrupta da sociabilidade traz diversos questionamentos no nível do cotidiano destas pessoas, do trabalho ao casamento. (Usina CTAH, 2016, pag. 104)

A partir de movimentos sociais, o grupo discutiu a presença da mulher no canteiro de obra, principalmente no Mutirão Paulo Freire (SP). A valorização da autogestão e a figura feminina como a principal frente da família brasileira resultaram em uma nova experimentação de concepção e concretização de projeto. A escolha de estruturas pré-fabricadas possibilitou acelerar as obras, com maior facilidade e segurança na execução da obra, a qual apresenta alta qualidade técnica e arquitetônica. Por fim, Sérgio Ferro, um dos fundadores do grupo, afirma que "a surpreendente e numerosa presença das mulheres na construção estremece o machismo tradicional, a ideologia dos sexos" (2016, pag. 92). Vale também destacar o inédito protagonismo feminino nesse ambiente civil.

2.3. A Casa de Referência da Mulher Tina Martins

Localizada em Belo Horizonte (MG) e originada como Ocupação no início de 2016, o coletivo feminista Movimento Olga Benário chamou a atenção para os altos índices de violencia contra a mulher a à consequente necessidade de uma centro especializado de atendimento. A tomada do prédio federal da antiga Escola de Engenharia, no centro da capital, teve como objetivo ressaltar o debate sobre a sociedade patriarcal e machista, assim como as suas raízes culturais violentas.

Atualmente foi cedida uma edificação de modo a formalizar a intistuição, agora denominada como Casa de Referência da Mulher Tina Martins. Autofinanciada e gerida, o foco principal é prover asistencia emergencial, com uma já fortalecida rede de colabores, dentre eles profissionais e voluntarios. De modo a reforçar as defasadas Políticas Públicas, a Casa se responsabiliza por analizar os casos individualmente, a amparar a maior gama possível dessas mulheres.

A pensar na reabilitação social feminina, são também discutidos meios de prover independencia financeira, visto que este costuma ser um fator que enraiza econômicamente a mulher na figura do homem, ainda que este seja violento. O processo emancipatório feminino é tratado como prioridade, a considerar o empoderamento individual e coletivo. A atual edificação consta com a infraestrutura comum de uma casa, com quartos, salas, banheiros e cozinhas, acrescida de diferenciais como espaços de permanência para atividades coletivas e salas para os atendimentos especializados médicos. A importância da existência de um ambiente com essa finalidade, ainda que paliativa, reafirma a sua necessidade e urgência frente aos problemas sociais persistentes na atualidade como meio de suprir a defasagem do papel do Estado.

Conclusões

A subjetividade construída a partir da nova funcionalidade dos gêneros permitiu uma releitura da organização social. O indivíduo feminino, antes recluso ao serviço doméstico, transgrediu para o espaço público e oportunizou a abordagens de temáticas como a desigualdade social, o direito ao voto, os benefícios trabalhistas, dentre outras. O início da revolução da hierarquia social ensejou na desenvoltura das transformações sociais hoje perceptíveis e merecidamente alcançadas.

As mudanças das funções sociais femininas, com o seu advento do mercado de trabalho e atrelada à modificação das vestimentas e das legislações, possibilitaram a construção de uma inédita subjetividade. Esta, associada às novas produções de espaço, permitem analisar que a maior parcela dos espaços são produzidos *por e para* homens. Os exemplos pontuados neste trabalho vão em oposição a esses conceitos, a ser a mulher a protagonista da sua história, com total controle sobre a produção do espaço a qual se insere.

Referências

- BEAUVOIR, Simonede. O Segundo Sexo.1ª ed.-Editora Nova Fronteira, 2009.
- Casa de Referênciada Mulher Tina Martins;disponívelem:< https://www.facebook.com/Ocupacaotinamartins > , último acesso em 14/11/2016.
- COURTINE,Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges; CORBIN, Alain; etc. A História do Corpo Humano; 2a ed. – Editora Vozes, 2008.
- HARVEY,David.Paris:capitaldamodernidade;1aed.–SãoPaulo:Boitempo,2015.
- LAVER,James.Aroupaeamoda:umahistóriaconcisa;1989.
- MELLO,Annete.Mulheresemconstrução:casa,sonhos,subjetividades.SãoPaulo:EDUC, 1999.
- MORIN, Tania Machado. Práticase Representações das Mulheres na Revolução Francesa – 1789-1795; USP, 2009.
- Noivas do Cordeiro. Roteiro e Direção:Alfredo Alves.Narração:Lya Luft. Produção:Canal GNT;
- 2010.
- ROSSIAUD, Jacques. A Prostituição na Idade Média; Rio de Janeiro: Pazeterra,1991.
- VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula; Usina CTAH – Centrod e Trabalhos para o Ambiente Habitado. Usina: entre o projeto e o canteiro. 1a ed. – Edições Aurora, 2016.

A CIDADE POLÍTICA: GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS CIDADES E POLÍTICAS PARA OS CIDADÃOS

LA CIUDAD POLÍTICA: GESTIÓN Y ADMINISTRACIÓN DE LAS CIUDADES Y POLÍTICAS PARA LOS CIUDADANOS

THE POLITICAL CITY: MANAGEMENT AND ADMINISTRATION OF CITIES AND POLICIES FOR THE CITIZENS

GESTÃO DAS CIDADES COM BASE NAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

LILIAN RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA

Professora titular/ Pesquisadora
IPCCIC / Centro Universitário Barão de Mauá / PPG PAPP – Unesp.
Rua Malachias José dos Santos, 142, Ribeirão Preto, SP, (Brasil) CEP: 14076-210.
lilian.rosa2010@gmail.com

ADRIANA SILVA

Pesquisadora
IPCCIC.
Av. João Fiusa, 2051, apto 23, Ribeirão Preto, SP (Brasil) CEP 14024-250.
adrianasilva@ipccic.com.br

HELENA DE OLIVEIRA ROSA

Pesquisadora
IPCCIC / Unesp – Franca.
Rua Professor José Rodrigues Costa Sobrinho, n. 2394, Ap. 2, Franca, SP (Brasil) CEP 14409-105.
helenaoliveirarosa@gmail.com

Resumo

A redemocratização do Brasil e a Carta Constitucional de 1988 abriram novas perspectivas para a construção de políticas públicas participativas e promoveu a ampliação da autonomia do município como ente federativo. Esse processo alterou o papel das cidades e gerou a necessidade de reflexão sobre novas formas de planejamento e de gestão pública com base nas potencialidades e nas singularidades dos municípios sem, contudo, fragilizar a integração com o regional, o nacional e o global. Ao ter que assumir a liderança desse movimento, o município precisa ampliar sua capacidade de dialogar com as necessidades da comunidade e de articular com os demais entes de maneira a fortalecer suas bases. Para realizar com eficiência esse novo papel, é primordial que o município conheça e reconheça suas referências culturais, não mais somente como registro das identidades, mas, sobretudo, como instrumento de gestão da cidade. Diagnosticar a realidade presente passa pelo estudo das relações passadas, o comportamento social do lugar, as explicações dos indicadores que não são autônomos, ou seja, refletem ou refratam condições postas ao longo do tempo. Igualmente, este percurso precisa se dar amarrado a um referencial teórico metodológico que nivele uma base de análise e recomende estratégias de planejamento, diretrizes e propostas coesas a um modelo estabelecido de cidade.

PALAVRAS CHAVES

Gestão Pública; Cidades; Referências Culturais

Abstract

The Brazil's redemocracy and the Constitutional letter of 1998 have opened new perspectives for the construction of participative public policies and have promote the enlargement of the county's autonomy as a federative entity. This process has transformed the role of the cities and generated the need for reflection about new of public planning and management based on the potentialities and singularities of the cities without, however, weaken the integration with what is regional, national and global. By having to take the leadership of this movement, the county needs to enlarge your capacity of dialogue with the needs of the community and of articulate with the other entities in a way of strengthen your bases. For realizing with efficiency this new role, it's primordial that the county knows and recognizes your cultural references, not only as a register of identities, but especially as a tool for the management of the city. Diagnose the present reality goes by the study of the past relations, the place's social behavior, the explanations of the indicators that are not autonomies, in other words, reflect and refract the conditions put over time. Equally, this route needs to be tied to a methodological theoretical referential which levels a base of analysis and recommend strategies of planning, cohesive guidelines and proposes to an established model of city.

KEY WORDS

Public Management; Cities; Cultural References

Introdução

A importância de identificar e reconhecer as referências culturais das localidades para que sirvam como base para políticas públicas municipais é a temática desse artigo. A questão se torna relevante a partir da promulgação da Constituição de 1988, que alçou os municípios à categoria de ente federativo, ampliando sua autonomia. A partir de então, os gestores das cidades enfrentam os desafios de planejar políticas que sejam representativas da diversidade cultural e, ao mesmo tempo, estejam alinhadas a um contexto globalizado, que encaminha as localidades para a necessidade de internacionalização.

Diante disso, um grupo constituído por pesquisadores oriundos de várias áreas e universidades reuniu-se, entre 2014 e 2016, no IPCCIC – Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, visando desenvolver um projeto de pesquisa sobre a importância do diagnóstico de referências culturais como subsídio para políticas públicas municipais.

Para Fonseca (INRC, 2000, p.14) as referências culturais são elementos considerados particularmente importantes para os grupos sociais, aos quais "cada membro do grupo de algum modo se identifica", relacionando-os a uma representação coletiva. Inicialmente o conceito foi apropriado exclusivamente pela política de preservação do patrimônio cultural, relacionando a diversidade cultural não apenas à produção material, mas "também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos e práticas sociais" (INRC, 2000, p. 13).

Nessa experiência de política pública empreendida pelo MinC houve foi o deslocamento do foco nas instituições para o que pensam os grupos formadores da sociedade brasileira ao identificar o patrimônio imaterial brasileiro. Assim, conhecer as referências culturais que dão forma a diversidade cultural tornou-se elemento de política pública, por meio do INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC, 2000).

O presente trabalho começou a ser desenvolvido a partir da experiência dos pesquisadores com a aplicação do INRC (2000), criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Ribeirão Preto, SP, entre 2009 e 2012. Depois disso, os pesquisadores organizaram o grupo de pesquisa "Memórias, Identidades e Políticas Públicas". Como um dos projetos foi elaborado o "Patrimônio Cultural nas cidades criativas", cujos primeiros resultados são apresentados nesse texto.

Na primeira parte do artigo aborda-se o contexto no qual se insere a temática, bem como os conceitos de política pública, desenvolvimento/envolvimento e referências culturais. Na última parte, apresenta-se uma proposta de diretrizes para diagnóstico de referências culturais nos municípios baseada nas primeiras reflexões teóricas e práticas de campo empreendidas pelo grupo de pesquisa.

Objetivos

O artigo tem como objetivo discutir a importância das referências culturais das localidades como base para políticas públicas democráticas. Diante disso, propõe como objetivos específicos:

(1) Refletir sobre o papel das experiências locais e do reconhecimento das identidades culturais na construção da cidadania plena e de políticas públicas democráticas;

(2) Apresentar os desafios enfrentados pelos municípios em reconhecer suas identidades diante da descentralização federativa e da crescente demanda pela internacionalização;

(3) Indicar os resultados parciais de pesquisa que indiquem caminhos para o diagnóstico das referências culturais como base para políticas públicas.

Metodologia

A metodologia empregada tomou por princípio a investigação-ação, na qual se aprimorou a prática "pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela" (Tripp, 2005, p. 446).

Na fase de planejamento, os pesquisadores IPCCIC elaboraram um projeto de oficinas de 8 horas a serem aplicadas em nove diferentes municípios sede da região de Ribeirão Preto, SP, com pessoas ligadas ao setor cultural e à gestão pública. Para cada oficina eram convidados os municípios próximos. Realizada em parceria com a Oficina Cultura do Estado de São Paulo "Candido Portinari", o projeto atendeu 22 municípios. A atividade foi planejada em duas partes: (1) duas horas dedicadas ao compartilhamento de conceitos-chave, tais como cultura, referências culturais, políticas públicas, entre outros e suas utilizações na gestão municipal; (2) Em um segundo momento, com seis horas de duração, os ouvintes foram convidados a aplicar os conceitos apreendidos em um diagnóstico preliminar sobre as referências culturais do seu município. Os participantes deveriam refletir como as referências culturais identificadas poderiam contribuir para a construção de políticas públicas participativas em outras áreas de atuação do poder público, para além do campo cultural.

A cada uma das oficinas, os pesquisadores monitoravam e descreviam os efeitos da ação nos municípios, avaliavam os resultados de cada oficina e planejavam uma melhora na prática, visando à ação para a melhoria planejada.

1. Referências culturais: matéria-prima para políticas públicas e projetos de cooperação regional e internacional

1.1. Políticas públicas com base no lugar

O Estado formula políticas públicas a partir do princípio que existem determinados domínios da atividade humana nos quais deve intervir, visando o bem comum (Mead, 1995). Para a consecução dessa intervenção

forma-se um "conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas e incumbências consideradas de interesses público ou comum", que definem a administração pública (Bobbio, 1993, p.10). A compreensão desse processo compõe o estudo da dimensão política, cujo objetivo é analisar o governo em relação às demandas da sociedade que, para Rémond (2003) têm aumentado significativamente. Isto pode ser explicado pela ação de grupos variados, que pressionam o governo a "legislar e controlar as mais distintas esferas da vida social, da construção de moradias à difusão da cultura" (Barros, 2005, p.17). É uma equação simples: aumento de demanda gera novas políticas, que resultam em ampliação do aparato do Estado e na crescente especialização intragovernamental em diversas áreas.

Esse movimento é parte de um processo mais amplo, que envolve a transição de uma sociedade de desenvolvimento espontâneo para outra de caráter mais planificado. Para Bresser-Pereira (2001) isto se explica pelo trânsito do Estado oligárquico para o democrático, ocorrido com o final da Ditadura Civil-Militar no Brasil e com a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, quando ocorreram sensíveis mudanças tanto no campo político, quanto no administrativo, visando o aumento da eficiência e do desempenho da coisa pública.

Politicamente, as instituições democráticas enfrentaram o desafio de ampliar a participação e o controle da administração pública pelos cidadãos. Com uma repactuação da estrutura federativa, quando se fortaleceram as instâncias subnacionais, tais como estados e municípios (Rocha, 2009), surgiram formas inovadoras de gestão representadas por orçamentos participativos, parcerias com a sociedade civil e iniciativas de internacionalização.

Do ponto de vista administrativo, os anos 1990 viram uma gradativa adoção do modelo gerencial, baseado na eficácia e no controle dos resultados. Paralelamente, o Estado vem estudando formas de alterar sua estrutura organizacional, melhorando as formas de descentralização, em particular, aprofundando a horizontalidade das tomadas de decisão.

Depois de décadas de prevalência de projetos elaborados "de cima para baixo" e "de dentro para fora", pensados por políticos profissionais e técnicos, sem ouvir a população, iniciaram-se reflexões sobre como promover a descentralização e a democratização, visando à ação colaborativa entre atores diversos.

Mas, para Milton Santos (2009) o reconhecimento da importância da participação da sociedade na coisa pública pela legislação brasileira não resulta exclusivamente de uma iniciativa do Estado. Para o autor vem ocorrendo um fortalecimento de ideias na política, que tem minimizado a ampliação do utilitarismo. Como resultado reforçou-se a ética, chamando indivíduos e coletividade à responsabilidade pela consolidação da democracia, construindo um caminho para a cidadania. Contudo, Santos (2009) admite que ainda falta muito para a consolidação desse processo. Afirma que a consolidação da democracia e da cidadania ocorre a partir do "cidadão num lugar", como aquele que se envolve nas soluções locais, sem perder de vista o global. Ai

estaria a cidadania plena: a transformação do cidadão que é um simples usuário da cidade em um cidadão cocriador do seu lugar.

Concorda-se com Morin (2013, p.81) que a democracia participativa com base nas experiências locais diminui a postura "apática", marcada pela "insignificância do pensamento político" e pelo "desinteresse dos cidadãos", condição que incapacita gestores públicos e sociedade civil de enfrentarem "os grandes desafios da era planetária". Para chegar a esse ponto o cidadão deve ouvir, participar, responsabilizar-se e debater sobre as questões da sua localidade. Esse formato "permitira discutir em nível local os problemas de interesse nacional e até mesmo planetário" (Morin, 2013, p. 82-83). Em outros termos, deve-se implantar um novo tipo de governança, unindo as instâncias participativas cidadãs, políticas e administrativas, locais e regionais e técnicos. O autor apresenta uma ideia ampliada de governança (*governance*), ultrapassando, por exemplo, a noção tradicional do Banco Mundial, que a define como a forma adotada pelo Estado para administrar os recursos sociais e econômicos de um ente federativo visando o seu desenvolvimento (The Word Bank, 1992). Como Milton Santos (2009), também para Morin (2013) a resposta está no lugar. No espaço que faz sentido para aqueles que o habitam.

Superar desigualdades e o isolamento, transpor especializações e ultrapassar fronteiras de conhecimento de maneira a auxiliar a sociedade ocidental a lembrar daquilo que parece ter esquecido: religar-se entre si, ao meio ambiente e ao local do qual faz parte formando comunidades, por meio do reforço das relações de vizinhança, de proximidade. Avançar na construção de uma cidadania para além da participação, em direção ao envolvimento, que para Morin (2013) significa o empoderamento da sociedade civil, conquistado com a progressão em liberdade e autonomia, atingindo níveis altos de solidariedade.

> A orientação desenvolvimento/envolvimento significa que, fundamentalmente, o objetivo não é mais o desenvolvimento de bens materiais, de eficácia, de rentabilidade, do calculável; é também o retorno de cada um às suas necessidades interiores, à estimulação das aptidões de compreender o outro, próximo e distante, [...]. O envolvimento significa a manutenção da inserção em sua cultura, suas comunidades, a primazia da qualidade poética do viver. O desenvolvimento favorece o individualismo. O envolvimento favorece a comunidade (Morin, 2013, p. 44).

Conhecer a sua própria cultura e compreender-se como comunidade, torna o município mais forte para enfrentar demandas atuais, como pela internacionalização.

1.2. A cultura local como matéria-prima para cooperação regional e internacional

Com o artigo 18 da Constituição, os municípios tornaram-se entes federativos, com recursos e autonomia fiscal e administrativa. Também constituíram uma agenda independente da União, podendo não

aderir às políticas públicas federais (Arretche, 2004). Se essa descentralização pode ser considerada um avanço, por outro lado, com o passar dos anos acabou por agravar as já expressivas desigualdades entre os municípios, em decorrência da sua execução pouco eficiente.

Diante dessa realidade tornou-se um desafio para a gestão pública municipal capacitar-se para exercer essa autonomia, por meio do aprendizado político e da busca de ferramentas que lhes possibilitem identificar suas singularidades, gerando condições para a melhoria da qualidade de vida a partir da sua identidade. Na outra ponta desse mesmo processo há o desafio de diminuir o insulamento administrativo e econômico, para o qual, um dos caminhos possíveis é a internacionalização.

De acordo com a cartilha elaborada, em 2008, pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), cujo objetivo é apresentar instrumentos para a "inserção internacional dos municípios brasileiros" (CNM, 2008, p.8), o estabelecimento de relações internacionais seria uma atividade meio para se promover o desenvolvimento sustentável das localidades, por intermédio da busca de financiamento e a troca de experiências. Entretanto, segundo Santos (2010) para ter capacidade jurídica internacional, o município precisa de dois elementos: (1) competência para atuar externamente, ou seja, obter o aval da União, seja por meio de leis constitucionais ou por uma permissão do governo central para o estabelecimento de atividades externas; (2) deve efetuar relações de fato com outros membros da comunidade mundial, sejam eles outras localidades, organizações internacionais ou instituições privadas.

Além disso, ainda deve ser considerado o contexto mundial, no qual "decisões em temas de competência municipal são tomadas em âmbito internacional sem que as autoridades locais possam nem sequer elaborar recomendações" (CNM, 2008, p.40). Para reverter esse quadro, a cartilha argumenta que as localidades têm criado meios de representação política e de convergência de ideias para diversos assuntos presentes na agenda internacional.

Para a CNM (2008) há quatro principais formas de se promover a internacionalização de uma localidade: a política internacional, o marketing urbano, a promoção econômica e a cooperação descentralizada. A política internacional consiste na participação de fóruns, assim como no desenvolvimento de políticas e na valorização de uma identidade local para a atração de investimentos. Já o marketing urbano pode ocorrer, por exemplo, pela promoção da marca da cidade, e da sua visibilidade com os eventos internacionais. A promoção econômica envolve a atração de investimentos econômicos externos diretos (IED), a promoção turística e o desenvolvimento do comércio exterior. Quanto à cooperação descentralizada, esta preza pela mobilização de recursos, sejam eles financeiros ou técnicos. Exemplos são encontrados em São Paulo, Porto Alegre, Betim entre outras, que sediaram eventos internacionais, receberam financiamentos e assinaram acordos de irmandade (CNM, 2008; Onuki, Oliveira, 2013).

Mas, cabe destacar que estratégias de cooperação internacional ou regional terão mais chances de

sucesso se os municípios tiverem as suas potencialidades diagnosticadas. Robert M. Solow, prêmio Nobel da Economia, afirmou que a "longo prazo, lugares com forte e distinta identidade têm chance de prosperar mais do que aqueles que não a possuem". As "cidades devem conhecer seus atributos de identidade mais fortes e desenvolvê-los. Ou correrão o risco de serem tudo para todos e nada de especial para ninguém" (Solow *apud* Shluger, 2014, p.14). Essa afirmação uma dinâmica complexa: os municípios precisam prender a lidar com as rápidas mudanças culturais e econômicas, provocadas pelo intenso e rápido fluxo de capitais, pessoas e informações, ao mesmo tempo em que precisam valorizar suas identidades como elemento de desenvolvimento e qualidade de vida das populações locais.

Um exemplo internacional citado por Duarte (2012) é o caso do museu de Mértola, em Portugal, onde houve a sua integração nos circuitos culturais nacionais e internacionais por meio de cooperações e eventos promovidos dentro do museu. Valorizando a forte presença da cultura islâmica na região, foi criado o Festival Islâmico, que ressalta a identidade local com uma semana marcada por concertos, teatros, danças, mostras de gastronomia e conferências. Além disso, há a associação entre produtores locais, nacionais e internacionais, para a comercialização de produtos que respeitem o meio ambiente e os saberes tradicionais. Juntamente com outros 13 países do Mediterrâneo, o museu formou uma rede de cooperação com o intuito de facilitar o acesso online a exposições e marcos da cultura islâmica, acreditando que a divulgação desta realidade cultural pode aproximar realidades culturais, gerando trabalho, renda e qualidade de vida.

Essas conexões que visam vencer o insulamento municipal não vêm ocorrendo apenas no plano internacional. No Brasil existem casos de municípios que forma redes como meio de equacionarem questões comuns, que ultrapassam as suas fronteiras. Consórcios, redes intermunicipais e regiões metropolitanas estão surgindo no território nacional. Dois casos exitosos é a dos nove municípios do circuito das águas paulistas, organizados no Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Polo Turístico e o Consórcio Intermunicipal Culturando, iniciativa inovadora na área de cultura, que reuniu municípios do interior do estado de São Paulo. Quanto às regiões metropolitanas, criadas a partir de identidades, ainda que somente geográficas em alguns casos, elas têm como base, a cooperação. No caso do Estado de São Paulo, foram estabelecidas seis regiões metropolitanas. A mais recente é a de Ribeirão Preto criada em 2016, com 34 municípios.

2. Referências culturais como base para políticas públicas democráticas

Até aqui se discutiu as referências culturais, que revelam as marcas visíveis da diversidade cultural e das identidades da localidade, podem tornar-se um dos objetivos das políticas públicas municipais que desejam inovar sem perder suas características próprias.

Refletindo sobre o processo de investigação-ação nos municípios do interior do estado de São Paulo,

por meio do projeto "Patrimônio Cultural na Cidade Criativa", é possível cotejar que a elaboração de políticas públicas municipais ainda não envolve a sociedade civil e não leva em conta as referências culturais que dão forma às identidades culturais locais

Diante do contexto que foi apresentado por este artigo e correlacionando com a realidade dos municípios paulistas, constata-se que a falta de políticas participativas e do reconhecimento e valorização das singularidades locais, são elementos que dificultam a construção da cidadania plena, bem como a geração de condições para o desenvolvimento sustentável das localidades.

Em todos os municípios visitados, a oficina era iniciada com a pergunta sobre o que havia de singular na localidade, o que, na percepção dos participantes, era considerado como uma referência cultural do município. Em quase toda a totalidade (cerca de 80%) a resposta foi que nada havia de singular, de particular. Outras questões reconhecidas foram: o desconhecimento dos gestores públicos em relação à diversidade cultural do seu município; a falta de políticas de envolvimento dos grupos sociais locais de discussão e elaboração de políticas públicas; e o desconhecimento do potencial que as referências culturais representam para o fomento de políticas em várias áreas, tais como: economia, social, saúde, cooperação etc. Outro aspecto é que os gestores demonstram não saber o caminho para a execução de um diagnóstico de referências culturais que pudesse subsidiar políticas públicas municipais.

Com base nisso, considerou-se que nos municípios onde a construção de políticas públicas não envolvem os grupos formadores do município, se faz necessário elaborar projetos de identificação e reconhecimento das suas peculiaridades culturais; reconhecer os grupos sociais com características identitárias próprias; compreender as expectativas e produções de significados desse grupo; e, finalmente, elaborar um plano de gestão pública que respeite essa diversidade.

Diante disso, foram elaboradas diretrizes norteadoras que podem ser resumidas em quatro perguntas a serem feitas no momento de se construir políticas públicas: O que? Para quem? Por quê? Como?

A primeira delas **"O que?",** diz respeito ao objeto de intervenção do Estado, o campo que será regulamentado por marcos legais e controlado por órgãos e mecanismos de planejamento e controle. É importante que ao identificar o objeto de uma política pública se contextualize a situação na qual está inserido, compreendendo-o no tempo e no espaço, como fruto de uma construção histórico-social.

O estabelecimento da governança política, entendida como a tomada de decisão para a formulação de políticas públicas (Dias; Matos, 2012) permite a articulação de interesses entre o governo, cidadãos e grupos, exercitando os direitos e mediando diferenças e conflitos. Para que isso ocorra, é necessário que se pergunte **"Para quem"** se elaborará a política pública? A resposta aqui poderia ser rápida: para a localidade, já que a luz está focada na cidade. Mas, nesse caso, não estaria se considerando a diversidade da sociedade

brasileira, mesmo que restrita a um município. Ocorre o risco de conduzir uma ação com caráter único, em uma sociedade marcada pela "desigualdade natural das necessidades culturais" (Bourdieu e Dardel 2003, p. 69). Por isso, a identificação dos atores envolvidos é fundamental: homens, mulheres; adultos, crianças/ jovens; brancos, negros; nativos, imigrantes; urbanos, rurais; empregados, empregadores; religiosos, laicos; políticos, eleitores; analfabetos funcionais, letrados academicamente; entre outras possibilidades. A negação da diversidade pode resultar em políticas públicas universalizantes, que não levam em conta as especificidades de cada grupo. Um exemplo é a política pública do estado brasileiro na área da educação. Por décadas todos entoavam o slogan "Educação para todos", mas poucos o debatiam, certos de que esta assertiva retórica bastava como reivindicação, de qual educação se estavam falando e quem eram todos: todos os brancos, todos os ricos, todos os urbanos?

Não há como implantar uma política pública democrática sem levar em conta os inúmeros envolvidos e seus interesses diversos. Para Bourdieu (2007) isso ocorre quando os emissores de políticas públicas buscam o conhecimento sobre os consumidores e produtores de bens culturais. Ao fazê-lo torna-se possível identificar as variadas e diversas maneiras e condições sociais de apropriação desses bens. Ao indagar "Para quem?" questiona-se sobre quais são as porções da sociedade que serão atendidas e quem são os indivíduos, grupos, organizações, movimentos, partidos, entre outros, capazes de influenciar na elaboração, implantação e avaliação da política.

O próximo passo é questionar **"Por quê?".** Nesse ponto, cabe ao analista compreender as motivações e justificativas dos diversos grupos interessados. Devem-se identificar os diferentes significados atribuídos ao objeto da política pública. Assim, formula-se uma ideia mais clara de suas percepções, expectativas e anseios em relação às ações governamentais, em uma determinada área. É importante observar se os diversos atores foram ouvidos.

Essas quatro perguntas auxiliam no refinamento da escuta dos problemas sociais, sendo capaz de embasar uma política cultural mais democrática, "que reconhece a existência da diversidade de públicos, com visões e interesses diferenciados" (Calabre, 2007, p.11). Essa postura tende a reduzir a exclusão de uma parcela da população brasileira do processo de elaboração de políticas públicas, tornando-a mais apta a estabelecer relações entre os direitos de cidadania universais, ao mesmo tempo em que valoriza e reconhece as especificidades dos envolvidos (sua identidade), representadas em suas referências culturais. São considerados de maneira conexa, a diversidade cultural e o compartilhamento de múltiplos códigos de comunicação.

Finalmente, a última pergunta a ser feita é **"Como?"** Isso significa identificar, compreender e avaliar o plano de gestão proposto pelo governo para a sua intervenção em um determinado campo das práticas cotidianas. O planejamento e a gestão revelam-se como os pontos frágeis das políticas públicas de cultura no Brasil. Não raro, as ações governamentais não apresentam nexo entre o que dizem buscar e as iniciativas

que são colocadas em prática. A estratégia é traçada, mas não se define com clareza como alcançá-la. Identificar a existência de um planejamento estratégico, com objetivos e metas, demonstra que a política pública avançou na construção e implantação de ferramentas que garantam a sua consecução, atingindo a sua missão, que é atender as necessidades da sociedade em sua diversidade.

Conclusões

Para considerar a importância da identificação das referências culturais como base de políticas públicas municipais é necessário suspender as barreiras entre os agentes públicos e a sociedade civil, aparentemente colocados em lados opostos no campo dos interesses, religando-os em torno do bem comum. Esse processo exige uma nova configuração de cidadania. Avança para além dos direitos e deveres, sugerindo a empatia, ou seja, a capacidade de se colocar no lugar do outro e entendê-lo. Pede envolvimento, uma postura de deslocamento do "eu" em direção ao "outro", que abrange um cuidar daquilo que está para além do ego e encontra o eco, o coletivo.

Para que isso ocorra é preciso o estímulo à reflexão, de maneira que tanto gestores como membros das comunidades tornem-se conscientes de quem são e quais os seus papeis. Dessa maneira, acredita-se ser possível construir políticas públicas que atuem no local, mas que pensem de forma integrada nos interesses regionais, nacionais e planetários.

Reconhece-se como uma limitação dessa pesquisa o fato de ter sido aplicada em nove municípios (atendendo durante a ação outros 13, totalizando 22), não podendo, portanto, serem os resultados generalizados para o todo o Brasil. Contudo, acredita-se que o estudo revela a realidade do interior do estado de São Paulo, mais precisamente do nordeste paulista, onde foi aplicada.

Baseando-se na realidade desses municípios, é possível afirmar de maneira consistente algumas questões a eles relacionadas: (1) a recente descentralização política trouxe novos desafios para as localidades, que devem buscar seu desenvolvimento tanto a nível regional, quanto a nacional e internacional. (2) o não reconhecimento das referências culturais nos municípios leva a construção de políticas públicas não democráticas e representativas; (3) há um distanciamento do poder público em relação à sociedade civil, no que tange à elaboração de políticas públicas; (4) a necessidade de se promover um amplo debate sobre a ideia de "cultura" empregada nas políticas públicas dos municípios estudados; e (5) o desconhecimento por parte dos gestores municipais da diversidade cultural do seu município e de como esta pode ser um potencial para a melhoria da qualidade de vida da população.

Por exemplo, no caso de Ribeirão Preto, que em 2014 investiu 0,7% de seu orçamento no setor, significa a não apropriação do conceito em sua amplitude, mas sim, em sua forma restrita às artes, quando não, apenas como entretenimento. Entender cultura como o modo de vida, como prática social é considerado,

assim, como essencial para o desenvolvimento de políticas públicas democráticas, que respeitam e valorizam a diversidade como base das demais dimensões da realidade social.

Se a mudança se materializa no jeito diferente de fazer o que até então vinha sendo feito, ou seja, uma ruptura do mesmo a favor de outro *modus operandis*, é fundamental a apropriação da realidade para a propositura do novo. Só quando eu sei o que eu tenho é possível avaliar a necessidade da mudança e quanto mais eu sei, mais ampla é a minha visão da transição necessária. Considerando a cidade como o sujeito desta articulação, que é o caso neste artigo; que a realidade é histórica e socialmente construída, reconhecer a trajetória da cidade, das pessoas e das pessoas em relação à cidade, é condição *sine qua non* para o êxito de qualquer proposta de política pública para a gestão do município.

Foi este silogismo que empoderou os pesquisadores do IPCCIC a confirmarem a importância do diagnóstico das referências culturais como base para a gestão e administração das cidades que se desejam criativas e humanas.

Referências

- Arretche, M. (2004). Federalismo e Políticas Sociais No Brasil problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2): 17-26, 2004.
- Barros, J. D'A. (2005). História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Revista Escritas*, UFT.
- Bobbio, N.; Matteucci, N. e Pasquino, G. (1993) *Dicionário de política***.** Trad. João Ferreira. Brasília: UNB
- Bourdieu, P. (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.
- ____. e Darbel, A. (2003) *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp/Zouk.
- Bresser-Pereira, L. C. (2001) Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: Pinheiro, W (org.). *Brasil: um século de transformações.* São Paulo: Cia das Letras.
- Calabre, L. (2007). Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *III Enecult*. Anais do Terceiro encontro de estudos multidisciplinares em Cultura. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa.
- Confederação Nacional Dos Municípios – CNM. (2008) *Atuação Internacional Municipal: estratégias para gestores municipais projetarem mundialmente sua cidade*. Brasília: CNM. Recuperado de: http://www.paradiplomacia.org/upload/downloads/10b6220b1a4085fc6c34b03377715020munic-brasil.pdf
- Dias, R; Matos, F. (2012) *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.
- Duarte, A. (2012) *Museu e Desenvolvimento Local: O Museu como Instrumento de Internacionalização da Cultura Local*. SIAM. Series Iberoamericanas de Museologia. Vol. 3. Recuperado de: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11507/57110_9.pdf?sequence=1.
- Fonseca, C. L. (2006). Referências Culturais: base para novas políticas públicas. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial.* Brasília: Iphan, p. 85-99.

- *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: IPHAN, 2000.
- Ipccic. *Relatório de Pesquisa 2016*. Retirado de: http://www.ipccic.com/seminrio.
- Mead, L. (1995, fev.) Public Policy: Vision, Potential, Limits. *Policy Currents*. Recuperado de: http://politics.as.nyu.edu/docs/IO/5397/v53.0306_mead_f07.pdf.
- Morin, E. (2013). *A Via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Onuki, J.; Oliveira, A. (2013). *Paradiplomacia e Relações Internacionais: a experiência da cidade de São Paulo*. São Paulo: Centro de Estudos das Negociações Internacionais, USP. Recuperado de: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/WP%20Janina_Amancio%20-%20Paradiplomacia.pdf
- Rémond, R. (org.). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- Rocha, R. (2009) A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 1, n. 11, São Luis/MA.
- Santos, C. M. F. (2010). *Capacidade Jurídica Internacional dos Municípios.* Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais]. São Paulo, Unesp - Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília, SP, 2010.
- Santos, M. (2009) *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record.
- The Word Bank. (1992) *Governance and Development*. Washington, DC. Recuperado de: http://documents.worldbank.org/curated/pt/604951468739447676/pdf/multi-page.pdf.
- Shluger, Ephim (org.). (2014). *Cidades em Transformação*: Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Nova York, Londres, Havana. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro.
- Tripp, D. (2005, set./dez). *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466.

CIUDAD SENSATA: UNA PROPUESTA PARA LA INNOVACIÓN SOCIAL ESTRATÉGICA

TERESA GONZÁLEZ GÓMEZ

Ayudante Doctora
Facultad Trabajo Social.
Universidad de Huelva.
Avda. Tres de marzo s/n (España) CP.21071
Email: teresa.gonzalez@dstso.es

Resumen

Las ciudades constituyen organismos complejos y dinámicos planteando retos a las estrategias de desarrollo urbano. Por ello históricamente han sido objeto de interés y experimentación ante la propuesta de modelos teóricos que puedan gestionar sus necesidades y adaptarse a unos preceptos técnicos normalmente establecidos exante. Uno de estos recientes modelos urbanos es la smart city, al que toda ciudad con gran centralidad en su contexto aspira a convertirse. A pesar de haberse convertido en una estrategia de desarrollo para gran parte de las corporaciones locales, esta propuesta nace en el seno de las industrias tecnológicas. Frente a este modelo de gran interés económico y político, surgen cada vez más voces críticas sobre el potencial de las ciudades inteligentes como modelos eficaces, respetuosos con el medio ambiente e inclusivos socialmente. Existen distintos marcos analíticos para el diseño de otros modelos de ciudades con una nueva forma de entender la ciudad, de diseñar la gobernanza local, y la infraestructura urbana. No obstante, se tratan también de modelos aprioristicos. Este trabajo tiene como objetivo proponer el análisis social previo y necesario antes de establecer modelos teóricos e ideales de ciudad, para diseñar un modelo de ciudad denominada sensata. Toda estrategia de desarrollo urbano necesita partir no de una concepción a priori sobre lo que debe ser la ciudad, sino de un conocimiento previo de la realidad compleja y eco-sistémica de cada ciudad, ya que las ciudades que contemplen sistemas de análisis, aprendizaje, y posteriormente de innovación, tendrán más capacidad de transformar esa información en una gestión urbana más satisfactoria, adaptada e integral.

PALABRAS CLAVES

Ciudad sensata, gestión urbana, participación, gobernanza, innovación social

Abstract

Cities are complex and dynamic organisms posing challenges to urban development strategies. For this reason they have historically been the subject of interest and experimentation of theoretical models to manage their needs and adapt to some pre-established technical precepts exant. One of these recent urban models is the smart city, which every city with great centrality in its context aspires to become. Although it has become a development strategy for most of the local corporations, this proposal is born within the technological industries. Faced with this model of great economic and political interest, more and more critical voices are emerging about the potential of smart cities as effective, environmentally friendly and socially inclusive models. There are different analytical frameworks for designing other city models with a new way of understanding the city, designing local governance, and urban infrastructure. However, they are also aprioristic models. This work aims to propose the social analysis prior and necessary before establishing theoretical models and ideals of the city, in order to design a model of a city called wise. Every urban development strategy needs to start not from an a priori conception of what the city should be, but from a prior knowledge of the complex and eco-systemic reality of each city, since cities that contemplate systems of analysis, learning, And subsequently of innovation, will have more capacity to transform that information into a more satisfactory, adapted and integral urban management.

KEY WORDS

Wise city, urban management,governance, social innovation, participation

Introducción

Actualmente toda ciudad con gran centralidad en su contexto tanto internacional, nacional como regional y supralocal aspira a convertirse en una Smart ctiy como modelo de desarrollo urbano. Estamos frente a una tendencia de gran interés económico y político y cuyo vocablo está de moda (Kourtit, Nijkamp,y Arribas, 2012). La smart city como modelo de desarrollo urbano es una respuesta organizativa a un contexto social-económico e histórico determinado sin el cual es imposible entender, al igual, que se han construido otros modelos de ciudad pensado para contextos determinados como lo han sido las ciudades modernas, ciudades jardín, o las "new towns" (Espigado, 2015). Su particularidad puede residir en el uso de tecnologías de la información y comunicación cada vez más ubicuas.

Sin embargo, esta tecnologización de la gestión urbana parece tener más fácil su implementación en un contexto donde los gobiernos locales adoptan más una gobernanza más empresarialista (Harvey, 2000; Allwinkle y Cruickshank, 2011) adoptando una propuesta que nace en el seno de las industria tecnológicas (Greenfield, 2013) y el negocio que estas plantean en distintos procesos de transferencia tecnológica al sector público-local. Las smart cities llegan a representar uno de los ámbitos en los que las empresas de las tecnologías de la información y comunicación encuentran un nicho, al igual que en otros como Ehealth, smart cars, o smart grigs, lo que supone un campo bastante atractivo, teniendo en cuenta que las estimación de mercado de las smart cities en 2012 era de 526.3 billones de dólares, y su previsión para 2016 se está fijando en torno a trillón de dólares con una tasa de crecimiento anual del 14.2% (Colado et al., 2013).

Sin embargo, cada vez más aparecen voces críticas o escepticismo (Greenfield, 2013) sobre el potencial de las ciudades inteligentes como modelos eficaces, respetuosos con el medio ambiente e inclusivos socialmente. Gran parte de estos argumentos residen en el uso/abuso de las tecnologías como solución a las presiones de la vida postmoderna en las ciudades del siglo XXI (eficiencia energética, reducción del pacto ambiental, movilidad inter-urbana congestionada, etc.) y sus externalidades negativas (coste de las inversiones tecnológicas, estandarización de aplicaciones no adaptadas al contextos locales o servicios tecnológicos que generan modelos de gobernanza poco participativos, control o vulnerabilidad de la información personal, etc) (Castelnovo, et al.2015; Colado et al, 2013; Espigado, 2015; Fernández, 2015; Galdon-Clavell, 2013, Greenfield, 2013; Kitchin, 2015; Stratigea y Papadopoulou, 2015).

Con este trabajo se muestran las principales desventajas que distintas revisiones aportan para plantear la necesidad de abordar el desarrollo de una gestión urbana inteligente desde la reflexión previa a la implementación de cualquier proyecto o política pública urbana. Se parte de un modelo analítico inicial sintetizado en la idea de la ciudad sensata y se ofrece un marco metodológico del que partir y generar un conocimiento previo y articulado que posteriormente genere outputs materiales como sistemas de indicadores, procedimientos de gestión más adaptados a la particularidad ecosistemica de cada ciudad hasta outputs cognitivos como una mayor confianza ciudadana en las administraciones locales, una identidad compartida o

una visión de ciudad consensuada.

Objetivo

Este trabajo presenta un diseño metodológico de forma sintética del que partir para proponer el análisis social previo y necesario antes de establecer modelos teóricos e ideales de ciudad, y diseñar un modelo de ciudad denominada sensata.

1. Ciudades conectadas, ciudades desvinculadas

Aspirar a ser ciudad inteligente enrola a la comunidad local y sus corporaciones locales en un proceso de celeridad e incluso competitivo basado en la creciente interconexión entre las distintas plataformas virtuales proveedoras de servicios públicos y las aplicaciones o dispositivos tecnológicos de los individuos para aumentar la eficacia de la gestión urbana en tiempo real en términos normalmente de gestión del tiempo y costes económicos. El potencial de la retórica entorno a la ciudad inteligente es esa autoproclamación de supuestos beneficios que la tecnologías de la información y comunicación ofrecen a retos endémicos de las grandes ciudades o capitales. Pero igualmente está en la capacidad de invisibilizar sus consecuencias menos deseables, o de convertirlas en anodinas. Y en esta falta de visualización la ciudad inteligente es etiquetada por su subyacente ideología neoliberal (Harvey, 2000), como modelo que crea división o fractura social.

La ciudad inteligente como modelo de desarrollo urbano ideológico-neoliberal y de gestión empresarial en su versión tecnologizada plantea una paradoja a la que denominamos ciudad conectada-ciudad desvinculada. Principalmente, las aportaciones críticas al modelo plantean dudas sobre la supuesta sostenibilidad social y justicia social, pues la sobre-confianza tecnológica de las ciudades que adoptan estrategias de gestión inteligente no garantiza la mejora de la calidad de vida de sus ciudadanos.

Genera brechas sociales (Hollands, 2008), polarizando la ciudad entre “clases creativas” nueva clase intelectual (Florida, 2002) y clases o comunidades tradicionales, obreras o industriales.

Contradictoriamente las ciudades inteligentes garantizan el acceso en tiempo real a servicios o recursos, aunque no necesariamente vincula a la ciudadanía generando una progresiva alienación entre la vida social y la digitalizada (Greenfield, 2013). La participación de los ciudadanos en el diseño de las Smart cities es dirigida, conductual, y se reduce a generar un cambio en sus comportamientos con respecto al uso de estas tecnologías y dispositivos (Benoit, y Kudo, 2016).

La inteligencia de las infraestructuras y aplicaciones tecnológicas y sensores reside en la capacidad de almacenar y procesar información sobre usos, movilidad, etc. aunque no es capaz de medir o reflejar la complejidad (significados atribuidos por los ciudadanos, aspiraciones o necesidades o identidades asociadas, etc) de la realidad no virtual de la vida urbana como ecosistema. Tomando como ejemplo el valor del espacio

físico (calles, plazas) como punto de encuentro e interacción, se produce una desterritorialzacion que diluye el espacio como fuente de estímulos para compartir significados y sentidos que la ciudadanía atribuye al contexto, o ambiente. Nicolás Nova (BBVA, 2012) comenta como ejemplo los mapas territorializados de delitos a partir de datos en la ciudad de Londres. Este determinismo tecnológico refleja un sesgo en el conocimiento de la realidad, ya que solo el 40% de los delitos se declaran, e incluso estos no reflejan los lugares donde mayores tasas de criminalidad existen en la ciudad. Es decir, los espacios tienen el valor social y cultural que los ciudadanos atribuyen en función de sus experiencias vitales y de interacción. Nos preguntamos cómo es posible revalorizar espacios urbanos cuyos usos sociales cambiaron, edificios abandonados, plazas desiertas, etc, si no es por el valor que la ciudadanía les atribuye o desea atribuirles y que no es posible estudiar a través de sensores tecnológicos.

2. Ciudad sensata, la ciudad analizada y pensada

Frente a este modelo de gestión del desarrollo urbano neoliberal e híper-tecnológico, surgen propuestas que plantean dimensiones claves que todo desarrollo urbano debería contemplar. Éstas delinean una nueva forma de entender la ciudad, de diseñar la gobernanza local, y la infraestructura urbana. Van acompañados de una revisión terminológica del concepto de smart city o su sustitución por otros como smart citizens, huck the city, Fablabs, cities in tranistion, ciudad más inteligente, modelo urbano integrado holístico, o la ciudad-ecosistema (Calzada y Cobo, 2015).

Ahora bien, partiendo del análisis sociológico, las ciudades serían más inteligentes cuando sean territorios con gran capacidad de aprendizaje e innovación, teniendo como bases de estas la creatividad de la población, de la capacidad de generar y transmitir este conocimiento y de aplicarlo a infraestructuras urbanas (Hollands (2008). No se trata, por tanto, de la capacidad de almacenamiento y registro de información de las plataformas, o de crear comunidades inteligentes constantemente conectadas como medio para garantizar su bienestar, sino la forma en que esas tecnologías permiten su uso social fácilmente por la ciudadanía, es decir, su accesibilidad social, económica y técnica, y cómo a través del uso de estas se puede mejorar la vida especialmente de aquellos ciudadanos con mayor dificultad de acceso a los servicios y recursos de la ciudad, así como de generar flujos de información que a los distintos stakeholders, ciudadanos les interese intercambiar.

Existen distintas contribuciones que ofrecen marcos analíticos a partir de los cuales definir otros modelos de ciudades. Por ejemplo, Castelnovo et al, (2015) se centran en el análisis de la gobernanza de las smart city, y proponen un enfoque más comprensivo y holístico estructurado en cinco dimensiones (construcción y gestión de la comunidad, formulación de la estrategia y visión, creación del valor público, gestión de activos o recursos, sostenibilidad económica y financiera) en el que la gobernanza más inteligente consiste en un proceso por el que la perspectiva o participación de los ciudadanos o stakeholders se integran en estructuras institucionales para la toma de decisiones políticas y posterior distribución de los recursos

públicos. De igual forma, Gil-Garcia, Pardo y Taewoo (2015), destacan un "marco sólido" para conceptualizar de forma integradora y comprehensiva la ciudad inteligente. Establecen cuatro dimensiones (gobierno, sociedad, entorno físico, tecnología y datos) sobre las cuales se incardinan diez componentes claves (entorno natural y sostenibilidad ecológica; entorno construido e infraestructura urbana; económica del conocimiento y ambiente emprendedor; creatividad y capital humano; colaboración, compromiso y gobernanza; organización institucional; administración y gestión urbana; servicios públicos). Calzada y Cobo (2015) integran la perspectiva de la innovación social (Grim et al, 2013) para diseñar un marco de diez dimensiones que les permite primero de-construir el concepto y modelo de la smart city y para re-construir una ciudad más inteligente.

De forma sintética la Tabla 1 representa las principales diferencias entre el modelo de gestión urbana inteligente y el modelo al que denominamos como ciudad sensata y que se alinea con la bibliografía revisada y los marcos anteriormente explicados.

Tabla 1: Ciudad inteligente vs Ciudad sensata

Dimensiones de análisis	Ciudad inteligente, Ciudad digital, Ciudad del conocimiento, Ciudad de la información, Ciudad creativa	Ciudad más inteligente, Modelo integrado holístico, Ecosistema, Ciudadanos más inteligentes, Ciudades en transición, Ciudad sensata
Finalidad de las TICs	Innovación, capacidad de procesa-miento de la información	Instrumentalización/mediación
Actores gestores	Sector público y empresarial	Penta helix de actores Actores según su funcionalidad y diversidad social
Orientación ideológica	Mercado política neo-liberal	Social –inclusivo
Modelo de Gobernzanza	Administration burocrática y jer-arquizada	Gobernanza multinivel
Flujo de dirección de la gobernanza	Top-down	Circular top-down y bottom-up
Compromiso politico	A corto plazo, celeridad por ser ciudad inteligente	A largo plazo
Tipo de cambio social	Conyuntural. Adopción tecnológica	Estructural. Nueva forma de gobernanza
Disciplinas/ Conocimiento	Ingenieria-Informática-Empresarial	Multidisciplinar
Metodología	Aplicación tecnológica ex-ante Innovación tecnológica	Estudio/conocimiento Aplicación tecnológica ex post, Innovación social (participativa)

Vision	Análisis prospectivo, y segmentado	Análisis retrospectivo e integrado y modular
Fiabilidad, Rigor científico	No representativo Aleatorio	Representativo
Interacción	Mediación digital On-line, Plugged	Cara a cara Off-line, Unplugged

Fuente: Elaboración propia.

2.1. La investigación social como paso previo. Diseño Metodológico.

La principal diferencia de los modelos comentados anteriormente con respecto al modelo de ciudad inteligente estriba no en el grado de implementación de dispositivos tecnológicos sino en la centralizad que la ciudadanía tiene en el diseño y toma de decisiones sobre la gestión y desarrollo urbano, así como un enfoque integrador que contempla la gestión urbana a lo largo de las distintas dimensiones, ámbitos de acción pública y política, e integrando a todos los stakeholders que habiten y trabajen en la ciudad. Para ello, estos modelos rescatan o incorporan al debate y análisis de la gestión urbana inteligente otros conceptos y perspectivas entre si relacionadas, como gobernanza bottom-up p perspectiva humanista, capital social, capital humano, innovación social, teoría de los actores o grupos de interés, estructura de oportunidad política, gobernanza adaptativa, etc.

Sin embargo, estos modelos no llegan a un análisis detallado del “know how” de esta forma de gestión urbana, basada en la innovación social o gobernanza más democrática. Son propuestas, o diseños desiderativos y a priori del ideal de ciudad como modelos de gestión y desarrollo urbano integrado, pero igualmente carecen de un previo y fundamental paso que es el análisis interdisciplinar adaptado a cada ciudad. Retomando la evolución de los distintos modelos de gestión urbana que detalla Espigado (2015) todos ellos son modelos postulados de forma apriorística y cuya implementación posteriormente tomaban caminos errantes (desarrollo parciales, escasez de recursos necesarios, poblamiento insuficiente o despoblamiento, congestión del transporte, etc).

Una gestión urbana o planificación de toda estrategia de desarrollo urbano necesita partir no de una concepción a priori sobre lo que debe ser la ciudad, sino de un conocimiento previo de la realidad compleja y eco-sistémica de cada ciudad. Un ejercicio de investigación explorativa identificaría la complejidad e interrelaciones entre las distintas dimensiones posibles del desarrollo urbano (Lombardi et al. 2012), y evitaría el reduccionismo de diseños o modelos exportables, al igual que el carácter estándar de los dispositivos o aplicaciones tecnológicas, que necesitaría un desarrollo más cauteloso y adaptativo.

La propuesta de esta comunicación se basa en el diseño de un proyecto de investigación-acción-participación desde el pluralismo metodológico (con equipos interdisciplinares incluyendo disciplinas como la

sociología, salud ambiental, arquitectura/urbanismo, informática/ingeniería) y la triangulación de sus técnicas de investigación para obtener una visión lo más holística posible de forma que los resultados del análisis de distintas áreas funcionales de la ciudad estén interrelacionados, así como los intereses, necesidades detectadas por los distintos actores o ciudadanos puedan converger en objetivos y propuestas integradoras.

Este proyecto consiste en tres etapas generales y las fases detallas del trabajo de campo, representadas en la siguiente Tabla 2, que se complementa con la Tabla 3, reflejando las distintas dimensiones urbanas de análisis y gestión (DUAG), que tendrían que ser previamente validadas por expertos. En la primera fase se parte de la consulta de expertos a través de un grupo Delphi, para identificar los actores o stakeholders que participaran posteriormente a traväes de entrevistas en la identificación y validación de las dimensiones DUAG y en la identificación de las necesidades NEGU en la segunda fase. En la tercera fase los resultados son analizados y triangulados.

Tabla 2: Diseño Metodológico

Etapas	Fases Trabajo de Campo
DOCUMENTACIÓN	
DISEÑO, TRABAJO DE CAMPO Y ANÁLISIS	Fase 1ª: Identificación de actores. Identificación de dimensiones Método Delphi para la identificación de actores claves partiendo del modelo Penta Helix (Tabla 1), y validación de dimensiones DUAG /Tabla 3)
	Fase 2ª: Identificación de necesidades de gestión urbana (NEGU) Grupos de discusión y entrevistas semi-estructuradas con los actores previamente identificados y validados
	Fase 3ª: Análisis y triangulación de resultados
DIFUSIÓN DE RESULTADOS	Transferencia de resultados a la gestión urbana

Tabla 3: Dimensiones de actuación

Infraestructura y espacio público (patrimonio histórico, arquitectónico y ambiental) y gestión	Economía, comercio, turismo
Transporte y movilidad	Desarrollo identitario y visión de ciudad
energía y sostenibilidad	Gobernanza-participación ciudadana
Servicios públicos locales (servicios socio-sanitarios, gestión de residuos, seguridad)	Actividad socio-cultural, educación, ocio y cultura
Enfoque integral-inclusivo: enfoque género, personas con otras capacidades, minorías étnicas	

Adaptación propia a partir de ciudad (Castelnovo, et al., 2015; Colado et al, 2013).

Esta investigación permitiría la transferencia de los resultados con una aplicabilidad directa dirigida a gestores públicos y entidades que representan. Desarrollaría un modelo de gestión urbana con aplicaciones concretas que serían sometidas a debate entre los gestores públicos y dirigentes políticos locales para valorar su viabilidad e idoneidad y determinar las estrategias a implementar. Entre ellas:

• Diseños de servicios/procedimientos públicos más adaptados a las necesidades y demandas de los ciudadanos

• Diseños de protocolos o canales de participación y toma de decisiones integrando el enfoque bottom-up y top-down

• Diseños de servicios tecnológicos adaptados para su posterior propuesta y búsqueda de empresas tecnológicas para su realización

• Diseño de la estructura identitaria socio-espacial que permitirá orientar la intervención de los gestores y proporcionará criterios para la interpretación de flujos y usos del espacio público.

• Un ahorro económico significativo en el gasto público al ofrecer un análisis previo que priorice y enfoque el gasto estableciendo grados de prioridad.

• Y un mayor liderazgo político en gestión y gobernanza urbana.

Conclusiones

Concebir la ciudad de forma sensata no reside en acuñar un término paralelo al “smart o smarter”, sino en comprender la necesidad de partir del análisis inicial e interdisciplinar antes de concebir modelos normativos de ciudad y de esbozar propuestas que corren el riesgo de diluirse en propuestas teóricas.

Es interesante destacar como la mayoría de estas propuestas proceden de expertos en el estudio de las smart cities que no pertenecen al campo de las ciencias sociales, y que implícitamente destacan la necesidad de la investigación sociológica en el desarrollo de nuevos modelos de gestión urbana. Aunque hay cada vez mayor preocupación, existe poca investigación sobre cómo desarrollar estrategias para la participación ciudadana. La diversidad de trabajos académicos, artículos o reportajes de prensa, o difundidos en encuentros específicos sobre las ciudades inteligentes son realizados en su gran mayoría por expertos urbanistas, arquitectos, ingenieros, informáticos, diseñadores de aplicaciones interfaces tecnológicas, o incluso políticos con interés de liderazgo en la gestión de ciudades inteligentes pero con bajo perfil de cualificación para valorar la viabilidad de las Smart cities (Galdon-Clavell, 2013). Pero son estos profesionales los que por un lado critican la naturaleza empresarial y el sobredimensionamiento tecnológico de ésta. Y por otro lado, cuestionan sus virtudes, valorando incluso el carácter experimental y sectorizado de prototipos reales como en Londres, Barcelona, Southampton, New York, etc y el carácter virtual o irreal de prototipos de ciudades como Songdo (The Guardian, 2014, Fernández, 2015).

Existen propuestas experimentales recientes y localizadas en determinados servicios públicos o áreas que cuentan con los inputs que la ciudadanía o stakeholders directamente implicados como las plataformas transdisciplinares para el desarrollo de servicios Intel Cities Cop,(basado en la idea de “Communities in practices” (Cops) en Manchester y Siena (http://www.smartcities.info/files/); o el proyecto es Civicwise (https://civicwise.org/about/), plataforma p2p para intercambiar, difundir ideas, experiencias relacionadas con la gestión urbana empoderando a la ciudadanía local. No obstante, son propuestas acotadas a determinados

servicios o áreas de intervención.

Con este trabajo, por tanto, aportamos un enfoque si no desvalorizado, no tan conocido por los actores directamente implicados en el desarrollo urbano y/o gestión pública de la ciudad y que puede generar: (1) La información sobre la perspectiva o intereses que con respecto a distintas dimensiones, o ámbitos de actuación puedan tener los distintos actores o stakeholders; (2) Procedimientos o modos de gobernanza a través de los cuales gestionar esa información y generar recursos o servicios de valor público, tecnológicos o no. Esta nueva forma de gobernanza se concibe un proceso de innovación social, en el que los distintos stakeholders podrían interactuar como en un espacio cuya dinámica parece emular a las ágoras griegas (Estensoro, 2015); (3) Un modelo de gestión ad hoc adaptado, y no apriorístico, a cada ciudad entendida como ecosistema singular. Se trata de un paso previo que posibilita un proceso de innovación social, entendido también como aquel por el que los distintos actores son capaces de desarrollar nuevas tecnologías, estrategias, ideas o iniciativas (SPREAD, 2016). Y es en este análisis donde la metodología de la investigación social se hace necesaria.

Referencias

- Allwinkle, S. Cruickshank, P. (2011). Creating Smart-er Cities: An Overview. *Journal of Urban Technology*, 18 (2), 1-16.
- BBVA (2012). Las ciudades inteligentes del future: ¿Puede las tecnologías hacerlas más humanas?. Beyond Smart Cities. Centro de Innovacion BBVA
- Benoit, G., Kudo, H. (2016). How are citizens involved in Smart cities? Analysing citizen participationin Japanese “Smart Communities”. Information Plity: *The International Journal of Government & Democracy in the Information Age*. 21 (1), 61-76.
- Calzada, I., Cobo, C. (2015). Unplugging: Deconstructing the Smart Ctiy. *Journal of Urban Technology*, 22, (1), 23-43.
- Castelnovo, W., Misuraca, G., Savoldelli, A. (2015). Smart Cities Governance: The Need for a Holistic Approach to Assesing Urban Particiopatory Policy Making. *Social Science Computer Review*,. 1-16.
- Colado, S., Valencia, E., Gutiérrez, A., Vives, C.J. (2013). Smart City. Hacia la gestiäon inteligente. Marcombo: Madrid.
- Espigado, G. (2015). Diseño Urbano y Eficiencia Energética. *Economía Industrial,* 395, 37-52.
- Estensoro, M. (2015). How Can Social Innovation be Facilitated? Experiences from an Action Research Process in a Local Network. *Systemic Practice and Action Research*, 28, 527-545.
- Fernández, J.M. (2015). Ciudades Inteligentes. La Mitificación de las nuevas tecnologías como respuesta a los retos de las ciudades contemporáneas. *Economia Industrial, 39*5, pp. 17-28.
- Florida, (2002). The Rise of the Creative Class. New york: Basic Books.
- Galdon-Clavell, G. (2013). (Not so) smart cities?: The drivers, impact and risks of surveillance-enabled smart environments. *Science & Public Policy (SPP)*, *40* (6), 717-723.

- Gil-Garcia, J. R., Pardo, T. A., & Nam, T. (2015). What makes a city smart? Identifying core components and proposing an integrative and comprehensive conceptualization. *Information Polity: The International Journal Of Government & Democracy In The Information Age*, *20* (1), 61-87. doi:10.3233/IP-150354
- Greenfield, A. (2013). Against the Smart City. The City is Here for You to Use. New York: Do Projects.
- Grim, R., Fox, C., Baines, S., & Alberston, K. (2013). Social Innovation, an Answer to Contemporary Societal Chalenges? Locating the Concept in Theory and Practice , Innovation. *The European journal of Social Science Research,* 26 (4), 436-455
- Harvey, D. (2000). Spaces of Hope. Edinburgh: University Press.
- Hollands, R. (2008). Will the Real Smart City Please Stand Up? Intelligent, Progressive or Entreprenurial?. *City*, 12 (3), 303-320.
- Kitchin, R. (2015) Making sense of smart cities: Addressing present shortcomings. Cambridge Journal of Regions, *Economy and Society* 8, 131–136.
- Kourtit, K., Nijkamp, P., & Arribas, D. (2012). Smart cities in perspective – a comparative European study by means of self-organizing maps. *Innovation: The European Journal Of Social Sciences*, *25* (2), 229-246. doi:10.1080/13511610.2012.660330
- Lombardi, P., Giordano, S., Farouh, H., & Yousef, W. (2012). Modelling the smart city performance. *Innovation: The European Journal Of Social Sciences*, *25* (2), 137-149. doi:10.1080/13511610.2012.660325
- SPREAD, (2016): http://www.sustainable-lifestyles.eu/
- Stratigea, A., Papadopoulou, C.A., Panagiotopoulou, M. (2015). Tools and Technologies for Planning the Development of Smart Cities, *Journal of Urban Technology*, 22, (2),43-62.

GOVERNANÇA TERRITORIAL E PLANOS DIRETORES EM CIDADES INSERIDAS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA EM SANTA CATARINA - BRASIL

REINALDO KNOREK

Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
Universidade do Contestado – Santa Catarina – Brasil – *Canoinhas 89460-000*
E-mail: reinaldok@unc.br; knk125@gmail.com

NEWTON MARÇAL SANTOS

Professor do curso de Arquitetura Urbanismo e Mestrando do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
Universidade do Contestado – Santa Catarina – Brasil – *Canoinhas 89460-000*
E-mail - newtonmarcal@brturbo.com.br

Resumen

O debate em torno da Política Social brasileira tem sido o: A governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão dinâmica que se concretiza na prioridade de inserir uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa nas relações horizontais e verticais entre os gestores e as lideranças locais de uma cidade. Assim sendo, esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações, entre os agentes públicos, tanto locais como estatais, representantes dos setores sociais e empresariais associados, centros universitários ou de investigação: ambos buscam a melhor decisão para promover o desenvolvimento de um lugar ou cidade. O desenvolvimento - tanto local como territorial - é entendido como um processo de mudança continuas, como por exemplo, a construção dos planos diretores onde integram as dinâmicas com vistas socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população no território. O artigo faz uma análise sobre o Território da Cidadania em Santa Catarina e os planos diretores de cidades com uma população acima de 50 mil habitantes: destacando-se as cidades de São Bento do Sul, Canoinhas e Mafra: tendo como método de investigação o bibliográfico documental em análise a estrutura dos mesmos.

Abstract

The debate on the Brazilian social policy has been The territorial governance corresponds to a process of planning and managing dynamic that is concretized in the priority of insert a perspective innovative, shared and collaboratively in the horizontal and vertical relationships between the managers and the local leadership of a city. Thus, this process includes power struggles, discussions, negotiations and, finally, deliberations between the public agents, both local and state actors, representatives of the social sectors and associated business, universities or research: both seek the best decision to promote the development of a place or city. The development - both local and territorial - is understood as a process of continuous change, as for example, the construction of master plans which incorporate the dynamics with socioeconomic status and to improve the quality of life of its population in the territory. The Article makes an analysis on the territory of citizenship in Santa Catarina and the master plans for cities with a population over 50 thousand inhabitants: highlighting the cities of São Bento do Sul, Canoinhas and Mafra: taking as a method of research the documentary literature in examining the structure of the same.

PALABRAS CLAVES

Desenvolvimento Regional, Planos Diretores, Estatuto das Cidades, Território da Cidadania.

KEY WORDS

Regional Development Master Plans, Status of Cities, Territory of citizenship

Introdução

Este artigo direciona o foco sobre a governança territorial e planos diretores em cidades inseridas no Território da Cidadania em Santa Catarina. Assim, a importância das cidades em promover, realizar e colocar em execução seus planos diretores, voltados ao crescimento econômico, social e ambiental no local e no território fazem, sem dúvidas, a diferença na qualidade de vida do cidadão em construir seu futuro na mesma. Assim faz-se um diagnóstico sobre o Território da Cidadania em Santa Catarina e a construção dos planos diretores nas cidades de São Bento do Sul, Canoinhas e Mafra com população acima de 50 mil habitantes.

Objetivos

O objetivo deste artigo está em fundamentar a importância de planejamento da cidade, a partir dos planos diretores, justapostos como um processo de promoção da governança no desenvolvimento das cidades, com mais de 50 mil habitantes, inseridas no Território da Cidadania em Santa Catarina - Brasil.

Metodologia

O método utilizado para o desenvolvimento deste artigo se estrutura da seguinte forma: quanto a natureza é aplicada, pois o tema em discussão relaciona-se à construção e desenvolvimento dos planos diretores em cidades com mais de 50 mil habitantes que estão inseridas no Território da Cidadania em Santa Catarina. Com relação aos objetivos é exploratório descritivo, definindo-se, na fase preliminar, serão exploradas as informações sobre o território da cidadania e os planos diretores observando os dados econômicos, sociais a ambientais dessas cidades que construíram seus planos diretores. Na fase seguinte foi descrito fatos observáveis na coleta dos dados, sobre o desenvolvimento dos planos diretores de: São Bento do Sul, Canoinhas, e Mafra. Quanto a abordagem será qualitativa, pois serão analisadas os dados e forma da construção desses planos a partir do estatuto das cidades. Quanto aos procedimentos está fundado no bibliográfico e documental a partir dos relatórios efetivados na construção dos planos das três cidades com mais de 50 mil habitantes.

1 Território Da Cidadania No Brasil E Em Santa Catarina

No Brasil, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento agrário - MDA, em 2003 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT e, o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial – PRONAT, com uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável com a abordagem territorial, centrada principalmente na organização e formação de agentes territoriais de desenvolvimento e ações de inclusão produtiva em territórios estagnados na dinâmica de crescimento e desenvolvimento.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) atua em 165 territórios rurais e 77 pré territórios, espaços esses que formam a base da instalação do Programa Territórios da Cidadania. Deste modo em 2008, por intermédio do Decreto Presidencial de 25 de **fevereiro de 2008, como consta em seu** artigo, 1º Fica instituído o Programa Territórios da Cidadania, a serem inseridos de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal que serão responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País.

Porquanto, de acordo com o Portal da Cidadania, (2016), com o desdobramento territorial que o Governo Federal concretizou ao lançar, o Programa Territórios da Cidadania, dos 264 (duzentos e sessenta e quatro) territórios rurais, nesse período, contempla 120 (cento e vinte) regiões do país, uma vez que, apresentam baixo dinamismo econômico. O Estado ao implantar esse programa, busca, por meio dessas transferências voluntárias, programar ações transformadoras voltadas para melhorar a vida econômica da população. Por conseguinte, tendo como base as intervenções territorializadas, financiada a fundos perdidos projetos nas diversas áreas como de: a) infraestrutura, b) apoio a produção e, c) cidadania e direitos. Na prática, essa política efetiva-se por meio de transferências diretas de recursos para projetos que se enquadram em três eixos específicos: 1º). Apoio as atividades produtivas; 2º) Cidadania e Direitos, 3º) infraestrutura. Os três eixos convergem em sete temas que resultam nas ações, sendo: 1º) Organização sustentável da produção; 2º) Ações fundiárias; 3º) Educação e cultura, 4º) Direitos e desenvolvimento social; 5º) Saúde, saneamento e acesso à água; 6º). Apoio à gestão territorial e, 7º) Infraestrutura.

Incluso no Programa de governo dos Territórios da Cidadania, o Estado de Santa Catarina foi determinado, então, com dois Territórios: o do Planalto Norte - SC e o Meio Oeste Contestado - SC.

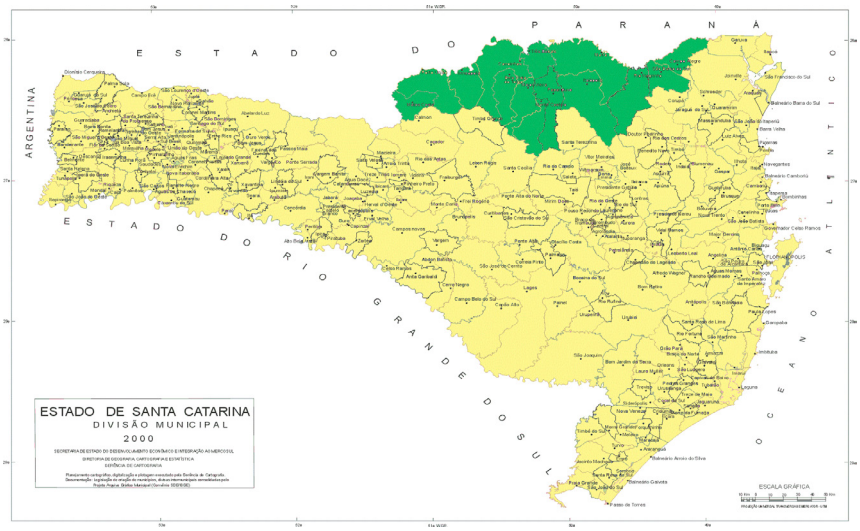
Segundo o Sistema de Informações Territoriais (SIT, 2016), o Território Planalto Norte abrange uma área de 10.466,70 Km² e é composto por 14 municípios: Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras. Em conformidade com Sistema de Informações Territoriais (SIT, 2016), o Território Meio Oeste Contestado abrange uma área de 8.288,10 Km² e é composto por 29 municípios: Abelardo Luz, Água Doce, Bom Jesus, Capinzal, Catanduvas, Coronel Martins, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Galvão, Herval d`Oeste, Ibicaré, Ipuaçu, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Luzerna, Marema, Ouro, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Treze Tílias, Vargeão, Vargem Bonita, Xanxerê e Xaxim. Seu Índice de Desenvolvimento Humano IDH médio em 1990 era de 0,463, em 2000 passou para 0,626 e em 2010 melhorando para 0,731. A agricultura é atividade econômica predominante, caracterizada, de maneira geral, pela policultura e calcada no trabalho da agricultura familiar.

2 Caracterização Geográfica Do Território Do Planalto Norte

Destaca-se que será apresentado, no artigo, o território da Cidadania Planalto Norte, precisado neste território que possuir três cidades com população acima de 50 mil habitantes – São Bento do Sul, Canoinhas e Mafra e são foco deste estudo.

Segundo Rocha (2016, p. 266-270) o Território do Planalto Norte é uma área localiza dentro da mesorregião Norte, que faz divisa com a região Oeste; ao Sul, faz limites com as regiões catarinenses do Planalto Serrano e Vale do Itajaí; ao norte com o Estado do Paraná e a Leste com o Oceano Atlântico. Seu centro pode ser considerado, na latitude (-26º 22` 13”) e longitude (-50º 08` 40”). Por se tratar de um relevo de planalto, a altitude acima do mar varia entre os 754 m de Porto União e 1.204 m de Matos Costa. A temperatura média anual varia entre 16º a 18º e possui um volume de chuvas entre 1250 mm a 2000 mm por ano IBGE (2014). Observa-se na Figura 1 (grifado) em cor verde, a localização do Território da Cidadania Planalto Norte em Santa Catarina.

Figura 1: Localização do Território da Cidadania Planalto Norte



Fonte: Santa Catarina, (2015).

Segundo o Sistema de Informações Territoriais (SIT, 2016), o Território Planalto Norte abrange uma área de 10.466,70 Km² e é composto por 14 municípios, destacados acima. Ainda, o Território Planalto Norte possui, segundo dados do IBGE (2010), 12.909 agricultores familiares, 460 famílias assentadas e 2 terras indígenas. Seu Índice de Desenvolvimento Humano IDH médio em 1990 era de 0,458, em 2000 passou para 0,589 e em 2010 melhorando para 0,719, considerado ainda baixo em comparação com as regiões litorâneas de Santa Catarina.

Nesse cenário é possível analisar na Tabela 1, os indicadores sociais atuais desse território, o que possibilita uma análise sintética da realidade populacional. Sublinhados as cidades estudadas, neste artigo, sobre os planos diretores e o desenvolvimento das mesmas.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos do Território Planalto Norte

Lugar	**População total (2010)**	**IDHM (2010)**	**DHM Renda (2010)**	**IDHM Educação (2010)**	**Renda per capita (2010)**
Brasil	190.755.799,00	0,727	0,739	0,637	R$ 793,87
Território do Planalto Norte	357.039,00	0,719[1]	0,692[7]	0,637	R$ 728,76
Bela Vista do Toldo (SC)	6.004,00	0,675	0,624	0,598	R$ 389,28
Campo Alegre (SC)	11.748,00	0,714	0,677	0,636	R$ 539,9
Canoinhas (SC)	52.765,00	0,757	0,717	0,692	R$ 692,87
Irineópolis (SC)	10.448,00	0,699	0,720	0,567	R$ 708,34
Itaiópolis (SC)	20.301,00	0,708	0,700	0,606	R$ 625,36
Mafra (SC)	52.912,00	0,777	0,738	0,723	R$ 789,53
Major Vieira (SC)	7.479,00	0,690	0,653	0,617	R$ 465,76
Matos Costa (SC)	2.839,00	0,657	0,630	0,541	R$ 402,83
Monte Castelo (SC)	8.346,00	0,675	0,641	0,581	R$ 432,84
Papanduva (SC)	17.928,00	0,704	0,691	0,603	R$ 589,35
Porto União (SC)	33.493,00	0,786	0,752	0,724	R$ 864,41
Rio Negrinho (SC)	39.846,00	0,738	0,710	0,668	R$ 664,58
São Bento do Sul (SC)	74.801,00	0,782	0,763	0,719	R$ 923,29
Três Barras (SC)	18.129,00	0,706	0,677	0,639	R$ 539,69

Fonte: Atlas Brasil (2014)

Constata-se nas informações estatísticas, que principalmente os índices de renda, estão aquém dos índices nacionais, demonstrando sinais de um baixo dinamismo econômico. Por meio de uma análise vertical, observa-se que somente dois municípios do território apresentam (dentre os índices selecionados), níveis superiores a média nacional, entre eles os municípios de: Porto União e São Bento do Sul. Os demais municípios apresentam pelo menos dois índices inferiores à média nacional. Dentre os municípios que compõe o Território da Cidadania Planalto Norte, seis desses destacam-se economicamente pela incidência de indústrias madeireiras e papeleiras, sendo: Mafra, Canoinhas, Três Barras, Porto União, Rio Negrinho e São Bento do Sul. Daí a importância da madeira como elemento dinamizador da economia regional. As densidades habitacionais dos três municípios em estudo, são: Canoinhas 46,27 hab/km^2, Mafra 37,69 hab/km^2 e São Bento do Sul 149,11 hab/km2, que talvez fossem importantes terem levado em consideração na hora de colocar os zoneamentos de uso e ocupação do solo

Outro detalhe sobre o Território da Cidadania Planalto Norte, o mesmo possui uma malha rodoviária relevante, sendo cortada no sentido Norte-Sul pela BR 116 e SC 302 e 303; e no sentido Leste/Oeste pela BR 280, SC 453 e SC 451, e está margeada por rios importantes como Rio Iguaçu, Rio Negro, Rio das Antas e Rio Canoinhas. Alguns dados relacionados ao Índice de desenvolvimento Humano (IDH), nota-se que ocorreu uma evolução para melhor em vários municípios. Quanto à posição dos municípios referentes ao Estado de Santa Catarina que possui na atualidade 295 municípios dos 5565 do Brasil. Destacam-se entre os 100 melhores tem-se o município de Mafra (36º), São Bento do Sul (25º), Porto União (21º) e Canoinhas (79º)

que são os municípios bem posicionados e com melhores IDH referentes ao Território da Cidadania Planalto Norte. Entretanto destacam-se os de posição acima da colocação dois milésimos: Bela Vista do Toldo (2545º), Matos Costa (2964º); Major Vieira (2182º) e Monte Castelo (2.546º).

3. Os planos diretores e o Estatuto da cidade

Decorridos dezesseis anos, após a aprovação no Congresso Nacional, do Estatuto da Cidade, o que se percebe é que as desigualdades presentes no Brasil Urbano continuam as mesmas, que eram bravamente discutidos e enormemente desejados por toda uma geração de arquitetos e urbanistas, e por um grande número de incentivadores e apoiadores da Cidade legal. Com a aprovação da lei em 2001 representou um sopro de esperança para aqueles que sonhavam com um Brasil urbano menos desigual e excludente. Diretrizes e instrumentos urbanísticos avançados foram discutidos durante mais de uma década no Congresso Nacional até sua aprovação pela Lei Federal 10.257/2001. Porém, várias foram as situações que levaram o Estatuto a falhar na sua luta pela construção de um espaço urbano menos desigual no país. Existem sucintamente algumas das possíveis causas da fragilidade do Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001, e das legislações urbanísticas dele decorrentes, no enfrentamento das desigualdades existentes no espaço urbano brasileiro. Com a aprovação em 2001, o Estatuto da Cidade representou uma boa nova para a política urbana nacional. Desde sua elaboração ele foi compreendido como uma possibilidade para a modificação positiva da realidade das cidades brasileiras. (MARICATO 2001). Fruto do trabalho do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, o Estatuto tornou legal uma série de instrumentos urbanísticos e, diretrizes de desenvolvimento urbano capazes de modificar a realidade urbana do país. Partindo do princípio de que as Cidades se formam a partir de interesses diversos, quase sempre conflitantes, mas mesmo assim poderiam ser pactuados. Com a construção participativa legal, e aprovação no Congresso Nacional, sendo assim, aparecem como uma resposta às distorções do Brasil urbano. Fruto de uma lógica excludente de planejamento e produção, as cidades brasileiras do fim do século passado materializavam em seu espaço uma série de desigualdades encontradas em nossa sociedade. (ROLNIK 2012). As ocupações espontâneas esparramadas pelo território nacional em áreas ambientalmente inadequadas; ocupadas de forma precária e; onde a posse é o instrumento de permanência dos seus moradores; continuam sendo os exemplos deste modelo que relegou as sobras àqueles que ajudaram a construir as cidades e sua riqueza, (FERNANDES, 2008, e ALMEIDA, 2015). Decorrentes os 16 anos da lei, vários fatores, alguns mais fortes ou mais decisivos, destaca-se apenas dentre tantos os relacionados às falhas da política urbana implementada nos municípios, trazendo a realidade dos Municípios com mais de 50.000 mil habitantes pertencentes ao Território da Cidadania, do Planalto Norte Catarinense, que poderá ser ampliado de forma comparativa para os demais municípios Brasileiros com estas características. Deve-se considerar a oportunidade perdida com os novos planos diretores elaborados por determinação legal do Estatuto da Cidade (ALMEIDA, 2015). Quantitativamente eles atenderam às expectativas, como demonstram dados do Ministério das Cidades, que indicam quase 2.000 municípios com planos diretores elaborados pós Estatuto: esse número inclui todos os municípios a partir de 20 mil habitantes. Do ponto de vista qualitativo, entretanto, a questão não foi resolvida, pois os novos planos

não trataram de diversos assuntos fundamentais para sua operacionalização, como por exemplo, a regularização fundiária, ou até o assentamento ordenado. Estes podem ser classificados em exógenos e endógenos à legislação urbanística (ALMEIDA, 2015). Todos eles, de uma forma, ou de outra, se relacionam com a realidade caótica dos municípios brasileiros, presentes nos municípios de Mafra, São Bento do Sul, Canoinhas, Porto União, Rio Negrinho e Itaiópolis, do Território da Cidadania. Com relação aos fatores exógenos, primeiro cabe avaliar a incapacidade do planejamento urbano municipal de lidar com a questão regional. A legislação urbanística de um município se restringe ao seu território, não levando em consideração a vizinhança, nem exercendo influência sobre vizinhos, que podem, de acordo com seus interesses, gerar impactos involuntários sobre a infra-estrutura urbana e serviços ofertados pelo vizinho, (FERNANDES,2008 p.123-135.). Segundo, a primazia do valor de troca sobre o valor de uso da terra urbana. Muitos dos instrumentos do Estatuto não são utilizados nas legislações urbanísticas municipais por afrontarem o direito de propriedade, ainda entendido como absoluto no país. Esta compreensão equivocada de que o direito de propriedade se confunde com o de construir, apesar de já vencida no Estatuto da Cidade, ainda não foi tomada como verdade na prática, o que inviabiliza o uso de instrumentos urbanísticos previstos no próprio Estatuto, (FERNANDES,2008) e ALMEIDA, 2015. Terceiro as tensões existentes entre grupos políticos antagônicos que se sucedem no poder local, sem qualquer preocupação com a Cidade, e as disputas entre os poderes executivo e legislativo, que é um reflexo da disputa dos grupos de diversos setores da sociedade organizada, movimentos sociais e empresariado. A instabilidade política local gera desconfianças capazes de paralisar, ou mesmo reverter planos de médio e longo prazo. Isto tem dificultado a aplicação de diretrizes previstas nas legislações urbanísticas municipais, uma vez que não são fiscalizados os instrumentos previstos ou aprovados. Quarto a falta de articulação de grupos comunitários em contraposição à pressão exercida de forma orquestrada pelos setores produtivos por novos espaços voltados para suas atividades. A necessidade de viabilizar novas receitas municipais capazes de fazer com que planos sejam realizados, muitas vezes contradiz o previsto no próprio plano. Assim a legislação urbanística fica fragilizada frente aos interesses econômicos, de forma predominante. Por outro lado, os demais grupos comunitários, ou setores da sociedade "desorganizada", pouco articulados e sem participação efetiva na gestão do plano, sofrem com as alterações ditadas pelos interesses econômicos em jogo. Conforme previsto no Estatuto deveria ser participativa e, portanto, democrática, ou seja, todos os setores deveriam ser ouvidos, inclusive as minorias, na gestão da aplicação da legislação urbanística. O que se observa, entretanto, são planos elaborados, sem a participação popular em especial nos municípios com mais de 20.000 mil habitantes, no Terirrorio da Cidadania, muitos foram elaborados por uma Empresa contratada, de fora da Cidade, sem conhecimento sequer das culturas e da organização da sociedade local, que foram esquecidos por motivos diversos, dentre os quais a fragilidade dos canais de participação no processo de operacionalização dos mesmos, talvez por falta de informações da realidade local. Completando a listagem de fatores externos aos planos cabe fazer a análise das questões endógenas à legislação. Extremamente importante considerar primeiramente a complexidade das legislações urbanísticas aplicadas nos municípios. Normalmente, além de complexas elas são modificadas e emendadas logo após sua aprovação, o que de fato ocorreu na maioria destes Municípios acima citados, com alterações de forma injustificada os recuos frontais, usos e ocupação do solo, taxas de ocupação, descumprindo o

propósito inicialmente previsto no Plano diretor aprovado. Como se isso não bastasse, elas são regulamentadas por dispositivos legais complementares, o que, apesar de necessário, acaba criando uma sobreposição de instrumentos de difícil interpretação pelos interessados. Isto gera maior dificuldade para licenciar empreendimentos e atividades urbanas, o que acaba por incentivar as irregularidades, ou seja, as formas legais como setores organizados da comunidade encontram par burlar o parcelamento, uso e ocupação do solo local. Segundo, a questão da articulação da legislação urbanística, em especial dos planos diretores, com as demais políticas setoriais. Caberia aqui uma análise relacionada a cada uma delas, mas especial atenção é devida à orçamentária. O plano não tem sido compreendido como diretor dos investimentos públicos, os quais nem sempre seguem sua orientação (FERNANDES,2008). Totalmente dissociado do plano diretor está o Orçamento Municipal aprovado nas próprias Câmaras de Vereadores, um dos poderes constituídos, sem qualquer análise destes associados à necessidade de ordenação do desenvolvimento e ocupação, não sendo previstos recursos para o cumprimento legal. Assim ele acaba transformado em plano discurso, que muito diz, mas pouco realiza. (ARANTES,.VAINER,C. e MARICATO, 2000). Esta pouca atenção à questão orçamentária faz o município não somente negligenciar o plano e sua relação com os investimentos, mas também, na outra ponta, desconsiderar receitas advindas de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. Destacando apenas alguns, como a receita de outorga onerosa do direito de construir, que deveria ser depositado em um fundo municipal de habitação, ou para regularização fundiária, ou o IPTU Progressivo no Tempo, em caso de aplicação, ou seja efetivada a sua cobrança, não estando previsto rubrica orçamentária própria, para retorno em melhorias urbanas de interesse coletivo. Finalizando outro aspecto importante a ser analisado como necessário para operacionalização do plano, diz respeito à segregação, adotando parâmetros seletivos de parcelamento, uso e ocupação do solo separados por classes sociais, ou seja, lotes maiores em regiões consideradas nobres, e lotes mais populares em regiões de grande adensamento, sendo seus valores de comercialização determinantes, desta segregação social econômica. Fatores estes que não foram levados em consideração por quem elaborou os planos diretores destes municípios, desconsiderando estas e outras realidades das Cidades em questão. Assim o sonho da cidade legal e ideal foi transportado para a legislação urbanística. Esta, por sua vez, vai se afastando do praticado pelos cidadãos e definindo duas cidades, ou mais cidades. Nesta, a legalidade atende aos interesses de uma elite (econômica), que vê o preço das suas propriedades elevado, e exclui a maioria do acesso aos serviços e infra-estrutura urbana. Assim sendo essas questões fizeram parte dos novos planos diretores nas cidades acima de 20 mil habitantes, que além de serem feitos por empresas contratadas, houve pouca participação da população como um todo.

4 A constituição dos planos dos diretores

A constituição dos planos diretores, em destaque as três maiores cidades – São Bento do Sul (74.801 habitantes), Canoinhas (52.765 habitantes) e Mafra (52.912 habitantes), que estão inseridas no Território da Cidadania Planalto Norte

Segundo Silva (2016, p. 42-45), o plano diretor do município de São Bento do Sul – SC, foi realizado

"com as audiências públicas que tiveram o início e o seu processo de revisão do "Plano Diretor Municipal". Assim deu-se com a seleção dos bairros a serem visitados pela equipe técnica, agregando alguns deles pela sua proximidade geográfica e pelas características da população residente nestes locais. Chegou-se a 16 áreas, onde a população foi chamada a estar presente, em locais preestabelecidos, sempre no horário das 19:00h e em locais de acesso fácil e conhecido da comunidade: escolas, galpões e centros sociais de igrejas, entre outros. Na oportunidade, os moradores puderam conhecer um pouco mais de seu bairro, os atendimentos à saúde e à educação, além das peculiaridades de cada comunidade, no trabalho específico para cada bairro, elaborado pelos profissionais da equipe técnica. Destes encontros, foram elaboradas atas, divulgadas no Informativo Municipal e na mídia local, contendo o registro de todas as audiências públicas, as votações e as manifestações da palavra livre. Foram feitos também, registros fotográficos e filmagens em VHS destes encontros com a comunidade. Todas as suas etapas foram concebidas como um procedimento integrado e participativo, e contaram com o efetivo envolvimento de todos os cidadãos. A efetiva participação dos cidadãos durante a elaboração da leitura, da análise, discussão, proposição e aprovação da realidade municipal, demonstrou que assegurando a todos o direito a voz bem como preparar, conduzir e monitorar a elaboração do Plano Diretor dá condição de credibilidade para a realização do processo participativo que podem satisfazer suas necessidades de moradia, saneamento, transporte, emprego, lazer da sustentabilidade ambiental social e econômica do município. Foram feitos a distribuição de 168 questionários a distintos segmentos, envolveu estudantes de ensino médio, curso técnicos, universitários e associações de moradores, com o objetivo de abranger o maior número possível de participações e opiniões sobre o futuro do município. As informações dos questionários foram tabuladas e cruzadas com os temas abordados nas audiências públicas. As respostas das audiências públicas e dos questionários convergiram para o mesmo foco, que deu origem aos mapas temáticos, assim divididos: saúde, educação, saneamento, infraestrutura urbana, equipamentos urbanos, transporte coletivo e sistema viário, segurança e habitação. Assim, "Ler a cidade" é a primeira etapa de elaboração de um Plano Diretor. Nessa etapa, trata-se de identificar e entender a situação do município – a área urbana e a área rural, seus problemas, seus conflitos e suas potencialidades. A metodologia adotada pelo Plano Diretor de 2006 (METAPLAN), tratou de identificar e compreender a situação do município, tanto a área urbana como a área rural, seus problemas, seus conflitos e suas potencialidades, diferentemente do processo tradicional de construir apenas um diagnóstico formal. Desse modo, a etapa definida como a ação de "Leitura da Realidade Municipal", foi desenvolvida em São Bento do Sul não apenas como uma visão exclusiva de especialistas, mas sim, contemplando olhares diversos através da participação ativa da sociedade civil sobre a sua própria realidade. Neste período foi desenvolvido o diagnóstico e levado a discussão com a comunidade em reuniões nas aéreas de planejamento. A administração municipal (2005-2008) retomou esse processo, desenvolvendo uma síntese do diagnóstico que foi novamente levado para a comunidade através das reuniões da leitura comunitária. A leitura técnica subsidiou ao desenvolvimento da leitura comunitária, ajudando a comunidade a entender a cidade, pela comparação entre dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infraestrutura disponíveis para o desenvolvimento do município de São Bento do Sul.

Em Canoinhas[1], segundo Secretaria de Planejamento Municipal, a Fundamentação do Plano Diretor está na Constituição, na Lei Federal 10.257/01 – Estatuto das Cidades e Lei orgânica Municipal; O Plano Diretor de Canoinhas é o instrumento básico da política de desenvolvimento do município e integra o processo de planejamento municipal. Foram licitados os serviços de elaboração do Plano onde a empresa vencedora da Licitação foi a Vertrag Planejamento Urbano. Foram realizadas três etapas de reuniões na área rural e urbana do município totalizando 16 reuniões mais uma Audiência Pública Final: 1ª etapa – Diagnóstico da Realidade; 2ª etapa – Diretrizes e Proposições; 3ª etapa – Discussão e Aprovação. Assim sendo os resultados do plano diretor foram so seguinte: I - Lei do Perímetro Urbano; II - Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano; III -Lei de Parcelamento do Solo Urbano; IV - Lei do Sistema Viário; V - Lei do Código de Obras; VI - Lei do Código de Posturas. Para as diretrizes do Meio ambiente o plano define: Mineração; Áreas Alagáveis; Recuperar, fiscalizar matas ciliares e APP; Regularizar o uso de agroindústrias incômodas; Arborização Urbana; Conciliar Uso do Solo área Urbana com preservação; Proteção ao Manancial Hídrico; Cemitério; Re-uso de recursos naturais; Saneamento Básico. No macrozoneamento: O território de Canoinhas fica subdividido em 7 (sete) macrozonas: I - Macrozona da Área Rural; II - Macrozona da Área de Transição; III - Macrozona da Área de Manancial; IV - Macrozona da Sede Urbana; V - Macrozona de Expansão Industrial; VI - Macrozona da Área de Preservação Permanente; VII - Macrozona de Proteção Ambiental. Para a macrozona da Área de Transição, que corresponde a um raio de 1 km em torno dos equipamentos comunitários e no entorno das áreas de maior concentração populacional, terá como objetivos: I - manter e incentivar as atividades agrosilvopastoris, de extração mineral e de turismo de forma sustentável; II - delimitar uma área de amortecimento para os odores gerados pela criação de animais de modo confinado. No quadro n 2 os pârametros de uso e ocupação das macrozonas municipais de Canoinhas.

Quadro n 2 - Parâmetros De Uso E Ocupação

MACROZONAS	LOTE MÍNIMO	USOS PERMITIDOS	OBSERVAÇÕES
Área de Transição	Parcelamento mínimo do INCRA	- Uso agropecuário - Uso extrativista - Comércio e serviços - Uso comunitário - Uso industrial	Proibido a instalação de granjas com a criação de animais de modo confinado.

1 http://www.pmc.sc.gov.br. Acesso dia-4-10-2016.

Área de Manancial	Parcelamento mínimo do INCRA	- Uso agropecuário - Uso extrativista - Comércio e serviços - Uso comunitário	Normas específicas poderão detalhar usos e parâmetros mais restritivos do que os praticados pelo FATMA para licenciamento de atividades
Área de Preservação Permanente	Parcelamento mínimo do INCRA	Conforme Disposições do Código Florestal, Lei Federal n.º4771/65 e alterações.	
Área de Proteção Ambiental	Parcelamento mínimo do INCRA	Esporte/ Lazer/ Pesquisa-Uso extrativista	

Fonte: Secretário municipal de Meio Ambiente de Canoinhas (2016)

Para o zoneamento de uso e ocupação do solo foram estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano do município: Orientar o crescimento da cidade visando minimizar os impactos sobre áreas ambientalmente frágeis e incentivar o adensamento das áreas já urbanizadas; integrar o zoneamento, o uso e a ocupação do solo com o sistema viário e o meio ambiente.

Por fim, no município de Mafra[2], a Lei Complementar Nº 18 De 22 De Dezembro de 2006**,** institui o plano diretor participativo do município de Mafra e dá outras providências. Assim o Prefeito do Município de Mafra, João Alfredo Herbst, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: no art. 1º, Esta Lei Complementar institui o Plano Diretor Participativo do Município de Mafra, elaborado em consonância com os princípios da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e da Lei Municipal nº 1773. de 16 de dezembro de 1991, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso do Solo do Perímetro Urbano da Sede do Município. No artigo 2º O Plano Diretor Participativo do Município de Mafra, na condição de elemento básico do processo de implantação da política territorial urbana e rural, cumprindo a premissa constitucional da garantia das funções sociais da propriedade e da cidade, prevê: I - Diretrizes e orientações para a reformulação das leis urbanísticas em vigor; II - Diretrizes e orientações para a elaboração de planos, programas e projetos setoriais; III - A instituição do macrozoneamento municipal; IV - A instituição dos instrumentos de política territorial urbana e rural indicados pelo Estatuto da Cidade; V O sistema de acompanhamento e controle, aqui denominado Sistema de Informações Municipais.

2 www.mafra.sc.gov.br. acesso dia 5-10-2016.

Das Diretrizes Estratégicas Para O Desenvolvimento Sustentável, destaca no art. 3º As diretrizes estratégicas que norteiam o Plano Diretor Participativo de Mafra estão segmentadas na: I - Estruturação Territorial, II - Promoção Econômica: a) atividade primária; b) atividade secundária; c) atividade terciária. III - Promoção Social: d) habitação; e) educação; f) saúde; g) esporte, lazer e cultura; h) segurança pública e defesa civil; e i) ação social; II - Qualificação do Ambiente Natural; III - Qualificação do Ambiente Construído; IV Mobilidade e Acessibilidade; V - Integração Regional; VI - Gestão do Planejamento Participativo.

Para o Diagnóstico a Leitura da Cidade, que é a etapa do processo de planejamento que consistirá em avaliar os problemas cujas causas foram identificadas na análise, julgando-os, racionalmente, a fim de se saber como atuar, quando atuar e onde atuar. Diante dos resultados encontrados na Leitura Técnica e na Comunitária foi desenvolvida uma proposta de diagnóstico a ser apresentado e validado ou retificado pela comunidade mafrense através de uma Audiência Pública. O documento síntese aprovado subsidiará o Comitê Executivo na formulação de propostas quanto à definição dos eixos estratégicos e temas prioritários. As atividades básicas essenciais necessárias à realização desta etapa são: Leitura Temática; Seminário com caráter de Audiência Pública. Metodologia de execução: A Leitura Temática ocorrereu em 12 (doze) pequenas reuniões, distribuídas por temas identificados ao longo das leituras técnicas e comunitárias (segurança, mobilidade, meio ambiente, etc.), onde buscar-se-á, através de uma dinâmica de grupo, identificar para cada um dos temas elencados as principais: deficiências, condicionantes; potencialidades; ameaças; oportunidades; tendências e como o diagnóstico de Mafra as atividades básicas essenciais necessárias à realização desta etapa foram: Identificação das Diretrizes e Eixos estratégicos; Definição dos Instrumentos de Política Urbana; Seminário com caráter de Audiência Pública. Identificação das Diretrizes e Eixos Estratégicos. Nesta etapa foram formulados os objetivos, as diretrizes e ações estratégicas relativas aos segmentos principais, são eles: De estruturação territorial e integração regional, De promoção econômica; De qualificação do ambiente natural; De qualificação do ambiente construído; De promoção social; De mobilidade urbana e rural; De gestão do planejamento. O conceito do tema; - Quais os objetivos a serem alcançados; - O que é estratégico para alcançar os objetivos; - Quais as diretrizes de alcance fisico-territorial que devem ser aplicadas no Plano Diretor; - Quais as ações e através de quais instrumentos urbanístivos deverão ser utilizados; - Quais os indicadores que devem ser utilizados para avaliação das diretrizes e ações estratégicas. Quanto a Identificação dos Instrumentos, nesta etapa foram identificados e detalhados os instrumentos que devem dar suporte ao processo de planejamento e identificando instrumentos que promovam o controle urbano, a gestão democrática e a gestão do planejamento, sendo assim definidos como: Instrumentos de controle urbanísticos; Instrumentos de gestão participativa; Instrumentos de gestão do planejamento. No Seminário com caráter de Audiência Pública aconteceu em local e horário compatível, e tiveram como objetivo maior a apresentação das diretrizes, das ações estratégicas e dos instrumentos urbanísticos propostos para o Plano Diretor de Mafra voltados ao desenvolvimento municipal.

Conclusões

Este artigo buscou-se demostrar que a governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão dinâmica que se concretiza na prioridade de inserir uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa nas relações horizontais entre os gestores e as lideranças locais de uma cidade e que o desenvolvimento tanto local como territorial é entendido como um processo de mudança continuas, como por exemplo, a construção dos planos diretores onde integram as dinâmicas existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população no território onde está inserida.

Conclui-se que as cidades de São Bento do Sul, Canoinhas e Mafra desenvolveram seus planos a partir de empresas contratadas, donde desenvolveram os planos diretores, com rapidez sem muito fundamentar a sociedade das melhores ações a ser tomada no presente que, certamente, irá refletir nos próximos 20 anos o planejamento e o desenvolvimento dos mesmos.

Referências

- BRASIL**. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário.** < http://mda.gov.br/>. Acesso em outubro de DE 2016.
- BRASIL. **SIT. Sistema de Informações Territoriais**. Acesso em outubro de 2016.
- FERNANDES, Edesio. **Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão.** In: COSTA, G.M. e MENDONÇA, J. Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2008. ALMEIDA, Luiz Felype Gomes de. **O Estatuto da Cidade e o cumprimento da função social da propriedade:** o que ficou, para onde vai? Anais XVI Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, maio de 2015. P. 1-17. ARANTES, O.; VAINER,C. e MARICATO, E. – **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001. 208p.
- ROCHA, Edenir Assis Leite. **Caracterizações Das Estruturas Produtivas industriais No Território Da Cidadania Planalto Norte.** Território da cidadania em Santa Catarina: diagnósticos e estudos/ Reinaldo Knorek e Carlos Loch (organizadores) – Curitiba: CRV, 2016.
- ROLNIK, Raquel. **Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo**. In: RIBEIRO, Ana Clara T.; VAZ, Lilian.
- SILVA, Roberto Corrêa. **Plano Diretor Como Indicador De Políticas Públicas Para O Desenvolvimento Do Município De São Bento Do Sul.** In: Desenvolvimento regional em questão. Reinaldo Knorek (organizador). Curitiba: CRV, 2016.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: REFLETINDO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E QUALIDADE DE ENSINO

CARLA MARINA NETO DAS NEVES LOBO

Professora Universitária
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Brasil. Email: carla.lobo.cml@gmail.com

Resumen

O debate em torno da Política Social brasileira tem sido objeto de ampla literatura, no entanto, Castro (2012) aponta que a visão sobre a Política Social brasileira é ainda restrita e fragmentada. Tal fato dificulta considerar os diversos fatores que fazem parte da construção política social. A história registra um processo lento quanto às questões sociais. Somente no século XX os direitos sociais são inseridos na agenda brasileira pautados nas necessidades básicas do homem como alimentação, saúde, educação e moradia. O modelo de política social brasileira adotado nas últimas décadas quanto à garantia da oferta de bens e serviços se dará por meio de programas e ações do Estado na implementação de um conjunto diversificado de políticas públicas setoriais e transversais. Tais políticas, na garantia da promoção social, buscam assegurar à população igualdade e oportunidade, abarcando um conjunto de fatores que vão desde a formação do cidadão à democratização de acessos. Neste estudo há de se ressaltar a promoção social voltando nossos olhos para a política educacional sustentando a premissa que a educação da população é ferramenta fundamental – não a única – para o desenvolvimento de um país à medida que amplia "habilidades, capacidades e inclusão produtiva da população". Ao considerar as inúmeras questões postas em torno do tema da educação, sua complexidade e correlação com os fatores sociais, políticos e econômicos, para o estudo optou-se por um recorte que priorizada as discussões dos grandes desafios da política educacional brasileira do século XXI que diz respeito a dois eixos complementares: formação docente e qualidade do ensino. Vale destacar que a caracterização da política educacional brasileira prevista no Plano Nacional de Educação 2001-2010 quanto à formação docente, como política social setorial, se deve ao fato desta ser uma intervenção estatal que busca ampliar a formação docente dos professores atuantes na educação básica e formar aqueles que não possuem formação mínima exigida por Lei superando uma prática clientelista.

PALABRAS CLAVES

Plano Nacional de Educação 2001-2010, Formação Docente, Qualidade do Ensino.

Abstract

The debate on the Brazilian social policy has been extensive literature object, however, Castro (2012) points out that the view of the Brazilian Social Policy is still limited and fragmented. This fact makes it difficult to consider the various factors that are part of social policy construction. History records a slow process with regard to social issues. Only in the twentieth century social rights are entered in the national agenda guided by the basic human needs such as food, health, education and housing. According to the Brazilian social policy model adopted in recent decades, the security of supply of goods and services will be made through state programs and actions in the implementation of a diverse set of sectoral and cross-cutting public policies. Such policies, in ensuring social promotion, seek to ensure the population equality and opportunity, covering a number of factors ranging from the training of citizens for democratization of access. In this study there to highlight the social promotion turning our eyes to the educational policy supporting the assumption that public education is a fundamental tool - not the only - for the development of a country as it expands "skills, abilities and productive inclusion of population". When considering the many questions raised around the topic of education, its complexity and correlation with the social, political and economic, to develop this study we chose a cut that prioritized the discussion of the major challenges of the Brazilian educational policy of the century XXI respect to two complementary areas: teacher training and quality of education. It is worth noting that the characterization of Brazilian educational policy provided for in the National Education Plan 2001-2010 as teacher training, as a sectoral social policy, is due to the fact that it is state intervention that seeks to expand teacher training of teachers working in basic education and form those without minimum training required by law overcoming a clientelist practice.

KEY WORDS

National Education Plan 2001-2010, Teacher Training, Teaching Quality.

Introdução

Os sistemas de proteção social e sistemas educacionais apresentam distintas configurações e são reflexos da natureza das relações sociais que cada sociedade estabelece, definindo funções do Estado e da sociedade. A leitura das políticas governamentais de educação enquanto resultados das disputas de distintos projetos e forças sociais, que se dão no interior do Estado, mas também fora dele, estabelecem um vínculo com questões sociais mais amplas. A sociedade ao longo da história, então, vem construindo mecanismos estatais que terão diferentes funções e propósitos. A esses mecanismos chamamos de políticas públicas e/ou sociais, projetos e programas governamentais.

Segundo Souza (2006) nas últimas décadas observamos o afloramento do campo do conhecimento denominado políticas públicas, bem como as instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação/análises. Dentre os fatores que contribuiu para o ressurgimento de tais discussões podemos citar a adoção de políticas restritivas de gasto, principalmente nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

Após a Segunda Guerra mundial, com condições favoráveis uma nova forma de Estado de Bem-Estar Social, que convencionou chamar de modelo Beveridiano, é experimentada. Este modelo caracterizou-se pela incorporação (e ampliação) dos direitos sociais com as políticas de mercado. O Estado além de promover a proteção social através de acesso a sistemas de saúde, educação, trabalho, seguro desemprego, teria o papel de estimular - e não controlar - a expansão econômica, principalmente através de políticas desenvolvimentistas de alocação de infraestrutura.

Assim, as políticas são ações realizadas por gestores da administração pública, na tentativa de garantir a materialização dos direitos sociais na Constituição Federal (CF) de 1988. Neste sentido, a formação de políticas públicas é uma etapa na qual se define leis respaldadas em estatutos criados dentro das esferas federais, estaduais e municipais. (SILVA e COSTA, 2002).

A política social é entendida neste estudo

> como sendo um conjunto de políticas, programas e ações do Estado, com o objetivo de efetuar a *proteção* e a *promoção social* em respostas aos direitos sociais e a outras situações não inclusivas nos direitos referentes às contingências, necessidades e riscos que afetam vários dos componentes das condições de vida da população. (CASTRO, 2012a, p. 1018).

A escolha de tal definição leva em conta que um sistema de proteção e promoção social não é uma estrutura simples e sem complexidade. Isto porque leva em consideração programas e ações do Estado voltadas para as necessidades e direitos sociais que interferem na vida da população nos componentes das condições básicas e no que diz respeito à pobreza e a desigualdade. (CASTRO, 2012b).

Os países desenvolvidos presenciaram, a partir da segunda metade da década de 1970, uma crise do modelo keynesiano com forte cobertura social, forte intervenção do Estado e pleno emprego. Com a crise do petróleo no final daquela década as críticas aos governos de Bem-estar social são tomadas para justificar a incapacidade de o Estado intervir na vida social, ou os altos custos que sistemas de proteção social gerariam aos cofres públicos. Sob nova roupagem, o liberalismo surge com alcunha do Neoliberalismo (com o declínio do Estado de Bem-Estar e Estado Socialista) neste momento mais brando nas críticas à intervenção do Estado. Ao Estado caberia a regulação as instituições e empresas prestadoras de serviços através da criação de agência.

O Tema da Reforma do Estado estava presente na agenda internacional, tanto nos "países periféricos" quanto nos "países avançados", contudo conduzidos de forma distinta. A primeira resposta à crise foi à reforma neoliberal. Nos países desenvolvidos houve corte nos benefícios sociais e aumento da taxa de desemprego; no caso específico brasileiro a reforma neoliberal significou a redução de recursos sem a redução de despesas. No âmbito internacional, havia recomendações na redução da presença governamental, tanto na economia com em questões sociais.

A década de 1980 é marcada pela abertura política no Brasil e por fortes tensões ideológicas entre grupos que compunham a burocracia estatal e grupos de esquerda. As tensões se davam até mesmo dentro dos próprios grupos de esquerda e de direita. Em curso, havia o pensamento neoliberal que propunha sugestões de como deveria ser a participação do Estado na proteção social. (SPOSATI, FALCÃO e FLEURY, 2008).

O início da década de 1990 foi marcada por uma profunda crise financeira do Estado brasileira, que teve uma enorme repercussão nas políticas sociais. Para Tavares e Belluzo (2000) o ajuste fiscal, com abertura financeira, proposto pela cartilha neoliberal tornou-se incompatível a universalização das políticas sociais. Foi necessário alocar recursos de arrecadação federal das contribuições sociais para produzir superávits fiscais exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O governo deu início a programas de reformas que desmantelaram a burocracia estatal e os direitos sociais consagrados pela Constituição de 1988. Houve um crescimento no endividamento público e privado com consequente enfraquecimento e fragilidade no financiamento do setor público nacional.

É exatamente nesse cenário marcado por reajuste fiscal que é implementada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE).

Considera-se que no momento de formulação e implementação de uma dada política pública é necessário observar tantos os aspectos objetivos referentes aos equipamentos públicos, disputas, serviços quanto questões voltadas às concepções dos sujeitos sociais envolvidos no processo. Nessa direção,

Arrecthe (2001, p.5) observa que a implementação é uma cadeia de relações entre os que formulam e os que implementam a política situados em posição distintas dentro do governo, e isso sugere "que a maior proximidade entre as intenções do formulador e a ação dos implementadores dependerá do sucesso do primeiro em obter a adesão dos agentes implementadores aos objetivos e à metodologia de operação de um programa".

Isso implica, de acordo com Lobato (2004, p. 242), superar a distância entre as políticas tal quais formuladas e sua implementação, voltando atenção para o "papel dos participantes e interessados na política [...], a estrutura e a dinâmica de decisão dos agentes, as especificidades de cada um e as relações entre os níveis de governo."

Neste estudo há de se ressaltar a promoção social voltando nossos olhos para a política educacional sustentando a premissa que a educação da população é ferramenta fundamental – não a única – para o desenvolvimento de um país à medida que amplia "habilidades, capacidades e inclusão produtiva da população" (CASTRO, 2012a, p. 1016). Potencializa, assim, a participação no debate em torno das questões sociais, econômicas e políticas do país.

Objetivos

Ao considerar as inúmeras questões postas em torno do tema da educação, sua complexidade e correlação com os fatores sociais, políticos e econômicos, para o desenvolvimento deste trabalho optou-se por um recorte que priorizada as discussões dos grandes desafios da política educacional brasileira do século XXI que diz respeito a dois eixos complementares: formação docente e qualidade do ensino.

O estudo visa analisar **o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) em torno da formação docente**, por entender que integra a política de educação que se consolidou na CF/1988 e na LDB/96.

A proposta do estudo registra ações referentes ao "magistério da educação básica" com base na Lei nº 10.172, PNE 2001-2010, identificando avanços, limites e desafios.

Vale destacar que a caracterização da política educacional brasileira prevista no PNE 2001-2010 quanto a formação docente, como política social setorial, se deve ao fato desta ser uma intervenção estatal que busca ampliar a formação docente dos professores atuantes na educação básica e formar aqueles que não possuem formação mínima exigida por Lei superando uma prática clientelista.

Metodologia

Para a produção deste trabalho realizou-se pesquisa documental, analisando a CF/88, a LDB de 1996,

o PNE 2001-2010 e os dados do Censo Escolar 1998, 2007, 2010, 2012 e 2013. Tal pesquisa foi realizada junto aos sites dos órgãos responsáveis pela execução e acompanhamento desta política, tais como MEC, INEP e Diário Oficial da União.

Para análise dos dados coletados na pesquisa documental, pautou-se em aportes teóricos que contribuem para a discussão. Para isso fez-se uso de estudos publicados por: Tavares e Belluzo (2000), Arrecthe (2001), Lobato (2004), Souza (2006), Castro (2012a;b), Sposati (2008), Silva (2012) e demais autores que contribuem para a reflexão acerca da política de formação docente, Aguiar (1996, 2010), Barreto (2001), Demo (2001), Corbucci *et al.* (2008), Souza (2014).

1. A Constituição Federal de 1988 e a Política de Educação

Os anos 80 foram marcados pela redemocratização, o fortalecimento da cidadania e da participação social na construção de um projeto político pedagógico para o Brasil, com a Constituição Federal de 1988. Aparece, ainda, nos anos 90 a aprovação da LDB n 9.394/96 e do primeiro Plano Nacional de Educação, visando atender ao previsto nos Artigos:

• Art. 206, inciso V quanto a "valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas";

• Art. 212 que trata da distribuição dos recursos visando a garantia da universalização e padrão de qualidade e equidade no atendimento às necessidades do ensino obrigatório. Pode-se afirmar que a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi a mais importante inovação institucional na educação brasileira no pós-CF/88, ocorreu por meio de mudança, a Emenda nº 14, de 1996, da redação original do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Dez anos depois há uma evolução do fundo anterior, novamente alterado para a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) por meio da Emenda nº 53, de 2006 – alteração significativa no marco jurídico-legal da educação básica;

• Art. 214 estabelece a criação do Plano Nacional de Educação.

A CF/88 amplia o direito à educação como direito social por não definir a idade para este dever do Estado, como na legislação nº 5.692/71 que limitava a idade de 7 a 14 anos. Neste sentido, amplia-se o direito para as três etapas da educação básica: infantil – creche e pré-escola -, fundamental e média. A Emenda n° 59/2009 tanto amplia o dever constitucional do Estado em relação à educação como modifica a faixa de escolarização obrigatória para 4 aos 17 anos de idade. Com isso, a CF passa a proteger fortemente a "educação básica" como dever do Estado nessa faixa etária, sendo ainda dever estatal assegurá-la a todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Considerado um dos grandes avanços legais pós-CF/88.

O debate em torno da formação docente ganha relevância no cenário educacional em meados dos anos 90, por conta do Plano Decenal de Educação para Todos (1994) e a LDB de 96. O Plano tem início no Governo Itamar Franco e foi efetivamente implementado a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). No entanto, a atenção prevista em Lei para o tema é breve e não deixa claro o *lócus* de formação docente e quem são os profissionais de educação. Ou seja, define a formação do professor da educação básica no ensino superior, ao mesmo tempo que admite a formação em nível médio para os docentes da Educação Infantil (EI) e do 1º segmento do Ensino Fundamental (EF, 1º ao 5º ano). Portanto, não há consenso que os profissionais das primeiras etapas da educação básica deveriam ter ensino superior.

Outras medidas são implementadas: a regulação dos cursos seqüenciais possibilitando a retomada das licenciaturas curtas (1600 horas); a criação dos Institutos Superiores de Educação que teriam a função de oferecer cursos de formação inicial e continuada para os docentes da educação básica. Nasce, então, o Curso Normal Superior em 1999; ainda a formação dos especialistas nos cursos de Pedagogia; outra medida é a formação a distância de professores possibilitando que outros profissionais graduados em outras áreas pudessem vir a atuar no magistério. A ampliação da educação a distância (EAD) no Brasil inicia-se com a criação da TV Escola, em 1996.

No anos de 1996 a 2006 a política de formação docente foi redefinida mundialmente visando atender as recomendações de organismos internacionais. As reformas educacionais voltam-se para ajustar o perfil docente e sua formação com base nas demandas do “novo” mercado de trabalho. (NEVES e FERNANDES, 2002; NOGUEIRA, 2003).

No governo Luiz Inácio da Silva, nos anos 2006, o Curso de Pedagogia assume a formação inicial para o exercício da docência na EI e primeiros anos do EF, nos cursos na modalidade normal, em curso de educação profissional na área de serviços e apoio escolar. Nestes termos, não se limita a docência, o pedagogo é compreendido como um docente, pesquisador e gestor podendo atuar em espaços escolares e não-escolares.

Libâneo (2006) aponta que a Resolução CNE/CP nº1/2006 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia recebe críticas por avançar pouco em relação às ambigüidades e confusões já existentes na legislação.

2. LDB e o Plano Nacional de Educação

O PNE 2001-2010 aponta para a necessidade de formação dos professores que atuam no sistema de ensino brasileiro em todas as regiões do Brasil visando atender ao que estabelece no Art. 61, incisos I, II e III do *caput* da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96. Os dados apresentados registram um ainda considerável número de professores da educação básica sem a formação mínima exigida

por Lei para atuarem neste segmento: Curso Normal/Magistério e/ou Licenciatura.

O estudo não pretende, neste momento, problematizar o debate sobre as causas históricas que levaram a fortalecer o descontentamento pela profissão docente e o agravamento das condições de formação, mas ponderar a partir da situação dos professores da educação registrada no PNE 2001-2010 quanto a atuação no magistério de professores sem formação mínima exigida por Lei.

O PNE 2001-2010 apresenta a seguinte situação dos professores da educação básica já em serviço com base na Sinopse Estatística 1998:

• Brasil até 1998 não obtinha dados/informações sobre o número de professores atuantes na primeira etapa da Educação Infantil (EI) – Creche; quanto a Pré-Escolar, o número apresentado é de 29.458 professores sem formação a nível médio;

• 13.166 professores que atuam em turmas de alfabetização possuem formação em Ensino Fundamental (EF);

• 94. 976 são os professores que atuam de 1ª a 4ª séries, hoje 2º ao 5º ano, do EF que precisam obter nível médio formação de professores;

• para os anos finais do EF, 6ª ao 8ª séries, hoje 6º ao 9º ano, são 159.883 professores sem licenciatura plena;

• para o Ensino Médio (EM) são 44.486 professores que precisam de Ensino Superior. No entanto, este dado **não confere** com o que está disponibilizado na Sinopse do Censo Escolar de 1998. Ou seja, o número de professores sem a formação é de **87.250** ao somar os professores que atuam no ensino médio regular e profissionalizante, técnico, formação de professores e educação de jovens e adultos.

Dos 2.067.248 professores em 1998, 384.733 professores (18,61%) não tem formação exigida para atuar nas modalidades de ensino da Educação Básica, principalmente nas áreas rurais.

A UNESCO (2005) define “os professores são a chave para qualquer reforma educacional”. Neste contexto, o Brasil debate as propostas para a formação de professores visando impulsionar mudanças significativas na escola, na educação e na sociedade. Assim, os docentes ganham centralidade na reforma educacional uma vez que são responsabilizados pela crise educacional brasileira, ao mesmo tempo que são indicados como alternativa para transformar a educação e minimizar as questões em relação ao analfabetismo, a evasão, a repetência, a distorção idade-série.

Os dados acima chamam atenção para a relação direta com a qualidade do ensino. Compreende-se que a formação e atualização docente potencializam o ensino a ser oferecido à população em idade escolar. Em concordância com a UNESCO, o Ministro da Educação, em nota técnica ao PNE registra: “para que se tenha uma educação de qualidade e se atenda plenamente o direito à educação de cada estudante

é importante que o profissional responsável pela promoção da aprendizagem tenha formação adequada." (ALOIZIO MERCADANTE, *apud* BRASIL, 2014).

Neste contexto, o PNE 2001-2010 identifica a Educação a Distância (EAD) como o instrumento para contribuir com a política de formação de professores por meio da implantação de Programas que oferecem cursos de Licenciatura à distância. No tocante às suas potencialidades, ressalta o seu papel em contribuir na democratização do ensino, favorecendo a inclusão social através do acesso à educação.

Diferentes programas foram desenvolvidos nos 20 anos pós-CF/88 voltados para a formação inicial e continuada como apontado anteriormente. Dentre os cursos oferecidos aos professores em exercício não habilitados foram:

• para obtenção de formação em nível médio: o Pró-Infantil para professores da EI; e, o Pró-Formação, oferecido a professores do 1º segmento do EF;

• formação em nível superior: a LDB/96 propõe a partir de 2002 o Pró-Licenciatura, oferecido aos professores do 2º segmento do EF e Ensino Médio (EM) - atualmente desenvolvido pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) oferecendo Cursos de Licenciatura a Distância com bolsa de estudos; em 2009 lança o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) como um plano estratégico de formação inicial e continuada dos professores que atuam nas escolas púbicas de Educação Básica. São oferecidos cursos, nas modalidades presencial e a distância, em colaboração com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais e instituição públicas de ensino superior.

As iniciativas mais recentes são: a Universidade Aberta do Brasil (UAB) criada pelo Decreto nº 5.800/2006 visando atender a demanda de docentes da educação básica por meio de cursos de formação docente na modalidade a distância; e, a Lei nº 11.502/2007 conferiu à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) a responsabilidade de formular políticas para a formação de professores de educação básica. A UAB incorpora-se a CAPES visando formar professores que ainda não têm diploma de nível superior, assim como promover cursos de formação continuada aos docentes.

Com base na Sinopse do Professor de 2009 Menezes e Rizzo (2013, p.88-89) citam, o cenário da formação docente no Brasil é inquietante:

> 1.977.978 docentes que atuavam na educação básica, 636.800 (32,2%) não apresentavam formação em nível superior, sendo que destes 12.480 (0,6%) apresentavam como referencial de sua formação apenas o ensino fundamental (incompleto ou completo) e 139.974 (7,1%) apenas o ensino médio sem formação na área do magistério/Normal. Do total de professores com nível superior (1.341.178), 62.379 (4,7%) não eram oriundos de cursos de licenciatura. Além disso, vale destacar que, no contexto nacional: – apenas 53% dos professores que atuam no

> ensino médio da rede pública e 47% dos que atuam nos anos finais do ensino fundamental têm formação compatível com a disciplina que lecionam – a maior distorção está na área de ciências exatas, na qual os profissionais formados nos cursos de licenciatura do país são insuficientes para suprir a demanda.

A educação à distância, "terá um papel muito importante na qualificação dos professores que não possuem a formação exigida pela Lei." (PNE, 2001-2010). De 2003 a 2010 o número de matrículas em Cursos de EAD aumentou (14,6%) com exceção em 2009.

Verdum, Giraffa e Machado (2010) indicam que, pelo fato das instituições de ensino superior apresentar um sistema presencial incapaz de aumentar o número de vagas para atender a demanda - como identificado no documento Desafios 1990 a 2000 e retomado no Estudo Exploratório de 2007 e do Censo da Educação Básica de 2012, a EAD passa a ser uma alternativa para solucionar o problema daqueles "professores leigos".

O Censo da Educação Superior de 2010 apresenta as seguintes informações: o número de matrículas na Graduação aumentou 7,1% de 2009-2010 e 110,1% de 2001 a 2010 - são 6.379.299 matrículas no ano de 2010 representando mais que o dobro das matrículas de 2001. Os motivos para esse aumento significativo podem estar relacionados às exigências do mercado de trabalho em relação a mão de obra qualificada, além do incentivo das políticas públicas de acesso e permanência na Educação Superior. (BRASIL, 2010).

Quanto à modalidade a distância há crescimento nas matrículas de Cursos oferecidos que passaram de 0,4% em 2001 para 14,6% em 2010, sendo o período mais expressivo a partir de 2007. De acordo com o levantamento do Censo Escolar de 2010 os percentuais representativos do número de cursos presenciais e a distância que oferecem bacharelado, licenciatura e tecnológico apresentam os seguintes dados: nos cursos presenciais – 3.958.544 matrículas de bacharelado, 928.748 de licenciatura e 545.844 matrículas de grau tecnológico; nos cursos oferecidos a distância – 426.241 matrículas de licenciatura, 268.173 de bacharelado e 235.765 matrículas em cursos tecnológicos.

No entanto, concordando com Libâneo e Pimenta (1999); Barreto (2001); Amorim (2007) e Corbucci *et al.* (2008), não podemos cair no engodo mais uma vez da formação aligeirada dos que irão atuar na educação básica. Precisamos repensar, a EaD sustenta a política atual de mercado minimizando a formação profissional?

Segundo Barreto (2001, p.23), a resposta é afirmativa, alerta para as conseqüências:

> (...) a capacitação em serviço 'substituindo' ou preenchendo as lacunas de uma formação inicial descuidada; a valorização do ensino desvinculado da pesquisa; a concentração nos novos materiais em si; o 'sistema tecnológico' no lugar do sujeito; os 'métodos, técnicas e tecnologias de educação a distância' sustentando o que o MEC representa como sendo a 'construção de um

novo paradigma para a educação brasileira'.

Do ponto de vista do profissional que atua, a EaD não pode ficar restrita ao que a LDB/96 considera: "instrumento de formação e capacitação de professores em serviço." (*idem*, p. 25). Precisa superar esta finalidade já que o ensino a distância está associado a "*novas linguagens*", a "*novas tecnologias*" avaliando que "o ensino presencial fica 'mais' velho, desgastado, esvaziado." (*idem*, p. 26). Neste caso, o investimento dos governantes em relação à democratização e elevação do padrão de qualidade da educação brasileira, não pode se restringir a certificação em larga escala, a homogeneização e nivelamento por baixo do ensino, simplificação das questões, levando a população, que busca por tal formação, a um "*apartheid educacional*". (p. 22).

A nova perspectiva de formação, no nosso entender, precisa voltar suas lentes não só para a formação básica e continuada dos profissionais da educação, mas também precisa repensar

> (...) o discurso da urgência, da solução mágica e, no bojo de ambos, a desqualificação do saber profissional dos educadores e a desvalorização do seu fazer, já que às exigências decorrentes das propostas de mudança não corresponde restrição salarial, formativa e trabalhista adequada […]. (*idem,* p. 20).

Tal perspectiva não pode minimizar formação a treinamento de habilidades desejáveis ao manejo dos materiais de ensino e que, estes se traduzam em bom desempenho na avaliação das competências estabelecidas. Vale reafirmar que a proposta educacional para a formação docente e continuada no ensino superior é questionada no seu caráter de aligeiramento por priorizar cursos rápidos e a distância, o que acaba por fortalecer a fragilidade da qualidade da formação docente e minimizar a qualificação e a valorização do professor. (LIBANEO e PIMENTA, 1999; AMORIM, 2007; CORBUCCI *et al.*, 2008).

3. Reflexões sobre Formação Docente e Qualidade de Ensino

A preocupação com a qualidade de ensino se manifesta no Brasil desde o início da organização das escolas primárias e secundárias. Mas foi a partir da década de 30, devido às mudanças do cenário político e econômico brasileiro que emergiu uma preocupação explicita com a qualidade de ensino ao se estruturar um incipiente Sistema Nacional de Educação.

Atualmente, a discussão em torno da qualidade de ensino está alicerçada a um determinado projeto e concepção de homem e de sociedade. Ou seja,

> (...) de um lado, temos a posição produtivista que induz as reformas que se coadunam com a concepção liberal da sociedade, cuja expressão menor é o paradigma da qualidade total

> (...). Por outro lado, o projeto educativo que esta perspectiva se contrapõe revela a opção pela qualidade inspirada na ética e nos valores de justiça e no reconhecimento dos direitos sociais. (AGUIAR, 1996, p.509-510).

Nos últimos anos defende-se a ideia de que a qualidade em educação implica em **qualidade acadêmica**, que se origina na produção do conhecimento, por meio da docência; **qualidade social** decorrente das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; **qualidade educativa**, a capacidade das instituições atuarem na formação plena do cidadão, para que possam contribuir e interferir em suas respectivas realidades sociais. (DEMO, 2001).

Gatti (2008) chama atenção para o fato de que os cursos de formação básica dos professores nos anos 90 não propiciaram adequada base para a sua atuação profissional. Neste sentido, a qualidade educativa e a formação plena do cidadão estariam comprometidas.

Políticas públicas e ações políticas movimentam-se na direção de reformas curriculares e de mudanças de formação dos docentes, dos formadores das novas gerações visando atender o Art. 62 da LDB/96 que aponta para a formação dos docentes em nível superior. Está presente a ideia de preparar os professores para formar as novas gerações para a "nova" economia mundial e de que a escola e os professores não estão preparados para isso.

A proposta de implementação dos PNE 2001-2010 aponta para o cumprimento dos objetivos e metas visando uma sociedade justa e igualitária. No entanto, a política educacional para avançar precisa superar as dificuldades percebidas ao longo da história, tais como problemas conjunturais; questões de governo nas três esferas político-administrativas, federal, estadual e municipal; além de depender do empenho e envolvimento dos setores organizados da sociedade.

Para Flexor e Leite (2006, p.10),

> a implementação representa um processo pelo qual as decisões acomodam-se à realidade, ajustam-se ao campo de aplicação, se inscrevem nas rotinas dos agentes que implementam a política. Implementar consiste em aplicar um programa de ação a um problema. Isso significa que existem perturbações e modificações entre os objetivos perseguidos e as ações efetivas.

O PNE resultou de embates, mobilizações e encontros em torno de projetos político sociais entre parlamentares e setores da sociedade, como "ANDES, ANDIFES, ANPED, ANFOPE, CNTE, CONSED e UNDIME" assim como atendem as determinações da CF/88, a LDB/96 e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Objetiva-se com o documento, então, "a elevação do grau de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis e a redução das desigualdades sociais e regionais em

relação ao acesso e a permanência na educação pública, além da democratização da gestão do ensino público." (AGUIAR, 2010, p.710).

A partir de 2003 há uma inflexão nas discussões em torno da expansão da educação pública de qualidade, que a partir da alternância de governo - Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva - é alçado a Plano de Estado e não mais de Governo.

De acordo com Oliveira (2011, p.329),

> Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

Neste contexto, o compromisso assumido pelo MEC em diminuir a desigualdade educacional da população brasileira "buscou realizar e implementar uma política de Estado ao reunir programas de governo e atribuir orientação, integração e estabilidade à organização da educação nacional." (*idem,* p.329).

A tarefa de aplicação do PNE demanda um esforço coletivo entre União, estados e municípios na concretização das ações e das políticas presentes no corpo dos documentos, principalmente no que tange ao acompanhamento, supervisão e assessoria técnica na elaboração dos planos decenais pelos estados e municípios. A articulação de ações coletivas não se confirmou durante o PNE 2001-2010.

Evidencia-se que a qualidade da escola passa pela formação docente e pelas condições em que o professor exerce a função pedagógica no interior dessa escola. Para falar de qualidade precisamos falar também do piso salarial, da valorização dos profissionais da Educação Básica à Educação Superior - de todos aqueles que assumem as salas de aula e que atuam nas áreas administrativa e de supervisão – além de apontar para melhorias das condições gerais, como materiais pedagógicos, o uso das tecnologias, e, o fortalecimento dos programas de formação continuada.

É inegável a constatação de muitos avanços com relação à concepção de educação, na obrigatoriedade no atendimento, na "ampliação" do número de anos letivo do EF e na criação do FUNDEB na exigência de ingresso dos docentes por meio de concurso público de provas e títulos, além de visar superar o descompasso entre as regiões do país em relação ao piso salarial e às condições de atuação. Mas, também, afirmamos que ainda existe um longo percurso, acentuado pela diversidade presente no cotidiano escolar e no território brasileiro, com vistas ao fortalecimento da capacidade de reflexão da população escolar, consequentemente,

da transformação social, política e econômica do país.

Os dados do Censo Escolar 2007, 2012 e 2013 apontam que ainda há muito a percorrer em relação à formação docente no que tange a "garantir uma formação compatível com a sua área específica de atuação profissional, bem como o aprofundamento dos estudos em nível de pós-graduação." (BRASIL, 2014, p.51).

Sinalizamos avanços quanto à atuação dos profissionais da educação básica se concentrar na rede pública mesmo que alguns dados apontem para a possibilidade de atuação em mais de uma rede de ensino, pública e privada. Significa afirmar que o atendimento da EI e do EF está concentrado nas unidades de ensino municipais; o Ensino Médio regular concentra-se na rede estadual; e o Ensino Médio Profissional e Educação Superior (ES) são oferecidos pelas instituições da rede privada.

Conclusões

Nas últimas décadas o Brasil tem vivenciado uma leve redução da concentração de renda, no entanto, ainda insuficiente para a superação da gritante desigualdade existente. As políticas sociais empreitadas na última década podem sinalizar tal redução. Neste sentido, faz-se necessário além de políticas de ampliação de emprego a construção e ampliação de um Sistema de Proteção forte – não regulado pelo mercado – que garanta aos seus cidadãos mínimos sociais efetivos. O acesso às políticas sociais deve dar-se por eficiência e qualidade. Assim, torna-se fundamental a superação da cultura de que estes mínimos são "políticas pobres voltadas para pobres" na direção de um entendimento com base no direito, no acesso e na qualidade dos serviços. O crescimento sem distribuição de renda não conduz um país a prosperidade social, além de impedir que o direito de exercício de cidadania plena – incluindo os direitos sociais aos direitos civis e políticos – seja exercido. O crescimento das políticas públicas deve caminhar lado a lado à desconcentração de renda. Para tanto, além de políticas públicas voltadas para a proteção social básica há que se investir – e melhor direcionar os recursos – na educação, saúde, seguridade social, moradia, entre outros setores.

A despeito dos significativos avanços alcançados nos anos recentes pela educação brasileira, esta área de política ainda exige grandes desafios a serem enfrentados pelo Estado brasileiro. Seu sucesso dependerá de fortes articulações entre os diversos níveis de governo através de política descentralizada – em curso desde a CF/88 – para Estados e Municípios, com transferência de responsabilidades e recursos a estas esferas de governo.

As dificuldades de acesso ao ensino superior no País estão fortemente atreladas às desigualdades de renda da população. O governo tem tentado minimizar estas disparidades tanto pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento à educação em instituições privadas - como o PROUNI -, como também pela expansão de vagas nas Instituições públicas e pelo incremento à modalidade de educação a distância.

A defesa, neste estudo, em torno dos eixos formação docente e qualidade do ensino relaciona-se à hipótese de que uma população educada, com níveis de escolarização elevados contribui diretamente para o desenvolvimento social e econômico do País. Para tal, considera-se a necessidade que os profissionais que atuam na Educação Básica e na Educação Superior encontrem-se valorizados no âmbito salarial, com condições dignas de trabalho, com a possibilidade de atuar em uma única unidade de ensino, com tempo para planejamento, pesquisa e organização do trabalho pedagógico, ministrando disciplinas de acordo com sua formação, além, é claro, de fortalecer-se com o conhecimento no processo de formação continuada. O investimento deve estar voltado também para a valorização da carreira docente.

Compreende-se que o professor valorizado como trabalhador do magistério contribui diretamente com a aprendizagem da população em todos os níveis e modalidades de ensino, resultando assim em aprendizagem significativa e em qualidade de ensino.

Para tanto, os dados apresentados apontam para uma melhora quanto à formação dos professores que atuam no magistério, no entanto os dados dificultam estabelecer uma relação de causa e efeito no que se refere aos professores atuantes no magistério sem a formação mínima exigida por Lei. A hipótese levantada para a persistência de docentes ainda sem a formação exigida atuando nas escolas públicas, os chamados “professores leigos”, que variam entre 10% e 30% nos dados do Censo Escolar de 2007, pode estar relacionada ao fato de estarem em fim de carreira não encontrando interesse na atualização. Reflexo também da não valorização histórica dos profissionais do magistério que tem afastado o interesse pela formação tanto a nível Médio quanto Superior. Tamanho desinteresse põe em alerta a meta da universalização e ampliação da obrigatoriedade da Educação Básica e progressivamente da Educação Superior.

Como o PNE incorpora algumas demandas históricas da população brasileira a política educacional precisa considerar as projeções do crescimento demográfico visando estabelecer medidas de financiamento que tratem de forma adequada as novas demandas e as necessidades regionais.

Após dez anos, as metas estabelecidas no PNE 2001-2010 não se confirmaram na dimensão esperada. Sendo assim, apesar dos avanços consolidados pela LDB e pelo PNE ainda persistem obstáculos a serem ultrapassados, tais como: mesmo instituindo-se o FUNDEF em 1996, o FUNDEB em 2006, o PDE em 2007, o PSPN (Lei nº 11.738/2008), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica em 2009, as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira do Magistério em 2009, e a Prova Nacional de Concurso para o ingresso na Carreira Docente (Portaria Normativa nº 3/2011), não foram suficientes para consolidar os Planos de Carreira e Remuneração (PCCR) na esfera pública. Até 2012, 31,74% dos municípios declararam que não possuíam planos de carreira implementados. (BRASIL, 2014, p. 57); sendo assim, as limitações de financiamento – a despeito dos recursos do FUNDEB - contribuíram para o alcance parcial das metas. (OLIVEIRA, 2010; SOUZA, 2014; AGUIAR, 2010).

Referências

• AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Parâmetros Curriculares e formação do educador: A reforma educacional brasileira em marcha. *Educação & Sociedade,* Ano XVII, n.º 56, dez., 1996, p. 506-15.

• _____. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31,n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010.

• ARRETCHE, Martha T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Nobre e Carvalho; BRANT Maria do Carmo de (Org.). *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

• BARRETO, R. G.. As políticas de formação de professores: novas tecnologias e educação a distância. IN: BARRETO, Raquel Goulart (org.) *et all*. *Tecnologias educacionais e educação a distância:* avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 10-28.

• BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

• _____.*Lei nº 9.394, de 20/12/1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

• _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 1998. INEP. Brasília: O Instituto, 1999.

• _____. *Lei nº 10.172, de 9/1/2001*. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

• _____. O desafio de uma educação de qualidade para todos: educação no Brasil 1990-2000. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, DF: MEC /INEP, 2004.

• _____. *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007*. Brasília: INEP, 2009.

• _____. Censo da Educação Superior 2010. Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. MEC/CENSUP/INEP, out. 2011.

• _____. *Planejando a próxima década*: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. MEC/SASE, 2014.

• CASTRO, J.A. Política de e desenvolvimento no Brasil**.** *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea12.pdf>. Acesso em: 07 de março de 2016.

• _____. Política social no Brasil contemporâneo. 2012b. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/terras/html/download_baixar.aspx?Arquivo=AF_cartilha_21x21_v1_2011112515532.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

• CORBUCCI, Paulo Roberto et al.. Vinte anos da Constituição Federal de 1988: avanços e desafios na educação brasileira. **IPEA**, vol.2, 2008.

• DEMO, P. *Educação e qualidade*. 6. ed., São Paulo: Papirus, 2001.

• NEVES, Lucia Maria W.; e FERNANDES, Romildo Raposo. Política Neoliberal e Educação Superior. In Neves, Lucia. Maria.W. *O empresariamento da educação*. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. SP: Xamã, 2002.

• LOBATO, L..Avaliação de políticas sociais: notas sobre alguns limites e possíveis desafios. *Trabalho, Educação e Saúde*, 2004; 2(1): 95-106.

• NOGUEIRA, Elizabeth Saramela. Políticas de formação de professores: a formação cindida *(1995 – 2002). Tese de Doutorado.* Defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRJ, 2003, 198 p. (mimeo).

• OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileiras. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.32, nº 115, p. 323-337, abr./jun., 2011.

• SILVA, Pedro L.B.; COSTA, Nilson R.. A avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira. *Relatório Técnico*. Cooperação Técnica BID-IPEA, Brasília, IPEA, 2002.

• SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologia, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

• SOUZA, Donaldo Bello de. Avaliações sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024. Est. Aval. Educ., São Paulo, v.25, nº 59, p. 140-170, set./dez., 2014.

• SPOSATI, A.; FALCAO, M. do C.; FLEURY, S. *Os direitos (dos desassitidos) sociais*. 6. ed., São Paulo: Ed Cortez, 2008.

• TAVARES, M. da Conceição; BELLUZZO, L. G. M.. "A mundialização do capital e a expansão do poder americano". In: FIORI, J.L. (Org.). *O poder americano*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 111-138, 2000.

• UNESCO-OREALC. *La Educacion como um Bien Público y Estratégico*. Encuentro Regional UNESCO–UNICEF. Cartagena, Del 31 de agosto al 21 de septiembre de 2005. Mimeo.

• VERDUM, Priscila de Lima; GIRAFFA, Lucia; MACHADO, Vivian Guidotti. Formação de professores da educação básica na modalidade EAD: contexto, bases legais, pressupostos e desafios. X ANPED Sul, Florianópolis, out. de 2014, p.01-16.

SAÚDE, CIDADE E CIDADANIA POR MEIO DE PROCESSO DE EDUCAÇÃO SOCIOESPACIAL COM ESTUDANTES RESIDENTES EM ASSENTAMENTOS POPULARES

CARMEN BEATRIZ SILVEIRA

Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

- *Rio de Janeiro – Brasil*

Email: carmenbeasilveira@gmail.com

CLAUDIA MUNIZ MAGNANI

Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

- *Rio de Janeiro – Brasil*

Email:cldmnzmuniz@gmail.com

PATRICIA DAFLON DOS SANTOS

Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)-

Rio de Janeiro – Brasil

Email: patdsantos@gmail.com

Resumen

Aborda-se, neste texto, o processo de implementação do projeto "Promoção da Saúde sob a perspectiva da habitação e do hábitat", que desenvolveu proposta de oficinas de educação socioespacial com jovens de escolas públicas municipais, residentes em assentamentos populares da cidade do Rio de Janeiro. Fundamentado no conceito ampliado de saúde que expressa relações indissociáveis com as questões da habitação e do hábitat, o projeto desenvolveu-se por meio de ações educativas capazes de sensibilizar os participantes a respeito da urbanização e da configuração espacial da cidade, bem como das condições de habitabilidade e suas implicações com a saúde. Considerou-se que tais ações deveriam representar uma possibilidade concreta de se atuar na Promoção da Saúde, no sentido de abarcar as condições necessárias para assegurar a qualidade de vida. Respaldou-se em subsídios da Educação Popular, que valoriza o processo coletivo numa relação dialógica por meio da problematização de concepções de lugar, memória, do direito à moradia, à cidade e à cidadania. Refletiu-se sobre a proposta de oficinas de Educação Socioespacial, concebidas como processo educativo emancipatório e envolvendo o reconhecimento do espaço vivido e a escuta cuidadosa dos "praticantes ordinários da cidade" (CERTEAU, 1994). Assim, valorizou-se o diálogo no estudo da cidade e sua relação com a saúde, sob três enfoques: espaço e história/memória; habitação saudável; habitação sustentável. Analisou-se, ainda, a complexidade na implementação das oficinas, o que suscitou o aprofundamento da reflexão. A sistematização do conteúdo abordado nas oficinas, incluindo os textos, jogos e ilustrações ali produzidos, ganhou materialidade com a publicação do Almanaque "Saúde e Cidade". Considerado 'tecnologia social', o Almanaque teve sua produção estimulada pela compreensão dos enfoques adotados. A metodologia possibilitou a participação efetiva dos alunos, por assegurar liberdade de expressão nas formas de linguagem utilizadas.

Abstract

This study investigates the process of implementation of the project "Health Promotion from the perspective of housing and habitat." It has developed a proposal for socio-spatial education workshops with young people from municipal public schools, living in popular settlements in the city of Rio de Janeiro. The project was based on the expanded concept of health that expresses an inseparable relationship with the issues of housing and habitat. It was developed through educational actions that could sensitize participants about urbanization and the spatial configuration of the city, as well as the habitability conditions and their implications for health. The project also considered that such actions should represent a concrete possibility of working in Health Promotion, in order to embrace the necessary conditions to ensure the quality of life. It was supported by subsidies from a Project named Educação Popular (Popular Education), which values the collective process in a dialogical relationship through the problematization of notions of place, memory, the right to housing, the city and citizenship. We also pondered on the proposal of Socio-spatial Education workshops, conceived as an emancipatory educational process and involving the recognition of lived space and careful listening of "ordinary practitioners of the city" (CERTEAU, 1994). Therefore, the dialogue in the study of the city and its relation with health was valued, under three focuses: space and history / memory; Healthy housing; Sustainable housing. Furthermore, the project considered the complexity in the implementation of the workshops, which provided for further consideration on the subject. The material result of the project was the publication of the "Health and City" Almanac, through the systematization of the content addressed in the workshops, with texts, games and illustrations. Regarded as 'Social Technology', the Almanac had its production stimulated by the understanding of the approaches adopted. The methodology enabled the effective participation of the students, by ensuring freedom of expression in the forms of language used.

PALAVRAS CHAVE

cidade e saúde, educação socioespacial, assentamentos populares, tecnologia social, almanaque

KEY WORDS

City and Health, Socio-spatial Education, Popular Settlements, Social Technology, Almanac

1. Introdução

Este artigo expõe alguns aspectos significativos do projeto "Promoção da Saúde sob a perspectiva da habitação e do hábitat", desenvolvido pelo Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA) em parceria com duas escolas públicas municipais, em períodos distintos[1]. Entre 2012 e 2013, contou-se, também, com a parceria do Instituto Histórico da Baixada de Jacarepaguá (IHBAJA), e com o apoio da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (7ª CRE), entre 2014 e 2016, quando se encerraram as atividades do projeto nas escolas[2]. Ao longo de seu desenvolvimento, o projeto implementou oficinas de educação socioespacial para estudantes do segundo segmento do ensino fundamental, com idades entre 13 e 16 anos e residentes em assentamentos populares da cidade do Rio de Janeiro.

Pretende-se, aqui, refletir sobre a experiência de implementação dessas oficinas, nas quais se buscou abarcar questões relacionadas à democracia, à cidadania e à justiça social, por meio de aspectos históricos, culturais e socioespaciais, cristalizados na dinâmica urbana recente da cidade do Rio de Janeiro. Essa experiência fundamentou-se na ideia de que os sujeitos também se constituem como cidadãos por meio de uma sensibilização a respeito do seu espaço vivido e da apropriação da configuração desse espaço, examinado como materialização de ações sociais e portador de memórias e identidades historicamente engendradas.

Vale ressaltar que o projeto se desenvolveu por meio de ações educativas e culturais que pudessem auxiliar no entendimento das condições da ocupação urbana, da qualidade das habitações e de suas implicações com a saúde. Desse modo, valorizou-se uma visão ampliada do lugar de moradia que estimulasse a reflexão sobre as transformações urbanas, mediante o fortalecimento das potencialidades comunicativas de expressão do cotidiano, lançando mão de diferentes linguagens criativas. Considerou-se, igualmente, que tais ações deveriam representar uma possibilidade concreta da Fiocruz atuar na Promoção da Saúde, no sentido de abarcar o conceito ampliado de saúde que inclui as condições necessárias para assegurar a qualidade de vida.

Assinala-se, ainda, que o projeto se respaldou em subsídios fornecidos pela_Educação Popular que valoriza o processo coletivo numa relação dialógica, por meio da problematização de concepções de lugar, memória e do direito à moradia e à cidade. No que se refere à reflexão proposta neste artigo, apresenta-se algumas questões importantes para a compreensão da problemática vivenciada pelos jovens no seu cotidiano. Com esse propósito, foram definidos três objetivos principais, conforme exposto a seguir.

1 O PDCFMA é um programa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sediado na **c**idade do Rio de Janeiro, na XVI Região Administrativa - Jacarepaguá. As duas escolas públicas, Escola Municipal Eunice Weaver e Escola Municipal Barão da Taquara, nas quais se desenvolveu o projeto, também se situam nessa região, nas proximidades do PDCFMA.

2 Em razão de reestruturação das ações do PDCFMA, que incluiu a necessidade de obtenção de novos recursos financeiros, a implementação do projeto foi provisoriamente suspensa.

2. Objetivos

• Contribuir para a compreensão do conceito de Promoção da Saúde na construção de políticas públicas intersetoriais voltadas para melhoria da qualidade de vida e afirmação da cidadania entre jovens dos setores populares na cidade do Rio de Janeiro;

• Contribuir para a percepção da Educação Socioespacial como instrumento pedagógico que propicie o reconhecimento do espaço vivido, sua relação com o processo histórico e a configuração atual da cidade; e

• Contribuir para a proposição de ideias criativas e potencialmente transformadoras do espaço vivido, como a produção de Tecnologia Social, materializada no Almanaque Saúde e Cidade.

3. Metodologia

No intuito de viabilizar a reflexão proposta, a abordagem metodológica observou alguns eixos conceituais relacionados às questões tratadas neste artigo, conforme explicitação a seguir.

Inicialmente, retomaram-se as referências conceituais que nortearam o desenvolvimento do projeto "Promoção da Saúde sob a perspectiva da habitação e do hábitat", mescladas a outras, que complementam as questões analíticas que o envolveram. Em segundo lugar, foram apresentados os três enfoques metodológicos adotados no projeto que buscaram atender aos objetivos do mesmo. Posteriormente, delineou-se uma percepção do processo de implementação das oficinas de Educação Sociespacial, distinguindo-se algumas tensões e descobertas.

Os caminhos seguidos nos procedimentos metodológicos propiciaram o entrelaçamento de questões que permitiram o delineamento de alguns desafios e considerações finais sobre a experiência realizada.

4. Referências conceituais norteadoras da Educação Socioespacial

Como primeiro eixo analítico, aborda-se o pensamento de Moacir Gadotti (2000, 2005) e de Maria Glória Gohn (1999, 2006), autores que estabelecem uma distinção entre educação, educação não formal e educação popular, relacionando-as ao processo de construção de cidadania. Gadotti aciona a importância da educação por seus vínculos com o acesso aos bens e serviços. Para ele, a relevância da educação é essencial para a compreensão dos indivíduos sobre o "conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade" (2005). Desse modo, deve-se considerá-la "um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática" (idem).

Ao tratar da educação não formal, Maria Glória Gohn (2006) afirma que a mesma abrange a formação para a cidadania. Nas suas palavras, a educação não formal constitui um processo multidimensional que envolve:

> (...) a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

Na perspectiva de Gadotti, a Educação Popular, engendrada durante décadas de reflexão a respeito da prática educativa, consubstanciou-se como um modelo de contribuições significativas da América Latina "à teoria e à prática educativa em âmbito internacional". Esse autor assinala a "noção do aprender", tomando por base o "conhecimento do sujeito" e a "noção de ensinar", fundamentada em "palavras e temas geradores". Ademais, enfatiza as "práticas de educação popular" por se constituírem em instrumentos de democratização. Em tais práticas, principalmente naquelas relacionadas à educação popular comunitária, emergem "valores de solidariedade e de reciprocidade e novas formas alternativas de produção e de consumo". No seu entendimento, Gadotti afirma ser a educação um "ato de conhecimento e de transformação social", assertiva que impõe, portanto, a compreensão dos seus aspectos políticos, que conduziriam à ideia da educação popular vinculada à pedagogia crítica universal (GADOTTI, 2000).

O enfoque da educação apropriado pela abordagem acima pode ser analisado por meio da concepção pedagógica adotada no desenvolvimento do projeto, que se respaldou na construção compartilhada de conhecimentos (STOTZ, 1993; CARVALHO, ACIOLI & STOTZ, 2001; BORNSTEIN & STOTZ, 2008). Desse modo, introduz-se a visão que busca o entrelaçamento dos temas da educação, educação não formal e educação popular a uma percepção de que esta última pode constituir a chave analítica para a produção de tecnologias sociais que contribuam para a qualidade de vida.

Assim, no segundo eixo analítico, focaliza-se o conceito de Promoção da Saúde, a noção de Qualidade de Vida e a Participação Popular. Inicialmente, enfatiza-se a compreensão de que a saúde é condicionada por um amplo conjunto de fatores e sua construção é individual e, sobretudo, coletiva, abordagem que fundamentou a adoção da Promoção da Saúde como um dos aportes teóricos desse trabalho. As formulações sobre essa concepção remetem a estudos que podem respaldar a implementação de políticas públicas de saúde.

Em consonância com as ações de uma instituição pública de saúde, como a Fiocruz, a Promoção da Saúde afigura-se relevante no contexto da "renovação do pensamento sanitário contemporâneo", que questiona o paradigma flexeneriano ao "contrapor-se ao modelo biomédico, hospitalocêntrico e curativo" (RABELLO, 2010). Esse conceito vincula-se à abordagem da Determinação Social da Saúde, que ressalta

os condicionantes da qualidade de vida, incluindo aspectos sociais, culturais, econômicos, educacionais, habitacionais e ambientais, e conforma um campo de saúde mediante uma concepção de saúde coletiva.

No Brasil, a Política Nacional de Promoção da Saúde propôs o estímulo de experiências locais como estratégia para promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades e riscos à saúde. Torna-se cada vez mais evidente que as estratégias devem considerar os aspectos sociais, comunitários e políticos como determinantes das respostas efetivas em saúde (SAPAG e KAWACHI, 2007; METZLER et al, 2007).

Nesse contexto, torna-se oportuno evidenciar a noção de qualidade de vida que pode ser analisada pela forma como os indivíduos a percebem. Segundo Paulo Rogério Guimarães da Silva, “a qualidade de vida não pode ser estudada apenas em seu aspecto normativo. Também deve-se levar em consideração as percepções individuais, que sofrem influência da cultura e educação dos indivíduos” (GUIMARÃES DA SILVA, 1996, apud VITTE et.al., 2002).

Segundo Ana Beatriz Oliveira (2013), a qualidade de vida deve estar relacionada com o “grau de bem-estar individual ou coletivo”, compreendido em seus diversos aspectos, sobretudo o da “satisfação das necessidades humanas”. Para a autora, “a subjetividade social, aliada às condições de habitabilidade adequadas” constitui a síntese a ser considerada “para alcançar níveis desejáveis de qualidade de vida em assentamentos urbanos irregulares” (OLIVEIRA, 2013). Por abranger tanto os aspectos básicos quanto aqueles mais complexos e subjetivos, o estudo da qualidade de vida tem sido largamente utilizado para fundamentar a elaboração de instrumentos de gestão urbana e “tem se tornado uma referência nas discussões de planejamento do desenvolvimento e dos padrões de intervenção do Estado, principalmente no nível local” (KEINERT e KARRUZ, 2002, FALTA A PÁGINA). Por esse motivo, compreender essa noção favorece a participação e o exercício do direito à cidade.

A complexidade do tema acima esboçado expõe a necessidade de um aprofundamento das questões, considerando-se o indissociável elo entre aspectos objetivos e subjetivos nas relações socioespaciais e nos direitos humanos. Neste artigo, procurou-se sinalizar a densidade desse tema analisado à luz das sociedades contemporâneas, embora o foco esteja centrado na abordagem do conceito ampliado de saúde, “que transcende o entendimento da saúde como ausência de doenças e afirma a relação desta com o acesso às condições essenciais para assegurar a qualidade de vida” (SILVEIRA et. al., 2014).

No que diz respeito aos aspectos tratados na proposta de Educação aqui examinada, buscou-se relacioná-la ao processo de produção da configuração arquitetônico-urbanística das comunidades localizadas na área da antiga Colônia Juliano Moreira e seu entorno imediato. Em tal contexto, a pobreza e as iniquidades foram identificadas como determinações-chave da saúde, aqui reiteradas como dimensões relevantes da qualidade de vida.

Outras reflexões nortearam, ainda, essa proposta educativa, no intuito de abarcar aspectos cruciais da densidade dos problemas abordados, como a da Invenção do Cotidiano, de Michel de Certeau e a da Arte de Resolver a Vida, de Ana Clara Ribeiro, que envolve nitidamente o Direito à Cidade. Em síntese, privilegiou-se o reconhecimento da morfologia urbana e arquitetônica, com suas implicações relativas à qualidade de vida e à saúde, associado a um mergulho na história da cidade, das favelas, da região de Jacarepaguá e nas concepções de habitação saudável e sustentável.

5. Desenvolvimento do Projeto

Estudos realizados no âmbito do PDCFMA, que levaram em conta tanto as reivindicações dos moradores quanto as investigações documentais, identificaram uma carência de ações e projetos direcionados ao público jovem. Dados secundários coletados nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nas apropriações desses dados pelo Instituto Pereira Passos (IPP), órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativos à distribuição espacial de equipamentos de educação por regiões e bairros, revelavam uma insuficiência de escolas destinadas ao segundo segmento do ensino fundamental e ao ensino médio na região de Jacarepaguá[3].

Baseando-se nas premências detectadas o projeto dedicou-se, na sua primeira experiência, a um grupo de alunos de escola situada no bairro da Taquara, nas imediações do Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Optou-se, então, pela realização de oficinas de Educação Socioespacial com estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental.

A proposta de educação apresentada tomou como ponto de partida o reconhecimento do espaço vivido e a escuta cuidadosa dos “praticantes ordinários da cidade” (CERTEAU, 1994), isto é, das práticas cotidianas dos alunos que, envolvidos no seu ambiente cultural, revelam aspectos significativos da “fabricação” da vida e das formas de apropriação do espaço vivido. Nas palavras de Certeau:

> A “fabricação” que se quer detectar é uma produção, uma poética – mas escondida, astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. [CERTEAU, 1998].

Nessa perspectiva, abriu-se a possibilidade de tratar questões do cotidiano por meio de diferentes vertentes, valorizando o processo coletivo numa relação dialógica. Desse modo, tratou-se da formação de uma configuração territorial segregada social e espacialmente e buscou-se a participação, que “está no cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser ‘senhor de si mesmo’”(LOUREIRO,

3 Trata-se de estudos elaborados por pesquisadores do PDCFMA para embasar os diversos projetos em desenvolvimento no Programa, entre 2008 e 2010.

2004). Considera-se a participação social como um instrumento fundamental que pressupõe saber ouvir, respeitar e valorizar o outro e suas percepções.

As oficinas foram concebidas como um processo educativo emancipatório que buscou alcançar uma construção compartilhada de conhecimentos. Por conseguinte, abarcaram-se questões relacionadas à democracia, à cidadania e à justiça social, mediante aulas expositivas, palestras, sempre seguidas de dinâmicas participativas com a realização de desenhos e produção textual. Considerou-se também alguns problemas recorrentes no ambiente escolar, na tentativa de minimizar a distância entre os alunos e a escola. Durante todo processo de realização das oficinas procurou-se agregar os conteúdos pré-concebidos com as estratégias adotadas pela equipe para tratar questões relacionadas às realidades identificadas na relação cotidiana com os participantes do projeto. Ademais, foram realizadas algumas atividades de campo, com visitas a determinados trechos da cidade e da região de Jacarepaguá.

Pode-se dizer que tais oficinas representaram o principal instrumento metodológico que, ao propiciar o diálogo e a troca de saberes e vivências, possibilitou o desenvolvimento de subsídios para a construção participativa da tecnologia social proposta, o Almanaque Saúde e Cidade.

A ideia desta tecnologia social respaldou-se na concepção de Helena Scherlowski Leal David e Regina Maria Marteleto que desenvolveram o 'Almanaque do Agente Comunitário de Saúde' como "proposta que permite avançar numa compreensão sobre as formas de produzir conhecimento das classes populares" (DAVID e MARTELETO, 2012). Fundamentando-se em Walter Benjamin, "Marteleto, Guimarães e Nóbrega argumentam em favor da narrativa como expressão coletiva de uma cultura e visão de mundo, ressaltando o aspecto da permanência da palavra trazida pelo narrador, comparando-o ao informante", ou seja, a permanência daqueles que narram suas histórias, territórios e experiências (Idem, 2012). A proposta de elaborar um almanaque no âmbito deste projeto também considerou a relevância deste veículo de comunicação na cultura brasileira, a exemplo do destaque dessa produção a partir do início do século XX, sob forte influência da cultura francesa.

O Almanaque Saúde e Cidade foi produzido na primeira experiência de ações educativas na Escola Municipal Eunice Weaver no período 2012/2013. No ano seguinte, realizaram-se oficinas para um grupo de professores da escola, no intuito de discutir a utilização desse almanaque como instrumento pedagógico em sala de aula, a exemplo nas disciplinas de geografia, ciências e artes.

Posteriormente, esta Tecnologia Social também foi apropriada como material didático no âmbito do desenvolvimento do projeto em duas outras experiências, em escolas selecionadas pela equipe em parceria com a 7ª CRE: em 2014 e 2015, na Escola Municipal Barão da Taquara; em 2016, optou-se pelo retorno à Escola Municipal Eunice Weaver, onde se efetivou a terceira experiência.

6. Três enfoques temáticos, arte final para o almanaque e experiência teatral

A implementação do projeto ocorreu mediante a realização de oficinas distribuídas em três enfoques temáticos. O primeiro tratou de aspectos significativos da história da cidade, da região de Jacarepaguá e das favelas do Rio de Janeiro, três escalas analíticas que propiciaram a compreensão do espaço urbano como constructo social. Concomitantemente, abordou-se o reconhecimento do espaço vivido, referindo-se aos aspectos físicos imediatos da configuração espacial, bem como a relação entre apropriação popular do espaço urbano, cultura e memória/história. Esse enfoque constituiu a base da proposta de educação socioespacial, que estabeleceu as condições para o desenvolvimento do projeto.

O segundo enfoque teve como base os indicadores de vulnerabilidade física e social, desenvolvidos no projeto Uma proposta de hábitat saudável em comunidade vizinha ao *Campus Fiocruz da Mata Atlântica*[4], com o intuito de debater sobre temas referentes às condições de habitabilidade consubstanciados nos indicadores relacionados às moradias. Também buscou-se ampliar a compreensão sobre as redes de serviços que viabilizam o funcionamento da cidade e o papel de cada cidadão neste contexto, além de sensibilizar os alunos para os cuidados do hábitat, necessários para promover a saúde dos moradores.

Finalmente, o terceiro enfoque selecionado aprofundou o tema da habitação buscando a difusão do uso de tecnologias sustentáveis. Na área da construção civil, foram enfatizadas as tecnologias para redução de impactos ambientais, como os projetos de “telhados verdes”, a reciclagem de resíduos da construção civil, o aquecedor solar de baixo custo e a captação de águas pluviais. A apropriação dessas práticas pelos estudantes também deveria possibilitar a sua difusão entre os seus familiares e vizinhos.

Ao final das oficinas temáticas, os alunos participaram de uma visita técnica ao centro histórico do Rio de Janeiro, quando puderam vivenciar, na prática, os temas abordados nas oficinas, sobre o processo de produção e a história da cidade.

Na primeira experiência, realizada na Escola Municipal Eunice Weaver, também foi feita uma visita técnica à região de Jacarepaguá. Além disso, foram realizadas oficinas de arte-educação, destinadas à elaboração de desenhos aprimorados, mediante o aprendizado de técnicas de expressão gráfica, que constituíram o material necessário para a elaboração da arte final do Almanaque Saúde e Cidade[5]. O processo foi finalizado com oficinas teatrais sobre os temas abordados anteriormente, que culminaram em apresentação pública no auditório da escola, por ocasião do lançamento daquela publicação.

4 Projeto desenvolvido no âmbito do PDCFMA, entre 2008 e 2010.

5 Para a viabilização das oficinas de arte-educação e a elaboração do ‘*Almanaque Saúde e Cidade*’, contratou-se a empresa TextoImagem – criação e produção.

Nas duas experiências seguintes, ocorridas na Escola Municipal Barão da Taquara e novamente na Eunice Weaver, o processo foi finalizado de maneira distinta. Em ambas, foram realizadas oficinas por um designer mediante duas abordagens: de exposição sobre obras de arte contemporâneas com ênfase em arte urbana; e de dinâmicas artísticas com os alunos[6].

7. Ambiente escolar entre distintas concepções pedagógicas: tensão e descobertas

Sobre as possíveis considerações referentes ao processo de desenvolvimento do projeto, cabe ressaltar algumas questões relevantes que demandaram decisões estratégicas para se alcançar o objetivo proposto. Essas escolhas se tornaram desafios para a equipe no decorrer da implementação das oficinas.

Uma delas diz respeito à realização da maior parte das atividades no ambiente de ensino, o que propiciou à equipe uma aproximação clara, tanto dos alunos quanto da direção da escola e do seu corpo docente. Em razão da presença da equipe no ambiente escolar, foi possível compreender melhor o funcionamento da escola e estabelecer vínculos com os alunos participantes e com alguns professores, o que conduziu a uma elevação gradual do interesse pelo projeto e contribuiu para assegurar a manutenção da maior parte dos envolvidos durante todo o seu desenvolvimento. Em outras palavras, a aproximação dos alunos e professores propiciou uma “ocupação” do ambiente escolar pela equipe, que passou a vivenciar parte das dificuldades decorrentes do ensino tradicional. Assim, ampliou-se a compreensão, ainda que parcial e restrita aos momentos de convivência, das relações entre o corpo docente e discente, diante dos problemas cotidianos de uma escola destinada a jovens de famílias de baixa renda, situada na periferia de uma grande cidade.

Outro fator de relevância, determinante para o encaminhamento de todo processo, foi a opção pelo desenvolvimento de um projeto que assumia uma concepção pedagógica distinta daquela implementada na escola pelo corpo docente. A equipe propôs a seleção de alunos interessados em participar do projeto, independentemente da sua avaliação de desempenho escolar, do seu comportamento em sala de aula e das relações com os colegas. Nessa direção, a equipe propôs a implementação do projeto com um grupo de cerca de 20 alunos, que abarcasse a diversidade de “perfis” identificados na escola, cada um com a sua história e sua singularidade. Tal escolha revelou-se como um desafio desde os primeiros encontros entre a equipe do projeto e esses alunos. A multiplicidade cultural aliada às dificuldades pessoais dos mais diversos níveis interferiu diretamente nas relações com os alunos, relativamente aos conteúdos trabalhados. Nesse intuito, procurou-se compreender e enfrentar a complexidade que se estabelecia entre os distintos grupos envolvidos, por meio de trocas dialógicas.

Nessas considerações sobre o desenvolvimento das atividades, assinalam-se as tensões acima mencionadas, mas também algumas descobertas evidenciadas no decorrer do projeto. Como espaços de

6 Oficinas ministradas pelo designer e artista plástico Lin Lima, profissional da equipe do PDCFMA.

diálogos, as oficinas tratavam dos enfoques temáticos, mas também de questões recorrentes no cotidiano escolar, debatendo-se sobre direitos e deveres, com respeito às diferenças inerentes às relações sociais. Estabeleceu-se, assim, uma relação de confiança entre os membros da equipe e os alunos, o que acarretou uma maior aproximação entre os envolvidos, transformados em cúmplices e copartícipes do processo.

A despeito da complexidade das diferentes vivências, que não poderia ser tratada com o necessário aprofundamento no período restrito às oficinas, esses momentos expressavam a intensidade e a diversidade das demandas do universo escolar. Constituíram-se assim, em pequenas, mas verdadeiras, descobertas, que permitiram a instauração de relações renovadas, com respeito mútuo e afetividade, buscando parcerias e realização das tarefas em mão dupla.

Pretendeu-se, desse modo, desenvolver uma prática pedagógica em que o aluno pudesse atribuir significado aos conteúdos apresentados e debatidos com o grupo. Segundo Tognetta (2002, apud JARDIM, 2006),

> Tal relação implica em colocar-se no lugar um do outro e não apenas enquanto troca de favores, mas (...) a cooperação, em seu sentido mais prodigioso: o de supor afetos, permitir as escolhas, os desejos, o desenvolvimento moral, como construção dos próprios sujeitos, um trabalho constante com estruturas lógicas e as relações de confiança.

Na primeira experiência, um dos integrantes do corpo docente também participou da equipe do projeto e contribuiu decisivamente para a efetivação dos contatos e a realização da parceria com a escola[7]. Nas duas outras, contou-se com o apoio da 7ª CRE, que contribuiu para a realização da proposta de oficinas ao longo de todo o processo.

8. Considerações finais

Materializada na produção do Almanaque Saúde e Cidade e na sua utilização como recurso pedagógico, a tecnologia social proposta constituiu motivação expressiva para que fossem tratados diversos temas que compõem as questões relacionadas à cidade e à cidadania.

Compreende-se o Almanaque produzido como uma tecnologia social que associa ideias técnicas científicas aos saberes populares, numa linguagem de fácil apreensão e divulgação. A sua elaboração foi enriquecida com a contribuição de profissionais especializados no desenvolvimento das oficinas de arte-educação, etapa fundamental na elaboração do Almanaque, no intuito de aprimorar o material produzido nas

7 O professor de geografia, Valdeir Costa, da Escola Municipal Eunice Weaver, integrou a equipe na primeira experiência do projeto. Juntamente com o historiador Renato Doria, ambos fundadores do Instituto Histórico da Baixada de Jacarepaguá (IHBAJA), viabilizaram a parceria do Instituto com o PDCFMA na realização do projeto.

oficinas de educação socioespacial e de complementá-lo com novos materiais que atendessem ao plano de Publicação do Almanaque.

A educação socioespacial implementada em escolas públicas, que possibilitou a produção desse Almanaque, pode ser considerada como uma apropriação da educação popular, no que se refere à percepção do espaço vivido por meio da problematização de concepções de lugar, memória, do direito à moradia, à cidade e à cidadania, num trabalho com jovens de assentamentos populares. Nessa abordagem, cabe adicionar a reflexão de Vasconcelos (2004), que considera a educação popular como

> um modo de participação (...) que busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação, de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento. É uma estratégia de construção da participação popular no redirecionamento da vida social.

Entretanto, essa aproximação da educação socioespacial com a educação popular precisaria ser examinada conforme as especificidades da primeira, uma vez que se direciona a alunos com idades de 13 a 16 anos, cujas perspectivas se relacionam ao processo de aprendizagem da chamada Educação Formal. Assim, a complexidade na implementação das oficinas no ambiente escolar suscitou o aprofundamento da reflexão sobre os seguintes aspectos evidenciados no desenvolvimento das atividades: tensão no relacionamento entre a equipe do projeto e o corpo docente da escola; necessidade e oportunidade de “ocupação” do ambiente escolar pela equipe; compreensão do espaço como constituinte das relações sociais, o que revelou a importância das oficinas de educação socioespacial como suporte teórico-prático igualmente constituinte da formação dos alunos; a possibilidade de ampliação da perspectiva dos alunos na/da representação do espaço, como culminância da proposta inserida nas três vertentes de realização do projeto, envolvendo o reconhecimento do espaço vivido e a escuta cuidadosa dos que Certeau (1998) chama de “praticantes ordinários da cidade”.

Afirma-se, ainda, que esta proposta fundamentou-se em reflexões que reforçam a ideia de qualidade de vida, conforme as palavras de Vitte (2009):

> Uma discussão sobre qualidade de vida requer a consideração sobre a necessidade de se refundar um ‘novo’ diálogo com as novas racionalidade e razão na sociedade, reintegrando a natureza na cultura e no cotidiano das pessoas. Isso exige nova reflexão filosófica, estética, científica e, acima de tudo, política, com a (re)invenção da cidadania.

A vivência cotidiana dos alunos seria impregnada da sua inserção socioespacial onde se instauram processos de microrresistência urbana. Neste sentido, procurou-se associar a problemática da qualidade de

vida à abordagem de Michel de Certeau (1998), conforme analisada em estudo recente por Carmen Silveira e Lilian Vaz (2013), e ao pensamento de Ana Clara Ribeiro (2013).

Na abordagem de Certeau, as "'artes de fazer' empreendidas pelas populações são menos evidentes, mais dispersas, muitas vezes silenciosas, todavia revelam maneiras astuciosas de reapropriação do espaço" (1998, apud SILVEIRA, VAZ, 2013). Segundo o autor, é necessário compreender-se os processos que engendram as práticas cotidianas nas quais se inserem "as sagacidades dos indivíduos na sua 'fabricação' da vida em suas diversas representações, como é o caso do uso do espaço urbano" (Idem). Assim, do âmbito dessa microrresistência, pode emergir uma condição urbana e uma qualidade de vida não preconizadas nem capturadas pelas políticas públicas destinadas aos assentamentos populares.

Nessa direção, o pensamento de Ana Clara Ribeiro (2013) aponta a "complexa vida de relações que surge nas práticas cotidianas". Ao expor a crítica recente aos modelos de desenvolvimento desvinculados dos conhecimentos locais, a autora assegura que tais modelos "foram responsáveis pela destruição de saberes, por deslocamentos forçados de populações e a rápida exaustão de recursos naturais". Essa crítica (...) "apoia a aceitação, mais ampla, de formas locais de vida – de menor escala e expressivas da diversidade cultural, com possibilidade de inclusão de atores populares (práticas e falas) e orientadas pelo uso mais cuidadoso dos recursos". No caso da proposta de educação socioespacial analisada neste artigo, considerou-se, igualmente, as formas locais de vida nos assentamentos populares como referências significativas ao se tratar da noção de qualidade de vida. Desse modo, a habitação e o hábitat saudável e sustentável implicam, necessariamente, o reconhecimento do espaço vivido que pressupõe a compreensão das "formas de resolver a vida" das populações, bem como seus simbolismos histórico-culturais cristalizados na cidade.

Sumariando, para dar conta dos objetivos propostos, a implementação do projeto tornou-se bastante complexa e engendrou novas questões, ainda a serem equacionadas. Pode-se afirmar que o projeto contribuiu para a compreensão do conceito da Promoção da Saúde na construção de políticas públicas intersetoriais relacionadas à qualidade de vida e à afirmação da cidadania, bem como para a percepção da Educação Socioespacial como instrumento pedagógico para o reconhecimento do espaço vivido e para a proposição de ideias criativas e potencialmente transformadoras, a exemplo da produção do Almanaque Saúde e Cidade. A ideia da construção da cidadania com enfoque na saúde e na cidade demonstrou ser uma das possibilidades de se enfrentar a difícil e, muitas vezes, dramática, tarefa de educação popular com estudantes que evidenciam carências profundas no seu cotidiano vivido, as quais transcendem aos propósitos das oficinas realizadas. Malgrado essas ressalvas, pode-se assinalar a importância das ações desenvolvidas para a formação de cidades sábias e saudáveis, ao acionar-se as palavras de Jacobi (2003):

> A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na

educação para a participação.

9. Referências

Bornstein, Vera Joana; STOTZ, Eduardo Navarro (2008). O trabalho dos agentes comunitários de saúde: entre a mediação convencedora e a transformadora. Trab. Educ. Saúde, v. 6 n. 3, p. 457-480.

Carvalho, Maria Alice P.; Acioli, Sonia; Stotz, Eduardo Navarro (2001). O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. In: VASCONCELOS, Eymard M. (Org.). A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde. São Paulo: Hucitec, p. 101-114.

Certeau, Michel de (1998). A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes.

David, Helena Maria Scherlowski Leal; Marteleto, Regina Maria (2012). Almanaque da Dengue: leituras e narrativas de Agentes Comunitarios de Saude. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, vol. 65, n. 6, nov-dez; p. 909-915.

Gadotti, Moacir (2000). Perspectivas atuais da educação. São Paulo em perspectiva. São Paulo, vol.14, n. 2, p. 3-11. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200002&script=sci_abstract. Acesso em novembro/2016.

Gadotti, Moacir, (2005). A Questão da Educação Não-FormaL. Sion (Suisse): InstitutInternationaldesDroits de l'Enfant (IDE). Disponível em:
http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf. Acesso em: 13/11/2016

Gohn, Maria da Glória, (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. .Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar.

Guimaraes da Silva, Paulo Rogério (1996). Qualidade de vida no meio urbano: aspectos conceituais e metodológicos numa aproximação da problemática ambiental na gestão local. In Tânia Fischer (org). Gestão contemporânea: cidades, estratégias e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV.

Jacobi, Pedro Roberto (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 118, p. 189-205.

Jardim, Ana Paula (2006). Relação entre família e escola: proposta de ação no processo ensino aprendizagem. Presidente Prudente: Unoeste.

Keinert, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula (org.) (2002). Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume/Fapesp.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo (2004). Educação ambiental transformadora. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. [FALTA PAGINAÇÃO]

Oliveira, Ana Beatriz Melo da Silva de (2013). Habitabilidade e Subjetividade: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Engenharia Urbana – Escola Politécnica/ UFRJ.

Rabello, Lucíola Santos (2010). Promoção da saúde: a construção social de um conceito em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Ribeiro, Ana Clara Torres (2013). O desenvolvimento local e a arte de 'resolver' a vida. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço, v. 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 75-89.

Sapag, Jaime C.; KAWACHI, Ichiro (2007). Capital social y promoción de la salud en America Latina. Revista de Saúde Pública, v. 41, n. 1, p. 139-149.

Silveira, Carmen Beatriz; Cohen, Simone.Cynamon.; Pellegrini, Bárbara.; Souza, Mônica Dias de; Oliveira, Ana Beatriz. (2014). Em busca da qualidade de vida: metodologia e indicadores para intervenções socioespaciais. In: Carmen B. Silveira; Tania Fernandes; Barbara Pellegrini (org). Cidades saudáveis? Alguns olhares sobre o tema. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 189-224.

Silveira, Carmen Beatriz.; Vaz, Lílian Fessler (2013). Leituras de espaços construídos em zonas opacas: contribuições para políticas urbano-culturais. In: Floriano José Godinho de Oliveira; Cláudia Maria Lima Werner; Patricia Tavares Ribeiro (org.). Políticas públicas: interações e urbanidades. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 133-161.

Stotz, E.N. (1993). Enfoques em educação e saúde. In: Valla, Victor V.; Stotz, Eduardo N. Participação popular, Educação e Saúde: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Vasconcelos, Eymard Mourão (2004). Educação Popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, p. 67- 83.

Vitte. Antonio Carlos (2009). Modernidade, território e sustentabilidade: refletindo sobre qualidade de vida. In: Claudete de Castro Silva Vitte; Tânia Margarete Mezzomo Keinert (org.). Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: Discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CONCLUSIONS

CONCLUSIONS
V Creative Cities International Conference

Porto, Portugal| 2017

The Organizing Committee considers of great importance a final reflexion on what has been the V Creative Cities International Conference. An event that brought us multiple and up-to-date perspectives on what means creativity in urban spaces and environments all over the world. Several continents, countries and universities made themselves represented in the several sessions held during the conference (papers, roundtables, lectures). Therefore, it is extremely relevant that we produce some kind of final remarks and conclusions on the works that were presented.

We would like to point out that not every research, paper and thematic line may be represented within these conclusions. These were the ones that seemed to us (and the session moderators) to best represent the major perspectives that crossed, not only several sessions with more than one thematic line, but also several sessions with the same thematic line.

Finally, two acknowledgments are due. On one hand, we would like to thank the participation of the session moderators in transmitting us the major ideas drawn in each one of the paper and roundtable sessions. On the other hand, we would like to thank all the participants, for producing and presenting the ideas from which we were able to draw the following conclusions. None of these would exist without your work, and they are representative of what means a creative city today, in all the fields through which we can define it.

The constructed city

• There is an impact of the historical matrix in the development of the contemporary city, with no major ruptures. On the other hand, some recent neoliberal options have deliberately eliminate historical patrimony to replace it with speculative overconstruction, among which the creative create new icons as they also introduce pastiches, reinventing the past for the visitor consumption.

The inherited city

• The dialogue among participants and assistants brought some common ideas, as:

- the spaces of the city lived as cultural heritage and agents for cultural diversity valorisation;

- the buildings that constitute themselves "transformative mechanisms" and creators of particular dynamics of communities – a circumstance of the identification of the community with space and its use;

- the diversity of spaces in the city – relations and articulations -, lived spaces, spaces of content.

- The questions of cohesion and dissolution of identities in society – confrontations, resiliences and assimilation -, modes of expression and manifestation.

- Research, knowledge diffusion, preservations, modes and difficulties of action

From the inherited city to the creative city

• Questioning of the paradoxical aspects of the selections of creative cities in the UNESCO network, particularly the relation between the valorisation of an aspect of the city and its global identity, is increasingly an object of academic reflection in order to value the various features of the city and the legacies from the inherited city.

• Creativity has been demonstrated in universities in several projects that seek new ways to research and value the city through scientific knowledge.

• In the wide scope of creative cities, it should be emphasized that creativity should not only be initiated in the search for solutions, but also in the development of questions that catalyse new reflections on the city.

The creative city

• Different approaches of manifestations that are congregated within the cities and that convert them in better places to live and develop. This action, probably, is what makes them more innovative and creative. Among the most studied and referred concepts, are those as urban communitarian projects, creative cultural industries, urban regeneration through creative cultural movements and creative economy within cities in crisis. Also, it is important to have cultural and creative industries not only in the cities, but also in rural spaces.

• The Creative Cities incorporate culture, socioeconomic wellbeing and a vision towards the future. They are defined by their social initiatives of integration and service to the communities.

The palimpsest city

• We were taken through a visit on several geographies. From Portugal to Galicia, passing through Italy, Brazil and Colombia, the approaches that were presented offered us an oversight and confrontation between different spaces. Through the perspectives and work of authors, we observed the evolutions and transformations that they documented; we've discovered conjunctures and meanings. We gained new subjects for reflection.

The represented and imagined city

• The importance of integrating art in the urban space. The city must be read, but also must be a space

for the promotion of creativity, so it is built and redesigned, promoting the dialogue between patrimony and new forms of creation. We must intervene in the public space, making a good use of it, redefining an urban marketing so it never forgets the protection of patrimony. To reflect on the connections between creativity and the city we've analysed examples as Mexico City, Bordeaux or Porto, among other cities, having in mind the connections between the metropolis and the individual and collective identity.

• It is important the definition of contents related to patrimonial didactics, contents which must be thought for an active tourism, on which the city visitor transcends the role that limit him/her to be a mere spectator. With a cultural tourism we also propose a creative tourism, a performative tourist and a tourist that is also co-producer of urban creativity.

• There is the need to internationalize the artistic work dynamics from its connections with reality. To improve the processes and the management of the intellectual capital. There is also the need for training and promotion as key aspects, to improve the creative industries, within the possibilities to apply those improvements to street art. We must not forget, in this work line, the need for funding of the activities bounded to creative cities.

• Within Film and the representation and imagination of cities, we've discussed the concepts of authenticity and plausibility related to Film as political and social power, Film as citizens' and communities' empowerment, Film as personal expression, and also Film as a strategy that goes from narrative to metaphysic, philosophical, cultural and social purposes.

• Creativity can be used to tell previously invisible stories, to report on corrupt practices and, especially, to provide voices for those citizens who are usually least able to speak.

The playful city. The equalitarian city

• There was the discussion of the lack of access from youngsters in Brazil, especially teenagers, to the urban space. The access of women to the public space and their power in its definition and production were also strong points of the discussion. Working through a genre focus, some colleagues from the Blekinge Institute of Technology work in an integration project of refugees in Sweden, through several actions of exploration of the urban space and cultivation of the sense of care for the collective good, through the public space. This project has a great potential of replicating this experience in other urban and European contexts, working the questions of inclusion and construction of a community with the people that have recently arrive to the European societies.

The solidary and accessible city: active participation and citizenship

• Some sensible problems were raised related to two major themes:

1. On one hand, the tension between initiatives of reinforcement of citizenship generated within volunteering mobilizations and the alienation of States related to their obligations according to the political model of Social State, particularly in Europe. On the other hand, the tension between the programme components

and artists and cultural agents' agendas in their interventions among the population and the perceptions and realities of these same populations among which these actions occur.

2. Related to these both topics, questions from the audience raised the question of patrimony "appropriation" by the populations among which the volunteering or artistic actions take place, for one hand. And for the other hand, the articulation between the action of cultural agents involved in these projects and the public policies that, frequently, do not follow nor promote those projects, which sometimes emerge as insufficient replacements for these absence of policies, which ends by limiting them, conditioning them and, in the worst scenario, to extinguish them in their accomplishment, as well as in the consequences that they could bring to the communities.

- Concluding: the participants recognized the challenges, the difficulties and the mentioned risks. However, they also underlined the gains of social and civic sensitization verified in the volunteering projects. On artistic intervention, they underlined the importance and need of rigorous final evaluations at the end of each project, a moment that is as important as their performance.

The visited city. The market city.

- The perspective that tourism must always be understood as a positive and a dynamic tool for cities. Not only by itself, but most of all because tourism in cities can be a way to integrate different kinds of stakeholders connect with culture, education, social, but also economic institutions.
- It was concluded that tourists are attracted not only by heritage, but most of All by the experience it self.

The visitors have a high level of satisfaction and they want to return and recommend the visit.

The virtual and real city

- An alteration in the urban dynamics and new social movements has occurred as result of the social network communication.
- The digital manufacturing will irreversibly alter the civil construction field, with a very clear reflection on urbanity.
- It is important the conceptual discussion on the city as a system of communication.

The wise city

- School must reinvent itself in order to make the city more wise and creative. Also, school must terri torialize itself to integrate, include and potentiate more resources within learning.

ACKNOWLEDGMENTS

The Directors and the Organizing Committee of the V Creative Cities International Conference would like to express some acknowledgments.

Thank you to all the participants and assistants of the Conference. You were the true soul and heart of all the debate, knowledge and conclusions drawn from the event.

Thank you also for drawing our attention not only for what worked well in the Conference, but especially what went not so well. Your feedback, your criticism and your opinions are taken very seriously, and will most definitely be the starting point to some improvements we have to discuss and introduce in the Conference's format.

Thank you to all the session moderators, who were kind enough to assure a smooth and articulated discussion and presentation of all the works and ideas brought by the participants.

Thank you to all our guests and moderators at the round tables, for sharing their experience, perspectives and knowledge in different areas through which a city can and must be creative: Technology, Solidarity, Citizenship, Architecture, Urbanism, Culture, Art, Branding, Commerce, Tourism and Education.

Thank you also to the two excellent keynote speakers that participated in the Conference. Francesco Bandarin and Carlos Abrunhosa de Brito gave inspiring lectures that allowed us to take a step further in the way we understand and are able to imagine our creative cities.

Thank you to all the students who have so generously offered to help and to assist the Conference and its sessions and participants. Ana Clarisse, Ana Lino, Clarice Leão, Cláudia, Francisca, Isabel, Juliana, Lúcia, Maria, Mariana, Vera Gonçalves and Vera Barbosa. Thank you.

Thank you to all the members of the secretariat: Marlene Cruz, Ana Moreira and Patrícia Valente. And a very special acknowledgment to Vasco Sistelo, the true carcass of the ship the Organizing Committee has tried to drive successfully. Thank you Vasco.

Thank you for all the support several institutions (and the people within these institutions) have gave us: Porto University, Faculty of Arts, CITCEM, ICONO14, FCT, Porto City Hall, GEMA Digital Agency and Ferreira Port Wine.

Finally, thank you to all the members of our Scientific Committee, a fundamental part of the conference in order to achieve excellence through the process of admission and publication of the papers presented.